

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "E" AO Nº 207 SÁBADO, 19 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

VOLUME IV/IV

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ATA DA VIGÉSSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E TRES DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Gladson Cameli, Ronaldo Caiado, José Medeiros e Lúcia Vânia, e do Senador não membro da Comissão, Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes e Elmano Férrer. O Senador Hélio José justifica a ausência, por meio do Memo GSHJOSE nº 09-130/2015. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes. A primeira, destinada à realização de audiência pública em atendimento ao RDR nº 36/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, para debater a situação dos moradores da Quadra 88, no Setor Universitário, na cidade de Goiânia-GO. A segunda parte destinada a deliberação de proposições, conforme pauta previamente distribuída. O Presidente convida a compor a mesa o Senhor Orlando Afonso do Amaral, Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Paulo Magalhães, Vereador de Goiânia – SD e Roberta Carvalho Cruvinel, Tesoureira da Asmo 88, (representante de: Roney da Associação dos moradores do Setor Universitário, Quadra 88 (ASM088)). Encerrada a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores: Lúcia Vânia, Wilder Morais, José Pimentel e Ronaldo Caiado. O Senador Ronaldo Caiado para a presidência para Senadora Lúcia Vânia, às dez horas e cinquenta e um minutos, e a retoma às onze horas e vinte e sete minutos. Segunda Parte: ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 37, de 2015 – CDR "Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater as novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem – matéria sob exame do Tribunal de Contas da União na Representação nº 019.819/2014-5." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Adiado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 40, de 2015 – CDR "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater o Plano Nacional de Fronteiras, em razão do Relatório produzido recentemente pelo Tribunal de Contas União (TCU) sobre o tema. Sugiro que para a referida audiência sejam convidados: 1. Um representante técnico do Tribunal de Contas da União (TCU). 2. A Secretária Nacional de Segurança Pública, senhora Regina Miki. 3. Um representante do Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA)." Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: Adiado. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 41, de 2015 – CDR "Requer aditamento ao Requerimento (RDR) nº 33, de 2015, para convidar os Srs. José Alves Filho e Herculano Anghinetti, representantes da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (ADIAL BRASIL), a comparecerem em audiência pública a ser realizada nesta Comissão. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RONALDO CAIADO

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicados e convites.

Antes de iniciarmos a reunião, quero comunicar que a 43ª Edição da Abav Expo Internacional de Turismo começará amanhã e irá até o dia 26 deste mês no Pavilhão de Exposições do Anhembi, em São Paulo. O evento é o maior da indústria do turismo nas Américas.

Em comemoração à Semana Mundial do Turismo, a Câmara dos Deputados promove, neste momento, no auditório Nereu Ramos, o Seminário Fomento do Turismo: Oportunidade de Desenvolvimento para o País.

Após esses comunicados, passemos à pauta.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 36/2015, da CDR, de minha autoria, para debater a situação dos moradores da Quadra 88, no Setor Universitário, na cidade de Goiânia, Goiás. A segunda parte é destinada à deliberação de proposições.

Encontram-se presentes os nossos convidados para a audiência pública.

Antes de convidá-los para tomarem assento à mesa, eu consulto a Senadora Lúcia Vânia sobre o seguinte: o Sr. Roney Sharly Faria Martins declinou da condição de convidado para que nós pudéssemos incluir o Vereador Paulo Magalhães. Se houver a concordância da nobre colega, eu o substituirei pelo Vereador Paulo Magalhães.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Concordo e acho que é a pessoa adequada para explanar o problema que estamos vivendo em Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, eu convido o Vereador Paulo Magalhães, do Solidariedade, para tomar assento à mesa.

Convido a Srª Roberta Carvalho Cruvinel, Presidente e Tesoureira respectivamente da Associação dos Moradores do Setor Universitário, Quadra 88, para também tomar assento à mesa.

Convido o Sr. Orlando Afonso Valle do Amaral, Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), para que também tome assento à mesa.

Após a composição da Mesa, em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará a seguinte norma: os convidados terão quinze minutos para fazerem sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritas. A palavra às Srªs e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal: www.senado.leg.br e pelo Alô Senado: 0800-612211.

Para iniciar, eu concedo a palavra à Srª Roberta Carvalho Cruvinel para fazer a sua exposição no tempo de 15 minutos. Se for necessário, caberá à Mesa conceder adiamento ou ampliação do prazo.

Com a palavra, a Srª Roberta Carvalho Cruvinel.

A SRª ROBERTA CARVALHO CRUVINEL – Iltmo Senador Ronaldo Caiado, Iltma Senadora Lúcia Vânia, Iltmo Vereador da cidade de Goiânia, Paulo Magalhães, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás, Prof. Orlando Afonso, colegas de luta, moradores da Quadra 88 do Setor Universitário, e demais presentes nesta audiência pública, o meu bom dia.

Gostaria de iniciar a minha fala com os mais sinceros agradecimentos pela iniciativa do Senador Ronaldo Caiado de promover esta audiência pública para debatermos a situação dos moradores da Quadra 88, no Setor Universitário, em Goiânia, Goiás.

Acredito que já seja do conhecimento de todos que as 53 famílias aqui representadas, ali residentes e domiciliadas, vêm passando por dias de muita angústia diante do quadro de desocupação da área aprazada em 60 dias, a contar da data de 18 de agosto deste ano, impetrando multa diária de R$1 mil para quem se negar a desocupar o imóvel, resultando, assim, em transtornos de toda a natureza, dispensando, dessa forma, me alongar nesse sentido.

É verdade que nos últimos dias temos buscado encontrar solução cabível para a ação junto à Prefeitura de Goiânia e ao Governo do Estado de Goiás através de permuta diária. Porém, Senador, também é verdade que o nosso prazo está findando e até o presente momento nenhuma proposta formalizada, documentada, foi efetivada. Sendo assim, a ação de despejo das famílias continua valendo, já que o magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás, Professor Orlando Afonso, só vai suspender a execução quando da formalização da proposta, o que não deixa de ser justo, pois, em anterior tentativa de negociação, no gabinete do Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Sr. Olavo Noleto, a UFG suspendeu o processo pelo prazo de 90 dias, a fim de encontrar uma solução para a questão e que resultou em nada.

Dessa forma, a Associação dos Moradores da Quadra 88 do Setor Leste Universitário, que neste ato representa todos os moradores, requer de V. Exªs a real comprovação de propriedade dos moradores, dando como assegurada a troca de áreas, seja de propriedade do Governo municipal, estadual, até mesmo federal, a fim de encontrar solução justa, tendo em vista que tal propositura vem se arrastando por décadas sem a devida solução. Apesar de a área ter sido declarada, em 1986, de utilidade pública para fins de desapropriação, em 2004, foi firmado um termo de ajustamento de conduta em que o Ministério Público do Estado de Goiás, a Prefeitura de Goiânia e o Governo do Estado de Goiás ajustaram a data limite de 30 de novembro de 2004 para a regularização da quadra. Também em 2010, o Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. Cláudio Drewes, iniciou uma

tentativa de negociação da área junto à UFG, em parceria com a Prefeitura de Goiânia, o Governo do Estado de Goiás e a Caixa Econômica Federal. Porém, hoje, o processo encontra-se arquivado, sem resolução de mérito.

Com a sua licença e respeito, meu Reitor, já que também sou estudante da Universidade Federal de Goiás, a verdade é que a UFG nunca teve a posse da área. Sendo assim, nunca lhe deu a função social que lhe é devida. Por outro lado, nós, os possuidores, não invasores, mantemos a ingerência econômica sobre o bem, concedendo função social à posse. Torna-se necessário, portanto, priorizar a interpretação que mais sentido possa conferir à dignidade, liberdade e à justiça social. Optar cegamente pela defesa da situação proprietária, como fez o Judiciário, em detrimento da nossa situação, significará a validação do abuso de direito de propriedade, como negação da sua própria função social.

O direito à moradia traduz necessidade primária do homem, condição indispensável a uma vida digna e complemento de sua personalidade e cidadania. Enfim, nossas posses devem ser protegidas por serem um fim em si mesmas, não a projeção de outro direito pretensamente superior.

Finalmente, acreditamos que pode esta Casa pode assegurar a implementação dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, participando da construção de uma sociedade mais justa e solidária, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades entre os cidadãos brasileiros, tarefa que, inclusive, compete à Administração Pública.

Sendo assim, resta claro que a ocupação é justa, já que nunca foi violenta, nem clandestina ou precária.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – A Drª Roberta utilizou menos tempo do que lhe foi concedido.

Passo a palavra, então, ao Reitor da Universidade Federal de Goiás, Sr. Orlando Afonso Valle do Amaral, pelo tempo de 15 minutos. Caso seja necessário, o prazo poderá ser alongado.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Ronaldo Caiado, Senadora Lúcia Vânia.

Obrigado pela oportunidade de conversarmos nesta audiência pública.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos Senadores, na verdade, a toda a Bancada de Parlamentares de Goiás o apoio que sempre têm dado à Universidade Federal de Goiás, o que nunca nos faltou. Sobretudo num ano como este, de grandes dificuldades, esse apoio de vocês é fundamental para a continuidade das atividades tão importantes desenvolvidas pela Universidade Federal de Goiás.

Queria cumprimentar também o Vereador Paulo Magalhães; a Roberta, Presidente da Associação dos Moradores; a todos os moradores da Quadra 88; o Prof. Tasso, assessor da Reitoria; os diversos assessores aqui presentes; o André, da AGU, que está aqui conosco.

E quero aproveitar esta oportunidade para historiar um pouquinho de todo o processo envolvendo a Quadra 88, a situação em que estamos atualmente e o que tem feito a universidade ao longo de todo esse período, sobretudo agora na minha gestão, mais recentemente, após a decisão judicial de todo o processo.

Na verdade, essa área foi doada para a Universidade Federal de Goiás pelo Estado em 1961, um pouco depois da sua criação, que ocorreu em 1960, na Praça Universitária, área onde a universidade inicialmente construiu as suas instalações.

Nesse período de muitas dificuldades para a construção de uma universidade, de uma nova universidade, ela começou a desenvolver as suas atividades nos prédios, nas unidades acadêmicas que já existiam à época: Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia do Brasil Central à época, Conservatório de Música, Farmácia e Odontologia. Todas essas faculdades estavam concentradas na Praça Universitária e, para a construção de novas instalações da universidade, nós recebemos em doação essa área de 28.000m² na Quadra 88.

De lá para cá, e mesmo antes disso, essa área, embora tenha sido doada à universidade, já estava parcialmente ou totalmente ocupada. Não sei exatamente como foi a ocupação parcial ou integral da área ao longo da história, desde a década de 50, mas ela já estava ocupada e permaneceu assim durante algum tempo.

Em 1993, por iniciativa do então Reitor da universidade, o Prof. Ricardo Bufáiçal, apoiado por decisão do Conselho Universitário, a universidade reivindicou a reintegração de posse de uma área que era legalmente sua. Naquela época e hoje havia moradores – muitos dos que estão aqui são moradores desde aquela época – e também a Universidade Católica, que invadiu, entrou um pouco na área da universidade. Então, na verdade, essa ação envolve os 53 moradores e também a Universidade Católica de Goiás.

A universidade entrou com uma ação em 1993. Esse processo se estendeu durante muitos anos – como é praxe, infelizmente, na Justiça brasileira, os processos não são rápidos –, e nós fizemos, por iniciativa da universidade e em concordância com as outras partes, em 2011, uma solicitação de interrupção do processo para que as partes pudessem entrar num acordo, procurando uma possível permuta de área, para preservar as famílias

nesse local e a União não ter nenhum prejuízo em relação àquela área. Esse prazo de seis meses foi cumprido, e não houve nenhuma proposta concreta que pudesse sustar a tramitação do processo.

Então, no decorrer do prazo de seis meses, o processo voltou a tramitar e, em 2013, houve uma decisão favorável à universidade, reconhecendo-lhe a posse daquela área. Mas, inicialmente, houve a decisão de que a universidade deveria indenizar os moradores, os detentores daquela área. A universidade recorreu, porque entendia que não cabia indenização por ocupação de área pública, por meio de embargos infringentes. Isso foi analisado pela Justiça e, agora recentemente, em agosto, nós tivemos essa decisão, afastando a possibilidade de indenização por não ser cabível a indenização em ocupação de espaço público, de área pública, e foi dado esse prazo de 60 dias para que as famílias e a Católica desocupassem a área.

É claro que, a partir daí, houve toda uma movimentação de todos nós, dos moradores e da Universidade, preocupados com o desfecho, que é um desfecho a que ninguém gostaria de chegar, de haver a desocupação da área, inclusive com coerção, se necessário. Então, a partir daí, tomei uma série de iniciativas. Reuni-me com os moradores, com um grupo grande de moradores –, o Vereador estava presente, a Roberta também –, fizemos esse mesmo relato e apresentamos a disposição da Universidade de encontrar um caminho. Nós queremos encontrar um caminho. Não seria legal qualquer iniciativa de a Universidade sozinha resolver. Ela não tem o poder de resolver. Ela não pode doar nem vender a área. Portanto, está afastada essa possibilidade.

Expus aos moradores que a única possibilidade que nós víamos para a possível solução da situação seria a proposta concreta de uma área, seja por parte da Prefeitura, seja por parte do Estado, para que fosse analisada a permuta dessa área por outra de valor equivalente, se fosse de interesse da Universidade.

A partir daí, Senador Ronaldo Caiado, estive em audiências com o Prefeito da cidade, Paulo Garcia, estive em conversação com o Vice-Prefeito Agenor Mariano, estive em audiência com o Governador do Estado, Marconi Perillo. Tanto da parte do Prefeito como do Governador, há a disposição de encontrar um caminho, uma solução. Estamos trabalhando nesse sentido. A Prefeitura já adiantou um pouquinho, apresentou-nos algumas possíveis áreas, que estão em análise. São áreas urbanas nem sempre adequadas, pela localização e pelo tamanho, às pretensões a Universidade, mas, de qualquer maneira, já é um primeiro passo. Em relação ao Estado, o Governador se mostrou sensível à questão. Afirmou, nessa audiência, que solicitaria ao liquidante do Estado, que é o Sr. Jailton, que procurasse, entre as áreas do Estado, aquelas que estariam disponíveis para essa possível negociação.

O Deputado João Campos, a Roberta e o Roney estavam comigo na audiência. Expus novamente toda a situação e a necessidade de haver uma proposta concreta. Ontem, falei novamente com o Vice-Prefeito Agenor e com João Campos, na tentativa de agilizar o processo. Todos nós estamos conscientes do prazo, que está correndo. Precisávamos ter um desfecho, uma proposta que pudesse nos embasar para encaminharmos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que é onde está tramitando o processo, e à AGU, que nos defende e que defende a União, um pedido de adiamento da execução para que a Universidade possa analisar as propostas de uma possível permuta.

Então, Senador, muito resumidamente, são essas as iniciativas que a Universidade tomou ao longo desse tempo, preocupada, obviamente, com a questão social envolvida no processo, mas tomando as medidas que estão ao seu alcance, que estão dentro da sua autonomia realizar. A nossa margem de atuação não é muito ampla, aliás, é muito restrita, e a possibilidade que vislumbro é a de termos uma proposta concreta de possível permuta. Estamos abertos a essa possibilidade. E é o que temos feito.

Nós temos nos empenhado em procurar essa solução – os senhores tenham certeza disso, acho que os moradores também sabem disso. Da parte da Universidade, nós temos feito tudo aquilo que é possível fazer para termos outro desfecho que não esse da desocupação, como está determinado pela Justiça.

Na verdade, só comentando um pouquinho a afirmação da Roberta, não é o Reitor que vai suspender a ação; o Reitor não tem esse poder; o Reitor, ao receber uma proposta concreta, vai encaminhar um pedido à Justiça para que ela... A gente espera que a Justiça seja sensível ao pedido da Reitoria e que ela suspenda; mas não é o Reitor quem suspende; o Reitor não tem esse poder de suspender uma decisão judicial; ele vai solicitar à Justiça que o faça, que tome essa decisão com base na proposta concreta.

Acho que é basicamente isso. Se houver necessidade, na sequência, estou à disposição para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço ao nosso nobre Reitor da Universidade Federal de Goiás, que também foi sucinto na sua exposição.

Passamos agora a palavra ao último expositor. Antes, porém, quero aqui agradecer a presença do Senador Wilder, representando também o nosso Estado de Goiás, e do Senador que representa o Estado do Ceará, Senador Pimentel. É uma alegria tê-los aqui nesta audiência pública, que está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado.

O Senador Pimentel é um Senador Líder do Governo no Senado Federal e terá importância também neste momento da negociação de um assunto que diz respeito à Universidade Federal de Goiás. Trata-se de uma área que está ocupada desde o início da construção de Goiânia, em 1938, por 53 famílias, e agora uma decisão do Tribunal Regional Federal determinou o despejo de todas as 53 famílias até a data do dia 18 de outubro; a partir daí, Senador Pimentel, eles serão multados, caso não cumpram a decisão de despejo, em R$1 mil/dia.

Só para fazer um esclarecimento aos nobres Senadores que chegaram após a fala da Drª Roberta Carvalho, que também representou os expositores, essa situação hoje é uma situação que intranquiliza todas essas pessoas, até porque são fundadores de Goiânia, são pessoas cujas famílias estiveram lá exatamente naquele momento em que Goiânia instalou-se como capital do nosso Estado. Isso trouxe um desconforto enorme, uma ansiedade muito grande para essas famílias, que, como V. Exªs podem ver, estão aqui representadas nesta audiência pública.

O fato é que nós estamos solicitando e interferindo neste momento para buscar uma solução definitiva, já que outras tentativas, como a Drª Roberta aqui citou, foram levadas adiante, mas não chegaram a um ponto conclusivo. Ou seja, abriram-se conversações, mas sempre foram canceladas, e, no final, nada era decidido. Agora nós estamos diante de um fato concreto, a decisão de um Tribunal Regional Federal, e, independentemente de sigla partidária, todos nós aqui estamos tentando, com a influência que nós temos no campo político, aglutinar-nos para buscar uma solução que tranquilize essas famílias.

Eu passo a palavra, então, ao último expositor, o Vereador Paulo Magalhães, do Solidariedade, pelo tempo de 15 minutos. Se for necessário alongar esse tempo, consultaremos a Mesa.

O SR. PAULO MAGALHÃES – Bom dia, Sr. Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Caiado; Senadora Lúcia Vânia, Senador Wilder Morais e nosso companheiro do Ceará, Senador Pimentel. É uma história triste. Quero também saudar nosso Reitor Orlando, que foi uma pessoa sensível quando o procurei, juntamente com esta Comissão.

Infelizmente, fui barrado na portaria. O histórico dessa luta toda está dentro do envelope. Eu não pude entrar na Casa com esse envelope, com as fotos e a matéria jornalística, mas eu vou falar alguma coisa que está aqui no computador, que ninguém consegue apagar.

Nosso Reitor disse que, em 1961, foi feita a doação. Acho incrível, Senador Wilder, como é que se doa uma coisa que já está ocupada, que não foi invadida e que foi colocada pela Primeira-Dama do Estado, considerada a mãe dos pobres, D. Gercina Borges Teixeira. No meio dessas senhorinhas, temos pessoas que foram lavadeiras de roupa, lavavam e passavam para D. Gercina e para mim, depois, D. Lourdes Estivallete. São pessoas simples, que também têm o protocolo da entrega do terreno. Na época em que o Pedro Ludovico fez Goiânia, ele dava um terreno para cada pessoa, e lá se fazia um cadastro e se dava um protocolo. Então, quem fez a doação para a Universidade Federal faltou com respeito a 53 famílias que ajudaram a escrever a história da cidade de Goiânia.

Quando fiquei sabendo disso, fiquei abalado, Senador Ronaldo Caiado. Fiquei abalado.

Nós procuramos a imprensa escrita, falada e televisada. Numa das manchetes, o jornalista foi muito infeliz no título da matéria, porque o jornalista tem obrigação de tirar o título da matéria, a matéria que nós fizemos – até expliquei para nosso Reitor – foi pedindo clemência, e o título foi agressivo. Nós não aprovamos o título da matéria.

Então, nós fizemos uma visita ao Reitor, e ele estava bem irritado com o título da matéria, e realmente dava para se irritar. E eu pedi desculpas, não foi, Dr. Orlando? Eu pedi desculpas a ele e disse: nós estamos pedindo aqui clemência. Queremos uma solução.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Só para esclarecer, o título da matéria era "Grilagem Federal", como se a universidade estivesse grilando aquela área, um título totalmente equivocado e mal-intencionado.

O SR. PAULO MAGALHÃES – Então, eu agradeço, ao Reitor, que, por sinal, mostrou-se uma pessoa sensível. E ele me falou: "De conversa nós estamos cheios. Traga uma proposta real, por escrito, a área onde vai ser, com preço equivalente ao que temos." E nós fomos para a briga.

No dia da assinatura da Senadora Lúcia Vânia no novo partido, eu chamei o PSOL, fomos para o corredor para esperar a Senadora Lúcia Vânia e o Governador. Por incrível que pareça, nosso presidente mandou a polícia nos tirar. "Daqui só saio preso ou morto!" E aí um vereador amigo ligou para o Governador, o Governador falou: "Fala que vão todos para a sala da comissão, que eu vou atendê-los." E conseguimos sensibilizar o Governador.

Mas, antes disso, já tínhamos sensibilizado a Senadora Lúcia Vânia, estivemos também no seu escritório, e ela se propôs a nos ajudar, por meio do Reitor, por meio do Ministro da Educação e por meio da Bancada. Tenho certeza de que temos três Senadores e dezessete Deputados que devem brigar por isso. É uma causa social, uma causa justa.

Quando olhei aquelas senhorinhas, uma de 85 anos, outra de 94 anos, e a manchete no jornal, "60 dias para desocupar", sem direito a indenização... É a primeira vez na história do mundo que eu vejo falar que uma pessoa ocupa uma terra por mais de 60 anos e, de repente, a Justiça manda tirar sem direito a nada. Chocou-me, Senador. E eu falei: só há uma alternativa agora, partir para Brasília, buscar nossa Bancada, buscar entendimento, falar com o Ministro da Educação e ver se o Governador pode realmente... Nós temos terra demais. A universidade não pode estar pensando em fazer nada dentro do centro de Goiânia, porque não há condições; a cidade, hoje, não tem condições de tráfego e nem área de estacionamento. Então, falei: vamos falar com o Prefeito Paulo Garcia. Doa-se terra para tanta coisa em Goiânia injustamente, por que, então, não fazer a doação de uma terra para que, realmente, deixem em paz...

Senador Ronaldo Caiado, essas senhorinhas, se forem tiradas de lá, podem mandar fazer o caixão. Vão enterrar o corpo...

Estou dentro dos 15 minutos.

E a história? Aqui, neste Congresso, precisa mudar um pouco. O povo está muito sofrido. E falta justiça social. Eu disse: por esta causa, que seja talvez a última, eu vou morrer lutando, por eles.

Espero que tenha conseguido sensibilizar os quatro Senadores que aqui estão, os quatro Senadores que aqui estão. Gostaria que fosse transmitido ao restante dos Senadores.

Agorinha, por incrível que pareça, no corredor, eu passei pelo Senador Romário, que eu achei que fosse uma pessoa popular, como o Zequinha Pagodinho. Eu falei: oi, Romário. Ele mal olhou para trás e falou: "Oi". Eu falei assim: eu penso que ele é Deus; eu tenho certeza de que ele tem certeza de que é Deus. Não pode ser assim.

Quando nós chegamos aqui, nesta Casa, é como quando vocês chegam ao nosso Estado, na nossa cidade para pedir voto: nós temos que ser respeitados como cidadãos. No meu gabinete eu até fiz uma proposta de arrancar a porta, mas o Regimento Interno não me permitiu, porque eu acho que o povo é o nosso patrão. Nós devemos dar satisfação a eles.

Por isso, eu tenho certeza de que esta vinda nossa aqui não foi inútil. Tenho certeza de que vamos conseguir mexer na sensibilidade que vocês têm, de homens de bem e de mulher de bem que vão poder nos ajudar nessa solução.

Eu deixei bem claro a esse pessoal: estou como vereador em Goiânia, mas nestas lutas eu não entro em busca de voto, eu entro em busca da história, da preservação daqueles que ali acreditaram na cidade de Goiânia na década de 30.

Vocês não reparem o meu estado emocional, mas eu vim de uma família muito simples. Por incrível que pareça, Ronaldo, eu era morador da invasão do Capim Puba quando menino. E a Dona Gercina mandou que nos levassem para o Setor Pedro, que era um cerrado. E eu cheguei lá e assisti todos abrindo a sua cisterna, fazer o adobe para construir sua casa. E hoje nós estamos na área nobre de Goiânia. Isso na década de 60.

Vou comemorar aniversário dia 12 de novembro. Fiz um projeto de lei e gostaria de contar com a presença dos três Senadores. Vamos comemorar no dia 15, no sábado. Vai ser uma grande festa.

Portanto, eu quero deixar bem claro a vocês: a nossa preocupação é com o social. Hoje estarei entregando 560 licenças para a Feira da Madrugada. Estou agasalhando 560 famílias, às 19 horas. Eu faço esse trabalho em Goiânia.

Portanto, eu não medi sacrifício para vir até Brasília para obrar, junto com essas 53 famílias, que vocês deem o direito a eles de ter uma escritura. O sonho de cada homem e de cada mulher é ter uma casa para morar, ter uma escritura para garantir o futuro da família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço a exposição do Vereador Paulo Magalhães, que também encerrou antes de extrapolar o seu tempo. Com isso, eu passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, que já havia solicitado. Logo a seguir, ao Senador Wilder Morais, também já com a sua inscrição. E ao Senador Pimentel.

Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Cumprimento, com muito carinho, a Roberta e, ao cumprimentá-la, quero parabenizá-la pela sua luta, pelo seu esforço e, acima de tudo, pela sua capacidade de argumentação.

Cumprimento o magnífico Reitor da Universidade, Orlando Afonso Valle do Amaral, um reitor sensível, que tem procurado solucionar um problema grave, um problema social da mais alta importância e relevância. Em momento nenhum, o Reitor nos faltou para abrir as diversas possibilidades que poderíamos ter neste trabalho. Portanto, cumprimento o Reitor pela sua sensibilidade e, acima de tudo, por seu espírito humano de compreender a aflição dessas famílias.

Quero cumprimentar o nosso Vereador Paulo Magalhães, combatível, lutador, um homem simples, mas que sabe sentir na pele a dor daqueles que lutam e daqueles que estão desamparados. O Paulo tem lutado tanto por esse problema que, sem dúvida nenhuma, isso o tem abalado psicologicamente. Não é fácil para um vereador enfrentar uma luta muitas vezes incompreendida por algumas pessoas com as quais ele teve contato.

Cumprimento o Senador Pimentel, e agradeço-lhe a presença aqui. A presença do Líder do Governo revela também a sensibilidade desta Casa com os problemas sociais que afligem não só o Estado de origem do Senador, que é o Ceará, como também todos os Estados do nosso País.

Cumprimento o Senador Wilder Morais, companheiro, que está aqui conosco ombreando nesta luta e que, sem dúvida nenhuma, nos ajuda a desvendar este problema.

Por fim, quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Caiado, pela sua combatividade, pela sua eficiência e, acima de tudo, pela oportunidade de trazer a esta Casa este debate. É um debate importante, porque grande parte dele vai se decidir realmente aqui em Brasília. Portanto, a iniciativa do Senador Caiado de trazer este debate e torná-lo público, não só para Goiás, mas para o Brasil inteiro, através da nossa televisão, sem dúvida nenhuma é uma iniciativa positiva, porque demonstra também a preocupação desta Casa com os problemas sociais que afligem nossa gente.

Quero dizer que fui procurada pelo Vereador Paulo, somos amigos e companheiros de longa data. Ele foi ao meu escritório acompanhado por um grupo de pessoas e, a partir dali, começamos a trabalhar de forma objetiva o problema. Conversamos com o Governador, que já havia conversado com o Reitor, e a primeira iniciativa do Governador foi no sentido de oferecer todas as condições para que se efetivasse a troca diária com a Universidade Federal. O Governador, em princípio, comprometeu-se, acho que houve uma negociação com o Reitor, que não se referiu a isso, mas o Governador me disse que teria oferecido uma área em Jataí, onde já há um *campus* da Universidade. Não sei se ele ofereceu ao Reitor ou a um professor, e o professor teria dito que aquela área não cobriria as necessidades da Universidade. Então, ele partiu para outra, pedindo agora ao Procurador-Geral do Estado, Dr. Alexandre Tocantins, que tomasse a iniciativa de formalizar um compromisso do Estado com a Universidade, para que ela pudesse tomar as providências no sentido de fazer essa troca.

Procuramos a AGU aqui, inclusive temos junto conosco um representante da AGU, Dr. André, que nos orientou quais caminhos que deveríamos tomar. Entre esses caminhos, ele acha que imediatamente a Universidade teria de entrar com uma solicitação de acordo, fazendo com que houvesse esta troca da área oferecida pelo Estado pela área onde estão os moradores.

Diante disso, é claro que a universidade não pode tomar essa iniciativa, sem que haja, por parte do Estado, uma formalização desse compromisso. Então, nós já recomendamos e, hoje ainda, teremos essa formalização do Estado. Hoje ou, no mais tardar, na segunda-feira, eu vou falar, sim, porque eu vou só no final de semana para Goiânia, mas o Paulo pode acompanhar isso.

O Estado vai formalizar o compromisso para a Universidade, para que a Universidade possa formalizar à AGU. O nosso representante da AGU já está preparadinho para receber a formalização, e, com isso, nós vamos ganhar um tempo até que haja o acordo total.

De imediato, o que eu posso dizer para os senhores é que o Governador pediu que eu dissesse a cada um que confiasse nele, que não vai se efetivar essa troca, essa mudança, essa desapropriação dos moradores daquela região. O Estado fará todo o esforço necessário, para que haja essa pacificação nessa região. Então, eu assumo aqui, com o Paulo, com os Senadores que estão presentes, com o Reitor da Universidade, o compromisso de formalizar toda essa documentação.

A desocupação da área só se fará após todos serem notificados. Eu não sei se todos já foram notificados. Eu queria que eu levantasse a mão quem já foi notificado. (*Pausa.*)

Depois da notificação, nós temos 60 dias. Qual é o primeiro que foi notificado? Qual é a data? (*Pausa.*)

Qual é a data?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Dia 14 de setembro. Então, nós temos 50 dias para trabalhar. É claro que não precisamos de 50 dias. Eu acredito que, na próxima semana, a gente já dá entrada na AGU. Naturalmente, acho que a Universidade já está aberta para isso. A única coisa que o Reitor solicitou é que fosse formalizado esse compromisso do Governador. Esse compromisso está sendo elaborado. Eu acredito que, no mais tardar, na segunda-feira, nós teremos esse compromisso em mãos, e o Reitor, então, fará a solicitação, porque há uma concordância do Reitor, no sentido de aceitar uma área do Estado em troca da permanência de vocês lá na...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... Quadra 88, no Setor Universitário.

Portanto, o nosso trabalho está sendo totalmente... Desde o primeiro dia em que vocês foram ao nosso gabinete, eu procurei localizar o processo, porque eu sou muito de ir atrás da legalização. Isso porque, como o Reitor colocou aqui, ele tem toda a boa vontade de fazer, mas ele não pode fazer, se ele não tiver o documento na mão. A mesma coisa, o Governador. Ele pode ter toda a boa vontade de fazer, mas, se ele não tiver o documento na mão, ele não pode fazer, porque vocês sabem que a área não pertence nem ao Reitor, nem ao Governador. A área é pública, então, precisa-se de uma documentação, para que isso seja feito.

Assim, o meu trabalho foi no sentido de ir atrás da documentação; ir à AGU, que é o órgão responsável, que vai dar a palavra final para nós, que vai suspender essa ação, para que vocês possam ter tranquilidade. Mas eu, pessoalmente, estou muito tranquila. E olha que eu não sou de fazer promessa, não! Mas eu acredito que estamos no caminho certo, que isso deverá ser resolvido. No mais tardar, dentro de 20 a 30 dias, nós teremos isso pacificado, se Deus quiser.

Eu quero encerrar as minhas palavras cumprimentando, mais uma vez, o Paulo Magalhães, nosso Vereador, pela sua luta, e quero dizer a você, Paulo, que você não está sozinho, nós estamos todos com você.

O Governador mandou um abraço. Falei com o Prefeito, porque, na eventualidade de uma área da Prefeitura ser melhor para a Universidade do que uma do Estado, o Prefeito está disposto a fazer a doação. Então, o Prefeito pediu-me que também estendesse a você o abraço, dizendo que sua luta é a nossa luta.

Parabéns a todos e muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

Gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Orlando, de comunicar a ausência do Parlamentar, um Senador colega nosso, aqui do Distrito Federal, Hélio José, que manda um comunicado a esta Comissão, dizendo que participa, em missão oficial no exterior, do Parlatino, na qualidade de membro do grupo brasileiro no Parlamento Latino-Americano, que está se realizando no México. Ao mesmo tempo, registro também a presença de meu amigo, Deputado Abelardo Lupion, que hoje preside a Cohapar, no Estado do Paraná, e que se faz presente nesta audiência aqui no Senado Federal.

Ao cumprimentá-los, passo a palavra ao Senador Wilder Morais e, por cinco minutos, me ausento, passando a Presidência à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Obrigado, Presidente, Ronaldo Caiado.

Cumprimento a colega e Senadora combatente Lúcia Vânia; cumprimento o Vereador Paulo Magalhães; Roberta Carvalho, que representa os moradores da Quadra 88; nosso Reitor Orlando Afonso – meus cumprimentos! –; o colega José Pimentel.

Não faço parte desta Comissão, Paulo, mas estava acompanhando, no meu gabinete, e ouvi atentamente você e o Reitor e vim para cá, correndo, me associar. Fui morador do Setor Universitário, conheço bem a realidade do Setor Universitário, fiz faculdade lá. Não se pode, nos dias de hoje, fazer um tormento com as famílias que foram criadas, na década de 30, naquele lugar. Com o que você disse também fiquei emocionado e sensibilizado: como você muda alguém que está, desde os anos 1930, 1938, 1960, naquele lugar? Mudar para onde?

Também me associo a você: naquele lugar, em que hoje o trânsito é tão complicado, teríamos outras soluções, sim, como disse a Senadora Lúcia Vânia, outras áreas, mas que não tirem o sossego dessas famílias, que já são sofridas, que merecem... Nessa altura do campeonato, tínhamos é que ajudá-las mais e não causar tormentos.

Sugiro ao nosso Reitor... Estava falando isto para o Pimentel: temos uma área gigante hoje, que é quase de 20 alqueires, área da Embrapa, que está ali ligada ao aeroporto, uma área do Governo. Fui secretário de Estado e tínhamos a ideia de prolongar a pista do aeroporto. Essa área hoje tem um centro de pesquisa pequeno e não é uma área mais, Senadora, que se utiliza para fazer pesquisa agrícola, até porque estamos no meio da cidade. Essa área também seria uma solução.

Vejo, Reitor, que não é hora de a gente querer colocar preço na área do Setor Universitário. Isso perdeu o sentido. Acho que a Universidade tem um papel muito maior e posso dizer o quanto eu, a Senadora, o Senador Ronaldo a estimamos e, na maioria das nossas emendas, o quanto temos destinado à Universidade Federal. Cito o meu caso, que venho de uma família muito simples, meu pai taxista, minha mãe costureira. Se eu consegui hoje ser Senador da República, foi talvez por ter oportunidade de ir à escola. Foi lá, no Setor Universitário, que me formei em Engenharia Civil.

Essa solução, tínhamos que arrumar, como disse a Senadora Lúcia Vânia, nos empenhar e, no mínimo, fazer um acordo com a Justiça para que essas famílias possam dormir sossegadas e não pensar que, do dia para a noite, terão que se mudar das suas casas, que construíram, cada um do seu jeito, na sua simplicidade, mas é o lar de que cada um gosta.

Vim aqui, Vereador, me associar e dizer que, nessa briga também, você tem mais um parceiro.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra, o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quero dar um bom-dia a todos, saudar a nossa Senadora Lúcia Vânia. Daqui a pouco vamos ter outro diálogo sobre o nosso Estado de Goiás, com relação à central de energia, a partir das 14 horas, e esperamos construir uma saída para que aquela empresa continue se fortalecendo. Nossos três Senadores acompanham de perto essa questão que é fundamental para o Estado de Goiás, para o Brasil. E acredito, nossa Senadora, que agora, às 14 horas, consigamos atender o justo pleito da Bancada de Goiás, de que V. Exª é a porta-voz, a linha de frente, seja porque é a Senadora que tem mais tempo de casa, jovem, mas com muito tempo de casa no Senado, tem mais experiência e está nos ajudando a construir uma saída para que aquela empresa continue cada vez mais forte, que é a vontade de todos os goianos, de todos aqueles que estão no Estado de Goiás.

Quero saudar o nosso Reitor e registrar que o papel das universidades é decisivo para que o nosso Brasil seja um País mais igualitário, mais justo.

Nosso Senador Wilder registra a sua origem, a sua profissionalização como engenheiro, que deve à Universidade. A minha situação no Ceará não é diferente. Sou advogado e devo à Universidade Federal do Ceará esse título. Se não fosse ela, eu não teria estudado. Meu pai também é aposentado pelo Funrural, com um salário mínimo, e minha mãe é aposentada como costureira, com um salário mínimo. As nossas origens são muito parecidas, independentemente do Estado a que estamos vinculados. É o sistema universitário que permitiu a cada um de nós ascender socialmente.

Quero saudar o Vereador Paulo Magalhães e dizer que lá no Ceará o pessoal tem o hábito de dizer que a vida do vereador é tão sofrida que termina em dor. Por isso, parabéns pelo seu trabalho.

Quero saudar a Srª Roberta. Não tive a oportunidade de ouvi-la. Hoje saímos daqui às 2h30 da manhã. Essa jovem mulher estava conosco, porque nós homens, Senador Wilder, resistimos um pouco mais, mas as nossas companheiras ficaram firmes ali ao nosso lado, estimulando para que possamos construir saídas para os graves problemas de um país que é extremamente desigual. E desigual principalmente com aqueles que têm menos posse.

Exatamente por isso, nossos reitores têm tido esse cuidado de fortalecer a oferta de mais vaga nas universidades e melhor qualidade, que é o Reune. É um conjunto de ações.

Se nós pegarmos, nosso Reitor, o Plano Nacional de Educação, nós queremos que 40%, no mínimo, da nossa juventude entre 18 e 29 anos, em 2030, tenha graduação ou esteja cursando. É um esforço muito grande que nossos reitores estão fazendo junto com a livre iniciativa escolar universitária para que efetivamente a gente possa construir essa nova nação por que todos estamos batalhando.

Não podemos esquecer os problemas. Eu sou daqueles que aprendi que os problemas existem para serem resolvidos.

Evidentemente que há momentos em que priorizamos mais alguns problemas e outros ficam ali meio esquecidos. E quando vem uma decisão judicial, o prazo é muito lento. Sou daqueles que aprendi que decisão judicial não resolve os problemas. Elas vêm para que a gente se sensibilize e paute esses problemas como sendo daqueles prioritários. E a decisão judicial aceita acordo. É isso que nós fazemos na maioria das ações que tramitam, seja no Estado de Goiás ou em qualquer parte do Brasil. E é o caso concreto.

Eu vejo, por parte da nossa Universidade, a boa vontade de construir uma saída, mas não pode também deixar de ter um espaço para continuar ofertando vagas para os filhos, inclusive desses que são moradores – não é, Paulo Magalhães, você conhece bem essa realidade que está lá, é um exemplo concreto?

Portanto, esse desenho que o nosso Governador Marconi Perillo está patrocinando, de encontrar um novo espaço físico, eu acho mais rápido. Porque se envolvermos a Embrapa, vai levar um certo tempo para que isso seja construído. Daqui que venha a doação, venha a regularização, as famílias não terão tranquilidade e nem a Universidade se programará para a nova realidade.

É evidente que o local é muito bom, fica perto do centro da cidade. E nós temos que ter um cuidado de não mais construir *campus* universitário muito longe do local de moradia, porque aí se cria o segundo problema para os estudantes, que é o deslocamento.

Portanto, sei que, pela exposição da nossa Senadora Lúcia Vânia, o Governador e o Prefeito estão envolvidos. O que nós poderíamos fazer era, rapidamente, construir esse termo de compromisso, porque, depois, terá que aprovar uma lei no Estado fazendo a doação. Ao mesmo tempo, nós, nossa Senadora e nossa Bancada de Goiás, precisávamos começar a pensar na construção do *campus* nesse novo local, porque a Universidade, pela sua característica, não tem receita própria. Senadora Lúcia, os nossos três Senadores, com apoio de todos nós – eu me prontifico a ajudar –, no Orçamento de 2016, precisávamos aprovar uma verba a mais para a Uni-

versidade poder também construir o novo *campus*, a nova realidade, porque vai precisar. Eu tenho certeza de que a Bancada de Vereadores de Goiás e a Bancada de Deputados Estaduais vão se debruçar sobre isso. Não precisa nem dizer do compromisso da Bancada de Senadores, porque aqui já está espelhado esse compromisso. Os Deputados Federais, fatalmente, terão a mesma compreensão.

Por isso, a minha vinda aqui, além de para conhecer mais detalhadamente a causa, é para me colocar à disposição para ser mais uma ponte ao lado dos movimentos sociais da associação da nossa Universidade e ajudar na construção do Orçamento de 2016, Senadores Lúcia Vânia e Ronaldo Caiado, que já saiu, para que possamos ter algo destinado à Universidade, se é esse o desenho, para encurtarmos os tempos e garantirmos o novo *campus*.

Portanto, venho aqui me solidarizar, trazer o nosso compromisso e dizer que os problemas existem para serem resolvidos. E é isso o que estamos fazendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada, Senador Pimentel. Eu gostaria só de informar a V. Exª que a Bancada de Goiás, este ano, já colocou a única emenda a que a Bancada teria direito para o Orçamento do próximo ano, no valor de 120 milhões. Ela foi toda colocada para a Universidade Federal de Goiás.

Passo a palavra ao magnífico Reitor e, logo em seguida, ao Senador Caiado.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Bom, deixe-me aproveitar a oportunidade para fazer alguns esclarecimentos em relação ao que foi mencionado por alguns dos que falaram anteriormente.

O primeiro esclarecimento, que acho importante, Senadora Lúcia Vânia, é em relação à possibilidade de utilização da área de Jataí nessa negociação. Eu já expliquei ao Governador, que entendeu perfeitamente, que isso não é possível, porque em Jataí nós temos um *campus*, que foi implantado em 1983 e, à época da sua implantação, o compromisso foi a Universidade iniciar os seus cursos e o Governo nos ceder uma área, que é essa que, finalmente, foi doada agora. Então, essa área está vinculada à criação do *campus* lá e só foi efetivada agora, mas, na verdade, não podemos misturar as duas coisas, porque essa área já tinha um compromisso vinculado à implantação do nosso *campus* em Jataí, que hoje é um belo *campus*, talvez o maior *campus* no interior do Estado, juntamente com Catalão. Eles são os dois maiores *campi* de universidades brasileiras no interior do País. Cada um deles tem mais de 3 mil alunos, 25 cursos de graduação, de mestrado e de doutorado. E talvez se transformem em universidades no futuro. Esse é um pleito das comunidades tanto de Jataí como de Catalão. Isso, obviamente, vai depender do esforço e do envolvimento de toda a Bancada de Parlamentares de adotar essa bandeira também de o Estado de Goiás ter mais de uma universidade. Jataí e Catalão são sérias candidatas e reúnem todas as condições para se transformarem em universidades independentes da Universidade Federal de Goiás, como fizeram outros Estados. O Estado de Minas Gerais tem doze universidades federais; o Rio Grande do Sul tem três, uma recentemente inaugurada, criada; o Paraná tem umas tantas; a Bahia tem quatro; e o Estado de Goiás só tem uma, e comporta mais de uma. Essa área...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em relação a ela, Reitor, ele já...

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Ele já entendeu. Ele chegou a pensar nessa ideia, acho que até mencionou isso aos moradores, mas não é possível.

Sim, Senador.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Reitor, eu queria também que confirmasse: o Governo tem uma área no *campus* vizinha de vocês. Na época, a gente estava até trocando essa área para fazer o centro de pesquisas da Embrapa. Também poderia fazer esse estudo. Perto do *campus* de Goiânia.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Da UFG?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Da UFG.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Não, nós temos uma outra área que também...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Poderia interessar essa, talvez?

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Não sei se a gente está falando da mesma área. Nós temos uma área colada, na verdade, dentro do nosso *campus*...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Isso.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – ... perto do rio, que é onde funcionava o nosso Agro Centro-Oeste, a nossa feira. Mas dessa área, na verdade, houve uma negociação na época do governo Iris Rezende, e o Governo repassou ao Estado R$8 milhões, com o compromisso de o Estado doar essa área para a Universidade. Então, essa área, no nosso entendimento, é nossa. Só não foi efetivada porque o Governo... Isso está em tramitação ainda, eu falei com o Jailton, que é o liquidante do Estado, e esse processo está na Procuradoria do Estado, em fase final de regularização. Então, essa também é uma área que não se presta a essa ne-

gociação, neste momento, porque, no nosso entendimento, ela já é nossa. Está documentado que o Governo Federal repassou ao Estado, à época, R$8 milhões em troca dessa área.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – E no interior, Reitor?

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Pois é. Nós temos, sim, interesse em uma área no interior, rural, próxima a Goiânia, de preferência – a alguns quilômetros, 100km –, porque nós não temos uma área de fazenda. Então, a área rural nos interessa.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Itauçu. Vamos colocar Itauçu para ele...

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Uma área rural nos interessa, e eu já disse isso ao Governador.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Você está puxando para o seu lado, não é?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – É pertinho de Taquaral, lógico. (*Risos.*)

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Não precisa ser uma área urbana. Uma área rural...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Não, essa é uma área rural. Ela foi até posta à venda, acho que não houve leilão. É uma área grande, nosso Presidente Ronaldo sabe.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Estamos abertos para visitar, conhecer a área...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Reitor.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Senador, eu queria...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – No interior é melhor.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – No interior acho que é mais fácil, nós teremos mais possibilidades do que na região urbana. Estamos abertos a pensar numa área no interior, e nos interessa; nos atende também.

Senador Wilder, eu só queria esclarecer também um ponto: não depende da nossa vontade, da vontade da Universidade, fazer uma troca sem se preocupar com valores. Nós não podemos fazer isso, porque a AGU vai defender a União, e vai cotejar preços. Não tenhamos dúvida de que teremos de fazer uma avaliação das duas áreas, e terá de haver uma equivalência de preços, senão seria uma irresponsabilidade fiscal, e não podemos ser irresponsáveis fiscais.

Então, não é... A boa vontade do Reitor, aí, não impera, não prevalece. Prevalece é preço mesmo. E não apenas o preço. Na verdade, temos de ver a função daquela área, a localização e as possibilidades de ocupação dessa área. Certamente, Senador Pimentel, qualquer apoio para a implantação de uma fazenda, por exemplo, que vai demandar investimentos, seria muito importante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – São 28 mil metros quadrados, a área da Quadra 88. Vinte e oito mil metros quadrados.

Nós sabemos do seu envolvimento...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – É uma área grande.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – ... do seu...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Quanto?

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Vinte e oito mil metros quadrados.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ROBERTA CARVALHO CRUVINEL – A Associação já fez o encaminhamento para a Caixa Econômica Federal. Na nossa tentativa de negociação em 2011, ela foi avaliada em 6,8 milhões. Hoje a gente pediu uma atualização dessa avaliação e amanhã a gente já pega o resultado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – É importante isso, nosso Presidente Ronaldo e Senadora Lúcia Vânia, até para a gente...

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Dimensionar, saber o tamanho da...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – ... ganhar tempo. Ganhar tempo, para a gente não... A gente já traz a medida certa...

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Claro, claro. Isso.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – O caso dessa fazenda lá de Itauçu, na região, é um pouco maior, então, se for o lugar, com certeza, poderia ser uma saída.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – E não haveria problema, também, em conjugar mais de uma área, se for necessário, não é?

Eu queria me referir ao Senador Pimentel. Acompanho de perto o trabalho dele no Ceará. Estivemos juntos na reunião do Fórum de Reitores...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Na Casa de José de Alencar.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Na Casa de José de Alencar. Eu tomei posse como Diretor da Andifes naquela oportunidade. O Jesualdo, que era o reitor à época, estava passando o cargo, agora é o atual Secretário de Educação Superior. Eu falei com ele, ele me ligou agora há pouco, porque está a par também dessa situação, está acompanhando, juntamente com o Luiz Claúdio. Então, eu fiz esse movimento não apenas em nível do Estado, com o Prefeito, com o Governador, mas também no Ministério da Educação, procurando sensibilizar os nossos secretários, nossos dirigentes, na busca de uma solução.

Mas, então, em relação a preço, não está na nossa autonomia aceitar uma negociação que implique prejuízos à União, não há como. E áreas da União também não servem. Nós temos que pensar em áreas do Estado, porque a União não vai permutar com a própria União. Então, qualquer área da União não entraria nessa negociação, tem que ser uma área do Estado ou do Município.

Próximo, quase no interior do *campus*, na realidade, no interior do *campus* da Universidade, há um centro de treinamento da Emater. Essa área nos interessa muito. Há a área do aeroporto, da Embrapa, e tem a área...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Da Emater.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – ... da Emater dentro do *campus*, me parece, com pouca utilização, bastante...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não, hoje já há muitos benefícios lá. Eu acho lá mais difícil.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Uma estrutura maior montada já, na área de pesquisa.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Tem uma estrutura, sedia muitos eventos, tem quase que um hotel para acomodar as pessoas, alojar. Mas essa é uma área que nos interessaria, se fosse possível.

Concordo perfeitamente com o Senador Wilder, com o Senador Pimentel, que disseram que a decisão judicial nos pressiona, nos coloca uma pressão, uma premência de procurar uma solução. Eu acho que isso está mobilizando todos nós aqui, Senador Caiado, Lúcia Vânia, Wilder, Deputados que estão envolvidos nesta discussão, Governador, Prefeito. Eu acho que é essa junção de vontades, de procurar uma solução, de encontrar uma solução com a Universidade, obviamente, é que vai nos conduzir a essa solução, tirar essa preocupação nossa e nos fazer voltar, Senador Pimentel, à nossa grande missão que é fazer crescer a Universidade, expandir a Universidade, oferecer mais vagas, torná-la mais inclusiva, que é o que temos feito. Tivemos a oportunidade de fazer isso nos últimos anos, e fizemos, sem dúvida nenhuma, muito bem. Queremos continuar com esse processo e não queremos desviar desse caminho por questões que nos perturbam, que nos tomam tempo, geram preocupações e nos desviam um pouco do foco principal da Universidade que é atender a população com educação de qualidade, com pesquisas, com extensão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bem, eu quero, nesta oportunidade, agradecer aqui a presença dos nobres pares, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Wilder Morais, também do Senador Pimentel, do Vereador Paulo Magalhães, cumprimentar também a Drª Roberta pela exposição que foi feita, estender os cumprimentos ao nobre Reitor da Universidade Federal de Goiás, Dr. Orlando.

A todos vocês que estão participando aqui, que vieram representando as 53 famílias da Quadra 88, do Setor Universitário, os meus cumprimentos pela luta de cada um. Eu sei e vejo aí no rosto de cada um a ansiedade, a angústia com uma decisão judicial já tomada, com o tempo correndo.

Há aquilo que a Drª Roberta colocou, ou seja, outros acordos também já foram firmados em anos anteriores e, infelizmente, nenhuma solução ocorreu. Com isso existe, por parte de todos, uma ansiedade enorme, Sr. Reitor, que é ver o tempo chegar com a multa de R$1 mil dia e, depois de tudo isso, um processo que cada vez dificulta mais chegar a um entendimento, já que o valor daquela área precisa ser identificado.

Como nós temos aqui o representante da AGU, nada melhor do que a Caixa Econômica Federal para poder identificar o valor daquela área específica, em uma região que, apesar de ser centro de Goiânia, hoje Setor Universitário, é uma região também que não é tão valorizada assim, uma região que não é, nós estamos falando aqui com o Senador Wilder, que conhece bem essa área de mercado e sabe que ali não é uma área, vamos dizer, de grande demanda para se fazer grandes projetos. É uma área muito mais... Já ocupada por pessoas que tiveram a sua origem ali, na mudança da capital para Goiânia.

Com isso, eu quero ponderar que, como colocou aqui o Senador Wilder e também a Senadora Lúcia Vânia, caso haja outras áreas... E aí, sim, o nobre Reitor sabe da importância de a Universidade Federal de Goiás

ter uma área rural. Isso é fundamental, principalmente para o que nós estamos mais avançando hoje, que é na área da agropecuária. E nós estamos vendo a área de pesquisa das universidades perdendo espaço enormemente para aquilo que, sem dúvida, é o ponto alto da economia do nosso Estado.

Nós ainda não conseguimos ser um Estado transformador, nós somos ainda um Estado produtor de *commodities* e, como tal, nós precisamos, mais do que nunca, de especializar, cada vez mais, nossos técnicos, nossos agrônomos, veterinários e zootecnistas, nós precisamos chegar a uma produtividade, porque hoje Goiás é uma referência em tecnologia, mas muito mais pela iniciativa privada do que realmente pelos órgãos do Governo, seja pela Emater, seja também na área da Universidade Federal de Goiás. Esse é um desafio que Goiás tem. Nós, hoje, somos compradores de tecnologia, essa é a grande verdade. Nós, hoje, não desenvolvemos a nossa tecnologia. Nem mesmo, com todo respeito, a Embrapa, hoje, em Goiás, consegue responder a nossa demanda. E acho que esse é um grande desafio da Universidade Federal de Goiás.

Essa proposta de uma área rural também é fácil de ser avaliada, porque, se nós temos uma área urbana avaliada pela Caixa Econômica Federal, se nós temos uma área rural avaliada pelo Banco do Brasil, são exatamente dois parâmetros de dois bancos oficiais que trabalham exatamente nessas áreas, ou seja, fazem uma avaliação urbana e fazem uma avaliação rural, não haveria por que a AGU dizer que esse valor não é compatível, até porque são dois órgãos do próprio Governo. Quanto a isso nós chegaríamos a um entendimento e, com isso, protocolaríamos rapidamente essa solicitação de permuta junto à AGU e resolveríamos esse impasse, que já se arrasta desde 1938 – não é isso, Vereador Paulo Magalhães, 1938? Quer dizer, já passamos para o outro século e as coisas ficam aí, talvez, para os bisnetos e para quem entrou lá num primeiro momento.

Bom, eu quero dizer que foi produtiva a reunião. Eu acho que houve um entendimento aqui. E o nobre Reitor também reconheceu que essa Bancada de Goiás, sempre, com 20 anos na Câmara dos Deputados, como a Senadora Lúcia Vânia, com os demais Deputados Federais e Senadores, nós sempre destinamos emendas para a Universidade Federal de Goiás. Então, hoje, nós estamos aqui numa posição também, de uma certa maneira, de credores para resolvermos este problema de vocês. A vida toda, a Universidade Federal de Goiás teve e tem o nosso apoio. Em toda demanda, em todo momento, a Universidade Federal de Goiás teve da Bancada de Goiás posição fechada. Isto faz com que o Reitor saiba o livre trânsito que ele tem, um trânsito suprapartidário. Nós nunca fizemos, nas nossas lutas pela Universidade Federal, um campo de batalha do campo de vista partidário ou ideológico. Nós sempre respeitamos a posição da Universidade, mas sempre a apoiando.

Então, é com esse mesmo espírito que V. Sª vai receber aqui a posição do Senado Federal. Como V. Sª tem uma liderança enorme e, ao mesmo tempo, sei que a posição de V. Sª é uma posição de responsabilidade, mas a decisão final é da AGU, é fundamental que possamos ter da sua equipe, Sr. Reitor, todo o interesse para que essa matéria seja exatamente avaliada nesses próximos dias. Nós já estamos aí nos últimos estertores. Um prazo para poder negociar uma área, fazer a permuta e encaminhar para a AGU não é uma coisa de um dia para a noite, vamos ser bem realistas. E ninguém aqui tem mais do que 30 dias de prazo, pouco mais de 40 dias, já que o prazo da primeira intimação só tem o prazo de 50 dias. Imagine bem, amanhã, ter de se calcular, em cima da área, multas sobre cada uma das pessoas físicas!

Eu não sou advogado, Lúcia, mas veja bem: se há uma área que foi decidida pelo Tribunal Regional Federal como sendo uma área da Universidade Federal de Goiás e se neste momento não podemos fazer uma permuta, imagine que, depois da data que deram como prazo, vão incidir mil reais por dia sobre cada uma das pessoas. Então, já vai entrar uma multa acrescida ao valor da área. Aí o Estado só pode arcar com a área. E quem vai pagar a multa do cidadão?

Quer dizer, acho que precisávamos conseguir mesmo que esse processo não avançasse nesse lado, porque, no momento em que ficar a pessoa física – agora, também devedora – com a multa mais reajuste anual, isso, daqui a alguns dias, vai estar com valor maior do que o da própria área. Daí a pouco, não haverá como fazer um bem do Estado pagar a dívida de pessoa física. O Estado não pode quitar dívida de pessoa física. O Estado pode fazer uma permuta com a área da Universidade Federal de Goiás. Isso é aceitável, e é tudo legal. Agora, não entendo como amanhã, se as pessoas passarem a receber uma multa de mil reais por dia, o Estado poderá incluir essa multa na transferência de uma área.

Pois não, pois não.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Alguns esclarecimentos, Senador, se me permite. Também não sou jurista, mas o André, que é da AGU, está aqui.

Na verdade, se tivermos uma proposta concreta, vamos nos manifestar no processo, pedindo um prazo, para que façamos essa análise. Nós não precisamos ter todo o processo de avaliação das duas áreas, cotejamento de preços de imediato, para sobrestar o processo. Uma vez manifesta essa posição do Estado ou da Prefeitura com a proposta de uma permuta, esse prazo, no meu entendimento, para de correr. Então, ganhamos tempo. Esse tempo pode ser... Nós podemos pedir um prazo de 90 dias, de 120 dias. Isso nós vamos definir,

e a Justiça vai acatar ou não. Acho que vai ter sensibilidade para acatar. Então, temos, sim, um prazo maior. A posição será a de sobrestar o prazo...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Está certo, o prazo.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – ... o processo.

Uma outra coisa: mesmo definido tudo isso, acertando-se valores e áreas a serem permutadas, isso depende de um decreto do Executivo. Isso vai passar por um decreto do Executivo. O Tribunal Regional Federal vai dar seu parecer favorável, isso vai para o Congresso – tem de passar pelo Congresso – e depois para um decreto do Executivo.

Nós temos um processo pela frente, não vamos resolver isso em pouco tempo. Mas, uma vez caminhando assim, o problema se resolve.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O que gostaria de dizer, Ronaldo, é o seguinte: são duas etapas. A primeira etapa é suspender a remoção. Essa é a primeira etapa, que vamos resolver com o termo de compromisso que o Governador vai assinar com a Reitoria. Posteriormente, entramos com esse documento na AGU, para suspender e dar um prazo para que possamos avaliar a área, fazer todos os trâmites legais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bem, fui repetitivo nisso, Senadora, porque o relato da Drª Roberta é bem claro em dizer que esse assunto vem se arrastando por décadas, sem a devida solução, apesar de a área já ter sido declarada, em 1986, de utilidade pública para fins de desapropriação. Em 2004, foi firmado um termo de ajuste de conduta em que o Ministério Público do Estado de Goiás, a Prefeitura de Goiânia e o Governo do Estado ajustaram a data limite de 30 de novembro de 2004 para a regularização da quadra. Quer dizer, não estamos aqui iniciando uma situação nova. Essa situação já existiu e não foi concluída.

Então, o que precisamos neste momento é não deixar que esse assunto também seja mais uma situação semelhante à de 2004. Ou seja, iniciou-se um processo, foi engavetado, não houve decisão, e o quadro em 2015 é a mesma angústia e ansiedade para cada um dos senhores e das senhoras. Então, é por isso que acho que precisamos acelerar esse entendimento meu.

Conheço V. Sª, nobre Reitor, eu sei da sua sensibilidade e da sua formação, como homem e reitor que é, de formação humanitária, para buscarmos esse entendimento mais do que rápido, para que, pelo menos, haja o entendimento do valor. No momento em que a Universidade Federal e a AGU tiverem aceitado a permuta, aí sim, eu concordo plenamente, o resto é tramitação burocrática, não há problema algum. E aí eu concordo com V. Sª: pode demorar três meses, cinco meses, seis meses, um ano, mas ninguém vai estar angustiado, ou seja, já foi aceito. Agora, nós estamos trabalhando no campo virtual. Nós não sabemos que área é, se é rural, nem o valor, nem nada.

Então, esse é o assunto que eu acho que nós precisamos acelerar, para que, tendo a permuta sido aceita, a AGU faça a análise de valor, e pronto. Com a tramitação burocrática, nós nos ocupamos dela. Eu acho que, no momento também, todos eles vão ficar em paz, em tranquilidade.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Presidente Ronaldo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Só para contribuir aqui: eu acabei de confirmar, Presidente Lúcia Vânia e Ronaldo, da fazenda que o Governo tem entre Itauçu e Araçu, ele tem uma fazenda acima de 100 alqueires, dessa fazenda, ele tentou, numa época, o Governo, fazer uma venda. Eu acho que está muito bem localizada e acho que esse poderia ser um trabalho, já que a Universidade tem interesse e o Governo tem essa propriedade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Wilder, o Alexandre Tocantins está levantando todas as áreas para fazer a proposta. Eu acho que é mais razoável. Como eles têm tudo na mão, ele está levantando dez ou doze áreas e vai apresentar à Universidade para a gente entrar com o termo de compromisso. O primeiro momento é esse. Não há como definir local agora, porque a Universidade tem que fazer uma análise.

Eu gostaria de passar à Universidade a nossa emenda de Bancada.

Com a palavra, o Vereador Paulo Magalhães.

E eu passo a Presidência para o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PAULO MAGALHÃES – Eu estou em dúvida, Senador. Quando o nosso Reitor fala em valores... Essa área foi doada, e o Governador vai doar uma outra área. O prejuízo não pode ser o sacrifício dessas famílias. O ser humano em primeiro lugar! Se a Universidade Federal está pegando uma outra área, ela não comprou a área, foi doação, então, eu gostaria que fosse considerado que o ser humano merece mais respeito, porque tem valor, valor de vida. Agora, a faculdade não tendo prejuízo, recebendo uma outra área, não vamos ficar também debatendo se o lote... Hoje, por exemplo, o Setor Universitário... Há lugar, por exemplo, lá na região

noroeste em que o lote vale mais do que lá na região do Setor Universitário, porque ninguém quer mais ficar no centro de Goiânia, ninguém quer mais tumulto de carro. Então, eu acho que agora só está precisando do bom senso, porque vontade política eu tenho certeza de que nós estamos tendo.

Então, eu acho que a Senadora Lúcia Vânia falou tudo certo. O cidadão só é mau pagador até pagar a conta. Entrou num acordo, o Governador assinou o termo de compromisso, suspende; suspende-se a ação, até dão um prazo à Universidade para aceitar esta área ou aquela área e realmente essas famílias possam dormir em paz. Porque não é possível que pessoas da idade que nós temos aqui, de 80, 90 anos, tenham que esperar mais tempo. Então, o Senador Ronaldo Caiado foi muito feliz na sua colocação: precisamos de agilidade, o mais rápido possível.

Quero agradecer o senhor, Senador, pela sua intervenção, pela sua vontade em ajudar a nós, Senador Ronaldo Caiado, que nos convidou aqui para que isso acontecesse, e a Senadora Lúcia Vânia. Quero também agradecer ao Sr. Orlando, que é o nosso Reitor da Universidade Federal. Nós vamos ter um pouquinho mais de sensibilidade. E à AGU, por exemplo, quero agradecer, ao senhor – qual é o seu nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO MAGALHÃES – André. Por gentileza, meu amigo, olhe essas pessoas com carinho. Peça lá ao seu chefe, poderoso, que dê um prazo para que nós possamos fazer essa negociação e se possa deixar essas famílias em paz.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito bem. Bom, a audiência pública eu acredito que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não, pois não. O Exmo Sr. Reitor solicita a palavra.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Eu não poderia, Exmo Sr. Senador Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Wilder, mais uma vez, deixar de registrar o agradecimento da Universidade Federal de Goiás por esta oportunidade, por esta audiência e, sobretudo, por aquilo que já falei antes, que é essa parceria, essa sensibilidade que a Bancada tem, esse carinho que a Bancada tem com a Universidade Federal de Goiás. E isso, ao longo dos últimos anos, principalmente depois do mandato do Prof. Edward.

Essa emenda que foi alocada agora para o Hospital das Clínicas vai nos permitir terminar o nosso Hospital das Clínicas, que será, depois de construído, o maior e melhor hospital do Centro-Oeste. São 20 andares, 600 leitos, leito SUS para atender a população carente do Estado do Goiás. Isso graças, sobretudo e quase exclusivamente, às emendas de Bancada que nós temos recebido dessa Bancada que é tão sensível e tão parceira da nossa Universidade.

Muitíssimo obrigado pela audiência e por esse apoio constante e permanente de todos vocês, Senadores e Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu que agradeço. Quero dizer que, o próprio Reitor reconhece, o nosso crédito é grande. Então, tenho certeza de que ele vai se sensibilizar muito neste momento do acerto e do entendimento para que essas famílias, pelo menos, tenham um retorno para Goiânia em paz, tranquilidade e para que possamos ter aí, pelo menos, um raio de esperança, na expectativa de que este assunto será convalidado em relação à permuta.

Quero agradecer a todos os presentes, aos nobres Senadores que estiveram aqui na reunião de hoje, a todos os visitantes que aqui vieram, também à Drª Roberta, ao nobre Reitor Dr. Orlando, ao Paulo Magalhães, à Senadora Lúcia Vânia, Senador Pimentel, Senador Wilder Morais.

Quero informar aos membros da Comissão que, nas duas próximas semanas, 30 de setembro e 7 de outubro, nos termos dos RDRs nºs 33, de autoria do Senador Wellington Fagundes; 34, de autoria dos Senadores Simone Tebet, Donizeti Nogueira e eu; 35, de autoria do Senador Donizeti Nogueira; 41, de 2015, também de minha autoria, a CDR irá realizar duas audiências públicas, com vistas a subsidiar a instrução do PRS 01, de 2013.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

ATA DA VIGÉSSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRINTA DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia trinta de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Elmano Férrer, Walter Pinheiro, Regina Souza, Hélio José, Dário Berger, Maria do Carmo Alves e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. Às nove horas e cinquenta e nove minutos o Senador Ronaldo Caiado assume a Presidência da Comissão. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 37, de 2015 – CDR "Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater as novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem – matéria sob exame do Tribunal de Contas da União na Representação nº 019.819/2014-5. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 40, de 2015 – CDR "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater o Plano Nacional de Fronteiras, em razão do Relatório produzido recentemente pelo Tribunal de Contas União (TCU) sobre o tema. Sugiro que para a referida audiência sejam convidados: 1. Um representante técnico do Tribunal de Contas da União (TCU). 2. A Secretária Nacional de Segurança Pública, senhora Regina Miki. 3. Um representante do Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA). Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado. Observação: subscreve o requerimento o Senador Wellington Fagundes. Às dez horas e doze minutos reassume a Presidência da Comissão o Senador Wellington Fagundes. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR, Nº 41, de 2015 – CDR "Requer aditamento ao Requerimento (RDR) nº 33, de 2015, para convidar os Srs. José Alves Filho e Herculano Anghinetti, representantes da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (ADIAL BRASIL), a comparecerem em audiência pública a ser realizada nesta Comissão. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. ITEM 04 – PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 23, DE 2014 – Não Terminativo – "Institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, acatando parcialmente a Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo). Às dez horas e vinte e sete minutos o Senador Hélio José assume a Presidência da Comissão. ITEM 05 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2014 – Não Terminativo - Torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público. Autoria: Deputado Vander Loubet. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2014 – Não Terminativo - Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências. Autoria: Deputado Mário Heringer. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do PLC 48/2014, com uma emenda que apresenta e rejeição do PLC 71/2014. Resultado: Adiado. Às dez horas e trinta minutos, o Senador Paulo Rocha assume a Presidência da Comissão. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO nº 210, de 2010 – Não Terminativo - Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO nº 347, de 2014 – Não Terminativo - Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa "Minha Casa, Minha Vida", para determinar que não pode ser negado o crédito imobiliário devido a restrições junto a banco de dados de proteção ao crédito, a mutuários que contem com a garantia do Fundo Garantidor da Habitação Popular. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015 - Terminativo - Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendên-

cia de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA: ITEM 09 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2015 - Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado 186, de 2014, que dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional. Para tanto convidamos: Representante do Instituto Brasileiro Jogo Legal; Representante do Ministério Público Federal; Representante do Programa Ambulatorial do Jogo do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo; Ciro Batelli, empresário e ex-vice-presidente do Caesars Palace, em Las Vegas. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 24ª, da 25ª e da 26ª Reuniões da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião estava dividida em duas partes. Em virtude da impossibilidade da presença do Presidente da CDR, Senador Davi Alcolumbre, a primeira parte, destinada à aposição do retrato do Senador Antonio Carlos Valadares na Galeria dos ex-Presidentes, fica, então, adiada.

Eu gostaria também de já estar incluindo requerimento de minha autoria, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2014, que dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional. Para tanto convidamos: representante do Instituto Brasileiro Jogo Legal; representante do Ministério Público Federal; representante do Programa Ambulatorial do Jogo do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo; Ciro Batelli, empresário e ex-Vice-Presidente do Caesars Palace, em Las Vegas.

Eu gostaria, então, de indagar dos presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do requerimento.

O requerimento será deliberado ainda nesta reunião.

Eu gostaria de convidar o Senador Caiado para presidir a reunião enquanto eu faço a leitura desse requerimento. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Item 9.

ITEM 9
Requerimento Nº 42, de 2015

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado 186, de 2014, que dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional.
Para tanto convidamos:
Representante do Instituto Brasileiro Jogo Legal;
Representante do Ministério Público Federal;
Representante do Programa Ambulatorial do Jogo do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo;
Ciro Batelli, empresário e ex-vice-presidente do Caesars Palace, em Las Vegas;

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Passo à leitura da justificativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2014, tem a intenção de debater e instituir a exploração dos jogos de azar no Território nacional.

Muito embora seja inegável a relevância do aspecto financeiro que a implantação e disseminação dos jogos de azar poderia trazer à economia brasileira, é necessário priorizar a análise dos demais critérios que compõem a sua essência.

Nesse sentido, gostaríamos de trazer à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo um representante do Instituto Brasileiro Jogo Legal e o empresário Ciro Batelli, a fim de melhor elucidarem os benefícios da implantação do jogo.

Por outro lado, visando ao engrandecimento da discussão, acreditamos ser imprescindível a participação do Ministério Público Federal para tratar da legalidade e consequências da prática dos jogos e um representante do Programa Ambulatorial do Jogo, para discorrer sobre como o vício afeta o cotidiano daqueles que participam do jogo.

Neste contexto, peço o apoio dos demais pares para aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu só gostaria aqui de fazer um comentário, já que tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – O Requerimento nº 42, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para registrar, não é?

Estou relatando aqui, nesta Comissão, o Projeto de Resolução nº 1, que trata da unificação das alíquotas fiscais. Inclusive, V. Exª conhece muito bem esse assunto e é muito importante esta Comissão discuti-lo. Tanto é que depois vamos estar falando sobre ele aqui nas audiências públicas que pretendemos fazer. E aí eu quero elogiar, inclusive, a participação, Senador Caiado, de V. Exª e de outros Parlamentares desta Comissão que têm procurado exatamente debater o assunto na Comissão a que ela foi distribuída.

Por isso, eu creio que o papel das comissões permanentes é muito importante. Tanto é que eles são distribuídos e aqui nós temos comissões permanentes, onde temos técnicos, os setores interessados da sociedade têm a oportunidade de participar. Por isso, nós estamos fazendo esse requerimento, até porque também foi criada uma comissão especial pelo Presidente do Senado.

Esse assunto dos jogos de azar estava aqui, na Casa, há muito tempo, muitos, inclusive, tinham dificuldade de colocar esse assunto em pauta. Quando o Presidente perguntou se eu aceitaria relatar esse projeto, eu disse que sim, porque eu acho que é um assunto pertinente para a sociedade discutir.

Nós sabemos que os navios vêm para cá para fazer, na nossa costa, os jogos. Enfim, há outras tantas alternativas e países vizinhos que exploram. No Brasil, já exploramos, no passado, os cassinos, que foram geradores de empregos.

Então, para mim é um desafio, mas, ao mesmo tempo, eu penso que esta Comissão tem o papel relevante de discutir este assunto. Por isso, inclusive, eu propus esse requerimento e espero que a Comissão cumpra o seu papel ao chamar aqui a sociedade, todos os setores interessados. Tanto é que, no nosso primeiro requerimento, estamos chamando, inclusive, quem pode discutir os entraves desse projeto, como é o próprio Ministério Público, o Instituto, que nós já colocamos, para falar sobre os impactos que isso pode trazer até na dependência.

Enfim, essa é uma matéria gerará muita discussão, e é por isso que eu acho que ela é um desafio nosso. Nós entendemos que uma comissão especial, com várias matérias, não pode acabar, não pode tirar, não pode diminuir a importância e a relevância das comissões temáticas.

Por isso, quero agradecer a aprovação e contar, inclusive, com a parceria do Senador Caiado, já que é um assunto bastante complexo. Entendo que ele tem que ser aprovado de uma forma calma. Não podemos, de afogadilho, de uma hora para outra, querer aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Concordo cem por cento com a exposição feita pelo nobre Senador Wellington. É uma matéria que tem tudo a ver, principalmente, com as políticas dos Estados, que têm que ter algum mecanismo para poder atrair as indústrias, para poder trazer oportunidade de emprego e, ao mesmo tempo, a industrialização do interior, a competitividade com os Estados que têm maior estrutura no País.

Lógico que estamos dispostos a fazer esse debate. Não queremos, de maneira alguma, fazer com que nossos Estados façam o que injustamente rotulam de guerra fiscal, pois são incentivos que são dados. Da mesma maneira que Estados do Sul e Sudeste se beneficiam com 82% dos repasses do BNDES, pois apenas 18% ficam no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste. Temos também os incentivos que são direcionados pela União, na área de incentivos fiscais, na área de isenções de IPI.

Enfim, eu acho que não se trata de ficar, como colocou o Senador Wellington, em uma queda de braço. Eu acho que nós temos de nos entender e de saber que nós vivemos aqui o pior momento da economia do País. E temos que saber se é possível uma mudança de método, de prática, ou de retirada de incentivos, ou de criação de fundos, como propõe o Governo Federal.

Hoje em dia, nós estamos vendo é que – e isto nos preocupa – vai causar muito mais uma estabilidade no seio dos empresários que estão nos Estados que têm como ferramenta de incentivo da industrialização esse diferencial do ICMS. No momento em que um requerimento como esse for aprovado, basta isso para que haja uma total desarticulação dos setores. Cria-se um clima de pânico, alardeia-se que as empresas estariam saindo dos nossos Estados. Enfim, é algo que nos preocupa.

Nós vivemos um grave momento da economia brasileira, gravíssimo. Estou na Casa há 20 anos como Deputado Federal, agora como Senador, e jamais assisti a nada parecido com o momento que nós estamos vivendo.

Assim, acredito que, como muito bem colocado aqui pelo Senador Wellington, essa matéria atinge principalmente os Estados do Centro-Oeste. É uma matéria que precisa ser mais bem esclarecida para que não provoquemos uma inquietação e um distúrbio ainda maiores na economia e nos empregos das nossas regiões.

Senador Wellington, eu gostaria...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu também gostaria de pedir que V. Exª encaminhasse o item 2 da pauta, que eu estou subscrevendo, que é um requerimento da Senadora Simone Tebet, cuja leitura eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Certo, Senador.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 40, DE 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater o Plano Nacional de Fronteiras, em razão do Relatório produzido recentemente pelo Tribunal de Contas União (TCU) sobre o tema.
Sugiro que para a referida audiência sejam convidados:
1. Um representante técnico do Tribunal de Contas da União (TCU).
2. A Secretária Nacional de Segurança Pública, Srª Regina Miki.
3. Um representante do Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Autoria: Senadora Simone Tebet
Observações:
- Constou na pauta da 26ª Reunião, em 23/09/2015.

Agora também acrescida a assinatura do Senador Wellington.

Concedo a palavra ao Senador Wellington para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Como V. Exª já leu, eu quero apenas falar aqui da justificativa desse requerimento.

De acordo com o Acórdão nº 014.387/2014-0, do Tribunal de Contas da União (TCU), que teve como relator o Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, aprovado em 9 de setembro último, há problemas na atuação do Poder Executivo na região de fronteira. O Relatório, produzido a partir de auditoria do TCU abrangendo o perímetro da fronteira dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, onde foram realizadas entrevistas com os dirigentes dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela promoção do desenvolvimento, segurança e integração da região, assinala que há deficiências no arcabouço normativo brasileiro para a região e que há dificuldades de coordenação e atuação dos vários órgãos públicos na fronteira, com destaque para aqueles dos ministérios da Justiça, Defesa e Fazenda.

Observa-se, ainda, que são grandes os desafios enfrentados pelo conjunto de políticas públicas de naturezas transversais que alcançam a fronteira brasileira, sobretudo pela complexidade de áreas envolvidas, com elevados graus de interferências mútuas, sob esforços coordenados constituídos em multiníveis. A carência de

maior integração com os países vizinhos e a desmotivação dos servidores são outros problemas assinalados pelo Relatório do TCU.

Com área correspondente a 27% do território nacional (2.357.850km^2), a faixa de fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de até 150km de largura ao longo dos 16.886km de extensão da fronteira terrestre brasileira, sendo 7.363km em linha seca e 9.523km em rios, lagos e canais ao longo de 11 Estados da Federação, que fazem divisa com 10 países da América do Sul. Fundamental a presença do Estado na região, bem como a participação ativa do Senado nas discussões sobre o tema.

Nesse contexto, é indispensável a realização, no âmbito da CDR, de audiência pública para debater os problemas detectados pelo TCU, além de outros que poderão vir a lume no transcorrer das discussões. A matéria, que se enquadra nas competências regimentais deste Colegiado (RISF, art. 104-A), poderá ser mais bem analisada pelos Senadores se for prévia e devidamente discutida por esta Comissão.

Assim, peço apoio aos pares na aprovação do presente requerimento.

Assina o requerimento, que eu também subscrevo, a Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento de nº 40, de autoria da Senadora Simone Tebet, também subscrito pelo Senador Wellington.

Passo, então, a Presidência ao Senador Wellington para que eu possa encaminhar o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Item 3 da pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 41, de 2015
- Não terminativo -

Requer aditamento ao Requerimento (RDR) nº 33, de 2015, para convidar os Srs. José Alves Filho e Herculano Anghinetti, representantes da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (ADIAL BRASIL), a comparecerem em audiência pública a ser realizada nesta Comissão.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Observações:

- A Audiência em questão é destinada à instrução do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 01/2013, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais".

- Constou na pauta da 26ª Reunião, em 23/09/2015.

Passo, então, a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para fazer a defesa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, considerando a importância, a relevância, a urgência da discussão desse Projeto de Resolução nº 1, que tramita na Casa e que vem falar diretamente sobre a sobrevivência dos Estados que têm como ferramenta de desenvolvimento e incentivos fiscais, nós conseguimos, na última reunião, aprovar aqui a vinda de representantes de vários Estados e também de entidades representativas de empresários, de cidadãos que se beneficiam com os incentivos fiscais, para que possamos ter um debate amplo, aberto, e chegarmos aqui a uma conclusão que não seja de afogadinho, que não venha, amanhã, comprometer ainda mais a economia tão fragilizada dos nossos Estados com a total concentração de arrecadação com a União e essa asfixia que hoje vivem os Municípios e os Estados.

É importante que tenhamos um debate consistente e sem nenhuma paixão, porque o que nós estamos vendo hoje é algo preocupante. Com todos esses incentivos, que ainda são criticados por alguns Estados, que o Centro-Oeste, Norte e Nordeste aplicam, nós estamos vivendo hoje uma falência completa dos Municípios. A situação chega a ponto tão calamitoso que as prefeituras agora estão partindo para um processo de corte no atendimento à população. Ou seja, as prefeituras hoje estão trabalhando meio expediente. Já se transformou em uma regra a prefeitura fazer o atendimento em meio expediente.

Nós estamos chegando a uma situação em que vários Municípios do meu Estado de Goiás já não têm mais a iluminação noturna. Os prefeitos já tiveram a energia do Município cortada porque não conseguem mais quitar, junto à distribuidora de energia do Estado, o pagamento da iluminação urbana. Da mesma maneira, a situação de coleta de lixo.

Enfim, o que nós estamos vendo é um processo de deterioração completo dos entes federados, principalmente dos Estados e Municípios.

Com isso, como colocou o nobre Presidente da Comissão, Senador Wellington, essa matéria vai interferir diretamente e penalizar ainda mais os Estados que têm como incentivo o diferencial na aplicação do ICMS.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu solicito a inclusão de duas pessoas, os Srs. José Alves Filho e Herculano Anghinetti, que representam a Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável, a Adial Brasil. São estudiosos da matéria, são pessoas que têm profundo conhecimento, são reconhecidos em todos os debates que já foram feitos tanto na Câmara quanto no Senado Federal e não poderiam estar ausentes.

Mas, além dessa solicitação de aprovação do requerimento da inclusão desses dois senhores que faço ao Plenário e aos demais pares, eu também quero dizer ao nobre Presidente que conhecemos bem a rotina do Senado Federal e que fomos informados neste momento que, inicialmente, as reuniões, que foram distribuídas em duas sessões, para tratar desse assunto, do Projeto de Resolução nº 1, foram convocadas para o dia 7 e que para elas já foram distribuídos todos os convites.

A ponderação que faço com V. Exª, Sr. Presidente, é que, como nós sabemos de uma rotina de quarta-feira, é impossível termos duas audiências numa quarta-feira, com toda a presença também que é necessária na Comissão de Constituição e Justiça e em outras comissões de que nós participamos, e, ao mesmo tempo, nas votações de plenário.

Então, eu acho que nós querermos sobrecarregar sobre um tema como esse, que é polêmico e causa grandes debates, e nós vamos ver hoje qual é a realidade, a radiografia real dos Estados para podermos saber o que isso pode acarretar... A solicitação que faço a V. Exª, Sr. Presidente, é para que determine à Mesa que a primeira sessão seja no dia 7, lógico, com todos os convidados, e que seja no dia 21 a segunda sessão, na qual também é fundamental a presença de V. Exª, que é Relator da matéria. A ausência de V. Exª numa reunião não produzirá aquele efeito substantivo que é o objetivo para poder sensibilizar e dar, cada vez mais, ao nobre Relator as ideias e também a dimensão do problema. A sugestão que faço é para que, primeiro, seja aprovado o requerimento que apresento, o requerimento do item 3 da pauta, e que, segundo, como ficou acertado originalmente, as reuniões sejam feitas, em duas audiências, nos dias 7 e 21 do mês de outubro.

São as ponderações que quero trazer a V. Exª, para as quais peço apoio dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como proponente e como Relator, na verdade – essa proposição foi feita em conjunto com a Senadora Tebet –, quero, inicialmente, colocar em apreciação.

Se alguém quiser discutir essa proposição do Senador Caiado... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento e a proposição feita pelo Senador Ronaldo Caiado, das duas datas.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Oficialmente, ficam marcadas as datas do dia 7 e do dia 21 de outubro para essas duas audiências.

Entendo ser importante, já falei aqui da necessidade de a gente discutir ao máximo. Acredito, Senador Caiado, inclusive... O nosso relatório já está pronto, já está distribuído, é de conhecimento público, mas imagino que, para a maturação até do processo de crise que estamos vivendo, essas discussões podem contribuir para que a gente aprove algo que tenha, realmente, a consciência da sociedade. Principalmente, quanto à grande preocupação com o fundo, que a gente crie um fundo constitucional com fundos. A grande preocupação de todos é com criar um fundo e depois não haver lastro para fazer as recomposições daqueles Estados que, porventura, venham a perder.

Então, já estão definidos os dias 7 e 21 para essas duas audiências públicas, para tratar do Projeto de Resolução nº 1.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, o requerimento da presença da inclusão dos outros dois.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Coloquei, de acordo com a sua sugestão, a inclusão dos dois nomes. Já coloquei o tema em apreciação e ele foi votado.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 23, de 2014
- Não terminativo -

Institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo.
Observações:
- Em 27.05.2015, foi concedida vista ao Senador Donizeti Nogueira, que apresentou emenda substitutiva.

Quero conceder a palavra ao Senador Paulo Rocha para fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, o Projeto de Resolução nº 23, de 2014, trata do ordenamento jurídico constitucional para destinar, de forma bem simples, a instituição, no âmbito do Senado Federal, de uma frente parlamentar que se destina a defender a Amazônia Legal brasileira.

Venho da Câmara Federal, onde estive por 20 anos. Logo que cheguei, fui um dos fundadores da chamada Bancada da Amazônia. Naturalmente, os Parlamentares, quando se movem para juntar um conjunto de forças políticas de Parlamentares em torno de uma frente, numa bancada, quando se trata de regiões assim, têm, naturalmente, como objetivo principal o fortalecimento daquela frente política no conjunto dos Parlamentares para defender a sua região, o seu Estado ou alguns interesses que envolvam aquele conjunto de Parlamentares.

Neste caso, o objetivo principal é o debate sobre a questão das diferenças regionais. Este é o centro do objetivo principal, a questão da defesa das diferenças regionais. A Amazônia é uma região rica em toda sua inteireza, seja do subsolo, da floresta, da água, mas é uma região que ainda está aquém das outras regiões em termos de desenvolvimento.

Tomo como exemplo o Estado do Pará, o meu Estado, que é muito rico e tem um grande potencial para se desenvolver e ser inserido no contexto do desenvolvimento nacional.

Na produção de energia, o Pará toma a frente, por ter essa riqueza na questão da água e pela possibilidade de produção de energia limpa e de contribuir com o desenvolvimento nacional, porque nós sabemos que a energia é um insumo estratégico e fundamental para o processo de desenvolvimento de um País.

Mas de que forma se insere o Pará nesse contexto da diferenciação? É só produzir energia e mandar, através do linhão, para cá? Como nós estamos inseridos no desenvolvimento nacional? É a mesma pergunta que se faz em termos da Amazônia como um todo.

Todo mundo sabe que a Amazônia Legal, além dos Estados do Norte, inclui o Estado do Tocantins, o Estado do Mato Grosso e uma parte do Estado de Maranhão. Portanto, o intuito deste projeto é fazer uma frente parlamentar que articule um conjunto de forças políticas e Senadores aqui, no Congresso Nacional, para a gente poder, articulada e organizadamente, intervir nos interesses da Amazônia Legal, para incluí-la em um processo de desenvolvimento nacional e, portanto, fazer valer as riquezas da nossa região.

Essa iniciativa é da Senadora Vanessa – eu sou o Relator –, mas aproveito, no meu voto, um projeto substitutivo do Senador Donizeti Nogueira que organiza o funcionamento da Frente e, ao final, no seu art. 7º, cria a Frente Parlamentar da Amazônia Legal, cujas atividades terão início com a apresentação do requerimento do registro a se refere o art. 1º. Quer dizer, oficializa, perante a Mesa do Senado, a criação desta Frente Parlamentar da Amazônia Legal.

Este é o meu voto.

Este é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o que motivou a nossa emenda substitutiva, no caso, foi o fato de que não existia legalidade interna aqui, no Senado, para instituir as frentes parlamentares.

Considerando isso muito relevante, muito importante para o processo, e aproveitando o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin que pedia a criação da Frente Parlamentar da Amazônia, nós juntamos aqui, internamente, a criação da Frente Parlamentar e, ao final, propusemos a criação da primeira frente parlamentar, que é a Frente Parlamentar da Amazônia.

Então, quero parabenizar o Senador Paulo Rocha pelo relatório e a Senadora Vanessa Grazziotin pela iniciativa e pedir o voto dos nossos pares aqui para que a gente possa aprovar esse parecer do Relator Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Rocha pelo brilhante relatório e o Senador Donizeti pela oportuna e pertinente colocação.

Inclusive, eu queria colocar que, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, achamos muito importante essa questão.

Aproveitando, quero fazer um convite a todos para esse Seminário FrenteInfra de Energia Solar Fotovoltaica – experiências internacionais e o contexto brasileiro, a ser realizado aqui, no Distrito Federal, no Interlegis, no próximo dia 8, a partir das 8h30 da manhã.

Eu queria que a assessoria distribuísse essa divulgação do Seminário da Infraestrutura, da FrenteInfra, aos nossos amigos Senadores e demais presentes aqui.

Eu quero dizer da relevância do projeto do Senador Paulo Rocha, Relator dessa proposta da Senadora

Vanessa Grazziotin, cujo substitutivo o Senador Donizeti fez bem, porque eu acho, Donizeti, que o substitutivo que você apresenta veio corrigir uma falta de a gente aqui no Senado ter uma previsão clara da atuação em frente parlamentar, o que é muito importante para todos nós.

Então, eu gostaria de consultar os demais Senadores e Senadoras aqui presentes se alguém mais gostaria de discutir a matéria. (*Pausa.*)

Se não houver mais ninguém que queira discutir, eu queria colocar em votação o referido relatório não terminativo, que ainda segue para outras comissões.

Os que concordam com a aprovação do relatório feito pelo nosso Senador Paulo Rocha, nos termos colocados, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o referido relatório do nosso Senador Paulo Rocha, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, com o substitutivo do nosso querido Senador Donizeti Nogueira, instituindo a questão da Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal, que é uma importante proposta de frente parlamentar.

Voltando ao item 1, que é da minha autoria, eu gostaria que o Senador Paulo Rocha assumisse aqui a Presidência dos trabalhos para eu defender o item 1, que trata de uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Retornando ao item 1 da pauta, com a presença do nosso Relator, Senador Hélio José, tem a palavra V. Exª para relatar.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 37, de 2015
- Não terminativo -

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater as novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem – matéria sob exame do Tribunal de Contas da União na Representação nº 019.819/2014-5.

Autoria: Senador Hélio José
Observações:
- Constou na pauta da 24ª Reunião, em 16/09/2015 e 26ª Reunião, em 23/09/2015.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Serei rápido, Senador Paulo Rocha, Presidente, e demais Senadoras e Senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional.

É com muita relevância que apresento uma proposta de fazermos audiência pública para discutirmos as ações do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagens, matéria que está sob exame do Tribunal de Contas da União e está gerando uma grande repercussão, principalmente aqui, no Distrito Federal, com a quebradeira geral das agências que regulamentam a questão da venda de passagens de turismo.

Então, eu estou solicitando que dessa audiência pública participem o Ministro Raimundo Carreiro, do Tribunal de Contas da União, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um representante do Ministério do Turismo, um representante da Presidência da República, um representante do Ministério Público Federal, o Sr. Carlos Vieira, representante da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), e o Sr. Lamarck Freire Rolim, representante do Sindicato das Empresas de Turismo no Distrito Federal.

Quais são as justificativas que a gente apresenta para fazer essa audiência pública? O presente requerimento tem por objetivo levantar o debate de uma questão de grande importância para a Administração Pública brasileira e para o setor de turismo, que trata...

Há pouco tempo, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão passou a adotar a prática de contratação de passagem aérea diretamente junto às companhias aéreas, sem intermediação das agências de viagem. Isso significa que não há mais a realização de licitações para contratação desse serviço, havendo mero credenciamento das companhias aéreas para esse fim.

Então, para discutir isto e vários outros temas, para ser prático, rápido, e por economia processual, gostaríamos de encaminhar a discussão dessa audiência pública para melhor nos posicionarmos a respeito desse importante assunto que está afligindo todas as pessoas que utilizam esse meio para as agências de turismo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Em discussão o requerimento da audiência pública, inclusive com os nomes dos nossos convidados. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Mesa, posteriormente, irá organizar a data da audiência pública.

Os próximos itens são requerimentos, mas nossos Relatores não estão presentes.

Adiam-se, portanto, os outros itens da pauta.

(São os seguintes os itens adiados:)

ITEM 5
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2014
- Não terminativo -

Torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público.

Autoria: Deputado Vander Loubet

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2014
- Não terminativo -

Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Mário Heringer
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do PLC 48/2014, com uma emenda que apresenta e rejeição do PLC 71/2014.
Observações:
-Em 06.05.2015, a matéria constou na pauta da 10ª Reunião e teve a apreciação adiada;
-Em 27.05.2015, na 14ª Reunião, a matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator.
A matéria segue à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010
- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
-A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa "Minha Casa, Minha Vida", para determinar que não pode ser negado o crédito imobiliário devido a restrições junto a banco de dados de proteção ao crédito, a mutuários que contem com a garantia do Fundo Garantidor da Habitação Popular.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
-A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
-Votação Nominal;
-Em 02.09.2015, na 22ª Reunião, o Relatório foi lido, encerrado a discussão e adiada a votação;
-A matéria constou na pauta da 22ª Reunião em 02.09.2015, da 23ª Reunião em 09.09.2015 e da 24ª Reunião em 16.09.2015;
-Em 16.09.2015, durante a 24ª reunião a matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Por falta de quórum e da presença dos nossos Relatores, estamos impedidos de continuar com esta reunião. Portanto, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SETE DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia sete de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Hélio José, Fernando Bezerra e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes: a primeira, destinada à Cerimônia de Aposição de Retrato do ex-Presidente da CDR durante o Biênio de 2013/2014, Senador Antônio Carlos Valadares; a segunda parte, para a realização de audiência pública em atendimento ao RDR nº 33/2015, com aditamento dos RDRs nº 34/2015, de autoria da Senadora Simone Tebet; nº 35/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira; e nº 41/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, para instruir o Projeto de Resolução do Senado 01/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. A primeira parte da Reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e dois minutos, quando tem início a segunda parte. Antes de iniciada a Audiência Pública, o Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 27ª Reunião que é dada como aprovada, em seguida informa sobre o prazo para apresentação de emendas na Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, PLN nº 7, de 2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A audiência pública é realizada com a presença dos seguintes expositores: Ely Dantas de Souza Cruz - Membro da Cotepe/ICMS (representante de: Manoel Vitório da Silva Filho, Secretário Estadual de Fazenda da Bahia); Lourdes Augusta de Almeida Nobre Silva - Coordenadora da Assessoria de Representação no Confaz e Relações Federativas (representante de: Ana Carla Abrão Costa, Secretária Estadual de Fazenda de Goiás); Márcio Stefanni Monteiro Morais - Secretário Estadual de Fazenda de Pernambuco; André Horta Melo - Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Confaz; Marcelo Mello - Presidente da Cotepe/ICMS (representante de: Ministério da Fazenda) e; Jader Rieffe Julianelli Afonso, Secretário adjunto de Estado da Fazenda do Mato Grosso do Sul (representante de: Márcio Campos Monteiro, Secretário Estadual de Fazenda de Mato Grosso do Sul). A Senadora Simone Tebet solicita apoio do Colegiado para a permanência do PRS 01/2013 na CDR, em detrimento de Ofício da Presidência do Senado Federal que solicitando a sua remessa à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, bem como a comunicação à presidência desta decisão. Colocado em votação, fica decidido, por unanimidade, enviar a matéria em questão apenas após ultimada sua deliberação na Comissão. O Senador Davi Alcolumbre passa a presidência para a Senadora Simone Tebet, às onze horas e dezesseis minutos. A Senadora Simone Tebet passa a presidência para o Senador Ronaldo Caiado, às onze horas e cinquenta minutos e a retoma, às doze horas e sete minutos. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores: Wellington Fagundes, Simone Tebet e Ronaldo Caiado. Antes de encerrar os trabalhos, a Senadora Simone Tebet, no exercício eventual da presidência, determina à Secretaria de Apoio da Comissão que remeta ofício ao Ministério da Fazenda, solicitando o agendamento de uma audiência com o Ministro Levy, a fim de tratar do tema, objeto do PRS 01/2013. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia.

Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Expediente recebido pela Comissão:

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está divida em duas partes, sendo a primeira destinada à aposição do retrato do Senador Antonio Carlos Valadares na Galeria de ex-Presidentes da CDR. A segunda parte da reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nº 33, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes; nº 34, de 2015, de autoria da Senadora Simone Tebet; de nº 35, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira; e nº 41, de 2015, de autoria do Senador Ro-

naldo Caiado, com a finalidade de instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 01, de 2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais.

É com enorme satisfação que conduzo esta solenidade de aposição do retrato do Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente no biênio 2013/2014, na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Na oportunidade, convido o Senador Antonio Carlos Valadares, ex-Presidente da Comissão, para compor a Mesa dos trabalhos.

Desde já, gostaria de agradecer a presença de todos que prestigiam este evento neste momento.

Criada em maio de 2005, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza um trabalho voltado para o fomento do turismo no Brasil e para o desenvolvimento das regiões que compõem o País e tem a sua importância reconhecida no cenário político nacional.

A atuação da Comissão visa otimizar o potencial turístico brasileiro e reduzir as disparidades ainda existentes entre essas regiões. Como exemplo, tramitaram aqui o projeto que originou a Lei Geral do Turismo e o que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Todos os importantes projetos que por aqui tramitam, bem como as profícuas discussões que aqui se travaram, demonstram o indiscutível afinco com que este Colegiado tem se debruçado sobre os temas que lhe foram confiados, desde o início do seu funcionamento. É, certamente, para que todo esse trabalho tenha se revertido em importantes contribuições para a sociedade brasileira, fundamental reconhecer a participação exitosa daqueles que estiveram no comando deste Colegiado.

Já são seis os Senadores e Senadoras que ocuparam a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo: o Senador Tasso Jereissati (2005/2006); a Senadora Lúcia Vânia (2007/2008); o ex-Senador Leomar Quintanilha (2009); o Senador Neuto de Conto (2009/2010); o Senador Benedito de Lira (2011/2012); e, por fim, o eminente Senador Antonio Carlos Valadares (2013/2014).

Cada um dos Presidentes imprimiu seu toque pessoal à gestão, mas, sempre trabalhando em prol do desenvolvimento regional e do turismo nacional, tarefa realizada com brilho e maestria pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares, hoje homenageado.

Atualmente, tenho a honra de presidir esta Comissão, buscando, a exemplo dos demais, conduzir os trabalhos deste Colegiado no sentido do fortalecimento do seu papel institucional em continuidade ao exímio desempenho do meu antecessor.

É neste cenário que se realiza essa aposição do retrato do nobre Senador Antonio Carlos Valadares na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Trata-se de iniciativa voltada para o reconhecimento, homenagem e enaltecimento do trabalho do nobre Senador, que deu continuidade à luta para que esta Comissão desempenhasse com êxito o papel que lhe foi conferido pelo Regimento Interno do Senado Federal, oferecendo importantes contribuições para o turismo e o desenvolvimento do Brasil.

Neste momento, convido o Senador Antonio Carlos Valadares para ocupar a tribuna da Comissão a fim de fazer seu pronunciamento. E agradeço, em nome de todos os membros da Comissão, o trabalho e a atuação dos servidores, que fazem com que nosso papel à frente desta Presidência seja exitoso.

Cumprimento os Senadores presentes, que prestigiam este momento importante, e passo diretamente a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente da CDR, Davi Alcolumbre, Srs. Senadores Fernando Bezerra, José Medeiros, Donizeti Nogueira, meus amigos e amigas, assessores desta Comissão e do meu gabinete, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a iniciativa do Presidente desta Comissão, que dirige, com tanto brilho, devotamento e competência, os trabalhos aqui executados, assim como pela organização e coordenação deste evento para a aposição de um retrato que registra, para a história, a minha passagem como Presidente desta Comissão.

Desejo expressar minha alegria e minha felicidade por ter ocupado uma função tão relevante ao assumir a Presidência desta Comissão.

Já ocupei, na minha vida pública, vários cargos, entre os quais o de Prefeito Municipal, o de Deputado Estadual por duas legislaturas, o de Deputado Federal, o de Vice-Governador e o de Governador do Estado, o de Secretário de Educação e Cultura do Estado de Sergipe e também o de Senador por três vezes. Mas um dos grandes momentos, um dos momentos altos da minha vida política, ao assumir o Senado Federal, foi o de ter ocupado a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, uma das Comissões mais importantes, que trata de assuntos os mais relevantes, relacionados com o turismo e com o desenvolvimento regional.

No biênio 2013/2014, assumi a Presidência desta Comissão com o objetivo de fazer daqui um espaço de discussão e de propostas para estimular o desenvolvimento das regiões e o fomento do turismo brasileiro.

O sentimento, ao passar a pasta para o novo Presidente, o Senador Davi Alcolumbre, foi de dever cumprindo e o de que essa passagem para o Senador Davi seria importante para o Senado, pela desenvoltura com que ele vem desempenhando essa função.

Nesse período, discutimos temas e aprovamos matérias que, certamente, contribuíram e ainda contribuirão para a construção de um Brasil mais justo e democrático. Buscamos as melhores formas de explorar o potencial turístico do nosso País, por ocasião dos megaeventos que tivemos, como a Jornada Mundial da Juventude, a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo em 2014. E ainda teremos as Olimpíadas e as Paraolimpíadas em 2016.

Recebemos Ministros de Estado, Governadores, Prefeitos, entidades públicas e privadas, organizações não governamentais e diversos segmentos, para pensarmos juntos e propormos um País mais equilibrado. Aqui debatemos de forma intensa o desenvolvimento de nossas regiões, abordando assuntos de interesse nacional, como a Política de Desenvolvimento Regional, os impactos econômicos e os legados dos megaeventos para o turismo brasileiro, a nova Lei do Turismo, que foi aprovada durante a minha gestão, a segurança pública nas fronteiras brasileiras e o novo modelo de gestão para a Embratur.

Também abordamos temas de interesse dos Estados, como a produção da carnalita em Sergipe, a gestão do Açude Epitácio Pessoa, na Paraíba, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, a discussão sobre a transposição e a revitalização do Rio São Francisco, a atuação da Embrapa Pantanal no Mato Grosso do Sul e o desenvolvimento sustentável da região pantaneira, entre outros.

Realizamos diversas atividades externas, como as visitas às cidades-sede da Copa do Mundo, Brasília, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Cuiabá, Curitiba, Natal, Porto Alegre, São Paulo e Manaus, para acompanhamento dos preparativos e para a vistoria tanto das obras dos estádios e dos aeroportos, como das obras de infraestrutura e de mobilidade urbana.

Além disso, realizamos sete seminários: Desenvolvimento Regional da Amazônia, em Macapá, Amapá; Contribuição do Turismo para o Desenvolvimento Regional, em Aracaju, Sergipe; Novo Programa de Regionalização do Turismo: Erros e Acertos do Desenvolvimento Turístico Regional do Brasil, no Sesc Pantanal de Mato Grosso; Políticas Públicas do Esporte, Inclusão Social e Promoção do Brasil no Exterior, em Aracaju, Sergipe; Fortalecimento da Sudene, em Recife, Pernambuco; Arranjo Produtivo Local de Confecção e o Turismo como Vetores do Desenvolvimento da Região do Agreste, em Caruaru, Pernambuco; Turismo no Brasil, no Rio de Janeiro. Também quero destacar o seminário que realizamos em Fortaleza, Ceará, com a participação e a coordenação do Banco do Nordeste do Brasil, sobre as aplicações e os investimentos dessa instituição na nossa região nordestina.

Também realizamos mesas-redondas, conferências, reuniões, além de deliberarmos 160 proposições legislativas, entre projetos de lei, requerimentos, ofícios e emendas. Foram dois anos muito produtivos.

Por isso, nesta cerimônia de aposição do meu retrato na Galeria de Ex-Presidentes da CDR, devo dizer que sinto orgulho de ter contabilizado resultados efetivos em prol do desenvolvimento de nossas regiões e do turismo brasileiro.

Quero também registrar que esta já é a segunda aposição de retrato neste corredor. Eu também fui Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, tendo também ocupado a Vice-Presidência do Senado.

No primeiro ano de gestão – minha gestão foi de um ano e dois meses, mais ou menos –, Sr. Presidente Davi, meu caro amigo, conseguimos produzir, elaborar e divulgar, através da Gráfica do Senado, o livro *Desafios para o Desenvolvimento Regional*, em que constam todas as atividades em mais de um ano. Infelizmente, não tive tempo de cumprir o segundo ano, mas, no primeiro ano e em mais alguns meses, fizemos esse livro e ainda a Avaliação de Políticas Públicas e Estruturação dos Destinos Turísticos do Nordeste, que teve como Relatora a Senadora Lídice da Mata, do Estado da Bahia, ex-Prefeita, companheira do nosso Partido.

Sr. Presidente Davi Alcolumbre, V. Exª vem emprestar, com sua juventude, sua força de vontade e seu brilho, importância e relevância a esta Comissão. Tenho certeza absoluta de que, até o final de sua gestão, V. Exª também produzirá, como nós, os seis Presidentes que já passamos por aqui, algo de relevante para o Estado brasileiro, principalmente voltando a nossa ação para o desenvolvimento regional e para o turismo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu gostaria de agradecer as palavras do eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

Quero dizer a V. Exª e a todos os membros desta Comissão que está sendo um grande desafio na nossa vida pública presidir esta Comissão, que, como V. Exª, Presidente Valadares, mencionou há pouco, é uma das mais importantes do Senado Federal. Com certeza, a nossa missão é tentar fazer um pouco do que V. Exª fez à

frente desta Comissão. Estamos aqui há pouco mais de sete meses. E já estou pensando, Presidente Valadares, em como vou fazer a segunda edição do livro, para acompanhar o trabalho que V. Exª fez à frente desta Comissão.

Quero registrar a participação de todos os Senadores e do nosso Ministro, o Senador Fernando Bezerra, que nos honra com a sua participação aqui.

Senador Valadares, faço o registro da Senadora Lídice da Mata, que pediu para que eu justificasse a sua ausência. Hoje, um baiano está tomando posse no cargo de Ministro da Casa Civil, o Ministro Jaques Wagner. Ela acompanha a cerimônia de posse do Ministro Jaques Wagner no Palácio do Planalto e pediu para que eu registrasse isso e parabenizasse V. Exª pela condução que deu a esta Comissão no período em que foi Presidente. Faço esse registro em nome da Senadora Lídice, que é uma participante atuante das discussões na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Eu queria agradecer a homenagem feita pelo Senador Valadares, que, com uma dedicatória, me deseja sucesso e me homenageia, presenteando-me com o livro *Desafios para o Desenvolvimento Regional*, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, quando S. Exª a presidiu.

Registro a presença do Senador Donizeti, do Senador José Medeiros, do Senador Ronaldo Caiado e do Senador Dalirio Beber.

Após o uso da palavra pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares, eu agradeço as palavras proferidas por S. Exª e convido todos os Senadores e Senadoras para o ato de aposição do retrato do Senador Antonio Carlos Valadares na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Que possamos nos dirigir ao corredor da Ala Alexandre Costa, em frente ao plenário 19, para a realização do ato. Logo em seguida, retornaremos a esta sala, a fim de darmos continuidade à segunda parte da reunião.

Agradeço a presença de todos que aqui estiveram para prestigiar a cerimônia de aposição do retrato do nosso ex-Presidente Senador Antonio Carlos Valadares e convido a todos para fazermos o descerramento da placa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Declaramos encerrada a primeira parte da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Iniciaremos, em seguida, a segunda parte.

Havendo número regimental, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião da Comissão.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Alguns comunicados.

Srªs e Srs. Senadores, comunico a V. Exªs o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, PLN nº 7, de 2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. A abertura do prazo ocorreu no dia 2 de outubro de 2015, sexta-feira, e o encerramento será no dia 9 de outubro de 2015, sexta-feira, às 18h.

Esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas no endereço http://cn/emendas e a via impressa, assinada por Senador membro desta Comissão, entregue perante a Secretaria de Apoio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A abertura desse prazo decorre de alterações na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, tornando-o fixo perante a Comissão Mista de Orçamento.

Pela regra anterior, o relatório preliminar estabeleceria os parâmetros e critérios que deveriam ser obedecidos na apresentação das emendas.

Com a promulgação da Resolução nº 3, de 2015, essa regra não é mais aplicável, motivo pelo qual o prazo para a apresentação de emendas independe de prévia apresentação do relatório preliminar. Já o cumprimento desse prazo viabilizará ao relator designado preparar seu relatório visando à deliberação das emendas da Comissão em reunião a realizar-se em 14 de outubro, quarta-feira, para a qual já convoco todos os membros desta Comissão.

E, neste caso, de ofício, nós avocamos a relatoria das emendas para ficar sob nossa orientação.

Recebemos, da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, convite para participarmos de audiência pública para tratar sobre a modalidade de trabalho intermitente, que será realizada no dia de hoje, 7 de outubro, às 14h30, no plenário 5 da Câmara dos Deputados.

Como dito, a segunda parte da reunião é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 01, de 2013, que trata da fixação de alíquota de ICMS nas operações de prestações interestaduais.

Encontra-se presente para a audiência pública, a quem já convido para compor a Mesa, a Srª Ely Dantas de Souza Cruz, membro da Cotepe/ICMS, representante do Secretário de Estado de Fazenda da Bahia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não, V. Exª vai compor a Mesa. Depois eu darei a informação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Isso.

Srª Lourdes Augusta de Almeida Nobre Silva, representante da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás; Sr. Jader Rieffe Julianelli Afonso, Secretário adjunto de Estado da Fazenda do Mato Grosso do Sul; Sr. Márcio Stefanni Monteiro Morais, Secretário de Estado de Fazenda de Pernambuco; Sr. André Horta Melo, Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Confaz; Sr. Marcelo Mello, Presidente da Cotepe/ICMS – Comissão Técnica Permanente do ICMS, representando o Ministério da Fazenda.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br, e pelo Alô Senado, número 0800 61 22 11.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá dez minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Senador Caiado, V. Exª ainda quer usar a palavra?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, ontem, nós tivemos uma audiência com o Ministro da Fazenda e com os demais líderes na sala da Presidência. E fomos surpreendidos com a informação de que o Projeto de Resolução do Senado nº 01, de 2013, que, afinal de contas, é o que vamos discutir nesta reunião, tem outras mudanças que foram feitas pelo Senador Walter Pinheiro de que nem a Presidência da Casa tem conhecimento.

Como o nosso Relator, Senador Wellington, não se fazia presente na hora, Senadora Simone, o Presidente solicitou que uma cópia viesse da Resolução nº 1, porque fizeram alguns acréscimos a ela. Depois, ao ler, não existia vinculação para o fundo. Então, esse texto ainda não é o último. O último texto está com o Senador Walter. E o Senador Walter não foi localizado.

Como tal, Sr. Presidente, é importante que V. Exª, como Presidente da Comissão, faça chegar a esta Comissão o texto final da Resolução nº 1 do Senado Federal. É fundamental que saibamos o que nós estamos discutindo. Quer dizer, dentro daquilo que foi inicialmente proposto e depois modificado, ontem à tarde, a informação que nos foi passada foi de que o texto é desconhecido, nós não sabemos a abrangência dele.

Nós estamos aqui, numa discussão. Eu acredito que V. Exª, por intermédio da Mesa, poderá solicitar, em caráter de urgência, ao Presidente da Casa que, em respeito à Comissão, nos repasse imediatamente o texto. De acordo com o Ministro, no texto vai estar inserida a vinculação ao fundo do projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É uma MP. É a MP que fixa os fundos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não, não é projeto da MP. É o projeto...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Repatriação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito. É o projeto que estava aqui, do Senador Randolfe. A Câmara dos Deputados impediu que a tramitação fosse iniciada pela Câmara, veio com urgência constitucional da Presidente da República. Esse projeto de repatriação está exatamente vinculado à Resolução nº 1. Mas não existe isso no texto.

O Senador Wellington acaba de chegar.

Eu estou dando conhecimento aos nobres pares e a V. Exª de que ontem, na reunião de Líderes com o Ministro da Fazenda sobre o texto da Resolução nº 1, disseram que esse texto não está concluído ainda, ou, se está concluído, está nas mãos do Senador Walter. Em relação ao que foi levado à presença do Ministro e ao Presidente Renan, eles disseram que aquele texto ainda não é o último da Resolução nº 1, pois teria que haver ali a vinculação desse projeto de lei com a repatriação.

Eu pergunto a V. Exª qual é o texto que nós estamos discutindo aqui, na Comissão. É fundamental que esta Comissão tenha noção do que nós vamos aqui debater. Nós não podemos ficar aqui fazendo papel de in-

termediários de um processo que amanhã chegará ao plenário totalmente diferente daquilo que está sendo apresentado pela Comissão presidida por V. Exª, Sr. Presidente.

Era a ponderação que eu queria fazer. E creio que o Relator, Senador Wellington, deveria pelo menos cobrar o texto final para nós sabermos do que estamos tratando. Existe a parte de unificação gradual, a vinculação de que essa resolução só entraria em vigor no momento em que a emenda à Constituição também fosse aprovada, que o processo de repatriação fosse aprovado e que as convalidações fossem também aprovadas na Câmara dos Deputados.

Eu perguntei ao Ministro, Sr. Presidente - e peço desculpas por me alongar -, por que votar uma resolução se há tantos fatores de que a resolução é dependente. Por que priorizar a resolução em detrimento dos outros processos que são fundamentais para alicerçar a resolução?

A resolução é um projeto que não tem a menor capacidade de transformar em realidade o processo de unificação, que depende de três outros projetos que virão da Câmara dos Deputados: o de repatriação, o da convalidação de todos os nossos incentivos e a emenda constitucional criando o incentivo e a compensação.

Então, baseado nisso é que pondero com o nobre Relator para que não sejamos atropelados.

Qual é a linha de raciocínio do Sr. Ministro? A linha de raciocínio do Sr. Ministro foi de que, ao aprovarmos a resolução, Senadora Simone, nós estaríamos pressionando a Câmara e sinalizando que a unificação já estava bem encaminhada.

Eu e, se não me engano, o Senador Blairo Maggi reagimos, no sentido de dizer que vamos intranquilizar os empresários em nossos Estados ao sinalizar que vai haver uma unificação sem, no entanto, ter convalidado e muito menos definido qual é o fundo que vai manter esses incentivos.

Então eu disse que a posição nossa, se não vierem acrescidos outros projetos, será de total obstrução, para que a matéria não seja votada.

Esse é o esclarecimento que quero dar a V. Exª e aos demais pares, porque presenciei a reunião de líderes ontem, com o Ministro. O nobre Relator precisava trazer aos membros desta Comissão o texto final, que dizem que está debaixo de sete chaves, no gabinete do Senador Walter.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É apenas para contribuir.

Primeiro dizer que foi fundamental essa colocação feita pelo Senador Caiado. São informações que nós, que não somos líderes, não temos e que fazem toda a diferença na discussão de uma matéria tão relevante quanto esta.

Quero dizer que não tenho dúvida de que, neste semestre, talvez o que tenhamos de mais importante no Senado – contando que o projeto de resolução pode vir a ser aprovado até dezembro deste ano – seja esse Projeto de Resolução nº 1. É o que nós temos de mais importante e preocupante, porque, como disse o Senador Caiado, é tanta engenharia, são tantas condicionantes, são tantos senões que a chance de dar certo é muito pequena.

Se já não conseguimos fazer com que as coisas deem certo naquilo em que temos unanimidade, em que temos consenso, que é fazer o Brasil voltar a caminhar, a avançar – independentemente de oposição e situação, estamos aqui unidos, no Senado, para dar a nossa parcela de contribuição ao País –, imaginem numa questão tão polêmica e complexa que não tem a unanimidade dos governadores.

Ao contrário, até aproveito o momento – estou vendo o Dr. Marcelo aqui, representando o Ministério da Fazenda –, porque não tenho a oportunidade de falar diretamente com o Ministro Levy. Ao tentar marcar audiência, sei que não serei atendida com facilidade diante das circunstâncias e da quantidade de atribuições que o Ministro tem, e eu que entendo. Mas é importante levar para o Ministério da Fazenda – já estou antecipando algumas questões, isso é importante como preliminar, para que todos que vão se pronunciar saibam – que nós não estamos vendo nenhum governador percorrer os corredores do Senado ou mesmo os gabinetes, seja qual for o governador, de Estados mais desenvolvidos ou menos desenvolvidos, dizendo que essa questão é importante.

Então, nós estamos vendo... Talvez o que esteja acontecendo seja uma falta de comunicação, de se levar ao Ministério da Fazenda, ao Governo Federal a informação errônea de que os governadores querem essa pseudorreforma tributária. Os governadores não querem.

Inclusive, São Paulo, pelos dados do Ministério da Fazenda, num primeiro momento e por alguns anos, virá a perder recurso, mesmo com o fundo compensatório estabelecido na medida provisória. Estamos falando de algo em torno de R$3 bilhões, que será o rombo do Governo do Estado de São Paulo.

Ora, se os Estados menos desenvolvidos a princípio não acham que essa é a reforma tributária de ICMS estadual ideal, se os Estados desenvolvidos também não estão aqui pedindo que isso aconteça, eu não sei

onde está o erro de comunicação. Talvez esteja faltando uma conversa do Governo Federal com os Líderes do Senado e os governadores estaduais em relação a esse assunto.

Só para tranquilizar o Senador Caiado, eu tenho a impressão, Senador Caiado – e tive a oportunidade de conversar com o Senador Walter Pinheiro –, de que o que ele está fazendo é tentar mexer na lei de repatriação e ali estabelecer que mais recursos fiquem com os governos estaduais e menos com o Governo Federal.

De qualquer forma, V. Exª tem total razão: o PRS nº 1 não pode ser aprovado antes da MP que estabelece os fundos – assim mesmo, esses fundos não podem ser através de medida provisória; eles têm que ser fundos constitucionais – e antes da lei da repatriação.

E vou mais longe: esse projeto de resolução não pode ser votado nem sequer este ano, porque temos que aprovar o projeto de repatriação, que tem de entrar em vigor a partir de janeiro do ano que vem e terá o prazo de validade de seis meses. Nós temos que saber quanto vamos, realmente, arrecadar de recurso que foi repatriado para o exterior, quanto efetivamente há, se são R$100 bilhões, se são R$150 bilhões, como dizem alguns técnicos e quanto disso vem para os fundos, para saber se esses fundos serão suficientes para cobrir os rombos dos Estados.

Então, em relação a questionamento colocado pelo Senador Caiado, quero crer que não houve alteração em relação ao PRS nº 1 por iniciativa do Senador Walter Pinheiro, Presidente.

O que está valendo neste momento é um substitutivo do Senador Wellington Fagundes. Já tive oportunidade de comentar com ele.

Desculpe-me por estar me alongando, mas sou autora da... Até para que possamos começar com uma linha bem específica, porque infelizmente teremos uma hora e meia apenas, por conta do Congresso Nacional.

Mas já tive a oportunidade de falar para ele inclusive que, no caso do substitutivo, para os Estados que têm *commodities*, que são exportadores de produtos primários, como é o caso de Mato Grosso do Sul e mesmo de Mato Grosso, ele ainda é pior do que o PRS nº 1 originário da CAE. Para Mato Grosso do Sul, pelo menos, embora eu tenha certeza de que o Senador Wellington, com toda a boa vontade, competência e equilíbrio, tenha trabalhado com o Confaz.

Então são essas as considerações iniciais que eu gostaria de fazer, dizendo que tenho muito mais dúvidas do que certeza em relação a esse PRS.

Por isso agradecemos a presença de todos. Tenho certeza de que muitas dúvidas vão ser dirimidas a partir de agora.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Como fui citado, não é? Mas é no bom sentido.

Senador Caiado e todos os companheiros aqui, quero primeiro registrar o que aconteceu na semana passada nesta Comissão. Isso precisa ser melhor analisado, principalmente pelas lideranças. E V. Exª é uma liderança expressiva aqui na Casa.

Todos sabem que foi criada aqui a Agenda Brasil. Nessa Agenda Brasil, foram indicados alguns Senadores. E me parece que são 17 Senadores. O que está definido...

Essa comissão especial que foi criada não é regimental. Ela foi criada numa situação que não tem sustentação regimental, mas o que está definido é que essa comissão tem prioridade para avocar os projetos que estão tramitando nas comissões permanentes.

Isso está acontecendo, o que, ao meu ver, é um absurdo, porque, nessa linha, não há mais por que existir comissão permanente. Todos os projetos que eles considerarem importantes serão levados para lá, e nós ficamos aqui para discutir.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Mas esse nós não vamos deixar levar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – A Senadora está dizendo que não vai deixar, mas aconteceu agora.

Na semana passada, eu estava relatando um projeto que trata da questão dos jogos de azar, e, de uma hora para outra, o Presidente foi obrigado a mandar esse projeto. Nós tínhamos aprovado aqui, na semana passada, V. Exª estava na Presidência. Nós tínhamos aprovado inclusive a audiência pública para começar a discutir o assunto. E, no atropelo total, ignorando-se inclusive a posição do Relator, o projeto foi avocado por essa Comissão.

Eu gostaria até de sugerir, e já falei isso com o Presidente. Eu até poderia concordar se, ao levar isso para essa Comissão, fosse o relator para promover o seu relatório lá.

Agora, por outro lado, é temerário alguns assuntos serem definidos por esses 17 ou 18 Parlamentares em situação terminativa, sem precisar passar nem pelo plenário, salvo se forem requeridos por um número definido de Parlamentares.

Então, o que está definido é votar por esta Comissão de forma terminativa, ou seja, há um atropelo total sobre os 81 Senadores.

Já foi também aventada a possibilidade de essa matéria ser repatriada para a Comissão Especial ou para essa Agenda Brasil. E V. Exª é testemunha, assim como a Senadora Tebet, de que eu sempre coloquei abertamente, para que pudéssemos fazer as audiências públicas, inclusive a audiência que aqui estamos fazendo hoje. Já tive oportunidade de conversar com o Confaz muitas vezes.

Quero dizer que esse relatório é público. Ele está pronto. O Senador Walter Pinheiro faz parte da Agenda Brasil, mas, na verdade, como disse a Senadora, ele já trocou ideias comigo sobre o relatório, e esse é o único relatório existente.

O que se discute aqui? A Senadora Simone acabou de perguntar: por que votarmos isso antes? O que está colocado no relatório, com todas as condicionantes é que a produção de efeitos dessa resolução fica condicionada à instituição por emenda constitucional de: fundo de auxílio financeiro em razão da redução das alíquotas interestaduais de ICMS; fundo de desenvolvimento regional; celebração do convênio entre os Estados e o Distrito Federal; e as transferências dos recursos para a União, para atender ao disposto no inciso I, deverão ser consideradas obrigatórias. Eu não quero ler tudo para não me delongar.

Então está totalmente condicionado.

Acredito que, se nós não cumprirmos o nosso papel aqui, na Comissão, de discutir, como estamos discutindo hoje, talvez exaurindo em mais uma audiência, ou duas, quantas forem para os membros desta Comissão entenderem, o que vai acontecer? Esse projeto de resolução será repatriado para a Comissão Especial da Agenda Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria que discutíssemos num momento mais oportuno, até para não tomarmos muito tempo, porque estão aqui as pessoas que vieram falar, e é importante que esta Comissão as ouça. Não sei se isso ocorreria num foro de presidentes de comissões. E quero provocar V. Exª, porque esse assunto dos jogos, que foi repatriado, aconteceu aqui, na nossa Comissão. Como Presidente da Comissão do Senado, no futuro, eu também me coloco à disposição.

Seria importante, Senador Caiado, que V. Exª pudesse se manifestar no Colégio de Líderes, para sabermos como será tratado isso.

Fico muito à vontade para dizer que eu fiz o que podia no sentido de estudar e garantir que isso só tivesse validade com essas condicionantes. Tudo isso foi sugestão que ouvi dos próprios Senadores, de V. Exª, da Senadora Simone e do Confaz.

Agora, verdadeiramente, Senadora Simone, não houve um governador que se manifestasse diretamente a nós. Não houve. Estou me referindo ao Confaz, porque os Secretários de Fazenda, através do Confaz, todos eles se manifestaram favoravelmente à aprovação nessas condicionantes, mas não tivemos uma reunião, um fórum de governadores. Não sei se seria o caso de, amanhã, fazermos uma audiência. Será difícil virem aqui todos os governadores, mas isso poderia ser provocado. E mais ainda a Agenda Brasil prevalece sobre isso, porque a convocação seria do Presidente da Casa, como ele já fez em outros momentos.

Portanto, fica a discussão, para mim, muito mais uma provocação ao Presidente Davi e também ao Líder Ronaldo Caiado para que isso seja definido, inclusive para não ficarmos aqui, atropelados ou até desmoralizados na nossa ação como Relator.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É verdade. Muito bem! Terá total apoio da nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu queria solicitar aos nobres Senadores e à Senadora Simone que pudéssemos iniciar a audiência pública, haja vista que a Senadora Simone Tebet lembrou, com muita propriedade, que temos sessão do Congresso Nacional marcada para as 11h30min.

Como, de acordo com o Regimento, daremos para cada expositor 10 minutos, e teremos as perguntas dos Senadores –, eu queria solicitar que pudéssemos iniciar a audiência pública, esclarecendo que a Comissão recebeu o Ofício nº 1.203, do Presidente do Senado, Renan Calheiros, que trata da proposição feita pelo Senador Wellington, no sentido de reunir os Presidentes das Comissões para debater a questão referente à Agenda Brasil.

Realmente houve o Requerimento nº 935, de 2015, aprovado na sessão plenária do dia 19 de agosto de 2015, que criou a Comissão Especial para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional e estabeleceu que as proposições legislativas que tratem da promoção do desenvolvimento nacional sejam en-

caminhadas à Comissão Especial destinada a tratar do tema. Nós recebemos o documento do Presidente do Senado, aprovado no Plenário do Senado.

Temos que ver até a que ponto, como diz o Senador Wellington, a Agenda Brasil não é regimentalmente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Não, geral!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Para tudo? O requerimento é para todos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – É geral.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – ...os projetos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O que o Presidente está colocando é que com isso ele entende que está sendo dada legitimidade, que o Plenário deu a legitimidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Aprovou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Aprovou, mas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Veio específico para esse projeto, como vai para outra comissão, específico para outro projeto. E aí juntam...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Olhe, é importante dizer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Não, para esse do 001, não. Eu estou falando do projeto de que o Senador falou, sobre jogos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O que eu estou colocando é que na semana passada outro projeto que eu estava relatando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – É isso que eu estou registrando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu creio que deveria haver uma discussão maior ainda, porque a validade desse projeto de resolução está totalmente condicionada a esses quatro índices que eu li. E a questão dos jogos é ainda mais polêmica, porque precisa ser discutida com a sociedade.

Isso foi o que aconteceu. Eu quero salvaguardar a posição do Presidente, porque a Casa é presidencialista, o regime é totalmente presidencialista. O Presidente a que me refiro é o Davi, da Comissão. Ele se submeteu a uma imposição do Presidente da Casa. Agora, o que ele está colocando é que o Plenário votou...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Aprovou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... que essa Comissão Especial da Agenda Brasil possa ter essa prioridade.

O que eu quero aqui reafirmar é que já consultei toda a assessoria legislativa e fui informado de que a Comissão Especial da Agenda Brasil não tem previsão regimental.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – De forma muito objetiva, eu queria fazer uma sugestão e a proposição é verbal.

Eu gostaria de solicitar a V. Exª que ouvisse os membros desta Comissão agora, em relação ao PRS nº 1, de 2013, no que se refere à permanência deste projeto aqui.

Se tivermos a maioria, nós levaremos ao Presidente antecipadamente esse posicionamento nosso, para evitar que, no futuro, venha um ofício da Presidência, da Mesa Diretora, no sentido de, como disse o Senador Wellington, repatriar esse projeto para outra comissão. Com isso nós teríamos pelo menos uma forma de conversar com o Presidente da Casa, dizendo que houve uma deliberação da Comissão sobre a permanência do projeto na Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Tudo bem. Essa foi a sugestão da Senadora Simone Tebet.

A Resolução nº 001 também chegou à Presidência da Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Ótimo! Já chegou!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como Presidente desta Comissão, se o plenário assim decidir, eu não encaminharei o Projeto da Resolução nº 001 para a Comissão Especial da Agenda Brasil.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agora eu queria colocar em votação essa decisão, que ela não seja única e exclusivamente do Presidente da Comissão, mas do colegiado da Comissão.

Entendo, Senador Wellington, que vai se criar o primeiro impasse com o Presidente da CDR. E nós vamos criar o colegiado da nossa Comissão. Então, agora é a hora de nos posicionarmos a respeito disso, porque vai ser criado realmente esse impasse com a Presidência do Senado, pois as comissões vão ter autorização do

plenário para submeter ou não os projetos em que o Presidente do Senado e o Presidente da Agenda Brasil entenderem por bem intervir.

Então, eu queria aproveitar essa sugestão da Senadora Simone e colocar em votação a não disponibilização do Projeto de Resolução nº 001 para a Comissão Agenda Brasil.

Os Senadores e as Senadoras que concordarem que o projeto permaneça na Comissão de Desenvolvimento Regional permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O projeto vai permanecer na Comissão, por unanimidade.

Determino à secretaria da Comissão que comunique ao Presidente do Senado que nós não encaminharemos, por decisão livre e soberana do Plenário, o Projeto de Resolução nº 001 para a Agenda Brasil.

Vencida essa parte da reunião, eu gostaria de convidar a primeira expositora, a Srª Ely Dantas de Souza Cruz, para fazer a sua exposição pelo prazo regimental de dez minutos.

Concedo a palavra à Srª Ely.

A SRª ELY DANTAS DE SOUZA CRUZ – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do seu Presidente, Davi Alcolumbre, todos os Parlamentares presentes e as Srªs e os Srs. Secretários de Fazenda também.

Eu começaria dizendo que o Estado da Bahia tem acompanhado com grande interesse as discussões acerca da reforma do ICMS, especialmente as desenvolvidas a partir de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal proferiu em bloco várias decisões declarando a nulidade de leis estaduais que concediam benefícios fiscais sem aprovação do Confaz. Naquele ano também tramitava no Congresso o projeto de resolução que pretendia pôr fim à guerra dos portos, que veio a resultar na Resolução nº 13, de 2012.

Também no âmbito do Confaz, foram longas, profundas e exaustivas as discussões em torno de uma proposta de convênio que promovesse a convalidação dos benefícios fiscais concedidos sem aprovação do Confaz.

Naquela ocasião, elaboramos uma proposta de convênio, que era a PC nº 93, na qual já previámos a autorização para que os Estados concedessem remissão ou anistia aos débitos fiscais concedidos sem aprovação do Confaz, mediante a observância de várias condições. Dentre elas, estava prevista a redução das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais, alcançando, no período de oito anos, o patamar de 4%, portanto uma redução gradual de 1% por ano, e estabelecendo outras condições, como a aprovação de uma emenda constitucional que estabelecesse a divisão de receita das operações destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto e outro projeto que previsse a alteração dos critérios da lei da dívida. Esses, já aprovados, resultaram na Emenda Constitucional nº 87, de 2015, e na Lei Complementar nº 148, de 2014.

Infelizmente, pela dificuldade de alcançar o quórum da unanimidade, não se obteve a aprovação do convênio de convalidação, como era conhecida a nossa proposta, que era a PC nº 93. Em lugar disso, o que se conseguiu foi a aprovação do Convênio nº 70, que reproduzia todas aquelas condicionantes existentes na Proposta de Convênio nº 93. O Convênio nº 70, portanto, aproveitou as condições ali existentes, dentre elas as pendências.

O que se encontra pendente é o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, que estamos discutindo aqui, que já absorveu também todas aquelas condições.

Temos ainda o Projeto de Lei Complementar nº 130, que foi aprovado no Senado e na Câmara se encontra como PLC nº 54, que prevê a mudança do quórum do Confaz para viabilizar a aprovação do convênio de convalidação e a criação dos fundos.

O Governo do Estado da Bahia tem se mostrado favorável a essas mudanças, incluindo a aprovação do projeto de alteração do quórum do Confaz para viabilizar a convalidação e também do PLS nº 1, de 2013, nessas condições de constituição de um fundo constitucional, o Fundo de Desenvolvimento Regional, e também de auxílio compensação.

A preocupação que remanesce é exatamente com o volume dos recursos, no sentido de que sejam recursos suficientes para fazer face à necessidade do Estado de manter políticas de desenvolvimento regional em substituição ao modelo já desgastado de concessão de benefícios fiscais, para continuar atraindo investimentos e assegurar os investimentos já instalados no Estado, com a geração de emprego e renda.

A nossa preocupação maior é exatamente com o Fundo de Desenvolvimento Regional, que, realmente, tem natureza constitucional, tem a previsão na Constituição, e que os seus recursos sejam suficientes para que essas políticas de benefício fiscal sejam substituídas, mas que o Estado possa continuar se desenvolvendo.

Então, manifestamos o nosso apoio ao PLS nº 1, de 2013, com essas observações quanto à necessidade de um fundo de desenvolvimento com essas características.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, antes que V. Exª passasse a palavra para o segundo orador, eu gostaria que os secretários pudessem responder aos Senadores se o Governador, dentro desses critérios que aqui foram apresentados, está de acordo ou não com essa solução.

É fundamental aquilo que foi dito pelo Senador Wellington, por todos, porque nós precisamos ter uma linha de raciocínio. Muitas vezes estamos defendendo o Estado, daí a pouco o Governador diz: não precisa mais, isso está bom.

A nossa posição é de viabilizar a condição de sobrevivência dos nossos Estados. Então, se o Governador disser e assumir publicamente...

O nosso problema é um só. O problema é que depois, quando não der certo o Fundo de Compensação, que vai ser outra Lei de Kandir, virão em cima dos Senadores, que aprovaram a resolução. Sabe como é. A culpa não é dos governadores. A culpa é dos Senadores. E os Governadores estão se omitindo ao não se pronunciar neste momento. Esta é a verdade que precisa ficar muito bem delineada nesta reunião.

O que o governador pensa? O que ele defende? Ele defende isso que está aí? Então, assuma publicamente. Não jogue nos ombros dos Senadores amanhã a aprovação de uma resolução como essa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Srª Ely.

A SRª ELY DANTAS DE SOUZA CRUZ – Em relação ao Estado da Bahia, a minha fala reflete a posição do Governo do Estado. Eu sou assessora do Secretário da Fazenda, representante da Cotepe. Peço desculpas pela ausência do Secretário, que hoje teria que comparecer a uma audiência pública na Bahia, também na Assembleia, razão da sua ausência.

Então, reiterando, eu falo em nome do Governador, até porque a Bahia é um dos signatários do Convênio nº 70, que traz todas essas condicionantes. E, em reuniões entre governadores da Região Nordeste e secretários, a posição do nosso Governador e do nosso Secretário tem sido de apoio ao PLS nº 1, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Próximo expositor.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio Stefanni Monteiro Morais.

O SR. MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS – Bom dia, Presidente.

Eu quero agradecer o convite e dizer que o Estado de Pernambuco se sente honrado em participar desta audiência.

Já enfrentando a questão levantada pelo Senador Caiado, eu gostaria de informar que os Governadores nordestinos, reunidos na cidade de Natal no mês de maio, assinaram uma carta chamada Carta de Natal dizendo que apoiavam, desde que fosse definida a questão dos fundos. O Ministro Levy esteve lá na ocasião e não disse de onde viria o dinheiro do fundo. Então, em não dizendo, não há o apoio. Como a Ely falou aqui há pouco, há o apoio, desde que se diga de onde virão os recursos. Os nove Governadores assinaram esse documento.

Para falar do tema ora em discussão, nós temos que discutir – e aqui é a Casa mais apropriada...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Exª é do Piauí?

O SR. MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS – Não. De Pernambuco.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – De Pernambuco. Então, Pernambuco é "desde que".

O SR. MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS – "Desde que". Todos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Diferentemente da Bahia.

A SRª ELY DANTAS DE SOUZA CRUZ (*Fora do microfone*.) – A Bahia também.

O SR. MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS – Não. Acho que os nove. Os nove assinaram o mesmo documento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Também é "desde que". Então, está bom.

O SR. MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS – Eu acho que nós poderíamos, depois, encaminhar essa carta para a Presidência da Comissão. Essa carta foi encaminhada ao Ministro Levy que esteve lá, em Natal.

Falando sobre o tema, eu acho que os Estados que têm assumido a guerra fiscal o fazem diante da ausência de uma política de desenvolvimento regional. Então, na ausência dessa política, o que se mostra claramente quando há o enfraquecimento, por exemplo, no Nordeste, da Sudene e, no Norte, da Sudam, quando, por exemplo, as taxas de juros cobradas pelos bancos de desenvolvimento regional, em algum momento, são superiores às cobradas pelo BNDES, isso foi o que nos restou para tratar das finanças e atrair o desenvolvimento. Concordo com a colega Ely quando ela diz que é uma forma desgastada, mas é o único instrumento que nos resta.

O Estado de Pernambuco, sob a gestão do saudoso ex-Governador Eduardo Campos, conseguiu atrair muitos investimentos, com base na concessão de benefícios fiscais, mas também muito pelo investimento em infraestrutura, tanto na infraestrutura física quanto na infraestrutura social. Nós investimos muito em escolas, nós investimos muito no Porto de Suape. Melhoramos o capital humano e melhoramos a nossa infraestrutura, mas isso foi possível, porque, naquele momento, havia liquidez, havia, por exemplo, operações de crédito que nos permitiram investir nessa infraestrutura. Hoje, o cenário é totalmente adverso. Os Estados não conseguem mais obter operações de crédito. Então, o "desde que" é muito importante, porque, no trato das finan-

ças estaduais no dia a dia, não sobejam recursos para que invistamos tanto em infraestrutura física como em infraestrutura social.

Há estudos mostrando a concentração muito grande de recursos aqui, no âmbito da União. As contribuições não são compartilhadas. Quando se dá incentivo para produção, por exemplo, de veículos, é em cima do IPI, receita que é compartilhada com Estados e Municípios. Então, nós vivemos um período de muita crise.

Falando também do Pacto Federativo, hoje, passa aqui, no Congresso, a sugestão da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que afeta também os fundos constitucionais. Então, os Estados se sentem fragilizados com essa reforma que é não uma reforma tributária, mas, sim, uma reforma do ICMS. Não há uma discussão tributária nacional, mas, sim, uma discussão da principal fonte de receita dos Estados. Então, isso muito nos incomoda.

Nós queremos, sim, melhorar o ambiente de negócios, queremos dar segurança jurídica àqueles que investiram em nossos Estados. O Estado de Pernambuco, por seu diferencial, por ter esse porto, por ter o Porto de Suape, é diferenciado na Região Nordeste, mas nós não queremos que os Estados vizinhos não compartilhem de riquezas geradas por investimentos. Então, nós entendemos que é necessária a adoção de uma política de desenvolvimento regional. Aqui, há pouco, estava o Senador Fernando Bezerra Coelho que, quando à frente do Ministério da Integração, fez uma discussão nacional sobre uma política de desenvolvimento regional cuja aplicação nós não vimos.

O Estado de Pernambuco é a favor do PRS desde que – e isto é uma condicionante muito importante, porque foi o que nos foi oferecido – tenhamos a certeza dos fundos e que tais fundos sejam financeirizados, Presidente Davi Alcolumbre, porque há fundos que são meramente contábeis, que são contingenciados, de que se cancela o empenho e, no ano seguinte, a que nós não conseguimos ter acesso. Então, repetindo, o Estado de Pernambuco é a favor, Senador Caiado, colocando a condicionante, que foi o que nos foi prometido. Nós não estamos à disposição para assinar um cheque em branco para que, quando esse cheque for depositado, ele volte, ele seja devolvido por falta de fundos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – V. Sª me permite um aparte rápido? O que nós estamos querendo colocar aqui é o que a Senadora Simone colocou e no que eu insisto também. Ora, por que votar uma resolução que é específica do Senado Federal sendo que, antes, as condicionantes que vocês assinaram não foram atendidas e sequer caminharam na Câmara dos Deputado? Por que isso? Já pensou na inquietação dos empresários de Goiás, de Pernambuco, de cada Estado? No momento em que for unificado, uma coisa é a interpretação jurídica do fato, outra coisa é o que vai ser disseminado: "Oh! Já está unificado". O empresário já não está vendo nenhuma situação de sobrevivência mais. Ele já vai procurar alternativa. Na resolução do Senado Federal, que não precisa ir para a Câmara, porque é terminativa aqui, já está decidido que está unificado o ICMS e ponto final. Então, eu acho que, na carta, deveria estar explícito o seguinte: a resolução só poderá ser aprovada no momento em que o "desde que" que vocês colocaram tivesse sido aprovado. Aí, tudo bem, porque fica uma coisa lógica. Agora, não é atropelar o Senado com a resolução e deixar as outras matérias pendentes. Obrigado, Presidente. Desculpe-me.

O SR. MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS – Acho que, mesmo na ausência dos Governadores, concordamos com a sugestão do Sr. Senador Ronaldo Caiado, uma vez que a classificação de risco de quem promete não está muito boa.

Acho que, por aqui, eu encerro, Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Obrigado ao Secretário Márcio.

Concedo a palavra à Srª Lourdes Augusta de Almeida Nobre Silva para fazer a sua exposição.

A SRª LOURDES AUGUSTA DE ALMEIDA NOBRE SILVA – Bom dia a todos.

Eu peço licença ao Presidente para cumprimentar os Senadores aqui presentes na pessoa do Senador de Goiás, Ronaldo Caiado, e para agradecer, já de início, o convite, justificando a ausência da Secretária Ana Carla, uma vez que ela também está em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás neste momento, na defesa de uma lei de responsabilidade estadual.

Eu fiz uma pequena apresentação, com poucos eslaides, mas eu procurei trabalhar em cima daquilo de que tínhamos conhecimento, sem contextualizar o que já aconteceu, uma vez que a representante da Bahia já contextualizou todas as situações, partindo do relatório, de que tínhamos conhecimento, do Senador Wellington Fagundes que está disponível no *site* do Senado. Esse relatório foi apresentado no dia 1º de setembro e publicado no dia 2, com parecer favorável ao PRS, apresentando um substitutivo integral ao texto aprovado, até então, nas comissões aqui, do Senado.

Esse substitutivo realmente representa um acolhimento de acordo da grande maioria dos Estados e do Distrito Federal. Essa manifestação de apoio tem acontecido por meio da aprovação ou não da integração à adesão ao Convênio 70, de 2014, que os Secretários de Fazenda, no âmbito do Confaz, têm manifestado. E esse

Convênio 70 realmente conjuga a ideia de estabelecer critérios para resolver o passado dos benefícios, para tratar de uma transição para o futuro e para reduzir as alíquotas aplicáveis nas operações e prestações interestaduais.

Já em abril de 2015, na abertura do Confaz realizado em Goiânia, a Secretária de Fazenda do Estado de Goiás, Drª Ana Carla Abrão, sinalizou – até então, nós não tínhamos adesão ao Convênio 70 – o apoio ao Convênio 70, colocando a necessidade de dar um passo para destravar a economia, especialmente na implantação de investimentos e tudo o mais, tendo em vista a insegurança jurídica que estava ocorrendo, em razão das decisões do Supremo, conforme foi noticiado pela representante da Bahia. Para isso, ela já colocou que era importante a adoção dos três eixos, quais sejam: reconhecimento dos benefícios fiscais já concedidos, com remissão, manutenção, a chamada convalidação; a convergência de alíquotas do ICMS, por meio da resolução do Senado; e a criação do fundo de compensação, sempre na linha da previsão constitucional, uma vez que o projeto de resolução, Senador Ronaldo Caiado – aprovado até então pela CAE, ele seguiu para o plenário, posteriormente, e foi para a Câmara –, tratava dos fundos dentro de uma perspectiva de lei complementar. E foi conseguido um acordo na CAE para aprovação em uma previsão de lei complementar. E consideramos que essa era uma situação que foi definida dentro de um processo de discussão todo ocorrido aqui, no Senado, mas que os Estados sempre tiveram resistência em razão do histórico das compensações, especialmente as da Lei Kandir, por que os Estados continuam sofrendo muito. Quanto ao apoio do Estado de Goiás, nós podíamos entender dentro dessa perspectiva que foi colocada em abril de 2005.

O substitutivo do Relator acolhe todos os acordos no que diz respeito às alíquotas que constam do Convênio 70, diferentemente do que está no projeto de resolução na CAE, porque ele teve modificações, especialmente no que diz respeito à carga do gás natural para Mato Grosso do Sul – o Projeto de Resolução nº 1 tratava com uma alíquota de 12%, mas houve um acordo, em um processo de discussão e de avanço, no sentido de que ele seria de 10%. E há também a questão da tributação dos produtos que vêm da Zona Franca de Manaus, dando um tratamento especial aos produtos de informática, que, no projeto de resolução da CAE, não há. Outra inovação que ocorreu foi a alteração da carga tributária nas saídas das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e Espírito Santo para as Regiões Sul e Sudeste. A carga ficaria em 7% no Convênio, e foi trazido para esse projeto que somente teriam essa carga reduzida para 7% – houve uma restrição ao tratar da questão – as mercadorias saídas dessas regiões menos desenvolvidas que atendessem ao Processo Produtivo Básico e às saídas realizadas diretamente pelo estabelecimento industrial.

É uma situação que nos preocupa bastante, porque é uma questão técnica e bastante difícil, mas, num processo de acordo, preservando aquilo que realmente gera mais emprego, que é dentro do setor industrial, consideramos que realmente há um caminhar para se tentar acordo.

Na CAE, era lei complementar, mas, no substitutivo do Relator, ele, atento a esse sentimento, penso eu, de todos os Estados – Governadores até então se manifestaram no sentido de que haveria de ser constitucional –, já trouxe para o art. 5º, no substitutivo dele, que seriam constitucionalizados, seriam transferências obrigatórias e, constitucionalmente, seriam definidos montante, origem e vinculação de recursos. Essa é a condicionante do relatório que está com substitutivo do Senador Wellington.

Quanto ao auxílio financeiro, ele trata da possibilidade de fazer o auxílio decorrente das perdas efetivamente apuradas, quando, no projeto de lei que tramita, de iniciativa do Governo Federal, na medida provisória, fala não das perdas efetivamente apuradas, fala de uma proporcionalidade, que é uma preocupação que temos. E consideramos que, no relatório do Senador Wellington Fagundes, houve um avanço.

A redução gradual das alíquotas ficou, como eu disse, de acordo com o que está no Convênio 70 e o período de convergência, o auxílio financeiro, apenas de oito anos. O auxílio financeiro aos Estados ocorreria apenas num período de oito anos, que é o período de convergência até 4% das alíquotas. Os Estados sempre pleitearam um período maior, porque os efeitos não são apenas em oito anos. Nos projetos até então discutidos com o Governo Federal, todas as perspectivas eram de 20 anos, porque era do período do início da queda das alíquotas até... Considerando que isso começaria 20 anos antes de 2033, o prazo de encerramento dos repasses seria nesse período.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LOURDES AUGUSTA DE ALMEIDA NOBRE SILVA – No substitutivo do Senador Fagundes, ele traz o Fundo de Desenvolvimento Regional, também, tudo dentro da perspectiva – eu quero crer – dos diversos projetos que estão aí tramitando, que eu vou, no próximo eslaide, apontar, e a condicionante também da celebração de convênio para disciplinar os efeitos dos incentivos concedidos extra Confaz.

Os projetos correlatos, dos quais eu tratei e que acho que, de alguma forma, o Senador Wellington Fagundes trouxe para dentro do relatório dele, foram a Medida Provisória nº 683, de 2015; o PLS 298, que trata do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária; o PLS 375, de 2015; e também o PLP 54, que teve

origem aqui no Senado, sendo a Senadora Lúcia Vânia que propôs. Houve a aprovação desse projeto aqui, com sua remessa para a Câmara, onde recebeu o número 54, que trata da flexibilização do fórum do Confaz para resolver a questão do passado e a restituição dos benefícios que foram concedidos.

As condicionantes do Convênio 70 são diferentes das condicionantes que estão no relatório do Senador Wellington Fagundes, por diversas razões: a questão da edição da resolução do Senado, o.k.; a promulgação da emenda constitucional – ocorreu a Emenda Constitucional nº 87/05, não há por que instalar, superado; a aprovação de lei complementar para fundo – reduziu; e, no Convênio 70, há um valor mínimo de fundo para o desenvolvimento regional, que era de R$296 bilhões. E a compensação por 30 e tudo o mais.

Dessas coisas todas eu já tratei de alguma forma.

Também havia a questão da dívida pública, que, embora aprovada a Lei Complementar nº 148, no entender dos Estados, não está totalmente resolvida, porque ainda não foi feito o acerto, mas, com a decisão do Congresso no sentido de flexibilizar a partir de quanto os coeficientes seriam prestados...

E essas condicionantes todas aí são meramente operacionais.

Agradecemos muito a participação.

Eu espero ter colaborado com as pontuações que fiz, caminhando no sentido sempre do que já foi exposto nas condicionantes que estão postas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Por nada.

Passamos a palavra, agora, ao Sr. Jader Rieffe Julianelli Afonso para fazer sua exposição.

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Bom dia a todos. Bom dia ao nosso Coordenador André Horta, em nome de quem eu cumprimento os demais Secretários e representantes presentes.

Bom dia, Senador Davi Alcolumbre, em nome do qual cumprimento os demais Senadores. Eu gostaria de fazer uma referência especial a nossa Senadora Simone Tebet, Mato Grosso do Sul, que já é uma exímia, *expert* nesse assunto, que entende tudo sobre reforma tributária e tributação.

A minha apresentação é longa, então, Presidente, se puder absorver o tempo que sofri dos outros... Vou passar bem rápido. Como está o texto impresso também, se os Senadores tiverem alguma dúvida, eu posso ir esclarecendo.

Eu só coloquei isso aí, para demonstrar que o tema não é novo. Nós já discutimos isso em 2012, na CAE, quando estive presente também, também representando o Confaz e o Estado do Mato Grosso do Sul, e também em 2013.

O que temos que analisar? A primeira coisa é o porquê do problema da guerra fiscal. Então, vou fazer uma contextualização bem rápida que são justamente as discussões sobre os problemas federativos que assolam nosso País nesse desequilíbrio entre União, Estados e Municípios.

Um dos problemas é a divisão do bolo tributário. Como se vê ali, em termos de carga tributária disponível, depois de transferências intergovernamentais, a União só aumentou a sua participação: em 2000, tinha 56%; em 2014, já foi 60%. Os Estados diminuíram de 26% para 23%, e os Municípios de 16% pra 17%, sendo que os Municípios ganharam muitas competências tributárias e uma maior fatia da receita com a Constituição de 88, que foi mais municipalista. E também alia esse mesmo aspecto com a arrecadação direta do PIB: podemos ver que, em 1987, a União tinha 17% da carga tributária, à época, do País e, hoje, tem 24,8%; os Estados, 6% da carga tributária e, hoje, 9,1%; e os Municípios passaram de 0,6% para 2,1%. Assim, o aumento da carga tributária em relação aos tributos federais é muito mais significativo do que os tributos estaduais e municipais. Então, há uma concentração muito maior na esfera do Governo Federal.

Em relação ao Fundo de Participação dos Estados, as isenções que o Governo Federal concede sempre são em cima do IPI e do Imposto de Renda, que são tributos partilhados entre os Estados e Municípios, enquanto não o faz nas contribuições que não são partilhadas. E houve uma migração também da tributação federal, passando desses impostos que representavam a grande maioria da tributação em 1988 para as contribuições, a partir de 1993, 1995, que justamente não são partilhadas. Então, podemos ver lá que, em 1989, 62% da arrecadação federal eram de Imposto de Renda e IPI e apenas 38% de contribuições; em 2014, 57%, de contribuições e 43%, de IPI e Imposto de Renda. Isso prejudica diretamente os Estados e Municípios em face das transferências de FPE e FPM.

E também as isenções, como eu disse, sempre são concedidas dentro dos tributos partilhados. Então, em 2009, vimos uma queda por isenções que foram feitas, com desonerações de R$25 bilhões, e depois, em 2012, de novo – somando, à época, R$63 bilhões.

Evolução da dívida dos Estados. Além disso, a União desequilibra o Pacto Federativo na questão da dívida pública, na dívida dos Estado para com a União. Quando houve assunção dessas dívidas em 1998, elas representavam R$93 bilhões. Em 2011, já se deviam R$369 bilhões, sendo que os Estados já tinham pago R$158

bilhões. Isso também acontece no Mato Grosso do Sul. Nós renegociamos a dívida com a União por R$2,2 bilhões, pagamos R$6,7 bilhões e ainda devemos R$7,8 bilhões. Por quê? Por causa do IGP-DI mais 6%, no nosso caso, sendo que vai até 7%, 7,5%. Em face dos outros indexadores da economia, ele é o que mais pesou ao longo desse tempo.

Ressarcimento da Lei Kandir e o Fex. O fundo de auxílio à exportação e a própria Lei Kandir estavam previstos por dez anos. A União entendeu que, a partir dali, não tendo a edição de uma nova lei complementar, isso não era uma obrigação. Em face do art. 91 do ADCT da Constituição, os Estados, todo ano, conseguem inserir isso no Orçamento, com muita dificuldade, já tendo ocorrido, no ano passado, a não liberação do valor. Em 2014, não foi liberado o valor, só foi liberado agora com aprovação do projeto de lei. Isso prejudica os Estados. Por exemplo, a Lei Kandir, no Mato Grosso do Sul, em 1996, ressarcia 77% do que era de desonerado; em 2013, só 2%; em 2010, 10%; e 2014, como disse, não foi nem liberado, só agora. E os Estados também perderam muito com isso. Então, os Estados têm R$127 bilhões que se perderam em ressarcimento da Lei Kandir, em face dessa diminuição dos valores.

Despesas impostas por decisões judiciais e também por normas do Congresso Nacional. No caso, há a saúde, com a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, pela Lei Complementar nº 141, e a diminuição dos valores aportados pela União, de 60% para 45%, tendo os Estados que aumentarem esses aportes de 18,5% para 27% e os Municípios de 21% para 28%. Então, além de se corroerem as receitas, ainda há maior despesa para os Estados e os Municípios assumirem. Há o piso do magistério, e, pelo que está na norma, nós teríamos que, em 2012, ter dado um reajuste de 22%. Em 2015, o reajuste ficou em 13%, sendo que o INPC, que é o que os Estados solicitam que seja aplicado, foi de 6,22%.

Aí entramos na guerra fiscal propriamente dita. A guerra fiscal é algo que não é novo. O Confaz foi criado em 1975. Mesmo antes da democratização, no governo militar, já havia guerra fiscal. Em decorrência desses diversos diplomas legislativos dos governos estaduais, houve as ADIs (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que culminaram no pedido da Súmula Vinculante 29, de 2012. Isso que é o que cerca a discussão que o Ministério da Fazenda coloca de que se deve fazer uma reforma do ICMS, porque essa Súmula 29 criou essa insegurança jurídica o que impede investimentos no País. É interessante que, se pegarmos os dados de 2012, quando foi o pedido de súmula vinculante, e de 2009, quando foram as ADIs julgadas, o ambiente era outro. O ambiente hoje de não investimento é muito mais por uma série de fatores de cenário macroeconômico, em que uma ínfima parte é a questão da guerra fiscal.

Por que a guerra fiscal surgiu? Porque os governadores, para industrializarem, para devolverem seus Estados, foram obrigados a fazer isso, face a uma omissão legislativa programática da União, do Governo Federal, de não aplicar esses dispositivos constitucionais da diminuição das desigualdades sociais regionais e do desenvolvimento regional, desrespeitando o art. 3º, o art. 21 e art. 171 da Constituição Federal. A guerra fiscal pode não trazer vantagens em termos de Federação, competitivamente, mas, em termos de regionalização, ela trouxe – e há números para mostrar – ao longo dos últimos vinte anos.

Em termos de PIB, São Paulo, o grupo 1, que é o vermelho, tem uma diminuição de 35% para 32%, enquanto que o grupo 2, composto por Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, também tem uma redução e os Estados menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, que são essas 22 UFs, aumentaram sua participação no PIB, o que demonstra claramente os efeitos dessa industrialização nesses outros Estados.

Há também o VAB (Valor Adicionado Bruto), que mede diretamente o conceito de indústria de transformação, em que São Paulo, mesmo diminuindo sua participação, não deixou de crescer, de incrementar a sua industrialização. Então, de 2002 a 2010, ele aumentou 121%, mas, por exemplo, o Centro-Oeste aumentou 272%, o que demonstra claramente que essa política foi o que os governadores tiveram para sair da condição de simplesmente serem fornecedores de insumos primários.

No caso do Mato Grosso do Sul, esses números mostram que os estabelecimentos industriais aumentaram, de 2007 a 2014, de 7.500 para 11.800; que houve a elevação de 372% do PIB industrial; que houve mais de R$30 bilhões de investimentos, sendo que mais R$30 bilhões ainda estão em curso de investimento; e que o emprego aumentou de 90 mil para 140 mil.

Entrando propriamente na questão da discussão do PRS, em face de tudo isso, o Governo Federal propôs a reforma do ICMS, como se ela fosse o grande problema de não investimento no Brasil nesses anos. Em 2013, propôs o PRS 1 e também uma MP, que era a MP 599, de que os senhores devem se lembrar. Então, esse PRS que foi aprovado na CAE, como a Senadora Simone colocou bem, para o Mato Grosso do Sul e para o Centro-Oeste, foi melhor do que o que hoje está em relatório, só que esse que está hoje decorre, realmente, como a Lourdes colocou, de uma negociação dentro do Confaz. O que foi aprovado na CAE? Ficou 12% para o gás natural e Zona Franca – não se mexeria nesse percentual. Dos emergentes para os avançados, para todos os produtos, cairia de 12% para 7%; dos avançados para avançados ou dos emergentes para emergentes, ou seja,

entre si, entre os blocos, cairia para 4%; e, dos avançados, dos Estados desenvolvidos, para os emergentes, 4%. Então, isso foi aprovado lá e foi mais vantajoso para os Estados do Centro-Oeste, porque ali abrangeria todos os produtos e não somente os produtos industriais. O que está hoje no relatório, que é o que está no Convênio 70, é o gás e a Zona Franca reduzindo para 10%; os produtos industriais, quando advindos dos Estados emergentes para os Estados avançados, chegariam a 7%; e os demais produtos iriam a 4%, como todo o resto. Isso, no cômputo do que foi proposto pelo Governo Federal na MP 599, inicialmente, que era equalizar em 4% todos os produtos, ocasionaria aquelas perdas ali. O Mato Grosso do Sul seria o segundo Estado que mais perderia, pois perderia R$2,3 bilhões, 30% da sua arrecadação de ICMS. No que está hoje proposto, o Estado de Mato Grosso do Sul perderia R$1,2 bilhão, 15% da arrecadação de ICMS. É muito complicado sobreviver sem essa arrecadação, com certeza.

E por que – e eu acho que o Senador Ronaldo Caiado colocou bem isto – o PRS deve ser o último a ser votado e por que ele deve ser o contrapeso? Porque, mesmo estando prevista a instituição dos fundos por emenda constitucional, o que é um avanço em relação ao PRS aprovado na CAE, que era a lei complementar, nós temos de analisar de onde virão esses valores e qual é o montante desses valores, porque esses valores têm de ser suficientes para ressarcir as perdas que os Estados têm, que, como coloquei, no caso de Mato Grosso, seriam de R$1,2 bilhão, e também para proporcionar desenvolvimento regional, para o Estado continuar tendo um mecanismo de atração de investimentos, de industrialização, em face dos polos mais desenvolvidos, onde está o centro consumidor, onde estão os portos, onde há melhor estrutura logística, o Sul e o Sudeste.

Ali no Convênio 70, colocamos a seguinte condição: teria que haver, para auxílio financeiro, ou seja, para ressarcimento, R$191 bilhões ao longo de 20 anos. Na MP nº 599, que era muito mais vantajosa e, mesmo assim, os governadores não apoiaram, seriam R$148 bilhões. E, nessa MP que está ali e que, se nós aprovarmos primeiro o projeto de resolução, já estará valendo e pode ser aprovada essa MP, são R$8 bilhões. Para o Mato Grosso do Sul, ficam R$30 milhões, o que não dá para ressarcir nada em face de uma perda de R$1 bilhão.

E, no caso do desenvolvimento regional, no Convênio 70, nós colocamos lá R$296 bilhões. A União tinha proposto R$296 bilhões na MP nº 599 e agora propôs nada. É uma proposição em cima de algo que se deve repatriar, que tem um ambiente jurídico, legal totalmente desfavorável. E vocês sabem muito bem que esse dinheiro pode ser questionado em face de todas as operações que estão ocorrendo, em face até da própria classificação do Brasil, do próprio ambiente de negócios do Brasil. E aí...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpa, Sr. Presidente. Pela ordem. É só para não ter que fazer a pergunta, para deixar muito claro.

Eu não entendi. Chegou-se a uma conclusão de que os Estados precisariam de quanto para esse fundo?

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – R$296 bilhões ao longo de 20 anos.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – R$296 bilhões ao longo de 20 anos?

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Isso.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas o que foi combinado posteriormente, que se chegou à conclusão...

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – O que foi proposto pela União anteriormente, em 2012, foi esse valor. Ele era compatível, só que o que travava era o fundo, porque esse valor tinha que ser 75% em empréstimo para os Estados e 25% em Orçamento Geral da União. E nós, Estados, queríamos 50%-50%. E, nessa proposta agora, da 683, não há valor previsto, e isso depende de algo efêmero, etéreo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – De repatriação, que não se sabe o valor.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpa. Eu achei que, no meio do caminho, V. Sª havia dito que chegaram a um meio-termo, que não seria os R$296 bilhões. Houve...

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Não, não. O Confaz firmou posição que é R$296 bilhões.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada.

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – O necessário.

Isso perfaria, para o Mato Grosso do Sul, um valor, por exemplo, Senadora, de R$457 milhões para desenvolvimento regional. Esses R$457 milhões, pelo Confaz, poderiam ser utilizados para atrair novos investimentos ou em obras de infraestrutura para melhorar o sistema de escoamento. Atualmente, são R$63 milhões nessa proposta. E precisaríamos de R$800 milhões para as indústrias, em face do que está na nossa LDO, e também de R$700 milhões em obras, que foi o que foi aprovado no BNDES Estados, no Proinveste, nesses programas. Então, vemos que a MP 599, que o Confaz pretende e solicita, é mais próximo do que precisamos. E, com R$63 milhões, infelizmente, não dá para fazer nada.

Vou entrar rapidamente na parte jurídica do pedido de súmula. Além disso, dessa frente aqui no Congresso, onde o Senado é a Casa do equilíbrio disso tudo, nós também fizemos uma articulação dos governos.

O hoje Senador Omar Aziz, à época, Governador, era um dos 14 Governadores que conversaram com o Supremo, e nós solicitamos a modulação dos efeitos da súmula. Então, existe a possibilidade, pela Lei nº 9.868, de haver a modulação dos efeitos declaratórios de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por dois terços do Supremo. E isso também já é possível, no entendimento do Supremo, para a súmula vinculante. Então, nós respeitaríamos os contratos vigentes, para não se cobrarem e fecharem todas essas indústrias que se instalaram ao longo do tempo nos Estados.

Só para colocar rapidamente ali. Em 2012, isso representaria R$134 bilhões em valor original...

(Soa a campainha.)

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – ... que essas empresas deveriam ressarcir aos Estados, aos cofres. E se deve calcular isso em cinco anos, com juros e multa. Então, é muito pior.

Qual foi o Convênio 70? Convalidação ampla e restrita do benefícios; respeitar os acordos até 2028; poder conceder ainda novos benefícios para se manter o equilíbrio de mercado até 2028 – à época, foi isso que acordamos; o que está no projeto de resolução em relação à redução das alíquotas; e o fundo de compensação e desenvolvimento regional – não é só haver ele constitucionalmente – nos valores que os Estados solicitaram. E é isso que não está sendo atendido hoje na proposta do Governo Federal.

O Governador do Mato Grosso do Sul mandou – e seria bom que o Senador Ronaldo estivesse aqui, porque ele se manifestou, assim como o Senador Wellington – para o Presidente do Senado um ofício em que ele manifesta que o projeto...

(Soa a campainha.)

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – ... atual é aquém do esperado pelos Estados no Convênio 70 e solicita a inclusão dessa cláusula – mais essa condição – no projeto de resolução. Assim, não haveria apenas a aprovação do convênio, mas também a aprovação do convênio com a mudança do quórum do Confaz. Hoje, o convênio só existe no Confaz, porque os vários Estados que foram signatários sabem que, se houver alteração do quórum, isso vai ser aprovado. Se não alterassem o quórum, eles sairiam do convênio. Sabemos que há essa discussão, não é, André?

E ele também coloca que o PRS deve ser a última coisa a ser votada, porque é preciso que tudo isso ande corretamente para o PRS ser votado, uma vez que esse projeto tramita apenas no Senado, e, no caso dos outros, dependemos da Câmara dos Deputados.

Além disso, ele critica a 683 em relação aos valores do fundo, como eu coloquei. O fundo está na gerência da União pela 683, e os Estados não têm como direcionar a aplicação desses fundos. Ele é só para investimento.

(Soa a campainha.)

O SR. JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Ele não é para atração de empreendimentos.

Era isso que eu queria colocar, da forma mais clara possível.

A observação do Senador Ronaldo é muito pertinente. O projeto de resolução deve ser a última medida a ser votada, porque o que está apresentado hoje na Câmara dos Deputados para os Estados, complementarmente ao PRS, é muito aquém do que está no Convênio 70. E os Governadores manifestaram apoio ao PRS nos modelos do Convênio 70 e não nos moldes que o Ministério da Fazenda está colocando.

Era isso que queríamos deixar.

Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Antes de convidarmos o próximo expositor, eu gostaria de solicitar à autora do Requerimento nº 34, Senadora Simone Tebet, que pudesse presidir os trabalhos da nossa Comissão.

Senadora Simone, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Concedo a palavra, neste momento, pelo tempo regimental de dez minutos, ao Sr. André Horta Melo, para fazer a sua exposição.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Bom dia, Presidente Simone Tebet. Na pessoa de V. Exª, saúdo os demais Senadores.

Secretário Márcio, Secretário Jader, representante dos Secretários, representante do Confaz, técnicos aqui presentes, interessados, os tópicos específicos do PRS 1 já foram bem visitados aqui, e eu não vou ficar repisando os mesmos pontos.

Achei importante o Secretário Jader ter se detido, no início, nos fundamentos que estamos mexendo no PRS 1, porque isso, de fato, sempre se perde. Nós sempre perdemos o filme maior, a ideia da tela grande e

não enxergamos, não entendemos por que essa obsessão com o ICMS, quando sabemos que o problema do sistema tributário brasileiro sempre esteve em outro lugar. Ficamos sempre distraídos com essa questão e com uma verdadeira obsessão para lidar com esse assunto.

Quero dizer, Senadora, que visitei, várias vezes, o Senador Wellington, de julho para cá, e conversamos sobre as possibilidades de avanço no PRS 1. As nossas conversações chegaram a um impasse que eu procurei levar ao Consefaz e a uma reunião ordinária do Confaz também, no dia 17 de setembro, sendo que repeti a pergunta no dia 1º de outubro, na 9ª Reunião Ordinária do Consefaz.

O Secretário Jader colocou aqui a questão da ordem dos assuntos. Há o problema do fundo; há o problema do fundo constitucionalizado; há a questão da convalidação do passado, do PLS nº 130, que, desde a primeira conversação que eu tive com o Senador Wellington, ele já disse que é imprescindível, para a questão poder andar na relatoria dele; e depois surgiu uma questão adicional. Na questão dos fundos, como o dinheiro encurtou, há agora uma questão acima, anterior, preventiva e condicionante da questão do fundo, que é a confiança dos Secretários de que haja verba suficiente para isso. Em uma das minutas do relatório, que o Senador gentilmente estava discutindo comigo enquanto estávamos conversando, ele estava falando sobre isso, sobre a insuficiência do que se apontou inicialmente e do que há hoje para trabalhar e para avançar com esse PRS 1.

A pergunta que eu estava fazendo lá aos Secretários foi justamente esta: "Diante dessa incerteza da insuficiência, eu posso sinalizar pelos senhores, lá para o Senador Wellington, que esse projeto deve andar, deve caminhar?" Na primeira reunião, só recebi hesitação e silêncio. Na segunda reunião, a mesma coisa. Ninguém quis se manifestar com relação a isso. Na segunda reunião, dois Estados foram contrários: um, porque estava contrário mesmo, porque não está acreditando no conjunto do processo; e o outro tem dúvidas quanto aos seus cálculos de compensação.

A situação atual, realmente, é de incerteza, até saber o que vai acontecer com a recomposição das contas da União este ano. De fato, está um assunto de difícil conversação no Confaz, devido a todas as questões que os outros Secretários já colocaram aqui, com essa dúvida em relação ao projeto.

É importante, Senador, revisitarmos sempre os fundamentos, porque não nos sentimos muito confortáveis de deslocar certas discussões da seara tributária. Nós todos atuamos há muitos anos nisso e gostaríamos que as agendas principais caminhassem e não que houvesse essa insistência, toda essa ocupação nossa com diversas agendas secundárias, que são relevantes, não tenha dúvida. Não há nada de irrelevante aqui sendo discutido, mas o principal, na verdade, termina sendo eclipsado.

Vamos lembrar que esse projeto, quando chegou à CAE, antes de ser alterado na relatoria do Senador Delcídio, tinha uma alíquota única de ICMS em 4%, de uma forma geral. Na relatoria do Senador Delcídio, em vez de reduzir 67% – ou seja, de 12% para 4% – para os Estados que hoje têm alíquota de 12% e de reduzir apenas 42% para os Estados que hoje têm alíquota de 7%, que iria para 4%, o que se fez foi fazer um sacrifício comum e reduzir a alíquota de todo mundo em 43%. Quem tinha 12% cai 43%, ficando em 7%, e quem tem 7% hoje caiu 43%, ficando 4%. Por que isso, Senadora? Por causa do formato do imposto sobre o consumo no Brasil. Um pesquisador do Ipea tratou como jabuticaba brasileira a questão da CSLL. Eu complementaria e diria que o sistema tributário é uma jabuticabeira, porque tem diversas peculiaridades só nossas, aqui, no País. Uma delas é essa peculiaridade de o imposto de consumo ser cobrado na origem, que é algo que se administra. Não temos nenhuma obsessão com isso. Pode ser feito dessa forma, contanto que ajeitemos outros institutos. Mas o que aconteceu foi que se criou esse imposto cobrando na origem. Esse imposto terminou provocando e dando azo a uma competição fiscal dos Estados de destino, que não eram industrializados e, já que não vendiam nada, trocaram esse imposto, que não era utilizado para nada e estava lá ocioso, por empregos. Industrializaram e cederam esse pagamento que não existia. Essa receita inexistente foi transformada em industrialização. Está aí o gráfico mostrando o crescimento desproporcional e diferenciado que tiveram outras regiões nos últimos anos, com esse processo.

A discussão no País se perde em muitos momentos. Primeiro, há a discussão, por exemplo, da alíquota na origem e da competição fiscal, que se pode fazer em outros lugares – não da alíquota na origem, que é só nossa. Os Estados que se sentiram prejudicados pela alíquota na origem se sentiram saqueados, porque, na verdade, o contribuinte pagava ali e sustentava o serviço ali e ele era deslocado para outro Estado, geralmente mais rico, de um Estado menos desenvolvido para um mais desenvolvido. Por outro lado, passou-se a chamar isso de saque e, quando houve uma reação por competição fiscal, já que não estava utilizando a alíquota, também se chamou pejorativamente de guerra. Então, ficamos agora discutindo a alíquota na origem e competição fiscal como saque e como guerra. Eu não sei se isso favorece a discussão, mas, se não falamos nesses termos hoje ninguém, nem na área tributária, entende o que estamos falando.

Esses assuntos não deveriam ter, Senadora, essa estranheza, porque eu próprio viajei, certa vez, para os Estados Unidos e sentou ao meu lado um executivo da Tramontina. Ele me contou que eles tinham adquirido

uma fábrica em Wisconsin, até de um concorrente deles nos Estados Unidos. Perguntei-lhe como foram as circunstâncias, e ele disse: "Fomos para lá por uma questão de competição fiscal, Wisconsin tinha uma alíquota mais competitiva e nos instalamos por lá. Esse foi o critério da outra fábrica que compramos, que se manteve conosco". Então, a competição fiscal é uma coisa absolutamente normal lá dentro do país.

O Confaz, em 2010, mandou um técnico para um congresso que havia lá sobre *tax competition between subnational government*, ou seja, a mesma questão que discutimos aqui, a competição fiscal nos entes subnacionais. Um colega foi lá participar e trazer o que foi um fórum de discussões, como se discutem todos os assuntos tributários.

Em 2013, quem esteve aqui foi o Edward Prescott, que é Prêmio Nobel de Economia de 2004. E ele falou como é importante que o Brasil mantenha a sua competição fiscal, porque isso termina adequando a vantagem comparativa de regiões menos desenvolvidas.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – O que é interessante é ver a naturalidade com que o assunto existe nos lugares e a forma pejorativa com que tratamos essa questão aqui, como se fosse uma coisa extremamente relevante e extremamente importante.

Vejam: isso é algo a se cuidar, mas a questão brasileira é de uma lei da ditadura, a Lei nº 24/36, que estabeleceu a unanimidade do Confaz para conceder benefícios fiscais. Essa lei terminou petrificando as iniciativas de competição fiscal por parte dos Estados. Essa reação terminou sendo bem sucedida, embora hoje haja esse ambiente de anomia, esse ambiente de desregramento da competição fiscal. Este é o problema da competição fiscal brasileira: o desregramento. Não há um quórum para nós secretários administrarmos a adequação de alíquota para cada lugar, uma alíquota para o Rio Grande do Norte, uma alíquota para a Bahia, uma alíquota para o Mato Grosso do Sul. Então, não podemos fazer isso, porque simplesmente há uma regra impeditiva que petrifica o maior imposto do País em questões de desenvolvimento que são patentes e importantes para os Estados.

Como eu falei no início, parece que esse assunto nos desloca da questão da agenda da progressividade, que é algo que interessa a todo técnico e a todo interessado em direito tributário no Brasil.

Por nós, esse ICMS teria a metade do tamanho que tem hoje. Em vez de 18%, como está na maioria dos Estados, ele seria em torno de 8% ou 9%. Então, esse entrave do ICMS não tem andado, Senadora – já estou finalizando –, porque o federalismo fiscal brasileiro tem um problema quantitativo que esbarra em uma questão qualitativa.

O problema quantitativo, nós sabemos. Há mais de dez anos, foi publicado um clássico do federalismo fiscal brasileiro chamado O Colapso das Finanças Estaduais e a Crise da Federação. Há dez anos, fala-se do colapso das finanças estaduais. Por que não vimos esse colapso acontecendo? Como o Secretário Márcio estava falando aqui, foi porque ficamos adiando esse problema com operações de crédito. Agora, acabou o dinheiro da União, estamos vendo o colapso acontecer e todos os Estados praticamente fazendo seus ajustes e recuperando suas receitas. Então, primeiro existe o problema quantitativo. O Secretário Jader mostrou a concentração dos tributos na União. Os Estados têm mais serviço do que receita para honrar. Então, eles estão sempre deficientes, porque eles nunca conseguem honrar, já que isso é má distribuição. Existem inúmeras obras do federalismo brasileiro sobre isso.

Depois, vem a questão qualitativa, Senadora, porque os Estados só têm o imposto sobre consumo mesmo. Não têm outro, não. O imposto brasileiro sobre propriedade é um dos menores do mundo. O IPVA também tem uma arrecadação discreta. No Rio Grande do Norte, 95% são só com o ICMS. O ICMS é um imposto, como sabemos, regressivo. Quanto mais eficientes ficam os Estados, mais regressiva fica a carga tributária. E aí há o paradoxo que nós trabalhamos no nosso dia a dia: quanto mais eficiente, pior o sistema.

E qual é a questão? A questão é a questão qualitativa de repactuação federativa. É trazer aqueles impostos progressivos que existem na União, ou na forma de verba de transferência ou na forma de competência mesmo, remexer nessa repactuação federativa, rever quais os impostos que devem ficar com quais Estados e adequar a proporcionalidade entre serviços e receitas para que os Estados possam ser solventes.

Desde julho, estamos nessa cruzada, nesse viés programático de procurar uma saída por aí. Uma saída dessas, Senadora, nos livrava do problema dos fundos que estamos discutindo hoje e que criam um impasse para os Estados, porque, se houvesse uma melhor redistribuição dos tributos, não precisaríamos nem falar em fundo. Recompondo-se as receitas de forma sustentável, não precisaria de fundo, pelo menos, de compensação.

O compromisso com desenvolvimento, claro, no País, sempre existirá. Sempre vai haver uma região menos desenvolvida que outra. E investir em lugar menos desenvolvido é interessante para a economia brasileira. Quando se desloca uma renda do lugar menos desenvolvido para o lugar mais desenvolvido, esse movimento é unilateral, mas, quando se faz um programa social numa região menos desenvolvida... O que aconteceu

num conhecido programa brasileiro? Ele aumentou o emprego na região mais desenvolvida, porque, quando aumentou a renda nesse lugar, eles não tinham onde comprar e terminavam comprando em regiões mais desenvolvidas, que estavam mais industrializadas. Então, sabemos do efeito reflexivo que existe na promoção de desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas. Isso é fecundo, isso é interessante para a economia e, mais do que tudo, isso dá mais eficiência à forma de administrar e de tratar da Fazenda brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós que agradecemos, Sr. André Horta Melo.

Passamos imediatamente, por uma questão de tempo, ao último convidado que vai utilizar da palavra, o Sr. Marcelo Mello, para suas exposições. Ele é o Presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe).

O SR. MARCELO MELLO – Nobre Presidente, eu queria agradecer, em nome do Ministro, do Dr. Fabricio, o convite para participar. O Dr. Fabricio se desculpou, porque tem agenda com o FMI, em Lima, no Peru.

Eu preparei uma apresentação, mas devido ao avançado da hora e também porque os demais integrantes aqui já trataram, com detalhes, diversos pontos do PRS 1 e da reforma como um todo, eu vou preferir deixar disponível a apresentação e fazer alguns comentários aqui a respeito do que foi falado. Depois, podemos ficar disponíveis para perguntas.

Pedindo vênia aos demais, ao Senador Caiado, à Senadora e aos Secretários, muito embora, como foi comentado, os Governadores não tenham vindo aqui ao Congresso, ao Senado, eles enviaram ofícios, em sua grande maioria, para o Ministro Levy, demonstrando apoio à reforma do ICMS, apoio esse em consonância com o Convênio 70, que foi elaborado no âmbito do Confaz. Assim, temos o Governador de São Paulo e o Governador do Rio Grande do Sul; o Governador do Mato Grosso não enviou; Goiás não enviou; Mato Grosso do Sul, sim; Amazonas, sim; e a grande maioria. Apenas quatro não enviaram moção de apoio.

Além disso, no Confaz, de Goiânia, Lourdes, o Ministro perguntou aos Secretários de Fazenda se queriam que fosse levada adiante a reforma. O que, naquele momento, embora fosse recente a Medida Provisória nº 693 – talvez pouco analisada pelos Estados –, houve a concordância dos Secretários por imensa maioria, não houve, assim, nenhuma resistência muito forte. Houve encaminhamento de pleitos ao Governo Federal que, em sua maioria, foi encaminhado, como o Dr. Fabrício já comentou no último Confaz.

Em relação à DRU – não me recordo quem foi que comentou –, a proposta enviada pelo Governo Federal não atingia os repasses. Houve o apensamento de outra proposta. Então, ainda não está definitiva.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO MELLO – Exato. Mas a proposta inicial do Governo Federal, assinado pelo Dr. Diogo, pelo Dr. Nelson Barbosa, à época, não continha esse impacto nas transferências.

Voltando ao Convênio 70, ele é de 2014, teve o apoio inicial de 20 ou 21 Estados, que foram se juntando a outros, com algumas questões. Então, hoje, eu diria que em torno de 23 a 24 Estados apoiam o Convênio 70.

No âmbito do PRS aqui, o alinhamento é em relação às alíquotas. Então, as alíquotas que estão no relatório do Senador Wellington correspondem àquelas alíquotas que os Estados acordaram tal e qual.

Aquele PRS que foi aprovado na CAE, por outro lado, não tem consonância com o Convênio 70. Há, ali, algumas divergências. O Secretário Jader comentou que uma questão a destacar é a dos 7% para o comércio, que nem o Governo Federal apoia que seja assim e diversos Estados também não concordam, não haveria concordância em torno disso. Por isso, no Convênio 70, restringiram-se as saídas da indústria com o PPB e produtos agropecuários.

Fico contente com a manifestação do Secretário Jader em relação ao desenvolvimento regional, ao crescimento do PIB. Muitas vezes a gente escuta que não está surtindo efeito, que não estão sendo reduzidas as desigualdades regionais, e aqui vieram dados que a gente só pode parabenizar. Acontece que o modelo de benefícios, Secretário Jader, em cima do ICMS, chegou num esgotamento. Não apenas num esgotamento, mas também está sendo questionado no Supremo, e o Supremo está prestes a editar súmula vinculante, e não temos nenhuma certeza sobre modulação. Então, essa espada de Dâmocles, digamos, sobre os Estados e sobre as empresas gera uma insegurança jurídica, sim, bastante forte e uma queda nos investimentos. Embora haja outros fatores, esse é um fator que está travando investimentos no País, sim, e que o Governo Federal gostaria de resolver, claro, com o sentimento de que o ICMS é o maior imposto do País, é o maior imposto dos Estados. Então, tem que ser com a concordância dos Estados, obviamente.

Com relação ao encaminhamento do PRS nº1, sem os demais itens da reforma, não é essa posição do Governo Federal. Sempre foi, em consonância com os Estados também, o andamento de todas as propostas em conjunto. Vamos relembrar aqui que o PRS nº1 ,aprovado na CAE, ficou disponível para apreciação e votação em plenário durante um bom tempo e não o foi. E ainda que fosse aprovado, Senador Caiado, não teria validade alguma. Os Estados não fariam convênio naqueles moldes, não aconteceria nada.

Então, não há esse perigo. Acredito que todos os itens da reforma – MP 693, PLP 54, que reduz o quórum, o PRS nº1 e a questão dos fundos – devem ser encaminhados em conjunto para, em dado momento, estarmos prontos para a votação de praticamente todos eles ao mesmo tempo, Senador. Não há um atropelamento em querer apenas o PRS nº 1, até porque ele não vai dar nenhum efeito se for aprovado sozinho; ele vai ficar esperando o resto.

Muito possivelmente, a questão do Convênio 70 também vai ficar aguardando o resto. Os Estados não vão aprovar o Convênio. Aquele convênio lá, eu diria que é um pré-convênio ou um convênio do convênio; um convênio de intenções, até porque um convênio que inclua benefícios só pode ser aprovado por unanimidade. Então, tem que aguardar o PLP 54 ser aprovado, para que a redução do quórum, especificamente para esse fim, permita a aprovação do Convênio. É o que se espera.

Com relação às perdas aqui, quanto à questão dos fundos, o Confaz possui um grupo de trabalho, o GT44, que calculou as perdas de 2011, 2012, 2013, com uma metodologia bastante detalhada, Senadores. Porém, aquelas perdas ali calculadas, que o Secretário Jader expôs na tela, são perdas potenciais. E por que potenciais? Porque ali não estão descontados os benefícios, esses concedidos à revelia do Confaz – os créditos presumidos, por exemplo –, que não estão destacados no documentos fiscal. Então, se eu tenho uma alíquota de doze, mas tenho crédito presumido de cinco, na verdade, eu estou com uma alíquota – entras aspas – de "sete". Essa questão dos benefícios precisa ser enfrentada pelos Estados. Eu entendo que é uma questão difícil. Os Estados resistem um pouco, mas ela deve ser enfrentada, e acredito que esse grupo de trabalho deve se reunir nas próximas semanas para tratar desse assunto, inclusive.

Agora, não me recordo se foi o Secretário André que citou uma divergência de cálculos em relação a perdas, em primeiro lugar, mas também deveria, no meu modo de ver, ser levado ao grupo de trabalho se algum Estado tem uma ideia diferente do cálculo de perdas.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO MELLO – Não se pode, agora, desconstituir um grupo de trabalho que tem representantes de todos os Estados. Não é um cálculo feito pelo Governo Federal, mas pelos próprios Estados. Eu era Coordenador desse grupo, quando fui representante do Rio Grande do Sul; agora represento o Governo Federal, mas posso lhes avalizar que foi feito com critérios, dentro das possibilidades dos dados que se possui.

A questão levantada sobre o ICMS cobrado na origem ou não, eu só queria destacar alguma informação. Nós já temos as *blue chips* tributárias, assim dizendo, apelidada pelo colega Bordin, do Rio Grande do Sul, que são combustíveis, energia elétrica e comunicações, que estão praticamente 100% no destino, com algumas exceções: o álcool, no caso de combustíveis; TV por assinatura, que tem uma repartição –, mas isso perto dos 100%. E essas *blue chips* tributárias representam 33% do ICMS nacional, dados de 2014, Senador. Tirando-se essa parte e sobrando, então, os 67% restantes, as operações interestaduais representam apenas 21,5%, dados de 2014 também. Logo, ainda que haja uma repartição do ICMS com alíquota, hoje, de 12% e 7%, na origem, isso é sobre 21,5%, aproximadamente, em média, no País, o que representa uma parcela pequena do ICMS.

Então, o imposto já está, predominantemente, no destino, só para não passar batido...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Hoje, apenas 21,5% de todo esse mercado...

O SR. MARCELO MELLO – São operações interestaduais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... são operações interestaduais que têm o benefício?

O SR. MARCELO MELLO – Não, geral. Todas as operações interestaduais representam em torno de 21,5% do total das operações; às demais são internas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sim, mas e às que têm incentivo? Para os Estados que teriam incentivo, isso significaria quanto?

O SR. MARCELO MELLO – Aqui, de cabeça, eu tenho só o dado geral.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Porque me falaram que isso não ultrapassa 14%. Estados que têm incentivos com outros Estados que não...

O SR. MARCELO MELLO – O senhor está falando de perdas?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente.

O SR. MARCELO MELLO – Não. Quanto a perdas em cima do ICMS, temos perdas de 14%. Claro que varia. Esses 21,5% são uma média. Então, há variações de um Estado para outro. Agora, esse percentual é perda sobre o ICMS arrecadado. Mas sem descontar os benefícios.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não.

O SR. MARCELO MELLO – Ou seja, esses 14% reduziriam para algum valor. E eu espero que o GT44 consiga apurar esse valor de benefícios para se tornar, digamos assim, possível de os governadores, os Senadores,

o próprio Governo Federal verem esse impacto efetivo sobre a arrecadação, porque hoje estamos falando de perdas potenciais, o que dificulta um pouco o raciocínio.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria – desculpe-me, Presidente – de voltar à pergunta: de todo o comércio, os Estados que têm benefícios fiscais, incentivos fiscais, quanto por cento dessas operações no mercado nacional? Ou seja, por exemplo, os Estados que praticam incentivos fiscais, quanto isso significa, percentualmente, no cenário nacional, no mercado nacional? O que isso significa? Qual é o peso disso hoje para que possamos avaliar essa dimensão toda que está dando aos incentivos? A pergunta que eu faço, especificamente, é o que isso participa no contexto global do mercado?

O SR. MARCELO MELLO – O que eu posso lhe responder é que todos os Estados concedem benefícios fiscais, todos, não há exceção, uns mais, outros menos, para usar o termo da guerra, uns mais guerreiros, outros menos guerreiros. Mas a média nacional é 21,5%. Eu não tenho aqui, não trouxe, até porque não estava na minha apresentação, o que representa em cada Estado, apesar de ser um dado que o próprio Estado conhece muito bem, Senador, não é um dado que dependa de levantamentos muito difíceis, nem de outros Estados, é dele mesmo, é um dado que os Secretários podem levantar facilmente.

Respondi?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não, obrigado.

O SR. MARCELO MELLO – Sobre o FPE, que foi comentado aqui pelos Secretários Jader, Márcio e André, apesar de o fundo ser formado pelo Imposto de Renda e IPI, e embora alguns benefícios tenham sido concedidos em cima desses dois impostos, ainda assim o FPE tem crescimento acima da inflação e PIB. Ele é um fundo que, em média, se olharmos o retrospecto histórico, ele dobra a cada cinco anos, pode ser que agora no último ano, que estamos com retração de receitas não, nem no ano anterior, mas na média, ainda assim, ele tem um bom desempenho. Claro que aquele gráfico faz um comparativo com as receitas totais administradas, mas, para efeitos atualizados, o fundo tem um bom valor.

Sobre a Lei Kandir ali, na realidade Lei Kandir e FEX trabalham juntos. A Lei Kandir vem sendo paga, até porque está em lei, regularmente. Este ano houve um atraso em questão do Orçamento, mas ela é paga mensalmente. Já o FEX, sim, demanda uma inclusão no Orçamento, não é Secretário.? Em 2013, o FEX foi retardado para janeiro de 2014, e, neste ano, felizmente agora se conseguiu começar o pagamento parcelado até o final do ano.

Entendemos aí que as perdas da Lei Kandir são grandes, mas houve uma mudança a partir de 2000, em que o antigo seguro receita passou a ser fundo orçamentário; E, portanto, aí que foram fixados os valores e a participação de cada Estado. Posteriormente, com a inclusão do FEX, os Estados fizeram um protocolo de repartição desses valores. A questão é, talvez, não sei se há espaço para isso, mas, enfim, os Estados pleitearem alguma alteração no valor.

Acho que basicamente era isso que eu havia destacado.

Só para terminar, em relação à regressividade do ICMS, eu, quando posso, destaco, quando nós concedemos uma redução de alíquota, Senador, no ICMS, Senadora, nós estamos concedendo a mesma redução para o produto chinês, porque incide sobre o produto e nós temos acordos internacionais a cumprir, vai a mesma carga tributária. Então, acredito que não é por aí que nós devemos fazer incentivo para a indústria nacional.

Com relação à regressividade, Secretário André, aí vai mais no sentido – na minha opinião – de haver tributação inferior na cesta básica ou em uma lista de produtos que incida sobre a classe mais pobre.

Era mais ou menos isso o que eu tinha para destacar.

Fico disponível para perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu gostaria de agradecer a presença de todos e a exposição dos convidados.

Gostaria de pedir ao Senador Caiado, se pudesse, que presidisse, temporariamente, esta audiência, para que nós possamos fazer as indagações.

Vou ser muito breve. Nós temos exatos 20 minutos para encerrar, em função da nossa presença, no Congresso Nacional. Desde já agradeço ao Senador Caiado por presidir, temporariamente, esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Dando continuidade à reunião, passo a palavra à Senadora Simone Tebet, para que formule suas perguntas.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, vou procurar ser o mais breve possível, porque senão nós teríamos que suspender a reunião para darmos nossa presença na reunião do Congresso, e também para que V. Exª, Senador Ronaldo Caiado, possa fazer os seus questionamentos.

Vou começar pelo final e já entrando direto nas questões, sem fazer nenhuma preliminar a respeito.

Ouvi, com atenção, todas as colocações, e acho que esta audiência pública já serviu para nos tranquilizar em relação a um ponto que ficava, realmente, dúbio aqui, quando conversávamos com alguns Senadores.

Afinal, os Governadores concordavam ou não com o procedimento legislativo que estava ocorrendo, ou que está ocorrendo, em relação ao PS 1 e a medida provisória que cria os fundos e a lei de repatriamento.

Ficou muito claro, pelas colocações dos Governadores. Eu estive, na sexta-feira, em meu Estado, com seis Governadores: o de Goiás, o do Distrito Federal, o de Mato Grosso, além de Mato Grosso do Sul, o de Tocantins e o de Rondônia, e lá ficou muito claro, pelas colocações deles, que eles não aceitarão nenhuma mudança ou unificação de alíquotas, se não tivermos fundos constitucionais. Então, parece-me que, a princípio, há uma unanimidade nesse aspecto. Daí vêm todas as minhas indagações e perguntas.

Eu ouvi o Dr. André, aqui representando o Confaz, falar em questões secundárias. Eu até entendi o seu posicionamento. Nesse aspecto, eu concordo. Na realidade, nós tínhamos que estar discutindo não esta pseudorreforma, mas uma reforma tributária que mexa, efetivamente, nos impostos e na concentração da renda da carga tributária, que hoje está na mão da União, que não abre mão – não é este Governo, mas os governos que passaram e todos os que virão –, não abre mão de receita.

Mas o grande papel, a meu ver, do Congresso Nacional, é, realmente, discutirmos e revermos uma nova reforma tributária que mexa, efetivamente, nos 60% da carga tributária, que hoje fica na mão da União. Mas essa, infelizmente, não é a realidade que temos, e não conseguiremos essa reforma tributária tão cedo.

Então, diante do que temos para hoje é: nós não podemos sacrificar, ainda mais as finanças dos Estados, porque nós estamos falando de 200 milhões de brasileiros. Falar em redução de carga tributária ou de mexer na carga tributária dos Estados – e é importante dizer isso para quem está nos ouvindo, porque quando nós falamos em unificação de alíquota, estamos falando de ICMS interestadual, consequentemente, nós não estamos falando em redução de carga tributária da população, porque, se estivéssemos, precisaríamos ter uma outra discussão. Assim, é importante dizer, para quem está nos assistindo pela TV e ouvindo pela Rádio Senado, que, quando nós estamos aqui, lutando pelos direitos dos nossos Estados menos desenvolvidos de manter alíquotas de 12%, com a oportunidade de dar incentivos fiscais para a vinda das indústrias, nós estamos fazendo isso, porque nós sabemos que a redução não vai diminuir, em nenhum centavo, aquilo que o povo brasileiro paga de impostos.

Tendo em vista essa situação, eu só queria fazer uma consideração quanto à exposição tanto do Dr. André quanto à do Dr. Marcelo de que nós não podemos, *data venia*, comparar o Brasil com nenhum lugar do mundo, seja o empresário que encontrou no avião ou aquele que quer vir para o Brasil, porque a nossa realidade é muito distinta, a começar pela forma inclusive do nosso ICMS, que se cobra na origem e não no destino, mas, principalmente, porque nós somos um País de dimensões continentais. Ponto 1.

É o País mais desigual do mundo, não é diverso, porque isso é uma grande riqueza, a diversidade é nossa maior vergonha. A partir daí, temos problemas maiores e macro, no que se refere a não termos um plano nacional de desenvolvimento regional, e daí se estende por um novo Pacto Federativo e tudo o mais. Porém, mais importante: temos a maior carga tributária com o pior serviço público prestado.

Quando falamos em incentivos fiscais, eles foram positivos, em muitos momentos da vida deste País, para Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, não podemos esquecer que, quando unificarmos as alíquotas – e não estou contra a unificação das alíquotas, mas a forma como está sendo colocada –, vamos voltar a ter um grande problema neste País, que é começar a ter uma migração dos Estados menos desenvolvidos para os grandes centros, hoje consumidores, onde estão as grandes indústrias, que tivemos no País, que é a ida dos nordestinos, dos nortistas, da população do Centro-Oeste desempregada, que vai lá para São Paulo, Rio de Janeiro, atrás de emprego. É um problema social que temos que enfrentar. Então, para que isso seja solucionado, temos que ter uma unificação da alíquota que possa, ao mesmo tempo, ter outras formas de incentivo e de fomento, para que não possamos ter, novamente, uma migração como tivemos no passado.

Então, é só essa consideração que eu queria fazer, lembrando por que falo de dimensões continentais. Hoje o empresário só vai para Mato Grosso do Sul ou para Amazonas, Pernambuco ou Bahia, mesmo com os incentivos fiscais, se ele fizer uma conta na ponta do lápis de quanto vai custar o transporte de logística, quanto é a carga do frete, da mercadoria, principalmente, a mais pesada, que é a semielaborada e a elaborada, que é normalmente pesada, do setor da metalmecânica, para chegar aos grandes centros consumidores. Isso é uma questão que não pode fugir no debate, quando falamos de unificação de alíquota de ICMS.

Como eu disse, não sou contra, mas tenho quatro questionamentos que eu gostaria de fazer. Quem quiser responder, fique muito tranquilo em relação a isso, mas alguns, em relação ao Governo Federal, são uma pergunta direta ao Dr. Marcelo.

Primeiro, esses números apresentados, como se chega a essa conclusão de que apenas nove Estados vão perder e outros tantos vão ganhar? Esses números de 2012 ainda são, atualmente, os existentes? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: se temos – e aí a resposta é muito objetiva, um sim ou não já me é suficiente, Sr. Presidente – se temos a concordância de que não aceitamos a unificação da alíquota sem fundos constitucionais, o que vamos fazer com a medida provisória que está na Câmara? Que é do Governo Federal e sabemos que é muito difícil derrubar. Vamos aprovar a medida provisória que cria fundos infraconstitucionais e causar mais incerteza nessa questão, ou o Governo Federal vai retirar a Medida Provisória nº 683, como já deveria ter feito? Não dá para avançar na discussão sem o Governo Federal, o Ministério da Fazenda retirar a Medida Provisória nº 683 ou permitir que o Congresso faça as alterações. E tire, com isso, Sr. Presidente, esse fantasma de um fundo infraconstitucional.

Ponto 2. Em tirando a medida provisória ou dentro desse contexto de que não vamos avançar sem ter fundos constitucionais, eu pergunto: o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, tem dinheiro para colocar nesses fundos constitucionais, a partir de 2017? Não estou falando nem a partir de 2016. Ainda antes, até como preliminar, o Governo Federal aceita um fundo constitucional? Porque não adianta estarmos aqui sem ouvir a outra parte. Digo isso porque tive a oportunidade, no primeiro semestre, de estar numa audiência com o Ministro da Fazenda, quando tive a oportunidade de fazer algumas colocações muito rápidas para ele e, infelizmente, não gostei da resposta. A resposta foi: não temos dinheiro. A resposta foi, com esses gestos: temos condições de colocar um pouquinho de recurso no fundo. Escutei isso do Ministro da Fazenda, Levy, naquela época, sei que ele não tinha condições de dar outra resposta, entendo essa posição, mas aí vem a minha indagação: então, é hora de discutirmos unificação de alíquotas de ICMS? Se temos concordância, a preliminar é: sem fundo constitucional, não queremos e não vamos avançar, temos agora, talvez, Sr. Presidente, é que fazer um convite ao Ministro da Fazenda. Um simples convite, aqui, ou nós iríamos ao Ministério, não queremos de forma alguma constranger o Ministério da Fazenda, mas precisamos sentir, efetivamente, do Ministério da Fazenda, qual é a posição do Governo Federal hoje.

Então, volto a repetir. Primeiro, como se chegou a essa conclusão de que apenas nove Estados da Federação brasileira vão perder?

Segundo, se o Governo Federal aceita retirar a medida provisória.

Terceiro, que esses fundos sejam constitucionais e venha ou uma emenda à Constituição do Governo Federal ou nós apresentaríamos essa emenda à Constituição aqui, para que esses fundos sejam constitucionais. E, o mais importante: se o Governo Federal tem esse dinheiro, uma vez que veio um orçamento deficitário de R$30 bilhões para o ano que vem e cortes a programas sociais, o que é mais grave, na ordem de R$26 bilhões para o Orçamento de 2016.

Então, diante dessas colocações, encerro as minhas considerações, não sem antes dizer, Senador e Presidente Ronaldo Caiado, que eu fiz conta, embora eu seja da área do Direito, eu fiz conta. E as contas não batem, não fecham. Quando eu inqueri o Jader em relação ao número que ele apresentou de que haveria necessidade de que V. Exª teve que se ausentar para ir a outra comissão, eles chegaram à conclusão de que haveria necessidade, para se aceitar essa unificação de alíquota de algo em torno de R$290 bilhões, em 20 anos. Se nós reduzirmos isso e dividirmos para os oitos anos como foi combinado, vamos chegar aí a R$100 bilhões.

A Lei de Repatriamento, que está na Casa, fala que é possível achar R$100 bilhões de recursos mandados ou desviados para fora do Brasil de forma irregular, não vou dizer nem ilegal para evitar discussões, de forma irregular. Dos R$100 bilhões, nós teríamos 100% de multa em cima dos 17,5% do Imposto de Renda. Nós estamos falando de R$17 bilhões, supostos R$17 bilhões a serem divididos em oito anos, em uma conta redonda, vamos aumentar, R$3 bilhões por ano. Esse é apenas e unicamente o prejuízo que Estado de São Paulo, pelos dados do Ministério da Fazenda, vai ter a partir de 2017 com a unificação da alíquota, pelo menos nos primeiros anos.

Então, são essas as considerações.

Desculpem-me por haver alongado. As respostas podem ser bem objetivas que vou me dar por satisfeita.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Passo a palavra ao Dr. Marcelo Mello, para que possa responder às perguntas formuladas pela Senadora Simone Tebet.

O SR. MARCELO MELLO – Tarefa difícil, Senadora. A senhora mesma já disse que o Ministro se pronunciou, quem seria o Marcelo para falar ao contrário.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpe-me, Dr. Marcelo, mas a política é dinâmica. Isso foi há quatro meses – inclusive o Senador Caiado estava presente àquela reunião. Então, quem sabe, ele tenha mudado de ideia ou acha que as finanças do Governo Federal vão melhorar a partir de 2017.

O SR. MARCELO MELLO – Com relação às dificuldades financeiras, é do conhecimento de todos, mas o Governo tenta aprovar o revigoramento da CPMF, que daria um bom resultado de receita, de arrecadação para o Governo Federal. Os Estados poderiam ser parceiros nisso, colocar um percentual de alíquota na CPMF também, nada contra.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpa, contando que a CPMF vai passar na Casa, nós temos que aguardar para ver.

O SR. MARCELO MELLO – Justamente. Estou fazendo aqui uma moção nesse sentido. Acredito que a situação fiscal exige isso. Contamos com a compreensão dos senhores.

A ideia do Governo Federal em iniciar essa redução de alíquotas, em 2017, é justamente para dar esse espaço de tempo para a economia se estabilizar e começar a dar resultados em arrecadação para o Governo Federal, para os Estados também.

Com relação aos números que a senhora perguntou, esses números são de 2013. O Confaz calculou 2011, 2012 e 2013. O ano de 2011, eu diria, foi um ano um pouco atípico. Os dados eram ainda iniciais da nossa escala eletrônica, houve mudança de versão, então, eu consideraria 2012 e 2013. Diferença dos dois anos é que a partir de 2013 já tínhamos o evento da Resolução nº 13 com relação às mercadorias importadas. Muito embora, agora, na medida provisória, o ressarcimento é só no Convênio 70, sem a Resolução nº 13 e sem a Emenda à Constituição nº 87.

Os dados de 2014, o grupo de trabalho ainda vai fazer a análise, depuração de dados e, posteriormente, os cálculos. Ainda deve levar algum tempo.

No meu entendimento, seria até mais adequado enfrentar primeiro os benefícios com os dados de 2013 e, depois, para 2014, pelo tempo. Então, não temos nenhuma análise de benefícios ainda por parte dos Estados para que haja isso.

Sobre a questão de aceitar ou não o fundo constitucional ou retirar a medida provisória, não acredito que o Governo esteja pensando em retirar a medida provisória. Até o momento, não tenho conhecimento disso.

A constitucionalização ou não, já no próprio RS consta dispositivo condicionando a isso. Acredito que essa audiência com o Ministro, que vocês citaram aqui, seria importante para definir algumas questões em torno disso.

Com relação aos R$256 bilhões, que foi falado mais uma vez, em primeiro lugar, era um outro momento. Não tínhamos esse momento de dificuldades financeiras que temos hoje. Em segundo lugar, como a senhora bem colocou, com a redução dos anos, também reduz o valor.

Sobre a repatriação, o Governo estima que possa haver em torno de US$400 bilhões de recursos no exterior. Quando se fala em R$100 bilhões a R$150 bilhões, já está se falando de um valor razoável, bem inferior a mais de R$1 trilhão que existe no exterior.

Acho que é isso. Não sei se eu respondi a todos os questionamentos. A crucial, a senhora vai ter que perguntar de novo ao Ministro.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Então, eu peço a gentileza de V. Exª, que deve estar sempre em contato com o Ministro, para que, de repente, leve esses questionamentos a ele e diga que nós estaremos tentando marcar uma audiência, na data e horário que ele achar melhor, nesta Comissão, para que nós possamos fazer pessoalmente essas indagações, que acho são cruciais.

Não é nenhuma forma de pressão, é que entendo, Sr. Presidente, que não adianta porque nós já escutamos o que queríamos dos Secretários e de seis outros Governadores – ou cinco, porque Goiás estava junto, ou quatro. Agora é hora de sabermos do Governo Federal, efetivamente, se o Governo Federal tem pretensão de levar essa questão adiante e a forma como quer levar.

Então, agradeço as colocações, sei que o Senador Caiado vai querer fazer os questionamentos...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Passo a Presidência, então...

Pois não.

O SR. MARCELO MELLO – Peço que os senhores encaminhem um pedido de audiência com o Ministro. O Ministro está aberto a isso, com certeza. Vai ter agenda para os senhores.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom, dada a escassez do tempo, eu passarei a Presidência à Senadora Simone Tebet, para que eu possa, rapidamente, formular algumas questões e darmos por encerrado, já que temos a abertura da sessão do Congresso Nacional agora. (*Pausa.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – As perguntas que vou formular são dirigidas mais ao Dr. Marcelo, porque, na verdade, os outros estão representando aqui os Estados e têm uma linha de raciocínio, dentro daquilo que foi colocado pela Senador Simone Tebet, de tentar ter o mínimo de segurança para que possamos avançar ou dar esse passo.

Esse é ponto que precisa ficar bem claro nesta reunião. Não há dificuldade de nossa parte em aceitarmos mudanças de regras ou de normas, desde que nos garantam também condições mínimas.

A primeira pergunta que faço a V. Sª, Dr. Marcelo, é a seguinte: a Senadora disse ser advogada, eu sou médico, sou cirurgião. Normalmente, a gente espera o melhor momento para operar o paciente. A não ser em

caso de urgência urgentíssima , a gente opera o paciente de qualquer maneira. Aí eu pergunto: por que, quando o Brasil já esteve em melhores condições, não houve esse esforço do Governo em buscar essa mudança da unificação do ICMS na hora em que a economia brasileira estava voando em céu de brigadeiro, com boas perspectivas, com boa sinalização,o BNDES usando e abusando de crédito para qualquer empresa,o Governo incentivando gastos? Por que, nessa hora em que o Governo estava com todas as condições, não foi capaz de chamar os Estados e sinalizar, naquela hora, uma saída e uma mudança com condições de realmente resguardar os Estados?

Então, a pergunta que eu faço, objetivamente: por que o Ministro, especificamente o Ministro Joaquim Levy, está obcecado por essa ideia? O negócio dele é o ICMS. O resto não existe. Ele só fala disso. Ontem, na reunião de Líderes, ele só falou em ICMS. Outra pauta não existe para ele. Ele está obcecado no ICMS!

Mas, Ministro, eu não posso entender uma coisa dessas. Na hora mais crítica, a situação dos Estados já está caminhando como a do Rio Grande do Sul. Nós ainda vamos criar esse clima, que é nacional, para o Estado?!

No momento, V. Sª colocou: "Nós vamos aprovar essa resolução, mas essa resolução não terá consequência imediata." Por que nós vamos praticar gesto inútil? Se esse gesto não produz consequência, por que eu vou produzir gesto inútil? Eu vou submeter o paciente a um exame que não é necessário?! Mas pode ser que amanhã ele tenha um problema e aí... Mas não vai resolver. No dia em que eu tiver o problema, o exame já não vai valer. Por que o gesto inútil?

Por que a Senadora Simone Tebet reagiu em relação à MP 683? Porque o acordo foi construído no Congresso. O acordo que seria por emenda à Constituição. Qual é a garantia que teremos já que o Governo não cumpre o acordo da emenda à Constituição e vem com uma medida provisória exatamente, especificamente para esse assunto do fundo para compensação de ICMS?

Qual é a garantia que nós temos de que esse PLS, ao ser aprovado, não vai ter uma divulgação tal que o clima de intranquilidade vai ser disseminado? O empresário, ao saber que repatriação... CPMF? Esqueça! Não passa na Casa de maneira alguma. Isso é matéria vencida. Esqueça CPMF! Isso é sonho de verão do Ministro Joaquim Levy! Não existe essa hipótese. É algo que não tem chance aqui.

Vamos especificamente para repatriação! Colocou esse dinheiro. Esse dinheiro tem uma capacidade de vir entrar no Brasil para um ano, em atendimento a essa situação toda.

Depois, como é que os fundos vão sobreviver se a fonte é vinculada, única e exclusivamente, à repatriação? Bom, essa fonte secou, esse fundo não existe mais. Não há mais nada consequente para os Estados.

Então, objetivamente, são as minhas posições. Por que escolheram o pior momento da economia brasileira para mudar e levar a crise nacional para os Estados? É a primeira pergunta.

A segunda: se é um gesto inútil, por que a insistência do Ministro em exigi-la?

A terceira: se o acordo do Governo Federal é em uma emenda à Constituição, por que ele descumpre o acordo e manda uma medida provisória em relação a esses fundos?

A quarta: o quanto vocês vão atingir o psicológico dos empresários. O empresário vai tentar buscar uma alternativa. Ele não vai ficar esperando, amanhã, aquilo que ele sabe que ele vai para a unificação e não vai ter a compensação, não vai ter o incentivo. E ele vai mudar o seu jeito. Ele não vai quebrar porque o Governo está sendo esperto e ele não tem capacidade de analisar mercado.

Quando eu falo em uma situação como essa, Dr. Marcelo, eu falo em 400 mil empregos no meu Estado de Goiás. Só em Goiás, são 400 mil empregos.

O que todos dizem é que pelo menos podem garantir que uma parcela significativa – Drª Lourdes saberá melhor do que eu – desses daí, sem dúvida nenhuma, vão buscar outras alternativas no mercado nacional.

Como nós temos agora uma sessão do Congresso, eu peço desculpas por não poder acompanhar a exposição de todos, que foi extremamente didática, mas aqui vocês precisam saber que estou aqui e tenho que estar na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário agora. A Senadora Simone conseguiu, pelo menos, manter o debate até a essa hora e quero agradecê-la. Desculpem-me os demais expositores, mas eu gostaria de voltar as baterias em cima mesmo do Dr. Marcelo, com essa função de responder sobre esse fato, que eu não consigo entender, do Ministério da Fazenda.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Marcelo, eu tenho que fixar um prazo de no máximo seis minutos, porque às 12h20 nós precisamos encerrar, nós teremos que correr, teremos sete ou oito minutos para marcar o quórum, sob pena de alguns dizerem que nós dois fomos responsáveis por não dar quórum no Congresso Nacional.

Eu peço desculpas ao Dr. Marcelo, mas pode falar pelo menos por cinco minutos para esclarecer as indagações do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. MARCELO MELLO – Senadora, sobre a questão do momento, o Governo Federal enviou em tempos anteriores aquela proposta que reduzia todas as alíquotas a 4%, o que, a meu ver, era uma proposta mais consistente, trazia uma simplificação geral para o imposto. Mas não havia o amadurecimento dos Estados, eu diria. Os Estados ainda não tinham conseguido chegar a um consenso sobre o que eles queriam. Só veio depois com o Convênio 70. A Lourdes e os demais colegas sabem que, desde 2006, o Confaz discute e não consegue chegar... Chegou a esse Convênio em 2014. Então, acho que o tempo tem a ver com isso.

Por outro lado, a partir das decisões do STF, o problema veio crescendo. E os Estados querendo uma solução, os empresários querendo uma solução. Acho que esse foi o momento necessário para amadurecer e andar. Agora, infelizmente, estamos em uma situação de crise, não apenas do País, mas mundial.

A solução para o ICMS vem num sentido positivo para sair dessa crise. Acho que é isso que o Ministro pensa e, por isso, ele também tem foco no ICMS. Não é só o ICMS? Não é só o ICMS. Mas esse é o principal imposto, um imposto que tem R$400 bilhões de arrecadação anual, é o maior imposto!

Sobre ser inútil ou não, peço vênia para discordar um pouquinho, pelo seguinte: o Supremo acho que não teria retardado a súmula vinculante se aqui, no Congresso, não houvessem andado algumas medidas. Se estivéssemos no zero, acho que a proposta de Súmula Vinculante nº 169 já teria sido editada. Mas andou aqui o PLS 130, que está na Câmara agora com número 54. Saiu o Convênio 70. Houve uma sinalização, de certa forma, que tem a sua importância. A mesma coisa com o PRS 1, que acredito seja uma boa sinalização.

Sobre a parte psicológica dos empresários que o senhor abordou, é óbvio que os empresários estão atentos a tudo. Inclusive, essa reforma, se ela vier a acontecer, vai remodelar as relações interestaduais. Há uma pergunta que fica e às vezes eu coloco para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste: se eles ficarem depois do final dos benefícios, que sejam os 15 anos do Convênio 70, para extinção dos benefícios, a indústria do Nordeste vai ter uma alíquota de 7 e a indústria do Sul/Sudeste vai ter uma alíquota de 4. Se não houver benefício nenhum, quem é que vai vender? Acho que a resposta é meio óbvia, não é?

Então, tem que se pensar nisso lá na frente, já que os próprios Estados quiseram manter uma alíquota mais alta.

Com relação a retirar a MP ou proporcionar uma emenda à Constituição, vou dar a mesma resposta que dei à Senadora: nessa audiência com o Ministro, os senhores coloquem diretamente essa ideia para análise dele. Volto a dizer, no PRS do relatório já está lá um dispositivo em relação a isso. Acho que o encaminhamento da MP foi porque o Governo foi sendo cobrado. Eu participei de reuniões com o Senador Luiz Henrique sobre o PLS 130 e os Senadores que participavam falavam: "Falta o Governo Federal falar sobre os fundos." – Senador Romero Jucá e outros presentes, Senador Ana Amélia...

Acho que foi isto: o Governo Federal deu uma resposta sobre os fundos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Apenas 30 segundos, Presidente.

Eu não sei se a palavra certa seria amadurecimento, até porque, se o Governo quisesse àquela época, ele poderia ter sinalizados com a criação dos fundos em melhores condições de vinculação de verba ao fundo, porque hoje ele não tem condições nenhuma e o Tesouro também não tem como arcar com isso. Nós sabemos muito bem.

A palavra amadurecimento chega, para mim, com outra conotação. A informação que eu tenho, Dr. Marcelo, é que o Ministro da Fazenda puxou para ele a relatoria de todos os projetos de renegociação das dívidas dos Estados e empréstimos internacionais ou autorizações de novos empréstimos. E os Governadores estão um tanto garroteados: não podem falar publicamente e são obrigados a dizer amém, mas, na verdade, estão também sendo pressionados para poderem ter essa condição de renegociação de dívidas já existentes ou de contrair novos empréstimos com aval da União. Esse seria um processo que eu não chamaria de amadurecimento, é um processo um pouco de pressão e não de amadurecimento.

Especificamente em relação a esse fato da medida provisória, acho que o Governo tem total tranquilidade tanto de mandar a medida provisória como de mandar emenda à Constituição, tanto é que ele mandou emenda à Constituição na CPMF. Não teria problema de ele mandar emenda à Constituição dos fundos. Esse seria, para nós, até muito mais palatável, porque já viria com entendimento do Executivo.

Agradeço a V. Sª. Pode ter certeza que nós continuaremos atuando nessa área e vamos tentar buscar para que os governadores também possam se posicionar firmemente em relação a esses fatos que V. Sª acaba de relatar.

Muito obrigado.

Agradecido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Muito obrigada. Eu é que agradeço, Senador Ronaldo Caiado. Agradeço a presença dos convidados e demais presentes.

E peço desculpas, não os estamos expulsando, é o tempo e o dever regimental de cumprir as normas. Estamos em sessão do Congresso Nacional.

Antes de encerrarmos esta reunião, quero convidar a todos para a segunda audiência pública com vistas a darmos continuidade à instrução do PRS 1, por solicitação do Senador Ronaldo Caiado, que, em princípio, está agendada para o dia 21 de outubro, às 9h, aqui no Plenário 7.

Se for uma outra data, no momento oportuno, estaremos passando. Mas, por enquanto, está confirmado no dia 21, com a Adial e Secretários de Estado do Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e ainda com a presença do Ministério da Fazenda e do Confaz.

Antes de encerrar a presente reunião, ainda solicito a gentileza da Secretaria da Comissão se pudesse entrar em contato com o Ministério da Fazenda para que possamos tentar marcar uma audiência com o Ministro da Fazenda, com a presença do Dr. Marcelo para levarmos, no momento oportuno, as nossas indagações e dúvidas a respeito do assunto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATORZE DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatro minutos do dia quatorze de outubro do ano de dois mil e quinze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Dalírio Beber, Elmano Férrer, Walter Pinheiro, Hélio José, Dário Berger e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores: Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a discussão e votação das Emendas da CDR ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 – PLOA 2016 (PL nº 07, de 2015-CN), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Às 10h30, assume como Presidente Eventual a Senadora Simone Tebet, que concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Davi Alcolumbre, para proferir o seu Relatório sobre as emendas. O Coordenador explana que foram apresentadas 107 (cento e sete) Emendas ao PL nº 07/2015-CN, sendo 106 (cento e seis) emendas de apropriação, de autoria dos Senadores: Davi Alcolumbre, Donizeti Nogueira, Elmano Férrer, Fernando Bezerra, Hélio José, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Sandra Braga, Simone Tebet e Tasso Jereissati; e 1 (uma) emenda de remanejamento de autoria do Senador Davi Alcolumbre. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Hélio José, Donizeti Nogueira e Elmano Férrer. Submetidas à votação, a Comissão aprova 4 (quatro) Emendas de Apropriação de Despesa, distribuídas conforme segue: Emenda nº 1 (Apropriação) – UO 54101 – "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional", do Ministério do Turismo, Localidade Nacional-NA, no valor de 500.000.000,00; Emenda nº 2 (Apropriação) – UO 56101 – "Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional", do Ministério das Cidades, Localidade Nacional-NA, no valor de 500.000.000,00; Emenda nº 3 (Apropriação) – UO 53101 - "Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas - Nacional", do Ministério de Integração Nacional, Localidade Nacional-NA, no valor de R$ 100.000.000,00; e Emenda nº 4 (Apropriação) – UO 53202 – "Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas – Nacional", da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Localidade Nacional-NA, no valor de R$ 100.000.000,00. E aprova 1 (uma) Emenda de Remanejamento, Emenda nº 5 – UO 54101 - "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional", do Ministério do Turismo), Localidade Nacional-NA, no valor de R$ 89.970.000,00. Reassume a Presidência o Senador Davi Alcolumbre, às 10h25, que propõe a dispensa da leitura da ata da presente reunião e a submete à aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião da CDR.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 07, de 2015, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

Queria informar aos Senadores e às Senadoras que a Comissão recebeu 107 emendas ao Orçamento da União, destinado à Comissão.

Esta Presidência evocou a coordenação das emendas, a serem encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento. Como sou o Coordenador das emendas, solicito à Senadora Simone Tebet que assuma a Presidência dos trabalhos para que eu possa apresentar o meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, o Sr. Senador Davi Alcolumbre para a leitura do seu parecer referente ao Projeto de Lei Orçamentária de 2015, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Donizeti, bom dia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Bom dia.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Gostaria de passar diretamente ao relatório, haja vista que teremos, logo em seguida, reunião ordinária da Comissão.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PLOA 2016), Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão, conforme determinações constantes do Anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN, nomeadamente: o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades. Esse anexo ainda estabelece os limites de emenda à despesa a serem apresentados por cada Comissão Permanente. Nesse sentido, cabe à CDR quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário, como falei anteriormente, 106 (cento e seis) propostas de emendas de apropriação à despesa, apresentadas pelos Senadores Davi Alcolumbre, Donizeti Nogueira, Elmano Férrer, Fernando Bezerra, Hélio José, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Sandra Braga, Simone Tebet e Tasso Jereissati, e uma proposta de emenda de remanejamento, apresentada pelo Senador Davi Alcolumbre.

No quadro abaixo, tem-se a distribuição das sugestões de emendas por área temática:

Unidade Orçamentária: turismo, integração, planejamento e outras.

Emendas apresentadas: 35 emendas para turismo; 26 para o Ministério da Integração Nacional; 36 emendas para planejamento urbano; e 10 para outras despesas, sendo, percentualmente, em relação ao total, 32,71%, turismo; 24,29%, integração; 33,64%, planejamento urbano; 9,3%, outras emendas.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer.

Passo ao relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CDR. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos, mesmo que relacionadas a unidades orçamentárias não integrantes da área de abrangência dela. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica.

Voto.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares.

Diante do exposto, votamos no sentido de que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) delibere pela apresentação de uma emenda de remanejamento, destinada a realocar recursos da ação 20Y5 – Promoção Turística no Exterior, da Embratur – para a ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, decorrente da sugestão da Emenda nº 107, de minha autoria, e de quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

1. 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo, no valor de R$500 milhões, decorrente da sugestão da Emenda nº 69, de autoria do Senador Romero Jucá, e que atende às sugestões de emenda dos Senadores Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Elmano Férrer, Simone Tebet, Lúcia Vânia, Davi Alcolumbre, Hélio José e Donizeti Nogueira.

Tentando fazer uma explicação rápida, das 107 emendas, nós relacionamos quais eram as emendas que tinham mais pedidos de Senadores. Em relação a essa aqui, por exemplo, foram nove Senadores que pleitearam a mesma emenda, com a mesma função, com o mesmo objeto, portanto, nós acolhemos a proposta, atendendo assim a um número maior de Parlamentares desta Comissão.

E, também, justificar o motivo pelo qual foi atendida à Emenda nº 69, de autoria do Senador Romero Jucá. A Senadora Lídice da Mata, por exemplo, apresentou uma no valor de R$250 milhões; o Senador Randolfe Rodrigues, de R$60 milhões; o Senador Elmano, de R$190 milhões; a Senadora Simone, de R$40 milhões; a Senadora Lúcia Vânia, de R$60 milhões. Então, assim, a gente atendeu à emenda que tinha o maior valor, apesar de sabermos que não será esse o valor aprovado, mas, pelo menos, tem um limite de até R$500 milhões.

E como informe a esta Comissão, eu estou hoje como Relator Setorial do Orçamento, membro da Comissão Titular de Orçamento, do Congresso, e Relator Setorial do Turismo, também essas emendas vão chegar a minha relatoria. Portanto, eu estou acatando o valor maior da emenda, para que, depois, se houver um recurso extra, que a gente possa acrescer essas emendas, conforme a Comissão assim entender.

2. 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério das Cidades, no valor também de R$500 milhões, decorrente da sugestão da Emenda nº 68, também de autoria do Senador Romero Jucá, e que atende às outras sugestões das emendas dos Senadores Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Elmano Férrer, Simone Tebet e Lúcia Vânia;

No mesmo sentido, acatei a emenda com o maior valor apresentado, que foi a nº 68, por coincidência, de autoria do Senador Romero Jucá.

3. 14RP – Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas, no valor de R$100 milhões, decorrente da sugestão da Emenda nº 101, de autoria do Senador Elmano Férrer, e que atende também às sugestões de emenda dos Senadores Randolfe Rodrigues e Lídice da Mata;

4. 214S – Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), decorrente da sugestão da Emenda nº 103, de minha autoria, no valor de R$100 milhões.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.

Relator: Davi Alcolumbre.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão o parecer, com as emendas aprovadas e sugeridas pelo Relator.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Relator, Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Fazer uma referência que foi colocada pelo nosso assessor da Comissão, que o espelho dessa emenda, da redação da Sudam, veio digitado errado. Houve um erro de digitação. E o espelho que está apresentado aí é no valor de R$10 milhões, só que, na verdade, o que nós apresentamos foi o valor de R$100 milhões.

Portanto, já foi feita a correção. Tanto é que eu já li no relatório, com o auxílio do Consultor do Senado, Dr. Vincenzo, que nos orientou na apresentação deste relatório; então, não é o espelho que foi apresentado por um equívoco de digitação. Era R$100 milhões, digitaram R$10 milhões e encaminharam, agora nós já corrigimos. Já está encaminhado, no sistema da Comissão, no valor de R$100 milhões.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Em discussão?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Queria parabenizar a nossa Presidente Simone Tebet, pela condução dos trabalhos; o Senador Davi, pelo relatório altamente contemplativo, em nível dos anseios nacionais, do Ministério do Desenvolvimento, do Ministério do Turismo, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério das Cidades. Ele procurou fornecer uma contemplação global, que é o objetivo realmente de uma emenda vinda de uma comissão dessa magnitude com que trabalhamos aqui. Não está direcionado a um setor.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – Foram apresentadas 107.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exato.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – E só podem...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Quatro.

Então, devido a todo esse ensaio que foi feito, agora mesmo tivemos que acatar o encaminhamento da Infraestrutura e eu, sinceramente, eu senti que não houve a mesma amplitude de integração nacional que está colocada aqui. Mas não cabe o caso de ficar aqui brigando por picuinha, qualquer coisa assim.

Lá nós não conseguimos colocar a energia e não conseguimos colocar as comunicações, que faziam parte também da questão. Ficou muito mais centrado em uma área da infraestrutura e direcionado para algumas áreas. Não atende ao escopo nacional, que é o objetivo das comissões. E aqui, pelo contrário, V. Exª está tentando, com toda a dificuldade de 107 emendas, fazer uma coisa mais ampla, contemplando um pouco de cada um e dando uma visão global.

Então, eu quero parabenizar V. Exª pelo trabalho, parabenizar nossa Senadora Simone pela condução.

Muito obrigado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu queria agradecer as palavras do Senador Hélio e fazer referência ao fato de que, por exemplo, nós temos aqui muitas emendas, de todos os Senadores desta Comissão, e a gente acaba ficando restrito, Presidente Simone, no sentido de tentar, da melhor maneira possível, fazer com que sejam atendidos todos os Senadores.

A gente fica nessa restrição de quatro emendas e acaba buscando sistemas nacionais, como foi colocado pelo Senador Hélio José. Então, qual é a intenção dessa proposta que será submetida à votação dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras? Atender, em nível nacional, os Ministérios cujas emendas esta Comissão efetivamente pode trabalhar. Então, estamos atendendo o Ministério das Cidades, atendendo o Ministério da Integração e atendendo o Ministério do Turismo. Portanto, serão rubricas nacionais que poderão, de certa forma, estar disponíveis no Ministério – se vierem a ser aprovadas –, para atender todo o País.

Então, era nesse sentido, Senador Hélio. Eu queria agradecer as suas palavras, porque fica muito difícil, entre 107, ter que escolher quatro. Então, a gente tentou atender às matérias importantes, que dizem respeito à Comissão, e relevantes para o contexto nacional.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – E o fez com maestria, Sr. Relator, na medida em que, mais do que acatar a emenda de um ou outro Parlamentar, o importante – e eu acho que foi talvez o grande mérito do parecer de V. Exª – é que dividiu quase na proporção de um terço em cada uma das áreas: Turismo ficou com 32%, Integração Nacional e Planejamento Urbano praticamente ficaram na mesma proporção, na média de 30% para cada setor.

Eu quero também estender os cumprimentos do Senador Hélio a V. Exª pelo excelente trabalho.

Continua em discussão. Com a palavra, para discutir o parecer, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pedi a palavra para também parabenizar o Senador Davi Alcolumbre pelo relatório e, em especial, pela Emenda nº 4, que direciona recursos para a Sudam. Eu penso que a gente precisa, com unhas e dentes, defender essa emenda, porque a Sudam é de uma relevância muito importante para a Região Amazônica toda.

Então, meus parabéns, porque eu não havia atentado nisso. E considero que colocar essa emenda entre as outras três – que também foram muito bem colocadas, Senador Davi Alcolumbre – é de muita relevância para essa região.

Eu o parabenizo pelo relatório e pelo trabalho.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Donizeti, só para V. Exªs terem uma noção, nós tivemos uma audiência com o novo Presidente da Sudam. Inclusive, nós o estamos convidando para vir aqui. O antigo presidente da Sudam já fez uma audiência pública nesta Comissão, com o apoio de todos os Senadores e a Senadora Simone também, e agora houve uma alteração na superintendência da Sudam. O Dr. Paulo Roberto agora é o novo Superintendente.

Só para se ter uma ideia, nessa rubrica do orçamento do Ministério para nove Estados, estruturação e dinamização de atividades produtivas na Sudam, o Governo mandou uma proposta com R$1,1 milhão.

Então, este foi o motivo que despertou o desejo de que nós pudéssemos aqui, havendo consenso da Comissão... E foi por isso que, como Relator coordenador das emendas da Comissão, eu acatei esse pleito feito pelo novo Superintendente, porque, veja só, uma instituição tão importante ter R$1,1 milhão para atender à rubrica de estruturação e dinamização das atividades produtivas de nove Estados do Brasil!

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O que engloba praticamente um quarto do Território nacional.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, para discutir, o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu queria cumprimentar V. Exª e também os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e dizer que também fui, meu querido Senador Davi, Relator na CAS e sei o quanto é difícil fazer as opções que a legislação e, muitas vezes, as normas nos permitem.

Nós tivemos lá, há poucos instantes, 170 emendas. Tivemos que acolher oito, das quais quatro de apropriação e outras quatro de remanejamento. Quer dizer, eu compreendo a dificuldade que o nobre Senador teve em acolher as nossas emendas e fazer as opções consentâneas às prioridades estabelecidas.

Então, eu queria cumprimentá-lo pelo relatório e dizer que o Piauí, nosso Estado, nossa Região Nordeste, foi contemplada, considerando-se que é uma região problema, sobretudo no Semiárido. Foi acolhida uma emenda nossa que diz respeito à barragem, à acumulação de água em bacias hidráulicas, captada de uma bacia maior, a hidrográfica, para utilizar nos períodos críticos, como nós estamos atravessando nos últimos três anos.

Eu queria cumprimentar V. Exª pelo brilhantismo com que se houve na relatoria dessas emendas apresentadas pelos Senadores desta Comissão.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Elmano, eu queria dizer que V. Exª foi contemplado nesta emenda como uma emenda de sua autoria. Mas que V. Exª também se sinta contemplado, porque, nas outras duas emendas apresentadas para o Ministério do Turismo e para o Desenvolvimento Urbano, V. Exª também tinha sugerido, entre suas prioridades, este pleito.

Foi acolhida a emenda do Senador Romero Jucá – V. Exª não estava aqui ainda – por conta de que ela era o valor apresentado maior para que pudéssemos ter liberdade depois de negociar com o Relator Geral do Orçamento. E como sou o Relator do Turismo, também vai caber a mim, lá na frente, a apresentação das emendas da nossa Comissão.

Então, V. Exª foi atendido na Emenda nº 101. Mas também sinta-se contemplado, assim como todos os membros desta Comissão, nas outras emendas que nós acatamos como sugestão dada por todos os nobres Senadores e Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco o parecer, com as emendas, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ficam, portanto, aprovadas as emendas da Comissão propostas ao Projeto de Lei nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, e o Projeto de Lei Orçamentária de 2015, com as Emendas de nºs 69, que é a do turismo, 68, 101, 103 e 107, que serão renumeradas como Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão agora ser encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião corrente contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Devolvo, neste momento, a Presidência ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu gostaria de agradecer aos Senadores e à Senadora Simone pela acolhida das sugestões feitas pela assessoria do Senado Federal, que nos auxiliou na apresentação deste relatório, e agradecer aos Senadores que acolheram também e entenderam a nossa sugestão como a viável e a possível neste momento de apresentarmos. Agradecer a confiança de todos os Senadores e Senadoras no nosso relatório.

Antes de encerrar a presente reunião, informo ao Senadores e Senadoras que, assim que a encerramos, abriremos a 30ª Reunião da CDR para deliberação de matérias. Portanto, solicito aos Parlamentares que permaneçam em seus lugares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATORZE DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Dalirio Beber, José Medeiros, Elmano Férrer, Walter Pinheiro, Hélio José, Dário Berger e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Ronaldo Caiado, Randolfe Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 43, de 2015. "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RDR 40/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do Plano Nacional de Fronteiras ao: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso; Coordenador do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) do Estado do Mato Grosso". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. Às dez horas e vinte e nove minutos, o Senador José Medeiros assume a Presidência dos trabalhos. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 44, de 2015. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para, atendendo ao RDR 10/2015 e RDR 28/2015, debater os temas: 1) política nacional de saneamento básico e a interface com as políticas de desenvolvimento urbano, recursos hídricos, meio ambiente e regulação fundiária; 2) reservação de água para consumo humano; 3) despoluição de recursos hídricos. Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados: 1) Marcos Thadeu Abicalil, consultor do Banco Mundial para a água e saneamento; 2) Representante da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, do Ministério da Saúde; 3) Representante da Agência Nacional de Águas – ANA". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Subscreve o Requerimento o Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 45, de 2015. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para, atendendo ao RDR nº 10, de 2015 e RDR nº 28, de 2015, debater os temas: 1) metodologia de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico; 2) aplicação das leis de saneamento básico (Lei nº 11.455, de 2007) e de resíduos sólidos (Lei nº 12.305, de 2010). Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados: 1) Representante do Instituto Trata Brasil; 2) Representante da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. " Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Subscreve o Requerimento o Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 46, de 2015. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para, atendendo aos RDR nºs 10 e 28, ambos de 2015, debater os temas: 1) financiamento da universalização dos serviços de saneamento básico; 2) política tarifária dos serviços. Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados: 1) Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; 2) Jerson Kelman, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; 3) Representante da Associação de Empresas de Saneamento Estaduais – AESBE". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Subscreve o Requerimento o Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 47, de 2015. "Em aditamento ao Requerimento nº 33, de 2015, de autoria do senador Wellington Fagundes, requeiro, nos termos Regimentais, seja convidada a dra. Ana Paula Vescovi, Secretária de Fazenda do Espírito Santo, para participar da audiência pública a ser realizada no dia 21 de outubro de 2015, destinada à instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais". Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Subscreve o Requerimento a Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado. ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 48, de 2015. "Requeremos, nos termos dos arts. 40, 90, incisos IX, XI e XIII e 104-A, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Seminário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no mês de novembro próximo vindouro, na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, com a finalidade de debater questões relacio-

nadas com projetos e programas sustentáveis para a Amazônia/Amapá visando o desenvolvimento regional, erradicação da miséria e a redução das desigualdades supra e inter-regionais. Sugerimos, para tanto, seja convidado para o evento o Senhor Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente da SUDAM. Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. Às dez horas e trinta e oito minutos, o Senador Davi Alcolumbre reassume a Presidência dos trabalhos. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2015 - Não Terminativo - "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras Providências". Autoria: Deputado Zé Silva e outros. Relatório: Pela aprovação. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010 - Não Terminativo - "Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional". Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2014 - Não Terminativo – "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para determinar que não pode ser negado o crédito imobiliário devido a restrições junto a banco de dados de proteção ao crédito, a mutuários que contem com a garantia do Fundo Garantidor da Habitação Popular". Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, o qual conclui pela rejeição da Matéria. ITEM 10 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)". Autoria: Senador Benedito de Lira. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2015 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e dá outras providências". Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 370, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 85, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015 - Terminativo – "Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene". Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Declaro aberta 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, gostaria, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Como tenho um compromisso com o Ministro das Comunicações, uma inversão de pauta para o item 8, se for possível. Na verdade, não sei se o Relator está aqui presente, eu iria pedir vista; se não tiver, pediria para tirar de pauta, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Hélio, como está ausente o Relator, fica automaticamente suspensa para a próxima sessão, porque tem que ter a presença do Relator da matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Fechado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em relação ao item 1, o autor do requerimento não se encontra, Senador Wellington Fagundes, e temos a prática na Comissão de que o autor tem que estar presente para defender o seu requerimento. Vamos retirar o item 1.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 43, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RDR 40/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do Plano Nacional de Fronteiras ao:

• Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso;

• Coordenador do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) do Estado do Mato Grosso;

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Quanto ao item 2, o Senador Randolfe Rodrigues também não se encontra presente.

Nesse caso, queria passar a Presidência ao Senador José Medeiros, porque temos um prazo na Comissão que é a questão do planejamento da política pública, que a Comissão escolheu no início da legislatura e o prazo está muito apertado. Então, eu queria subscrever o requerimento do Senador Randolfe para poder defendê-lo por conta do prazo que a Comissão nos cobra para que aprovemos a questão da política pública determinada no início do ano nesta Comissão.

Passo a Presidência ao Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Item 2:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 44, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para, atendendo ao RDR 10/2015 e RDR 28/2015, debater os temas:

1) política nacional de saneamento básico e a interface com as políticas de desenvolvimento urbano, recursos hídricos, meio ambiente e regulação fundiária;

2) reservação de água para consumo humano;

3) despoluição de recursos hídricos.

Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados:

1) Marcos Thadeu Abicalil, consultor do Banco Mundial para a água e saneamento;

2) Representante da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, do Ministério da Saúde;

3) Representante da Agência Nacional de Águas – ANA.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Passo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Gostaria de defender o requerimento em nome do Senador Randolfe Rodrigues. Como falei anteriormente, aprovamos nesta Comissão a política nacional de saneamento básico e a interface com as políticas de desenvolvimento urbano, recursos hídricos, meio ambiente e regulação fundiária.

Portanto, o Senador Randolfe convida esses três participantes a virem à audiência pública, para subsidiar o seu relatório. E eu subscrevo o Requerimento nº 44.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Os itens 3 e 4 também são a mesma situação.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 45, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para, atendendo ao RDR nº 10, de 2015 e RDR nº 28, de 2015, debater os temas:

1) metodologia de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico;

2) aplicação das leis de saneamento básico (Lei nº 11.455, de 2007) e de resíduos sólidos (Lei nº 12.305, de 2010).
Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados:
1) Representante do Instituto Trata Brasil;
2) Representante da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 46, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para, atendendo aos RDR nºs 10 e 28, ambos de 2015, debater os temas:
1) financiamento da universalização dos serviços de saneamento básico;
2) política tarifária dos serviços.
Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados:
1) Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
2) Jerson Kelman, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP;
3) Representante da Associação de Empresas de Saneamento Estaduais – AESBE.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Passo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente, eu queria perguntar à Comissão se nós poderíamos votar os dois requerimentos em bloco. É a minha sugestão.

Os Requerimentos nºs 3 e 4 também são do Senador Randolfe Rodrigues, que é o nosso Relator da política da Comissão de Desenvolvimento Regional; foi indicado no começo do ano.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Se o Plenário estiver de acordo, votamos. (*Pausa.*)

Então, vamos fazer a votação em bloco.

Em votação os requerimentos.

Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de devolver a palavra para o Senador Davi Alcolumbre...

O item 5 é de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que não está presente.

Vamos ao item 6, que é de autoria do Senador Davi Alcolumbre, a quem já concedo a palavra para fazer o encaminhamento do requerimento.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 48, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos dos arts. 40, 90, incisos IX, XI e XIII e 104-A, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Seminário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no mês de novembro próximo vindouro, na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, com a finalidade de debater questões relacionadas com projetos e programas sustentáveis para a Amazônia/Amapá visando o desenvolvimento regional, erradicação da miséria e a redução das desigualdades supra e inter-regionais. Sugerimos, para tanto, seja convidado para o evento o Senhor Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente da SUDAM.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esse é um requerimento de minha autoria. Como justificativa, a presente pretensão observa estreita consonância com a competência desta Comissão para assuntos referentes às políticas de desenvolvimento regional; neste particular,

àquelas de interesse do meu Estado, o Amapá, tendo na Sudam a atuação governamental para definir objetivos e metas econômicas e sociais que conduzam ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Ciente que a Sudam elencou as prioridades do Fundo Constitucional do Norte para 2016, é do maior interesse que essas diretrizes sejam debatidas, sobretudo em razão das possíveis escolhas de projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, assim como de programas e projetos de infraestrutura econômica, sobretudo em áreas em que o Estado do Amapá é, entre outras, extremamente deficiente, como, por exemplo, energia, abastecimento de água, esgotamento sanitário, comunicações, transportes, armazenagem, além de outros projetos de desenvolvimento socioeconômicos de natureza supraestadual e mesmo sub-regional.

Dada a importância que representa para o Estado o Amapá, a exemplo da preocupação de outros nobres pares desta Comissão com seus respectivos Estados, peço e espero aprovação para o presente requerimento de seminário, cuja repercussão, espero, prospere em sugestões e subsídios e sirvam para o enriquecimento das discussões futuras, a prospecção de alternativas programáticas e a implantação de política públicas, salvaguardadas as diferenças de cada unidade da Federação.

Sala da Comissão, 08 de outubro de 2015.

Senador Davi Alcolumbre, Democratas, Amapá.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só um comentário, Presidente. Eu considero muito relevante essa oportunidade de fazer um seminário dessa envergadura e de a Comissão poder estar próxima das realidades locais. Isso é muito importante.

Então, parabenizo pelo requerimento e espero estar presente no seminário.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Devolvo a palavra ao Presidente Davi Alcolumbre, para prosseguimento dos trabalhos.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O item 5 da pauta é referente a um requerimento do Senador Ricardo Ferraço. Eu gostaria de subscrever, porque, na realidade, se trata de um convite para a Secretária de Fazenda do Espírito Santo poder estar presente já na semana que vem na audiência pública que iremos realizar sobre o PRS nº 1, de 2013. E, claro, se não aprovarmos neste momento, ficaria prejudicado e não poderíamos contar com a presença valorosa da Secretária de Fazenda do Espírito Santo.

Então, a pedido do Senador Ferraço, que é o autor do requerimento, eu gostaria de subscrever para que pudéssemos aprovar nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Já que V. Exª subscreve o requerimento, então, retornamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 47, de 2015

- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 33, de 2015, de autoria do senador Wellington Fagundes, requeiro, nos termos Regimentais, seja convidada a Dra. Ana Paula Vescovi, Secretária de Fazenda do Espírito Santo, para participar da audiência pública a ser realizada no dia 21 de outubro de 2015, destinada à instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Passo a palavra à Senadora Simone Tebet, que subscreveu o requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em aditamento ao Requerimento nº 33, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, nós estamos solicitando, portanto, seja convidada a Drª Ana Paula Vescovi, Secretária de Fazenda do Espírito Santo, para participar de audiência pública que vai ser realizada na semana que vem, no dia 21 de outubro de 2015,

nesta Comissão, destinada à instrução do PRS nº 1, de 2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o item 5, Requerimento nº 47, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, subscrito pela Senadora Simone Tebet.

Como foi um prévio acordo estabelecido pela Comissão, em relação ao item 7, que também é não terminativo, novamente não há a presença do Relator, Senador Walter Pinheiro, na Comissão e, portanto, vamos adiá-lo.

O item 8 também. O Senador Randolfe Rodrigues não se encontra presente. Nós vamos também adiar para a próxima reunião.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências.

Autoria: Deputado Zé Silva e outros
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
A matéria segue ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010
- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
- Em 30/09/2015, constou na pauta da 27ª Reunião.
-A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Item 9, o Senador Elmano Férrer se encontra presente.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa "Minha Casa, Minha Vida", para determinar que não pode ser negado o crédito imobiliário devido a restrições junto a banco de dados de proteção ao crédito, a mutuários que contem com a garantia do Fundo Garantidor da Habitação Popular.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
- Em 30/09/2015, constou na pauta da 27ª Reunião.
- A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos apresentar o relatório ao projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Relatório.

O projeto de lei em análise altera o Programa Minha Casa, Minha Vida para vedar a exclusão de possíveis beneficiários com restrições junto a bancos de dados de proteção ao crédito.

Nesse sentido, inclui novos dispositivos nos arts. 28 e 30 da Lei nº 11977, de 2009, que dispõe sobre o Programa. O primeiro veda a negativa de crédito para mutuários que contem com a garantia do Fundo Garantidor de Habitação Popular – FGHab. O segundo veda a negativa de cobertura do FGHab a mutuários com restrições junto a banco de dados de proteção ao crédito.

O autor justifica a proposição argumentando que embora o PMCMV tenha sido concebido para facilitar o acesso das famílias de baixa renda à casa própria, as instituições financeiras responsáveis pela sua implementação estão exigindo dos beneficiários a inexistência de restrição cadastral em bancos de dados de proteção ao crédito. Isso estaria a comprometer o cumprimento da obrigação constitucional de proteção da família e do direito social à moradia (arts. 226 e 6º da Constituição Federal).

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão opinar sobre a matéria. A análise de constitucionalidade e juridicidade será feita pela CAE, que detém a competência terminativa sobre o projeto.

O objetivo do projeto é de grande alcance social. É significativa a parcela da população elegível para o Programa Minha Casa, Minha Vida que se encontra cadastrada como inadimplente em bancos de dados de proteção ao crédito. A situação é particularmente preocupante no atual contexto de crise econômica, que atinge duramente a população de baixa renda, muitas vezes impedindo o cumprimento de obrigações financeiras assumidas no período anterior ao de crescimento.

Consideramos, no entanto, que a solução apresentada pelo projeto em análise não é a adequada à solução desse impasse. O Fundo Garantidor de Habitação Popular, que compõe o PMCMV, garante o pagamento da prestação mensal em caso de desemprego ou de redução temporária da capacidade de pagamento do mutuário, assim como a quitação do saldo devedor em caso de morte ou invalidez permanente, para famílias com renda mensal de até R$ 4.650,00.

Nos demais casos, o risco de crédito permanece com as instituições financeiras. É razoável, portanto, que elas possam adotar medidas para proteger seus investimentos. Do contrário, serão levadas a abandonar o Programa ou a incorrer em prejuízos que terão de ser cobertos pelo contribuinte, no caso das instituições oficiais.

Embora seja fortemente subsidiado, o PMCMV é um programa de financiamento imobiliário, que exige de seus beneficiários alguma capacidade de pagamento. O segmento da população que não dispõe de renda suficiente para se comprometer com o pagamento de uma prestação ao longo do período do empréstimo deve ser atendido por outros programas habitacionais, de responsabilidade dos Estados e Municípios.

Voto.

Ante o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2014.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso relatório a esse projeto de iniciativa do nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir encerramos a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela rejeição.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria será encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa.

Em virtude de os itens 10 e 11 da pauta serem terminativos, nós precisaríamos do quórum qualificado de nove Senadores para deliberarmos sobre ele.

Portanto, os itens 10 e 11 ficam adiados para a próxima reunião.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 10
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Autoria: Senador Benedito de Lira

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação Nominal;
- Em 02/09/15, na 22ª Reunião, o Relatório foi lido, encerrada a discussão e adiada a votação. A matéria constou ainda nas pautas das 27ª (30/09/15), 24ª (16/09/15) e 23ª(09/09/15)Reuniões;
- Em 16/09/15, durante a 24ª reunião a matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator.

Na próxima semana, dia 21 de outubro, nos termos dos RDRs aqui aprovados, a CDR irá realizar a segunda audiência pública com vistas a subsidiar a instrução do PRS nº 1, de 2013.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E UM DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Hélio José e Dário Berger. Também com a presença do Deputado Alexandre Baldy. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço e João Alberto Souza. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 30ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da 2ª audiência pública em atendimento RDR 33/2015 de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer, nos termos do inciso I e II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para instruir o PRS 1/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. O presente Requerimento foi aditado pelo RDR nº 34/2015 de autoria da Senadora Simone Tebet, pelo RDR nº 35/2015 de autoria do Senador Donizeti Nogueira, pelo RDR 41/2015 de autoria do Senador Ronaldo Caiado e pelo RDR nº 41/2015 de autoria do Senador Ricardo Ferraço. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sra. Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Secretária de Fazenda do Estado do Espirito Santo; Sr. Manoel Procópio Júnior, Assessor da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais; Sr. Carlos Roberto Molim, Diretor de Administração Tributária da Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina; Sr. José Alves Filho, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável – ADIAL BRASIL; Sr. Herculano Anghinetti, Presidente-executivo da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável – ADIAL BRASIL; e Sr. Carlos Mauro Benevides Filho Secretário de Fazenda do Estado do Ceará. A Senadora Simone Tebet passa a presidência para o Senador Wellington Fagundes às doze horas e dezoito minutos. Encerrada a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Ronaldo Caiado, e por deferência da presidência, o Deputado Federal Alexandre Baldy. O Senador Wellington Fagundes, no exercício da presidência dos trabalhos informa que fora enviado ofício ao Ministério da Fazenda, pleiteando marcação de audiência para uma comitiva de parlamentares deste colegiado, com o intuito do discutirem a matéria ora em instrução, datado de 09 de outubro de 2015, por esta razão a presidência reitera a solicitação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da segunda audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 33, 34, 35, 41 e 47, de autoria, respectivamente, dos Senadores Wellington Fagundes, Simone Tebet, Donizeti Nogueira, Ronaldo Caiado e Ricardo Ferraço, todos com a finalidade de instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2031, que trata da alíquota de fixação nas operações e prestações interestaduais.

Encontram-se presentes para a audiência pública, os quais já cumprimento e convido para comporem a Mesa, a Srª Ana Paula Vitali Janis Vescovi, Secretária de Fazenda do Estado do Espírito Santo, o Sr. Manoel Nazareno de Moura Júnior, representantes do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais, o Sr. Carlos Roberto Molim, representante do Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina, o Sr. José Alves Filho, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável – Adial Brasil.

Sejam todos muito bem-vindos!

Aproveito, inclusive, para cumprimentar o Presidente-Executivo da Adial Brasil, Sr. Herculano Anghinetti, que também está presente.

Por fim, convido para compor a Mesa o Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, que representa o Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Confaz.

Acabei de ser informada de que ele está chegando. Vamos aguardar a sua chegada para a composição da Mesa.

Quero informar que, por deliberação da Presidência, a pedido, esta Comissão está dispensando, nesta audiência, porque já esteve em outras audiências, a participação do representante do Ministério da Fazenda Sr. Marcelo Melo, que se encontra em reunião com o Ministro da Fazenda. Houve uma solicitação, e esta Comissão deferiu a dispensa de sua participação. Se houver necessidade, nós podemos convidá-lo, ou mesmo convocá-lo, em outro momento.

Antes de conceder a palavra aos convidados, eu gostaria de informar que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas pelo portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do site do Senado Federal *www.senado.leg.br*; e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Em conformidade com os artigos regimentais do Senado, lembrando que esta é uma audiência pública informal e que as regras poderão ser alteradas a qualquer momento a pedido dos convidados ou dos Srs. Senadores, a Presidência vai adotar as seguintes regras: daremos a palavra por um tempo inicial de dez minutos para cada convidado fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, de perguntas por parte das Srªs e dos Srs. Senadores inscritos.

A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, lembrando, claro, que têm prioridade o relator da proposição e os autores dos requerimentos de audiência pública. No caso, os Senadores interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para resposta. Se houver necessidade de réplica, de tréplica ou de qualquer outra informação complementar, isso poderá ser rapidamente solucionado.

Sem mais delongas, eu gostaria de passar a palavra à Srª Ana Paula Vitali Janis para fazer a sua exposição pelo tempo máximo de dez minutos.

Bem-vinda!

A palavra é de V. Sª.

A SRª ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – Bom dia a todos!

Inicio por cumprimentar a Presidente desta Comissão, Senadora Simone Tebet, na pessoa de quem eu gostaria de cumprimentar os demais Senadores aqui presentes, os colegas aqui da discussão e desta audiência pública.

Venho aqui para trazer, em primeiro lugar, a percepção do Estado do Espírito Santo sobre essa discussão da reforma do ICMS no âmbito que está posto hoje nesta Casa, na Câmara dos Deputados e no Confaz, que é o Conselho dos Secretários de Fazenda.

Inicio por colocar essa posição aqui para os senhores fazendo algumas considerações que eu acho pertinentes para o âmbito federativo, para a discussão propriamente dita da reforma do ICMS num termo mais geral.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao Espírito Santo – a nossa posição está clara dentro do Confaz –, nós estamos defendendo a reforma do ICMS, nós estamos apoiando esse processo do Convênio 70 em função da nossa preocupação com a grande instabilidade jurídica que cerca o ICMS.

Nós entendemos que o ICMS é o maior imposto do Brasil, que ele é o imposto mais importante que temos neste País, mas hoje ele está seriamente questionado no âmbito jurídico, tendo em vista os incentivos fiscais que foram concedidos ao longo do tempo à revelia da Lei Complementar nº 24, de 1975, o que tem sido questionado pelo Supremo, sempre lembrando que o Supremo hoje já tem uma súmula vinculante, a Súmula nº 69, pronta para ser pautada, que extingue, definitivamente, esses incentivos. Isso traria um prejuízo enorme, em primeiro lugar, para o setor produtivo, que apostou no Brasil, que investiu no Brasil, que gerou empregos, renda e que, de uma hora para outra, teria uma condição de quebra das condições que lhe foram propostas, seja pelos Estados, seja pelas regiões, e isso é algo em que o Brasil precisa pensar, é algo que preocupa a nós como nação.

Mesmo que haja uma modulação – isso é bastante razoável –, nós temos que pensar em como trazer uma tranquilidade, uma estabilidade maior para o ICMS e para aqueles que investem à luz do regramento legal, normativo e tributário no Brasil. Por isso, o Espírito Santo apoia essa reforma.

Mas há uma condicionante aqui que é muito séria para o nosso Estado. Essa é uma posição ousada para um Estado que é o maior perdedor relativo dentro da reforma. É importante que isto seja sabido e conhecido. O Espírito Santo é o Estado mais aberto ao exterior do Brasil. Cinquenta por cento, metade da sua economia está conectada com o comércio exterior. Em particular, nós construímos apenas um terço daquilo que produzimos. Ou seja, exportamos ou mandamos para outras esferas da Federação, para outros Estados dois terços de tudo que nós produzimos.

Quando a gente fala, portanto, em fazer uma convergência de alíquotas interestaduais para o destino, que é a proposta da Resolução nº 1, em discussão nesta Casa, nós estamos falando que o Espírito Santo perderá fortemente as suas receitas tributárias. Isso, de fato, inviabiliza o Estado do Espírito Santo. Então, esse é um dado importante. Não há parâmetro similar na Federação. O segundo Estado mais aberto ao exterior é o Amazonas, que tem uma excepcionalidade tanto na resolução quanto tem a metade do nosso grau de abertura. Então, é um caso à parte, e o Espírito Santo precisa ser visto como tal. Esse é um fator.

O outro fator é que nós já sofremos perdas recentes, por discussões federativas, por mudanças tributárias, e essas mudanças afetaram dramaticamente nossa sociedade. Falo aqui da reforma da Lei Kandir, em 1996, com a qual o Espírito Santo perdeu, aproximadamente, 8% das suas receitas. Isso desorganizou as finanças do Estado, desorganizou o Estado como um todo e foi algo bastante prejudicial para a nossa sociedade.

Mais recentemente, numa votação desta Casa, a Resolução nº 13, de 2013, do Senado Federal estabeleceu a redução das alíquotas interestaduais na importação. Isso retirou uma receita muito importante dos Municípios do Estado do Espírito Santo e desorganizou um setor inteiro do Estado voltado para o comércio exterior.

Então, tomadas as duas condições, não há mais folga. O Espírito Santo já sofreu duas grandes assertivas do ponto de vista da reforma, das mudanças do ICMS e do impacto federativo, e hoje qualquer impacto adicional inviabiliza a existência do Espírito Santo nesta Federação.

De um lado, nós apoiamos o Convênio 70, a iniciativa de convalidar os incentivos, de restabelecer uma segurança jurídica para o ICMS. Achamos isso importantíssimo para o Brasil. Isso é uma agenda de melhoria de ambiente de negócios para o Brasil, sem dúvida. Mas o Espírito Santo precisa ser visto no contexto que lhe cabe na Federação como o ente que mais perde, relativamente.

Dito isto, o nosso posicionamento é o seguinte: nós não temos condições de aceitar essa reforma ou de apoiá-la se não formos plenamente compensados nas nossas perdas. Compensação plena. Segurança da compensação é uma prerrogativa importantíssima para o Espírito Santo.

Então, vejamos: nós tivemos uma mudança recente, naquela regra inicial que foi estabelecida no Convênio 70, sobre a forma de compensar. Nós temos uma proposta, apresentada pelo Governo Federal no início deste ano, que trata de recursos da repatriação de valores hoje fora do Brasil, para que eles sejam repatriados, regularizados e legalizados, o que daria uma renda e cobriria um fundo que seria tanto voltado para a compensação financeira dos Estados perdedores, na reforma, quanto para o fundo de investimentos, que visa a cobrir a necessidade de fazermos um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura para melhorar as condições de desenvolvimento regional no Brasil. Isso nos preocupa, porque nós precisamos, primeiro, ter clareza dessas perdas e dessas compensações. Então, um primeiro fator de segurança é nós entendermos o que será da repatriação. Isso trará segurança a todos os Estados, pois o Espírito Santo não é o único perdedor, embora seja, com certeza, o maior deles.

O segundo fator é o conhecimento das perdas. Não é possível a gente reputar um cálculo a uma estimativa, para que nós possamos engendrar, do outro lado, a possibilidade de compensação. Esse cálculo é incerto de qualquer forma. A gente não conhece, hoje, *ex ante*, todo o conjunto e o escopo de incentivos que são dados entre os Estados. Isso é dificílimo de conhecer. De fato, há uma simetria de informação muito grande, e a gente acredita que só depois de a reforma implementada é que a gente vai perceber o que está acontecendo. Então, o importante é que, não obstante o tamanho da perda, haja uma possibilidade de compensação. Isso traria uma segurança para a decisão desses entes que hoje são responsáveis por equilibrar as finanças dos seus Estados num contexto de crise.

Aí eu entro no terceiro ponto. Nós estamos num contexto de crise no Brasil, uma crise que se revela mais desafiadora a cada dia. Nós iniciamos um ano com a expectativa de queda do PIB de 0,7% e, provavelmente, vamos terminar o ano com uma queda do PIB muito próxima a 3%. Houve uma deterioração muito rápida do ambiente econômico, da confiança, dos condicionantes diversos que estabelecem essa condição de o Brasil superar uma crise que nós não vemos há décadas neste País. Então, obviamente, é inegável que nós temos um ambiente de instabilidade, de incertezas, algo muito importante nessa reforma. Isso é um condicionante adicional de incerteza, de instabilidade, que pesa sobre quem tem que decidir sobre ela, sejam os congressistas, sejam os secretários da Fazenda, no âmbito do Confaz, sejam os governadores, numa interlocução federativa.

Eu chamo atenção para isso para dizer o seguinte: pelas informações mais recentes...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – Permite-me finalizar?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Claro. Fique à vontade.

A SRª ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – Pelas informações mais recentes que nós temos, vindas do Congresso, a medida provisória da repatriação será substituída por uma PEC, uma proposta de emenda constitucional, até para dar uma segurança jurídica também maior a esse instrumento de repatriação.

Dito isto, eu acho que nós temos um tempo para fazer uma discussão profunda, mas temos que centrar nessa discussão. Não podemos deixá-la paralela, adormecida. Precisamos centrar numa discussão mais profunda sobre o que é essa reforma num contexto de crise, num contexto de contraciclo das *commodities*, num contexto de outra realidade que o Brasil tem hoje, diferentemente da que tinha há quatro anos, quando começou a formular e a discutir essa reforma.

Então, o Convênio 70 já tem cláusulas que não se sustentam, como, por exemplo, as cláusulas dos valores da compensação. Então, eu acho que a gente tem que abrir este momento para ampliar a discussão. Veja bem: nós estamos amarrando a convalidação dos incentivos, a segurança jurídica do ICMS, a convergência para alíquotas interestaduais mais baixas. Mas, ao mesmo tempo, a gente não está discutindo, por exemplo, a necessidade de nós, definitivamente, desonerarmos as exportações, inclusive no âmbito do ICMS. Nós temos um problema de acumulação de créditos seriíssimo no Brasil hoje. Os Estados exportadores acabam sofrendo o ônus dessa acumulação de créditos, e, na verdade, as empresas exportadoras também, porque o capital de giro fica extremante mais caro, comprometido, com a dificuldade de você ter o ressarcimento desses créditos da exportação, e isso não está enfrentado nessa discussão do Convênio 70.

Outra coisa. Nós temos visto um conjunto de medidas, que proliferam no Congresso, que buscam dar ênfase à repartição de recursos na origem e no destino. Queremos, no Brasil, de fato, uma tributação de ICMS no destino, queremos aprofundar o sistema de origem e destino – recentemente, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 87, que diz respeito a isso – ou queremos investir na substituição tributária? Então, do ponto de vista da eficiência tributária, há um grande incentivo à adoção da substituição tributária, porque ela é eficiente, mas ela é na origem.

Então, como nós nos posicionamos nesse contexto, nesse universo? Eu acho que nós precisamos criar um objeto de convergência baseado em coerência do sistema tributário. Como a gente liga essa reforma do ICMS, que é parcial, a uma reforma mais ampla do ICMS, e a uma reforma tributária mais ampla? Não é que tenhamos que parar tudo e fazer logo a reforma tributária nesse contexto de uma agenda muito açodada pela crise econômica, assoberbada com diversas medidas que se tornam mais emergentes, mas nós temos que, pelo menos, ter um horizonte. Não podemos andar contra. Não podemos andar no caminho contrário ao de uma reforma tributária que fique de pé no Brasil. O que é essa reforma tributária?

E, por fim, nós temos uma federação. Do que eu estou falando? Nós estamos apostando nos fundos desenvolvimento regional como medida compensatória à retirada dos incentivos como instrumentos dos Estados para atraírem investimentos e fazerem o seu desenvolvimento regional. De fato, esse argumento, esse instrumento foi levado a um nível que se esgotou. Todo mundo começou a dar de uma forma desregulada, de uma forma pouco transparente, e isso prejudica a própria qualidade do ambiente de negócios. Portanto, esgotou-se esse instrumento como uma forma desregulada de atração de negócios. Então, nós precisamos avançar nisso.

Agora, os fundos de desenvolvimento regional, os fundos de investimento em infraestrutura serão os melhores instrumentos? Eles serão suficientes para que nós consigamos competir pelas nossas vantagens comparativas?

Vejam bem, senhores.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – O que é a nossa vantagem comparativa? A nossa vantagem comparativa é a gente poder disputar no mercado aquilo que de melhor nós temos nos nossos Estados. Boa parte dela nós não governamos. Boa parte dela depende de uma regulação centralizada, boa parte dela depende de ações do Governo Federal, boa parte dela depende do orçamento do Governo Federal. Ou seja, não basta o Fundo de Desenvolvimento Regional. Nós temos que associar a isso uma reforma ou, pelo menos, o avanço em uma reforma do Estado, onde a gente tenha descentralização suficiente para que os Estados possam governar suas vantagens comparativas e, em função delas e por elas, disputar os melhores investimentos que há por esse Brasil.

Para terminar, agradeço aqui a oportunidade de participar e digo que acredito piamente que nós temos que associar ambiente de negócios, segurança jurídica e atratividade com a capacidade de os Estados disputarem melhor as suas vantagens comparativas e, sim, numa discussão aberta, mais aberta, no Confaz, porque, afinal de contas, como nós tivemos uma renovação de 50% nesse colegiado, acho que há espaço e há tempo para que nós façamos aí uma discussão amplificada.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós é que agradecemos à Srª Ana Paula. As informações que trouxe do seu Estado, o Espírito Santo, são importantes para o engrandecimento desta audiência pública. O Estado de Santa Catarina também se preocupa com essa questão, porque é um Estado, acima de tudo, exportador, como muitos Estados do interior deste País que são exportadores de *commodities.* Essa questão de agora do ICMS, de o sistema ser para o destino, é algo que preocupa vários Estados, não somente o Estado do Espírito Santo.

Queremos tranquilizar, porque esta é a segunda audiência pública, e todos os secretários de Fazenda que passaram por aqui trouxeram essas mesmas preocupações, do Estado de Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Pernambuco, e este é o objetivo: ouvir dos Estados o que eles pensam em relação ao Projeto de Resolução nº 1.

Antes de passar a palavra ao Sr. Manoel Júnior, que representa aqui o Secretário de Fazenda de Minas Gerais, quero informar que ontem recebi – acredito que o Senador Dario também recebeu – do Codesul, que é o conselho dos Estados do sul do País e do Mato Grosso do Sul, portanto Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul... Os quatro governadores, por unanimidade, preocupados com PRS nº 1, com o projeto de resolução, e todos no mesmo sentido, sem fundos constitucionais, sem compensação total das perdas dos Estados, são radicalmente contrários à aprovação, neste momento, do Projeto de Resolução nº 1.

Passo a palavra, sem mais delongas, ao representante do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais, mas, se me permitir, antes, eu gostaria de convidar a compor a Mesa o nosso convidado, que acaba de chegar, Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, representante do Coordenador dos Secretários Estadual de Fazenda, o Confaz.

Com a palavra, portanto, o representante do Estado de Minas Gerais.

O SR. MANOEL PROCÓPIO JÚNIOR – Bom dia a todos!

Eu queria iniciar cumprimentando a Senadora Simone Tebet, que preside esta audiência pública, na pessoa de quem cumprimentamos os demais Senadores aqui presentes, ao tempo em que, agradecendo o convite feito ao Estado de Minas Gerais para comparecer a este evento, transmito as escusas do Secretário de Fazenda de Minas Gerais, Dr. José Afonso Bicalho, que, impossibilitado de comparecer ao evento, incumbiu-nos de representá-lo nesta audiência pública.

Cumprimento também os demais integrantes da Mesa, a Secretária Ana Paula, o Secretário Mauro, o colega Molim, os ilustres representantes da Adial, com quem temos o prazer de compartilhar este debate e esta mesa.

A posição de Minas Gerais – registramos desde logo – também é favorável à implementação da reforma do ICMS e ao prosseguimento do Projeto de Resolução nº 1, de 2013, e de todas as questões dele decorrentes afetas à reforma do ICMS. Essa tem sido a posição do Estado de Minas Gerais desde os primórdios da discussão dessa questão dessa reforma do ICMS, tanto assim que Minas Gerais é um dos signatários originais do Convênio 70.

A posição do Estado de Minas Gerais é justificada exatamente em face do diagnóstico que a gente faz acerca da situação atual do ICMS. Entendemos... Aliás, antes disso, eu registro também que o diagnóstico de Minas Gerais é essencialmente coincidente com os fundamentos colocados no relatório do Senador Wellington Fagundes, bem como com os fundamentos colocados anteriormente pelo Senador Delcídio no Relatório 352, que, em 2013, foi editado, foi elaborado por ele por ocasião da votação da matéria na CAE. Mas, de qualquer modo, nós queríamos ressaltar só alguns aspectos que nós entendemos fundamentais nessa discussão.

Em primeiro lugar, no nosso ponto de vista, o desafio que se coloca para todos nós aqui diz respeito ao futuro do ICMS, ao futuro das finanças públicas estaduais e até à própria capacidade de atendimento, pelos Estados, das crescentes demandas sociais por serviço público de qualidade e cobertura suficientes ao atendimento da nossa população.

Assim sendo, nós queremos, com isso, ressaltar que, no nosso ponto de vista, essa discussão não pode cingir-se exclusivamente à avaliação dos efeitos dessa disputa federativa no passado. Nós temos que avaliar a situação presente e os cenários que se avizinham no horizonte em função dessa situação atual.

A nosso juízo, a situação atual, o estágio em que a discussão e o ICMS chegaram é bastante diferente do que ocorreu no passado, e a diferença fundamental reside em um aspecto que a Secretária Ana Paula já tangenciou na sua fala, que é a questão da generalização da concessão desses benefícios fiscais, ou dessa política de incentivo através da concessão de benefícios fiscais. Se, em princípio, ela é restrita a um ou a alguns Estados, o fato é que, nos últimos anos, essa política se generalizou, e essa generalização traz consigo uma consequência inexorável, que é a perda da eficácia desse instrumento enquanto elemento para decidir um investimento ou para decidir a alocação de um determinado investimento.

Naturalmente, desde logo, a gente registra que ninguém pode ser contra a desconcentração do investimento, a desconcentração do desenvolvimento industrial, por um motivo muito simples: qualquer que seja o rincão do País, onde houver um brasileiro, ele tem todo o direito de ter a possibilidade de emprego e de receber serviços públicos de qualidade como recebe em outras regiões do País. Então, desde logo a gente faz este

registro: Minas Gerais não se opõe... Aliás, esse é até o objetivo fundamental da República, pois está expressamente consignado no art. 3º da Constituição, e assim deve ser feito.

Há outra observação que também acho que é relevante pontuar. A nossa oposição em relação à situação atual diz respeito à concessão dos benefícios tal como tem sido feito ultimamente. Nunca é demais lembrar que no pós-reforma não há qualquer proibição à concessão de benefícios fiscais em matéria de ICMS, desde que seja feito pelo rito constitucional. Não pode ser feito à margem do Confaz. Deve ser feito, em outras palavras, observando-se as regras constitucionais, o que, aliás, é o normal num Estado de direito. A observância da Constituição é a regra, é o que se espera em um Estado de direito.

Com relação a essa questão do cenário atual em relação às finanças estaduais, creio que não há muita diferença. O cenário é praticamente o mesmo, senão na totalidade, na quase totalidade dos Estados: um cenário de deterioração fiscal e de dificuldades orçamentárias. Evidentemente, não queremos aqui, de modo simplista, atribuir exclusivamente ao ICMS as dificuldades orçamentárias experimentadas atualmente pelos Estados, mas, do mesmo modo, também não se pode, não é razoável supor que o ICMS não tenha nada a ver com isso sendo ele o principal sustentáculo das finanças de todos os Estados da Federação.

Então, a questão, do ponto de vista das finanças estaduais... Estamos fazendo, claro, um resumo muito sintético, até pela restrição de tempo, mas colocamos também que, no nosso entendimento, a questão deve ser avaliada não só sob a ótica das finanças estaduais, mas também sob a ótica da sua repercussão na economia e sob a ótica dos próprios contribuintes, que se veem em meio a esse processo de disputa federativa.

Analisando a questão sob a ótica dos contribuintes, uma primeira distinção que a gente tem que ter sempre em mente é que nós temos contribuintes que são favorecidos por benefício fiscal e contribuintes que não o são, e não raro disputando o mesmo mercado, o que nos coloca frente a uma situação de questionar a neutralidade, a equidade de uma política que distingue uns com favor fiscal, enquanto nem todos podem dispor desse favor fiscal.

Agora, mesmo em relação aos contribuintes que são favorecidos pelos benefícios fiscais, o fato é que nós temos, nesse universo dos favorecidos, alguns que já foram autuados por outros Estado em resposta, em contramedida em relação ao benefício anteriormente concedido, e aqueles que ainda não o foram. Quer dizer, em certo sentido, alguns já experimentaram, já anteciparam o efeito de uma possível e futura súmula vinculante que está na ordem do dia do Supremo Tribunal Federal. E, evidentemente, a nosso ver, essa não é a melhor saída, não é uma saída desejável, exatamente em função do trauma e dos danos que isso acarreta para o empresário e, em última instância, para a própria economia. Em todo caso, o que se tem é uma judicialização crescente do ICMS e um ambiente de insegurança jurídica que, tal como a Secretária Ana Paula colocou, em nada favorece o ambiente de negócios.

Esses problemas todos – eu já vou concluir – resultam em uma única palavra. Nós estamos falando aqui de descompetitividade, de dificuldades nesse ambiente de negócios em face de um mercado que é, cada vez mais, composto por escalas ou cadeias de produção globais, um mercado que é disputado com contribuintes em outros países, que estão sujeitos a um sistema tributário mais racional. E eu não me refiro só ao mercado externo, à economia aberta, pois a disputa se dá inclusive no mercado interno, e em desfavor da empresa nacional, que se vê em meio a essa verdadeira guerra, a esse embate, que é o que a gente percebe hoje em matéria de ICMS e da insegurança jurídica que dele resulta.

Entendemos, já à guisa de conclusão, que a medida ora em discussão tem uma série de méritos. Destacamos em primeiro lugar o gradualismo. Não se está propondo uma mudança drástica. Propõe-se uma redução gradual dessas alíquotas interestaduais, levando a tributação para o destino. E aqui nunca é demais lembrar que a vocação do ICMS é essa. O ICMS não é, por natureza, um tributo interestadual sobre a produção; ele há de ser sempre, como é no mundo inteiro, em mais de 160 países que adotam a tributação sobre o consumo nos moldes do ICMS, uma tributação estadual sobre o consumo e não interestadual sobre a produção.

Em face dessas questões, nós reconhecemos esse mérito no gradualismo e lembramos que também está prevista no Convênio 70 uma sobrevida desses benefícios já concedidos. Volto a dizer: aqui não é um tribunal do passado para julgar ou condenar quem quer que seja, até porque praticamente todos os Estados entraram nesse embate, ora com uma medida, ora com uma contramedida em resposta a uma medida anterior do seu vizinho ou de outro Estado. O fato é que o projeto de resolução relatado pelo Senador Wellington prevê essa redução gradual das alíquotas e o Convênio 70 prevê uma sobrevida que pode chegar até a 15 anos, exatamente para poder fazer essa acomodação durante a fase de transição com um tributo de melhor qualidade.

Há o mérito, portanto, do gradualismo e também há uma notícia boa: nem tudo é gradual nesse processo e há benefícios de que se pode apropriar de imediato. Na medida em que se consegue chegar a esse acordo, a superação do cenário de insegurança jurídica é um benefício de que se apropria desde já. Não obstante o processo de redução das alíquotas ser gradual, essa vantagem se coloca desde logo. E o corolário do

fim desse ambiente de guerra fiscal é exatamente o destravamento desse investimento, a retomada do plano de investimentos das companhias, que, neste momento, segundo diversos depoimentos que nos chegam pelo empresariado, estão em *stand-by*, aguardando o clareamento desse cenário.

Concluo, Srª Presidente, deixando consignado também que Minas Gerais é solidário, entende que esse processo, tal como foi colocado pela Secretária Ana Paula, há de ser feito com todo cuidado, principalmente em relação aos Estados que experimentam perdas nesse processo de transição. É natural, é desejável que os Estados disponham de garantias em relação à compensação dessas perdas durante o processo de transição. Minas Gerais também entende que é fundamental a definição de uma política nacional de desenvolvimento regional com base, com ênfase nos aportes em infraestrutura, porque esse, sim, ao nosso ver, é o mecanismo seguro para promover essa desconcentração de modo permanente e de modo sustentável, a desconcentração do desenvolvimento e dos investimentos.

Por fim, lembramos que essa é uma agenda que tem que ser resolvida em conjunto. Uma andorinha não faz verão e nenhum Estado, isoladamente, vai conseguir superar esse cenário. Nós temos de nos sentar à mesa, como fazemos aqui – e louvamos, mais uma vez, a iniciativa desta Casa em promover mais um debate acerca desse tema –, porque é uma solução que, necessariamente, terá que ocorrer em conjunto. Esse consenso é perfeitamente possível. Não custa lembrar que, na União Europeia, temos, hoje, 28 países, 28 soberanias diferentes que conversam entre si, que se sentam à mesa e conversam em 21 idiomas diferentes, até em três alfabetos diferentes, e eles se entenderam. Acreditamos que, em face desse exemplo, nós também temos condições de nos entender e chegar a esse consenso.

Eu queria agradecer, mais uma vez, Senadora Simone, a oportunidade e me colocar à disposição para o debate.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Sr. Manoel Procópio Júnior, representante da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Antes de passar a palavra ao Sr. Carlos Roberto Molim, representante do Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina, eu gostaria apenas de passar uma informação que acho importante diante da fala da Secretária de Fazenda do Estado do Espírito Santo, que falou sobre quem perde e o quanto perderemos.

A informação do Ministério da Fazenda que nós temos se refere ao exercício financeiro de 2013, portanto, a dados e valores de 2013, e muita coisa mudou a partir daí. Diante do projeto original – nós não estamos nem falando do substitutivo do Senador Wellington Fagundes, porque vamos ter que fazer uma nova conta nesse aspecto –, em princípio, perderiam os Estado do Amazonas, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Pernambuco, de Santa Catarina e de São Paulo, num primeiro momento. Esses Estados, com certeza, perderiam. Quanto aos demais, nós não temos segurança para afirmar se estarão ganhando ou perdendo num primeiro momento, para pensar em possíveis compensações.

E ainda, se me permitirem, já que vou aqui antecipar aos Srs. Senadores que não vou fazer questionamentos nesta audiência pública, pois já fiz todos na audiência passada, até para que possamos acelerar os trabalhos, não posso deixar de fazer um comentário em relação à observação inicial do Sr. Manoel Júnior de que não é contra a concessão de incentivos fiscais desde que diante de amparo legal. Todos nós somos a favor dos incentivos fiscais desde que dentro da lei.

O único questionamento que eu, vinda da área jurídica, não posso deixar de fazer é o de termos um único Conselho, no caso o Confaz, com poder absoluto de ter o poder de decisão por unanimidade numa questão como essa. No Estado democrático de direito onde prevalece a vontade da maioria, nós não podemos ter nenhuma decisão, deliberação, seja ela qual for, no Legislativo ou na esfera administrativa, que dependa da unanimidade para alterar o *status quo*, sob pena justamente de não termos uma democracia, mas a ditadura de um só, porque, aí nós estamos trocando, no caso do Confaz e no caso dessa deliberação de se convalidar ou não os incentivos fiscais ou se confirmarem os incentivos fiscais de algum Estado, a vontade de 26 Estados da Federação brasileira, que, de repente, votariam a favor, pela de um único Estado que decide votar contra. Então, seria a ditadura de um só. Daí porque já tramitou nesta Casa, já foi aprovado pelo Senado, e encontra-se na Câmara dos Deputados um projeto reduzindo esse quorum, transformando as decisões do Confaz num quórum qualificado. Basta que dois terços dos secretários de Fazenda do Brasil permitam a concessão, no caso a convalidação dos incentivos fiscais, para que esses possam ser convalidados, mas acho que, independentemente de ser apenas convalidação, nós temos que pensar mais adiante.

Não conheço nenhum projeto nesta Casa – e olhem que tratamos das questões mais relevantes e fundamentais para a população brasileira, desde a discussão da pena de morte, tão questionada no que se refere à constitucionalidade, até questões mais simples – que dependa da unanimidade dos Parlamentares. Isto não existe porque nós estamos justamente numa democracia, onde prevalece a maioria simples, a maioria absoluta ou até um quórum qualificado, de repente até de três quintos.

Então, passo, neste momento, a palavra ao representante do Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina, Sr. Carlos Roberto Molim, para suas considerações.

Não sei se o Senador Ronaldo Caiado levantou aqui o microfone e deseja fazer algum comentário antes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, só para completar: nem para eleger o Papa.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada pelo socorro.

Aliás, saiu um boato – se Deus quiser, será um boato –, hoje, pela manhã, de que ele teria saído de um centro médico com um possível tumor no cérebro. Parece que não passou de um boato, e nós rogamos a Deus que seja isto.

Com a palavra, neste momento, o representante da Secretaria de Estado de Santa Catarina, Sr. Carlos Molim.

O SR. CARLOS ROBERTO MOLIM – Bom dia a todos!

Inicio cumprimentando a Senadora Simone Tebet, que preside esta audiência pública, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

Quero cumprimentar o Senador Dalírio Beber, Senador eleito pelo Estado de Santa Catarina, e, na pessoa dele, estender o cumprimento aos demais Senadores e às demais autoridades presentes.

Muito bem. A questão é o PRS que trata de um, vamos dizer assim, caminho gradual para se colocar fim à guerra fiscal. O Estado de Santa Catarina é signatário do Convênio 70. Inicialmente, ele não era signatário. No entanto, a partir do Confaz de Goiás, realizado este ano, Santa Catarina aderiu a esse convênio. Portanto, Santa Catarina defende, sim, os moldes como ali se apresenta a reforma.

Entendemos que esse não é exatamente o melhor acordo, o que talvez seja impossível, e que justamente por isso o acordo que está posto no Convênio 70 é o acordo do possível, é até onde é possível caminhar neste momento. Nós entendemos que existe uma necessidade muito grande de se fazer uma reforma do ICMS por conta do fim desse modelo de concessão de benefícios dessa forma como forma de atração de investimentos. Exauriu-se esse modelo. No momento em que todos concedem o mesmo benefício, não é o benefício que define a decisão pelos investimentos. Então, o que se percebe é que os Estados hoje têm uma perda de arrecadação, uma perda na sua principal fonte de receita por conta da guerra, disso que se convencionou chamar de guerra fiscal, entre os Estados. Então, esse é um aspecto importante, mas não só ele o é. Eu diria, como muito bem colocado aqui tanto pela Secretária Ana Paula quanto pelo Manoel, que a questão da insegurança jurídica que hoje existe é muito forte, pois ela realmente barra investimentos. Nós já nos deparamos inúmeras vezes com essa situação em que o investidor não se sente seguro para fazer investimento no Brasil, de um modo geral, por conta exatamente dessa insegurança jurídica.

Com os benefícios concedidos da forma como são concedidos hoje, não há segurança jurídica. Por outro lado, sem a concessão de benefícios, não há condição de competitividade, porque grande parte dos investimentos realizados hoje é incentivada. Então, cria-se essa situação para a qual a gente precisa encontrar uma saída, e uma saída, eu diria, organizada, uma saída que permita a gradualidade, que seja feita com a segurança necessária tanto para as finanças dos Estados quanto para a segurança jurídica dos contribuintes.

Por contraditório que possa parecer, mesmo com toda a desorganização causada pela guerra fiscal no âmbito do ICMS, o sistema de arrecadação do ICMS é extremamente eficiente. É o nosso imposto que representa, hoje, a maior arrecadação em nível nacional. Individualmente falando, de um tributo, esse é o tributo que mais arrecada no País. Ele é a sustentação dos Estados. Então, por isso, a saída precisa, de fato, ser feita de uma forma bastante organizada, para que não haja risco de se colocar os Estados numa situação financeira de dificuldade. Por isso, existem algumas premissas que precisam ser observadas. Já foi colocado aqui e eu reafirmo que não há como se pensar na reforma sem um mecanismo absolutamente seguro de compensação das perdas.

O Estado de Santa Catarina é um dos Estados que têm a expectativa de maior perda no processo de reforma. No entanto, ainda assim, entendemos que o ganho da reforma, em termos de ambiente negocial, de ambiente para investimento em todo o País, compensa e nos estimula a acreditar na necessidade de fazer a reforma. Mas não se pode pensar em fazer reforma sem um mecanismo seguro de compensação.

Eu diria que, quando nós olhamos para o nosso contribuinte, e vemos especialmente o contribuinte industrial, que produz e que compete tanto com mercadorias importadas quanto quando exporta com contribuintes localizados em outros países, diante do mecanismo do ICMS, ele se vê numa evidente desvantagem. Todos os países que adotaram o modelo semelhante ao nosso, de tributação indireta, que é o ICMS, evoluíram para um modelo de IVA. No mundo todo, esse movimento foi acontecendo gradualmente, e o Brasil ainda não conseguiu caminhar para isso.

Eu diria que esse passo de se por fim à guerra fiscal talvez seja o primeiro passo para que a gente possa, no futuro, evoluir para um IVA, para um imposto que tenha uma base mais alargada e que possibilite um ambiente melhor e mais igual em relação àquilo que se pratica nos países mais desenvolvidos. Essa é uma situação

que entendemos como extremamente necessária para que a gente coloque o nosso contribuinte, para que a gente coloque a nossa indústria na mesma condição de tributação de seus concorrentes lá de fora. Esse caminho precisa ser trilhado, é claro, com a máxima segurança. E neste momento ainda não se fala nesse passo, no passo para se ir a um IVA. No momento, o que precisamos realmente é de resgatar a segurança do investimento, e isso, que aqui se convenciona chamar de convalidação, nada mais é do que reconhecer, trazer para dentro da regularidade os benefícios concedidos que não observaram os preceitos constitucionais vigentes e permitir que, por algum tempo, esses mesmos benefícios possam ser dados para que se honre aquilo que já foi assumido pelos Estados como compromisso frente aos contribuintes que investiram e que estão se utilizando desse benefício.

Então, essa situação precisa ser considerada dessa forma. Precisamos resolver, olhar o passado, como o Manoel colocou, sem que aqui se pretenda julgá-lo. Não, pelo contrário. Vamos trazer isso para dentro da regularidade – é possível fazer isto – e, ao mesmo tempo, vamos dar a segurança para o futuro. Esse é um passo muito importante.

Da mesma forma, como colocado aqui também, Santa Catarina hoje é afetada por uma crise. A crise afeta a arrecadação, afeta as finanças públicas do Estado, e isso é uma preocupação a mais no momento de se falar em reforma. Nós estamos tratando uma reforma que, para o Estado de Santa Catarina, representa uma perda, e uma perda significativa. Portanto,há que se avaliar inclusive se este é exatamente o momento. Nós precisamos ter, no mínimo, toda a segurança de que haverá compensação, de que situações... Porque uma parte da reforma traz uma incerteza.

Toda modificação na forma de tributação – e aqui eu falo especificamente na forma de tributação das operações interestaduais – vai trazer uma reação natural, uma nova acomodação dos contribuintes em relação às suas operações. Naturalmente, havendo uma diferença em tributação interna interestadual, os contribuintes vão buscar acomodar a sua situação de forma, sempre legítima, a pagar o mínimo dentro daquilo que a lei lhes permite, e esse é um movimento legítimo. Por isso, há um aspecto da reforma que gera uma insegurança sobre qual vai ser o comportamento dos contribuintes. Numa operação interna, ele vai comprar matéria prima a 17% ou 18% e, numa operação interestadual, ele vai comprar, no final desse prazo de redução das alíquotas, a 4% de tributação. Como isso vai se acomodar?

Esse é um aspecto importante que nos preocupa. Por isso, a gente entende que a compensação precisa ser plena, e nós precisamos ter um mecanismo que enxergue essa mudança lá na frente, não apenas olhando para trás, mas também olhando os efeitos que virão em decorrência dessa modificação. A mudança para o destino fatalmente vai trazer essa consequência.

Então, nesse aspecto, sintetizando a função do Estado Santa Catarina, quero dizer que o Estado Santa Catarina é favorável, que o Estado de Santa Catarina entende como absolutamente necessária a compensação e coloca esse questionamento em relação ao momento já que tantos os Estados quanto a União passam por um momento de dificuldade financeira e isso pode, sim, comprometer esse movimento, uma vez que o movimento trará alguma perda e, exatamente pela dificuldade de se mensurar o tamanho dessa perda ou a dimensão dela, um grau de insegurança.

Muito obrigado.

Agradeço pelo convite para a participação.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Sr. Carlos Molim, que representa o Secretário de Fazenda de Santa Catarina e sintetiza a sua fala com as preocupações de todos falando da questão da justa compensação e da tempestividade do projeto, sobre se é este momento oportuno, diante da crise e da situação econômica do País, para discutirmos esse projeto.

Temos mais dois convidados. Passo a palavra, portanto, imediatamente, para suas considerações, pelo tempo de dez minutos, para o Sr. José Alves Filho, Presidente da Adial Brasil, a Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável.

Digo, ainda, àqueles que estão assistindo a esta reunião e àqueles que, pelo *site*, poderão fazer as suas considerações e perguntas que nós estamos aqui junto com os Senadores Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Relator, Elmano Férrer, representante desta Comissão, Dalirio Beber, Senador por Santa Catarina, e José Medeiros, de Mato Grosso.

Com a palavra, neste momento, o representante da Adial, Presidente José Alves Filho.

O SR. JOSÉ ALVES FILHO – Muito bom dia!

Cumprimentamos a Presidente da Mesa, Senadora Simone Tebet, o Senador Ronaldo Caiado, o Senador Wellington Fagundes e, na pessoa deles, os demais Senadores, assim como a Secretária Ana Paula, do Espírito Santo, o Manoel Procópio, de Minas Gerais, o Carlos Roberto, de Santa Catarina, o Carlos Mauro, da Confaz.

Queremos também registrar aqui a presença de vários trabalhadores de várias centrais sindicais do Centro-Oeste, que vêm pedir aos Senadores que meditem fortemente sobre essas posições de reforma do ICMS, que vão culminar, se terminarem com os incentivos fiscais, com a demissão de milhares de trabalhadores. Eles estão aqui exatamente para expor o ponto de vista deles para vocês pessoalmente.

É sabido que o ICMS é a principal fonte entre as receitas dos Estados. Ele é, maliciosamente, citado como o imposto que, individualmente, responde pelo maior valor absoluto entre os componentes da carga tributária, mas também é sabido que o mais voraz arrecadador é o Governo Federal, que prega a redução do imposto estadual enquanto, contraditoriamente, trava mais uma batalha pelo aumento dos impostos federais.

A carga tributária no Brasil é muito alta, e o ICMS não é o vilão desse episódio. Tanto que 65% da arrecadação nacional são da União e que os Estados ficam com apenas 25% e os Municípios ficam com apenas 10%.

Desde o início da década de 90, o tema reforma tributária é conduzido pelo Governo Federal tendo como foco principal a reforma do ICMS, sob a argumentação de que é preciso acabar com a chamada guerra fiscal. Nós da Adial Brasil discordamos dos que qualificam o ICMS como um modelo inadequado, pois entendemos que existem vários predicados a favor do atual formato desse imposto.

Ele nasceu na década de 60 com o nome de ICM, tendo, possivelmente, evoluído para ICMS. Não é um imposto cumulativo e, certamente, não é também o responsável pela altíssima e continuadamente crescente carga tributária no Brasil.

O ICMS tem na indústria uma fonte importante para compor o conjunto de arrecadação dos Estados, mas outras bases têm também grande representatividade nessa composição, como a energia elétrica, o combustível, a telefonia, o comércio e os serviços.

Cabe colocar que em vários Estados já existem tratamentos diferenciados para as pessoas de baixa renda, reduzindo a incidência do ICMS sobre a energia elétrica, a cesta básica e as microempresas, o que evidencia que o ICMS não é um imposto que penaliza as pessoas de baixa renda.

O fato de o ICMS ser um modelo tributário existente apenas no Brasil e de tributar as transações interestaduais não justifica em fazê-lo mais uma vítima da autofagia por parte daqueles que não valorizam nossas próprias invenções. Fala-se muito no IVA, praticado em outros países, sendo um imposto publicitariamente mais famoso do que o ICMS pelo fato de ser um modelo de outros países, e não uma criação idealizada no Brasil.

Nós somos da opinião de que a carga tributária do Brasil não cairá por adotarmos um substituto do ICMS, mesmo porque a proposta de reforma tributária, que promete e prega a redução da carga tributária, é uma grande enganação nacional.

Não haverá redução da carga tributária sem, primeiro, promovemos a redução dos custos e das despesas da organização e da estrutura pública do Brasil, através de uma ampla reforma administrativa e reforma fiscal. Não tem sustentação pregarem primeiro a redução da receita via redução dos impostos para, depois, realizarem a redução das despesas públicas no nosso País. A conta não fechará e, por não fechar, se autoanulará.

Perguntamos: é tão difícil enxergar essa realidade?

Nós da Adial Brasil vimos alertando a evidência dessa equação desde dos tempos de Mussa Demes, Germano Rigotto, Virgílio Guimarães, Sandro Mabel, e demais Parlamentares que lideraram a reforma tributária no Brasil.

O que aconteceu de 1990 até hoje foi o crescimento insaciável das despesas e dos impostos, principalmente os impostos federais. É manchete nos jornais que gastos do Governo cresceram duas vezes mais rápido que o PIB do Brasil nos últimos 17 anos. Enquanto o PIB cresceu cinco vezes, os gastos públicos cresceram dez vezes nesse mesmo período.

Quantos bilhões de reais gastarão os Estados? Quantos bilhões de reais gastarão as empresas da indústria, do comércio e de serviços para customizar um novo sistema tributário, nesse caso o IVA?

A Receita Federal, que tanto insiste nessa tese, fez essas contas. A CNI fez essas contas. Temos a convicção de que é muito mais barato simplificar a burocracia fiscal e a guerra instalada através da situação tributária do que forçar a implantação de outro modelo de arrecadação.

Sabemos que o consumidor terá que pagar a mesma carga tributária, não importa o nome dos impostos, pois o que efetivamente pesa é o tamanho da fome de arrecadar, principalmente a fome do Governo Federal.

Estive pessoalmente com ex-Secretário de Fazenda de São Paulo, Sr. Mauro Ricardo, por solicitação do então Secretário de Estado Afif Domingos e a pedido também do Governador do Estado São Paulo para ouvir dele exatamente esse recado, ou seja, recomendando não trocar o ICMS pelo IVA.

Vamos falar agora do ICMS no desenvolvimento regional.

Os governadores vêm, sabidamente, utilizando o modelo tributário estadual do ICMS para autopromover o desenvolvimento regional, sem, contudo, transferir o peso das concessões de incentivos fiscais para os consumidores, através da prática de alíquotas de ICMS ainda mais altas.

O que se constata é que praticam alíquotas de ICMS muito próximas entre os diferentes Estados, tanto entre os que adotaram a concessão dos incentivos fiscais, quanto entre os Estados que são contrários às referidas concessões.

Já no início da década de 80, alguns Estados perceberam a importância de fazer crescer, de forma significativa, a participação do setor industrial na composição da plataforma dos agentes que ditam a dinâmica da economia do Estado. Os governadores perceberam que as indústrias cumprem o papel de gerar empregos estáveis, contínuos e com remuneração média muito melhor do que os outros segmentos da plataforma econômica. Essa máxima é reconhecida e pregada internacionalmente.

As indústrias passaram a ser atraídas pelos governos estaduais com a proposta e visão de se instalarem nos respectivos Municípios através da oferta de condições tributárias que dão aos seus preços de venda competitividade, permitindo que a produção de grandes volumes possa ser exportada para os principais mercados consumidores do Brasil, como disse aqui a Secretária do Espírito Santo.

As condições tributárias que deram e dão competitividade aos preços de venda são os incentivos fiscais do ICMS, os quais permitem reduzir os preços efetivando grandes volumes de vendas para outros Estados, ao mesmo tempo em que acrescentam grandes somas de arrecadação aos cofres dos Estados e Municípios de origem, gerando também milhões de empregos formais para os trabalhadores dos Estados concedentes.

É evidente que incentivos fiscais de ICMS contribuem para a redução dos preços ao consumidor e, consequentemente, são saudáveis agentes da redução da inflação nacional. É fácil constatar que os preços dos produtos inseridos nos programas de incentivos fiscais de ICMS estão com seus valores nominais bem menores do que estariam caso não existissem incentivos fiscais do ICMS. Este é um ponto muito importante, Srs. Senadores.

Outro predicado de incentivos fiscais do ICMS é não provocar *dumping* de preços. Desconhecemos a existência de empresas falindo em função de concorrência promovida pela competitividade de incentivos fiscais do ICMS. Os incentivos fiscais do ICMS vêm gerando um importante e saudável movimento de industrialização com foco na exportação para outras regiões. Esse predicado é extremamente importante para a cultura industrial do Brasil.

Essas exportações para outras regiões...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ALVES FILHO – ... estão promovendo...

Posso continuar?

Elas estão promovendo divisas adicionais para os Estados de origem, sendo tão importantes quanto a geração de emprego digno para os trabalhadores.

As exportações entre Estados são tributadas por alíquotas interestaduais de 12% ou 7%. Essas alíquotas não devem ser vistas apenas pelo prisma do crédito que se transfere aos compradores do Estados de destino, mas também, e principalmente, pela arrecadação que elas geram, para os Estados de origem, hoje em muito saudável trajetória ascendente de desenvolvimento regional.

Ao propor reduzir as alíquotas interestaduais para impedir a competição entre os Estados produtores e os Estados compradores, estarão matando uma arquitetura econômica e tributária que está, pragmaticamente, alavancando o desenvolvimento regional sustentável, aumentando a arrecadação de ICMS dos Estados concedentes acima do crescimento do PIB – vocês podem constatar isto nas estatísticas –, gerando empregos e melhores salários para os trabalhadores dessas regiões, gerando maiores recursos financeiros para pagar as despesas públicas com saúde, educação, segurança, transporte e infraestrutura das regiões, fazendo crescer o PIB nominal de forma muito mais rápida e consistente e modelando a cultura da produção industrial em grandes escalas para exportar para outras regiões, o que é grandioso para a indústria nacional e para o nosso País e gera o que chamamos de paz social.

O ICMS não precisa ser extinto para atender ao que as empresas industriais e comerciais solicitam do Governo Federal. Cabe, sim, simplificar a burocracia fiscal e coibir a insaciável ganância pública por arrecadar mais e mais criando mecanismos, como a substituição tributária, tal como o PIS e Cofins, que sobrecarregam a indústria com o ônus de ser o agente arrecadador, sacrificando-se o capital de giro, aumentando o risco de inviabilizar o consumo de vários produtos pela obsessão de tributar o varejo sem observar que poderá matar o consumo de vários produtos, e utilizando a substituição tributária também para barrar as vendas dentro dos Estados em uma guerra fiscal que nada tem a ver com a concessão de incentivos fiscais de ICMS.

Essa é a guerra fiscal que deveria ser apaziguada: fatos e injustiças que as entidades que nos representam não conseguem reverter e que não entram na pauta do Governo Federal e do Confaz.

Reduzir as alíquotas interestaduais seria matar a condição de manter a boa competição mercantil entre os Estados, seria reduzir o tamanho do mercado dos Estados brasileiros dos atuais e amplos 200 milhões de

consumidores para o restrito mercado interno dos Estados de um milhão, dois milhões, seis milhões ou dez milhões de consumidores. Isso seria um erro, que a história criticaria duramente.

Além disso, caso o Estado limitasse o mercado consumidor ao tamanho da sua própria população, as vendas da indústria se reduziriam drasticamente.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ALVES FILHO – As indústrias fechariam suas portas nesses Estados emergentes e se movimentariam para plantas dentro do Estado de São Paulo e proximidades.

Acontecendo esse movimento, milhões de trabalhadores serão demitidos nos Estados emergentes, sepultando todas as suas conquistas sociais e de remuneração. Srs. Senadores, isso é muito grave! E tenho certeza de que eles nunca se esquecerão dos nomes dos Deputados Federais, dos Senadores, dos Ministros e do Presidente da República que destruíram seus presentes e futuros. Isto é extremamente sério.

A cidade de Macaé vive hoje o declínio pela forte reversão da atividade econômica da Petrobras. A cidade de Minas Gerais vive em igual decadência em função da reversão econômica do mercado de minérios. A indústria e o comércio de todo o Brasil sofrem tremendamente com a acentuada redução da atividade econômica.

A cidade de Detroit, na América do Norte, também é um exemplo vivo e muito atual do que aconteceu e acontece quando as indústrias de uma região perdem competitividade, perdem faturamento e se transferem para outras regiões. Detroit virou uma cidade fantasma e seus trabalhadores viraram mendigos.

É isso o que a reforma do ICMS conseguirá com essa trajetória suicida de reduzir as alíquotas interestaduais. Será uma overdose sobre vários Estados, enfraquecendo suas economias, reduzindo drasticamente as exportações dos Estados emergentes com seus 200 milhões de consumidores, causando desemprego e desgraça para os trabalhadores e todos os demais setores da economia desses Estados emergentes.

Ao analisar somente a proposta de redução da alíquota interestadual de 12% para 7%, constata-se que reduzirá para a indústria incentivada a expressiva fatia de 42% do valor de incentivos fiscais captados, o que remeterá a um aumento obrigatório do preço de venda de 10%.

Com esse nível de aumento de preços, a competitividade acabará, as vendas cairão e a indústria fechará a atual planta, que se transferirá para o eixo São Paulo/Sul – disto eu tenho certeza – e o Estado de origem perderá, em um primeiro momento, 42% da arrecadação.

Alguns secretários de Fazenda estaduais poderão entender que ganharão maior arrecadação devido ao aumento da carga tributária sobre a população, sobre o consumidor de todos os seus Estados no Brasil. Entretanto, em um momento futuro, o Estado perderá mais de 70% das arrecadações nas transações interestaduais, principalmente porque perderá mais de 190 milhões de potenciais consumidores. Em um momento futuro, essa realidade será um grande pesadelo.

Os fundos de compensação não resolverão os problemas decorrentes da redução das alíquotas interestaduais, primeiro, porque a União não tem dinheiro para bancar fundos, muito menos esses, e, segundo, porque os fundos não crescerão nas mesmas proporções do crescimento das vendas.

Os fundos não atenderão às perdas da arrecadação dos Estados emergentes quando as indústrias iniciarem suas retiradas rumo ao eixo São Paulo/Sul. A arrecadação dos Estados emergentes afundará, tal como está afundando arrecadação do Governo Federal, após travar a economia nacional com a imposição dessa restrição que hoje vivenciamos.

Contar com a continuidade e com o crescimento da arrecadação através das transações será investir no fracasso. O atual modelo de incentivos fiscais de ICMS do próprio tributo do ICMS e ambos dos programas regionais dos Estados emergentes são os principais responsáveis pelo crescimento socioeconômico de cidades como Sobral, no Ceará, Catalão, em Goiás, e de muitas cidades do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Pernambuco, da Bahia, de Sergipe e do Espírito Santo.

Falarmos sobre o modelo estar exaurido porque, na prática, esse modelo de incentivos fiscais não tem merecido, por parte do Congresso, um esforço para reorganizá-lo.

Nós, através do PLS nº 40, que foi apresentado pelo ex-Senador Gim Argello e que também foi trabalhado pelo ex-Senador Marconi Perillo, temos uma proposta de reorganização das práticas de incentivos fiscais no País que, se bem trabalhada, vai assegurar para os Estados uma competição saudável e permitir que os Estados emergentes continuem na trajetória que hoje estão trabalhando, sem esse trauma todo que se propõe na reforma do ICMS.

Temos aqui vários trabalhadores para mostrar que não só os Estados emergentes, mas, principalmente, também os trabalhadores serão os que mais sofrerão com essas propostas e perderão seus empregos.

Nós temos estudos que demonstram que mais de dois milhões de trabalhadores do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste serão demitidos se as alíquotas interestaduais forem reduzidas de 12% para 7% e de 7%

para 4%. Ou seja, é um ônus extremamente caro para o trabalhador brasileiro e uma coisa extremamente séria a ser considerada por esta Casa nas suas decisões.

Repito: vocês não precisam mudar a estrutura do ICMS. Vocês deveriam considerar reorganizar as práticas, ao invés de dizer que ela está exaurida, que não há modelo. Ou seja, falando algo que se fala muito no interior do Brasil, para se matar os carrapatos não é preciso matar a vaca. Nós estamos querendo acabar com a vaca por causa dos carrapatos. Ou seja, se há problema de competitividade, de concessão, vamos reorganizar a prática.

Os governadores que as idealizaram são pessoas extremamente bem intencionadas. Nós tivemos a oportunidade de visitar, há dois anos, 14 governadores de vários destes Estados aqui presentes e percebemos que os governadores são bastante favoráveis a uma reorganização das práticas de incentivos fiscais, ao invés de simplesmente enterrá-los.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós agradecemos ao Sr. José Alves Filho.

Informo aos demais convidados que nós demos um tempinho um pouco maior para o Presidente da Adial, porque o Sr. Herculano abriu mão da sua fala para que o Presidente pudesse ter um pouco mais de tempo. É só para justificar e procurar ser o mais equânime possível aqui, nesta audiência.

Passo a palavra, sem mais delongas, ao Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, representante dos secretários estaduais de Fazenda do Confaz, também pelo tempo de dez minutos. Depois, abriremos a palavra aos Srs. Senadores. Lembro que, pelo Regimento Interno, pela ordem de inscrição, primeiro fará suas considerações o Relator do projeto, Senador Wellington Fagundes, e em seguida falará o autor do requerimento, Senador Ronaldo Caiado. Posteriormente, qualquer Senador que quiser usar a palavra, por favor, poderá fazê-lo. É só se manifestar. Já estão abertas as inscrições.

Com a palavra o Sr. Carlos Benevides Filho.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Exma Srª Senadora Simone Tebet, na pessoa de quem quero saudar todos os Senadores aqui presentes: Senador Ronaldo Caiado, Senador Wellington Fagundes, Senador Elmano Férrer, Senador Dalirio Beber e Senador José Medeiros, que também prestigia a reunião desta Comissão. Quero cumprimentar meus colegas, secretários e secretárias de Estado, que compõem um colegiado tão importante, que é o Conselho Nacional de Política Fazendária.

Estou aqui apresentando o Coordenador do Confaz, o Secretário André Horta. Sou o Prof. Mauro Benevides Filho. Estou no exercício do meu terceiro mandato de Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Portanto, vou procurar relatar um pouco da minha compreensão acadêmica e, obviamente, da minha experiência prática, Srª Senadora, sobre o que percebo em relação a essa questão dos incentivos fiscais, sobre o papel que o Senado, que o Congresso brasileiro deve exercer na definição dessas novas tarefas.

Ouvi atentamente a exposição dos nossos companheiros, mas, até para criar um pouco mais de polêmica no raciocínio, Senador Wellington Fagundes, Relator de todo esse processo, vou procurar mostrar a nossa compreensão do que pensamos sobre isso.

Hoje, 72% do Produto Interno Bruto do Brasil estão concentrados no sul e no sudeste brasileiros. Isso tem uma razão econômica, como os incentivos que foram dados àquelas regiões. Então, há, no Brasil, inequivocamente, uma concentração da riqueza brasileira, da indústria brasileira. Cabe ao Governo Federal, pela Constituição brasileira, tratar essa tarefa para promover essa desconcentração. Essa é uma prerrogativa constitucional da Constituinte de 1988. Infelizmente, ao longo desses anos, essa tarefa não foi totalmente realizada.

O que aconteceu? Os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, sobretudo, buscaram compensações que pudessem promover essa desconcentração a que estou me referindo neste exato momento. E a razão é muito simples, tecnicamente muito simples.

Nós sabemos que nas regiões brasileiras existem níveis de desenvolvimento heterogêneos. Elas são desenvolvidas de maneira diferenciada, seja no seu PIB *per capita,* seja na qualidade da mão de obra, seja na infraestrutura. Então, o que acontece? Na ausência de uma política federal, os Estados brasileiros lançaram mão do ICMS, como uma tentativa, que, no Brasil, se convencionou chamar de guerra fiscal – eu já vou explicar o que é a guerra fiscal, para que todos nós, hoje, possamos compreender, na sua extensão, o que isso significa tecnicamente. Mas, no Sul e no Sudeste, há toda uma infraestrutura consolidada. Então, é natural que as empresas se dirigiam para lá – não há nada de errado nisso. Elas estão lá porque existe uma maior proximidade dos mercados fornecedores, ou seja, os insumos estão no Sul e no Sudeste. Há uma maior proximidade dos consumidores de alta renda, ou seja, o maior potencial de consumo desses produtos também está no Sul e no Sudeste. Nessas duas regiões, Srs. Senadores, Srª Presidenta, concentram-se os centros de inovação tecnológica. Então, é natural que essa convergência aconteça lá também. E, obviamente, o empresariado brasileiro demanda uma mão de obra cada vez mais qualificada. Consequentemente, lá também estão inseridas aquelas pessoas que conseguem ter um maior nível de qualificação.

Portanto, o que os Estados fizeram? Qual foi a tentativa? Desconcentrar essa concentração industrial e econômica, integrar as cadeias locais, as cadeias produtivas locais, gerar mais empregos nessas regiões, sobretudo nessas três regiões, qualificar, atualizar a qualidade da mão de obra do trabalhador dessas regiões. Ao se fazer isso, é possível agregar a criação, a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação desse processo produtivo. E não precisa... Eu discuto muito isto com meus alunos do doutorado em Economia na Universidade Federal do Ceará: é inevitável que os salários pagos a esse trabalhador, em função dessa inovação tecnológica, sejam elevados. É disso que nós precisamos também nessas três regiões.

Bom, o que é guerra fiscal? Antes de entrar nesse eslaide – são só nove eslaides, Senadora; portanto, não vamos tomar muito tempo –, pergunto o que é guerra fiscal. O que a imprensa brasileira cunhou sobre guerra fiscal? Basicamente, é o seguinte: quando uma indústria sai de São Paulo e vai para o meu querido Estado do Ceará... Os insumos estão nas Regiões Sul e Sudeste. Então, para deslocar esse insumo para o Estado do Ceará, há um custo de logística, um custo de frete, que estará associado ao seu processo de produção. Além disso, quando se produz um bem, esse bem precisa ser deslocado para o grande mercado consumidor, que está no Sul e no Sudeste. Então, esse custo...

O que os Estados fizeram no ICMS? Eles fazem assim: quando uma mercadoria vai do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o Sul e Sudeste, ela vai com 12%. Então, o que os Estados fazem? Eles compensam, para dar igualdade de condições a quem está produzindo com aquele custo de produção. Eles tentam dar uma igualdade de condições no processo produtivo fazendo o que se convencionou chamar de incentivo fiscal. Isso é feito no mundo inteiro. Só no Brasil que isso ganhou a pecha de guerra fiscal. No país mais capitalista do mundo, ou seja, nos Estados Unidos, onde há, inclusive, o princípio do destino, que eu vou discutir aqui no final, o velho *warrant tax*, cada Estado define o seu. No Canadá – eu estive lá recentemente –, a mesma coisa. Cada Estado, em conformidade com seu potencial orçamentário, define qual é o incentivo a ser dado. Portanto, não há nada... Não sei por que, no Brasil... Isso, na realidade, é uma disputa política, que compreendo. Eu tive o privilégio de ver o meu pai presidir o Congresso Nacional e compreendo a extensão do que representa o papel desta Casa, do Congresso Nacional, que é fazer essa mediação. Eu compreendo muito bem isso, mas não há nada de errado nisso.

A ausência da política de desenvolvimento regional forçou os Estados a, pelo menos, igualar as condições da seguinte maneira: a mercadoria vai com 12% para o Sul e o Sudeste. Se não houvesse incentivo, ela iria com 12% total, e os Estados do Sul e do Sudeste receberiam com 12%. O que eu faço? Qual é o custo de estar no Ceará? "Meu custo é de 4% desses 12%." Então, eu retiro aqueles 4% do meu orçamento e faço a consignação no orçamento e o quantifico. Não é nada licencioso, nada gracioso. Ele é tecnicamente medido para que se compense. Então, ele manda com 12%, mas, obviamente, ele só está pagando 8%, para poder ter, repito, igualdade de condições para poder produzir.

A indústria automobilística não sairia de São Paulo para a Bahia se não houvesse incentivo. Não precisa ser doutor em economia para compreender isso. A Fiat, que acaba de ser inaugurada em Pernambuco, não iria para lá se não houve incentivo, por uma razão muito simples: os insumos estão no Sul e no Sudeste, e o grande mercado consumidor do que ela produzir ela vai devolver para o Sul e o Sudeste. Portanto, não há dificuldade de compreender exatamente o que nós fazemos. Eu acho que quem diz que os Estados que estão recebendo estão bancando esse custo não entendeu o processo. Quem banca é o Estado de origem, que retira do orçamento o dinheiro que deveria receber para poder processar essa igualdade de condições. Repito; isto é feito no mundo inteiro. Não há nenhuma diferença para o que é feito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – O Presidente José Filho está me corrigindo dizendo que até a China está fazendo isso.

Portanto, precisamos ter essa compreensão.

Segundo ponto. Eu estava na última reunião do Confaz, em Goiás, e uma determinada jornalista preeminente de um jornal brasileiro de grande circulação me perguntou: "Mas, Secretário Benevides, o senhor é contra a redução da alíquota do ICMS?" Eu disse: "Acho que eu não compreendi a sua pergunta. Não há redução de alíquota de ICMS. O povo brasileiro, em absolutamente nada, terá redução de alíquota de ICMS. O que está sendo alterado é, exclusivamente, a maneira como os Estados..."

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – "... vão repartir o ICMS. É a alíquota interestadual de ICMS."

Aonde vou, nos meus seminários nacionais e internacionais, as pessoas, às vezes, não entendem que não há alteração da alíquota de ICMS no Brasil. O que se está fazendo, exclusivamente, é diminuir o poder dos

Estados dessas três regiões de conceder os seus incentivos e criar oportunidades, igualdade de oportunidades, para, efetivamente, esse incentivo, essa indústria poder se realocar no processo de alocação brasileira.

Terceiro eslaide.

Para isso, é necessária a criação de um fundo constitucional, até porque, para fazer isso, precisamos, pelo menos, ter alguma compensação, que é a questão da criação de um fundo de desenvolvimento regional que possa, pelo menos, dar tranquilidade aos Estados que hoje estão conseguindo fazer isso.

Também é preciso uniformizar, em todo o Território nacional, esses benefícios: região tal, menos desenvolvida, teria esse tratamento; as mais desenvolvidas, outro tratamento, e assim por diante.

Não podemos falar somente em incentivo dos Estados brasileiros. Nós temos que falar de incentivos relativos a tributos federais. A teoria da alocação industrial, em qualquer parte do mundo, diz que, quando se deseja estimular uma determinada região, o governo central... No Brasil, o Imposto de Renda da pessoa jurídica na Região Sul é de 15%, na Nordeste, de 6%, e na Norte, de 4%. Essa vai ser uma decisão da empresa na sua composição de custo.

As agências de desenvolvimento... Lá é preciso pedir favor. Analisa projeto. Libera ou não libera projeto. Isso tem que ser uma coisa transparente. O Governo tem que definir isso por lei. O Congresso Nacional, no exercício do seu papel, tem que fazer a diferenciação sobre se é do seu interesse promover a tal da desconcentração econômica brasileira.

Convalidação dos benefícios. Ora, dizem que o problema do investimento é porque há guerra fiscal. Isso não procede. A razão do não investimento é porque há uma instabilidade em proceder a essa convalidação. O empresário não quer saber se é de 12% e está sendo reduzido para 7% ou se é de 7% e está sendo reduzido para 4%, o que ele quer é ter segurança. Agora, o que estão dizendo é o seguinte: nós só convalidamos se diminuírem o poder de dar incentivo fiscal. Aí é outra coisa. Aí é outra discussão. Nós não podemos misturar a insegurança de investimento com a questão de incentivo fiscal, no sentido econômico. O que há, na realidade, é essa insegurança jurídica, porque só querem dar a segurança jurídica se, efetivamente, diminuírem esse poder...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – ... de conceder incentivo fiscal.

Nós temos vários projetos tramitando no Senado.

Em relação à unanimidade... Ouvi a Senadora falando muito apropriadamente que se está fazendo uma redução do quórum do Confaz, o que eu também não compreendo. O Congresso Nacional processa todas as transformações da sociedade brasileira com três quintos. No entanto, inseriram, no projeto, além dos dois terços, outro quórum, de que ninguém fala. Há um quórum de que ninguém fala. Foi enxertado no projeto que cada região tem que ter, no mínimo, um terço. Ora, não precisa... Obviamente, eles estão no direito. O Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, tem todo o direito, mas há a tese de que isso vai ser inserido também por região. Aqui, no Senado, quando se vota emenda constitucional com três quintos, não tem que ter um terço da Região Sul. Isso não existe. Só vai existir aqui no Confaz, porque estão colocando lá. Aí é muito simples: no caso de uma região fechada, como é o caso da Sul, não vai adiantar nada mudar o quórum. Vai continuar impossível alcançar qualquer aprovação de qualquer incentivo fiscal que desconcentre a indústria brasileira. Portanto, eu pondero a respeito da análise dessas questões.

Segundo, eu ouvi o meu colega de Santa Catarina falar aqui que diminuiu a receita. Isto não procede. Basta analisar a receita de ICMS dos Estados. Eu trago aqui a situação de todos os Estados brasileiros, do meu Estado do Ceará.

No caso dos investimentos sobre receita corrente líquida do País, nós investimos um quarto da nossa receita. Então, essa história de que diminuiu receita não tem nenhuma sustentação numérica, acadêmica, técnica. É só a retórica de se dizer que houve repercussão. Pelo contrário, houve repercussão positiva no processo, porque o incentivo no Nordeste agrega receita; ele não diminui receita, como, convencionalmente... Aliás, já estive aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado exatamente tentando desmistificar esse raciocínio que normalmente se tem.

Mandei somar todos os Estados brasileiros para ver o total de investimento nominal. Eu fiz aqui como proporção da receita porque não posso me comparar com São Paulo ou com Minas Gerais, que têm economias, produtos internos brutos, Senadora, muito mais pujantes do que o do meu Estado do Ceará. Mas achei esse percentual de um quarto tão alto que resolvi somar a despesa de capital de todos os Estados brasileiros nos oito anos, que são os meus primeiros oito anos como Secretário de Estado da Fazenda e, agora, no meu terceiro termo.

O Ceará aparece lá como o quarto Estado, apesar de sermos o décimo primeiro em PIB. Portanto, há, na realidade, uma mudança de capacidade com essa política que está lá instalada. Aliás, resolvi fazer só de 2014, porque cheguei bem perto de Minas Gerais, que tem sete vezes...

Quem bom estar presente aqui o meu companheiro Manoel Procópio Júnior, que acompanha esse trabalho nosso lá no Confaz há muitos anos!

Portanto, em 2015 nós conseguimos ultrapassar Minas Gerais, o que é um negócio esdrúxulo, em função do tamanho que nós temos em relação aos demais Estados brasileiros. Temos uma dívida de somente de 42% da receita corrente líquida. Aproveito... Só um detalhe, Senadora: está na hora... Deixa eu ponderar com os Senadores. Os Municípios já têm limite de endividamento; os Estados já têm limite de endividamento; a União não tem! Eu sei que está sendo discutida, agora, no Senado Federal, uma proposta, inclusive do Senador Serra, com quem tenho conversado, que está fazendo um substitutivo... Está na hora de a União começar a pensar em limitar esse endividamento. Isso agrega confiança nos agentes econômicos, isso impacta o nível de taxa de juros do Brasil. O Brasil tem a maior taxa de juro real do mundo! Pagamos o maior volume de juros do mundo!

Então, é importante que essa matéria possa ser compreendida na sua extensão, assim como a relevância econômica, macroeconômica, que isso gera para a economia brasileira. E esses investimentos podem ter gerado aumento de endividamento.

Aí estão todos os Estados brasileiros: dívida consolidada líquida sobre receita corrente líquida. Nós estamos lá com 42%. As Resoluções nºs 40 e 43 do Senado... Nós podemos ir a duas vezes a receita líquida. Portanto, estamos bem adequados, com incentivos, com todo o volume de incentivo que nós fizemos ao longo dos anos. Não há que se falar em redução de receita, porque essa não é a tarefa que aconteceu no meu Estado, obviamente, com todo o zelo, com toda a segurança, com todo o critério.

Eu ouvi falar também aqui... Quero ponderar ao Manoel Procópio... Não sei se foi ele que falou. Somente alguns têm direito? Não pode ser assim! Isso é crime! Quando você dá incentivo para o setor calçadista, tem de ser para todas as 40, 50 ou 60 indústrias que têm direito. Você não pode estar discriminando, dando para uma e não dando para outra. Seria crime se isso efetivamente acontecesse. Isso não pode acontecer. Ele é um incentivo de caráter geral, conforme preconiza o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde está bem expresso.

Por último, para terminar, saio de 2006 e 2014, que é o nosso período, do Governador Cid Gomes, agora com o Governador Camilo, nós saímos de uma arrecadação própria – não estou falando de fundo de participação – de R$3,9 bilhões para R$10,1 bilhões. A inflação no período é de 55%. Nós aumentamos a receita em 157. Portanto, precisamos, para terminar, Srª Senadora, já agradecendo a sua compreensão, mas eu precisava me estender um pouco nos conceitos do que é a guerra fiscal brasileira e falar de como a imprensa e o Congresso Nacional interpretam essa questão, precisamos compreender isso aqui. É um impacto muito forte no processo de desconcentração, e que a indústria do Estado do Ceará...

Nós temos, hoje, o maior investimento privado de siderurgia do mundo: um investimento de US$7 bilhões, porque começará a funcionar agora, em abril de 2016, a Companhia Siderúrgica do Pecém, uma composição de duas indústrias coreanas e a Vale, aqui no Estado do Ceará, que vai permitir ao meu Estado, graças a esse incentivo... A indústria de base vai permitir chegar a indústria automobilística, chegar a indústria da linha branca, enfim, outras consequências que a siderurgia pode, efetivamente, gerar, em um processo de desenvolvimento econômico, aqui, no caso, de desenvolvimento regional.

Portanto, Srª Senadora, agradeço o espaço que me foi concedido, provocando, um pouco, aqui nas discussões, mas nos debates, com certeza, nós poderemos esclarecer ainda mais o nosso raciocínio.

Repito: apesar de estar representando o Secretário André, tenho uma posição pessoal, minha, de que o Confaz converge quase todo mundo para a aprovação do Convênio 70, porque há vinculação dos fundos. Lá, a convergência é para 7%, não para 4%, como se está presente aqui. Então, há certas diferenças entre o que está previsto no Convênio 70 e o que efetivamente está sendo discutido aqui, nesta Comissão.

Era só, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Agradeço ao Carlos Mauro Benevides Filho, que não sei se chamo de secretário ou de professor, pela aula dada aqui, Secretário de Fazenda do Ceará, que representando também aqui, como Vice-Presidente, o Confaz.

Antes de passar a palavra aos nossos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, eu gostaria que fosse esclarecido: ele está representando o Confaz ou não? Ele está como Secretário?

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Ele está representando o Confaz...

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO (*Fora do microfone.*) – O Confaz converge.. Nós temos somente dois secretários...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero saber da sua presença aqui.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO (*Fora do microfone*.) – Ah, sim! Estou representando o Confaz.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Representa o Confaz. Eu o apresentei, no início, como Presidente...

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO (*Fora do microfone*.) – Nós não temos unanimidade.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu o apresentei, no início, como Presidente do Confaz e não falei que ele é o Secretário de Fazenda do Ceará. Então, é por isso que eu estou fazendo, neste momento, a retificação.

Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Wellington Fagundes, eu preciso apenas esclarecer aqui, como fiz com os demais convidados, que, no caso do Presidente da Adial, ele colocou na mesa uma questão, que, nesta audiência pública, não havia sido tratada também, que acho importante colocar. Isso tem que estar constantemente no nosso vocabulário, como Senadores e homens públicos. Ele trouxe a preocupação em relação à questão do emprego ou, no caso, aqui, do desemprego que poderia estar ocorrendo ou que poderia ocorrer no futuro, para as futuras gerações, por se acabar com esses incentivos fiscais, ou seja, com a unificação das alíquotas de ICMS.

O professor, o representante do Confaz, como queiram, o Secretário de Fazenda Carlos Benevides Filho, além de tudo, acrescentou a questão de que, por dados inúmeros, não está havendo, por parte Estados que garantem incentivo fiscal, diminuição de receita. Ao contrário, pelo que passou aí, foram, talvez, esses incentivos – se já se exauriram os seus efeitos ou não é uma outra questão daqui para frente –, que, no passado, foram propulsores do desenvolvimento dos Estados menos desenvolvidos.

Pelo que nós vimos ali, do comparativo receita/despesa ou mesmo receita/PIB, com exceção do Rio de Janeiro, como mostrado numa das planilhas apresentadas, os primeiros Estados que tiveram, percentualmente, o maior aumento, proporcionalmente, de receita foram os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Agradecendo imensamente a exposição de todos, passo a palavra, neste momento, ao Relator Senador Wellington Fagundes dizendo que, em seguida, a palavra será a franqueada ao Senador Ronaldo Caiado.

Peço aos demais Senadores que queiram se pronunciar apenas que nos avisem, para que coloquemos na ordem de inscrição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora Simone, na pessoa de V. Exª, quero cumprimentar aqui todos os Senadores e todos os expositores e dizer que relatar uma matéria complexa como essa exige, acima de tudo, ouvir. É preciso ouvir os setores interessados. Mas acredito que nós dificilmente vamos conseguir votar esta matéria, e não quero submeter um relatório meu à votação simplesmente para ganhar ou perder voto. Eu acho que é importante que o Brasil ganhe na decisão.

Por isso, entendo que o Confaz tem um papel importante, inclusive para nos auxiliar a buscar uma decisão que seja consensual a decisão, porque não adianta a gente aqui, na Comissão, principalmente na Comissão, tomar uma decisão, de repente por pressão desse ou daquele setor, o relatório ser aprovado, ir para o plenário e criar outra guerra lá no plenário, ou, ao contrário, a gente aqui derrubar esse relatório, sendo que as posições aqui apresentam algumas divergências em termos daquilo que é bom na visão de cada um. Até agora, eu não consegui ouvir, assim, de forma consensual.

Por isso, eu insisti também, viu Senadora Simone?, que isso não deveria ir lá para a Comissão do avança Brasil, até porque lá são poucos Parlamentares que...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Permita-me, Senador.

Lembra, nós, por sugestão de V. Exª, e eu pedi que, por conta disso, esta Presidência deliberasse, que esta Comissão deliberasse, e nós deliberamos, por unanimidade, que esse projeto não vai sair daqui.

Em seguida, estive na comissão, faço parte como membro da Agenda Brasil, e comuniquei ao Presidente, Senador Otto Alencar, da Bahia, que é um Senador extremamente democrático e ele, como Presidente, e o Relator, Senador Blairo Maggi, do seu Estado, ambos confirmaram, nos tranquilizaram que este projeto não sairá da Comissão de Desenvolvimento Regional. Tivemos isso gravado, portanto, já é também pacificado na Comissão Agenda Brasil.

Agradeço a sua colocação porque me permite, inclusive, esclarecer que agora não temos pressa e podemos aprovar este projeto ou não no momento em que estiver maduro e não poderia estar em melhores mãos que do que nas mãos de V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Até porque, Senador Caiado, eu acho que a Agenda Brasil está substituindo o papel das comissões.

E as Comissões Permanentes existem exatamente para discutir com a sociedade, de forma bastante ampla. Pelo nosso rito, nem sempre a maioria dos projetos tramita só em uma comissão, normalmente tramita em duas, três comissões para ser terminativo, e a Comissão do avança Brasil é uma Comissão que decide de

forma terminativa. Pega um assunto com 18 Parlamentares e define aquilo, a meu ver, ignorando, inclusive, a própria Casa.

Eu estou, realmente, bastante surpreso com essa posição porque não é regimental, foi alguma coisa criada. Seleciona-se, então, agora vamos para lá e, de repente, pode, algum projeto polêmico como esse e outros, ser aprovado nesta Comissão e nem passar no plenário, a não ser que seja requisitado por um número, eu não sei aqui precisar o número Senadores, mas para ir para o plenário é um número relativamente grande.

Então, por isso eu fiquei também bastante surpreso quando, aqui, nesta Comissão, dois projetos que eu estava relatando, o projeto sobre os jogos de azar no Brasil... E aí se discute muito, vamos implantar? É importante implantar para a economia? Nós estamos tendo evasão de divisas com os jogos que estão aqui na nossa divisa? Nos navios que aqui encostam? Enfim, acho que é um tema relevante e que precisa de muita discussão. Fiquei surpreso como foi requisitado, de forma imperativa, que aquele projeto fosse para aquela comissão. E o Presidente se sentiu pressionado e mandou o projeto.

Eu acredito, inclusive, quero aqui repetir, se fosse o caso, cada projeto desse que fosse lá para o avança Brasil tinha que levar o relator junto, para aquele tipo de projeto, para aquele relatório que ele está relatando, mas não é o que está acontecendo. Lá, inclusive, é um Presidente com um Relator único, a quem eu não quero criticar, porque inclusive é o Senador Blairo Maggi, do meu Estado. Mas como é que vai um Relator único relatar todas as matérias, também acho isso de uma... fico surpreso com essa posição.

E um projeto...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Desculpa, Senador, apenas para colaborar. Eu não complementei a informação que tive lá da Comissão.

O Presidente, Senador Otto, também esclareceu que agora qualquer projeto que relator ou comissão entender que deva permanecer na Comissão Permanente deve apenas se manifestar que ele não vai sugerir nem insistir que o projeto chegue até aquela comissão. Então, também avançamos nesse sentido.

E, tranquilizando V. Exª, o Senador Blairo Maggi teve o cuidado de distribuir todas as relatorias dos projetos, dando, pelo menos, um projeto para cada relator. Então, eu acredito que ele deva ter relatado, até o momento, três projetos e os demais todos foram distribuídos, se não me engano, mais de 20 projetos foram distribuídos, um para cada membro da comissão.

Mas V. Exª tem absoluta razão, acredito que temos que rever esta questão, é uma Comissão Especial com quorum menor do que qualquer Comissão Permanente nesta Casa, são 18 membros, basta a presença ali e o voto favorável de 8 Senadores para qualquer projeto ser terminativo e ir direto para a Câmara dos Deputados, o que viola, frontalmente, as regras constitucionais.

Então, aqueles projetos mais polêmicos nós vamos precisar, realmente, rever e acredito que em uma reunião de Líderes, comandada pelo Senador Ronaldo Caiado, essa questão possa ser em breve resolvida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Que não tem previsão regimental, quero aqui voltar a insistir. Mas eu acredito que isso já seja um avanço. E espero que esse avanço tenha se dado exatamente em função da nossa provocação, da nossa discussão. Eu quis levar isso até ao plenário, mas na última reunião, inclusive, o Senador Caiado disse que iria se posicionar, como Líder, então, eu confio e acredito que isso já é uma evolução da resistência que a nossa Comissão fez aqui.

Eu sou da Base, então, não estou aqui para defender que a posição do Governo tenha que ser imperativa. Não, eu quero que qualquer projeto tenha que ter, realmente, uma discussão em que todos ganham, principalmente em uma situação como essa. Eu vi aqui posicionamentos, principalmente do Ceará, de forma bastante eloquente, como o seu pai o é, mais até porque estava com a força da juventude, mas sempre foi eloquente, o Mauro Benevides, um Parlamentar extremamente experiente, uma pessoa afável também.

Então, eu acredito que a gente percebe posições diferentes aqui. E, no meu relatório, quero atender... Eu já tive oportunidade, na Câmara, de relatar um projeto extremamente complexo, tanto quanto esse, que foi a questão da convergência, lá na Comissão de Ciência e Tecnologia. E era uma situação em que as empresas da área de comunicação não conversavam entre si, parecia impossível aprovar um projeto como aquele. E foi, depois de muita conversa, colocando as pessoas à mesa para conversar, que a gente conseguiu avançar e ter aprovado.

E eu acredito que isso aqui é a mesma situação. Não vamos tirar daqui algo que seja satisfatório, que seja bom, que seja evolutivo, se não for realmente através de uma situação consensual, porque não dá para uma questão como essa dizer que ganhou o Governo, perdeu o Governo. Quem vai ganhar ou vai perder é a sociedade, porque cada Estado tem as suas especificidades, tem os seus problemas e, inclusive, as regiões também as tem. A Região do Nordeste tem as suas peculiaridades. O Ceará, por exemplo, criou programas nos quais pode promover o desenvolvimento daquele Estado de forma bastante surpreendente, mas sempre os problemas interagem nas regiões.

Então, eu acredito que essas reuniões que já tiveram do Confaz com os governadores... Por exemplo, até agora nós não tivemos oportunidade de conversar com os governadores, e acredito que também nós não vamos avançar sem falar com eles, porque quem falou com os governadores foi o Ministro da Fazenda. É estranho, também, quando a gente ouve alguns posicionamentos, inclusive do Confaz, ouvirmos um Secretário de Estado falar diferente do que fala o próprio governador.

Então, eu acredito aqui que eu não vou nem me ater a perguntas, eu vou aqui mais, muito mais, colocar-me como Relator, pronto para ouvir. Que vocês nos tragam o subsídio para que, de forma consensual, junto com os nossos companheiros Parlamentares, cada um aqui, principalmente aqueles que representam as suas regiões e os seus Estados possam, verdadeiramente, debruçar-se conosco na construção.

O meu relatório já é público, está aí. O que é que a gente pode fazer? É corrigir alguma coisa dentro daquilo que foi entendido pela grande maioria. E eu digo grande maioria, porque não adianta ficar aqui na disputa de 51 contra 49.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Só para tentar ser mais preciso. A Secretária Ana Paula pode me corrigir. Desculpem-me, eu estou um pouco rouco.

O Confaz praticamente convergiu em relação ao Convênio nº 70. Talvez nós vamos ter o Paraná e mais outro Estado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Só o Paraná.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Mas aquele Convênio nº 70 tem especificidades que precisam ser mais bem discutidas. Qual é a fonte do Fundo de Desenvolvimento Regional? Precisamos discutir. Então, há uma convergência praticamente de todos nós. Agora eu acho que está faltando discutir as especificidades do que está expresso. Basicamente eu acho que é isso que precisávamos avançar nesse sentido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Ainda quero dizer que o que se questiona aqui são exatamente as compensações, como os Estados não perderão. Esse é o maior questionamento. Inclusive, há a angústia de alguns Parlamentares, liderados pela Senadora Simone.

Nós não podemos votar isso antes de votar a criação do fundo com fundo. Então, é a única forma, e o nosso relatório está muito claro. Esse fundo tem que ser constitucional e ele só terá validade após a aprovação do fundo constitucional. Então, é uma condicionante que nós colocamos, exatamente porque a discussão é essa principalmente. Então, a alíquota se vai ser quatro, cinco, seis ou sete...

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Daí o fundo vai ficando cada vez maior. Se for sete, é um determinado valor. Se for quatro, ele aumenta de valor. E não sei se a União aguenta, sobretudo neste momento de ajuste fiscal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, se ela vai ser quatro, cinco, seis ou sete, vai depender exatamente se esse fundo tem suporte, porque aquilo que nós estamos falando é da tributação interestadual, como foi colocado, é da circulação interestadual e não da circulação interna dos Estados.

Mas eu quero aqui também chamar a atenção de outro aspecto que o Secretário Mauro Benevides colocou. A obediência de uma legislação tem que ser una e igualitária para todos. Só que não é isso que acontece hoje na grande maioria dos Estados. Inclusive, no meu Estado, nós estamos vivendo isso agora. Temos lá uma CPI dos incentivos fiscais e com muitas denúncias de favorecimentos a quem estava na condição de permitir o incentivo, fazendo isso de forma muito discriminativa. E aí o que acontece? Sempre são alguns que levam vantagem nessas condições. Então, é outra preocupação que eu acredito que temos que discutir muito aqui também.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, nós temos que acabar com o BNDES.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Lá o Tesouro capta a 14,25. Remete para o BNDES emprestar a 6,5. Quem banca isso? Somos nós.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas eu estou falando do incentivo em si, de qual a empresa pode ter esse incentivo, porque isso é definido através dos conselhos estaduais também, para definir empresa A, B ou C. E não são todas as empresas daquele ramo. Por exemplo, no caso de uma fábrica de colchão, todas as fábricas de colchão terão no Estado do Ceará. No Estado do Ceará, todas as fábricas de colchão terão. Não é assim que acontece na realidade. Uma fábrica de colchão tem e outra não tem. Uma tem por 10 anos, outra tem por 25. Aí o argumento do Estado é: "Não, é porque designamos aquela região". E não é também assim que acontece na verdade.

Então, a decisão dos incentivos, nos Estados, tem sido de forma predatória, além disso discriminatória. Essa é a realidade do que acontece hoje. Pode ser que, no Ceará, não seja assim, mas existem várias situações que são assim no Brasil. E eu posso garantir pelo meu Estado.

Então, eu acredito que isso, principalmente o Confaz, em que hoje as decisões são por unanimidade, mas, apesar de ser por unanimidade, isso não está acontecendo também na hora da decisão dos incentivos... Então, é uma provocação que eu estou fazendo aqui, porque eu acredito que também temos que ver os impactos que estão correndo nos Estados mais diferentes possíveis.

E também não está clara a constitucionalidade dessa aplicação nos incentivos, na situação de hoje. Pelo menos, não é o que está acontecendo.

Então, eu gostaria de fazer principalmente essas provocações para que vocês pudessem também falar um pouco de que forma vocês pensam que essa manutenção do *status* que está hoje irá contribuir ou se temos alguma amarra, algum outro mecanismo na evolução. Vamos dizer, se aprovarmos o Projeto de Resolução nº 1, o que podemos agregar a mais de segurança para que a guerra de que se fala tanto deixe de existir, inclusive nesses aspectos que aqui estou colocando.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Se me permitir, é de praxe, só há três oradores inscritos, que são os três Senadores que estão aqui. Falou agora o Relator, com as suas considerações. Nós agradecemos o Senador Wellington.

Vamos passar a palavra ao Senador Ronaldo Caiado. Em seguida, ao Senador Dalirio Beber e depois às considerações da Mesa, porque assim nós agilizamos o debate, mas eu gostaria de pedir gentilmente o cavalheirismo do Senador Ronaldo Caiado. A Secretária Ana, do Espírito Santo, precisa pegar um voo. Ela já teria que ter se ausentado. Existe uma única pergunta de um internauta e é diretamente a ela. Então, ela vai ser também breve nas suas colocações.

Eu passo, com a aquiescência do Senador Ronaldo Caiado, a palavra à Drª Ana. A pergunta do internauta Fabrício Moraes – acredito que seja do seu Estado, o Espírito Santo – é em relação a essa questão e ele faz o seguinte comentário:

"A Drª Ana fala de tributos sobre as exportações, mas, no mundo todo, há um consenso de que não existe uma justificativa plausível para tributar exportações. Não se exporta imposto. É um desestímulo ao setor privado brasileiro que está em grandes dificuldades também com a crise atual."

Se V. Sª quiser fazer alguma consideração a respeito do questionamento.

A SRª ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – Primeiro, quero dizer ao Fabrício que é o contrário. O que eu estou defendendo aqui é o seguinte: nós temos um convênio dentro do Confaz, que começou a ser discutido há mais de quatro anos. Ele tem uma discussão bastante acumulada. E o que nós percebemos é que alguns temas escaparam a essa discussão e hoje acho que precisamos reabrir esse espaço, tendo em vista a própria necessidade de ainda aguardarmos a votação sobre a proposta de emenda à Constituição da repatriação de recursos, a montagem dos fundos de compensação. Acho que ganhamos tempo para ampliar essa discussão e aperfeiçoar alguns pontos do Convênio nº 70, que eu acho que nós podemos aperfeiçoar.

A resposta objetiva para o Fabrício é que a minha defesa é no sentido de buscar a compensação plena dos créditos à exportação. É o contrário. É desonerarmos plenamente a exportação no Brasil, que é imune. Então, pelo menos no ICMS, que é o tributo que está sendo discutido, que consigamos fazer a suspensão desse imposto interestadual, que é objeto do Convênio nº 70, a tributação interestadual, que consigamos fazer valer a Constituição, que dá direito as exportações à imunidade.

Então, hoje a realidade que nós temos no Brasil é completamente diferente. Hoje há um desincentivo para as empresas acolherem empresas exportadoras, porque eles acabam recebendo créditos que foram constituídos em outros Estados. Outros Estados recolheram esse tributo. Esses créditos são trazidos para o Estado que vai exportar e nem sempre os Estados têm condições de compensar esses créditos. Eles não arrecadaram esse recurso.

Então, é um problema federativo da maior gravidade, porque isso retira competitividade das nossas empresas exportadoras e, de fato, isso não foi um tema levado à discussão do Convênio nº 70, embora reduza a acumulação de crédito, se a alíquota interestadual reduzir para 4%. Mas, ora, convenhamos, a exportação é imune, ela não pode ser tributada em 4%. Não podemos aceitar isso e achar que isso é um ganho.

Então, nós precisamos realmente avançar não só nesse ponto, mas em outros pontos que o Convênio nº 70 não abordou. E eu faço, de novo, uma consideração que eu fiz, no início da minha fala: nós tivemos uma renovação de 50% no Confaz. Então, não é possível que essa discussão toda acumulada não possa receber novas proposituras, não possa receber novas considerações. Eu acho que temos tempo para reabrir essa discussão e torná-la mais sólida, principalmente tendo em vista a deterioração muito rápida da situação econômica do Brasil.

Talvez tenhamos que reduzir a ambição da reforma. Reduzindo a ambição da reforma, a gente consiga, talvez, suportá-la.

Só também atendendo à provocação do nosso Relator, nós temos aqui talvez um grande desafio do Confaz. Falo de uma forma bastante tranquila, porque isso também me diz respeito. Estamos falando de regular

incentivos, estamos falando de uma parte dos secretários que acreditam na importância dos incentivos e de uma outra parte que diz que os incentivos foram longe demais e que isso tem deteriorado a capacidade de arrecadação do ICMS. Temos o setor produtivo que paga a conta de uma instabilidade, uma insegurança jurídica e se preocupa realmente com um aumento possível na carga tributária muito repentina, caso tenhamos a perda desses incentivos.

Quer dizer, o que estamos falando? De uma incerteza, uma insegurança muito grande, que está prevalecendo. Eu acho que, talvez o Confaz pudesse começar a discutir internamente a questão dos incentivos. Tudo bem, temos a questão da convalidação, que extremamente importante, mas por que nós não começamos a discutir esses incentivos para frente? Como regular? Como chegar a um bom termo do que seria um espaço razoável para a concessão dos incentivos, pelo menos até que essa convalidação seja feita, até que essa reforma parcial do ICMS venha a bom termo?

Isso nos cabe, quer dizer, está nas nossas mãos, isso é uma questão que diz respeito, sim, à juridicidade da concessão de incentivos fiscais. Qual é uma regra de consenso ou de quase consenso, razoável, que regule uma saudável, salutar, concessão de incentivos? Ou estamos assumindo que isso tem que ser monopólio federal?

Se assumirmos que a concessão de incentivos tem que ser monopólio federal, só a União consegue fazer isso adequadamente, então como existe o discurso de que temos que competir pelas nossas vontades comparativas? Então, acho que precisamos, de fato, aprofundar melhor essa discussão – quero concordar aqui com o Secretário Mauro Ricardo –, nós precisamos aprofundar essa discussão de mérito sobre os incentivos fiscais, os espaço que nós podemos ter para uma concessão regulada de incentivos, o que fica realmente, cai por terra que diz respeito à transparência dos incentivos e que internamente nos Estados sempre tem problemas, independentemente da questão constitucional, a não ser um incentivo dado sob a guarda e o abrigo da unanimidade.

Independentemente disso, internamente, hoje temos dificuldade de fazer uma transparência total disso, deixar a sociedade regular melhor, porque se fazemos e um outro Estado não faz, isso também é um fator de perda de competitividade, quer dizer, as empresas podem se sentir mais expostas num Estado relativamente a outro.

Então, falo isso, porque nós, no Espírito Santo, concedemos incentivos absolutamente transparentes e temos dificuldade com isso. Nossos incentivos consignam no Orçamento, parte deles transita no Orçamento, sai do orçamento e os nomes das empresas são apresentadas. Temos conselhos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – A senhora poderia explicar para uma empresa poder receber o incentivo no Estado, ser autorizada, como é o trâmite dentro do seu Estado?

Gostaria que os outros explicassem também, se possível.

A SRª ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – Perfeitamente. Temos três tipos de incentivos no Espírito Santo, que são conhecidos e estão na internet inclusive.

Temos o Fundap, que foi recentemente bastante reduzido, por força da Resolução 13. É um incentivo transparente, na verdade, as empresas se cadastram no sistema, se habilitam ao sistema, que são chamadas empresas fundapianas. Essas empresas têm uma redução do tributo pago na importação, elas têm, digamos assim, contrapartidas que devem ser prestadas. Esses incentivos são absolutamente transparentes no orçamento do Estado, quer dizer, a empresa arrecada o ICMS, que é transferido para os Municípios na parte que lhes cabe, e o Estado usa a sua parte para financiar a atuação dessa empresa no comércio exterior capixaba.

Então, de fato, nesse financiamento há um processo posterior, que são os leilões, que as empresas podem recomprar o seu financiamento com deságio. Esse recurso entra no caixa do Estado. Então, é uma receita por leilão do Estado.

Esse é o modelo Fundap, que é um modelo que vale antes da Constituição de 1988 inclusive, portanto antes até das regras atuais que são vigentes atualmente.

O segundo modelo é o Compete, que chamamos de um incentivo que é dado setorialmente. Isso é feito em acordo com o setor produtivo, todas as empresas do setor são habilitadas a esse regime de competitividade, a empresa tem alguns regimes de redução tributária e ela tem uma contrapartida de investimento, de emprego, de arrecadação.

Essas contrapartidas são reguladas pela Secretaria de Desenvolvimento e valem para todas as empresas do setor. Essas empresas, teoricamente, tem um conselho, que habilita a empresa, isso também é transparente, quer dizer, o conselho divulga, publica, e mandamos à assembleia a cópia das decisões dessas habilitações.

Por fim, temos um Invest. Só para explicar, o Compete é um incentivo que busca, na verdade, equalizar a situação de outros Estados. Não existiria se não existissem incentivos em outros Estados. Isso é importante dizer. Ele é um incentivo que busca equalização, dada a escala e o tamanho do mercado local do Espírito Santo. É basicamente isso que ele faz, com contrapartida de competitividade. Ele não é livre.

O Invest, por fim, é um incentivo que buscamos dar atratividade aos investidores que buscam o Espírito Santo. Mais uma vez, ele é regido por um conselho, são contratos enviados à assembleia e informado cada contrato assinado, cada decisão tomada em relação à empresa que se habilita e tem contrapartidas também em investimentos, em retorno na própria arrecadação futura, depois do investimento, para o ICMS do Estado.

O mais importante dizer é que não damos incentivos que monetizem créditos, não damos incentivos de gaveta, nós não temos esse tipo de benefício. Tudo passa por um critério, óbvio que respeitamos o sigilo fiscal da empresa, mas existe uma informação à assembleia e publicização mais ampla possível desses incentivos. Nós não concedemos, pelo menos neste Governo, por exemplo, a outorga de ICMS que, além de retirar dinheiro dos Municípios, monetiza crédito em alguma medida.

Então, temos um cuidado extremo na dosimetria da concessão de incentivos mas, sim, vou dar um número que é bastante emblemático. Nós mensuramos a nossa renúncia tributária, em termos de incentivos, em menos de 10% da nossa receita corrente líquida. Esse é o tamanho que dá São Paulo. É o mesmo tamanho. São Paulo dá o mesmo incentivo que a gente. Olhem a escala do Estado de São Paulo, a importância e o grau de desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Então, tem um problema, sim, de regulação de incentivos, de falta de equidade entre os Estados na concessão desses incentivos. Acho que talvez seja um desafio para o Confaz, não obstante a necessidade de convalidar, discutirmos uma regulação melhor, mais clara, mais transparente, que dê mais segurança ao investidor brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Gostaria de agradecer a Drª Ana, explicar ao Senador Wellington, que havia se ausentado por um momento, que abrimos uma exceção, porque ela tem que se ausentar para pegar um voo.

Então, vamos passar a palavra imediatamente, já agradecendo a sua presença – fique à vontade para se ausentar –, ao ilustre Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, demais expositores, agradeço também a presença da nossa Secretária do Estado do Espírito Santo...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Desculpa, Senador Caiado, se V. Exª me permitir.

V. Exª está ao lado de um Deputado Federal, do PSDB do seu Estado.

Gostaria de agradecer a presença do Deputado Alexandre Baldy.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente. Quero aqui cumprimentar a todos os expositores. Sem dúvida alguma, faço uma homenagem especial ao Presidente da Adia – José Alves é uma pessoa que vem lutando há tantos anos, discutindo essa matéria em todos os momentos, desde a reforma tributária como ele aqui citou, desde o início dessa luta e hoje nessa discussão do ICMS –, ao Deputado Alexandre Baldy, meu colega de Bancada do Estado de Goiás, aos demais Senadores, à nobre Presidente Simone Tebet e ao nobre Relator Wellington Fagundes.

Sr. Presidente, eu acredito que com essa exposição de hoje, nós que não somos especialistas, mas sabemos a realidade que vivemos em nossos Estados, gostaria de formular algumas perguntas, sim, principalmente ao Secretário Carlos Mauro Benevides, que tive a honra de conhecê-lo agora, filho de um grande amigo nosso, ex-Senador Mauro Benevides, Deputado Federal, meu grande aliado na luta da reforma política. Então, é uma honra enorme poder estar aqui com ele numa exposição extremamente didática.

Em primeiro lugar, gostaria de saber de V. Sª o que move o Ministro da Fazenda, diante de uma crise como essa, de uma proporção que talvez tenhamos visto algo à época daquela inflação de 2.000%, mas não associada a tantos escândalos como nós vemos hoje, ou seja, uma crise política, econômica, social, uma instabilidade de todos os Poderes, eu pergunto a V. Sª: o que leva o Ministro da Fazenda priorizar, ter um discurso único sobre o ICMS? O que é que faz com que diante de tantos problemas que ele tem para resolver neste momento, por que a fixação no momento mais crítico da economia brasileira?

Ora, se nós estivéssemos vivendo aqui um momento de expansão, de crescimento, de linha ascendente de crédito, tudo isso, todas essas facilidades, eu até concordaria que seria o momento de buscar o entendimento desse problema, que é tão difícil. Como é que nós vamos agora, nós representantes dos Estados, trazer para os nossos Estados uma aprovação de uma resolução do Senado, a tal Resolução nº 1 que, na cabeça de todo empresário de Goiás e de qualquer lugar do Brasil, vai ficar claro, ou seja, se o Senado já aprovou a Resolução nº 1, é lógico que já garantiu a unificação da alíquota do ICMS. A partir daí, são todos esses detalhes ou exatamente esses penduricalhos que nós sabemos que não vão resolver, porque isso é uma ficção.

O que estão trazendo a nós como alternativas é exatamente o quê? Um filme de ficção, porque como é que vamos ter algo que possa garantir um fundo de investimento e de compensação onde a fonte não é perene, é transitória e vem fundamentada dentro da repatriação do dinheiro?

Isso aí dá condições para atendermos pelo menos 10% hoje desse repasse que tem que ser feito aos Estados? Primeiro ponto.

Segundo lugar, o Ministro já disse, várias vezes, que não vai criar fundos e nem o Tesouro vai bancar mais nada no País. Então, qual vai ser a outra fonte?

Em terceiro lugar, Presidente, esse assunto do ICMS e essa posição vem também com aquilo que seria a convalidação. Essa matéria está parada na Câmara e não tem, pelo que sinto, por parte do Presidente da Casa, nenhum interesse para que ela seja votada.

Com isso, nós não temos essa convalidação do que existe. A pergunta que eu faço é: além dessa obsessão do Ministro da Fazenda, o segundo ponto, já que V. Sª defendeu o poder dos Estados fazerem também incentivos, darem incentivos, como lutarmos com a súmula vinculante e, depois, como nós avançarmos em um projeto que possa definir a graduação dos incentivos? Qual seria o critério? O IDH? O PIB *per capita*, para que talvez aqueles Estados que atingissem um patamar pudessem ser, aí sim, afastados da condição de terem um incentivo? Ou como se costuma dizer, poderiam ser impedidos de utilizar essa dinâmica?

A pergunta que faço ao Secretário de Minas Gerais e também ao de Santa Catarina: V. Sªs sabem nos dizer qual o volume hoje do BNDES que é repassado às empresas dos Estados de V. Sªs hoje?

Pelo levantamento que eu fiz, 82% dos empréstimos do BNDES com taxas subsidiadas, com a Selic de 14,25 e um empréstimo de 7%, de 6% ao ano, foram repassados 82% de todos os 40 bilhões, desculpe, errei por um zero, 400 bilhões, 82% foram concentrados exatamente no Sul e Sudeste; 18% do BNDES foi repassado a Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme dados oficiais, uma informação que solicitei exatamente do BNDES.

Saberia V. Sªs também dizer quais são os incentivos que o Governo se beneficia e seleciona pela isenção do IPI dos Estados de V. Sªs sobre a linha branca e as montadoras? Qual o volume que chega hoje com o subsídio de 50% na taxa de juros? Isso é chamado guerra fiscal ou apenas incentivos às indústrias do Sul e Sudeste?

Acho que são situações que precisamos aprofundar cada vez mais. Quero aqui, neste momento, até porque conheço o nobre Relator, fomos colegas durante vários mandatos na Câmara dos Deputados e também de um Estado do Centro-Oeste, que compõem esse desafio, Estado que seja o que tem maior perspectiva de avanço, de desenvolvimento do País, que é o Mato Grosso, mas que falta a ele exatamente a infraestrutura e a condição mínima de ser competitivo, por falta de logística, que tem esses outros Estados que já foram contemplados.

Então, quero buscar por parte de V. Exª, colega Wellington, que tenhamos muita cautela, porque estamos aqui vendo também a presença – lógico que o meu Estado de Goiás é mais próximo – estamos vendo aqui todos os representantes dos trabalhadores do Estado de Goiás que se fazem presentes aqui... (*Palmas.*)

...por um motivo de inquietação hoje, porque essa Resolução nº 1 do Senado pode até não ter, do ponto de vista legal, as consequências que estão no imaginário coletivo.

Às vezes as pessoas sabem de um fato, mas a repercussão dele é muito mais danosa do que até o verdadeiro fato.

Todos os empresários têm hoje a certeza: aprovada a Resolução nº 1, cada um vai procurar um jeito de achar uma saída para que até que o processo seja da unificação, já tenha retirado minhas coisas e não seja penalizado ou inviabilizado do ponto de dívida trabalhista, de não competitividade no meu Estado. Então, estamos criando uma situação que é desestabilizadora.

Outro ponto. Sabemos que existe uma súmula vinculante, mas existem situações que nós podemos discutir – e muito bem colocou aqui o Secretário Carlos Benevides. O Supremo Tribunal Federal, que também aprova as matérias e define normas constitucionais com quórum de maioria simples, temos argumentos sólidos para contestar isso que está sendo colocado com relação ao Confaz. Acho que é uma matéria que temos que enfrentar. Cassamos um Presidente da República com três quintos, com dois terços; mudamos a Constituição com três quintos e é inaceitável que fiquemos na dependência de apenas um Estado dizer não ao Confaz.

Acho que isso é inaceitável, é de uma arrogância e de uma truculência inimaginável. Acho que temos rapidamente que derrubar essa tese. O Secretário Carlos Benevides colocou aquele jabuti, que ali foi colocado, desde que haja pelo menos um voto em cada região. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Não fazemos aqui a votação seletiva de região. Fazemos aqui voto de Senadores e Deputados, independentemente de onde representam.

E, em relação a esses pontos é que eu coloco.

Com isso, nobre Relator, eu gostaria que nós realmente tivéssemos mais dados, pudéssemos buscar aí esse projeto que foi apresentado pela Adial. E realmente eu não tenho conhecimento detalhado sobre a sua inteireza. Acho que é uma matéria que deveria ser vista.

Agora, eu, sinceramente, em relação a esse mecanismo proposto pelo Governo Federal, eu sou 100% contra. Até porque a arrogância do Governo chega a tal ponto, que já manda uma PEC para tentar bloquear repas-

se dos fundos constitucionais. Há uma PEC hoje que está tentando vincular, dentro daquele patamar da DRU, uma vinculação de 30% dos nossos fundos constitucionais. Então, nem PEC hoje nós estamos tendo garantia.

Em segundo lugar, se a PEC vem vinculada à repatriação, no momento em que acabar a repatriação, porque esse vai ser um fluxo de um ano, dois anos, no momento em que acabar a repatriação, e aí? Qual é o volume dessa repatriação?

Então, eu acho que tudo isso é algo que mostra que nós não podemos, de maneira nenhuma, avançar em um terreno pantanoso como esse sem que tenhamos aí garantias sólidas. Em primeiro lugar, eu vejo muito a fala do Dr. José Alves também quando ele diz: reforma tributária sem que você consiga conter antes despesas, isso é factoide, isso é irreal. O cidadão tem um salário de R$10 mil, gasta R$20 mil em casa, não adianta ele fazer reforma nenhuma porque ele não vai fechar a conta no final do mês. Então, ele tem que saber que ele tem que adequar a despesa dele dentro daquilo.

Vejam bem os senhores que nós estamos tendo aí uma linha ascendente cada vez maior da despesa do Estado aumentando cada vez mais a carga em cima do cidadão brasileiro.

Finalizando, Presidente, eu quero agradecer dizendo que acho que esse caminho que foi dado pelo Governo Federal de fundo de compensação, de fundo de investimento, de unificação, eu acho que isso aí não tem nenhuma, vamos dizer, capacidade de sensibilizar os Senadores hoje nesta Casa.

E nós precisávamos de... Com a criatividade que nós temos e a inteligência de secretários que tão bem sabem dessa dinâmica, que possamos buscar uma alternativa que possa ser, talvez não consensual, mas que seja pelo menos majoritária, com a ampla maioria, que nós pudéssemos construir essa saída. E não essa guerra que se cria, aí não a guerra do ponto de vista de incentivo, mas a guerra de jogar.

E o que mais me preocupa no País é exatamente isso, Senador Wellington. É que, durante esses doze anos, o PT só trabalhou jogando um setor contra outro. Assim que eles governam. Isso me preocupa porque eles governaram esses doze anos criando essa cizânia do Brasil, uma coisa que nunca existiu.

De repente, eles querem transformar o ICMS também em um processo separatista. Isso é grave. Quer dizer, esse sentimento nós nunca tivemos no Brasil. O Brasil é um país que sempre conviveu tranquilamente não só com a única língua que tem, como também com a maneira hospitaleira com que nós recebemos todas as pessoas de qualquer Estado que chegam no nosso Estado. Nunca existiu isso e de repente...

Nós estamos deixando com que o Governo crie essa cizânia, o Brasil A e o Brasil B, e jogue um contra o outro. Então, eu acho que os secretários aqui, sejam os que defendem e os que são contra, nós precisamos sair dessa armadilha e buscar algo que seja pensando no Brasil, mas que seja dando também aos Estados nossos e, principalmente, o do nobre Relator.

É o Estado que tem o maior potencial no País hoje. Ele só não é hoje um Estado igual a São Paulo porque ele não tem infraestrutura, só. Mas ele tem tudo para superar São Paulo. Agora, se nós ainda tivermos uma concentração de BNDES, de incentivos, sem que isso seja chamado de guerra fiscal, e deixando a gente do lado de cá nessa tese de que todo benefício de um fundo do Centro-Oeste...

"Ah, isso é uma calamidade, isso é um absurdo, é um problema seriíssimo. O Brasil está gastando um dinheiro com aquelas regiões que não precisavam mais disso." Quer dizer, nos desqualificam em tudo.

Então, nobre Relator, eu acho que V. Exª tem uma importância ímpar nessa redação desse texto. E pensando no Brasil, quem tem um IDH bom... Eu tenho um orgulho enorme, por exemplo, Santa Catarina é um Estado que eu adoro, vou estar na sua terra amanhã. Adoro aquele Estado. Eu acho que vocês conseguiram uma coisa que raramente um Estado vai conseguir.

Naquela época em que eu encaminhei, havia duzentos Municípios. E você tem em Santa Catarina uma descentralização da economia. Você tem uma distribuição na área da saúde que é inédita. Você tem uma renda *per capita* que é relativamente uniforme, o que nós não demos conta de construir nos nossos Estados. Uma concentração sobre grandes cidades e sobre a capital. Então, esse IDH de Santa Catarina, essa qualidade de vida de exercício da cidadania, eu quero chegar com ele em Goiás. Eu quero chegar com ele no meu Norte de Goiás, no meu Vale do Araguaia, no meu Nordeste goiano.

Então, é exatamente isso que nós temos que buscar. Tem que ter boa gestão? Tem que ter, mas nós sabemos que precisamos ter também esses mecanismos, como citou aqui o Carlos Benevides, existem em todos os países do mundo. Até um item que não era do meu conhecimento. Eu estou aprendendo isso hoje, vou até pedir a ele toda essa revisão bibliográfica que ele já fez aí do mundo todo, de vários países, até para eu dar uma estudada nisso e mostrar que até os Estados Unidos... E o José Alves me dizendo que a China já está aplicando isso.

Então, são matérias que me fazem debruçar sobre elas. Minha área é da saúde, mas eu tenho uma preocupação muito grande exatamente em nós darmos a Goiás a mesma condição de Santa Catarina e de Minas Gerais, meu Estado vizinho aqui, que já deve muito a nós, me garantiu o Triângulo Mineiro futuramente. Então, me garanta essa condição de Goiás crescer.

Um abraço. Muito obrigado, minha Presidente. As perguntas foram formuladas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, até antes de o Senador Caiado concluir, ele falou aqui dos empréstimos do BNDES, mas os números do "S" do BNDES são piores ainda. E isso é um questionamento que eu venho fazendo com o BNDES há muito tempo. Ou seja, aqueles investimentos a fundo perdido do BNDES, que é o "S" do social, eles são mais concentrados ainda na Região Sudeste.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada pelos esclarecimentos. Agradeço as colocações do Senador Ronaldo Caiado. Não há mais oradores inscritos em relação aos Senadores. Eu vou passar a palavra para as considerações finais daqueles que quiserem responder as indagações do Senador Ronaldo Caiado, mas não sem antes fazer algumas considerações.

Disse que não ia fazer perguntas e não vou fazê-las, mas é importante aqui endossar algumas colocações feitas por alguns Senadores, principalmente quando estamos aqui diante do representante do Confaz, que pode nos ajudar muito em relação a essa questão.

Primeiro ponto a ser discutido. Realmente, neste momento, estamos maduros e prontos para votar essa questão. Se podemos aprovar nesta Casa, Senador Caiado e Senador Wellington, qualquer coisa antes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Ele é a solução para os nossos problemas. Nós já temos esse projeto aqui em andamento já há algum tempo, de autoria, se não me engano, do Senador Fernando Bezerra. É um projeto que pode ser até melhorado, mas que pode resolver algumas questões.

Aqui foram colocadas... Mesmo essa questão do BNDES. Se 82% dos financiamentos do BNDES vão para Sul e Sudeste, nós não podemos aprovar o PRS nº 1, que unifica as alíquotas, sem fazer uma revisão também democrática e justa no que se refere a desenvolvimento regional em relação ao BNDES.

Ainda em relação ao plano nacional de desenvolvimento regional. O próprio Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, que tem alguma alíquota diferenciada para alguns Estados do Nordeste, ele tem que ser redistribuído por regiões. Não é só o Nordeste, o Norte, o próprio Centro-Oeste precisa ter também uma política diferenciada em relação a imposto de renda. Então, esse é uma questão que não é simples.

E aí, eu concordo – desculpa – em relação... E isso me incomoda muito. Por que a convalidação dos incentivos fiscais não foi aprovada ainda na Câmara? Vamos colocar muito claramente. Nós temos um Deputado Federal aqui presente. Porque, na realidade, a bancada dos grandes Estados desenvolvidos, principalmente São Paulo e Rio, não tem interesse porque essa é a espada de Dâmocles que eles têm sobre as nossas cabeças. "Olha, enquanto vocês não votarem o PRS nº 1, enquanto não votarem a unificação das alíquotas do ICMS, nós não vamos convalidar os incentivos fiscais que V. Exªs dos Estados menos desenvolvidos, querem."

Nós não podemos aceitar que, em um momento de crise, em um momento em que precisamos amadurecer democraticamente, em que há interesses maiores em jogo... Aqui eu agradeço a presença dos trabalhadores do Estado de Goiás, representando aqui todos os trabalhadores do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste brasileiros, que têm mesmo que se preocupar com a onda de desemprego que pode vir a gerar projetos dessa envergadura.

Enquanto nós temos questões maiores como esta para levar em consideração, nós não podemos aceitar esse jogo que está sendo feito em relação aos nossos Estados. Por que não convalidar os incentivos fiscais, que são coisa do passado? Nós sabemos que essa súmula vinculante... Nenhum Ministro do Supremo virá aqui, neste momento de crise, retirar tudo aquilo que foi construído, causar uma insegurança jurídica e social no País inteiro, porque aí sim nós teríamos a sucumbência de todos os Estados federativos. Esse tipo de chantagem pequena, que não convence ninguém, não é digna do Congresso Nacional. Essa é que a grande realidade.

Então, vamos convalidar os incentivos fiscais na Câmara dos Deputados, porque a situação é outra. Não é que nós não queremos a unificação das alíquotas do ICMS. É que, neste momento, ela não pode ser votada sem avançarmos em outras conquistas. Então, se convalide lá e vamos conversar com maturidade, chegando a um consenso.

Eu gostei muito da fala final da Secretária do Espírito Santo, quando ela disse: "não podemos chegar a um meio termo? A uma nova redefinição do que são incentivos fiscais? A novos parâmetros, parâmetros justos, de repente iguais para todos, mas com incentivos fiscais para todos?" Aí, o que estará em jogo não é uma disputa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul, em que Mato Grosso começa dando 67% de incentivo, Mato Grosso do Sul vai para 70%, e vira um jogo de pôquer – eu não sei nem jogar pôquer, não sei nem se esse é o jogo correto, não sei nem como faz – , ou de truco, ou de alguma forma em que alguém dá mais até chegar ao limite máximo de 94% de incentivos fiscais, ou 96%, permitido pela legislação.

De repente, essa guerra fiscal realmente não é mais saudável, Senador Caiado, mas se nós conseguirmos ter um mínimo de incentivo fiscal equânime para todos os Estados, o que vai ser levado em consideração para uma montadora de carros ir para Goiás e não para Mato Grosso do Sul, ou uma esmagadora de soja ficar em

Mato Grosso e não em Mato Grosso do Sul serão outros elementos, mas continuarão indo para esses Estados porque serão mais competitivos em relação aos Estados do Sudeste e do Sul.

Da forma como está... Eu termino com essas colocações. Eu venho de um Estado que se industrializou graças aos incentivos fiscais, de uma cidade que, como prefeita, virou referência nacional em uma série de questões, inclusive na área da celulose. Tive condições de levar para o meu Município as duas maiores fábricas do mundo de celulose. O Brasil tem as duas maiores fábricas do mundo graças aos incentivos fiscais. Dia 30, agora, uma delas vai dobrar a capacidade. Estamos falando em R$15 bilhões de investimentos. Nós perderíamos uma dessas fábricas ou para a China ou para a Rússia, e foram os incentivos fiscais que permitiram que o Brasil tivesse essa referência. Neste momento todo, nós podemos ter uma solução que talvez esteja no meio termo. Vamos acabar com a guerra fiscal entre Estados, mas não impedir que os Estados menos desenvolvidos percam essa guerra de industrialização em referência aos Estados mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro ou como São Paulo.

Ficam essas considerações. Como disse a Secretária aqui, é um novo Confaz. Cinquenta por cento dos secretários vieram posteriormente ao Convênio nº 70, mas que nós possamos, a partir daí, amadurecer. Mas eu concordo com o Senador Caiado. Confio inteiramente nas mãos competentes e no equilíbrio do Senador Wellington Fagundes, que nós não vamos aprovar de afogadilho. Nós conseguimos garantir a relatoria para V. Exª, até que possamos caminhar em relação aos outros projetos, mas entendo fundamental primeiro aprovarmos um plano nacional de desenvolvimento regional, que pode ir para plenário a qualquer momento – ele está pronto, com as considerações que tenhamos que fazer –, os fundos constitucionais, recursos na integralidade para bancar a perda financeira, fiscal, da fazenda dos Estados que perderão, recursos para um fundo de desenvolvimento regional para fazermos as obras de infraestrutura rodoviária, hidroviária e ferroviária para os Estados menos desenvolvidos.

Nesse aspecto, eu concordo em 100% com o que disse o Senador Caiado: na hora em que Mato Grosso tiver a logística de transporte pronta, ninguém vai conseguir competir com Mato Grosso, se nós ainda tivermos algum tipo de incentivo fiscal. Do contrário, nenhum tipo de obra de infraestrutura vai ser suficiente, porque não é possível transportar essa carga por via aérea, por avião, conseguir suplantar esse obstáculo de 1.500km ou 2.000km do interior de São Paulo até os grandes centros consumidores que estão no Rio e em São Paulo.

Eu falei mais do que deveria como Presidente, mas não poderia, como conhecedora mediana – não digo medíocre, mas mediana – do assunto, deixar de fazer essas considerações, que me preocupam.

Apresentarei uma emenda específica em relação ao substitutivo do Senador Wellington, só no que se refere à questão do gás. Não vejo aí nenhum tipo de guerra fiscal em relação ao gás que vem da Bolívia. Quarenta por cento do gás que o Brasil utiliza vem do gasoduto. Esse ICMS é fundamental para um Estado como o nosso, de Mato Grosso de Sul, e alguns Estados como São Paulo, ou mesmo Santa Catarina. Não sei por que... Aliás, sei por que tentaram diminuir a alíquota de ICMS em relação ao gás. Não há competitividade. Nenhum Estado perde com a manutenção desse percentual de 12%. Ao contrário, porque quem paga como substituto tributário é a Petrobras. A única que ganharia seria a Petrobras, que deixaria de pagar o que já paga. Então, nós não estamos nem sobrecarregando a Petrobras se mantivermos em 12% essa alíquota. Isso significa para o meu Estado, por exemplo, se nós diminuirmos esse percentual, uma perda de quase 20% do ICMS. É realmente a falência do Estado de Mato Grosso do Sul. É por isso que apresentarei uma emenda ao seu substitutivo, apenas nesse sentido.

Com a palavra, para fazer as suas considerações finais e responder as colocações do Senador Caiado, primeiro o Secretário de Fazenda do Ceará, que neste caso é representante do Confaz. Depois, eu passo aos demais.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Senador Ronaldo Caiado, a pergunta de V. Exª é complexa, é interpretar o raciocínio do Ministro Levy neste momento. Mas eu quero compreender na seguinte razão: como ele está ansioso para a retomada dos investimentos privados, ele interpreta que –e é o raciocínio da Senadora Simone – a solução da súmula vinculante seria a votação dessa diminuição de alíquota. Eu suponho que seja esse o raciocínio, mas como eu disse na minha apresentação, essa não é a razão, porque o que gera insegurança é a não convalidação. É outro raciocínio que está por trás disso. Mas creio que o trabalho dele é na retomada do processo de crescimento econômico, e ele acha que essa súmula é impeditiva.

Mas eu vi na pergunta de V. Exª, sobre o que fazer em relação à súmula vinculante... Há no Supremo uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF nº 198, que pede ao Supremo que julgue a não recepção dessa lei do Confaz que diz que tem que ser unanimidade. Como V. Exª disse, para mudar a Constituição, nós mudamos com três quintos. Então, ela vai de encontro, ela colide com um preceito fundamental hoje estabelecido na Constituição brasileira. O instrumento para conversarmos com o Supremo Tribunal Federal – e isso já foi feito por alguns governadores – está lá: é a ADPF nº 198, que consolida, portanto, esse contraditório em relação à súmula vinculante.

Em relação aos valores, ao *funding*, ou seja, à fonte de recursos, isso é problemático, porque no Convênio nº 70, por exemplo, há uma previsão de R$250 bilhões em dez anos. São R$25 bilhões por ano, para reduzir de 12% para 7%, e de 7% para 4%. É um valor expressivo. Neste momento, na minha modesta avaliação, não há como um recurso de repatriação, cuja estimativa eu não sei qual é, ser capaz de chegar aos pés de ter um valor expressivo, como está previsto lá no Convênio nº 70. Então, são questões muito mais profundas, muito mais técnicas. Nós precisamos avaliar, discutir. Eu acho que esse fórum é importante para a gente compreender realmente a razão dessa pressão tão grande, dessa pressa tão extraordinária que, no fundo, não reduz o ICMS.

Aliás, é bom dizer para todo mundo que carga tributária é alta ou baixa não pelo percentual do PIB, como se faz no Brasil; carga tributária é alta ou é baixa pela qualidade dos serviços que são devolvidos à população. Se você vai para a Noruega, para a Suécia, para o Reino Unido, para a França, para a Itália, você vai encontrar carga tributária acima de 40%. Obviamente, se você vem para a América Latina, para a América do Sul, você vai encontrar somente a Argentina maior do que o Brasil. "Professor Mauro, mas lá no Reino Unido, a educação é muito boa". Exatamente. Carga tributária é alta ou baixa quando você confronta com o nível da prestação de serviços que é devolvido à população pelo governo, para quem você está efetivamente pagando.

Só para esclarecer o ponto da Secretária Ana Paula, que é um tema muito técnico. Ela pede para discutir, Presidente, Senadora Simone, em relação à questão da exportação. É o seguinte. Quando você exporta, a Lei Kandir pediu para que os Estados desonerassem o ICMS. Então, o Estado não arrecada ICMS. Entretanto, quando ele adquire os insumos para aquele processo de produção, como no Brasil há o regime de débito e crédito, ele não tem como se creditar, porque ele não pagou na saída. Mas essa mesma lei autoriza as empresas a repassar para terceiros aqueles créditos. Então, você nem recebe o crédito do ICMS, você nem cobra o crédito de ICMS, e além disso, quando vem na interestadual, por exemplo, vindo com 7%, ou com 4%, como ela mencionou, ela vem com crédito e os Estados são obrigados a repassar esses créditos, a autorizar esse repasse.

Por isso é que os Estados brasileiros hoje não estão tendo condição de fazer essa devolução, Senador Wellington Fagundes, Senador Ronaldo Caiado e Deputado Alexandre Baldy. O Deputado Alexandre foi Secretário de Indústria lá do Estado de Goiás, conhece muito bem essa sistemática. Os Estados brasileiros desoneram R$30 bilhões em ICMS dos produtos exportados. Na Lei Kandir, quando a União se comprometeu – "Estados, façam isso, que nós, orçamentariamente, sem vinculação de recursos, seremos responsáveis, fiquem tranquilos" –, fizeram nos três primeiros anos. Hoje, a União devolve 3,8%, quando repassa. No ano passado, foi só 1,9%. Repassou o outro 1,9% agora, mas recentemente. Por isso, isso gerou – vamos dizer assim – falta de credibilidade em um nível muito forte para o Governo Federal.

Mas as pessoas ficam desconfiadas de qualquer *funding* que não seja vinculatório para resolver essa convergência do Convênio nº 70, ou do PRS nº 1, que todos nós assinamos favoravelmente. Sem essa discussão, realmente gera-se uma insegurança muito forte para nós. Mesmo sabendo que vamos diminuir o nosso poder de conceder o incentivo fiscal, em nome desse Brasil, e apesar de que isso vai diminuir o poder de desconcentração, nós acabamos fazendo esse acordo.

Eu agradeço o Plenário desta Comissão. Cara Presidenta, Senadora Simone Tebet, obrigado pela oportunidade. Mesmo divergindo um pouco de alguns conceitos traçados aqui na Casa e em nível nacional, eu achava importante trazer o alicerce desse raciocínio, para que as pessoas possam compreender, na extensão, o que significa guerra fiscal. Na realidade, não é diminuir imposto. Pelo contrário, ao fazer isso, nós vamos aumentar a carga tributária no Brasil. Você vai aumentar essa carga, você vai aumentar o imposto, e não a compressão mediana, como a gente tem lido na imprensa brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós é que agradecemos a presença. Seja sempre bem-vindo com as suas considerações.

Pergunto ao Sr. Manoel Júnior se quer fazer algumas considerações.

Pediria aqui ao Senador Wellington, como Relator, que pudesse presidir temporariamente. Eu tenho que aprovar só um requerimento na Comissão e Constituição e Justiça, e retorno. Nós temos um prazo exíguo para a semana que vem, para a aprovação desse requerimento. Retorno ainda para finalizar. Muito obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Daqui a pouco também vou ter que me ausentar, para a homenagem ao Dia dos Médicos, que está sendo feita hoje na Câmara. Terei também que me ausentar, mas quero ouvir o Secretário de Minas Gerais. Peço desculpas aos demais colegas.

O SR. MANOEL PROCÓPIO JÚNIOR – Muito obrigado, Senadora Simone.

Só uma correção: sou assessor do Secretário. Não vão me indispor com o meu chefe.

A propósito das colocações do Senador Caiado, Minas Gerais, conforme nós colocamos e registramos na nossa exposição, é absolutamente favorável a essa reavaliação, à política de desconcentração industrial, de desconcentração do desenvolvimento econômico. A questão que nós entendemos que está em discussão é muito mais a respeito do instrumento mediante o qual você vai proceder, ou o instrumento mais adequado

para proceder essa desconcentração, uma vez que essa necessidade – volto a dizer – é objetivo fundamental da República. Eu acho que ninguém em sã consciência pode ser contrário à necessidade premente – nós estamos muito atrasados, décadas atrasados nisso – dessa desconcentração do desenvolvimento e dos investimentos.

Minas Gerais está em uma situação até particularmente cômoda para defender essa posição, porque como todos sabem, Minas Gerais é meio que uma síntese do País. Do mesmo modo que nós temos o nosso Triângulo, nós também temos o norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, e conhecemos perfeitamente as dores do que é essa convivência de áreas com grande defasagem de desenvolvimento socioeconômico. Isso não é admissível, isso não é razoável, e tem que estar na agenda de todos para se chegar a um nível de equalização mínima desse desenvolvimento social.

Evidentemente, nós não temos governança sobre as decisões do BNDES e da política tributária nacional em matéria de IPI, mas volto a dizer: não há dissenso entre nós no que diz respeito a essa necessidade de desconcentrar. Eu acho que o único dissenso – e aí eu respondo a provocação do Senador Ronaldo Caiado – diz respeito à questão do Triângulo. Gostaríamos muito de continuar com essa vizinhança amigável com o Estado de Goiás, mas com o desenho atual. Acho que só não chegaremos a um consenso em relação à questão geográfica do Triângulo. Afora esse particular, a gente continua nesse esforço pelo entendimento.

Eu agradeço, Senador Wellington, mais uma vez, a oportunidade e a gentileza do convite ao Estado de Minas Gerais. Eu o faço em nome do Secretário da Fazenda, e nos colocamos à disposição para continuar nesse debate tão importante, tão fundamental para os rumos do País. Muito obrigado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – A sequência pode ser com o Dr. José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES FILHO – Presidente, queria agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês.

Gostaria de reforçar a importância de o Senado discutir com mais detalhes essa questão. Gostaríamos que o Senado e até mesmo o Confaz nos convidassem para debater maiores detalhes sobre o PLS nº 40, que já está nesta Casa. O senhor comentou sobre aquele princípio de equidade na concessão de incentivos fiscais. Nosso projeto tem aqui o art. 8º, inciso VIII, que fala sobre equidade, neutralidade e isonomia de tratamento aos empreendimentos econômicos do mesmo setor ou região da mesma unidade federativa. Ou seja, o nosso projeto tem a intenção de ser o mais completo possível, mas infelizmente ainda não foi detalhadamente debatido aqui no Senado. O Confaz nunca nos chamou para fazer nenhuma apresentação a respeito do seu conteúdo, e nós entendemos que não é acabando com os incentivos fiscais que nós vamos resolver o problema da guerra fiscal no País e o desenvolvimento regional, da mesma forma.

Outro ponto do qual se fala bastante é transferir para a União a única responsabilidade pelos programas de desenvolvimento regional. Se você pegar o princípio da adicionalidade, que é pregado pela Organização Mundial do Comércio e pela Comunidade Econômica Europeia, que também está aqui dentro, é importante que a União participe com um quinhão do desenvolvimento regional. Mas da outra parte, os governadores têm que ter o direito de exercer a sua prerrogativa, a sua criatividade, e dentro dos recursos e dos pontos de vista da economia de cada Estado, fazer seu próprio programa. Entendemos que a prática de incentivos fiscais não nasceu apenas porque o Governo Federal não tinha um programa. Nasceu também da criatividade e do poder de liderança de cada um dos governadores, que querem, com a sua bancada estadual, atender aos anseios econômicos e promover o desenvolvimento regional.

Ou seja, gostaríamos de fazer aqui um pedido para que o Senado nos convoque mais vezes, se for o caso, até para fazer uma apresentação específica do nosso projeto, do que nós, ao longo de dez anos, vimos pesquisando não só no Brasil, como internacionalmente, sobre o Programa de Desenvolvimento Regional, a importância disso para os trabalhadores que se fazem aqui presentes e a parte de como reorganizar as concessões aqui no Brasil. Não precisa acabar com elas.

Também defendemos o seguinte: a concessão tem que ser democrática. Nós defendemos que todos os Estados devem poder conceder, só que inversamente proporcional ao tamanho do seu PIB nominal. Ou seja, a própria Organização Mundial do Comércio também fala o seguinte: se os grandes não tiverem condescendência com os pequenos, os pequenos nunca serão grandes também. Ou seja, os grande Estados precisam ceder um pouco.

E quanto à parte da Súmula Vinculante nº 69, o Supremo não vai tomar uma posição, como disse aqui a Senadora Tebet, em relação ao que existe no País, de forma tão abrupta. Mas também tem que destravar o que está lá na Câmara, porque vocês aqui no Senado precisam buscar um entendimento com a Câmara e soltar aquela convalidação, acertar esse imbróglio que está na mesa, e depois caminharmos para discutir como reorganizar a prática de incentivos fiscais no Brasil como um todo.

Eu conheço detalhes da evolução de Mato Grosso em função dos programas de incentivos fiscais, de Mato Grosso do Sul, do Nordeste. Ou seja, temos muito a contribuir com o Senado, com o Confaz, e nos colocamos aqui à disposição de vocês.

E referendamos, mais uma vez, o quão interessados estão os trabalhadores nessa questão. O Senado também deveria chamar os trabalhadores aqui e ouvi-los. Do ponto de vista dos trabalhadores do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, qual é o grau de impacto na vida deles, porque eles são parte importante na composição nacional deste nosso País. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos vocês. Esperamos poder contribuir com o que pudemos fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então, como último orador, o Carlos Roberto Molim, que é representante do Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina, já que o Herculano abriu mão.

Com a palavra, o Sr. Carlos Roberto Molim.

O SR. CARLOS ROBERTO MOLIM – Sr. Presidente, apenas para agradecer o espaço e dizer que o Estado de Santa Catarina está aberto à evolução desta discussão. É claro que é necessário que se faça uma ampla discussão, para que se chegue a um melhor modelo possível.

Eu quero também aqui afirmar que o Estado é plenamente favorável. Eu diria que é interessado na descentralização ou na desconcentração do investimento no País. Eu acho que isso, de fato, é algo muito importante e desejado para todo o País, não há dúvida. O que se discute, é claro, é o modelo, é como se fazer isso. E o que nos parece é que a via de concessão de benefícios por meio do ICMS se esgotou. Essa é a visão do Estado de Santa Catarina.

Eu faço um pequeno reparo aqui numa questão, e perdoe-me o Sr. José Alves por fazer este comentário. Mas eu diria apenas em relação ao ICMS, que o senhor referiu que ele seria já uma criação brasileira, na década de 60, quando iniciou como ICM. Na verdade, nós importamos o modelo francês vigente nas décadas de 50 e 60, na Europa, e o colocamos em prática aqui no Brasil. E ao fazer a continuidade, o aperfeiçoamento desse sistema de tributação indireta, o Brasil não acompanhou os demais países do mundo.

Os demais países do mundo, a exemplo da Europa, enfim, de diversos outros países – hoje, acredito que 150 países adotam o sistema de IVA –, eles também evoluíram a partir de um tributo indireto semelhante ao nosso ICMS, que é o que grande parte dos países adotou. Então é apenas nesse sentido.

Não é uma invenção brasileira, nós não estamos tratando de um tributo que seja genuinamente brasileiro. Não que isso cause qualquer demérito ao tributo ou à sua criação ou adoção pelo nosso País.

Muito obrigado. Eu agradeço, em nome do Secretário Gavazzoni, pela possibilidade participarmos aqui. E nos colocamos sempre à disposição para participar e para contribuir neste espaço.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Deputado, gostaria de usar a palavra?

O SR. ALEXANDRE BALDY (PSDB - GO) – Eu agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, pela deferência que me faz permitindo usar a palavra para cumprimentar a Comissão, que realiza esta importante audiência.

Eu quero cumprimentar todos os convidados na pessoa do Sr. José Alves, que é um defensor dos incentivos e, principalmente aqui, com os trabalhadores, dos empregos, porque o Brasil vive um momento econômico muito difícil, no qual o desemprego é extremamente crescente. E discutir uma pauta como esta, que é a pauta do ICMS, a redução de alíquotas, a unificação de alíquotas, pode colocar ainda mais brasileiros desempregados.

E fundamentalmente a insegurança jurídica pela qual passam todos os investidores, empresários e industriais do nosso País, pelo fato de que existe esta súmula vinculante. É a nossa luta na Câmara Federal, como já estivemos com o Presidente Eduardo Cunha solicitando. E a Adial foi uma das instituições que encabeçaram esta agenda, para que nós pudéssemos votar na Câmara. Então, estamos reiterando que há uma luta expressiva de nossa parte, em que nós estamos buscando o alinhamento das Bancadas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, para que possamos realmente colocar na pauta.

O Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, já mencionou que há a perspectiva de ser colocada ainda neste ano. Era para ter sido em agosto, passou-se a setembro, não foi possível pelo momento político, os ajustes que foram enviados pelo Executivo, e a própria reforma política, também, que foi uma prioridade da Casa. Mas há perspectiva de que este ano ainda nós coloquemos em votação o PLP nº 54, que já foi aprovado aqui no Senado. Seria a convalidação dos incentivos, o que já daria um alívio ao momento econômico, principalmente permitiria que investidores, empresários, industriais e empreendedores pudessem investir no Brasil.

E as desonerações fiscais – o Sr. Manoel Procópio conhece bem, trabalhou por anos no Ministério da Fazenda – representam um grande peso no nosso Orçamento Federal. Só no ano de 2010, o ex-presidente Lula desonerou algo em torno de R$17,5 bilhões. No ano de 2012, a Presidente Dilma desonerou R$142 bilhões. E

mais de 60% dessa desoneração – ainda é o número que nós estamos avaliando – são feitos para Estados do Sudeste.

O senhor imagine, Sr. Presidente, que nós estamos discutindo aqui o ICMS, mas o Governo Federal desonera certas cadeias produtivas nas quais ainda há o impacto negativo e não aprova as que foram soluções, porque foram medidas pontuais a setores escolhidos pontualmente para que pudessem contribuir economicamente e principalmente com a diminuição do desemprego, que se alavancasse em todo o País.

É por isso que nós defendemos que esta é uma pauta que não é oportuna para o momento, principalmente porque afeta em demasia os Estados da nossa Região. E como citou o Senador Caiado, V. Exª é de um Estado que é extremamente promissor. Se houver a infraestrutura, eu nem creio que os incentivos serão necessários para Mato Grosso, porque a infraestrutura é capaz de levar a riqueza e ainda tornar cada vez maior a produção de riquezas que o Estado possui. E há aí a expectativa de poder levar a todas as partes do mundo.

Os incentivos são uma ferramenta comum nos Estados Unidos, em várias partes do mundo. E aqui no Brasil, estão tentando demonizar o incentivo fiscal no sentido de que ele cria um desequilíbrio regional. Mas muito pelo contrário, ele criou um desequilíbrio em termos de que, no passado, havia cidadãos do Nordeste emigrando para o Sudeste. Hoje, nós tornamos esse cenário diferente, há cidadãos do Nordeste e até do Sudeste vindo para cá, para o Centro-Oeste, procurando oportunidade de trabalho, de emprego e de vida.

Então, muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente. Eu tenho certeza de que V. Exª terá todo o carinho em deliberar uma pauta como esta, que é de fundamental importância para o momento econômico e social que vive o Brasil.

Ainda é colocada aqui a pauta do BNDES e eu, como Relator dos empréstimos acionais à CPI do BNDES tenho visto que é uma situação muito complicada a questão do banco, em termos do privilégio que dá realmente aos Estados do Sudeste, na concessão principalmente de grandes empréstimos concedidos nessa concentração de setores e segmentos econômicos e a empresas daquela região.

Então, nós precisamos nos articular aqui, do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, para que tenhamos, sim, a demonstração do que é feito de esforço fiscal financeiro e econômico, por parte do Governo Federal, e de que o ICMS seria uma pequena parte. E, além disso, buscar a Receita Federal, que vem também autuando empresas que possuem incentivos como o ICMS é a demonstração de que, se continuar esse tipo de cenário, nós teremos ainda, dentro do momento atual, cada vez menos perspectiva de investimento, e o desespero por parte do empreendedorismo muito grande, porque a insegurança é de algo em torno de R$140 bilhões, que poderiam ser gerados no próximos três anos, se aplicados em todas as empresas que possuem por ICMS.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns pela importante audiência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, queremos agradecer ao Deputado Alexandre e a todos que aqui vieram. Mas, antes de encerrar, temos aqui um expediente assinado pelo próprio Senador Davi Alcolumbre, nosso Presidente desta Comissão, endereçada a S. Exª, o Sr. Joaquim Levy, Ministro da Fazenda. Assunto: reunião de trabalho e ICMS.

Sr. Ministro, foi realizado, nesta Comissão, no último dia 7/10/2015, audiência pública para instituir o PRS nº 1, de 2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. Em que pese a qualificada exposição por parte do Sr. Marcelo Mello, Presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS, que, no evento, representou esse Ministério, os anseios deste Colegiado quanto ao assunto não se esgotaram. Notadamente, em virtude da posição do Governo a respeito. Por essa razão, solicito, por encaminhamento deste Colegiado, audiência com V. Exª, quando estará presente uma comitiva composta por membros desta Comissão, a ser realizada neste Ministério em data oportuna.

Respeitosamente, Senador Davi Alcolumbre, 8 de outubro de 2015.

Então, aqui, por parte do nosso Presidente, essa leitura representa também, assim, uma cobrança dessa audiência a ser feita com o Ministro.

Também, claro que eu gostaria aqui de estar falando a todos, que o ideal seria que nós estivéssemos votando aquilo que foi prometido por todos os candidatos a Presidente da República, que seria fazermos duas grandes reformas no Brasil: a reforma política e a reforma tributária.

Infelizmente, nós estamos aqui, concluindo o nosso remendo da reforma política, porque não fizemos uma reforma política. A sociedade está a cobrar. Eu acredito que essa nossa situação do pluripartidarismo, tão grande, acaba levando a essa dificuldade que vivemos hoje, nesses 25 anos que aqui estou, como Deputado Federal e agora como Senador, eu nunca presenciei duas crises acumuladas: crise política e crise econômica ao mesmo tempo. No passado, era uma crise política, ou ma crise econômica, mas hoje não. Nós temos aí a situação. Qual que nós vamos resolver primeiro? É claro que a crise política acaba agravando mais todas essas tomadas de decisões, e quem sofre com isso, claro, é a população. Por isso, eu penso que existe a necessidade,

inclusive com a presença do Deputado Alexandre aqui, de uma conscientização de todos nós. Nós temos que dar resposta ao Brasil.

Agora, eu penso que o ideal seria nós estamos discutindo este ano – e aí isso seria muito mais oportuno no início de um mandato – uma reforma tributária profunda neste País. O Dr. Manoel Procópio, que já foi lá, da Fazenda... Não é mais o momento, não quero aqui provocá-lo para uma discussão, mas sentimos que há uma dificuldade muito grande quando se fala numa reforma tributária também, porque, não sei se é apenas o temor de que qualquer reforma possa prejudicar a arrecadação, mas o que é sabido, que todos falam, é que o Brasil é um País que tem uma carga tributária, uma das maiores do mundo, o maior número de impostos do mundo, mas nós temos, na verdade, uma arrecadação, para esses patamares, ineficiente. Sabemos que temos uma sonegação fiscal muito grande.

Essa questão dos incentivos fiscais, sabemos que temos dificuldade em alguns Estados, e é aí que ficamos realmente com bastante temeridade, inclusive quando vimos aqui discutir essa questão da Resolução nº 1. Por isso eu, como Relator, não tenho pressa, não quero ter pressa, e, por isso, inclusive, cobrei que tivéssemos aqui, através desta Comissão, a possibilidade de continuarmos fazendo as audiências públicas, porque lá, na outra Comissão Especial, que na verdade foi criada agora, do avança Brasil, seria a coisa mais ou menos no atropelo.

Então, acredito que aqui nós teremos ainda tempo para discutir, para ouvir mais. Penso que a presença dos governadores é fundamental. Como fazê-la, também vamos discutir isso ainda, é claro, com o Presidente, porque penso que precisamos realmente ter, nos governadores e o Confaz, uma mesma linguagem. Só nesse ponto é que eu vejo que é positiva a aprovação do Confaz por unanimidade, porque, se fizemos também uma guerra em que vamos aprovar isso aí porque 51% do Confaz entende que deve aprovar dessa maneira e 49% disse que tem que ser de outra maneira, acho que também não é benéfico.

E, mais do que nunca, as regiões têm que buscar o equilíbrio, porque acabamos nós de Goiás com o Mato Grosso. Não, o Goiás criou um incentivo, o Mato Grosso é obrigado a criar, porque, se não, nós não vamos ter condições de competitividade. E aí vamos ficando numa situação que, no nosso caso, do Estado de Mato Grosso, realmente a situação é complexa, a forma com que foram concedidos muitos incentivos fiscais e, principalmente, setorizando. E, dentro do setor, uns têm, outros não têm.

Por isso, acredito que não é uma matéria fácil, não é uma matéria simples para estarmos aqui votando. Por isso que entendo que a discussão é oportuna e, nessa experiência que tenho tido aqui, toda matéria que votamos na pressão, em momento de comoção ou qualquer coisa, votou uma lei, dificilmente essa lei é uma boa lei. Temos exemplo agora: a Lei do Caminhoneiro, que votamos numa pressão e sabemos... Aliás, nem está funcionando direito, porque não regulamentamos também, e sabemos que isso causa impactos muito grandes. Só por exemplo, a questão do eixo suspenso; isso já impactou diretamente na questão das concessões, e aí uns levam vantagem, enfim.

Então, eu acredito que é neste ponto que eu quero aqui buscar, exatamente através do equilíbrio e da paciência, que possamos evoluir a fazer algo que seja bom para o Brasil como um todo. O Brasil, felizmente, é um País integrado, nós não temos dificuldades, como outros países, de guerras regionais. A nossa comunicação eu acho que é um ponto positivo, porque o Brasil é integrado também através da comunicação; o que acontece aqui, hoje, qualquer Estado, qualquer cidade mais do interior, lá do Amazonas ou do Nordeste, está sabendo. Então, hoje, felizmente, esse sistema de comunicação que o Brasil tem, que é quase que o único da TV aberta, acabou permitindo isso, e agora, com o avanço das mídias sociais, mais ainda, e falamos uma mesma língua.

Então, eu entendo que o Brasil, nós temos tudo para resolver mais uma crise, porque esta não é a primeira crise e, claro, todos os outros países também resistiram às suas. Nessa semana mesmo, na passada, eu estava nos Estados Unidos. É um país que acabou de sair da sua crise; está lá, já vivendo um momento de euforia, assim como outros países, a Europa, por exemplo, com todas as suas dificuldades. Estive agora, há pouco, também no Japão e na Rússia, onde fomos lá trabalhar a exportação da carne bovina, e cada país tem a suas especificidades e as suas dificuldades. Mas eu acredito que o Brasil ainda é o melhor país para se viver, o maior país de oportunidades.

Penso que, inclusive na crise, como ouvimos lá fora, agora é hora de ir para o Brasil. Por isso, penso que não é hora de pessimismo. Nós, principalmente, da classe política, temos que buscar – e não é salvar o Brasil – dar respostas principalmente à população que está aí, à juventude, enfim, que nos cobra mais qualidade no serviço prestado.

Aqui foi falado sobre a questão do imposto justo. O imposto justo é aquele imposto em que o setor público responde pelo que arrecada. E que tenha condições, também, de responder pelo que arrecada. O Canadá, por exemplo, é um país que tem uma qualidade de vida muito grande. Estão vivendo dificuldades hoje por lá. Quer dizer, é um país que, eu diria, é um dos exemplos no mundo em termos de prestação de serviço ao cidadão. A arrecadação já não está sendo suficiente para manter aquele tipo de serviço a que o país se propôs.

Mas quero aqui encerrar. Antes de encerrar o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30º Reunião da CDR.

Então, não havendo nenhuma manifestação em contrário, quero aqui pedir aos Senadores que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada a ata no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Quero aqui, finalmente, agradecer a todos os convidados, a todos aqueles que vieram, aos assessores da Casa. Espero que a gente possa evoluir de forma lenta e gradual, como foi proposta a democratização brasileira.

Muito obrigado

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE OUTUBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Regina Souza, Hélio José, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Dalirio Beber, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposição. ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, DE 2015 – Não Terminativo - Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral de visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Rio 2016. Autoria: Deputado Alex Manente e Deputado Carlos Eduardo Cadoca. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião da CDR.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado, juntamente com as notas taquigráficas.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

Pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral de visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Rio 2016.

Autoria: Deputado Alex Manente e outros
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação

Aprovado o relatório, a matéria segue para apreciação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra à Senadora Relatora, Lídice da Mata, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia, Presidente.

Trata-se, Presidente, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2015, do Deputado Alex Manente, que altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral do visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Rio 2016.

O relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.161, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Alex Manente, que altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral do visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro.

O Projeto acrescenta à referida lei o art. 130-A para estabelecer que portaria conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Turismo poderá dispor sobre a dispensa unilateral da exigência de visto de turismo previsto nesta Lei para os nacionais de países nela especificados, que venham a entrar em território nacional até a data de 18 de setembro de 2016, com prazo de estada de até noventa dias, improrrogáveis, a contar da data da primeira entrada em território nacional.

A proposição define, ainda, que a dispensa unilateral prevista não estará condicionada à comprovação de aquisição de ingressos para assistir a qualquer evento das modalidades desportivas dos Jogos Rio 2016.

A cláusula de vigência determina que a lei resultante do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

A matéria foi distribuída à CDR e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto em exame.

Análise. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2015, vem ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em cumprimento ao disposto no art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo o qual compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo.

Quanto aos aspectos constitucionais, o projeto mostra-se apto a receber o aval do Senado. Em termos formais, ele preenche os requisitos exigidos pela Constituição: não afronta cláusula pétrea, respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei e versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições dos membros do Congresso Nacional. Além disso, foram observadas as regras acerca da iniciativa parlamentar. Do ponto de vista material, o projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior.

Ademais, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e de regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o PLC nº 149, de 2015, ao permitir a dispensa do visto de turista por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, visa a facilitar o ingresso de maior número de visitantes estrangeiros no País, o que beneficiará toda a cadeia do turismo e dinamizará o setor de serviços em geral e, consequentemente, a economia local. O fato de se tratar de dispensa unilateral de visto, o que fere princípio basilar do Direito Internacional, qual seja, o da reciprocidade, em nada diminui o mérito da proposição em tela, tendo em vista a presença de dois importantes condicionantes: o visto é concedido apenas para os nacionais de países previamente determinados pelo Governo brasileiro e o benefício é concedido por prazo limitado pelo próprio texto legal, isso é, apenas para aqueles visitantes que venham a entrar no País até 18 de setembro de 2016.

Por fim, acreditamos que a iniciativa trará benefícios similares àqueles observados quando da realização da Copa do Mundo em 2014, período em que a cidade do Rio de Janeiro recebeu quase meio milhão de estrangeiros.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2015.

Como disse, Sr. Presidente, esse projeto tem uma grande importância e é defendido por toda a cadeia produtiva do turismo nacional, porque compreendemos que ele impulsionará a visita de estrangeiros ao Brasil, permitindo que, com esta visita – e acreditamos que é o que acontecerá –, na medida em que esses visitantes percebam a dimensão da beleza natural, da prestação de serviço de qualidade que o nosso País tem, virão novamente visitar o Brasil.

Há muitos anos, estamos entre quatro milhões e, agora, mais recentemente, cerca de cinco milhões de visitantes estrangeiros ao Brasil, que é uma média bastante baixa para as potencialidades do nosso País, comparado a outros países, inclusive da América do Sul.

Por isso, consideramos importante a votação desse projeto que vem sempre com a grande polêmica da reciprocidade e alguns militantes da área do turismo tinham a expectativa de que pudéssemos estender esse prazo para uma experiência maior, mas eu, concordando que é uma questão muito polêmica, acho que não deveríamos mexer no projeto, já que não recebeu nenhuma emenda, aprová-lo imediatamente, para viabilizar a preparação pelo Itamaraty, pelo Ministério da Defesa, pelo Ministério do Turismo, da sua implantação até o período das Olimpíadas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação da matéria.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para prosseguimento de tramitação.

Agradeço a presença dos Senadores e Senadores. O intuito desta audiência na Comissão foi justamente votar esse item, que é de suma importância, como foi dito pela Relatora, Senadora Lídice.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 9 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Simone Tebet, Davi Alcolumbre, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Dário Berger e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Dalirio Beber, Humberto Costa, João Alberto Souza, Jader Barbalho, José Medeiros, Ricardo Ferraço e Ronaldo Caiado. O Senador Hélio José justifica sua ausência, por meio do Memo nº 0155/2015 - GSHJOSE. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos 10/2015-CDR, 28/2015-CDR e 44/2015-CDR, com a finalidade de realizar a 1ª Audiência Pública que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), em atendimento ao artigo 96-B do RISF, com os seguintes temas: a Política Nacional de Saneamento Básico e a interface com as Políticas de Desenvolvimento Urbano, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Regulação Fundiária; Reservação de Água para consumo humano; e Despoluição de Recursos Hídricos. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Marcos Thadeu Abicalil, Especialista Sênior em água e saneamento do Banco Mundial; Patrícia Valéria Vaz Areal, Coordenadora Geral de Cooperação técnica em saneamento da FUNASA; Gisela Damm Forattini, Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas (ANA). Às dez horas e vinte um minuto o Senador Randolfe Rodrigues passa a presidência ao Senador Davi Alcolumbre. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Randolfe Rodrigues e Simone Tebet. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 32ª Reunião que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Cumpre a esta Presidência reiterar o comunicado da Diretoria das Comissões quanto à tramitação de projetos no âmbito das comissões.

Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015, a partir de 05 de outubro de 2015, não mais serão enviados os processos físicos aos gabinetes dos relatores designados. Tal instrução normativa considera, entre outros pontos, a aplicação da política de gestão do processo legislativo eletrônico e a responsabilidade pela implantação, coordenação, gerenciamento e normatização desse processo. Se for necessário o acesso físico ao processado da matéria, a Secretaria da Comissão encaminhará ao interessado, mediante solicitação, ressalvados os casos em que seja concedida vista coletiva.

Por essa razão, solicitamos às Srªs e aos Srs. Senadores que atentem a esse novo procedimento, com vista a colaborarem com a sua integral implantação no âmbito desta Casa Legislativa.

Comunico ainda que a Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional recebeu expediente do Tribunal de Contas da União, confirmando a participação na audiência pública agendada para 11 de novembro 2015, que irá tratar das novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a contratação direta de companhias aéreas sem intermediação de agências de viagens, matéria sob exame do Tribunal de Contas da União, na Representação 019819, de 2014. Tal expediente vem acompanhado de mídia eletrônica, com cópias do auto do referido TC que trata do assunto, objeto da nossa futura audiência pública naquela corte.

A fim de subsidiar a todos quanto ao assunto, as informações encaminhadas estão disponíveis na Secretaria da Comissão para consulta dos Parlamentares.

Por fim, recebemos expediente do Senador Hélio José, informando que o mesmo estará ausente dos trabalhos desta Comissão em virtude de estar em missão internacional no período de 28 de outubro a 1º de novembro de 2015.

Feitos esses comunicados, daremos, de imediato, início a esta audiência pública.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da 1ª audiência pública que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de debater os seguintes temas: política nacional de saneamento básico e a interface com as políticas de desenvolvimento urbano, recursos hídricos, meio ambiente e regulação fundiária; reservação de água para consumo humano; despoluição de recursos hídricos.

Já se encontram presentes para esta audiência, as quais convido para compor a Mesa, as seguintes autoridades: Sr. Marcos Thadeu Abicalil, Consultor do Banco Mundial para água e saneamento – por favor; Srª Patrícia Vaz Areal, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica em Saneamento da Funasa; Srª Gisela Damm Forattini, Diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas.

Bom, em conformidade com o art. 99, §§2º e 3º, do Regimento Interno Senado Federal, a Presidência adotará para esta audiência pública as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos pra fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação por parte das Srªs e dos Srs. Senadores inscritos. A palavra às Srªs e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: o Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br, e pelo Alô Senado número 0800-612211.

Queria informar também aos nossos convidados a circunstância de a quarta-feira ser sempre excepcional, como todos sabem. São só 81 Senadores, ou melhor, 80 Senadores, excetuado o Presidente, para tantas comissões. E, a partir das 10 horas, também terei três projetos para relatar na Comissão de Constituição e Justiça, mas até lá, com certeza, o Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão, estará aqui para nos auxiliar na condução.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Claro, claro.

Então, atendendo os pedidos aqui, concedo a palavra, inicialmente, à Drª Gisela Damm Forattini para sua exposição, por até 15 minutos.

Drª Gisela, fique à vontade.

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – Obrigada, Senador. Em nome da Agência Nacional de Águas, eu agradeço à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ao Senador Davi e ao Senador Randolfe Rodrigues por este convite, por este debate, que considero de extrema importância para o Brasil.

Eu trouxe até uma apresentação, Senador, mas vou me furtar. Eu vou mais para essa fala que trouxe. Deixo a apresentação – se tivermos algumas questões mais específicas, eu entro na apresentação – dado o adiantado da hora e o que o senhor já disse que teria que sair para mais três comissões.

Bom, temos claro que para uma boa gestão de recursos hídricos, além de conhecermos a disponibilidade desses recursos, é fundamental conhecer as demandas. É assim que a gente vem trabalhando com os vários setores, incluindo aí o setor de saneamento.

A Agência Nacional de Águas vem observando as diretrizes estabelecidas para o saneamento básico na Lei nº 11.445, de 2007, na medida em que tem contribuído com estudos e propostas no âmbito do abastecimento de água potável e do esgotamento sanitário em rios de domínio da União. E trago algumas boas notícias, Senador. Enfim, estudos importantes que darão base ao Plansab. Por isso, até coloquei ali: subsídios à implantação do Plansab.

Esta apresentação trata, especificamente, do Atlas do Abastecimento de Água, lançado pela Agência Nacional de Águas em conjunto com vários parceiros, em 2006, e também desse atlas de poluição de bacias hidrográficas, onde a gente faz uma análise mais profunda de tratamento de esgotos para todos os Municípios do País. Vamos lançar no primeiro semestre de 2016, junto com o Banco Mundial, o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente, onde cremos que é uma base sólida para a implementação do Plansab.

Bom, a Agência Nacional de Águas tem como competência, pela Lei nº 9.984, no seu art. 4º, promover a elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos d'água, na alocação e distribuição de água e no controle de poluição hídrica, em consonância com o estabelecido nos planos de recursos hídricos. E uma das questões que nos colocaram para esta audiência específica é a questão exatamente da despoluição dos rios.

Então, a ANA vem construindo novas formas de lidar com as questões abordadas pela área de saneamento para além dos projetos, levando em conta as diferenças regionais, culturais e políticas que nos impõe o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e fortalecendo algumas parcerias estratégicas.

Diante de incertezas futuras quanto à disponibilidade e demanda de água e à possibilidade de eventos hidrológicos ainda mais críticos, mais frequentes e ainda mais severos, como os que estamos vivenciando nos dias de hoje, cresce a importância de contar com capacidades técnicas, planejamento adequado, instrumentos de cooperação entre entidades diferentes, esferas e setores.

Apesar da relativa qualidade dos serviços prestados em relação ao abastecimento de água, principalmente a urbana, quando voltamos a nossa atenção para a coleta e tratamento de esgoto, verifica-se um déficit significativo de atendimento do serviço de esgotamento sanitário no Brasil, frente à demanda imposta pelo rápido crescimento dos centros urbanos do País.

A interface explícita desse problema com a qualidade das águas superficiais torna imperativo o envolvimento da Agência Nacional de Águas nesse tema.

Necessidade esta corroborada pela recorrente identificação do esgotamento sanitário como um dos principais problemas elencados nos planos de bacias hidrográficas elaborados nos últimos anos, além de se traduzir em montante significativo de recursos e respectivos programas de investimento, chegando a superar 80% dos empreendimentos previstos, como nos casos do plano da Bacia do Doce, onde o saneamento aparece com 90% dos recursos; Tocantins-Araguaia, 92%; e São Francisco, 84%. Estou falando dos nossos planos de bacia hidrográfica.

Bom, entre as ações que a agência vem fazendo, além desses dois atlas, eu posso citar aqui o Prodes (Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas), que acho que é um velho conhecido de todos, que foi lançado em 2001, com o propósito de reduzir a descarga de esgotos não tratados para a recuperação da qualidade das águas. Esse programa criou incentivos financeiros para a realização de novos investimentos em implantação de estações de tratamento de esgoto ou ampliação e melhoria das ETEs já existentes, mediante um sistema de aporte de recursos financeiros em função de resultados efetivos.

A ANA já destinou cerca de R$375 milhões para 77 Estações de Tratamento de Esgoto. Cerca de R$16 milhões são oriundos da cobrança e R$358 milhões são do próprio orçamento da agência. A boa notícia é que, nessa segunda-feira que passou, aprovamos, na nossa reunião de diretoria colegiada, mais cinco projetos do processo seletivo do Prodes. Esses cinco envolvendo a ordem de R$15 milhões.

Em 2011, nós lançamos o Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água. Era uma consolidação dos estudos que já vinham sendo desenvolvidos desde 2005, com o objetivo de analisar a oferta de água à população urbana brasileira e propor alternativas técnicas e investimentos para garantir o abastecimento e um horizonte de mais longo prazo aos 5.565 Municípios do País. O que estou dizendo é que, desde 2011, a agência disponibilizou esse atlas, e apresentávamos para todos os Municípios do País qual seria o melhor arranjo em termos de abastecimento.

Bom, o Atlas Brasil de Abastecimento também avaliou, de uma forma expedita, a necessidade de ações de coleta e tratamento de esgoto. E, lá naquela época, já haviam sido estimados R$47,8 bilhões, necessários ao investimento de coleta e tratamento.

Também foi concebido, em parceria com o Ministério das Cidades e o Banco Mundial, por meio do Interáguas, contando com a colaboração dos Estados – a Funasa também entrou fortemente no Atlas de Abastecimento de Água –, agora, o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas. Ele está em andamento. Ele analisa a situação de esgotamento sanitário de todos os Municípios do País. E lançaremos esse arranjo, evidentemente com todos os nossos parceiros desse trabalho, no primeiro semestre de 2016, fornecendo para cada Município qual seria o melhor arranjo de esgotamento.

Esse atlas tem basicamente dois objetivos: promove um diagnóstico das condições atuais de atendimento por coleta e tratamento de esgoto urbano das sedes municipais de todo o País e identifica alternativas técnicas para redução da carga proveniente de esgotos urbanos de forma a compatibilizar a qualidade da água dos corpos receptores com o abastecimento urbano e reservatórios de usos múltiplos. Então, o atlas considera aspectos como padrões legais vigentes de condição de lançamento final de efluentes em corpos d'água e fornece subsídios ao enquadramento em classes de usos dos corpos receptores e usos desejados na água desses corpos hídricos e que ainda não possuem metas de enquadramento.

O que ele traz em seu bojo? Os recursos alocados para o Atlas de Despoluição são da ordem de 5,3 milhões. E, como eu disse, o nosso término está previsto para o primeiro semestre de 2016. Então, ele traz em seu bojo duas novidades, na verdade. Ele traz também a modelagem de qualidade d'água. São diversos cenários para diferentes vazões: Q95, a vazão média de longo termo.

Enfim, como eu disse no início, acho que será um subsídio de peso a implementação do Plansab. Temos trabalhado muito junto, como já disse, com o Ministério das Cidades, com o Banco Mundial, com a Funasa e com os Estados, sem dúvida, porque todos aqueles reguladores dos serviços de saneamento validam esses arranjos – evidentemente, nós sugerimos – de esgotamento sanitário para poder, então, serem considerados no atlas.

Bom, deixo um desafio e, se tiver mais tempo, posso entrar na minha apresentação só para mostrar alguns arranjos para vocês. Eu acho que a questão de saneamento nos apresenta um desafio fantástico do ponto de vista de regulação. Recentemente, por ocasião do IX Congresso Brasileiro de Regulação, organizado pela Abar (Associação Brasileira de Agências de Regulação), o nosso Diretor-Presidente, Vicente Andreu, apresentou algumas reflexões sobre a regulação do uso da água pelo setor de saneamento e a regulação do serviço saneamento.

A grande maioria das agências reguladoras estaduais de saneamento não outorga o uso dos recursos hídricos, tendo as suas funções limitadas a questões relativas à regulação da prestação de serviços de saneamento, evidentemente. É essa competência. Ainda há uma evidente falta de articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados responsáveis pela outorga com aqueles responsáveis pela regulação da prestação de serviços de saneamento, pelo menos nas dimensões que essas articulações poderiam ser exercidas.

Em geral, as concessionárias de serviços de saneamento têm valores de vazão de outorgas discrepantes daqueles efetivamente operados. Não raro há sensíveis diferenças para maior entre os valores nominalmente concedidos e aqueles efetivamente captados, o que pode acarretar – ou o que já está acarretando – problemas para a gestão dos recursos hídricos em situações de escassez. Isso ocorre, na maioria das vezes, por medida de precaução dos concessionários, cautelosos em estabelecer suas reservas de água para o horizonte de mais longo prazo, desconsiderando, muitas vezes, os avanços obtidos com as pactuações decorrentes da regulação exercida pelas agências estaduais no sentido de melhoria da eficiência ou diversificação de mananciais, por exemplo. Nessas hipóteses, os valores de vazão não efetivamente utilizados pelo setor não são percebidos pelos respectivos órgãos gestores de recursos hídricos, ficando, muitas vezes, indisponíveis para demais usos. Os órgãos gestores, por sua vez, acolhem tal precaução das empresas de saneamento e adotam as vazões de final de projeto durante todo o período de exercício dessa outorga.

Da mesma forma, a pactuação sobre diminuição de percentuais de perdas no sistema de distribuição de água das concessionárias de saneamento no âmbito estadual poderia disponibilizar, ao longo dos anos, quantidades significativas de água nos mananciais das cidades brasileiras, aumentando a disponibilidade desse recurso, o que, em momento de escassez, como já disse, como o que estamos vivendo, como o que atravessamos hoje em dia, pode fazer uma grande diferença. Então, as outorgas na medida exata e a questão da diminuição dos percentuais de perdas na distribuição.

Esse cenário apresenta oportunidades enormes de sinergia, a exemplo da possibilidade de institucionalização de um procedimento flexível de outorga associado a metas progressivas de eficiência no uso ou de diminuição de perdas, criando um cronograma que resulte no aumento de disponibilidade de água, que pode ser essencial em situações críticas como a que estamos vivendo.

Então, Senador Randolfe, era basicamente isso. Eu gostaria que meus colegas de Mesa falassem e, se ficar faltando alguma coisa ou até nas perguntas subsequentes, eu posso tecer mais detalhes na apresentação.

Muito obrigada pela oportunidade de a Agência Nacional de Águas estar, mais uma vez, aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O agradecimento é nosso, Drª Gisela. Muito obrigado pela sua exposição e pelas informações que a senhora traz a esta Comissão e à construção do Plano de Saneamento Básico.

Ato contínuo, concedo a palavra ao Sr. Marcos Thadeu Abicalil para sua exposição.

Dr. Marcos Thadeu, fique à vontade.

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Randolfe. Em meu nome pessoal e do Banco Mundial, agradeço a oportunidade que o Senado Federal nos dá de dialogar sobre este tema de enorme relevância para o desenvolvimento regional. Não é possível, em nenhum país do mundo, que haja desenvolvimento regional territorial sem que se tenha garantido o acesso à água tanto para a garantia das necessidades humanas básicas quanto para a garantia de produção, quer seja urbana ou rural. Há uma intrínseca relação entre desenvolvimento regional territorial e sistemas hídricos e infraestrutura hídrica. E este tema é bastante relevante para nós, do Banco Mundial, e para nossa atuação aqui, no Brasil.

O Banco Mundial é um parceiro do Brasil já há bastante tempo. Desde os anos 70, o banco tem atuado em parceria, primeiro, com o Governo Federal e, de forma crescente, com os governos estaduais e municipais. Vale lembrar que o Brasil é um país de referência para a atuação global do Banco Mundial também no setor de água, particularmente em assuntos como financiamento subnacional. Foi o primeiro País do mundo que o Banco Mundial pôde financiar como ente subnacional. E o primeiro setor do mundo foi o setor de saneamento, com empréstimo à Sabesp na década de 70, no Estado de São Paulo.

Mas mais do que isso, porque aqui, no Brasil, nós podemos, em função dessa parceria entre as demandas que o País nos coloca nos diversos níveis de governo e essa construção conjunta do que são projetos financiados com recursos do Banco Mundial, construir uma visão de gestão integrada de recursos hídricos, gestão integrada entre água e cidades, em que não financiamos mais apenas a infraestrutura de água ou de esgoto,

mas senão colocá-la dentro de um escopo muito mais amplo que começa no olhar sobre o território, sobre a bacia hidrográfica. A partir da bacia hidrográfica, identificam-se quais são os problemas. E, dentro da limitação dos recursos para o empréstimo que o Banco Mundial pode ter, define-se com clareza quais são as prioridades de intervenção para que possamos ter uma solução mais sustentável a longo prazo no que se refere à gestão da água no meio urbano ou no meio rural.

Dada essa breve introdução, eu passo às três questões colocadas pelo requerimento de V. Exª para a Comissão, que gerou o convite ao Banco Mundial e também ao Governo Federal, que é um grande parceiro do banco no Brasil, sobre os temas da relação entre a Política Nacional de Saneamento e as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, gestão do território e urbana, sobre a questão do armazenamento de água e sobre a questão da poluição hídrica.

Primeiro, vale ressaltar, e aí coloco um pouco a minha fala pessoal... Eu era um ativo membro das discussões da proposta de lei que, depois, virou a Lei nº 11.445, de 2007, ainda antes do meu ingresso no Banco Mundial. O Victor Carvalho Pinto, assessor do Senado, também estava nessa discussão do saneamento na época. O Brasil optou por uma definição de saneamento básico, digamos, única no mundo, que incluiu quatro subsetores: o abastecimento de água, o esgoto, a drenagem e os resíduos sólidos urbanos.

Como o dispositivo constitucional se refere à política urbana, essa política de saneamento ficou muito vinculada aos temas do saneamento urbano, e o Brasil ainda tem uma lacuna importante. A Funasa ocupa parte desse espaço no que se refere a questões de infraestrutura com relação ao saneamento no âmbito rural. Embora o Território brasileiro e a população estejam se modificando de forma bastante acentuada, ainda temos um grande problema no que se refere ao saneamento rural ou áreas remotas, especialmente na Região Norte do Brasil, de onde vem V. Exª, onde o desafio da urbanização se coloca agora naquilo que outras regiões no Brasil enfrentaram há 40, 50 anos.

Então, ao tratar desses quatro subsetores, há diferenças importantes entre eles. Eu vou aqui me ater a três deles: água, esgoto e drenagem, que, de fato, referem-se ao uso da água, à infraestrutura hídrica ou aos impactos diretos sobre a água. Vou deixar o resíduo sólido, que tem uma política específica, que é outra legislação. Não vou tratar dele neste momento.

No que se refere ainda à água e esgoto, é importante destacar que, com relação à drenagem, há outra diferença muito importante no que se refere à Política Nacional ou às políticas de serviços de infraestrutura. Um pouquinho no campo jurídico, a água e o esgoto são serviços considerados como *uti singuli,* que presto individualmente a cada cidadão, domicílio ou usuário. Consigo medir, consigo calcular o custo e, portanto, tenho uma tarifa para fixá–lo.

No caso da drenagem, que é colocada como serviço *uti universi*, que é prestado a todos indistintamente, o mecanismo de financiamento é bastante diferente ou é difícil colocá-lo por meio de tarifa. Há, algumas vezes, situação de taxa ou paga por impostos gerais de nível municipal ou de nível estadual quando tratamos da macrodrenagem. E essa distinção jurídica, com enormes impactos financeiros, leva a um arranjo institucional tanto de regulação quanto prestação de serviços bastante distinto, com um avanço muito maior no que se refere à água e esgoto do que na drenagem, porque água e esgoto têm essa capacidade de geração de receita a partir da cobrança de tarifas dos seus usuários. Então, a gente precisa distinguir isso quando relaciona esses serviços de infraestrutura de formas bastante diferentes.

Ao olhar a política e olhá-la para frente, não podemos nos esquecer do passado. Por que o Brasil ainda tem hoje um déficit bastante grande no que se refere à água e esgoto, um déficit, diria, incalculável ou sem cálculo ainda com relação a serviços de drenagem urbana ou de controle de cheias? A gente não tem sequer uma avaliação mais sofisticada do que seria o próprio déficit. Não podemos esquecer que o Brasil, em 50 anos, enfrentou uma transição demográfica que a Europa, por exemplo, enfrentou em 150 anos. Então, a mudança do padrão de urbanização brasileiro com o padrão etário e com a urbanização que o Brasil enfrentou dos anos 60 até agora equivale ao período europeu de 150 anos. Então, essa velocidade de crescimento populacional de urbanização acelerada que nós enfrentamos colocou sobre os serviços de infraestrutura e os serviços urbanos uma enorme pressão sobre o País, especialmente a partir dos anos 60.

Vale lembrar para os mais velhos, como eu, que, em 1970, nós cantávamos "90 milhões em ação" em um período de ditadura, mas havia a ilusão de metade da população urbana: 45 milhões. Hoje, nós somos 205 milhões de brasileiros e somos 85% urbanos.

Então, isso significa que a população urbana brasileira, de 1970, que é o marco desse grande crescimento, até hoje, cresceu aproximadamente 140 milhões de pessoas. Isso equivale a uma população maior que a da Alemanha, maior que a do México, maior que a da Itália.

E esse crescimento gerou a pressão sobre as cidades. Aí há relação entre... (*Ininteligível.*)... e política urbana, que faz com que o saneamento, na verdade, em vez de poder se antecipar e prover infraestrutura para

que a cidade ocupasse aquele espaço de forma adequada e sustentável, tivesse que – entre aspas – "correr atrás da dinâmica urbana". Isso gera uma série de problemas, que podemos verificar, tanto no que se refere ao acesso quanto no que se refere à qualidade do serviço, mas também com relação àqueles outros dois temas: o da segurança hídrica ligada ao armazenamento de água e também o da poluição hídrica. Eles estão intrinsecamente relacionados ao processo de urbanização.

Essa pressão fez com que o Brasil fosse capaz de organizar um sistema, uma grande reforma do setor, muito criticada pelo momento não democrático que o Brasil vivia de ditadura nos anos 70, mas gerou uma grande reforma do setor em 1972 e criou um modelo que até hoje persiste no que se refere a como se presta o serviço, majoritariamente por meio por meio de companhias estaduais e, em segundo lugar, por meio de serviços municipais – grosso modo, 70%, companhias estaduais; 25%, municipais; 5%, hoje, na mão de concessões ou parcerias público-privadas com o setor privado. Criou um sistema tarifário baseado em equilíbrio global, em que os que consomem mais pagam mais; os que geram uma receita a grandes cidades pagam mais para subsidiar pequenas cidades; usuários não residenciais pagam mais para subsidiar os residenciais. Criou-se uma política tarifária de compensações de consumo e de renda, chamada subsídio de cruzado, que, obviamente, cria distorções, mas até hoje essa é a base que sustenta o setor no Brasil, que, apesar de ter organizado e quase conseguido, nesses 50 anos, levar água a 120 milhões de pessoas que não tinham, as que cresceram nesse período, e esgoto a 90 milhões de pessoas, ainda há um grande déficit. Esse déficit tem uma distinta característica. No que se refere ao abastecimento de água, um déficit que está concentrado em populações rurais. Aí eu falo em vilas, povoados, aglomerações rurais. Às vezes, a gente perde dimensão do que é o rural, porque a nossa dimensão de rural e urbano no Brasil é uma dimensão legal.

Aquela população na sede municipal ou sede distrital é urbana independentemente de tamanho, densidade ou atividade econômica. Então, isso faz com que cidades de 5 mil habitantes, que poderiam ser rurais, sejam urbanas. Isso distorce um pouco a questão do déficit. Mas também temos populações dispersas.

Outro dia, surpreendi-me com a quantidade de localidades rurais no Estado do Ceará: 6 mil, que têm que prover serviços, cidades que têm mais do que 50 habitantes no aglomerado. Isso no Estado do Ceará. Imagina em Estados como o Pará, como o Amazonas, como o Acre. Estamos trabalhando em cidades consideradas urbanas em que o único acesso é por barco, quando o rio permite acesso por barco – estou falando de rios que variam muito ao longo do ano –, ou por avião para aqueles que podem pagar um avião particular, porque não há aviões de linha nessas regiões.

Esse déficit de água está muito concentrado, hoje, em populações chamadas rurais e em pequenas cidades. O déficit de acesso.

Há outro déficit muito importante que tem crescido ao longo dos anos, déficit a que a ANA tem dedicado uma atenção bastante relevante. E nós somos felizes por ser parceiros da ANA nessas iniciativas, por meio do Atlas, abastecimento de água no Nordeste, Atlas Brasil, por meio dos estudos sobre segurança hídrica, que é o déficit de segurança hídrica, em que eu tenho a infraestrutura, mas não garanto que ela esteja o tempo todo abastecida com quantidade de água em pressão suficiente para garantir a sua qualidade. Esse é um problema crescente no Brasil tanto em regiões que se expandem muito, como a Região Norte do País – a Região Norte cresce mais do que o dobro do Brasil em população urbana –, quanto no Nordeste do Brasil. No Nordeste, estamos agora indo para o quinto ano consecutivo de seca. O El Niño que se forma agora tende, segundo estudos do Inpe, a ser o pior da história ou o segundo pior da história, o que indica mais um ano de seca. Cinco anos consecutivos de seca no Nordeste, seca climática, que pode significar seis ou sete anos de seca hidrológica. E também regiões, eu diria, de estresse ou escassez hídrica, onde reside a maior parte da população brasileira, que são os grandes centros urbanos na região costeira brasileira, que é uma região que não tem disponibilidade hídrica segura para a quantidade de pessoas que lá residem. É o caso da Grande São Paulo, com seus 20 milhões de habitantes, do Grande Rio, com seus 11 milhões de habitantes, da Grande BH, com seus 6 milhões de habitantes. Algumas regiões estão em situação de escassez hídrica, e outras, de estresse hídrico, tema que a ANA também acompanha, monitora e classifica, migrando de estresse para escassez hídrica.

Então, esse é outro tipo de déficit que o Plansab, na nossa avaliação, não captura. Ele captura, digamos, a captação de água... Como a Gisela falou, o serviço de água começa na captação de água no reservatório ou no rio. Então, a infraestrutura que foi colocada no Plansab como suas metas se referem a esse ponto de captação abaixo. E não trata desses temas que são de grande incerteza ainda. Nós não sabemos como esses cenários de longo prazo vão acontecer em termos de segurança hídrica, mas, certamente, vão gerar grandes necessidades de investimento, investimento em infraestrutura que não serão barragens, por exemplo, do setor elétrico, mas serão barragens que poderão gerar energia, poderão fazer irrigação, poderão abastecer cidades, poderão fazer controle de cheias ao mesmo tempo. E isso vai exigir, além de financiamento para a sua construção, todo um arranjo de financiamento para a sua operação e manutenção e para a gestão dessas infraestruturas que são

de interesse comum. Esse é um tema que, diria, na avaliação do Plansab, precisaria ser também condenado, porque hoje ele não integra a agenda do Plansab.

Há um terceiro déficit muito relevante, que impacta os outros dois – de acesso e de segurança –, que é o déficit de eficiência.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – O setor no Brasil ainda sofre bastante de ineficiências típicas de um país em transição. Então, há um espaço bastante grande para aumentar a eficiência do setor. Há vários mecanismos de incentivo à eficiência econômica operacional. Um deles, principal, eu diria, independente de quem presta o serviço, se é o municipal, se é o Estado ou o setor privado, são arranjos regulatórios.

A Lei nº 11.445 estabeleceu uma âncora regulatória bastante importante. E o Brasil ainda tem um caminho longo para implementar a lei. A lei se antecipou à realidade e estabeleceu um conjunto básico de sistemas regulatórios entre processos de regulação, agências de regulação, métodos de regulação, colocados em diretriz nacional, que ainda faltam a ser desenvolvidos em muitos Estados do Brasil. Imagino que, segundo dados da Abar, hoje 14 Estados estão mais avançados, mas os outros 13 ainda estão precisando avançar. E há muitos poucos dados sobre os 1.400 Municípios que têm serviços autônomos. A regulação é um dos pilares importantes para o tema do déficit da eficiência.

Esse conjunto de déficits gera um investimento, previsto no Plansab. E o Brasil hoje tem logrado investir na média anual, segundo os dados do Ministério das Cidades, nos últimos 10 anos, cerca de...

(Interrupção do som.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – Eu não tenho aqui a lista deles, mas, certamente, no *site* da Abar (Associação Brasileira de Agências de Regulação), é possível ver os Estados que têm agência reguladora atuando em água, porque eles têm câmaras por setores. Podem olhar em cada agência qual o conjunto regulatório que está desenvolvido, se já tem legislação, se tem agência instituída. Há Estados, Senador, que têm lei, mas não têm agência, não têm quem implemente a lei ou o processo de implementação é muito embrionário ainda.

Estamos trabalhando agora com alguns Estados. O exemplo que lhe dou agora é Sergipe. Temos um financiamento para Sergipe focado na melhoria da gestão da água no Estado de Sergipe, com investimentos e melhoria hídrica na Bacia do Rio Sergipe, e vamos apoiar lá a constituição de uma agência reguladora, que está na lei, mas nunca foi, de fato, implementada. Então, esse é um exemplo de Estado que está em estágio embrionário. Há Estados mais avançados, como o Ceará, por exemplo, que é o primeiro Estado do Brasil a ter uma agência reguladora nos moldes da lei federal até antes da lei federal, como o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Sul. São Estados que estão avançando. Há uma atuação hoje bastante interessante do Ministério Público no sentido de, quando vêm reajustes tarifários, verificar se está cumprindo a lei. Um dos pontos que aparecem é entre o cumprimento da lei e se há existência dessa agência independente. Entretanto, a situação nesses 1.400 Municípios de autônomos é muito mais precária, porque não têm a escala de um Estado para ter capacidade de fazer isso e nem têm as pressões de fazer isso. Então, a situação, diria, corre – entre aspas – "solta", sem a instituição dessa agência regulatória.

Voltando, se me permite, ao tema do investimento, nós estamos investindo hoje cerca de 40% do que teríamos que investir. Nós estamos investindo hoje, em proporção do PIB, no Brasil, nesta década, cerca de pouquinho abaixo de 0,20% do PIB. O Brasil já foi capaz de investir somente em água e esgoto – não falo nem em drenagem – 0,45% do PIB. Isso mostra uma redução de capacidade de investimento muito significativa ao longo dessas cinco décadas que o setor se reorganizou dos anos 70. Então, temos uma média de 0,38% do PIB na década de 70; chegando a 0,45%; que caiu para 0,30%, 0,25% na década de 80; 0,20% na década de 90; e continuamos com 0,20% do PIB até hoje. Então, nos últimos 20 anos, a gente não consegue. Varia um pouco mais, um pouco menos, mas, na média atual, estamos investindo 0,20% do PIB, quando a necessidade seria superior a 0,4% PIB somente naquilo a que eu e a Gisela nos referimos: da captação de água para abastecimento domiciliar, coleta do esgoto e tratamento do esgoto. Não entramos aqui no chamado tema da segurança hídrica. Um exemplo: transposição do Rio São Francisco, uma obra de fundamental importância para o Nordeste, para o semiárido brasileiro. Esse tipo de investimento, que é segurança hídrica, não está contemplado nas contas do Plansab. Ele está fora. Ele é outro arranjo financeiro, outro arranjo operacional.

Precisamos, então, com esse cenário, aumentar o investimento. E nós temos, agora, no setor que é dominado pelo setor público, 85% do setor prestados por empresas ou autarquias públicas, que dependem de finan-

ciamento do setor público. E, em um cenário de crise econômica na América Latina, como um todo, e no Brasil, em particular, vai criar uma dificuldade adicional, a médio prazo, para alcançar essa expansão do investimento.

Então, hoje há um cenário de incertezas econômicas. Eu diria que haverá impactos. O financiamento federal, o OGU, e sobre o financiamento das linhas de crédito da Caixa e do BNDES vão sofrer restrições tanto da oferta do crédito quanto da demanda, por conta das restrições que vão ser colocadas ao endividamento do setor público.

No próprio Banco Mundial, este ano, não há nenhuma operação de crédito nova. Nós estamos assinando operações de crédito aprovadas no Senado no ano passado. Estamos assinando agora. Não há nada novo no momento. Isso vai gerar uma redução do investimento, uma inércia dessa redução. E vamos ter uma retomada, talvez, em três ou quatro anos. Vamos ter três ou quatro anos de uma queda do investimento médio, agravando a situações desses três tipos de déficit: o déficit de processo, o déficit da eficiência e o déficit da segurança hídrica.

Vou tratar rapidamente dos outros dois pontos colocados no questionamento do seu requerimento. O tema do armazenamento de água. Eu entendi, pela pergunta, que há uma preocupação com esse tema no ponto de vista domiciliar. Eu diria que hoje qualquer água é importante. Então, em locais em que não tenho água por insegurança hídrica, eu tenho que buscar novas fontes de água. Quais são as soluções para isso? Eu vou pegar o caso do Nordeste brasileiro. A transposição do São Francisco é exatamente isto: não há água em uma parte importante do semiárido nordestino. Eu preciso ter uma fonte segura de água. Eu fui transpor a água do São Francisco por meio de um sistema regional. Essa é uma tendência. Cada vez mais o Brasil precisará ter sistemas hídricos de âmbito regional, porque a água não se adstringe ao âmbito local. Ela não está ligada à cidade. Está ligada ao ambiente, ao território. Ela é de âmbito sempre regional. A própria Constituição Federal reconhece esse caráter regional da água, dizer que tenho no Brasil dois tipos de água: a água nacional e a água estadual. Não local, por conta da sua conformação geomorfológica.

A segunda água que vou buscar, se não há mais água no nível local, é o reuso de esgoto. Quer dizer, permitir que eu possa tratar o esgoto e avançar com ele em uma nova utilização, seja para irrigação, seja para uso urbano e industrial. É uma nova fonte de água estou criando, que o Brasil precisa criar.

E eu tenho as fontes ou em regiões que são isoladas, para onde é muito caro levar água, e vou buscar outras soluções, como, por exemplo, no programa do semiárido nordestino, de um milhão de cisternas, e no programa Água para Todos, do Governo Federal, água doce. Vou buscar fontes de água que sejam dessalinizadores de poços que têm água salobra ou armazenamento de água de chuva. Armazenar água de chuva pode funcionar em qualquer lugar do Brasil desde que – aí eu preciso garantir a segurança dessa água – seja articulada com, por exemplo, o Programa Saúde da Família ou o Programa Mais Médicos, uma atenção básica à saúde dessas famílias em condição de vulnerabilidade por renda ou por remoticidade da sua moradia. Eu preciso garantir que essa água que armazeno seja segura para o consumo humano. Então, a coordenação entre políticas de saúde pública e atenção básica à saúde com o abastecimento de água é bastante relevante.

Mas há outro tema ligado ao armazenamento domiciliar de água, que é norma brasileira. Nossas edificações no Brasil, por força de normas da ABNT, exigem que eu armazene água, tanto para consumo quanto para segurança da edificação, como, por exemplo, o combate a incêndio. E por que as normas exigem que eu armazene água? Porque os nossos sistemas de abastecimento de água não são seguros ao ponto de vista de garantir que terei água 24 horas por dia todos os dias do ano a uma pressão mínima, por exemplo, de dez metros, que é a pressão mínima de norma brasileira para que a água possa subir, e que garanta tanto o consumo quanto a segurança da edificação.

Como não tenho sistemas de água com essa capacidade, obrigo a ter armazenamento doméstico para garantir as duas situações. E, de fato, se mostra muito importante quando há situações de racionamento, em que as populações, quando têm água em sua casa, enchem seus reservatórios e passam dois, três dias podendo abastecer. Não resolve casos como o de, agora, Santa Cruz do Capibaribe, lá em Pernambuco, na Bacia do Rio Capibaribe, cujo reservatório principal, Jucazinho, está chegando a zero, já no volume morto, mas chegando a zero no volume morto, e está tendo água um dia sim e 28 não. Aí não há condição sequer de abastecimento doméstico para essa água.

O que há que se ter cuidado, e a legislação Federal tratou disso, é que eu preciso garantir que essa água seja segura para o consumo humano. Então, esse é um tema que diria relevante.

E um tema novo, em função das incertezas, é que nós podemos avançar mais, do ponto de vista urbano, digamos, no aproveitamento das águas urbanas. Então, posso aproveitar a água de chuva. Se tenho reservatório de água de chuva para reduzir cheias – o caso de Belo Horizonte, na noite passada, é um exemplo, mas há centenas no Brasil todos os anos –, eu posso armazenar essa água, reduzir, controlar as vazões de cheia, tratar essa água, porque ela tem poluição, e posso reutilizá-la. É um exemplo.

Em edificações de grande porte, eu posso utilizar a água de chuva para drenagem, para lavagem, para resfriamento do sistema de ar condicionado. Então, há um conjunto de medidas que entram nessa agenda de cidades sustentáveis, de adaptação do setor de água às mudanças climáticas, que o Brasil pode avançar muito importante do ponto de vista tanto da política urbana quanto da política ambiental e da política mesmo de serviços de água, quando for coletiva no que se refere à água, quando for individual de política urbana ou de política ambiental.

O último ponto, para não afastar muito do meu tempo, Senador, se refere ao tema da poluição hídrica. Eu falei aqui muito de escassez hídrica. E a escassez é gerada por duas condições: quantitativa e qualitativa.

A Grande São Paulo enfrenta as duas condições. Ela enfrenta um déficit quantitativo de água para garantir a segurança hídrica, dada sua crescente variabilidade climática e hidrológica, mas também um déficit de qualidade da água. Quer dizer, há água na Grande São Paulo que não posso utilizar para consumo humano dado seu elevado grau de deterioração. Um exemplo aqui: o Rio Tietê, em São Paulo, já chega a São Paulo com oxigênio zero. Ele morre antes de São Paulo. Ele já sai de Suzano, antes de Guarulhos, com oxigênio zero. Então, não posso utilizar essa água. É impossível. Eu vou misturar com a Billings quando chove e vou poder utilizar a água da Billings em algumas situações de chuva no caso de São Paulo.

Por que as águas chegam a esse estado de poluição? Por conta daquilo que comentei antes. A política de saneamento no Brasil corre atrás da dinâmica das cidades. As cidades crescem de forma bastante acelerada. As populações que não têm acesso ao mercado formal de habitação vão buscar os territórios, as terras não regularizadas, porque as outras o mercado domina. Elas não têm condição de acesso. E quais são as terras não regularizadas? São aquelas que estão em área de proteção ambiental, em áreas de proteção de recursos hídricos ou em áreas de elevado risco geológico. Geralmente, essas três áreas são as mesmas. Eu acabo ocupando territórios que não são seriam próprios à ocupação, impactando em recursos hídricos. Ou ocupam cidade formal, mas não tem as condições de infraestrutura de esgoto. No Brasil, como todo mundo fez água primeiro para, depois, fazer o esgoto – é a lógica... Eu levei água, que gera o esgoto. Ah, o esgoto vou tratar depois, ainda mais porque não tenho recurso suficiente. Eu priorizo o quê? A água em vez do esgoto.

Eu tenho uma quantidade bastante significativa de esgotos no Brasil não tratados, jogados diretamente em cursos de água e em mananciais, inclusive barragens do setor de abastecimento de água.

Então, o tema da poluição hídrica está intimamente ligado ao tema da ocupação urbana brasileira e à necessidade de se ampliarem os investimentos em coleta e tratamento de esgotos. Eu até avançaria um pouco mais. Eu acho que o Brasil precisa também adotar algumas soluções um pouco heterodoxas no que se refere ao esgoto.

Eu vou tratar de um tema que é polêmico nos sanitaristas, que não tem abrigo, digamos, na norma técnica brasileira, que é o tema dos sistemas unitários e sistemas mistos.

Em muitas cidades, Senador, os prefeitos, para atenderem demandas da população, fizeram rede de drenagem, que tira água de chuva, mas também tira o esgoto. Então, as casas estão ligadas nas redes de drenagem. Essa drenagem vai poluir os cursos de água quando chove e quando não chove. O que acontece? Eu vou lá colocar uma rede de esgoto nova, faço uma rede de esgoto. Ninguém liga. Por quê? Eu tenho que quebrar a minha casa de novo. Eu já quebrei uma vez. Já está ligado lá. Ou liga o esgoto e não liga a cozinha. Nós não sabemos ao certo.

O Atlas de despoluição da ANA vai levantar esse aspecto também dos sistemas mistos. Eu tenho uma poluição muito importante indo com a drenagem e que não reconheço. Mesmo que eu implante rede de esgoto, continuo tendo poluição. Eu já vi na Avenida Paulista saindo esgoto de caixas de drenagem abertas, bueiros, sem chuva, em dia seco, no mês de junho. Da onde? De um restaurante, da caixa de gordura. Não devia esta lá, mas está.

Então, como eu resolvo isso? É possível ter soluções heterodoxas em que eu poderia, visando a proteção do recurso hídrico, priorizando o recurso hídrico, adotar, de fato, sistemas mistos ou unitários ou combinados de drenagem/esgoto e tratar essas águas, onde não fazer sistemas desse tipo, mas onde eles já existem de fato, reconhecê-los e tratá-los. Foi assim, por exemplo, que a Europa resolveu o tema da sua poluição hídrica. Em 100% das cidades espanholas, o esgoto é coletado e tratado em sistemas de drenagem, porque as cidades foram feitas assim. E no Brasil, às vezes, a norma é tão rígida que não permite que a realidade seja tratada de uma forma um pouco mais eficiente e com impacto mais rápido na qualidade da água.

Esse é apenas um detalhe que envolve o tema legislativo e que eu acho relevante e que poderia ajudar o Brasil a, num prazo mais curto e com menos recursos, melhorar de forma significativa a qualidade dos recursos, reduzindo a poluição afluente por meio dos sistemas de drenagem.

Eu pararia por aqui, agradecendo de novo a atenção dos senhores e o convite de V. Exª, e me coloco à disposição para as questões que possam advir depois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Marcus Thadeu Abicalil, nossos agradecimentos por sua exposição e pelas informações que, com certeza, irão suscitar um rico debate daqui a pouco nesta Comissão.

A próxima expositora, a quem eu já passarei palavra, é a Drª Patrícia Valéria Vaz, Coordenadora Geral de Cooperação Técnica em Saneamento da Funasa. Mas antes de lhe conceder a palavra, eu quero devolver a Presidência ao seu titular, que é o Senador Davi Alcolumbre, que já se encontra no plenário.

Após a exposição da Drª Patrícia, obviamente vamos para os questionamentos dos Senadores. Senador Davi, por favor, assuma o seu posto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia. Dando prosseguimento à audiência pública, passamos a palavra à Srª Patrícia Valéria Vaz Areal.

A SRª PATRÍCIA VALÉRIA VAZ AREAL – Bom dia, Senador Randolfe. Bom dia, Senador Davi. Bom dia a todos. Em nome da Funasa, eu também gostaria de agradecer o convite para participar deste debate.

Eu trouxe uma apresentação acerca da situação da Funasa, em consonância à Lei Nº 11.445, que é o Plano Nacional de Saneamento Básico. Vou tentar seguir a apresentação, mas de uma forma tentando não tomar muito tempo.

Com relação às competências da Funasa na área de saneamento, ela é voltada para o controle e prevenção de doenças, tem atuado na implantação de serviço de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, melhorias sanitárias domiciliares e apoio a projetos de coleta e reciclagem de materiais em Municípios abaixo de 50.000 habitantes em áreas rurais.

Além disso, atua em cooperação técnica, visando apoio à gestão de Estados e Municípios, para que essas obras financiadas pela Funasa ao final tenham sustentabilidade e condições de se manter.

Tendo em vista ainda que 2015, dezembro de 2015, é um ano no qual os Municípios têm que ter o Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado para que possam receber recursos federais, porque a demanda de recursos para as ações de abastecimento de água e esgoto ainda representa um volume muito grande para esses Municípios. A Funasa tem atuado, então, no apoio a esses Municípios abaixo de 50.000 habitantes na elaboração dos seus planos municipais. Em que sentido? Isso aqui é pouco resumido o que é um plano, que seria, na verdade, um estudo de programas e projetos da prestação de serviço de saneamento básico e que procura definir as ações e investimentos necessários para a prestação de serviço.

Tudo isso levando em consideração o disposto na Lei de Saneamento nº 11.445, na Lei de Resíduos Sólidos nº 12.305, de 2010, que institui também a necessidade do plano de gestão integrado de resíduos sólidos, e na Lei nº 10.257, que estabelece o estatuto da cidade.

Com relação ao plano, a gente sabe quem é o titular do serviço, que é o responsável pela elaboração, o planejamento indelegável, o horizonte do plano deve prever 20 anos e deve garantir a participação social e deve ter consonância com os outros planos que já possam existir no Município, quais sejam, Plano Diretor, PPA, Planos de Bacia, enfim, planos afins. Deve abranger ainda todo o território do Município, ou seja, área urbana e áreas rurais, considerando aí áreas indígenas, quilombolas, assentamentos e tudo mais.

Deve contemplar os quatro eixos da Lei de Saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem. O plano municipal, portanto, entendemos que o termo de referência da Funasa, atendendo os quatro eixos, atende também à lei que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então, o Município com o plano municipal contendo os quatro eixos vai atender às duas legislações.

O que o plano deve ainda estabelecer? Os mecanismos de regulação e fiscalização dos serviços prestados, utilizar indicadores de saneamento básico visando à implementação e avaliação das ações implementadas e promover a organização, o planejamento e o desenvolvimento do setor de saneamento, com ênfase na capacitação gerencial e formação de recursos humanos.

Aqui as diretrizes para a elaboração do plano, que deve conter a participação social, deve ser integrado com as outras políticas já existentes no Município, contemplando as áreas urbanas e rurais, deve ter um horizonte de 20 anos, lembrando aqui que a cada quatro anos o plano deve ser revisado.

Então, com relação ao Plano Nacional de Saneamento Básico, ele foi estruturado em três eixos. Nós temos o saneamento básico integrado e o saneamento estruturante, o qual está sob responsabilidade do Ministério das Cidades, mas tem uma atuação da Funasa nos Municípios com população de até 50 mil habitantes.

Já com relação ao Saneamento Rural, a responsabilidade recai direto sobre o Ministério da Saúde por intermédio da Funasa, que é responsável, então, pela elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural. Para elaboração desse plano, a Funasa fez uma parceria agora com a UFMG, até para definirmos alguns pontos que o Marcus já falou na sua fala: definição do que é urbano e do que é rural.

Realmente, a gente precisa fazer uma delimitação melhor sobre isso. É o que se pretende com essa parceria. Uma vez definido área urbana e rural, a gente faria uma atualização dos recursos necessários para a universalização do atendimento dessas comunidades. E ainda uma proposta de gestão do programa, porque não é só a Funasa que atua nessas áreas. Temos atuação de outras secretarias e outros Ministérios em comunidades quilombolas, assentamentos, enfim. Assim, teríamos que ter uma gestão do programa. E além da gestão do programa em si, temos uma dificuldade também na gestão do sistema implantado. Por ser comunidade rural, temos algumas formas, alguns exemplos de como se usar. O que temos feito e temos um projeto piloto, que demos o nome Sustentar, no qual a Funasa vai nessas comunidades, faz a mobilização e, no local, avalia a melhor forma de gestão daquele sistema e faz dois tipos de capacitação: a capacitação da gestão, de como esse sistema vai ser sustentável, e da operação em si do tratamento e da qualidade da água.

Aqui é uma linha de ação que a Funasa pretende. Temos apoiado a elaboração dos planos, mas não somente por meio do financiamento direto, mas temos atuado por meio de promover a capacitação dos Municípios e promovendo ainda a participação social. Além disso, temos investimentos direto para elaboração de projetos e obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Também são empreendimentos selecionados no PAC, também passando por uma restrição orçamentária, uma dificuldade que vamos conseguir retomar a partir de 2017, não sei, mas ao fim de tudo seria uma ação conjunta. E que aquele sistema implantado, ao fim, tenha condição e seja autossustentável.

Aqui é um pouquinho do histórico da atuação da Funasa no que diz respeito ao apoio e elaboração dos planos. Tivemos as primeiras experiências a partir de 2006, mas em 2009 que começamos a fazer um financiamento direto aos Municípios. Foi publicada a primeira portaria de seleção, a Funasa elaborou um termo de referência para que esses planos fossem elaborados. E como a Funasa atua também por meio das 26 superintendências estaduais, depois foi promovida a capacitação dos técnicos da ponta para que tivessem capacidade de fazer orientação técnica aos Municípios.

Outra dificuldade que sentimos também por ser um tema novo... Seria até a dificuldade do Município em solicitar a elaboração de um plano para a Funasa. Ela não saberia nem montar um orçamento de quanto custaria. A Funasa também elaborou um orçamento padronizado que foi disponibilizado contendo os elementos mínimos, a equipe técnica mínima e passou a disponibilizar para os Municípios.

Nesse tipo de financiamento direto, no período de 2006 a 2012, nós celebramos 611 convênios no qual atendemos 635 Municípios e disponibilizamos 136 milhões. Além do financiamento direto como eu tinha dito antes, atuamos também na capacitação dos técnicos e gestores municipais para que eles tivessem condição de elaborar os planos.

Fizemos uma parceria com a ASSEMAE, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, no qual fizemos 46 cursos voltados para a elaboração do plano, tendo sido capacitados 2.662 profissionais de 1.032 Municípios.

Aqui é um pouco dos manuais que a Funasa disponibiliza para que os Municípios tenham um pouco do conhecimento da análise de como é o procedimento na Funasa. Mas o que vimos? Nós vimos que o financiamento direto não estava trazendo um bom resultado, mesmo com recursos... O Município não tendo uma equipe técnica, vimos que muito dos planos não estavam certo finalizados. Então, tentamos mudar a forma de apoio. Começamos a procurar entidades parceiras, como o Crea, as universidades federais, para que fosse feita uma capacitação em serviço. Ou seja, o Município é capacitado, é orientado para cada produto constante do termo de referência da Funasa para que ele mesmo possa ter a capacidade de elaborar.

Sabemos também que muitas vezes o Município não dispõe de equipe técnica qualificada pela elaboração desses planos. Então, essas parcerias também buscaram disponibilizar uma equipe de consultoria para que o Município tivesse condições de elaborar o plano até o final da capacitação.

Então, a primeira experiência que tivemos foi com Crea Minas Gerais, quando foram capacitados 100 Municípios. Aqui é um resumo das parcerias que já estão em andamento. O que está em amarelo é o que já está em execução. Então, além dos 635 Municípios, estamos alcançando mais 732. E o que está em branco é o que ainda estamos formalizando, entre 2015 e 2016. Então, ainda teríamos aqui mais 235 Municípios a atender.

Aqui é a dificuldade, um pouco do que a gente já falou. Os Municípios, às vezes, por não terem uma equipe técnica, acham o termo de referência da Funasa complexo, acham os recursos insuficientes, e sempre há a expectativa de que o prazo... O prazo já foi prorrogado uma vez, era dezembro de 2013, agora dezembro de 2015. E há sempre uma expectativa de que esse prazo seja prorrogado novamente.

Como esses dados, ou seja, se o Município possui ou não possui plano não é um dado... não temos uma pesquisa que consiga dizer realmente a situação, a Funasa tentou fazer uma pesquisa direta. Mandamos um formulário para todos os Municípios abaixo de 50 mil habitantes, mas só obtivemos resposta de apenas 20%.

E dos 20% dos Municípios que responderam, 50% não têm plano, 15% têm plano em elaboração e 36% possuem planos.

Aqui as perspectivas da Funasa para atuação da implementação. Temos tentado promover que esses planos sejam integrados com os planos existentes no Município e tentado exigir o controle social. O colegiado de controle social já está sendo exigido desde dezembro de 2014, mas temos notado que nem em 20% existe esse controle social instituído. Então, temos buscado promover isso também.

Na verdade, é uma apresentação mais reduzida. Tentamos focar no plano, mas eu me coloco à disposição aqui para tirar quaisquer dúvidas sobre qualquer outro assunto que porventura posso não ter abordado.

Agradeço e devolvo a palavra ao Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Quando V. Exª achar conveniente para questionar os nossos palestrantes expositores...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu queria, no formato da audiência, conceder a palavra à expositora que representa a ANA.

Então, como já fizemos a exposição dos três convidados para audiência pública, passo diretamente a palavra ao Relator da política pública, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Muito obrigado. Quero mais uma vez cumprimentar os nossos expositores.

Em primeiro lugar gostaria de indagar, indagando a todos do Mesa, sobre a universalização do saneamento básico, que é um objetivo de políticas públicas há muito tempo, há muitas décadas para ser exato, Presidente.

Recursos já foram alocados para alcançar essa meta em vários momentos. A Patrícia fez uma exposição aqui sobre isso. Então, o primeiro questionamento que faço expositores é até que ponto isso se deve, apesar dos recursos colocados, apesar de projetos como o do Banco Mundial, conforme o Dr. Abicalil aqui registrou, claramente as políticas no Brasil todo, em todas as unidades federadas estão muito longe de alcançar as metas. A pergunta que faço é quais as razões disto? Até que ponto isso se deve ao crescimento e assentamentos humanos irregulares, sem qualquer tipo de esgotamento sanitário que ocorre em paralelo aos esforços de provisão de serviços para os assentamentos existentes? E o que fazer para reverter essa tendência?

O segundo questionamento é que nos chama atenção a tolerância dos órgãos de fiscalização do uso do solo com relação a assentamentos irregulares em áreas de preservação permanente. E o exemplo disso são as margens de mananciais acompanhada da subsequente provisão energia elétrica, como determina a Aneel. Isso não compromete o abastecimento de água nas cidades? Pergunto principalmente para Gisela da ANA, em relação a esta questão.

A questão seguinte, Presidente, diz respeito... Eu estava atento às exposições, principalmente do Dr. Thadeu Abicalil, e aí me veio à luz uma pesquisa recente do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento, que tem diretamente a ver com o nosso Estado, Senador Davi. Segundo essa pesquisa, o desperdício de água em nosso País é de 37%, ou seja, quase mais de um terço de toda a água doce que deveria ser consumida é desperdiçada.

A Unidade da Federação, Dr. Abicalil, que tem o menor desperdício é o Distrito Federal, e mesmo assim há um desperdício de 27%. Ou seja, quase um terço que, vamos combinar, não é um número menor.

A situação mais dramática e que me chama mais atenção é que o desperdício maior acontece nas regiões mais pobres, principalmente na Amazônia e no Nordeste. É paradoxal que o maior manancial de água doce do planeta, que é a Amazônia, que é a nossa Amazônia, Senador Davi, e é onde tem o maior desperdício de água doce.

Para se ter ideia, 50.8%, ou seja, metade de toda a água tratada em 2013 é desperdiçada na Amazônia. O Estado da Amazônia, Senador Davi, que tem o melhor e, proporcionalmente, o mais intenso manancial de água doce qual é? É o nosso querido Estado do Amapá. Isso é motivo de orgulho para nós. Mas o motivo de vergonha são os números. Macapá é a capital brasileira que está às margens do Rio Amazonas, nenhuma outra capital brasileira está às margens do Rio Amazonas. Aliás, desde Vicente Yáñez Pinzón, na primeira carta que ele mandava para o rei da Espanha, ao adentrar pelo mar de *agua dulce,* pelo Amazonas, ele registrava que naquela região, o nosso Amapá, as águas eram muitas. Mas apesar das águas serem muitas, em Macapá o desperdício de água doce, de água potável é de 73%. Ou seja, é absurdo. E mais grave que isso, no Amapá o desperdício é ainda maior. Se em Macapá o desperdício é de 73%, no Amapá o desperdício de água doce – e é o melhor manancial da Amazônia – é de quase 80%.

Eu senti a ausência e queria ouvir as políticas do Banco Mundial em relação a isso, em relação a evitar, a impedir, a reverter esse ciclo, essa triste constatação, essa lamentável constatação.

Eu agradeço a honra de o Senador Davi ter me designado como Relator do Plano de Saneamento Básico. Convém, tem significado de diagnóstico a relatoria ter ficado conosco, um Senador do Estado do Amapá, porque é o Amapá, paradoxalmente, o Estado que tem o melhor manancial de água doce e, ao mesmo tempo, tem 90% de ausência de saneamento básico, e em alguns Municípios do Amapá, como Laranjal do Jari, o índice chega a 97%, ou seja, ausência total de saneamento básico.

Talvez, Patrícia, tenha de fato muita dificuldade técnica por parte dos Municípios na captação dos recursos por parte da Funasa, mas também me parece que há desperdício de diferentes formas por parte dos Municípios. E me parece que falta a constatação por parte das instituições aqui, a Funasa, do próprio Banco Mundial, dessa realidade discrepante que nós temos.

Tem algo muito errado quando onde estão os melhores mananciais é também onde há o maior desperdício. Enquanto São Paulo está a padecer pela maior crise hídrica da história.

Esses números, Senador Davi, são a mais concreta realidade de um modelo de desenvolvimento que é tratado no País onde se pensa sempre no centro sul, ignorando os oito milhões de quilômetros quadrados do País. Não quero ficar insistindo na tese do coitadinho, mas é uma constatação. A dimensão desses números, ausência de utilização melhor dos recursos, pois, repito, temos o melhor manancial contrastando com o maior desperdício e a maior ausência de saneamento básico.

Eu queria ouvir os nossos expositores em relação a este tema. Por fim, ainda sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, nós sabemos que existe outorga do poder público para o lançamento de esgotos nos corpos d'água. Essa outorga deve ser onerosa e proporcional ao volume lançado e à toxicidade do afluente.

Segundo as informações que temos, os recursos arrecadados podem ser alocados em tratamentos de esgotos ou de água da mesma bacia hidrográfica. E o desrespeito à lei deve ser punido com advertência, multa, embargo provisório, embargo definitivo, além de caracterizar crime segundo a Lei dos Crimes Ambientais.

A partir da constatação do que já existe na lei, queria perguntar também aos expositores, diante de todos esses instrumentos legais como se explica a existência de poluição hídrica no País? E o que a ANA, Gisela, a Agência Nacional de Águas, tem feito com relação aos rios federais? E qual tem sido a atuação do Ministério Público contra os responsáveis pela poluição hídrica?

Isso é constatação hoje no País e eu queria, em especial, ouvir a Agência Nacional de Águas, a Gisela, sobre isso.

São essas as minhas perguntas, Senador Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu queria fazer uma ponderação, qual seja, se nós poderíamos, não sei se o Senador Randolfe, Senadora Simone, se não me engano ele está relatando um... na CCJ...

Então, se V. Exª... Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Acho que é mais prático, inclusive, Senador Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Isso.

Então, passo a palavra à Senadora Simone e, logo em seguida, a gente passa aos expositores para responder as perguntas.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Agradeço, Sr. Presidente. Cumprimento os nossos convidados e agradeço pela presença.

Vou ser bem breve e complementar um pouco do muito que o Senador Randolfe já passou e já nos apresentou. Eu acompanhei essa questão de perto, pois fui prefeita a partir de 2005 e vi que a Lei de Saneamento, a política nacional foi realmente um divisor de águas, mas não no sentido literal, principalmente após 2007, justamente porque os Municípios vinham com essa necessidade de se fazer saneamento, de se resolver o problema mesmo que de drenagem e tinham dificuldades de financiamento.

Após 2007, vimos que o problema maior não era tanto, embora seja dinheiro, nem tanto de financiamento. Abriu-se linha de crédito, Banco Mundial financiando Estados e concessionárias com juros muito baixos para podermos resolver esse problema, que ainda é muito grave, de falta de esgoto no Brasil.

Mas a realidade brasileira hoje é outra. Ainda que o Plano Nacional exista, que nós tenhamos o PAC, que tenhamos a Funasa, a ANA como órgão regulador, nós temos duas situações que não previámos e que aconteceu. Uma é crise hídrica. A primeira pergunta é até que ponto essa crise hídrica prejudica a Política Nacional de Saneamento no que se refere a esgoto, à coleta e tratamento de esgoto? Porque agora me parece que o foco passou a ser outro. Nós não estamos só falando da crise hídrica dos grandes centros. Antes ela era mais do Nordeste; hoje ela é do Nordeste, é do Norte, é dos grandes centros do Sudeste, e está chegando, por exemplo, aqui a Goiás, está chegando também ao Centro-Oeste. Porque, como foi dito aqui, é de uma certa forma interligada.

Então, até que ponto essa crise hídrica vai prejudicar aquele cronograma do Plano Nacional de Saneamento Básico até 2033? É isso? Em 20 anos nós temos 100% de saneamento básico no que se refere a esgoto.

A segunda colocação, a segunda pergunta que faço é em relação também... e não sei se aqui tanto a ANA quanto a Funasa vão conseguir esclarecer, acho que talvez nós tenhamos que convidar o próprio presidente da Funasa. Aleatoriamente, embora ainda não tenha números reais, qual foi o corte orçamentário para a Funasa em relação aos ajustes fiscais da 2015? Se já tem alguma projeção do que se espera para 2016?

Isso também é fundamental. Os Municípios e Estados dependem muito dos investimentos feitos pela Funasa

A terceira pergunta é em relação a uma colocação que o Sr. Marcos colocou e eu não entendi. Eu acho que ele não concluiu. Desculpe a minha ignorância em relação ao assunto. Quando ele falou de sistema único ou misto, pelo que entendi é numa única rede de tratamento, por exemplo, de drenagem, escoar também – e não sei se é esse o termo que se usa - o esgoto. A pergunta é: como é que se dá o tratamento final? Como se dá a depuração disso lá na frente? A despoluição dessa água de chuva que escorre pelo sistema de drenagem? Isso é uma questão que, de certa forma, me deixou um pouco confusa. Não sei e peço desculpas. Se o senhor falou, eu realmente não me ative a ela.

Por fim, independentemente dessa crise, se nós superarmos essa crise hídrica e ou se ela não estiver prejudicando esse financiamento, as estimativas que eu tenho é que o Plano Nacional estima a necessidade de 300 bilhões para que, neste tempo, até 2033, possamos resolver o problema de água e esgoto, sem contar a drenagem, porque, claro, passaria de 500 bilhões. Ou seja, são 15 bilhões por ano. Normalmente, estamos tendo um financiamento da ordem de 10 bilhões, isso quando não é contingenciado e quando não se consegue liberar todo recurso.

Então, mesmo sem essa crise hídrica ou mesmo sem a questão do ajuste fiscal, havia expectativa de se conseguir atender dentro desses 20 anos, pelo menos no quesito de água potável e esgoto, independente de resíduos sólidos, independente da questão dos nossos mananciais. Enfim, realmente os números são preocupantes. Sabemos que temos no Brasil ainda, e não é o caso da minha região, mas quase 20%, 18% de pessoas no Brasil que ainda têm problema com água potável, esgoto nem se fala.

Mas eu quero dizer que nós avançamos muito, ainda que lentamente.

Quando eu fui Prefeita e assumi a cidade, nós tínhamos 17% de esgoto tratado. Na transferência, o governador deixou mais 5% e nós passamos para 23% de esgotamento sanitário. E graças a uma parceria entre governo do Estado e Governo Federal, quando nós saímos, em menos de cinco anos de mandato, havia passado para mais de 65% e já com recursos, investimentos e financiamento inclusive para chegar a quase 90% na minha cidade.

Sabemos que estamos avançando ainda que em passos lentos, mas não nos preocupa principalmente estas duas crises: a crise econômica e a crise hídrica.

Assim, eu queria que, rapidamente, os senhores, qualquer um, fiquem à vontade, pudessem nos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu pergunto se alguém quer responder primeiro, se pela ordem ou eu poderia passar a palavra para a Drª Gisela, em seguida para o Marcos e, depois, para Patrícia, na ordem da exposição. Pode ser?

Com a palavra a Drª Gisela.

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – Que pena que os senhores não estavam aqui quando que eu fiz uma exposição, mas eu falei que a Agência Nacional de Águas vem trabalhando desde 2006 em dois atlas especificamente. Eu não fiz essa apresentação, mas apenas uma fala. No entanto, estamos trabalhando desde 2006 e entregamos para toda a população um atlas de abastecimento urbano, onde a Agência em parceria com o Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Funasa e Banco Mundial, entregou para todos os Municípios do País qual seria o melhor arranjo em termos de abastecimento urbano. E agora estamos trabalhando e vamos entregar, no começo do ano que vem, o atlas de despoluição de bacias hidrográficas, que mostra o melhor arranjo em esgotamento sanitário para todos os quase 5.600 Municípios do País.

Isso a gente acha... Não, a gente acha não, tenho certeza que é um subsídio muito importante ao Plansab.

Quanto às duas perguntas que o Senador Randolfe fez, eu acho que tem mais relação com a Agência Nacional de Águas. O senhor falou sobre a segunda, a tolerância dos órgãos de fiscalização no uso do solo. Eu acho que essa tem menos relação com a Agência Nacional de Águas, porque regulamos o uso da água, um bem público em rios de domínio da União. Mas enfim, estreita colaboração com os Estados.

Mas a questão do uso do solo é de fiscalização municipal. Eu acho e o senhor me pergunta se isso não estaria, com certeza, comprometendo o abastecimento de água das cidades. Sem dúvida. Sem dúvida.

A Funasa, e a Patrícia nos traz em seu último *slide,* talvez, um gráfico onde ela mostra os questionários feitos a todos os Municípios do País, a situação daqueles que têm ou não um plano municipal de saneamento

básico. Imagine uma política de fiscalização do uso do solo, e eu fico bastante preocupada com isso. Ainda ontem, Senador Randolfe, eu vi um jornal do Distrito Federal coincidentemente falando sobre Vicente Pires, aqui tão pertinho da gente. De repente, foi implantado um assentamento, da noite para o dia, inclusive com prédios de apartamentos de 170 m^2, e isso me chamou atenção ontem. O jornal dizia que eles não conseguiram aprovar os seus planos diretores de uso e ocupação do solo exatamente por essas questões. E aqui tão próximo, enfim.

Sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, o senhor pergunta sobre a outorga de lançamento. E o senhor falou também que a questão de esgotamento sanitário deveria trazer em seu bojo a questão das diferenciações deste País tão grande.

Eu só queria mostrar paro senhor este *slide*, onde o atlas de despoluição de bacias hidrográficas traz o seguinte: se o Município é costeiro, se é relativo ao Semiárido, se é bacia crítica, se é vazão crítica, ou se não tem criticidade.

Então, nós também estamos... O atlas de despoluição de bacias hidrográficas está fazendo essa diferenciação. E o senhor fala... Esse seria o croqui de um planejamento da cidade de Juiz de Fora no âmbito desse atlas de despoluição de bacias.

Na verdade, o que nós vamos disponibilizar para todos os Municípios brasileiros no comecinho do ano que vem são esses arranjos nesse atlas.

Mas eu queria voltar para essa questão. O senhor me pergunta sobre a outorga de lançamento, vamos dizer assim, para a qualidade da água.

E esse atlas de despoluição tem uma aderência muito grande à agenda ambiental, quando ele promove um diagnóstico das condições atuais de atendimento por coleta e tratamento de esgoto, com potenciais impactos nos corpos d'água receptores e identifica alternativas técnicas para redução dessa carga proveniente dos esgotos urbanos, de forma a compatibilizar quantidade e qualidade.

E a Senadora pergunta: será que essa crise não vai acirrar a questão da qualidade de água nos rios? Não tenho a menor dúvida. Os rios precisam de volume, de vazão para diluição também dessas cargas orgânicas. Se diminuirmos essa vazão, com certeza, vamos ter mais problemas em termos de qualidade da água.

Então, Senador Randolfe, estamos trabalhando numa resolução... Talvez fosse o meu sonho uma resolução conjunta do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conama, o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Sou servidora da Agência Nacional de Águas, sou diretora agora, mas antes sou servidora, sou especialista em recursos hídricos e engenharia civil, mas fui durante quatro anos diretora de Licenciamento Ambiental Federal do Ibama, e eu sei muito bem aonde essas agendas podem convergir e quais são os desafios. E eu diria ao senhor que um grande desafio é realmente aproximar essas agendas de recursos hídricos e de meio ambiente.

Eu acho, aliás, tenho certeza, que o atlas de despoluição de bacias hidrográficas, que traz metas progressivas para o enquadramento dos corpos hídricos de acordo com o uso a que se destinam, é uma oportunidade única realmente para tentar diminuir o vazio que existe entre as agências.

Deixe-me ver se tem mais alguma coisa. A outorga onerosa, o senhor disse. A licença ambiental realmente é cobrada, mas em relação à outorga, a agência não vem cobrando outorgas. Mas o senhor dá a sua sugestão para que essas outorgas... A questão da ANA são os rios federais. A maior parte dessas outorgas de lançamento é dada pelos órgãos reguladores estaduais. Então, quando é de rio federal, vem para a Agência. E é evidente que só concedemos uma outorga quando se faz todo o estudo dos usuários naquele trecho de rio, um estudo de balanço hídrico, etc.

Mas, enfim, o senhor sugere que a outorga seja onerosa e que ela vá então para ser alocada em tratamento de esgoto numa mesma bacia hidrográfica.

Eu acho que seriam essas as respostas. Eu acho que devemos diferenciar a questão de crise hídrica e seca. Realmente, o que passamos no Sudeste agora é um problema de crise hídrica, e eu diria que está mais ligada à questão da gestão dos recursos hídricos, quando se vê a realidade do Nordeste, que eu acompanho há quase 35 anos, que é a questão da seca. É bastante diferente até o enfoque. Mas os planos de contingência, sim, são necessários. Vemos que há muitos Estados que não apresentam um plano de contingência, ou seja, que não seja muito dependente de um determinado arranjo de captação de água para abastecimento.

O Marcos Thadeu Abicalil fez uma menção rápida, mas eu diria que além dos serviços que estamos desenvolvendo, devemos entregar ao País também um plano nacional de segurança hídrica, onde, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional principalmente, discutiremos quais seriam essas obras estruturantes, essas obras de âmbito regional, como o Abicalil citou, que são tão necessárias para a questão da segurança hídrica.

Enfim, eu acho que em relação às agências são essas as minhas observações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Marcos Thadeu Abicalil.

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – Senador Randolfe, vou tentar tratar de alguns temas que o senhor levantou nos seus questionamentos.

Primeiro, em relação às metas do Plansab. Alguns estudos feitos no próprio País pelo Instituto Data Brasil, que tem dedicado muito da sua atenção ao tema dos esgotos, acompanhando a execução do PAC e fazendo uma análise disso, indica que o Brasil não alcançará as metas do Plansab de 20 anos de acesso universalizado à água e ao esgoto, mantidos os atuais níveis de investimento, como eu comentei rapidamente, que estão, na média, em torno de 40% do que seria necessário para alcançar a meta de acesso universalizado da captação de água ao lançamento de esgotos, de novo sem entrar no tema da segurança hídrica.

Esse é o cenário colocado pela análise feita pelo Instituto Data Brasil. Nós também fazemos acompanhamento dessa intervenção. E o Banco Mundial, vale a pena ressaltar, do ponto de vista do financiamento, é um ator muito pequeno. O nosso Programa de Água Banco Mundial Brasil equivale a mais ou menos 2% de tudo o que o PAC te, de água. Então, é um gestor financeiro pequeno. Nós tentamos fazer diferença não do ponto de vista do financiamento, mas da abordagem, de como abordar o tema da água.

E a abordagem que nós trazemos é muito aquilo na linha do que o senhor colocou, ou seja, uma visão integrada entre a água e território, entre água e cidade, em que o esgoto tem que estar vindo junto com o planejamento dos recursos hídricos.

E por que estou dizendo isto? Se não vamos alcançar as metas do acesso universalizado de 2033, primeiro, porque os recursos de investimento não são suficientes. Eu coloquei isso rapidamente antes. Embora a Senadora Simone Tebet tenha comentado sobre 10 bilhões por ano, esse é o recurso disponibilizado. O valor efetivamente investido é inferior a esse, porque tem uma inércia entre preços de contratação, o processo de execução... Inclusive, há pouco tempo tive uma reunião com o Tribunal de Contas da União, que fez uma auditoria recente em investimentos do Ministério das Cidades em esgoto. O prazo médio entre o início de uma obra e o final é entre sete e nove anos, semelhante ao do Banco Mundial, com toda a complexidade que o Banco Mundial requer em termos de análise ambiental na área social, que vai além do que o País exige... Enfim, há uma inércia. Ou seja, eu disponibilizo dez, mas não consigo investir os dez, vai levar um tempo para que seja efetivado.

Então, nós não temos recursos hoje suficientes para alcançar essa meta. Por que razão? Primeiro, os recursos disponibilizados não são suficientes; segundo, há um conjunto de restrições do setor público. A própria Patrícia, da Funasa, comentou. Há, agora, uma restrição bastante severa e a senhora também comentou do ajuste fiscal à redução do AGU.

O AGU responde por uma parte do investimento. No Brasil, historicamente, ao longo desses 40 ou 50 anos, os recursos de financiamento para saneamento, água e esgoto são fundamentalmente tarifários. A tarifa respondeu pelo estoque de capital, por 75% do investimento em água e esgoto, 25% são de recursos não onerosos, via transferência do AGU ou dos Estados e dos Municípios. A maior parte veio da tarifa e aí vem um terceiro problema, qual seja, a nossa tarifa hoje não é suficiente para aumentar a capacidade de investimento em água e esgoto.

Se compararmos tarifas para todos os usuários de água e esgoto no Brasil com qualquer outro serviço de utilidade pública, Senador Davi, vamos verificar que ela é a mais baixa. É mais baixa do que transporte coletivo, que é a mais alta; é mais baixa que telefonia celular ou fixa; é mais baixa do que energia.

Então, na lista de prioridades do pagamento das famílias pelos serviços, a água e o esgoto vêm por último. Por isso que nós podemos explicar porque temos mais gente no Brasil hoje com acesso ao telefone celular do que com acesso aos serviços de esgoto. Isso são dados do próprio IBGE.

Então, o terceiro elemento é tarifa. Não temos recursos suficientes, temos um domínio do setor público e isso tem restrições de natureza fiscal e ainda tem o problema da tarifa, que é não é suficiente.

O Brasil precisa repensar o tema da tarifa de água e esgoto. Esse é um tema que nós temos que verificar... Vou dar um exemplo bastante importante: a crise hídrica vivida por São Paulo, que fez um processo de gestão da oferta de água, reduziu pressão, transferiu água de um manancial para outro, transferiu o abastecimento do que era Cantareira para o Alto Tietê, para Guarapiranga, enfim, fez toda uma gestão da oferta de água. E isso economizou cerca de 12 metros cúbicos por segundo ou dois mil litros por segundo de água São Paulo economizou na gestão da oferta.

Mas São Paulo economizou cerca de dez mil litros por segundo de água, com gestão da demanda. Como? Tarifa. Dando um bônus. Quem reduziu o consumo teve um desconto tarifário; quem aumentou o consumo teve uma multa tarifária.

O problema é que isso mostrou um lado muito bom: a tarifa funciona para aumentar a eficiência do uso, mas ao reduzir a tarifa a Sabesp criou um problema para si mesma, ou seja, reduziu sua capacidade de investimento quando ela precisa investir mais por conta de aumentar a sua segurança hídrica. Isso é apenas um

exemplo da necessidade da premência do setor de água e esgoto - e isso não está na lei, não está no plano nacional - repensar o atual modelo tarifário.

O recurso tarifário, hoje, é insuficiente para as necessidades de investimento que o setor precisa ter. Para manter esse nível tarifário, tem que aumentar a transferência de recursos não onerosos de orçamento, que hoje não tem. Então, é um problema grave que impede.

O quarto problema, volto a falar, e aí entra na pergunta do Senador Randolfe sobre os exemplos que citou tão bem. Senador, não apenas o Amapá, mas o Nordeste, que é a região de grande escassez hídrica crônica do Brasil tem perda de água bastante elevada, muito acima das perdas do Sudeste, onde a água é mais cara porque é pouca e o gasto energético é alto, que é o tema da eficiência.

Os nossos prestadores de serviço no Brasil têm um enorme ganho de eficiência para fazer, tanto no que se refere ao uso de tecnologias, que nós hoje estamos usando tecnologias que são ultrapassadas, que requerem mais gente, poderíamos avançar muito mais em tecnologias mais eficientes do ponto de vista da qualidade do produto do esgoto tratado ou da água tratada, reduzindo custos de operação e manutenção. Mas não conseguimos fazer porque não há incentivos à eficiência ou não há incentivos à redução de perdas.

Então, no caso do Amapá, por que a perda é tão elevada? Se eu tenho água ali, porque vou cuidar de perda? A água é um bem abundante, não tem valor econômico. Então, a tarifa está pagando por isso; ou a transferência do recurso do orçamento está pagando a ineficiência da empresa estadual do Amapá, do Pará, do Maranhão, de Pernambuco e de grande parte dos Estados do Brasil.

Pode-se dizer que nas empresas estaduais, hoje, metade tem dificuldade em cobrir seus custos para essa manutenção e precisam transferência. E parte desse problema está ligado à ineficiência.

O tema de perdas, ainda mais pela escassez hídrica, tem que ter uma relevância bastante grande. No caso São Paulo, se olharmos o plano da Sabesp de médio prazo, o tema perdas está na terceira lista de prioridade deles. Precisam investir em expansão da segurança hídrica, precisam investir em interligação do sistema, e está lá a redução de perdas para poder aumentar a disponibilidade de água.

Como o Banco Mundial trabalha com o tema de perdas? Os nossos empréstimos do Banco, hoje, e vou dar o exemplo de Pernambuco, que tem um empréstimo. Nós fomos financiar um investimento em segurança hídrica na bacia do Rio Capibaribe, principal rio de Pernambuco, que é responsável pelo abastecimento do Agreste Pernambucano, Caruaru, Santa Cruz, Toritama, do polo têxtil do Agreste Pernambucano e também da Grande Recife. E é um rio que está em condições de quantidade e qualidade bastante deteriorado. É um rio de escassez, não é mais de estresse hídrico.

Então, fizemos como? Tratar esgoto aonde? E aí eu volto à pergunta da prioridade da meta. Se o dinheiro não dá para tudo, o que eu tenho que fazer? Aonde eu gasto primeiro.

Assim, na discussão com Pernambuco, nós, do Banco, preferimos discutir com o Estado. Não financiamos esgoto no Recife, que é muito grande, e o nosso dinheiro para lá é pouco para aumentar a cobertura da Grande Recife dos seus três milhões e seiscentos mil habitantes, mas vamos proteger o manancial de Tapacurá, que é o segundo principal de Recife. Vamos proteger o manancial de Jucazinho, que é o principal do Agreste Pernambucano. E como? Tratando o esgoto das cidades que estão acima jogando esgoto no manancial.

Aí está a importância, Senador Randolfe... Se não é possível para o País, num cenário de médio prazo, dez anos, alcançar aquela meta, como eu otimizo os recursos disponibilizados? Aí entra a forma de alocação dos recursos, da escolha de prioridades. E o tema do esgoto é um tema que merece prioridade. Onde é que tratar o esgoto é mais relevante? Certamente, não será nos 5.500 e, agora, 5.571 Municípios – este é novo número do IBGE – ao mesmo tempo. Onde primeiro?

Então, o tema de mananciais, sem dúvida, é de enorme importância. E o Plansab, os planos municipais, como a Patrícia comentou na revisão dos planos da Funasa, olhar o plano de recursos hídricos para poder priorizar aonde o esgoto é mais importante e por que. Porque aqui está afetando o manancial da cidade de baixo.

É muito comum que o manancial de uma cidade receba esgoto da outra. E aí eu vou gastar mais tentando ou perder aquele manancial. Portanto, o tema da prioridade é muito relevante na escolha de onde tratar esgotos.

E eu respondo a vossa pergunta, Senadora Simone, para explicar um pouquinho a ideia do sistema unitário. Não sei se em Campo Grande ou em Três Lagoas, a cidade onde a senhora foi Prefeita, existe a situação, mas é muito comum no Brasil inteiro.

A minha cidade de origem é assim, as cidades do Rio Grande do Sul são assim, ou seja, vou à cidade e não vejo esgoto na rua, e a cidade tem uma densidade que não cabe fossa mais. Onde está o esgoto? Aí vou olhar o rio. O esgoto está todo ele no rio. E como isso chega ao rio? Pela rede de drenagem. Porque os prefeitos fizeram a rede de drenagem para escoar água da drenagem e ligaram ali o esgoto. Aí eu faço outra rede e não corto as ligações da drenagem, ou as famílias que estavam ligadas não querem cortar a sua casa de novo,

adaptar, fazer obras de caixa de caixa de passagem, às vezes o banheiro está no fundo e tem cortar a casa inteira para ligar lá. Então, deixa como está.

O que estamos sugerindo? E estamos testando agora em Pernambuco, e que o setor privado testou com êxito em Araruama, na Lagoa, no Rio de Janeiro. É uma solução que a Marilene Ramos, quando presidia o Inea, no Rio, hoje Presidente do Ibama, licenciou obras de tratamento de esgoto na Lagoa de Araruama, reconhecendo que a drenagem traz esgotos. Como? Tratando a drenagem.

Então, o que se faz? Ao longo do rio eu vejo os lançamentos e faço um interceptor de esgotos. Todo esgoto que chega nessa drenagem até uma certa vazão de chuva, coloco no interceptor exatamente igual ao que teríamos no sistema de esgoto, conduzo a uma estação de tratamento de esgoto e trato. Nos dias de chuva e em vazão excedente, o que vai acontecer? Essa vazão não é capaz de ser absorvida pelo sistema, tem um extravasor e vai para o rio de forma diluída, como acontece em qualquer sistema de esgoto do mundo.

Isso que nós poderíamos fazer em muitas cidades dá uma solução de tratamento de esgotos mais rápida e mais barata, reconhecendo que a drenagem é esgoto, cobrando tarifa do usuário pelo sistema de esgoto e mantendo aquela rede. Aí sim, depois que reconheci isso, que eu tratei o esgoto, ao longo dos próximos 30 anos vou trocar a rede. Mas eu resolvi a questão Inicial, que é o tratamento de esgoto.

Nós não propomos que se faça rede mista onde não existe. Isso não. Se não existe, vou fazer rede separadora tradicional, convencional segundo a norma ABNT. Mas se ela existe e onde a cidade é mais adensada, onde é mais difícil fazer a intervenção, eu reconheço e vou ter um impacto hidrológico muito relevante.

Então, é essa coisa que nós podemos olhar e que, na nossa avaliação, a Lei nº 11.445, ao prever soluções graduais e progressivas, inclusive em relação a metas ambientais, abriga. Porque lá fala que as normas ambientais deverão ser adaptadas para soluções graduais e progressivas para adaptação às capacidades do setor. Isso vale para enquadramentos, isso vale licença ambiental, etc.

Uma última questão que a senhora levantou sobre a crise hídrica. Só vou reforçar o que a Gisele falou. Não tenha dúvida que não só do ponto de vista qualitativo, a crise hídrica piorou a qualidade dos mananciais porque reduziu a capacidade de diluição. Eu posso lhe assegurar que hoje, na Barragem de Jucazinho, em Pernambuco, o que tem de água armazenada é esgoto de Toritama e Santa Cruz. Não tem mais água, porque o rio está seco, é esgoto o que está lá. Então, agravou a qualidade da água.

Mas não é pior do que isto: em um ambiente de escassez de recursos, o que está acontecendo é que algumas empresas, por conta da premência de melhorar a segurança hídrica ou a oferta, estão realocando recursos de investimento que eram para água, desculpe, que era para o esgoto, para a água. Tudo isso por conta da necessidade, da urgência, porque a água é sempre vista como prioritária em relação ao esgoto. O esgoto é um subproduto da água.

Então, há também, certamente, um impacto no que se refere ao financiamento. Como há restrição de recurso, joga-se o recurso para água e, se não tenho outro recurso, muitas vezes vou usar o que estava alocado para esgoto.

A mesma coisa, para terminar, acontece com perdas. E o Senador Randolfe já saiu, uma pena. As empresas não investem em redução de perdas porque elas são malvadas ou porque gostam de ver o desperdício de água. Elas não investem em redução de perdas porque, na lista de prioridades, o que vem primeiro? A expansão do serviço, ou seja, levar água a quem não tem. Essa é a primeira prioridade.

A senhora foi prefeita. Lá é Sanesul? Qual é a segunda prioridade? Eu gerei água, agora tenho esgoto. Então, vou tratar o esgoto. Ou seja, expansão, obras de infraestrutura. Depois que eu resolver isso, vou dedicar a atenção a perdas. Tanto que se olharmos o histórico do País, os investimentos chamados de estruturantes, de redução de perdas, envolvem troca de rede.

No Plansab, na meta de 20 anos, para cada 100 que eu tiver que investir em água para expandir, já tenho que investir 30 para repor, para trocar a rede velha.

Este é um investimento que não gera receita, não tem tarifa. Ele não está na prioridade, por isso que a perda é elevada. No ambiente de crise econômica, fiscal e hídrica, certamente o esgoto vai sofrer tanto no impacto direto na qualidade da água quanto pela realocação de recursos para água, postergando investimentos em esgoto.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – A Drª Gisela pediu a palavra antes de passarmos para a Patrícia, para uma ponderação, mas eu acho que é o Marcos e a Patrícia, só uma observação diante de tudo que foi colocado aqui.

Ouvi, há pouco, acho que 65% o Estado está cuidando da água, como você falou, 25% o Município e 5% a iniciativa privada. É isso?

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – Água e esgoto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Isso. Qual é a minha pergunta? Estes 5% que são privados, eles resolveram a expansão, resolveram o acesso, aumentaram a tarifa, diminuíram a perda, estão muito significativos os resultados dele em relação ao do Estado e ao do Município, a diferença? O resultado, não sei se consegui...

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – Entendi: melhorou ou não melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – É isso.

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – O resultado, eu diria ao senhor, é variado. O Ministério das Cidades fez, com o apoio do Banco Mundial, há alguns anos, uma avaliação do setor privado em concessões no Brasil. Acho que teríamos que refazê-la, porque saneamento é o setor que mais tem contratos de construção privada no Brasil, é o setor que mais avançou em PPPs no Brasil. Temos cerca de 225 Municípios, temos um Estado inteiro, que é o Tocantins, vizinho nosso, em que a companhia estadual hoje é gerida por um grupo privado. Aliás, grande parte dessas concessões são de empresas que estão envolvidas no problema da Operação Lava Jato. Isso pode implicar também em dificuldades para o futuro.

Mas há resultados ruins, não há dúvida. O setor privado não resolve tudo, se não tiver um bom contrato e uma boa regulação. São condições *sine qua non* para uma boa construção privada, se não tiver um bom contrato, uma boa regulação. O exemplo de Campo Grande, capital do seu Estado. Lá uma construção privada foi, por um tempo, operada uma empresa espanhola, a AgBar, hoje não é mais, é por uma empresa brasileira, mas que enfrentou dificuldades grandes e problemas de não cumprir metas. Por quê? Porque o contrato não estava bem desenhado, porque a regulação não estava desenvolvida de forma suficiente e porque a tarifa também, às vezes, não era suficiente. E não se sobe tarifa depois que o privado entra, porque estão falando de guerra, por isso tem que ser concatenada.

Eu diria ao senhor que, no geral, o resultado é bom, mas, mais importante do que isso, talvez o Brasil precise apostar mais nisso. Dada a nossa limitação, a nossa restrição econômica, as dificuldades do setor público em financiar, é preciso trabalhar com a atração dos recursos privados para infraestrutura no geral, não apenas para água e esgoto, falo no geral, nosso déficit de infraestrutura no Brasil é bastante grande, a rigidez do orçamento público, a alta carga tributária impedem que se amplie muito investimento público em infraestrutura, ou limita muito, portanto há que atrair não só a operação privada, mas também o financiamento privado. Então, a necessidade de uma reforma regulatória não do setor de água especificamente, mas das questões de financiamento do setor público, garantias de crédito, para que se crie um ambiente de atração do setor privado para operação e financiamento de infraestrutura. Sem a colaboração com o setor privado, não será possível aumentar esse investimento e cumprir a metas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Obrigado.

Drª Gisela.

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – É só uma observação, porque o Abicalil falou: não, mas pode ser pior. E pode ser pior. Sei que estamos aqui tratando do saneamento como setor usuário, mas eu só queria dar um depoimento, lembrando-me da agricultura.

A lei nos permite pouquíssima margem de manobra. A lei diz que, em situação de escassez, existem duas prioridades: abastecimento humano e de sedentação de animais. E o que estamos vivenciando na Agência Nacional de Águas, junto com os Estados, por exemplo, Paraíba e Rio Grande do Norte, quando analisamos a bacia do Piranhas-Açu. Tivemos que tomar providências drásticas há um mês e, nesta reunião de diretoria colegiada, passamos outra resolução, onde estamos inibindo a irrigação. Isso é muito sério. É outro usuário importantíssimo para este Brasil, isso é seriíssimo, com perdas econômicas seriíssimas para o Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Estamos muito em conjunto com os órgãos estaduais desses Estados, senão conseguiríamos ter feito isso. Mas são situações muito duras as que estamos vivendo, saindo um pouquinho do saneamento.

Pode ser pior, Abicalil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Drª Patrícia.

A SRª PATRÍCIA VALÉRIA VAZ AREAL – Respondendo à Senadora Simone e como os colegas já falaram, a crise hídrica realmente é uma agravante para que essas obras obtenham sucesso, mas, na minha opinião, a restrição orçamentária é o maior impedimento.

Você me perguntou os números da Funasa. Eu tenho, vou explicar. Em 2014, foi feita uma seleção de 635 empreendimentos no valor de R$2,8 bilhões. Em 2014, tivemos um orçamento disponível de R$400 milhões, ou seja, repassamos um percentual muito pequeno para contratar os 635 empreendimentos. Na LOA, 2015, tivemos um valor aprovado de R$600 milhões. No entanto, desses R$600 milhões, R$430 milhões foram bloqueados. Só tivemos R$170 milhões disponíveis.

A proposta orçamentária para 2016 é ainda pior. No PAC, na proposta encaminhada ao Congresso são R$70 milhões, sendo R$15 milhões para abastecimento de água e R$55 milhões para esgotamento sanitário.

Ou seja, das 635 obras selecionadas, cerca de 50% já têm obra iniciada. Quer dizer, em 2015, já não temos recurso disponível, os R$170 milhões já foram utilizados integralmente. Mas a proposta para 2016 é insuficiente até para cobrirmos o que está em andamento.

Além do PAC, temos a ação de saneamento em área rural. Essa é uma ação que não teve corte, mas temos, em média, R$40 milhões ao ano. Então, no ano que vem, a proposta é de R$60 milhões.

Temos atuado principalmente no semiárido, dentro do programa Brasil sem Miséria, com a implantação de cisternas para retenção de água de chuva. A Funasa é a responsável pela implantação de 20 mil cisternas. Ainda vai-se ampliar esta meta. E ainda o sistema simplificado de abastecimento de água.

Com relação à eficiência que o Senador Randolfe questionou, recaímos também na restrição orçamentária. Como mostrei que tivemos um curso de capacitação voltado para elaboração de planos, também tivemos um curso de capacitação voltado para redução de perdas. Foram realizados 24 cursos, mas a Funasa não abriu uma linha de financiamento para esse objetivo, porque é insuficiente, a prioridade está sendo dada para elaboração dos planos. Por quê? Como eu mostrei, estamos conseguindo atender cerca de 1,6 mil Municípios, mas o público alvo da Funasa são quase cinco mil. Então, temos um universo muito grande para atender. Como a partir de 2016 o Município não pode receber recurso federal se não tiver o plano elaborado, estamos focando primeiro no plano para, depois, abrir uma linha de financiamento nesse sentido.

Acredito que, com relação à Funasa, foram esses os questionamentos.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Só para concluir, Sr. Presidente, e ver se entendi.

Em 2014, o orçamento na LOA estava previsto 2,6...

A SRª PATRÍCIA VALÉRIA VAZ AREAL – Não, a seleção não era...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – A seleção em cima de 365 obras estaria orçada em...

A SRª PATRÍCIA VALÉRIA VAZ AREAL – Em 635 obras, R$2,8 bilhões.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Só que, na LOA, tínhamos R$400 milhões; para este ano, pelo contingenciamento, R$170 milhões; e já para 2016, sem contingenciamento, está previsto R$70 milhões, fora o que pode vir a ser contingenciado.

A SRª PATRÍCIA VALÉRIA VAZ AREAL – Isso.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Dentro desses valores, somados ao financiamento, via Banco Mundial etc., é o que daria, a princípio, aquela "média", entre aspas, de R$10 bilhões, ainda que não executadas?

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – A média de R$10 bilhões é com o que vinha até 2013. Certamente, vamos verificar uma queda em 2014, que se acentuará em 2015. Discuti em uma reunião, outro dia, com as empresas estaduais de saneamento, no âmbito da SBEC, que representam três quartos do setor de água e esgoto, que é preciso buscar com urgência outras fontes, porque a redução virá do AGU, virá de tarifa por conta de inflação alta, por conta de desemprego, aumento de inadimplência, isto terá impacto, e também de redução de disponibilidade de recursos do Fundo de Garantia e do BNDES. Estamos vendo as discussões do Governo Federal com o BNDES. É urgente buscar outras fontes de financiamento para manter o nível de investimento, senão ele vai cair bastante.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Ou seja, aquilo que, a princípio, lá em 2007, depois que o Plano Nacional de Saneamento Básico deixou de ser um grande problema que era o financiamento, deixou de ser um grande, não que não era, porque dinheiro sempre falta, mas deixou de ser um grande problema, porque avançamos muito comparado aos anos anteriores, voltou a ser o nosso grande gargalo.

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – É possível que, desde o PAC, tenha subido investimento, chegar a esta casa de 0,20% do PIB, que é metade do que eu precisaria alcançar a meta do PLANSAB, agora é provável que a situação se agrave ainda mais. Temos que esperar os dados que estão chegando.

A inflação coloca outro problema, Senadora, porque as empresas terão dificuldade de repassar para a tarifa todo custo inflacionário e há um impacto muito grande. A inflação de água e esgoto é diferente da inflação de IPCA, porque o segundo custo das empresas, depois do custo de pessoal, que posso vincular ao IPCA, é o custo de energia. A energia é o segundo custo. No Nordeste, as empresas de água e esgoto são as maiores clientes das empresas de energia elétrica. Esse impacto tarifário será muito maior. Então, a inflação de água e esgoto será certamente maior do que a inflação geral ao consumidor, mas haverá dificuldade de repassar esse custo integralmente para a tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Chegou uma pergunta pelo portal do Senado. Quem puder responder, é um comentário, na verdade, não é uma pergunta da Ana Flávia, que sugere criar uma equipe de trabalho que fiscalize a execução e auxilie na organização dos trabalhos, porque as prefeituras começam as obras, que acabam ficando no meio do caminho, em detrimento do atraso dos repasses por parte do Governo Federal.

Isso é uma verdade mesmo. No meu Estado, várias obras, no Brasil todo, várias obras se iniciam, e até pouco tempo atrás, vimos um comentário a respeito do Minha Casa Minha Vida, um programa prioritário do Governo Federal, que estava, se não me engano, com 120, 130 dias de atraso na liberação das faturas dos conjuntos habitacionais por todo o Brasil. Se há isso em um programa prioritário do Governo, que é a construção de casas populares, imagine só em uma obra de drenagem em um Município do interior do Amapá ou do interior do Nordeste. Faço esta ponderação. Acho que a Drª Patrícia pode responder a nossa internauta.

A SRª PATRÍCIA VALÉRIA VAZ AREAL – Acho que, na verdade, esta equipe de trabalho até existe, acho que todo o PAC é monitorado pelo CGPAC, pela Secretaria do PAC no Ministério do Planejamento, para o qual mandamos dados semanais a respeito das obras que estão aguardando recursos financeiros. Realmente tem tido um atraso no repasse, uma dificuldade não só no orçamentário, mas também na liberação de financeiro. Isso acaba realmente acarretando no atraso das obras. Mas acredito que esse grupo de trabalho já existe, não vai alterar a situação que já existe hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu pensei, há pouco, sobre o questionamento que fiz e refleti sobre outro aspecto, Senadora Simone, quando perguntei se a iniciativa privada estava dando mais resultado do que o poder público. Mas penso também que a iniciativa privada talvez não queira ir àquelas comunidades que o senhor falou, Dr. Marcos, por exemplo, no Ceará, de 50 habitantes, distritos, localidades com mais de 50. A iniciativa privada não vai lá, porque não é economicamente viável para ela. Então, acaba ficando a iniciativa privada talvez com o melhor do sistema do setor, que, de certa forma, se o Estado não está dando conta, nem os Municípios, já é um avanço, mas continua o mais carente, o mais humilde, o mais distante dependendo sempre do Estado. A iniciativa privada não vai ao Município pequeno de mil habitantes, que não tem nada a ceder da rede de água e esgoto para aquela empresa privada. Ela não vai aparecer no dia da licitação talvez. O Município talvez não tenha condição de fazer nem o edital, nem de construir uma agência para atender.

Se cada vez mais passássemos para a iniciativa privada o bom do setor, o Estado ficaria responsável de novo por cuidar e não conseguiria chegar, porque não chegou até hoje. É uma observação, uma ponderação.

O SR. MARCOS THADEU ABICALIL – Permita-me, Senador Davi, reagir a sua observação.

Não há dúvida de que sem subsídio não chegamos aos pobres, onde quer que eles estejam, quer seja um pobre vulnerável no semiárido nordestino, numa vila, quer seja numa palafita de uma comunidade ao longo de um rio da bacia amazônica, quer seja numa favela do Recife. Sem subsídio, não há jeito, porque não há condição de pagar pelo serviço. Então, a pergunta que vem: quem vai subsidiar? Aí, digo, o privado pode chegar a um pobre? Pode. O exemplo da concessão que foi desenhada, acho que é importante mencionar aqui que há uma concessão de esgoto, hoje, para a Grande Recife, para as 14 cidades que integram a Grande Recife mais Goiana, que é fora da área metropolitana, já quase na divisa da mata norte com a Paraíba. O setor privado vai cuidar de todo o esgoto, vai operar o esgoto que já existe, que é muito pouco e muito precário, e vai expandir, com base na tarifa de esgoto que a Compesa cobrava e que hoje vai ser cobrada pela construção de esgoto. Quem tem água e esgoto paga dez para água, dez para o esgoto, os dez do esgoto vão para construção do esgoto.

Mas como viabilizou? E lá no Recife há uma frase interessante, que diz que ninguém em Recife, por mais rico que seja, mora a menos de dois quilômetros de uma favela. A cidade fica numa região do ponto de vista geológico difícil, porque é uma área muito baixa, é um estuário, não é fácil fazer obra em Recife.

Como o privado chegou lá? Porque há um subsídio, o Estado se comprometeu a garantir 27% do total de investimentos em expansão nas áreas vulneráveis, favelas, áreas de palafita, bairros de muita, nas eis do Recife, na área metropolitana, o Estado fará o investimento. Então, essa é a condição para que o privado possa entrar.

Há situações, lá em Minas Gerais, a Patrícia comentou sobre o Sisar, que é um modelo regional muito interessante de saneamento rural do Estado do Ceará, é um êxito que o Brasil desenvolveu e o Banco tem a honra de ser o parceiro do Ceará no desenho do Sisar junto com o KFW da Alemanha. Mas Minas Gerais fez um outro modelo agora interessante, que é o Copanor. A Copasa, companhia de Minas, criou uma empresa regional nos vales do Jequitinhonha, no norte de Minas, para atender saneamento rural, porque saneamento, Senador, tem escala. Mesmo que no local, haja água, não tem condição técnica, econômica, financeira, quando vou para o nível rural é pior ainda. Há escala. Por isso que o Brasil desenhou um modelo estadual nos anos 70, é uma coisa economicamente lógica.

Então, no modelo Copanor, a ideia original de Minas era fazer uma concessão negativa, não havia lei das PPPs ainda, a coisa é anterior. Como? Ganharia aquela operação de serviços de pequenas comunidades no norte de Jequitinhonha, pobre e com parte da região no semiárido, quem demandasse o menor subsídio do Estado.

O Estado mudou, em vez de fazer concessão, criou uma empresa subsidiária da Copasa, chamada Copanor, e realocou recursos de venda de ações da Copasa para investimento naquela área, fixou a tarifa e tem o subsídio lá. E o Estado andou pensando em fazer uma situação semelhante à da Copanor para o oeste de

Minas, na direção da BR-040, do nosso lado de Goiás e de Brasília e temos regiões com dificuldade hídrica e pobreza. E ali pensou em fazer uma PPP. O privado entra, se houver garantia de um contrato, de uma regulação e do financeiro. O financeiro pode vir parte da tarifa e parte do subsídio.

Então, esse arranjo que poderíamos fazer, para que o privado possa ajudar o País a avançar também em setores que demandam subsídios. O exemplo do metrô, que é um transporte intrinsecamente caro, porque o investimento em metrô é muito elevado. Então, onde há um metrô privado no mundo, e no Brasil temos a linha 4 em São Paulo e o metrô do Rio de Janeiro, não há dúvida de que, para ele funcionar, e funciona, há subsídio. O Estado banca parte do investimento. Essa é uma equação que tem de ser feita para que se possa garantir que o recurso estará lá, parte da tarifa, parte em subsídio. É importante dizer quem merece subsídio, como é que controla o subsídio, para que ele seja de fato alocado de modo eficiente e garanta a equidade do acesso aos serviços.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Gostaria de agradecer a participação a todos os convidados nesta audiência pública, agradecer a todos a presença em nossa Comissão.

Antes de finalizarmos nossos trabalhos, gostaria de propor a dispensa da leitura e aprovação da 32ª Ata da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Agradeço a presença do Dr. Marcos, da Drª Patrícia e da Drª Gisela, agradeço a todos a presença.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Simone Tebet, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Hélio José, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Dalirio Beber e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento 31/2015-CDR, com a finalidade de debater a redistribuição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Deputado Ernesto Roller, Deputado Estadual do Estado de Goiás; Apolinário Rebelo, Subsecretário de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal; Adelmir Santana, Presidente da Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal – Fecomercio/DF; Ênio Mathias Ferreira, Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil; e Danilo Ferreira Gomes, Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Estado / Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Ronaldo Caiado, Hélio José, Simone Tebet, Randolfe Rodrigues e Lúcia Vânia. O Senador Randolfe Rodrigues e a Senadora Simone Tebet solicitam a inclusão extrapauta de Requerimentos. Com a concordância do colegiado, o Presidente inicia a deliberação dos Requerimentos: ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 49, de 2015. "Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro convidar também a Dra. Virgínia Brancarense Lopes, Diretora da Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a Audiência Pública objeto do RDR 37/2015, de 19 de setembro de 2015, para debater as novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem – matéria sob exame do Tribunal de Contas da União na Representação nº 019.819/2014-5". Autoria: Senador Hélio José. Resultado: o Requerimento é subscrito pela Senadora Simone Tebet e aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 50, de 2015. "Em aditamento ao RDR 45/2015, requeiro, nos termos dos artigos 90, inciso II e 93, inciso I e II, seja também convidado para participar da audiência pública objeto daquele Requerimento, aprovado na Sessão desta Comissão do dia 14 de outubro de 2015, tendo por objetivo instruir o relatório de avaliação da política nacional de saneamento básico: - Heliana Kátia Tavares Campos – Diretora da Associação de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/DF". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: aprovado. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 51, de 2015. "Em aditamento ao RDR 46/2015, requeiro, nos termos dos artigos 90, inciso II e 93, inciso I e II, sejam também convidados para participarem da audiência pública objeto daquele Requerimento, aprovado na Sessão desta Comissão do dia 14 de outubro de 2015, tendo por objetivo instruir o relatório de avaliação da política nacional de saneamento básico: -Bartiria Perpétua Lima da Costa - Representante da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental -Aparecido Hojaij – Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: aprovado. ITEM 04 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 52, de 2015. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para, atendendo aos RDRs nº 10 e nº 28, de 2015, debater acerca do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e instruir o relatório de avaliação da política nacional de saneamento básico. Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados: 1) Fábio Giori Smarçaro – Secretário Nacional de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários; 2) Gilberto Carlos Cervinski – Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens MAB; 3) Dr. Luiz Roberto Santos Moraes – PhD, Professor Titular em Saneamento/Participante Especial do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da UFBA". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: aprovado. ITEM 05 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 53, de 2015. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater a formação do Consórcio Interesta-

dual de Desenvolvimento do Brasil Central. Para a referida audiência, sugiro convidar as seguintes autoridades, que estarão reunidas em Brasília no dia 11 de novembro de 2015, motivo pelo qual também pleiteio a realização da audiência pública nessa data: 1.Rodrigo Rollemberg – Governador do Distrito Federal (DF); 2.Marconi Perillo – Governador do Estado de Goiás (GO); 3.Reinaldo Azambuja – Governador do Estado do Mato Grosso do Sul (MS); 4.Pedro Taques – Governador do Estado do Mato Grosso (MT); 5.Confúcio Moura – Governador do Estado de Rondônia (RO); 6.Marcelo Miranda – Governador do Estado de Tocantins (TO)". Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: aprovado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 33ª Reunião que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2015, da CDR, de autoria do ilustre Senador Ronaldo Caiado, com a finalidade de debater a redistribuição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Encontram-se presentes para a audiência pública os seguintes convidados, os quais já convido para compor a Mesa: Sr. Adelmir Santana, Presidente da Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal, ex-Senador da República Federativa do Brasil, representando o Distrito Federal; Sr. Danilo Ferreira Gomes, Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Fundo Constitucional do Centro-Oeste; Sr. Ênio Mathias Ferreira, Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil S.A.; e Sr. Apolinário Rebelo, Subsecretário de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF. *Fora do microfone*.) – Irmão do Aldo Rebelo, nosso Ministro da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agora, Senador, pegou pesado comigo, eu não sabia. Conforme informação do Senador Hélio José, que o conhece, ele é irmão do nosso Ministro da Defesa, Aldo Rebelo, que foi também nosso colega Deputado e é grande Ministro.

Gostaria de informar que existe um requerimento aprovado de mais um convidado, Deputado Estadual Ernesto Roller. Ah, já chegou. É porque não estava aqui, Deputado.

Eu gostaria de convidar V. Exª para compor a Mesa. Deputado Estadual do Estado de Goiás, Líder na Assembleia Legislativa de Goiás, do nosso Senador Ronaldo Caiado, um grande Deputado.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: no portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br e também pelo Alô Senado, no número 0800-612211.

Pela ordem, concedo a palavra para exposição ao Senador e Presidente da Federação do Comércio, Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA – Bom, a minha exposição é apenas uma exposição oral, não há nenhum recurso outro, sobre a nossa convocação feita já há algum tempo. Esse assunto já foi objeto de debates anteriores, exatamente entre mim e o Senador Caiado. Temos pontos convergentes, naturalmente, mas algumas divergências. A proposta do Senador é no sentido de ampliar a participação do Estado de Goiás no Fundo Constitucional do Centro-Oeste, e a sua principal alegação é que os fundos, do ponto de vista da Constituição, tem por objetivo, naturalmente, desenvolver regiões menos favorecidas, regiões com menos grau de desenvolvimento.

Na nossa visão, a proposta é somar mais. Não se somam percentuais, mas acrescentar mais 10% de Goiás no Fundo Constitucional, que, hoje, já é da ordem de 29%, ando rateado entre os demais, da ordem não, é de 29% entre os demais Estados. Naturalmente que, ao se agregar mais 10%, praticamente, chega-se a 40% de participação nesse Fundo Constitucional. Isso, na minha visão, convenhamos, meu ilustre e Exmo Senador Caiado,

vai ferir o equilíbrio federativo regional, uma vez que há a alegação de que estamos na cidade de maior renda *per capita*, essa coisa toda, mas não concordamos com o Senador Caiado nesse aspecto, até porque, também, uma alegação que faz o Senador Caiado é que Brasília já dispõe de outros fundos, de outras participações, e faz referência ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. Este Fundo, diferentemente do Centro-Oeste, é só do Distrito Federal, naturalmente, 100%, e se constitui numa receita orçamentária, hoje, da ordem de R$13 bilhões e que são destinados ao pagamento da área de educação, saúde e segurança no Distrito Federal. Esse é seu dispositivo contido na Constituição Federal e que ajuda muito a manutenção dessas áreas, embora não represente a totalidade, ainda recebem essas esses setores complementação do Tesouro local, do Tesouro Distrito Federal.

Os recursos do Fundo Constitucional têm como obrigação, naturalmente, a aplicação dos recursos do DF. Parte desses recursos são aplicados na região chamada Ride, da qual fazem parte vários Municípios do Estado de Goiás e Municípios de Minas. A própria constituição do Fundo inibe o Estado de Goiás da aplicação de recursos do Fundo Constitucional nos Municípios da Ride. Então, essa é uma tarefa compreendida para o Distrito Federal. Dos 19% do Distrito Federal, que é a nossa participação – de Goiás, como eu disse, é 29% – 100% do que nós, nos últimos anos, temos destinado à área rural, até porque Brasília tem uma dificuldade de titularidade das propriedades, são aplicados, são rateados entre rural, industrial, comércio e serviço. Do que é destinado a rural, tudo que é destinado a rural se aplica na região na Ride, até porque temos consciência de que grande parte das soluções dos problemas do Distrito Federal estão fora do Distrito Federal, estão nesses Municípios limítrofes da nossa região. Então, já aplicamos a parte dos recursos destinados à questão rural nos Municípios da Ride. Os recursos destinados à questão industrial, 50% deles também – estamos falando dos recursos do DF – são aplicados nos Municípios da Ride. Aproximadamente 20% dos recursos destinados ao setor de comércio, serviço e turismo também são aplicados em Municípios da Ride.

A título de curiosidade, apenas para os senhores terem noção da nossa preocupação, da preocupação do DF e dessa responsabilidade, o maior projeto de investimento na área industrial, feito aqui nesta região, foi no Município de Formosa, para uma empresa cimenteira. Foi feito um aporte de R$200 milhões. Esse é o maior volume que uma única empresa teve desses recursos. Sabe de onde vêm esses recursos? De Brasília, porque esses Municípios compreendem recursos da Ride. Não me refiro à agrícola, é um recurso da indústria, destinado ao segmento industrial.

Nos últimos dois exercícios, 2013 e 2014, esses recursos destinados ao Distrito Federal foram integralmente aplicados. Quando isso não ocorre, no mês de setembro, faz-se uma revisão, se o Estado não usa seus recursos, e o saldo é rateado entre os demais Estados componentes da região.

No debate que tivemos com o Senador Caiado, ele falava dessa questão de população de baixa renda, essa coisa toda. Nós temos aqui, apesar de termos a renda *per capita* mais elevada do País, temos também regiões administrativas – não são Municípios, porque o Distrito Federal é indivisível – com os piores IDHs do País. Aqui dentro do Distrito Federal! O que significa que essa medição de renda *per capita* nem sempre pode ser levada em conta, sem considerar esses aspectos existentes aqui. Há poucos metros do Congresso Nacional, vamos encontrar regiões como Itapoã, Estrutural, com IDH extremamente baixos, um dos mais baixos do País.

É bom, então, que a gente faça uma clara definição de que temos, portanto, o Distrito Federal participando, assim como Goiás, de três importantes fundos – Goiás, não, tem um que é exclusivo do Distrito Federal –: o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o Fundo do Distrito Federal, propriamente dito, como eu disse, destinado, carimbado, vai só para a área de educação, segurança e saúde, que é o Fundo do Distrito Federal, e temos um que é muito importante, aí, sim, acho que poderíamos todos nos reforçarmos ou nos aliarmos, que é o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Esse fundo, que é novo em relação aos demais, foi criado em 2009, é voltado para infraestrutura, assuntos de maior importância, e é coordenado pela Sudene.

Esse fundo, somado aos demais instrumentos existentes, é um instrumento muito importante para o desenvolvimento da infraestrutura dessa região. E aqui, sinceramente, acho que nós todos, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasília, poderíamos intensificar os nossos esforços, no sentido de que esse fundo tivesse uma destinação muito clara nessa direção e, efetivamente, fossem aplicados os recursos a eles destinados.

É um fundo importante, acho que temos de nos irmanar, mas faço um apelo ao Senador Caiado: não vamos mexer nesse processo, que já nos levou a muitas discussões. Pelo contrário, tínhamos um pleito, fui representante no Condel, como Presidente da Federação do Comércio, em que se discutiam esses percentuais de participação dos Estados. Naquela oportunidade, a gente pedia acréscimo de participação de Brasília. Ele era muito mais aprisionado, porque Brasília tem uma vocação de comércio, serviço e turismo, e não havia definição dos percentuais de aplicação nas diversas áreas, indústrias, comércio e turismo. Nós conseguimos, naquela época, e é bom que se diga que teve uma passagem muito importante o hoje Governador Rodrigo Rollemberg, na discussão de alteração desses percentuais. Cada Estado desse, apesar de ser da mesma região, tem vocações diferentes. Não adianta querermos o mesmo percentual para comércio e serviço, por exemplo,

o Estado do Mato Grosso. Turismo pode até ser que se equivalha em todos os Estados, mas comércio e serviços, no Distrito Federal, é uma vocação primordial. Então, foram alterados os percentuais de participação, na época, algum tempo atrás, dando mais liberdade para que cada Estado dividisse a sua participação de forma mais relacionada com suas próprias vocações.

Para nós, por exemplo, esses percentuais estão atendendo, porque temos a compreensão das nossas responsabilidades com relação à Ride, com relação aos Municípios limítrofes. Como eu disse, temos estudos que mostram, claramente, que muitas das nossas soluções, dos nossos problemas, estão relacionados com essa região. Aliás, é bom que se diga que é uma região que consideramos região sem dono, porque Goiás, até a mesmo a lei dificulta, não pode aplicar recursos do Fundo Constitucional nesses Municípios. Goiás acha que esses Municípios se desenvolveram em razão do próprio surgimento de Brasília. Brasília não tem como pegar os recursos do seu orçamento e destinar para esses Municípios. Quando aqui estive como Senador, até apresentei uma PEC, uma alteração constitucional, porque a Constituição de 1988 inibe a criação de regiões metropolitanas envolvendo mais de uma unidade federativa. O exemplo que eu dava era exatamente o exemplo de Brasília, de Petrolina/Juazeiro, Timon/Teresina, tentando mudar a Constituição, objetivando criar uma região metropolitana, para que essa região tivesse dono, tivesse um gestor, tivesse alguém que cuidasse, porque esses Municípios sofrem hoje o abandono, eu diria, não sei se casual, do Estado de Goiás, ou por falta de recursos, e também o abandono de Brasília, porque não temos, constitucionalmente, como fazer mais do que o que já se faz por essas cidades.

Então, o que se vê, no dia a dia, é um volume em torno de 700, 800 mil pessoas que se desloca diariamente desses Municípios, na busca de atividades econômicas, de serviços, de encontrar um caminho no Distrito Federal, até mesmo no uso dos nossos equipamentos públicos, hospitais, transportes, o que, para o Distrito Federal, é extremamente pesado. Então, muitas das soluções do DF, volto a dizer, nobre Senador Caiado, temos consciência, estão no entorno, buscando uma vocação desses Municípios no Entorno para desenvolvê-los, no sentido de fixar as populações ali, de dar a essas populações o direito de se fixarem nas suas próprias origens, com trabalho, com serviços públicos, e não essa necessidade de deslocamento diário, que é um verdadeiro tormento: duas horas para vir, duas horas para voltar, aproximadamente, quatro horas de uso em transportes ruins, dificuldades de locomoção, o que é um sacrifício para essas populações.

Então, a nossa posição é contrária à mudança desses percentuais de participação. Ao contrário, achamos até que, se é da nossa responsabilidade cuidar dos Municípios da Ride – e Goiás está impedido de fazê-lo por força da lei –, que esse percentual seja acrescido, aí sim, com destinação para os Municípios da Ride. Se isso acontecer, estaremos fazendo justiça a Goiás e ao Distrito Federal, porque não vamos necessariamente diminuir o nosso índice de participação nesse fundo, que é importante para o desenvolvimento do comércio, do serviço e do turismo e também da indústria.

Volto a dizer que, na parte agrícola, efetivamente, nós temos dificuldade por um pecado original, as nossas propriedades rurais no Distrito Federal, até hoje, depois de 51 anos, ainda não têm titularidade. Há uma dificuldade, não há registro e aí dificultam os empréstimos ou qualquer recurso advindo de organismos financeiros, porque falta a certidão de nascimento. As instituições ou as propriedades não existem, do ponto de vista formal, quando vai se fazer um planejamento financeiro, um financiamento, um cadastro em banco.

Então, ilustre Senador Davi, essa é a nossa posição, que eu diria é uma posição não apenas da Federação do Comércio, mas de todo o setor produtivo: Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, Federação dos Transportes do Distrito Federal.

São essas as minhas considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos a exposição do Senador Adelmir Santana e passamos imediatamente a palavra a S. Exª o Sr. Deputado Ernesto Roller, para sua exposição.

V. Exª dispõe de 15 minutos para fazer as suas considerações.

O SR. ERNESTO ROLLER – Muito obrigado. Bom dia a todos. A minha saudação a toda Mesa e aos Srs. Senadores eu faço na pessoa do Presidente Senador Davi.

Não faço parte de nenhum organismo de conselho, de avaliação técnica do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste ou do Fundo do Centro-Oeste, o chamado FCO. Eu sou Deputado Estadual pelo Estado de Goiás, no terceiro mandato e represento majoritariamente o Entorno e, especialmente, a cidade de Formosa.

Eu trago aqui o reclame de toda uma região, que encontra óbices de toda a natureza para o seu desenvolvimento. É preciso que nós nos contextualizemos de que essa é uma região cujo crescimento demográfico tem progressão geométrica e o crescimento da sua possibilidade de solução das demandas decorrentes desse crescimento não cresce nem em progressão aritmética, ela é muito menor.

Nós temos uma região que cresce assustadoramente, acima da média nacional, acima da média regional, no que diz respeito ao contingente populacional, mas a possibilidade de solução do Poder Público é muito

pequena, tendo em vista que nós não temos uma atividade industrial forte, nós não temos uma atividade rural forte, nós não temos uma política implementada no sentido de gerar emprego e, fundamentalmente, também muito importante, que permita a melhoria da arrecadação dos Municípios do Entorno do Distrito Federal.

Eu vou pegar o exemplo da cidade de Formosa: nós somos a 9ª maior cidade do Estado, em contingente populacional, mas somos a 23ª, no último levantamento estatístico que vi, em competitividade, em possibilidade econômica. Isso significa que os problemas na saúde pública vão cada vez mais se agravar, as demandas por educação e os problemas nessa área, no transporte urbano, em toda essa organização social, que é promovida pelo Poder Público, estará a região do Entorno sempre aquém. As prefeituras, especialmente, estarão sempre aquém da possibilidade e da necessidade do cidadão dessa região e, com isso, acontece o que nós assistimos: uma demanda por Brasília, mas muito forte por Goiânia também, por centros que possam, na área de saúde, promover esse atendimento.

Vejo como muito importante esta audiência pública e a iniciativa do Senador e quero discordar do Senador Adelmir Santana, porque acho que, se Brasília já disponibiliza toda a parte rural para o Entorno, nada mais justo do que nós pegarmos esse valor, junto com o valor de outros Estados e, inclusive, do Estado de Goiás e destinarmos especificamente para esses Municípios, a fim de que possam fazer frente e, inclusive, com a decisão do que encaminhar autonomamente, que processos serão encaminhados.

O Senador se referiu ao estabelecimento do projeto da CPX. Nós já sabemos que outras empresas querem vir para Formosa nessa área cimenteira, querem vir para Formosa num futuro breve e será que Brasília terá, naquele momento, essa mesma disponibilidade? Resta essa pergunta. Então, vejo como absolutamente válida qualquer iniciativa que vise dotar a nossa região do Entorno de condições para o desenvolvimento socioeconômico.

Os Municípios do Entorno não são majoritariamente grandes produtores de grãos. Eu pego uma particularidade, por exemplo, do Município de Formosa, que é um polo regional, mas na produção de grãos no Município é quase incipiente, porque a área agricultável do Município de Formosa, o Governo Federal, lá no início na década de 70, transformou quase 130 mil hectares em um campo de treinamento do Exército Brasileiro. Nem se diga que alguém vai retomar esse campo, não é essa pretensão, mas porque também e eu trago a sugestão à Comissão de por que não estabelecermos um incentivo fiscal para que este Município possa atrair investimentos, indústrias, empresas, gerando com isso emprego e renda e uma melhor arrecadação municipal? Mas temos também situações no Entorno que importam numa atenção diferenciada.

O entorno só existe como problema em virtude da presença de Brasília. Essa é a grande verdade! Por isso nós não podemos ter uma tratativa... E há um problema sério e eu digo aos senhores, como quem foi Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás durante três anos. Nós vivemos um problema muito sério. Do lado de cá, de uma linha imaginária, nós temos um policial que recebe como salário inicial algo próximo a R$3 mil, pulou essa linha imaginária, nós temos um policial recebendo R$6 mil de salário inicial. Do lado de cá – eu vou pegar os números do tempo em que fui Secretário, que deixei de sê-lo em 2010 –, o Governo de Goiás investia em segurança pública anualmente para 246 Municípios, R$1 bilhão, enquanto o Governo do Distrito Federal, para um quadrilátero menor, em termos populacional e também geográfico, recebia de um fundo constitucional, portanto, de dinheiro de todos os brasileiros, algo próximo a R$8 bilhões, para investimentos em saúde, segurança e educação.

Nós não queremos que o Distrito Federal perca o seu. O que nós precisamos é que todos os agentes políticos desta região se deem as mãos aos Senadores, Deputados de outras regiões e permitam-nos ter também esse tratamento, e não estou dizendo para que se passe para apenas o Estado, acho que tem que envolver as prefeituras, porque 75% das demandas dos cidadãos se encontram nas prefeituras municipais. Elas não estão no Estado, elas não estão na União nós temos aí a saúde, o transporte escolar, um conjunto de demandas que estão lá no Município.

Mas fundamentalmente o que quero trazer aos senhores é o reclame de uma região que já não aguente mais ser citada como problema, não aguenta mais ser utilizada como discurso, não suporta mais. E aí devo dizer que contamos sempre com a generosidade das forças políticas do Distrito Federal. Não estamos aqui para negar aquilo que são conquistas do passado até o presente momento, que é a participação do Distrito Federal. No entanto, é uma participação que certamente... Isto é humano: entre cuidar da minha rua e cuidar da rua do vizinho, primeiro vou cuidar da minha; entre cuidar do meu bairro e cuidar do outro bairro, vou cuidar do meu; entre cuidar do meu Estado e cuidar dos Municípios de outros Estados, vou cuidar dos meus. Isso certamente é uma verdade. Não podemos exigir que um Senador do Distrito Federal tenha o mesmo compromisso com o entrono do que tem com o Distrito Federal. Não podemos exigir que um secretário de governo do Distrito Federal tenha o mesmo pensamento.

Então, precisamos é de definições legais claras para que não precisemos do beneplácito, para que não precisemos do favor de quem quer que seja. Temos o estabelecimento de uma política pública de caráter permanente para a nossa região. Defendi que o Fundo Constitucional do Distrito Federal fosse ampliado em seus valores para que fosse destinado algo para os Municípios da região do Entorno, quando eu era secretário, também para que o Estado de Goiás pudesse fazer frente a essas demandas.

O que defendo não é tirarmos daqui; é somarmos ao daqui para permitindo que todos tenham condições de estabelecer políticas de caráter permanente. Por quê? Vejam, já vi governadores do Distrito Federal que foram muito bons para o Entorno, com seus favores de concessão, de realização de convênios, mas já vi governadores que governaram de costas para o Entorno. Precisamos ter uma definição clara daquilo com que o Entorno pode contar, para que possamos fazer frente a essas demandas da população local. Com isso, certamente – e aí volto àquilo que o Senador Ademir disse – acho que as soluções para o problema do Entorno estão lá no Entorno.

É claro que não vamos ter, neste momento, a solução de todos os problemas, mas, se os primeiros passos não foram dados, se não se avançar nisso, teremos cada vez mais graves os problemas dessa região. E é um problema que reflete muito diretamente aqui, em Brasília, reflete muito diretamente nos aparelhos públicos do Distrito Federal.

Temos hospitais que, a par das discussões de ordem política, porque já foram inaugurados muitas vezes, mas até hoje não funcionam, não têm... O Município pode perfeitamente receber uma obra, e tenho esse testemunho de ordem pessoal: tivemos um forte investimento em estruturas de saúde, à época chamados PSFs, unidades básicas de saúde, depois as UPAs. Mas o que acontece? P Município não dá conta de tocar, não dá conta de custear aquela estrutura. Com isso, o que acontece? Ficam as estruturas, o dinheiro público sendo mal utilizado, imobilizado naquela estrutura. E a demanda volta para o Distrito Federal porque a prefeitura tal não tem condições de contratar o médico, não tem condições de colocar um serviço de excelência;

Então, vejo como muito louvável a iniciativa do Senador Ronaldo Caiado, discordando do orador que, tão inteligentemente abordou esse tema de forma contrária. Vejo que somos uma região que precisa de um esforço conjunto para que os senhores não precisem, em um futuro muito próximo, viver ainda mais o caos e o colapso aqui em Brasília. Isso é muito grave.

Estamos assistindo a um grave problema de saúde pública no Distrito Federal decorrente dessa demanda, como assistimos nos grandes centros do País, que vem de outras regiões. Precisamos do apoio dos senhores.

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o FCO, é um importante instrumento de incremento da produção, de incremento da atividade industrial, de incremento econômico e, com isso, do incremento social e, mais do que tudo, da possibilidade de arrecadação dos nossos Municípios.

Nenhum dos Municípios do Entorno figura entre os de maior arrecadação do Estado de Goiás, e por quê? Porque nós temos aqui grandes postos de serviços e comércio que pouca produção realização e que, com isso, não geram tanta riqueza para as suas cidades.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a nossa manifestação é favorável a essa propositura, ainda que se dê um incremento de novos valores.

E eu quero aproveitar o gancho do Senador para também pedir o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste na configuração e na constituição desses instrumentos públicos, para que se pense o Entorno de forma diferenciada, pois é a região metropolitana mais problemática de todo o Centro-Oeste. E por quê? Porque ela envolve dois Estados, e, se não forem construídas soluções na legislação federal, nós teremos muitos e cada vez maiores problemas nessa região, que acabam refletindo na Capital da República, portanto, aqui em Brasília.

Então, eu cumprimento o Senado da República, e o faço, permitam-me, com orgulho, ao saudar o Senador pelo meu Estado, Senador Ronaldo Caiado, dizendo da importância dessa medida, e que Brasília possa nos ajudar na construção desse resultado para a região do Entorno no que diz respeito ao Fundo do Centro-Oeste.

Muito obrigado, Sr. Senador.

Essas eram as minhas manifestações por ora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – A Mesa agradece a participação do Deputado Ernesto Roller.

Passamos a palavra, agora, ao Sr. Ênio Mathias Ferreira para fazer a sua exposição.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Bom dia, Senador Davi, Presidente desta Comissão; bom dia, Srs. Participantes da Mesa, Srs. Senadores, Srªs Senadoras e demais participantes desta audiência pública.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer pelo convite para participar desta audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e também pela oportunidade de apresentarmos o desempenho dos recursos no nosso Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, o FCO.

O Banco do Brasil é o administrador do FCO em conformidade com a Lei nº 7.827, de 1989. São 26 anos de atuação, período em que o banco tem orgulho de ter podido contribuir e atuar diretamente na Região Centro-Oeste.

Eu gostaria de pedir licença para nós passarmos uma apresentação, onde nós poderemos acompanhar o desempenho do FCO. E, a partir daí, nós poderemos fazer a nossa explanação de forma mais didática.

Nessa primeira projeção, nós temos o histórico até agosto de 2015, onde observamos que, desde 1989, já foram contratadas operações que totalizam R$53,4 bilhões. Então, trata-se de um volume bastante considerável de recursos. E, ali, também podemos observar que foram R$23,6 bilhões de aportes efetuados pelo Tesouro Nacional. A diferença, ou seja, os R$29,8 bilhões decorrem de retornos, ou seja, de operações que são retornadas ao fundo e novamente colocadas à disposição, realizando novas operações e novas contratações.

Dessa quantidade, desse volume total, 55,8% equivalem aos retornos. A diferença entre os R$45 bilhões são os novos aportes, o que corresponde a uma quantidade de quase um milhão, ou melhor, 912 mil operações realizadas nesses 26 anos de atuação do fundo. E isso, também pelo mapeamento feito ali, corresponde a 5,9 milhões de empregos gerados ou mantidos aqui no Centro-Oeste em decorrência dessas operações, seja direta ou indiretamente.

Essa é a posição de janeiro de 1989, quando foi criado, até agosto deste ano de 2015.

Na próxima projeção, nós temos um retrato dos recursos do fundo atualmente, das operações, ou seja, qual é o saldo existente e contratado nas operações. São R$21,828 bilhões, distribuídos da seguinte forma: 10% para o Distrito Federal; Goiás tem 33%; Mato Grosso do Sul, 25%; e o Mato Grosso, com 32%; e os valores correspondentes diretamente ali. Então, esse é o retrato dos recursos e da situação do fundo do FCO na posição de agosto de 2015. Aqui é bom a gente observar que, pela distribuição e conforme definido pelo Condel e pelo próprio Ministério da Integração – o Condel é o Conselho Deliberativo do FCO –, nós temos que o Distrito Federal faz jus a 19% do total dos recursos distribuídos para o FCO; Goiás, 29%; Mato Grosso, 29% também; e Mato Grosso do Sul, 23%.

Nessa próxima projeção, nós temos a evolução de 2011 até 2015. A gente pode observar ali que é crescente a distribuição desses recursos, que tem uma evolução bastante considerável. Em 2014, foram distribuídos R$5,919 bilhões. Desses R$5,9 bilhões, tiveram o retorno de R$3,8 bilhões e aporte do Tesouro de R$2 bilhões. Quando a gente observa 2015, a gente está falando de previsão, até 2015, até dezembro, da distribuição de R$6,027 bilhões, com retorno financeiro equivalente a 64%, chegando a R$3,8 bilhões, e aporte do Tesouro, a expectativa é de que chegue a R$2,3 bilhões.

Na próxima, nós temos a execução orçamentária, também a gente trouxe a dos últimos cinco anos, a evolução de 2011 a 2015, até agosto, onde o percentual de utilização vem sendo cumprido, e mais à frente a gente vai ver que a meta estipulada pelo Condel é de 90%, e anualmente está sendo alcançada, sendo que, em 2014, a gente chegou a 96% e, em 2015, na posição de agosto, em cima da distribuição, ou seja, em agosto, tinham sido distribuídos R$2,8 bilhões, e utilizados R$3,3 bilhões e ainda disponíveis R$570 milhões naquela data. Mais à frente a gente tem uma nova posição atualizada. Isso equivale a 85% de utilização, lembrando que esse é um retrato de antes de setembro e, em setembro, há aquela distribuição entre redefinição por CDL, pelos Estados, sobre rural ou empresarial, e a gente faz o processamento e tem o impacto novamente.

Nesse próximo, nós temos, contratação. Esses são números de contratação por programa. E já numa posição de 25 de outubro, mais atualizada, quando foram contratados, no total, de R$4,003 bilhões, desses R$4 bilhões, R$2 foram destinados pelos Estados para empreendimentos rurais e R$1,8 bilhão para empresarial. Isso equivale a 55% para o rural e 45% para o empresarial. Ali embaixo nós temos a definição por Estado. Ou seja, 14% do total foram contratados pelo Distrito Federal; Goiás chegou a contratar 33%; Mato Grosso do Sul, 25%; Mato Grosso, 80% desse valor total contratado. Lembrando a distribuição no geral: Distrito Federal, de início, é 80/20 de distribuição, ou seja, ele destina 80% para o empresarial e 20% para o rural; e os demais Estados, 50/50 de início.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A pergunta que faço sobre esse projeção é: a distribuição do Distrito Federal foi 14%. Os 5% restantes foram distribuídos aos demais Estados?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Não, esse aqui é por contratação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exato. Tudo bem, mas foram contratados 14%?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O Distrito Federal tem direito a 19%. Certo?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Certo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu estou lhe perguntando: o restante dessa parte aí que não foi contratada pelo Distrito Federal foi redistribuída entre os...

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Isso, ela está sendo redistribuída agora. Agora, em 30 de outubro, será feito o reequilíbrio da contratação, o.k.?

Nesse processo eslaide, nós temos os resultados alcançados comparativos à meta e aos indicadores de desempenhos estipulados pelo Condel – posição de agosto, que é o ultimo relatório fechado.

Da aplicação, a meta do Condel é de 90%, sendo que foram realizados, este ano, 80,9% até agosto.

Da contratação de menor porte também, que é um outro indicador em que o Condel solicita que sejam distribuídos 51% destinados para esses Municípios de menor porte, feito com empreendimentos de menor porte. Foram destinados 51%; a meta é 51%, e já estamos com 90,9% nessa posição de agosto.

A inadimplência é outro fator também muito acompanhado, em que observamos que a meta de 1% – historicamente temos conseguido números bastante consideráveis – atualmente está em 0,4%.

Aqui, se a gente observar também, a média do sistema financeiro nacional é de 2,9%. Então, aqui demonstra o zelo que a gente tem com os recursos FCO e a forma como são aplicados.

A cobertura de contratação no exercício: são 467 Municípios, e a meta é 100%, e nós realizamos 99,4%, ou seja, falta um Município apenas em Mato Grosso, que é União do Sul, e nós estamos buscando a contratação também para atingir esta meta de 100%.

As operações com novos beneficiários: aqui a meta é de 20%, estamos com 37%. No ano passado, chegamos a 34%, ali demonstra o direcionamento da renovação da carteira para nós, beneficiários, e não repetição daqueles já contratados.

O tempo médio de contratação também que é de 35 dias, a média total está 30,5 dias, o que historicamente também vem sendo alcançada.

E ali, por último, a contratação da tipologia dos Municípios, que é aquela renda estagnada e dinâmica, em que a meta do Condel é de 57%, estamos próximos, com 54,3%, na posição de agosto.

Nessa próxima projeção, nós temos aqui detalhada a questão da meta dos Municípios, 51% no menor porte, e, no geral, estamos alcançando 78%, sendo que o Mato Grosso está com 85%, ou seja, 962 para menor porte e, no meio, temos a meta que é de 51; do Mato Grosso do Sul, 74% para menor porte; Goiás direcionado, 71% menor porte, e o Distrito Federal, temos 85% para menor porte, lembrando que, no detalhamento ali embaixo, o faturamento de menor porte é aquelas empresas com até R$16 milhões anual e, acima de R$16 milhões, é de portes maiores.

Por último, temos aqui essa projeção, em que temos a evolução de 2013 até agosto de 2015 e traz o volume de operações contratadas, comparando Goiás, a Ride, e o próprio Distrito Federal. Nós vemos ali, por exemplo, pegando 2013, que foram destinados R$2,039 bilhões para Goiás. Se somarmos o Distrito Federal e Ride, R$830 milhões. Em 2013, desses R$830 milhões, 24% foram utilizados por Municípios pertencentes à Ride. Esse percentual de 24% vem crescendo anualmente; de 24%, em 2014, passou por 29%; em 2015 já está em 34% de destinação dos recursos do Distrito Federal sendo utilizados por Municípios da Ride.

Se compararmos, ali embaixo, somando Goiás com a Ride, esse valor aumenta de R$2,039 bilhões para R$2,237, em 2013; de R$1,7 bilhão para R$2 bilhões, em 2014; e em 2015, já contratado, de R$1 bilhão para R$1,264 bilhão. Então, aqui, demonstra uma evolução e apresenta um crescimento anual da utilização pelos Municípios pertencentes à Ride.

Por fim, eu queria dizer que, neste ou em qualquer outro momento, estamos sempre à disposição para colaborar e esclarecer quaisquer dúvidas no sentido de aprimorar o trabalho e o desenvolvimento regional do Centro-Oeste.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Em relação à projeção feita, eu gostaria que V. Sª demonstrasse também o que foi liberado de 2011 até 2015 do FCO para Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As liberações.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Fazer um comparativo de todos eles?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O que Brasília, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul contrataram.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Perfeito.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Porque essa colocação se choca com outro dado que tenho. Ou seja, na maioria das vezes, desde 2011, o Distrito Federal não contrata nem 10% do que tem como recurso depositado em caixa.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Pelo histórico, não é? Comparando a todo o histórico?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só veio crescer depois de 2014, depois de 2013, quando nós apresentamos o projeto.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu peço ao Dr. Ênio que encaminhe a informação solicitada, se possível, até o término desta reunião, ao Senador Caiado e aos membros da Comissão, ou que a encaminhe oficialmente à Comissão para distribuir aos Senadores.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Perfeito. Eu encaminho sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Danilo Ferreira Gomes, para fazer a sua exposição.

O SR. DANILO FERREIRA GOMES – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente, Senador Davi Alcolumbre, e os Senadores goianos Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia, meus conterrâneos, e todos aqui presentes.

Eu estou à frente do Conselho de Desenvolvimento do Estado, como Secretário Executivo, há dois meses. Antes estava na Secretaria de Indústria e Comércio, à frente da Superintendência de Comércio, trabalhando com as cartas consultas e especificamente com os recursos do Fundo relacionados a comércio e serviços desde 2011. Portanto, tenho uma certa experiência em relação à discussão e à aplicação dos recursos. Recentemente, dentro do Conselho, que em Goiás congrega toda a sociedade organizada, temos buscado a visão – inclusive, esta audiência é oportuna porque se congrega ao que temos feito – de aplicar os recursos do FCO de forma que contemple realmente as regiões mais estagnadas e que mais necessitam da aplicação de forma mais justa.

Além disso, gostaria de observar que nós do Governo do Estado de Goiás, por meio do Conselho de Desenvolvimento do Estado, não tratamos da aplicação dos recursos do Fundo aqui na Ride. Quem trata é o próprio DF.

Destoando um pouco do que havia sido apresentado pelo Banco do Brasil, mas são dados que nós temos presentes, esse é o total de recursos contratados nos últimos anos. Para este ano temos a projeção – apesar de na apresentação impressa estar diferente, e já foi feita a correção – de R$6,027 bilhões.

Eu vou passar bem rápido porque o Banco do Brasil já fez a apresentação, mas quero demonstrar aqui que, hoje, os recursos do FCO para o Centro-Oeste, como já foi dito, são pequenos para a nossa região. Somando-se a isso – vem em boa hora e conta com o trabalho dos Senadores goianos, de toda a Bancada –, a criação do FDCO, à época, por intermédio da articulação da Senadora Lúcia Vânia, que contempla essa demanda, a maior que nós temos.

Quero fazer a observação de que estamos em outubro e que o recurso rural, no Estado, já se findou, e que o recurso empresarial está, neste momento, com um saldo pequeno, aguardando a liberação do saldo.

Esse é o quadro de distribuição que seria o certo, da distribuição dos recursos do fundo, mas aqui vemos como foi a evolução, ano a ano, da distribuição, da participação de cada Estado dentro do total. Percebemos aqui, deixo mais destacada a questão do DF, que vem ganhando participação de 2011 para cá, saiu de 7% e hoje, até agosto de 2015, fecha em 14, 2%.

É interessante, foi colocado aqui já pelo Deputado Ernesto, que os Municípios do Entorno possuem cerca de 9% do PIB, 31% da população e 89% do total do território da Ride. Sendo que, neste momento, apesar de ter 9% do PIB, hoje já contrata cerca de um terço dos recursos que vêm para o DF. Lembrando, como foi muito bem colocado, que, desses 19% destinados ao DF já são distribuídos para todos os Municípios da Ride, tirando os de Minas Gerais. Com informação do Banco do Brasil, atualmente, o FCO já contempla toda a demanda do Entorno – aqui só repassando a informação que nos foi colocada. Como o DF tem 19% dos recursos pré-alocados e não consegue fazer contratação já tendo a Ride composta dentro desse quadro, é interessante ver que realmente a demanda não está sendo grande a ponto de ajudar o Distrito Federal a contratar o que lhe é destinado.

Faço uma pequena comparação da evolução da participação, em nível de valor contratado e número de contratações Ride X DF. Percebemos que, em valor contratado, vem ocorrendo um aumento, porém, em número de contratações, não, a gente vem mantendo a participação. Nesse quadro específico, fizemos uma apartação da Ride com o DF, para demonstrar como seria se a Ride hoje estivesse contratando de forma apartada, qual seria a participação dela. No ano passado, ela teria fechado em 4,21%; neste ano, até agosto, 4,75%.

Aqui somente fazendo alusão à participação, ao aumento e à diminuição do valor contratado, em número de contratações da Ride frente ao DF. Mas faço uma observação da experiência que tivemos em 2012. O nordeste goiano é hoje a região mais carente do nosso Estado. Com alusão a isso, foram tomadas medidas para que houvesse uma tentativa de indução ao desenvolvimento daquela região. Além dessa resolução, também foi feita uma alteração, em Goiás, do Produzir, que hoje concede benefício fiscal, referente ao ICMS, de 73%. À época, era para todo o Estado; foi feita uma diferenciação para a região nordeste e hoje é concedido benefício fiscal de até 98%. Somado a isso, foi editada essa resolução em que se criou a reserva, em termos de

prioridade, de 10% de aplicação dos recursos para a região nordeste, sendo que, até dia 31 de outubro, caso não fosse contratado, seria redistribuído para todo o Estado de Goiás. Depois, agora em 2014, foi ratificado, referendado pelo Condel.

Aqui é só uma demonstração, a região nordeste nossa contempla hoje sete dos dez Municípios mais carentes. Por esse motivo, foi feita essa ação específica. Mas isso serve para exemplificar para nós.

Observem que, apesar de ratificada e entrar em vigor em 2013, nós, em termos de cartas-consultas, como funciona?

No Estado de Goiás, a contratação de qualquer tipo de recurso que supere, na área empresarial, 400 mil, e na área rural, 200 mil, o contratante tem que submeter uma carta consulta ao CDE (Conselho de Desenvolvimento do Estado), para que esse caso seja adequado ao fundo, e, atendendo aos requisitos preestabelecidos, ela é aprovada ou não.

E o que temos ali? Em 2011, a participação de cartas consultas do Nordeste Goiano frente ao Estado era de 12%; este ano, mesmo com a reserva, caiu, até então, para 1%. E observem também que o número de cartas em si vem caindo ano a ano, porém, em nível de valor aprovado, isso também acompanha. Mas, quando nós passamos aqui para contratações, observamos que, apesar também da vinculação e da reserva de recursos para o Nordeste, em 2013, houve uma diminuição na participação, uma diminuição também em número de contratações; em 2014, também houve um leve aumento no número de contratações, no caso, na participação; porém, este ano, continua mais ou menos na média. Aí o gráfico em que a gente apresenta esses dados.

O que a gente conclui disso? Que, apesar da reserva em si, do fundo, do valor do fundo para a região Nordeste do Estado, isso por si só não foi suficiente para incrementar uma demanda de contratações da região. Observa-se ainda que o perfil, de lá para cá, do nível de contratações também diminuiu. Não houve a correlação, mas como a gente tem esse controle dos recursos e das contratações que são superiores a 400 mil e 200 mil reais do setor empresarial e rural, a gente observou que houve uma direta diminuição, e houve, no caso, um aumento das contratações de micro e pequenos. Mas o que trouxe uma leve melhora, que a gente sentiu de forma imediata, foram as parcerias que nós fizemos através da Sudeco com a Caravana do FCO, junto com o Banco do Brasil, o SED Adiante, que é uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, realizada também em todo o Nordeste Goiano, em parceria com entidades classistas, para a divulgação desse novo benefício à região, mas principalmente a divulgação do Banco do Brasil junto a suas agências. A gente realmente teve um impacto positivo, já que nas demais entidades e instituições financeiras não houve esse aumento de demanda verificado.

E, a respeito da situação específica de que trata a audiência, que é a reserva em si dos recursos para a Ride, entendo que o momento é oportuno, é necessária essa discussão, porém, a reserva sozinha, apesar do mérito da iniciativa, não contempla e acredito que não vai alcançar o fim desejado, já que a dinâmica da economia da Ride é completamente interligada com a do próprio DF. O colega Apolinário vai falar adiante a respeito desse assunto, mas a nossa visão é que, além da questão da reserva e da distribuição, deveria haver e se pensar a diferenciação de concessão, no caso do empréstimo, dos juros e do prazo, levando em consideração, além da questão de porte, renda e segmento, também a localidade da aplicação do recurso.

Estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos ao Sr. Danilo.

Concedemos a palavra ao Sr. Apolinário Rebelo para fazer a sua exposição.

O SR. APOLINÁRIO REBELO – Bom dia. Bom dia, Senador Davi.

Cumprimentamos também o Senador Hélio José, do Distrito Federal, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Ronaldo Caiado, autor do projeto de lei e do presente requerimento.

Quero cumprimentar meus colegas de Governo, que estão aqui, da Casa Civil, do gabinete do Governador e da Secretaria de Economia e Desenvolvimento. Cumprimento o Ênio, do Banco do Brasil; o Senador Adelmir Santana; o Danilo, nosso amigo e companheiro de Goiás; o Deputado Ernesto Roller, da nossa vizinha Formosa.

Quero dizer que considero este debate extremamente importante. O mérito do projeto do então Deputado e hoje Senador Ronaldo Caiado é que ele traz à tona o debate sobre as regiões integradas, sobre os entornos das grandes cidades, sobretudo as capitais e o tema do desequilíbrio que temos no nosso País, tanto regional como sub-regionais também. E acho que é o foco deste debate.

O Governador Rodrigo Rollemberg e o Secretário de Economia e Desenvolvimento e Turismo, Arthur Bernardes, estão extremamente preocupados com esse debate e acham que a saída para essa situação é exatamente o entendimento, a interlocução e os projetos integrados de desenvolvimento.

Então, eu queria entrar no mérito da matéria e levantar uma primeira questão. Eu receio que talvez, como o projeto do Senador Caiado ainda não passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara

dos Deputados, ele pode ter um problema, porque a Lei Complementar nº 94, no seu art. 1º, estabelece que a Ride é formada por 22 cidades, 19 do Estado de Goiás, 2 de Minas Gerais e mais o Distrito Federal. Então, na constituição original da Ride, não existe o conceito DF-Ride. Quando se fala Ride, o Distrito Federal está incluso.

O art. 2º do projeto de lei que o senhor apresentou estabelece que os recursos serão destinados 10% – ou seja, será exclusivado – dos recursos dessa região para a Ride. Então, se ele estabelece para a Ride, o Distrito Federal está dentro. Assim, acho que pode haver um erro na redação do próprio projeto de lei, que seria importante a sua assessoria verificar. No meu entendimento – não sou constitucionalista nem sou jurista –, pode haver um equívoco na própria redação. Quando se fala em Ride, o Distrito Federal, pela Lei Complementar nº 94, está presente.

Esse é o primeiro aspecto.

O segundo são as motivações que levaram à apresentação do projeto de lei. Eu acho que essas motivações nós devemos debater aqui. Eu não queria entrar muito no debate, Senador Davi, dos números, porque acho que os números são frios, retratam a realidade de momento e não tratam do problema essencial, que é o problema da integração do nosso País, da integração de nossas regiões metropolitanas.

Eu queria entrar na primeira discussão, que é a questão do Entorno. Toda cidade tem seu entorno. Salvador, quando foi capital do Brasil até 1750, teve seu entorno. O Rio de Janeiro, que foi capital até 1960, tem a Baixada Fluminense. São Paulo tem a sua região metropolitana. Goiânia, fundada em 1933, inaugurada em 1937, tem a sua segunda maior cidade no entorno de Goiânia, que é Aparecida. E com Brasília, que foi formada de 1957 a 1960, não seria diferente. Então, toda grande cidade, como Palmas já começa, tem o seu entorno.

O único Município do Brasil que é capital e que não tem um entorno no formato dos outros Estados se chama Manaus, porque seu território é extremamente grande e as regiões, às vezes, ficam além dos rios e sua região metropolitana também tem um formato diferente.

Esse é o primeiro aspecto.

O segundo: a particularidade do Distrito Federal é que nós somos uma capital onde os Municípios que poderiam conceitualmente formar a sua região metropolitana estão em outros Estados. E qual é a solução para isso? Eu acho que a solução não é buscar as diferenciações e construir barreiras ou muros fictícios. Eu acho que a solução seria buscar um novo formato de Pacto Federativo onde fizéssemos a inclusão.

Acho que a responsabilidade sobre o Distrito Federal e sobre o Entorno tem que estar abraçada pelo Governo Federal, pelo Governo da Bahia, pelo Governo de Minas, pelo Governo do Distrito Federal, pelo Governo de Goiás. Não há solução para os problemas do DF sem seu entorno e não há solução para os problemas do entorno sem o Distrito Federal. Qual é o caminho para isso? Nós devemos procurar, então, a harmonização e a complementaridade dos nossos projetos.

Acho que esse aspecto é extremamente importante.

O segundo, que acho que é um equívoco que se fala, é que o Distrito Federal criou o entorno. Isso é meia verdade. E por que é meia verdade? Porque os Municípios mais importantes do entorno são anteriores a Brasília. Estou me referindo apenas aos que compõem a Ride. Por exemplo, Formosa, do nosso Deputado Ernesto Roller, é de 1843 e é uma das cidades que mais cresce no Brasil. Formosa, durante anos, teve um crescimento de fazer inveja à China. Apesar de o senhor dizer que Formosa tem uma pequena produção agrícola, ela é uma das principais bases industriais do entorno do Distrito Federal. A Pioneer e outras empresas de grande porte estão lá. É a cidade que puxa todo desenvolvimento da região nordeste, estrategicamente, de Goiás, às margens da BR-020. É um aspecto extremamente importante.

Por exemplo, Luziânia, 1746, muito anterior também a Brasília; Planaltina, 1790; Santo Antônio do Descoberto, 1722; Pirenópolis, 1727; Cristalina, que fica um pouco mais distante do nosso núcleo, 1916. Estou falando de Planaltina do DF, que, originariamente, antes de Brasília, pertencia a Goiás. Não estou falando de Planaltina de Goiás, porque é posterior à construção de Brasília.

Quais são as cidades importantes que abraçam o quadrilátero do Distrito Federal e que surgem posteriormente a Brasília? E quando digo "surgem posteriormente a Brasília", o movimento de separação dessas cidades foi essencialmente político e local. O desmembramento das cidades que eram de Luziânia, como Novo Gama, Cidade Ocidental, o desmembramento de Águas Lindas, que pertencia a Santo Antônio do Descoberto, foram movimentos políticos locais buscando outras formas, outras articulações e outras estratégias de desenvolvimento. Então, acho que temos que ter uma observação mais de cima e muito mais cuidadosa sobre essa problemática do Entorno.

Valparaíso é de 1995; Novo Gama, 1995; Águas Linda, 1995; e, a mais antiga delas, Cidade Ocidental, 1976.

Essas cidades surgiram por causa de Brasília? É verdade! Surgiram, se desenvolveram, se projetaram por causa de Brasília, mas é importante que se diga que o Distrito Agroindustrial de Anápolis, que, hoje, se conforma dos principais polos industriais, sobretudo no setor farmoquímico da América do Sul, surgiu em função de

Brasília. Na concepção original de Brasília, como Brasília era uma cidade administrativa, foi concebido que o Distrito Federal, a princípio, não poderia ter uma base industrial. Tenho divergência com essa opinião. Acho que Brasília precisa ter uma base industrial, sim, porque não podemos ter um PIB deformado e viver da monocultura do serviço público, como vivemos hoje. Além disso, quando há restrição fiscal no País, o Distrito Federal é absurdamente punido com o desemprego subindo para a faixa de 25%, sobretudo pela economia que temos dependente do setor de comércio e de serviços.

Então, o Daia surgiu como base industrial, concebido originalmente na construção de Brasília, que seria a unidade que abasteceria de produtos industriais o Distrito Federal.

Nesse aspecto, o Distrito Federal é extremamente dependente, Senador. O Distrito Federal importa 92% dos produtos industrializados que consome e importa 87% dos produtos agrícolas que consome. Podemos ter a maior renda *per capita*, mas somos o maior exportar de capitais deste País. Não há uma solução para reduzirmos as desigualdades intrarregionais no Distrito Federal se não alterarmos. O que Goiás fez? Goiás é um exemplo para nós. Em 1970, 1975, Goiás tinha um PIB industrial na faixa de 3% a 5%. Hoje, o PIB industrial de Goiás é proporcionalmente maior do que o PIB industrial de São Paulo. Os senhores fizeram certo. Hoje, Goiás tem uma política de planejamento e desenvolvimento extremamente correta.

Agora, essa política agressiva que Goiás tem – e, quando digo agressiva, é no bom sentido, na boa ideia do desenvolvimento –, que vem desde os anos 70 e 80 e precisa ser estendida ao entorno. Então, esse é o problema. A política de Goiás estaciona um pouco em Luziânia, estaciona um pouco em Alexânia. Para os senhores terem uma ideia, o *outlet* de Brasília fica em Alexânia, não fica em Águas Lindas.

Em Formosa, há uma base industrial e se desenvolve, mas os seis Municípios que abraçam o quadrilátero estão meio no canto. Goiás e DF investem lá indiretamente também, mas é preciso um olhar diferente sobre essa região.

O que eu penso? O debate tem que ser feito, tem o mérito de suscitar esta questão, mas eu queria dizer que – e estou preocupado com o tempo –, embora, Senador, o foco seja o Distrito Federal, se houver perda – e tomara que não haja! –, quem vai ser prejudicado será o Distrito Federal de certa forma, então acho que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Secretário, só para uma ponderação. No caso do tempo, o Distrito Federal vai ter a aquiescência desta Presidência, se V. Exª precisar de mais tempo. Não sei se vai perder o recurso no projeto de lei, mas o tempo V. Exª vai ganhar. (*Risos.*)

O SR. APOLINÁRIO REBELO – Então, eu queria, em primeiro lugar, nessa próxima fase, tratar do problema da partilha dos recursos.

A ideia que o Presidente Juscelino Kubitschek teve, na década de 50, quando concebeu os chamados fundos regionais de desenvolvimento e as superintendências regionais de desenvolvimento – é dessa época que se concebe Sudeco, Sudam, Sudene e a própria Zona Franca de Manaus –, o espírito desses projetos idealizados pelo ilustre economista Celso Furtado era exatamente a redução das desigualdades regionais, porque até o Juscelino, o pessoal conta, fez uma provocação ao Celso: "Celso, o Nordeste precisa de dinheiro. Vou mandar." O Celso Furtado disse: "Não, Presidente, o Nordeste não precisa de dinheiro. O senhor manda dinheiro para o Nordeste, vamos mandar esse dinheiro para São Paulo, para o Rio e para Minas, porque é de lá que vamos comprar. Precisamos industrializar essas regiões, criar infraestrutura, criar logística, criar indústria para que façamos esse dinheiro circular e gerar riqueza."

E esse é o drama que a nossa região vive também. Concebeu-se um fundo constitucional do Centro-Oeste que divide 29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 26% para Mato Grosso do Sul e 19% não para o DF, mas para a Ride. A Ride é formada por 19 Municípios de Goiás, por 2 de Minas Gerais, que não recebem recurso do FCO. Acho que tínhamos que reparar essa injustiça. Por exemplo, os recursos da Sudene, do FNE são extensivos aos Municípios de Minas Gerais que fazem parte da Sudene. Acho que Unaí, Cabeceiras, Buritis e outros Municípios de Minas que fazem parte e que farão parte da Sudeco e da Ride deveriam, por justiça, ter acesso aos recursos do FCO, assim como os Municípios de Minas têm acesso aos recursos do Nordeste. Por quê? Porque essa região está integrada. Essa região, de certa forma, depende da gente. A referência econômica e política não é BH, é Brasília, é Goiás. É essa região aqui. Então, deveríamos também, nesse espírito, agregar.

Então, essa distribuição, Senador, não a acho injusta. Acho razoavelmente apropriada. Quando se destinam 19% dos recursos para o DF e para a Ride, a concepção de interdependência desses Municípios já está implícita.

Recentemente, foi aprovado um projeto de lei – ainda está em tramitação e deve vir brevemente ao Senado – que inclui mais 11 Municípios de Goiás e 2 Municípios de Minas Gerais na Ride. No ano passado, em um debate, aliás, em uma conversa, não foi propriamente um debate, com o Secretário de Desenvolvimento de Goiás e hoje Deputado Federal e com o pessoal do CDE de Goiás e da Secretaria de Desenvolvimento, falou-se da ideia de incluir 6 Municípios do nordeste goiano, sobretudo dessas cidades que margeiam a BR-020, na Ride. Acho que esse debate tem que ser feito. O debate foi feito sobre a inclusão. Não foi aventada a possibili-

dade de se ampliar o motivo dessa inclusão, ou seja, Goiás passaria a ter 30 Municípios na Ride e Minas Gerais, 4 Municípios na Ride. Apesar da ampliação, não foi discutido também um certo remanejamento de recursos da distribuição entre as unidades.

Então, em primeiro lugar, os 19% do DF não são recursos do DF, mas da Ride; segundo, em setembro, quando é feita a redistribuição, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul recebem recursos, quando o DF não os usa. Quando fazemos uma análise histórica de uso dos recursos do FCO, não podemos cometer duas injustiças.

Primeiro, desde 1989 o DF e a Ride usaram, até 2012, aproximadamente 8,5% dos 19%. Em 2013/2014, nós avançamos para praticamente 100%. Este ano, em função da crise que nós vivemos, pode haver uma queda, mas, se a gente analisar historicamente, o DF bate nos 10% que o Ênio falou, mas nos últimos anos nós temos utilizado praticamente 100%. Esse é um primeiro aspecto.

O segundo é que, em setembro, é feita a redistribuição. Se nós utilizamos até agora 550, nós vamos ter a redistribuição em outubro, nós vamos ficar com 19% disso aí, ou seja, necessariamente esse recurso vai para Goiás, vai para o Mato Grosso e para o Mato Grosso do Sul. E diga-se o seguinte, Goiás, por ter uma economia mais dinâmica da região, por ter um PIB mais equilibrado, aproximadamente quase 30% são agricultura, outros 30% são de comércio e serviço, outros 30% são de indústria, ou seja, Goiás tem uma economia extremamente interessante do ponto de vista da sua diversidade, o recurso lá flui com mais velocidade. Ou seja, Goiás, normalmente, quando abrem os recursos do FCO, já tem uma carteira, uma demanda gigantesca.

É comum – não é, Danilo? – chegar ali em setembro/outubro e Goiás estar agoniado: "Olha, precisamos de mais dois bilhões, de mais um bilhão e meio, é preciso ampliar o recurso do FCO, porque não está dando". Ele falou isso na intervenção inicial que fez aqui. Então, eu acho que o que a gente deveria observar, e eu acho que esse é o mérito da matéria apresentada pelo Senador Caiado, é que ele provoca o debate.

Agora eu quero concluir entrando em algumas questões que eu queria relatar aqui. Primeiro, a gente não pode, para reparar uma possível injustiça com o Entorno, ser injusto com o Distrito Federal. Se pegarmos, por exemplo, o PIB de Goiás, ele tem um certo equilíbrio. Mas se pegarmos, por exemplo, Catalão, que é um dos maiores PIBs *per capita* do País, é quase o dobro da média nacional. O de Anápolis e o de Goiânia são praticamente equivalentes ao PIB *per capita* nacional. Agora, você convive, dentro do próprio Goiás, com um PIB do Catalão, a última vez que eu olhei era R$42 mil, com Águas Lindas, que está na faixa de R$3,8 mil a R$4 mil. Então, há, em primeiro lugar, um desequilíbrio de desenvolvimento dentro do Estado de Goiás. Se pegarmos o sudoeste goiano e o nordeste goiano explicita isso.

Mas não é uma característica só de Goiás, Senador, nós temos dentro do próprio Centro-Oeste outros pontos de desequilíbrio também. O Mato Grosso do Sul vive um drama, que é exatamente a situação da fronteira com o Paraguai. O Paraguai está se recuperando economicamente, está atraindo grandes empresas do Brasil para lá, e o Mato Grosso do Sul, que tem a sua maior fronteira com o Paraguai, pode sofrer um processo de desindustrialização. Nós teríamos que olhar isso também.

Se pegarmos, por exemplo, o Mato Grosso, ele tem três regiões delicadas, região de Teles Pires, região do Vale do Araguaia e a região do Alto Paraguai, regiões também com desequilíbrio, que nós precisamos observar. Goiás tem essa região que se estende pela BR-020 e vai até ali perto para a banda do Jalapão.

No Distrito Federal, há uma profunda desigualdade, que não aparece, porque, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional feita pelo Ministério da Integração, nos seus levantamentos, o Distrito Federal é tratado como único Município. Então, por exemplo, aqui é R$63 mil o PIB *per capita*, mas, se compararmos o Lago Sul com São Sebastião, há um profundo desequilíbrio. É a mesma coisa que comparar o PIB do DF *per capita* com o PIB de Águas Lindas.

Então, como nós não aparecemos nas regiões administrativas como cidades, isso mascara. Se o Danilo ganha 100 e eu ganho 20, nós dois ganhamos 60, mas não é verdade, nós ganhamos 60 na média. O desequilíbrio está presente. A gente precisaria, nessa nova revisão que o Ministério da Integração Nacional está fazendo sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, nós teríamos que olhar melhor: todos os Municípios da Ride são considerados Municípios estagnados economicamente. Essa informação não é verdadeira. Luziânia não é estagnada, Formosa não é estagnada, Alexânia não é estagnada. É preciso revisar isso aí. Há Municípios em que há uma carência maior. Se pegarmos Vila Boa, que fica lá perto de Posse, já tem uma outra situação. Pirenópolis não é estagnada economicamente.

Então, é preciso rever isso e rever dentro do Distrito Federal esse aspecto das regiões administrativas, que precisava ser elevada, para efeito de raciocínio, de análise econômica, à categoria de Município.

Aí nós teríamos um perfil melhor da economia do Distrito Federal.

E, por fim, eu queria fazer aqui um comentário. Como enfrentar o atraso econômico da Ride? Eu acho que essa é a matriz essencial do nosso debate. E eu penso que o primeiro movimento nosso deveria ser o da generosidade, o do acolhimento, o do abraço. Assim como Goiás surgiu se desmembrando de São Paulo, Goiás

já cedeu ao Brasil o Tocantins, em 1988, e cedeu também ao País a capital do Brasil, em 1956. E o Entorno surgiu do desenvolvimento do próprio Centro-Oeste, não essencialmente de Brasília, porque Brasília marca uma nova fase do desenvolvimento nacional, assim como os outros ciclos econômicos que levaram ao desenvolvimento do Centro-Oeste, o ciclo da borracha, o ciclo do gado, o ciclo do ouro, o ciclo da soja. Ou seja, todos esses movimentos levaram ao desenvolvimento da região, e Brasília também contribuiu com isso. E qual é a nossa atitude?

Então, eu queria lançar aqui umas cinco ou seis ideias, que eu acho que a gente poderia trabalhar dentro do escopo de preocupações que o projeto do Senador Caiado suscita. Em primeiro lugar, a ideia do novo Pacto Federativo. Eu acho que a gente tem que chamar à união os Estados que compõem essa região para pensar qual é o desenho dentro do espírito que o Senado Adelmir Santana colocou aqui da criação de uma região metropolitana. Se não se pode criar uma região metropolitana supraestadual, qual é a situação especial que nós poderíamos caracterizar essa região? Porque eu acho que a Ride foi um avanço, mas o conceito da Ride não comporta a complexidade que essa região tem.

Em segundo lugar, eu acho que deveria fazer uma discussão...

(Soa a campainha.)

O SR. APOLINÁRIO REBELO – ... sobre os investimentos conjuntos dos Estados e da União. Então, o que nós precisamos é uma ação conjunta dos Estados e da União para enfrentar essa questão.

Em terceiro, projetos comuns de desenvolvimento. No Distrito Federal, nós estamos concebendo uma nova política de desenvolvimento industrial, onde os novos polos econômicos nós estamos discutindo de fazer nas fronteiras com a Ride para que essas cadeias produtivas transbordem os limites geográficos, estendam-se aos Municípios da Ride, inclusive que a Ride, nos seus Municípios, crie áreas de desenvolvimento onde a gente possa, inclusive, fazer a segmentação dessas cadeias produtivas integrando mais o DF e a região do Entorno.

Outro aspecto, o problema da logística. Nós temos que conceber um projeto de logística no Entorno e de Goiás que dê suporte ao desenvolvimento dessa região. O aeroporto de carga de Goiás é em Anápolis, a ferrovia, que seria a extensão da Estrada de Ferro 354, que sairia lá de Lucas do Rio Verde, viria até Uruaçu e desceria para Corinto em Minas, existe a ideia de fazer Anápolis-Corinto, ou seja, o DF e o Entorno ficariam de fora dessa ferrovia. E o projeto que estava sendo tocado pela Sudeco, que era a ferrovia Goiânia-Anápolis-Brasília está fora de discussão, praticamente não entrou no PIL que foi recentemente apresentado pela Presidente Dilma, nem se discutiu a integração maior dessa ferrovia, que seria mais um VLT, que seria a conexão Brasília-Luziânia.

Então, eu acho que a gente deveria pensar na integração logística do DF e da Ride. Goiás tem uma grande responsabilidade sobre isso também, se não nós vamos ficar fora desse grande entroncamento ferroviário, que são as conexões da Ferrovia Norte-Sul com a Centro-Atlântica, que fica em Corinto, Minas Gerais.

Outro aspecto importante que eu acho, e o Governador Marconi Perillo é um homem de iniciativa e ele já está fazendo parcialmente isso...

(Soa a campainha.)

O SR. APOLINÁRIO REBELO – ...que é uma articulação entre os Governadores para que a gente procure os projetos comuns entre esses quatro Estados, o Governador Rodrigo Rollemberg tem participado e o Marconi Perillo tem sido o timoneiro desse movimento de articulação entre os governos de diálogo permanente, a distensão e a solidariedade.

Portanto, eu acho que a gente deveria aproveitar esse debate para ver o que é comum entre a gente, o que pode desenvolver Goiás e desenvolver o Distrito Federal. O Distrito Federal não tem interesse em fazer projetos de competição nem de guerra fiscal nem de conflito com Goiás. Goiás abraça o Distrito Federal; no ventre de Goiás está o Distrito Federal. Portanto, nós temos que procurar a harmonia, os projetos complementares, por isso nós feito esse movimento.

Encerrando, Presidente, V. Exª me perdoe pelo alongar, eu acho que...

(Soa a campainha.)

O SR. APOLINÁRIO REBELO – O Senador Caiado, que é uma figura extremamente importante da política nacional, tem o mérito de apresentar esse debate, embora eu não possa compartilhar o conteúdo essencial da matéria.

Mas eu acho que a preocupação é extremamente justa, o debate é democrático e extremamente necessário, e nós temos que procurar as soluções que atendam aos interesses da harmonia e da secundarização de eventuais conflitos que a gente possa ter.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Nós agradecemos a exposição do Secretário Apolinário Rebelo, agradecemos os expositores e iniciamos agora a fase de interpelação dos Srs. e Srªs Senadores inscritos, pela ordem de inscrição.

Regimentalmente, inicialmente, concedemos a palavra ao ilustre Senador Ronaldo Caiado, que é o autor do RDR nº 31, de 2015. Conforme a ordem inscrição e o Regimento, concedemos a palavra a V. Exª, Senador Ronaldo Caiado, para a sua manifestação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Presidente. Agradeço a presença maciça de todos os palestrantes e, ao mesmo tempo, o conteúdo dos argumentos. Com isso, passamos para a parte mais importante.

Sr. Presidente, eu saudaria aqui não só o Deputado Estadual do meu Estado de Goiás, a quem é uma honra enorme ter aqui, como todos os demais expositores, o ex-Senador Adelmir, que preside também a Federação da Indústria aqui do Estado; o representante do Banco do Brasil; o dos Fundos Constitucionais, como também o Apolinário pela sua desenvoltura nessa área.

Bom, quanto a essa tese da harmonia e da confraternização, acho que não existe Estado em que se tenha mostrado maior gesto de confraternização, de harmonia e de solidariedade do que o Estado de Goiás. É o Estado que acolhe todos os Estados do Brasil com a maior tranquilidade. Você não vê no nosso Estado nenhuma discriminação de quem quer que seja. É uma coisa impressionante. Até porque minha mulher é nordestina, para você ter uma ideia. Em vários lugares que eu chego eu falo: "Olha, você vai fazer discurso? Porque a maioria aqui é de pessoas que vieram de outros Estados."

Então, essa é uma maneira goiana. A nossa casa tem o hábito de acolher as pessoas bem. Nós não temos mais esse estilo separatista, nunca foi nosso. Uma luta característica minha é exatamente contestar o atual Governo, quando ele faz uma luta de uns contra outros. Isso é uma coisa que me preocupa muito. O Brasil nunca teve essa índole. Há alguns setores assim no extremo sul do Brasil, mas a índole do brasileiro normalmente é de aglutinar, é de realmente absorver todas as pessoas que ali chegam e de respeitar a sua cultura, suas posições e, cada vez mais, acolhê-las melhor.

Mas vamos aos fatos. Nós precisamos, antes de chegarmos a projetos maiores, resolver os problemas do dia a dia. E eu busco, Dr. Apolinário, o exemplo de um simples cidadão – nós estávamos em um plantão no Hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro –, acidentado gravíssimo, com o braço esmagado. Um colega meu olhou no relógio e, exatamente na hora de ele sair, poucos minutos antes, chega um paciente que precisava ser operado. Ele perguntou ao paciente: "Como é que o senhor sofreu esse acidente?" Ele disse: "Olha, eu coloquei o braço fora do carro, o ônibus bateu no carro e esmagou meu braço." Ele disse: "Mas o senhor não sabe que não pode dirigir com o braço de fora?" Ele disse: "Doutor, vamos fazer o seguinte: o senhor cura. O senhor dá um jeito de me dar um remédio para dor e de solucionar o meu problema, depois o senhor me ensina o Código de Trânsito."

O que eu estou dizendo é que nós estamos vivendo diante de uma realidade. Essa realidade exige um tratamento de urgência, um tratamento de choque. Porque, se eu for trazer para o debate as grandes estruturas de infraestrutura ou a grande logística que vai se implantar, eu tenho que eu tenho que tentar, pelo menos, ser um pouco mais imediatista naquilo que é uma realidade hoje.

Nem eu, enquanto morei por 14 anos no Rio de Janeiro, e atingi o Morro do Borel, a Rocinha, o Morro do Alemão, nunca convivi com uma situação com tamanha violência como nós estamos assistindo no Entorno. É algo, para nós que passamos lá, muito fácil para a gente analisar em um contexto global.

Eu pergunto: qual é o prestador de serviço, a empresa, a loja, que não tem uma grade na porta, com um pedaço para atender as pessoas? Hoje a incidência do uso da droga nas escolas chega a percentuais de 80%. A utilização do *crack* tomou conta dessa região.

Nós sabemos quem é o traficante, a polícia sabe quem é o traficante. O cidadão sabe quem é a quadrilha que monta a estratégia de extorquir as pessoas, que promove os assaltos nas casas. A pessoa se depara com jovens de 10, 12 anos de idade consumindo *crack* na porta da rua, ao meio-dia. Então, essa é uma realidade chocante. Com toda a beleza de nós desenvolvermos o projeto futuro, ninguém vai obstaculizar isso.

Agora, o que nós precisamos é atender o cidadão com o braço esmagado. E é esse o cidadão que está no Entorno. Então, por que a realidade do Entorno não pode ser tratada como se ela fosse uma região totalmente criada pelo Estado de Goiás?

Primeiro porque nada foi melhor para o Centro-Oeste do que a mudança da capital. Então, como V. Sª alegou, Juscelino Kubitschek... Eu, lógico, ainda era criança, quando tive a oportunidade de conhecê-lo no nosso Estado de Goiás. Tanto é que ele foi um fato inédito: ele conseguiu ser Senador por Goiás, unindo a UDN e o PSD. Então, você vê que Goiás é um Estado capaz de fazer gestos que são superiores a todos os outros. É o único Estado na vida em que UDN e PSD se juntaram para fazer Juscelino Kubitschek Senador da República.

Quero dizer que não existe, por parte de Goiás, esse gesto separatista, de maneira alguma. Nós defendemos uma tese de, cada vez mais, aglutinarmos, com soluções para todos.

Agora, eu quero contraditar o ponto que V. Sª coloca que não foi Brasília a criadora, porque as cidades são anteriores à instalação de Brasília. Não, não é esse o fato. Não é o caso específico de Brasília. V. Sª tem que entender que onde está localizado o poder existe um fluxo migratório. Se eu colocar o poder aqui em Brasília, vai ser aqui. Se o senhor mudar a Capital Federal para Petrolina, vai ser lá em Petrolina. Se o senhor mudar para Xique-Xique, vai ser lá em Xique-Xique. Essa é a realidade.

Então, não adianta os Municípios serem anteriores à instalação da Capital, porque isto é aquela normalidade e aquela rotina: a vinda de Brasília trouxe o desenvolvimento para todo o País. Imagino eu o que o Juscelino Kubitschek não sofreu para poder tirar do Rio de Janeiro. A cada dia mais eu rendo homenagens a ele. Porque, realmente, enfrentar uma estrutura daquela e trazer para uma base em que não tinha apoio político, contrariando todas as lideranças políticas daquela região, enfrentando e trazendo uma visão de líder, que dá ao Brasil essa oportunidade de ser o que é hoje, é lógico que nós temos que entender que esse mesmo espírito de Juscelino Kubitschek tem que ser tomado também por nós.

Qual é o objetivo? Em primeiro lugar, a contestação é a seguinte: a migração vem na expectativa de melhoria da qualidade de vida. O cidadão não migra para Brasília porque ele vai ser aqui uma pessoa que não almeja ganhar mais. Esteja ele no nordeste goiano, no nordeste brasileiro, em algumas regiões do Norte, ele vem para cá. Tanto é que essa população foi uma população que migrou para essa região.

Esse crescimento que nós tivemos em Formosa, em Águas Lindas foi de pessoas que vieram para cá. Qual é o foco, o atrativo? O poder. Junto ao poder, havia melhores salários, expectativa de vencer na vida, de ter melhor emprego, saúde, segurança pública, escola para os filhos. Isso é que faz o processo migratório. E a capital de um País reflete exatamente essa perspectiva. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: quando nós solicitamos esse projeto – não como projeto de enfrentamento, de maneira alguma, mas como projeto para tentar construir uma alternativa – foi porque o objetivo – e V. Sª sabe bem – da criação do fundo – já que V. Sª citou Juscelino Kubitschek – foi exatamente combater as desigualdades regionais.

Eu não era Constituinte, mas acompanhava o processo da Constituinte e via exatamente que o legislador constituinte tinha uma preocupação, qual seja: fora as Regiões Sul e Sudeste, que já foram bem aquinhoadas com estruturas anteriores e tinham um desenvolvimento diferente, as demais Regiões teriam que ter um foco para combater as desigualdades. Este é o foco principal da norma constitucional: combater as desigualdades. Nós não podemos criar uma região que promova ou que esteja em uma situação de ascensão em detrimento de outras. Esse é um fato.

Tanto é que é interessante o seguinte: de repente nós ficamos com essa luta toda aqui e, no último levantamento que a minha Assessoria fez, descobriu-se que 82% da verba do BNDES são repassados para o Sul e o Sudeste do Brasil, sendo que 18% de todos os empréstimos do BNDES são repassados para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Ora...

Então, o que é que nós estamos dizendo? Eu não estou contestando o Fundo de Desenvolvimento de Brasília. Isso é um direito de Brasília. É a Capital. Eu acho correto isso. Aquilo que o meu Deputado, meu colega, colocou aqui é uma realidade. Sabe o que é que o policial fala para nós, que somos Parlamentares? "Por acaso, Senador, a bala do bandido de Brasília é diferente da bala do bandido de Goiás? A bala é diferente?" Agora, as minhas condições são essas. Se eu pulo aqui essa linha imaginária, são outras. Isso tudo causa um processo real. É uma realidade que nós temos que enxergar e para a qual temos que tentar achar uma alternativa.

Eu pergunto a V. Sª: um cidadão, hoje, para fazer uma diálise, hoje, sai de Alvorada, de Poços, para chegar a Formosa, se houver a vaga para fazer a diálise. E, se não houver, ele vai conseguir a vaga quando, aqui em Brasília? As restrições estão a cada dia maiores. V. Sª vai dizer: "Não, tudo bem, mas Brasília tem que cuidar primeiro dos seus munícipes". Eu não estou contestando, mas o problema todo é que a estrutura de saúde também não consegue contemplar a demanda de todos esses Municípios que são limítrofes. Em contrapartida, da grande maioria dos eleitores que elegem os Deputados aqui de Brasília, sejam eles distritais ou federais – ou Senadores –, uma grande parte – e eu aqui não quero errar. Talvez V. Sª tenha dados melhores do que os meus – deve ser acima de 30% e habita essa região do Entorno de Brasília. Então é uma base político-eleitoral também do Distrito Federal. Ora...

Então, quando a minha Assessoria levantou os dados – e eu sou muito zeloso –, verificou-se que o FCO, a parcela de Brasília, era algo "anestesiado". Ou seja, inerte. Era algo que, nesses últimos 15 anos... A planilha que eu tenho aqui agora, que me foi liberada, se refere a apenas os últimos quatro anos, mas você nota que a tendência era esta: 7% era a base que Brasília, a vida inteira, utilizou de FCO. Essa era a base. Depois, com a entrada do meu projeto, aí realmente se criou uma aceleração enorme dessa tese de se contrair os empréstimos.

Em princípio, eu discordo de V. Sª quanto à tese de se ter que industrializar Brasília. Eu concordo que Brasília sofre – como o Brasil todo sofre, hoje – os problemas de uma economia, de uma falta de governabilidade. Agora, essa tese não é só de Brasília; ela é nacional. E Brasília, querendo ou não, tem algo que é tranquilizador: já pensou bem um governante, V. Sª sendo o governador do Estado e já tendo um fundo que garante saúde, segurança e educação? Aquilo já um alívio, aquilo já é uma tranquilidade enorme. Agora, são as milhares de prefeituras que estão fechando as portas. O cidadão, hoje, só vai trabalhar na prefeitura seis horas, porque não há saída mais.

Mas vamos voltar ao debate: o fato específico é que, quando analisei isso aqui, eu não alisei com o viés de poder, amanhã, criar uma situação que fosse fazer qualquer discriminação com Brasília.

Não. Por quê? Querendo ou não, essa parte de segurança, saúde e educação vai passar a conviver com Brasília. Ora, se eu tenho uma legislação específica para – e V. Exª coloca, e eu vou fazer essa análise... Quando eu fiz o projeto, eu tive a preocupação de detalhar o nome dos Municípios. Então, eu entendo que a Ride inclui Brasília, agora, na origem do projeto que eu elaborei, eu citava exatamente uso o nome dos Municípios onde nós faremos esse investimento.

Quando o Dr. Danilo coloca também que essa distribuição aqui, ao vincular, não produz resultados imediatos, como ele citou o caso do nordeste goiano, eu respeito em forma de estatística, mas nós temos que entender que Brasília hoje é um polo consumidor. Então, você não pode comparar um polo consumidor do oeste da Bahia e do nordeste goiano com Brasília. Quando você desenvolve a região de Brasília, você tem a quem vender, você tem a quem passar esse produto, com muito mais facilidade do que quando nós queremos desenvolver uma região que não tem consumidores.

Nós temos várias cidades, nós temos uma cidade, a capital do meu Estado, que também é uma cidade como Pirenópolis, turística, cidade que tem o reconhecimento da Unesco como patrimônio da humanidade, no entanto você tem Pirenópolis com muito mais renda do que a minha querida capital de Goiás, por uma questão geográfica: Brasília está mais perto de Pirenópolis do que da cidade de Goiás. Se eu tivesse Brasília ao lado de Goiás, seria Goiás que estaria nesse momento pujante do turismo.

Então, a importância de Brasília para esses Municípios é que, se nós dermos aos Municípios uma condição de poder desenvolver... Em vez de São Paulo ter criado um ABC Paulista, só para trabalhar dentro de São Paulo, ele industrializou o ABC Paulista. Agora, nós estamos também industrializando Goiás. A diferença é que não se pode comparar uma capital com uma região metropolitana, como o fato de Brasília. Isso parte de uma premissa errada, porque Brasília é a Capital do País, nós não temos nenhum outro Estado que conviva com a realidade de Goiás.

Eu tenho o meu Senador do Amapá, então a região metropolitana é de Macapá, do Estado dele. Eu tenho a região metropolitana de Goiânia, mas é do nosso Estado, cabe a nós resolver, agora, nós temos um fato que é único no País: a Capital Federal, quando estava no Rio de Janeiro, o problema era no Rio de Janeiro; quando esteve em Salvador, o problema era em Salvador; agora, como está em Brasília, é um problema do Estado de Goiás. Não é outro.

Nós não podemos reconhecer que isso seja um assunto que é igual a outras regiões metropolitanas do País. Não há nada a ver. Nós temos, por exemplo, uma realidade hoje: como nós fazemos o transporte? Nós temos uma legislação municipal, a legislação estadual e a legislação do Distrito Federal. E o cidadão não tem ônibus para chegar ao ponto e não tem condições de chegar a Brasília. Essa é a realidade.

Eu disse: há um projeto de lei de meu, vamos transferir para a União a responsabilidade do transporte do cidadão do Entorno. Ora, eu não posso viver sob três legislações, porque, aí, o que acontece: Goiás fala uma coisa, o Município fala outra e o Distrito Federal fala outra, uma terceira. O que acontece? O cidadão não chega a Brasília. Então, essa realidade nós temos que resolver.

Qual é a proposta que eu fiz? A ANTT vai se ocupar desde a hora de o cidadão sair da casa até o ponto de ônibus até o momento em que chegar dentro de Brasília e o momento de ele voltar. Não pode haver três legislações divergentes para resolver um problema de um transporte.

Então, para concluir, Presidente – e eu agradeço o tempo que V. Exª me concedeu –, quero dizer que o espírito é aglutinador, agora, eu estou diante de um quadro de urgência urgentíssima, e, para quadro de urgência urgentíssima, tem que haver tratamento de choque. O tratamento de choque seria: o que custaria, já que está incluído, Brasília continuar com os 9% e repassar 10% especificamente para essas áreas. Em vez de elas serem cidades dormitórios de Brasília, elas serão cidades com desenvolvimento, não há problema algum. Esta tese de que a cidade administrativa, como Brasília é, tem que se transformar num grande polo empresarial...

V. Sª me desculpe, mas se nós, a União, se todos nós brasileiros já passamos um fundo específico para que Brasília tenha uma característica administrativa – Estado nenhum tem esse repasse para manter a máquina –, não podemos admitir que, amanhã, Brasília faça uma concorrência desleal e predatória com os Municí-

pios limítrofes. Então, a função administrativa de Brasília é preservada, o fundo de Brasília é preservado. O que estamos fazendo é uma coisa só.

Olha, não se pode querer achar que Brasília hoje, se você fizer uma análise clara... Tanto é que estamos dando guarida para quê? A Presidente da República mandou um projeto da DRU, a desvinculação, incluindo R$3,6 bilhões dos fundos constitucionais. Isso está dando uma condição de desculpa para se dizer assim: "Olha, existem cidades que já têm tantos benefícios. Por que é que aqui quer concentrar mais se ele não foi nem usado?" Agora, tudo bem, essa onda despertou nesses últimos anos.

Mas eu acho que, em vez de despertar-se essa onda, deveria haver um gesto, aí sim, do Governo de Goiás com o Governo de Brasília para que nós achássemos uma ação imediata porque, toda ação que está sendo jogada hoje para o futuro, nós estamos construindo em Goiás talvez o maior polo de falta de solidariedade ao ser humano, falta de opção para o cidadão, a não ser a droga.

Hoje, a poucos minutos antes de chegar aqui, eu e o Davi Alcolumbre estávamos em uma audiência com o Secretário de Segurança Pública e com o Ministério da Justiça. Hoje, o Brasil tem 660 mil pessoas retidas e 57% por tráfico de drogas. Furto está com 20%. Então, vejam bem o que o tráfico de droga é hoje e a maior base do tráfico de droga é exatamente o Entorno de Brasília, o nosso Estado. Nós não somos mais passagem, nós somos consumidores.

Então, diante dessa discussão, diante desse sentimento é que nós queríamos dizer: "Olha, vão fazer uma doação não para o Estado de Goiás, para as cidades que compõem a Ride – e, no meu projeto, citei o nome das cidades, mas, como V. Sª colocou, eu vou pedir que seja feito novamente um levantamento, se cometeram essa inclusão aí, pois realmente seria uma falha do ponto de vista da normativa do projeto.

No mais, Sr. Presidente, peço o apoio dos demais colegas. Nós estamos aqui ainda numa audiência pública, mas, no momento em que a matéria for a debate, eu gostaria de poder contar com o apoio de todos porque acho que esse é um assunto nacional. Não é um problema de Goiás, não é a capital de Goiás. Nós não estamos pedindo aqui um apoio para cuidar de Goiânia com o entorno de Goiânia; nós estamos pedindo uma solução para cuidar do Entorno da Capital Federal, e o único Estado no País que tem esse problema chama-se Estado de Goiás. Agora, de braços abertos nós estamos e não podemos projetarmos a solução para daqui a 20 anos, senão, o meu paciente vai perder o braço.

Muito obrigado e completo a minha exposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradeço a participação do Senador Ronaldo Caiado e, pela ordem de inscrição, eu queria registrar à Senadora Lúcia Vânia que o Senador Hélio José tinha feito a sua inscrição. Eu fiz a inscrição de V. Exª logo em seguida à inscrição dele pelo interesse pelo tema relacionado basicamente ao Distrito Federal e ao Estado de Goiás.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como o Senador Hélio José é cavalheiro, ele cede, faz permuta com V. Exª e concedo a palavra a V. Exª para fazer as suas ponderações.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Talvez a fala dele... (*Falha na gravação.*)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ...seja mais oportuna agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, vamos manter a ordem de inscrição. Agradecendo o cavalheirismo...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada. Eu quero agradecer a gentileza e a delicadeza dele, mas acredito que, por ele ser de Brasília, tem a prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, concedo a palavra ao Senador Hélio José.

Em seguida, à Senadora Lúcia Vânia e, como próximo inscrito, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia pela gentileza e ao Senador Davi Alcolumbre. Estou vindo de um congresso internacional de energia, onde tive o prazer de o Parlamento ser presidido por uma mulher, a Marisol, lá em Aruba, que sediou a discussão do Parlatino com relação a energias alternativas.

Para nós, Davi, é um prazer ver cada vez mais ampliada a presença feminina no Congresso e ter, cada vez mais, essa delicadeza da presença das nossas mulheres aqui no Parlamento. Para mim, sempre é uma honra dar preferência às mulheres, viu, Lúcia?

Brasília realmente sofre uma pressão muito grande dos Municípios do Entorno. Inclusive o nosso Partido entrou com uma ADPF arguindo o descumprimento de preceitos constitucionais com relação à Lei 1.956, art. 28, que previa que no Entorno do Distrito Federal, nos 30km limítrofes, a União dotasse toda essa região de infraestrutura urbana: asfalto, segurança, hospitais, meio-fio, políticas públicas adequadas de transporte.

Então, não resta dúvida de que temos muitos problemas nessa área, que é muitas vezes chamada de área do nem, área de ninguém.

Não podemos deixar que isso continue assim. Eu sou um entusiasta, até por ter nascido num desses Municípios, em Corumbá de Goiás, e ter sido criado em Alexânia. O Município de Corumbá é mais antigo do que Pirenópolis, 18 anos de diferença, e é originário de toda essa região, como Formosa e Luziânia. Para fazer justiça a Corumbá, Corumbá originou Pirenópolis, Anápolis, Cocalzinho, Alexânia, Abadiânia. Todos filhos de Corumbá de Goiás. Exatamente o Município onde nasci. Fui criado em Alexânia.

Eu concordo em tese com a importância do debate suscitado pelo nosso querido Senador Ronaldo Caiado, mas concordo, em gênero, número e grau, com o que disse o Apolinário e Adelmir Santana. Não dá para fazer injustiça com o Distrito Federal para resolver uma questão que é nossa, do Brasil, essa injustiça com a região do Entorno, que precisa ser sanada. Eu, inclusive, sou o Relator, nesta Casa, do projeto da Ride. Tenho ouvido vários Parlamentares dos Estados de Goiás, Minas e do DF, bem como prefeitos de toda a região, para, enfim, poder apresentar nosso relatório. Eu vou realizar *a posteriori* uma audiência pública com prefeitos dos Municípios envolvidos etc., para poder apresentar o nosso relatório da Ride ao Senado Federal.

Temos uma grande proposta de ampliação, como foi dito, principalmente para essa região mais sofrida do nordeste goiano, que conheço bem, até porque minha esposa é de Palmas, Tocantins, e passo por ali quando quero viajar de carro a Tocantínea, a 60km de Palmas. É necessário debruçarmo-nos sobre uma forma organizativa do Estado para melhor propiciar condições a essa região. Esse é grande mérito, como disse nosso amigo Apolinário, do projeto apresentado pelo Caiado. Acho que nós, inclusive, sem prejudicar Brasília... Pois não, Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Eu fui chamado urgente na Comissão de Constituição e Justiça, pois há uma matéria minha que está sendo votada neste momento. Você me concede dez minutos? Você vai continuar, então, me desculpe a ausência, mas, por dez minutos...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Tranquilo! Vá lá, Senador. Eu também tenho que ir para a Comissão de Direitos Humanos agorinha. Há uma matéria minha lá.

Então, é necessário aproveitarmos a oportunidade deste debate para até discutir com a União uma forma de ela cumprir o art. 28 da Lei de 1.956 e assim prever uma região de zoneamento econômico nesses 30km entre Brasília e Goiás, Minas e Bahia, que margeiam o quadrilátero de Brasília, a fim de dotarmos essa região de melhor infraestrutura, transportes, hospitais, assistência e, assim, mudarmos essa triste realidade, que não é diferente de Pôr do Sol, Sol Nascente, Morro da Cruz, Porto Rico, Itapuã.

Acho que foi bem dito que o DF não é um mundinho só da nossa Capital, Brasília, Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro e Guará. O DF tem toda uma região enorme muito sofrida e carente, que precisa de muitos investimentos.

É fato que Brasília precisa também melhorar sua situação com relação ao Pró-DF. Então, o trabalho está sendo feito para que o Pró-DF seja regularizado e para que a gente possa realmente financiar essa inclinação industrial que Brasília tem. Há dificuldade para se ter esses recursos e se financiar por causa da falta de regularização fundiária que nós temos no Distrito Federal.

Estamos trabalhando para resolver esse assunto no Pró-DF, especificamente, porque são as regiões de desenvolvimento econômico do DF. A gente precisa, inclusive, ver mais algumas áreas de Pró-DF, tipo Brazlândia, Planaltina e outras áreas que precisam ampliar o Pró-DF, exatamente porque vão gerar uma demanda grande do FCO.

Então, não é possível, é inconcebível Brasília ser prejudicada com relação a essa distribuição do FCO. Além disso, 100% do Fundo Constitucional do Distrito Federal é consumido na segurança, mais ou menos 50% na saúde e na educação – não é 100%, é 50% na saúde e educação – e o GDF – vocês estão percebendo agora na grande greve que nós temos no DF – está passando uma dificuldade muito grande para pagar os compromissos assumidos, exatamente porque o fundo não dá conta.

Tanto é que a Bancada do Distrito Federal abriu mão de apresentar outras emendas para apresentar uma emenda de R$400 milhões para recompor a perda do Fundo Constitucional do Distrito Federal para não prejudicar os professores e os servidores da saúde. Eles são pagos, em parte, 50%, por esse Fundo Constitucional. Então, não é 100%, é 50%, mais ou menos isso, tanto de um quanto do outro. Só a segurança que é 100%. A gente precisa repor algumas verdades.

Brasília, hoje, perde continuamente indústrias para o Estado de Goiás, por causa das dificuldades que a gente relata aqui. Por exemplo, eu cito uma empresa chamada Riacho Tintas, que foi para Alexânia gerar cem postos de emprego lá, enquanto poderia gerar impostos e empregos aqui em Brasília.

Por toda essa dificuldade logística que ainda nós temos em ser a Capital do País, de situações fundiárias que ainda não foram resolvidas, dessa regularização que falta e da questão da briga de impostos – daí a necessidade do Pacto Federativo para a gente resolver essa situação –, Brasília perde esses empregos.

Então, a gente precisa ter uma situação aqui que resolva, tanto para Goiás, quanto para Minas, Bahia, Brasília, sem fazer injustiça para nenhum dos Estados. É inconcebível a gente falar em tirar fundos de Brasília, que já não tem condições de se sustentar.

O que nós podemos é discutir essa ADPF nº 344, que foi apresentada ao STF, para podermos fazer essa discussão da Lei nº 2.874, de 1956, que dispõe sobre a criação de Brasília e sobre essa região dos 30km limítrofes ao nosso quadrilátero. Lá se previa toda essa infraestrutura.

Então, talvez a gente faça um debate – unindo Goiás, Brasília, Bahia, Minas, até para não cometer essas injustiças com os Municípios de Minas que fazem parte Entorno – e consiga ver um fundo especial para essa região dos 30km limítrofes. Assim, o próprio FCO poderia melhor financiar, nessa área rural, essa zona de mais dificuldade econômica, que está um pouquinho mais distante do que os 30km.

Eu, por exemplo, tenho tido dificuldades por tanta demanda que há para se aumentar a Ride. Uma pergunta: com o pouco que se tem, como é que se vai fazer? Se aumentar os Municípios, teremos mais dificuldades para distribuir o pouco que se tem e esses Municípios terão mais dificuldade para se desenvolver.

Mas eu estou aqui debatendo e ouvindo todo mundo. Nós faremos isso na audiência pública que nós vamos organizar aqui.

Então, eu quero agradecer, Senador Davi, e dizer que esse debate é muito importante para nós. Mas nós não podemos, de forma nenhuma, cometer equívocos e injustiças que venham a prejudicar os Estados, os entes federados.

Nós estamos aqui em um trabalho muito sério de discutir o Pacto Federativo exatamente para fazer com que os Municípios e os Estados tenham condições de custear suas contas para a sobrevivência adequada.

Eu vou só fazer o discurso da assessoria aqui, até para valorizá-la, antes de terminar a minha fala.

Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, creio ser muito oportuna a realização da presente audiência pública para debatermos os problemas e as possíveis soluções para os desafios vividos pela população do Entorno do Distrito Federal.

Contudo, sou compelido a refutar a proposta de fixação de percentuais de distinção do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – o FCO – a determinados locais, em nossa região. E digo isso não porque sou o representante do Distrito Federal; digo isso também porque sou um cidadão goiano nascido em um Município do Entorno em Corumbá de Goiás.

Compartilho da ideia do Sr. Presidente de que o ser humano tem um grave problema de simplificar a solução dos problemas, quando, em uma visão mais profunda, constatamos que são muito mais complexos e difíceis de se resolver.

No caso que estamos debatendo, tenho a convicção de que a fixação de percentuais de destinação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste exclusivamente ao Entorno é um equívoco que pode resultar em uma situação oposta à esperada, prejudicando a nossa região como um todo.

O GDF tem conseguido manter uma eficiente capacidade de gestão dos já limitados recursos do Fundo Centro-Oeste e perdermos isso, Sr. Presidente, é meu maior temor.

Aqui temos testemunhado um planejamento dos financiamentos integrados...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – ...às políticas públicas prioritárias do DF em estreita parceria com as atividades locais. E é isso que historicamente possibilitou a geração e a manutenção do emprego em toda a região.

Creio também não ser prudente redistribuirmos recursos para o desenvolvimento econômico de um local sem patamares mínimos de infraestrutura social e de planejamento que não se encontram estabelecidos.

O que quero enfatizar, senhoras e senhores, é que segurança, habitação, saúde, educação e tantos outros problemas sociais são hoje os verdadeiros limites ao desenvolvimento econômico do Entorno. É a busca de solução para essa situação que ainda faz dessa região um enorme desafio para as políticas públicas nacionais.

E vale ressaltar, Sr. Presidente, que mesmo o Distrito Federal é um mosaico de desigualdades. O DF não se resume ao Lago Sul e às áreas sul e norte. Se temos um IDH altíssimo nessas regiões administrativas, basta irmos a menos de vinte quilômetros desta Casa...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – ...para conhecermos a Cidade Estrutural, com nível de Desenvolvimento Humano semelhante aos piores países africanos. Isso para não mencionar o Pôr do Sol e o Sol Nascente, em Ceilândia, que juntas formam a maior cidade em condições precárias da América Latina.

Ressalto ainda que a fixação de um percentual dos recursos para a destinação somente ao Entorno poderia prejudicar a eficácia operacional do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, pois delinearia uma maior rigidez na distribuição dos recursos.

Veja que o Estado do Goiás, por exemplo, em 2013, contratou quase 30% a mais que o inicialmente previsto no Orçamento, graças à flexibilidade de que o fundo dispõe. Então, isso já é muito importante, pois essa flexibilidade garante ao não usado ser usado por Goiás e por outros Estados. Julgo adequada essa formatação atual que permite o atendimento às peculiaridades de cada unidade federativa...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – ...bem como a revisão de tais percentuais em função do comportamento da demanda, ao longo do exercício, que pode ser influenciada por fatores sazonais e pelo nível de atividade econômica.

Srªs e Srs. Senadores e senhores aqui presentes, creio que devemos buscar soluções mais duradouras e eficientes para os problemas do DF e do Entorno. A simples pulverização dos recursos do Fundo do Centro-Oeste aos 19 Municípios – serão mais – goianos do Entorno não surtirá efeitos concretos ao desenvolvimento da região.

Da mesma maneira, sabemos que o Governo do Distrito Federal e de Goiás vivem sérios problemas de arrecadação. Nessa conjuntura, tenho a convicção de que cabe ao Governo Federal, em constante debate com esta Casa, tomar a iniciativa de criação de novos instrumentos que viabilizem o desenvolvimento econômico mais eficaz da nossa Região, sem populismo e sem mágicas, contemplando melhores condições de saúde, educação, moradia e segurança à nossa população.

Como falei, não dá para ficarmos o dia inteiro, quatro horas do dia, duas para vir, duas para voltar, por causa do trânsito engarrafado, porque simplesmente o trem para Luziânia e Brasília, passando por várias cidades, não foi encaminhado como deveria. Não dá para Brasília ser ponte aérea Brasília-Goiânia, porque o Trem Bala Brasília-Goiânia não está concluído ou porque o metrô, que deveria ir até Águas Lindas, não está com o ramal pronto.

O ramal do metrô que deveria ir até Águas Lindas não está pronto. Nesse ponto, deveria haver uma interligação maior, mas não está ocorrendo isso.

Como engenheiro, como analista de infraestrutura, ressalto que precisamos conceber novas formas de discutir a infraestrutura nacional para propiciar esse desenvolvimento.

Por isso, nós somos contra essa posição, mas apoiamos uma iniciativa do Governo para cumprir a lei de 1956, que prevê que, nos 30km de Brasília, haja uma infraestrutura adequada. Para isso, devemos discutir uma forma de garantir essa infraestrutura para bem atender nossos munícipes da região do Entorno.

Era o que eu tinha a dizer.

Quero agradecer ao nosso Senador Davi e ao nosso Senador Adelmir Santana pela palestra brilhante.

Agradeço ao representante do FCO. Muito obrigado.

Agradeço também ao Danilo pela exposição clara, coerente da situação e ao Roller, um político importante, preocupado com a região. Sabemos da importância de Formosa para Brasília, não é, Roller? Não temos dúvida disso. Estamos junto na parceria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos a participação do Senador Hélio José, do Distrito Federal.

Conforme a ordem de inscrição, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Na hora em que V. Exª achar conveniente – estou na CCJ, mas poderei voltar – e diante da urgência do assunto...

Recebi uma solicitação do gabinete do Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e da Secretaria de Planejamento do DF a respeito de um evento que vai acontecer na semana que vem envolvendo todos os governadores do Centro-Oeste, de Tocantins e de Rondônia.

Trata-se daquele consórcio de que tive oportunidade de falar aqui e que já defendi em plenário, pois falei sobre esse assunto também na tribuna do Senado. Será o primeiro consórcio interestadual, ou seja, entre Estados do Brasil que envolve o Brasil Central. O consórcio está sendo criado em forma de autarquia para que esses Estados possam estudar e apresentar propostas, sugestões e ações em conjunto, a fim de diminuir o nível de desenvolvimento diferenciado do Sul e do Sudeste. Eles têm foco na parte de infraestrutura, de logística, de agronegócio, de industrialização, de educação, de meio ambiente, etc.

Por que peço desculpa à Senadora Lúcia Vânia? Os governadores vão estar, no dia 10, terça-feira, numa agenda já apresentada, e, no dia 11, no Distrito Federal, e solicitaram que pudessem vir a esta Comissão para apresentar o Brasil Central à Comissão, ao Senado e, consequentemente, a todo o Brasil, que vai estar nos assistindo. Estariam presentes nesta Comissão os seis governadores do Brasil Central.

Portanto, eu peço a inclusão extrapauta do requerimento, para que possamos votá-lo ainda hoje, porque a reunião teria que acontecer, pela agenda dos governadores, no dia 11, quarta-feira, às 10 horas da manhã.

Viriam o Governador Rodrigo Rollemberg, do Distrito Federal; o Governador Marconi Perillo, de Goiás; o Governador Reinaldo Azambuja, do meu Estado de Mato Grosso do Sul; o Governador Pedro Taques, do Estado de Mato Grosso; o Governador Confúcio Moura, do Estado de Rondônia; e o Governador Marcelo Miranda, de Tocantins. É claro que a reunião deve ocorrer numa sala maior, com a presença, inclusive, do Presidente da Casa, Renan Calheiros, e dos demais Senadores.

Então, na hora em que V. Exª achar oportuno, peço que faça a inclusão extrapauta desse requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, no mesmo sentido, rapidamente, e cometendo já a indelicadeza de atropelar a Senadora Lúcia, que me dá aqui esta possibilidade, venho requerer a V. Exª que, na fase deliberativa, também sejam apreciados dois requerimentos meus extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Três.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Três. Perdão. São três requerimentos extrapauta.

O primeiro é um aditamento ao requerimento, que anteriormente foi aprovado aqui na Casa em relação às audiências públicas para a construção do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), de inclusão de outros especialistas para esse debate.

O segundo refere-se também à inclusão, para o debate do Plansab, da Srª Bartíria Perpétua Lima da Costa, representante da Frente Nacional de Saneamento Ambiental, e do Sr. Aparecido Hojaij, Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.

Por fim, Sr. Presidente, o terceiro requerimento é para solicitar a realização de uma quarta audiência pública a fim de debater o Plansab, convidando a Federação Nacional dos Urbanitários, a Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens e o Prof. Luiz Roberto Santos, Titular em Saneamento da Escola de Engenharia Ambiental e Politécnica da Universidade da Bahia.

Então, Sr. Presidente, requeiro a V. Exª para, na fase deliberativa, ter a apreciação desses requerimentos.

Agradeço.

E desculpas à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Na mesma linha, rapidamente, o Senador Hélio José também tem um aditamento ao requerimento.

Comunico aos Srs. Senadores que nós vamos fazer, na segunda etapa desta audiência pública, uma reunião deliberativa. Solicito a presença, logo mais.

Mas vamos concluir a audiência pública e, em seguida, iniciamos a segunda parte da reunião, com a aprovação dos requerimentos aqui já mencionados.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ernesto Roller, Deputado; agradecer a presença e cumprimentar o Apolinário, o Danilo; cumprimentar o Adelmir e o Dr. Ênio, do Banco do Brasil.

Eu quero dizer ao Apolinário que ele me surpreendeu: conhece Goiás melhor do que a gente. Parabéns!

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que o Senador Ronaldo Caiado tem inteira razão quando ele descreve aqui a situação da Ride. É realmente uma situação que constrange a todos nós, principalmente os goianos, sentir e ver aquela população viver nas condições em que está vivendo, principalmente na questão de transporte coletivo, que é um elemento fundamental para quem trabalha, principalmente quem trabalha em Brasília.

Agora, eu entendo também que, talvez, o FCO não será o remédio para esses diversos problemas – graves problemas – da região do Entorno do Distrito Federal. O FCO tem seus limites e tem seus objetivos. Obviamen-

te, a maturação do FCO é que vai fazer com que o volume seja representativo. Nós já tentamos, várias vezes, levar para a região da Ride a discussão sobre o FCO, fazendo várias reuniões e mostrando como aplicar o FCO naquela região. Naturalmente, pelas dificuldades que nós temos lá, na área de educação, na área de saúde, na área de transporte, na área de esgoto sanitário, de lixo... São problemas da mais alta complexidade, que precisam de uma atenção muito especial, e precisam de um volume de recursos expressivo.

Acho que o Apolinário coloca muito bem que a União falta em relação à Ride. Ela foi uma solução no primeiro momento. Talvez hoje nós tenhamos de buscar um instrumento mais ágil, para que a possamos fazer esse intercâmbio entre as três esferas de governo – União, Estado e Município –, uma vez que essa integração é muito difícil e ainda é feita através de convênio e de autorização.

Por exemplo, eu quero botar uma máquina lá em Cristalina; para mim, seria muito mais fácil levar a máquina do GDF do que levar a máquina de Goiás. No entanto, o GDF está proibido de fazer. Há uma série de limitações que o GDF tem em relação a isso. Então, talvez hoje nós tenhamos a necessidade de ter um instrumento legal mais ágil, para que essa integração se faça de forma efetiva.

A segunda coisa que eu gostaria de colocar é que o FCO nos perturba bastante – o Ênio sabe perfeitamente dos meus embates no Banco do Brasil –, porque eu acredito que a Região Centro-Oeste é tida pelo Governo Federal como uma região rica, que não precisa de apoio, que não precisa de instrumentos que possam alavancar o seu desenvolvimento. Quando se fala, agora, em cortar os incentivos fiscais da nossa região, acenam pra gente com um fundo – e eu quero aqui cumprimentar o Apolinário, porque eu acho que fundo não é instrumento para bancar uma Administração Pública. É preciso que haja, sim, um processo de arrecadação que seja efetivo e que venha acompanhar o desenvolvimento da cidade.

Então, em relação a essa questão do fundo, eu colocaria três pontos que acho fundamentais. Primeiro: falta, nessa mesa, a Sudeco. A Sudeco foi recriada dentro dos padrões modernos de administração. Ela tem três pilares fundamentais. O primeiro deles é um conselho, que seria um conselho formado pelos Governadores e pelo Ministro da Integração Nacional e o Ministro da Fazenda.

Isso me causa surpresa porque eu acho que não existe um fórum mais adequado para o Centro-Oeste se reunir do que a própria Sudeco. No entanto, o Ministro de Assuntos Estratégicos achou por bem criar uma Agência Brasil Central reunindo os governadores. Os governadores têm um fórum adequado, legal, instrumentalizado, que é a própria Sudeco. Então, ela tem um conselho, ela tem dois fundos, o Fundo de Investimento e o Fundo de Infraestrutura, que foi criado durante a minha passagem pelo Congresso, com apoio de todos os Srs. Senadores, e ela teria que ter um plano de desenvolvimento regional. Esse plano nasceria, obviamente, do fórum de governadores, que fariam esse planejamento.

Eu sou muito cética em relação a este negócio de ficar buscando planos, planos, planos. A Federação das Indústrias, a CNI, ofereceu para o a Região Centro-Oeste e todas as regiões um estudo fantástico de integração dos diversos modais de transporte, que é uma coisa! Se caísse dentro da Sudeco e fosse ali implementado, nós teríamos essa integração de forma objetiva, clara. A nossa integração, a de Goiás, internamente com o Entorno, é precária, como foi colocado aqui, e a nossa integração com os Estados do Centro-Oeste é precaríssima, agora sendo redimida com as rodovias e ferrovias, que estão sendo concedidas e que nos permitem essa interligação.

Então, eu fico muito triste de ver que a Sudeco, que tem um fórum, poderia ter os instrumentos, os dois fundos, que poderiam ser discutidos. Acredito que os nossos governadores precisam debruçar-se em cima do Fundo do Centro-Oeste. Nós não podemos continuar com o Fundo do Centro-Oeste como está. É o cobertor curto sendo puxado para cá e para lá, abrindo a possibilidade de descobrir um para cobrir o outro.

Então, na verdade, eu gostaria que o Ênio aqui colocasse. Nós temos, só de estoque do FCO, R$20 bilhões. O Senador Caiado colocou aqui uma coisa muito interessante. Se a gente pegar os investimentos do PSI, do BNDES, nós vamos ver que a Região Centro-Oeste, o exemplo que já se colocou aqui, tem 19%, enquanto as Regiões Sul e Sudeste têm um volume enorme. Se nós temos um fundo, um estoque no Fundo do Centro-Oeste de R$20 bilhões, esse dinheiro seria suficiente para alavancar outros fundos.

O Banco do Brasil administra e opera o Fundo do Centro-Oeste. Eu acredito que ele deveria operar e, para administrar, teria que ser um banco da região, um banco de segundo piso, um banco de desenvolvimento, que pudesse, com esse estoque do FCO, alavancar os recursos do próprio BNDES e de outros fundos externos para ampliar a nossa capacidade de investimento. Essa é a tese que eu sempre defendi.

Eu fico aqui um pouco preocupada. Vejam bem que nós estamos, hoje, no FCO, usando mais recursos do retorno do dinheiro do que o próprio aporte do Governo Federal. Isso é sinal de que o nosso estoque é um estoque importante e que poderia alavancar recursos para o nosso investimento. Então, eu diria que nós precisamos muito mais do que ficar dividindo os recursos, nós precisamos alavancar mais recursos para que a gente possa contemplar, primeiro, o desenvolvimento de Brasília, que, eu concordo, a cidade cresce, a cidade avoluma em problemas.

A Ride é um complicador para nós. Nós temos investimento, aqui na cidade de Formosa, por exemplo, em que, no ano passado, houve um investimento do FDCO para empresas de alimentos na ordem R$70 milhões. Então, quando a empresa está organizada, quando ela está instrumentalizada, o recurso chega lá.

O nosso nível de inadimplência é muito baixo graças à competência do Banco do Brasil em analisar o risco do empréstimo. Eu concordo, mas acontece que nós perdemos a oportunidade de fazer com que esse recurso seja aplicado nas regiões mais pobres, porque, na verdade, essas regiões não têm o instrumental que o próprio banco hoje exige, com razão, para que a inadimplência não seja tão grave como tem sido os outros fundos.

Portanto, mais uma vez, coloco aqui que nós temos razão de estar aqui discutindo. Esse projeto do Senador Ronaldo Caiado, como disse o Apolinário, tem o mérito de suscitar essa discussão. Eu acho que nós temos que buscar realmente um caminho para definir essa problemática da Ride. Esse instrumental legal que facilita e favorece esse intercâmbio das três esferas do Governo é o caminho mais direto, mais urgente agora.

Nós precisamos de um financiamento externo para bancar a questão do lixo, a questão do esgoto sanitário. É bem verdade, é preciso que se diga aqui, que o Governo Federal investiu bastante em esgoto naquela região, mas ainda as ligações são precárias. A questão do lixo é gravíssima! Gravíssima!

A questão da saúde, nós temos um planejamento de integração entre a Ride e o Distrito Federal, que, se aplicado, se seguissem o planejamento, nós não teríamos o problema de saúde que nós temos hoje, assim como temos o do transporte e tantos outros.

Bom, no mais, quero dizer, ao encerrar as minhas palavras, que eu concordo com o mérito do projeto. Concordo também que nós temos que alavancar mais recursos para a Região Centro-Oeste, que é uma região solução, que responde, que mostra que o nível de inadimplência é o mais baixo possível, ela é importante.

Eu quero cumprimentar o Banco do Brasil, apesar de achar que nós precisamos de um banco para administrar – essa é sempre a minha briga com o Banco do Brasil. Nós temos formatado o banco do segundo piso –, mas ele opera, eu tenho que reconhecer que o Banco do Brasil opera, com competência, com cuidado. O fundo é muito bem administrado nesse sentido. Só que, como o Banco do Brasil, é um banco muito amplo, ele não tem tempo de pegar esse estoque que nós temos e alavancar mais recursos com esse estoque. Ele simplesmente administra aquele cotidiano, mas não amplia a nossa capacidade de investimento.

Portanto, eu quero aqui encerrar minhas palavras dizendo mais uma vez que eu não entendo por que a Sudeco não passa a ter corpo e não criamos um organismo paralelo enquanto ela tem todo um instrumental para se desenvolver e para responder aquilo que nós queremos, se nós temos dois fundos. Estamos na iminência de ter um fundo para compensação da reforma do ICMS, mas como é que nós vamos ter esse fundo se nós não administramos nem os dois que nós temos?

Então, é preciso que o Centro-Oeste assuma a paternidade e a administração desses fundos no sentido de ampliar para que a gente possa realmente resolver a demanda que o Estado de Goiás tem hoje, que é enorme, como bem foi colocado aqui. Mato Grosso, quando chega o mês de setembro, não tem mais dinheiro. Mato Grosso do Sul vai um pouco mais lento. Brasília também, mas com as dificuldades que têm hoje, Brasília vive muito desses fundos. E a gente costuma dizer que fundo não é solução para administrar uma cidade que cresce. Ele pode ajudar, mas solucionar o problema ele não soluciona.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Não temos mais Senadores inscritos para as interpelações.

Eu gostaria de fazer uma sugestão aos convidados da nossa audiência pública, muito proveitosa, na qual debatemos um assunto de extrema importância para o Brasil, especialmente para o Distrito Federal e para o Estado de Goiás. Regimentalmente, concedemos três minutos para os nossos expositores argumentarem as ponderações feitas pelos Senadores. Eu queria sugerir, já que nós demos 15 minutos para cada Senador e mais de 15 minutos para cada expositor, para aquele que solicitou, que os nossos convidados pudessem, em cinco minutos, fazer as suas ponderações e responder os Srs. Senadores e, ao mesmo tempo, fazer as suas considerações finais.

Vamos caminhar para o final da audiência pública, haja vista que já estamos aqui desde 9h20, ou seja, estamos reunidos há quase três horas nesta audiência pública, muito produtiva, diga-se de passagem, e, com certeza, elucidativa em relação ao projeto de autoria do Senador Ronaldo Caiado, o Requerimento nº 31.

Concedo a palavra, se achar por bem fazer suas considerações, ao Deputado Ernesto Roller.

O SR. ERNESTO ROLLER – Presidente, reputo que V. Exª demonstra ser um homem extremamente generoso: cinco minutos é muito tempo.

Nós já fizemos a nossa manifestação, mas eu gostaria apenas de, saudando quem posteriormente chegou, a Senadora Lúcia Vânia, também do nosso querido Estado de Goiás, agradecer pela oportunidade e dizer que os números, a estatística pode ser trabalhada sempre a favor ou contra qualquer tese.

Eu tive a oportunidade de ouvir, muitas vezes, que o Entorno era um problema para Brasília. Mas, aqui, na defesa do ponto de vista do Distrito Federal, tive a oportunidade de ouvir que há, na minha região, Município que cresce como a China. Eu só digo ao Secretário que não repita isso lá, porque corre um sério risco de ordem física, de apanhar lá na região.

O que nós temos que ter são mãos estendidas para a solução dos problemas que nos afligem comumente. Não precisamos ter a antítese Goiás contra o Distrito Federal ou entorno contra Brasília. O espírito não pode ser esse. Eu vejo assim: se está sobrando aqui, não há por que não se destinar aos Municípios da Ride, como forma de incremento à produção, ao desenvolvimento socioeconômico da nossa região.

Mas, Presidente, Senador Davi, Senador Hélio, Senadora Lúcia, Senador Ronaldo Caiado, muito obrigado pela oportunidade. Eu retorno agora para o meu Estado, porque tenho sessão lá na Assembleia. Integrantes da mesa, Senador Aldemir, recebam todos o nosso abraço. Desejo que possamos construir melhores dias para toda a nossa região de forma conjunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos e passamos a palavra ao Sr. Ênio Mathias Ferreira, para fazer as suas considerações finais.

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – Gostaria apenas de agradecer pela oportunidade de participar desta audiência pública realizada por esta Comissão. É uma honra estar aqui presente com os senhores. Queria reforçar o compromisso do Banco do Brasil na administração do FCO e colocar-me à inteira disposição para qualquer esclarecimento, em qualquer momento que for necessário, tanto pela Comissão como pelos Senadores.

Muito obrigado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Qual é o estoque hoje do FCO?

O SR. ÊNIO MATHIAS FERREIRA – A gente passou aqui. O estoque, o retrato são R$21,828 bilhões.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Concedo a palavra do Sr. Danilo Ferreira Gomes.

O SR. DANILO FERREIRA GOMES – Senador Ronaldo Caiado, quero fazer só uma complementação. A sua solicitação, a sua propositura é muito pertinente, mas atualmente, com os 19% – fazendo só a análise dos números atuais como o senhor colocou –, não se sabe se foi o incremento, se a participação da Ride nos últimos anos foi relacionada à situação adversa ou não, mas vou fazer uma análise rápida.

De 2013 até hoje, o Distrito Federal tem participado com 10% dentro do fundo, dos 19% que ele poderia. A Ride tem participado com 3,% 4% e agora quase 5%. Como, historicamente, nos últimos anos, o Distrito Federal tem participado, tem contratado, no máximo, juntando com a Ride, no máximo 14%, hoje, neste momento, se houvesse uma divisão e 50% dos recursos destinados aqui para o DF fossem para a Ride, independente do projeto de lei, fosse até pelo Condel, já atenderia o pleito do senhor, já estariam sendo contemplados os 10% que o senhor pleiteia. Isso já seria, no caso... (*Ininteligível.*)

Quero agradecer a presença da Senadora Lúcia Vânia, muito querida, sempre combativa nos interesses, aqui, do nosso Estado e também do FCO.

E agradeço a oportunidade a todos. Também nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Passo a palavra ao Senador e Presidente da Fecomércio, Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA – Presidente, Senador Davi, Senadora Lúcia Vânia, Senador Caiado, demais Senadores que aqui estiveram, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Simone Ramez Tebet, que acaba de prestigiar sua exposição.

O SR. ADELMIR SANTANA – Senadora Ramez Tebet...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Simone Ramez Tebet.

O SR. ADELMIR SANTANA – Simone Ramez Tebet, Senador Hélio José, saio mais confortável daqui, porque inicialmente entendia que o projeto, ao diminuir a participação de Brasília, estaria cometendo uma injustiça com os Municípios da Ride, porque, na verdade, a participação do Distrito Federal, como disse muito bem o Rebelo, é para a Ride.

E, se pegarmos já os recursos comprometidos, como foi dito aqui pelo Banco do Brasil, de 39% dos 14%, dos 19% da Ride, de que participamos, isso chega bem perto das colocações e do desejo do Senador.

De todos os recursos do DF, 6,46, que foram comprometidos, foram exatamente para Municípios de Goiás. Isso, em 2015. Se aumentou a participação do DF, a partir de 2012, 2013, 2014, 2015, foi também em razão da alteração, porque a vocação de Brasília é comércio e serviço, não podíamos ultrapassar 30% ou 20%

de aplicações em projeto de comércio e serviço. Aumentou a participação, começamos a usar mais, com isso sobravam mais recursos para os demais Estados componentes.

Então, o acolhimento de Goiás é muito importante para todos nós, mas é importante que discutamos que retirar a participação do DF, sem naturalmente corrigir que Goiás tenha que... Não é simplesmente se tirando de Brasília e se jogando para Goiás que vamos resolver a questão do Entorno. É o contrário: temos de trazer mais recursos de participação para o Distrito Federal, carimbando-os para a região do Entorno, senão o Entorno ficará totalmente desprotegido.

Com relação ao FDCO, a Senadora Lúcia Vânia – cuja luta conheci e até mesmo a luta pela recriação da Sudeco–, naquele instante, queria ao mesmo tempo criar um banco para também administrar esses fundos, e não teve êxito nesse segundo momento, mas se recriou a Sudeco...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) –

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADELMIR SANTANA – Exatamente. Exatamente.

Então, é importante que, sem tirar o mérito dos cuidados do Banco do Brasil, que voltemos a reestudar essa questão, porque o FDCO, efetivamente, é que vai representar o conjunto de integração desses Estados, porque ali poderão ter não apenas esses recursos do FCO, mas muitos mais recursos para investimento em infraestrutura e em projetos de grande porte.

Então, quero agradecer ao Srs. Senadores esse convite, em especial ao Presidente da Comissão, e o requerimento do Senador Caiado para que esse assunto efetivamente volte à discussão em bom momento e em boa hora.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos também.

Passamos a palavra ao Secretário Apolinário Rebelo.

O SR. APOLINÁRIO REBELO – Eu também serei extremamente objetivo.

Acho que esse debate não se esgota. Pelo contrário, acho que ele deve motivar novas discussões, baseadas não só nas preocupações do Senador Caiado, mas também na brilhante intervenção da Senadora Lúcia Vânia e nas observações feitas pelo Senador José. Acho que nós temos de prosseguir nessas discussões.

E quero dizer o seguinte: o problema... A Senadora está absolutamente certa. A Senadora Lúcia Vânia conhece bastante o FCO, acompanha a sua trajetória. Aliás, a senhora é que conhece Goiás. Eu me lembro do seu *slogan* de campanha de 1994, se não me engano. Então, a senhora conhece. Eu sou curioso pelo Estado de Goiás.

Acho que essa discussão que a senhora levanta...

(Soa a campainha.)

O SR. APOLINÁRIO REBELO – ...sobre a questão de ampliação dos recursos... Do fundo, hoje, mais de 60% já são de retorno dos financiamentos.

Só acho que se têm de trabalhar na expectativa de ampliação. Eu acho que resolve parcialmente o problema da demanda de recursos do fundo.

Eu acho que é importante observar também a PNDR. Eu acho que a gente teria que intervir, Senador Hélio José, para que nessa discussão da PNDR, Brasília fosse desmembrada, elevando as administrações regionais à categoria de Municípios, para a gente colocar uma lente mais ampliada sobre essas desigualdades. Então acho que seria importante a gente fazer isso.

Em relação às observações do Senador Caiado, eu acho que nós temos uma divergência de mérito; mas Senador, eu nunca encarei V. Exª como um homem regional. Sua primeira candidatura, em 1989, foi para presidente; se eu não me engano, depois o senhor teve seis mandatos de Deputado Federal, até virar Senador. Então, quando o senhor começou, já começou nacionalmente.

Então, esse debate é um debate extremamente importante e que tem que ser feito. E também não tenho nenhuma visão de que haja, no espírito da sua matéria, um processo de exclusão; pelo contrário, essa generosidade que Goiás teve também está presente na sua atuação parlamentar. Eu acho que a gente pode, ao resolver uma injustiça, correr o risco de terminar criando ou ampliando ou fazendo uma outra injustiça também.

Acho que essa observação e esse debate são extremamente pertinentes, embora eu ache que a sua preocupação de médico, com o imediato, a gente deve também projetar, pela sua estatura, que poderia ser um ministro da saúde, que é o sistema da saúde como um todo, poderia ser um projeto que também combinasse o imediato com uma perspectiva futura, e eu acho que é interessante a gente fazer essa discussão.

Por fim, eu espero que esse debate prossiga. Eu acho que há novos elementos. Essa visão de que o Distrito Federal usa os recursos do Entorno de forma limitada é uma deformação da sua economia.

E aí eu manifesto também outra diferença: eu acho que Brasília precisa de indústria sim. Como é que a gente pode ter um PIB em que 94% é comércio e serviço, a indústria de transformação é 1,6% e a agricultura, 0,3%? Por que a nossa agricultura é 0,3%? Porque nós não temos território. Quando se fala da característica do tamanho do Distrito Federal, e isso está aqui na DPF, é um pouco o que o Senador Hélio José coloca, que o projeto original de Brasília eram 14.400km², o projeto desenhado pela Missão Cruls, e não 5.700km², como é hoje. Então, na concepção original, esse território poderia abranger uma melhor agricultura, uma melhor base industrial, reduzir o custo da terra, reduzir o custo da moradia, e assim por diante. Ou seja, a gente tem que ter uma visão mais ampla do processo histórico de formação do Distrito Federal, senão a gente se perde um pouco nessa discussão. Então acho que esse debate tem que ser feito.

Eu gostaria de que essa discussão continuasse, gostaria de poder participar e dialogar mais com o Senador Caiado, mais com a Senadora Lúcia Vânia, mais com o Senador Hélio José e dialogar também com a Senadora Simone, que acompanhou de perto muitas reuniões do FCO, muitas reuniões do Condel inclusive no seu Estado. Em Campo Grande eu tive a oportunidade de conhecê-la, inclusive.

Então, eu acho que esse debate, nós temos que prosseguir e ver qual é a forma mais adequada. Eu acho que a forma mais adequada é a gente combinar uma divisão mais equilibrada do fundo com o aporte de mais recursos ao fundo e um projeto, uma estratégia de desenvolvimento integrado, sobretudo do Distrito Federal com o Estado de Goiás.

Muito obrigado, Senador, pela generosidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu que agradeço a participação de todos os expositores, o que engrandeceu esta Comissão, o Senado Federal e esta audiência pública.

Antes de encerrarmos a audiência pública e de finalizarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de propor a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião da CDR.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... só antes de V. Exª ler o final da ata, o único ponto de concordância também que eu tenho com o Apolinário é que de hoje em diante, eles vão passar a conviver, passou a ser sede do MST do Brasil, que migrou para Brasília. Então agora, sim, eles vão conviver com um outro problema com que nós convivemos esses anos todos e que agora vai ficar centrado 100% aqui em Brasília, está presenteando a gestão de vocês aí com a presença do MST. Agora o foco principal vai ser exatamente as terras de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Brasília...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Logo em seguida, na segunda parte da audiência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu estava propondo aos Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 33ª Reunião da CDR, que foi a reunião anterior, não esta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Encerramos a audiência pública e, logo em seguida, abriremos a segunda etapa da reunião deliberativa da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – A Presidência agradece a presença de todos e inicia, imediatamente, a segunda parte da nossa reunião, que, agora, tem caráter deliberativo.

Antes, gostaria de dar o informe de que, amanhã, nós realizaremos as 2ª e 3ª audiências públicas para debater o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). A primeira audiência será às 10h e a segunda audiência, às 14h, na sala 9 desta ala Alexandre Costa.

Há sobre a mesa os Requerimentos nºs 49 a 53, de autoria dos ilustres Senadores.

Indago aos Srs. Senadores presentes sobre a inclusão dos mencionados requerimentos como itens extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, estando todos os Senadores de acordo, incluímos os itens 49 a 53 como extrapauta na nossa reunião deliberativa. Aprovada a inclusão dos requerimentos.

Os requerimentos receberão os nºs 49, de autoria do Senador Hélio José; 50, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; 51, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; 52, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; e 53, de autoria da Senadora Simone Tebet.

Como o Senador Hélio José, autor do Requerimento nº 49, não está, a Senadora Simone Tebet irá subscrever o requerimento de S. Exª.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro convidar também a Dra. Virgínia Brancarense Lopes, Diretora da Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a Audiência Pública objeto do RDR 37/2015, de 19 de setembro de 2015, para debater as novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem – matéria sob exame do Tribunal de Contas da União na Representação nº 019.819/2014-5.

Autoria: Senadora Simone Tebet e outros

Passo a palavra à Senadora Simone Tebet, que subscreve o requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Com amparo nos termos regimentais, requeremos convidar requeiro também a Drª Virgínia Bracarense Lopes, Diretora da Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a audiência pública objeto do Requerimento nº 37/2015, de 19 de setembro de 2015, para debater as novas diretrizes do Ministério do Planejamento para a contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem – matéria sob exame do Tribunal de Contas da União na Representação nº 019.819/2014-5.

É o requerimento, Sr. Presidente, assinado pelo autor, Senador Hélio José, e subscrito por esta Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Uma vez lido o requerimento, colocamos em votação o requerimento, de autoria do Senador Hélio José, subscrito pela Senadora Simone Tebet.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 49.

Colocamos em votação o requerimento extrapauta do Senador...

Eu queria solicitar à assessoria técnica se nós podemos fazer em conjunto os três requerimentos haja vista que o Senador Randolfe Rodrigues já fez a leitura dos mesmos ainda na audiência pública.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Se todos os Senadores estiverem de acordo com a votação em globo dos Requerimentos nºs 50, 51 e 52, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a apreciação em conjunto.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Em aditamento ao RDR 45/2015, requeiro, nos termos dos artigos 90, inciso II e 93, inciso I e II, seja também convidado para participar da audiência pública objeto daquele Requerimento, aprovado na Sessão desta Comissão do dia 14 de outubro de 2015, tendo por objetivo instruir o relatório de avaliação da política nacional de saneamento básico:

- Heliana Kátia Tavares Campos – Diretora da Associação de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/DF.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 51, de 2015
- Não terminativo -

Em aditamento ao RDR 46/2015, requeiro, nos termos dos artigos 90, inciso II e 93, inciso I e II, sejam também convidados para participarem da audiência pública objeto daquele Requerimento, aprovado na Sessão desta Comissão do dia 14 de outubro de 2015, tendo por objetivo instruir o relatório de avaliação da política nacional de saneamento básico:
-Bartiria Perpétua Lima da Costa - Representante da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental
-Aparecido Hojaij – Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 52, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para, atendendo aos RDRs nº 10 e nº 28, de 2015, debater acerca do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e instruir o relatório de avaliação da política nacional de saneamento básico. Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados:
1) Fábio Giori Smarçaro – Secretário Nacional de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários;
2) Gilberto Carlos Cervinski – Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens MAB;
3) Dr. Luiz Roberto Santos Moraes – PhD, Professor Titular em Saneamento/Participante Especial do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da UFBA

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Passo a palavra ao ilustre Senador Randolfe Rodrigues, para fazer a defesa dos requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, como já foi dito, trata-se de três requerimentos com o seguinte objetivo. O primeiro deles é para a ampliação do debate sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico, do qual V. Exª me designou Relator. Para tanto, estamos adicionando ao requerimento a convocação da Drª Heliana Kátia Tavares Campos, Diretora da Associação de Engenharia Sanitária e Ambiental do Distrito Federal, com todo o currículo apresentado em relação a ela.

Também estamos propondo a inclusão ao debate de outras duas autoridades no assunto, a Srª Bartiria Perpétua Lima da Costa, representante da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, e o Sr. Aparecido Hojaij, Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, para a segunda ou terceira audiência que estão planejando.

Estou propondo uma quarta audiência convidando o Sr. Fábio Giori, Secretário Nacional de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários, o Sr. Gilberto Cervinski, membro da Coordenação Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens, e o Sr. Dr. Luiz Roberto Santos Moraes, Ph.D. Professor Titular em saneamento, participante especial do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

A proposta de inclusão deste, Sr. Presidente, é para nós ouvirmos as diferentes vertentes de pensamento sobre o saneamento básico hoje, no Brasil, e garantirmos a pluralidade de pensamento.

Havia a ausência, nas audiências anteriores, da participação da sociedade civil. Este defeito de origem, digamos assim, fica sanado com os nomes que acrescentamos para a segunda e a terceira audiência e com a proposta de uma quarta audiência sobre o Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico).

São esses, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Feita a leitura dos Requerimentos nº 50, 51 e 52, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, colocamos em votação os referidos requerimentos.

Os Senadores e as Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimentos aprovados.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 53, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater a formação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.

Para a referida audiência, sugiro convidar as seguintes autoridades, que estarão reunidas em Brasília no dia 11 de novembro de 2015, motivo pelo qual também pleiteio a realização da audiência pública nessa data:

1.Rodrigo Rollemberg – Governador do Distrito Federal (DF);

2.Marconi Perillo – Governador do Estado de Goiás (GO);

3.Reinaldo Azambuja – Governador do Estado do Mato Grosso do Sul (MS);

4.Pedro Taques – Governador do Estado do Mato Grosso (MT);

5.Confúcio Moura – Governador do Estado de Rondônia (RO);

6.Marcelo Miranda – Governador do Estado de Tocantins (TO).

Autoria: Senadora Simone Tebet

Concedo a palavra a Senadora Simone Tebet, para fazer a defesa do requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Como eu já havia dito anteriormente, se trata de uma solicitação dos Governadores desse consórcio interestadual, o primeiro do País, chamado Brasil Central.

Esse consórcio vai ter a sua próxima reunião, a sexta reunião, aqui em Brasília, DF, na semana que vem. No dia 10, terão uma agenda extensa de trabalho. Já assinaram o protocolo de intenções, vão visitar a sede, que vai ficar aqui em Brasília, do escritório do Brasil Central. E querem vir apresentar esse novo consórcio não só à Comissão de Desenvolvimento Regional, mas também ao Senado.

Então, o requerimento é justamente para convidá-los para uma audiência pública na semana que vem, com a aprovação dos nossos colegas Srs. Senadores e Srªs Senadoras, para que possa acontecer na quarta-feira, às 10 horas da manhã. E vão estar presentes todos os Governadores do Centro-Oeste, mais o Governador do Tocantins, Marcelo Miranda, e o Governador de Rondônia, Confúcio Moura.

Eu pediria, se for aprovado o requerimento, inclusive, Sr. Presidente, que a Comissão pudesse, através da Secretaria, comunicar essa audiência pública à Mesa Diretora, ao Presidente Renan, porque eu acredito que provavelmente ele vá querer estar presente e recepcioná-los.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos a participação da Senadora Simone e parabenizamos V. Exª pela iniciativa de propor uma reunião tão importante, com a presença de seis Governadores do nosso País aqui na nossa Comissão, engrandecendo o trabalho desta Comissão, com a participação de V. Exª e dos demais Senadores que aqui semanalmente fazem parte deste trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional.

E quero também anunciar aos Senadores que, diante de um acordo estabelecido com o Senador Hélio José, que teria, na quarta-feira da semana que vem, uma proposta de audiência pública para discutir a questão do Ministério do Planejamento, ele abriu mão da audiência pública da semana que vem em virtude da importância da participação dos Governadores, aproveitando uma data em que eles estarão em Brasília e, consequentemente, no dia seguinte poderão vir a esta Comissão.

Então, agradeço, publicamente, ao Senador Hélio José, a aquiescência de V. Exª de aceitar a sugestão, encaminhada pela Senadora Simone e pela Presidência da Comissão, de se alterar a data da audiência pública, que já havia sido aprovada, por meio de um requerimento de autoria do Senador Hélio José.

Portanto, fica alterada a data da audiência pública referente ao requerimento de Hélio José, para próxima quarta-feira, dia 18.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Dia 18, porque, no dia 11, será a audiência. Fica alterada a data da audiência do Senador Hélio José, com a sua permissão, para o dia 18 de novembro.

Coloco em votação o requerimento apresentado pela Senadora Simone, haja vista que já foi lido.

Em votação o Requerimento nº 53.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Já fica determinado, como data desta audiência do Requerimento nº 53, a próxima quarta-feira, 11 de novembro, às 10h da manhã, neste plenário ou em outro plenário que a Comissão entender, conforme a participação dos convidados e dos Governadores, sua assessoria, o próprio Presidente do Senado ou a Mesa Diretora deverá participar desta reunião. Então, a Comissão, tecnicamente, irá determinar o local mais adequado, para que se faça uma reunião produtiva, para o Senado, para os Governadores e para o Brasil.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se nós pudéssemos apenas, se a Mesa pudesse comunicar também todos os demais Senadores dos Estados do Centro-Oeste, Tocantins e Rondônia, porque, afinal, seus Governadores estarão aqui, e eles poderão querer fazer algum questionamento ou mesmo acompanhar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Solicito à Secretaria da Comissão que encaminhe documento noticiando aos Senadores dos respectivos Estados que queiram participar da audiência – Senadores do Distrito Federal, Senadores de Goiás, Senadores do Mato Grosso do Sul, Senadores do Mato Grosso, Senadores de Rondônia e Senadores do Tocantins –, para que possam estar informados da referida audiência.

Agradeço a presença de todos os Senadores e Senadoras. Parabenizo os Senadores e, principalmente, o Senador Ronaldo Caiado, pela proposição da referida audiência e do belo debate apresentado nesta sala.

A Presidência agradece a presença de todos os convidados, da imprensa, da sociedade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE NOVEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia cinco de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Dalírio Beber e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos 10/2015-CDR, 28/2015-CDR, 46/2015-CDR e 51/2015-CDR, com a finalidade de realizar a 2ª Audiência Pública que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), em atendimento ao artigo 96-B do RISF, com os seguintes temas: financiamento da universalização dos serviços de saneamento básico; e política tarifária dos serviços. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Ernesto Galindo, Coordenador de Estudos Setoriais Urbanos DIRUR/IPEA; Dante Ragazzi Pauli, Superintendente de Planejamento Integrado da Sabesp; Marcelo Teixeira, Assessor de Planejamento da Caesb, em representação à Maurício Luduvice, da Associação de Empresas de Saneamento Estaduais - Aesbe; Bartiria Perpétua Lima da Costa, representante da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental; e Aparecido Hojaij, Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae. Após a exposição dos convidados, usou da palavra o Senador Randolfe Rodrigues. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 34ª Reunião que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia a todos os servidores, à imprensa, à sociedade, aos convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Gostaria de fazer a leitura de alguns convites ou comunicados que chegaram a esta comissão. Gostaria, também, de lembrar aos membros da nossa Comissão que, em continuidade à avaliação da política pública de nossa Comissão, serão realizadas, ainda, mais duas audiências públicas para debater o tema. Teremos a próxima audiência hoje, às 14 horas, nesta mesma sala; e a última será no dia 12 de novembro, às 10 horas da manhã. Por isso, eu gostaria de reforçar o convite à assessoria dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, para que possam comunicar aos respectivos gabinetes a presença de todos nas referidas reuniões.

Entramos no expediente da nossa reunião. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da 2ª Audiência Pública que integra o Plano de Trabalho de Avaliação de política pública do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), em atendimento ao artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de debater os seguintes temas: financiamento da universalização dos serviços de saneamento básico e a política tarifária dos serviços.

Encontram-se presentes para a audiência pública os seguintes convidados, os quais já convido para compor a Mesa. Agradeço a ilustre presença: Sr. Ernesto Galindo, Coordenador de Estudos Setoriais Urbanos da Dirur/Ipea; Sr. Dante Ragazzi Pauli, Superintendente de Planejamento Integrado da Sabesp; Sr. Marcelo Teixeira, da Companhia Caesb; Srª Bartiria Perpétua Lima da Costa, representante da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental; Sr. Aparecido Hojaij, Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae).

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá até 15 minutos para fazer a sua exposição e, e, seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, e comunico que a ordem de inscrição já está sobre a mesa. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, gostaria de informar que a participação dos cidadãos em nossa audiência, será recebida nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal (www.senado.leg.br) e, também, pelo Alô Senado, telefone nº 0800-612211.

Concedo a palavra ao ilustre convidado o Sr. Ernesto Galindo, para fazer a sua exposição.

O SR. ERNESTO PEREIRA GALINDO – Bom dia a todos. Em nome do Presidente do Ipea, o nosso querido Jessé, e o nosso Diretor da área urbana, regional e ambiental, o Marco Costa, agradeço o convite e a transmissão da demanda para mim.

Eu, atualmente, sou o Coordenador de Estudos Setoriais e Urbanos do Ipea, lotado exatamente nessa coordenação de estudos regionais, urbanos e ambientais.

Bom, não vou me prolongar, vai ser uma apresentação bastante curta, com conceitos bastante gerais sobre saneamento básico, conforme a pauta: universalização, financiamento e tarifa.

Bom, só para explicar a demanda – não vou me delongar nisso –, houve duas demandas do Senado relacionadas à inclusão do tema saneamento no plano de trabalho de avaliação políticas públicas. A partir daí foi feito um convite para o Ipea, inclusive para as instituições presentes. E o Ipea recebeu um ofício, formalmente convidando-o no dia 15 de outubro.

Sobre essa demanda, como bem explicado, ela se sustentava em dois pontos: financiamento da universalização do serviço de saneamento básico e política tarifada do serviço. Vocês me permitam, por favor, subverter um pouco aqui a lógica, eu vou começar falando um pouco da questão do saneamento básico, do ponto de vista do marco legal. Falar um pouco da universalização do ponto de vista da situação, coisa bem rápida. Para, aí, colocar alguns dados sobre financiamento, sobre tarifa e sobre as competências, como estão distribuídas a regulação e as competências dentro dos Municípios.

Bom sobre os marcos legais nós temos diversos marcos, evidentemente, desde a nossa Constituição de 88, o Estatuto da Cidade, recentemente nós tivemos aprovado, neste ano, o Estatuto da Metrópole, e nas leis e normas relacionadas às áreas setoriais urbanas: nós temos a lei de saneamento, de 2007, temos resíduos sólidos de 2010 (no qual o Ipea teve bastante atuação na sua coordenação ambiental).

Bom, pegando o conceito do direito à cidade sustentável do Estatuto da Cidade, percebemos que um desses subdireitos – vamos dizer assim – seria o direito ao saneamento ambiental. E quando entramos em nossas normas e identificamos o que é o saneamento ambiental, ele inclui – *lato sensu* – tanto a questão de abastecimento de águas, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais e a própria limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Parece-me que a discussão aqui deve estar mais centrada na discussão hídrica, vamos dizer assim. Pelas próprias instituições presentes, talvez a questão dos resíduos sólidos não seja tanto o foco aqui desta discussão. Mas, para mostrar como o resíduo sólido tem uma diferenciação grande em relação àquelas outras questões de saneamento e abastecimento – que são consideradas como monopólios naturais, e daí existe uma relação vinculada a uma concessão, a uma regulação de apenas uma instituição em cada território ou instituições que trabalham com competências complementares, diferentemente do que acontece nos resíduos sólidos –, aqui um exemplo do que nós temos utilizado em alguns trabalhos do Ipea, que é a distribuição dos resíduos sólidos na Região Sul do País, que é uma das regiões que mais têm uma concentração desses resíduos. Em geral, essas construções, ou seja, os Municípios que recebem resíduos sólidos dos Municípios que produzem esses resíduos sólidos, em geral, no Brasil, não têm uma configuração tendendo muito a consórcios públicos. Ou seja, o arranjo federativo é mais frágil, é muito mais vinculado a contratos diretos.

Para vocês terem uma ideia, essa bola em vermelho que está aqui no Rio Grande do Sul, que é o Município de Minas do Leão, é um Município no Rio Grande do Sul – não sei se há algum Parlamentar aqui do Rio Grande do Sul – que tem 7,3 mil habitantes, mais ou menos. Ele recebe resíduos sólidos de mais de cem Municípios do Rio Grande do Sul. Na verdade, é o Município que mais recebe resíduos sólidos de forma indireta, que não seja ele que produz.

Perceba que ele alcança, inclusive, Municípios na fronteira quase de Santa Catarina, há muitas centenas de quilômetros de distância. E a lógica aqui é amarrada em relação a um contrato. Não se desenha – não se configura dessa forma – uma questão de monopólio natural. Por mais que você tenha, em determinadas cidades, lixões, aterros, outras configurações para receber essa produção de resíduos sólidos, na verdade você pode ter várias opções, ou seja, posso remeter meu lixo, a depender da capacidade de processamento desse lixo, para mais de um receptor, por exemplo.

Então, essas são características próprias que distinguem essa questão do resíduo sólido – uma das questões – da questão do saneamento, como em geral, no senso comum, as pessoas imaginam, que é apenas abastecimento e esgotamento.

Das diretrizes da política, nós temos uma série de diretrizes aqui apontadas, percebam que há coisas gerais: como a equidade social e territorial; desenvolvimento sustentável; adequação da regulação; uma série de questões. E há também questões vinculadas ao planejamento, como você pensar em um planejamento baseado nas bacias hidrográficas como unidades de referência, pensar na cooperação dos entes federados, ou seja, uma série de contribuições que a lei trouxe.

A lei também trata do Plano Nacional e dos Planos Regionais, indicando que eles têm que ser pensados a cada 20 anos, têm que ser avaliados anualmente, têm que haver uma compatibilidade deles com o PPA. Foi pensado, inicialmente, que essas revisões fossem até o primeiro trimestre, exatamente para conseguir incluir essas disposições dentro do PPA e garantir os recursos. E têm que ser compatíveis, evidentemente também, com um Plano de Recursos Hídricos.

O Plansab – que é um documento que foi elaborado pelo Governo Federal em conjunto com várias instituições – é um documento de referência muito importante – citado pela lei, obrigatoriamente ele deveria existir –, e ele trata de questões, faz um vasto diagnóstico sobre a questão do saneamento, e ele aponta, por exemplo, para a questão do déficit. Como é que você pensaria, calcularia esse déficit do ponto de vista do saneamento básico. Para além de, simplesmente, não existir o saneamento básico, ele cria variações indicando, também, situações em que você tem mais precariedade.

Você tem até acesso à água, pode até ter algum tipo de destino para os seus resíduos, mas é de uma forma precária. E, evidentemente, o ideal é você sempre chegar a um nível em que se tenha o acesso e que seja adequado.

Aqui, só para ilustrar um pouco para vocês, a diferença que temos quando se pensa o Brasil do ponto de vista urbano. Aqui são faixas de densidades populacionais. Evidentemente que as densidades populacionais se concentram mais no litoral, nas grandes cidades – São Paulo e Rio de Janeiro. E você percebe, claramente, que mais para o norte, principalmente, vão ocorrendo densidades muito mais baixas, características mais rurais, áreas de florestas, esse tipo de coisa.

Quando você analisa a questão dos indicadores – aqui é um indicador que o Ipea publicou há pouco tempo, o indicador aqui pretende ser um indicador um pouco mais avançado, um pouco mais preciso do que o IDH. O IDH – o IDH Municipal – é produzido desde a década de 90, pelo próprio Ipea. É o indicador do PNUD, mas é sempre o Ipea que calcula esse indicador nacionalmente, desde a década de 90. O Ipea novamente publicou, neste ano, o IDH, mas devido a vários questionamentos de pensar as diferenças que o Brasil tem tido, desenvolveu-se um outro indicador, que é o Índice de Vulnerabilidade Social. Ele se baseia, também, nos dados dos censos demográficos. Fizemos um retrospecto para 2000 e para 1991 também, além de 2010. E ele detalha um pouco mais, consegue diferenciar um pouco mais, ir um pouco além do que o IDH. Aqui as manchas, quanto mais vermelhas, mais precárias estão as situações do IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), e, quanto mais azul, melhor a situação. Ele mantém, evidentemente, aquela distinção clássica entre o Nordeste e o Norte, mas, no detalhe, ele diferencia muito mais, ou seja, tem muitas situações no IDH em que você percebe da mesma forma e que o IVS identifica como maneiras diferentes.

Está muito clara aqui a questão de São Paulo, se diferencia do Brasil todo, do próprio Sul e Sudeste do País. E há uma diferença clara, também, entre o Nordeste e o Norte – ainda que o Nordeste e o Norte se diferenciem do Centro-Sul do País. Nesses indicadores inclui-se a questão do saneamento, inclui-se a questão de renda, de educação. Inclui-se, também, algo que não estava incluído antes no IDH, que é a mobilidade urbana. Então, ele tem um pouco mais de detalhamento.

Bom, entrando na questão sobre o investimento, pegando dados do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) do Ministério das Cidades, você percebe que, na maior parte do País – isso é muito claro –, os investimentos realizados no serviço de saneamento são investimentos realizados pelo próprio prestador. Não significa que é com recurso próprio dele. Ele pode, evidentemente, receber recursos do próprio Estado, do Município, pegar financiamento e tal. Mas, no geral, há uma certa concentração. Ainda que este dado trate apenas de 2013 – e o ideal seria pegar toda a série histórica –, ele já dá uma noção de como essa concentração ocorre.

Aqui, um ponto específico – que é interessante também –, nem todos os Municípios, evidentemente, têm sistemas de esgotamento; nem todos – menos ainda – têm sistemas de tratamento desse esgoto; e nem todos – menos ainda – cobram pelo esgoto. Esse mapa aqui, com base no SNIS também, tem algumas lacunas, que são esses Municípios em cinza, e pode haver algumas falhas, mas dá uma ideia geral, mapeia os Municípios que cobram a taxa de esgoto. Então, perceba que você tem uma concentração muito forte na região Sudeste e Centro-Oeste, pegando Mato Grosso do Sul, que o diferencia do resto. E, evidentemente, no Norte você tem uma presença muito menor de Municípios que cobram essa taxa de esgoto.

Aqui o mapa está impedindo um pouco de ver a legenda. Aqui são as tarifas. Também com base no SNIS, você tem uma informação sobre a tarifa média por metro cúbico, ou seja, qual o valor médio cobrado por metro cúbico de uso. Quanto mais escuro maior é esse valor de metro cúbico. Há alguns valores aqui que, provavelmente, são distorções. Muito dificilmente é factível imaginar que se está cobrando R$30 por metro cúbico. Em geral, você trabalha nessas faixas de R$1, R$2 ou R$3 por metro cúbico.

Podem ser algumas falhas, mas, de qualquer forma, todas as manchas mais escuras são a partir de R$3 o metro cúbico. Percebam que há uma concentração forte no Centro-Oeste – em Goiás e no Distrito Federal – e, por incrível que pareça, não há o rebatimento que geralmente vemos na região de São Paulo, ele não se reflete no valor, pelo menos nesse valor médio, cobrado. O Sul tem valores mais altos e o Centro-Oeste também.

Bom, aqui eu vou pedir uma desculpa para vocês porque essa legenda ficou muito grande e não coube. Mas aqui é basicamente o seguinte, é um mapa identificando, também com base no SNIS, como é a configuração da prestação de serviços de saneamento em cada Município. Então, você tem situações em que a Administração Pública Direta que é responsável, é uma autarquia, há várias combinações. Em geral, essas combinações são em função de os Municípios estarem próximos de áreas de atuação de entidades estatais, de entidades que cobrem boa parte do País, um cuida da água, há uma discussão sobre a questão do esgoto, há algumas combinações. E você tem também, em verde, questões mais vinculadas a outras entidades que não sejam diretamente a Administração Pública: empresa privada e empresa pública, mas não Administração Pública Direta, organizações sociais, sociedades de economia mista.

E esses tons mais claros, tanto para o verde quanto para o lilás, são essas combinações. Então você percebe que há uma tendência – pelo menos em termos de distensão – de não ser uma atuação direta da questão da Administração Pública, de outras entidades, mas, nas principais, em grandes centros, há uma certa tendência, sim, de a Administração Pública estar presente, seja com instituições estaduais, seja com instituições municipais quando são grandes os Municípios do mesmo.

Bom, eu só queria trazer esses dados gerais para os senhores e colocar apenas alguns desafios que nós, no Ipea, identificamos. Vencer o preconceito no uso de registros administrativos...

(Soa a campainha.)

O SR. ERNESTO PEREIRA GALINDO – ... isso em várias áreas – já concluo – do Governo Federal acontece. Nós temos uma base de dados enorme de registros administrativos, mas existe um certo preconceito de se trabalhar com isso. E se fica só trabalhando com pesquisas domiciliares, dados do censo, que são importantes, mas esses dados são muito mais atualizados e vinculados muito mais às políticas públicas.

Atualizar e compatibilizar dados colhidos do Plansab – porque aquele texto foi escrito já há algum tempinho –, rever os cenários mais pessimistas do Plansab – eu acho que o cenário mais pessimista do Plansab ainda era muito otimista para o cenário que nós vamos viver a partir de agora; amadurecer a discussão tarifária, modelos regulatórios e imbróglios jurídicos – que nós sabemos que ocorre sobre isso; garantir financiamento e investimento nesses cenários menos favoráveis; manter e avançar conquistas alcançadas com os marcos legais; planejar, com enfoque territorial, mesmo que não necessariamente isso implique arranjos federativos, mas estar sempre mirando nisso.

Obrigado, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Nós agradecemos, também, a exposição de V. Sª. E convidamos agora, para usar da palavra, o Sr. Dante Ragazzi Pauli.

Eu gostaria de informar aos nossos convidados que, caso queiram, nós podemos, também, estender um pouco o prazo dos 15 minutos. É apenas uma questão regimental, mas estamos discutindo aqui um assunto muito importante para o nosso País e, com certeza, é uma oportunidade única de termos a presença dos senhores que têm grande conhecimento nessa área.

Então, podemos prorrogar um pouco o tempo dos senhores.

O SR. DANTE RAGAZZI PAULI – O.k., bom dia a todos. Senador Davi, muito obrigado pelo convite. Parabéns pela iniciativa. Cumprimento meus colegas de Mesa e trago o abraço do Presidente da Sabesp, Dr. Jerson Kelman, que não pode estar presente e é sempre complicado para mim representá-lo, mas vamos tentando – ele é fera mesmo! Vamos lá.

Então, vamos falar um pouco do financiamento e da universalização. E eu vou trazer mais a visão do que a Sabesp tem feito, mas, também, não deixando de fazer alguns comentários sobre o cenário brasileiro.

Bom, essa é a área de atuação da Sabesp. A Sabesp é uma empresa pública, majoritariamente pública, mas com ações no mercado – Bolsa de São Paulo e de Nova York –, 50,3% das ações nas mãos do Governo do Estado. Dos 644 Municípios que temos em São Paulo, nós atuamos em 364, atendendo a 25 milhões de habi-

tantes – se considerarmos mais 3 milhões que abastecemos, mas, de forma indireta, vendendo água no atacado, são 28 milhões de habitantes.

Então, todas essas manchas aqui – a não ser onde é branco – são Municípios em que a Sabesp opera. E, fora isso também, há algumas parcerias com o setor privado. Uma delas que ficou bem conhecida é a do Aquapolo: que é a primeira grande estação de reúso de água.

Aqui nossos índices, na água nós tendemos à universalização. A coleta de esgotos que vinha sendo, nos últimos anos, a grande meta e o grande nível de investimentos, como veremos, atinge 85% e, deste total coletado, 77% vão para tratamento. Percebemos um grande salto aqui.

Muitas vezes falamos da Sabesp, eu tomo o cuidado de não parecer arrogante. Porque é uma grande empresa mesmo, acho que é a 4ª, hoje em dia, do mundo. Mas eu quero só salientar para vocês que, na década de 90, a Sabesp estava falida. Ela era uma empresa que estava absolutamente quebrada, com dívidas quase que inadministráveis, mas eu quero, logo de cara, Senador, dizer da participação e da importância não só do Governo Federal – em quem nós normalmente jogamos toda a culpa –, mas da participação do Governo Estadual na reconstrução da Sabesp. Eu acho que as companhias estaduais tiveram e têm um papel muito importante pelo seu poder de escala, mas há muitas delas quebradas. Todos os Estados têm uma companhia estadual, mas o apoio do Governo é fundamental, já que, em nosso caso, ele é o acionista, porque a Sabesp também foi uma empresa à beira da falência há 20 anos. Então eu quero deixar isso muito claro.

Bom, aqui esse é o quadro do Brasil, que reflete um pouco o que o Ernesto já falou. Aqui é o ano de 2013, é a última edição do SNIS, e foram investidos 10 bilhões no Brasil. E aqui nós temos – esse é um quadro, exatamente copiado do SNIS –, percebemos que grande parte dos investimentos estão na Região Sudeste. E, como o Ernesto também falou, grande parte disso com recurso próprio. Há uma parcela de financiamento, aqui os onerosos, e, do total, 15% do investimento no Brasil é feito por recursos onerosos. É muito pouco. Então, o investimento de saneamento no Brasil é pífio! Quando falamos do Plansab, que estima em 508 bilhões para universalizar, 360 ou 370 bilhões em água e esgoto, estamos muito longe disso – e com uma crise, agora, que chegou e que precisamos ver. E, realmente Ernesto, olhar aqueles três cenários do Plansab, porque o mais otimista era padrão europeu. Você lembrou muito bem isso aí.

Bom, então a Sabesp tem feito investimentos altos – da ordem de 2,5 bilhões, nos últimos anos. Percebam, de dez bilhões, no Brasil, no último ano, 3,3 bilhões dentro de uma empresa: há algo errado no País! Isso teria que ser melhor equilibrado! É claro que o Estado de São Paulo é forte, mas o que queremos é uma distribuição mais uniforme no País. Vocês percebam, como eu tinha falado, que nos últimos anos o grande desafio era o esgotamento sanitário. Então, essa barrinha amarela era a parcela de esgoto e a azul a de água.

Uma coisa muito interessante – esse é um desafio, na verdade esta tela deveria estar mais à frente, mas não tem problema –, vocês reparem aqui, isso aqui é o volume faturado por ligação desde 1998. Olha o que vem acontecendo e olha a crise hídrica agora, como a população tem consumido menos água. Isso é um desafio para os operadores, sejam municipais, privados, estaduais, na água e no esgoto, isso aqui tem trazido reflexos muito sérios para a própria Sabesp.

Aqui eu trago, também, isso aqui era o Programa Tietê, que era um programa extremamente importante para a universalização do esgoto. Ele era o carro-chefe dos investimentos. Aliás, ele está aqui, é essa linha azul aqui, só que agora, com a com a crise de água, quer dizer, tivemos que dar uma retardada nos investimentos de esgoto e acelerar obras emergenciais no abastecimento de água. O programa de perda de uma forma mais equilibrada, é uma grande luta, e temos também outros programas importantes ao longo do Estado.

Então, eu não vou detalhar muito, é muito comum se falar que não se planejou. Na verdade, isso vem sendo feito há muito tempo, temos um programa específico para a Grande São Paulo, que vem desde 2006 – há dez anos – fazendo obras e intervenções que ampliaram em 13m^3 por segundo a capacidade de produção da Grande São Paulo. Então, é para isso ficar claro, porque sempre se fala: "Não planejou. Fez tudo errado". Não é bem assim.

Aqui são os oito grandes sistemas que abastecem a Grande São Paulo. O Cantareira, que fica aqui, é o que primeiro entrou em crise. Logo depois, quem o socorria muito era o Alto Tietê, que também está em crise. Então, a situação é muito grave, não só em São Paulo, mas em grande parte do Brasil.

Aqui é a disponibilidade hídrica que nós temos. A disponibilidade natural aqui é muito baixa. Temos que buscar água de longe. A água do Cantareira chega a vir de Minas Gerais. Então, temos essa disponibilidade, que é quase igual à capacidade de produção. Percebam que produzíamos, em média, 70 metros cúbicos e hoje estamos produzindo e distribuindo 52 metros cúbicos. É um corte violento aqui. Tentamos fazer isso da forma mais equilibrada possível, para que a população não sofra os impactos disso. Não é fácil.

Aqui é a situação do Cantareira. Reparamos aqui que a mínima histórica é essa linha vermelha. No período de 2014, ficamos, durante um grande período, abaixo da mínima histórica. Estou falando das vazões que chegam ao Sistema Cantareira, que têm tudo a ver com a chuva que cai. Então, a situação é realmente grave.

O ano de 2015 foi um pouquinho melhor. Aqui foi o início da crise, nessa linha verde. O ano passado foi um pouco melhor. Em outubro, estávamos muito otimistas, mas também já ficamos abaixo da média. Vamos torcer para que chova. O Alto Tietê socorreu o Cantareira, mas ele também entrou em crise e também começou a apresentar linhas abaixo da mínima e da média.

Eu já falei que nós produzíamos em torno de 70 metros cúbicos e hoje estamos trabalhando com o 18 metros cúbicos,19 metros cúbicos a menos. Na verdade, há um programa muito sério, que é uma ação operacional de controlar pressão na rede, de otimizar principalmente à noite, evitando, ao máximo, o rodízio, que não implantamos até hoje. Há o programa de bônus, que tem um pouco do... Eu vou falar um pouco da tarifa. Isso também impactou muito hoje na Sabesp. E também acabamos reduzindo a vazão distribuída para os Municípios que compram água no atacado.

Aqui é só para mostrar as principais obras. Essas, em amarelo, são todas emergenciais, para que aportemos mais água, principalmente para o Alto Tietê, que está aqui, e para o Cantareira, que é uma obra também que deu muita polêmica, do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira.

As ações previstas. No sistema de esgotamento sanitário, na Grande São Paulo, são cinco grandes estações. Barueri é a maior delas, agora tendo uma ampliação muito forte. O Tietê, que é um programa muito importante, está hoje na sua terceira etapa. Então, na primeira e segunda etapas, conseguimos e, na terceira, também.

Vejam como a quantidade de esgoto que vai para tratamento aumentou nas últimas décadas. É um programa muito importante, com muitos recursos. O grande agente financeiro é o BID, o Banco Interamericano. Fica clara também, gente, outra coisa que muito se fala que só a Sabesp ou só um operador de esgoto vai melhorar a condição de um rio. Não é verdade. Temos, sim, que tirar esgoto e que tratar esgoto, mas há a questão do lixo, a carga difusa, a participação da população... E foi assim no Tâmisa, no Sena, que sempre são referências para nós, mas são situações muito diferentes. Porém, estamos na luta.

Faltou um quadrinho da terceira etapa, mas hoje há a quarta etapa também, com recurso da Caixa. Quer dizer, são obras que começam a ser projetadas. E já há algumas da quarta etapa em execução.

Aqui é a mancha dos coletores na Grande São Paulo.

A mesma coisa vale para a Baixada Santista, que é área que tem 1,5 milhão de pessoas fixas, mas, na temporada, no fim de ano, isso dobra. Então, havia falta d'água. Lá hoje isso está bem equacionado, com obras e programas específicos para isso. Da mesma forma, o esgotamento sanitário, que tinha 50% de coleta e hoje já tem 95%, com grande parte indo para tratamento.

Nesse período de 2011 – reparem aqui –, de 2011 a 2014, foram construídas, no interior do Estado, 70 estações de tratamento, mais 30 estão em construção e mais algumas em contratação. Por isso, falamos que, de fato, tende à universalização. Porém, é difícil, hoje em dia, especificar a data.

Indicadores de perda: um pontinho ao ano. Vão falar: "É pouco". É o padrão de Tóquio, que sempre temos como referência. Tóquio caiu um ponto por cento ao ano. Tóquio tinha 80% de perda, Senador. Com muito dinheiro, em 60, 70 anos, eles foram... Eu não estou comparando São Paulo e Brasil a Tóquio e Japão. Falamos: "Ah, tem que ser igual a Tóquio". Não e fácil ser igual a Tóquio. O que importa é ter uma tendência de queda, como, aliás, segundo o SNIS, também temos no Brasil. Isso é bom.

Esse quadro mostra, então, os principais parceiros. Boa parcela é de recurso próprio, mas aqui há participação da Caixa, do BNDES, do Banco Mundial, de um banco japonês, o Jica, e do BID, que são os grandes agentes financeiros.

Reparem aqui como esse valor médio pulou 11 vezes do ano de 2006 para os dias atuais. Então, isso é muito importante, mas aí é que está: é uma empresa que tem capacidade de se endividar. Isso não ocorre nos Municípios e em muitas empresas que estão muito deficitárias, em situação muito ruim. Este é o problema do Brasil: você tem uma Sabesp, uma Copasa, de Minas, a Caesb, daqui, de Brasília, uma Sanepar, e o resto não tem condição sequer, às vezes, de pedir um financiamento. Isso é muito complicado.

Aqui é o mesmo número em tabela. Depois vejam com calma.

Tarifa.

O Ernesto também mostrou de outra forma. Vocês reparem que São Paulo – aqui são números estaduais, que juntam companhia estadual, municipal, privada, etc –, se olharmos aqui, é a oitava tarifa do nosso Brasil. O Ernesto mostrou que a ideia que temos é de que é a maior tarifa, mas não é. Temos, aqui, o Rio Grande do Sul puxando a fila.

Eu queria chamar a atenção para isto aqui. Esse também é um quadro do SNIS. A tarifa média é a barrinha azul e a despesa é a vermelha. Vejam quantos Estados têm despesa maior que tarifa. Então, Senador, não

dá para trabalharmos dessa forma. Ele não arrecada nem para fazer o custeio. Como é que ele quer sobreviver? Então, esse quadro é meio drástico.

Na Sabesp, como em grande parte do Brasil, a tarifa é arcaica, tem que ser revisada. É uma tarifa que estabelece um mínimo, no nosso caso, de 10 metros cúbicos – eu acho que é assim em boa parte do Brasil –, e ela vai sendo escalonada. Ela cresce conforme cresce o consumo. Então, ela traz uma série de subsídios embutidos.

Na Sabesp, temos essas categorias: social, favela, normal, entidade de assistência social, comercial, etc.

(Soa a campainha.)

O SR. DANTE RAGAZZI PAULI – Aqui são essas faixas de consumo. Como eu falei, isso aqui se repete em várias companhias e Estados brasileiros. Há subsídios cruzados entre categorias, bloco de consumo. Isso é bastante confuso. Não que o subsídio não tenha que existir, mas ele tem que ser mais claramente definido e mais transparente.

Aqui é o bônus que deu desconto, com a crise, de até 30% na conta da água. Depois veio também o que chamamos de ônus ou tarifa de contingência, que chega a dobrar a conta. A população aderiu ao bônus. Essas três barrinhas devem dar perto de 80%. Elas têm uma redução na conta.

Desde 2007, por aí, foi criada a agência reguladora no Estado de São Paulo. Essa barrinha mais avermelhada é a inflação e aqui é o reajuste tarifário. Então, percebemos que, no acumulado, estamos perto de 8%. Aqui, em 2014, nós estamos perto de 8%, abaixo até da recomposição tarifária.

Como estamos falando aqui, pessoal, também de política tarifária, isso é muito confuso no Brasil. Tudo é novo, a lei é nova. As agências reguladoras começam a se proliferar de uma forma, na minha opinião, perigosa, porque, de novo, é legítimo que o Município tenha a sua agência, mas ele não vai ter escala. Se ele já tem despesa maior do que a tarifa e o Município ainda vai querer criar uma agência, é legítimo, mas tem que ser feito com cuidado, porque falta escala e depois nada roda.

Isso tudo é muito novo e, diferentemente da energia, da telecomunicação, do petróleo, não há uma agência reguladora federal para o saneamento. Então, nós temos 26 Estados e o Distrito Federal, e já há mais de 50 agências espalhadas pelo Brasil. Isso, a meu ver, não é bom.

Eu queria trazer esses dados bem breves para nossa reflexão, para debater e deixar claro, Senador, que o saneamento precisa muito da ajuda da Casa.

Conte conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradeço ao Dr. Dante.

Passamos, agora, a palavra ao Sr. Marcelo Teixeira.

O SR. MARCELO TEIXEIRA – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador!

Bom dia à Mesa!

Meu nome é Marcelo Teixeira e sou Assessor de Planejamento, Regulação e Humanização Empresarial da Caesb. Estou representando a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Aesbe, porque seu Presidente não pôde comparecer e porque o Presidente do Conselho Deliberativo, Maurício Luduvice, Presidente da Caesb, teve um compromisso de última hora e me pediu, então, para vir aqui representá-los.

Vou tentar atender um pouco essas questões que foram solicitadas a nós falando um pouco sobre essa parte de financiamentos e da questão de política tarifária para atender a universalização do saneamento. Vou tentar falar de uma forma mais geral, em vez de trazer coisas específicas da Caesb.

Nós vamos mostrar alguns exemplos da Caesb, mas, basicamente, vou tentar falar sobre financiamento de uma forma mais geral, tentando englobar todas as possibilidades que nós temos para o financiamento do setor de saneamento. Embora o dinheiro seja pouco, como o Dante colocou, há várias alternativas que podem ser feitas, mas, nem sempre, com acesso fácil a todos os operadores do sistema de saneamento.

Próximo, por favor.

Aqui são algumas fontes de recursos e financiamentos que tentamos levantar e que a Caesb usa, assim como a Sabesp e a maioria das empresas, quando há essa possibilidade.

A primeira é através da geração própria de recurso via tarifa, principalmente quando você tem um processo já regulado. Através de revisões tarifárias periódicas, é possível você colocar algum recurso para fazer investimentos nesse sentido ou remunerar alguns investimentos que foram feitos. A outra alternativa são as inversões diretas do Poder Público, via OGU, via Funasa, que são recursos menos onerosos. Vamos falar um pouco sobre eles também.

Cobrança pelo uso dos recursos hídricos e compensações ambientais. Geralmente, os comitês de bacias conseguem ter até alguns recursos quando já estão implementados, com respeito a comitês de bacias, etc. Eles conseguem gerar algum recurso pelo uso da água e aplicá-los também no saneamento.

Empréstimos de fundos públicos ou privados, que é o caso do FGTS, que é o grande financiador do setor; o FCO, que aqui, no Centro-Oeste, também usamos muito.

A desoneração de encargos fiscais e tributários, que é uma reivindicação já antiga do setor de saneamento, pode ter recursos a serem aplicados e financiamento de agências multilaterais e instituições de fomento, como o Banco Mundial, BID, BNDES, etc.

Vou falar um pouquinho sobre cada um desses para entendermos que a situação não é assim tão maravilhosa como quando olhamos à primeira vista. Você tem esses tipos de financiamento e nós ainda estamos reclamando de que não temos os recursos, é porque as coisas não são assim tão simples e tão fáceis para você acessar cada um deles.

Geração de caixa via tarifa. Isso depende de entendimentos com agências reguladoras para colocar esse custo na tarifa. Nós temos algumas empresas hoje que já estão dentro desse processo regulatório – a Sabesp, a Caesb, a Copasa, a Cesan – e que têm tido dificuldades com esse relacionamento com as agências reguladoras, para eles entenderem que as operadoras não podem bancar previamente um investimento, via tarifa, sem que isso esteja realmente caracterizado na tarifa para isso.

As agências entendem muito que elas podem depois ressarcir isso, mas eu não tenho dinheiro, na tarifa, para poder fazer esses investimentos. Então, para eu conseguir gerar isso em caixa depende muito do desempenho econômico-financeiro da empresa para a geração do caixa direcionado para esses investimentos – coisas que hoje não estão muito fáceis.

Nós temos um aumento estrondoso de um custo importante para o setor de saneamento, que é a energia elétrica. Temos uma variação grande do dólar. Produtos químicos geralmente estão sendo cotados em dólar. Então, essa questão do desempenho econômico-financeiro da empresa para gerar caixa, para gerar os investimentos, não é uma coisa hoje muito fácil para as empresas.

Além disso, muitas delas estão numa situação bastante desequilibrada em termos financeiros. O Dante mostrou um gráfico que mostra claramente que não se gera, em termos tarifários, os recursos necessários nem para você fazer o custeio dos seus serviços. Os Estados geralmente têm que bancar parte de serviço através de recursos do próprio Estado. Isso causa impacto no usuário final, com aumento de tarifas.

Se eu quiser entrar por essa linha de gerar investimentos para o setor via tarifa, os usuários finais vão ter que arcar com um recurso sobre isso. E isso pode levar ao aumento da inadimplência, dependendo da capacidade de absorção dos aumentos tarifários pelos usuários. Então, não adianta eu ficar aumentando tarifa o tempo todo, porque chega um momento em que o cara não consegue pagar.

Exemplo nosso, aqui, da Caesb: nós não tivemos problema nenhum aqui no Centro-Oeste com respeito à questão hídrica. Todos os nossos mananciais verteram, na época de chuva, e estão se recuperando da época de seca também muito bem, diferentemente de São Paulo, de Minas Gerais, etc. Mesmo assim, nós temos a ordem de 15% de redução de consumo de água da população abastecida pela Caesb. Por quê? Porque o pessoal segurou por causa da crise econômica, segurou por uma vasta campanha que houve, na mídia, por conta dessa crise hídrica nos outros Estados. O pessoal segurou. E segurar isso quer dizer menos tarifa para os mesmos custos que nós tínhamos anteriormente. Então, geração de caixa via tarifa para investimento não é fácil.

Inversões diretas do Poder Público são recursos não onerosos para as empresas e para os usuários finais. As agências gostam muito de dizer isto: "O investimento tem que ser feito pelo agente controlador". Entretanto, isso depende muito de negociações políticas para a liberação dos recursos, muita burocracia para ter acesso a esses recursos. O acesso é difícil, nos dias atuais, devido ao contingenciamento dos gastos dos governos Federal e estaduais. Então, não é um recurso que está facilmente disponível hoje.

Cobrança pelo uso de recursos hídricos e compensações ambientais também são recursos não onerosos para as empresas e para os usuários finais. Porém, dependem da existência de um comitê de bacia, da instalação de cobrança pelo uso da água, de instrumentos definidos na política de recursos hídricos. Não é em todo local que existe isso.

Via compensações ambientais, somente com o decorrer de implantação de grandes empreendimentos, como hidrelétricas. Por exemplo, a Hidrelétrica de Belo Monte subsidiou, com recursos, a construção de abastecimento de água e esgotamento sanitário de uma série de Municípios que são limítrofes e que foram impactados pela construção da hidrelétrica, e financiou através de compensações ambientais. Agora, estão lá os sistemas, quase todos já construídos, e as empresas não conseguem operar normalmente, porque falta isso, falta aquilo, falta aquilo outro, não têm ainda o pessoal contratado, etc. Existe muita concorrência por esse recurso, principalmente dos comitês de bacia das áreas que já estão com o sistema de cobrança de uso da água implantado.

Empréstimo de fundos públicos e privados, como eu falei, é o grande financiador do sistema de saneamento, principalmente através da Caixa Econômica e do FGTS. São recursos, às vezes, parcialmente onerosos para a empresa, geralmente 10/90, 50/50, dependendo do contrato que você vai assinar, mas é um processo muito lento, muito burocrático para você ter acesso a esses recursos. Geralmente, você se inscreve e daqui a dois anos vai ter realmente a liberação desses recursos. Requer projetos preexistentes, o que nem sempre é uma realidade. Você tem que apresentar um projeto feito. Geralmente, as empresas acabam apresentando um projeto qualquer, com um orçamento qualquer. Você corre todo esse processo e, dois anos depois, ele libera tantos milhões para você usar nesse investimento. Aí, o que acontece? Vai começar a fazer a obra, o projeto não está consistente com a situação da obra e começam a fazer aditivos. Esses aditivos são recursos de onde? O financiador não vai bancar os aditivos. Então, passam a ser recursos da própria operadora ou recurso do Estado, que vem para socorrer. Com isso, acaba havendo uma série de dificuldades, inclusive com o Tribunal de Contas. Isso é um problema hoje em dia.

A possibilidade de acesso depende das condições financeiras e econômicas do tomador de empréstimo também. Há empresas que não têm mais capacidade de pegar empréstimos. E aí tanto a CEF quanto o FGTS não liberam esses empréstimos por conta da saúde financeira dessas empresas. Também não são fáceis para todo mundo esses recursos.

Desoneração de encargos fiscais e tributários.

Esse é o grande sonho do setor de saneamento hoje em dia. É uma antiga reivindicação do setor, que é muito penalizado, é muito tributado em termos de Cofins, etc, de forma que esses tributos possam ser reutilizados em novos investimentos. Isso requer uma negociação política, com o Senado, com a Câmara, etc. Cabe forçar, fazer com que isso realmente passe a ocorrer. Essa é uma briga muito grande com o Poder Executivo, que não quer abrir mão dessa receita tributária. Atualmente, é difícil em face da situação do País, em face de toda essa crise fiscal que nós estamos vivendo.

Financiamento de agências multilaterais, instituições de fomento, etc.

Também são recursos parcialmente onerosos para a empresa. Também, às vezes, 80/20, 50/50. Agora, requerem autorização de agências reguladoras e do Governo Federal em caso de financiamento em moeda estrangeira. Não é toda empresa também que consegue ter acesso a isso.

Há disponibilidade de recursos. Hoje, o BID e o Bird estão loucos para emprestar. Só que é um financiamento caro, não é um financiamento barato. Ele requer uma proteção através de fundos de *hedge*, alguma coisa desse tipo, porque dólar ninguém sabe para onde vai. Então, é uma situação que precisa ter uma série de cuidados se você conseguir realmente captar um recurso através de uma agência multilateral dessas instituições de fomento. Além disso, ele requer um programa estruturado e com muitas exigências de controle. Então, não dá também para qualquer empresa fazer, porque eles são muito exigentes no processo de prestação de contas e muito exigentes no controle que você tem que ter para gastar esse recurso.

Então, o que está faltando? Como nós vamos resolver essa história? Eu tenho inúmeras vias para pegar recursos e eu não consigo ter acesso a esses recursos na verdade. Quando eu digo "eu", falo do setor de saneamento.

Eu preciso de bons projetos. As empresas projetistas estão desmobilizadas. As concessionárias não têm esses projetos prontos. É preciso que as empresas tenham capacidade econômico-financeira para tomar esses empréstimos. Então, isso tem que passar por uma reestruturação do próprio setor em termos de gestão realmente do setor de saneamento e da capacidade de as empresas gerenciarem esses recursos que receberam e transformá-los realmente em empreendimentos que sejam úteis para a sociedade e para a comunidade.

Há uma grande quantidade de obras que vemos paradas por todos os motivos que podemos imaginar, e não é um problema só de recursos. O PAC colocou muito recurso na mão das operadoras. Agora, vai ver qual é a execução do PAC! Então, é uma situação em que temos que pensar. Não basta simplesmente colocarmos recursos. Eu preciso de toda uma reformulação do setor de saneamento para que realmente se consiga fazer o recurso virar uma coisa concreta, de saúde, de benefício à saúde, à população, ao meio ambiente, etc. Então, o problema não é a falta de recursos, mas a capacidade de acesso e a gestão do recurso disponibilizado.

Sobre refinanciamento, era isso o que gostaria de comentar com vocês.

Sobre a questão de tarifa, a questão de política tarifária.

A política tarifária tem múltiplos objetivos. O serviço de saneamento hoje é uma atividade regulada, porque é um monopólio natural. Embora nem todos os seus Municípios e as concessionárias estejam hoje sob um processo de regulação efetivo, o que há de agência reguladora criada no País é impressionante. Fortaleza é regulada por duas agências: uma agência municipal e uma agência estadual. Imagine as outras cidades! A quantidade de Municípios que estão entendendo que devem criar agências reguladoras é uma coisa fenome-

nal. Todo dia você vê, nos diários oficiais, que foi criada uma agência numa cidade não sei onde. Não entendo para que tanta agência, mas há.

O serviço de saneamento tem externalidades positivas também, não só na questão do serviço de água e esgoto em si, mas também no meio ambiente e na saúde pública da população. Então, você tem, de um lado, objetivos sociais da política tarifária para promover o acesso universal – ou seja, todo mundo tem que ter a água que possa pagar por ela – e garantir um consumo mínimo de salubridade, principalmente o pessoal de baixa renda. E devem ser repartidos os custos de serviços através de todos os usuários, que é a questão dos subsídios. Esses são objetivos sociais de uma política tarifária.

Por outro lado, eu tenho os princípios da eficiência econômica preconizada pela Lei nº 11.445 também, que diz que eu tenho que incentivar o uso eficiente do recurso, que eu tenho que refletir os custos da prestação do serviço na política tarifária e que eu tenho que garantir, pela política tarifária, o equilíbrio econômico-financeiro da prestadora de serviço.

As empresas têm várias formas de fazer sua política tarifária e sua estrutura tarifária. Vou comparar dois aqui, que são os mais usados no País. Um que chamamos de consumo mínimo faturável, que é o que a Sabesp mencionou e que usa 10 metros cúbicos, que é o que a Caesb também usa, a questão de 10 metros cúbicos, e a outra, que é um custo fixo, em que a tarifa é considerada em duas partes.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO TEIXEIRA – Uma parte é a disponibilidade das instalações, e a outra parte é o custo variável, que é o que você consome realmente.

Se eu for analisar isso por esses três objetivos, nós vamos ver o seguinte: em termos de sustentabilidade, o consumo mínimo faturável possibilita um fluxo estável de receita para a prestadora, assim como o de custo fixo também possibilita. Na eficiência econômica, você começa, no consumo mínimo faturável de 10 metros cúbicos, a misturar os custos fixos com os custos variáveis. Isso aqui tem dado algum problema. O Ministério Público já está em cima disso. Ele já não está entendendo que, se você gasta 2 metros cúbicos, você tem que pagar 10 metros cúbicos. Principalmente as lojas comerciais, os blocos comerciais, etc, reclamam muito disso, porque eles têm um banheirinho, geralmente, dois ou três empregados...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO TEIXEIRA – ... e o uso de água por eles é muito pequeno, não chegando nem a 2 ou 3 metros cúbicos por mês, mas eles estão pagando 10 metros cúbicos, que é o consumo mínimo faturável. Então, isso aqui se torna uma coisa meio injusta. Eles estão, na verdade, subsidiando os residenciais.

Na questão de custo fixo, quando você trabalha a tarifa em duas partes, você aloca os custos fixos na cobrança mensal e o custo variável numa parcela volumétrica, pelo consumo que você utilizou. É mais justo você fazer isso.

Simplicidade e transparência, outros objetivos, não refletem, no custo mínimo faturável, adequadamente o custo da disponibilidade nem o que o consumidor consome, e isso gera uma confusão para ele. Na questão do custo fixo, ele sinaliza um custo fixo inerente à prestação. Na questão da acessibilidade, o mínimo faturável pode restringir o acesso ao recurso, enquanto que o custo fixo deve ser tal que não impeça o acesso ao uso do consumo mínimo de insalubridade.

Hoje, as empresas que eu tenho conhecido estão tentando migrar daqui para cá, até por força de questionamentos do Ministério Público também. Isso depende das agências reguladoras. A operadora, hoje, não pode fazer isso como fazia antes da Lei nº 11.445. A Lei nº 11.445 deu essa atribuição às agências reguladoras.

Vou falar um pouco sobre a necessidade básica de água para vermos essa questão de subsídio.

A Organização Mundial de Saúde e a ONU têm colocado que 100 litros por pessoa por dia é uma demanda típica domiciliar, é um consumo razoável. Esse volume engloba a água de beber, saneamento mínimo, subsistência mínima, etc.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO TEIXEIRA – Então, 100 litros por pessoa por dia parece ser um consumo adequado para atender às necessidades básicas da população.

Aqui é o exemplo de Brasília, que eu trouxe. O que eu vou subsidiar? Em termos de moradores por domicílio no DF, nós temos a ordem de 3,3. Sem rendimento, três; até um quarto de salário mínimo de rendimento, cinco pessoas por moradia; entre um quarto e metade do salário mínimo, quatro; e até metade do salário mí-

nimo, também quatro. Então, é razoável que pensemos em quatro pessoas por domicílio no Distrito Federal. Acho que é razoável. Há sempre um cunhado que chega de viagem que sobe um pouquinho esses 3,3.

Nós fizemos um cálculo para a agência reguladora de um consumo mensal por domicílio de 30 dias multiplicado por 4 habitantes multiplicado por 100 litros. Deu 12 metros cúbicos por domicílio por mês. Então, isso aqui seria o consumo básico que uma população normal, de quatro pessoas, poderia vir a consumir.

Por que isso é importante? Por causa disso aqui, exemplo de Brasília também. Quem subsidia quem nesse processo no Distrito Federal, que não é muito diferente do das outras cidades?

Aqui eu tenho a tarifa média por categoria.

Aqui, reais por metro cúbico como tarifa média.

Aqui, a classe residencial normal.

Aqui, a classe residencial popular, que é 25% a menos do que a residencial normal.

Aqui, pessoal de baixa renda.

Aqui, comercial.

Aqui, pública.

Aqui, industrial.

Você imagina o seguinte: residenciais são 82,6% do volume faturado na Caesb. São 94,5% das economias e respondem por 63% do faturamento. Os não residenciais – comercial, pública e industrial – são 17% do volume faturado, 5% das economias e respondem por 37% do faturamento da empresa. Então, as categorias não residenciais pagam uma tarifa média muito superior à tarifa média da empresa, que é da ordem de 4,69. Os usuários não residenciais, com 17% do volume faturado e 37% do faturamento, subsidiam os residenciais, com 83% do faturado e 63% do faturamento.

Mas o mais interessante é isto aqui.

Aqui está o consumo: de 0 a 10, de 11 a 15, de 16 a 25, de 26 a 35, de 36 a 50, e 50.

Lembrem-se de que lá eu falei de 12 metros cúbicos mensais. Essa estrutura tarifária está subsidiando também os que consomem de 16 a 25 e de 26 a 35 metros cúbicos. Ou seja, está subsidiando demais. O público, o comercial e o industrial estão subsidiando gente que não precisa ser subsidiada.

O que nós temos de proposta para uma política tarifária, que é o que nós temos tentado negociar com a agência reguladora local? Na questão do subsídio cruzado, é preciso haver uma necessidade de diferenciação dos usuários por categoria tarifária, residenciais e não residenciais. E baseia-se na presença de subsídios cruzados a favor da categoria residencial. Os subsídios não devem alcançar elevados patamares de consumo, acima de 12 metros cúbicos, porque, senão, eu estou subsidiando coisas a mais, estou subsidiando supérfluo, e, com isso, eu consigo reduzir um pouco a tarifa que está muito alta com respeito aos não residenciais.

O equilíbrio da estrutura de longo prazo tende a impedir o de usuários não residenciais, que, normalmente, subsidiam os demais. A sua fuga pode constituir um problema, porque a tarifa começa a subir muito e eles começam a ter alternativas de consumo, como um poço que é aberto sem ninguém saber, como uma captação de água que se faz sem ninguém saber, etc. E aí, quando você vai saber, você já teve um prejuízo enorme por causa disso.

A questão da tarifa residencial popular, pessoal de baixa renda, etc, precisa estar alinhada com os números e critérios do CadÚnico, que é esse sistema do Governo Federal que trabalha o Minha Casa, Minha Vida e essas coisas todas. Então, nessa questão do uso do CadÚnico, eu preciso estar alinhado com eles, porque eu não posso criar um outro sistema para dizer quem é pobre, quem deve ser subsidiado ou não. Vamos usar uma coisa já existente. Inclusive, administram razoavelmente bem essa questão da entrada e saída de pessoas do CadÚnico. Novamente, o subsídio não deve alcançar elevados patamares de consumo de 12 metros cúbicos.

Tarifa de esgoto é outra discussão aqui em cima do setor. Uma tarifa igual para água e esgoto pode causar distorção. Eu não sei se os custos são iguais ou não. Subsídios cruzados entre os dois sistemas existem numa série de Municípios e cidades, pois os custos inerentes ao sistema podem ser diferentes. Então, precisam ser identificados os custos reais dos dois serviços. Entretanto, quando você está dentro de um sistema regulado, em que há uma agência reguladora que está controlando essa questão de tarifa e você tem uma periodicidade de revisão tarifária, em que você avalia todos os custos da empresa, pouco importa o quanto ele vai pagar de esgoto. Por que pouco importa? Porque você trabalha com uma questão chamada remuneração requerida.

Essa remuneração requerida que a agência passa a calcular é quanto de dinheiro ela precisa ter para poder pagar os seus custeios e possíveis investimentos que ela entenda que são factíveis e que estão também remunerando a sua base de ativos. Então, essa discussão sobre se é 80, se é 60, se é 40, se é 100, num sistema desregulado, perde qualquer sentido. Nas empresas que não têm ainda regulação, é preciso haver uma definição realmente disso. Alguns cobram 60%. Outros cobram 100%.

Agora, tudo depende, na verdade, do custo de tratamento de esgoto, que é muito mais caro do que o tratamento de água para regiões com mananciais delicados, como aqui, no Distrito Federal. Aqui nós não temos mar. Aqui eu só tenho lagos: eu jogo no Lago Paranoá ou jogo no Lago Corumbá ou jogo no Lago Descoberto. Eu só tenho essas saídas para o esgoto, diferentemente de uma cidade litorânea, que pode fazer um emissário e jogar isso dentro do mar, logicamente, com todas as autorizações dos órgãos ambientais.

Progressividade no número de blocos da estrutura tarifária.

Progressividade é o seguinte: as empresas colocam essa progressividade para uma questão de inibir consumo. Então, a progressividade no número de blocos tarifários não pode ser nem muito alta, a ponto de incentivar o uso alternativo – ou seja, se é muito caro, ele vai buscar o uso alternativo sem você perceber –, nem muito leve, a ponto de possibilitar o desperdício. Calibrar esse ponto é um grande desafio.

Consumo mínimo faturável.

Devem ser definidos, de forma transparente, os custos fixos e variáveis. Os custos fixos devem ser remunerados por um valor que reflita a disponibilidade do sistema. Independentemente de quanto você consuma, você vai pagar X reais. Não X em metros cúbicos, mas X em reais. E os custos variáveis, pelo consumo de cada usuário. É uma forma mais justa de fazer.

Era isto que eu tinha para dizer.

Muito obrigado pela atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Obrigado, Marcelo Teixeira.

Passamos a palavra agora a Srª Bartiria Perpétua Lima da Costa.

A SRª BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar aqui o Senador Davi, por essa iniciativa – é de grande importância esta audiência –, e os nossos companheiros de Mesa. É importante ter aqui pelo menos uma mulher entre esses homens todos. Quase não viria uma mulher, mas um homem, o nosso coordenador da frente, que é o Edson, mas ele não pôde estar presente e me pediu para vir. Mas é importante sempre visualizar essa questão de gênero nesses debates. É algo que eu acho importante.

É muito importante esse debate, essa discussão sobre a questão do saneamento. Claro que hoje discutimos muito essa questão. A lei ainda é muito restrita. Apesar de muito importante para nós – a Lei do Saneamento foi uma grande conquista –, ela ainda trata especificamente do saneamento básico. Nós gostaríamos muito que ela tivesse avançado para o saneamento ambiental. Eu acho que ainda é nosso objetivo poder revê-la num próximo momento para que esse tema possa ser ampliado para a questão ambiental, para não tratar somente da questão do saneamento básico, porque não há só aquilo, só o esgoto, só a drenagem. Ela é muito mais do que isso. Então, a lei, para nós, foi uma grande conquista para o movimento social.

Antes de entrar no tema, desculpem-me dizer que não é Frente Nacional pelo Saneamento Básico, mas Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental.

A Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental é composta por várias entidades, movimentos populares, entidades do setor de saneamento.

Desde 1995, vimos nessa discussão, nesse grande debate sobre a questão da política de saneamento. Portanto, nós ajudamos muito nesse debate, na construção da lei, de toda a sua regulamentação e também da própria construção do Ministério das Cidades. Só conseguimos avançar porque também tivemos o avanço de ter o Ministério das Cidades, onde há hoje o conselho e também a câmara técnica. Eu sou Conselheira do Conselho das Cidades e também da Câmara Técnica de Saneamento, em que tivemos a oportunidade de debater e discutir essa política. E hoje há, de concreto, a lei e a sua regulamentação.

Quero dizer que, nesse debate que nos foi colocado aqui para discutir a questão do financiamento, é claro que, para nós dos movimentos populares, vamos discutir financiamento. Antes de ver os setores discutindo, há muito mais argumento, há muito mais necessidade e há muito mais conteúdo dentro dessa discussão.

Nós gostaríamos de levantar algumas questões que vimos discutindo e que estão dentro do Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plansab. Discutimos o que era necessidade de investimento, qual o tempo, suas metas e o período para atender as necessidades, haja vista que nós temos um déficit muito grande, haja vista que nós ficamos muitos anos atrasados com os investimentos.

Os investimentos no setor não eram focados nas necessidades ou nas prioridades. Eram de acordo com... Digamos, vamos fazer o serviço. Faziam duas ou três vezes. Nós sabemos como é. Parecia que saneamento era só fazer o asfalto e asfaltar as ruas para dar um entendimento de saneamento. Nós sabemos que saneamento é muito mais do que isso. Asfaltar a rua deve ser o último momento. Primeiro, é preciso fazer a drenagem, o tratamento, que não existe. Hoje, o maior déficit que nós temos é o do tratamento da água e do esgoto. Nós sabemos disso.

Nós avançamos bastante. Quero dizer que houve bastante investimento durante esses 12 anos, principalmente depois que há o plano, a necessidade de ter bons projetos, os investimentos tanto do PAC 1 e do PAC 2 quanto do Minha Casa, Minha Vida e de todos esses projetos. Vimos colocando a necessidade de focar no investimento da questão do saneamento, mas uma das discussões que não se trata ainda com qualidade, que não se atendeu ainda e não se avançou foi nessa questão do tratamento. Essa é uma das questões em que precisamos avançar e precisamos nos atentar e ter investimentos realmente para essa questão, porque a qualidade da água está nessa questão também do tratamento, do esgotamento.

Nós sabemos como estão os nossos rios, como são as nossas bacias, como é que deixamos de fazer, de tratar. E hoje não há rios, há grandes valões a céu aberto cheios de esgoto que ainda não conseguimos tratar. Isto é muito sério no nosso País. Isto é muito sério no Brasil. Eu acho que olhar isso é muito importante, Senador, porque temos um passivo que, apesar de os novos projetos já pensarem no tratamento, pensarem no investimento, darem melhor qualidade para isso, não está sendo visto. O passivo precisa ser olhado para se saber como atender e como investir para que não haja um Rio Tietê, uma Baía de Guanabara, os rios da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro e de outras regiões do País. Nós sabemos muito bem como é essa questão do saneamento e por que se deixou de investir tanto. Temos esse passivo. Por mais que tenhamos avançado, ainda há muito a avançar nessa questão dos investimentos.

Nessa discussão de metas e financiamento, temos discutido bastante. Nós da frente, que também estamos na Câmara Técnica, vimos ajudando nessa discussão. Então, há necessidade de investimento para esse setor na questão de água, esgoto, resíduo sólido, drenagem e para a própria gestão. De 2014 a 2033... E aí perguntamos por que 2033, se não podemos antecipar. Precisamos de 508 bilhões para chegarmos e avançarmos.

Aqui está um companheiro que fazia parte do comitê em que vínhamos discutindo isso. Colocamos até 2033. Pergunto aqui: por que não pegamos essa escala e a diminuímos? Acho que chegar até 2033 talvez, pela necessidade, está muito longe. Acho que poderíamos muito bem... Como temos mais recursos para isso? Como é que investimos? Aqui há todos os dados de água, todos os dados de esgoto. Isso já está no SNIS. Esses são dados que discutimos, na Câmara Técnica do Saneamento, e que também fazem parte do debate do PPA.

O PPA também tem um papel fundamental. Portanto, é importante que o que nós colocamos no PPA e que tem aprovação nesta Casa também, que passa por todo esse processo, possa descontingenciar esse recurso, possa também olhar a importância desse financiamento que está dado.

Alguns companheiros colocaram aqui as dificuldades que têm de buscar o recurso, de acessar os recursos. Não é nem o excesso. É como fazer bons projetos. Nós sabemos que há uma dificuldade muito grande, Senador. Quando começamos a discutir a questão do plano nacional e fomos aos Municípios dizer que é importante haver os planos municipais, o que é um grande desafio para nós, nós percebemos que a maioria dos Municípios não tinha a capacidade técnica de fazer um projeto para elaborar os seus planos.

Tem que haver investimento para isso, não só para o investimento na questão de obras, de execução de grandes obras, o que eu acho até que avançou, mas está nessa capacidade realmente de elaboração de projetos, de coisas que não venham fazer, projetos que não sejam viáveis ou projetos que não vão atender a nossa população, projetos que não vão atender a nossa comunidade, porque nós somos contra a privatização. Por isso, queremos o investimento público. A questão privada tem que ter um olhar muito regulador, porque atende onde pode haver resultado. Onde não há resultado, não há o atendimento desses serviços. E aí é o Poder Público, é a gestão municipal, porque está no Município.

Municípios que não têm capacidade de fazer planos municipais não tiveram capacidade de buscar recursos no Ministério das Cidades, que tem recurso para fazer a elaboração de planos, por não terem capacidade de elaborar seus planos. E fizeram um "copiar/colar". Sabe o que é "copiar/colar"? É pegar de outro Município que fez mais ou menos e não tirar nem o nome. Assim nós vimos, em muitos momentos, os planos municipais, seja de habitação, seja de saneamento. Agora, no de mobilidade urbana, também vai haver essa mesma situação.

Eu acho que precisamos pensar melhor como é que se dão esses investimentos e que não sejam investimentos que não venham a dar resultado. Portanto, há, nessa questão, o olhar que acha que dar resultado é privatizar os serviços e deixar sucateadas, cada vez mais, as empresas, as companhias que têm o seu papel, que nós achamos que são importantes desde que façam uma boa gestão. Eu acho que elas têm que ser recuperadas com uma boa gestão, recuperadas para que elas realmente possam prestar um serviço de qualidade e possam ter a gestão compartilhada. Eu acho que isso também é um grande desafio.

Por que não investimos na questão compartilhada de gestão e não privatizamos? Não precisa. Você pode muito bem trabalhar com uma gestão compartilhada, com os consórcios que estão aí, para poder também ajudar nesse processo, que é a questão de Municípios da Baixada Santista, de São Paulo, do Rio de Janeiro, que podem se juntar para fazer uma boa gestão e compartilhar os serviços. Nós temos grandes desafios para

trabalhar essa questão do investimento e também avançar e dar uma melhor qualidade de vida e desses serviços para a nossa população.

Quero dizer que para nós o saneamento é tão ou mais importante para poder resolver o problema da saúde. Eu acho que as pessoas querem investir muito em construir casas e construir hospitais e mais hospitais. Investem nesse serviço e não investem na prevenção. Saneamento é prevenção, é saúde, é qualidade de vida. Quando você pensa nisso e investe mais na prevenção, que é o saneamento, você está diminuindo as filas nos hospitais, porque você está dando saúde para essas pessoas.

(Soa a campainha.)

A SRª BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA – Hoje, o nosso maior problema é que, com a questão da qualidade da água, temos problemas de saúde; com a questão da falta de saneamento nos nossos bairros, que ainda é um grande número, há um déficit muito grande, também temos problemas de saúde. Há locais, companheiros, em que ainda há retorno, na maioria. Impermeabilizaram todos os nossos bairros, porque acham que é isso que resolve o problema. Vão impermeabilizando sem ter noção de como se trata essa questão da drenagem, da micro e da macro. Você vai impermeabilizando e há o retorno. Há unidades de saúde que têm retorno de esgoto para dentro dela. Isso é uma questão de saúde. Vai para dentro das suas casas.

Na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, há retorno de todos aqueles rios para dentro das casas. A situação é assim. Então, acho que nós precisamos pensar nisso para realmente enfrentar e resolver, porque eu acho que estamos num caminho bom. Acho que, mesmo com essa crise... Ainda bem que houve bastante investimento, mas essa crise não pode ser impedimento para haver recursos para as políticas importantes, como é o caso do saneamento. Não pode contingenciar, não pode cortar, não se pode dizer... Ela tem que ser vista com um olhar diferenciado.

As políticas públicas não podem sofrer as consequências de crise. Pague quem tem condições de pagar. Por isso, nós somos favoráveis à taxação das grandes fortunas. Eu tenho certeza de que esses recursos podem reverter para ajudar nessas situações, principalmente no momento que nós estamos vivenciando, por que nós estamos passando neste País.

Eu acho que esses desafios... Precisamos ter esses recursos e investir no que está colocado como necessidade de investimento dentro das suas metas, dentro desse período. Ponho aqui um desafio, Senador: por que não discutir que vençamos isso antes do 2033? Acho que esse seria um dos pontos importantes, porque eu acho que não é tão difícil a gente com toda a situação, conseguir os 508 bilhões. Poderíamos resolver em grande parte ou sanar, que é o que está aí colocado, o problema do saneamento no nosso País se pudermos diminuir esse prazo e não esperar até 2033 para termos esse resultado.

(Soa a campainha.)

A SRª BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA – Também foi pedido para falarmos aqui da tarifa.

Eu pendo mais pela tarifa social. Na lei, não conseguimos trabalhar bem isso. Ela foi colocada, mas há uma dificuldade, tanto do setor quanto do Governo, de realmente enfrentar esse debate e discutir.

Eu acho que não pode ser pontual, de uma empresa ou de outra, ou de uma agência, como a Caesb apresentou aqui, que traz uma boa proposta de debate, mas que não pode ficar aqui para o DF. Deve ser uma proposta que deva estar incluída para o debate dessa questão nacional, de uma tarifa que tenha que ser para o País.

Acho que o CadÚnico é importante. Acho que as famílias que estão no CadÚnico do Bolsa Família devem ser famílias que não podem deixar de ter água, de ter serviço. Elas têm que ser atendidas. Essa é a chamada tarifa social, que ela não tenha necessidade de pagar.

Essa questão de São Paulo foi cruel. E me desculpem os companheiros que foram colegas de debate e o Presidente, que conheço há muitos anos, mas a falta de planejamento foi muito grande, porque não é questão de falta de chuvas. Penalizar a comunidade com bônus é cruel. Como ficam as famílias de baixa renda? Essas não têm água. Essas são questões que precisamos aprofundar no debate, porque a gente não deu conta quando discutimos a lei, porque há essas dificuldades.

Qual é o subsídio? Qual é a quantidade de água de que as pessoas não podem prescindir? Tem que ser estabelecido. Água é qualidade de vida. Água é direito. Você não pode dizer que, se a pessoa não pagou, ela não vai ter. Que negócio é esse? É uma questão de saúde, é uma questão de vida. Você não fica sem tomar água. Como vai se dar essa situação se não enfrentarmos esse debate sobre a questão da tarifa? E, para mim, tem que estar muito bem colocada e muito bem definida essa questão da tarifa social, que, para nós, é importante, porque a nossa população que vive na periferia...

(Soa a campainha.)

A SRª BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA – ... é de pessoas que têm menos acesso à água, pois a água nem chega às suas casas. Estamos em 2015 e ainda há lugar a que a água não chega neste País. Isto sem se falar de São Paulo, que, por causa da crise, o que é uma vergonha total, não tem água. Imaginem outros lugares que têm, que ficam até próximos... Há companhias, como a própria Cedae, no Rio de Janeiro – e em várias outras cidades –, que, mesmo estando próximas, não fazem a ligação da sua água. Muitas vezes, a ligação é clandestina e até hoje não foi regularizada pela Cedae, até hoje não foi regularizada pela Cedae. E aí ocorre a situação da perda de água, que é outro grande problema.

Então, precisamos tratar muito bem essa situação, que passa um pouco por essa discussão para refletirmos. Acho que esse tipo de audiência é importante e não pode ficar só no Senado. Essa discussão tem que se dar na Câmara e nos Municípios.

Há prefeituras, há câmaras de vereadores que nem conhecem bem a lei, que não tratam bem a questão, que não discutem bem isso. A participação e o controle social ainda são muito precários nos nossos Municípios. Por quê? Porque a lei diz que tem que haver controle social, planos, participação da sociedade, mas você tem que ter um instrumento para isso.

(Soa a campainha.)

A SRª BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA – Onde é? Qual o órgão?Onde se discute isso? Nós não definimos na lei até o momento, mas entendemos que seria importante que fosse no Conselho das Cidades. Nós também estávamos também na construção, naquele momento, da própria lei, do próprio Conselho das Cidades. E há resoluções, hoje, do Conselho das Cidades para que todos os Municípios e Estados tenham o seu conselho para que ali se discuta e haja a participação e o envolvimento da sociedade nessa questão da elaboração dos planos, dos investimentos, das prioridades e aprovação.

Percebemos que, como não tínhamos isso muito bem definido, porque o Conselho ainda era muito novo, estabelecemos que os conselhos de saúde, ou algo mais próximo, poderiam discutir. E hoje é o Conselho da Saúde que mais discute.

(Soa a campainha.)

A SRª BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA – Mas ele não se atém especificamente. Apesar de ele ser forte na questão da prevenção – e o saneamento entra no Conselho de Saúde, que é o que ainda está respaldando, por uma pesquisa feita recentemente –, ele ainda é o espaço de participação, mas não de elaboração, porque ele elabora o seu plano de saúde e não elabora o plano de saneamento.

A prefeitura faz sem muita participação, passa pelo conselho ou dá ciência no Conselho de Saúde. Então, não existe ainda essa participação, esse controle, para que a sociedade possa se envolver para discutir melhor essa questão dos planos e a questão da participação e do controle social.

Considero que é de suma importância ajudarmos nesse processo para que possamos reverter toda essa problemática que temos no saneamento, que é algo fundamental e prioritário para o País, como é prioritário ter saúde, como é prioridade ter habitação digna, e ter habitação digna é ter esses serviços adequados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos à Srª Bartiria.

Passamos a palavra ao Sr. Aparecido Hojaij.

O SR. APARECIDO HOJAIJ – Cumprimento o Senador Davi, os companheiros de Mesa e todos os presentes.

Por falar depois de todos, temos que fazer uma mágica para não sermos repetitivos. Senão, acabamos ficando cansativos. Então, temos que fazer uma mágica para que as pessoas não se dispersem.

Quero agradecer, em nome da Assemae, o convite, Senador, e dizer da importância desse debate.

É fundamental discutirmos saneamento num momento em que o saneamento passa por uma situação extremamente complicada, e nós vimos isso na fala de todos que me antecederam.

Esse debate precisa acontecer realmente nesta Casa, e não só aqui, mas também na Câmara e em todas as outras casas de lei, porque saneamento é uma política de Estado. Como política de Estado, ele é uma política pública, e política pública não pode ser usada em benefício de determinados grupos, não pode gerar lucro para determinados grupos. Política pública tem que atender a toda a sociedade.

Então, por isso, é necessário abrirmos esse amplo debate do saneamento, porque vivemos um vazio de 20 anos, desde a extinção do Planasa. Aí, quando a Bartiria coloca a questão da qualidade dos projetos colocados pelo Marcelo e a falta de competência na execução e na realização dos planos de saneamento, não podemos nos esquecer desse vazio que vivemos, durante 20 anos, da extinção do Planasa até o Plansab, que entendo ser, hoje, o grande eixo, o grande norteador de todo o processo, de toda expansão do saneamento. Então, acho que esse vazio nos levou a isso.

Quando aprovamos a 11.445 – e aí foi um erro do setor -, nós entendemos que os nossos problemas estavam resolvidos, mas foi aí que começaram os nossos problemas, foi aí que começou em pauta uma coisa de extrema importância que é o planejamento, a capacidade de planejar, para que atinjamos a tão sonhada universalização do setor de saneamento.

A Assemae, para aqueles que não a conhecem, é uma organização não governamental sem fins lucrativos que foi criada em 1984 com a finalidade da defesa da gestão pública do saneamento, principalmente daqueles que não aderiram às companhias estaduais.

Os Municípios ficaram à deriva durante o processo do Planasa. Aqueles que não foram para as companhias estaduais, por questão de opção, resolveram manter os seus serviços, resolveram prestar os serviços através de uma autarquia ou através de um departamento.

A Assemae, então, surge nessa necessidade dos próprios operadores, que se organizaram, criaram uma organização para capacitação, para discussão política, enfim, para tentar regrar aquilo que vivia solto e estava solto.

A Assemae nesse período cresceu, evoluiu e hoje temos participado ativamente do debate nacional. Tivemos uma boa participação na construção da política, na política de saneamento, na política de resíduos, enfim, temos participado ativamente do cenário, temos assento no Conselho das Cidades, estamos no GT municipalista, no GT de acompanhamento do Plansab, estamos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em diversos comitês de bacia. Enfim, a Assemae atua diretamente nessas questões.

Temos 13 regionais no Brasil: a Norte, a Centro-Oeste, a Espírito Santo, a Minas, quatro regionais no Nordeste, a Paraná, a Rio de Janeiro, a Rio Grande do Sul, a Santa Catarina e a São Paulo. Essa é a configuração da Assemae, até porque temos, no País, 75% do serviço prestado pelas companhias estaduais e o que resta é dividido entre autarquias, sociedades de economia mista municipal e algumas empresas do setor privado.

Já foi dito o que é o saneamento e qual a sua definição. Não vou repetir essa questão.

A importância do saneamento tem uma relação muito grande com o desenvolvimento social, com o desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento cultural, enfim, o saneamento faz parte de todo o processo da nossa vida e de todo o desenvolvimento de um Município de uma região.

Temos uma situação muito ruim da questão do saneamento. Uma em cada três pessoas, ou seja, 2,4 bilhões de cidadãos do Planeta, não possui saneamento básico, incluindo 946 milhões de pessoas que defecam ao ar livre. Ou seja, se você não tem banheiro, é porque não tem rede de água e não tem rede de esgoto, uma situação de extrema miséria.

A falta de progresso no saneamento, então, ameaça enfraquecer a sobrevivência infantil e os benefícios para saúde, ambos conquistados com um melhor acesso à questão da água potável.

Esses são dados da Unicef, são dados da Organização Mundial de Saúde.

No Brasil, não podemos negar alguns avanços que tivemos. A situação não é aquela radiografia tão triste mostrada por determinados institutos, principalmente pelo Trata Brasil, que pega os dados do SNIS, tira tudo aquilo que é bom e coloca tudo o que é ruim e coloca para sociedade como se vivêssemos no pior dos mundos. Na realidade, tivemos alguns avanços e precisamos também aprender a defender esses avanços e, naquilo que não avançamos, buscar realmente a universalização.

Temos acesso à água potável, em uma média, para 82% da população, temos coleta de esgoto – um quadro não tão satisfatório – para 48%, mas o nosso grande desafio está na questão dos resíduos sólidos. São três milhões de pessoas sem serviços de coleta regular de resíduos. O Brasil é o quinto maior gerador de resíduos sólidos do mundo, até porque a questão dos resíduos sólidos ficou, por um determinado tempo, sem nenhuma regra, sem nenhuma definição, sem responsável pelo processo e com todo o ônus e a responsabilidade jogados em cima dos Municípios, responsáveis por fazer coleta, por operar aterro, por fazer logística reversa. Enfim, chegamos a uma situação de extremo caos.

Portanto, a partir de 2010, com aprovação da política de resíduos sólidos, tentamos regrar isso e tentamos pelo menos avançar nesses patamares.

Entrando na questão de saneamento, nós temos aí uma média muito alta de consumo, de 166 litros. Isso é acima daquilo que é preconizado pela ONU, que é uma média de 100 litros. No Brasil, temos uma média de 166 litros, sendo que o maior consumo está na Região Sudeste.

A importância do saneamento para o País.

O saneamento gerou 727 mil empregos diretos e indiretos no Brasil. Veja a importância que o saneamento tem no desenvolvimento econômico do País.

Não dá para falarmos de política tarifária, para falarmos de política, se não falarmos do Plansab.

O Plansab é o grande marco que temos hoje das diretrizes do saneamento e foi uma luta da Assemae na defesa do Plansab, na construção do Plansab, que foi finalmente aprovado, em 2013, na Conferência Nacional das Cidades.

O Plansab é uma história que começou em 2008. Após a promulgação da 11.445, começa-se a discutir o Plansab, que faz toda uma radiografia do cenário brasileiro e das metas, aquilo que precisamos alcançar para universalização, mas ele só consegue ser regulamentado em 2013. Quer dizer, no início, tínhamos uma necessidade de investimento de 200 bilhões, mas ela acaba sendo, depois do seu processo de regulamentação, em 2013, de 508 bilhões. Ou seja, é mais um retrocesso no processo que leva a esse vazio, aliado ao vazio dos 20 anos do setor, quando ficou sem nenhum norte e sem nenhuma capacidade de produzir projetos e coisas de qualidade. Encontramos, então, mais um vazio, de 2008 até 2013, o que atrasou muito mais o processo de universalização do saneamento no País.

O Plansab é importante porque constitui o eixo central da política federal de saneamento. É ele que norteia todas as nossas ações, aquilo que precisamos atingir em meta de curto, médio e longo prazos. Ele define metas e estratégias para os próximos 20 anos, prevê os investimentos de 508 bilhões e tem algo muito interessante: as questões estruturais, que são as obras, e as questões estruturantes, que é o modelo de gestão. E é aí que eu acredito que devemos abrir o debate e avançar, nas questões estruturantes, ou seja, gestão, capacitação de pessoas, para conseguirmos universalizar.

Construir, levantar obras é fácil. O problema é administrar isso, é ter pessoas capacitadas para que aquilo realmente atinja o seu objetivo. E o Plansab traz claramente o grande número de estações de tratamento de água, de estações de tratamento de esgoto, aonde o esgoto não chega, aonde a água não chega, onde você não tem operador...

São Paulo fez um programa muito interessante – o Dante está aqui – que foi o Água Limpa, um projeto básico de estações de tratamento de esgoto para Municípios de até 30 mil habitantes. O prefeito desapropriava o terreno e o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo entregava um projeto semelhante para todos, uma construção de lagoa.

Quer dizer, desapropriar terreno é fácil, construir a lagoa é fácil. Hoje, depois de uma avaliação disso, percebemos lagoas assoreando, lagoas com mato crescendo. Por quê? Por razões estruturantes, por falta de pessoas, por falta de modelo de gestão, por falta de uma política até tarifária para manutenção dos próprios serviços, porque, na realidade, o saneamento tem aquela pecha de assistencialismo. O melhor serviço é aquele que tem a menor tarifa. A tarifa mais baixa é aquela que reflete o melhor serviço de tratamento. Então, o grande equívoco construído é basear o saneamento em cima do assistencialismo.

Avaliando, olhando essa questão dos 508 bilhões para universalizar o saneamento, a Confederação Nacional da Indústria traz o dado muito interessante de que nós não vamos universalizar até 2033, em função do ritmo com que essas coisas estão acontecendo, em função daquilo que foi dito aqui pelo Marcelo, dessa falta de qualidade de projeto e também da própria falta de investimento do Governo.

O Plansab prevê investimento de 508 bilhões. Ou seja, para se alcançar a meta, seria preciso investir 25 bilhões por ano. No entanto, os investimentos estão na casa de 10 milhões por ano.

Então, com esses 10 bilhões por ano, infelizmente, não conseguiremos atingir o processo de universalização. Por que isso não avança? Pela falta de qualidade de projetos, pela falta de qualidade de um modelo claro de gestão e pela falta, também, de liberar esses recursos que ficam parados em momento de crise. Quando se aventa um processo de crise, o setor de saneamento e o setor de infraestrutura são os primeiros a serem cortados, são os primeiros a serem prejudicados no processo.

O Plansab tem um grupo de monitoramento, de que a Assemae faz parte...

(Soa a campainha.)

O SR. APARECIDO HOJAIJ – ..., assim como o Governo Federal, com vários Ministérios, os órgãos colegiados e o Poder Público municipal e as organizações da sociedade civil, movimentos populares, enfim, que acompanham esse processo de implementação do Plansab.

Existem alguns desafios para implementação.

Instituir mecanismo de regulação e controle social.

É necessário que tenhamos esse processo, e é algo difícil, porque não fomos acostumados a discutir e debater com a sociedade.

Então, é necessário buscarmos junto com os diferentes atores quais os caminhos mais lógicos para atingirmos o processo.

Ampliar a capacidade técnica institucional das entidades reguladoras.

Nós não temos nenhuma tradição em regular serviço de saneamento. Nós temos muito bem regulado o setor elétrico, o setor de petróleo, mas qual é o modelo claro para regulação do saneamento? São as agências estaduais? São as agências municipais? São os consórcios? Qual é o modelo que realmente vai regular e fazer com que um serviço seja prestado com qualidade?

Então, é necessário que discutamos e busquemos um modelo regulatório para que o saneamento consiga ser regulado, para que consigamos realmente atender aquilo que está preconizado em todo processo de universalização.

Então, é preciso regularizar a prestação de serviços.

A elaboração dos planos municipais de saneamento.

Os planos municipais de saneamento não podem ser meros cumpridores de políticas. Ou seja, você tem que ter plano de saneamento para ter acesso a recurso financeiro. Não podemos ter essa visão de que o plano de saneamento só tem uma única finalidade: ter acesso a recurso financeiro. Ele é um instrumento de planejamento, ele é um instrumento de gestão. Portanto, ele tem que ser entendido como um instrumento de gestão. E, para que isso aconteça, é preciso haver o controle social. Ele precisa ser debatido, precisa ser discutido com a sociedade.

Melhorar a capacidade técnica e institucional dos prestadores de serviço.

Precisamos capacitar, entrar nas questões estruturantes do Plansab, capacitar operadores em gestão, em operação. Precisamos capacitar os Municípios a terem o mesmo padrão que as grandes companhias estaduais têm de saneamento. São Paulo precisa capacitar os seus Municípios autônomos a terem o mesmo padrão prestado pela Sabesp, para conseguirmos realmente levar água de qualidade e esgoto coletado a todo cidadão e a toda cidadã deste País.

Ampliar oferta do serviço de saneamento rural, que parece ser o grande diferencial nesse processo. Se não planejarmos o campo, se não planejarmos onde você tem as suas nascentes de água, como é que vamos planejar as cidades? Planejamos as cidades e nos esquecemos de planejar aonde temos os sistemas produtores. Então, é necessário investir. Quantas pessoas vivem no campo sem acesso a água de qualidade, a disposição adequada de resíduos sólidos e de esgoto, construindo uma fossa aqui e outra ali, mas esquecendo-se do grande processo de saúde que envolve e que afeta diretamente as cidades quando afeta o campo. Ao se afetar a saúde do campo, afeta-se a da cidade.

Melhorar a qualidade da prestação de serviços.

Reduzir perdas.

Perdemos, hoje, em torno de 50% daquilo que produzimos. Há regiões que perdem 60% do que produzem. Como podemos discutir escassez hídrica, enfrentar problema de crise hídrica no País se não temos um programa claro de investimento em contenção de perdas?

Agora, reduzir perdas não é apenas aplicar o programa, instalar válvula redutora de pressão, macromedidores, enfim... É preciso ter um programa, porque tem gente capacitada para isso. É preciso recurso para isso...

(Soa a campainha.)

O SR. APARECIDO HOJAIJ – ..., e nós não temos nenhum programa que nos remeta a uma capacitação técnica para os Municípios na questão de perdas.

É preciso haver uma política de recuperação na prestação dos serviços, discutir o novo modelo tarifário, recuperar economicamente os Municípios, para que eles consigam, de fato, ter capacidade de endividamento, para que eles consigam ter capacidade de investimento.

Aumento de produtividade e redução de custos. Quer dizer, investir em controle de perdas, em eficiência energética. Hoje, o custo com energia elétrica é o segundo componente da folha. Você tem a folha de pagamento como primeiro componente e depois você tem energia elétrica, representando um dos maiores. Em alguns lugares, se você for avaliar o processo global, passa até da questão da folha. Então, buscar uma eficiência energética para que tenhamos condição de reduzir custo, para termos uma prestação de serviço de qualidade.

É preciso melhorar a capacidade financeira dos prestadores de serviço, discutindo um novo modelo tarifário. É necessário que discutamos um novo modelo tarifário para as companhias e para os serviços autônomos e autárquicos.

É muito interessante a questão do saneamento e a importância do saneamento. Dados da Confederação Nacional da Indústria mostram que cada real investido em saneamento aumenta o PIB aumenta em 3,13, por causa dos efeitos diretos e indiretos em outros setores, como construção civil, comércio. Todo o processo acaba ganhando, não só a saúde, pois você tem aí um aumento significativo de dinheiro no mercado investindo em saneamento básico.

(Soa a campainha.)

O SR. APARECIDO HOJAIJ – Quais são os modelos de financiamento? Isso já foi colocado aqui. A cobrança direta aos usuários, ou seja, a tarifa, empréstimos, fundos especiais, compensações ambientais, desoneração de encargos fiscais e tributários. Acho que temos um grande debate. Existe um projeto do Senador Serra que trata da questão do PIS/Cofins, temos outro projeto, que foi amplamente debatido com a Aesbe e a Assemae, na construção de um modelo para utilizar o PIS/Cofins como fonte de financiamento para o saneamento.

Esse projeto pronto está dentro do Ministério das Cidades, mas, infelizmente, em função do modelo econômico, essa coisa fica travada. Mas não podemos nos furtar a esse debate. Temos que trazer esse debate, porque é uma maneira de injetarmos dinheiro no mercado e fazer com que o saneamento avance.

Acho que os comitês de bacia e a política de recursos hídricos não podem ficar desatrelados à questão de saneamento. Então, os instrumentos de gestão preconizados na política de recursos hídricos, ou seja, a cobrança pelo uso da água tem que ser efetivamente implementada, porque era uma fonte de universalização de saneamento, é uma fonte de universalizar essas questões.

Eu não vejo que a questão da crise tenha sido por falta de planejamento. Eu vejo que a questão da crise hídrica e da escassez hídrica se deu por não aplicarmos os instrumentos de gestão que estavam no planejamento. É diferente de dizermos que não houve planejamento. O que ocorreu no momento foi não aplicar esses instrumentos de gestão que poderiam ter sido aplicados e que podem ser aplicados e o próprio medo de discutir essas questões com a sociedade.

Desde 2013, a Assemae vem discutindo...

(Soa a campainha.)

O SR. APARECIDO HOJAIJ – ... alternativas para investimento em saneamento básico.

Uma das alternativas que entendemos ser viável, conversando com o BNDES, é que existe a possibilidade de estudar a concessão de financiamento para o setor de saneamento utilizando o escopo do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais, o PMAT, que tem como objetivo a recuperação econômica e financeira do Município. Poderíamos utilizar o PMAT para o saneamento, desde que os projetos tenham foco na gestão comercial.

Portanto, a questão do controle de perdas e investimentos em perdas, esse modelo do Pmat do BNDES pode ser extremamente interessante para avançarmos na questão da universalização.

O art. 29 da Lei nº 11.445 é muito claro: "Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços"

Está aí o que precisamos: rever os nossos modelos. Por quê? Porque o serviço que prestamos, aquilo que recebemos não cobre os nossos custos de operação, não cobre os investimentos necessários para que prestemos serviço de qualidade e um bom serviço.

Os pequenos Municípios encontram dificuldades para investimento no serviço saneamento.

Existe carência, então, de um modelo tarifário que viabilize a sustentabilidade econômica dos serviços municipais.

Na prática, a arrecadação das autarquias só cobre as despesas com a manutenção do serviço, o que impossibilita o investimento em obras e inovação tecnológicas.

Nessa linha, pensando nisso, a Assemae contratou um estudo...

(Soa a campainha.)

O SR. APARECIDO HOJAIJ – ..., temos um estudo contratado, para conseguirmos buscar um modelo tarifário de referência para os Municípios para que eles consigam entender melhor essa questão e saibam como achar um modelo claro de cobrança para seus serviços.

Já foi dito aí como é feita a cobrança, por taxa, tarifa. Isso seria importante isso para o setor. Cada Município presta diretamente o serviço de água e esgoto, tem uma política própria de cobrança, e é por isso que é necessário buscarmos alguma coisa que seja universal.

Os custos de cada localidade sofrem grandes variações por conta dos aspectos naturais, como maior ou menor facilidade para obtenção de água, existência de relevo, instalação de redes.

Uma política de cobrança bem formulada é decisiva para permitir a expansão e melhoria dos serviços. Por isso a necessidade de estruturar modelos de política tarifária baseados em uma remuneração capaz de recuperar os custos dos serviços oferecidos à população.

Acho que vamos conseguir chegar a esse modelo se tivermos um amplo debate, todos numa mesa, para discutir e colocar como pauta para o debate. É extremamente fundamental o setor de saneamento trabalhar essa pauta.

A Assemae defende algumas propostas extremamente interessantes.

Ela defende a ampla mobilização nacional de incentivo à elaboração dos planos municipais de saneamento, mas planos não simplesmente para que se tenha acesso a recurso financeiro, mas, sim, que sejam instrumento de planejamento, instrumento de gestão do saneamento.

Defende a instituição dos órgãos colegiados de controle social, a regulação do setor do saneamento básico, a criação de um programa nacional de assistência técnica aos Municípios.

É fundamental que se crie um programa que capacite...

(Soa a campainha.)

O SR. APARECIDO HOJAIJ – ... os Municípios a prestar seus serviços. São Paulo teve um exemplo interessante de assistência técnica aos Municípios na década de 90. O governo de São Paulo, na época, tinha um programa que capacitava os Municípios não operados pela Sabesp. A finalidade daquilo era transformar esses Municípios em padrão Sabesp, num padrão de uma companhia.

Então, acho que capacitar, investir em capacitação dos Municípios é fundamental para que esses Municípios possam manter os seus serviços e fazer jus àquilo que eles defenderam.

A Assemae defende a regulação, extremamente importante, a garantia de recursos públicos para implementação do Plansab.

Saneamento é uma política pública e, portanto, precisa de recurso público.

Defende a criação de linhas específicas, então, para controle de perdas, como eu já disse, a recuperação dos operadores públicos, a garantia de sustentabilidade econômica dos serviços, mecanismo de disposição ambiental adequada dos rejeitos, em que conseguimos ter alguns avanços, a correta participação dos Municípios no acordo setorial para implantação da logística reversa de embalagens em geral, a implantação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e uma gestão pública de saneamento básico.

Anualmente, a Assemae promove um encontro nacional, da mesma maneira que Abes promove a cada dois anos, e no ano que vem, o nosso encontro vai ser em Jaraguá do Sul.

Deixo aqui já o convite a todos para participarem desse evento. É um palco extremamente interessante para discutir saneamento, para discutir essas questões que são importantes para o setor.

Muito obrigado.

Agradeço a atenção.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Nós, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, agradecemos a participação de V. Sªs em nosso debate nesta Comissão.

Estão sendo muito produtivos todos os encontros que estamos realizando para discussão do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Com certeza, esse é um tema que, se nós tivéssemos que discutir durante 10 sessões na nossa Comissão, nós o faríamos com entusiasmo e dando ênfase ao que é necessário para o tema. Isso é uma dificuldade nacional. Falou-se dos problemas das regiões metropolitanas, mas também se falou do problema dos interiores do Brasil, e não é diferente na Região Norte e no Estado que eu represento com muita honra, assim como o Senador Randolfe, como Relator da política nacional, representa o Estado do Amapá. Enfim, é muito importante esse debate para poder dar um norte, que já é o plano nacional, mas, evidentemente, a falta de recursos sempre será o grande gargalo dessa discussão.

Quando se fala que são necessários 25 a 26 bilhões por ano, mas se tem um país em que, na média, são investidos 10 bilhões, caímos no problema que a Dona Bartiria colocou: a redução desse prazo.

Na prática, esse prazo já está consolidado como inviável, porque, se você precisa ter 26 bilhões e tem, historicamente, nos últimos anos, conseguido gastar 10 e ainda esse problema todo da economia do Brasil, dessa crise econômica, então, aí você pode ter o contingenciamento na frente, o que acaba inviabilizando esse prazo.

Eu sei que esse é um debate que ainda vai dar muita discussão nesta Comissão e no cenário nacional.

Mas quero agradecer, como Presidente da Comissão, a participação de V. Sªs que aqui vieram.

Ainda teremos, hoje, à tarde, outro debate acerca do mesmo tema, com outros convidados, é lógico.

Passo a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues, Relator do Plano Nacional de Saneamento Básico.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Davi, eu queria, primeiro, agradecer e pedir desculpas a V. Exª e aos nossos convidados. Estamos naquela situação do

jogador de futebol que bate escanteio e tem que correr para cabecear ao mesmo tempo. Nesta mesma amanhã, nós tínhamos a CPI do HSBC, de que o Senador Davi também é membro, e tínhamos a CPI do Carf, de que o Senador Davi também é membro. Como não temos o poder da onisciência e da onipresença, como eles só são permitidos ao Deus Pai Todo Poderoso, graças a Deus, e não era possível estarmos aqui, o Senador Davi deve ter conduzido muito bem essa reunião que irá subsidiar a elaboração do nosso Plano Nacional de Saneamento Básico.

Como terminou agora a outra CPI, em que eu tinha que interrogar depoentes e tinha requerimentos a serem apreciados, vim aqui para fazer o registro e o agradecimento ao Senador Davi Alcolumbre por presidir, por sustentar esta reunião, pois as contribuições dos senhores são fundamentais para a elaboração do nosso plano, e, ao mesmo tempo, agradecer a disposição das senhoras e dos senhores e pedir a compreensão em virtude do tempo, da exigência que nos é feita pelas diferentes comissões que temos aqui, no Senado Federal, e do pouco tempo que temos. Temos que estar presentes em reuniões, sessões e audiências das terças às quintas-feiras.

Então, eu queria pedir desculpas a todos da Mesa, inclusive ao Presidente, e a V. Sªs pelas contribuições que deram para a elaboração do nosso plano. As contribuições de V. Sªs, sem dúvida alguma, serão indispensáveis para o plano que iremos apresentar e de cuja execução iremos cobrar em especial do Executivo.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Randolfe, eu queria pedir a V. Exª a oportunidade da palavra para registrar que, graças a esse debate e graças à participação de todos aqui, nós iniciamos nosso trabalho na nossa Comissão às 10h39 do dia de hoje.

Regimentalmente, todos os convidados, os oradores, teriam, aproximadamente, 15 minutos, que foi o prazo estabelecido pelo Regimento da nossa Comissão para sua explanação. Porém, cada um falou, em média, de 23 a 27 minutos.

Então, isso mostra o quanto é importante... A Mesa não acatou o Regimento por saber que esse tema é muito importante.

Quero dizer que não foi, em momento algum desse debate, cerceado o direito dos nossos expositores de falarem tudo que queriam falar e que, com certeza, colaborará muito com a proposta da Comissão da política pública para o saneamento.

Então, nós demos essa dilatação de prazo em virtude do tempo. Portanto, estamos aqui há duas horas e quinze minutos discutindo um tema muito, muito importante do Brasil, diante de tudo que foi colocado aqui.

Com a aquiescência da Presidência, cada orador teve tempo praticamente em dobro para fazer suas exposições.

Eu queria fazer esta referência em sinal de prestígio e em sinal de respeito aos senhores que estão participando deste debate.

Encaminharemos as notas taquigráficas da audiência para o nosso Relator, Senador Randolfe Rodrigues, para a Secretaria da Comissão, para auxiliar todas as posições adotadas aqui na construção da política da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado – e isso eu determino ao nosso secretário –, para fazer, ao final e ao cabo, neste debate, o papel desta Comissão, que é o de ajudar na política nacional do País como uma comissão de desenvolvimento regional.

Eu gostaria, antes de finalizarmos o trabalho e encerramos a audiência pública, de propor a dispensa e a aprovação da Ata da 34ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos os convidados.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE NOVEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte quatro minutos do dia cinco de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Medeiros, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues, Hélio José e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Dalírio Beber, Elmano Férrer e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos 10/2015-CDR, 28/2015-CDR, 45/2015-CDR e 50/2015-CDR, com a finalidade de realizar a 3ª Audiência Pública que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), em atendimento ao artigo 96-B do RISF, com os seguintes temas: metodologia de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico; e aplicação das leis de saneamento básico (Lei nº 11.455, de 2007) e de resíduos sólidos (Lei nº 12.305, de 2010). A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Édison Carlos, Presidente-Executivo do Instituto Trata Brasil; Ernani Ciriaco de Miranda, Diretor de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Heliana Kátia Tavares Campos, Diretora da ABES/DF. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 35ª Reunião que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Medeiros

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Lembro aos membros desta Comissão de Desenvolvimento Regional que, em continuidade à avaliação da política pública da nossa Comissão, será realizada mais uma audiência pública para debater o tema no próximo dia 12 de novembro, às 10h.

Por isso, reforço a importância da presença de todos na referida reunião.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da 3ª Audiência Pública que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), em atendimento ao art. 96-B do RISF, com a finalidade de debater os seguintes temas:

1) Metodologia de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico;

2) Aplicação das leis de saneamento básico (Lei nº 11.455, de 2007) e de resíduos sólidos (Lei nº 12.305, de 2010).

Encontram-se presentes para audiência pública os seguintes convidados, os quais já convido para compor a Mesa:

Édison Carlos, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil; Ernani Ciríaco de Miranda, Diretor de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Heliana Kátia Tavares Campos, Diretora da ABES/DF (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental).

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participação dos cidadãos em nossas audiências será recebida nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, no senado.leg.br e pelo Alô Senado, pelo 0800-612211.

Concedo a palavra ao Sr. Édison Carlos para fazer a sua exposição, dispondo de 15 minutos.

O SR. ÉDISON CARLOS – Obrigado, Senador José Medeiros, Presidente desta audiência pública. Agradeço à Comissão Desenvolvimento Regional e Turismo pela honra de estar presente.

Como se trata de uma série de audiências públicas, desculpem-me se algum dos temas que vou apresentar aqui ligados à pauta já foram cobertos por outros atores que participaram das audiências anteriores. Acho importante contextualizar o cenário brasileiro de saneamento básico para depois entrar na questão da lei do Plano Nacional de Saneamento.

Também é um prazer dividir a Mesa com o Ernani – obrigado, Ernani, que é sempre um parceiro importante – e também com a Heliana que tive o prazer de conhecer hoje.

O cenário do saneamento básico, para quem ainda não está familiarizado, no Brasil é muito ruim. Ainda não temos metade da população brasileira com coleta de esgotos. Os dados são oficiais do Governo brasileiro que vem das próprias cidades onde 39% dos esgotos são tratados. Isso mostra a dificuldade que temos para caminhar nessa infraestrutura tão básica. Essa falta de saneamento básico hoje cobra um preço na questão da crise hídrica.

Estou chegando de São Paulo, e todo mundo está convivendo com as informações todos os dias sobre as dificuldades de São Paulo. Não conseguimos usar as águas que estão na cidade, porque essas águas atingiram um grau de poluição tão grande que praticamente inviabiliza o uso dos rios urbanos. Isso está acontecendo em várias cidades do Brasil.

Na Represa Billings, por exemplo, é um manancial até maior que o Cantareira, que quase não conseguimos utilizar por conta da política de reversão do Rio Pinheiros para dentro da Billings, que foi criada para gerar energia elétrica, e hoje temos um manancial gigantesco com uso muito pequeno num momento de crise hídrica.

Então, a falta de saneamento hoje está cobrando um preço para o Brasil inteiro. Mesmo em relação à água tratada, que foi o indicador que mais avançou historicamente no Brasil, muita gente ainda não tem acesso a ela. Nas áreas periféricas, nas áreas rurais, no Semiárido, muitos brasileiros precisam de acesso à água tratada e muita gente ainda não tem sequer banheiro no Brasil.

Isso gera uma poluição enorme, segundo os cálculos que fizemos: mais de 5 mil piscinas olímpicas de esgoto por dia são jogadas na natureza. Isso ajuda a explicar a poluição dos nossos rios. Isso volta para população na forma de doenças principalmente. Por isso, é importante esse tipo de audiência pública, Senador José Medeiros. É fundamental que o Congresso discuta essa falta de infraestrutura, para que possamos encontrar caminhos, porque a sociedade paga um preço muito alto por isso; os Municípios pagam um preço no setor de saúde pública. Vários estudos mostram a relação estreita entre a falta de saneamento e os gastos em saúde pública. Nesse ponto, as crianças são o público mais frágil dessa falta de infraestrutura. Segundo o próprio IBGE, foram mais de 400 mil internações por doenças gastrointestinais, em 2013, grande parte disso devido à falta de saneamento básico.

Uma notícia deste ano ainda. A internet já passou as escolas como infraestrutura presente na área escolar. Nós temos mais escolas com internet do que com rede de coleta de esgoto. Quer dizer, se compararmos a idade da estrutura de esgoto com a idade da internet, dá para ver como o saneamento ficou para trás mesmo nas escolas.

Então, hoje, temos 61% das escolas com internet, e apenas 47% das escolas têm rede de coleta de esgoto. Isso é um absurdo, e nós precisamos reverter esse cenário rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só contribuindo, Édison: na verdade, é uma questão de prioridade.

Por exemplo, a cidade de Cáceres, no Mato Grosso, é totalmente turística, onde temos uma riqueza imensa, que é o Rio Paraguai, que serve para pescar, para turismo, para navegação, para tudo. No entanto, revisitando-o, recentemente, vi um grande duto entrando para dentro do rio e perguntei o que era aquilo. Eles me falaram que era o esgoto. Todo o esgoto da cidade cai *in natura* dentro Rio Paraguai. E a cidade de Cáceres é bastante antiga, bem anterior à internet.

Então, nota-se que no País inteiro se prolifera isso de que você está falando.

Vou considerar o seu tempo depois.

O SR. ÉDISON CARLOS – É verdade.

Nós temos um projeto no Pantanal junto com a WWF que se chama Pacto de Proteção às Cabeceiras do Pantanal. Acontece nos dois consórcios, tanto no consórcio de Cáceres quanto no de Tangará da Serra, englobando 25 cidades. O grande problema desse pacto é esgoto.

Por isso, a WWF veio pedir nossa ajuda. Nós fizemos um diagnóstico, levamos para os prefeitos, porque realmente muitas cidades jogam 100% do esgoto no Pantanal. Então, essa realidade de Cáceres é comum naquela região. O Pantanal é área protegida. Pergunto quem a está protegendo? Alguém esqueceu isso pelo caminho.

Então, temos uma tabela do próprio Snis (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento) que mostra as diferenças. Enquanto em São Paulo, por exemplo, quase 90% da população têm coleta de esgoto, o Pará tem 3,8%; ou seja, é um Estado inteiro que não coleta esgoto.

Mesmo Santa Catarina, que é um Estado rico, de alta qualidade de vida, tem 16% da população com coleta de esgoto. Então, isso mostra que, além de termos um problema nacional, há diferenças regionais gritantes, principalmente a Região Norte, com uma carência enorme para vencer. Então, isso é muito bem-vindo aqui.

No nosso *ranking* do saneamento, que publicamos todos os anos, das 100 maiores cidades, vemos que o Brasil, em pontos percentuais, vem melhorando de 2007 para cá. As melhorias são nítidas, mas ainda num ritmo bem abaixo do que o Brasil precisa.

Disparidades regionais brutais. Enquanto há Municípios que já têm 100% da população com coleta de esgoto – Franca, Limeira, Piracicaba –, do outro lado, cidades como Joinville, Teresina, Várzea Grande não chegam sequer a 20% da população com a coleta de esgoto; Ananindeua, no Pará, e Santarém têm zero. Os números são muito fortes e falam por si. Há capitais praticamente sem nenhum saneamento básico.

Então, o quadro é muito crítico, e mesmo as capitais, que têm as maiores capacidades, do ponto de vista econômico e mesmo técnico, têm dificuldades muito grandes. Se pegarmos aqui as do Norte e muitas do Nordeste, há indicadores de tratamento de esgoto beirando a zero. Então, imagina uma capital inteira jogando 100% do esgoto nos seus rios.

Então, as melhores cidades acabam ficando sempre aqui, entre Paraná, São Paulo e Minas. E as piores cidades, entre as 100 maiores, mais na Região Norte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Na questão das perdas de água também, o avanço é ainda muito pequeno. Pelos números do Governo Federal, na perda e na distribuição, houve uma melhora de menos de dez pontos percentuais ao longo dos últimos dez anos. Então, ainda se perdem cerca de 37% da água, o que não se consegue cobrar. Assim, a água se perde por vazamento, roubo ou falta de medição.

Então, esses indicadores hoje são vistos com lupa, porque nós precisamos de toda a água possível. Estamos vivendo uma crise hídrica, e as perdas de água nas redes de distribuição, água já potável, são muito grandes. Então, é fundamental que se invista no combate às perdas, porque, segundo nosso cálculo, em 2013, o Brasil perdeu seis sistemas Cantareira, só de água potável nas redes de distribuição no Brasil todo.

Então, se um sistema Cantareira é muita água, imaginem seis perdidos, não se conseguindo cobrar por eles. Isso dá um valor aproximado de R$8 bilhões que o setor deixa de arrecadar por ano por falta de combate efetivo às perdas de água.

Então, há um problema ambiental de um lado, não ter água, e um problema econômico brutal do outro lado, porque, ao não se conseguir faturar sobre essa água perdida, o setor perde R$8 bilhões por ano, quase 80% do que o setor tem conseguido investir nos últimos anos.

Então, fazendo um paralelo com o Plansab, que o Ernani vai detalhar um pouco mais, vê-se que, no cenário do Plano Nacional de Saneamento, que é um cenário de 20 anos, 99% da população do Brasil deveriam ter água tratada. É possível que se chegue a isso porque a água está avançando em um ritmo maior. Quanto ao esgotamento sanitário, pela soma das áreas urbanas e rurais, nossa pretensão é de que, em 2033, 92% dos Municípios tenham o sistema de coleta de esgoto ou o sistema até de fossa séptica. Aí, é uma outra polêmica, mas dificilmente conseguiríamos atingir isso seguindo os avanços dos últimos oito, nove anos.

Então, o Plansab é um instrumento fundamental. O Brasil precisava desse Plano Nacional de Saneamento. Nós apoiamos o plano, e a nossa grande preocupação é que o ritmo atual não nos deixa otimistas de que conseguiremos atingir a infraestrutura mais básica que um país deve ter, água e esgoto, no prazo de 20 anos.

Aqui, o Plansab tem uma visão regional. Considerou todas as dificuldades. A Região Norte, sem dúvida nenhuma, com maior dificuldade, mas dificilmente a gente vai conseguir imaginar que a Região Norte vá conseguir ter níveis de 90% se a gente partir do que tem hoje.

Então, temos um desafio enorme no Plano Nacional de Saneamento, de usar R$304 bilhões para água e esgoto em 20 anos. Isso, em uma conta de padaria, nós estamos falando mais ou menos de R$15 bilhões por ano. O Brasil, com muito sacrifício, conseguiu investir R$10 bilhões.

Então, quer dizer, mesmo nos momentos em que não havia a retenção de recursos que nós estamos vivendo hoje, a gente não conseguiu atingir o patamar do Plansab. Olhando o que está acontecendo hoje com a economia, impossível pensar que a gente vá atingir isso nos próximos anos.

Então, ou se redireciona a política do saneamento, em nível federal, também nos Estados e Municípios, ou o Plansab vai virar mais um instrumento só de gaveta, que é o que a gente não quer.

Aqui, os investimentos. Então, tem havido um avanço importante no investimento em saneamento, isso graças ao Governo Federal, ao PAC, à entrada um pouco do setor privado. Então, é um cenário que não é o ideal, mas estava indo pelo menos no caminho certo. Preocupa-nos muito o que virá a partir de agora.

Então, nós temos aqui um contrassenso entre os R$10,5 bilhões que conseguimos investir em 2013 contra os R$15... E o PAC, que é sem dúvida um instrumento fundamental, também não consegue usar todo o recurso disponível.

Aqui o estudo que a gente lançou recentemente, em que muitas obras estão com problemas. Então, não é só ter dinheiro. É conseguir aplicar todo esse recurso que o Governo Federal conseguiu pôr nos últimos anos. Então, a gente ainda tem uma dificuldade, mesmo quando existe dinheiro. Imagina quando não tiver dinheiro.

Então, é muito bem colocado este momento da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Aqui, os investimentos, Senador, mostram que, enquanto São Paulo é responsável por um terço de tudo que o Brasil investe em saneamento, um terço vem de São Paulo. Então, logicamente, é um Estado que tem mais recursos, tem uma grande empresa de saneamento, tem desafios grandes, mas a gente, por outro lado, vê uma dificuldade enorme de investimentos aqui nos Estados do Norte e do Nordeste, sendo responsáveis aí por menos de 1% do investimento em saneamento do País.

Nós precisamos inverter um pouco essa lógica. Do contrário, a tendência é quem está bem ficar melhor e quem não tem nada continuar sem nada. Então, essa disparidade regional também precisa ser equilibrada, senão não vamos conseguir...porque o Plansab é o plano de universalização do saneamento, ou seja, nós temos que pensar no Brasil como um todo...

(Soa a campainha.)

O SR. ÉDISON CARLOS – ...tanto as áreas ricas quanto as áreas pobres.

Então, o plano nacional, olhando a lei, a Lei do Saneamento trouxe duas grandes contribuições na nossa maneira de ver no Trata Brasil: a obrigatoriedade da cidade de fazer o Plano Municipal de Saneamento, que é o planejamento para investir direito, e a regulação dos serviços.

É fundamental que o Município invista de uma forma planejada. Então, a lei trouxe essa questão dos planos municipais de saneamento. Todas as cidades brasileiras precisam fazer isso. E é preciso incluir os quatro eixos: a água, o esgoto, mas também o resíduo sólido, que vai ser abordado aqui, e a drenagem das águas de chuva, das águas pluviais.

Então, a lei deixa muito claro o que todo Município tem de fazer, o que é fundamental para atender a legislação. A condição de validade dos contratos que existem hoje na prestação do serviço é um instrumento de gestão; permite o controle da população; prega a eficiência. Enfim, o Plano Municipal de Saneamento é muito importante.

Mas o nosso diagnóstico, feito no ano passado nas 100 maiores cidades, mostrou que 34% dos grandes Municípios brasileiros ainda não tinham. Portanto, 34 grandes cidades não tinham. E, de todas as 100 maiores cidades, só 12 cumpriam com todos os requisitos que a Lei do Saneamento prevê.

Quer dizer, há regulação, há estrutura. A prefeitura tem estrutura para controlar os planos, para acompanhar os planos, revisar os planos. Então, Senador, só 34 Municípios dos 66 que entregaram algum tipo de plano para o Trata Brasil, que informaram para o Trata Brasil que tinham algum tipo de plano, contemplavam os quatro serviços – água, esgoto, lixo e drenagem. Apenas 34.

E 15 falavam só de água e esgoto; cinco, água, esgoto e resíduos; um, água, esgoto e drenagem; três, só de esgoto; cinco, só de resíduos; em três, a gente não conseguiu identificar nem o que havia lá dentro. Esse foi o caso de sucesso. Em três planos, não foi possível identificar nem o que era.

E nós estamos falando dos 100 maiores Municípios do Brasil. Então, aqui não tem Município pobrezinho, coitadinho, de 10 mil habitantes, 20 mil habitantes. Aqui, todos têm de 250 mil habitantes para cima. Então, é inaceitável.

E, sobre regulação, que é o outro grande item, 56 Municípios eram regulados, dispunham de uma agência reguladora. A regulação é fundamental para garantir a qualidade dos serviços; se a tarifa é correta; se a empresa está sobrevivendo; se a tarifa permite que o serviço seja feito. Quer dizer, mesmo essa agência reguladora tão importante que foi colocada na Lei do Saneamento também está andando a passos de tartaruga.

Acompanha a participação social. Quer dizer, o Município criou instrumentos, instâncias para que a população participasse desse plano municipal de saneamento? Muitos Municípios nem responderam esse item da nossa pesquisa. Com certeza, não fizeram, não criaram essa facilidade para que a população pudesse participar.

Então, isso mostra que a lei veio em um momento fundamental. Ela é fundamental para a gente, mas a gente ainda não conseguiu fazer com que essa lei fosse realmente cumprida, mesmo nos grandes Municípios brasileiros. Lógico que existem exceções, honrosas exceções, muita gente está fazendo. Mas tem muita gente que não está fazendo.

E isso, o que causa? Isso causa, a partir de 2015, se não houver mudança, e o Ernani pode ter um sentimento mais atual que eu, mas hoje o que está previsto é que quem não tiver entregado o seu plano municipal

de saneamento ao Governo Federal até o final de dezembro agora passa a não receber recursos orçamentários da União a partir do ano que vem. Aí, a gente tem um cenário que complica ainda mais porque a cidade não recebe recursos.

Nossa preocupação é que essas postergações que o Governo Federal tem feito ao longo dos últimos anos, era 2010, passou para 2013 e agora 2015, elas não têm criado nenhum incentivo para os Municípios que entregaram o plano nem punição para quem não criou.

Então, muitos Municípios falam abertamente que não estão fazendo agora porque sabem que vai postergar de novo esse prazo. Então, é uma forma de...

(Soa a campainha.)

O SR. ÉDISON CARLOS – ...desincentivo a quem fez o plano com toda a dificuldade.

Então, nós somos totalmente a favor da lei, a favor dos grandes critérios que foram colocados lá, como o plano municipal e a regulação. E a nossa preocupação é que muitos Municípios continuem a ver isso só como uma obrigação legal, que, quando chegar mais perto, vai ser postergada mesmo. Então, não preciso fazer agora, posso jogar isso para o próximo mandato.

Felizmente, estamos tendo boas iniciativas no arranjo institucional. Estados como Ceará, Pernambuco, Bahia evoluindo bem. Há um movimento pela redução da burocracia nos recursos. Existe um movimento da CNI, Ministério das Cidades, Caixa, Trata Brasil, Aesbe, que tem uma conversa para a gente tentar reduzir os prazos para acesso aos recursos.

Os planos municipais estão sendo cada vez mais olhados com cuidado pelos governos dos Estados. Aqui um exemplo: São Paulo, Ceará e Santa Catarina, onde o governo do Estado entrou apoiando financeiramente muitos planos.

Parcerias entre o setor público e o setor privado. Isso é importante também porque só o público não vai conseguir. Só o Governo Federal não vai ter esse recurso. O setor privado também, sozinho, não consegue. Então, a gente prega que exista essa aproximação cada vez maior entre setor público e setor privado, não tirando um o espaço do outro. Nós não estamos falando disso. Tem que ser tudo privado, tem que ser tudo público. Nós achamos que essa é uma discussão que não pertence ao momento real.

Nós precisamos de todos... O déficit é tão grande, nós precisamos de todos lá, mas com eficiência, não só com recurso. A questão do diálogo entre São Paulo, Minas e Rio na questão da crise hídrica. As agências intermunicipais na questão da regulação. A Aris, de Santa Catarina, e o PCJ, lá em São Paulo, são exemplos de regulação intermunicipal.

Avanços: o Paraná é um exemplo de avanço nos indicadores.

Redução de perdas: tem cidades muito bem, como Limeira, Campinas, com perdas baixíssimas, que devem orientar outras cidades. E, aqui no Senado, o projeto do Senador José Serra com o Reisb, que é esse recurso de pegar uma parte dos impostos para atuar em áreas mais carentes, áreas de baixa renda. É um projeto aqui do Senado que nós apoiamos.

Enfim, nós acreditamos que, para o cenário do saneamento mudar, a gente tem um monte de coisa para fazer. Desburocratizar o acesso aos recursos, alterar a responsabilidade individual pelas obras, os técnicos aqui, principalmente os técnicos de Brasília, muitas vezes têm medo de aprovar projetos por conta da questão da insegurança jurídica, de ele ser pego em algum problema.

O aumento da eficiência.

O setor de saneamento precisa melhorar a sua gestão, senão não adianta só repassar recursos. Empresas precisam melhorar. Fortalecer as decisões regionais por bacia hidrográfica porque, muitas vezes, o Município sozinho não consegue resolver, ele precisa se juntar. E aí, o Comitê de Bacia é um instrumento muito bom.

Então, a gente precisa, de alguma forma, recriar, refortalecer os comitês de bacia hidrográfica. É muito mais lógico agir regionalmente, criando escala, reduzindo custo, do que cada Município ficar tentando resolver o seu problema unicamente.

As parcerias, que eu já falei. Prioridade nas licenças ambientais. Este ano, nós mandamos um questionário para todos os tomadores de recursos do PAC onde acontecia algum tipo de problema, Senador. Muita gente reportou isso, demora nas licenças ambientais. O que está travando a obra? Demora nas licenças ambientais.

Então, esse assunto, cada ano que passa, mais aparece nos nossos levantamentos. Então, a gente precisa achar uma forma de essas obras de saneamento terem um rito diferenciado. Não estou dizendo pular etapas, não estou dizendo não fazer a licença ambiental.

O que eu estou dizendo é o seguinte: nós estamos falando de uma infraestrutura ridiculamente atrasada no Brasil e que a gente precisa encontrar formas de andar mais rápido. A gente não pode ter esse tipo de gargalo no século XXI.

Aperfeiçoar os mecanismos de regulação. Fundamental que os Municípios consigam, de alguma forma, ter esse sistema de regulação e valorizar o saneamento na sociedade. Essas campanhas que hoje a gente vê em São Paulo falando para o cidadão economizar água, isso tem que ser uma política nacional.

Hoje, muita gente nem sabe que tem problema de falta de saneamento. Nós temos um levantamento que a gente soltou agora em agosto. Só nas grandes cidades, 3,5 milhões de pessoas têm rede já passando na rua, mas não conectam sua casa na rede de esgoto que já existe. Por que não se conectam? A gente pergunta. Muitos alegam que não querem pagar a tarifa do esgoto, muitos alegam que não querem quebrar o piso da casa para poder levar o esgoto do banheiro até a rede, muitos alegam que não sabem por que tem aquela rede na rua.

Enfim, nós precisamos, de alguma forma, conscientizar, melhorar a informação para o cidadão brasileiro poder cobrar isso das suas autoridades para que isso realmente vire uma prioridade nacional. Para quem não sabe, no ano que vem, a Campanha da Fraternidade, da CNBB, será sobre saneamento básico. Então, todas as Igrejas Católicas do Brasil, as várias Igrejas Católicas...

(Soa a campainha.)

O SR. ÉDISON CARLOS – ...tratarão do tema do saneamento básico.

Então, eu, mais uma vez, parabenizo esta Comissão, Senador, por este momento e coloco o Trata Brasil à disposição desta Comissão e de todos os Senadores para poder colaborar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Dr. Édison, pela apresentação. Agora vamos passar a palavra para a Drª Heliana Kátia, diretora da Abes/DF.

A SRª HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Muito boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Senador José Medeiros, os meus colegas de Mesa, os presentes e agradecer o convite em nome da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Eu sou diretora da Abes aqui do DF e, no nível nacional, eu coordeno a Câmara Temática de Resíduos Sólidos.

Eu vou abordar aqui três temas que eu acho que são extremamente relevantes para a gente discutir a implantação do Plansab, do Plano de Saneamento Básico, mas me concentrei na área de resíduos sólidos. Eu também sou diretora-geral do SLU aqui do DF e vou abordar um pouco mais, da mesma forma que o meu colega Édison abordou mais esgoto e água, vou colocar a questão dos resíduos.

Os temas que eu vou abordar: quanto custa infraestrutura de resíduos no Brasil e quanto custa operar, para a gente ver se realmente drama é tão grande quanto a gente pinta. Segundo tema: há solução para os resíduos com cada Município agindo sozinho ou só haverá solução se nós agirmos de forma regionalizada? Terceiro: estão discutindo aqui no Congresso Nacional adiar prazo para fechamento do lixão, isso não existe. O lixão é proibido desde 1981 na Política Nacional de Meio Ambiente. Em 1989, na Lei de Crimes Ambientais, virou crime ter lixão.

E a Lei nº 12.305, de 2010, não usa a palavra lixão, não está prorrogando prazo de lixão. A única coisa que a lei fala é que, depois de quatro anos de promulgada a lei, só pode levar para aterros sanitários rejeitos. Portanto, os resíduos têm que ser tratados. O orgânico tem que virar composto, o seco tem que ser reciclado e, para aterro sanitário, só pode rejeitos.

Portanto, eu não sei como se discute aqui no Brasil prorrogar prazo de encerramento de lixão. Isso não tem discussão. É só ler cuidadosamente a lei, escreve a palavra lixão, clica na lei, que você vai ver que não existe essa palavra.

E o que foi me demandado aqui, como implantar o Plansab, principalmente eu vou citar aqui na área de resíduos sólidos. Quais são, na nossa avaliação da Abes, os gargalos na gestão sustentável dos resíduos? É quanto custa investir, quanto custa operar.

A gente vai ver que praticamente o dinheiro que a gente gasta em um ano operando é o dinheiro que é necessário para zerar o déficit na área de resíduos durante trinta anos. Portanto, o que é custoso na nossa área é o custo operacional. Portanto, quem diz que não tem dinheiro para implantar a estrutura não tem dinheiro para operar.

Faltam recursos financeiros para a operação? Quem paga pelo serviço? Quais Municípios cobram a taxa que é prevista na lei? E a logística reversa de embalagens, que foi agora promulgado essa semana o acordo do Ministério do Meio Ambiente com as empresas em que quem sai perdendo são os Municípios. Mais uma vez, se saírem perdendo os Municípios, quem perde são os cidadãos, que não vão pagar como consumidores, vão pagar como cidadãos.

O papel dos governos – federal, estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios –, os órgãos de fiscalização e controle, que papel têm? As agências de regulação, que agora estão se instalando no Brasil. O papel do Legislativo. E a previsão da reciclagem e do aterramento dos resíduos pelo plano de resíduos sólidos nacional,

que deve ser contido no Plano Nacional de Saneamento Básico, como é que a gente vai apurar isso se a meta é por região?

Quem representa a Região Norte do Brasil? Que órgão é esse? Existe um grupo, uma coordenação dos governadores? Depois vai ser por Estado, como é isso? Se uma capital de um Estado avança muito, os Municípios menores podem avançar menos? Então, se a meta é por região do Brasil, qual é o sistema nacional que dá conta de acompanhar o cumprimento das metas na área de resíduos sólidos? E o papel da sociedade.

Então, eu trouxe aqui um... Acho que ficou tudo um pouquinho desformatado. Mas, no saneamento, antes nós tínhamos o plano até 2030, agora ele já foi atualizado até 2033, mas dos R$420 milhões para universalizar o saneamento, os resíduos são R$16 milhões. Nada. R$16 milhões para universalizar todo o sistema nacional para tratar de forma adequada os resíduos sólidos. Bilhões, desculpe.

Isso não tem como consertar? Vai ficar o tempo todo desformatado assim? Você acha que é possível? Então, veja bem, se a precisa de R$16 bilhões para, até 2030, universalizar todos os serviços na área de resíduos sólidos, a despesa anual é R$21 bilhões. Quer dizer que o Brasil gasta mais por ano para operar os serviços do que o que precisa gastar em mais vinte anos para poder universalizar os serviços.

Oitenta por cento do investimento anual é o déficit do setor. Enquanto, no caso do abastecimento de água e do tratamento de esgoto e da drenagem urbana, a infraestrutura fica enterrada e tem um investimento muito grande para abrir as valetas, para instalar a tubulação, para recompor os pavimentos, no lixo o sistema é todo superficial, é o saneamento superficial. É o caminhão que anda na rua, é o gari que varre, é o gari que coleta.

Então, é isso que custa. Portanto, o que custa é a operação dos serviços. Aqui no Distrito Federal, nós estamos construindo um aterro sanitário. Ele está custando R$27 milhões e o custo que nós vamos gastar para operá-lo vai ser R$21 milhões por ano. Quer dizer, se o Distrito Federal não tem dinheiro para construir um aterro, então não tem dinheiro para operar o aterro.

E é justamente por isso que inúmeros aterros sanitários construídos no Brasil viraram lixão. Porque o Município pegou o recurso federal, implantou, fotografou, instalou as balanças e não operou. Portanto, virou um lixão rapidamente e foi a perda do recurso que foi enorme nessa área, principalmente enquanto o financiamento era por cada Município e não por região.

Uma das situações que justificam o alto índice de prestação inadequada dos serviços é a falta da cobrança da taxa de manejo dos resíduos sólidos. Só 53,4% da população que paga, mesmo assim quem paga só cobre 48% das despesas.

O custo médio *per capita* anual do manejo dos resíduos sólidos urbanos é R$105, o custo nacional médio. Significa R$8,75 por mês, é o preço de um picolé da Kibon daqueles recheados, que a gente paga para ter a média para a gente cobrir as despesas. Portanto, a taxa anual de manejo de resíduos sólidos corresponde a uma taxa mensal de abastecimento de água ou de energia elétrica.

Então, a conta na minha casa que eu pago por mês para telefone ou para água e esgotamento sanitário e energia corresponde ao que eu pago anualmente pelo serviço de coleta de lixo, e é um serviço que depende muito de uma boa gestão. Os caminhões têm que estar funcionando, não pode ter pneu furado, o motorista que adoeceu tem que ter um substituto. Ele é muito pesado em gestão.

A cobertura do serviço de coleta de resíduos no Brasil bombou, estourou todos os outros serviços, até mais do que abastecimento de água ligada em casa. Antigamente, a gente dizia que o lixo era o primo pobre, agora é o esgoto que é o primo pobre. E realmente, em termos de coleta de resíduos, o nosso serviço no Brasil evoluiu muito. A grande maioria coleta mais do que 90% dos seus resíduos gerados.

Agora, esse fato é que chama muita atenção. Isso vem acontecendo nos últimos anos no Brasil. É um Município exportar e importar resíduos. Olha a mancha no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo. Olha como vai subindo. Aquilo ali são Municípios que depositam seus resíduos em aterros sanitários em outros Municípios. Somente no Rio Grande do Sul, três aterros sanitários recebem resíduos de 251 Municípios.

Essa é uma tendência mundial. Nos Estados Unidos, no período de vinte anos, tinha cerca de 7.900 aterros sanitários. Há três anos, tinha 1.700. Os quase 8 mil aterros viraram menos do que 2 mil aterros. A quantidade de lixo que é depositada reduziu? Não, aumentou. O que reduziu foi o número de instalações que recebem resíduos, a regionalização.

Então, a gente está aqui exatamente na Comissão de Desenvolvimento Regional, e é isso que tem que acontecer na área de resíduos. Então, vamos ver os aterros sanitários no Brasil. Aí, a gente está vendo que, quanto mais ao Sul, mais Município exporta e importa resíduos.

No que diz respeito aos resíduos do serviço de saúde, é muito grande a migração de um Município para outro. Aquele retangularzinho lá do Distrito Federal, no Estado de Goiás, o nosso resíduo de saúde aqui vai

para Betim, Minas Gerais. Então, olha o tanto que importa e exporta resíduos de saúde de um Município para outro no Brasil.

E a forma adequada de aterro sanitário. Exatamente onde os Municípios colocam resíduos de forma regionalizada são exatamente os Municípios que tratam seus resíduos em aterro sanitário. Isso está demonstrando, de forma muito evidente, que a solução encontrada para enfrentar e chegar aonde nós chegamos hoje, com cerca de 60% dos resíduos sólidos no Brasil dispostos em aterros sanitários, foi porque nós regionalizamos. Praticamente em todas as capitais nós temos aterros regionalizados.

E aqui, a mesma coisa são as unidades de tratamento de resíduos. Aí, estão vários tipos de tratamento. A Região Sul-Sudeste é a que encontra maior unidade para compostagem, para tratamento, recuperação de materiais recicláveis ou os dois, triagem de resíduos secos e compostagem, que é o caso de Brasília, por exemplo. Nós somos a capital do Brasil que mais faz compostagem no Brasil. Nós compostamos 106 toneladas por dia de matéria orgânica, transformando em composto.

Mais uma vez, outra implicação para ver quem é que está tendo aterro no Brasil. Ali é a balança de pesagem. Quem mais pesa é a Região Sul. Então, a gente paga as empreiteiras sem pesar, estimando em quantas toneladas deve estar. Então, quanto menos gestão, quanto mais o serviço é solto, mais a gente tem lixão. E, quanto mais organizado, quanto mais a gente transfere resíduos de um Município para outro, a gente pesa o resíduo, está lá: Região Sul é disparada na frente.

Mesma coisa cobrança. Quem cobra? Nós vimos lá atrás que quem está bem é a Região Sul-Sudeste. Olha quem cobra: 60,5% não cobram e 53,4% cobram. Quem não cobra? Só 23% dos Municípios da Região Sul não cobram; 86,8% cobram.

Então, é exatamente na região onde tem balança para pesar, onde tem regionalização, onde tem cobrança pela prestação do serviço é que a coisa está indo. É gestão. O problema central... Podemos ter o melhor plano de saneamento, podemos ter todos os recursos, que vamos jogar dinheiro fora como fizemos historicamente enquanto ficamos construindo aterro sanitário.

Eu visitei inúmeros Municípios, principalmente no Tocantins. A maioria dos Municípios lá tinha menos de 2 mil habitantes, com aterro sanitário, com a máquina, que operava cinco minutos e acabava o lixo. E ficava aquela máquina lá de R$260 mil, fornecida gratuitamente para um Município com 2 mil habitantes. Isso é impossível de funcionar.

A evolução da despesa *per capita*. Hoje, no Brasil, custa R$105, em média, por habitante a gente tratar adequadamente os resíduos, coletar e tratar. Portanto, é muito barato. Agora, em geral, nós temos dificuldade de cobrança.

Aqui no Distrito Federal, a despesa anual...

(Soa a campainha.)

A SRª HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – ...do SLU foi de R$443 milhões no ano passado. O que pode entrar na taxa de limpeza é só o manejo. Não pode entrar varrição, capina, pintura de meio-fio porque é serviço indivisível.

Então, do valor que foi investido ano passado aqui, de R$443 milhões, só R$214 poderiam ser objeto da TLP, que é coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final. E a TLP, que é só R$130 milhões, quase a metade do que deveria ser. E nós apresentamos projeto de lei na Câmara e a Câmara não aceita dar o reajuste.

Então, quer dizer, legalmente, quem tem que pagar é a população, é através da taxa. O Governo apresentou a proposta e a Câmara recusa aprovar a proposta. Então, é um problema político. É um problema que, muitas vezes, o próprio prefeito ou o governador não tem coragem de mandar, o que aconteceu em São Paulo. Foi criada a taxa em São Paulo e... A Marta Suplicy criou e o prefeito seguinte acabou com a taxa. São Paulo, a maior cidade da América Latina, não cobra taxa.

Então, de acordo com esse início de 2013, cerca de 59%, 60%, praticamente, do País já dispõe o resíduo em aterro sanitário. Em 2016, nós vamos ter o aterro sanitário do Distrito Federal e vamos aumentar esse índice aí com o maior orgulho, viu, Ernani? Agora, vai poder dizer que, a partir de 2016, a situação vai mudar bastante porque são 3 mil toneladas/dia que a gente coleta aqui no Distrito Federal, 17% de forma controlada e 24%...

Historicamente, está cada vez caindo o número de toneladas de resíduos em lixão, caindo em aterro controlado e aumentando e muito a iniciativa privada, aterros privados e de forma regionalizada.

E, no Distrito Federal, eu não podia ir embora sem falar porque eu sei que todo mundo ia ficar morrendo de curiosidade, não é? Mas você está falando nacional, nacional, e aqui? Nós estamos encaminhando para encerramento de todas as atividades ilegais que existem. E são muitas, muitíssimas. Criminais, crianças, adolescentes, uso de droga, desova de carro roubado, entrega de alimentos de supermercado, vendas de comida jogada no lixo nas feiras de Brasília.

Então, a gente está trabalhando firmemente para acabar com todas as atividades ilegais e transformamos já o lixão em um aterro controlado. Desde junho deste ano, ele tem 6 mil metros de cerca. Todos os dias, sem exceção, inclusive domingo, os catadores ou pessoas com outras intenções para desovar coisas roubadas rompem a cerca e todos os dias nós consertamos, desde junho deste ano.

Recuperamos a nossa unidade de tratamento de entulho lá dentro, recuperamos o poço artesiano. Implantamos de neno de gás, estamos queimando gás. E hoje Brasília pode dizer que transformou o lixão em um aterro controlado.

Então, hoje ainda a gente tem esse passivo social gravíssimo. Em julho deste ano, aumentou muito o número de catadores. Houve uma demissão em massa na construção civil, cerca de 15 mil demissões. E, quando há demissão da população menos qualificada, lá enche. O cara precisa comprar um botijão de gás, chega lá, cata umas coisas, compra o botijão. No outro dia aparece outro, aparece outro.

Então, nós temos um passivo social gravíssimo ainda existente lá no aterro. Aí é a mancha que ele fez. Isso aí são duzentos campos de futebol, são 200 hectares. À direita é o Parque Nacional, à esquerda a gente tem muitas... Aqui é tudo hortas. Mas nós fizemos uma análise agora, não está contaminando nada. Achamos que estivesse, mas não está.

Aqui é a Cidade Estrutural, aqui é o Parque Nacional, aqui é a coleta seletiva de parte que ainda chega aqui. A maior parte vai para os catadores que têm implantação de estrutura. E aqui é o maciço, que está recendo 3 mil toneladas de resíduos domiciliares e 6 mil toneladas/dia de entulho da construção civil. Nós recebemos 9 mil toneladas por dia, 1.300 viagens de caminhão entram aí diariamente.

A distância de onde a gente se encontra é 14km. Portanto, é uma área muito nobre, muito perto. O novo aterro está vindo para cá assim, entre Samambaia e Ceilândia.

E aqui é o cronograma para encerramento. Estou trazendo aqui em primeira mão. Nós estamos construindo um novo aterro, que chama aterro oeste. Aqui o aterro norte, ele está situado em Planaltina de Goiás. Nós estamos negociando já com o Município para receber os resíduos de Planaltina, de Sobradinho, do Paranoá, nesse aterro norte.

(Soa a campainha.)

A SRª HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Aqui as instalações de recuperação de resíduos e aqui... O antigo lixão está sendo recuperado. Vão ter obras muito importantes lá e a gente espera concluir esse sistema todo no ano que vem e poder ter o nosso aterro sanitário.

Aqui são as obras do novo aterro sanitário. Eu estive lá ontem, tinha mais de doze máquinas. Nós estamos trabalhando forte para poder inaugurar no início do ano que vem. Esse aqui é o novo aterro, como é que ele vai ficar. Ele é do lado da Estação de Tratamento de Esgoto Melchior, da Caesb. Está situado exatamente no limite entre Ceilândia e Samambaia.

Era isso. Eu agradeço. Desculpa aí porque eu passei uns minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Drª Heliana Kátia. E agora, em nome da celeridade, já passamos a palavra para o Dr. Ernani, que vai fazer sua explanação. Também tem quinze minutos, com a mesma tolerância que foi dada para os outros.

O SR. ERNANI CIRÍACO DE MIRANDA – O.k. Boa tarde a todos e a todas. É um prazer poder participar aqui desta audiência pública sobre um tema tão relevante para o País.

Quero aqui cumprimentar os meus colegas de Mesa e dizer ao Senador José Medeiros, Presidente aqui desta audiência, que o Ministério das Cidades se sente honrado pelo convite e se coloca sempre à disposição para todos esses debates que dizem respeito às políticas públicas para a nossa pasta, em especial o tema do saneamento básico.

O Plansab, que é o objeto da discussão – e esta, pela programação que eu vi, é a terceira audiência pública que debate o Plansab para efeito de uma avaliação da comissão –, foi aprovado em dezembro de 2013 e traz as diretrizes gerais. Ele é como se fosse um grande roteiro, um grande guia de implementação da política de saneamento básico, que vincula principalmente o Governo Federal, mas que traz também elementos de atuação necessários, que devem ser feitos pelos outros entes federados, pelos agentes públicos e privados que atuam no saneamento básico no Brasil.

Portanto, ele não é um plano do Governo Federal. Ele é um plano nacional, que precisa ter essa concentração dos diversos agentes, dos diversos entes para o seu êxito.

O Édison abordou vários aspectos do plano no que diz respeito a água e esgoto. A Kátia fez uma abordagem sobre resíduos sólidos. E eu, nessa minha apresentação, procurei me ater aos dois tópicos que vieram no requerimento que determina a pauta dessa audiência.

Primeiro ponto que está no requerimento é falar sobre a metodologia de elaboração do plano e o segundo, a aplicação das leis de saneamento básico, Lei nº 11.445 e a Lei de Resíduos Sólidos.

Eu entendi dessa colocação do ponto 1 que, como a Comissão está debatendo a avaliação do plano, ela quis entender como se deu a sua elaboração. Daí, eu faço aqui alguns eslaides destacando aspectos da metodologia de elaboração do plano e, depois, falo um pouco sobre elementos de aplicação da lei também, que tem relação com o plano.

Inicialmente, do ponto de vista metodológico, a primeira grande referência, evidentemente, são os marcos legais. Então, a elaboração do plano passou, inicialmente, por uma visitação a esses marcos e aqui eu destaco alguns deles. O primeiro é o art. 21 da Constituição Federal, que fala da competência da União para elaborar planos e também executar planos.

O Estatuto das Cidades, que traz diretrizes para a política urbana e também fala das questões referentes ao saneamento básico nas cidades brasileiras. E a Lei nº 11.445, esse é o principal marco legal. Ela, no art. 52, traz uma série de diretrizes e uma espécie de roteiro básico dos elementos principais que o plano deve trazer e deve abordar, mas também, antes disso, fala de alguns aspectos fundamentais, como definir o que é saneamento básico.

A nossa lei tem essa peculiaridade. Ela traz uma definição do que é saneamento básico e determina que ele se compõe do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Então, o plano nacional tem que tratar desses quatro elementos.

A lei também estabelece o horizonte do plano, que é de vinte anos e que deve ser revisado a cada quatro anos, com relatórios anuais de avaliação. Nós estamos finalizando, agora em dezembro, o relatório de avaliação do primeiro ano do plano, referente a 2014.

Tem o decreto, que regulamenta a lei. Tem a Lei de Resíduos Sólidos. Ela foi aprovada quando o plano já estava em elaboração e, em especial, o que interessa da lei para o Plansab são os aspectos referentes aos resíduos sólidos urbanos, já que eles são considerados como saneamento básico também. E existem resoluções do Conselho das Cidades que também trazem algumas orientações para o plano. Basicamente, esses são os marcos legais.

Do ponto de vista das fases do processo, que também têm efeito na metodologia, o decreto traz um pequeno roteiro, que eu fiz questão de colocar aqui só para informar que havia já alguma coisa colocada nesses marcos legais, inclusive no decreto, fazendo aí uma rota a ser perseguida até chegar ao item 7, que diz respeito à avaliação de resultados, à aplicação efetiva do planejamento.

Aqui, uma síntese metodológica que diz respeito aos processos que transcorreram em todo esse período de elaboração do Plansab, que se iniciou em 2008, portanto um ano após a aprovação da lei, por meio de um pacto pelo saneamento, que foi firmado no ambiente do ConCidades. Resultou em um documento técnico que traz uma espécie de projeto para a elaboração do plano.

Esse pacto foi acordado no Conselho das Cidades e foi homologado pelo ministro das Cidades na época e deu origem, então, a todo o processo.

Em seguida, já com três universidades contratadas para apoiar o ministério, que foram a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, nós iniciamos o processo, fazendo todo um levantamento de problemas e construção de uma visão estratégica para o plano. Tudo isso discutido em seminários regionais pelo Brasil, levantando aspectos que vinham da visão regional e da visão local para compilar em uma primeira base de dados e orientar a análise situacional.

Com esses elementos, nós já fomos para uma primeira rodada de discussão nos conselhos nacionais mais importantes – Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional de Recursos Hídricos – porque o decreto orienta que esse plano teria que ser apreciado e aprovado por esses conselhos. Além, evidentemente, do Conselho das Cidades. Então, logo no início do processo, começamos uma interlocução com esses conselhos.

Em seguida, elaboramos o que nós chamamos de proposta de plano nacional. Uma versão preliminar submetida à discussão com grupo de trabalho interinstitucional de elaboração do plano. Esse grupo se compõe de representantes do Governo Federal, governos estaduais e municipais e de todos os segmentos com assento no Conselho das Cidades.

Esse grupo, então, apreciou a proposta. Apresentou um conjunto grande de emendas, que foram analisadas e consolidadas. O documento foi transformado, então, em uma proposta, aprovada pelo GTI e pelo pleno para ser discutida com a sociedade brasileira.

Essa discussão se deu em cinco seminários regionais em formatos de audiência pública e em duas audiências públicas formais. Uma realizada aqui no Congresso Nacional, na Comissão de Desenvolvimento Urbano

da Câmara Federal, a primeira audiência; e a segunda audiência pública foi realizada no auditório do Ministério das Cidades.

Tanto os seminários regionais quanto a audiência pública tiveram como objetivo debater e discutir o plano, e não receber propostas para o plano. Então, era um momento de esclarecer essa proposta de plano para a sociedade, para os agentes políticos, para os agentes públicos. Para, em seguida, na consulta pública realizada em 2012, aí sim receber propostas da sociedade brasileira para a versão até então, que era a versão preliminar.

Nós recebemos 649 contribuições nessa consulta. Ela ficou sessenta dias na internet. E, a partir dessas contribuições, nós então apreciamos todas elas, respondemos a todas elas, uma por uma, publicamos o relatório e consolidamos, enfim, uma proposta final de Plano Nacional de Saneamento Básico, submetida aí novamente aos conselhos: Conselho Nacional de Saúde, do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e das Cidades.

E esses conselhos, em resoluções aprovadas nos plenários, depois de debatido nas câmaras especiais de cada conselho – nós estivemos em todas elas discutindo –, eles, então, aprovaram o Plano Nacional de Saneamento. E todos eles recomendaram que esse GTI que foi criado para elaborar o plano fosse transformado em um GTI para monitorar o acompanhamento, a avaliação e a implementação do plano. O que foi feito? Foi criado um outro GTI com esse perfil.

Enfim, a versão do plano aprovada no GTI foi submetida à análise dos ministérios do Governo Federal. E a Presidente da República, em decreto, determina que, em um prazo de quinze dias, sete ministérios, que já tinham debatido, discutido e analisado o plano, fizessem então uma portaria interministerial de aprovação do plano.

Essa portaria, então, é assinada pela Casa Civil, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades.

Portanto, esse é um plano cujos signatários são sete ministérios de extrema importância no Governo Federal e que teve uma aprovação em um modelo peculiar. Ele é aprovado por um decreto da Presidente da República e por uma portaria interministerial. Então, do ponto de vista processual, a metodologia do plano se deu nesse formato.

Do ponto de vista conceitual, essa ilustração aqui traz os aspectos principais da metodologia do ponto de vista conceitual para a elaboração do plano. O plano seguiu elementos conceituais do planejamento estratégico situacional. Ele não é um planejamento estratégico *stricto sensu*, mas vários elementos conceituais do planejamento estratégico situacional foram adotados no plano, em especial aquele que diz respeito ao estudo de cenários.

Mas essa metodologia começa pela análise situacional, que irradia elementos, orientações, informações e conceitos para todas as demais etapas desse processo. É uma análise que não é um simples diagnóstico. Ela faz, de fato, uma avaliação técnica, conceitual. Ela propõe elementos para serem abordados no plano e ela entra nos aspectos constitucionais, aspectos políticos, aspectos referentes a investimento, à política tarifária, subsídios, elementos de acesso ao serviço e de qualidade do serviço. E irradia, então, um conjunto grande de informações.

A partir dela, então, inicia-se, do ponto de vista conceitual, todo esse processo que, embora esteja colocado aqui em linha, em várias de suas passagens são processos que seguem paralelos. Então, há uma seleção de condicionantes e matriz de impactos de incertezas. Quer dizer, aqui nós estamos pensando em uma visão de futuro, visão de vinte anos. Portanto, esses elementos são fundamentais.

A partir das condicionantes críticas e de seleção de hipótese de como essas condicionantes vão se comportar no futuro, você, então, identifica atores estratégicos, atores fundamentais da sociedade e elenca alternativas tanto para essas condicionantes como para essas hipóteses de acontecimento das condicionantes. São variáveis e hipóteses em que essas variáveis poderão ocorrer, segundo uma ou outra visão estratégica de futuro.

(Soa a campainha.)

O SR. ERNANI CIRÍACO DE MIRANDA – Bom, com esses cenários então avaliados, nós escolhemos o cenário considerado mais plausível, que foi o cenário um, e definimos outros dois cenários de referência.

Esse cenário aborda aspectos do quadro macroeconômico da política brasileira, aspectos do ponto de vista da gestão da política para o saneamento básico, elementos de evolução do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista das características sociais e também elementos referentes ao comportamento da política de investimentos no setor em uma visão de futuro a partir da análise de dados históricos e da realidade atual.

Em seguida, foram definidas metas através de uma consulta Delphi a mais de noventa especialistas brasileiros. E aqui, então, você entra com um elemento fundamental que é, conhecidos os cenários e as metas, determinar que estratégias e que diretrizes você tem que cumprir nos próximos vinte anos para dar conta de atender aos grandes desafios que estão colocados no plano e às metas, que são tanto metas físicas como metas de qualidade também colocadas e metas de avanço e melhoria da gestão.

Com esse quadro todo, você formula programas e formula elementos para o plano de monitoramento e aí, então, escreve todo o plano, que é esse documento de cerca de 150 páginas. Portanto, não é um documento muito extenso porque ele não tinha pretensão de ser muito detalhado, para que esse detalhamento possa ocorrer no processo. Uma vez aprovado, então, o plano foi publicado.

O nosso desafio agora é implementar esse plano. Nós estamos desde 2014 nessa etapa de implementação. O horizonte do plano é de vinte anos. Ele vai desde 2014 até 2033. Estamos na avaliação do primeiro ano e estamos prevendo a primeira revisão no ano de 2017.

Alguns aspectos, então, da Lei de Saneamento, que foi solicitado no requerimento. É uma lei de 2007, com vigência desde 22 de fevereiro de 2007.

A lei tem uma característica interessante: ela não estabeleceu prazos para implementação dos instrumentos fundamentais, como, por exemplo, planos municipais, regulação, controle social. Portanto, desde a sua vigência, quem não tem esses instrumentos instalados e funcionando está em desacordo com a lei. Quem traz alguns prazos é o Decreto nº 7.217 e, em alguns casos, algumas resoluções recomendadas do Conselho de Cidades.

A lei se divide em duas partes. Uma parte de diretrizes gerais de cumprimento obrigatório dos entes federados – Estados e Municípios – e de companhias de saneamento, de autarquias municipais, de instâncias de regulação. São diretrizes nacionais. A segunda parte fala da política federal, em especial de dois instrumentos fundamentais, que são o Plano Nacional e o Sistema Nacional de Informações.

Do ponto de vista do Plano Nacional, nós o aprovamos em 2013; e do ponto de vista do Sistema de Informações, nós temos um sistema que funciona há mais de 20 anos e que nós agora vamos ampliar um pouco o escopo e a área de abrangência desse plano. Mas ele já existe, tanto é que tanto o Édison na sua apresentação como a Kátia colocaram um conjunto enorme de informações nas suas exposições, que vêm justamente do SNIS – não sei se vocês tiveram a curiosidade de olhar a fonte, mas era o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Alguns princípios fundamentais são colocados também na lei, e o Plansab aborda todos esses princípios e se baseia em todos esses princípios – não poderia ser diferente.

Aqui há alguns destaques para a universalização: a transparência das ações – nós tivemos um processo largo de transparência na elaboração do plano e de participação, com inúmeros seminários e audiências públicas – controle social e, em especial, alguns aspectos sobre segurança, qualidade e regularidade do abastecimento. Tanto é que o Plansab faz uma boa abordagem sobre a questão da regularidade e da continuidade do atendimento, já que nós tínhamos no Brasil, por exemplo, no caso da água, muito atendimento em que ocorre intermitência no sistema.

Outros aspectos fundamentais: de tudo isso que está colocado aí, eu vou destacar três. Um o Édison já abordou, que é a obrigatoriedade de os titulares do serviço de saneamento fazerem plano municipal de saneamento básico. Esses planos, nos termos do Decreto nº 7.217, são obrigatórios, a partir de janeiro do ano que vem, para que sejam acessados recursos administrados pelo Governo Federal para investimento em saneamento, inclusive recursos de emendas parlamentares. Portanto nenhum Município poderá receber recursos para investimento em saneamento básico sem ter o plano aprovado a partir de janeiro do ano que vem.

Outro aspecto importante no que diz respeito à regulação e à fiscalização: o plano torna obrigatória a regulação e a fiscalização e determina que quem deve implementar essa regulação é o titular de serviço, ou seja, os Municípios brasileiros. Isso pode ser de forma direta ou de forma delegada a uma agência, a uma entidade de terceiros – mas ela tem que estar funcionando no máximo no âmbito territorial do Estado. Não pode, por exemplo, um Município de Minas delegar regulação para um Município de São Paulo ou para o Estado de São Paulo.

E um terceiro aspecto diz respeito ao controle social, que também é obrigatório nos termos da lei. Tem que haver um controle social funcionando, seja por intermédio de um órgão colegiado, que é o principal modelo de organização, ou seja, no mínimo por audiências públicas, consultas públicas e reuniões com a sociedade brasileira.

E eu falei que eram três, mas um quarto destaque é o que diz respeito à contratação de serviço. A lei obriga que, uma vez delegado o serviço para terceiro – e no Brasil, quanto ao serviço de água, mais de 4 mil Municípios são atendidos por companhias estaduais, portanto o Município delega a essas companhias, um conjunto já grande de Municípios delegam à iniciativa privada –, todos eles têm que ter um contrato, seja de concessão, quando a delegação se dá por meio de licitação pública, ou seja um contrato de programa, quando a delegação se dá por intermédio de uma cooperação federativa, nos termos do art. 241 da Constituição brasileira. Portanto tem que haver contratação.

Por que esse destaque? Porque é comum no Brasil até hoje você ter serviços delegados sem contrato, sem nenhum instrumento que regulamente esse serviço. Isso está acabando, mas ainda há no Brasil. Até pou-

cos anos atrás, capitais importantes do País não tinham nenhum contrato regulamentando a prestação desse serviço. Todos esses aspectos são algumas abordagens destacadas da Lei nº 11.445, de 2007.

Um outro ponto do requerimento fala da Lei de Resíduos Sólidos. Essa Lei nº 12.305, em nível federal, é de competência do Ministério do Meio Ambiente, ou seja, é o Ministério do Meio Ambiente que é responsável pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mas eu pontuei alguns itens aqui apenas, que têm bastante interface com o Plano Nacional de Saneamento Básico.

Um deles é o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Esse plano foi elaborado, entretanto não chegou até a etapa final de aprovação, como ocorreu com o Plansab. Ele está publicado, mas não há um decreto, uma portaria, um instrumento formal de aprovação desse plano.

O Sistema Nacional de Informações de Resíduos Sólidos também está estabelecido na lei. Ele está funcionando mais com os aspectos referentes aos resíduos sólidos urbanos que são capturados do nosso sistema de saneamento básico.

A lei fala também da necessidade de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Nesse caso, a lei põe prazo. Então o prazo para que os Municípios elaborem Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos já venceu – se eu não estou enganado – desde dezembro de 2010. Então quem não tem plano está descumprindo essa lei.

E aqui há um aspecto mais relevante que deve ser destacado: o não cumprimento dessa lei, na interpretação de vários juristas, implica desrespeitar a Lei Ambiental. Portanto cabe a interpretação que o descumprimento dessa lei também está sujeito à Lei de Crimes Ambientais.

Isso vale também para a questão da disposição dos rejeitos, que é outro aspecto fundamental que eu quero colocar aqui. A lei fala que os rejeitos dos resíduos sólidos têm que ter uma disposição adequada – nem fala que tem que ser em aterro, fala que tem que ter uma disposição adequada. O aterro é o principal deles. O que a lei fala é que a prioridade da política de resíduos sólidos tem que cumprir esta ordem sequencial: primeiro, não geração; segundo, redução; terceiro, reutilização; quarto, reciclagem e tratamento; e quinto, disposição final adequada dos rejeitos.

Então não há que se falar de solução para resíduos sólidos que não cumpra essa ordem que está colocada na lei. A lei, então, define linhas de precedência. Você não pode, por exemplo, ir direto para o incinerador e queimar todos os resíduos. Você estará descumprindo a lei se fizer isso, por exemplo. E essa disposição final ambientalmente adequada venceu em dezembro de 2014. Portanto, Município que não está cumprindo esse regulamento legal, como o prazo está estabelecido na lei, está descumprindo a lei nesse aspecto.

O Plano Nacional de Saneamento Básico estabeleceu uma meta para essa questão da disposição dos resíduos sólidos: dezembro de 2014. Ou seja, em dezembro de 2014, todos os rejeitos de resíduos sólidos estariam indo para aterro. É claro que isso não foi cumprido, e agora nós estamos fechando a avaliação do plano, e os indicadores evidenciam que isso não vai ser cumprido no curto prazo a seguir o ritmo dos últimos anos.

Basicamente eram esses aspectos que eu trouxe aqui para esta audiência. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Antes de finalizarmos os nossos trabalhos – agradeço a todos os nossos palestrantes –, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 35ª Reunião da CDR.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A Presidência agradece a presença dos convidados e dos demais presentes e a todos aqueles que nos acompanharam pela Rádio e TV Senado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02 DA ALA NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia onze de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala de reuniões número dois da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Gladson Cameli, Simone Tebet, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Walter Pinheiro, Regina Sousa, Hélio José, Dário Berger, Maria do Carmo Alves e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da 36ª reunião, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016 a 2019 (PPPA 2016-2019), Projeto de Lei nº 6, de 2015-CN, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Elmano Férrer, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. O Relator explana que foram apresentadas 21 (vinte e uma) emendas ao PL nº 6/2015-CN, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia, Elmano Férrer, Simone Tebet, Lídice da Mata, Fernando Bezerra e Randolfe Rodrigues. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Simone Tebet. Submetidas a votação, a Comissão aprova 3 (três) emendas à despesa, todas de ampliação de meta, conforme segue: Emenda nº 1 – CDR - ampliar de 10% para 60% os municípios com plano municipal de saneamento básico; Emenda nº 2 – CDR - qualificar 40.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo; e Emenda nº 3 – CDR - Recursos Hídricos. Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 97, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e a submete a aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia a todos, à imprensa, aos servidores, aos Senadores e aos assessores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião da CDR.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Alguns comunicados.

Antes de iniciarmos a reunião, comunico que recebemos do Gerente Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, Sr. Ênio Mathias Ferreira, complementação de sua apresentação, detalhando a aplicação de recursos na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), referente ao período de 2011 a agosto de 2015, conforme solicitado pelo Senador Ronaldo Caiado, na audiência pública realizada em 4 de novembro de 2015, na qual foi discutida a redistribuição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Essas informações já foram encaminhadas aos gabinetes por meio eletrônico e encontram-se disponíveis para consulta dos Senadores e das Senadoras na Secretaria de Apoio da Comissão.

Informamos também o recebimento do Ofício da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) nº 106, de 2015, Aspar-Anac, enviado em 5 de novembro de 2015, que relata ocorrência no aeroporto de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, que, no juízo da agência, pode comprometer a aviação civil naquele Estado.

O documento foi encaminhado aos gabinetes por meio eletrônico e encontram-se disponíveis para consulta dos Senadores e Senadoras na secretaria de apoio da Comissão.

Informamos ainda o recebimento, em 6 de novembro de 2015, da correspondência da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, com a sugestão para propositura de resolução que determine a

destinação obrigatória de valores das emendas parlamentares para aplicação no turismo, particularmente na promoção dos destinos brasileiros, no âmbito doméstico ou internacional.

Feitos esses comunicados, passamos à pauta previamente estabelecida.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 – PPA 2016/2019 (PL nº 06, de 2015-CN).

A Comissão recebeu 21 emendas.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Elmano Férrer, coordenador das emendas do PPA, para fazer a leitura do seu relatório e suas considerações.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, nós queríamos agradecer a participação que tivemos na elaboração deste relatório e dos consultores desta Comissão. Ressalto especialmente a participação da nossa querida e estimada Helena, que foi muito importante para que pudéssemos fazer a síntese e a conciliação das 21 emendas em três, buscando atender principalmente aos projetos e iniciativas de ordem prioritária para as regiões que integram o nosso País.

Passo a ler o relatório, cuja ementa é a seguinte: "Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão a serem apresentadas ao Projeto de lei nº 06/2015, que institui o PPA 2016 a 2019."

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas no parecer preliminar, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente no item 2.3; do parecer preliminar que trata da apreciação do PPA, esta Comissão reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016 a 2019 (PPA 2016-2019), Projeto de Lei nº 6, de 2015-CN.

As propostas apresentadas contemplam demandas variadas conforme as competências regimentais desta Comissão. A CDR pode apresentar, como é do conhecimento de todos, até três emendas à despesa.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 21 propostas de emenda, como já é do conhecimento de todos.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discrimina o número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três emendas desse tipo reservadas a esta Comissão. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

Nosso voto foi o seguinte: podemos afirmar que as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar emendas que implicam atuações de reconhecida urgência e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo delibere pela apresentação de três emendas à despesa, todas de ampliação de meta, conforme se segue: a primeira visa a ampliar de 10% para 60% os Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico; a segunda visa a qualificar 40 mil profissionais da cadeia produtiva de turismo; e a terceira visa a ampliar a capacidade de conservação de água bruta de 2,937 bilhões de metros cúbicos.

Relembramos à Comissão que as emendas devem se fazer acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à correção técnica, à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sr. Presidente, era esse o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão o relatório do Senador Elmano Férrer no que diz respeito às emendas ao PPA 2016-2019.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, apenas quero parabenizar V. Exª pela indicação do Senador Elmano Férrer para ser o nosso Relator e aglutinador das emendas do PPA.

Quero dizer que ele fez um relatório muito democrático, acima de tudo. Ele foi muito claro nas suas colocações. Com isso, não causou injustiça a nenhum destes membros. Optou por dois fundamentos muito específicos. Um deles é o caráter institucional – foi o que vi no relatório. E houve o fato também de ele ter escolhido emendas que têm o objetivo de atender interesses nacionais.

No mais, as três emendas apontadas não podiam ser mais atuais e pertinentes, até porque esta Comissão optou, neste ano, pela Política Pública de Saneamento Básico, e não poderia ser diferente. Quem imaginaria que o Brasil passaria por um problema tão grave no que se refere à crise do recurso hídrico? Nós tínhamos de avançar, Senador Elmano, no que se refere ao esgotamento sanitário, ao depósito de resíduos sólidos, com a extinção dos chamados lixões, mas temos de voltar um pouquinho para trás, temos de dar dois ou três passos para trás, para também buscarmos recursos, ideias e planejamento no que se refere à estrutura de recursos hídricos. Mas estamos aqui para isso.

V. Exª muito bem colocou aqui não só a ampliação de 10% para 60% dos Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico, mas também, na terceira emenda acolhida, um programa específico para recursos hídricos voltado para as obras de infraestrutura, para resolver o problema que antes era só do Nordeste, mas que, hoje, já atinge todo o Sudeste brasileiro.

Então, apenas quero parabenizá-lo.

Concordo integralmente com o relatório apresentado pelo Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, nós colocamos em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Portanto, ficam aprovadas as emendas da Comissão propostas ao PL 6, de 2015, as de nºs 9, 16, 14, 21, 3 e 6, com os devidos ajustes. Elas são renumeradas, respectivamente, como Emendas nºs 1, 2 e 3.

Nos termos do art. 97, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, eu gostaria de propor a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Os Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Gostaria de agradecer também ao Senador Elmano, que aceitou o convite desta Presidência e com maestria fez um belo trabalho, aprovado por unanimidade pelos Senadores desta Comissão, no sentido de encaminhar emendas que, conforme a assessoria do Senador Elmano, assim como a assessoria do Senado e da Comissão, são emendas importantes, que mexem, basicamente, na meta das ações apresentadas pelo Governo.

Portanto, o Senador Elmano visou, como disse a Senadora Simone, a possibilidade de atingir o maior número de pessoas dentro das metas estabelecidas pelo Governo, que eram pequenas e que agora, com a aprovação das respectivas emendas junto ao PPA, deverão ser ampliadas no sentido de atender ao maior número de pessoas nas áreas de abrangência aplicadas pelo ilustre Relator, Senador Elmano Férrer.

Então, agradecemos, Senador Elmano, a participação de V. Exª.

Antes de encerrarmos a presente reunião, informo aos Senadores e Senadoras que, logo em seguida, abriremos a 38ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional para a realização de audiência pública proposta pela eminente Senadora Simone Tebet.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia onze de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Simone Tebet, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Walter Pinheiro, Regina Sousa, Hélio José, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Registram presença os Senadores não-membros Blairo Maggi, Waldemir Moka, Antonio Carlos Valadares, Aécio Neves, Valdir Raupp, Wilder Morais e Roberto Rocha. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento 53/2015-CDR, com a finalidade de Debater a formação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Rodrigo Rollemberg, Governador do Distrito Federal; Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Pedro Taques, Governador do Estado do Mato Grosso; Reinaldo Azambuja, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul; Confúcio Moura, Governador do Estado de Rondônia; Marcelo Miranda, Governador do Estado de Tocantins; e, por deliberação do colegiado, participa com o uso da palavra, Roberto Mangabeira Unger, ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Simone Tebet, Hélio José, Blairo Maggi, Elmano Férrer, Lúcia Vânia, Roberto Rocha, Antonio Carlos Valadares e Waldemir Moka. Às doze horas e dezenove minutos, a Senadora Simone Tebet assume a presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia. Iniciamos a 2ª etapa da Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, com a finalidade de debater a formação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.

Encontram-se presentes para a audiência pública os seguintes convidados, os quais convido para compor a Mesa: S. Exª Rodrigo Rollemberg, Governador do Distrito Federal; S. Exª Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; S. Exª Pedro Taques, Governador do Estado de Mato Grosso; S. Exª Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul; S. Exª Confúcio Moura, Governador do Estado Rondônia; S. Exª Marcelo Miranda, Governador do Estado de Tocantins.

Gostaríamos de agradecer a presença dos ilustres Governadores, que engrandecem muito o trabalho desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de 3 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência pública será recebida nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br, e pelo Alô Senado 0800-612211.

Gostaria de cumprimentar e parabenizar a eminente Senadora Simone Tebet, que, num trabalho realizado por S. Exª, na reunião passada, quando da reunião da nossa Comissão, apresentou um requerimento de urgência, que foi colocado em votação, como matéria extrapauta, em virtude da importância deste encontro em nossa Comissão.

Houve, por parte dos Senadores, a unanimidade da votação do requerimento extrapauta e a inclusão desta matéria nesta reunião de audiência pública.

No mesmo sentido, gostaria de agradecer ao Senador Hélio José, que tinha aprovado um requerimento de sua autoria ainda na semana passada, em que iríamos fazer uma audiência pública, tratando, com o Ministério do Planejamento, da questão das passagens aéreas adquiridas pelo Governo Federal e pelos órgãos do Governo Federal.

O Senador Hélio José abriu mão dessa audiência pública, que já estava aprovada, com data previamente estabelecida para o dia de hoje, nos sentido de atender o pleito da Senadora Simone Tebet. Faço esse agradecimento público ao Senador Hélio José, pelo discernimento, pela humildade e pelo desprendimento que S. Exª teve, quando da aprovação deste Requerimento de nº 53, para podermos estar reunidos no dia de hoje.

Também cumprimento novamente a Senadora Simone Tebet pela iniciativa, que, com certeza, proporciona uma oportunidade única de nós, Senadores desta Comissão, ouvirmos o planejamento, o desejo e o anseio destes Governadores, para o que encaminho a formatação de um Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.

Como primeiro expositor, S. Exª, o Governador Rodrigo Rollemberg, para fazer a sua exposição e as suas considerações.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; meus colegas Governadores Marconi Perillo, Pedro Taques, Confúcio Moura, Reinaldo Azambuja e Marcelo Miranda; os Senadores aqui presentes, Hélio José e Elmano Férrer; as Senadoras Simone Tebet e Lúcia Vânia e os Deputados Nilson Leitão, Thiago Peixoto, o ex-Deputado Freire Júnior, a Deputada Tereza Cristina, os Secretários de Planejamento aqui presentes, na figura da Secretária de Planejamento de Brasília, Leany Lemos, e o Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa, que tem sido um grande colaborador da cidade, com toda a sua experiência.

Gostaria de dizer da minha satisfação de estar de volta a esta Casa, que foi tão importante para mim e me acolheu muito bem, onde aprendi muito. Confesso que sempre dá uma certa saudade quando visito o nosso querido Senado Federal, que é a minha Casa.

Aliás, antes de ser Senador, sou servidor. Tenho muito orgulho em dizer que sou servidor desta Casa.

Mas quero saudar a criação do Consórcio Brasil Central. Fico muito honrado que ele se tenha formalizado aqui em Brasília, depois de já termos feito reuniões em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, que contaram com a participação de todos os Governadores, e teremos a próxima reunião do consórcio em Rondônia, no mês de dezembro.

Considero que esta é uma novidade alvissareira no cenário político nacional, em que construímos não apenas uma nova geografia política, mas também novas formas de agir, buscando garantir cooperação entre unidades da Federação, que têm muitas coisas em comum, no sentido de criar uma sinergia que possa ampliar o desenvolvimento regional e, a partir deste, promover o desenvolvimento nacional.

Nessa região, composta por essas seis unidades da Federação, temos 25% do território brasileiro, 20 milhões de brasileiros e brasileiras vivendo, com grandes potencialidades econômicas. Nos últimos anos, vem experimentando taxas de crescimento superiores à média nacional.

Trata-se de uma região de grande dinamismo econômico, mas também de grandes desafios. Ainda temos muitas diferenças sociais, regionais e inter-regionais, que precisam ser enfrentadas com políticas de desenvolvimento que garantam melhor qualidade de vida à população e distribuição de renda.

Nesse sentido, alguns pontos foram identificados como agendas prioritárias do Consórcio Brasil Central. A primeira delas é a educação. Todos temos consciência de que a educação é a forma mais rápida, ágil, eficiente, inteligente e sustentável de promover o desenvolvimento. Qualquer política de desenvolvimento deve ser sustentada na melhoria da qualidade da educação.

É muito importante que possamos aprender com as experiências desenvolvidas pelos Estados e é nosso objetivo que estes possam, conjuntamente, a cada ano, melhorar a sua posição no *ranking* nacional de qualidade da educação, como um pilar básico para políticas de desenvolvimento duradouras.

Também entendemos que a área de ciência, tecnologia e inovação deve ser prioridade para esta região. É importante registrar que esta tem uma força e uma vocação agrícola muito grande. Já somos os maiores produtores de diversos produtos agrícolas brasileiros, que já têm incorporado bastante conhecimento e tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, mas ainda temos um número pequeno de parques tecnológicos.

Brasília, por exemplo, reúne a maior concentração de doutores por habitante do Brasil, tem uma grande vocação para a indústria do conhecimento e, no entanto, ainda não tem aqui um parque tecnológico. Quere-

mos ter uma política integrada de criação de parques tecnológicos na região, de agregação de valor de conhecimento à nossa produção agrícola, industrial e agroindustrial, valorizando muito a indústria do conhecimento.

Tenho convicção de que isso também é uma vocação que pode ser otimizada, se trabalhada conjuntamente com as demais unidades da Federação.

Quero saudar nosso amigo, Senador Waldemir Moka, um grande amigo, com quem aprendi muito na minha convivência no Senado.

Outra agenda de interesse comum é a do turismo. Temos aqui Estados com belezas cênicas fantásticas, desde Brasília, próximo do nosso Lago Paranoá, e outras áreas bastante interessantes da nossa cidade até também o Pantanal mato-grossense, seja no Mato Grosso, seja no Mato Grosso do Sul, locais muito especiais, como Bonito, em Mato Grosso do Sul, Nobres, em Mato Grosso, Jalapão, em Tocantins, e o Vale do Guaporé, em Rondônia, com uma grande vocação para o ecoturismo, cada vez mais apreciado pela população de todo o mundo.

Mais do que isso, aqui em Brasília temos uma grande vocação para o turismo de eventos. Já temos hoje o segundo aeroporto em movimento de passageiros do País, com uma infraestrutura excepcional, e estamos no centro do Brasil, o que facilita a presença das pessoas em congressos, conferências e convenções.

Entendemos que esta é uma indústria limpa, que deve ser incentivada, e a nossa região tem um grande potencial de desenvolvimento, através do turismo, trabalhando de forma integrada.

Em relação à agricultura, é importante registrar também o potencial, como disse, dessa região para esse setor. Temos milhões de hectares de pastagens degradadas que podem, com novas tecnologias de integração, lavoura, pecuária e florestas, ser incorporadas à produção, aumentando a produtividade, sem que precisemos avançar sobre áreas de cerrado preservadas.

Temos aí um imenso espaço para crescer na agroenergia, que considero nosso Pré-Sal verde, tanto com a segunda, terceira e quarta geração dos biocombustíveis, como com as plataformas de florestas energéticas, como as do biodiesel.

E temos, aqui em Brasília, o centro da Embrapa. Orgulho-me muito por ter contribuído para este centro estar aqui em Brasília, um dos mais avançados do mundo em agroenergia e química fina. Portanto, aliar novas tecnologias ao aproveitamento dessas áreas é outra estratégia de desenvolvimento dessa região.

É muito importante registrar também que estamos aqui no bioma Cerrado, e há forma de desenvolvimento sustentável que pode aliar desenvolvimento à preservação deste bioma, que reúne uma das maiores biodiversidades do mundo e é o berço das águas do Brasil – 70% das águas da bacia do Paraná, do Tocantins e do São Francisco vertem do bioma Cerrado.

Daí a nossa responsabilidade também no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, que tenha a capacidade de preservar a qualidade das nossas águas.

É claro que, para tudo isso, precisamos ter uma infraestrutura e uma logística de boa qualidade, e um investimento em ferrovias, estradas e energia extremamente importante para ampliar a competitividade dessas regiões.

Especialmente, aqui em Brasília, temos dois projetos integrados com o governo de Goiás, que estão caminhando, interessando-nos muito implementar, que é o trem de média velocidade, ligando Brasília a Goiânia, uma das maiores regiões urbanas conurbadas do País, e também o trem de passageiros, ligando Brasília a Luziânia. O edital já está na rua para os estudos de viabilidade econômica, para a transformação desse trem em trem de passageiros. Investimento em infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento de toda a região.

Estamos dizendo isso para mostrar que precisamos definir prioridades para utilizar os instrumentos já disponíveis, a fim de que eles sejam utilizados diante das prioridades.

Ontem, estivemos com o Ministro da Integração Nacional, para discutir uma melhor utilização dos recursos dos fundos, que nos parecem pulverizados, muitas vezes financiando atividades tradicionais, quando, na verdade, eles podem ter uma utilização otimizada, se usados naquilo definido como prioridade para os Estados e, ao mesmo tempo, em projetos que possam significar o desenvolvimento de toda a região.

Queremos abrir um debate neste momento, especialmente em relação ao FCO, sobre a possibilidade de utilizarmos parte dos recursos do FCO para investimentos públicos, que possam contribuir para o conjunto de cadeias produtivas e não apenas para este ou aquele proprietário que desenvolve uma determinada atividade econômica.

Chegou o momento deste debate. Muitas vezes, o investimento numa infraestrutura pública, seja numa rodovia, seja numa ferrovia, seja na melhoria da capacidade energética, seja no parque tecnológico, acaba promovendo o desenvolvimento do conjunto da região e trazendo benefícios maiores, ao invés de estarmos com esses recursos de forma pulverizada.

Para isso, é muito importante a valorização do Condel, como um instrumento de debate efetivo e de formulação de políticas, em que os governadores possam ser ouvidos e colocar as prioridades dos seus Estados e da região, evitando as aprovações de projetos *ad referendum*, como tem sido feito no âmbito desses fundos.

É importante valorizar esses fóruns de planejamento, onde a área técnica do Ministério possa ser ouvida, mas onde também os governadores possam ter uma voz ativa no sentido da formulação dessas políticas.

Nós estamos muito felizes de sediarmos o Consórcio Brasil Central, aqui em Brasília, e entendo também que esse consórcio representa uma novidade na política brasileira. Num momento em que sentimos ausência de lideranças que possam promover um diálogo e que apontem caminhos para o Brasil, para a superação das dificuldades que vivemos neste momento, e que possam apontar para um novo momento em que o Brasil retome a sua capacidade de desenvolvimento com distribuição de renda e com melhoria da qualidade de vida da nossa população, quando seis Estados se unem em torno de objetivos comuns, também eles exponenciam a sua força política.

Nós entendemos, ontem, indicar, eleger o Governador Marconi Perillo como o presidente deste consórcio, neste primeiro momento. Entendemos que o Governador Marconi Perillo, com quatro mandatos de governador, embora muito jovem, como Senador brilhante que foi, como homem que demonstrou e vem demonstrando capacidade de realização e capacidade de diálogo, está tarimbado para exercer essa liderança neste momento, liderança essa que certamente contará com o apoio de todos nós.

É muito importante que as Bancadas federais, Senador Hélio José, Senadora Simone, Senadora Lúcia Vânia, Senador Moka, as Bancadas do Centro-Oeste, de Rondônia e de Tocantins possam também estar unidas em torno desse projeto, para que também as pautas, as agendas comuns a esses Estados possam se refletir numa agenda no Legislativo, numa agenda que encaminhe os pleitos dos Governadores e contribuam para um novo momento na história da nossa região; e que nossa região, mais do que nunca, contribua para a promoção do desenvolvimento nacional.

Esse foi um sonho de Juscelino Kubitschek quando criou Brasília. Era um processo de interiorização, mas também uma percepção de que Brasília deveria cumprir um papel importante na promoção do desenvolvimento de toda a região. E é isso que nós queremos fazer, associados a esses cinco Estados: criar, a partir do desenvolvimento regional, um novo modelo para o desenvolvimento nacional.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Concedo a palavra a S. Exª o Governador de Tocantins, Governador Marcelo Miranda.

O SR. MARCELO MIRANDA – Bom dia a todos. Meu caro Senador Davi, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Srs. Governadores Reinaldo Azambuja, Rodrigo Rollemberg, Marconi Perillo, nosso Presidente do Consórcio Brasil Central; Sr. Governador Confúcio e Sr. Governador Pedro Taques; Srªs Senadoras Simone Tebet, Lúcia Vânia; meu caro Senador Waldemir Moka, por um tempo emprestado para o Tocantins com o nosso presidente do nosso partido; Senador Hélio José, Senador Férrer. Permitam-me cumprimentar aqui o ex-Governador e Deputado Federal Zeca do PT, fomos colegas com passado; meu caro Deputado Freire Júnior, que aqui também compôs esta Casa por muitos anos; Deputado Tiago, Srs. Deputados Federais, Deputados Estaduais.

Confesso, meu caro Presidente, nossa alegria de poder compor hoje e participar de um momento onde todos os secretários de planejamento e gestão, Procuradores de Estado, Presidentes de Assembleias tiveram oportunidade, Senador Waldemir Moka, de integrarmos um momento importante para o Brasil, um momento transitório que vivemos.

E o Consórcio Brasil Central chega num momento oportuno, em que nos orgulhamos, Srªs Senadoras, desse momento, dizendo para todos os Senadores e Deputados aqui presentes e senhores da imprensa: o Brasil, eu começo dizendo, passa hoje pelo Brasil Central. Sem desmerecer nenhuma região, mas é um orgulho hoje estarmos à frente, sob o comando agora do eminente Governador Marconi Perillo presidindo este consórcio; podem ter certeza de que o Brasil terá, sim, soluções.

A nossa capacidade de agir de forma coletiva hoje na busca de alternativas econômicas e sociais, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é justamente para mostrar o outro lado. Eu venho de um Estado – e começo falando do meu Estado em particular – em que o setor produtivo passa a ter uma importância ímpar. Os números nos favorecem – principalmente no agronegócio – numa logística, Srs. Senadores, onde nós temos o privilégio hoje de ter uma ferrovia que corta o nosso Estado, chega a Goiás, consequentemente há escoação da nossa produção para os grandes centros da Europa, da Ásia, enfim, e dos Estados Unidos – por que não dizer isto?

Por que eu começo dizendo isso? Porque o Tocantins se integra, neste momento, aos Estados produtivos. O Tocantins hoje se integra aos Estados sobre os quais podemos dizer, com muita tranquilidade, que podem dar o retorno à economia brasileira.

A área de abrangência – só para os senhores terem ideia, já são conhecidos do consórcio – compreende dois milhões de quilômetros quadrados, Sr. Senador Férrer, o senhor que conhece bem a região. Isso representa 25% do território nacional, Srªs Senadoras. Olha a grandeza desta região, o Brasil Central! Uma população de aproximadamente 20 milhões de habitantes. O que significa isto? Um em cada dez brasileiros mora na Região Central do Brasil.

Por que eu estou dizendo tudo isso? Porque nós precisamos integrar mais ainda. O PIB dos Estados que compõem este fórum representa 11,27% da riqueza do nosso Brasil. Em nossas terras, a economia do agronegócio, como eu volto a reafirmar, é uma oportunidade de prosperidade, uma oportunidade para reestruturação da economia nacional.

Imaginem que 26% dessa força econômica, Srs. Senadores, Srs. Deputados, são produzidos nos Estados da Região Central do Brasil. Olha a grandeza deste consórcio: somos seis Governadores, 18 Senadores, 57 Deputados Federais e uma centena de vereadores, de deputados estaduais que compõem o nosso Consórcio Brasil Central.

Confesso para os senhores mais uma vez que essa representação política é essencial e preponderante para construirmos a harmonia da cultura, a paz e o diálogo tão necessário para o nosso País. Comungamos hoje da sinergia do desenvolvimento regional como proposta sustentável para o futuro do País. Acredito eu que o Brasil – e vocês sabem – é um conjunto de territórios com peculiaridades sociais e econômicas, porém somos unidos pelos ideais da prosperidade e do bem-estar da nossa gente.

Eu quero aqui, para encerrar as minhas palavras, dizer que hoje é um dia muito especial. Especial porque o Senado Federal, o Congresso Nacional terão do Brasil Central, dos Governadores do Brasil Central, a certeza do apoio, da união, porque esta unidade, neste momento agora, é de suma importância para nós discutirmos políticas para um Brasil melhor. Políticas para um País que precisa do apoio dos governantes, para um País que precisa de homens e mulheres comprometidos não só com as riquezas deste País, mas com o compromisso de darmos tranquilidade e qualidade de vida para a nossa gente.

Muito obrigado a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Concedo a palavra a S. Exª, o Governador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente desta Comissão, Davi Alcolumbre; demais Senadores e Senadoras presentes, Srs. Deputados, secretários, imprensa, presentes, meus queridos Governadores, eu sou do Estado de Rondônia e sou um Governador convidado para fazer parte do Consórcio Brasil Central. Eu pertenço à Região Norte, mas devido às semelhanças de produção de nosso povo com as do povo do Centro-Oeste brasileiro, e também ser um Estado produtor de alimentos, fui por isso, junto com o Tocantins, convidado a fazer parte do Consórcio Brasil Central, o que me honra bastante.

Eu fico dividido entre o Norte e o Centro-Oeste, porque eu sou tocantinense de nascimento, criado em Brasília e Goiânia, e mais tarde fui para Rondônia. Então, sou goiano, tocantinense e rondoniense. Eu sou tudo. Interessante que essa figura do consórcio surge neste momento como uma luz que brilha nesse céu cinzento da política brasileira. A gente abre um jornal na manhã e caça uma notícia boa e não encontra. Só notícia ruim. Só coisas que realmente repercutem muito negativamente para o povo brasileiro. Então, esse consórcio veio, assim, como o renascimento de alguma coisa nova, uma certa insurreição política de Governadores, que não são os maiores do Brasil, mas somos dos Estados produtores de alimento.

E aqui o meu objetivo, nesta Comissão e no Senado, é dizer para os senhores e senhoras que o objetivo desse consórcio é também fazer um alerta político. Porque todos nós somos políticos, e nossas atitudes, nossos discursos, nossos votos, nossos comportamentos, nossas atitudes repercutem muito na sociedade, e no momento nós não estamos dando bom exemplo ao povo brasileiro. Não está legal, e nós teremos que mostrar esses comportamentos a partir de cada um de nós, que estamos detendo hoje, transitoriamente, uma função política importantíssima.

Não nos cabe, aqui no Brasil, atrapalhar o povo brasileiro. Nós não temos o direito de inibir a esperança e a confiança dos investidores.

Nós não temos o direito de inibir o pequeno empreendedor, que foi para Tocantins, que foi para Rondônia, que foi para o Mato Grosso, há 40 anos, quando não existia nada, pobre, cheio de esperança, e com muito trabalho construiu este Brasil Central.

Eu cheguei a Brasília para morar aqui, na Vila Planalto, em 1956. Meu pai foi candango e ajudou a construir esses prédios aqui por perto. Eu carregava marmita para meu pai, pedreiro, trepado nesses andaimes por aqui afora. Para mim é uma honra imensa estar hoje aqui falando para os senhores e fazendo parte de uma insurreição pequena de Governadores de Estado singelos mas importantes: se existe PIB positivo neste País, este PIB positivo está no Centro-Oeste, particularmente no trabalhador do campo – o grande, o pequeno e o médio.

Esse é o objetivo do Consórcio Brasil Central. Não é, de maneira nenhuma, ser um movimento separatista. Não queremos nos separar de ninguém, mas queremos demonstrar que não estamos satisfeitos. E queremos blindar os nossos Estados contra a onda dessa crise que não tem premissa nenhuma de terminar algum dia. Nós queremos continuar trabalhando. É por isso que nós estamos aqui no Senado: para ser esse agente de transformação. É extremamente importante nós não termos medo de mudar essas leis! Nós não podemos ter medo, de maneira nenhuma, de reformar a Constituição em alguns pontos indispensáveis!

Hoje a maioria dos Estados e Municípios brasileiros estão quebrados: não têm dinheiro para pagar décimo terceiro, para honrar compromissos, e isso é bonito? Não é! Então, nós temos que quebrar a coluna vertebral de algumas manias brasileiras de adiar posições inadiáveis, como, por exemplo, a reforma da Previdência e a reforma política. Temos que encarar isso! Desculpem os partidos, mas no Brasil não cabem 35 partidos, não cabem 35 partidos neste país! Ninguém administra este País com 35 partidos! Nós temos que cair na real, gente! E este é o objetivo deste Consórcio Brasil Central.

Não somos São Paulo, não somos Minas Gerais nem o Rio de Janeiro, nenhum dos Estados virtuosos e grandes do País, não. Nós somos Estados trabalhadores, Estados capazes de sustentar o Brasil, de ser uma alavanca positiva para o Brasil dar uma mudada nessa situação, que não tem nenhuma perspectiva positiva.

Então, dessa forma, senhores e senhoras, nós estamos aqui para procurar os Senadores para nos ajudarem a trabalhar. Principalmente porque hoje a maioria dos Estados já ultrapassou a Lei de Responsabilidade Fiscal e os nossos Municípios rodam por Brasília mendigando ajuda sem receber nada e voltam desiludidos.

Nós precisamos trabalhar, efetivamente, dar condição para que nossos Municípios honrem os seus compromissos. Hoje, ser prefeito é mais ou menos a busca de uma eternidade no céu! Porque realmente é um risco imenso.

Assim, eu encerro as minhas palavras, desejando a nós mesmos aqui na frente, a nós do Consórcio Brasil Central, que nos seja dada a luz de sermos práticos, de sermos eficientes, de sermos corajosos, de sermos destemidos neste momento em que há necessidade do destemor.

E assim eu encerro as minhas palavras conclamando todos os Senadores para entrarem nesse pacto conosco, o pacto virtuoso do desenvolvimento e do progresso no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Concedo a palavra, agora, a S. Exª o Governador Reinaldo Azambuja.

O SR. REINALDO AZAMBUJA – Quero cumprimentar o nosso Presidente da Comissão, Senador Davi Alcolumbre, agradecendo a oportunidade; cumprimentar, em nome da nossa Senadora Simone, nosso Senador Waldemir Moka, todos os Senadores e Senadoras que nos recebem aqui nesta importante reunião; saudar o nosso Deputado Federal e ex-Governador Zeca do PT, cumprimentando todos os Deputados Federais e Deputadas aqui presentes; quero saudar toda a nossa equipe de colaboradores dos secretários de planejamento dos Estados, que estão desenvolvendo os trabalhos de Brasil Central; e cumprimentar o nosso anfitrião, Rodrigo Rollemberg, que desde ontem nos recebeu com tanto carinho aqui, com uma pauta extremamente positiva; cumprimentar o Governador Confúcio Moura, o Governador Pedro Taques; cumprimentar o Presidente do nosso consórcio, eleito ontem, o Governador Marconi Perillo; o Governador Marcelo Miranda, do Tocantins, e dizer da importância desta oportunidade, Presidente, que vocês nos concedem para podermos discutir um pouco, realmente dentro desta Comissão de Desenvolvimento Regional, sobre a importância desse Consórcio formatado pelos seis Estados.

O Marcelo falou aqui do tamanho da economia dos Estados, da população, da importância, e que hoje esses seis Estados já respondem por mais de 50% da produção agropecuária de todo o País. E nós temos realmente que olhar o desenvolvimento regional com uma lógica de desenvolvimento. E essa lógica passa por uma integração principalmente das questões... O Rodrigo bem elencou aqui os pontos prioritários que nós desenvolvemos dos eixos a serem trabalhados. Mas nós temos algumas questões realmente que passam por esta Casa da Federação. E o Senado tem uma importância muito grande para todos nós, porque é a Casa do equilíbrio federativo. E a importância das discussões que nós travamos no Brasil Central é principalmente o fato de nós podermos criar uma lógica que envolve a questão logística. A logística hoje é o grande desafio para o fortalecimento das estruturas produtivas dos nossos Estados, e nós precisamos ter uma logística com uma lógica regional.

Nós temos hoje um programa de investimento em logística, que foi lançado pelo Governo Federal; nós temos os investimentos estaduais em cada um dos seis Estados, mas nós podemos criar realmente uma pauta a ser discutida dos Estados com a Federação, com o Governo central, de uma lógica mais eficiente para potencializar a competitividade dos nossos Estados. Nós sabemos que temos alguns eixos que já foram defendidos

e vão ser apresentados, na reunião de Rondônia, de um trabalho de logística que pode realmente facilitar e avançar nessa pauta sobre a importância do desenvolvimento logístico regional.

Nós temos outra questão que não tem fronteiras, que é a questão sanitária. Nós sabemos hoje que os nossos Estados têm condições, como disse o Marcelo, pelo tamanho da extensão territorial, pela capacidade produtiva e de expansão da produção, principalmente da agropecuária e da agroindústria, junto com a agroenergia, de alavancar muito rapidamente desenvolvimento. Basta olhar o quanto esses Estados contribuem para o desenvolvimento e o fortalecimento da balança comercial brasileira. Mas é preciso uma pauta sanitária, porque questões sanitárias não têm barreiras e não têm fronteiras com os Estados e podem ser hoje um dos grandes impeditivos para o crescimento da cadeia produtiva dos seis Estados e do Brasil também. Então, criar uma lógica de defesa sanitária regional, o que é muito importante para fortalecer principalmente os nossos produtos que estão ganhando competitividade no mercado internacional. Se nós olharmos a agroindustrialização junto com a produção primária que os Estados têm, elas se fortalecem e hoje uma das grandes barreiras que nós enfrentamos é da questão sanitária.

Então, essa preocupação da lógica regional no que se refere à questão sanitária é muito importante para os seis Estados.

Uma questão que eu acho fundamental são os incentivos fiscais que estão sendo discutidos aqui nesta Casa. Eles foram fundamentais para o desenvolvimento da agroindustrialização praticamente nos seis Estados que estão aqui na mesa, Presidente. E a discussão dessa pauta federativa, da convalidação dos incentivos fiscais. Mas principalmente nos preocupa – e nós vamos tratar disso –, Presidente do nosso Consórcio, Marconi, é a questão que deve ser colocada na pauta de Rondônia: a reforma do ICMS. Essa é uma preocupação regional. Se nós olharmos para a lógica de desenvolvimento e para a economia dos seis Estados, verificaremos que nós precisamos disso. E o Consórcio precisa ter um diálogo com o Senado sobre essa discussão de uma lógica de uma reforma de ICMS que não traga as perdas que todos nós aqui já suportamos, principalmente no caso da Lei Kandir.

Os Estados colaboraram com o desenvolvimento do País quando da isenção do ICMS dos produtos primários. Mas hoje nós pagamos um preço caro pelo não ressarcimento daqueles produtos. E isso faz muito falta hoje às finanças estaduais. Então, o Marconi, como Presidente, deve colocar na pauta de Rondônia uma proposição do Consórcio sobre essa questão que está sendo discutida nesta Casa da Federação. O Senado está discutindo a reforma do ICMS; e a reforma do ICMS preocupa os Estados em desenvolvimento, como é o caso dos seis Estados que estão aqui na mesa.

Eu quero aproveitar para agradecer a presença do Ministro Mangabeira, porque se hoje nós temos esse Consórcio formatado e formalizado, foi porque o Ministro Mangabeira foi um dos seus idealizadores. Quando da Carta de Goiânia, ele propôs realmente a criação de uma discussão regional de desenvolvimento. Nós não podemos olhar um País, uma Federação que tenha as diferenças regionais antagônicas às prioridades de uma região e outra. Nós temos que olhar principalmente com as potencialidades que nós temos para desenvolver essas questões que são primordiais. E o Ministro Mangabeira nos ajudou a construir a lógica do Consórcio.

Eu tenho certeza de que agora o grande desafio é realmente a pauta de quais ações conjuntas o Consórcio tem a apresentar. Muitas delas nós já estamos discutindo. Praticamente todos os Estados aqui à mesa, Presidente Davi, discutiram localmente uma questão tributária com uma lógica já regional também. Se a gente olhar muitas das leis aprovadas nas assembleias legislativas de todos os Estados aqui presentes, que aprovaram a composição e a autorização para comporem o Consórcio, verificaremos que tiveram também discussão das questões tributárias, não como um instrumento de competição, mas como um instrumento de igualdade, para fazer o crescimento igualitário de todos os Estados.

Então, eu vejo realmente a importância dessa reunião principalmente no Senado, onde se discute o equilíbrio federativo. Se nós somos uma Federação, o País é uma Federação de 27 Estados, por que tratar com desigualdade os Estados?

Nós temos uma questão que deve ser colocada na pauta, que é a questão do endividamento dos Estados. E hoje nós temos uma tremenda discriminação entre os percentuais de desembolso de um Estado para o outro. Como discutir uma Federação se um desembolsa 15, o outro 13, o outro 11? Por que nós não podemos discutir uma pauta para tratar o País igualitariamente, como deve ser? Eu acho que essa é uma pauta que cabe realmente ao Consórcio, ao Senado, até para se buscar o equilíbrio. Hoje, tanto o Governo Federal como os Governos estaduais e Governos municipais estão buscando o equilíbrio das finanças para atender às demandas que a sociedade tem.

Eu não tenho dúvida de que a abertura aqui desta oportunidade, na Comissão de Desenvolvimento Regional, Presidente, para estas discussões importantes, para o encaminhamento que o Consórcio quer ter nesse diálogo aberto com a Casa da Federação, que é o Senado, é muito importante para nós buscarmos soluções.

O Brasil é um País que vive hoje um momento de crise econômica e política, mas eu não tenho dúvida de que nós somos muito maiores do que a crise. O Brasil tem condições para isso, e os Estados, principalmente os do Brasil central, podem responder muito rapidamente, com ajuda nas suas economias locais para fortalecer o desenvolvimento, ampliar o crescimento dessas regiões, e, principalmente, ampliar a produtividade, produção, opções de desenvolvimento, geração de emprego e oportunidades nos nossos Estados.

Então, para encerrar, só agradecer à Senadora Simone, ao Senador Moka, a todos os Senadores da Comissão, ao Presidente Davi, que nos acolhe aqui, hoje, com essa oportunidade de nós apresentarmos o consórcio, o seu tamanho, o que representa esse consórcio, os seis Estados, e a importância, para nós, da parceria do Senado da República, que é a Casa do equilíbrio federativo, nessas questões que preocupam os Estados, como a convalidação dos incentivos, a reforma do ICMS, a reforma realmente com um Pacto Federativo verdadeiro, pois uma Federação não pode tratar os entes federados com desigualdade. Nós precisamos buscar esse equilíbrio, para que todos os Estados tenham condições de desenvolvimento, oportunidades e crescimento.

Então, nós agradecemos muito essa oportunidade que o Senado nos dá de colocarmos os nossos pensamentos e de dizermos que nós vamos ter um trabalho muito profícuo do consórcio com esta Casa da Federação, também aproveitando a presença dos Deputados e Deputadas Federais, da Câmara dos Deputados também, pois é aqui que se discute realmente a Federação. E nós temos de tratar essas questões que hoje afligem os Estados, às quais nós podemos responder rapidamente, para ajudar o País a voltar a crescer e a gerar oportunidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Registro a presença de S. Exª, o Sr. Ministro Mangabeira Unger, que foi Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, conforme colocado pelo Governador Reinaldo. A participação de V. Exª nesta audiência pública engrandece esta Comissão.

Eu queria sugerir também, como Presidente, em sinal de consideração e respeito ao Sr. Mangabeira Unger, que, logo após as falas dos nossos expositores, Governadores, e também da nossa autora do requerimento, que nós cedêssemos um período para o Sr. Ministro Mangabeira também se manifestar. Não estava aprovada a participação dele nesta audiência. Portanto, nós deveremos deliberar sobre essa sugestão.

Faço esse encaminhamento e peço a aquiescência dos Ilustres Senadores e Senadoras para que pudéssemos, ao fim da exposição dos convidados, ceder a palavra, também como expositor desta audiência, logo em seguida à autora do Requerimento, Senadora Simone, ao Sr. Ministro Mangabeira Unger, que, com certeza, contribuirá muito com o debate desta Comissão.

Passo a palavra a V. Exª, Governador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES – Bom dia a todos. Sr. Presidente desta importante Comissão, Senador Davi; cumprimento V. Exª e registro a importância desta reunião para que nós possamos discutir o Brasil. Cumprimento os Governadores que fazem parte deste Fórum Brasil Central, e o faço na pessoa do Presidente Perillo, que foi eleito Presidente do Fórum do Brasil Central.

Quero agradecer a presença dos Senadores na Casa da Federação. Muito obrigado pela presença de todos! E o faço cumprimentando o Senador do Estado de Mato Grosso, Senador Blairo Maggi, bem como o Senador Wellington Fagundes, que agora há pouco estava aqui. Não me esqueço de dizer que a lei complementar de 11 de outubro apenas separou Mato Grosso de Mato Grosso do Sul, mas que as nossas histórias e tradições, Senador Moka, Senadora Simone Tebet, lembrando o seu pai, são as mesmas. Por isso, a importância de Mato Grosso do Sul nesta Casa.

Não posso também deixar de cumprimentar o Presidente do meu Partido, Senador Aécio Neves. Muito obrigado pela presença, Senador.

Eu sou um cultuador da Federação. Mas Federação não quer dizer submissão. Federação quer dizer pacto, quer dizer união, quer dizer avença. Infelizmente, nós temos uma Federação distorcida no Brasil, em que os Estados-membros, quase com um complexo de vira-latas, entendem que a União se apresenta como mais importante do que as unidades federadas. Na Federação não existe essa possibilidade.

No Brasil, os Estados-membros... Não por respeito à Constituição, mas pela existência de um Presidencialismo quase que de ordem monárquica imperial, a União deixa os Estados em posição inferiorizada. Trago alguns exemplos. Não vou falar muito, porque falar depois de três Governadores que me antecederam e na espera do Governador Perillo e do Ministro Mangabeira é um misto de tristeza e alegria. Tristeza porque eles já disseram quase tudo e alegria porque nós aprendemos muito, e vamos aprender mais ainda com o Ministro Mangabeira.

Muitos dos Estados-membros fizeram o ajuste fiscal, e a União não fez a sua parte. Agora, por exemplo, para que o Estado de Mato Grosso, como outros Estados possam contrair operações de crédito internacional, necessitam do aval da União, a União não nos oferta o aval porque está pensando no superávit primário dela e a União não fez a sua parte, ao passo que os Estados fizeram a sua parte.

Superendividamento. Parece que nós a dever a uma administradora de cartão de crédito. As dívidas foram pagas, e, até hoje, nós temos dívidas. Os Estados ainda têm dívida com a União, com juros absurdos, indicadores que não se assemelham àqueles de países desenvolvidos.

Os Estados hoje, com suas administrações, os Governadores, com todo o respeito, não passam de gerentes de banco e chefes de departamento de recursos humanos. Ficamos administrando a conta, o número de servidores públicos e a quantidade de greves que existe no Estado naquele momento. A União precisa fazer a sua parte.

Esse consórcio não é meramente fático, para inglês ver. É um consórcio que tem uma formulação jurídica. É uma pessoa jurídica de Direito Público Interno. As Assembleias Legislativas dos quatro Estados, do Centro-Oeste mais Tocantins e Rondônia, os Parlamentos Estaduais, como a Câmara do Distrito Federal, aprovaram uma legislação criando essa autarquia especial, que falará, em determinados temas, em nome desses Estados do Brasil central. Por exemplo, nos recursos do FCO, nós queremos definir as prioridades e as diretrizes. Precisamos definir isso, tendo em conta a estratégia de desenvolvimento dos nossos Estados. Não se apresenta como razoável que os Governadores, como legítimos representantes do povo, de cada unidade federada, possam se imiscuir nesta discussão.

Portanto, o campo é vasto e o Governador Rodrigo Rollemberg fez referência aqui a vários temas. Eu vou falar pouco, porque quero ouvir a opinião dos Senadores. Penso, Sr. Presidente, que isso seja muito significativo e eu volto ao Senado com o orgulho de ter sido Senador pelo Estado de Mato Grosso por quatro anos. Digo ao senhor: essa engenharia jurídica do Fórum do Brasil Central é uma novidade no Brasil. Isso significa que nós, nesta reunião, sem pretensão, sem veleidade, estamos fazendo história, porque nós falaremos, como Estados, em conjunto, para que possamos ser ouvidos. Lá em Bela Vista, Mato Grosso do Sul, lá em Poconé, Mato Grosso, Senador Moka, existe um ditado que diz que "caititu que anda sozinho é comida de onça". Nós estamos aqui em conjunto, porque queremos reivindicar nossos direitos constitucionais. Os Estados têm direitos constitucionais, e os nossos direitos não estão sendo atendidos.

Antes de terminar, Sr. Presidente, cumprimento o Coordenador da Bancada do Estado de Mato Grosso, Deputado Federal Ezequiel Fonseca, que nos honra com sua presença, o Cleber, Superintendente da Sudeco, também. Muito obrigado pela presença.

Encerro dizendo, Sr. Presidente, que aqui nós estamos dando início... E assinamos isso ontem no Memorial JK. Não por coincidência, mas por determinação e objetivo, nós estamos dando início a algo muito significativo para os nossos Estados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Gostaria de registrar também a importante presença, nesta audiência pública, do Sr. Cléber Ávila Ferreira, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Sua presença engrandece esta audiência.

Passo a palavra agora a S. Exª o Sr. Governador do Estado de Goiás, que foi eleito, na noite de ontem, Presidente do Fórum Interestadual de Desenvolvimento do Brasil, Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Davi Alcolumbre!

Com muita alegria e honra, volto a esta Comissão, da qual fiz parte alguns anos atrás.

Queria destacar a importância do quórum que vemos aqui, hoje, Casa cheia. Poucas vezes, como Senador, como membro, eu a vi tão cheia, com quórum tão alto. Isso demonstra o respeito de V. Exªs a esse consórcio recentemente criado.

Saúdo a Senadora Simone Tebet, a quem agradeço pela iniciativa do requerimento, e a todos os Senadores que compareceram aqui, que estão presentes – Senadora Lúcia Vânia, uma grande lutadora ao longo do tempo pela recriação da Sudeco, do FDCO, Senador Aécio, Senador Wilder, Senador Hélio José, que também é goiano, Senador Moka, Senador Gladson, Senador Elmano Férrer, Senador Blairo Maggi, Senadora Ana Amélia, Senador Delcídio, Senador Valadares, Senador Dalirio, Senador Raupp, Senador Dário Berger, Senadora Lídice, Senador Wellington, Senador Eduardo Amorim. Fiz questão de citar todos os Senadores como forma de respeito aos senhores que compareceram aqui.

Também meus cumprimentos ao Ministro Mangabeira Unger, ao Kleber, superintendente da Sudeco, aos Deputados Federais que aqui se encontram – o ex-Governador Zeca, do PT, e o Deputado Thiago Peixoto, que também representa o Secretário de Planejamento.

Saúdo a todos os Srs. e Srªs Parlamentares.

Esta reunião é muito importante porque acontece um dia depois da formalização desse consórcio.

Como os senhores puderam perceber, nos depoimentos dos Governadores que me antecederam, esse é um movimento que veio para ficar, para valer. Temos hoje organicidade, estruturação e formatação jurídica. Todas as assembleias já aprovaram leis criando o consórcio. É um movimento, um fórum que representa nossa

unidade, porque nós temos características muito semelhantes. Nós somos Estados que têm crescido no PIB muito acima da média brasileira. Nós somos Estados que têm contribuído extraordinariamente com as exportações. Neste ano, nós teremos superávit por conta do dólar, mas, no ano passado, nós amargamos um déficit na balança comercial de US$4,5 bilhões, e esse bloco foi responsável por quase US$20 bilhões de superávit no ano passado. Nós somos também líderes na criação de empregos. Neste ano, estamos amargando muito desemprego, mas a nossa região tem conseguido manter saldo positivo de empregos. Também estamos crescendo muito na industrialização – crescimento acima da média brasileira -, no turismo, nos serviços, na produtividade.

Eu não vou descrever os números, porque o Rodrigo, o Azambuja, o Pedro, o Confúcio e o Marcelo já disseram, mas queria destacar que esta Comissão será muito importante para o sucesso desse consórcio. Nós vamos precisar muito do apoio dos senhores e das senhoras. Vamos necessitar muito do Senado, que é a Casa da Federação. Vamos nos apegar muito aos senhores. Vamos procurar muito os senhores e as senhoras no sentido de nos ajudarem.

Os objetivos principais do consórcio serão, na agropecuária, desenvolver o modelo agropecuário, com ampliação da produtividade de pequena e média propriedade, com ênfase na questão da agricultura intensiva; na logística e infraestrutura, definir projeto de integração logística entre os nossos Estados e também com inserção nacional e global; na industrialização, focar ações que nos levem da industrialização tradicional, dos produtos agropecuários à indústria densa em conhecimento e aos parques tecnológicos; na educação, assumir uma posição de vanguarda num projeto para qualificar o ensino básico; no empreendedorismo, fomentar o empreendedorismo de vanguarda e definir medidas que coordenem acesso a crédito, tecnologias e práticas avançadas a mercados nacionais e mundiais; na inovação, fortalecer o sistema de ciência e tecnologia, competitividade e produtividade; na gestão, qualificar e melhorar cada vez mais os nossos processos de gestão administrativa e política; e trabalhar, como bloco, a questão da competitividade regional.

Outro objetivo nosso é o do fortalecimento político dos nossos Estados. Como já foi dito, esse bloco conta com 18 Senadores, 57 Deputados Federais, mais de uma centena de Deputados Estaduais.

Nós vamos – e acho que esta Comissão pode nos ajudar muito – trabalhar fortemente a capitalização e o funcionamento da Agência de Fomento do Centro-Oeste.

Hoje, pela manhã, juntamente com o Governador Rollemberg, passamos no gabinete da Senadora Lúcia Vânia, que é uma entusiasta em relação a isso, quando tivemos oportunidade de falar um pouco sobre a implementação da Agência, no sentido de ser a coordenadora do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Em relação ao norte, os Governadores terão essa tratativa com seus colegas, mas nós temos uma carteira de R$24 bilhões entesourados no Banco do Brasil. Isso precisa ser fortemente debatido nesta Comissão de Desenvolvimento Regional.

Além disso, é nosso objetivo, conforme já disseram os Governadores que me antecederam, discutir outros assuntos. Nós estamos debatendo em nossos Estados a criação de lei de responsabilidade estadual, como forma de endurecermos mais ainda em relação à qualidade do gasto público. Nós queremos discutir e vamos debater a questão do endividamento. O Estado de Goiás já pagou duas vezes a sua dívida externa e ainda tem uma dívida de R$14 bilhões. E não só esse bloco vai tratar deste tema. Outros Governadores de Estados importantes têm conversado conosco e todos pensam que este tema terá que vir à pauta, à tona nos próximos dias.

Esse bloco tem se reunido mensalmente. Começamos nossas reuniões dia 3 de julho, em Goiânia e, de lá para cá, estamos realizando a quinta reunião. Já temos a próxima marcada para Porto Velho. A todas elas estamos levando especialistas dos mais diversos temas da pauta que eu já anunciei aqui. Em Rondônia, teremos debates riquíssimos com o que há de melhor em termos de consultoria no País, em todas essas áreas. É impressionante o interesse que empresários, consultores do Brasil inteiro têm demonstrado em relação às nossas pautas. O Ministro Mangabeira Unger, por exemplo, que foi o maior entusiasta da criação desse Bloco, saiu dos Estados Unidos há três dias e veio exclusivamente para participar das reuniões de ontem e de hoje conosco. O Dr. Jorge Gerdau abandonou sua agenda pessoal durante todo o dia de ontem e participou de todos os nossos debates e encontros. Em Porto Velho, teremos a apresentação de um documento que foi elaborado pela Macroplan, a pedido da CNI, com a participação do Presidente da CNI, quando vamos discutir todo o plano de logística e de infraestrutura para o Norte e para o Centro-Oeste do País. A CLP tem nos ajudado na questão da competitividade. Outras consultorias têm colaborado enormemente em relação a empreendedorismo, educação, industrialização.

Enfim, nós estamos extremamente confiantes que esse consórcio haverá de deixar um legado extraordinário para o futuro. Teremos condições de investir muito em logística e infraestrutura se contarmos com o apoio dos senhores e senhoras na alteração de algumas legislações. Por exemplo, ontem fomos muito bem recebidos pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, que convidou toda a sua equipe, todo o seu Estado,

todos os seus Secretários para discutir conosco um documento que lhe foi apresentado propondo algumas alterações em relação à FCO, à Sudeco, à FDCO.

Nós vamos passar às senhoras e aos senhores essas sugestões – já as passei à Senadora Lúcia Vânia –, que incluem, entre outros movimentos, a destinação de recursos do FCO para investimentos públicos. Hoje, esses investimentos são exclusivos para investimentos privados. Nós temos que discutir a possibilidade de podermos definir regionalmente, nesse Bloco, ações conjuntas que possam interessar a Mato Grosso e Goiás, Brasília e Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, Goiás e Tocantins, Mato Grosso e Tocantins. Enfim, nós temos e já estamos discutindo projetos, macroprojetos que possam garantir o nosso desenvolvimento sustentável futuro, a partir da viabilização de recursos concretos. Nesse aspecto, nós queremos muito contar com os senhores.

Para encerrar, eu gostaria de dizer que esse consórcio foi concebido pensando muito no chamado federalismo cooperativo. Nós agiremos de forma extremamente unida, já estamos fazendo isso, mas vamos cooperar. Nós não vamos competir entre nós. Nós vamos cooperar, com o objetivo de chegarmos, daqui a três anos, quando vencerão nossos mandatos, deixando um forte legado em todas essas áreas para as nossas populações.

Mas repito: nós estamos extremamente agradecidos por essa iniciativa e temos a convicção de que, à medida que a Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado e à medida que o Senado entrarem para valer nesse debate com o objetivo de nos ajudar, nós seremos muito mais fortes. Daqui nós iremos ao Presidente Renan Calheiros, que já agendou para nos receber. Nós vamos reforçar o que estamos dizendo aqui. Enfim, o cenário na Casa da Federação demonstra o seu desejo de nos apoiar.

Esse é o primeiro movimento orgânico que nasce com esse conceito de consórcio, dessa forma organizada, como já foi descrito. E nós estamos determinados a realizarmos o máximo em favor da nossa região.

Eu agradeço mais uma vez a todos pela presença e me coloco aqui, nós todos nos colocamos à disposição.

Sr. Presidente, muito obrigado! Senadora Simone, muito obrigado pela apresentação do requerimento! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Após a exposição dos nossos convidados, concedo a palavra, inicialmente, à ilustre Simone Tebet, autora do requerimento desta audiência pública. Após V. Exª, como autora do requerimento, eu solicitei ao Plenário...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu não tenho problema nenhum em começar a falar, mas eu acho que, em deferência ao nosso querido Ministro Mangabeira Unger, poderíamos ouvi-lo, afinal ele foi um dos idealizadores deste Brasil Central. Eu ficaria muito honrada de ouvi-lo preliminarmente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu agradeço as colocações de V. Exª. Prioritariamente, V. Exª teria a palavra, como autora do requerimento de audiência pública, mas, em função do acordo coletivo da Comissão, convido o Sr. Ministro Mangabeira Unger para compor a Mesa e fazer as suas ponderações na nossa audiência.

O SR. ROBERTO MANGABEIRA UNGER – Srs. Senadores e Deputados, meus concidadão, falo apenas como um cidadão, não mais como representante do Governo central. Falo como cidadão e entusiasta de um projeto que aponta um rumo para o nosso País.

O consórcio Brasil Central é a obra da clarividência e da audácia dos seis Governadores que estão aqui. Entendo que esta obra tem três grandes significados.

O primeiro significado é a reinvenção do federalismo brasileiro. No nosso País, estratégia nacional só se efetiva quando traduzida em política regional. É na política regional que a estratégia nacional toca o chão da realidade. Mas nós temos tido, no Brasil, uma concepção viciosa da política regional, daí a necessidade de reinventar o paradigma, e reinventá-lo de três modos complementares. Em primeiro lugar, a política regional precisa ser para todas as regiões do País, não apenas para o Nordeste. O Sudeste, por exemplo, não precisa menos de política regional do que o Nordeste. Em segundo lugar, a política regional não deve ser apenas uma política de compensações para o atraso relativo. Ela deve ser uma política que vem ao encontro das vanguardas emergentes no País para equipá-las com os instrumentos necessários à construção de novas vantagens comparativas. Uma dialética de vanguardismo no Brasil. É isso que nós queremos. E, em terceiro lugar, a política regional não deve ser construída apenas de cima para baixo pelo Governo central. Deve ser construída de baixo para cima, pelas próprias regiões. Para que seja construída de baixo para cima, precisamos organizar a cooperação federativa, o federalismo cooperativo. Além disso, deve ser uma construção não apenas vertical, mas, também, horizontal, entre os Estados e os Municípios. O maior exemplo, hoje, no Brasil, dessa cooperação federativa é o exemplo que acaba de se constituir, o consórcio Brasil Central.

O segundo o significado dessa obra é marcar uma agenda, uma agenda exemplar para o Brasil Central, que é a convergência de seis agendas.

A primeira é uma agenda de qualificação do modelo agropecuário. É ultrapassar o que temos tido, que é a combinação da pecuária extensiva com a monocultura de cereais, sobretudo de soja, a intensificação progressiva da pecuária, combinação pecuária-lavoura e diversificação de lavouras perenes de alto valor agregado. O ponto de partida é a recuperação de pastagens degradadas, ou de grande parte do território nacional, transformadas no palco físico desse novo paradigma agropecuário.

A segunda agenda é uma agenda de industrialização. Não é apenas a industrialização cumulativa dos produtos agropecuários, é também a industrialização do futuro, em três terrenos privilegiados: primeiro, complexo industrial da agricultura de biogenética e bioenergia; segundo, complexo industrial da saúde, a indústria farmacêutica, que se começa a construir no Brasil Central; e, terceiro, complexo industrial da defesa, porque o Brasil Central é o núcleo da defesa nacional. A defesa é uma das áreas mais propícias ao vanguardismo científico e tecnológico.

A terceira agenda é agenda logística. O Centro-Oeste, o Brasil Central, já é o cerne do sistema logístico brasileiro, mas nós temos que cuidar para que essa estrutura logística no Brasil Central não se constitua apenas de canais vazios de escoamento. Nós precisamos utilizar os eixos logísticos para criar em volta as cadeias produtivas de indústria e de serviços e integrar a logística nacional na malha fina da logística regional. Há grandes temas, como, por exemplo, a travessia da Ilha do Bananal, que servem como provocadores desta integração.

A quarta agenda é agenda do vanguardismo na reforma da instrução pública. Não basta construir escolas e ampliar turno escolar. Temos que operar uma revolução na natureza do ensino no Brasil, substituindo o que temos tido, que é decoreba e enciclopedismo raso, por um ensino analítico e capacitador. Esta revolução enfrenta resistência no País, mas o Centro-Oeste e o Brasil Central podem andar na frente, abraçando o projeto na sua forma mais radical.

A quinta agenda é a agenda da gestão pública e, na verdade, há três agendas de gestão: a agenda inacabada do século XIX, de profissionalismo e meritocracia por meio da construção de carreiras de Estado; a agenda do século XX, de eficiência administrativa, com padrões de desempenho e mecanismos de cobrança; e a agenda do século XXI, de experimentalismo na maneira de prover os serviços públicos, associando ao Estado a sociedade civil, por exemplo, por meio das organizações sociais, como a melhor maneira de qualificar os serviços públicos.

A sexta agenda é a de direcionar os fundos já existentes, inclusive os fundos constitucionais para que seus recursos não sejam dissipados no financiamento das vantagens comparativas estáticas, como é a pecuária extensiva. Esta é a base inicial de financiamento deste projeto revolucionário: mobilizar esses recursos e mudar a sua disciplina normativa.

Essas são as seis agendas com que se compromete o consórcio Brasil Central.

O terceiro significado desta obra é exemplificar, por meio desta agenda regional, um rumo nacional. Nós estamos vindo de um período histórico em que as duas bases do desenvolvimento no Brasil foram a produção e a exportação de *commodities* de um lado e a popularização do consumo de outro lado, uma espécie de nacional consumismo. Este projeto acabou. As circunstâncias do mundo viraram e inviabilizaram a continuação dessa estratégia. Agora, nós precisamos passar para outra, uma nova estratégia, uma estratégia de desenvolvimento nacional baseada na democratização das oportunidades econômicas e das capacitações educacionais. É o lado da oferta e não mais apenas o lado da demanda. Há uma grande diferença: democratiza-se a demanda só com dinheiro, mas, para democratizar a oferta, o dinheiro não basta; é preciso reorganizar, é preciso inovação institucional. Nós estamos acostumados, no Brasil, a resolver todos os problemas com dinheiro, mas a verdade é que ideias encarnadas e inovações institucionais são recursos mais escassos e mais poderosos do que dinheiro. (*Palmas.*)

A agropecuária do Brasil Central pagou a conta do consumo. Mas, agora, o Brasil Central, que financiou a estratégia perempta de desenvolvimento nacional, apontará o caminho da próxima etapa de um produtivismo includente e capacitador.

No último período histórico, o povo brasileiro se deixou desrespeitar, como beneficiário e vítima de uma prática de cooptação. Agora, o povo brasileiro se fará respeitar ao instaurar no Brasil profundo, em cada região do País, uma prática de empoderamento para substituir a prática de cooptação. Começou, ontem, no Brasil Central.

No Brasil Central do Brasil, o Brasil todo se levantará. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos as considerações do Sr. Mangabeira Unger.

Passamos, direto, a palavra à Senadora autora do requerimento, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, nosso querido amigo Senador Davi Alcolumbre, em seu nome, cumprimento os demais Senadores que fazem aqui presentes e, em nome da Senadora Lúcia Vânia, todas as assessoras, autoridades, mulheres que acompanham esse nosso querido encontro.

Gostaria ainda de, se me permitir, cumprimentar todos os Governadores, em nome do Governador do meu Estado, Governador Reinaldo Azambuja – e, com isso, cumprimento o Governador Marcelo Miranda, o Governador Rollemberg, nosso anfitrião, o Governador Confúcio, o Governador Pedro Taques e o Presidente, empossado ontem, deste consórcio interestadual, que é o primeiro, se Deus quiser, de muitos consórcios interestaduais que virão, porque, nas palavras do nosso eterno Ministro Mangabeira Unger, o Brasil precisa olhar para o próprio Brasil entendendo que o desenvolvimento regional passa não só pelas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, mas por todas as regiões brasileiras – e, em nome dos Governadores, cumprimentar as demais autoridades, senhoras e senhores aqui presentes.

Acredito que nós poderíamos ter encerrado esta reunião com as brevíssimas, mas magníficas palavras do Ministro Mangabeira Unger, idealizador desse consórcio, mas que, sem dúvida nenhuma, só está andando graças à sensibilidade e o entendimento dos Srs. Governadores de que esta é a saída não só para os seus Estados, nossos Estados, mas a saída para o Brasil.

Eu quero, antes de mais nada, fazer uma retificação aqui. Na realidade, eu não sou autora desse requerimento, eu sou apenas uma interlocutora. Quem quis vir ao Senado Federal, ao Congresso Nacional foram os seis Srs. Governadores aqui presentes. Eu apenas fui interlocutora e me sinto muito honrada de representar aqui todos os Senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional. Isso demonstra, nas palavras do sempre Senador Rollemberg, não só a saudade que têm desta Casa, como todos os outros que foram congressistas, mas, acima de tudo, de que os senhores saíram do Legislativo, mas o Legislativo ainda não os abandonou. Eu agradeço, portanto, a oportunidade de estarmos ouvindo um pouco mais sobre a ideia do Brasil Central.

Eu, praticamente, sou uma entusiasta em relação a esta ideia – e não é mais uma ideia, já é uma realidade desde ontem –, porque tive dentro de casa um grande professor nesta área. Meu pai sempre dizia: "O Brasil não é pobre, ele é mal desenvolvido. O que nós temos é um país desigual e não um país pobre." E nós temos que acabar o mais rápido possível com isso. Nós somos um país desigualmente desenvolvido. Acho que essa seria a palavra ideal. E cheguei ao Senado com a grata surpresa de ter uma colega que é referência nesse assunto, e fiquei muito feliz quando soube pelo Presidente que já a nomeou – e eu quero saber onde é que eu assino – como a nossa representante do Centro-Oeste para fomentar este fundo, através dessa agência de fomento para investimentos. Falo da nossa querida Senadora Lúcia Vânia.

Quero ser breve apenas para dizer que esse consórcio faz aquilo que o Senado Federal já tinha que ter feito há muito tempo. Encontra-se nesta Casa um projeto de lei que estabelece, para ser votado, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Talvez o Brasil Central possa estimular esta Casa a votar, o mais rápido possível, esse Plano Nacional Desenvolvimento Regional, que, inclusive, trabalha com todas essas questões – a questão de infraestrutura e logística, a questão de ciência e tecnologia, a questão ambiental, de educação, do agronegócio, da industrialização – de forma diferenciada, percebendo que existem vários brasis dentro de um único Brasil.

Gostei muito de uma palavra dita pelo Ministro Mangabeira Unger, que foi a palavra ousadia. Acho que essa ousadia pode ser o diferencial do Brasil Central. Em momentos de crise, nós temos realmente que criar oportunidades. Acredito que fique muito mais fácil, nessa união de esforços, as tratativas com Governo Federal.

Dizer não para Mato Grosso Sul, um Estado tão distante, tão pouco densamente populoso, com apenas 2,5 milhões de habitantes, com um PIB insignificante perto do restante da Federação brasileira, Governador Reinaldo, é muito fácil. Agora quero ver dizer não para Mato Grosso, junto com Mato Grosso do Sul, com Tocantins, com Rondônia, com Goiás e com Distrito Federal. (*Palmas.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Quero ver dizer não para 18 Srs. e Srªs Senadoras e mais 55 Srs. Deputados Federais. Quero ver se o Governo terá coragem e ousadia de dizer não para esse Brasil do interior, que poucos brasileiros conhecem, mas que os sustenta e coloca à mesa o arroz com feijão, especificamente a carne e a soja. Temos pouca produção de arroz e feijão nessa região.

Apenas finalizando, daquilo tudo que foi colocado, quero me colocar à disposição, Governador Rollemberg. Acredito que o Brasil Central começou com pé direito – e me deu essa sensação, eu não estava na reunião – quando, por exemplo, já escolheu o Distrito Federal como novo polo de ciência e tecnologia não só da Região Centro-Oeste, mas do Brasil. Nenhuma região poderia ser mais adequada para ser o nosso Vale do Silício americano do que o Distrito Federal, pelos doutores que tem, por estar no Planalto Central do Brasil.

Da mesma forma, como disse o Governador Marcelo Miranda, em relação ao Tocantins, o Brasil passa pelo Tocantins, como passa por toda essa região.

Em relação ao que foi dito pelo Governador de Rondônia, ele é o Governador com maior responsabilidade nesse Brasil Central, porque tem que defender três Estados ao mesmo tempo e vai ter uma tarefa hercúlea, mas, com a competência de S. Exª, não tenho dúvida, conseguirá atender esse chamado dos três Estados. Somos Estados produtores de alimento. Que oxalá realmente sejamos a luz na escuridão desta crise que nos assola! É uma crise política que contaminou a economia.

Em relação a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, vou deixar para o Senador Blairo Maggi se pronunciar a respeito, mas tenho muito orgulho de poder dizer que nasci no Estado de Mato Grosso uno, hoje Mato Grosso do Sul, e que são dois grandes Estados celeiros de alimentos e de carne do Brasil.

Finalizo com as palavras do Presidente desse consórcio e também do Governador Reinaldo Azambuja. Conseguimos segurar – era para ter sido aprovado no primeiro semestre – o projeto de resolução do Senado que iria unificar as alíquotas de ICMS sem garantir fundos constitucionais de compensação para as finanças dos Estados que perderiam divisas e um fundo de desenvolvimento para obras de infraestrutura. Quero dizer que talvez essa seja também uma das saídas, Sr. Presidente. Se é que vamos realmente acabar com os incentivos fiscais, e essa é uma questão que está colocada à mesa e que iremos discutir com os senhores, e criar esses dois fundos, que sejam fundos constitucionais, muito mais dos que fundos de compensação, que serão temporários, a princípio, colocados aqui por oito anos, ou seja, que tenhamos um fundo de desenvolvimento regional permanente, com recursos orçamentários constitucionalmente considerados e permanentes, e não apenas por oito anos.

É nisso que gostaria de reforçar a minha fala.

Falamos aqui em educação, falamos aqui em agronegócio, industrialização, mas me preocupa muito hoje, e o Senador Blairo vai ter condições de me auxiliar – se eu falar algo que não seja correto, ele pode puxar a minha orelha –, o nosso grande gargalo, que é a parte de logística de transporte. Hoje, o milho produzido em Cascavel, pode ser produzido e vendido pelo produtor a R$23,00, porque está perto do Porto de Paranaguá. Se produzir o milho em determinadas regiões de Mato Grosso, ou mesmo de Mato Grosso do Sul, quanto o produtor vai receber por essa saca? Ele não produz, porque não consegue, na hora de fazer a conta em relação ao transporte que vai ser pago, pagar o custo dessa produção.

Rodovias são importantes, a 163 está aí; ferrovias são importantes, como a que sai de Anápolis e vem pela costa leste de Mato Grosso do Sul, e, quem sabe, cortando no sentido leste, pensando numa transpacífica, através de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; mas sem portos, dentro do Brasil, nós não conseguiremos avançar. Então, acho que o Brasil Central também tem uma grande responsabilidade e muito a contribuir em relação a isso.

Encerro as minhas palavras com uma única pergunta aqui. Além das emendas parlamentares, além de gestão junto ao Governo Federal, a pergunta que deixo aqui para os Srs. Senadores é: Como poderemos colaborar ainda mais com essa que, sem dúvida alguma, pode ser a grande solução econômica e social para o País?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradecemos a palavra da Senadora Simone, autora do requerimento.

Como sugestão, para acompanhar os artigos do nosso Regimento Interno, gostaria de solicitar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que pudéssemos nos ater ao período que foi assegurado pelo Regimento, com tolerância de cinco minutos para cada Senador.

Queria também fazer uma sugestão a V. Exªs. Nós gostaríamos de ceder a palavra a dois membros da Comissão e, em seguida, para um não membro da Comissão. Temos a ordem inscrição: Senadora Simone, como membro da Comissão; primeiro Senador que solicitou a palavra, Senador Hélio; segundo inscrito, Senador Blairo, como não membro; Senador Elmano, membro da Comissão; Senadora Lúcia Vânia, membro desta Comissão; Senador Roberto Rocha; Senador Valadares; e Senador Moka.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero parabenizar e cumprimentar V. Exª, Senador Davi, por essa importante audiência pública, e os nossos Governadores presentes.

Eu tenho uma relação muito próxima de Goiás, porque sou goiano de Corumbá de Goiás; de Brasília, por ser representante de Brasília; e de Tocantins, porque minha mulher é de Tocantínia, nas cercanias de Palmas. Tudo se aproxima bastante.

Houve ousadia para a formação desse consórcio, e isso foi uma sabedoria muito grande de V. Exªs, Srs. Governadores, porque realmente o Brasil está passando por uma crise muito grande.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista da infraestrutura e também como coordenador da Bancada de Brasília, quero saudar o Governador Rollemberg – os outros não estão aqui, porque estão correndo atrás, mas estamos juntos. Você viu como nós fizemos nossas emendas? Fizemos audiência pública com todos

e procuramos contribuir com o nosso Governo de Brasília da melhor forma possível. Saúdo também V. Exªs, em nome de todos aqui de Brasília, como coordenador da Bancada.

Quero dizer que o caminho é a infraestrutura. Essa região que é produtora e que é o celeiro deste País não pode tergiversar em investir na infraestrutura e no apoio do desenvolvimento regional.

Sou o Relator, aqui, no Senado Federal, do projeto da Ride e tenho sido procurado por vários Municípios querendo constituir e participar da Ride. Estou, inclusive, convocando audiência pública desta Comissão com os Municípios e com os Governos envolvidos, para que nós possamos debater e ter uma Ride adequada, porque ela, que, hoje, oficialmente, tem 19 do Goiás, o DF e mais três de Minas, está ficando muito ampliada. Senador Marconi, Senador Rollemberg – e Minas, se estivesse aqui –, essa região não pode continuar sendo região de ninguém. Essa região tem que ser bem vista, porque impacta muito o Distrito Federal, impacta muito nós todos, a nossa Capital. Essa região precisa de apoio.

O nosso Partido entrou com a ADPF 344 solicitando ao Supremo Tribunal Federal (STF) que faça cumprir o art. 28, da Lei nº 2.874, de 1956, que previa que todo lugarejo público tivesse infraestrutura adequada para poder se instalar nessa região de 30 km, no quadrilátero do Planalto Central, de Brasília. Estamos solicitando ao Governo Federal que propicie uma forma de dar condições para esse setor ter desenvolvimento industrial, empresarial, meio-fio, água encanada, pavimentação, transporte, porque esse setor impacta muito gente. A pessoa gasta quatro horas, duas horas para vir trabalhar em Brasília e duas para voltar para o seu ambiente, praticamente todos os dias. Os hospitais estão lotados e sem muita condição de trabalhar.

Gostaria de dizer que estamos aqui para colaborar. Quando fazemos essa ADPF solicitando que o art. 28 da Lei nº 2.874, de 1956, seja cumprido, colaboramos com essa questão; quando a nossa Bancada faz uma emenda de R$400 milhões para complementar o que foi cortado do Fundo Constitucional do DF – e sabemos a importância que tem o Fundo Constitucional do DF para pagar educação, saúde e segurança no Distrito Federal –, nós estamos colaborando com isso tudo.

Tenho tanta coisa para dizer, mas o meu tempo já acabou. Quero dizer ainda que a agenda aqui colocada – acabei de ler o documento – contempla plenamente o interesse dessa região. É muito importante trabalharmos juntos.

Para concluir, acho que sem energia não vamos a lugar nenhum. Quando vejo a China falando que, nos próximos 5 anos, vai investir 100 gigawatt em energia solar e sabendo da intensidade solar da nossa região, tenho certeza de que precisamos ousar, Srs. Governadores, nessa questão da geração de energias alternativas, biomassa, eólica e solar.

Sou parceiro de vocês em todas as áreas que atuo aqui.

Muito obrigado. Vou parar por aqui por causa do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Agradeço as palavras do Senador Hélio.

Gostaria de informar aos Senadores que participam dessa audiência que os Srs. Governadores terão uma audiência com o Presidente do Senado logo mais, por volta de 12h30 a 12h40. São 12h13. Então, gostaria de pedir que pudéssemos nos ater à nossa pauta e à agenda dos Governadores com o Presidente do Senado.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Davi Alcolumbre. Sou visitante nesta Comissão, mas não poderia deixar de estar presente nesta audiência pública, até para cumprimentar o meu Governador, do Estado de Mato Grosso, meu Estado, o Governador Perillo, o Governador Rodrigo Rollemberg, o Governador Reinaldo, o Governador Marcelo, todos amigos, e o Governador Confúcio Moura, que é Governador de um Estado onde as coisas acontecem ao mesmo tempo.

Quero parabenizar V. Exªs pela decisão de criar esse Fórum Brasil Central. Ele faz todo sentido, porque nós somos separados por regiões geográficas e também por regiões voltadas por biodiversidade, por biomas, mas Rondônia e Tocantins são muito mais parecidos e têm muito mais pontos em comum com o Centro-Oeste do que com o Norte. Nós também, em Mato Grosso, temos uma participação com Norte. Temos o nosso bioma amazônico, que responde às regras ambientais do Norte do País. Esses Estados têm tudo a ver. Os senhores estão de parabéns ao tomarem a decisão de buscar soluções comuns para problemas comuns de todos os Estados que são produtores e têm alto grau de dificuldade, como falou a Senadora Simone, na questão de logística e em outras coisas de que precisamos.

Gostaria de cumprimentá-los e dizer que nós, aqui, no Senado Federal, estaremos ombreados com os senhores. O Senador Moka vai fazer uma proposta – nós conversamos ontem sobre isso – de apoiamento político aqui na Casa à atitude que V. Exªs tomaram.

Para não me alongar muito, gostaria de fazer uma sugestão aos Governadores do consórcio Brasil Central que tem uma coisa em comum e que está intimamente ligada com as questões de logística, com as questões de plantio, tanto da soja quanto de milho. Aliás, quero cumprimentar o Governador Taques pela participação

no Programa Roda Viva, nesta semana. S. Exª defendeu melhor a agricultura do que eu, como agricultor. Até alguns colegas aqui brincaram comigo: o Governador Taques está plantando soja? Ele conhece bem e defende bem. Mas um governador tem que defender a sua joia da coroa.

O SR. PEDRO TAQUES – Permita-me, Senador?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES – Eu não tenho terra nem no vão da unha, mas sei a importância do setor para o Mato Grosso e para o Brasil.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Tem que defender a joia da coroa. É a agricultura, a pecuária, esse envolvimento que temos que faz o combustível da vida e o combustível financeiro para as nossas regiões também.

Então, um pouquinho de agronomia, muito rapidamente. Nós não podemos abrir mão do plantio de milho nessa região para continuidade das áreas de soja que nós temos. Nós não podemos abrir mão do plantio de soja para não perder a possibilidade de ser um grande produtor de algodão, como somos também nessas regiões, ainda associados à Bahia e também ao Maranhão. Para isso, precisamos de olhar um pouco mais, de ligar a questão agronômica com a questão de logística e de política.

Quero deixar a seguinte sugestão, e já falei com o Governador Taques e com o Governador Perillo e acho que V. Exªs podem fazer isso em conjunto: buscar um programa de produção de etanol a partir do milho, um programa que crie incentivos, que crie caminhos de escoamento dessa produção. Se eu preciso produzir milho para produzir soja, se preciso produzir soja para produzir algodão, eu preciso também olhar – como disse aqui a Senadora Simone – como é que vamos tirar esses produtos. Ao se fazer um programa de etanol de milho, precisaremos exportar só um terço do volume da produção. De cada dez mil quilos, só mil e trezentos quilos precisamos mandar embora. O resto, nós vamos consumir na região, uma parte é gás carbônico e outra parte é resíduo para produção da outra atividade importante dos nossos Estados, a pecuária. Tem tudo a ver essa questão. Penso que vocês, nesse Fórum Brasil Central, poderiam criar regras comuns, porque não são competidores, um não compete com o outro nessa história, são complementares. À medida que se consegue enxugar o mercado de milho, reduzir o transporte, se dá um valor agregado maior. Portanto, acho que tem sinergismo com as coisas que V. Exªs estão pensando e fazendo.

Fica aqui a minha sugestão.

Como disse o colega, poderíamos passar três dias falando sobre essa região, que é uma região que empolga e é uma região de futuro. É o futuro do País que está aqui colocado.

Gostaria de cumprimentar o Ministro Mangabeira, sempre muito animado com isso, e não é de hoje. Como Governador do Estado, ele já ficava nos provocando sobre tudo isso.

Então, parabéns a todos! Vamos em frente! Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Meu Presidente Davi Alcolumbre, meus nobres e estimados Governadores do Centro-Oeste, queria inicialmente cumprimentar o nobre Presidente desta Comissão e a nobre Senadora Simone pela iniciativa de trazer aqui os cinco Governadores dos Estados do Centro-Oeste e mais o nosso querido Governador do Distrito Federal.

Quando tomei conhecimento dessa iniciativa, fiz questão de estar presente, porque vejo nascer aqui o regionalismo. Sou um apaixonado das políticas regionais de desenvolvimento. Fiz parte, como técnico, de um órgão de desenvolvimento regional, a Sudene. E me lembro aqui, ao ver esta reunião, de como nasceu a Sudene em Campina Grande, por iniciativa dos Bispos do Nordeste, após a seca, 1958. E aqui renasce, de forma inovadora, de forma criativa, um consórcio regional de desenvolvimento em uma área em que todos nós observamos, quando se diz que o Brasil está em crise – e está em crise política –, que há um desenvolvimento. Ou seja, o agronegócio no Brasil central é uma realidade, é a área de maior produção de grãos do Brasil, o que é importante.

Mas eu queria me ater aqui a um aspecto político. Nós estamos vendo que há manifestações, quer dizer, iniciativas de vários segmentos com vistas ao grande problema que estamos atravessando hoje. Nós mesmos, Senadores, estamos tomando algumas iniciativas com vistas a sairmos dessa crise política. Então, não é fácil reunir os governadores de uma região, como estão reunidos nesta Comissão e que logo mais vão ter uma conversa com o Presidente desta Casa, do Senado e do Congresso Nacional, que tem tomado uma série de iniciativas com vistas à reforma política e, sobretudo, também ao Pacto Federativo.

Eu considero, meus queridos e estimados Governadores, a par da crise que está aí, que é do conhecimento de todos nós, que a crise maior é do Estado brasileiro, inserindo-se dentro dela a crise federativa. Os Municípios e Estados federados, no meu entendimento, estão na UTI haja vista o que está acontecendo com

o Estado do Rio Grande do Sul. Eu entendo que aquilo vai ter um efeito cascata, um efeito dominó. A crise é profunda, e nós não estamos nos atentando para a crise do Estado brasileiro.

Então, aproveitando esta oportunidade dos seis Governadores desta região tão importante do Brasil central, queria que conversassem com o nosso Presidente sobre que forma os atuais Governadores, como os 26 ex-Governadores que têm assento aqui, nesta Casa, que iniciativa os senhores podem tomar no sentido de abrirmos horizontes, caminhos. Vejo aqui uma luz no que se refere ao federalismo, mais especificamente ao regionalismo, uma luz que se abre.

Então, eu queria fazer, meus nobres Governadores,...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – ...esse apelo, de natureza eminentemente política, para que os senhores aproveitem a segunda etapa desta visita ao Congresso Nacional, em uma conversa com o Presidente do Senado, e se debrucem sobre de que forma os atuais Governadores podem contribuir na construção de um entendimento, de um diálogo para o momento que nós atravessamos, sob pena de termos, logo mais, aquilo que vivenciamos em 2013: manifestações. E aquela população ainda não teve uma resposta do Estado nem dos Governos.

Então, era essa sugestão, como apelo, que faço a todos os seis Governadores aqui presentes, em uma conversação de natureza política para o momento que nós estamos vivenciando hoje no Brasil.

Era só. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Elmano.

Só comunicar aos Srs. Governadores que o Senador Elmano é um assíduo membro desta Comissão, foi o Relator do nosso PPA e colocou, nas três emendas que cada Comissão tem direito no PPA, justamente recursos na área do turismo, na área de saneamento básico, incluindo aí lixões e resíduos sólidos, e uma emenda ainda programática em relação a metas da questão dos recursos hídricos.

Passo a palavra, sem mais delongas, à nossa queridíssima Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Bom dia, Srs. Governadores de Goiás, Mato Grosso, Brasília, Tocantins, amigos e companheiros que aqui estão. Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Simone pela autoria deste requerimento, que nos propiciou este encontro com os seis Governadores da nossa Região Centro-Oeste e de parte da Região Norte.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente do consórcio, eu gostaria de saudar este momento, um momento importante na vida do País e da Região Centro-Oeste. Eu sempre entendi que há uma necessidade muito grande de a região mostrar o seu poder político. Eu acho que nós somos o Brasil que dá certo, a região que já demonstrou um resultado efetivo. No entanto, politicamente, temos uma deficiência muito grande – talvez a falta de unidade. E ressentimos isso aqui no Senado quando vamos empreender qualquer pleito da região.

A Região Centro-Oeste é tida, dentro da cabeça do Governo, como uma região rica, que não precisa de muito apoio, porque ela se resolve internamente. No entanto, nós temos alguns gargalos que precisam dessa unidade e, principalmente, da força política.

O que eu gostaria de perguntar e deixar aqui apenas como reflexão é que não está muito claro para mim qual o papel do consórcio, esse papel político de fortalecimento político, e a integração desse consórcio com a Sudeco.

A nova Sudeco foi recriada tendo três pilares importantes. O primeiro, que seria o fórum, o conselho constituído pelo fórum de Governadores, Ministro da Integração Nacional e Ministro da Fazenda. Eu acho que esse fórum tem se reunido pouco e é fundamental para demonstrar aqui em Brasília a força dessa região.

O segundo pilar da Sudeco seria o Plano de Desenvolvimento Regional, que já foi discutido em toda a região de forma intensa e tem a colaboração da CNI, com um projeto de logística, que os senhores conhecem e poderia – acho – ser aproveitado de forma efetiva.

O terceiro pilar – são pilares muito importantes – são os dois fundos: o Fundo do Centro-Oeste e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O que me causa, às vezes, uma ansiedade é o fato de que o FCO, que é o maior instrumento de crédito palatável que temos na região, hoje, dispõe de uma carteira na ordem de R$22 bilhões, que está dentro do Banco do Brasil, que administra e opera o fundo.

Para os senhores terem ideia de como isso pesa dentro do Banco do Brasil, nós todos os Senadores estivemos no Banco do Brasil para propor um aumento do Fundo do Centro-Oeste, porque nosso argumento é o seguinte: nós temos uma alavanca sem tamanho, que são R$22 bilhões, para levantar outros fundos, que seja do BNDES, que sejam fundos externos ou outros fundos, enfim, para ampliar o nosso Fundo do Centro-Oeste.

Para os senhores terem ideia – acho que o fundo deveria ser a central de discussão –, nós hoje estamos tendo já um bilhão de diferença do dinheiro que retorna do que aquele oferecido, aquilo que é repassado pelo Fundo Constitucional.

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu só pediria um pouquinho de paciência para deixar isso bem claro.

Então, temos aí 2 bilhões e alguma coisa da União e já 3 bilhões, que é retorno desse estoque que temos no Banco do Brasil. Então, esse é um grande desafio.

A Ministra Dilma, então Ministra da Casa Civil, nos permitiu formatar uma agência de fomento para essa região. Essa agência foi formatada, foi aprovada no Senado e está hoje na Comissão de Finanças da Câmara.

Portanto, acho que isso é fundamental. Se isso não for possível, que, pelo menos, os Governadores, com sua força política, chamem para si a administração desse fundo no sentido de alavancar mais recursos para a nossa região.

Outra coisa que eu gostaria aqui de mencionar e aqui enfatizando o trabalho do Presidente do Senado, Renan Calheiros, é o trabalho que nós já fizemos para ampliar, para definir um novo pacto federativo.

Nós já votamos aqui o Fundo de Apoio à Exportação, os senhores já receberam as primeiras parcelas; a utilização dos depósitos judiciários, grande parte dos Estados já fizeram; a resolução que trata da autorização para a venda de recebíveis, os senhores também já receberam; proibição de projetos que não tenham definição de receitas, também já foi votado; projetos que estabelecem, e foi uma das questões colocadas pelo Governador Marconi Perillo, que o FDCO, não o FCO, seja 50% investimento e 50% seja financiamento. Hoje ele é inteiramente financiamento. Esse projeto já está em tramitação aqui. Mudança do indexador da dívida, que nós já votamos; projeto de convalidação dos benefícios, que é de minha autoria, também já definido.

Outro tema que eu acredito que seria muito importante uma análise mais profunda: a reforma do ICMS. Eu acredito que essa reforma precisa ser conhecida profundamente pelos governadores. Se nós não formos reformar o ICMS, é preciso que os governadores nos deem caminhos e caminhos de regulamentação desses incentivos fiscais, para que eles tenham mais transparência, para que eles sejam canalizados para aquelas atividades que realmente geram retorno e para que a gente tenha argumento para defender a prevalência de alguns benefícios que são necessários para a nossa região.

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – No mais, eu gostaria de deixar aqui os meus cumprimentos ao ex-ministro Mangabeira. Dizer da minha satisfação de ver a visão que ele externou para todos nós aqui, que é um norte que vai nos orientar nos trabalhos aqui desta Comissão.

Quero também agradecer e cumprimentar o secretário de Planejamento de Goiás, Thiago Peixoto, que é o coordenador desses trabalhos e um grande entusiasta, jovem, competente, entusiasta dessa movimentação.

Eu quero saudar, mais uma vez, o entusiasmo do Governador Marconi Perillo, a sua presidência, porque acredito que V. Exª tem liderança forte para movimentar, para motivar todos nós aqui no Senado da República, na Câmara Federal, para dar o apoio político de sustentação a esse movimento que, sem dúvida nenhuma, é um movimento muito importante e que vai mostrar que o Brasil que dá certo é esse que está sentado nessa mesa.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Eu peço desculpas aos Srs. Senadores, nós vamos ter que ser rigorosos com o tempo. Os Srs. Senadores vão ainda dar uma coletiva e têm uma audiência com o Presidente da Casa. O Presidente já está aguardando, mas vamos ter uma tolerância aí de pelo menos quinze minutos. São três oradores inscritos, são quinze minutos no máximo aí de fala. E aí, abriremos para que o Presidente do Brasil Central possa fazer as considerações finais e responder as dúvidas que, porventura, os Senadores tenham apresentado.

Então, eu passo a palavra neste momento ao Senador Roberto Rocha, em seguida ao Senador Valadares e, fechando, ao Senador Waldemir Moka.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Srª Presidente, prometo participar só com metade desse tempo, para colaborar com os nossos governadores. Eu quero, ao cumprimentar a todos, cumprimentar de especial modo os governadores e parabenizá-los pela iniciativa.

E quero fazer apenas uma consideração adicional do que já foi feito aqui. Eu compreendo que esse movimento não deve obedecer a uma lógica territorial, tal como Matopiba. Não deve apenas obedecer a uma lógica territorial, e sim a uma estratégia de logística.

Eu acho que o Estado do Maranhão, que eu aqui nesta Casa represento, tem as condições excepcionais de logística, eis que tem a Hidrovia Araguaia-Tocantins, a Ferrovia Norte-Sul e o Complexo Portuário do Itaqui.

No mundo, o único lugar, fora as savanas africanas, em que se produzem grãos é exatamente no centro do Brasil. Mas essa produção, se é para exportação, do ponto de vista da logística, o melhor local é a saída pelo Porto do Itaqui.

De tal modo que eu, compreendendo que não é a logística que acompanha a produção, é a produção que segue a logística. De tal modo que, em razão disso, eu quero deixar aqui uma sugestão para que o Estado do Maranhão... Claro, depende da vontade, da decisão do governador do Maranhão, com quem nós vamos falar também, para que ele tome as providências com base na Lei nº 11.107, Lei dos Consórcios Públicos, para que a Assembleia possa aprovar a legislação e se integrar a esse consórcio.

Eu cumprimento a todos e estou entusiasta, estarei aqui no Senado, Governador Marconi, à disposição de todos os senhores governadores para colaborar naquilo que for preciso. Parabéns e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Roberto Rocha. Desculpa realmente estar sendo rigorosa em relação ao tempo, mas passo a palavra nesse momento ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu queria apenas, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Simone Tebet, pela iniciativa em apresentar esse requerimento para esse debate que, sem dúvida alguma, contribui para o aperfeiçoamento da Federação e o reconhecimento dessa região, que dá um contributo enorme ao progresso do nosso País, que é a região central, também conhecida como coração da América do Sul, com muita justiça.

E dizer o seguinte que, no momento de dificuldades que nós estamos passando no Brasil, como existem políticas compensatórias para as regiões mais pobres, eu acredito que esse grupo que foi formado com a participação de Estados tão importantes para o desenvolvimento da agricultura e da agropecuária teria que ter também políticas compensatórias.

E no momento em que as *commodities* ali instaladas nessa região dão uma força e um potencial muito grande à exportação brasileira, isto é, a participação da região Centro-Oeste na formulação das políticas de desenvolvimento deve merecer um tratamento condizente com a sua importância, com a sua particularidade em, com um desenvolvimento acentuado, dar um exemplo de trabalho, de eficiência e, acima de tudo, de integração com o desenvolvimento do nosso País.

Por isso, eu queria apenas reconhecer que os governadores estão vivenciando um momento difícil, mas que trabalham com muita responsabilidade, de forma unificada, visando fortalecer a sua região. Eu acho importante que as regiões, comandadas pelos seus governadores, pelas Assembleias Legislativas, possam lutar em benefício do crescimento e da melhoria do bem-estar social de sua população.

E quero, neste momento, fazer uma homenagem especial a esse governador que passou aqui no Senado e deu um exemplo de eficiência, de trabalho e de inteligência e deu um banho de conduta, de atuação parlamentar, que é Pedro Taques. E, em nome dele, eu faço homenagem a todos os governadores que também têm dado um exemplo marcante. Assim como o nosso Perillo, que também foi Senador e deu exemplo edificante de como deve um político se comportar no exercício do seu mandato. Ele também está dando um banho de administração. Prova disso é que se reelegeu governador, com o apoio da população de Goiás.

Por isso, Senadora, meu parabéns e continue com esse entusiasmo, porque a sua região é orgulho do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós é que temos o orgulho de V. Exª.

É importante dizer que o Senador Valadares foi um grande presidente desta Comissão, da Comissão de Desenvolvimento Regional, e aprendemos muito com V. Exª, eu, à época, assistindo pela TV Senado.

Eu passo, agora, a palavra ao último orador inscrito, que vai fazer o fechamento aqui dessa que não é uma audiência pública, mas uma reunião que tivemos, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente Simone Tebet, meu caro amigo, hoje Governador do Mato Grosso, Pedro Taques, presidente do consórcio do Brasil Central, Governador Marconi Perillo, Governador Marcelo Miranda, meu amigo e também anfitrião aqui, Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg, eu quero falar rapidamente.

Eu acho que o Prof. Mangabeira colocou as bases, os pilares, a parte teórica do que esse consórcio é capaz de fazer, mas V. Exªs, em especial aqueles que já passaram por esta Casa, como é o caso do Marconi, do Rodrigo, do Pedro Taques, mesmo do Marcelo Miranda e do Reinaldo Azambuja, sabem que, se não houver apoio político, por mais eficiente que sejam, V. Exªs vão enfrentar dificuldades, e essas dificuldades só serão resolvidas quando os Governadores puderem ter, em uma votação importante, 18 Senadores dizendo que precisam ver determinadas matérias aprovadas e determinadas questões resolvidas.

De tudo que eu ouvi, e confesso que acho que a ideia é brilhante, eu só acrescentaria uma questão que talvez não seja comum a todos os seis Estados. A questão da fronteira para Mato Grosso, para Mato Grosso do

Sul, para Rondônia é fundamental. Eu acho que essa questão da fronteira deveria ser incluída também, porque é um ponto muito delicado, e eu acho que vocês deveriam levar em consideração.

No mais, dizer que vou estar aqui – o Governador Reinaldo Azambuja, do Mato Grosso do Sul, é meu amigo pessoal, aliás, fui eu que o lancei candidato a prefeito de Maracaju; tenho uma amizade grande com ele – e que temos, graças a Deus, entre os 18 Senadores, não subestimando, longe disso, os outros Senadores, a sorte de ter, por exemplo, uma Lúcia Vânia, que é especialista em fundos constitucionais de desenvolvimento do Centro-Oeste – é difícil ter alguém que conheça melhor o assunto que a Lúcia Vânia –; um Blairo Maggi, cuja experiência empresarial é muito grande e, certamente, dará uma grande contribuição; e pessoas políticas da importância do Valdir Raupp, por exemplo, que tem, na Casa, um papel fundamental.

Para encerrar, eu me lembro de Pedro Taques ter sugerido, em Campo Grande, na reunião: "Um dia só em Brasília é pouco, precisamos de três, precisamos fazer lá várias visitas." Daí, surgiu a ideia desta reunião nesta Comissão. E V. Exªs tiveram a sorte de ter essa extraordinária representante do meu Estado, que é a Senadora Simone Tebet.

Encerro dizendo aos Governadores que a fruta não cai longe do pé. Ela é filha do saudoso Senador Ramez Tebet.

Um abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Moka, sem palavras para expressar o carinho que tenho por V. Exª, que foi meu professor no ensino médio e tem grande responsabilidade por eu ter chegado ao Senado Federal como companheiro que foi a vida inteira do meu pai e como uma referência que tem o Mato Grosso do Sul. Então, aqui o elogio é recíproco e principalmente a admiração é recíproca.

Eu passo, sem mais delongas, a palavra ao presidente do Brasil Central para encerrar essa audiência, o presidente do Senado tem um compromisso fora e está nos aguardando, ele vai responder pelos demais Governadores, o Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem. Só um minutinho.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Claro, com a palavra, pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – É só para dizer que a frente, o consórcio não poderia deixar de lembrar nas suas reuniões uma figura que foi fundamental para a união do Centro-Oeste, Jonas Pinheiro. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Que fique registrado nos Anais desta Casa essa lembrança mais do que justa.

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, eu quero agradecer ao Presidente, à Senadora Simone, a todos os Senadores que ainda se encontram aqui, aos 20 Senadores que aqui se encontram e que passaram por aqui durante esta audiência pública, como já disse, com quórum elevado e qualificadíssimo.

Queria informar a todos os senhores que as sugestões serão muito bem aproveitadas e que o apoio de V. Exªs será muito bem-vindo, aliás, será imprescindível.

Queria dizer à Senadora Lúcia Vânia, minha querida amiga e companheira há 30 anos, que, nos próximos dias, nós vamos interagir com a senhora e com todos os Senadores informando quais as sinergias, quais as cooperações conjuntas poderemos ter do fórum, do consórcio com os Senadores. Pela experiência que a senhora e todos os Senadores, a Senadora Simone têm, precisamos contar muito com os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras. Vamos, inclusive, informar quais serão as atribuições jurídicas do consórcio que poderão contar com a colaboração dos senhores e das senhoras.

Uma ideia nossa é já levarmos a Porto Velho uma carteira de projetos. Nós vamos identificar esses projetos comuns à região e verificar como é que esses projetos poderão ser viabilizados do ponto de vista financeiro. Podemos ter PPP, mas, para PPP, deve-se ter contrapartida, muitas vezes, contraprestação. Onde podemos identificar recursos para garantir a contraprestação de PPPs importantes para o Brasil Central? Poderemos ter projetos que dependem de concessões, e também vamos identificá-los, e outros que poderão ser financiados com recursos dos fundos.

Repito aqui, reafirmo, a Senadora Lúcia Vânia informou que nós já temos a faculdade de utilizarmos, caso seja aprovado, 50% do FDCO, mas nós gostaríamos que fosse estudada também a possibilidade de que 50% dos recursos do FCO sejam destinados a obras públicas, a projetos públicos dos Governos estaduais e municipais. Eu sei que não é uma tarefa fácil, mas eu gostaria de pedir aos senhores e às senhoras que estudassem essa possibilidade.

Mais uma vez, muito obrigado ao Presidente, à Senadora Simone, à Srª Senadora Lúcia, aos Senadores aqui presentes, que deram uma enorme contribuição à alavancada desse projeto Brasil Central.

Muito obrigado aos Deputados Federais e a toda a assistência aqui presente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada ao Governador Marconi Perillo e, em seu nome, a todos os Governadores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados e Srªs Deputadas Federais que aqui se fizeram presentes e a toda a assessoria.

Esta Presidência, então, agradecendo a presença de todos, declara encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSETE DE NOVEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Simone Tebet, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Hélio José e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Dalírio Beber e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento do Of. 001/2015 da comissão representativa dos salva-vidas do Brasil, solicitando a aprovação sem alterações do PLC 42/2013, e apresentando dois abaixo-assinados – um manuscrito e outro digital – que serão juntados ao referido PLC. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos 10/2015-CDR, 28/2015-CDR, e 52/2015-CDR, com a finalidade de realizar a 4ª Audiência Pública que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), em atendimento ao artigo 96-B do RISF, com vistas a instruir o relatório de avaliação da política. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Arilson Wunsch, Diretor da Federação Nacional dos Urbanitários – FNU, representante de Fábio Giori Smarçaro, Secretário Nacional de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários; e Luiz Roberto Santos Moraes, Professor Titular em Saneamento da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia – UFBA. O Presidente determina que conste no relatório da política pública, avaliada pela CDR, o capítulo específico sobre a Avaliação do zoneamento básico no Brasil desde a adoção do Plansab e as críticas apresentadas, ambas, pelo Professor Luiz Roberto. Após a exposição dos convidados, usou da palavra o Senador José Medeiros. O presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 38ª Reunião que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Sob a proteção de Deus, declaramos iniciados nossos trabalhos.

Antes de dar início à audiência pública, a Presidência faz o seguinte comunicado:

Comunico que nos termos do art. 89, do Regimento Interno, recebemos o Ofício nº 001, de 2015, da Comissão Representativa de Salva-Vidas do Brasil por meio do qual é solicitada a juntada de dois abaixo-assinados, um manuscrito e outro digital, ao PLC nº 42, de 2013, bem como a aprovação do projeto sem alterações.

Determino a juntada ao PLC nº 42, de 2013, que regulamenta o exercício da profissão de salva-vidas.

O referido expediente encontra-se na Secretaria da Comissão à disposição do Colegiado.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da quarta audiência pública que integra o plano de trabalho de avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), em atendimento ao art. 96, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Encontram-se presentes para a audiência pública os seguintes convidados, os quais, já de imediato, convido para já integrar a Mesa.

Sr. Arilson Wunsch, Diretor da Federação Nacional dos Urbanitários, e o Dr. Luiz Roberto Santos Moraes, professor titular em saneamento da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

Conforme dispõe o ar. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará para o debate as seguintes normas: cada convidado terá até 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação por parte dos presentes.

A palavra às senhoras e aos senhores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta ao interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos é em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: no Portal e-Cidadania, que pode ser acessado pelo *site* do Senado Federal www.senado.leg.br, e pelo Alô Senado 0800-612211.

Iniciamos com o Sr. Arilson. É pela ordem alfabética. Então, concedo-lhe 15 minutos para sua exposição.

O SR. ARILSON WUNSCH – Bom dia, Senador Randolfe.

Em nome da Federação Nacional dos Urbanitários quero agradecer o convite e dizer que é muito importante nós tratarmos sobre saneamento neste momento que o Brasil vive, ou seja, um momento difícil na questão do saneamento, pois se fala sobre a crise hídrica e a gente tem a diferença. Nós não dizemos que é uma crise hídrica, mas sim de gestão da água. Não é uma crise da água em si, porque a água não está em crise. Mas a gestão da água está em crise. Então, é muito importante nós virmos aqui no Senado Federal debater sobre a água e chamar a atenção da sociedade sobre esse tema tão importante para a vida das pessoas.

Também quero cumprimentar aqui nosso irmão, nosso parceiro, nosso companheiro de todas as lutas, o Prof. Luiz Roberto Moraes, conhecido Prof. Moraes, sempre um militante atuante dentro do saneamento deste País e que não mede esforços para estar onde é convidado e fazer o debate.

É importante lembrar, Senador e telespectadores, ouvintes e plateia presente, que nós vivemos um período de privatizações no Brasil, no mundo, na América, da questão da água. Tivemos recentemente a guerra da água na Bolívia, tivemos a Argentina privatizando e reestatizando a sua questão da água sob grandes denúncias de propina, corrupção, no processo de privatização, e também a contaminação da água para a sociedade argentina, e foi retomado. O Uruguai também fez isso e, inclusive, Senador, tem na sua constituição um artigo que diz que, para privatizar a água, tem que ter um plebiscito, uma consulta popular. Óbvio que o Uruguai é menor que o Brasil, mas esse é um tema em que nós poderíamos entrar e pensar um pouco melhor.

Como a concessão aqui é municipal, que tal se, para privatizar a água dentro dos Municípios, fosse feita uma consulta popular? Porque é muito fácil definir em gabinetes fechados, nas capitais do Brasil, de todos os Estados e na Capital Federal, vamos privatizar a água. Mas e a população carente? E a população pobre? Ela tem que opinar nessa questão também.

A França, sabemos que reestatizou depois de muitos anos na iniciativa privada. Temos a Itália, que fez um plebiscito, também com uma consulta popular, que deu 95% para o retorno da água para o controle público. E ouvimos muito que a privatização aumenta a concorrência, melhora o negócio; realmente, se for para tratar de negócio, a privatização é boa, mas a água não podemos tratar como um negócio.

Dentro dessa linha importante que debatemos, o Brasil deu um avanço considerável com a 11.445, que é o marco regulatório do saneamento, que trouxe uma nova realidade para a sociedade brasileira, uma nova realidade, discussão no saneamento dentro dos seus Municípios, onde prefeitos e vereadores têm a autoridade de negociar o melhor contrato de programa para o seu Município. Não é aquele programa de concessão que se fazia antigamente: coloca lá, faz um contrato com uma empresa, de 20 anos, depois só tira de dentro da gaveta, tira o pó da primeira página e assina o novo contrato. Não é mais assim que funciona. Hoje, o prefeito, o vereador, o Município tem o poder da fiscalização.

E, dentro dessa linha, nós conseguimos o nosso Plano Nacional de Saneamento! O que diz o Plano Nacional de Saneamento – rapidamente, passo algumas... –, que tem, em um horizonte de 20 anos, um objetivo de chegar ao pleno de abastecimento de água e tratamento de esgoto?

Junto com o Plansab, dentro do Ministério das Cidades, há uma série de linhas de financiamento – nós depois vamos tratar sobre isso – para fazer a fiscalização desses recursos, que são importantes, no momento, para nós termos água de qualidade, água boa, esgoto, resíduos sólidos coletados, o lixo que todo mundo... Muitos lixões que nós temos pelo Brasil afora... E na nossa cidade não é diferente, lá no Rio Grande do Sul temos lixões, e também algumas usinas que estão caminhando de forma muito lentamente. A drenagem urbana também é um problema. No Plansab, temos esta determinação: vamos resolver problema de drenagem urbana. Só que a ganância pelo crescimento – e não pelo desenvolvimento – é tão grande que as pessoas ignoram a natureza e saem construindo coisas acima do normal.

Lá, no Rio Grande do Sul – eu venho do Rio Grande do Sul –, há poucos dias, nós tivemos um enfrentamento muito forte de tempestades, temporais, enfim, que o Brasil todo acompanhou.

E daí nós criamos uma máxima: quando o homem invade a natureza, isso chama-se desenvolvimento. Agora, quando a natureza vem buscar de volta aquilo que o homem tirou dela, nós tratamos como tragédia! E isso nós temos que mudar, porque o meio ambiente pede socorro neste momento.

Então, as metas do Plansab são chegar a 99% de água nesses próximos 20 anos no Brasil e 100% de entrega da água para sociedade, bem como coleta de esgoto na área urbana e rural.

É importante dizer também que o Plansab tem dois artigos interessantes que dizem que nós temos que publicizar nossas metas, avaliar e fazer uma revisão a cada quatro anos. Isso tem que ser colocado em prática,

porque, senão, não adianta nós termos as nossas metas engavetadas. A sociedade tem que saber o que as empresas, o que o Plansab quer nos quatro anos, nos oito, para chegar, depois, nos 20 anos de programa.

De onde virão os recursos? O próprio Plansab já diz que alguns bilhões serão necessários. E de onde é que virão? Cinquenta e nove por cento – Moraes, eu disse que eram 51% antes, em nossa conversa paralela, mas são 59% – terão que vir do Governo Federal, dos órgãos federais. Ora, nós sabemos que estamos passando por uma crise. Todo mundo comenta por aí: a crise, a crise, a crise, e nós acabamos acreditando na tal da crise. Nós vemos que o Governo tem a obrigatoriedade de colocar o dinheiro que ele prometeu, porque se ele promete 59% de 508 bilhões, significa que, ao longo dos 20 anos, ele tem esse dinheiro para colocar no Plansab. Senão, ao final nós vamos, inclusive, sugerir algumas situações. E o restante vem dos Municípios, dos Estados e, também, da iniciativa privada. A iniciativa privada esteve aqui e acompanhamos a apresentação de um incentivador da iniciativa privada, de um financiador, e ele muito bem disse que a iniciativa privada tem dinheiro, desde que o Governo ajude. Então, ela não tem dinheiro para fazer o que tem que ser feito.

Os investimentos em saneamento de água e esgoto são em torno de 270 bilhões. PAC: teríamos que ter sete PACs para fazer. Se é lançado um a cada quatro anos, certamente em 28 anos nós estaremos cobertos, Senadores. E em 28 anos, com o atraso que nós temos no Brasil, normalmente, já fecharia – estica lá por dez anos o Plansab –, nós chegaríamos – mas tem que lançar o PAC e tem que fazê-lo.

Na sequência aqui vamos apresentar rapidamente, passar algumas lâminas que falam sobre números. É importante dizer o seguinte: o PAC 1 selecionou e contratou os 100% do valor estipulado. Mas, na realidade, do PAC 1 apenas 74% foi executado. E no PAC 2 é pior ainda, apenas 20%! Então nós temos que fazer essa fiscalização e fazer com que essas obras que são contratadas sejam executadas, porque, teoricamente, quando você contrata uma obra, quando você busca o recurso, se ele está disponível e o projeto está pronto, há dinheiro. Então, eu tenho que ter capacidade de fazer essa obra.

E aí nós, muitas vezes, somos taxados como a parte pública que não trabalha, que não consegue fazer o serviço.

Entreguem para nós essa montoeira de dinheiro, que vamos conseguir fazer. Muito bem, nós da Federação Nacional dos Urbanitários, que defendemos o setor de água, esgoto, energia deste País, de serviços urbanos, nós também cobramos dos nossos entes, dos nossos sindicatos e também das nossas categorias, que são públicas, e também temos privadas, a prestação de um serviço público de muita qualidade.

E, sobre a questão do plebiscito, de que falei lá no início, Senador, ela diz o seguinte: se eu tenho um plebiscito na minha cidade, onde a população pode me mandar embora, a qualquer momento, eu necessariamente tenho que prestar um serviço de qualidade, porque eu tenho que ter, na hora do plebiscito, na hora da consulta que eu vou fazer, essa população do meu lado. E é isto que a gente traz também para reflexão: que se deixe que a população dos Municípios decida o que ela quer fazer com o seu abastecimento de água e de esgoto.

Hoje, praticamente pouco se fala da tal da privatização. A privatização não é muito interessante. O nome privatização já está meio desgastado neste País. A gente vem de uma realidade lá do Rio Grande do Sul, em que as privatizações não deram certo. Uma coisa é você fazer privatização de linha telefônica – a respeito do que a gente também bateu contra à época –, outra coisa é você fazer privatização da saúde pública, que se chama água.

A água jamais deve ser tida como fonte de lucro. Nós temos que ter a água, o saneamento, como um meio de cuidar do meio ambiente, que é o tratamento de esgoto, e também de saúde pública. Que a água seja tratada e de qualidade a ser entregue para a população!

Agora o termo é diferente, nós temos uma parceria. Muito se ouve falar da parceria público-privada, da abertura de capital, da empresa moderna, empresa na bolsa, parcerias que vêm com o meu amigo, parceiro Moraes, que vai à minha empresa, para fazer uma parceria. Jamais se faz uma parceria em que o privado perde, até porque ele tem garantia de contrato. Só quem perde é o público.

E, quando dá errado, como deu na Argentina, eles vão embora. Simplesmente levantam acampamento e estão indo embora.

(Soa a campainha.)

O SR. ARILSON WUNSCH – Sem contar que nós temos consequentemente aumento de tarifa.

Nós temos uma experiência recente em que uma empresa privada assumiu, e, no ano seguinte, ela aumentou em 15% a sua tarifa. Isso é natural. E a empresa pública não faz esse tipo de ação e tem um diferencial, tarifa social para as pessoas de baixa renda.

Essa é a parte que a gente tem que prestar muita atenção. Nós que fizemos parte da política do Brasil temos que cuidar muito, porque, privatizando, nós privamos algumas pessoas do acesso à água. Agora, a tari-

fa social que a empresa pública pratica não é praticada com frequência pelas empresas privadas, nem por lei, porque ela dá um jeito de burlar, porque ela visa ao lucro.

Na empresa, companhia pública, serviço de água público, quando sobra algum dinheiro, quando há algum lucro, que não é para dar lucro, é investido em saúde, educação na própria companhia. No setor privado, não. Ele chega, tira da sua cidade e coloca em contas na Suíça, aplica nos Estados Unidos, aplica em qualquer lugar deste mundo, menos na cidade; ali ele vai apenas cumprir o contrato. Nós temos experiência de caixa único em quase todo o Brasil das empresas de saneamento, em que o Governo se alimenta para fazer saúde e educação para a população, e a empresa privada não vai fazer isso.

Então, nós viemos aqui fazer a defesa, sim, da água e esgoto como públicos, mas, acima de tudo, dizer que nós queremos também prestar um serviço de muita qualidade. E disso nós temos que ser cobrados pela sociedade.

E um plebiscito, lá no âmbito do Município, tem que existir para que a empresa que presta o serviço de saneamento seja cobrada de forma muito intensa para que todos tenhamos água.

Para finalizar, Senador, trazemos algumas ideias acerca da origem dos recursos para cumprir o Plansab além dos 59% do Governo – ou dentro dos 59% que o Governo Federal disse que colocaria.

Quando eu assino um documento... Quando a gente faz um contrato, e o Plansab é um contrato com a sociedade... Eu digo que vou colocar 59% daqueles R$508 bilhões. A Federação traz, como uma de suas ideias, a criação do Fundo Nacional de Saneamento: PIS e Cofins das empresas seriam depositados numa conta que reverteria para saneamento. Trata-se muito da desoneração do PIS/Cofins. Isso não é bom, porque desonerar – nós trabalhamos com tarifa – um imposto significa desonerar a conta d´água. Nós queremos criar um fundo com esse dinheiro.

E também, aqui para estes debates, deveriam ser convidados os Ministérios do Planejamento, Fazenda e Cidades. O FGTS, do qual fazemos parte como Conselheiro via Central Única dos Trabalhadores, aprovou, em sua última reunião, em torno de R$30 bilhões para os próximos 4 anos para o saneamento e mais de R$200 bilhões para habitação popular. Então, temos onde buscar algum dinheiro.

Agora, é muito importante fiscalizar as obras do PAC. Isso é fundamental. O quadro diz muito claramente: o PAC contratou tanto e executou tanto e, depois, aparece menor ainda, muitas vezes por falta de fiscalização. Isto nós temos que colocar como desafio para as empresas estaduais, para a defesa do saneamento público: a fiscalização, porque não se faz obra sem fiscalizar.

Poderíamos citar diversos exemplos nos quais a fiscalização, digamos, deixou acontecer algumas coisas e, depois, o dinheiro fugiu pelo ralo. Nós conhecemos essas situações – como sindicatos, como Federação, sindicatos de base que andam no meio da sociedade vendo o que acontece com o dinheiro que sai daqui para os Municípios e, de lá, toma outro destino.

A água não tem nenhuma relação com o chamado lucro que as empresas privadas querem. Defendemos a água como um bem de todos, defendemos a água pública e um serviço de qualidade público e, acima de tudo, com responsabilidade e muita fiscalização da sociedade – nós temos que ser fiscalizados, senão, nós também não vamos fazer um bom serviço.

Em princípio era isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Arilson Wunsch, representante da Federação Nacional dos Urbanitários.

Quero dar boas-vindas ao meu querido amigo Senador José Medeiros, do PPS do Mato Grosso. Esteja à vontade.

Só para informar: esta é a quarta e última audiência para a avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico. Fui designado relator da avaliação do Plano. Nós tínhamos três audiências públicas previstas, mas resolvemos propor esta quarta porque entendemos que a sociedade civil estava representada a partir de um ponto de vista, mas o ponto de vista da Federação dos Urbanitários e o ponto de vista diferente do proposto pelo Banco Mundial, no nosso entender, não estavam contemplados nos debates anteriores. Em decorrência disso, realiza-se esta quarta e última audiência pública para a avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Antes de passar a palavra para o Prof. Dr. Luiz Roberto, da Universidade Federal da Bahia, concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar os nossos palestrantes e parabenizar o Senador Randolfe por estar tendo esse desprendimento e essa boa vontade de ficar "rouco de ouvir", vamos dizer assim, para poder fazer o relatório.

Nós estamos tratando aqui de algo muito importante. E é algo de que se fala pouco. Não se fala muito sobre o tema.

Em alguns Municípios, eu já observei que, quando chega o discurso da privatização do setor, parece que está se achando o ovo de Colombo. Eu já pude acompanhar casos em que se vendeu o eldorado e, depois, veio a ressaca do que não aconteceu. Prometia-se muita coisa com a privatização e acabou não funcionando daquela forma. Eu não sei se isso foi por falta de fiscalização, eu não sei por quê. Cito Cuiabá. Cuiabá, a capital de Mato Grosso, foi um dos casos em que não funcionou a privatização. Cito o caso da segunda cidade do Estado, Rondonópolis, que fez opção por não privatizar, e lá é um caso de sucesso que aconteceu.

Agora, eu fico preocupado justamente com esse tema, porque nós não falamos muito dele e estamos vendo um caos no País, neste momento, com crise hídrica, com o que está acontecendo. Vejo rios morrendo, e nós ainda temos o costume feio – vamos dizer assim – de jogar dejetos dentro dos nossos mananciais.

Cito um caso da cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso. Ali passa uma das joias do Pantanal, o Rio Paraguai. E não é só Cáceres, é a Bacia do Pantanal. Hoje, o Brasil não sabe, mas o Pantanal está sendo, diariamente, enchido por esgotos das cidades. Essas cidades da Bacia do Pantanal não têm saneamento básico. A cidade de Cáceres não tem saneamento básico. Culpa do prefeito? Não, pois não há como, ele não tem dinheiro, não tem recurso para fazer. Então, Cáceres é ladeada por aquele rio lindo, maravilhoso, o Rio Paraguai, mas, se se observar direito, vai se ver um duto quase do diâmetro da altura daquele parede ali jogando todo o esgoto dentro do Rio Paraguai. Isso acontece em praticamente toda a bacia.

Quando há uma audiência em que começamos a discutir o tema de saneamento básico e a questão da água, eu acho muito importante.

Eu queria falar algo para os nossos palestrantes. Eu tenho visto, recentemente, alguma discussão no sentido de que seria interessante começar a fazer a construção de reservatórios de água próximos às cidades para servir tanto como reservatório de água na época da seca, como também para contenção de cheias. Eu queria saber o que vocês acham disso, porque me pareceu um assunto interessante.

E também eu queria deixar uma pergunta aqui. Embora a Lei da Política Nacional de Saneamento Básico inclua nesse conceito os segmentos de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, raramente, há em qualquer esfera da Federação uma efetiva integração dessas áreas, resultando em problemas como a contaminação dos mananciais pela água de drenagem e pelos resíduos sólidos, assim como as ligações clandestinas de esgoto nas redes de drenagem fluvial. Como se poderia superar esse desafio de modo a garantir a observação da lei federal?

Essas são as ponderações que eu deixo.

Mais uma vez, quero parabenizar, Senador Randolfe, porque nós temos feito esse debate, e essa é uma coisa de que não se fala muito no País. Eu creio que este momento é o início de começarmos a falar e de continuarmos a falar mais ainda.

Eu tenho ouvido as pessoas dizerem: "Lá, vocês só falam, só falam". Aqui é o Parlamento, aqui é para *parlar*, falar. Agora há pouco, eu dizia, na Comissão de Ciência e Tecnologia, que fiquei extremamente contente ontem ouvindo A Voz do Brasil, quando o Governo anunciava a liberação das pesquisas para fosfoetanolamina e a liberação também de R$10 milhões já para o começo dessa pesquisa. Essa decisão do Governo se deu devido a uma audiência que fizemos na Comissão de Ciência e Tecnologia, junto com a CAS, justamente por essa falação de que alguns dizem: "Vocês ficam lá falando".

Tomara que aqui essas discussões possam também gerar algo de concreto para que possamos começar a mudar o conceito e a cultura de que nossos rios não são latrinas, para que possamos começar também a ver a água sob este viés que foi apresentado aqui pelo Dr. Arilson, de que ela não é para dar lucro, mas para termos outro tipo de relação, de forma a não entrarmos no caos como estamos vendo acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Somos nós que agradecemos, Senador Medeiros.

Peço licença ao Prof. Luiz Roberto... E acrescento mais três minutos à sua exposição para também fazer as considerações, se assim quiser, aliás, para fazer as considerações sobre o questionamento apresentado pelo Senador José Medeiros. Em seguida, passarei para o Arilson, para também responder ao questionamento.

Antes de lhe passar a palavra, Dr. Luiz Roberto, devo acrescentar o que o Senador Medeiros destacou: o drama que se vive no Pantanal é o drama que nós vivemos na Amazônia. A minha cidade também está às margens do maior rio, de outro patrimônio do nosso País e do mundo.

Aliás, V. Exª é de um Estado que tem um patrimônio que é o Pantanal; eu sou de outro Estado que tem outro patrimônio, que é o Rio Amazonas. Vivemos o mesmo problema de ausência de saneamento básico. A capital do meu Estado tem somente 10% de rede. O meu Estado tem menos de 10% de rede de saneamento básico.

O que me realça é a pertinência desta audiência pública, desta última audiência para a avaliação do Plansab, porque me parece que a visão privatista que tem estado em vigor, sob avaliação, que tem sido utilizada

nos últimos anos, pelos notórios acontecimentos, em especial para garantir saneamento básico nas regiões mais pobres do País, tem fracassado.

Então, Dr. Luiz Roberto, seus 15 minutos, com os acréscimos que forem necessários. Fique à vontade.

O SR. LUIZ ROBERTO SANTOS MORAES – Muito obrigado, Senador.

Eu queria inicialmente agradecer ao Senador Randolfe Rodrigues pelo convite, a oportunidade de voltar a esta Casa, porque, junto com a Câmara dos Deputados, nós caminhamos durante muitos anos na luta para que o nosso País tivesse uma política de saneamento básico instituída por lei. Finalmente, depois de praticamente duas décadas, nós conseguimos ter uma lei que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico.

Lembro-me de ter participado, e fui inclusive um dos relatores, da comissão de Financiamento da 1ª Conferência Nacional de Saneamento, que foi acolhida na Câmara dos Deputados. Passamos três dias trabalhando o dia inteiro, mais de 900 pessoas da sociedade brasileira junto com os Parlamentares trabalhando. Dali saiu um documento propositivo, um breve diagnóstico para a sociedade brasileira e para as autoridades em relação à questão de saneamento.

Em face da fala dos dois Senadores e me reportando à riqueza que a Amazônia tem em relação a corpos d'água e superficiais, quero enfatizar e fazer um apelo ao Senado para deitar um olhar maior em direção ao que em cinco anos veio sendo desenvolvido e hoje passa a ser configurado como talvez o maior aquífero de água subterrânea do mundo, que é o Sistema Aquífero Grande Amazônia Saga, com estas quatro letras S-a-g-a, desenvolvido pela Universidade Federal do Pará e pela Universidade Federal do Ceará, que estão trabalhando há cinco anos nisso.

Elas pesquisaram e encontraram um manancial excepcional na Amazônia, que chega a ter uma capacidade, a 500 metros de profundidade apenas, três vezes e meia maior do que a do Aquífero Guarani. Então Saga, o aquífero da grande Amazônia, é três vezes e meia maior em capacidade. Só para se ter uma ideia, em termos de número, daria para abastecer todo o mundo durante 250 anos. Então, além de termos 12% da água doce aqui no Brasil, em termos de mananciais superficiais, agora temos o maior aquífero subterrâneo, o maior aquífero de água doce do mundo, que é o Saga, sobre o qual precisam ser aprofundadas as pesquisas.

Eu, como cientista, estou trazendo essa demanda para a gente conhecer mais e ver como utilizar dessa água. A 500m de profundidade a capacidade cubada chega a 3,5 vezes à do Aquífero Guarani. O Aquífero Guarani pega Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai; 70% dele fica no Brasil; a profundidade da água vai à 7,8 mil metros; e a grande Amazônia chega a 500m profundidade, com essa capacidade fenomenal.

Então, este é um país efetivamente abençoado por Deus em relação à sua natureza. E a gente precisa gerir – eu não chamo de recurso, eu me nego a utilizar a palavra recurso, porque para mim, quando você usa a palavra recurso, já entra num viés econômico – as riquezas naturais. É um país de riquezas naturais excepcionais. Então, eu queria iniciar por aí.

Bom, como acadêmico, como cientista, eu tenho 42 anos de militância na área de saneamento. Eu me formei com 22 anos, tenho 64 anos hoje, 42 de militância na área de saneamento. E tive a oportunidade de fazer a graduação em Engenharia Civil; uma especialização em Engenharia Sanitária; depois mestrado na Holanda em Engenharia Sanitária; depois doutorado na Inglaterra em Saúde Ambiental; depois pós-doutorado em Portugal em Gestão de Saneamento Básico; e depois pós-doutorado na Universidade de Barcelona sobre a relação da saúde com o saneamento.

E, durante esses estudos todos, do ponto de vista científico, eu sempre fui um extensionista na Universidade Federal da Bahia. E quase fui penalizado, no meu concurso para professor titular, porque a minha produção científica é basicamente oriunda da relação com a sociedade, do trabalho de extensão universitária, que, nas universidades públicas, em geral é um dos elos do tripé – ensino, pesquisa e investigação; geração de conhecimento e relação com a sociedade, que a gente chama de extensão universitária – que não é levado em consideração, que não é enfatizado nas universidades.

E, como a minha produção era oriunda daí, praticamente quase que ela foi jogada na lata do lixo. Mas consegui lograr aprovação e me tornar professor titular, que é o topo da carreira universitária. E sou professor titular na matéria saneamento.

Então, eu estudo essa questão há muitos anos. E milito junto a diversos grupos organizados da sociedade, no sentido de a gente avançar no Brasil para um dia, quem sabe – e certamente eu não estarei mais presente aqui, mas quero deixar essa contribuição –, o saneamento básico no Brasil seja universalizado.

Bom, eu vou utilizar... V. Exªs e o restante, por favor, vão ter que ter um pouco de paciência comigo. Quando a gente é professor, não perde esse ranço professoral. Então, eu vou utilizar da projeção de alguns eslaides, para melhor entendimento.

Eu queria começar por aqui. Eu queria trazer para todos o que a Constituição Federal, a Carta Magna do Brasil, coloca no art. 6º como nossos direitos sociais. Alguns deles já foram agregados por emendas à Constituição, mas grafei saúde e moradia, porque, embora o saneamento não esteja explícito, o saneamento está implícito na saúde, o saneamento está implícito na moradia. A gente não pode ter saúde, não pode ter moradia digna, se a gente não tem as condições de saneamento básico atendidas.

Quero também colocar, porque eu acho que são de tamanha importância, que estão tramitando na Câmara dos Deputados duas Propostas de Emendas à Constituição, a PEC nº 39, de 2007, e uma apensada a ela que é de número 213, de 2012, propondo incluir a água como direito social. Inclusive, a admissibilidade já foi aprovada em março do ano passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. É extremamente importante que o Congresso Nacional venha a agregar como direito social dos brasileiros o direito ao acesso à água, à água de qualidade.

Aqui é a Resolução da ONU. Foram 30 anos de discussão em nível mundial para que, em 28 de julho de 2010, a ONU reconhecesse o direito à água e ao saneamento. E o saneamento entendido aí como disposição de excretas de esgotamento sanitário.

Essa palavra saneamento, se a gente a abordar na língua anglo-saxã, *sanitation* em inglês, para eles tem um sentido que é exclusivamente o esgotamento sanitário.

O saneamento do espanhol também se refere exclusivamente ao esgotamento sanitário. Para nós, aqui no Brasil, a terminologia de saneamento engloba muito mais do que o esgotamento sanitário.

Então, a ONU chama "água e saneamento", mas entenda-se o saneamento como a disposição das excretas humanas e o esgotamento sanitário. Então, passa a ser um direito essencial. Nenhum país votou contrariamente: 123 países votaram a favor e 41 países se abstiveram na votação. Assim, a Resolução foi aprovada, o que vem reforçar a ideia de termos, em nossa Constituição, como comentei no art. 6º, a inclusão da água como direito social.

O marco legal do saneamento no Brasil, a lei promulgada no dia 5 de janeiro de 2007, a Lei Nacional de Saneamento Básico – assim a chamamos – traz a definição de saneamento básico – finalmente! Ao longo da Constituição, utiliza-se, em diferentes dispositivos, a terminologia de saneamento básico, mas não se define o que se entende por saneamento básico. Se pegarmos, por exemplo, o capítulo da Saúde, veremos que o termo "saneamento básico" aparece em diversos pontos. Mostra-se, inclusive, que é competência do Sistema Único de Saúde participar da formulação da política e executar ações de saneamento básico, mas não se diz o que se entende por saneamento básico.

Pois bem, o marco legal no Brasil, a Lei nº 11.445, de 2007, traz a definição de saneamento básico. Está lá no art. 3º o seguinte.

Para efeito desta lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo de águas pluviais.

Como o Senador José Medeiros colocou, não é usual, na área de saneamento básico, haver a integração entre esses diferentes componentes – mas é isso o que acontece entre nós. Então, isso precisa ser construído na sociedade brasileira. Hoje, o saneamento básico não é mais entendido como apenas esgotamento sanitário, como água e esgoto, como foi nas décadas de 70 e 80, nos idos do Plano Nacional de Saneamento, o Planasa, oriundo da ditadura militar. Hoje entende-se que fazem parte do saneamento básico estes quatro elementos, ou seja, o saneamento básico... Quando falamos nessa palavra, precisamos ser rigorosos.

E aí, queria trazer uma informação que considero extremamente importante para a sociedade brasileira. Por não ser praticante de religião nenhuma, eu não tinha conhecimento de que a Campanha da Fraternidade, de cinco em cinco anos, era ecumênica. E a Campanha da Fraternidade de 2016 será ecumênica, englobará todas as igrejas, e o seu tema será Casa Comum, nossa Responsabilidade – leia-se saneamento básico. Nós contribuímos para o texto-base, já editado pela CNBB – eu queria passar uma cópia para o Senador, para a Comissão.

Essa Campanha já está começando a entrar em campo, e ela vai debater no Brasil, durante todo o ano que vem inteiro, a temática do saneamento básico, ou seja, os quatro componentes do saneamento básico. Então, vai ser uma oportunidade para dar visibilidade para o saneamento básico junto à sociedade brasileira e para prepará-la para 2018, quando irá acontecer aqui em Brasília o VIII Fórum Mundial da Água, que é como um atacadão da água, um mercadão da água em nível mundial, e as multinacionais e as empresas brasileiras vão estar disputando o mercado da água aqui no Brasil. Então, vamos ter a possibilidade de a sociedade brasileira debater a fundo a questão do saneamento durante o ano inteiro, com a Campanha da Fraternidade Ecumênica, para que ela também se empodere para essa disputa que vai acontecer em 2018, durante o Fórum Mundial da Água – todas as vezes em que acontece o Fórum, há a tentativa de tornar a água uma *commodity*, uma mercadoria, um negócio, e não um bem essencial à vida e à saúde das pessoas.

Entendemos o saneamento básico como um direito social, e isso é fruto de estudos, de militância. Quando eu morei na Inglaterra para fazer o doutorado, a Primeira Ministra Margaret Thatcher estava privatizando os serviços, e lá a privatização foi plena, a Inglaterra vendeu os ativos dos serviços de água e de esgoto, o que é proibido aqui no Brasil. Daí estas diferentes modelagens que a toda hora aparecem para a gente: concessão, participação em ativos, parceria público-privada.

O entendimento nosso, então, é o de que o saneamento básico é uma medida de promoção à saúde, uma medida de proteção ambiental, uma medida de infraestrutura urbana e uma medida de cidadania.

As ações de saneamento básico, como está colocado ali, se constituem em meta social diante da essencialidade à vida e à proteção ambiental. Então, ela não é uma política pública apenas, ela é uma política pública e social e deve ser trabalhada, na nossa compreensão, nesse contexto.

O eslaide está em letras muito pequenas, mas eu o trouxe somente para mostrar do ponto de vista simbólico. O art. 2º da Lei Nacional de Saneamento Básico traz 13 princípios fundamentais da lei. Eles não estão hierarquizados. O primeiro princípio é o da universalização dos serviços: os serviços devem ser para todos, meio urbano, meio rural. O segundo é o da integralidade, ou seja, Senador, exatamente, o atendimento dos quatro componentes, para trabalhar integradamente os quatro componentes e não privilegiar apenas o abastecimento de água ou apenas o esgotamento sanitário. O princípio do controle social também está colocado ali, que é um princípio extremamente importante. Então, são 13 princípios que são ditos como princípios fundamentais para serem praticados no exercício do planejamento, da organização, da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Esse artigo é o que trata da Política Federal de Saneamento Básico – os últimos artigos da lei tratam da Política Federal de Saneamento Básico –, que traz, então, as diretrizes estabelecidas pela Política Federal de Saneamento Básico, sendo competência, então, da União e dos seus órgãos a implementação. Por exemplo, esta é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e ali traz como um dos princípios a importância da implantação dos serviços públicos de saneamento básico para o desenvolvimento regional.

Em seguida, há os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, que são objetivos que também precisam ser apropriados pela sociedade e ser praticados.

O art. 52 estabelece o Plano Nacional de Saneamento Básico, objeto maior desta audiência – e esperamos contribuir, um pouco mais à frente, com a discussão. Está colocado ali que a lei denomina o acrônimo PNSB, mas esse acrônimo, depois, na prática, teve um choque com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE, que tem o mesmo acrônimo. Daí, então, mudaram o nome por um decreto, para ser utilizado, em termos de divulgação, o Plansab como sendo o acrônimo do Plano Nacional de Saneamento Básico e não PNSB, como está colocado no art. 52 da Lei nº 11.445, de 2007.

Esse plano foi elaborado num processo que, certamente, já foi exposto aqui nas três audiências públicas anteriores. Eu queria enfatizar que, antecedendo a elaboração desse plano, houve um estudo profundo, um estudo que, desde 2011, está à disposição da sociedade no *site* do Ministério das Cidades. Numa chamada pública, o Ministério das Cidades abriu para as universidades federais, para os centros de pesquisa federais a possibilidade de disputar um edital para elaborar o panorama do saneamento básico do Brasil.

Aí, se juntaram a Universidade Federal de Minas Gerais, na coordenação, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essas três universidades juntas, num consórcio, ganharam a chamada pública e passaram um ano e meio elaborando o panorama do saneamento básico do Brasil. É um estudo com sete volumes e 2.500 páginas. É uma produção técnico-científica em relação à área de saneamento. E o diagnóstico foi pensado de uma maneira diferente.

Eu não sei se todos tiveram oportunidade de ver a divulgação pela área de comunicação do IBGE na sexta-feira. Na sexta-feira passada, o IBGE divulgou, com os dados macros, os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014. E, durante esta semana, de ontem até sexta-feira, o IBGE vai detalhar a divulgação da PNAD no *site* do IBGE, na mídia, na imprensa.

Quando o IBGE divulga, ele informa o incremento que aconteceu na população com o abastecimento de água por rede geral, como eles chamam, por rede coletora de esgotamento sanitário e por coleta de lixo direta, porta a porta.

Quando faz esse levantamento, o IBGE informa se a pessoa tem acesso a esse serviço. Ele não avalia a qualidade desse serviço. E o grande diferencial do diagnóstico foi avaliar não só a quantidade, mas a qualidade do serviço. Então, foi feito um exercício excepcional para utilizarmos os dados existentes em todos os bancos e sistemas de informação do Brasil que pudéssemos incorporar, para montarmos essa tabela que todos estão vendo, que traz o déficit do saneamento básico no Brasil, que é bem diferente dos números do IBGE sobre quem tem acesso à rede pública de abastecimento de água, à rede pública coletora de esgoto ou à coleta de

resíduos sólidos. Aqui está incorporado o atendimento adequado, e critérios foram estabelecidos para isso, o atendimento precário e aqueles que não são nem atendidos.

Vemos ali que o déficit de abastecimento de água no Brasil, se somarmos os 64 milhões com quase 13 milhões, chega a 77 milhões de pessoas no Brasil, do meio urbano e do meio rural, sem atendimento adequado em termos de abastecimento de água. Isso mostra que há muito o que fazer.

Quando passamos para o esgotamento sanitário, há um massacre: 96 milhões mais 18 milhões de habitantes, totalizando quase 120 milhões de pessoas desprovidas de um atendimento adequado.

Quando vamos para o manejo de resíduos sólidos, levando em consideração não somente a coleta, mas também a disposição final ambientalmente adequada dos dejetos, e essa é outra inovação...

Quando eu li o requerimento do trabalho desta Comissão nesse processo de avaliar a política pública de saneamento, eu vi que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos também está incluído. Então, vou fazer alguns comentários aqui.

Ali está mostrando 27 milhões mais algo em torno de 52 milhões. São 79 milhões de pessoas no Brasil que não têm atendimento adequado em relação ao manejo de resíduos sólidos. É um déficit monstruoso que precisa, ao longo dos anos, é óbvio, ser cumprido.

Vou mostrar rapidamente isto: quando se cruza a desigualdade da distribuição dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil por faixa de renda, as faixas de renda mensais mais baixas são as que têm maior déficit. Está em vermelho aqui. À medida que vai aumentando a faixa de renda, nós vemos que o déficit diminui. Aqui é por escolaridade, em termos de anos de estudo da população, e aqui é uma comparação entre o déficit na área rural e na área urbana, sendo que, em termos relativos, ele é muito maior na área rural.

Esses eslaides que eu vou passar rapidamente são as metas propostas para diferentes etapas. Está colocado ali 2018, 2023 e 2033. Todos sabemos que a vigência do Plansab é de janeiro de 2014 até o final de 2033. Então são 20 anos de vigência do Plansab com diversas metas no que diz respeito ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário. Ali está disposto por macrorregião e para o total do Brasil para resíduos sólidos e para drenagem de águas pluviais.

Esse é o componente do saneamento de maior dificuldade em termos de se apropriar de um diagnóstico. O Brasil é extremamente carente, embora seja um dos poucos países que tenha um Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, que, pela Lei nº 11.445, de 2007, o torna um Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, deixando de ser o acrônimo de SNIS para ser SNISA o novo sistema, que ainda, infelizmente, não está implementado. E precisamos trabalhar em relação a essa implementação, mas a dificuldade é muito grande, porque o atual Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento não traz dado algum, informação alguma sobre a drenagem de águas pluviais. Traz apenas água, esgoto e resíduos sólidos. Sobre águas pluviais, não há informação alguma.

Então, nós tivemos que catar nos órgãos federais as informações disponíveis – e aí Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, pegando informações dos Municípios...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ROBERTO SANTOS MORAES – ...em relação ao impacto da drenagem...

Eu queria solicitar a V. Exª que pudesse ampliar um pouco o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Sª tem o tempo.

O SR. LUIZ ROBERTO SANTOS MORAES – Então, a gente conseguiu alguns desses dados para trazer para o diagnóstico que foi chamado de Análise Situacional do Saneamento Básico no Brasil.

Temos aqui algumas metas com relação à gestão dos serviços de saneamento. Não adianta a gente trabalhar somente com uma perspectiva de medidas estruturais, ou seja, ter o foco apenas na expansão dos ativos, em mais obras, em expandir os sistemas físicos, mas também em medidas estruturantes, em melhorar a capacidade de prestação dos serviços, melhorar a capacidade de gestão dos titulares dos serviços, dos Municípios, planejar os serviços.

Também já deve ter sido debatido aqui, em audiências anteriores, a questão do planejamento via os planos municipais de saneamento básico, que devem ser elaborados de maneira participativa. E a data final para a elaboração é 31 de dezembro deste ano, depois de dois relaxamentos. E só há em torno de 40% de Municípios, no Brasil, que têm os planos efetivamente elaborados. Nem avalio a qualidade desses planos.

Então, a parte da gestão, a parte de medidas estruturantes... Medidas estruturantes são aquelas que não têm a ver com a expansão dos ativos e, sim, com a gestão dos ativos. Então, se a estrutura não funcionar, a gente vai ter que recuperar ou repô-la rapidamente, o que muito acontece aqui no Brasil. Quando eu viajo pelo Brasil, quantas estações de tratamento eu vejo tratando nada, ou seja, o esgoto que entra é igual ao es-

goto que sai. Eu vejo diversas instalações para fazer a separação, encaminhar para a reciclagem os resíduos sólidos que são elefantes brancos.

Uma vez, um colega da Universidade Federal de Pernambuco fez um levantamento, em Pernambuco, de um empreendimento financiado pelo BNDES, em que havia 114 unidades de reciclagem para fazer a separação e encaminhar para a reciclagem. Dessas 114 unidades, apenas 5 delas estavam funcionando. Ou seja, todas as outras estavam paradas. Quer dizer, há o equipamento, mas o equipamento não funciona, porque o foco está nas medidas estruturais e não nas medidas estruturantes.

Então, essa é uma outra inovação também que o Plano Nacional de Saneamento trouxe. E a minha apreensão, como cidadão, e não apenas como cientista e técnico nesse processo, é no sentido de que os recursos previstos para as medidas estruturantes acabem migrando para as medidas estruturais e que o capital faça pressão para mais obras, para mais produção de equipamentos, para mais produção de materiais para saneamento, e que, com isso, vá sangrando os recursos previstos para as medidas estruturantes.

Bom, aqui são alguns dados, bem rápidos, da informação do IBGE, na sexta-feira passada, abastecimento de água está ali colocado, domicílios atendidos pela rede geral de distribuição de água – 85,4%, ou seja, 57,2 milhões de domicílios no Brasil. Se comparado com 2003, houve um incremento de 0,4 pontos percentuais, o que equivale a 1,9 milhão de Municípios a mais.

A projeção do Plansab para 2015, para este ano, é de 94,5%.

Em relação ao esgotamento sanitário, os domicílios atendidos por rede coletora de esgoto estão em 63,5%, ou seja, 42,6 milhões de domicílios.

E ali, por região, a gente vê que o Sudeste é aquela que tem a maior cobertura, depois o Sul, depois o Centro-Oeste, o Nordeste e finalmente a Região Norte.

Em 2013, era 63,4%. Então, houve um incremento de apenas 0,1 ponto percentual. O Plansab coloca para 2015 72,5%.

E com relação à coleta de resíduos sólidos, domicílios atendidos por coleta, 89,8%. Então, vejam que a cobertura já vai chegando próxima da universalização, de 100%. Essa foi a que teve o maior incremento, um incremento de 0,4 pontos percentuais, dando quase dois milhões de pessoas a mais, de 2013 para 2014, segundo os dados da PNAD

Reforço mais uma vez que esses dados não avaliam se o atendimento é adequado ou é inadequado. Não avaliam a qualidade do serviço.

Aqui são os investimentos previstos pelo Plansab, a distribuição deles por cada componente do saneamento, em períodos de 2014 a 2018, 2014 a 2023, 2014 ao final, à vigência do plano em 20 anos. Esgotamento sanitário, resíduo sólido, drenagem urbana, gestão.

E ali a distribuição dos agentes federais e de outros agentes públicos estaduais, municipais, na iniciativa privada também, financiamento junto a bancos, sendo o total previsto do investimento para 20 anos de R$508,45 bilhões

Aqui uma informação extremamente importante, o colega Arilson já colocou: desse montante, 59%, cerca de quase R$300 bilhões, aproximadamente R$300 bilhões, serão provenientes de agentes federais, recursos do Orçamento Geral da União e de agentes financeiros e de fomento do Governo Federal, ou seja, investimentos em saneamento básico do Governo Federal, para uma média anual de R$13,5 bilhões em 2014 e 2015, R$17,5 bilhões de 2016 a 2023, reduzindo-se para uma média de R$13,3 bilhões nos anos seguintes até 2033.

Então, se a gente faz uma comparação desses números com os números atuais – ano passado, 2014, e agora o Brasil em recessão, 2015, a projeção para 2016 –, a gente vai ver que a disponibilização pelo Governo Federal vai ser de recursos num montante muito mais abaixo do que esses previstos, e isso daí vai dificultar o atendimento da universalização na vigência do plano de 20 anos.

Então, essa é uma questão que precisa ser discutida. Isso somente para mostrar o decreto baixado pela Presidência da República, formando o Grupo de Trabalho Interministerial com os órgãos do Governo Federal – 11 órgãos e quatro conselhos: Conselho Nacional de Saúde, que apreciou e aprovou o Plansab, a minuta do Plansab; o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que fez a mesma coisa; o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional das Cidades. Então, a minuta do plano passou por esses quatro conselhos, e esses quatro conselhos apreciaram e aprovaram o plano, para poder então, por uma portaria interministerial, o plano ser aprovado em 5 de dezembro de 2013 e passar a vigorar a partir de janeiro do ano passado.

Essa é uma portaria também importante, a portaria que aprova o plano, e as inovações do plano para política pública do Brasil, do Plansab, que é algo extremamente importante. Eu vejo, como cidadão, como militante da área de saneamento e como cientista, que a efetividade dos quatro pilares básicos da Lei nº 11.445, de 2007, ou seja, o planejamento, a regulação, a prestação de serviços e a fiscalização, com a participação e controle social em todas elas, é um avanço na política pública de saneamento aqui no Brasil.

Eu queria passar o eslaide seguinte para mostrar para vocês, eu acho mais fácil a apresentação por esse eslaide, por essa figura, a nova maneira de se entender a gestão de saneamento no Brasil é essa colocada aqui nessa figura. Então, a gestão de saneamento tem quatro funções de gestão: o planejamento, cujo instrumento é o plano – em nível municipal, o Plano Municipal de Saneamento Básico; em nível estadual, o Plano Estadual de Saneamento Básico e em nível nacional, o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plansab. Esse é o instrumento de planejamento.

A regulação, os instrumentos regulatórios, aprovados pelos entes regulatórios: diversos Estados brasileiros têm entes regulatórios no nível estadual e diversos Municípios brasileiros têm os entes regulatórios no nível municipal. Instrumentos regulatórios são extremamente importantes. O foco não deve ser somente na regulação econômica, mas na regulação da qualidade da prestação dos serviços.

A prestação dos serviços em si e a fiscalização da prestação dos serviços – a fiscalização utilizando o plano, o instrumento de planejamento, e os instrumentos regulatórios, para, então, fiscalizar a prestação dos serviços. E todos estão vendo aqui o controle social transversal a essas quatro funções de gestão.

Então, o controle social deve ser observado no planejamento, na função de planejamento, quando do planejamento, planejamento entendido como um processo, na regulação, na prestação dos serviços e na fiscalização. Isso é oriundo – volto – isso é oriundo da Lei 11.445, de 2007, junto da Lei 11.107, de 2005, a Lei dos Consórcios Públicos. Então, essas duas leis têm dispositivos que fizeram o entendimento da gestão do saneamento passar a ser agora, com essas quatro funções e o controle social transversal a essas quatro funções. E o Plansab não poderia deixar de trabalhar nessa visão.

A visão integrada dos quatro componentes do saneamento básico, me perdoem, não chamem de vertentes, não usem essa terminologia "vertente", a toda hora eu vejo a própria mídia e as pessoas utilizando diversas terminologias. São componentes do saneamento básico. O abastecimento de água, o esgotamento sanitário, como já foi mostrado aquilo que está na lei, a drenagem e o manejo de águas pluviais, o ciclo líquido, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos; ou seja, os resíduos sólidos remanejados enquanto atividade de saneamento básico.

Já o Plano Nacional de Resíduos Sólidos trabalha os resíduos sólidos numa visão mais ampla, não apenas como componentes de saneamento básico. Daí a importância dele ser tratado também de maneira diferenciada, mas dialogando com o Plano Nacional de Saneamento Básico.

A promoção da integração e coordenação da atuação do Governo Federal na área de saneamento básico, no processo de elaboração do Plansab se deu nessa integração e espera-se que na implementação, na avaliação anual e na revisão de quatro em quatro anos também essa integração venha a se dar. E a instituição, que não existe no Brasil, de uma cultura de monitoramento e avaliação. A implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico tem de ser monitorada ao longo do tempo e tem de ser avaliada anualmente.

Vou passar rápido esses eslaides. Essas são algumas metas estabelecidas por macrorregião e para o Brasil, no caso, está colocado embaixo a legenda em azul representando a água, o marrom mais escuro representando o esgoto total, o mais claro representando o esgoto tratado e a coleta de lixo o mais claro ainda. Ao longo do tempo, começam as metas buscando a universalização, buscando atender 100% da população brasileira, meio rural e meio urbano, as metas, em termos de recursos financeiros, no meio urbano, num total de investimentos do plano de 54,7% para o esgoto, para água 37,8%, meio rural, 7,5%. E, se a gente for dividir no meio rural, 5,1% para esgoto e 2,4% para a água.

Aqui são investimentos em abastecimento de água. Aqui são investimentos em esgotamento sanitário, aqui os investimentos em expansão e reposição tanto dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em 2018, 2023 e 2033. Aqui o compartilhamento dos investimentos na destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos. Veja que a concentração maior é no Sudeste e no Nordeste. O Nordeste é onde tem o maior número de vazadouros, disposição inadequada de resíduos sólidos. Os investimentos, então, em termos de valores, os investimentos em drenagem, a distribuição da drenagem. Veja que aí carrega mais no Sul e no Sudeste, que é onde acontecem os maiores problemas devido a enchentes, alagamentos e inundações. Então, os investimentos são mais carregados para essas regiões.

Esse gráfico, que parece um desenho meio diferente, traz para a gente o que há poucos minutos eu estava comentando, a visão das medidas estruturais, está aqui em vermelho, o investimento tem um pico, depois vai descendo. Quando acontece a universalização dos serviços, a tendência é de não mais investir em ativos, na expansão dos serviços. Aqui a gente vai ver que o aumento do investimento vai se dando gradativamente nas medidas estruturantes, ou seja, aquelas medidas que são para dotar os prestadores de serviços e os titulares dos serviços, os Municípios, com capacidade de gestão para gerir as infraestruturas que foram implantadas. Então, quando da universalização, há uma inversão entre investimentos e medidas estruturais, uma queda para medidas estruturantes. A partir daí passa o esforço.

Aqui, como foram, no Plano Nacional de Saneamento, distribuídos no Brasil. Houve um período em que o Brasil tinha mais de dezoito programas diferentes voltados para a questão do saneamento. Tentou-se dar uma racionalidade para o plano, discutindo com a sociedade, com os diferentes órgãos do Governo Federal em relação a esses programas. Três programas, então, foram delineados pelo Plansab. O Programa Saneamento Básico Integrado voltado para as cidades, o Integrado não é de graça, é a água, o esgoto, a drenagem e os resíduos sólidos, os quatro componentes do saneamento; o Saneamento Rural, voltado para o saneamento rural, que tem de ser trabalhado de uma forma, com uma visão e uma natureza diferente do saneamento nas cidades, tem diversas peculiaridades no meio rural que fazem com que o saneamento rural seja tratado de uma maneira diferente; e o Saneamento Estruturante, que é esse no qual estou colocando uma ênfase, porque fico receoso de, quando da implantação, já que a gente vive num sistema capitalista, de o capital fazer a pressão para que os recursos venham todos para a expansão dos ativos, e não para a gestão dos ativos, ou seja, para as medidas estruturantes.

Aqui, são mostrados os critérios estabelecidos para poderem os titulares de serviços acessar esses programas. Há necessidade de monitorização e de avaliação do programa. Então, é importante o Plansab. E se deve introduzir a cultura da monotorização de da avaliação na área de saneamento básico como condição para o sucesso do plano, contemplando:

a) a evolução do cenário macroeconômico e político – ou seja, depois de diversos cenários estudados, três cenários foram eleitos, e um cenário, finalmente, foi o escolhido, para que fosse trabalhada a projeção do plano em relação a esse cenário;

b) a evolução das metas previstas – já mostrei que, embora tenha começado a implementação no ano passado, ele já está defasado em algumas dessas metas, e a tendência em 2015 e em 2016 é a de se defasar mais ainda, infelizmente;

c) o acompanhamento de indicadores das áreas com interface com o saneamento básico (saúde, desenvolvimento urbano e regional, habitação, meio ambiente e recursos hídricos) – temos de trabalhar isso, o GT que acompanha a implantação do Plansab tem de começar a trabalhar essa questão;

d) a implementação de macrodiretrizes e de estratégias – o Plansab estabeleceu 136 estratégias, que estão sendo implementadas, e acho que esta Comissão deveria apurar isso e colocar no seu relatório uma indicação em relação ao cumprimento ou não, à implantação efetiva ou não dessas estratégias;

e) os resultados dos programas, dos projetos e das ações, que devem ser também monitorados.

Como informo, mais à frente, o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental do Conselho Nacional das Cidades, agora, no dia 30 de novembro, vai se reunir em Brasília para analisar o balanço do primeiro ano de implantação do Plansab. Isso ocorrerá no dia 30. E se vai levar isso ao Conselho no dia 1º de dezembro, para, na reunião do Conselho do dia 3 de dezembro, o Conselho apreciar e aprovar o balanço da avaliação do primeiro ano de implantação do Plansab.

Então, acho que é importante que esse relatório chegue a esta Comissão, para que a Comissão se debruce sobre isso, para que a Comissão analise isso.

Há a necessidade de implementação de macrodiretrizes e de estratégias estabelecidas no Plansab. Elas não estão sendo implantadas, ou a implantação está extremamente lenta. Acho que esta Comissão, esta Casa pode dar um reforço em relação a isso, para fortalecer o papel do Ministério das Cidades na coordenação da implementação da Política de Saneamento, para fortalecer a capacidade técnica dele.

A coordenação da área de saneamento fica sediada em Brasília, no Ministério das Cidades, na Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, com algumas poucas dezenas de funcionários. Enquanto isso, no Ministério da Saúde, há a Fundação Nacional de Saúde, que tem uma Superintendência em cada Estado brasileiro, com uma equipe técnica para atuar na implementação dos projetos nos Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Então, muitas vezes, o Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental acabam fazendo um contrato com a Caixa Econômica, para a Caixa Econômica, na ponta, de forma descentralizada, fazer a fiscalização dos recursos que são aprovados pelo Ministério das Cidades. Então, é necessário que o corpo funcional do Ministério das Cidades seja ampliado via concurso público, seja mais qualificado, para, inclusive, poder acompanhar e monitorar um plano dessa envergadura.

É preciso avaliar a constituição de Sala de Coordenação e de Acompanhamento da Política de Saneamento Básico. Isso foi proposto pelo Plano Nacional de Saneamento. Não tenho conhecimento da constituição dessa sala até este momento.

Há também algumas outras macrodiretrizes e estratégias que são específicas em relação ao Plano Nacional de Saneamento Básico, que estão colocadas no Plansab, mas que não estão sendo, infelizmente, implementadas.

Então, finalizo, dizendo uma informação que eu já trouxe aqui: o GT Interministerial de Acompanhamento do Plansab terá uma reunião em 30/11 para a redação da Avaliação/Balanço de um ano do Plano, que será

apresentada no dia 1º de dezembro ao Comitê Técnico de Saneamento Ambiental do Conselho Nacional das Cidades, que vai apreciar e aprovar isso no dia 3 de dezembro.

Eu também queria trazer outra informação que acho extremamente importante. No requerimento que foi feito, um dos objetivos desta Comissão é o de trabalhar sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Esse plano foi elaborado por meio de um processo participativo. Em agosto de 2012, deu-se a última versão desse plano. Desde agosto de 2012, ficou faltando esse plano ser apreciado pelo Conselho Nacional de Política Agrícola.

Eu botei ali algumas interrogações para a política agrícola, porque, além dos quatro Conselhos – o Conselho Nacional das Cidades, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Conselho Nacional de Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Saúde, que apreciou –, foi colocado no decreto regulamentador da Política Nacional de Resíduos Sólidos que deveria passar também pelo Conselho de Política Agrícola.

Esse Conselho nunca se reuniu – nunca se reuniu –, o decreto não foi modificado de lá para cá, e esse plano está pronto, três anos, sem ser apreciado por esse Conselho, para poder, então, por decreto da Ministra do Meio Ambiente, ser aprovado e começar a ser implementado.

Então, o GT de acompanhamento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos já se reuniu duas vezes, a partir daí, para avaliar que atitude tomar em relação a essa questão, que, segundo alguns defendem, como já tem três anos esse plano, ele precisava já, ser atualizado, para daí, então, passar por um processo de aprovação.

Então, seria isso, em linhas gerais, que eu teria para colocar nessa audiência, e me colocar à disposição, achando, já, o Senador me deu oportunidade de responder ao questionamento feito pelo Senador José Medeiros, em relação à falta de integração dos componentes do saneamento, é algo novo essa compreensão, agora está instituído pela lei, precisa ser implementado, e, aí, junto aos Municípios.

Veja que, muitas vezes, um órgão de água e de esgoto, em geral, andam juntos, eles não têm uma relação maior e são diferentes do órgão da prefeitura responsável, do Município responsável pela drenagem e manejo de águas pluviais, e do órgão responsável pelo manejo dos resíduos sólidos.

Então, trabalhar no sentido de construir essa integração, no mínimo, uma articulação é algo extremamente importante, e o Plano Municipal de Saneamento Básico tem que ser editado, conforme estabelece a Lei nº 11.445, com essa integração dos quatro componentes do saneamento.

Então, tanto na concepção em nível de planejamento deve-se prever essa integração, como na implementação, na avaliação, e, depois, na revisão do instrumento de planejamento.

Seria isso aí.

Agradeço a extensão do tempo para poder trazer essas informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Prof. Dr. Luiz Roberto Santos, Professor Titular em Saneamento da Universidade Federal da Bahia, nós que lhe agradecemos.

Senador José Medeiros, satisfeito com as considerações?

Nós temos, então, temos, da internet, uma pergunta que eu vou transferi-la aos nossos conferencistas. É da Ana Flávia Smith Baranski. Ela pergunta se as obras de saneamento no Brasil estão indo muito lentas.

Ao passo que eu vou passar para as respostas dos nossos convidados, eu me permito, também, fazer dois questionamentos aqui aos senhores.

O primeiro, o Prof. Luiz Roberto falou sobre uma proposta de emenda constitucional que já tramita na Câmara, tratando a água como direito social fundamental dentro do Capítulo dos Direitos Fundamentais da nossa Constituição. Eu lhe pergunto se é somente a água? Não seria adequado nessa redação incluir também a água e o saneamento básico?

Eu queria também perguntar aos nossos dois conferencistas, a partir de uma visão de gestão de transferência da iniciativa privada, visão essa que é dominante hoje no País, a transferência à iniciativa privada das atribuições municipais sobre o saneamento básico, como os senhores veem a situação dos pequenos Municípios no Brasil, em especial do interior do País, locais onde a mera cobrança da taxa de saneamento não consegue sequer cobrir os custos de manutenção do sistema.

Eu faço essa pergunta aos nossos dois conferencistas.

Para Arilson, eu lhe pergunto se a Federação Nacional dos Urbanitários, pergunto à Federação Nacional dos Urbanitários como está a questão trabalhista no setor do saneamento básico, onde existem os maiores conflitos com empregadoras. Em que modalidades de empresa se concentra hoje a maior frequência de acidentes de trabalho?

Bem, já falei aqui, adiantei antes, na pergunta ao Dr. Luiz Roberto, sobre a debilidade do saneamento básico na Amazônia, em especial no meu Estado, o Amapá, onde a ausência de saneamento básico é uma realidade cruel. Os números que o senhor trouxe aqui confirmam e reafirmam esse diagnóstico.

Eu lhes pergunto qual o caminho mais adequado: o caminho escolhido hoje pelo País é no sentido da iniciativa privada. Qual o conflito desse caminho com o princípio básico do próprio Plano Nacional de Saneamento Básico e do marco regulatório do setor, que é a universalização do saneamento básico no País?

Então, tendo feito essas questões, queria determinar também à Secretaria desta Comissão que constasse no nosso relatório o capítulo específico sugerido pelo Prof. Dr. Luiz Roberto de avaliação do zoneamento básico no Brasil desde a adoção do Plansab. Recomendo e reitero à assessoria técnica que está construindo o relatório que conste também esta crítica que está sendo sugerida pelo Prof. Luiz Roberto.

Então, feitas essas questões, passo ao Arilson. Como não temos mais ninguém para perguntar ou questionar, passo para o Arilson, pelo tempo de dez minutos, para, ao responder às questões também fazer suas considerações finais em relação à esta mesa de debate.

Arilson.

O SR. ARILSON WUNSCH – Obrigado, Senador. Primeiro, respondendo à questão da Ana Flávia, as obras de saneamento são lentas ou estão lentas em todo o Brasil.

A princípio, obra de saneamento é uma obra mais demorada. Primeiro, porque você tem toda uma estrutura de ruas, de calçamento, de asfalto, enfim, e aí você tem que abrir, colocar, repavimentar tudo. Isso demora um pouco de tempo.

Logicamente, temos obras que são lentas pelas sua características, mas também que são lentas pela incompetência de algumas empresas, entre elas, empreiteiras que nos ajudam, sim, a fazer a obra, mas também, para ganhar uma licitação, muitas vezes dão um preço e depois não conseguem cumprir. Então, torna a obra lenta, para na metade do caminho, começam os aditivos e traz uma série de prejuízos para a sociedade brasileira.

Em princípio, obra de saneamento, por si só, é uma obra um pouco mais demorada. Não é simplesmente construir em cima do terreno, em cima de terra ou no ar, enfim, colocar rede elétrica, que seria um pouquinho mais rápido. A nossa obra, infelizmente, é mais lenta e incomoda muito mais a sociedade do que outra obra, porque se você constrói uma creche, faz o canteiro de obras, fecha, vai lá e constrói a creche e a sociedade só vê a obra pronta. Com saneamento é diferente. Na frente da minha casa, eu vou ter aquele buraco aberto por um tempo e isso faz parte da nossa rotina. Temos que nos acostumar com isso, enquanto a obra estiver sendo realizada.

A questão dos pequenos Municípios foi abordada aqui na audiência pública do dia 28. Realmente, é uma preocupação nossa como servidor, trabalhador de empresa pública. A empresa pública pratica o subsídio cruzado, ela transforma toda a renda dela em caixa único e vai aplicando em Municípios grandes e Municípios pequenos.

Logicamente que no Município pequeno, dado o valor, o preço de qualquer investimento em água, esgoto, resíduos sólidos ou drenagem urbana, é muito alto e jamais conseguirá recuperar, dentro do seu Município, aquele investimento, como dinheiro investido e não como saúde. Como saúde pública, ele pode recuperar logo na sequência, mas, como dinheiro, dá mais prejuízo aos pequenos Municípios.

Chamou atenção a resposta do representante do setor privado na última audiência pública à pergunta do Senador Davi: "O que vocês vão fazer com os pequenos Municípios?

Simplesmente, ele respondeu: "O Governo tem que subsidiar. Aí nós vamos lá e faremos." Ora, isso não é uma resposta de quem quer serviço. A gente sabe que eles vêm para cá, a fim de pegar o que é o melhor, o que é o "filé" e, depois, a "carne de pescoço" sempre fica para o Estado. Sempre fica para nós, para a população, pagar essa diferença.

Quanto às questões trabalhistas que o Senador Randolfe levantou, especificamente sobre os acidentes de trabalho, nós tivemos há pouco tempo uma discussão muito grande neste País sobre o PL 4.330, e uma das questões que a FNU, que a Federação levantou é sobre acidente de trabalho.

O acidente de trabalho, principalmente no setor urbanitário, é frequente e mais especificamente dentro da questão das empresas de energia, em que a esmagadora maioria de serviços é de empresas terceirizadas. E esse é o grande perigo. O público tem uma responsabilidade com o seu servidor. O terceirizado, se hoje ele não pode, amanhã ele troca. Isso é muito ruim para a prestação de serviço. Ele trabalha por produção. Então, ele tem que ir muito rápido no seu serviço. Logo, ele está muito mais exposto a acidentes de trabalho. E dentro do nosso ramo, que é o ramo urbanitário, quando há um acidente de trabalho com energia elétrica, na maioria das vezes é um acidente fatal.

No saneamento não é muito diferente. Muitas vezes o trabalhador está lá, há dois, três metros dentro da vala, fazendo o conserto da rede de água ou de esgoto – que ainda é mais profunda, porque ela trabalha por declividade –, e os acidentes, quando acontecem, normalmente deixam sequelas irreparáveis para a vida e a família dessas pessoas. E quem assume esse acidentado é o Estado. Então a prevenção, dentro do serviço público, é muito maior do que a feita pela iniciativa privada, com os terceirizados.

Por isso é que nós fizemos uma grande discussão sobre o PL 4.330, quanto às condições de trabalho. Não adianta simplesmente – o Dr. Moraes falou muito bem – eu fazer obra por este País e não dar condições de executar o serviço de forma adequada para a nossa sociedade.

Para finalizar, Senador, quero dizer que nós defendemos a entrega da titularidade dos serviços de saneamento – água, esgoto, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos – aos Municípios. Essa discussão tem que ocorrer lá dentro do Município, tanto do Município grande, quanto do Município pequeno.

E o controle e a qualidade dos serviços têm que ser feitos pela sociedade, através do Conselho Municipal de Saneamento. Isso tem que sair do papel. Isso não pode ficar somente na ideia, na cabeça só do movimento sindical, só dos trabalhadores. Isso tem que partir dos prefeitos, envolvendo o Conselho Municipal de Saneamento. E, aí, deve-se cobrar da empresa, que está prestando o serviço, que tenha um serviço de qualidade.

A gente pouco falou aqui sobre perdas, mas muito é falado sobre as perdas que as empresas têm – porque não é possível... –, e esse é um debate que a sociedade começa a levantar, mas muitas de nossas perdas ocorrem por causa das pessoas pobres, porque nós trabalhamos no trecho e a gente vê muitas pessoas fazendo o popular "gato" na água. Pessoas não vivem sem água. Nenhum ser vivo vive sem água. Então, há uma produção, mas não é contabilizada. Ela entra como "perdas". Não é simplesmente que a água está indo para fora; ela está indo para algumas casas. E nós, como trabalhamos com esse setor, sabemos onde há e quantos por cento – em torno de dez, 12% – vão para as classes pobres, que não têm como pagar. Só não são contabilizados. Então, entram como perdas gerais.

A gente tem que prestar muita atenção nisso. A gente já comentou aqui: R$40 bilhões vezes sete PACs dariam os R$270 bilhões necessários para fazer esgotamento sanitário neste País. É viável? É. Temos como chegar lá? Temos. É só haver uma política séria e responsável sobre saneamento.

Quero dizer, Senador, que a gente, como Federação, esteve lá no seu Estado e lamentavelmente vimos aquele mar de água doce, aquela beleza natural, sendo degradada pela poluição e pela falta de estrutura na cidade. Nós temos que repensar – e aqui está começando uma nova ideia – a Campanha da Fraternidade, como o Prof. Moraes falou. Vai mexer com este País, como mexeu lá em 2007, 2008 – não me lembro –, quando também houve... Dois mil e quatro? Então já faz muito tempo... Portanto, em 2004 também houve a Campanha da Fraternidade, focalizando a água, e nós temos que conversar sim sobre isso, porque senão logo, logo... o PLS 555 – que está no Senado – passa, e as empresas de economia mista, que são a maioria das empresas de saneamento, começam a correr muito risco nesta nossa existência. Água jamais pode rimar com lucro. Água não é lucro. Água é saúde pública. Esgotamento sanitário é meio ambiente e também é saúde pública.

Quanto às alternativas de como fazer esgoto, como não fazer, isso a gente pode voltar a discutir, mas neste momento nós queremos, para finalizar, Senador Randolfe, agradecer demais a sua atenção, bem como o convite desta Casa para a Federação estar aqui. Tão logo formos provocados, formos questionados, nós estaremos sempre lutando para que a sociedade tenha acesso a água de qualidade e a esgotamento sanitário também.

Muito obrigado, Senador. Agradeço pela Federação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Arilson Wunsch, Diretor da Federação Nacional dos Urbanitários, os agradecimentos são nossos, pela participação da Federação neste debate. Aliás, o debate sobre saneamento básico ficaria incompleto se a principal entidade sindical representativa dos trabalhadores do setor não estivesse presente.

Passo a palavra ao Prof. Dr. Luiz Roberto, para resposta às questões e para as suas considerações finais também.

O SR. LUIZ ROBERTO SANTOS MORAES – Obrigado, Senador.

Eu vou iniciar, então, pela pergunta da internauta. "Por que é que as obras são lentas e a velocidade acontece de maneira diferente em diferentes regiões do País?" Porque as capacidades de planejamento que já estão instaladas, em diferentes regiões, são diferentes. A desigualdade na distribuição dos recursos ainda acontece, embora na última década esse seja um dos critérios que vêm sendo trabalhados em relação à distribuição dos recursos para saneamento, levando em consideração a redução dessa desigualdade regional pelas macrorregiões.

Quando ocorre uma recessão econômica, em que os investimentos são reduzidos para a área de saneamento, muitas vezes isso acaba desestruturando, desde a empresa que faz o estudo, o projeto, ao fabricante de equipamento, ao produtor de material, ao empreiteiro que constrói para essa área, e daí, muitas vezes, numa retomada, a capacidade instalada não é condizente com a demanda feita. Então, por exemplo, para atender a um programa do porte do PAC 1 e do PAC 2, na área de saneamento, há eslaides que mostram – conforme o colega Arilson apresentou aqui, em um dos eslaides – o seguinte: o selecionado – o contratado – bem próximo, mas o executado num percentual bem menor. E isso é devido a quê? É devido a todos esses problemas.

Então, eu quero mais uma vez enfatizar que, se nós não colocarmos um olhar nas medidas estruturantes, para melhorar a capacidade de gestão, além de uma perenidade na existência dos recursos, para implementa-

ção das medidas estruturais, não vamos resolver tão cedo e não vamos chegar à universalização dos serviços públicos de saneamento básico tão cedo, a não ser que se queira atender a sede, a ganância do capital das empresas privadas em abocanhar a prestação desse serviço de tamanha importância para a sociedade. E aí eles vão ditar a velocidade de implantação, dentro da lógica deles de implantar a infraestrutura sanitária onde há assegurado um retorno do pagamento. E aí, mais uma vez, ficarão marginalizadas as populações de mais baixa capacidade de pagamento.

O Senador Randolfe questiona se, na PEC nº 39, que está tramitando com a PEC nº 203 apensada a ela, que propõe considerar a água, não daria para ampliar? Eu acho que deveria ampliar. O meu desejo de cidadão, de pesquisador e cientista é de ampliar, inclusive, para não ficar a água para botar um ambiente salubre. Se não se consegue um ambiente salubre, porque aí já abarcaria, de forma bem mais ampla, o saneamento básico, os quatro componentes do saneamento básico e não apenas a água...

A minha apreensão é de que, na situação em que se encontra este Congresso Nacional, talvez mexer agora na PEC que já teve admissibilidade aprovada na Câmara dos Deputados, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como eu coloquei, pode gerar uma postergação na aprovação dessa PEC. Então, eu acho que politicamente deveria essa questão ser avaliada, mas o desejo, como cientista e como cidadão, é de que seja ampliado para o ambiente salubre ou, no mínimo, para saneamento básico e não apenas para a água. Mas, se conseguir politicamente aprovar a água, eu acho que já é algo importante.

A situação dos pequenos Municípios. Como ficam os pequenos Municípios, que são a grande maioria dos Municípios brasileiros? Em torno de 89% dos Municípios brasileiros estão abaixo de 50 mil habitantes. E existem Estados em que esse número é maior ainda. O meu Estado da Bahia tem 417 Municípios. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A., a companhia estadual de água e esgoto, atua em 365 desses Municípios. Em apenas 15 Municípios, os serviços de água e esgoto têm viabilidade econômico-financeira. Então, o superávit desses 15 é quem banca o restante dos Municípios.

Se isso daí for destroçado, o processo de privatização, seja lá a modelagem que se queria entender ou fazer, vai quebrar esse modelo da companhia estar de uma forma "solidária", entre aspas, fazendo subsídio cruzado, em que ela tem o superávit tampando o buraco de onde ela tem um déficit, que é na maioria dos Municípios. Agora pense isso em termos de Brasil como um todo.

Daí a importância dos recursos do Orçamento Geral da União, dos recursos não onerosos, que antigamente chamávamos de a fundo perdido monetário, recursos extremamente importantes para a vida dos Municípios. Se não houver esses recursos para poder oportunizar os Municípios de pequeno porte, principalmente o meio rural, comunidades quilombolas, extrativistas, indígenas, a ter acesso às ações de serviço de saneamento básico, não vão se universalizar.

E, quando olhamos a história do mundo inteiro, dos países ditos desenvolvidos, vamos ver que lá a política implementada por eles, para universalizar, foi uma política de subsídio do Estado para fazer com que esse serviço passasse a ser universalizado, o sistema passasse a existir e os serviços fossem universalizados.

Então, é necessário sair dessa lógica de que o serviço vai viver unicamente com a autossustentação da arrecadação que ele faz. A lógica, como estou dizendo, no mundo inteiro, foi de o Estado estar presente, de o Poder Público estar presente ali para poder subsidiar, chegar à universalização, ou seja, levar os serviços de saneamento para 100% da população, quer seja no meio urbano, principalmente a periferia do meio urbano, quer seja no meio rural.

Eu queria aqui chamar a atenção: isso nos traz uma preocupação tão grande que, agora nos dias 16 e 17 de julho último, nós fizemos, promovido pela Universidade Federal da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, seção da Bahia, Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente, do Estado da Bahia e a Empresa Júnior de Engenharia Sanitária e Ambiental, essas entidades e instituições promoveram um seminário chamado Política e Planejamento de Saneamento Básico na Bahia: desafios e perspectivas da implementação. Promovido por essas instituições e entidades.

Foram dois dias debate em que discutimos do Plansab ao Plano Estadual e, principalmente, aos Municípios, e Municípios de pequeno porte. Fizemos um relatório de 40 páginas – eu vou encaminhar a esta Comissão o relatório –, o relatório está sendo difundido e já foi encaminhado a todas as autoridades do Poder Executivo Federal, Estadual e dos Municípios de Salvador, via a União dos Municípios da Bahia, a UPB, e diversas organizações da sociedade, e é encontrado todo o jogo de apresentações, como também o relatório no *site* da Abes-Bahia, a Associação Brasileira e Engenharia Sanitária e Ambiental, seção Bahia, como esforço para poder se debruçar, estudar essas questões e propor.

Então, o que tem de proposição nesse relatório de 40 páginas não está no gibi. Foram seis mesas redondas; de todas elas, com a comissão de relatoria, com quatro professores pesquisadores e dali saiu um relatório denso, colocando o diagnóstico crítico e colocando as proposições, como contribuição à sociedade baiana

e brasileira, no âmbito dessa questão. Para mostrar que a academia, muitas vezes, acusada de ficar somente dentro de intramuros, de não sair para dialogar com sociedade, a academia está tentando dialogar com a sociedade, a academia está tentando contribuir com a sociedade.

Saneamento básico na Região Norte. Por que a Região Norte tem indicadores que são tão desiguais em relação às outras regiões, principalmente Sudeste e Sul do Brasil, em terceiro Centro-Oeste, em quarto, o Nordeste, para, em último lugar, chegar à Região Norte.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ROBERTO SANTOS MORAES – Estou concluindo. Isso daí deve-se a quê? Deve-se a recursos inferiores, capacidade de planejamento e de gestão instalada nessas regiões, como eu já comentei. Daí a ênfase em se trabalhar com as medidas estruturantes previstas, inclusive, no Plano Nacional de Saneamento Básico.

Espero que o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental do Conselho Nacional das Cidades venha a essas reuniões, agora, no final do mês, e início de dezembro, avaliar e aprovar o relatório de avaliação, torná-lo público, para que a gente, então, tenha conhecimento de como é que foi avaliado o primeiro ano de implementação do Plano Nacional de Saneamento, ou seja 2014.

Para concluir, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite do Senador Randolfe Rodrigues, para estar presente, hoje, aqui, nesta audiência pública, na Comissão e colocar de que a minha visão sobre saneamento básico e que eu gostaria que fosse uma visão da maioria da sociedade brasileira é que o saneamento básico, como eu disse no início da fala, fosse tratado como uma política pública e social e não apenas como uma política pública, mas colocá-lo dentro do social, como a saúde, a educação, a segurança pública.

Mais um esforço nesse sentido: quinta-feira, vamos fazer a primeira instalação, na Bahia, no auditório da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, do Observatório de Saneamento Básico do Estado da Bahia. Estamos criando, no Estado da Bahia, o Observatório de Saneamento Básico, já que existe toda uma dificuldade de criar esse observatório em nível nacional. Nós vimos que poderíamos criá-lo juntamente com a Universidade Federal da Bahia, com o Ministério Público do Estado da Bahia, com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, seção Bahia, e com o Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado da Bahia, para que possamos nos debruçar na questão do saneamento básico, analisando, não de maneira esporádica, em um seminário ou outro, mas analisando de maneira permanente a questão da implementação da política de saneamento básico no Brasil e no Estado da Bahia.

Que isso daí traga alguma contribuição e que a gente venha, no futuro, implementar o Observatório de Saneamento Básico em nível de País.

Então, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Prof. Dr. Luiz Roberto Santos, o agradecemos é nosso.

Eu quero reiterar que, na programação inicial da avaliação do Plansab, não constava esta quarta audiência. Fizemos questão de incluí-la, porque era indispensável para a construção da avaliação do Plansab, que é encargo desta Comissão do Senado Federal, por força do Regimento Interno, e coube a mim a honra de relatar, por designação do Presidente desta Comissão, Senador Davi Alcolumbre, era indispensável ter esse debate com a perspectiva sua, que trouxe muitas contribuições, orientações e norte para a construção do nosso relatório, e com a presença, também, do Arilson, representando a minha querida Federação Nacional dos Urbanitários.

Eu não lhe falei, Arilson, mas meu primeiro emprego, meu primeiro trabalho foi como funcionário do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Amapá. Então, já tenho com os urbanitários uma relação de afinidade que vem de, pelo menos, 30 anos. A perspectiva da presença de vocês aqui nesta audiência, isto é, ter realizado esta quarta audiência e com a presença de vocês era fundamental para o norte que queremos apontar na elaboração da avaliação do plano.

Dito isso, dispensamos a leitura e a aprovação da Ata da 38ª Reunião da CDR. A ata aprovada será publicada no *Diário Oficial*, juntamente com as notas taquigráficas.

A Presidência, então, agradece aos convidados e à realização desta última audiência pública para a construção da avaliação do Plansab.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Hélio José, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Simone Tebet, Dalírio Beber, Ronaldo Caiado, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, José Medeiros e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos 37/2015-CDR, e 49/2015-CDR, com a finalidade de debater as novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem (matéria sob exame do Tribunal de Contas da União na Representação nº 019.819/2014-5). A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Frederico Julio Goepfert Junior, Secretário de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU, representante de Raimundo Carreiro, Ministro do Tribunal de Contas da União; Virgínia Brancarense Lopes, Diretora da Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ana Carolina Resende, Procuradora da República no Distrito Federal e Coordenadora do Centro de Comunicação Integrada da Procuradoria Geral da República; Hugney Velozo, vice-Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem - ABAV/DF -, representante de Carlos Vieira, Presidente da ABAV/DF; Lamarck Freire Rolim, Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Distrito Federal - Sindetur/DF; e, por deliberação do colegiado, participa com o uso da palavra, Jonas Lima, Advogado da Sindetur/DF. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 39ª Reunião que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Bom dia, pessoal. (*Pausa.*)

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicados. Antes de iniciarmos a reunião, comunico, nos termos do art. 89 do Regimento Interno, que recebemos o Ofício de nº 12215, do Gabinete do Ministro Raimundo Carreiro, esclarecendo seu impedimento em comparecer à presente audiência pública, por ser Relator do Processo TC 019819/2014-5, ainda não apreciado no mérito pelo Plenário do TCU. A matéria é objeto da presente audiência pública.

O referido expediente encontra-se na secretaria da Comissão à disposição do colegiado. Vou lê-lo rapidamente, para que entendam aqui a justificativa do TCU: Ofício nº 12215 do Gabinete do Ministro, referente ao nosso ofício de convocação.

Sr. Secretário, de ordem do Ministro Raimundo Carreiro, transmito o agradecimento pelo convite para participar, no dia 18 de novembro, da audiência pública, a fim de discutir sobre as novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para contratação direta de companhias aéreas, sem intermediação de agências de viagem.

No entanto, esclareço que S. Exª possui compromissos previamente agendados na data em questão. Além disso, quanto ao comparecimento à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, a Constituição e a legislação de regência são no sentido de que [a Constituição Federal] os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens de Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Lei Complementar, art. 36, III: É vedado ao magistrado: manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério.

Lei nº 8.443, de 1952, art. 73: Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias e prerrogativas, impedimentos e vencimentos e vantagens do Ministro do Superior de Justiça [...].

Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

Art. 39. É vedado ao Ministro do Tribunal: [...]

VII – manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou emitir juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de órgão judiciais, ressalvada a crítica aos autos em obras técnicas ou em exercício do magistério.

Quanto ao assunto objeto do convite, processo tal, que trata da representação formulada pelo Associação Brasileira de Agências de Viagens do Distrito Federal (Abav), versando sobre as supostas irregularidades em procedimentos conduzidos pela Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, que visa ao credenciamento das empresas de transporte aéreo para fornecimento de passagens em linhas regulares domésticas, sem o intermédio de agências de viagens e turismo, esclareço que o Ministro Raimundo Carreiro é o Relator do processo, ainda não apreciado no mérito pelo Plenário do Tribunal de Contas da União.

Assim, por força dos dispositivos legais acima transcritos e tendo em vista que o processo encontra-se aberto, pois não ocorreu o seu trânsito em julgado, o Ministro Raimundo Carreiro está formalmente impedido de atender o honroso convite. Não obstante, para os esclarecimentos sobre o assunto que se fizerem necessários, a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas, na pessoa do seu titular, Frederico Julio Goepfert Junior, estará à disposição para ter assento no evento, a fim de apresentar a esta egrégia Comissão todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Por oportuno, S. Exª reforça os votos de pleno êxito ao evento, reiterando tratar-se de um assunto de imensa importância, ao passo que solicita cumprimentar o Exmº Sr. Senador Hélio José, autor do requerimento, bem como os ilustres integrantes deste colegiado.

Ary Braga Pacheco Filho, Secretário.

Muito bem, realmente nota-se que o Ministro Raimundo Carreiro tem impedimento para participar, porque ele está julgando o processo. Correto? Mas eu agradeço a S. Exª, porque mandou aqui o Secretário, o advogado dele, que vai ter assento à mesa, Sr. Frederico Julio Junior.

Comunico a este colegiado que, conforme Ofício nº 118, de 2015, do Líder do DEM, Senador Ronaldo Caiado, à Presidência do Senado Federal, tivemos a seguinte alteração na nossa Comissão: a Senadora Maria do Carmo Alves, do DEM de Sergipe, deixa de fazer parte da composição deste colegiado, sendo substituída pelo Senador Ricardo Franco, do DEM de Sergipe, na condição de membro suplente, do Bloco Parlamentar da Oposição.

Ao Senador Ricardo Franco, dou as boas-vindas, externando o meu desejo de que tenha exitoso desempenho em seu mandato em nossa Comissão.

Feito tudo isso, vamos à nossa audiência.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de debater as novas diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a contratação direta de companhias aéreas, sem intermediação das agências de viagens – matéria sob exame do Tribunal de Contas da União, na Representação nº 019819/2014-5.

Encontram-se presentes para a audiência pública os seguintes convidados, os quais já convido para compor a Mesa: Frederico Julio Goepfert Junior, Secretário da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), representando o TCU.

Por favor, Frederico, tome assento ao nosso lado.

Seja bem-vindo e dê um abraço no Carreiro.

Quero convidar também Virgínia Bracarense Lopes, Diretora da Central de Compras e Contratações da Assessoria Especial para Modernização de Gestão do MPOG.

Seja bem-vinda, Virgínia.

Convido para tomar assento à mesa a Srª Ana Carolina Resende, Procuradora da República no Distrito Federal e Coordenadora do Centro de Comunicação Integrado da Procuradoria-Geral da República. (*Pausa.*)

Convido também à Mesa Hugney Velozo, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav) do Distrito Federal. (*Pausa.*)

Convido também para compor a Mesa o Sr. Lamarck Freire Rolim, Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do Distrito Federal (Sindetur). (*Pausa.*)

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá de dez a quinze minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra às Srªs Senadoras e aos

Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. As interpelações dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: o Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Então, o nosso programa, todo ele está sendo transmitido pela TV Senado, e as pessoas podem fazer perguntas pelo Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br, ou pelo Alô Senado, 0800-612211.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Perfeito. Está sendo comunicado aqui pelo nosso universitário, ajudante aqui, que o portal está transmitindo ao vivo, e as apresentações também serão anexadas e disponibilizadas a todos no portal. Está certo?

Concedo a palavra ao Sr. Frederico Julio Goepfert Junior para fazer a sua exposição.

O SR. FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR – Alô. Bom dia, Senador Hélio José. Agradeço, em nome do Tribunal de Contas da União, o convite para participar desta audiência pública. O Tribunal sempre se mostra presente em todas as demandas que o Congresso nos faz, até porque nós somos órgão auxiliar do Congresso Nacional. Bom dia a todos os companheiros aqui da Mesa, aos Senadores presentes. Vejo aqui muitas pessoas das agências. Bom dia a todos.

O Tribunal de Contas, em 2013, passou por um processo de especialização, e foi criada à época uma secretaria chamada Selog, da qual eu sou o titular, que faz a fiscalização dos contratos e licitações da Administração Pública Federal, recebendo denúncias e representações. E também fazemos trabalhos de ofício, fiscalizações de ofício. Desde então, nós trabalhamos de forma a buscar aprimorar as contratações públicas por meio do controle externo. Essa inclusive é uma das missões do Tribunal de Contas da União, aprimorar a Administração Pública.

Todos os anos, nós escolhemos tópicos para serem mais bem detalhados. Então, nós já fizemos trabalhos na área de terceirização de limpeza, vigilância, manutenção predial, e temos outras áreas em que nós queremos fazer trabalhos também.

Nesse cenário, passagens aéreas sempre foram uma preocupação. É uma contratação extremamente peculiar, *sui generis*, e que demanda uma atuação do controle também diferenciada.

Vou citar dois acórdãos que foram relevantes para a discussão da matéria para a gente contextualizar. Há a Decisão 409, de 1994, que foi oriunda de uma consulta do Senado Federal ao Tribunal de Contas, perguntando se era possível contratar passagens aéreas diretamente. O Tribunal respondeu que não, que deveria ser precedida do devido processo licitatório, com ampla participação tanto de companhias aéreas quanto das agências de turismo. A preocupação do Senado à época era porque os Senadores tinham cotas e, se ganhasse uma empresa aérea monopolista, os Senadores poderiam ter dificuldades no atendimento de suas necessidades em relação a voos, frequência, trechos. Esse foi o mote da consulta. A consulta foi nesse sentido, de que é necessário fazer-se licitação, e que, portanto, se ganhasse uma empresa também monopolista, teria de haver endosso, para que os Senadores não fossem prejudicados.

Em 2013, outra decisão muito relevante, a Decisão 1.973, de 2013, do plenário, foi objeto de uma representação de uma agência de turismo, questionando o modelo de remuneração à época, dizendo que ele era antieconômico, que ele não era vantajoso. Esse processo gerou bastantes discussões internas. Como eu falei, com passagens aéreas é diferente; não dá para comparar uma compra ou um serviço de terceirização com passagens aéreas, e a gente pode esquecer esse tipo de comparação. À época, havia um cenário de dúvidas quanto à remuneração lícita de alguns contratos; ou seja, existiam indícios, tanto que o Ministério Público tinha um inquérito civil público aberto para verificar a regularidade de alguns recebimentos de comissão por agência, possíveis fraudes e um pouco de falta de transparência. Esse era o cenário à época. Foi feito, inclusive, um painel de referência, porque a gente busca, no âmbito do Tribunal de Contas, ouvir todas as partes; é um órgão extremamente aberto – a gente fala isso com muito orgulho.

Fizemos um painel de referência, convidando, à época, a Abav nacional, a Abav do Distrito Federal, a SLTI, que é o Ministério do Planejamento, a nossa parte administrativa e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abea) também. Isso num painel de referência interno para discutirmos e entendermos o ambiente das passagens aéreas. Como produto, o acórdão sugeriu algumas melhorias no sistema de concessão de diárias e passagens aéreas do Poder Executivo e uma recomendação para que o Ministério estudasse a possibilidade de contratação direta das empresas aéreas. Então, naquele momento, já houve uma sinalização de possíveis estudos das passagens aéreas, compra direta. O Ministério do Planejamento pegou isso e se adiantou.

Antes mesmo de submeter algo ao Tribunal, eles encontraram uma solução, de aquisição direta, o que se chamaria de credenciamento das companhias aéreas. O que é o credenciamento? Eu chamei todas as companhias aéreas, é óbvio que houve uma negociação, porque são vários os fatores envolvidos, e foi entendido – estou falando como se eu fosse do Ministério do Planejamento, mas não sou, é apenas para deixar claro – pelo Ministério que, diante da possibilidade de chamar todas as empresas do mercado, haveria uma possibilidade de inexigibilidade.

Vamos lembrar o que a lei diz. A lei manda licitar. É um mandamento da Lei de Licitação que tudo deve ser licitado, mas ela prevê hipóteses de dispensa, e essas hipóteses são exaustivas; ou seja, elas não podem ser elastecidas.

E nós temos casos de inexigibilidade. A inexigibilidade admite situações não previstas ali ou interpretações. E o credenciamento, essa figura, esse instituto jurídico não se encontra na lei. Trata-se de um instituto criado pela doutrina e pela jurisprudência. Com base em quê? Com base no fato de se ter chamado o mercado todo, sem excluir absolutamente ninguém.

Olha só, pessoal. Vamos lembrar um detalhe. Eu tenho licitação; quando eu ganho a licitação, eu excluí os demais. No credenciamento, eu incluí todo mundo. Então, não há competição. Essa é a tese.

Com base nisso, foram feitos esses contratos, esses acordos comparativos. E o Ministério do Planejamento, com isso e como consequência – e talvez seja até o motivo maior desta audiência –, exclui as agências do processo. Então, isso, Senador Hélio José, é um fato. O credenciamento, da forma como foi colocado, exclui as agências das compras governamentais do Poder Executivo. Isso é fato. Não temos o que discutir, com todas as suas consequências.

Não satisfeita – é óbvio, e a gente tem que admitir a legitimidade total da Abav –, ela entrou com uma representação no tribunal para questionar a legalidade desse processo. E trouxe como argumento que o mercado era regulado, que há competição, que sempre houve competição, que não há fundamento algum para inelegibilidade por credenciamento, que estaria ferindo o princípio do desenvolvimento nacional, a livre iniciativa, que não se poderia contratar por dispensa ou por seja lá qual for a forma concessionária de serviço público porque não havia previsão.

Em torno disso, ela traz vários argumentos – e eu estou aqui com centenas de folhas para poder lembrar-se de algumas coisas, porque os argumentos da Abav são muito contundentes; são trazidos muitos argumentos.

Então, essa é primeira questão, porque eu vou resumir em duas, Senador. Legalidade. Então, a Abav bateu muito nessa questão da legalidade, como eu falei; e a vantajosidade do certame. Não ficou claro, e ela traz dúvidas quanto a alguns benefícios concedidos às companhias aéreas em detrimento até das próprias agências nesse ambiente. Ela faz menção à possível incorporação de atividades das agências reguladas por lei, que teriam competência e atribuição para fazer agenciamento, e essas atribuições seriam incorporadas a servidores públicos com ônus e com aumento de custo.

Então, esse é o cenário.

O processo encontra-se no Tribunal de Contas da União. Existem, para vocês terem uma ideia e para deixar muito claro, Senador, o quanto é complexo esse processo, 327 peças. Só a Abav fez mais de 40 petições no processo. Existem seis recursos, sendo que não há julgamento de mérito. Então, para vocês terem uma ideia. Foram submetidas ao Plenário do Tribunal três cautelares, sendo que duas cautelares o Plenário rejeitou, porque o Ministro concedeu – o Relator Raimundo Carreiro – a cautelar, e o Plenário do Tribunal não as endossou.

Então, é essa a situação.

Eu vou fazer rapidamente o finalmente para deixar os outros componentes da Mesa falarem. Quanto à legalidade – eu vou resumir legalidade e vantajosidade –, existem três pareceres distintos no processo, e eles são divergentes de três unidades do Tribunal, o que mostra mais uma vez a dificuldade do processo.

Na Selog, secretaria de que eu sou titular, nós entendemos – claro, com toda argumentação técnica – que o credenciamento é regular, por n razões.

É óbvio que isso é uma interpretação jurídica. Mais uma vez, eu vou ter de enfatizar isso, deixar claro que é uma interpretação, porque o credenciamento não está na lei.

A Secretaria de Recursos, em um dos agravos, veio com um parecer, embora em sede de cautelar, muito robusto e defende a tese da irregularidade do credenciamento, dizendo que não há previsão e que fere o desenvolvimento nacional, a livre iniciativa. Então, há um parecer oposto ao nosso. Então, são dois pareceres totalmente divergentes.

E o Relator, Ministro Raimundo Carreiro, não satisfeito com esses dois pareceres, pediu um parecer também ao nosso Ministério Público junto ao Tribunal. Esse parecer foi elaborado pelo Procurador Lucas Furtado, que é professor da UnB, autor de livros de Direito Administrativo, professor de Licitações e Contratos. E ele traz uma terceira tese, para vocês verem a complicação do processo. Ele diz que a direção é licitar, mas, hoje, com

os avanços tecnológicos, com toda essa modernidade, com a sistemática de diferente relação entre passageiro, cliente, fornecedor, companhia aérea e agência, a licitação não mais se impõe – este é o próprio termo que ele diz: "não mais se impõe" – e, como uma possível alternativa, o credenciamento é válido. Só que o credenciamento é válido – vírgula –, desde que as agências também participem.

(Soa a campainha.)

O SR. FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR – Eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ainda tem mais um minuto.

O SR. FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR – Um minuto, não é?

E quanto à vantajosidade? Aí, Senador, há outro problema bastante relevante. O Ministério do Planejamento trouxe alguns dados que nós não conseguimos comprovar. Não conseguimos identificar o seu rigor científico e a sua metodologia. Então, não podemos admitir, até este momento – é claro que sempre sujeito à defesa do Ministério –, que sejam válidos. Por exemplo, 30%, 18%, 12%. O que temos de vantajosidade nítida e que a Selog admite é o que está no acordo. São descontos de 3 a 5%, com o prazo dado de 72 horas.

Existem, claro, vantagens em termos de transparência no sistema de credenciamento. Existem também possíveis prejuízos. Os juros da retenção de impostos. Calculamos que esse prejuízo seria em torno de 30 mil por mês. Existem possíveis custos-sombra. Senador, vou pedir mais um minuto, porque acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Por favor.

O SR. FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR – Quando falamos em vantajosidade, precisamos ver a vantajosidade do sistema como um todo. E existe um pregão complementar. Eu me esqueci de falar isso. Por isso, preciso de mais tempo. Existe um pregão eletrônico complementar, porque o credenciamento não atende tudo. Ele atenderia, segundo pareceres do Ministério, 95%. Haveria um restante complementar, que vai ser atendido por um contrato de uma agência de turismo, a Trips.

Essa vantagem tem que ser, para nós da Selog, medida muito em cima desse contrato, porque, se esse contrato começar a ser muito utilizado, começa a haver dúvidas efetivas sobre a vantagem do credenciamento. Então, esse contrato tem de ser muito bem utilizado; é preciso que se tenha um cuidado danado, porque esse contrato tem taxa de agenciamento de R$15 por transação. E os outros não têm. Então, se eu começar a usar muito esse contrato, consequentemente, a vantajosidade cai.

Então, são essas questões. O Tribunal, mais uma vez, agradece. Estamos à disposição para trocar ideias.

Faço a última observação, Senador, de que o processo se encontra em apreciação ainda. Não existe julgamento de mérito. E uma audiência como esta é importante. Estou aqui representando o Tribunal. E, se existirem fatos novos, tenho a incumbência de anotá-los e levá-los ao gabinete do Relator, mostrando alguma coisa que não tenha sido apreciada até o momento.

Desde já, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecemos, aí, ao representante Frederico Julio, do TCU.

Queria comunicar que eu fui procurado pela Abav, na pessoa do Levi e de outros diretores da Abav, e daí originou-se essa audiência publica, de importância capital, aqui, no Distrito Federal.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Rocha e também o nosso Senador Randolfe, que passou por aqui, nesse instante. Vendo a crise – ouviu, Frederico e demais membros da Mesa? – que está no Distrito Federal, com desemprego, uma situação difícil para as agências vendedoras de passagem, a gente precisa chegar a um meio-termo para resolver essa situação, e esta audiência pública visa exatamente a isso.

Então, o próximo a falar deve ser o representante do MPOG – deixa eu ver se vai ser o MPOG que já vai falar –, nosso grande objetivo é tentar construir uma situação que não gere tanto desemprego, tanta crise, como está acontecendo no nosso mercado, principalmente nesse setor de agências de viagens, e coisa e tal, e que garanta a transparência e preços realmente vantajosos à Administração Pública Federal.

Então, eu queria também comunicar a todos que estão aqui, inclusive em pé, que há um telão no Plenário 15, e tudo o que nós estamos falando aqui está sendo transmitido no telão do Plenário 15. Quem quiser ficar mais confortável, quiser sentar, e coisa e tal, há cadeiras disponíveis, então, no Plenário 15.

Então, esta audiência pública visa, principalmente, a que se possa dirimir, tirar dúvidas e ver como se pode fazer um meio-termo para propiciar que esse setor volte a ser o que já foi, um setor competitivo; era um setor que gerava bastante emprego e que nos ajudava muito a conseguir passagens com preços melhores.

Então, passo a palavra à Srª Virgínia Bracarense Lopes, representante do MPOG, para fazer sua exposição.

A SRª VIRGÍNIA BRACARENSE LOPES – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

Bom dia, demais membros da Mesa. Bom dia aos que assistem a esta audiência.

Primeiramente, agradeço, em nome do Ministério do Planejamento, a oportunidade de mais um fórum de discussão desta temática, que, como muito bem colocado pelo Secretário do Tribunal, é uma temática complexa, que mexe com toda uma arquitetura de contratação da Administração.

Então, trouxemos uma apresentação muito breve, em que passamos por um diagnóstico, pois é um projeto que tem um histórico, que já vem desde 2012 sendo analisado. Passamos, então, para como esse novo modelo de compra é composto e aos resultados que temos registrado até o momento.

Como diagnóstico, nós temos, então, o modelo até então praticado. Até 2012, havia os órgãos e entidades da Administração Pública licitando as agências de viagem para a prestação de um serviço de agenciamento, para, então, serem feitas as emissões, remarcações e cancelamentos de bilhetes aéreos. E essas agências de viagens intermediavam a aquisição desses bilhetes e qualquer alteração decorrente junto às companhias aéreas.

Para termos uma noção do volume de bilhetes e do valor de que estamos tratando, pelos dados que temos registrados de julho de 2013 a junho de 2014, que foram os 12 meses de referência para a estruturação da licitação da agência decorrente desse modelo e dos cálculos dos nossos resultados, foram 642,5 mil bilhetes emitidos nesse período, que representam R$463 milhões gastos pelo Poder Executivo – estamos aí falando de administração direta, autárquica e fundacional, que utilizam nosso sistema de concessão de diárias e passagens.

Desse volume de 642,5 mil, mais de 95% se referiam a bilhetes cujos destinos eram lugares domésticos, voos domésticos, dentro do Território nacional, e, desses 95%, nosso índice de remarcação e de cancelamento era inferior a 5%. Então, nós tínhamos aí uma prestação de um serviço basicamente para a emissão de bilhetes aéreos.

Desse montante, também, 96% de toda a demanda era atendida pelas quatro grandes companhias nacionais que temos – Azul, Avianca, Gol e Tam –, que, segundo o próprio relatório da Anac, são companhias que representam mais de 90% do mercado nacional.

Em relação a todo esse volume de bilhetes transacionados e serviços, havia uma necessidade, como colocado pelo Tribunal, de um maior controle sobre as atividades de pesquisa e emissão de bilhetes. Era fundamental para que a gente pudesse fazer as escolhas dos bilhetes mais vantajosos para atender às necessidades da Administração. Para esse volume de bilhetes, estão registrados 581 contratos, com dados de janeiro deste ano, que eram firmados com 88 agências de viagens. Dessas 88 agências, nove dominavam 49% do total desses 581 contratos, sendo que, dessas nove, cinco têm sede no Distrito Federal; e, das 88, 20 têm sede no Distrito Federal. Para também dar uma noção da magnitude, essas 88 agências representam 0,47% do mercado de agências de viagens registradas no cadastro do Ministério do Turismo, que registra, hoje, 19.400 agências.

Há também um alinhamento do projeto – como muito bem colocado anteriormente –com um acórdão do Tribunal de Contas, o Acórdão nº 1.973, que foi resultado de uma representação em que houve esse painel de discussões desse tema. Daí, houve algumas recomendações ao Ministério do Planejamento, dentre elas: o estudo da vantajosidade do modelo de compra direta; o desenvolvimento de um buscador de passagens que permitisse à Administração avaliar e buscar os preços diretamente nos *sites* das companhias aéreas; o desenvolvimento de um módulo de faturamento, que facilitasse as rotinas e desse maior segurança, transparência, controle e clareza dos dados que eram então transacionados nessas operações; e também o desenvolvimento de um módulo de prestação de contas que fosse automatizado, porque, até então, os nossos servidores faziam toda a verificação das faturas de forma manual.

Derivado desse diagnóstico ainda, a Administração, para gerar esses 581 contratos, fazia praticamente 581 processos licitatórios. Então, estamos falando de uma replicação de processos que gera um custo administrativo significativo para a máquina, porque eram servidores que poderiam estar se dedicando a outras atividades.

Há uma falta de padrão dos contratos e da forma de remuneração das agências. Em maio de 2012, houve uma comunicação da alteração da forma de remuneração, que passava de comissão que era paga pelas companhias aéreas para as agências para um modo de agenciamento de viagem. Era um modo em que havia uma parcela fixa para remunerar os serviços das agências, mas começamos a ter registros de que, nas nossas licitações, grande parte dos contratos tinham taxas irrisórias, de zero a um centavo. Mais de 50% desses 581 contratos tinham taxas de, no máximo, R$1. Tínhamos também uma menor possibilidade de negociação das tarifas e falta da garantia da escolha do melhor voo, uma vez que não tínhamos acesso a descontos e reservas junto às companhias aéreas. Tínhamos o retrabalho e o aumento de valores em função das reservas que não havia, porque nós dependemos de todo um fluxo de solicitação e aprovação dos bilhetes, e, com o tempo que esse fluxo precisa para rodar dentro do órgão e da entidade, nós perdíamos a proposta que até então era mais vantajosa. E tínhamos, como eu disse, um processo todo manual de prestação de contas e de reembolso, gerando um número elevado de processos de pagamento.

Desse diagnóstico, nós geramos então um modelo de contratação, também a partir de pesquisas de práticas internacionais. Hoje, Estados Unidos, Nova Zelândia e Chile já praticam a lógica do mesmo modelo

que nós usamos, anterior ao nosso, de contratação direta de companhias aéreas e agências de viagens, que é exatamente o modelo que nós desenhamos. Nós temos quatro pilares, que são: o credenciamento das companhias aéreas; um cartão de pagamento do Governo Federal exclusivo para passagens aéreas, como meio de pagamento eletrônico; a contratação da agencia única, porque, como vimos, 5% da demanda da Administração não eram passíveis de ser atendidos por essa simples lógica de emissão. Estamos falando aí da questão dos bilhetes internacionais, que dependem do *know-how* que as agências possuem de desenho de trechos e de busca da melhor combinação para a realização desses trajetos, e também do contato com companhias que fazem voos regionais. E houve também soluções de tecnologia da informação, que foram desenhadas para sustentar todo esse processo.

E aqui, de forma muito sucinta, houve o credenciamento das quatro grandes companhias que se apresentaram interessadas, fizemos acordos corporativos, em que tivemos reservas de até 72 horas do assento e do valor das passagens selecionadas pelos servidores. Lembro que o servidor hoje faz menos atividades do que ele fazia, uma vez que a automatização sustenta muito mais partes do processo do que sustentava anteriormente. E também esta questão de ele escolher qual é o voo que o servidor viajante vai utilizar já era uma atividade desenvolvida junto às agências de viagens. A desvantagem é que era tudo um relacionamento manual, cuja solicitação de cotação e de resposta era toda feita via *e-mail*.

Há também cotação, reserva e emissão feitas diretamente no nosso sistema de diárias e passagens; a liberação de acesso aos *web services* das companhias; acordos com descontos mínimos de 3% a 5% dos bilhetes emitidos; e uma lógica de reembolso, em que, no prazo de até 60 dias, o valor do bilhete não utilizado é creditado no cartão de pagamento do órgão responsável pela emissão do bilhete.

Esse cartão de pagamento, como eu disse, é de uso exclusivo para passagens aéreas. Não há manuseio do cartão; é um cartão virtual, cujo número é registrado dentro do sistema. Há uma identificação automática das empresas aéreas a partir da combinação do CNPJ. Ele é emitido e operacionalizado pelo Banco do Brasil, em função de exigências legais e regulamentares da forma de uso desse cartão. Há isenção de taxas, e a Administração não arca com nenhuma taxa desse cartão, além dos benefícios de fatura eletrônica, dados criptografados tanto no armazenamento quanto nas transações. O reembolso é diretamente no cartão, e é um cartão vinculado ao responsável pela despesa, que é a figura de nosso ordenador de despesa dentro da administração.

A agência única foi a contratação que fizemos, na verdade, uma licitação para registro de uma ata de registro de preços, em que os órgãos estabelecem contrato com essa agência para atender a esses 5% residuais da demanda da Administração.

Então, estamos falando de emissão, alteração e cancelamento de bilhetes regionais; emissão, alteração e cancelamento de bilhetes internacionais e situações emergenciais. Obviamente, situações que fogem ao horário do servidor ou situações de urgência podem ser usadas nesse contrato.

Pelos dados de novembro, com o uso dessa contração pelos órgãos, há 5.050 emissões pela compra direta registradas em novembro até o momento, sendo que 120 bilhetes foram emitidos pela agência Trips, o que representa apenas 2,2% de toda emissão da Administração neste mês de novembro, o que reforça o uso subsidiário dessa agência e não o modelo principal.

Por fim, as soluções de tecnologia da informação. Houve a incorporação do sistema buscador ao nosso sistema de passagens, com toda uma economia de treinamento dos servidores, uma vez que esse sistema, desde 1994, é utilizado na Administração. Há um aumento da aderência também na forma de utilização dessa solução, que possibilita uma conexão direta com o sistema das companhias aéreas.

Temos a operação feita toda de forma *on-line*, com aplicação automática dos descontos praticados pelas companhias aéreas, também com a aplicação imediata das reservas e com sinalizadores do tempo de duração de cada reserva para a gestão dos nossos servidores.

Por fim, a gestão das passagens aéreas com a disponibilização de relatórios completos aos servidores responsáveis, com o pedido automatizado de reembolso, pois, até então, os servidores tinham que provocar as agências para fazer essas operações.

Como resultados registrados, trazemos resultados quantitativos e qualitativos. O modelo implantado como um período experimental de 60 dias, em agosto de 2014, e no Ministério do Planejamento já ampliado para a Administração, temos hoje 327 órgãos operando esse modelo de compra direta, representando uma emissão acumulada, de agosto de 2014 até hoje, de mais de 112 mil bilhetes, o que representa hoje, dentro do sistema, mais de 50% do total de emissões, porque temos, como foi a última cautelar do Tribunal de Contas, uma transição mais gradual dos órgãos para este novo modelo.

Há uma desoneração significativa da equipe operacional, uma vez que essas pessoas gastam muito menos tempo em função da automatização, e, consequentemente, são destinadas a fazer outras atividades em benefício da Administração.

Redução de intervenções manuais, porque até então todos os dados cotados junto às agências eram digitados manualmente pelo servidor dentro do sistema, gerando alto índice de erros de digitação e também outras intervenções manuais, como a própria prestação de contas, em que o servidor tinha, no retorno da sua viagem, de entregar para a área responsável o canhoto do seu bilhete de voo. Hoje, o sistema já demonstra qual voo foi emitido e utilizado.

Temos a redução nos custos da aquisição de passagens. E aí estamos falando não da economia do próprio modelo, mas da redução dos custos administrativos para a Administração Pública Federal.

Maior transparência nos valores cotados, porque, além de acessarmos diretamente as companhias aéreas, há todo um mecanismo de fiscalização desses valores. Acompanhamos, de forma automatizada, que valor está sendo praticado no *site* da companhia e que valor está retornando para o nosso sistema.

Há um desconto médio de 20% nos preços pagos. E aí estamos falando de uma comparação entre bilhetes idênticos – mesmo dia de emissão, mesmo dia de voo, mesma companhia, mesmo voo –, em relação ao que é emitido pelas agências de viagens.

Há uma economia média, ou seja, aquilo que deixaríamos de pagar...,

(Soa a campainha.)

A SRª VIRGÍNIA BRACARENSE LOPES – ...caso emitíssemos o bilhete junto à agência de viagem, na casa dos 11%. E, quando aplicamos essa economia, podemos falar numa economia anual estimada em R$35 milhões para a Administração.

Como bem colocado pelo Tribunal, também, não trazemos aqui uma vantajosidade apenas financeira, mas uma vantajosidade de toda a arquitetura do modelo que foi desenvolvido. E também nos colocamos, como o Tribunal, à disposição para quaisquer necessidades.

Tivemos contatos com a associação ao longo do projeto. A nossa licitação da agência de viagem foi também objeto de consulta pública junto às agências. Então, conduzimos os nossos processos da forma mais aberta, clara e transparente possível, como a legislação nos requer. E também nos colocamos sempre à disposição para trabalhar num ambiente de construção da melhor solução, pensando que estamos no dever de gestores públicos de buscar o que é mais vantajoso para a Administração, para que ela foque toda a sua atenção e esforços na suas atividades finalísticas para a nossa sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço à Srª Virgínia Bracarense Lopes, do MPOG, ao mesmo tempo em que passo a palavra à Ana Carolina Resende para fazer sua exposição.

A SRª ANA CAROLINA RESENDE – Bom dia a todos.

Bom dia, Sr. Senador, demais membros que compõem esta Mesa. Agradeço, em nome do Ministério Público Federal, a oportunidade também de participar desta discussão, que a nós interessa especialmente em razão do número de investigações que temos hoje.

Sou Procuradora na Procuradoria do DF. Estou agora na PGR, auxiliando o Procurador-Geral, mas tenho dez anos de história na PRDF.

A contribuição que trago aqui é especialmente voltada ao modelo anterior, esse modelo de intermediação das agências de turismo.

Vou trazer não exatamente uma apresentação, mas alguns questionamentos que nós, membros do Ministério Público, tivemos, ao longo do período em que esse modelo anterior funcionou exclusivamente, que dizem respeito especialmente à questão em torno da eficiência da gestão desses recursos.

E vou usar aqui um dado do próprio Tribunal de Contas da União, num acórdão de 2013, que já foi referido aqui, o Acórdão 1.973.

No caso do Poder Executivo, só no ano de 2012, foram quase R$900 milhões destinados à compra de passagens aéreas.

A nós, Ministério Público, sempre causou certo desconforto a ideia de se ter um intermediário, porque sempre existiu esta dúvida sobre qual a vantajosidade para a Administração de se ter a intermediação das agências de turismo, especialmente em razão da dinâmica, que passou a ser admitida pelo mercado, de compra direta, de facilidade, que nós tínhamos.

Digo isso, até dentro do próprio Ministério Público, quando nós, como usuários do órgão, precisávamos viajar e nos deparávamos, inúmeras vezes, com situações em que a passagem aérea que nos era adquirida... Quando fazíamos uma consulta no *site*, víamos que seria bem mais barato se pudéssemos comprá-la diretamente do que solicitar à agência de turismo.

E isso fez parte desse debate, no âmbito do Ministério Público, porque colocamos isso, inclusive, para a administração. Foram postas também as dificuldades na época. Viemos acompanhando o trabalho do TCU, que certamente contribuiu bastante para a evolução do que nós temos hoje, inclusive dos sistemas de controle desse modelo anterior, porque uma das dificuldades era fiscalizar os preços praticados pelas agências de turismo, visto que não tínhamos um buscador próprio, dependíamos de um buscador disponibilizado pelas agências, buscador esse... É evidente que não eu não estou fazendo uma presunção de todos, mas estou dizendo que era uma ferramenta mais fácil de ser fraudada e que dificultava muito essa fiscalização em torno dos valores. Nós tínhamos o problema dos valores dos bilhetes que não constavam, ou seja, o usuário não podia fazer esse acompanhamento. Nós tínhamos o problema também desses descontos, que se diziam descontos virtuais, porque, quando você ia na prática fazer o confronto dos valores, já não era mais aquele. Essa é a dificuldade colocada pelo MPOG, porque a administração é mais lenta. Então, quando você concretizava a autorização daquela viagem, às vezes, já não era mais possível aquele valor que tinha sido encontrado inicialmente, mas, para você buscar um novo valor, de novo um processo mais...

Então, como membro do Ministério Público, sempre houve esse questionamento de qual exatamente é a vantagem de se ter uma intermediação. Esse mercado é diferenciado, como disse o Secretário do TCU, mas, se você fizer um raciocínio mais rasteiro, parece sempre que a contratação direta traz mais vantagens, mesmo porque nos espelhamos também na nossa experiência privada, do mercado privado, que compra diretamente, sem intermediação das agências. Tudo isso fez com que o debate se aprofundasse, culminando, certamente, com esse acórdão do TCU, de 2013, onde houve a sugestão desse estudo para uma análise da viabilidade desse credenciamento diretamente às companhias aéreas e do aprimoramento do próprio sistema do Ministério, dos órgãos públicos de acompanhamento desses bilhetes que eram emitidos quando havia essa intermediação das agências de turismo, considerando que, hoje, a maior parte dos órgãos ainda usa o sistema da agência.

Na época, em 2014, nós tínhamos na PR-DF em torno de 20 a 25 investigações abertas envolvendo contratos da administração por meio de agências. Essas investigações estão centradas em alguns pilares, entre eles, a questão da licitação do preço praticado, se era exequível ou não, incluindo aquela questão, também colocada pelo MPOG, do valor de R$0,01, valor que, se você for ver a planilha de custo apresentada pela empresa, não bate, a empresa não teria condições de se sustentar. Com a mudança do mercado, da forma de comissionamento das companhias aéreas, veio outra discussão: o tipo de acordo que as agências teriam com as companhias aéreas. Isso foi, inclusive, levado em conta pelo TCU, em um enfrentamento de questão já mais recentemente, para dizer que, hoje, nós não temos uma ferramenta que nos permita dizer exatamente que preço seria exequível com segurança, qual seria esse preço ou uma baliza que nos oriente no controle desses contratos com as agências de turismo, em razão dessas parcerias que são firmadas, de forma informal, entre as agências e as companhias aéreas.

Então, essa questão da licitação é um dos pontos com muitas investigações relacionadas, em muitos processos judiciais. O outro, e, com certeza, o maior número de Investigações diz respeito a ele, é o superfaturamento dos bilhetes emitidos por meio das agências de turismo, que envolve tanto a maquiagem dos valores quanto a dificuldade, que eu já mencionei, de fiscalização, do valor que é cobrado. Se exige, hoje, da máquina pública um esforço muito grande na área de fiscalização.

Então, é um debate, que, com certeza ainda merece um tempo, e nós temos que ver com muito cuidado essa questão do número de pessoas utilizadas em cada modelo. Um modelo que nos impõe uma fiscalização manual, um modelo que nos impõe uma fiscalização de cada bilhete, certamente, é um modelo que tem que ser aperfeiçoado, porque o que vemos hoje é um grande desgaste na administração tanto de recursos...

Eu tive a curiosidade de perguntar no Ministério Público, antes de vir para a audiência, qual é o custo médio – e falo do Ministério Público Federal, que é um órgão pequeno em vista do que é o Poder Executivo – e a Secretaria de Administração me disse que nenhuma licitação, por menor que seja, sai menos do que R$30 mil reais. É o custo da licitação. Eu não estou falando do custo com a agência, estou falando só do procedimento. Então, já que o debate aqui é especialmente voltado ao MPOG, que é certamente o maior cliente desse setor, pois, como foi dito aqui na apresentação anterior, são quinhentos e... Quantos contratos? (*Pausa.*)

A SRª ANA CAROLINA RESENDE – Quinhentos e oitenta e um contratos. Eu fico imaginando o custo de uma licitação multiplicado por 581. Isso é independente da questão da intermediação.

Certamente esse modelo é um modelo ultrapassado, não convive de forma adequada com um dos pilares da Administração, que é o Princípio da Eficiência.

Nós vivemos hoje um momento extremamente delicado no País, mas que, como todo momento difícil, é um momento de oportunidades, e oportunidade também para a Administração rever seus gastos, rever alternativas que dependam menos de pessoas – possam adotar mais sistemas –, porque isso facilita a fiscalização, facilita a transparência. E acredito que o modelo novo desenhado pelo MPOG, em princípio – e não posso

aqui dizer em nome de todo o Ministério Público, porque, como disse o Secretário, é uma questão jurídica com diversas interpretações, como ele mencionou –, no âmbito do TCU, em que temos pessoas extremamente capacitadas, houve divergências. Mas, a minha posição aqui, em princípio, é coincidente com a do Procurador do Ministério Público junto ao TCU: é possível regular esse credenciamento.

O princípio da licitação não é uma exigência que possa ser vista apartada do mundo real. Você tem que analisá-lo diante do dinamismo do mercado, daquilo que ele se propõe a comprar. É preciso adequá-lo a isso, para que você garanta... O que a licitação busca? Ela busca que a Administração faça e adquira um produto da forma mais vantajosa, seja no critério preço – no caso aqui vai ser só preço, porque não tem a questão de técnica, seria só o menor preço...

Então, isso tem que ser visto nesse conjunto de princípios que orientam a Administração como um todo. E, como membro do Ministério Público, o nosso papel neste debate é exclusivamente em relação à fiscalização, porque cabe aos gestores decidir o seu modelo e a nós contribuir para que tenhamos uma maior transparência dessa despesa e uma maior eficiência.

No nosso caso, como trabalhamos na área de fiscalização desses valores, o depoimento que eu trago aqui é o depoimento do modelo anterior, porque, neste mais recente – até porque ele foi utilizado há muito pouco tempo –, não tivemos problemas ainda que originasse um inquérito civil aqui na PR-DF, a não ser essa questão jurídica em torno da licitação, da inexigibilidade da licitação, mas não problemas no uso do sistema, de fraudes. O que nós temos – o relato que eu trago – é do modelo anterior, em que nós temos realmente inúmeros problemas tanto da parte da atuação das agências em relação aos preços praticados nos seus bilhetes, quanto das garantias que a Administração tem e qual esforço a Administração tem que fazer para acompanhar esses valores, e não é um esforço pequeno.

Então, essas são as contribuições que eu trago. São, digamos, as inquietações do Ministério Público nessa discussão desses dois modelos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço à Ana Carolina Resende, Procuradora da República no Distrito Federal e Coordenadora do Centro de Comunicação Integrada da PGR.

Passo a palavra para o Hugney Veloso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav/DF).

O SR. HUGNEY VELOZO – Bom dia a todos. Bom dia Senador Hélio José. Bom dia aos membros da Mesa. Em nome da Abav/DF eu agradeço a oportunidade de estar aqui – a primeira, por sinal, onde os agentes de viagens vão ser ouvidos referente a todo esse processo. Vamos lá.

Como foi dito anteriormente, esse processo de credenciamento teve início em 2014 por meio de um decreto presidencial, onde a Presidente Dilma Rousseff criou essa estrutura de central de compras e que, a partir desse novo modelo, vários negócios iriam passar para essa modalidade de credenciamento e centralização.

Dentro dessa criação, o Ministério do Planejamento, utilizando a sugestão – volto a repetir, a sugestão – e orientação do TCU para que se estudasse a possibilidade da compra direta, em abril de 2014, em 60 dias, montou a comissão, elaborou todo o processo e, em julho de 2014, iniciou o credenciamento das quatro companhias aéreas – Azul, Avianca, Tam e Gol –, mesmo com todas as indicações de irregularidade, de ilegalidade que foram apresentadas. Inclusive, ainda no processo administrativo junto ao Ministério do Planejamento, a Abav/DF, a Abav Nacional, o Sindetur, todas as entidades da nossa classe, do nosso segmento, procuraram um diálogo com o Ministério do Planejamento, para tentar entender isso, para participar, mas, em nenhum momento, nós fomos ouvidos, inclusive nem as irregularidades que nós apontamos foram levadas em consideração pelo Ministério do Planejamento. Então, a partir da criação desse credenciamento, há um total descumprimento da Lei de Licitações. Houve formação de cartel – essas quatro companhias aéreas já colocaram anteriormente que detêm 95% dos contratos, desculpe, 96% do mercado de passagens aéreas, de assentos aéreos no Brasil. Elas assumem 627 contratos, que é a previsão de contratos vinculados ao Governo Federal. A partir daí, o modelo jurídico e de contratação é completamente equivocado e foge a tudo o que é legal e lícito.

Tentando um diálogo com o Planejamento – a Abav nunca se negou a isso –, sempre esbarramos com a cara na porta. Passamos a ouvir que o modelo se justificava devido à economicidade, devido à modernização na compra, devido à fiscalização mais eficiente, como ouvimos anteriormente. Tudo isso as agências de viagem, através do modelo atual, através das suas ferramentas tecnológicas, também propiciam, sem a necessidade dessa compra direta.

A central de compras, em vários momentos, em nome dessa economicidade, alegou diversos índices – o primeiro foi 27% de economia, na central de compras, com esse novo modelo; depois, 35%; e até 64% de desconto –, para respaldar toda essa contratação que vemos que é completamente irregular.

Essa economia alegada e demonstrada pela representante do Ministério Público, na verdade, não há como ser mensurada, até porque não há dados técnicos, como também o representante do TCU colocou muito bem aqui, nem uma metodologia confiável para que isso seja comprovado. Então, a partir de setembro deste ano, se não me engano, a central de compras parou de falar em porcentagem de descontos. Até na própria apresentação foram mostrados números absolutos para justificar essa economia, mas isso cai por terra.

A metodologia, hoje, que se pode utilizar para cálculo de desconto seria o tíquete médio das companhias aéreas. O que é o tíquete médio? É toda a receita que as companhias aéreas tiveram, num determinado período, dividido pelo número de assentos que ela vendeu. Então, em 2015 agora, as companhias aéreas tiveram, em média, uma redução de 10% nos assentos disponíveis no mercado. O tíquete médio, até agora, novembro de 2015, comparado a 2004, caiu – 2004 não, desculpe, 2014. Em 2014, o tíquete médio das companhias aéreas – e aí eu cito as duas principais, as fontes são Tam e Gol, porque elas, sozinhas, detêm mais de 75% do mercado – caiu de R$718 para R$702 no Distrito Federal. Então, há uma variação de apenas 2,2% na redução desse valor médio.

A economia alegada se baseia – como divulgado no próprio *site* da EBC notícias, com informação do Ministério do Planejamento – em uma queda, não de percentual, mas de valores, de número de emissões. No período de janeiro a setembro de 2014, o total de bilhetes emitidos tinha sido de 499.843. Até setembro de 2015, nós tivemos 356.307 bilhetes emitidos pelo Governo Federal. Ou seja, houve uma queda de 30% no número de emissões, então, o Governo, realmente, está economizando, mas porque diminuiu o número de compras, não porque a tarifa média diminuiu.

Alega-se também nessa informação cuja fonte eu volto a citar – EBC e Ministério do Planejamento – que se proporcionou uma economia de 96,2 milhões até o mês de setembro, o que é completamente sem fundamento, porque, caso tivessem se utilizado do mesmo volume de compra, se tivessem comprado um montante igual, teriam gastado 100 milhões e 700 mil, uma quantia superior à economia que afirmam ter feito.

Então, realmente, o Governo diminuiu o gasto? Diminuiu, mas porque está comprando menos, não em função da central de compras, não porque conseguiu uma condição que chega a um desconto de 20%. Os contratos que foram firmados, acordos comerciais com as companhias aéreas, vão de 0%, nas tarifas mais baratas, a 5%. Então, dentro de um mercado – como foi muito bem colocado – aberto hoje ao público, em que todos têm acesso às tarifas, basta um celular e entra-se em qualquer *site* companhia aérea, em qualquer *e-commerce*, e consegue-se visualizar as tarifas, é impossível que se obtenha um desconto de 20% baseado em contratos que chegam a um máximo de 5%. Assim, trata-se de informação completamente equivocada.

Essa economia tão alardeada pelo Planejamento e pela Central de Compras não existe. O que houve foi a diminuição no volume de emissões do Governo Federal. Lógico, se a companhia aérea diminuiu o número de assentos, caiu o *ticket* médio dela, é claro que o valor vai cair, o valor gasto vai cair mesmo.

Para ilustrar o que eu coloquei sobre os acordos firmados, ao contrário do alegado pelo MPOG, conforme a Serur e a Selog, e cito o TCU, não existe desconto de 27% ou até mais. Isso porque os contratos das companhias aéreas Gol, Azul, Avianca e Tam são vinculados a *tour codes*. O que é o *tour code*? É um código promocional que, inserido no sistema, dá um desconto sobre a tarifa publicada da companhia aérea.

Está meio ilegível, mas vamos lá.

A Gol, em todas as suas classes de reserva, dá um desconto entre 3% e 5%, para o Governo. Então, não existe possibilidade de se chegar a 27%, baseando-se nos contratos que foram apresentados. A Avianca vai de 0%, na sua tarifa mais promocional, ao máximo de 3%. A Azul oferece de 3% a 5%. A Tam oferece de 3% a 5% também.

Assim, na verdade, os acordos que foram fechados e que são tão alardeados, por sua economia, são esses que vocês estão vendo. O que está ali faz parte do processo de credenciamento e são informações oficiais que nos foram dadas, inclusive pela Central de Compras, a quem gostaria de parabenizar, pela transparência agora.

No início, em abril de 2014, quando se iniciou todo esse processo, muitas vezes, a gente foi até proibido de subir no andar. Houve diálogo? Houve transparência? Não, nunca houve, nunca houve. Em alguns momentos, para se obter esses contratos firmados, que hoje vocês estão vendo aqui, a gente precisou da intervenção do TCU, precisou da intervenção de uma representação junto à Ordem dos Advogados do Brasil, aqui na seção do Distrito Federal, e o advogado do Sindtur está aqui e vai poder falar melhor, porque o Ministério do Planejamento alegava sigilo. Um processo público de credenciamento que vai gerenciar mais de 1,5 bilhão do governo, era um contrato que era sigiloso, a sociedade não podia ter acesso a isso. Portanto, a transparência e o diálogo nunca existiram entre os agentes de viagem, Ministério do Planejamento e central de compras.

Colocamos alguns principais tópicos para reflexão aqui, até porque, como foi colocado pelo representante do TCU, é um processo extremamente amplo, extremamente difícil, com muitas e muitas ramificações.

Efetivamente, não se comprovou economicidade no projeto do ilícito da compra direta. O Governo, o que se tem, são apenas contratos de zero, três e cinco por cento do cartel. Volto a dizer que se forma um cartel, quando se exclui as agências de viagem, porque é um serviço de concessão pública que se concentra em quatro grandes empresas que, além de serem essas concessionárias, são as fornecedoras das agências de viagem. Nesse modelo, o próprio revendedor intermediário, vamos dizer assim, concorre com seu fornecedor.

O Governo desconhece, não apresenta dados confiáveis sobre a economia alegada – 27, 35 e 64. Esses 64, senhores, Senador Hélio, fizemos uma manifestação no ano passado aqui em frente ao Ministério do Planejamento, inclusive caminhamos até o Palácio do Planalto e, após essa manifestação, o secretário executivo do Ministério do Planejamento, através do A Voz do Brasil, deu uma entrevista dizendo que a economia era de 64% de passagens aéreas.

A Lei de Licitações não permite acordo comercial deliberada para afastar licitação e afastar concorrência. Além do cartel das companhias aéreas, criou-se um monopólio de uma só agência de viagens. É o que foi colocado: quando se licita – o que chamamos de sobra, o que sobrou? As companhias aéreas internacionais, regionais, algumas remarcações –, se excluem 627 contratos, com possibilidade de contratação, principalmente das pequenas e microempresas, para se concentrar em um único contrato, em que uma única agência vai atender mais de 80 milhões, que é a previsão. Se licitaram para uma só agência, deve haver licitação para todo segmento do mercado.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGNEY VELOZO – É impraticável o credenciamento simultâneo de companhia aérea e agência. E, como veio no Ministério Público essa possibilidade, não há como, como coloquei aqui anteriormente, como é que eu, intermediário, vou concorrer com o meu fornecedor? Em que base de relação vai acontecer isso? Se exclui a licitação e vou concorrer com meu fornecedor? Isso é algo completamente fora de possibilidade de execução.

O credenciamento não existe com empresas diferentes, estruturas e naturezas, o que acabei de colocar, o dever é de licitar, porque há mercado regulado, regulamenta-se a licitação para as agências de viagem.

Os mecanismos de fiscalização que tanto foram alardeados aqui já existem e gostaria de mostrar uma pesquisa da CGU, que saiu em 25 de maio de 2013, no *Estadão*, o título é "Governo Federal é perdulário ao comprar passagens aéreas, diz auditoria da CGU", isso quem tá dizendo não é a Abav, não, foi a CGU. Quando se iniciou esse processo lá atrás, que a companhia aérea mudou o modelo de remuneração, a CGU fez essa pesquisa, que é um pouco extensa, não vou ler inteira aqui, vou ler um parágrafo.

Para a CGU, afora a sazonalidade dos preços e a necessidade de compras emergenciais, a falta de gestão e de planejamento têm turbinado o gasto com passagens. Não é a agência que vende mais caro, não é a agência que emite pelo preço que ela quer. Na verdade, o processo de compra feito pelo Governo segue um rito, em que o agente de viagem só emite o bilhete depois da autorização do servidor público. Portanto, a fiscalização, a responsabilidade pelo preço é do servidor público, o agente de viagens informa, tem mecanismos de fiscalização e autoriza a emissão dos bilhetes.

E por último, acho que não existe permissão de experimentar o ilícito, nem economicidade fora da lei.

Como é um modelo ilegal, irregular, não há o que se discutir, porque senão cada um faz o que quer. Daqui a pouco o Governo vai à quitanda da esquina porque a laranja é um pouco mais barata do que o contrato lícito dele, que é fiscalizado, comprar lá.

Aí são os gastos do Governo Federal, como coloquei, de passagens e diárias em 2014. O Governo Federal, no Poder Executivo, gastou R$1.240 bilhão; o Legislativo, 52 milhões, e o Judiciário, 69 milhões. Soma-se, desculpe-me, Senador, preciso só de mais um minuto para encerrar, a mais de 1,5 bilhão. Esses são dados do Ciaf, são dados oficiais do Governo, fornecidos pela Marques Consultoria.

Também cai totalmente por terra o que foi colocado de que nove agências atendem 49%, de que é um mercado restrito. Como eu tenho 1,5 bilhão de compras concentrado em nove agências? São mais de 600 contratos.

Então, o que limitou o planejamento a fazer, e como a pesquisa indica, foi o corredor de alguns Ministérios aqui. É o que me leva a crer, porque uma magnitude dessa e me dizer que meia dúzia de agências atende, desculpe-me, mas isso é uma balela, isso não existe.

Chegando ao final. Tudo isso tem um impacto. A gente está passando a inviabilidade de participação da micro e pequena empresa no processo de credenciamento, inviabilizando totalmente o direito adquirido através da Lei Complementar 123.

Então, quando se concentra, quando se faz isso, você exclui da possibilidade de trabalhar, de vender, de ter a sua empresa aberta, vou dizer, 99,9% do mercado.

Queda na receita tributária. Por quê? Porque, nesse modelo novo, foi dada às companhias aéreas a isenção da retenção da Lei Kandir.

As agências, em função disso, diminuem seus investimentos em capacitação, reciclagem, demitem. E o principal e mais grave: o fechamento de diversas agências de turismo no Brasil, causando demissões e crise no setor. O que já vem acontecendo.

Só no Distrito Federal, nós já tivemos mais de 400 demissões nesse período em função da central de compras.

O que a gente pede, e aí até apela aqui encarecidamente, a imediata suspensão das atividades da central de compras no atual modelo, volta dos processos licitatórios de acordo com a Lei de Licitações, extinção total do modelo de credenciamento e compra direta – entendemos que é completamente ilegal –, aplicação das benesses concedidas às companhias aéreas, como isenção de retenção de impostos e pagamento via cartão de crédito para as agências de viagem.

Hoje, as agências de viagem são substitutas tributarias das companhias aéreas. O que acontece? Quando o Governo me paga depois de 90 dias, porque sempre há um atraso, normalmente o prazo é de 30 dias, mas você não recebe antes de 90, as agências de viagens são obrigadas a receber com a retenção do imposto devido. A companhia aérea, não. Quando se dá essa forma de pagamento às companhias aéreas por cartão de crédito, você está pagando antecipadamente o bilhete. As agências de viagem além de terem que dar garantias ao Governo, à companhia aéreas, terem que pagar suas faturas de 10 em 10 dias, porque senão a companhia aérea corta o seu sinal, elas demoram cerca de 90 dias para receberem do Governo Federal.

E o mais importante que a gente reivindica é o direito sagrado e constitucional de trabalhar, gerar empregos e contribuir para o crescimento social e econômico do País.

Obrigado, Senador.

Obrigado a todos.

E desculpem-me se me excedi um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Vamos passar a palavra ao Sr. Lamarck Freire Rolim, Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do Distrito Federal (Sindetur-DF), para fazer a sua exposição.

O SR. LAMARCK FREIRE ROLIM – Muito bom dia a todos.

Senador Hélio José, eu o cumprimento e o agradeço por esta oportunidade

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Só um minuto.

Eu queria a cópia dessa questão da CGU para distribuir para todos da Mesa. Peço essa gentileza.

O senhor já tem cópia? Então, distribua para todos da Mesa, por favor.

Estou sendo avisado aqui que, de acordo com as regras regimentais do Senado, eu gostaria que o nosso público não se manifestasse, porque essa é a regra da Casa. Mas fico agradecido pelo comportamento bom de todos.

Vamos continuar a nossa audiência pública, ouvindo o Sr. Lamarck Freire Rolim – o seu tempo se reinicia, Lamarck. Obrigado.

O SR. LAMARCK FREIRE ROLIM – Muito obrigado, Senador.

Eu agradecia a V. Exª pelo convite, em nome de quem cumprimento e agradeço todos os componentes da Mesa, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, meus caros colegas e amigos do turismo.

Senador Hélio José, o meu companheiro Hugney Velozo já fez as colocações econômicas, já fez uma fala abrangente sobre o tema, de forma que eu gostaria agora de fazer as colocações jurídicas sobre esse tema, que muito nos aflige, mas que, principalmente, precisa ser esclarecido para os nobres Senadores.

Nesse contexto, então, eu franqueio a minha fala ao nosso jurídico do sindicato para que as colocações sejam feitas de forma jurídica, coerente e clara para todos os membros aqui presentes e que nos ouvem através dos outros meios de comunicação.

Nesse contexto, passo a palavra para o Dr. Jonas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.k. Quem é Dr. Jonas?

Por favor, Dr. Jonas, eu gostaria que o senhor viesse ocupar aqui o lugar, porque é tudo gravado. Então, o senhor pode sentar na primeira fila aqui, com o Sr. Lamarck Freire Rolim. Por favor, Jonas.

O SR. JONAS LIMA – Bom dia, Senador Hélio, demais Senadores, demais presentes.

Eu pediria apenas para deixar a apresentação suspensa, porque vou agilizar uns comentários e, no final, tenho só uma tela para apresentar. Na verdade, vou apenas agilizar umas informações aqui verbalmente, e, no final, será apenas realmente um resumo.

Agradeço a oportunidade.

A questão envolve coisas ligadas à economicidade, tão falada, coisas ligadas à legalidade – sem legalidade, não tenho nem que falar em economicidade –, e vou falar alguns números só para esclarecer esse assunto da economicidade. Não posso deixar passar.

Na verdade, esse projeto começou depois de 15 dias – digo o projeto com edital –, nasceu 15 dias depois que as companhias aéreas divulgaram o balanço de que estavam em prejuízo ano passado. Correu tudo a toque de caixa, e foi realmente algo impressionante em termos de rapidez.

Agora, deixem-me falar dos números.

A Ministra Miriam Belchior esteve aqui no Senado. Quando ela falou do Orçamento deste ano, ela disse – e eu tenho aqui o timbrado da Receita Federal – que seriam R$19 milhões de desonerações tributárias só em 2014. Para onde foi essa conta? Isso era a estimativa do que planejaram lá atrás. Eu vou falar e mostrar os números – timbrado da Receita Federal.

Quando eles foram fazer o projeto... Eu sei que vocês vão falar, talvez alguém vá falar que isso é porque eles apenas pagam depois o imposto. Mas eles pedalam com o dinheiro público. Que fique claro isto: as companhias pedalam com o dinheiro público. Mas dados oficiais da Receita Federal: R$19 milhões em 2014.

Segunda coisa: contrataram um sistema igual ao de agência, da empresa Envision, R$2,6 milhões, e há gastos contínuos. Porque hoje, para cada bilhetinho que se emite e que se altera – que se altera, não, porque não se consegue alterar. Cada bilhete saiu, na licitação, entre R$2,35 e R$2,44. E isso, em R$0,1 ou o que fosse, vocês têm a comprovação do mercado de que é exequível. O TCU já falou que é exequível, e o TRF 1, de Brasília, também. Então, de inexequibilidade não há mais que se falar, porque está documentado em texto, em vários acórdãos, na Justiça Federal, em primeira instância, em segunda instância, o 0,1, e sem fraude. Sem fraude! Se há fraudes, apurem as fraudes, o.k.?

Mais para frente, vejam só: contrataram uma agência de viagem porque viram que não dava para fazer tudo contratado direto. Então: "quem vai emitir o bilhete na hora do almoço?" "Não tem ninguém, nenhum servidor público para comprar o bilhete, para intermediar o bilhete para outra pessoa." Aí contrataram a agência de viagem.

O que fizeram? Quando contrataram a agência de viagem, valores: R$5,00, quando se está pagando 0,1. São 5.000% de sobrepreço. Para onde vai esse dinheiro? Bilhetes internacionais: R$15,00 por cada pedaço. Veja, se você vai de Brasília para Guarulhos e de Guarulhos para Nova York, você tem um trechinho daqui para Guarulhos e um trechinho de Guarulhos a Nova York. Já deu 20 só nesse bilhete. Essa conta tem que ser feita, e não foi feita.

Os acordos comerciais. Esses acordos são uma coisa da China! Vejam só: GOL, zero nos promocionais. Como o Governo é obrigado a comprar no promocional, é muito interessante esse acordo, porque zero para os bilhetes que já são mais baratos! Por que essa conta não foi considerada? São 3% e 5%para os outros bilhetes, intermediários e os mais caros. Por que isso não foi considerado? Isso é o que vale. Não é 64.

Quase fiz uma representação criminal. Eu avisei no plenário do TRF que eu ia fazer – já disse isso verbalmente – se continuarem falando sobre isso. O acordo equivale a zero – foi assinado um contrato – nos promocionais. É um negócio bem interessante: "eu lhe dou zero no que já te vendo mais barato, porque você tem que comprar o mais barato." São 5% e 3% para os outros bilhetes. Esse aqui é da GOL. Da Azul, 3% e 5% também; da TAM, 3% em conduta linear.

Outra coisa: falam que é pouco reembolso. Só que tenho que falar um detalhe: se eu errar o bilhete e tiver que alterar, eu não consigo! Eu não consigo! Eu tenho que comprar um bilhete novo e cancelar o outro. Se o Ministro vai viajar, tenho que fazer um outro bilhete. Como é mais barato que se compra, perde-se 100% da tarifa, que é promocional; ou perde-se 50%. Vão falar: "é pouco reembolso." É pouco? Você tem disponibilidade, interesse para perder dinheiro? Para perder dinheiro, para jogar dinheiro fora? Com a agência de viagem, você altera um bilhete, você o coloca para frente, remarca e aproveita o valor que já pagou. Com isso aqui, você perde o bilhete todo, porque você tem que comprar do mais barato, e, em relação ao mais barato, a companhia diz: "não reembolsável."

Perda de dinheiro público! Para onde foi essa conta? Avianca, Azul. Todas têm políticas que perdem 50%, 100%.

Outra coisa: a agência de viagem monta uma viagem inteira para você. Isso aqui – estou mostrando a tela – emite um trecho um a um, os pedacinhos, se você vai de Brasília a São Paulo e ao Rio depois, você vai pagar duas ou três taxas para um pedaço, para outro pedaço, para outro pedaço. Para onde vai essa conta? É mais oneroso. Além disso, se você errar, vai ter uma série de prejuízos.

Sobre economicidade. Vou agilizar aqui. Pedi, via CGU, e tenho as duas planilhas usadas para enganar o STJ, o TRF, a Justiça Federal de Primeiro Grau e o Plenário do TCU, que só derrubou as cautelares porque – vocês podem pegar a gravação – houve fala dizendo "27% de economia comprovada". Mentira! A planilha foi

montada com dados de 2013 e 2014. Pensem: como é que se compara um bilhete de 2013 com um de 2014, se um avião tem 50 variações de preço em um mesmo voo? Como é que se faz isso?

Essa planilha dá vergonha! Enganaram o TCU. Por isso que esse negócio não parou na época, porque colocaram planilhas com preços não comparáveis. Para um preço ser comparável, você tem que ter o tempo que eu reservo, o tempo que eu emito, a classe tarifária, se tem escala, se por acaso ele foi emitido dentro de algum período de promoção fora do normal, regras tarifárias de reembolso ou não. Há muita coisa. Não dá para comparar bilhete só porque se está no mesmo avião e no mesmo voo, não!

Aliás, tenho aqui no *Estadão*: "Um avião, 50 tarifas e muita matemática." Então, que enganação é essa? Eu posso montar uma planilha; e eu já montei e coloquei nos processos todos uma planilha daqui. Eu fiz uma planilha com uma simulação. Peguei um bilhete da TAM e fiz uma simulação: "quero 72% de diferença no bilhete." Montei o bilhete. Só troquei – está aqui a tela – o dia da semana. Fiz desta semana para a próxima. Um bilhete é R$1.000 e o outro, R$159,00. Economia de 72%. É fácil enganar!

Isso aqui é uma vergonha! Não existe essa economicidade. Economicidade é o que está nos acordos, e a Selog disse: "são o dos acordos." O Ministério Público disse: "não consegui chegar à conclusão porque não provaram."

Portanto, essa economicidade, agora, vai ficar para trás, e há muitos custos ocultos. Por exemplo, as companhias aéreas estão emitindo certidões a períodos pulados. Peguem as certidões e vocês vão ver. A toda fatura que se paga, a agência de viagem tem que mostrar se está em dia, na parte trabalhista e fiscal. As companhias aéreas estão pulando os meses. Passa um mês, dois meses, vai lá e pega outra certidão. Isso é pedalar com o dinheiro público! Isso é indisponibilidade do interesse público! Não pode! Não se pode deixar isso acontecer. Ninguém tem a liberdade de fazer isso. "Pago a você na frente com cartão de crédito.""Fique me devendo, fique irregular na parte trabalhista. Não vou multá-lo." Foi retirada a multa do contrato. Aliás, há algo interessante: se vocês olharem, verão que é o único contrato no Brasil em que não há penalidade, não há multa, não se pede idoneidade. Eles nunca serão punidos. Isso é bastante interessante.

Então, fizeram um pedido à Ministra Miriam Belchior, e ela fez um ato administrativo interessante: "Será comprado bilhete por agência ou diretamente." Como é que uma Ministra pode criar uma dispensa de licitação? Ali está a palavra "ou", que significa dispensa de licitação. Já viram isso? Já viram um ato administrativo criar dispensa de licitação? Isso não existe.

Há outra coisa. Olhem só os comentários da Selog – estou citando documentos: "[...] retornam as tarifas com condições personalizadas". Ele confia no *tour code*. Quando você confia no *tour code*, a companhia sabe que você é o rico cliente Governo e vai oferecer-lhe bons bilhetes. "Está bom. Você vai me dar zero, três e cinco em cima de qual tarifa? Você mesmo vai me dar? Quem vai fiscalizar?"

Olhem só: essa ferramenta, esse formato é baseado num código. Quando o código é inserido, ele sabe que é Governo, que é um bom cliente, que é o melhor pagador: "Vai pagar na frente. E ainda posso ficar devendo imposto para ele. Então, vou apresentar bons bilhetes para ele." Só que o desconto é em cima de quê? Dos 50 preços que um avião tem, qual? Como é que se consegue a transparência de que tanto falam?

Na verdade, vou falar já de transparência. Transparência, não a quiseram. Tinham a ferramenta para fiscalizar, determinada e sugerida pelo Ministro Raimundo Carreiro no Acórdão nº 903. Não quiseram fiscalizar conforme a Portaria do Ministro Paulo Bernardo nº 505, de 2009. Desde 2009, o Governo Federal não fiscalizava os contratos, não olhava as passagens, não via os preços reais da tarifa oficial. Agora, tem a ferramenta para fiscalizar, em paralelo, o contrato das agências de viagem, mas mata os contratos. Ao invés de fiscalizar, por preguiça e ineficiência não fiscaliza! Como é que pode fazer isso? Você não pode abrir mão do dever inscrito no art. 67 da Lei de Licitação. Você tem de fiscalizar, e não matar a licitação! Então, isso está errado.

Há outra coisa: pagam com cartão de crédito. Vocês sabem como volta o reembolso para o cartão de crédito? Vou mostrar aqui: R$96,00, R$38,00, R$21,57. Qual é esse dinheiro que está voltando para o cartão corporativo? Não sei. É taxa de embarque? Se perdi 90% do bilhete, ou 30%, 50% ou 100%, não sei! Não vou fiscalizar! Para mim, é festa! Há vídeos gravados na internet – tenho um dossiê – dizendo: "É muito bom, porque não preciso mais ver nada."

Olhem só, olhem a aberração: é o único contrato no Brasil bilionário sem fiscalização! Prestem atenção! Quando fizeram as primeiras apresentações, disseram que essa era uma fiscalização facultativa. Já viram isto, fiscalização facultativa por amostragem?

Olhem só, a questão é a seguinte: não posso deixar de fiscalizar nem um bilhete, porque a portaria do Ministério do Planejamento que existe desde 2009 dizia que deveria ser fiscalizado todo bilhete antes que ele fosse emitido ou na hora de emiti-lo.

Era o preço oficial da tarifa. Tudo que a gente está falando aqui cai por terra.

Perdoem-me! Com todo respeito a todo mundo, só estou resumindo.

Por que não emitem o preço oficial da tarifa? É só isso! A gente está discutindo uma coisa que é primária! Tem de se emitir o preço oficial! Não se tem de falar em economicidade, em roubo, em fraude nem em inquérito. Discute-se o inquérito, mas hoje há uma questão prática: hoje temos de emitir ao preço oficial. Veja o preço oficial e contrate a agência, porque ela não pode ser banida.

Vou pedir para falar aqui... Vou pedir a minha única tela. Já agradeço ao pessoal aqui.

Faço alguns comentários. A agência tem o mesmo sistema, disponibiliza, como fez no TCU e em outros órgãos, o mesmo sistema de emissão *on-line*: *self-booking* e *self-ticketing*. Por que estão falando que a agência não tem isso? São 72 horas de vantagem. Cartel! Fez propositadamente para banir licitação. Em 72 horas, elas podem dar. Elas só não o fizeram por que não quiseram.

Há outra coisa: se há preço abaixo da linha de mercado, isso configura cartel com *dumping*. Elas dominam 95% do mercado e fizeram cartel com *dumping* para banir licitação. Isso é vergonhoso, é inconstitucional, é imoral!

Então, o projeto esconde muito mais do que foi aqui falado.

Agradeço muito. Perdoem-me a exaltação. É pelo tempo curto.

Mas olhem só: os bilhetes são os mesmos. As agências são reguladas, são registradas no Ministério para exercer atividade regulada, emitem os bilhetes, respondem, alteram bilhetes, gerando menos ônus para a administração.

E há a questão central: vai ter de ser emitido no preço oficial da tarifa. Para que discutir economicidade, à qual não se chegou até agora? E não se vai chegar mais a isso! Como é que podem comparar agora, se as agências já morreram?

Então, vamos falar agora do que está antes dessa tela. Como é que você vê uma licitação em que Judiciário, TCU, Ministério Público... Os bilhetes, na hora do almoço, são emitidos licitados; os bilhetes, no horário de expediente, são emitidos pela compra direta; os bilhetes, à noite, são licitados; os bilhetes, no sábado e no domingo, são licitados.

Vocês já viram isso na Lei de Licitação? Tem isso na Lei de Licitação? Ah, eu posso comprar pela internet". Tem isso na Lei de Licitação? Posso comprar remédio, posso comprar carro, posso comprar livros da Saraiva, posso comprar qualquer coisa na internet? Isso não foi alterado na Lei de Licitação. Aliás, foi banido esse sistema antigo. Quando aprovaram a Lei de Licitação, foram dois anos de discussão, e apagaram isso, excluíram! O Senado e a Câmara tiraram isso daqui.

(Soa a campainha.)

O SR. JONAS LIMA – Sobre a apresentação: vejam que não existe... Eu vou concluir em um ou dois minutos.

Vejam só, duas partes: como é que você pode ter uma parte lá que é *dumping,* cartel em um credenciamento na primeira parte? Se esse projeto inovou, se tiver a cauda dele, que é uma licitação, digam-me onde é que está, na Lei de Licitações, esse formato. Não adianta citar exemplos até díspares – e não é isso que acontece – de Estados Unidos e outros. Na verdade, adianta a gente ter que cumprir Estado de direito no Brasil. Não existe esse formato aí não!

Outra coisa: essas duas leis reguladas não podem ser afastadas. Se não podem ser afastadas, como é que eu tenho legitimidade de licitação? Elas não podem ser afastadas; então, não há como ser credenciamento, nem credenciamento junto com agência e companhia aérea.

Eu vou deixar isso com a Comissão. Isso é um resumo. O Congresso retirou a contratação do concessionário de serviço público intencionalmente! Intencionalmente! Então, não pode ressuscitar uma coisa por ato administrativo, senão você estaria administrando e legislando ao mesmo tempo.

Eu agradeço a oportunidade. É um resumo, e não se pode deixar de ter inclusive uma coisa: função social dos contratos administrativos, Lei Complementar 123/06, Lei 146. Estão acabando com essas leis, porque tem desenvolvimento regional. A agência não gera desemprego só em Brasília, não; pensem se isso se espalhar para Estados, Municípios e todos os entes públicos. Pensem aí o tamanho disso. Não vai ser R$1,3 bilhão, não; vai ser muito maior – e fora da lei.

E não existe questão central – em vermelho ali. Onde é que está esse modelo que eu tenho uma coisa não licitável? Só pode ser feita artificialmente se eu depender da licitação. Como é que pode isso? Esse formato não existe.

Agradeço. Não se pode compactuar com *dumping* praticado por um cartel que domina mercado relevante, que é Governo, para matar canal de venda que tem regulação e lei própria! Isso não se tem liberdade para fazer. É inconstitucional, é ilegal o projeto inteiro e deve retornar ao mercado a abertura, nem coexistindo credenciamento com agência junto.

Eu agradeço e perdoe-me pela exaltação, mas é falar rápido para caber no tempo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço a fala do Sr. Lamarck. Eu dei os dois minutos para qualquer um que não conseguisse encerrar. Você conseguiu encerrar antes dos dois minutos que eu havia lhe dado.

Concedida a palavra a todos, como não há nenhum Senador inscrito e nenhum está presente aqui, à exceção de mim,excepcionalmente, quero questionar: há três pessoas no plenário que queiram falar por três minutos? Se quiser, levante o dedo. Agora! (*Pausa.*)

Não?

Então, vamos retornar à fala em ordem contrária à apresentação feita. Vamos ao nosso querido Frederico, que pode falar até 5 minutos, para responder, para fazer sua consideração final, colocar sua posição.

Chamo o nosso Frederico Julio Goepfert Junior para fazer sua exposição, seu agradecimento e encerrar sua fala, em até cinco minutos.

O SR. FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR – Quero agradecer ao Senador pelo convite.

Deixo reiterado aqui, mais uma vez, que, no Tribunal de Contas, o processo está aberto, não há julgamento ainda.

Quero reiterar, mais uma vez, a complexidade do processo. Nós sabemos que há uma consequência grande da decisão desse processo, que nós chamamos, no controle, relevância, risco e materialidade; há questões de possíveis desempregos, e, na situação em que o País está, o tribunal está sensível a isso.

Mas vai haver um julgamento técnico. Tanto é técnico e independente que são três pareceres distintos quanto à legalidade, que é algo que o advogado da Abav diz. Nós tivemos várias reuniões, o Jonas esteve no tribunal – acho que posso brincar – dezenas de vezes, não é, Jonas?

A primeira questão que eu vejo nesse processo é que o Plenário do Tribunal tem de definir se é legal ou não. É a primeira questão, que é complicada, pois são três pareceres distintos. Repito: o parecer da Selog entendeu que esse modelo é regular, e o modelo regular no contexto como um todo. E aí eu vou fazer só uma ponderação, para deixar mais claro isso para todos. A administração tem uma necessidade – é assim que funcionam as compras públicas – e, diante da necessidade... Qual a necessidade nesse caso concreto? Transporte de seus servidores e de autoridades. Esse transporte é feito pelas companhias aéreas – esse é o fim. O que acontece? O credenciamento vai ter que ter um complemento. Então, nós na Selog entendemos que isso é casado, o credenciamento não existe sem o Pregão Eletrônico nº 2, de 2015. Isso é o entendimento da Selog. É óbvio que vai ter de ser discutida a parte jurídica. É um modelo totalmente novo, e não está escrito na lei, como o próprio Jonas falou, mas a lei tem de ser aplicada no caso concreto. Essa é a missão do Tribunal. Este é o papel do Tribunal: ele vai pegar um caso concreto em que o Governo contratou dessa maneira e vai julgar. Agora, é óbvio que não há como falar em credenciamento sem o Pregão Eletrônico nº 2, de 2015, porque, realmente, há uma complementariedade. Nós chamamos isso de solução, a solução foi entendida pela Selog como regular. Por outro lado, a nossa Secretaria de Recursos foi pela tese, repito, da irregularidade completa do modelo. Então, são dois pareceres distintos. Isso traz uma situação bastante interessante, porque o Plenário do Tribunal vai ter oportunidade de discutir isso profundamente, porque são duas teses bastante distintas, e as duas estão no processo. E, para complicar um pouco mais, o Ministério Público, junto ao Tribunal, como eu falei...

(Soa a campainha.)

O SR. FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR – Perdão, mais um minuto, Senador.

O Ministério Público vem com uma terceira tese, que diz que o credenciamento é válido, só que vai ter que chamar as agências. Se isso é operacional, isso é outra questão; se isso é econômico, isso é outra questão.

Para finalizar, em se tratando o credenciamento como legal – e aí vou trabalhar aqui a legalidade –, esse estudo da vantajosidade, Senador e plateia, vai ter de ser feito com um acompanhamento *pari passu*, muito detalhado, para verificar, realmente, qual a vantajosidade. Existem indícios de que há ganhos, e existem custos também. Então, isso vai ter de ser contabilizado para uma posição mais contundente, seja lá de quem, com apoio da CGU, do TCU, do Ministério Público, dos órgãos de controle.

Esse é o cenário. O Tribunal está aberto. Mais uma vez, agradecemos a oportunidade. O Tribunal, mais uma vez, se mostra, Senador, à disposição de qualquer discussão nesse nível. Esperamos que, para o interesse público e para a Nação, a decisão seja a melhor possível e que atenda ao interesse maior da Nação.

Só faço uma observação, que é um sentimento próprio meu, neste momento. Eu conversei várias vezes com o Jonas, que é o advogado da Abav. Esse processo precisa ser julgado. Ele está maduro para ser julgado. Por que eu falo isso? Porque os dias estão passando, a situação vai se concretizando. Vou tomar a liberdade de falar isto, podendo até cometer um erro aqui: ele não vai morrer nessa decisão. Eu tenho quase certeza. A

decisão, para qualquer lado que vá, se for contra os interesses das agências, a Abav vai entrar com um recurso contra a mesma; se for contra a Central de Compras, ela vai entrar com recurso.

Então, o processo ainda vai ter mais uma discussão interna ao tribunal. Ele não vai esgotar-se aqui. Pela natureza e complexidade, pelo o que já foi investido pelas partes – tanto pela Central de Compras, quanto pela Abav – de esforço, no processo, ele não vai ter fim no primeiro julgamento. Ele vai ter um segundo julgamento.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Dr. Frederico, qual é o outro parecer? Tem o da Selog, o da Secretaria de recursos...

O SR. FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR – Senador, o processo originalmente é instruído na Selog, porque esta é a Secretaria, como eu disse, que recebe as denúncias e representações de licitação.

Ocorre que, nesse processo, na primeira cautelar, a Abav entrou com um agravo. Como a cautelar foi suspensa pelo Plenário do Tribunal, ela entrou com um agravo. Ela poderia "matar no peito", vamos dizer assim, e fazer a instrução do agravo, mas ele quis uma opinião mais abalizada e remeteu o processo para a Seru, que é outra Secretaria, também nossa, totalmente independente. Todas as secretarias são independentes – mas aí, vocês podem dizer que o tribunal está com duas, três, posições divergentes –, porque todas são técnicas e independentes; nenhuma se reporta à outra, com todo o respeito existente, mas os pareceres são técnicos.

A Seru fez um trabalho de série de cautelar mais aprofundado, bastante contundente. E o último membro é o do Ministério Público, que é independente também, junto ao tribunal, representado pelo Procurador Lucas Furtado, Professor de Direito Administrativo, doutrinador de licitações e contrato, que também trouxe um terceiro parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Resumidamente, o da Selog, a posição de cada um dos três pareceres...

O SR. FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR – A Selog conclui pela regularidade do modelo de credenciamento, com o pregão complementar. É claro que a vantajosidade vai ter de ser, como foi colocado aqui... Não vai haver condições de afirmarmos absolutamente nada neste momento, a não ser o que está no nosso relatório, que são os descontos corporativos: o prazo de 72 horas, a melhoria na transparência, custos averiguados a essa questão tributária, possível utilização do cartão de crédito de uma maneira... Há menção de que o cartão de crédito poderia estar sendo pago realmente em atraso. Se isso for verdade, é claro que o problema não é do credenciamento, mas isso precisa ser pontuado.

O parecer da Seru é pela ilegalidade total e também pede um aprofundamento da vantajosidade.

O parecer do Ministério Público é pela legalidade, como alternativa do credenciamento – só lembrando, Senador, que o credenciamento original é apenas companhia aérea –, e diz que, para ser completo e válido, tem de se abrir para todas as agências que queiram participar.

Então, são esses os três pareceres.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

Vamos passar a palavra agora à Drª Virgínia Bracarense, do Ministério do Planejamento por até 10 minutos.

A SRª VIRGÍNIA BRACARENSE LOPES – Obrigada.

Bem, vou referir-me a alguns pontos comentados na Mesa.

Inicialmente, vou falar da questão da legalidade. Estamos aqui diante de uma forma de habilitação das companhias, porque, lembrando, credenciamento não é contrato, mas uma forma habilitatória das companhias aéreas, um procedimento que pode não estar previsto na legislação, mas, como já foi comentado, tem toda uma construção, e já há uma aceitação em julgamentos, inclusive pelo próprio Tribunal de Contas, quanto à sua regularidade e legalidade, uma vez que temos de fazer a aplicação da legislação ao caso concreto, lembrando aqui que não estamos falando de uma dispensa de licitação, até porque a Lei nº 8.666 nos coloca um rol taxativo de quais seriam essas possibilidades.

Estamos falando aqui de uma inexigibilidade, com todo um embasamento suficiente jurídico, no sentido de que ela se demonstra no mundo fático e não exaurida no mundo jurídico. Temos alguns debates, mesmo que o processo não tenha sofrido ainda o julgamento de mérito, mas já tivemos alguns debates em plenário do Tribunal, com manifestações de alguns Ministros.

Então, é muito importante trazer isso em mente. Como, por exemplo, foi o caso do Ministro Benjamim Zymler, trazendo que o tribunal já julgou casos muito mais complexos de credenciamento, como a questão de oficinas para a manutenção dos veículos da administração. Não estamos falando aqui de uma construção absurda e não aderente à nossa legislação.

O segundo ponto se refere a quando comentamos a questão de cartel. Quando dissemos que o mercado tem quatro companhias detentoras de 90% do mercado, não estamos falando de cartel, mas de um mercado oligopolizado.

Temos isso registrado em toda teoria econômica, inclusive descrito em material do próprio Cade, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, e do Sistema de Defesa à Concorrência. O cartel seria a união das empresas para a prática de preço similar, para que elas tenham um acordo entre si, e não necessariamente um mercado oligopolizado leva a uma situação de cartel.

Outro ponto é a questão do *ticket* médio e dos dados trazidos aqui. No Ministério do Planejamento, em qualquer um dos dados disponibilizados até hoje, sempre foi feita a referência sobre qual é a fonte, qual é o recorte temporal, a base e toda a metodologia utilizada por ele.

Então, precisamos ter muito cuidado quando trazemos números soltos, sem uma referência, porque esse fato leva a atender que estamos sendo contraditórios. Na verdade, não se trata disso. São dados calculados, conforme bases temporais diferentes, com metodologias diferentes.

Assim, quando dizemos que temos uma economia de até 64%, é uma comparação de um trecho específico, de valores referenciados entre anos diferentes. Então, estamos aí diante de uma situação de comparativo.

Outra situação é quando o Ministério traz, como trouxemos aqui na nossa apresentação, um desconto médio de 20%, em que calculamos, como disse, bilhetes totalmente idênticos, registrados dentro do nosso sistema.

Trata-se de um sistema público e aberto, em que toda a documentação está disponível para qualquer interessado, que passa por toda a auditoria da Controladoria Geral da União e de qualquer outro órgão de controle da própria sociedade.

Então, precisamos ter esse cuidado, especificamente quanto à questão do *ticket* médio. Aí, com bem disse, a referência é de dados registrados no nosso sistema de passagens, de janeiro a outubro. O nosso *ticket* médio, abstraindo daí um pouco as incorreções que toda média causa e toda consolidação de trechos diferentes com comportamentos diferentes traz, é de R$541,00.

A nossa Lei nº 123 está totalmente respeitada, uma vez que a própria agência que ganhou a licitação é uma empresa de pequeno porte. Temos de lembrar sempre que estamos numa situação de modernização. Não podemos impedir a administração de evoluir, assim como os mercados e o nosso próprio mundo.

Quem de nós, hoje, utiliza uma agência de viagem para fazer a emissão de um bilhete para uso próprio? As duas leis comentadas de política nacional de turismo e das agências de viagens trazem um rol de doze serviços que as agências podem prestar.

Então, o Governo só está declarando que ele não tem a necessidade de um serviço de agenciamento. Ele está lidando com mercados diferentes. Uma coisa é o Governo dizer que ele precisa de bilhete; outra, é ele dizer que ele precisa de um serviço de agenciamento.

Quanto à questão de isenção tributária, não falamos sobre isso. Temos uma legislação que retira do Governo temporariamente a obrigação de retenção tributária. Ela é feita. Caso isso não aconteça, temos os órgãos competentes, com atribuição para fazer essa verificação.

O modelo praticado com as agências é aquele em que o Governo é substituto tributário e as agências também fazem um recolhimento, criando todo um sobrecarregamento da nossa máquina por parte das companhias, porque começam a tramitar processos de crédito tributário, ampliando, assim, somente o custo administrativo.

Para encerrar a questão das certidões, não se trata de não verificar as certidões na hora de proceder ao pagamento, até porque precisamos lembrar que o pagamento não é feito do Governo para as companhias, mas para o Banco do Brasil, que é o seu fornecedor do meio de pagamento.

Cabe registrar que as certidões possuem uma validade. Então, a agência tem aquela garantia daquele *status* daquela certidão dentro daquele período. Em qualquer situação de irregularidade, como fazemos com qualquer outro fornecedor, temos a comunicação, oficiamos as companhias, qualquer empresa, para que ela tenha o direito de corrigir e justificar a sua situação.

Quanto à antecedência, como todos vemos, só verificamos na legislação do próprio Ministério do Planejamento e acatamos uma própria indicação do Tribunal de Contas de registrar que a administração tem de buscar as emissões com uma maior antecedência de 10 dias da viagem, para que tenhamos a garantia de bilhetes mais vantajosos.

Então, trata-se de uma prática para toda a administração, independentemente de estarmos falando de compra direta ou de agenciamento de viagem. Quanto a isso, não discordamos com nenhum ponto. Pelo contrário, tivemos um posicionamento aderente ao que o próprio tribunal e mercado nos sinalizam.

Obrigada. Agradeço a oportunidade. Também nos colocamos à disposição para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço à Srª Virgínia Bracarense, do MPOG.

Ao mesmo tempo, passo a palavra ao Ministério Público Federal, na pessoa da Ana Carolina Resende.

A SRª ANA CAROLINA RESENDE – Obrigada, Senador Hélio José, mais uma vez, pela oportunidade. Obrigada a todos vocês que estiveram presentes a este debate, que não é fácil realmente, como já foi dito pelos meus antecessores, que está indo no calor do momento.

Como já disse na minha primeira fala, o Ministério Público tem a preocupação de que a sua gestão seja eficiente, condizente com o que se espera dele, em termos de melhoria dos gastos públicos.

A menção feita pela colega do MPOG a uma situação particular é muito feliz, porque esperamos que usemos o dinheiro da sociedade da mesma forma que fazemos com o nosso, com os mesmos cuidados, inclusive em relação aos valores.

É lógico que a administração tem outra lógica, quando faz as suas aquisições, mas, nesse caso, parece-me que o objeto dessa contratação é transporte, e este não me parece ser um posicionamento jurídico meu, porque a instituição tem representantes em foros diversos, e cada um tem a liberdade. Como disse o Secretário do TCU, é possível que haja pareceres divergentes do Ministério Público sobre essa mesma temática.

A minha posição é a de que não há ilegalidade quanto a essa conduta do MPOG. Penso que ela atende, sim, à modernização que se espera da administração, não significando que não possa haver erros, equívocos, que devam ser corrigidos. E a fiscalização continua sendo necessária.

Sem dúvida, o fato de o sistema do Ministério ser próprio melhora, porque não é que você não possa auditar o sistema das agências, mas ela exige um maior esforço do que quando o sistema é próprio.

Então, estou dando aqui mais uma impressão intuitiva, em termos de economicidade, porque, apesar das falas veementes, do bom português, não imagino como possa ser mais econômico o Governo se valer das agências de turismo, como elas possam conseguir um preço melhor do que o da contratação do transporte direto com aqueles que prestam esse tipo de serviço.

Enfim, esse debate não se encerra aqui. É um debate que ainda vamos travar em outras esferas, não só do Tribunal de Contas, mas certamente do próprio Poder Judiciário.

Então, acho que todas as contribuições, até lá, são válidas, para que todos aqueles que venham a participar possam dizer seus posicionamentos com mais clareza.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecemos à Ana Carolina e ao Ministério Público.

Passamos a palavra ao Hugney Velozo, da Abav.

O SR. HUGNEY VELOZO – Bem, nas minhas considerações finais, gostaria de discutir alguns pequenos pontos.

Quando é colocado que o modelo adotado hoje pela central de compras propicia todas essas vantajosidades, tão bem colocadas e mostradas pelo Ministério do Planejamento, volto a afirmar que não há nenhuma comprovação desses dados informados pela central de compras. Não é a Abav que está dizendo isso. O TCU já disse isso; o Ministério Público, junto ao TCU, já disse isso.

Então, novamente, venho reafirmar aos senhores que é um dado completamente solto, sem nenhuma sustentação. A partir daí, é utilizado pelo Ministério do Planejamento, como principal pilar desse modelo, que, no nosso entendimento, é ilegal sim. É irregular sim, porque a Lei de Licitação prevê que todos devam concorrer, e que o edital garanta isso, de uma forma igual. Isso não acontece.

Quando existe uma concentração de contratos nesses valores tão bem mostrados, através do Siafi, a pequena e a micro empresa ficam impossibilitadas sim de atender ao Governo.

Quero dizer que a Abav não é contra a Central de Compras, mas contra o modelo adotado com a exclusão. A Abav não é contra a economia. A Abav não é contra a transparência. A Abav não é contra a modernidade, até porque o sistema, que custou R$2.6 milhões, licitado, está instalado em várias agências de viagem.

Ele nada mais foi do que um processo licitatório, que comprou, com dinheiro público, uma ferramenta, disponibilizada gratuitamente por muitos agentes de viagem.

Aí, várias e várias agências utilizam o mesmo sistema, inclusive com relatórios eletrônicos, *on line*, *full time*, para que seja consultado ali pelo gestor público.

Trata-se de uma justificativa com argumentos muito fracos, se me permitem, que muitas vezes faltam com a verdade e, na sua totalidade, excluem completamente a possibilidade de diálogo.

Gostaria de agradecer a V. Exª, Senador Hélio José, porque esta é a primeira vez que os agentes de viagem estão sendo ouvidos. É a primeira vez que o principal afetado por essa medida, por esse novo modelo, está sendo ouvido.

Quando se diz que é muito difícil a agência de viagem conseguir um preço melhor, é verdade, mas conseguimos um igual valor, até porque o transporte aéreo é uma concessão pública. Aí, o mesmo valor praticado pela companhia aérea é feito para todos os canais de venda e para todos os que utilizam o transporte aéreo.

Digo mais: cada um na sua. A expertise, o profissionalismo, o suor no rosto para se tornar um bom profissional, é do agente de viagens. Quem sabe emitir um bilhete, montar um roteiro, tem competência para isso, é o agente de viagem. Com todo respeito ao servidor público, acho que cada um deve ficar na sua.

Peço encarecidamente que o TCU julgue isso com a maior celeridade e que se interrompa imediatamente a operação da central de compras, porque, nesse espaço de tempo, pessoas estão sendo demitidas, empresas estão fechando, em função desse modelo, que é completamente ilegal e irregular, em que se criou uma figura de contratação jurídica nunca vista, que beneficia poucos em detrimento de quem realmente gera emprego, paga imposto, levanta todos os dias, às cinco horas da manhã, para abrir a sua agência, que dá total condição de trabalho.

Então, isso é muito preocupante. A função social do Estado, aqui, está sendo de matar e fechar as agências de viagem.

Muito obrigado a todos. Desculpe por ter-me alongado um pouco mais, mas este é um assunto que nos deixa perplexos e chateados.

Obrigado a todos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O senhor não se alongou não, Sr. Hugney, mas falou durante os cinco minutos dados.

Vamos passar a palavra ao nosso advogado, Jonas Lima, representando o Sindetur.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JONAS LIMA – Não consta nenhuma folha, nenhum credenciamento, de uma ausência de licitação baseada numa licitação. Isso não vai aparecer. Não há como inovar, até porque a Lei de Licitação e a Constituição não permitiria que acontecesse isso. Desafio alguém que me mostre, um dia, essa inovação. Quem é legislador? Quero saber onde está na Constituição, em algum processo já visto de credenciamento, uma coisa esdrúxula como esta: não licito, mas preciso licitar.

Como é que pode acontecer isso? Pra eles aqui, esses quatro que dominam o mercado, eu licito, mas, para o resto, preciso licitar, porque, senão, esse cartel não se sustenta. Então, é uma não licitação, baseada em licitação.

Mas olhem só: fiscalização, economicidade e gerenciamento. A ferramenta é a mesma. Prestação de contas eletrônicas, só por que não quiseram, quero deixar claro. O preço oficial é o preço da tarifa publicada.

Por essa discussão aqui que a gente está travando, eu agradeço, mas quero fazer a reflexão mais simples possível. Eu não sei por que se está perdendo tanto tempo. Olhem só: o preço é o preço oficial da tarifa.

Vejam lá, confiram! Vocês têm o buscador. Se eu estiver roubando, olhem lá.

Fiscalizem, quando forem emitir o bilhete. Não recusem, não emitam o bilhete errado. Por que não querem fiscalizar?

Então, outra coisa, se acham que não podem emitir, por que não fazem igual ao TCU, que tem um sistema que é de autoatendimento? A agência que está lá disponibiliza. Então, só por que não houve vontade.

A história toda se resume a isto aqui: não quiseram. Outra coisa, as condições que dizem que são vantajosas, simplesmente fruto do cartel. Por que é cartel? Porque se coordenaram para as condições iguaizinhas, de 0% a 3%, 5%, e, em condições de (*Ininteligível*.). É exatamente propositado para banir o canal de venda. É cartel, porque é uma conduta, coordenada nesse sentido.

Agora, olhem só, para fechar aqui. Eu queria ver se se dissesse que o Ministério da Saúde vai fazer acordos corporativos com os laboratórios para matar todos os distribuidores de medicamentos do Brasil. Vai ser muito bom. Quero ver o Ministério da Educação dizer: "Vamos comprar livros diretamente das editoras! Vamos banir distribuidora de livros!"

Quero ver fazer isso na área de computadores, de *software*. E por que não se faz? Porque não há permissão, nem constitucional, nem legal. Um formato que é uma aberração, uma coisa totalmente inconstitucional.

Então, na gestão é tudo possível, eletronicamente integrável. O sistema que está no MPOG é um sistema de agência. Eu não consigo entender, porque isso está parecendo tão complicado.

É um sistema de agência, é fiscalizável, o preço é a tarifa oficial. E não existe uma concessão em que de brinde eu ganhe venda para o Governo. Eu quero que me mostre uma concessão no Brasil em que eu seja concessionário e ganhe o poder de vender a Governo, não existe.

Então, não vai conseguir inovar por causa disso, porque a lei não permite. Então, não existe acordo corporativo em parar uma fábrica.

Outra coisa, esse credenciamento não se compara a nada que foi feito antes. E simplesmente o que se tem que fazer é emitir com mais antecedência os bilhetes e fiscalizar, porque essa regra que não vinham cumprindo há mais de cinco anos, agora há mais de cinco anos.

Então, deixaram de fiscalizar e preferiram matar a licitação. No fim de tudo, é isso. O formato não tem estação legal, a gestão e fiscalização podem ser plenas, inclusive melhor do que as agências.

Olha só, fala-se que a agência está roubando? Vamos simplificar: como é que vocês sabem o preço oficial dentro dos 50 lugares de um avião – e eu estou falando de lugares em preço –, eu quero saber qual é o preço real? Qual é o preço dos 50 em que aplicaram desconto?

Não sabem. Então, estou voltando a insistir. É uma gigantesca lacuna o contrato bilionário sem fiscalização. Isso é vergonhoso – é vergonhoso!

Então, a reflexão fica aqui. Eu agradeço. Tem que parar.

E uma última questão: não existe contrato unificado. A agência de viagem que está lá simplesmente pegou os contratos do mercado, reuniu e espalhou de novo. Vocês refletiram sobre isso?

Olhem só a falácia.

(Soa a campainha.)

O SR. JONAS LIMA – "Não, é que eu contrato às quatro e aí contrato uma que me sustente." E esta detém os contratos espalhados todos, porque ela quebra o galho em todos.

Então, no fundo, os contratos saíram de todo o mercado e foram para uma só, criando monopólio, cartel, *dumping*, sustentado por monopólio. Essa figura não pode acontecer, e fiscalização em preço oficial já existe. Não há motivo prático e vantagem nenhuma, porque já é fiscalizável o valor oficial da tarifa.

Há que encerrar a discussão por isso. Não há motivo, de fato, e não há permissão de direito para fazer. Obrigado.

O SR. LAMARCK FREIRE ROLIM (*Fora do microfone*.) – Presidente, só fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Você tem um minuto.

O SR. LAMARCK FREIRE ROLIM – É porque, além de tudo isso que foi dito, é importante que se diga que o Governo está indo no sentido contrário com relação à compra. Veja, foi falado aqui da economicidade e de tudo mais, mas nenhuma grande empresa privada que utiliza os serviços aéreos das empresas aéreas, evidentemente, nenhuma compra com a empresa aérea nenhuma. As grandes empresas do Brasil, e são muitas, Senador, todas elas utilizam as agência de viagem.

Agora vamos pensar se a iniciativa privada, com todo o respeito ao Governo, muito mais cuidadosa na sua formatação, que é muito mais cuidadosa com o seu dinheiro gasto, utiliza a agência de viagem, como o Governo consegue dizer que há economicidade, que é melhor comprar direto de uma central de compras se nem o ente privado, as grandes empresas, as grandes corporações fazem isso? Está errado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado.

Eu queria só saber se o MPOG, o TCU ou o MP quer falar sobre mais algumas questão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Então, eu gostaria de agradecer a todos e dizer que foi altamente esclarecedora a nossa audiência pública, foi importante.

Agradeço à Abav, agradeço ao Sindetur, ao MPOG, ao TCU e ao Ministério Público Federal por terem feito aqui para nós essas exposições altamente esclarecedoras.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 39ª Reunião da CDR.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Está aprovada a ata.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Não havendo mais nada a discutir aqui hoje, damos por encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE CINCO DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Simone Tebet, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Elmano Férrer, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Donizeti Nogueira, Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, José Medeiros, Wellington Fagundes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 40ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. A Senadora Simone Tebet requer inversão de pauta para apreciar primeiramente o item 07 da pauta, consultado o Colegiado é aprovado a inversão de pauta. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2015 - Não Terminativo – "Acrescenta § 3º ao art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010". Autoria: Deputado João Arruda. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 43, de 2015. "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RDR 40/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do Plano Nacional de Fronteiras ao: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso; Coordenador do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) do Estado do Mato Grosso". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 54, de 2015. "Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater a implantação de usinas hidrelétricas na bacia do rio Araguari, no Amapá. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; representantes das comunidades/municípios impactados; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério Público Federal e representante Ministério Público Estadual; e representantes dos órgãos de licenciamento responsáveis pela avaliação e emissão de licença para os empreendimentos". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Adiado. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 55, de 2015. " Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário para debater os graves eventos ambientais ocorridos no município de Ferreira Gomes, no Amapá, por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a ser realizado no município interessado. Para o referido seminário, sugiro a participação dos seguintes convidados: representante da empresa envolvida; representantes das comunidades atingidas; representantes do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério Público Federal e representante Ministério Público Estadual; e representantes dos órgãos de licenciamento ambiental responsáveis pela avaliação e emissão de licença para os empreendimentos que causaram os danos ambientais". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Adiado. ITEM 04 – PROJETO DE RESOLUÇÃO do SENADO Nº 35, de 2015 - Não Terminativo – "Institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções". Autoria: Senador Roberto Rocha, Senador Ciro Nogueira, Senador Edison Lobão, Senador Elmano Férrer, Senador Eunício Oliveira, Senador José Pimentel, Senador João Alberto Souza, Senadora Regina Sousa e Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 05 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, de 2015 - Não Terminativo. "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM". Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relator: Senador Gladson Cameli. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2015 - Não Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências". Autoria: Deputado Zé Silva, Deputado Ademir Camilo, Deputado Eduardo Azeredo, Deputado Fábio Ramalho, Deputado Leonardo Monteiro e Deputado Toninho Pinheiro. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010 - Não Terminativo – "Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional". Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador

Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 09 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)". Autoria: Senador Benedito de Lira. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2015 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e dá outras providências". Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação do PLS 370 de 2014, nos termos do Substitutivo que apresenta, e rejeição do PLS 85/2015. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015 - Terminativo – "Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene". Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 40ª Reunião da CDR.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Passo a alguns comunicados.

Comunicamos que recebemos o Ofício Circular nº 19, de 2015, assinado pelo Exmº Sr. Juca Ferreira, Ministro da Cultura, no qual nos convida a participar do evento "Emergências, encontro global de cultura, ativismo e política", que o Ministério da Cultura promoverá no período de 7 a 13 de dezembro, na cidade do Rio de Janeiro.

Comunico ainda que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realizará o seminário sobre o desenvolvimento da Amazônia Legal. O encontro ocorrerá no próximo dia 4 de dezembro de 2015, das 9h às 13h, no Espaço DM, localizado na Avenida Desidério Antonio Coelho, nº 1.867, Buritizal, na capital do Estado do Amapá, Macapá. O evento será aberto à participação de todos os prefeitos do Estado e de representantes do Governo estadual e Federal, com o intuito de apontar caminhos que permitam ao Estado do Amapá prosseguir no seu desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável e continuada.

Esclarecemos que o seminário acontecerá dentro do Projeto Sudam Itinerante, permitindo que setores do comércio e da indústria do Estado do Amapá possam discutir, questionar e debater com representantes do Banco da Amazônia (Basa), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF) quanto às fontes de financiamento de projetos e investimentos governamentais.

Passamos agora ao expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, se V. Exª concordar, e com a anuência dos Srs. Senadores, eu gostaria de solicitar a inversão de pauta, para que possamos apreciar o item 7 em primeiro lugar, devido à relevância e à oportunidade do projeto. Esse projeto é não terminativo e ainda vai à Comissão de Constituição e Justiça e, depois, ao Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em votação a proposta da Senadora Simone Tebet, de inversão da pauta, para que passemos à votação do item 7 da pauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão.

Passamos agora ao item 7 da pauta, como primeiro item, conforme acordado pelo Plenário.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta §3º ao art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Autoria: Deputado João Arruda
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Pela aprovação
Observações:
- A Matéria segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na realidade se trata de um projeto muito simples, já aprovado pela Câmara Federal, um projeto de autoria do ilustre Deputado João Arruda, o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2015, que altera o art. 3º da Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos entes federados, no caso da necessidade de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres. Trata também sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil.

Sr. Presidente, nada mais oportuno do que o Senado Federal discutir e aprovar esse projeto. Afinal, nós acabamos de passar por um dos maiores desastres ecológicos do Brasil – no que se refere à área da mineração, talvez o maior do mundo – e esse projeto tem como objetivo única e exclusivamente alterar o §3º do art. 3º dessa lei e estabelecer para o Governo Federal, no caso o Ministério da Integração Nacional, o prazo de 48 horas, a contar do recebimento da solicitação – por parte do Município, ou do Estado, ou do ente que se viu atingido pela calamidade pública ou situação de emergência –, para o Ministério analisar a documentação, emitir parecer e reconhecer ou não a situação de emergência ou o estado de calamidade pública.

Como já disse, esse projeto ainda passará pela CCJ e pelo Plenário da Casa. No que se refere a esta Comissão, é competência realmente da CDR analisar o mérito dessa proposta. A proposição, na realidade – é importante que se diga –, esclarece algumas coisas: primeiro, o Ministério da Integração Nacional não precisa de solicitação de nenhum requerente para já decretar calamidade pública, situação de emergência e mesmo liberar recursos para os entes federados, mas não é assim que normalmente se procede.

Normalmente o ente federado, aquele Município atingido ou o Estado, tem que entrar com uma solicitação junto ao Ministério. Normalmente, levam-se meses para que essa deliberação, essa solicitação seja ou não atendida.

Aqui, neste momento, nós estamos, portanto, aprovando o parecer, parabenizando o autor, que estabelece o prazo de 48 horas para que o Ministério da Integração Nacional, agindo com rapidez no reconhecimento dessas circunstâncias excepcionais, possa decretar e concordar com liberação de recursos federais para socorrer as famílias, os Municípios atingidos ou por situação, muitas vezes, fruto de evento da natureza ou, muitas vezes, por intervenção humana.

Eu gostaria apenas aqui, Sr. Presidente – acho muito oportuno fazer e coloquei no meu relatório –, de ler aqui a justificativa do projeto. Abre aspas:

"Temos assistido ao crescimento de ocorrências naturais que devastam cidades e comunidades inteiras. Famílias que, de uma hora para a outra, perdem tudo que possuem. Cidades que perdem grande parte de sua infraestrutura urbana, cuja construção demandou anos, até mesmo décadas.

Com a ocorrência de tais fenômenos, que assolam muitas vidas [...], muitos Municípios e Estados se veem impotentes, sem que disponham de recursos para iniciar, logo após os desastres, a recuperação dos danos causados."

Por isso, Sr. Presidente, diante de toda essa situação – agora mesmo, em um momento em que o País acompanha traumatizado essa situação, que não é só um problema de Minas Gerais, de Mariana ou do Distrito de Bento Rodrigues, mas é uma situação calamitosa que atinge todos os brasileiros, sabendo que a lama de Mariana já passou pelo Espírito Santo, que já vai chegar ao Oceano Atlântico, ao Atlântico Sul, tão fundamental para o nosso ecossistema, sabendo do desastre ecológico que aconteceu, independentemente da indenização, no caso aqui da empresa causadora desse dano, o Poder Público tem que ter respostas rápidas e eficientes. Nós não nos podemos omitir.

Esse projeto é fundamental que seja aprovado por esta Comissão, para que possamos aprovar ainda este ano no Senado e transformar esse projeto em lei.

Eu encerro as minhas colocações, realmente com um olhar especial para as vidas que foram perdidas em Mariana. Foram 11 vítimas fatais, 12 pessoas desaparecidas. Aí, vem a pergunta, Sr. Presidente: quanto vale uma vida? Quanto vale toda uma história soterrada pela lama, como no caso de Mariana? Quanto valem todos os bens materiais perdidos e imateriais? Muitas famílias não perdem apenas as suas casas em desastres naturais, em situações de calamidade pública; é importante lembrar sempre, mais do que o bem material, essas famílias perdem a sua história, o seu passado, que, muitas vezes, só vai ficar registrado nas poucas lembranças de sua memória, desde o cachinho cortado, o primeiro cacho de cabelo do seu filho, ao álbum de família, a um presente dado por um ente querido, que já não está mais entre eles, até os bens materiais que, claro, fazem falta na vida de todos nós.

Eu acho que esse projeto não só é uma resposta do Senado a Mariana, ao Distrito de Bento Rodrigues, mas também é uma resposta do Congresso Nacional aos futuros casos que, infelizmente, ocorrerão, como situações de eventos da natureza ou mesmo fruto da ação ou da omissão humana.

É por isso que eu peço aqui a aprovação do projeto de lei nesta Comissão. Se for o caso, diante da aprovação, já solicitaria o encaminhamento mais rápido possível para a Comissão de Constituição Justiça.

É esse o voto e é esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – A matéria está em discussão.

Queria registrar e cumprimentar a Relatora, a Senadora Simone Tebet, pelo brilhante voto e pelas ponderações feitas por V. Exª, na resposta desta Casa, do Senado Federal, desta Comissão a uma matéria tão importante.

Quantos e quantos casos nós não acompanhamos no Brasil, de Municípios brasileiros, até mesmo de Estados brasileiros, que solicitam ao Governo Federal, ao Ministério da Integração a situação de emergência, e em alguns casos se passam até anos para o Governo Federal consolidar o pedido. Aí o fato já aconteceu, acaba a população penalizada por aquele acidente e, no caso específico de Minas Gerais, uma tragédia de proporções mundiais, a maior tragédia do Brasil na questão ambiental, relatada pelos especialistas, e V. Exª pede a inversão da pauta pela importância, pela representatividade desse projeto neste momento.

Cumprimento V. Exª, cumprimento a Comissão, os Senadores desta Comissão e, com certeza absoluta, é uma resposta que o Senado dá para acontecimentos como esse e em um momento que considero adequado de realizar e obrigar, na lei, um período de 48 horas para o Ministério dizer que dá ou que não dá o estado de emergência para as cidades e para os Estados.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente, apenas para fazer uma adendo. É importante dizer que, na realidade, muitas vezes, o Município não está apenas ou nem

está atrás do recurso federal para essa situação que, muitas vezes, infelizmente, não sai. É que, ao ser declarada situação de calamidade pública ou de emergência por parte do Ministério, esse Município pode buscar outras fontes financeiras, seja através de emendas parlamentares, seja de financiamentos junto a bancos estatais para poder resolver o problema *in loco*. Daí a importância do projeto.

Agradeço a V. Exª pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – É isso mesmo, Senadora, na verdade, ele sempre quis o recurso do Ministério, mas o Ministério não libera. Ele quer uma autorização legal para que possa também, emergencialmente, determinar algumas saídas para a tragédia.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Colocamos em votação o relatório da Senadora Simone que conclui pela aprovação da matéria.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para as providências cabíveis.

Gostaria de fazer um registro, antes de continuarmos ou encerrarmos a reunião a respeito dos outros itens da pauta.

Conforme estabelecido pela Comissão, como os relatores das matérias não estão presentes para, no caso, encaminhar a defesa dos seus relatórios relativos aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 11, estamos impossibilitados regimentalmente de apreciar essas matérias.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 43, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RDR 40/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do Plano Nacional de Fronteiras ao:

• Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso;

• Coordenador do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) do Estado do Mato Grosso;

Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 54, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater a implantação de usinas hidrelétricas na bacia do rio Araguari, no Amapá. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; representantes das comunidades/municípios impactados; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério Público Federal e representante Ministério Público Estadual; e representantes dos órgãos de licenciamento responsáveis pela avaliação e emissão de licença para os empreendimentos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 55, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário para debater os graves eventos ambientais ocorridos no município de Ferreira Gomes, no Amapá, por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a ser realizado no município interessado. Para o referido seminário, sugiro a participação dos seguintes convidados: representante da empresa envolvida; representantes das comunidades atingidas; representantes do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério Público Federal e representante Ministério Público Estadual; e representantes dos órgãos de licenciamento ambiental responsáveis pela avaliação e emissão de licença para os empreendimentos que causaram os danos ambientais.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções.

Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação

ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatoria: Senador Gladson Cameli
Relatório: Pela aprovação

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências.

Autoria: Deputado Zé Silva e outros
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010
- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação

ITEM 9
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Autoria: Senador Benedito de Lira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do PLS 370 de 2014, nos termos do Substitutivo que apresenta, e rejeição do PLS 85/2015.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semiárido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação.)

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião de Comissão de Desenvolvimento Regional.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 3 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reunião número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Simone Tebet, Ricardo Ferraço, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Randolfe Rodrigues, Elmano Férrer, Walter Pinheiro, Regina Sousa, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Jader Barbalho, João Alberto Souza, José Medeiros e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 41ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. O Senador Ricardo Ferraço requer inversão de pauta para a apreciação imediata do item 06. Consultado o Colegiado, é aprovado a inversão. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010. – Não Terminativo – "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares". Autoria: Deputado Gilmar Machado. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda substitutiva aprovada na CCJ. Resultado: Aprovado o relatório. O Senador Donizeti Nogueira requer nova inversão para apreciar, na sequência, o item 09 da pauta. Consultado o Colegiado é aprovado a inversão de pauta. ITEM 9 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, de 2013 - Não Terminativo – "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para explicitar sua aplicação ao ecossistema do lavrado". Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2014. - Não Terminativo – "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o regime de uso da área de Reserva Legal dos imóveis rurais situados no ecossistema do Lavrado". Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela aprovação do PLS 327 de 2013 nos termos do substitutivo que apresenta e rejeição do PLS 78 de 2014. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para apreciação da Emenda 1 – Substitutiva apresentada pelo Senador Romero Jucá em 01.12.2015. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 43, de 2015. "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RDR 40/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do Plano Nacional de Fronteiras ao: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso; Coordenador do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) do Estado do Mato Grosso". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado após ser subscrito pelo Senador Donizeti Nogueira. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 54, de 2015. "Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater a implantação de usinas hidrelétricas na bacia do rio Araguari, no Amapá. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; representantes das comunidades/municípios impactados; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério Público Federal e representante Ministério Público Estadual; e representantes dos órgãos de licenciamento responsáveis pela avaliação e emissão de licença para os empreendimentos". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 55, de 2015. "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário para debater os graves eventos ambientais ocorridos no município de Ferreira Gomes, no Amapá, por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a ser realizado no município interessado. Para o referido seminário, sugiro a participação dos seguintes convidados: representante da empresa envolvida; representantes das comunidades atingidas; representantes do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério Público Federal e representante Ministério Público Estadual; e representantes dos órgãos de licenciamento ambiental responsáveis pela avaliação e emissão de licença para os empreendimentos que causaram os danos ambientais". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 04 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 35, de 2015 - Não Terminativo – "Institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções". Autoria: Senador Roberto Rocha, Senador Ciro Nogueira, Senador Edison Lobão, Senador Elmano Férrer, Senador Eunício Oliveira, Senador José Pimentel, Sena-

dor João Alberto Souza, Senadora Regina Sousa e Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Vista concedida ao Senador Donizeti Nogueira. Às dez hora e dois minutos o Senador Davi Alcolumbre passa a Presidência ao Senador Donizeti Nogueira. ITEM 05 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, de 2015 - Não Terminativo. "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM". Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relator: Senador Gladson Cameli. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. Às dez horas e treze minutos o Senador Donizeti Nogueira restitui a Presidência ao Senador Davi Alcolumbre. O Senador Walter Pinheiro requer inversão de pauta para apreciar, na sequência, o item 10 da pauta, que é aprovada. ITEM 10 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)". Autoria: Senador Benedito de Lira. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2015 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – e dá outras providências". Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação do PLS 370 de 2014, nos termos do Substitutivo que apresenta, e rejeição do PLS 85/2015. Resultado: Aprovado o substitutivo. Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. Consultado o Colegiado, é aprovada inversão de pauta para apreciação, na sequência, do item 12, a pedido do Senador Elmano Ferrer. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015 - Terminativo – "Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene". Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação Resultado: Aprovado. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2015 – Não Terminativo – "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências". Autoria: Deputados Zé Silva, Ademir Camilo, Eduardo Azeredo, Fábio Ramalho, Leonardo Monteiro e Toninho Pinheiro. Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010 - Não Terminativo – "Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional". Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação com emendas propostas pelo relator durante a apresentação do relatório. Resultado: Vista concedida ao Senador Donizeti Nogueira. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, Nº 56, de 2015. Requeiro, nos termos dos arts. 90, incisos II e XI, e 104-A, do RISF, a realização de Seminário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na cidade de Palmas, no Estado do Tocantins, com a finalidade de debater questões relacionadas com projetos e programas sustentáveis para a Amazônia, visando o desenvolvimento regional, erradicação da miséria e a redução das desigualdades supra e inter-regionais. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião da CDR.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu fui designado por V. Exª – e agradeço a V. Exª a designação – para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, que é alvo de um acordo construído na base do diálogo e do convencimento entre empreendedores e trabalhadores do segmento de bares, restaurantes e hotéis, que regulamenta a gorjeta em nosso País, o que é parte da nossa cultura.

Eu quero requerer a V. Exª a inversão da ordem, para que nós pudéssemos apresentar o nosso parecer e, eventualmente, votarmos o projeto, considerando que ele é alvo de um profundo acordo e, portanto, não carece, penso eu, de polêmica, para que possamos iniciar os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Conforme solicitação do Senador Ricardo Ferraço, colocamos em votação a inversão da pauta: passará a ser o item 1 da pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, não terminativo, que estaria na ordem como item 6.

Os Senadores que concordam com a inversão da pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inversão da pauta.

Gostaria apenas de ler alguns comunicados da Comissão para, em seguida, iniciarmos a apreciação do item que V. Exª relata, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo então a relatar, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Gostaria de ler alguns comunicados para a Comissão antes.

Comunicamos que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realizará o Seminário para o Desenvolvimento da Amazônia Legal. O evento acontecerá no próximo dia 4, do mês corrente, das 9 às 19 horas, no Espaço DM, localizado à Avenida Desidério Antônio Coelho, 1867, no Bairro do Buritizal, na cidade de Macapá, no Estado do Amapá.

O evento será aberto à participação de todos os prefeitos do Estado, de representantes do governo estadual e federal, com o intuito de apontar caminhos que permitam ao Estado do Amapá perseguir seu desenvolvimento econômico e social de forma sustentável e continuada.

Esclarecemos que o Seminário acontecerá dentro do programa Sudam Itinerante, permitindo que setores do comércio e da indústria do Estado do Amapá possam discutir, questionar e debater com representantes do Banco da Amazônia (Basa), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, quanto às fontes de financiamento de projetos e investimentos governamentais.

Comunico ainda que na próxima quarta-feira, dia 9, será realizada audiência pública com vista a avaliar a situação do legado da Copa do Mundo de 2014 – obras de mobilidade urbana, infraestrutura, estádios e aeroportos nas cidades-sede, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Foram convidados para o debate representantes do Ministério do Esporte, do Ministério do Turismo, das Cidades, da Infraero e do Tribunal de Contas da União.

Passamos agora para o item 1.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Sem revisão do orador.) – Eu tenho um relatório para apresentar, relativo ao item 9. Eu queria retirá-lo de pauta, visto que entrou uma emenda que eu preciso apreciar para poder trazer o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Fica retirado de pauta, então, o item 9, de relatoria do Senador Donizeti.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 9
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para explicitar sua aplicação ao ecossistema do lavrado.

Autoria: Senador Romero Jucá.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Queria também parabenizar V. Exª pela iniciativa do Seminário que vai ser feito no Amapá. Infelizmente, em função de eu estar indicado para a COP 21, não vou poder estar lá.

Mas quero requerer a realização de um seminário desses, lá no Tocantins, entre fevereiro e março. Se isso for acatado, eu pediria à assessoria para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu agradeço, Senador Donizeti, as palavras de V. Exª. Será muito importante esse evento que a Comissão realizará no Estado do Amapá, na próxima sexta-feira, com a participação de tantas entidades do governo, das prefeituras. Com certeza, será uma oportunidade para novos empreendimentos no Amapá, através da fonte de financiamento dos órgãos de desenvolvimento regional.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Davi Alcolumbre, nosso Presidente, considero muito importante a realização desse seminário nos Estados, nas regiões para aproximar o Senado da população, dos atores econômicos, políticos e sociais locais.

Neste ano, por exemplo, eu fiz duas audiências públicas no Estado do Tocantins: uma da CRA outra da Comissão de Meio Ambiente. Numa delas a gente discutiu a aquicultura e pesca e agricultura de baixo carbono; na outra a gente discutiu o Planaveg. Isso dinamiza a nossa relação lá e mostra que a gente tem um trabalho intenso e importante para o País e para os nossos Estados.

Então, um seminário desse porte, com a Sudam presente para discutir os desafios e entraves para o desenvolvimento da Amazônia Legal será muito importante. Com isso, a gente vai envolver as federações tanto da área dos trabalhadores como da área da produção e a academia, o que é muito importante.

Então, o senhor está de parabéns pela iniciativa e eu quero colaborar fazendo uma também lá no Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu agradeço, Senador Donizeti.

Solicitaria à sua assessoria que encaminhasse oficialmente a sua solicitação para que a gente pudesse colocá-la em votação nesta Comissão, já que verbalmente nós não podemos determinar que seja realizada nessa data. Mas V. Exª pode encaminhar a solicitação oficialmente para a Comissão.

Passo a palavra agora ao Senador Ricardo Ferraço, Relator do primeiro item da pauta, conforme votação estabelecida nesta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 57, ainda de 2010, Sr. Presidente, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Trata-se daquilo que popularmente todos nós conhecemos como gorjeta, uma forma de reconhecer os bons trabalhos e serviços prestados pelos nossos trabalhadores, pela delicadeza e sensibilidade em bem atender os clientes.

Ao elaborar o parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça relatei a proposição nos seguintes termos.

Conforme determina o *caput* do art. 65 da Constituição Federal, a proposição foi enviada à consideração do Senado Federal em 07/05/2010, com previsão inicial de ser apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais.

Ainda em maio de 2010, foram aprovados requerimentos para apreciação do PLC também pelas Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Na Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria tramitou a partir de 25 de novembro de 2010 e teve como relatores designados os Senadores Valdir Raupp, Tomás Correia, Jayme Campos e Randolfe Rodrigues. Foi avocada em 12/04/2013 pelo então Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, que apresentou relatório favorável ao Projeto. Em 14/05/2013, o parecer foi aprovado na CAE com voto favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 4 e 6. A Comissão aprovou, ainda, requerimento de urgência para a matéria. Então, enviada ao Plenário, em 14/05/2013, por força do Requerimento nº 428, de 2013, das Lideranças, e foi aprovada urgência para a matéria.

Em 08/08/2013, porém, foi aprovado Requerimento, de nº 883, de 2013, da lavra do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando a retirada de pauta do projeto, para exame preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ato contínuo, a matéria foi distribuída ao Senador Gim Argello, que não emitiu parecer.

Apesar do fim da 54ª Legislatura, a matéria continuou a tramitar com base no Requerimento nº 78, de 2015, do Senador Paulo Paim e outros.

O projeto em tela é assim constituído: o art. 1º do projeto, que repete a ementa do projeto. O art. 2º modifica as normas que regulamentam a "gorjeta" recebida por garçons, pois altera o §3º e acrescenta seis outros parágrafos ao Art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ou seja, a Consolidação das Leis do Trabalho.

A redação do §3º é modificada, incluindo-se o valor cobrado do cliente pela empresa a título de serviço na definição de gorjeta;

O §4º estabelece a destinação da gorjeta integralmente aos trabalhadores de bares...Volto a repetir, Sr. Presidente: estabelece a destinação da gorjeta integralmente aos trabalhadores de bares e restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares, e prevê a sua distribuição "segundo critérios de custeio laboral e de rateio, definidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho" de cada estabelecimento.

O §5º dispõe que, não havendo acordo ou convenção laboral, "poderá a assembleia geral do sindicato laboral, especificamente convocada para esse fim, definir os critérios de custeio e de rateio recebidas a título de gorjeta". Isso não havendo acordo.

Determina o lançamento na nota fiscal do valor cobrado a título de gorjeta, autoriza o desconto de até 20% por parte do empregador para cobrir os encargos sociais e previdenciários dos empregados, e exige a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, além do salário, do percentual recebido a título de gorjeta. Ou seja, formaliza uma relação que até aqui é uma relação informal, criando um ambiente de discussão, insegurança e imprevisibilidade.

O §7º estabelece a incorporação da média recebida a título de gorjetas, nos últimos 12 meses, ao salário do empregado, após 01 ano, caso a empresa cesse a cobrança de gorjetas, ressalvado o disposto em acordo ou convenção coletiva.

O §8º determina a constituição de comissão de empregados para acompanhamento e fiscalização da regularidade da cobrança e distribuição da gorjeta, cujos representantes eleitos em assembleia geral pelo sindicato laboral gozarão naturalmente de estabilidade.

O §9º fixa multa a ser paga pelo empregador ao trabalhador prejudicado no caso de descumprimento das determinações previstas no artigo no valor de dois terços da média da taxa de serviço por dia de atraso.

Na justificativa à proposição original, o autor aponta que diversos empregadores cobram dos clientes o adicional sobre conta e não repassam as gorjetas aos empregados. Apresenta jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, que, em sua Súmula nº 354, afasta expressamente as gorjetas da incorporação ao salário base para fins de cálculo dos benefícios sociais, no que o autor considera um prejuízo aos trabalhadores. Ou seja, este vem sendo regulamentado por uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho, que é absolutamente inadequado. Daí surgiu a iniciativa do Deputado Gilmar Machado.

Consoante se infere do art. 104-A, VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos correlatos ao desenvolvimento regional e ao turismo. Vale acrescentar que este tema não está sendo relatado de forma terminativa. Ele vai ainda à Comissão de Assuntos Sociais para que possa ser evidentemente concluído.

Ao longo desse período, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós procuramos construir um amplo acordo com todos os segmentos para que, apesar da inicial divergência, o diálogo pudesse nos mover para uma convergência entre trabalhadores e empreendedores. E este projeto que estamos relatando aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional é produto, resultado desse grande entendimento que foi feito entre trabalhadores e empreendedores. Ao fim e ao cabo, todos são trabalhadores.

Portanto, Sr. Presidente, por se tratar de um projeto devidamente ajustado, adequado, debatido plenamente com todas as partes, é que nós estamos apresentando a V. Exª e aos Srs. Senadores esta matéria para que possamos deliberar e ela possa caminhar para a Comissão de Assuntos Sociais.

Por isso, opinamos pela aprovação do PLC nº 57, de 2010, nos moldes da Emenda Substitutiva nº 7.

É como relatamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço, que conclui pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva aprovada na CCJ.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para as providências cabíveis.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010
- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Autoria: Deputado Gilmar Machado
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda substitutiva aprovado na CCJ.
Observações:
- A Matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais - CAS.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Há um projeto de lei do Senador Benedito de Lira na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Há um projeto de lei do Senador Benedito de Lira relatado pelo Senador Walter Pinheiro. O Senador Benedito, como autor, e o Senador Walter Pinheiro estão mobilizando os demais Senadores para que possam votá-lo, já que o projeto de lei é terminativo e precisa do quórum de nove Senadores presentes na votação. Portanto, estamos aguardando a mobilização do relator e do autor para que possam encaminhar. Por isso, também peço a presença dos ilustres Senadores que já se encontram nesta comissão.

Passamos ao item 1, retornando à ordem da nossa pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 43, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RDR 40/2015, que seja estendido o convite para participação da Audiência Pública que tratará do Plano Nacional de Fronteiras ao:
• Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso;
• Coordenador do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) do Estado do Mato Grosso;

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:
- O Requerimento constou na 41ª Reunião da CDR.

Eu queria informar aos membros desta Comissão que nós estamos fazendo a leitura deste requerimento, mesmo na ausência do Senador Wellington Fagundes, haja vista que já foi aprovado esse requerimento e apenas se está fazendo um aditamento de alguns participantes que irão participar da audiência pública.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu queria dizer que se fosse preciso assinar, subscrever para ele, eu subscreveria, também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pronto. Subscrito pelo Senador Donizeti, colocamos em votação o requerimento de aditamento de convite estendido a duas autoridades, conforme requerimento encaminhado pelo Senador Wellington Fagundes.

Está em votação o requerimento de aditamento.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam com aditamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O item 2 da pauta, o Senador Randolfe Rodrigues não está presente, portanto, nós vamos retirar de ofício pela ausência do autor. Item 2 e item 3.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 54, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater a implantação de usinas hidrelétricas na bacia do rio Araguari, no Amapá. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; representantes das comunidades/municípios impactados; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério Público Federal e representante Ministério Público Estadual; e representantes dos órgãos de licenciamento responsáveis pela avaliação e emissão de licença para os empreendimentos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Observações:
- O Requerimento constou na 41ª Reunião da CDR.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 55, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário para debater os graves eventos ambientais ocorridos no município de Ferreira Gomes, no Amapá, por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a ser realizado no município interessado. Para o referido seminário, sugiro a participação dos seguintes convidados: representante da empresa envolvida; representantes das comunidades atingidas; representantes do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério Público Federal e representante Ministério Público Estadual; e representantes dos órgãos de licenciamento ambiental responsáveis pela avaliação e emissão de licença para os empreendimentos que causaram os danos ambientais.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Observações:
- O Requerimento constou na 41ª Reunião da CDR.)

O item 4 é não terminativo e, conforme entendimento do Relator, Senador Fernando Bezerra, passamos a relatoria *ad hoc* do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções.

Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação
Observações:
- A Matéria constou na 41ª Reunião da CDR.
- A matéria segue para a Comissão Diretora.

A Rota das Emoções é um roteiro turístico que liga três Estados do Nordeste brasileiro – Ceará, Piauí e Maranhão – e que apresenta um ecossistema diversificando, abrangendo paraísos naturais, como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba e o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará.

Passamos a palavra, agora, para o Relator *ad hoc*, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, na justificativa, parte do escopo V. Exª já o fez, na ementa, o autor argumenta que a Rota é um roteiro turístico entre os Estados da Federação abrangendo paraísos naturais, como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará.

O roteiro é resultado do projeto da rede de cooperação técnica para roteirização, em sua primeira edição, implementado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Ministério do Turismo. Embora não possua previsão regimental, há diversos precedentes à criação de frentes parlamentares que têm como objetivo precípuo promover, atuar e promover a atuação conjunta e intensa de objetivos importantes para determinados Estados ou territórios ou regiões do nosso País.

No presente caso, é relevante destacar que a ideia de roteiros turísticos integrados representa significativo avanço na exploração econômica e na organização dessas regiões com elevado potencial de turismo, que, em casos como esse, podem reunir situações em mais de um Estado.

Nesse sentido, a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa das Rotas das Emoções certamente constituirá um fórum qualificado reunindo força política de destacados líderes da região, trabalhando de forma a integrar os esforços dos três Estados e potencializar a vocação que, seguramente, está presente nesta reunião.

Portanto, cumprimentando o Senador autor do projeto, Senador Roberto Rocha, assim como o Senador Fernando Bezerra Coelho, nosso ex-Ministro da Integração, nós relatamos favoravelmente, Sr. Presidente, à aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2015

Cumprimentamos o Senador Roberto Rocha, o seu autor, por essa iniciativa, que seguramente vai representar um ponto de convergência entre os representantes desses Estados aqui no Congresso brasileiro, aqui no Senado Federal, de modo a potencializar essas vocações.

O nosso desejo é que essas vocações possam efetivamente se traduzir na ampliação de oportunidades e na melhoria das condições de vida para tantos brasileiros dessas regiões, que envolvem o Estado do Maranhão, o Estado do Piauí e o Estado do Ceará, dessa forma encontrando um porto seguro para uma vocação que já é conhecida nacionalmente e com essa frente poderá incorporar elementos de organização e potencialização.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Para discutir, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro para informar que eu tenho iniciativa nesse sentido, para regularizar a questão de criação de frente parlamentar aqui no Senado.

Segundo, é minha vontade transformar esse triângulo num quadrado, envolvendo também a área do Jalapão, que é limítrofe principalmente com o Piauí. E aí eu gostaria de pedir vista, para ver se os autores me permitem fazer a inclusão do Tocantins nessa frente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – O pedido de vista de V. Exª é regimental. Portanto, fica concedida vista, e deverá retornar na próxima reunião da Comissão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na próxima reunião, eu não estou aqui. Eu pediria aqui na outra, porque tanto eu, como o Senador Fernando Bezerra vamos estar na COP 21.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Não, a próxima reunião da Comissão será uma audiência pública.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ah, bacana.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Portanto, não teremos pauta.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na próxima a gente traz. Vou tentar resolver isso hoje com os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Tudo bem, Senador Donizeti, V. Exª tem amparo regimental para fazer pedido de vista. Foi retirado de pauta, e concedida vista ao Senador Donizeti Nogueira.

Passamos agora... (*Pausa.*)

Gostaria de passar a Presidência ao Senador Donizeti Nogueira, para defender o item 5, já que é de minha autoria, com a relatoria do Senador Gladson Cameli. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) –

ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pela aprovação
Observações:
- A Matéria constou na 41ª Reunião da CDR.
- A matéria segue para a Comissão Diretora.

Senador Gladson Cameli, com a palavra.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero parabenizar o Senador Davi Alcolumbre por essa grande iniciativa.

Vem ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, nosso colega, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

O art. 1º institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Sudam (FPA – Sudam), enumerando, entre suas finalidades, a de promover amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Ele, como Líder, tem toda prioridade, e o respeito que eu tenho pelo meu grande Líder...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – ...de promover amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade, visando ao aprimoramento da legislação federal, que possibilite a ampliação e a consecução dos objetivos, metas e diretrizes de natureza supraestadual ou sub-regional da Sudam, e a de acompanhar as políticas públicas, os projetos e programas na área de atuação da Sudam, visando ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

O art. 2º estabelece que a Frente Parlamentar reunir-se-á sempre que convocada pelos seus órgãos de direção, preferencialmente nas dependências do Senado ou, em caso de conveniência ou necessidade, em qualquer outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

O art. 3º dispõe que a Frente será integrada inicialmente pelos Senadores que assinarem sua ata de instalação e a qualquer tempo por outros Parlamentares que assim aderirem;

O art. 4º determina que a Frente se regerá pelo seu Regimento Interno, observando o Regimento Interno do Senado Federal ou, na falta de previsão nesse, por maioria absoluta de seus membros;

O art. 5 contém a Cláusula de Vigência.

Senadora Sandra Braga, seja muito bem-vinda.

O autor da proposição justifica que a área de atuação da Sudam corresponde a 61% do Território nacional e abrange os oito Estados da Região Norte, o Estado do Mato Grosso e parcialmente o Estado do Maranhão, que forma a Amazônia Legal.

Sr. Presidente, quero facilitar mais ainda aos nossos pares, quero ir direto à análise e ao voto.

O inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre as matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e Municípios. A promoção do desenvolvimento dos Estados integrantes da área de atuação da Sudam constitui um enorme desafio não somente para os Estados da Amazônia e para os órgãos de entidades do Poder Executivo com tal atribuição, mas também para o Poder Legislativo.

As Frentes Parlamentares são associações suprapartidárias, que visam ao debate e o aprimoramento da legislação federal e das políticas públicas relativas a determinados setores ou termos de interesses econômicos, sociais e políticos. As Frentes funcionam com um fórum que se reúne, Parlamentares que se identificam com determinadas questões ou mantêm entre si afinidades regionais, setoriais ou profissionais e buscam mobilizar esforços e atuar de forma unificada para alcançar os objetivos de interesse comum. Tal é o caso da proposta da Frente Parlamentar em apoio à Sudam, cujo objetivo é contribuir para fortalecer os instrumentos de promoção do desenvolvimento da área de atuação da Superintendência Regional de Desenvolvimento.

A criação da Frente Suprapartidária, que reúne Parlamentares dedicados à viabilização de projetos e programas direcionados ao desenvolvimento da Região, representa o compromisso do Legislativo com o alcance de um dos objetivos fundamentais do País, inscrito no art. 3º da Constituição, e de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Para discutir...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a palavra o Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer o Senador Gladson Cameli, que fez um voto colocando a importância, principalmente do papel que representa a Sudam para todos esses Estados da Amazônia. Como falou no seu voto, a Amazônia e a Sudam atendem hoje a quase 61% de todo o Território nacional, compreendendo os Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e uma parte do Estado do Maranhão. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia tem essa competência, hoje, de definir os objetivos e as metas econômicas ou sociais que levem ao desenvolvimento sustentável dessa região.

Então, é nesse sentido que nós propomos a criação dessa Frente Parlamentar em apoio, em defesa à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, que é um órgão de desenvolvimento regional importantíssimo para a nossa Região, para o Norte do Brasil. Com certeza, através do fortalecimento e da participação dos Senadores e Senadoras nessa Frente, vamos poder, de maneira mais aproximada, mais ativa, auxiliar a Sudam, inclusive nos seus anseios, e, ao mesmo tempo, propor ao Governo Federal esse elo de ligação entre o Senado Federal, através da Frente Parlamentar em Defesa da Sudam, o Governo Federal, o Ministério da Integração Nacional, que são os responsáveis pela atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Então, nesse sentido, eu peço o apoio dos Senadores.

Agradeço o parecer favorável do Senador Gladson Cameli, que é um amazônida e que sabe do papel fundamental que a Sudam, como estrutura de desenvolvimento regional, na ponta realiza com a finalidade de ajudar os Estados que a compõem, com quem ela tem atuação.

Então, nesse sentido eu queria pedir o voto de todos os Senadores como autor do projeto e agradecer, Presidente, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não havendo quem mais queira discutir, aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Resolução do Senado Federal.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria fazer um questionamento aqui. Quando falamos de Amazônia como um todo, se fala muito de preservação, de que eu sou totalmente a favor, mas eu acompanhei agora pela imprensa nacional um acordo entre a Noruega, se não me falha a memória e a Presidência da República do crédito de carbono. Eu queria saber esse crédito, esse dinheiro vai para a Amazônia ou vai para o País de modo geral? Eu queria saber para onde vai esse crédito. E eu queria depois pedir mais informações. Seria de extrema importância para esta Casa a gente pedir mais informações sobre onde está sendo aplicado esse dinheiro.

Quando se fala de Amazônia, é a preservação com o que sou totalmente de acordo. É um patrimônio brasileiro que é de grande exemplo mundialmente. Quando se fala do crédito, eu quero saber onde está sendo aplicado, porque eu defendo que seja aplicado na Amazônia, porque há mais de 20 milhões de amazônidas residindo na Amazônia. Então, precisamos ver em que realmente estão sendo aplicados esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Gladson Cameli, eu acho que podemos fazer um requerimento pedindo informação. A Comissão pode tomar essa iniciativa.

E aproveito para devolver a palavra aqui ao Presidente, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – A matéria aprovada será encaminhada à Comissão Diretora para as providências cabíveis.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Passamos agora ao próximo item da pauta.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro, conforme inscrição previamente feita na Mesa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, só aproveitando o quórum. Há uma matéria terminativa, o item 10 desta Comissão, e eu queria contar com a colaboração dos nossos pares sobre se é possível promover a inversão já que aproveitaremos o quórum. Nós temos três matérias terminativas: os itens 10, 11 e 12.

Portanto, se a gente pudesse começar por esses itens, aproveitando o quórum e particularmente até pela ordem eu queria começar pelo item 10. Os itens 10, 11 e 12.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com certeza, Senador Walter.

Vamos apenas colocar em votação a inversão da pauta, como já foi feito no item 6, que era também um item não terminativo e que tinha a presença do Relator, do Senador Ricardo Ferraço. Nós colocamos em votação e da mesma forma colocaremos, seguindo o Regimento do Senado para esta Comissão.

Colocamos em votação a solicitação feita pelo Relator do item 10, que é o Projeto de Lei Terminativo do Senado Federal nº 370, de 2014, Senador Walter Pinheiro, para inversão da pauta desse item.

Em votação.

Os Senadores que concordam com a inversão da pauta do item 10 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Feita a inversão de pauta, passamos imediatamente a palavra ao Relator do projeto, Senador Walter Pinheiro.

ITEM 10
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale dos rios Paraíba, Mundaú e Jequiá na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Autoria: Senador Benedito de Lira

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, a matéria apresentada como propositura pelo nobre Senador Benedito de Lira, o Projeto 370, que submete a esta Comissão alterar a Lei 6.088 principalmente a fim de ampliar a área de atuação da nossa Codevasf. Eu acho que é importante ajustar-se isso. Esse é um debate que se estabeleceu, Senador Benedito, há muitos anos aqui no Congresso Nacional – V. Exª foi Deputado, e eu tive a oportunidade de ser seu companheiro na Câmara Federal –, na realidade, a partir exatamente de uma identificação do real papel da Codevasf e de sua cobertura.

Para que os nobres Senadores desta Comissão tenham clareza, meu caro Donizeti, não se trata de uma busca do Senador Benedito para atender a uma demanda pontual, mas é impossível que não se faça um ajuste desse levando em consideração por onde chega o rio, tendo em vista que é exatamente essa a extensão do rio.

Nós assistimos, no passado, Senador Benedito, algumas cidades que até tinham atuação da Codevasf e a leitura feita na época, talvez, foi: como o rio deságua no mar, provavelmente ali tinha água. Aqui, de qualquer maneira, tem um pouco de água desse rio. Ela vem chegando por outros rios.

Então, o Senador Benedito busca esse ajuste. Eu vou concluir, portanto. A área de atuação da Codevasf, meu caro Donizeti, inclui o Vale dos Rios Tocantins, Munim, Pindaré, Gurupi, Turiaçu, Grajaú, Pericumã, assim como os Municípios do Estado de Alagoas que não se encontram no Vale do São Francisco.

Já os arts. 3º e 4º modificam exatamente e respectivamente, o art. 4º, do inciso III, do art. 9º da lei, objeto da criação dessa atuação da Codevasf. Portanto, para corrigir essa área de atuação e permitir a inclusão disso que eu citei aqui, inclusive atendendo à demanda do povo nordestino.

Portanto, somos pela aprovação da matéria, destacando que é fundamental ter só um ajuste. E faz-se necessário rejeitar o PL nº 85, de 2015, e aprovar o 370, de 2014, na forma do substitutivo que contemple a inserção de regiões hidrográficas mencionadas em ambas as propostas na área de atuação.

A revogação, meu caro Presidente, é só aproveitando uma regra regimental: a precedência. O mais velho projeto, ou pelo menos o mais antigo, tem preferência em relação ao mais novo.

Nós somos pela aprovação da matéria com esses ajustes, inclusive de inclusão aqui aportado o Projeto de Lei nº 370.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Passamos agora à discussão da matéria.

Em discussão.

Para discutir, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só para ressaltar o muito competente relatório do Senador Walter Pinheiro e também que temos uma iniciativa relacionada com a abrangência da Codevasf por outra razão, que é a *expertise* da Codevasf, ou a especialização da Codevasf na atuação da Região do Semi Árido, de proteção hídrica e de irrigação que desenvolve em todo o Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, aprovamos nesta Comissão a ampliação para a Bacia do Vaza-Barris, com um projeto do Senador Valadares e meu, que já foi aprovado pelo Senado, já está na Câmara, faltando apenas uma comissão para a sua votação definitiva.

Então, acho muito bem-vinda a iniciativa e votarei favoravelmente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão.

Senador Gladson Cameli

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Faço minhas as palavras da Senadora Lídice e voto pela aprovação também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Em votação o relatório do Senador Walter Pinheiro, que conclui pela aprovação do PLS nº 370, de 2014, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e rejeição do PLS nº 85, de 2015.

Havendo quórum qualificado, abro a votação, lembrando que a votação será nominal, visto o caráter terminativo do projeto nesta Comissão.

Em votação nominal o substitutivo integral oferecido ao projeto.

Vamos fazer a chamada nominal.

Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – O Senador Donizeti Nogueira vota "sim".

Como vota o Senador Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – O Senador Gladson Cameli vota "sim".

O Senador Davi Alcolumbre vota "sim".

Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como vota o Senador Elmano Férrer?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como vota a Senadora Sandra Braga?

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como vota o Senador Douglas Cintra?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Presidente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – São nove votos SIM.

Fica, portanto, aprovado o substitutivo integral.

Ficam prejudicados os projetos, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Sim.

Refazendo a votação, temos 10...

E a Senadora Regina chegando, e o projeto relatado pelo Senador Walter Pinheiro, com muita... Graças a Deus, conseguimos o maior quórum desta Comissão durante este ano. Isso mostra o prestígio do Senador Benedito de Lira e, logicamente, do Relator da matéria, Senador Walter Pinheiro.

Com a presença da Senadora Regina, para concluir a votação dos Senadores e Senadoras presentes, solicitamos como vota a Senadora Regina?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim", não é Walter? Chegando agora. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Regina vota "sim".

Portanto, temos 11 votos SIM.

Fica, portanto, aprovado o substitutivo integral.

Ficam prejudicados os projetos, nos termos do art. 300, inciso XVI do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar.

Gostaria de pedir aos Senadores que aguardassem, porque temos um projeto terminativo, para o quórum, que é o último item da pauta. O Relator, o Senador Elmano Férrer, já fez a leitura do seu relatório. Portanto, era para colocarmos apenas em votação nominal o relatório ao projeto...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Considerando que temos quórum, V. Exª poderia submeter ao Plenário, para que pudéssemos fazer a votação do turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Solicito à Secretaria se podemos fazer imediatamente a votação do turno suplementar.

(*Pausa.*)

Regimentalmente, vamos submeter a votação do turno suplementar a uma votação sobre quebra de interstício, conforme manda o Regimento.

Colocamos em votação a quebra de interstício proposta pelo Senador Benedito de Lira, autor do projeto, e pelo Relator.

Eu precisaria do apoiamento de um Senador membro da Comissão. Senador Donizete Nogueira. Apoia, como membro da Comissão, Senadora Lídice da Mata também, a quebra de interstício proposta pelo autor do projeto, Senador Benedito, pelo Relator, Senador Walter Pinheiro, pela Senadora Lídice e pelo Senador Donizete.

Em discussão a quebra de interstício. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submetemos ao voto do Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a quebra de interstício queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a quebra de interstício.

Colocamos, em seguida, a votação em turno suplementar.

Em votação simbólica a aprovação, em segundo turno, em turno suplementar, do Projeto de Lei terminativo nº 370, de 2014.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o substitutivo integral em turno suplementar.

Passamos agora para o último item da pauta, o item 12, que também precisa de votação nominal, o Projeto de Lei terminativo nº 249, de 2015.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, não interrompendo a pauta, gostaria de agradecer aos companheiros, Senadores que compareceram a esta reunião, a fim de que pudéssemos discutir este projeto da maior importância para aquela região, para toda a abrangência da Codevasf.

Trata-se de um órgão centralizado aqui, em Brasília, que pertence ao Ministério da Integração Nacional e que presta relevante serviço no que diz respeito à área de irrigação, abastecimento de água, saneamento básico. Enfim, é um órgão complementar para as ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades e pelo Ministério da Integração Nacional.

Queria agradecer a V. Exª, porque, desde o primeiro momento em que solicitei brevidade para o projeto, considerando a importância que ele tem principalmente para a Região Nordeste brasileira, V. Exª, em nenhum momento, criou qualquer tipo de dificuldade. Pelo contrário, até no plenário, nos corredores, imediatamente V. Exª entrava em contato com a sua assessoria nesta Comissão, para que pudéssemos realizar a votação desse projeto.

Queria agradecer penhoradamente a todos os colegas, porque ontem andei de birô em birô, pedindo o comparecimento deles, considerando que a nossa pauta é uma maluquice, pois, no mesmo horário, temos reuniões em diversas comissões.

Então, para não perdermos tempo e abreviar, queria, em nome do Nordeste brasileiro, agradecer a V. Exª e aos meus pares com assento nesta Casa.

Muito obrigado, particularmente a esse companheiro, Walter Pinheiro, que é um nordestino de primeira linha. Ele fez questão, quando falei com ele que pudesse ser o Relator desta matéria, considerando que, além da sua competência, é um conhecedor profundo da Região Nordeste.

Por essa razão e como nós somos irmãos – apesar de que a Bahia tem uma importância muito maior do que meu Estado, mas está nas mesmas circunstâncias de dificuldades do semiárido brasileiro – queria agradecer, Walter, de coração, a sua gentileza e o seu extraordinário parecer.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Nós que agradecemos, Senador Benedito de Lira, sua articulação política e logicamente a importância de um projeto dessa magnitude para o Nordeste brasileiro.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semiárido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação
Observações:
- Em 02.09.2015, durante a 22ª Reunião, o Relatório foi lido, encerrada a discussão e adiada a votação.
- A Matéria constou, ainda, nas seguintes Reuniões da CDR: 23ª em 09.09.2015, 24ª em 16.09.2015, 27ª em 30.09.2015, 30ª em 14.10.2015 e na 41 em 25.11.2015.
- A Votação será nominal.

Passamos imediatamente a palavra ao Senador Elmano Férrer, que já fez a leitura do seu voto do Projeto de Lei nº 249, de 2015, para as suas considerações.

Logo em seguida, colocaremos em votação nominal o referido projeto de lei.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso projeto... Aliás, o projeto é de iniciativa do Senador do Maranhão, Roberto Rocha.

Já foi lido o relatório. Trata-se de conceituar o Semiárido nordestino dentro de três critérios preestabelecidos.

Então, o nosso encaminhamento é no sentido da aprovação do presente projeto.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Novamente, havendo quórum qualificado, abro a votação, lembrando que será votação nominal, visto o caráter terminativo do projeto nesta Comissão.

Em votação nominal o projeto. Nós o submetemos à chamada nominal dos Senadores e Senadoras.

Como vota o Senador Donizete Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – "Sim", com o Relator.

Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Davi Alcolumbre, "sim".

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Voto "sim". Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – "Sim".

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Voto "sim", Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Elmano Férrer. É o Relator.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – "Sim".

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – "Sim".

Com doze votos...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente, com o Relator aqui, também. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Dalirio Beber.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Titular.

Senador Dalirio Beber, "sim".

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Doze votos SIM.

Aprovado o projeto.

O texto será encaminhado à Presidência do Senado Federal.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Quero parabenizar aqui o meu colega, ilustre Líder Senador Benedito de Lira. Eu não poderia, Senador, de forma alguma, deixar de estar aqui nesse seu brilhante projeto.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Queríamos agradecer...

Senador Donizete.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Antes que o Senador Benedito de Lira vá embora, queria dizer que desde às 9 horas eu estava aqui.

Parabéns pela iniciativa e por sua capacidade de mobilização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, estou à disposição para relatar o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Como o projeto é não terminativo, vamos passar imediatamente, Senador Randolfe, ao item 8 da pauta, com a presença de V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Se V. Exª puder também, depois disso, já que o Senador Randolfe pediu primeiro, passar ao item 7. Como ele é mais novo, meu pai usava a seguinte expressão: não maltrate idoso, não bata em criança nem fale mal de morto. Então, não posso maltratar um mais novo que eu, apesar de não ter idade de ser meu filho. Meu filho mais velho tem 38 anos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues, eu queria solicitar a V. Exª que a gente pudesse seguir a ordem da pauta, já que o Senador Walter Pinheiro está presente, e estava previamente estabelecido como item 7.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pode deixar, eu aguardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, Presidente, o Senador Walter Pinheiro tem toda preferência. É o mais experiente, representa bem a Bahia. Então, primeiro o do Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Passamos ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2015
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências.

Autoria: Deputado Zé Silva e outros
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações: - *A matéria constou na pauta da 30ª Reunião da CDR, em 14.10.2015 e ainda na 41ª Reunião da CDR, em 25.11.2015.*
- Matéria segue ao Plenário do Senado Federal.

Passamos a palavra ao Relator Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, essa matéria é *ipsis litteris* a uma matéria que acabamos de votar, aqui tão bem encaminhada pelo Senador Benedito de Lira.

Senadora Lídice, eu me esqueci de citar o nome do Senador Roberto Rocha, mas no projeto do Senador Benedito de Lira, ainda que nós tenhamos rejeitado a Proposição 85, que era do Senador Roberto Rocha, só por regra regimental, eu aproveitei o conteúdo do Projeto 85, do Senador Roberto Rocha, e o transformei em emenda do Senador Benedito.

Portanto, também o Maranhão foi contemplado na matéria que anteriormente nós votamos.

Essa matéria, Sr. Presidente, como eu disse aqui, é de igual teor. Uma matéria advinda da Câmara dos Deputados, portanto que também inclui, na sua origem, era o Estado da Paraíba e obviamente o natural é que vários Deputados e Deputadas buscaram aprimorar, inclusive, meu caro mineiro presente nesta reunião, Deputado, houve a boa inclusão, inclusive dos rios do Vale do Mucuri, envolvendo aí o Estado de Minas e a questão também do envolvimento do Rio Paraguaçu, Senadora Lídice da Mata, no nosso Estado da Bahia. O rio que nos abastece de água, inclusive a cidade de Salvador.

Nós somos pela aprovação da matéria, que modifica o art. 2º da Lei nº 6.088, para acrescentar à área de jurisdição da Codevasf os Vales do Mucuri e Paraguaçu, bem como o Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em discussão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, não posso deixar de registrar também a importância da inclusão dessas bacias novas e especialmente destacar a Bacia de Paraguaçu, que também foi objeto de proposição do Deputado baiano Afonso Florence. Num determinado período eu também cheguei a propor.

Trata-se de um rio que é responsável pelo abastecimento de 40% do nosso Estado, destacadamente a capital da Bahia. Nasce na Chapada e vai desaguar na Baía de Todos-os-Santos, passando pela querida cidade onde nasci, a cidade de Cachoeira, que divide Cachoeira de São Félix, um rio que tem a identidade da Bahia. Nasce e morre na Bahia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação relatório que conclui pela aprovação da matéria.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado projeto.

A matéria será encaminhada ao Plenário do Senado para as providências cabíveis.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2010
- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A Matéria constou na pauta da 27ª Reunião da CDR, em 30.09.2015, e ainda na 30ª Reunião da CDR, em 14.10.2015 e ainda na 41ª Reunião da CDR, em 25.11.2015.

- A Matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

O Relator Randolfe Rodrigues tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, encontra-se em análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2010, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que tem por objetivo alterar a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

A proposição é composta por apenas dois artigos. O art. 1º do projeto propõe a alteração supramencionada, enquanto o art. 2º contém a cláusula de vigência.

Na justificação, o autor argumenta que a consequência do regime fiscal vigente é que a região deixa de aproveitar suas potencialidades centradas nos segmentos agrossilvopastoril, da agroindústria, da mineração, da bioindústria e da reciclagem de resíduos, apenas para citar alguns exemplos. Ao contrário, sofre a concorrência predatória de produtos industrializados de outras regiões que ali entram com isenção do IPI, enquanto o produto local sofre a incidência plena do tributo.

Ainda segundo o autor, a região é induzida à exportação de produtos primários, que vão constituir-se em matéria-prima para industrialização em outras regiões, muitas vezes retornando à própria Amazônia Ocidental como produtos acabados, beneficiados com a isenção do IPI.

Esta situação estaria em conflito com o conceito de que o desenvolvimento é tanto mais incentivado quanto mais a produção exportada contenha valor agregado, gerando emprego, renda e avanço tecnológico na própria região.

A matéria havia sido distribuída, inicialmente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 892, de 2010, do Senador Antonio Carlos Valadares, a proposição passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 292 de 2008, e foram novamente distribuídas às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Em 26 de abril de 2011, a CDR recebeu Relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti com voto pela aprovação do PLS nº 292, de 2008, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS nº 210, de 2010.

Após a leitura do Relatório, em 25 de maio 2011, foi apresentado pedido de vista pela Senadora Vanessa Grazziotin, não havendo deliberação sobre a matéria, que acabou por ser arquivada ao final da 54ª Legislatura.

Com a aprovação do Requerimento nº 86, de 2015, de desarquivamento, de autoria do Senador Acir Gurgacz....

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a assuntos, Sr. Presidente...

A análise nesta Comissão se restringe ao mérito da proposição.

Quanto ao mérito, a relevância da matéria está devidamente demonstrada na justificação. O autor defende a ampliação da abrangência do incentivo fiscal em questão a todos os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas originárias da própria região.

A norma atual limita o benefício apenas aos produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, inclusive as de origem pecuária.

O regime tributário vigente é caracterizado pelos benefícios fiscais concedidos aos produtos oriundos de outras regiões do País destinados ao consumo na Amazônia Ocidental.

Faço aqui, Sr. Presidente, oralmente – e peço para a Taquigrafia fazer o registro – uma emenda ao projeto já estendendo, para inclusive atender a justificativa do autor e pela necessidade da abrangência de outros produtos como instrumento de desenvolvimento regional, o mais adequado é que este instituto, previsto no Decreto-Lei nº 1.435, de dezembro de 1975, não fosse incluído única e exclusivamente para a Amazônia Ocidental e sim para toda a Região Amazônica.

É dessa forma que faço essa emenda alterando o texto. Onde se lê "Amazônia Ocidental" para "atendimento em toda a Região Norte" ou "em toda a Região Amazônica".

Especificamente com relação às desigualdades regionais, o autor lembra que o privilégio para os bens produzidos em outras regiões do País acaba por condenar a Amazônia à condição de mera fornecedora de

matérias-primas e consumidora de bens industrializados. Para o autor, isso representa a própria negação da diretriz constitucional que preconiza a correção das desigualdades regionais.

Mediante aprovação do PLS nº 210, de 2010, passaria a haver simetria nas condições de competição pelos mercados locais e igualdade no tratamento fiscal, independentemente dos estabelecimentos industriais estarem localizados na Amazônia ou em qualquer outro ponto do território nacional.

Diante do exposto, Sr. Presidente, opino pela aprovação do projeto de lei do Senado, com a alteração que aqui apresento: e, vez de somente Amazônia Ocidental, a extensão do benefício para toda a Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Compreendo a relevância do projeto, a importância, porém o Ministério da Fazenda levantou um questionamento em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e o do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio também fez uma observação, em virtude disso, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu gostaria de pedir vista do projeto...

(Interrupção do som.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...com o compromisso de retorná-lo a esta Comissão o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Como o pedido de vista de V. Exª é regimental, está concedida vista ao Senador Donizeti Nogueira.

O item 9 foi retirado de pauta. O item 10 nós já votamos aqui.

O item 11, eu quero fazer uma justificativa aqui, o relator do projeto, como ele é terminativo, não está presente, portanto, há o entendimento que fica adiado para a próxima pauta, que deverá ser, sem ser na próxima quarta-feira, na outra. Em virtude de que, na próxima quarta-feira, já temos uma audiência pública marcada e convocada para esta Comissão.

O item 12 já foi votado. Queria agradecer...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu queria pedir, conforme eu já havia feito oralmente no início da reunião, que o senhor consultasse aos nossos pares a possibilidade de incluir o requerimento extrapauta, que trata da realização de um seminário, de uma audiência pública no Tocantins, no mesmo molde deste que V. Exª está fazendo no Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Nós gostaríamos de votar a inclusão do item proposto pelo Senador Donizeti Nogueira como item extrapauta. Submetemos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a inclusão do item extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o item extrapauta.

O requerimento extrapauta, que agora passa a constar na pauta, receberá o número 56, de 2015, da CDR.

Passamos agora à votação do Requerimento nº 56, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO Nº 56, de 2015

Requeiro, nos termos dos arts. 90, incisos II e XI, e 104-A, do RISF, a realização de Seminário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na cidade de Palmas, no Estado do Tocantins, com a finalidade de debater questões relacionadas com projetos e programas sustentáveis para a Amazônia, visando o desenvolvimento regional, erradicação da miséria e a redução das desigualdades supra e inter-regionais.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submetemos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Eu queria agradecer a participação de todos os Senadores e Senadoras na nossa audiência. Foi uma audiência muito produtiva, na qual tivemos a oportunidade de votar projetos importantes, inclusive não terminativos, além de requerimentos.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte nove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, José Medeiros, Wellington Fagundes e Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Donizeti Nogueira, Humberto Costa, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Dalírio Beber, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento 15/2015-CDR, com a finalidade de avaliar a situação das obras de mobilidade urbana, infraestrutura, estádios e aeroportos nas cidades-sede da copa do mundo de 2014. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Rafael Jardim Cavalcante, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura do TCU; Luiza Gomide de Faria, Diretora do Departamento de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Jaime Henrique Caldas Parreira, Assessor da Presidência da Infraero; e Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo. O Senador Wellington Fagundes passa a presidência para o Senador José Medeiros, às dez horas e quarenta e nove minutos, e a retoma às onze horas e dezesseis minutos**.** Encerrada a exposição dos convidados, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Primeiramente, gostaria de parabenizar os servidores do Senado pela campanha Natal Solidário. Por iniciativa própria, os servidores estão arrecadando fraldas infantis e geriátricas, enxovais de bebê e muletas, para ajudar pessoas carentes que são atendidas no Hospital de Base e no Hospital Materno Infantil de Brasília. Todos podem trazer suas doações e colocá-las nas caixas dispostas em vários pontos do Senado.

Foi realizado, na última sexta-feira, na cidade de Macapá, em atendimento à RDR 48/2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, o Seminário Desafios e Entraves para o Desenvolvimento da Amazônia Legal, com o tema "Sudam Itinerante: Atração de Investimentos para o Estado do Amapá".

O evento contou com a participação de Waldez Góes, Governador do Estado do Amapá, de Clécio Luís Vilhena Vieira, Prefeito de Macapá, de Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente da Sudam, de Inocêncio Gasparim, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Sudam, de Eliezir Viterbino da Silva, Diretor-Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá e também Presidente da Fecomércio daquele Estado, de Anderson Marques, engenheiro representante do BNDES, de Gleidson Guimarães Salles, Diretor Regional do Banco da Amazônia, de Ederson Cláudio Negri, Superintendente Regional da Caixa, de Sadi Luiz Hendger, Superintendente Regional do Banco do Brasil, e do Senador Randolfe Rodrigues.

Registramos os convites do Ministério do Turismo e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para a solenidade de apresentação dos resultados do Índice de Competitividade do Turismo Nacional 2015, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, a ser realizado hoje, às 10h, no Ministério do Turismo.

O Ministério do Turismo, por meio do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, convida para o Seminário Prodetur Nacional: a Importância dos Projetos com Financiamento Externo para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2015, quinta-feira, às 8h30, no Ministério do Turismo, em Brasília.

O objetivo do encontro é apresentar os resultados alcançados com a execução dos contratos de empréstimos celebrados no âmbito do Prodetur Nacional, além de organizar o diálogo e o acesso a informações relevantes a respeito da importância dos recursos de crédito externo para o desenvolvimento integrado do turismo.

Como expediente, conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de avaliar a situação das obras de mobilidade urbana, infraestrutura, estádios e aeroportos nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Encontram-se presentes para a audiência pública, e os convido para compor a Mesa, os seguintes convidados: Rafael Jardim Cavalcante, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura do TCU; Jaime Henrique Caldas Parreira, Assessor da Presidência da Infraero e ex-Diretor de Engenharia, que é, portanto, a pessoa que acompanhou as obras da Copa do Mundo por parte da Infraero; e Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo.

Queremos registrar que foi convidada, e ficou de estar presente, a Luiza Gomide de Faria, Diretora do Departamento de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; e Cristina Maria Soja, Gerente de Projetos do Departamento de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Foram convidados dois representantes do Ministério das Cidades, mas nenhum deles se fez presente até agora. E foi convidado um representante do Ministério do Esporte, que nem resposta deu à Comissão.

Então, isso será encaminhado ao Presidente titulado, Davi Alcolumbre, para que ele tome as providências em relação a essa postura do Ministério do Esporte.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos.

A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual tempo para resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos nesta nossa audiência poderá ser feita pelos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do site do Senado Federal www. senado.leg.br, e também pelo Alô Senado, através do 0800-612211.

Então, quero repetir aqui que a participação dos internautas poderá ser feita por meio do e-Cidadania, que pode ser acessado por www.senado.leg.br, e pelo Alô Senado, no 0800-612211.

Eu quero, então, conceder a palavra, aqui, inicialmente, ao Dr. Jaime Henrique Caldas Parreira, que, como eu disse, representa o Presidente da Infraero e, como foi Diretor de Engenharia, com certeza, tem muitos subsídios para colocar a respeito desta audiência que tem como objetivo exatamente analisar as obras inacabadas contratadas em função da Copa do Mundo.

Claro que nós temos vários Ministérios envolvidos nessas obras, sendo que as principais, os estádios, ficaram prontas a tempo. Mas há uma preocupação nossa principalmente quanto à subutilização desses estádios, assunto que também pode ser abordado aqui pelos palestrantes.

Em relação às obras de mobilidade urbana, também existe uma preocupação muito grande. E em relação ao turismo há também essa questão do legado, principalmente das obras da Copa, do evento Copa do Mundo, porque a população cobra se a Copa foi só para fazer jogos.

Temos de testemunhar que o evento Copa do Mundo no Brasil foi um sucesso. Conseguimos realizar o evento, enquanto muitos não acreditavam que o Brasil tivesse condições, que o Brasil tivesse competência para realizar um evento da envergadura de uma copa do mundo. E todos cobravam e diziam que era o padrão FIFA. E a gente procurou fazer o dever de casa no sentido da organização, tanto é que não tivemos praticamente nenhum incidente no Brasil quanto à segurança, aos eventos de um modo geral. Mesmo o Brasil terminando com um sete a um, o que não era esperado... Muitos diziam que já estava tudo certo, que o Brasil já tinha comprado a Copa do Mundo e nós seríamos campeões. E pior que nada disso aconteceu.

Agora mesmo, estamos tendo, aqui, na Casa, uma CPI do Futebol e o padrão FIFA parece não estar se confirmando em nível nacional. Mas o nosso objetivo é buscar esse legado naquilo que podemos fazer, no que poderemos trabalhar. Agora mesmo estamos compondo o orçamento da União, pensando em como a parceria pode ser consolidada com a União, os Estados e, principalmente, as prefeituras das capitais onde foram realizados os eventos. Então, este é objetivo desta audiência pública.

Hoje, estamos sendo prejudicados em função do momento que estamos vivendo aqui na Casa. Ontem, por exemplo, tivemos reuniões que vararam a noite e hoje a maioria das Comissões ficou um pouco esvaziada, mas quero salientar que esta reunião é importante, porque tudo está sendo gravado e serão produzidos documentos. Então, não só há participação das assessorias presentes, mas também do público que está em outras cidades, enfim, nas suas casas, no seu trabalho... É importante que estejamos aqui para captar, ouvir essas indagações.

Por isso, quero agradecer a presença daqueles que aqui estão, ao Neusvaldo, ao Jaime e ao Rafael, tendo em vista que a presença de vocês pode ser extremamente importante para darmos um passo de satisfação à população brasileira, que tanto questiona e cobra a prestação do serviço público.

É muito ruim quando vemos inacabada ou subutilizada uma obra em que foi aplicado recurso público. Por isso, são importantes as sugestões também. Não devemos só discutir as obras inacabadas, mas também a melhor utilização dessas obras Brasil afora.

Passo a palavra ao Dr. Jaime Henrique Caldas, da Infraero, que tem condições de fazer aqui um verdadeiro raio X do que representou essa infraestrutura realizada nos aeroportos brasileiros.

Quero deixar registrado aqui que conseguimos realizar a Copa a contento, mas a população hoje cobra: "E aí? O que ficou para nós? Como está? O que melhorou? O que pode melhorar?" Então, este é o objetivo da nossa audiência.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Muito bom dia a todos!

Em nome da Infraero e do seu Presidente, Gustavo do Vale, eu cumprimento o Senador, na pessoa de quem eu cumprimento todos os membros do Senado e os colegas aqui presentes.

Vou fazer um breve preâmbulo do que a Copa representou para nós.

Para a Infraero, a partir de 2009, 2010, começou a acontecer, aqui, no Brasil, uma demanda muito extraordinária de passageiros e carga. Em 2011, por exemplo, tivemos um crescimento de vinte e poucos por cento e em 2012, de quase 18%. E foi em cima disso que todo o planejamento foi feito.

Obviamente, sabíamos da nossa responsabilidade durante a Copa e depois, junto, as Olimpíadas, mas todo o planejamento da Infraero foi preparado para atender à demanda que se instalou e que vinha prevista ao longo dos próximos anos, que foi excepcional.

Todos nós já discutimos, lá no passado, que muita gente teve acesso ao transporte aéreo e que, com isso, houve uma pressão enorme por novos terminais e, principalmente, por novos pátios e pistas, já que as empresas aéreas substituíram as aeronaves de menor porte por outras de muito maior porte e que, com isso, a demanda aumentou.

Então, a Copa sempre foi uma meta nossa, mas a gente tinha que, naquele momento, atender a essa demanda prevista.

Obviamente, esse...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Jaime, como foi preparado aqui pela Consultoria, eu acho que isso tem muito a ver com a fala de cada um de vocês. Eu vou ler algo aqui que o senhor já poderá responder e aí vai à análise que eu acredito que cada um fará.

De acordo com a opinião de especialista, uma das áreas mais sensíveis para o desenvolvimento do País é o setor aeroportuário. A Copa do Mundo representou uma grande oportunidade para que esse tema entrasse de forma vigorosa na agenda nacional. Hoje, passado um ano e meio de realização do evento, que balanço pode ser feito nesse campo? O que foi possível aprender com o desafio de realizar simultaneamente tantas obras nos aeroportos brasileiros?

Aí há, inclusive, a questão da concessão. Eu acho que seria importante falar, por causa da posição da Infraero, não só dos aeroportos já concessionados, mas dos aeroportos que estão em vias de licitação e de outros aeroportos.

Como a Infraero passou a ser sócia dos aeroportos. Parece-me que seria importante colocar aqui que, na maioria deles, o percentual. Parece-me, foi de 40%...

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – De 49%.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Ah, 49%!

E pergunto como a Infraero vê também a possibilidade de novas concessões a serem realizadas no Brasil.

Eu gostaria de saber aqui especificamente do caso do aeroporto de Cuiabá, Mato Grosso, um aeroporto estratégico, que tem a segunda maior área de aeroporto do Brasil, que está cravado no centro da cidade de Várzea Grande, que se une à capital pelo Rio Cuiabá unindo à capital. Portanto, o aeroporto fica muito próximo do centro de Cuiabá, no centro de Várzea Grande e, estrategicamente, está no centro do Brasil e no centro da América do Sul, mas hoje, infelizmente, não temos nenhum voo de integração com o Mercosul. E nós do Mato Grosso entendemos que esse aeroporto poderá muito bem servir para a integração do Mercosul não só no que se refere aos passageiros, mas também às cargas.

Conhecemos um projeto antigo da Infraero que eu gostaria que fosse abordado senão já na apresentação, pelo menos na segunda fase.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – O.k.

Feito este preâmbulo, então, vou dar uma passada aqui exatamente nessa janela de oportunidade que o Brasil teve nesse segmento aeroportuário com visão Copa, mas principalmente para atender essa demanda, e falar do que foi feito, sobre em que nós conseguimos avançar até o fim, do que ficou pelo caminho. A gente vai ver aqui qual foi, entre aspas, o legado que o Brasil teve com esses investimentos todos aqui.

Esse é o rol, que eu selecionei, dos aeroportos em que intervimos ao longo desses anos, uns diretamente voltados à Copa e outros que foram considerados estratégicos para que, naquele momento, a gente tivesse vários pátios e várias pistas para poder atender a demanda prevista.

Começamos com Manaus.

Manaus praticamente tem um novo aeroporto. Houve uma ampliação extraordinária. Fazia 36 anos que o aeroporto de Manaus não tinha uma intervenção profunda. E essa intervenção foi bem profunda, praticamente quadruplicando a capacidade operacional dele. Nós temos hoje, em Manaus, capacidade instalada para 13,5 milhões de passageiros/ano. Fizemos o terminal grande e reformamos e ampliamos inteiramente o Eduardinho, que é como ele é chamado. Então, o meu entendimento é de que o Governo Federal ou seja quem for, em Manaus, vai ficar longos anos sem ter que fazer investimentos pesados, só fazendo manutenção. Foi um grande investimento mesmo para a cidade no escopo, na capacidade aumentada. Demos muito enfoque não só ao terminal, que estava carente, mas também ao pátio de aeronaves, porque era, vamos dizer, na ótica operacional, a carência mais premente de quase todos os aeroportos a capacidade de atender grandes aeronaves que se solidificaram aqui, no Brasil.

Fortaleza.

Em Fortaleza, fizemos uma implantação e, em seguida, tivemos um problema muito sério com o consórcio construtor. Esse contrato foi rescindido e hoje Fortaleza está no escopo de aeroporto a ser concessionado agora. Então, nós entendemos, e até parece muito lógico, que não cabe mais ao Poder Público fazer investimentos.

Salvador.

A gente também fez uma implantação muito grande lá em Salvador. Esse é o aumento de capacidade, bastante grande. Houve uma reforma geral. Salvador também é um aeroporto a ser concessionado nessa próxima leva. Nós estamos, lá, acabando o que nós entendemos que seja uma fase do nosso projeto de ampliação para dar, vamos dizer, dignidade operacional a ele para que o futuro concessionário venha e pegue pelo menos um estágio já mais consolidado.

Isto foi o que feito lá em Salvador: novos *check-ins*, novos equipamentos... Houve uma reforma bastante ampla. Vocês vão ter acesso a tudo isso que foi entregue lá.

O pátio foi bastante ampliado. O aeroporto de Salvador era bastante estratégico para atender a Copa do Mundo, porque havia uma aviação executiva prevista muito forte lá, e isso deu capacidade ao aeroporto.

Em Salvador, nova torre de controle. Também era imprescindível que essa torre fosse entregue. E ela foi entregue. Isso aumentou bastante a capacidade operacional no sistema de pistas.

Confins.

Nós pegamos Confins já com parte das obras do processo de concessão instaladas, mas cabia ao Poder Público fazer vários investimentos que foram concluídos lá, especialmente na área operacional: novas pontes de embarque, salas de embarque e, fundamentalmente, acesso viário novo, cobertura, saguão... Agora, esse concessionário está terminando e fazendo a sua implementação, que é a ampliação. Ou seja, aumentamos muito os pátios lá, bastante, construímos o Terminal 3, que a BH Airport, a operadora, já transformou em terminal internacional, já tendo transferido todos os voos internacionais para ele.

Esta foi uma saída que a gente teve em vários aeroportos, que foi chamada até de "puxadinho", pois eram construções muito mais simples e rápidas de serem feitas e que foram atendendo à demanda prevista. Elas aumentaram bastante a capacidade de Confins. Hoje, a capacidade é de 17 milhões, e a demanda prevista está na fase de 14 a 15 milhões, e agora a BH Airport entrou para fazer seus grandes investimentos.

Fizemos também um pátio monstruoso lá em Confins, fundamental para a Copa do Mundo, que era a opção operacional de São Paulo e do Rio. Esse pátio é muito grande. Realmente, foi uma grande obra. E agora estamos concluindo uma expansão da pista, mas a BH Airport é que vai executar as próximas etapas.

Nós também fizemos vários investimentos no de Curitiba. Primeiro, investimos no terminal existente. Isso já era previsto. Nós entendíamos, à época, que isso ele conta do movimento na Copa, mas agora estamos finalizando a expansão, que é muito grande. Provavelmente, em dezembro já deveremos ter esse produto pronto. Vale a pena conhecê-lo. Ficou um belíssimo aeroporto, com uma capacidade instalada que vai muito longe. Acho que a gente não vai precisar fazer mais nada lá durante muito tempo. Ele cresceu bastante. E vamos ter uma capacidade instalada, agora, no início de 2016, de quase 15 milhões, e vamos ter uma demanda de entre 9 milhões e 9,5 milhões, com um crescimento médio que agora voltou ao normal: de 3% a 4% ao ano, que é a média histórica brasileira. Foi muito grande essa expansão. Ficou muito bonito o aeroporto. E também mexemos em pista, restauramos toda a pista, fizemos um novo terminal de carga lá.

Em Cuiabá, Estado de origem do Senador – travamos muita batalha juntos, não é, Senador? –, tivemos uma grande frustração. Aqui, houve uma excepcionalidade. A Infraero fez essa obra em convênio com o Governo do Estado. O Governo do Estado foi o licitante e o contratante, e havia repasse da Infraero mediante a

execução e a apresentação lá da medição. Nós empurramos bastante essa obra até a Copa do Mundo para fazer o básico, mas ficamos devendo. Minha avaliação é que o consórcio construtor não deu conta do recado lá. Mas, no pós-Copa, como sabemos, a Infraero tentou, durante muitos meses, trazer esse contrato para si, mas isso não foi possível, por uma série de coisas. Porém, depois de longos entendimentos – esta é a notícia boa –, em novembro, foi assinada a ordem de serviço pelo Governo do Estado. Então, agora, temos um prazo de sete a oito meses para acabar essa obra, porque nós ficamos devendo em Cuiabá. Nós sabemos disto. Fizemos alguns investimentos e suprimos isso na Copa do Mundo com uma operação bastante fina lá. Foi por isso que, voltando às suas palavras, Senador, não tivemos nenhum impacto no sistema operacional. Mas acreditamos que agora vai acabar, tem tudo para acabar, e vai ficar um belíssimo aeroporto. Entretanto, até que chegasse a Copa, nós insistimos nesse contrato, porque todos nós aqui sabemos que, quando o Poder Público rescinde um contrato, há um tempo muito grande para a volta de um novo contrato, tem Justiça, tem um monte de coisa. Então, insistimos em que houvesse um mínimo de dignidade operacional para a Copa e agora retomamos isso junto ao Governo do Estado, que continua sendo o contratante. Mas ampliamos estacionamentos, instalamos vários equipamentos lá.

Sobre o aeroporto de Cuiabá era, basicamente, isto. Agora temos sete ou oito meses para entregarmos a parte nova e entregarmos o que o Estado merece, sem sombra de dúvida.

Galeão.

Galeão é um aeroporto que, no meio do caminho, passou por um processo de concessão, mas cabia ao Poder Público fazer vários investimentos, grandes investimentos, até que viabilizaram a própria concessão. Aí, nós interviemos lá nos terminais existentes, fizemos uma grande ampliação, uma recuperação geral do aeroporto – a Infraero fez isto –, com vistas à Copa do Mundo.

Esta é a parte que ficou pronta durante a Copa.

(Soa a campainha.)

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Fizemos uma intervenção também bastante grande lá no Terminal 2. Esse, sim, ficou já com alguma ampliação.

Pátio e pista também tiveram uma grande recuperação, com uma expansão de pátio, para adaptação dele às novas aeronaves gigantes. Interviemos em toda essa área vermelha que vocês estão vendo aqui.

Para a Copa do Mundo, ele foi um aeroporto bastante demandado.

Porto Alegre.

Também fizemos uma intervenção no terminal existente, iniciamos a obra da expansão, mas também tivemos insucesso lá. Nós nos dedicamos basicamente a pátio. Infelizmente, lá, o consórcio construtor também não avançou, e, como é um aeroporto que foi a concessão, a Infraero terminou os seus investimentos na expansão de pátio e do terminal que operou para a Copa, e agora o novo concessionário é que vai fazer a grande expansão dele. Há um projeto muito interessante para Porto Alegre. O aeroporto fica numa área muito difícil de se trabalhar, muito alagada. Então, tivemos muita dificuldade técnica lá. Mas, de qualquer maneira, em termos de capacidade, ele atende. Não está estourado. Ele atende.

Em Foz, nós também fizemos uma grande intervenção, com reforma e ampliação. Esse também acabou a tempo. É um destino turístico. Muitos dos que vieram para cá também foram a Foz. Houve uma demanda muito grande. Também crescemos bastante lá em Foz.

Em São Gonçalo do Amarante, novo aeroporto de Natal, que foi também concessionado, cabia à Infraero fazer todo o lado aéreo do aeroporto, investimentos em pátio, em pista, acesso viário... Concluímos em tempo hábil. Aí, a concessionária entrou e fez a sua parte concomitantemente. Aqui, também tivemos um desafio enorme por causa da sua localidade. Mesmo assim, concluímos em tempo.

No de Macapá, fizemos uma grande ampliação de pátio. Agora, estamos retomando o terminal, fizemos uma intervenção, construímos lá um MOP bastante grande, que ficou muito bacana. Isso atendeu a demanda. Agora, voltamos a mexer com obras novas lá, no novo terminal, que agora está voltando a ser construído.

Em Goiânia, também fizemos um grande investimento, à época, um médio investimento, para atender a Copa do Mundo e, aí, fomos atrás de retomar o assunto. Goiânia é o outro aeroporto em que também ficamos devendo. Sempre reconhecemos isso. Agora deu certo, e, provavelmente, agora, em janeiro ou fevereiro, já teremos um grande produto, que é o terminal novo, e, em seguida, provavelmente no fim de 2016, já teremos pistas e pátios novos, para atendermos a essa demanda antiga, que era a de recuperar e voltar a fazer a expansão lá de Goiânia, também muito grande, e vai ter capacidade para 5 milhões de passageiros/ano.

Em Aracaju, estamos ampliando pista, pátio, fazendo toda adaptação, uma grande expansão... Estamos andando com isso.

Florianópolis.

Nós também fizemos uma intervenção muito pequena lá no terminal. Começamos a obra do novo terminal e começamos obra de pátio e de novas *taxiways*, enfim, na área operacional. A área operacional continua, mas lá no terminal também tivemos uma frustração muito grande com o consórcio construtor. Então, rescindimos o contrato e, como entrou para concessão, agora vamos aguardar o novo concessionário fazer isso. Mas entregamos muita coisa para a Copa lá. Ele foi um aeroporto também bastante importante para a Copa do Mundo e, vamos dizer, a saída para Porto Alegre ou para Curitiba, caso houvesse algum problema operacional.

Esse é o projeto do novo aeroporto. A gente acabou dando uma parada nisso nessa condição que vocês estão vendo. Infelizmente, o consórcio construtor lá quebrou, literalmente quebrou e não vai mais à frente.

(Soa a campainha.)

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Puxa, eu fiz alguma coisa errada aqui. Deixe-me ver. Agora sim. Acho que agora foi. Não está indo mais. Acho que acabou, não é? (*Pausa.*)

Acabou.

Eu fiz um pente fino no que eu julguei, no que nós julgamos mais importante.

Quero também deixar claro que, nos três aeroportos concessionados, quando foi feita a concessão, foi feito o chamado Anexo 3, que é um adendo do próprio edital, para o contrato, e coube à Infraero fazer alguns investimentos, especialmente um, bastante grande, lá em Guarulhos, que foi para toda a parte de recuperação de pista e novas *taxiways* e também toda terraplanagem do novo Terminal 3 que, quem conhece... Quando a concessão entrou – essa foi a parte da Infraero, do Governo Federal –, ele já começou a construir o terminal. Guarulhos – eu sou de lá – sempre foi um drama. O terreno lá é de turfa, muito, muito difícil. Mas foi um grande benefício ao País a concessão, e se agregou muito em valor. Foi uma obra muito pesada, feita pelo Exército Brasileiro, tal qual São Gonçalo, sob fiscalização da Infraero.

Aqui, em Brasília, também fizemos alguns módulos operacionais, fizemos a recuperação do terminal, e, quando o concessionário assumiu, o que cabia ao Governo Federal via Infraero estava concluído. A mesma coisa lá em Viracopos.

Quanto ao Galeão e a Confins, caminhamos juntos e agora estamos saindo disso, e toda a parte nova vai caber aos novos concessionários, que já estão operando e já estão construindo.

Por isso tudo, minha avaliação, a avaliação da Infraero... Pesquisas foram feitas à época e, realmente, mostraram, como o Senador comentou – e eu aqui faço um reforço disso –, que havia uma síndrome de que os aeroportos seriam o problema da Copa. Eu me lembro do Sr. Ricardo Teixeira falando dos aeroportos. Acho que todo mundo se lembra disso. Posso dizer que concluímos muitas coisas, que não concluímos outras, mas quero dizer que o que fizemos não foi motivo para os aeroportos serem mal operados. Fizemos, sim, um investimento muito alto na área operacional, com equipes totalmente dedicadas a isso, e as pesquisas que foram feitas à época demonstraram que os aeroportos foram razoavelmente bem avaliados para a Copa do Mundo.

Do ponto de vista prático, o que a gente não acabou... Obviamente, hoje, as condições de recurso são outras, mas, ainda assim, a Infraero hoje está fazendo obras em Goiânia, em Vitória, em Macapá, em Curitiba, em vários aeroportos. E também não vamos nos esquecer, porque aqui ficaria uma lista monstruosa, dos outros cinquenta e poucos aeroportos que não eram para a Copa e que não são tão visíveis assim, mas estão sendo recuperados também: Tabatinga, Tefé, etc. A Infraero é uma empresa que tem esta missão. Quer dizer, ela não cuida só do que interessa à iniciativa privada; ela cuida principalmente do que interessa ao País, cuida de manter operacionalmente as dezenas de aeroportos importantes do País.

Agora, vamos ficar para as perguntas, porque eu acho que a gente vai mais ao ponto.

Acabou de chegar também a representante do Ministério das Cidades, Drª Luiza Gomide de Faria, que eu gostaria de convidar para estar aqui presente.

Passo, de imediato, a palavra ao Secretário de Fiscalização de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União, Dr. Rafael Jardim Cavalcante.

O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE – Sr. Presidente, S. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Só um minuto, apenas para dar aqui um posicionamento já preparado pela Consultoria.

O Tribunal de Contas tornou público que, pela consolidação das fiscalizações realizadas, a conta final das obras preparatórias para a Copa do Mundo ficou em R$25,5 bilhões.

Além de atrasos importantes nos cronogramas de execução dos projetos, identificaram-se obras não entregues e a necessidade de repactuação de programas, com possibilidade de rescisão contratual em determinados casos.

Nesse sentido, na opinião do representante do TCU, quais seriam as grandes lições a serem extraídas pelo País para o planejamento de grandes eventos, como foi o caso da Copa e, agora, das Olimpíadas?

Esse é um grande desafio para o Brasil e, sem dúvida nenhuma, também uma grande oportunidade para o País.

O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE – Sr. Presidente, Sr. Senador Wellington Fagundes, ilustre representante da Infraero, Dr. Jaime Parreira, ilustre representante do Ministério do Turismo, Dr. Neusvaldo Lima, Drª Luiza Gomide, quem tenho prazer em rever, representante do Ministério das Cidades, demais Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores, é com muita honra que o Tribunal acolhe o chamamento do Senado Federal para discutir um tema tão importante e expor aos olhos do controle externo quais foram os aprendizados que tivemos com esse grande evento que foi a Copa do Mundo de 2014.

O Brasil fez um massivo investimento em infraestrutura, um monumental investimento. Algum legado ficou, outro está a caminho, outro não vai acontecer, e, desse retrato, diante das fiscalizações que nós fizemos e aos nossos olhos, em geral, sobre tudo aquilo que aconteceu é interessante que a gente medite, porque, sem dúvida, a gente cavou, literalmente, oportunidades para conseguir, por meio desse aprendizado, até discutir o nosso escopo legislativo, em razão dessas oportunidades, algumas delas perdidas.

Presidente, eu fiz uma apresentação demonstrando como foi o controle do Tribunal de Contas da União sobre essas fiscalizações para a Copa do Mundo e, diante mesmo da pertinência da ponderação que V. Exª fez, é necessário que se demonstre qual o critério que nós utilizamos para fiscalizar. Contudo, ainda mais importante, é meditar e conversar sobre o aprendizado para dele conseguirmos tirar recorrências e sairmos daqui melhores, inclusive com eventuais propostas sobre como aprimorar a nossa legislação, de modo a conseguir mais eficazmente investir em infraestrutura nas novas oportunidades.

Principalmente nesses investimentos em infraestrutura, o Tribunal é auxiliar do Congresso Nacional no controle externo da República. E, nesse ano que vem, 2016, nós completamos 19 anos do que nós chamamos de Fiscobras, que recolhe as informações recorrentes em investimentos de infraestrutura que o Tribunal de Contas da União repassa ao Congresso Nacional para respaldá-lo na decisão de colocar ou não dinheiro naquele investimento em infraestrutura. São fiscalizações contínuas e tradicionais. No próximo ano, como disse, vamos entrar no 19º ano de operação.

A Copa do Mundo também entrou nesse rol de fiscalizações. Desde 2009, 2010, nós atuamos nesses grandes empreendimentos, informando ao Congresso Nacional e à sociedade não somente a conformidade com a lei, mas a legitimidade daquelas obras, daqueles investimentos, daquelas decisões com relação à sua eficiência, eficácia, economicidade e da vantagem para a sociedade daquilo que ela poderia extrair do dinheiro que é dela.

E como, na Copa do Mundo, os investimentos não eram isolados, tinham entre eles, entre todos eles, uma interconexão, todos os R$25,5, bilhões realizados tinham um objetivo muito claro, a realização bem-sucedida do evento esportivo chamado Copa do Mundo e um objetivo muito claro de deixar uma herança positiva para a sociedade. Eles não poderiam ser, de forma alguma, vistos de forma isolada. Nunca! E o Tribunal de Contas da União, ciente dessa necessidade de ver os investimentos de forma integrada, decidiu concentrar em um único relator a avaliação de todos os investimentos.

Então, a estratégia foi realizar as fiscalizações, levar ao Ministro Relator da Copa, que, por sua vez, levava ao Plenário do Tribunal de Contas da União, onde as decisões eram prolatadas e, imediatamente, Senador, informadas ao Congresso Nacional, às Comissões específicas do Congresso Nacional, para que a sociedade, aos olhos do Legislativo, que ela vota para estar aqui, conseguisse estar ciente de como aqueles investimentos estavam sendo feitos.

Eu acredito que, para contextualizar como essas fiscalizações do TCU foram feitas, essa transparência que foi colocada aí seja a mais importante, porque as fontes de recursos – esses R$25,5 bilhões – eram as mais diversas possíveis, e essa particularidade de vários tipos de investimento, de várias fontes de recursos tornou a fiscalização do Tribunal de Contas da União, como também do Legislativo federal, distinta para cada investimento.

Existiram operações bancárias do BNDES; existiram e existem operações da Caixa Econômica Federal; existiram investimentos diretos do Orçamento Geral da União nos portos e aeroportos, realizados pela Infraero; existiram também investimentos estaduais, municipais e até privados. Dessa forma, o controle eficiente e eficaz, para não haver uma invasão constitucional do Tribunal de Contas da União nas competências próprias dos TCEs e dos TCMs, os tribunais de contas dos Estados e dos Municípios, exigiu um intercâmbio muito grande de informações, uma sinergia grande de diálogo com todas as instituições incumbidas de controlar a Copa, tal como o Ministério Público Federal, por exemplo.

No caso dos estádios, por exemplo, não houve um pingo de dinheiro diretamente aplicado do Orçamento Geral da União. Todos eles foram financiados pelo BNDES até o limite de R$400 milhões. Mas, ora, numa operação bancária em que não existe propriamente uma transferência patrimonial, o que legitima a fiscalização do Tribunal de Contas da União nesses empreendimentos? São olhares diferentes.

Da mesma maneira – e muito importante para esta reunião –, as obras de investimento em mobilidade urbana. Existiram parcerias público-privadas tocadas nos Estados; existiram investimentos diretos dos Estados, mas 51, 52 empreendimentos – depois mudou para 49 – eram financiados pela Caixa Econômica Federal – operações bancárias. Em princípio, então, o Tribunal de Contas da União não teria legitimidade, em razão de não haver a transferência patrimonial, de fiscalizar diretamente, *pari passu*, em campo, o empreendimento, inclusive com relação aos seus prazos.

Os olhares do Tribunal de Contas da União, por exemplo, para as obras de mobilidade urbana são: o que a Caixa Econômica Federal, como dona do dinheiro que está sendo emprestado, tem que olhar nesses empreendimentos para (I) garantir que os recursos do FGTS, que era a fonte de recursos, fossem bem aplicados; (II) como operadora financeira com uma fonte muito particular de recursos, o FGTS... Existe uma peculiar diferença entre uma operação bancária tradicional, onde você só deve garantias, e uma operação oriunda de um fundo muito próprio em que ele autoriza investimentos numa linha muito particular, que envolve a necessidade de aqueles recursos angariarem benefícios à sociedade, por exemplo, nas obras de mobilidade urbana.

Questão diferente se deu nos portos e aeroportos. Como o recurso era aplicado diretamente pela União, por meio das suas estatais ou da SEP, a Secretaria Especial dos Portos, o Tribunal de Contas da União pôde acompanhar *pari passu* cada meandro, cada passo mesmo que foi dado. E, aí, o interessante aqui é reconhecer e testemunhar – e digo isso porque acompanho muito de perto cada licitação de cada aeroporto que foi feito – a predisposição da Infraero em corrigir qualquer eventual irregularidade, mínima que fosse, que o Tribunal de Contas da União apontava. Houve fiscalização nos editais. Era importante que assim fosse feito: antes de qualquer irregularidade acontecer, sob pena dos importantes investimentos para a Copa não acontecerem, o Tribunal de Contas da União fiscalizava os editais, ouvia a Infraero, e esta, imediatamente – posso citar vários casos, seja no Galeão, em Confins, em Manaus, acho que em quase todos –, estava pronta para dirimir aquelas eventuais irregularidades.

Se atrasos aconteceram – e aconteceram –, acho que, ao final, nós podemos verificar os nossos pontos de vista sobre o porquê de ter havido atrasos, o porquê de as empresas terem quebrado, o porquê de os prazos terem estourado. Eu acho que isso é o que pode ficar dessa conversa. Certamente, não foi pela boa vontade da Infraero em bem aplicar os recursos e resolver os problemas necessários para que a Copa acontecesse.

Este é um testemunho. O Ministro Relator era o Ministro Valmir Campelo. Diversas reuniões foram feitas com a Infraero e, nesse debate, eu posso, claramente e com tranquilidade, dar esse testemunho.

Da mesma maneira com os portos, Junto à SEP, também, nós fizemos fiscalizações muito tenras, ainda nos editais, e com a colaboração muito próxima dos TCEs e dos TCMs.

Quando os recursos da União limitavam seus financiamentos – voltando ao caso da mobilidade urbana, da Caixa e dos estádios –, o TCU avalia apenas a regularidade das operações bancárias. A gente, via de regra, não entra no meio da obra para fiscalizar o seu andamento, porque o recurso, originalmente, não é do OGU. Então, isso envolve, na verdade, na avaliação de regularidade dessas operações, a finalidade do recurso, daquele empréstimo bancário, no caso do BNDES, subsidiado, e a probidade dos investimentos.

Então, a gente deu um passo além do que costuma dar. A legitimidade de empréstimos feitos pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal não poderiam alimentar, por exemplo, empreendimentos superfaturados. Então, aos olhos da Caixa e aos olhos do BNDES, haveria de se fazer uma análise mínima necessária – é claro que não idêntica ao do dono do recurso – para que se garantisse que não se estava financiando empreendimentos superfaturados ou inviáveis. Se o recurso era para a Copa e o empréstimo envolvia condições especiais para a Copa, financiar empreendimentos que, certamente, não ficariam prontos até a realização da Copa extrapolaria a finalidade do recurso. Eram condições muito especiais de empréstimo – e isso nós fizemos e podemos contar essa história.

Tentando entrar, agora, nos resultados, as fiscalizações do Tribunal nesses quatro, cinco anos, nos portos, aeroportos, arenas, obras de mobilidade urbana, turismo – e fiscalizamos também as renúncias financeiras; fiscalizamos TI, segurança pública –, renderam benefícios concretos em redução real dos orçamentos em, pelo menos, R$650 milhões, com mais transparência e mais controle social. Não são resultados estimados, do tipo "pode ser que", não; trata-se de redução concreta de contratos fiscalizados pelo TCU na Copa do Mundo. Todas realizadas em idade tenra dos empreendimentos, preferencialmente nos editais, para viabilizar alterações tempestivas que rendessem, de fato, economia do dinheiro do cidadão para realizar a Copa do Mundo.

E aí alguns resultados: no Aeroporto de Confins – e a gente contou, de fato, com a boa vontade da Infraero, que reconheceu o prejuízo por nós apontado –, houve a redução de R$70 milhões no edital. No Aeroporto de Manaus, outros R$70 milhões; no Galeão, foram R$16 e R$17 milhões; no Aeroporto de Fortaleza, R$15 milhões. Nos portos, houve redução de R$75 milhões nos orçamentos. Nos estádios de futebol, havia uma governança muito própria do controle do Tribunal de Contas da União. Como havia muitas PPPs e a responsabilidade pela

fiscalização dos empreendimentos era, eminentemente, dos tribunais de contas dos Estados, naquele viés de que o BNDES, com legitimidade da aplicação do recurso público que é subsidiado, não poderia financiar, por exemplo, obras superfaturadas. Então, na eventualidade de uma fiscalização de um tribunal de contas estadual verificar irregularidades que dessem azo a algum investimento antieconômico, o Tribunal determinava ao BNDES que, até a solução daquela irregularidade pelo Estado, se abstivesse de repassar recursos. Essa foi a lógica da fiscalização pelos Estados.

Por exemplo, no Maracanã, houve redução, no contrato, de R$97 milhões. Na Arena da Amazônia, outros R$84 milhões.

No caso de mobilidade urbana, que também são financiamentos, a nossa estratégia fiscalizatória foi orientar a Caixa Econômica Federal a respeito daquilo que ela deveria analisar previamente ao repasse dos recursos. Em alguns empreendimentos, a gente determinou que eles fizessem análises necessárias e suficientes para garantir que, na intenção daqueles recursos, que aquelas obras de mobilidade fossem feitas e terminadas anteriormente ao empreendimento. Por quê? A autorização de crédito, até então realizada pelo Conselho Monetário Nacional, envolvia operações especiais de crédito, inclusive com a possibilidade de extrapolação dos limites de endividamento dos Estados e Municípios, que envolviam o término tempestivo das obras.

E, mais uma vez: se algo não aconteceu, algo que extrapola a questão específica da Caixa ou da mobilidade, ou dos aeroportos, por que, no Brasil, é tão difícil se terminar uma obra a tempo? Ao final dessa prestação de contas e de expor o que a gente fez, eu vou me propor a conversar, rapidamente, pelo tempo que a gente ainda dispor, sobre isso.

É claro que os representantes do Ministério das Cidades terão dados muito mais atualizados – os últimos que nós temos são de outubro – sobre aqueles empreendimentos tidos como para a Copa do Mundo, daqueles empréstimos feitos pela Caixa. A informação de outubro é de que, até então, existiam 77,8% desembolsados. Se isso for trespassado para a cidade sede, em Belo Horizonte, 94,7% dos financiamentos, dos repasses, já haviam sido feitos.

O que está em vermelho são as obras que, por um ou outro motivo, saíram da matriz de responsabilidades da Copa.

Em Brasília, 48,8%; em Cuiabá, 72% – e há toda uma questão particular nas obras de Cuiabá, Senador, de modo que, se o senhor quiser, estou pronto para responder qualquer pergunta. Em Curitiba, 83%; Fortaleza. 31,5%; Manaus, os empreendimentos então tidos não aconteceram, isto é, não houve repasse. Natal, 68%; Porto Alegre, também não houve repasse para obras de mobilidade tida como para a Copa. Recife, 92,4%; Salvador, também não houve; São Paulo *idem*.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE – E, no caso dos aeroportos, a previsão era de R$2,66 bilhões. Foram contratados R$4,41 bilhões e existem ainda investimentos, nos aeroportos concedidos, de R$3,62 bilhões.

Eu acredito que o Dr. Jaime Parreira tenha identificado muito bem, naqueles empreendimentos que, porventura, não tenham ficado prontos, qual é a sua situação atual. E eu posso, na fase de perguntas, identificar o que o Tribunal tem feito, quais as fiscalizações que existem, o que podemos fazer.

Os aeroportos concedidos têm uma situação muitíssimo particular. Quais eram os aeroportos concedidos, que eram tidos como aeroportos da Copa do Mundo? Guarulhos, Viracopos, São Gonçalo do Amarante, Brasília. O Galeão ainda não tinha sido concedido.

Alguns empreendimentos, ou melhor, alguns investimentos, de fato, não ficaram prontos exatamente conforme a exigência editalícia na época da contenção. Não ficaram prontos para a Copa. É claro que isso tem consequências contratuais tanto no fluxo de caixa do empreendimento quanto com relação às multas. O Tribunal fez e faz fiscalizações específicas para dar consequência a esses contratos. Eles tinham cláusulas, gatilhos muito próprios tais como "olha, se você não tiver esse investimento pronto para a Copa, a consequência será X e Y, e já se pode antecipar que a consequência será alteração no fluxo de caixa, porque o atraso no investimento é bastante impactante no fluxo de caixa, e eventuais multas contratuais daí decorrentes.

Seria interessante inclusive, Sr. Presidente, que representantes da Anac pudessem testemunhar como foi essa relação com as concessionárias para a Copa.

E há o pós-Copa. Isso toca muito particularmente à Infraero, essa experiência dos aeroportos concedidos; toca à Infraero e toca a todas as empresas públicas. É o seguinte: a Infraero é sócia, 49%, de todos os aeroportos concedidos. Ou seja: ela tem minoritárias. E tem minoritárias como as tem o Banco do Brasil, como tem a Caixa, como tem o BNDESPar, como tem os Correios. Nos últimos quatro, cinco, seis anos, tem havido um expressivo aumento de recursos públicos das estatais por meio de suas minoritárias. E, como elas não têm um controle, elas aportam dinheiro, e há de se ter uma governança muito clara, muito boa sobre a adequação e a legitimi-

dade desse gasto. Então, sendo bastante grosseiro – e posso explicar conforme seja – se existe R$1 bilhão em investimento no aeroporto de Guarulhos, a Infraero teria que aportar R$500 milhões. Mas por que o investimento é R$1 bilhão? Quem é que vê? Qual é a estrutura fiscalizatória dentro de uma empresa para saber se o investimento é de R$1 bilhão, de R$2 bilhões ou da metade disso? Exagerando, a Infraero pode colocar R$500 milhões ou pode colocar R$250 milhões.

Portanto, há uma questão societária da Lei nº 6.404, que é a Lei das S.A.s, que faz com que, na verdade, as empresas, no caso a Infraero, tenham que reaprender, se reinventar para lidarem adequadamente com esse investimento. E os objetos das fiscalizações do TCU sobre os aeroportos concedidos para a Copa têm militado especificamente sobre a necessidade de reinvenção quase que societária da Infraero para lidar com esse desafio de ser eficiente na aplicação de recursos de suas minoritárias.

Esse assunto é importantíssimo porque atravessa, trespassa a Infraero, envolve todas as estatais. Acredito que a oportunidade de discutir sobre isso seja a nova lei de governança das estatais, que está em trâmite nesta Casa legislativa. É um assunto delicadíssimo, importante e atual. E ele toca, sim, aos investimentos da Copa do Mundo. Se existe um aprendizado daí decorrente, é a necessidade de haver um acervo legislativo que cuide de verificar a propriedade de como essa fiscalização da estatal é feita.

E também do Congresso Nacional. Por quê? Porque investimento de estatal entra o Orçamento Geral da União. Só que o dinheiro das suas minoritárias é inversão financeira, não entra no OGU. V. Exª, Sr. Presidente, não tem a mesma transparência no gasto de uma minoritária como tem no tem no gasto da estatal. Se o Congresso Nacional não tem a mesma transparência desses gastos, a sociedade também não tem. E isso é novidade, aumentou demais a aplicação desse tipo de recurso.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE – É importante que se debruce sobre esse tema. E ele pode ser visto também – por que não? – como herança da Copa, porque a participação da Infraero é muito grande e os aportes são gigantescos.

Existiram, portanto, nessas fiscalizações, mais do que avaliações editalícias, atrasos. Agora, por que as obras atrasam e por que as empresas quebram? Vou começar logo pela mais difícil. É algo que exige de nós, Controle do Tribunal de Contas da União, sim, uma meditação.

Se formos verificar de forma recorrente, o eventual atraso nos pagamentos que são feitos acaba com uma empresa. Uma empresa com o orçamento muito justinho, que está com lucro baixo, uma empresa de médio ou pequeno porte não tem condições de sustentar investimento de uma obra por três meses que sejam. Atraso de pagamento de dois ou três meses racha, acaba com uma empresa. Ou seja, é preciso também saúde financeira do ente pagador para garantir que a empresa conseguirá ter fôlego.

Na Infraero, por exemplo, onde isso aconteceu de forma muito sistemática, diversas empresas quebraram. Não se pode dizer que houve – eventualmente, na próxima fase, a Infraero pode falar – atraso recorrente que ensejasse ajuda para a quebra da empresa.

Precisamos, de fato, meditar. Estamos reconhecendo que merecemos fazer um trabalho sobre isso, sobre o porquê de ter quebrado. Será que o preço estava justo demais? Reconhecemos que precisamos nos debruçar sobre o problema. Foi algo muito pontual, em três ou quatro aeroportos, o fato de as empresas não conseguirem fazer os investimentos. Literalmente quebraram, deram prejuízo a todo mundo.

Agora, naquilo em que temos grande experiência e que atravessa a Copa do Mundo, vou dar a resposta que todo mundo sabe, mas o mais importante é meditarmos sobre esse porquê. Obras atrasadas, quanto mais tenro o nível de detalhamento do projeto, quanto pior o planejamento, maior a chance de tudo dar errado, inclusive de atrasar e inclusive de a empresa quebrar.

Sim, mas por que é tão difícil contratar um projeto bom? Isso aconteceu na Copa. Bom, planejamento exige tempo. Se formos colocar o principal motivo de por que é tão difícil fazer bom projeto, é que não é raro haver uma lei orçamentária atual, que vem em fevereiro, exigindo R$10 milhões ou R$50 milhões, R$100 milhões, em uma obra que tem que ser empenhada até 31 de dezembro. Essa é a principal reclamação dos gestores que capacitamos, inclusive, pelo Brasil afora. Acho que não há nenhuma unidade da Federação em que eu tenha ido e que não tenha escutado a mesma coisa.

O gestor, muitas vezes, faz coisas erradas não para se locupletar e botar dinheiro no bolso. Ele faz a coisa errada para dar certo no tempo que ele tem. Então, você tem que, em fevereiro, licitar projeto, contratar projeto, fiscalizar projeto, receber projeto, fazer orçamento, licitar a obra e empenhar até 31 de dezembro; senão, perde o dinheiro e nada acontece. É uma realidade. É uma realidade que a legislação não tem resolvido. E ela começa desde a votação da lei orçamentária na...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu poderia fazer uma intervenção?

O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE (*Fora do microfone*.) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É exatamente o que está acontecendo neste momento. Neste momento, já estamos avançados na votação da LOAS e ainda não temos votado a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, como é que você vai fazer planejamento de um orçamento se o Congresso Nacional ainda não votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que precede, necessariamente, a feitura do orçamento?

O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE – Ao que dizem – e não tenho cabelos brancos suficientes ainda; hei de tê-los – é que isso acontece há décadas: "ah, sempre foi assim". Mas pode ser diferente.

A nossa missão, no Tribunal de Contas da União – zelamos muito por isso, e temos muito orgulho disso –, é controlar a Administração Pública em benefício da sociedade. Se não tivermos condições de identificar problemas e oferecer respostas, temos que pensar no que estamos fazendo. E essa é uma resposta clara. Qualquer proposta que não impacte seriamente sobre esse problema está chovendo no molhado, está enxugando gelo.

Vou falar outras, no pouco tempo que tenho. Presidente, é importante, acredito que possa dar resultado.

Na Copa do Mundo, os projetos começaram em 2010. É difícil haver um que tenha começado antes. Isto para obras que demoraram três, quatro anos. O Brasil tem extrema dificuldade de fazer projetos de Estado. A prestação de contas é feita de quatro em quatro anos. Aquilo que termina em quatro anos dá certo, aquilo que vai para oito ninguém quer fazer. E é claro que isso impacta o planejamento dos empreendimentos.

Vou passar para o próximo.

É extramente difícil contratar projeto. É quase impossível contratar boas projetistas. Vou tentar, rapidamente, em dois motivos – é uma pretensão muito grande –, tentar identificar o porquê. Isto aconteceu na Copa do Mundo. Em Curitiba houve um caso claro, no aeroporto de Curitiba.

Primeiro, se sou particular e contrato uma projetista que acaba fazendo bobagem ou, no projeto estrutural, enche de ferro e faz a obra ter um custo alto, eu nunca mais a contrato. Na Administração Pública, não se consegue fazer isso. A projetista, no particular, gasta tempo para oferecer um bom projeto. Ela faz modelagens. A projetista, quanto contrata com um órgão público, quer entregar o que quer que seja, porque, quanto mais rápido entrega, mais rápido recebe. Mesmo boas projetistas não têm interesse em entregar bons projetos, porque não são remuneradas por isso. Qualquer proposta legislativa que paute essa questão, se não tratar seriamente esse assunto, vai enxugar gelo. Mesmo boas projetistas não têm interesse em entregar bons projetos.

E há outra questão: a dificuldade de selecionar boas projetistas. Hoje, a "técnica e preço" vira "preço e preço". Na verdade, selecionam-se empresas por qualificação de papel: tem que demonstrar ser profissional com dez anos de experiência, tem que demonstrar isso e aquilo... Todo mundo tem nota máxima. Você nivela por baixo e...

A "técnica e preço" tem que pontuar não a experiência da contratada, mas o potencial produto que ela pode apresentar. Tem que pontuar a metodologia, não tem que pontuar experiência. Só que, para isso, você precisa de dar tempo às empresas para pré-dimensionarem os projetos. E aí se cai de novo no problema do tempo. Embora os gestores saibam o que fazer, não há tempo para fazer. Portanto, tem que pontuar metodologia.

Rapidamente, a questão dos prazos na Administração Pública. Dimensionamento de prazo é disciplina, é quase que projeto, tem que fazer o Diagrama PERT/CPM, e isso leva tempo, precisa de empresa especializada. Mas, se já se contrata uma empresa para fazer projeto, por que não se contrata empresa para dimensionar o prazo PERT/CPM? Sai barato, sai rápido.

Rapidamente, acho que, de repente, deixa para as respostas. Acredito que existem recorrências que podemos e devemos aproveitar.

Perdoem-me o tempo tomado, perdoem-me se extrapolei alguma coisa. Estou pronto para responder a V. Exªs, senhoras e senhores, acerca de qualquer eventual dúvida que possa aparecer.

Sr. Presidente, muito obrigado, principalmente pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O ideal é que tenhamos o máximo possível de esclarecimentos, e acredito que a sua participação aqui está sendo até inovadora, talvez até por sua juventude, por seu entusiasmo. Já vimos, por outro lado, muito o Tribunal de Contas penalizar pela eficiência da empresa. Por exemplo, uma licitação pública que foi feita é vencida por uma determinada empresa que se utiliza de uma tecnologia que pode melhorar sua eficiência e, consequentemente, o lucro. Aí, o Tribunal de Contas diz: "bem, se dá para diminuir, tem que diminuir o preço". Mas isso vai ficar para as suas considerações depois, até para que a população possa indagar, se quiser, sobre o assunto. Talvez V. Sª possa fazer alguma consideração inclusive sobre o modelo de licitação no Brasil, o RDC e a Lei nº 8.666. V. Sª poderia fazer algumas considerações também nessa linha do planejamento.

Quero passar aqui ao Dr. Neusvaldo Ferreira Lima, que representa o Ministro e o Ministério do Turismo.

Faço aqui também algumas considerações.

Dados divulgados em dezembro de 2014 dão conta de que o Brasil recebeu, durante a Copa, mais de um milhão de turistas de 202 países. Mais de três milhões de brasileiros viajaram motivados pelos jogos.

Eu gostaria de saber do representante do Ministério do Esporte qual a avaliação do legado da Copa para a sociedade brasileira. Que setores foram mais beneficiados no conjunto das melhorias realizadas?

Com a palavra o Dr. Neusvaldo, que está sendo bem disciplinado, aguardando o comando.

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Obrigado.

Cumprimento o nobre Presidente desta Comissão, Senador Wellington Fagundes, cumprimento os colegas de Mesa, Dr. Rafael Cavalcante, digno representante do Tribunal de Contas da União, o Dr. Jaime Henrique, da Infraero, a Drª Luiza Gomide, companheira de Copa, sofredora durante o período que antecedeu à Copa... Tivemos uma experiência fantástica, que, com certeza, vamos aproveitar bastante e levar para o resto das nossas vidas.

Cumprimento toda a plateia, os demais Parlamentares e todos que assistem a esta reunião.

Anuncio aqui a presença de outros colegas do Ministério do Turismo: do colega Ítalo Mendes, que participou ativamente dos trabalhos de preparação para a Copa em nome do Ministério do Turismo, e do Dr. Frederico, que está aqui e é da Assessoria Parlamentar do Ministério do Turismo.

Obrigado pela assistência.

Estamos trazendo alguns eslaides de dados apresentados na sexta avaliação dos resultados da preparação para a Copa do Mundo. São dados, portanto, oficiais apresentados, à época, pelo Ministério do Esporte. Vamos traduzir aqui para os senhores apenas o que seria a nossa participação, a participação do Ministério do Turismo. Mostro estas transparências para demonstrar onde atuamos.

Nós ficamos no 2º Ciclo de Planejamento. Vocês sabem que a preparação da Copa do Mundo, no âmbito governamental, foi planejada para ser realizada em três ciclos de planejamento. O primeiro ciclo envolvia as grandes obras: as arenas, mobilidade urbana, aeroportos e portos. O segundo ciclo foram os projetos de suportes e serviços, o que envolve telecomunicações, turismo etc. E o terceiro ciclo foi a preparação da operação propriamente dita, já mais próxima dos eventos. Então, nós aparecemos ali no segundo ciclo.

Eu gostaria de pular para a transparência 40, direto.

Isso.

Essa apresentação tem mais de cem eslaides. Estou na quadragésima transparência, que explica como se deu o 2º Ciclo de Planejamento. Aparecemos ali, o Turismo, como parte do segundo ciclo.

No turismo, entendemos que não há o que reclamar, não há como ter uma visão negativa do que foi a preparação e do que é o turismo pós-Copa. A nossa expectativa é absolutamente positiva. Se há desencontro, digamos, na parte operacional, há, em contrapartida, uma expectativa muito positiva e já resultado bastante saudável nos números do turismo.

Costumamos dizer que o turismo, nos grandes eventos, vai aparecer mais no momento logo após, nos legados. Isso está a olhos vistos. Foi dado aqui um depoimento do que aconteceu com os aeroportos do País. Nós também ratificamos com o número de passageiros no último ano. Os resultados são fantásticos, e entendemos que ainda estamos em processo.

Quero propor, então, que os resultados dos grandes eventos estejam em processo. Não são definitivos ainda, estão evoluindo e tendem a evoluir para números muito mais otimistas. Então, se hoje temos uma visão de que a Copa do Mundo representou um evento positivo para o País e para a história do País, quero propor que consideremos que não estamos ainda na avaliação final. Isso está em processo.

Vou citar um exemplo.

A Organização Mundial do Turismo vem acompanhando o movimento de turistas internacionais nos últimos anos e mostrando para o mundo que mais de um bilhão de pessoas transitam no mundo na condição de turistas, por ano. Desse um bilhão, o Brasil vinha em um patamar de cerca de cinco milhões. Recebíamos cinco milhões de turistas por ano. Em 2014, esse patamar foi para 6,4 milhões, e estamos projetando evolução nesse sentido.

A nossa expectativa é de que o Brasil vai crescer na recepção de turistas internacionais, e temos um mercado fantástico para conquistar. Os 6,4 milhões significam um pouco mais de 0,5% de turistas que transitam no mundo inteiro. Isso é uma contradição, se nós apresentarmos só um dado aqui de que o Brasil é o país nº 1 do mundo em cenários naturais. Nós temos, não trabalhados, obviamente, conhecidos pela Organização Mundial de Turismo, recursos naturais em diversidade e qualidade que colocam o Brasil nessa condição de primeiro do mundo. Nós só precisamos transformar esses recursos em atrativos, precisamos trabalhá-los. Por isso, é necessária e se justifica plenamente a implantação de infraestrutura.

Também dá o testemunho de que, no após Copa, a iniciativa privada, nos diversos segmentos que trabalham o turismo, especialmente hotelaria, transporte e aviação, por exemplo, continuam evoluindo e investindo. Os hotéis continuam sendo construídos. As empresas aéreas continuam apresentando resultados positivos. E aí eu vou tirar daqui algum dado mais recente, bastante recente, que tem demonstrado um arrefecimento do número de passageiros, mas isso eu entendo como conjuntural e passageiro. Acho que esse número tende a continuar evoluindo, e a classe empresarial não tem reclamado até agora.

Claro que, eventualmente, um ou outro coloca o seu número, que teve redução do número de hóspedes em determinado fim de semana e tal, mas, na evolução histórica, digamos assim, dos últimos dois anos, isso tende a evoluir.

Outro dado importante: o número de brasileiros que entrou consumindo turismo com o advento da Copa do Mundo e dos grandes eventos esportivos está a olhos vistos. Então, muita gente está viajando, os aeroportos estão cheios em todos os lugares em que a gente chega. Visitei, recentemente, Cuiabá, e havia lá um ou outro voo, mas estava cheio de passageiros esperando o próximo voo. Brasília nem se fala, entre outros aeroportos.

Os números estão aí a olhos vistos, e o Ministério do Turismo se estruturou para apresentar esses números. Então, vem apresentando, sistematicamente, os grandes números que traduzem a evolução do turismo a partir do advento dos grandes eventos esportivos.

Mas quero insistir que isso não é definitivo. Vamos esperar as Olimpíadas, vamos esperar os resultados que a Nação, o Parlamento e o próprio Ministério do Turismo, como parte integrante da estrutura de Estado, estão trabalhando. Falo aqui de medidas recentes, como a dispensa de visto a turistas de determinados países. Nós não temos o resultado ainda, mas só uma decisão de governo, de Estado. O resultado, por exemplo, da regulamentação da profissão de artesão; são 10 mil profissionais no Brasil inteiro. Dez mil ou dez milhões?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Dez milhões! É muita gente trabalhando com artesanato, uma economia de subsistência que, nos momentos de conjuntura difícil, tende a aumentar, e o Ministério, claro, atendendo à demanda do setor, trabalhou na regulamentação da profissão.

A questão do turismo rural, que é bem recente; a questão das zonas especiais de turismo, em que o Governo está trabalhando; tudo isso não é porque a gente simplesmente se propôs a fazer; é porque há demanda, porque o turismo, realmente, vem-se afirmando nos últimos tempos como uma grande vocação.

Nós tivemos um gestor anterior, nosso ex-Ministro Vinicius Lages, que propôs um raciocínio que nós estamos encampando, insistindo nesse raciocínio. Nós estamos em um momento hoje como estava a agricultura há 30 anos; tinha um potencial fantástico e precisava desenvolver-se. É o que temos hoje no turismo: um potencial fantástico, somos o primeiro do mundo em cenários naturais e, para corresponder a esse cenário, tendemos a evoluir também para o primeiro do mundo em recepção de turistas. Por que não?

Então, nós precisamos trabalhar nesse sentido: pensar grande e, claro, investir minimamente para ter essa condição.

Vou voltar aqui às transparências. O número de turistas na Copa superou as expectativas iniciais, colocadas aqui pelo nobre Presidente da Comissão. Recebemos mais de um milhão de estrangeiros, de 202 países.

Vamos ter um movimento similar ou até mais pujante – e a expectativa é de que seja mais pujante – no próximo ano. Também um volume razoável de estrangeiros, igual número de países representados nas Olimpíadas.

Mais de 3 milhões de brasileiros se deslocaram entre os Estados em função da Copa do Mundo. Não digo esses 3 milhões, mas um número maior do que o histórico continua acontecendo. Os brasileiros continuam passeando; de repente começaram a descobrir o Brasil. E aí a gente pode dizer que o Brasil não foi descoberto só em 1500; de repente, os brasileiros vão descobrir o Brasil de novo a partir dos grandes eventos esportivos, descobrir a nossa beleza – isso é fundamental.

Aí, eu proponho que cada brasileiro procure saber o que tem o Brasil, comparar as nossas praias com Cancún, por exemplo; comparar os nossos parques com os de outros países. E vocês vão que os nossos são muito mais bonitos. Viajem pelo Pantanal e pela Amazônia e vejam o que é belo. Vejam as praias do Nordeste e vejam o que é belo.

Não precisam ir lá fora buscar cenário bonito, porque nós temos aqui.

Setecentos mil turistas estrangeiros entraram no Brasil só em junho de 2014 – um volume gigantesco, além da nossa expectativa para aquele mês. Taxa de ocupação do setor hoteleiro altíssima. Recordes em vários serviços do setor de turismo.

O Ministério do Turismo, na divisão de tarefas entre as instituições que se uniram para a preparação da Copa do Mundo e dos eventos esportivos, ficou com estas três incumbências: implantar a infraestrutura turís-

tica, com o que vinha trabalhando; qualificação de mão de obra para servir nos empreendimentos privados turísticos; e hotelaria com financiamento através do BNDES.

Então, o único setor que teve a participação de financiamento foi hotelaria; nos demais, são recursos a fundo perdido; e, na parte de qualificação, na realidade, nós entramos com uma parceria com o Ministério da Educação através do Pronatec.

No caso de infraestrutura turística, nós já vimos fazendo. O Ministério tem uma vida curta ainda, mas já tem um histórico razoável de obras de infraestrutura implantada. Aliás, é a principal atuação hoje, em termos de execução orçamentária. É bem claro que parte do *trading* nos cobra uma atuação mais pujante nos outros componentes dos serviços turísticos. Mas a atuação mais pujante é essa por motivos óbvios; nós temos um grande parceiro e prezamos muito essa parceria, que é o próprio Congresso Nacional, que nos traz anualmente um volume muito bom de obras através de emendas parlamentares.

O nosso pacote de obras de atuação envolveu, nas doze cidades-sede, cerca de R$172 milhões, 40 ações de infraestrutura turística – quando a gente fala ações, são contratos; 14 contratos envolvendo centros de atendimento ao turista; 12 sinalizações turísticas; 14 contratos para acessibilidade.

Os resultados: na véspera da Copa do Mundo, tínhamos essa insegurança – nós, como técnicos do Governo Federal, claro que participamos de momentos de grandes desafios, de muita aplicação e com tempo curto, já que fizemos parte da segunda etapa de preparação...

(Soa a campainha.)

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Mas, na véspera da Copa, nós apresentamos à comissão organizadora, uma lista de 65 centros de atendimento ao turista, prontos, em funcionamento, sejam implantados, sejam recuperados ou adquiridos – que são aqueles casos dos centros de atendimento móveis, para algumas cidades-sede.

Eu vou tentar abreviar porque eu queria também enfatizar a questão das obras.

É mais importante dizer ainda com relação a esta apresentação que nós descobrimos uma outra vocação do Ministério do Turismo dentro da estrutura de governo que foi abraçar a questão da acessibilidade.

Nós não vínhamos executando de forma sistemática a acessibilidade como uma atribuição nossa, uma missão da instituição. Passamos a abraçar essa atuação a partir da Copa do Mundo, tendo em vista o que a Secretaria de Desenvolvimento Humano passou para o Ministério do Turismo na divisão de trabalhos. E continuamos fazendo a acessibilidade, nos preocupando com os números da questão dos portadores de deficiência no País.

O Ministério do Turismo está divulgando hoje – por isso abri a tela no meu celular – números que são um pouco impressionantes. O Ministério publica que 17% da população é considerada obesa hoje no País; 23 milhões de brasileiros são idosos e, portanto, necessitados de estrutura de acessibilidade. Mais do que isso, numa entrevista feita por uma instituição contratada pelo Ministério do Turismo, de forma avulsa, não foram escolhidas as pessoas, 23% das pessoas entrevistadas no censo se declararam portadoras de alguma deficiência. Isso significa que precisamos ver melhor a questão da acessibilidade. E aí começou a nossa atuação formal, contínua, permanente, como proposta, como missão da instituição e como política de governo na questão da implantação de infraestrutura a partir dos grandes eventos esportivos.

O Ministério do Turismo vai colocar, no nosso pacote de atuação, a acessibilidade como missão institucional.

Queria encerrar – há mais transparências – detendo-me mais nas colocações apresentadas aqui pelo digno representante do Tribunal de Contas da União, Dr. Rafael. Essa experiência da ausência de projeto para as nossas obras já é quase uma síndrome, e temos levado nas nossas discussões técnicas essa questão, propondo algum caminho para resolver.

Nós, hoje, para realizarmos uma obra, por pequena que seja – foram 40 ações, no mínimo 40 obras, porque há contrato com mais de uma obra – e nenhuma custa mais de R$20 milhões. As nossas obras custaram R$172 milhões.

É claro que também, como nos outros ministérios, houve insucessos. Eu trouxe esses números aos senhores: dos 40 contratos, em condições normais, foram 27 mais 6 liminares, que continuam vigentes por liminares dos nossos parceiros por decisão da Justiça. Portanto, houve um número razoável, cerca de 13 contratos, que tiveram insucesso, dos 40. Por que isso? Por que tanta dificuldade se as obras são pequenas? Isso não aconteceu só com os aeroportos e portos.

(Soa a campainha.)

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Aconteceu com as obras de sinalização turística, as obras de acessibilidade e os centros de atendimento ao turista. São pequenas obras.

Primeiro, para cada obra dessas, nós estamos executando três contratos. Há um contrato nosso com a Caixa, que é o nosso agente operador; um contrato da Caixa com o ente federativo; e um contrato entre o ente federativo e o empreiteiro.

Então, nós temos de nos reportar, para cada obra dessas, a três contratos. Portanto, são, no mínimo, três níveis de fiscalização. Isso, sem contar que existe a fiscalização da CGU, do TCU e, eventualmente, da Polícia Federal, que também tem hoje quadro de engenheiros e que exerce fiscalização – claro que com uma outra motivação, mas a exerce também.

O arranjo institucional, portanto, é resultado de uma evolução histórica. Nós tivemos um momento na República, e não faz muito tempo, com a vigência do modelo autárquico, em que cada ministério tinha uma autarquia e fazia solicitação; não transferia para ente federativo. Teve seus resultados positivos, mas, em função dos resultados negativos, isso obrigou a República a mudar o modelo. E esse modelo vem evoluindo.

Nós tivemos outros momentos em que havia outros modelos. Mas o modelo atual é este: para cada obra nas transferências não obrigatórias que envolvam administração direta, nós tínhamos de executar três contratos ao mesmo tempo; tínhamos de nos reportar a três contratos.

Então, acho que é necessário se pensar sobre esse modelo. E isso não envolve ainda essa questão da separação entre o que é projeto e o que é obra. Eu acho que é o grande erro e a grande demanda. O maior problema do País, eu imagino, nessa questão da execução de obras, é este: as pessoas desenvolveram uma cultura imaginando que projeto não é importante. Só que nós, engenheiros, insistimos em dizer que não existe obra sem projeto. Não existe nenhuma condição de executar obra sem a existência de projeto.

Então, quero propor até como resultado, não só no âmbito do Gecopa (Grupo Executivo de Acompanhamento das Ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo 2014), em que nós fizemos essa proposta, mas aqui, nesta Comissão. Por que a gente não estabelece, não propõe uma legislação em que, para se colocar uma obra no Orçamento da União, obrigatoriamente, teria que existir projeto? Quando eu falo em projeto é o projeto básico, executivo, com qualidade. Teria que existir projeto.

As pessoas estão, hoje, colocando, e essa cultura se instalou de uma forma mais efetiva a partir da nova Constituição, em 1988, quando surgiram as emendas parlamentares. Claro que o Parlamentar não é culpado por isso; ele não é obrigado a ter essa formação. Somos nós, técnicos, que temos de dar esse subsídio.

Mas, hoje, o Parlamentar, quando inclui na lei orçamentária uma obra, está colocando uma intenção de obra, porque isso vai ser discutido ainda, mas estabelece valor e tal. Então, é uma inversão total. E a área técnica vai ter que se esforçar para ajustar uma coisa que é física, real, a uma proposta de orçamento. Então, o enfoque hoje é pura e exclusivamente orçamentário. Isso não pode existir. Está absolutamente errado.

Eu acho que temos de enfatizar a questão técnica primeiramente: é necessário existir projeto. E já existe uma iniciativa no âmbito do próprio Sicnov (Sistema de Convênios). Os senhores vão ver que existe lá uma funcionalidade chamada Banco de Projetos. Aquilo já foi resultado da atuação dos técnicos que têm essa noção de engenharia e que vêm trabalhando com esse problema. Existe já uma abertura; nós só precisamos criar uma decisão que obrigue a existência de projeto antes da proposta da obra.

Não dá para continuar enchendo o Orçamento da União de propostas que, às vezes, são meras elucubrações. Desculpem-me, mas existe isto: às vezes, recebemos propostas inviáveis. Não dá para fazer projeto ou o projeto fica muito caro ou é inexequível. O resultado disso é a média... E olhem que nós temos uma experiência razoável – quando digo nós é o Ministério do Turismo – na execução de obras, um volume bom de obras executadas nesse curto período de vida. Mas a média, hoje, é de quatro a cinco anos cada obra, por menor que seja. São quatro a cinco anos de execução. Então, não adianta insistir em fazer em menos tempo porque surgem problemas de toda ordem, até porque são estruturas distintas. Quando eu passo uma orientação, eu passo para a Caixa, que passa para o Município, que vai para o empreiteiro. E, na volta, essa comunicação, que é obrigatória pelos compromissos...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto para concluir.

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – ... compromissos contratuais, isso volta por essa cadeia de comunicação. Não pode continuar desse jeito.

A questão técnica tem de ser definida prioritariamente e preventivamente. Não dá para se contratar uma obra sem um projeto de qualidade.

Eu fico por aqui. Há muitas questões a serem discutidas, mas preferi enfatizar esta. O turismo se coloca de uma forma otimista com relação aos resultados dos grandes eventos esportivos. Nós entendemos que o Brasil está nascendo para sua grande vocação, que é o turismo. Entendemos que, como falam hoje das *commodities* agrícolas, temos *commodities* turísticas, mas queremos transformar isso em produtos acabados de grande qualidade para trazer os turistas mais exigentes do mundo, que são os europeus e, hoje, os chineses.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Dr. Neusvaldo.

Passo, imediatamente, a palavra à Drª Luiza Gomide, Diretora do Departamento de Mobilidade Urbana.

A SRª LUIZA GOMIDE DE FARIA – Bom dia a todos. Na pessoa do Senador José Medeiros, eu cumprimento a Mesa.

Eu tenho uma apresentação que a Cristina Soja, Gerente de Projetos, entrega ao Senador, por favor.

Vou fazer uma apresentação da situação das obras de mobilidade urbana que foram selecionadas para a Copa.

Foi feita uma divisão entre obras que ficaram para a Copa, que permaneceram na matriz de responsabilidade, e as obras que saíram da matriz em que ficaram, portanto, como legado. Nem todas aquelas obras que permaneceram na matriz foram concluídas. Mas, de qualquer maneira, a consideração que hoje temos é a de que, primeiro, elas continuam sendo avaliadas e monitoradas como obras de mobilidade urbana, como todas as obras que nós temos lá na Semob (Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana), no Ministério das Cidades.

Brevemente, vou apresentar aqui o mapa dos empreendimentos: empreendimentos ativos, todos os dados gerais, *status* de obras, monitoramento, pontos críticos e ações, quais são os empreendimentos inativos, fotos e a conclusão. Em anexo, tenho planilhas com todos os mapas e obras por cidade. Vou deixar aqui as cópias que foram pedidas para todos os Senadores.

Aqui, nós temos o mapa dos empreendimentos, onde estão divididos os empreendimentos considerados ativos, ou seja, que pertencem ainda à nossa carteira de investimentos – são 47 investimentos. E há os empreendimentos inativos, que são quatro: o VLT, a Linha 1 de Brasília, o Monotrilho de Manaus e o BRT de Manaus e a Via Prudente de Morais, em Natal. A Via Prudente de Morais e o BRT Leste/Centro de Manaus foram distratados, e o Monotrilho Norte/Centro de Manaus, assim como VLT de Brasília não foram distratados, perderam a questão do limite, mas a seleção ainda não caiu. Mas, de qualquer maneira, não são prioridades para suas regiões.

Foram selecionados 51 empreendimentos, na época, de mobilidade. Em dezembro 2015, como eu já disse, ficaram 47 empreendimento na nossa carteira, quatro foram distratados ou as obras não foram iniciadas.

Tivemos um total de investimento de R$11,5 bilhões. Com exceção da obra do Rio de Janeiro, o investimento total foi feito com recurso do FGTS, Programa Pró-Transporte, todo o financiamento – não há recursos do OGU nas obras de mobilidade.

O financiamento foi de R$5,9 bilhões; contrapartida, R$5,6 bilhões, e um desembolso de R$4,3 bilhões. No total, a gente apoiou 43,5km de trilhos – entre VLTs e monotrilho, no caso, o monotrilho de São Paulo; 201,8km de corredores de ônibus e BRTs; 70,8km de vias; quatro centrais de monitoramento; dois terminais de ônibus e uma estação de metrô em Pernambuco. Esses dados todos têm como referência dezembro de 2015.

Aqui, nós temos um quadro de todos empreendimentos ativos na nossa carteira de mobilidade urbana, que são os 47 empreendimentos, somando um investimento total de um R$11,5 bilhões. De todos esses 47, há 14 empreendimentos concluídos, 22 empreendimentos em andamento e 11 obras paralisadas, somando 47.

Nós temos aí as 14 obras concluídas: DF-047, de Brasília; no caso de Minas Gerais, o Boulevard Arrudas, BRT Área Central, BRT Cristiano Machado, Corredor Pedro II, Expansão da Central de Controle de Trânsito e Via 210; no caso de Mato Grosso, Corredor Mário Andreazza; Pernambuco, o Terminal Cosme e Damião; no Paraná, a requalificação da Rodoferroviária, o Sistema de Monitoramento, requalificação do Corredor Marechal Floriano e a extensão do BRT Linha Verde Sul; e, no Rio de Janeiro, BRT Corredor Transcarioca.

As 11 paralisadas: no Ceará, o BRT Alberto Craveiro, BRT Dedé Brasil e o BRT Paulino Rocha; no Mato Grosso, temos o VLT de Cuiabá/Várzea Grande; Pernambuco, Ramal Cidade da Copa, Corredor Caxangá e BRT Norte /Sul; no Rio Grande do Norte, a reestruturação da Av. Engenheiro Roberto Freire; no Rio Grande do Sul, Complexo da Rodoviária, Corredor Padre Cacique e o monitoramento dos três Corredores.

Situação das obras concluídas: seis são em Belo Horizonte, uma em Brasília, uma em Cuiabá, quatro em Curitiba, uma em Recife e uma no Rio de Janeiro. Entre 90% a 99% executados, há cinco: três em Recife, uma em Curitiba e uma em Belo Horizonte. Entre 70% e 89%, temos a obra de Cuiabá, duas em Curitiba, duas em Fortaleza, uma em Natal e uma em Recife, somando sete. De 50% a 69%, nós temos oito obras: três em Curitiba, duas em Fortaleza e três em Porto Alegre. E com menos de 49%, há 13 obras: uma em Belo Horizonte, duas em Fortaleza, duas em Natal, sete em Porto Alegre e uma em São Paulo.

Para todas essas obras – isso não mudou durante a Copa –, a diferença é que à época da Copa, havia reuniões interministeriais, a reunião do Gecopa, reunião na Casa Civil especificamente – uma força-tarefa na Casa Civil. Fazíamos todo o monitoramento, obra por obra, para tentarmos solucionar os gargalos encontrados – atualmente, o monitoramento do Ministério das Cidades, exclusivamente, que é o nosso monitoramento, é igual para todas as obras. Temos visitas técnicas, reuniões por videoconferência, reuniões presenciais com o

tomador e com a Caixa e contato permanentemente, por telefone, com os representantes de cada localidade. Com isso, conseguimos atualizar nossa base de informações. Colocamos as informações nos balanços do PAC, porque a Copa, depois de determinado momento, também virou obra de PAC. Essa é a nossa gestão de empreendimentos e de mobilidade urbana.

Os pontos críticos. Há pontos críticos em todas as obras aí elencadas. Projeto: problema do atraso das obras de Porto Alegre, da Prefeitura de Fortaleza, Governo do Estado de Pernambuco e da Prefeitura de Natal. A questão de licenciamento ambiental: Governo do Rio Grande do Norte. Questão relacionada à licitação: as obras de Fortaleza, de Recife e Porto Alegre. Execução em ritmo lento: em geral, o que pudemos observar é que todas as obras depois da Copa reduziram o seu ritmo. Quanto à questão relacionada a deslocamento involuntário, há problemas ainda em Belo Horizonte, em Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Natal. Quanto a recursos financeiros, temos problemas em Fortaleza, Recife, Cuiabá e Natal, que precisam de um aporte de recursos financeiros que, certamente, virá das suas contrapartidas. É importante já ressaltar nessa lâmina que todos esses problemas – e aí vou reforçar o coro aqui – decorrem da ausência de um projeto e de um planejamento que antecedam e que façam com que os projetos não estejam suficientemente maduros à época da escolha.

A parte de projeto realmente é a mais importante. Sem ela, a gente acaba escolhendo projetos que têm uma proposta de implantação, têm um estudo por trás, porém, acabam deixando de lado alguns detalhes como a questão de licenciamentos ambientais, a questão dos deslocamentos involuntários, que são desapropriações ou reassentamentos, questões relacionadas ao projeto, enfim, ao valor dele sobretudo.

Depois, todas essas questões acabam inviabilizando um projeto, porque o valor dele se torna incompatível com aquele valor primeiramente pensado, pois desapropriação pode custar mais caro do que aquilo que você imaginou, aquilo que você estimou. Questões de licenciamento ambiental às vezes não são tão simples de resolver como em geral se havia pensado. Enfim...

Como as ações que temos feito – repito que fazem parte do nosso monitoramento –, sempre fazemos isso e buscamos reuniões com governadores e prefeitos para tentarmos solucionar todos os gargalos encontrados, mas, muitas vezes, são problemas de projeto que acabam não tendo soluções simples. Fazemos reuniões periódicas por videoconferência com representantes das cidades-sede – secretários, diretores e técnicos –, juntamente com a Caixa Econômica, que é, em geral, o agente financeiro de todas as obras de financiamento. Fazemos visitas técnicas. Fizemos visitas técnicas ao longo de 2015. São previstas visitas técnicas em 2016, e isso tudo faz com que possamos atualizar nossa base de dados utilizada pelo Ministério das Cidades.

Os empreendimentos inativos somam R$2,149 bilhões; financiamento, R$1 bilhão; contrapartida, R$1 bilhão; sem desembolso, até porque a Via Prudente de Morais e o BRT de Manaus foram distratados. O VLT do DF e o Monotrilho, como falei, não são prioridades nos seus Estados, tendendo a ir pelo mesmo caminho dos outros dois. A seleção permanece, mas certamente serão revistos os seus projetos, enfim...

Aqui, há uma série de fotos de Belo Horizonte, obras concluídas. Essa aqui é o BRT Av. Cristiano Machado; BRT da Área Central; Boulevard Arrudas/Tereza Cristina; Belo Horizonte, Via 210, uma ciclovia que se implantou junto com a via; BRT Av. Antônio Carlos/Pedro I; Ampliação da DF-047; Corredor Mário Andreazza, em Cuiabá; requalificação da Rodoferroviária...

(Soa a campainha.)

A SRª LUIZA GOMIDE DE FARIA – ... Linha Verde Sul, em Curitiba; Marechal Floriano, em Curitiba, requalificação das calçadas; o Sistema Integrado de Monitoramento; BRT Av. Paulino Rocha, em Fortaleza; VLT Parangaba/Mucuripe, em Fortaleza; Estações JK e Padre Cícero; BRT Av. Alberto Craveiro, também em Fortaleza; Via Expressa/Raul Barbosa; em Natal, Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante; o Corredor Estruturante – Zona Norte/Arena das Dunas; em Porto Alegre, BRT Av. Protásio Alves e Corredor, Av. Tronco, em obras; Corredor III Perimetral, em obras; Complexo da Rodoviária, entrega parcial, em Porto Alegre; Corredor Padre Cacique/Av. Beira Rio; BRT João Pessoa, em Porto Alegre, em obras; em Recife, Via Mangue, entrega parcial, é praticamente concluída, faltando um trechinho no final, um retorno;

BRT Norte Sul, em Recife também; Corredor Caxangá; Ramal Cidade da Copa; Terminal de Ônibus Cosme e Damião, em Recife; no Rio de Janeiro, o BRT Transcarioca, obra concluída também; em São Paulo, Monotrilho Linha 17 Ouro, em obras, uma obra que ficou como legado.

E aí a conclusão; quer dizer, das 47 obras ativas, 11 ficaram prontas, algumas outras em operação parcial, e hoje são 14 obras concluídas. Temos certeza de que todas obras selecionadas ficarão como legado para a população, embora nem todas tenham ficado concluídas para a Copa. Claro que, na época da seleção, a expectativa – não só nossa como de quem apresentou os projetos, o que demandou uma longa jornada de reuniões – era de que todas as obras ficassem prontas. Mas é claro que, como aqui já foi levantado, há um problema crônico

no País – não sou engenheira, mas sou arquiteta –, que é a questão dos projetos. Projeto no Brasil, Senador, não é valorizado, temos que começar a aprender a valorizar isso.

É claro que, no âmbito do Governo, do Ministério das Cidades, sobretudo em relação à mobilidade urbana, já conseguimos melhorar um pouco e aprender um pouco com essa lição. Quer dizer, já conseguimos selecionar especificamente recursos para EVTE e projetos. Se as pessoas não apresentam para nós um projeto com nível de amadurecimento mínimo, ele é selecionado, o recurso que ele recebe é para EVTE ou para elaboração de projeto. Do contrário, acabamos selecionando obra que não tenha condição, tornando-se necessário, no futuro, aportar mais recursos de contrapartida... No caso do financiamento, mesmo no caso de seleção em OGU, que não é o caso das obras da Copa, se o recurso não é suficiente, ele vai ter que aportar em contrapartida ou transformar aquela obra numa PPP, possivelmente, para aportar recursos de outra natureza.

Então, acho que já conseguimos evoluir. De qualquer maneira, não sei por que é tão difícil elaborar projeto no Brasil. Não sei se os nossos técnicos, nossos engenheiros e nossos arquitetos ficaram afastados deste assunto, do tema mobilidade urbana, porque não tínhamos muitos projetos selecionados, não tínhamos recursos disponíveis. O fato é que a Copa do Mundo, no âmbito da mobilidade urbana, foi uma alavanca para a seleção de projetos de mobilidade urbana...

(Soa a campainha.)

A SRª LUIZA GOMIDE DE FARIA – ... o que, até então, não tínhamos selecionado.

No Ministério das Cidades, havia seleção de PAC, de obras do Minha Casa, Minha Vida, de obras de saneamento. E mobilidade urbana só entrou com uma seleção forte no âmbito de mobilidade urbana com o evento Copa. Em cinco anos, conseguimos um avanço em relação à mobilidade urbana, temos muito a avançar e, com certeza, já aprendemos que, sem projeto, não há como selecionar. Hoje, conseguimos selecionar, dar dinheiro para seleção de estudo de viabilidade técnica e econômica, especificamente, ou de elaboração de projeto básico executivo.

É isso, e estou à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós temos aqui uma colocação também e uma pergunta do Deputado Estadual do nosso Estado, Mato Grosso, Emanuel Pinheiro. Ele também pede para anunciar que teremos lá uma audiência pública, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, sobre a conclusão das obras do VLT. Será no dia 11, agora, sexta-feira. , às 10h, na Assembleia Legislativa.

E ele já pergunta também se o projeto básico do VLT de Cuiabá poderá sofrer algum tipo de alteração, como, por exemplo, a redução do projeto. Eu entendo que ele quer saber se, com o projeto aprovado, as metas não podem sofrer alterações.

Eu vou, depois, passar aqui para o Senador José Medeiros. E aí V. Sª pode responder já, conjuntamente, para ficar bem claro, se, como é um projeto de financiamento, lá, no caso, o Estado tem o direito, tem o poder de propor essas alterações de meta de acordo com a situação atual.

Claro que aqui já se falou muito da questão das obras inacabadas, e essa é uma das obras que causam maior preocupação no Estado de Mato Grosso, principalmente para a população da capital e de Várzea Grande, da Grande Cuiabá.

No caso de Mato Grosso, a obra foi contratada, parece-me, como um pacote fechado. Se V. Sª puder esclarecer, inclusive, as responsabilidades nesse aspecto, porque a grande indagação é: por que chegaram os carros, os veículos, antes de as obras estarem prontas, pois, hoje, qualquer tecnologia, qualquer equipamento que exige tecnologia pode estar ultrapassado em pouco tempo?

E há também o problema da manutenção. Então, pergunto também se o Ministério das Cidades pode nos afirmar quem está fazendo a manutenção, de quem é a responsabilidade pela manutenção desses veículos do VLT que estão parados lá.

E peço que falem sobre essa modelagem, sobre como foi contratado esse VLT de Cuiabá, porque a obra está parada até agora. O Governo do Estado contratou uma consultoria para fazer a análise dos custos, enfim, mas o Ministério das Cidades também o fez antes, assim como o Tribunal de Contas. Então, a gente gostaria desse esclarecimento, porque, antes da definição do modelo, ficou uma discussão em Mato Grosso sobre se seria VLT ou BRT. E isso virou uma discussão interminável.

Aí a pergunta já seria a seguinte: o Ministério das Cidades também analisou, nas cidades onde seriam implantados os modelos de mobilidade, VLT, BRT, no caso, monotrilho e outras alternativas, o custo-benefício dessa obra para o Estado ou para o Município que a propôs? E, principalmente, aquele contratante, Estado ou Município, teria condições, depois, de gerenciar ou custear principalmente o subsídio, já que sabemos que a maioria das obras de transporte coletivo acaba tendo subsídio, principalmente o transporte coletivo de massa?

E também há a discussão dos interessados daquela área. No caso do VLT, há a participação dos Municípios de Várzea Grande e Cuiabá, porque ali vai ter um transporte intermunicipal. Como é que o Ministério das Cidades tem a responsabilidade e até que ponto o Ministério das Cidades pode interferir ou deveria ter interferido já na contratação?

Eu vou passar a palavra ao Senador José Medeiros. Depois, na sequência, vamos fazendo o questionamento aos outros ministérios.

Vocês poderão, inclusive, já responder em bloco, não é, Senador? Isso ainda é permitido aqui, já que estamos com a facilidade do debate, por haver poucos Parlamentares. Então, a gente pode, inclusive, fazer o bom debate, que é o ideal e é o saudável.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, telespectadores da TV Senado, uma coisa que têm preocupado a população em geral é que, em algumas cidades, como Brasília, Mato Grosso, Manaus, foram construídas arenas, arenas lindas... A de Mato Grosso mesmo é uma coisa maravilhosa. Nos jogos da Copa, por exemplo, a tecnologia, vamos dizer, embarcada lá era muito boa, o que já não é mais, por causa da manutenção. Mas o fato é que os times dessas cidades – eu sou mato-grossense torcedor do União, lá da minha cidade – são da Série D ou, no máximo, da Série C. Não há demanda para esses estádios. Essas arenas ficam ociosas. E a grande preocupação... Eu acho que seria bom que alguém do Ministério do Esporte estivesse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Medeiros, quero registrar que o Ministério do Esporte foi convidado, mas, infelizmente, não deu nenhuma resposta, nenhuma satisfação a esta Comissão. Então, claro, caberá ao Presidente, depois, fazer os questionamentos e tomar as providências de acordo com o que ele entender cabível. Mas era para o Ministério do Esporte estar aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Correto.

Eu vou fazer como se faz em debate eleitoral: vou fazer a pergunta mesmo sem a presença do Ministério.

Pergunto se o Ministério do Esporte tem algum plano para essas arenas, porque os investimentos foram altíssimos, algumas até deram prejuízos, vamos dizer, importantes para o País... A pergunta é se há algum plano para que isso possa tornar-se rentável e saia do lombo, vamos dizer assim, do contribuinte.

A outra pergunta se refere à mobilidade urbana. A Drª Luiza está aqui e, com certeza, vai poder nos responder.

No que se refere à mobilidade urbana, muitos dos objetivos previstos no planejamento da Copa do Mundo não se realizaram, como V. Sª colocou aqui. Diversos projetos não saíram do papel e, em algumas cidades, obras inacabadas prejudicam o cidadão.

E eu falo aqui que, como o Senador Wellington antecipou ali, o caso de Cuiabá é emblemático. Se fôssemos colocar uma capa nesses projetos das obras que não tiveram sucesso, a capa seria o VLT de Cuiabá.

A gente chega a Cuiabá e vê aquela coisa no meio da cidade. Quem chega e não sabe da nossa história, quem não acompanhou o caso, fica imaginando o que é aquilo. Há um esqueleto de ponta a ponta nas cidades de Várzea Grande e de Cuiabá, duas cidades geminadas, quase um agregado urbano. E não se tem ainda... Antes, pelo menos, a gente ainda tinha um horizonte, mas agora a questão foi judicializada, e a gente sabe que, quando se judicializa, complica ainda mais.

Então, como o Governo avalia esse quadro? Como ele pode, de repente, desatar esse nó, porque, especificamente no caso de Mato Grosso...? Eu cito o caso do VLT de Cuiabá, mas transfiro para outras obras que estão nessa situação. Pergunto se a gente tem um horizonte para aquilo ali.

A outra pergunta, que eu já faço ao Dr. Jaime, que está aqui, se refere aos aeroportos.

A gente sabe que alguns aeroportos foram casos de sucesso. Eu estive, recentemente, no aeroporto de Natal, uma obra fantástica que está funcionando. No mesmo dia, eu estive em dois cenários, porque eu embarquei no de Natal e desembarquei na minha querida Cuiabá, onde o aeroporto está terrível. Todas as avaliações dele que são feitas mostram um aeroporto em dificuldades. A gente tem acompanhado, mas sente que é outro nó que não desata. Então, a pergunta que estendo ao Dr. Jaime é sobre como a Infraero pode ajudar a desatar aquilo ali, porque eu sinto que o mato-grossense e as pessoas que chegam lá se incomodam com aquilo, com aquele esqueleto, aquela coisa feia.

O aeroporto é a porta do Pantanal. Nós temos um potencial turístico imenso ali, Dr. Neusvaldo. E eu falo aqui uma coisa fora de pauta. O Senador Wellington esteve comigo e tem tido essa preocupação, como todos os Parlamentares. Nós temos um potencial turístico imenso. Mas sabe o que acontece com o nosso Pantanal?

Todos aqueles Municípios do entorno da bacia do Pantanal jogam esgoto *in natura* naqueles rios. Eu sei que aquilo demanda recursos altíssimos. Por exemplo, Cáceres tem uma estrutura muito complicada. Cáceres precisa de muitas elevatórias, o que é caro. Mas são temas que a gente acaba lembrando e colocando aqui, porque a gente começa a ser prejudicado... Eu falo isto porque V. Sª colocou aqui o nosso potencial turístico,

mas, no caso de Mato Grosso, começa a ser prejudicado já na porta, no aeroporto. Depois, quando o turista chega a Cáceres e vê aquele Rio Paraguai, aquela maravilha, e vê, do lado, uma tubulação de quase um metro de diâmetro jogando ali esgoto *in natura*, ele não volta mais.

Então, essa é a discussão.

Eu acho que essas audiências são muito importantes, Sr. Presidente, justamente para trazermos esse quadro para as autoridades que têm, vamos dizer, poder de influência. Está aqui o Secretário do Tribunal de Contas da União, que, com certeza, também se preocupa com isso. Ultimamente, eu tenho visto, com grata satisfação, um olhar diferenciado do Tribunal de Contas, porque, antigamente, tínhamos a ideia de que só travava. Eu sinto que agora existe um viés de preocupação do Tribunal de Contas no sentido de preservar o investimento que foi feito, no sentido de querer saber como se faz para salvar um projeto. Eu sinto que está aparecendo uma luz no fim do túnel. O Senador Wellington, um dia desses, fez essa discussão aqui com muita propriedade.

São esses os questionamentos, porque, no caso de Mato Grosso, eu uso até um ditado nordestino: às vezes, a gente sente que parece que tem uma cabeça de jegue enterrada ali.

Eu olho esse livro aqui que a Drª Luiza Gomide trouxe e o folheio com certa inveja de Estados onde a gente vê obras maravilhosas que saíram do papel. Eu vejo esse BRT de Minas...

Como o Senador Wellington colocou, com muita propriedade, houve essa discussão em Mato Grosso, mas, infelizmente, partiu-se para um projeto, e hoje lá estão aqueles vagões apodrecendo a céu aberto. E eu quero dizer, Senador Wellington, que não tenho dúvida de que aqueles vagões estão lá por causa do projeto eleitoral. Aquilo era para mostrar que estava chegando e que o VLT iria sair. Nós temos esse imediatismo eleitoral, às vezes. Eu não estou condenando quem fez, porque, geralmente, todos fazem. "Está vindo o VLT. Então, vamos mostrar que o vagão está chegando, porque isso vai dar repercussão". Já que a obra não ia ficar pronta mesmo... Mas estamos com esse problema lá.

São essas as minhas colocações, deixando esse apelo em nome de todos os mato-grossenses, porque tudo que a gente quer é que aquilo lá termine, e também, mais uma vez, ao Ministério do Esporte, que, com certeza, não veio mas está nos ouvindo, pergunto o que fazer com a Arena Pantanal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos passar a palavra para que cada ministério e o Tribunal de Contas possam responder como conclusão, porque ficaria mais dinâmico, mais rápido.

Em relação ao Ministério das Cidades, eu gostaria de perguntar ainda se V. Sª sabe qual o nível de culpabilidade pela situação em que se encontra o VLT de Mato Grosso. Qual a responsabilidade do Ministério das Cidades por aprovar um projeto que... Segundo o próprio Tribunal de Contas, como disse o Dr. Rafael, qualquer obra contratada, principalmente em função da Copa do Mundo, porque nós fizemos uma Lei Geral da Copa... Ou seja, esses financiamentos foram feitos para que as obras estivessem concluídas já na Copa. Por que se contratou uma obra que já se sabia que não seria concluída na Copa? Mas, mesmo assim, ela poderia também, claro, ficar pronta parcialmente para atender a questão da Copa e deixar o legado. Eu acho que essa é uma situação que V. Sª pode analisar.

Lá no Estado de Mato Grosso se discutiu muito isso. Iria ficar pronta a obra do aeroporto até a transposição do Rio Cuiabá, o que poderia já atender ali a mobilidade do aeroporto para o estádio. O restante poderia ficar pronto posteriormente. Mas lá, a meu ver, houve um erro por parte do Governo do Estado ao afirmar categoricamente que toda a obra ficaria pronta e, inclusive, ao começar a obra em várias frentes de trabalho.

E aí, mais uma indagação em relação aos veículos. Todos foram importados, ficaram prontos...

Eu estive numa exposição em São Paulo sobre essa área específica de trens, tanto de transporte de carga quanto de transporte de passageiros, e lá eu vi, para minha surpresa, uma exposição muito boa mostrando a força da fábrica nacional. Lá, eu até indaguei por que todos esses veículos foram importados e por que todos chegaram antes da realização da Copa. A primeira obra a ficar pronta foi o veículo, não o caminho por onde ele passaria. Ou seja, comprou o carro, mas não tinha a estrada. Comprou os veículos, mas não tinha os trilhos. A resposta que eu tive do presidente da empresa foi que, contratualmente, eles tinham um prazo para entregar. Inclusive, eles colocaram duas fábricas na Espanha exclusivamente para atender o projeto de Cuiabá.

E eu também gostaria de saber quem está fazendo a manutenção e quem está ou estará pagando, porque não sei se o erro é imputado aos dois lados, a quem contratou e a quem executou.

Essas seriam as principais indagações ao Ministério das Cidades.

Passo, então, a palavra...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, mais uma questão para o Dr. Jaime.

Pergunto se é possível, de repente, fazer a concessão daquele aeroporto de Cuiabá, já que está travado lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Passo a palavra à Drª Luiza.

A SRª LUIZA GOMIDE DE FARIA – Pois não.

Em primeiro lugar, eu queria dizer aqui, Senadores, quanto à escolha do VLT, que a prerrogativa sempre é do tomador. Quem decide o que quer para sua cidade ou para seu Estado é o governador ou o prefeito. Em última instância, eles decidem que projeto vão apresentar. Esse é o primeiro ponto.

A segunda questão é que eu tenho certeza absoluta de que, naquela época, em 2012, quando a proposta foi mudada, quando foi aceita, por parte do Governo Federal, a alteração do projeto, todos, inclusive o Governo do Estado, tinham uma enorme expectativa de que o projeto, ou, pelo menos, um trecho dele, ficaria pronto para a Copa. Quer dizer, a gente não tinha a noção de que a obra não ficaria pronta e de que ocorreria esse problema de Cuiabá.

Eu estive em Cuiabá e vi todo o trecho que está aberto para a implantação do VLT. Há um trecho já com trilho e catenária prontos. Quer dizer, na minha visão, todo esse estudo que tem sido feito e que teve autorizada uma avaliação para busca de solução, seja técnica, seja de custos, mostra que esse VLT tem que ser implantado, porque já há uma infraestrutura montada lá para recebê-lo; fora o trem que foi comprado. A certeza de que a obra ficaria pronta era tão grande, eles tinham tanto medo de que os trens não fossem entregues a tempo de a obra ser concluída... Quer dizer, o medo, lá atrás, era de que os trens não chegassem a tempo da Copa. Era o contrário. Então, exatamente por causa desse medo do tomador, no caso o Governo do Estado, é que eu acho que eles se empenharam em fazer com que os trens chegassem, porque eles foram fabricados especialmente para essa obra, como foi dito.

Sobre manutenção dos trens. Eles têm uma manutenção diária. Eles não estão ali sem manutenção. Quem cuida da manutenção é a empresa responsável que entregou os trens, a CAF.

Tive também reuniões com o presidente da empresa. Os trens andam, não sei se um quilômetro, não sei se isso é diário ou semanal, não sei qual é o período, mas eles percorrem um quilômetro de trilho justamente para se manterem; eles têm uma manutenção recorrente. O responsável por isso é a própria empresa. Não sei como isso vai se dar ao fim desse período, mas o responsável por isso, hoje, é a empresa. Então, há um cuidado sobre os trens, há um olhar para que eles não se degradem.

Com relação ao projeto, eu tenho a opinião de que deve haver um estudo. E, em minha opinião particular, o VLT tem que ser implantado por tudo o que já aconteceu ao longo desse período e do que a gente viveu e do que já foi implantado lá. Eu não sei... Então aí tem dois caminhos. Se a proposta for implantar o VLT total, o trecho todo selecionado, eu não sei qual é a saída disso, há um estudo sobre isso para saber exatamente o que falta, o que é preciso fazer para concluir essa obra, e, a partir daí, eu acho que a saída, nesse caso – parece-me – seria uma parceria público-privada para conseguir concluir essa questão. Uma parceria para a execução da obra e para a operação do sistema. A demanda existe, a demanda para utilização do VLT, que já percorre a cidade inteira, como o senhor mesmo disse, existe.

A outra solução, que já foi aventada, é reduzir a meta. Quando se reduz a meta, é necessário também reduzir o valor proporcionalmente àquilo que seria construído. E aí a redução da meta seria nesse primeiro trecho.

Mas, de qualquer maneira, haverá uma população desassistida, porque ou será necessário fazer um terminal de integração para que essa população faça integração e continue o percurso em outro meio de transporte... Por isso, acho que a gente tem que estudar. O caso do VLT é um caso emblemático, sim. Não era a expectativa; toda a expectativa de todos envolvidos é de que ela ficasse concluída em pelo menos um trecho.

Eu não vou aqui... Acho que culpabilidade, Senador, não sei se cabe, porque a nossa intenção, a intenção de todos envolvidos naquele momento de escolha e da análise, realmente, era a de que um bom sistema de mobilidade urbana fosse construído em Cuiabá. E a minha expectativa – e eu torço para isso – é que, em algum momento, esse sistema de transporte seja concluído e a população consiga ter o benefício que ela merece. Porque, de fato, hoje, a cidade... Parte do contrato foi executado, liberaram o trecho por onde vai passar o trem, o VLT, e esse espaço tem que ser ocupado por um sistema de transporte que tire de Cuiabá esse emblema dessa obra inacabada. Essa e a minha expectativa. Acho que temos que trabalhar de forma conjunta em relação a esse tema.

Com relação a Várzea Grande e Cuiabá... Quando o governo do Estado apresenta uma obra para as cidades envolvidas, todas as cidades têm que apresentar anuência, o que foi feito. Tanto Várzea Grande quanto Cuiabá, o Governo do Estado tinha a anuência dos Municípios para aquele projeto ser implantado no seu território. Essa anuência foi apresentada.

Outra coisa importante a dizer é que o Programa Pró-Transporte apoia sistema de transporte dos mais variados sistemas existentes. Obviamente, a demanda e a capacidade são avaliadas. Isso também aconteceu no âmbito da apresentação do VLT. Isso foi uma avaliação feita.

Possivelmente – eles até apresentaram depois – havia algum projeto envolvido, mas muitas questões fizeram com que Cuiabá chegasse à situação atual.

É isso.

Não sei se já respondi todos os questionamentos, mas se não, coloco-me à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria ainda de lhe fazer uma pergunta, Drª Luiza, porque, às vezes, as pessoas questionam se o VLT é um sistema viável em relação ao custo-benefício, independentemente do local a ser implantado.

Lembro-me de que tive a oportunidade de ir à Europa, há 20 anos, analisar exatamente a implantação de VLT em Cuiabá. E chegamos à conclusão, à época, de que o VLT era um bom modelo. Então, para preterir o BRT pelo VLT ou o VLT pelo BRT, o importante é que se decida o modelo.

Mas, tecnicamente, eu gostaria também que V. Sª desse um parecer em relação a outras cidades do Brasil, principalmente no que diz respeito ao custo-benefício. É claro que o investimento do VLT, de imediato, é muito maior, fora os problemas – não estamos aqui só falando dos problemas de Cuiabá –, mas também, se, ao longo do tempo, ele acaba diminuindo esse custo. Isso é verdade?

Além disso também, claro, em resposta à pergunta do Deputado Emanuel sobre redução de metas, se ela é possível. Qual é o compromisso em relação ao financiamento? Caso se reduza a meta, haverá menos faturamento também. Mas é claro que, daqui a dez anos, a realidade será outra. Esse projeto já está pronto. Então, eu penso que, como foi colocado aqui antes, um dos problemas do Brasil é falta de bons projetos e de planejamento.

Em que sentido o Ministério poderia envidar esforços junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, no caso, ou mesmo para outros Estados em situação idêntica, em um projeto desse porte, em que já foi gasto muito dinheiro? Amanhã, os Municípios envolvidos poderiam não permitir que obras sejam feitas no trajeto, o que inviabilizaria, no futuro, a conclusão dessa obra. Sabemos que ainda há muitas desapropriações a serem feitas, mas, amanhã, se a administração municipal autorizar, por exemplo, a construção de um prédio no local onde terá que ser construída a obra, é claro que isso vai ficar muito mais difícil no futuro ainda.

Então, em que momento entra a responsabilidade conjunta do Ministério das Cidades em cobrar? Porque tudo é Poder Público. Tudo são os impostos que pagamos. O BNDES financiou com subsídio, porque esse dinheiro é subsidiado, e aí o Tribunal de Contas pode responder por isso também. Então, em que momento entra a responsabilidade, porque mudam os governantes, mas o Município, o Estado e o País continuam? Mas, se isso não é feito de forma que se cobre diuturnamente, uma obra tão importante como essa poderá ficar muito mais cara para sociedade futuramente.

São essas considerações que eu gostaria de fazer, porque, às vezes, ficamos à mercê da disputa política. "Não deveria ter feito; isso é um erro de quem escolheu". Mas a população não quer saber disso. Eu sempre digo que quem está lá na fila do ônibus, esperando para pegar um transporte coletivo para trabalhar, tem direito de exigir, porque, afinal de contas, o imposto é cobrado de todos. E, aí, na cobrança feita quando da Copa do Mundo, de um modo geral nos Estados, e também a Mato Grosso, os governos foram obrigados a fazer um grande investimento, no caso, na capital, deixando o interior também em segundo plano. E aí faltaram, em muitos casos, obras até de manutenção, porque a prioridade era a Copa do Mundo.

Todo mundo queria a Copa do Mundo, todo mundo disputava esse evento para o seu Estado. Depois fica só buscando... E a culpa? Eu acredito que cometemos um erro. Inclusive eu acredito que, se o País houvesse optado por um plebiscito, talvez tivéssemos muito mais apoio da população. Porque a população, amanhã, poderia ser inclusive cobrada por haver apoiado isso também. Mas, claro, tínhamos várias pesquisas, que foram publicadas, dando conta de que mais de 80% da população aprovavam a conquista de uma subsede da Copa do Mundo em qualquer Estado brasileiro.

Por favor, V. Sª tem a palavra para suas considerações.

A SRª LUIZA GOMIDE DE FARIA – Senador, primeiro, eu concordo, mas acho que não podemos desconsiderar os benefícios gerados ao se trazer a Copa para o Brasil. Foram vários benefícios. Nós temos problemas? Temos. Mas temos muitos benefícios no âmbito do turismo, no âmbito dos aeroportos – isso é visível. Temos benefícios no âmbito da mobilidade urbana – vou repetir que as primeiras seleções de mobilidade urbanas de obras de vulto foram feitas tendo como mote a Copa, ou seja, o motivo de seleção das obras de mobilidade urbana de grandes obras foi a Copa, porque até então não havia seleção de Copa. Então, ela alavancou todas as outras seleções de grandes cidades, médias cidades, inclusive o pacto; enfim, ela teve a sua importância. Só para não acharmos que houve apenas aspectos negativos decorrentes dessa escolha.

Com relação ao sistema VLT, ele tem, sim, um custo-benefício importante. Urbanisticamente, ele é muito mais eficiente do que um BRT. O BRT é mais robusto e exige um espaço muito maior para sua implantação – esse foi um dos motivos da troca, do modo, no caso de Cuiabá.

Nós já temos exemplos hoje em operação, em Santos-São Vicente, e o VLT do Rio de Janeiro, que vai começar a ser operado em breve. Ele é um elemento importante. A população vai ser muito bem atendida no momento em que esse VLT estiver pronto. É um sistema que atende tanto quanto um BRT, e ocupa menos espaço. Ele se insere no desenho urbano de uma maneira muito melhor do que um BRT. Ele é menos agressivo; enfim, ele tem várias vantagens. Não estou, aqui, dizendo que o sistema de VLT é melhor que o sistema de BRT. Estou dizendo que o VLT tem algumas vantagens, mas cada caso é um caso.

Novamente, para o financiamento pode ser, sim, reduzida a meta. Mas eu acho que a gente tem de cuidar disso e prestar bastante atenção naquilo que a gente quer a população de Cuiabá, no caso específico desse VLT, exatamente porque todo o sistema já foi... O projeto está lá, está pronto, precisa de um aporte de recursos. Acho que é necessário um novo modelo de investimento ali, que, acho que, possivelmente, terá que envolver o setor privado, porque existe demanda. A população está ansiosa e carente para receber aquele sistema implantado, enfim.

Depois de todas essas análises que estão sendo feitas pela consultoria contratada, possivelmente, em algum momento vai-se chegar a essa decisão. É óbvio que essa decisão vai ser debatida no âmbito do Ministério das Cidades. Acho que certamente a gente vai participar no momento em que tiver alguma análise concluída. Na minha opinião, pessoal, é que a gente tem que estudar bastante, de fato, e que o VLT, integralmente, teria de ser concluído no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero salientar que eu sou o Presidente da Comissão Senado do Futuro, e, na penúltima audiência, a discussão foi exatamente a qualidade de vida do cidadão e que cidade queremos. Nós tivemos a oportunidade de ouvir a fala de um arquiteto, um projetista internacional, que colocava que o VLT não é só o transporte de passageiro. A grande preocupação da implantação de uma obra como essa também é exatamente com a urbanização de todo o trecho por onde passa o VLT. Ou seja, há nos projetos, inclusive nesse de Cuiabá, uma transformação urbanística e consequentemente da qualidade de vida da população, porque o BRT tem a vantagem de ser mais imediata a sua implantação. É uma obra, digamos assim, que teria mais facilidade na sua implantação, mas em termos de...

A SRª LUIZA GOMIDE DE FARIA – De área. Ele demanda mais espaço para a sua implantação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O VLT demanda muito mais espaço, consequentemente...

A SRª LUIZA GOMIDE DE FARIA – Não, o VLT demanda menos espaço que o BRT, em termos de largura da via.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Demanda menos espaço em termos de passagem, mas, em termos de urbanização, a abrangência do VLT sempre tem a preocupação muito maior na questão urbanística da cidade.

Por isso, eu acho importante, para as pessoas que estão nos acompanhando, não abandonarmos um projeto como esse, porque isso já custou para a sociedade, além do projeto em si. Então, eu quero aqui colocar isso até como contribuição e, claro como cidadão, porque seria um desperdício do recurso público. Aliás, acredito que estamos até demorando demais. Já estamos chegando a quase um ano com a obra parada.

Acredito que as consequências ainda virão na questão da manutenção, porque, com certeza, as empresas irão cobrar isso do Estado. Como o Tribunal de Contas está aqui – Dr. Rafael, eu vou lhe dar a palavra ao final, para que faça a conclusão de todos esses aspectos.

Acredito que a gente esclareceu aqui, mas eu gostaria, Drª Luiza, de, publicamente, cobrar do Ministério das Cidades maior satisfação para a população mato-grossense. De que forma? O próprio Ministério pode propor uma reunião em Cuiabá, e aí é importante essa questão da Assembleia Legislativa do Estado Mato Grosso buscar isso também através dessas audiências; inclusive, lá, vai ser formada uma frente parlamentar. Não podemos ficar apenas na discussão política. O erro, se é que houve no passado, de quem foi, a sociedade, principalmente para o político, avalia nas eleições. Mas, claro, cada administrador tem a responsabilidade de dar sequência. Hoje, temos um novo ministro, mas o Ministério continua.

Então, em nome da sociedade mato-grossense, quero cobrar do Ministério das Cidades que faça esse diagnóstico, que tenha essa satisfação, ou seja, a prestação de contas para a sociedade mato-grossense, porque até hoje lá, está apenas na discussão, inclusive de não concluir a obra. Isso seria, a meu ver, um absurdo em função de desperdício dos recursos públicos.

Vou passar a palavra ao Dr. Jaime Henrique, representando a Infraero.

Também em relação à Infraero, é sabido – aqui foi colocado pelo Tribunal de Contas – que os atrasos nos desembolsos e nos pagamentos podem levar a consequências muito ruins, inclusive de as empresas quebrarem, enfim. Em Mato Grosso, no caso, efetivamente houve atraso nos pagamentos. Eu quero aqui questionar a Infraero se esses atrasos foram de responsabilidade da Infraero, se houve atrasos realmente e qual é a responsabilidade em relação à empresa, ao consórcio que lá realizou a obra.

Contamos, àquela época, com a presença do Ministro Wellington, meu xará, presidente da Infraero, e já naquele momento houve a cobrança para concluir a obra. Mas, pelo menos, foi falado pelo governador do Estado, à época, que a Infraero chegou a atrasar em mais de seis meses no desembolso.

Então, eu gostaria também que fosse esclarecida essa questão do desembolso por parte da Infraero em relação ao convênio feito com o Governo do Estado.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Primeiro, vou...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Quero, inclusive, o seu testemunho, porque, como Deputado Federal, muitas vezes, estive na Infraero até para buscar essa alternativa. É bom que se diga aqui, até ao Tribunal de Contas, que essa obra do Aeroporto de Várzea Grande, em Cuiabá, na verdade, não ocorreu só agora na época da Copa. Essa obra começou há 15 anos e teve muitas interrupções. Então, não foi só em consequência da Copa do Mundo. A Infraero, digamos, já deve isso à sociedade mato-grossense há aproximadamente 15 anos – empresas começaram e abandonaram a obra, na época do governo Dante de Oliveira e, assim, na sequência.

Então, eu gostaria dessa análise, mas é claro que reconhecemos que houve, na época da Copa do Mundo, alguma melhoria. E não é o desejável hoje, porque, também, aumentou muito o número de passageiros no Aeroporto de Várzea Grande.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Bom, parodiando aqui o Senador José Medeiros, que não está presente, parece que lá há uma cabeça de burro.

Esse aeroporto é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos trocar por jegue, para não ficar... (*Risos.*)

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Está certo.

Esse aeroporto há muitos anos vem sendo planejado, e o Governo Federal, via Infraero, tenta fazer dele o que ele merece.

Não tenha dúvida.

Então, tivemos aquela etapa inicial e, justamente em 2009 e 2010, começou essa volta, em que havia aquela circunstância bastante ruim... Aí, contratou-se.

É preciso deixar claro que é uma construção bastante específica. A Infraero tem um convênio com o Governo do Estado, em que este repassa os recursos. A licitação e a contratação da obra foram feitas pelo Governo do Estado através de um projeto desenvolvido e entregue pela Infraero. E cabe à Infraero fiscalizar conjuntamente especialmente os repasses. Obviamente, só se repassam recursos de obra executada.

Então, qual é o lado bom dessa história?

Depois, houve avanços nessa obra. Tivemos problemas muito sérios com construções e construtores – acho que quem é do Estado conhece a história –, muito sérios mesmo.

Mas, obviamente, mais uma vez utilizando a fala do Senador José Medeiros, pior ainda era naquele momento. E a diretoria da Infraero – eu era diretor de engenharia – sabia perfeitamente que romper alguns contratos ou alguns convênios naquele momento significava nos condenar a uma situação muito pior ainda.

Então, realmente, vamos dizer, levamos e fizemos o que pudemos até a Copa. E, quando acabou a Copa, obviamente, a própria Secopa (Secretaria Extraordinária da Copa) fez uma suspensão contratual, e ficamos numa discussão, praticamente até dezembro, sobre essa retomada. Houve muita discussão entre o Estado e o próprio contratado.

A Infraero chegou a solicitar formalmente que essa obra fosse repassada à sua direta administração, mas o lado bom da história é que, agora em novembro, finalmente, ainda dentro daquela esteira de se evitar a judicialização, foi possível o entendimento, e, utilizando o próprio convênio, nesta gestão atual, foi dada a ordem de serviço, e temos sete ou oito meses... Porque não falta muita coisa.

Está faltando acabamento, mas toda a parte de infraestrutura... Assim, nós fizemos um esforço enorme para ter aquilo na Copa. E isso, o mesmo constrangimento que o Senador tem, que o senhor tem, nós temos também. Nós vamos acabar aquela obra e vamos deixar o aeroporto numa condição muito razoável do ponto de vista operacional.

Na questão sobre uma possível concessão, não há essa informação. Cuiabá não está nessa leva, e, assim, eu entendo que é algo semelhante ao que está acontecendo em Salvador. Acho que vamos acabar essa obra, e, aí, sim, cabe à SAC avaliar essa condição. Quer queiram quer não, teremos uma infraestrutura bastante razoável.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É importante, só para a população entender, dizer que a SAC é a Secretaria de Aviação Civil.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Portanto, essa responsabilidade da concessão...

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – É da SAC.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É uma definição da SAC, e não da Infraero.

Apesar de a Infraero ser sempre ouvida, também.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – É claro, porque é uma rede nacional, com mais de 60 aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas o senhor poderia pelo menos dizer aí, sobre essa experiência das concessões no Brasil, o que aconteceu nos aeroportos, foi positiva? Está sendo positiva?

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Do meu ponto de vista, sim. Acho que a avaliação da Infraero também.

Obviamente, é assim... Voltemos aos números. A partir de 2007 e 2008, a aviação civil brasileira teve um desenvolvimento estratosférico do ponto de vista prático, e os braços para se atender toda essa demanda, esse crescimento monstruoso... Só para vocês terem uma ideia, neste momento, até a Copa, praticamente triplicou toda a capacidade operacional de todos os aeroportos brasileiros. É um negócio monumental.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – De quantos milhões para quantos milhões?

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Eu não tenho o número correto, mas acho que devemos ter fechado para algo em torno de R$180 e R$190 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós tivemos a palestra do Ministro, que disse que chegaríamos, provavelmente, a R$200 milhões.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – A meta, a possibilidade de atender, já neste ano e no início do ano que vem.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Exatamente. E isso precisava de braço; braço, recurso, investimento e capacidade de execução, que não é só infraestrutura. As pessoas veem muito a capa da história, o terminal e esse tipo de coisa, mas obviamente torná-lo operacional, isso exige um investimento muito grande – equipamento, etc., etc.

Então, acho que foi superpositivo, com essa iniciativa de a Infraero ser sócia – e aí o nosso representante, o assessor Rafael fez um comentário sobre esse investimento. E vamos dizer que se desonerou, do ponto de vista financeiro, e se desonerou do ponto de vista dessa capacidade técnica de execução ao mesmo tempo. Então, vejo isso positivamente.

É claro que agora é preciso achar... Não vamos nos esquecer de que estamos falando de dez a doze aeroportos pelo Brasil, mas existem centenas, e a mesma atenção que Tabatinga está tendo hoje, com renovação de pista, etc., é o que merece o nosso...

Então, do ponto de vista prático, vamos honrar esse compromisso com o Estado de Mato Grosso, pois, para nós também, é muito ruim ver essas pesquisas que estão acontecendo.

Acho que respondi tudo.

Mas não tenham dúvida de que, hoje, o Brasil está com uma capacidade operacional *pari passu* e inclusive além da demanda, o que foi excepcional. E foi a janela que a Copa proporcionou. Obviamente, alguma coisa não deu certo, mas boa parte deu. Então, estamos aqui para acabar o que não deu certo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos passar a palavra agora ao Dr. Neusvaldo, mas gostaria de fazer uma consideração. Acho que acaba vindo para o turismo, e o Ministério do Turismo, na verdade, foi o mais beneficiado, porque não coube praticamente responsabilidade de esse Ministério executar obras. Não sei se isso poderia ser falado também, mas principalmente a organização do evento... E é sabido que a organização do evento da Copa do Mundo no Brasil foi um sucesso.

Inclusive, aqui, voltamos à questão dos passageiros: mudou muito o perfil do passageiro no Brasil, além de ter aumentado muito. Por que aumentou? Aumentou principalmente porque se barateou o custo das passagens. Hoje, todo cidadão brasileiro, de todo tipo de classe social, o trabalhador, tem oportunidade de viajar de avião. E os preços, às vezes, são competitivos em relação aos de uma passagem de ônibus. Também há o tempo. Se você vai deslocar-se mil quilômetros, não é só o preço da passagem. Além do preço da passagem, há as despesas que você tem de fazer durante o trajeto, enquanto no avião você sai e chega em pouco tempo ao seu destino.

Aí, é claro também o benefício que houve para o turismo interno com tudo isso que aconteceu em relação à Copa do Mundo. Trata-se, aí, da questão do legado, que também devemos testemunhar como brasileiros. O Brasil evoluiu muito nisso, e há hoje um reconhecimento por grande parte da população brasileira de que o atendimento nos aeroportos melhorou. É claro que não é o desejável.

Não sei se o Dr. Neusvaldo tem aí os dados, mas, numa palestra que o Ministro da SAC (Secretaria de Aviação Civil) colocou no Voar Por Mais Brasil, uma pesquisa demonstrava que o Brasil, por incrível que pareça, é o segundo país do mundo em pontualidade nos aeroportos. Então, às vezes, vemos as matérias na imprensa naqueles momentos de pico, quando há uma greve ou qualquer coisa, mas a análise do ano como um todo é positiva.

Então, passo a palavra ao Dr. Neusvaldo, que representa o Ministério do Turismo.

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Obrigado, Presidente.

Só vou pedir o apoio dos colegas, se tiverem alguns desses números mais recentes.

Mas eu queria insistir, Presidente, na nossa absoluta convicção, dos técnicos e do nosso Ministro Henrique Alves, de que este momento histórico ímpar está sendo absolutamente benéfico para o Brasil em muitos aspectos. Então, as pessoas têm enfatizado alguns aspectos negativos da execução das obras, mas há que se ver isso numa amplitude maior, com todo o processo histórico por que estamos passando. O Brasil passou recentemente por uma transformação fantástica, que foi a evolução da população do meio rural para o meio urbano. Não faz muito tempo, Senador. Faz pouco tempo. Agora, imagine essa população no meio urbano sem os recursos que estamos implantando hoje em nome da Copa do Mundo e dos grandes eventos esportivos.

Vou fazer uma pergunta aqui: o que seria o Brasil sem a Copa? Porque as pessoas têm colocado isso de forma inversa. O que seria o Brasil hoje sem essas estruturas de mobilidade urbana, sem os aeroportos e sem os estádios?

Vou falar daqui a pouco sobre os estádios, porque o turismo é herdeiro, assim, dos benefícios dos estádios. Nós preferimos chamá-los de arenas.

Então, imaginem o Brasil sem a Copa, se não tivéssemos tido todos esses benefícios em função da Copa e dos grandes eventos esportivos. Nós, técnicos do Governo e, tenho certeza, os colegas do Tribunal de Contas, vivemos um momento ímpar, porque tudo foi diferente Tivemos de nos mobilizar de uma forma que nunca aconteceu na história da República. Algumas cidades tinham, em execução, 50 ou 60 projetos ao mesmo tempo. Não havia estrutura para fazer isso, estrutura administrativa. Do mesmo modo, isso aconteceu com a estrutura do Governo Federal. De repente, nos mobilizamos no limite ou mais do que no limite da nossa condição para obter esses êxitos.

Então, não quero aqui justificar os insucessos. Eu diria – e faço uma proposta – que, se tiver de haver apuração de culpabilidade ou responsabilidade, que se coloque também a apuração dos méritos, no mesmo nível. E vamos medir o que é mérito e o que é responsabilidade ou culpabilidade. Tenho certeza de que, no mérito, nós ganhamos, porque só há ganhos numa dimensão maior.

Mas quero fazer a abordagem de uma questão levantada pelo Senador José Medeiros, para provocar outra discussão aqui. Refiro-me ao aproveitamento dos estádios, que preferimos chamar de arenas, porque foram concebidos para outros usos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Com vocação para outros usos.

Então, cito como exemplo o caso de Brasília. Primeiro, o Brasil é hoje o nono do mundo em eventos internacionais, na sua grande maioria, eventos de negócios.

Fazemos negócios hoje em estruturas razoavelmente limitadas e temos casos aqui de um Anhembi, por exemplo, que não consegue comportar mais eventos porque está com sua agenda toda ocupada. No entanto, temos 12 arenas recém-concebidas, com condição absoluta de absorver não só esses públicos que estão sendo absorvidos hoje nos centros de eventos, mas com condição de recebê-los com conforto.

O Estádio de Brasília tem 70 mil lugares para pessoas sentadas confortavelmente. Por que não aproveitar desta forma, em outros eventos, e não só no futebol?

Vou dar um exemplo aqui. Nas grandes cidades do País, há o Carnaval da época e o Carnaval fora de época. São feitos, de modo geral, de forma improvisada e precária. Não há segurança; há muito serviço para as estruturas de segurança. Não quero dizer que não haja segurança formal, mas, de qualquer forma, não é suficiente, porque o cidadão se expõe.

A turma da pipoca no Carnaval fora de época sai fora dos cordões de forma desconfortável, pois vão admirar um evento de alegria e acabam desconfortavelmente tendo que andar, ser empurrados, jogando lixo, infelizmente, na via pública, e, claro, mudando a rotina das cidades.

No caso de Brasília, há um estádio em condições de receber, a um só tempo, 70 mil pessoas confortavelmente, como citei aqui o caso da turma da pipoca, sem contar os que vão lá promover o festival.

A Parada Gay, em São Paulo, agora, recentemente mobilizou não sei quantos milhões de pessoas – não sei duzentas mil, um milhão de pessoas. Não me lembro, mas é um número gigantesco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Não, dois milhões é muito pouco. Em Brasília, já mobiliza mais. Então, a Parada Gay poderia – estou dando alguns exemplos – muito bem ser feita confortavelmente numa arena dessas.

Vou dar outros exemplos: já trouxemos para o Estádio de Brasília uma cantora que levou 40 mil pessoas para dentro do estádio. Foram 40 mil pessoas, num *show* de música da cantora americana.

Houve um evento religioso que levou, número que vi recentemente, 23 mil pessoas ao Estádio de Brasília. Então, religião, negócios, parada *gay*, Carnaval fora de época, música...

E houve também uma experiência fantástica aqui, que é uma corrida de rua, uma realidade hoje no País inteiro. O brasileiro, de repente, descobriu esse esporte, adotou-o, e ele está aí se desenvolvendo, e, com certeza, esse resultado virá nas Olimpíadas, porque temos atletas de primeira linha hoje, que são oriundos das corridas de rua, inclusive em Brasília.

Fizemos uma experiência aqui, e a Secretaria de Turismo do Distrito Federal fez uma corrida de rua no estádio, em seu anel externo. Foi sucesso absoluto, mas não se divulgou, talvez por um momento, mas isso é exemplo de uso alternativo das arenas. Acho que está faltando para a questão das arenas, e isso inclui a arena do Pantanal Mato-grossense, talvez uma discussão maior, Senador. É um bom mote para uma discussão, aqui no Congresso, como vamos usar as arenas. Possibilidade de uso existem e são inúmeras. Talvez precisemos discutir a gestão das arenas. Como fazer a gestão? Quem vai fazer a gestão das arenas? Usos existem, e o turismo agradece se houver uma solução plausível para essa questão da gestão. O potencial está aí. Nenhuma outra estrutura, e não cito só Brasília, tem condição de receber esse número de usuários de forma confortável, todo mundo sentado, com segurança, sem afetar a via pública, numa posição privilegiada para qualquer um dos espectadores, que podem ver integralmente... Isso porque não é todo evento a que se assiste integralmente na rua. Mas, no estádio, dá para assistir, em todas as suas etapas, sem se deslocar. É muito interessante.

São muitas as vantagens do uso dessas arenas. Acho que precisamos discutir apenas essa questão da gestão.

Vou me adiantar aqui e insistir na questão do projeto, que é muito importante. Temos de pontuar bem e colocar como algo definitivo que todos os atores que participam da execução de obras, sejam estruturas públicas, seja o agente privado, ou mesmo o usuário, que fica aguardando, no caso do VLT de Cuiabá, por exemplo... Todos seriam menos sacrificados se houvesse, antes disso, uma instância de apreciação dos projetos, como pré-condição. Não dá para colocar no Orçamento uma obra que não tenha projeto; do contrário, vamos ficar de quatro a cinco anos, no mínimo, discutindo como resolver problemas, isso quando minimamente dá certo. Quando não dá, as pessoas levantam a possibilidade de ver quem é o culpado. É complicado, porque nós, participantes, somos também vítimas desse processo.

Então, deixo aqui a pergunta: o que seria o Brasil sem essa preparação para a Copa? O que nós seríamos hoje nos meios urbanos – São Paulo, Brasília, Cuiabá –, com tanta gente no meio urbano usando as estruturas de mobilidade, usando tudo isso que produzimos?

Fica por aqui a minha consideração final.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O Dr. Jaime queria fazer aqui uma consideração final.

O SR. JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA – Acabei sem responder a uma pergunta que me parece importante. A Infraero nunca atrasou o repasse das obras que foram executadas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Isso é importante colocar. É importante, principalmente para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, saber isso. A afirmativa sempre foi de que chegou atrasado mais de seis meses o repasse, o pagamento ao Governo do Estado.

Queremos passar, agora, ao Dr. Rafael, representante do Tribunal de Contas.

Uma pergunta, apenas por consideração, já que ele falou aqui que o atraso de pagamento pode redundar muito em prejuízo, empresas quebrando, e, hoje, na verdade, no Brasil, temos atraso de pagamento de modo geral. São obras inacabadas, Municípios com repasses atrasados. São muitas obras. Acho que a quebradeira é maior quando, no Município, o prefeito contrata, às vezes, uma empresa local, uma empresa pequena que não tem fôlego. Ela começa a obra, mas, sem o repasse do recurso, claro, não tem suporte à empresa. Mas existe uma pressão muito grande por parte da sociedade, porque a empresa compra no local, fica devendo no local e acaba envolvendo toda a comunidade.

Principalmente agora, o Ministério do Transporte está com mais de R$2 bilhões atrasados em pagamentos. Muitas dessas obras representam manutenção. No caso do Mato Grosso, na BR-163, que foi concessionada da divisa de Mato Grosso até Sinop, metade do trecho é de responsabilidade do Ministério do Transporte, do DNIT. O pedágio já está sendo cobrado. A população está pagando, mas sabe que, em uma concessão, não está prevista só a obra de manutenção e construção da estrada, mas toda uma prestação de serviço. É claro que uma estrada concessionada não pode ter buracos, não pode ter problemas que possam inclusive trazer a responsabilidade da própria concessionária em relação a qualquer acidente que ocorra.

Gostaria de saber do Tribunal de Contas como essa instituição tem agido para cobrar também por parte do Poder Público essa responsabilidade. É comum o Tribunal de Contas definir multas e outras situações, principalmente para as empresas. Então, gostaria de saber também sobre isso em relação ao Poder Público, à responsabilidade. Como o Tribunal de Contas se manifesta nesse aspecto?

E já é o último a falar, para concluir a nossa audiência pública.

O SR. RAFAEL JARDIM CAVALCANTE – Sr. Presidente, demais Parlamentares, demais presentes, nessas considerações finais, vou tentar recolher, em um único pensamento, um raciocínio que consiga englobar, ao final, muito do que foi debatido aqui.

Um dos motivos pelos quais os empreendimentos não conseguiram ficar prontos à disposição da sociedade, e isso foi unânime, perpassa pela defasagem de projetos, mas há algo que foi levantado, principalmente nas obras de mobilidade, e esse é o mote dessas considerações finais, e que vem muito antes do projeto.

O projeto descreve o objeto que vai ser licitado, e, sempre que a Administração Pública gasta dinheiro, é para resolver um problema. Ninguém sai jogando dinheiro pela janela. A primeira página de qualquer processo licitatório é a descrição do problema, porque, via de regra, existem duas, três, quatro, cinco soluções para resolver esse problema. Há uma etapa legalmente exigida nas licitações e contratos, prévia, que é responder, dentre as várias alternativas hábeis a resolver o problema, qual é a melhor, qual a mais eficiente, qual a mais econômica, qual a mais eficaz e qual a mais efetiva, que se chama Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Ambiental (EVTEA). Ele é, e falo isso não como retórica, fiscalizado em dezenas de fiscalizações, sumariamente ignorado.

Quando se contrata o projeto, já é necessário que se tenha um estudo hábil para saber que a solução que vai ser licitada é a que melhor resolve o problema. Não se licita uma obra do VLT sem antes ter estudado que é viável, de que maneira e por que o VLT é melhor que o BRT ou melhor que não fazer.

Não se concede uma rodovia sem ter antes comparado a solução daquele problema com a disponibilidade financeira, por exemplo, do ente pagador. Isso é muito presente, demais, em obras urbanas, especialmente nas obras de mobilidade urbana. Aliás, não é surpresa que, em quatro anos, de 47 empreendimentos, 14 tenham ficado prontos.

Em obra urbana, acontece tudo. Há mil interferências. Há pessoas para serem retiradas. Em uma obra de mobilidade na Copa, em Fortaleza, na avenida que liga o estádio ao centro, foram duas mil desapropriações. Isso também custa dinheiro. Para cada projeto de desapropriação, é necessário seja feita uma análise de terreno, uma análise de benfeitoria. São processos judiciais diferentes. Basta uma dar problema para parar a obra, sob pena de o Poder Público realizar o esbulho, que é crime! São inúmeras as obras de mobilidade urbana que param porque houve problema superveniente. De que forma isso foi superveniente? De que forma isso não deveria ter sido feito antes até da feitura do projeto base? Porque geometria pode mudar. Em Belo Horizonte, o arco rodoviário parou; aliás, ainda bem que foi no início, porque n mil famílias tinham que ser removidas, com gasto extra de R$40 milhões para a sua remoção e realocação. Ainda bem que parou nos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira. Sabem quem foi o responsável ou o irresponsável pela paralisação? O Tribunal de Contas da União!

Existem empreendimentos para os quais o controle é legislativo. Quem disse que é ruim, por exemplo, fazer uma estátua gigante do Padre Cícero no meio da cidade? É desperdício ou não? Existe uma discricionariedade na aplicação do recurso público.

Por que é ruim fazer o estádio no Mato Grosso ou em Manaus ou em Natal ou em Brasília? Vejam que é necessário que se faça o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Ambiental. E eles foram feitos, inclusive para falar que eles poderiam ser utilizados para festas, como arenas, como, como e como... Eles foram feitos. O Tribunal de Contas da União, na época devida, alertou esta Casa Legislativa sobre as avaliações por demais otimistas. Isso está em pelo menos três acórdãos do Tribunal de Contas da União, em que, mesmo diante dos estudos realizados para utilizar as arenas para muito além do futebol, alertaram esse controle legislativo para que, a critério dele... "Olha, isso não merece estar no orçamento!" Não é controle do Tribunal de Contas da União!

Nesse ponto, coloco a questão fundamental de esse tribunal trazer questões como essas para o Congresso Nacional, que é o que ele faz anualmente. Anualmente, o Tribunal de Contas da União subsidia esse Parlamento para dizer: "Parlamento, existe esse problema. Eventualmente, a obra tem que parar porque não é viável." "Parlamento, a seu critério, você deseja colocar dinheiro?" Essa é a dinâmica, e, por isso, o Tribunal, muitas vezes, é questionado e condenado porque a obra não acontece.

Vou dar um exemplo bem claro, e isso afeta também as obras de mobilidade urbana, que é um tema muito atual.

Os investimentos recentes em mobilidade urbana têm sido muito para convênios para PPP, nos Municípios. É a tônica, e é importante que seja assim. Como V. Exª bem colocou, os empreendimentos de mobilidade urbana – VLT, BRT, metrô – não são viáveis. O Município, o Estado tem que fazer uma contraprestação mensal, tirar dinheiro do Tesouro para fazer com que eles fiquem viáveis, porque é direito do cidadão constitucional de terceira geração ter equidade no espaço urbano. Ele tem direito a ter mobilidade. Isso significa que, nessas PPPs em que a União aplica dinheiro, o Município vai ter que ter capacidade de pagar, e, nesse ponto, entro na questão de responsabilidade de quem passa o dinheiro. Ora, quem pede dinheiro é o tomador. Qual é a responsabilidade de quem está emprestando ou dando dinheiro, no caso de convênios? Garantir que aquilo vá existir. Então, se a modelagem de uma PPP municipal, por exemplo, avaliar que existem inconsistências nos estudos, na quantidade de passageiros, mesmo na geometria previamente delineada para o empreendimento, que o investimento está subestimado e que o Município que vai ter que pagar muito além do que teria que pagar para ser viável e que o Município não tem capacidade de pagar, seria possível comprovar que, nesses termos, seria jogar dinheiro fora, porque não vai acabar o empreendimento. E chega o Tribunal de Contas e fala: "Congresso Nacional, a modelagem está errada. A União está passando dinheiro para um empreendimento cujo ente pagador não tem capacidade de pagar".

O Tribunal de Contas está parando o País? (*Pausa.*)

Não é uma resposta fácil! E temos, de fato, evoluído na dinâmica, na dialética desta questão: o que, de fato, é bom para o País? Que irregularidade realmente obsta a interrupção do fluxo financeiro?

Nessas considerações finais, vou reafirmar, portanto, a necessidade de um estudo maduro e prévio à elaboração do projeto básico, que é o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Ambiental dos empreendimentos. Isso é muito particular e decisivo em obras urbanas, eminentemente nas obras de mobilidade.

É claro que isso leva tempo e reforça tudo aquilo que outrora eu tinha defendido sobre a necessidade de pensarmos em planos de Estado, nem tanto de Governo. É preciso de tempo para se fazerem os estudos, tempo para se fazerem os projetos, tempo para se fazerem os orçamentos, para que a sociedade consiga, de fato, desfrutar com mais eficiência do imposto que ela paga.

Com muita honra, orgulho e humildade para termos eventualmente que melhorar – digo que também somos responsáveis –, agradeço a oportunidade de demonstrar o trabalho que o Tribunal de Contas fez para a Copa e para além da Copa. Trabalhamos para a boa aplicação de quem paga o imposto.

Despeço-me novamente, agradecendo principalmente as perguntas pertinentes e a paciência de V. Exª neste debate.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Gostaríamos de agradecer a todos que vieram prestigiar esta audiência pública, principalmente àqueles que fizeram apresentações em nome dos ministérios envolvidos.

Quero agradecer aqui mais uma vez ao Dr. Rafael Jardim Cavalcante, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura do TCU; à Drª Luiza Gomide de Faria, Diretora do Departamento de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; ao Dr. Jaime Henrique Caldas Parreira, Assessor da Presidência da Infraero; e ao Dr. Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo.

O que posso, aqui, concluir, após a colocação de todos, é que o Brasil ganhou com a Copa do Mundo, sem dúvida alguma. Tivemos um incremento do número de turistas no Brasil. Tivemos a possibilidade de o Brasil ser mostrado para o resto do mundo, pela televisão, pelos meios de comunicação.

Esses problemas que ficaram para ser resolvidos referem-se a um papel nosso, do Poder Público, dos representantes do Poder Legislativo, e, por isso, esta audiência pública. Faremos outras no sentido de cobrar não só aqui em Brasília como nos Estados. O problema de uma obra inacabada não pode ficar *ad aeternum*. Acho que nosso papel é exatamente cobrar a responsabilidade de cada um. Principalmente o cidadão que está na ponta quer o recurso dos seus impostos bem aplicado. Sempre tenho dito que quem está, na fila do posto de saúde, com seu filho para tratar, tem pressa, e quem está em uma estrada esburacada tem pressa.

O Brasil ainda é um país em abertura, em desenvolvimento, em crescimento e de muitas oportunidades. Pelo que aqui ficou demonstrado, está havendo uma evolução: cada órgão, cada organismo, o Tribunal de Contas compreendendo seu papel de fiscalizar, mas também de fazer acontecer; os órgãos executivos, com os quais tenho hoje uma preocupação, principalmente na crise agora, com a falta de recursos.

Ontem, à noite, tivemos uma palestra até quase 2h da manhã com um grande economista que colocava realmente o custo Brasil, principalmente o custo dos Poderes. No Executivo, cada vez mais, tem sobrado menos recursos para a execução.

Mas que tamanho de máquina pública é o desejado? E, principalmente, que tipo de processo de desenvolvimento nós todos queremos?

Agora, mais do que nunca, em um momento de crise, é preciso tirar o "s" e criar. É momento de discutir exatamente essas dificuldades, para que possamos deixar um legado para as futuras gerações.

Quero agradecer imensamente essa oportunidade da audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a nossa reunião, rogando a Deus que possamos encontrar dias melhores para o Brasil.

Muito obrigado!

(*Iniciada às 09 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.*)

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Às sete horas e cinquenta e nove minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz e Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Lasier Martins e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Ana Amélia, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, parabeniza a Rede Amazônica de Televisão, afiliada da Rede Globo, pela série de reportagens intitulada "BR-319, o caminho da esperança", abordando a expectativa da população do Amazonas e de Rondônia sobre a reabertura da rodovia federal para o trânsito. Passa-se então à Audiência Pública aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 30, de 2015, e Requerimento (RRA) nº 31, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, consoante o Requerimento (RRA) nº 14, de 2015, que trata da avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, com a finalidade de analisar a defesa agropecuária e integração dos entes da federação; o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa); e a interação entre os órgãos de defesa agropecuária e o setor produtivo agropecuário, com a participação do Sr. Luis Eduardo Pacifici Rangel - Secretário Substituto de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Sr. Francisco Saraiva - Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários - UNAFA; Sr. Inácio Afonso Kroetz - Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária - FONESA; Sra. Tânia Lyra - Consultora em Defesa Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Sr. Ariel Antônio Mendes - Diretor Técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA; Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento - Técnico da Confederação Nacional de Municípios - CNM. Os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Dário Berger e Waldemir Moka fazem uso da palavra. O Senhor Presidente concede a palavra à Senhora Moisa Medeiros Lasmar, Presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado de Minas Gerais, e à Senhora Karen da Costa Rocha, Fiscal de Defesa Agropecuária e Florestal do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ
VICE-PRESIDENTE DA CRA(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nºs 30 e 31, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, com a finalidade de debater e analisar a defesa agropecuária e integração dos entes da Federação, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e a interação entre os órgãos de defesa agropecuária e o setor produtivo agropecuário.

Informo que esta audiência é referente ao processo de avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015, o qual tem como Relator o Senador Dário Berger.

Comunico a presença dos seguintes convidados, os quais eu convido para compor a Mesa: Dr. Luis Rangel, Secretário Substituto da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura; Lindomar José Silva, Assessor representante das Secretarias Estaduais da Agricultura (Conseagri); Mário Augusto Ribas do Nascimento, Técnico da Confederação Nacional de Municípios; Inácio Afonso Kroetz, Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária; Francisco Saraiva, Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários; Ariel Antônio Mendes, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal; Carlos Rogério Franco Figueiredo, Assessor Especial da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; Srª Tânia Lyra, Consultora em Defesa Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e David Wilkerson Rodrigues de Souza, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

Nós dividimos em blocos os nossos convidados para que todos possam ser ouvidos. Então, alguns estarão à mesa e outros na bancada dos Senadores, porque são nove convidados.

Antes de iniciarmos o nosso debate, aguardando também o nosso Relator, Dário Berger, apenas quero fazer um comentário com relação ao trabalho que está sendo feito para a reabertura da BR-319.

A Rede Amazônica de Televisão, afiliada da Rede Globo, publicou uma matéria na semana passada, uma série de reportagens intituladas "BR-319, o caminho da esperança", abordando a expectativa da população do Amazonas e de Rondônia sobre a reabertura dessa rodovia federal para o trânsito, o que deve ocorrer nos próximos meses. Pelo menos essa é a nossa expectativa com relação ao trabalho que está sendo feito de restauração dessa BR-319.

A repórter Daniela Branches e o cinegrafista Alexandro Pereira, com o apoio de uma equipe do Exército Brasileiro, percorreram 877km da rodovia entre Manaus e Porto Velho. Entrevistaram famílias, que moram às margens da rodovia, mostraram o andamento das obras de recuperação e manutenção da pista e captaram a grande expectativa para as pessoas que moram nessa região com relação à reabertura dessa rodovia.

A série mostra o sofrimento das comunidades localizadas às margens dessa rodovia – como os Municípios de Careiro Castanho, na localidade de Igapó Açu, no novo distrito de Realidade e, evidente, no Município de Humaitá, no Amazonas –, comunidades que enfrentam dificuldades para escoar a produção agrícola e extrativista da região, baseada na cultura da mandioca, da melancia e de muitas hortaliças, da coleta do açaí, da castanha, do cupuaçu e também da pesca.

Os agricultores, assim como os produtores de hortaliças de Porto Velho e de todo o Estado de Rondônia poderiam colocar suas hortaliças, seus produtos agrícolas nas feiras e mercados de Manaus, mas, infelizmente, isso não é possível, pois a estrada que liga Porto Velho a Manaus, a BR-319, está fechada há alguns anos. Com isso, os manauaras pagam mais caro por esses produtos, que chegam, de avião, de São Paulo e de outros locais do País e até do exterior.

Portanto, ficam aqui os meus cumprimentos e o meus parabéns à Rede Amazônica de televisão, em especial aos meus grandes amigos Fhelippe Daou, Aluisio Daou, Phelippe Daou Junior, pela bela reportagem, pelo apoio que deram em relação à abertura da BR-319. Tenho a certeza de que com a participação da imprensa, através da força que tem a Rede Amazônica de televisão, nós conseguiremos avançar cada vez mais na reabertura dessa BR que é tão importante não só para o Amazonas, para a cidade de Manaus, principalmente para a cidade de Humaitá, os distritos, mas também para o nosso Estado de Rondônia, a nossa capital, Porto Velho.

Meus cumprimentos à Rede Amazônica e um abraço especial ao Dr. Phelippe Daou e a toda sua equipe.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia a todos e todas!

Presidente, primeiro, quero dizer que demos entrada a um projeto de lei que trata do biodiesel para tramitar nesta Casa para que, em um período de mais ou menos 180 dias, a gente possa sair do B7 para o B10, nesse processo de evolução. Na verdade, que em mais ou menos nove meses a gente possa chegar a isso, a partir da aprovação da lei, caso mereça aprovação, o que eu acredito merecer, tendo em vista a importância dela para o País. Também o B20, para abastecer os ônibus que transportam passageiros nas cidades com população acima de 500 mil habitantes. E o B30 para abastecer as máquinas agrícolas da nossa agricultura. Parece até incoerente, porque temos a produção do biodiesel no País e as máquinas agrícolas trabalham com o diesel fóssil.

Por ultimo, também dar conta de uma visita que fiz a BR-010 que, na verdade, é considerada a Belém-Brasília, porque saí de Brasília, passa por esse trecho em andamento, e vai chegar a Carolina, no Maranhão, e, depois prossegue para o Norte. Esta rodovia, que já tem um trecho desenvolvido, estava carecendo de recursos para terminar os projetos, oportunidade em que o DNIT nos deu a notícia, essa semana, em Palmas, de que a execução dessas obras estavam sendo retomadas nessa rodovia, que é fundamental para o meu Estado, o Tocantins.

Sabem V. Exªs que o Estado é dividido ao meio praticamente pelo Rio Tocantins. Ou seja, pela margem direita do rio a gente tem uma deficiência muito grande, há setores ainda isolados, tendo em vista a dificuldade de estradas. Portanto, essa estrada vai construir um novo eixo de desenvolvimento à margem direita do rio. Isso é muito importante.

Por fim, dizer que a gente tem que encontrar uma forma para que o TCU não paralise as obras. Que ele encontre uma maneira de punir, caso esteja havendo desvio ou superfaturamento, mas a paralisação de uma obra traz um prejuízo, às vezes, ainda maior para o País. A ponte de BR-010 no Rio Perdido, no Estado do Tocantins, uma ponte de 150m está paralisada há quase sete anos e o prejuízo para a região é muito grande. E a retomada das obras, que devem se iniciar ainda este ano ou no início do ano que vem, no mais tardar, provavelmente vai revelar um custo mais alto, além do prejuízo econômico e social para a região.

Então, a gente tem que elogiar o TCU pela severidade na fiscalização, mas paralisar as obras tem, sob o meu ponto de vista, contribuído para trazer mais problemas do que soluções.

Obrigado.

Agora, acaba de chegar o nosso Relator, que não é vaqueiro, por isso ele chega um pouco mais tarde. Mas hoje nem o povo do gado que chega cedo, a exemplo do Moka, do Blairo, ainda não chegaram, apenas eu.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senador.

Voltando, então, cumprimento o Senador Dário Berger pela iniciativa desta audiência pública importante para o setor do agronegócio.

Já faço uma provocação, um questionamento ao nosso amigo Luis Rangel, que sempre está presente nesta Comissão, no sentido de que já alertamos o Governo Federal sobre a falta de fiscais agropecuários no nosso Estado, Rondônia, para fiscalizarem os abates bovinos, para acompanhar e autorizar as exportações de carne.

O rebanho bovino de Rondônia deve totalizar, em 2015, 13 milhões e 200 mil cabeças de gado, rebanho que contou com um aumento de 3,5% nos últimos três anos. Somos, hoje, o quinto exportador de carne do País, e temos, em Rondônia, apenas 18 Fiscais Agropecuários Federais para agilizar todo esse abate e toda essa exportação em um Estado que é o quinto maior exportador de carne do País, e que é executado graças à parceria que o Ministério da Agricultura tem com o Governo do Estado, através do Idaron – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia –, e com os criadores, através do Fefa – Fundo de Apoio a Defesa Sanitária Animal – e também com os próprios frigoríficos. Se não fossem essas parcerias, Senador Dário Berger, nós não teríamos condições de exportar pelo Estado de Rondônia.

No entanto, esses profissionais trabalham no limite e alguns estão, inclusive, na iminência de se aposentarem, o que dificultará ainda mais a nossa situação. Já discutimos essa questão com a Senadora Kátia Abreu, Ministra da Agricultura, aqui mesmo nesta Comissão. No entanto, até agora a situação continua a mesma. E é assim não só no Estado de Rondônia, mas praticamente em todo o País. Para complicar ainda mais, o ajuste fiscal e os cortes do Governo Federal também vão atingir esse segmento, uma vez que os Fiscais Agropecuários, aprovados em concurso público realizado ano passado, não serão chamados este ano, conforme anunciou o Ministro Joaquim Levy nesta última segunda-feira.

A Ministra Kátia Abreu se comprometeu aqui nesta Comissão, no dia 19/03/2015, em apresentar uma proposta em que esse trabalho de fiscalização e auditagem seria feito com a participação das empresas, dos frigoríficos, o que implicaria alterarmos a legislação atual.

Portanto, queremos saber como anda essa discussão, essa proposta do Governo e quais seriam os parâmetros para que esse trabalho possa ser feito legalmente dentro das normas internacionais e que não comprometam à sanidade animal, à produção e principalmente à exportação de carne.

Há mais um agravante agora: um risco de greve nesse momento. Se isso acontecer, a situação dos nossos exportadores vai ficar realmente completamente comprometida. Isso vem totalmente contra aquilo que todos temos trabalhado. Temos uma grande expectativa em ver o País aumentar a exportação, ampliar a exportação, que é grande expectativa da economia brasileira nesse momento.

Nós não estamos pedindo ação do Governo nem investimentos, mas apenas que o Governo faça a sua parte, que é manter os fiscais sanitários para dar vazão a essa exportação, pois quem faz todo o trabalho são os agricultores e as empresas brasileiras.

Nós sabemos das dificuldades do momento, principalmente com relação às contratações e concursos públicos realizados – não sei se estão suspensos ou não –, mas de qualquer forma é uma situação emergencial, e entendo que nós devamos dar uma atenção especial.

Dito isso, passo a palavra ao Luis Rangel, Secretário Substituto do MAPA.

Antes, porém, vamos estabelecer o tempo de 10 minutos para cada um como base – há exceções, evidente –, porque são nove convidados, para que possamos dinamizar a nossa audiência.

Dr. Luis Rangel, eu gostaria que V. Sª comentasse acerca do que foi dito antes de dar início à sua apresentação.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Senador...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só um minutinho, por favor, Dr. Luis.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só para esclarecimento. Então, nós vamos ouvir os nossos candidatos e, depois, nós faremos as nossas perguntas, os nossos questionamentos. Seria esse o *modus operandi* da nossa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vamos colocar da forma que V. Exª entender seja a melhor.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, se V. Exª prefere assim, aí, no final, a gente faz as perguntas. É só no sentido de ganharmos tempo, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Como são nove, eu sugiro que ouçamos os nossos convidados, pelo tempo de 10 minutos para cada um, e nada impede também que, em cada explanação, haja interação. Eu entendo que a interação é positiva e importante, principalmente V. Exª que é o nosso Relator.

Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Como são muitos os nossos convidados, quer me parecer que se nós ouvíssemos as provocações, as interrogações, as perguntas do nosso Relator, Senador Dário Berger, os nossos convidados, ao fazer às suas exposições, já poderiam cuidar de respondê-las.

Presidente, como eu também vou ter que presidir a Comissão de Direitos Humanos daqui a pouco, não posso ficar dando muitos palpites, já que eu não vou ficar aqui o tempo todo, infelizmente.

Como veem, não estão presentes todos os Senadores não é por desprestígio não, mas é porque muitas Comissões funcionam concomitantemente. A coisa aqui é corrida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

Consulto ao Senador Dário Berger se V. Exª gostaria de fazer os questionamentos agora ou posteriormente? V. Exª é quem define.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, Sr. Presidente, como temos um voto favorável, o senhor é quem desempata.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu acompanho V. Exª como Relator da audiência.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, então, para ganhar tempo, eu poderia fazer a minha...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Fazer a sua explanação. Acho importante.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... breve explanação e deixar um rol de questionamentos e perguntas que, talvez, facilitasse um pouco os encaminhamentos e os direcionamentos das próprias falas dos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Assim será.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Agradeço a V. Exª.

Quero agradecer também a presença de todos os nossos convidados. Obrigado mesmo pela presença. De coração, sejam todos bem-vindos! Espero que tenhamos aqui uma bela reunião para tratarmos, fundamentalmente, nesta segunda audiência pública convocada, da avaliação da Política de Defesa Agropecuária do País.

Presidente, entre tantos problemas que temos, essa é uma questão importante e fundamental para o desenvolvimento do agronegócio em nosso País.

Enquanto o País amarga hoje índices negativos de crescimento econômico, a economia ainda se sustenta, a duras penas, através do agronegócio. Eu percebo que os governantes, de forma geral, nos quais eu me incluo, invariavelmente, quando o vetor econômico, no caso mencionado, está dando certo a gente não dá a importância que deveria dar para dar mais certo ainda. Esse é um grande problema que enfrentamos. Então, se esse setor está indo bem, a gente meio que se esquece dele, e ele navega meio que solitariamente, vai indo, vai navegando e nós nos esquecemos, então, de dotar esse segmento com a logística necessária para que ele possa ter a sua sustentabilidade, continuar crescendo, progredindo, prosperando, gerando as oportunidades de emprego, renda no campo, como um dos vetores mais importantes que nós temos na economia nacional.

Entretanto, esta audiência pública tem por objetivo um tema fundamental, eu diria que é vital para a economia do agronegócio. E Santa Catarina, o meu Estado, se destaca em vários setores do agronegócio, que os senhores conhecem até muito mais do que eu. No entanto, essa questão da avaliação da Política de Defesa Agropecuária, Santa Catarina é o destaque nacional de Estado livre da febre aftosa, dentre outros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sem vacinação. Isso tem aberto mercados importantes no mundo inteiro. Santa Catarina não está imune à crise, como tenho mencionado, no entanto, está conseguindo superá-la, digamos assim, com dificuldade, em uma gestão eficiente, estabelecida por metas, métodos e resultados já estabelecidos na época do nosso querido e estimado e saudoso Luiz Henrique da Silveira, que implantou uma forma de governo descentralizado. E Santa Catarina é um Estado que tem uma característica peculiar de

pequenas propriedades. Quer dizer, a reforma agrária, em Santa Catarina, já foi feita há muito tempo, ainda tem muita coisa para fazer, mas a sua economia é forte e diversificada, enfim, estamos nessa onda, tentando superar essas crises.

Agora, essa questão do agronegócio, eu confesso aos senhores que... O meu pai foi agricultor, quer dizer, meu pai foi meeiro, Donizeti, é diferente de ser agricultor. Depois, evidentemente – ele em busca de melhores condições de vida –, nós procuramos a cidade grande onde pudéssemos estudar etc. e tal. É aquela história... Provavelmente a sua também, Donizeti. E aí eu virei um cidadão urbano ao longo da minha história. E, aqui no Senado, fui presenteado membro titular da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Isso me trouxe grande satisfação, um profundo orgulho, uma grande honra porque fez com que eu retornasse, vamos dizer assim, às minhas origens e me exigiu começar a estudar um pouco essa questão, essa matéria. E, ato contínuo, por diligência aqui dos companheiros, principalmente da nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, e do Senador Acir, que também já foi Presidente desta Comissão, que muito bem a presidiu, eu fui distinguido, então, para relatar uma avaliação de política agropecuária em nosso País. O que é uma responsabilidade muito grande que pesa sobre os meus ombros, e queria dividir com os meus prezados e diletos amigos Senadores essa grande responsabilidade, recebendo as contribuições que se fazem necessárias, para que possamos fazer um relatório à altura do agronegócio de Santa Catarina.

Dando continuidade à nossa manifestação, na primeira audiência, realizada em 20 de agosto de 2015, foram analisados o panorama de defesa brasileira, diagnósticos e perspectivas da estrutura federal de defesa agropecuária, a evolução e execução orçamentária e achados de auditorias, recomendações e determinações dos órgãos de controle.

Para imprimir celeridade às discussões relativas à avaliação da política de defesa agropecuária, a presente audiência pública concentrou temas que foram inicialmente planejados para discussão em duas audiências distintas, como os senhores sabem.

Feitas essas considerações, passo, por conseguinte, a algumas perguntas.

No que diz respeito à questão da integração dos entes da Federação, observo que o modelo de repartição, de competências, preconizados pela Constituição de 1988, estabelece competência comum para União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cujo objetivo é fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Eu gostaria, portanto de perguntar, principalmente aos representantes que estiverem mais afetos à questão – não vou me referir a A ou a B, mas àquele que se considerar capaz de respondê-la, e desde já agradeço –, primeiro: as ações de defesa agropecuária, no Brasil, reflete, de modo adequado, o sistema cooperativo previsto pela Constituição Federal?

Acho que essa é uma questão para o nosso glorioso Ministério da Agricultura, em que temos a nossa companheira, Senadora Kátia Abreu, como titular nesse momento.

Segundo: quais são as principais demandas de Estados e Municípios em relação à União na articulação das ações de Defesa Agropecuária?

É de conhecimento de todos que a situação das finanças públicas do Brasil é preocupante, como bem disse o Senador Acir, o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, tanto no que se refere à esfera nacional quanto à situação dos Estados e Municípios.

Sem prejuízo da crítica, aos equívocos que geraram essa situação, acredito ser dever de todos os envolvidos com as políticas públicas proporem medidas que busquem eficiência do Poder Público no cumprimento de sua missão, ou seja, fazer mais com menos recursos. São nos momentos de crise que nós precisamos superar os nossos obstáculos e as nossas barreiras, fazer mais com menos, para conseguirmos avançar e reconstruir políticas públicas que possam apresentar novamente desenvolvimento. É o que nós desejamos.

É nesse sentido, inclusive, que se alicerça um dos pontos do Plano de Defesa Agropecuária traçado pelo MAPA no primeiro semestre do corrente ano. Esse ponto consiste justamente na modernização, na desburocratização dos processos relativos às atividades de defesa agropecuária. Nesse contexto, pergunto aos convidados: quais medidas concretas podem ser vislumbradas para o ganho de eficiência das ações de defesa agropecuária?

Existe espaço ainda para a racionalização do serviço de inspeção permanentemente em frigoríficos que não implique terceirização da fiscalização, como utilização de técnica de amostragem, por exemplo?

Em Santa Catarina, por exemplo, um contêiner, que sai do frigorífico e chega ao Porto de Itajaí, lá, leva em média três dias para desembarcar – a documentação para desembarcar e a documentação para o embarque –, isso ainda continua? É possível alterar essa realidade? O que fazer para diminuir esse prazo?

Com relação aos registros agroquímicos, é conhecida a morosidade do processo de análise de registro para liberação de novos defensivos agrícolas. A situação é tanto mais delicada para aquelas culturas cuja pe-

quena escala não atrai o interesse da indústria. No Brasil houve recente avanço com relação às culturas de suporte fitossanitário insuficiente.

Um ano após a publicação da Instrução Normativa nº 1, de 16 de junho de 2014, à Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, do Ibama e da Anvisa, o Ministério da Agricultura informou que mais de 350 culturas já foram incluídas na bula de produtos inseticidas, herbicidas, fungicidas, acaricidas, bactericidas, resultando em mais de 700 indicações de alvos biológicos a seres controlados pelos defensivos.

Eu gostaria que também pudesse fazer um comentário sobre os efeitos dessas medidas no setor produtivo. E gostaria também de saber se essa experiência pode, em alguma medida, trazer benefício ao processo de análise de registro dos agroquímicos convencionais.

Sr. Presidente, seriam essas as perguntas, inicialmente.

Vamos ouvir os nossos convidados e, no decorrer da exposição, caso seja suscitado um debate, vamos intervir e interagir para que possamos tornar a audiência pública o mais produtiva possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

Senador Donizeti, V. Exª tem algum questionamento para fazer agora ou quer fazê-lo no decorrer da audiência? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vamos ouvir os convidados.

Agradecendo, mais uma vez, a presença dos convidados, passo a palavra ao Luis Rangel.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado, Senador Acir Gurgacz e Senador Dário.

Primeiramente, eu queria dizer que é uma honra para nós ter um tema como esse – defesa agropecuária – sendo relatado pelo senhor. Temos uma expectativa muito grande de que no final dessas rodadas possamos atingir um objetivo ainda maior do que o próprio Plano de Defesa Agropecuária do Governo Federal.

Eu fui provocado em alguns pontos nevrálgicos desta audiência pública.

Sr. Presidente, preparei uma apresentação que reflete, em parte, um dos anseios, motivo desse convite, que é a própria estruturação da defesa agropecuária.

Alguns pontos são fundamentais de serem respondidos, principalmente com relação às indagações do Senador Acir Gurgacz quanto ao Estado de Rondônia, um Estado que nos orgulha muito pelo seu Sistema de Defesa Agropecuária (SDA), já que o Estado tem uma agência diferenciada, uma agência supereficiente no processo. Por isso temos tido a máxima atenção para evitarmos que contratempos, como, por exemplo, essa falta de fiscais, inclusive com a expectativa de aposentadorias intensas que vão acontecer nos próximos anos, prejudiquem o serviço oficial que sustenta, do ponto de vista de certificação, as exportações brasileiras. Nesse sentido temos feito um arranjo nacional de deslocamento de fiscais para que essas atividades não paralisem, até que possamos resolver de maneira mais perene essa situação, com contratação de fiscais federais agropecuários, com a robustez a gente precisa dar ao sistema.

Paralelamente a isso, é preocupação tanto do Relator quanto do vice-presidente da Comissão com relação à inspeção, tema que tem sido discutido fortemente junto a Defesa Agropecuária, quero dizer que temos uma comissão mista, formada por integrantes da Secretaria de Defesa Agropecuária, também pelo sindicato de fiscais e por diversos outros elos da cadeia, que vem discutindo fortemente a forma de modernizar o modelo de inspeção, o que mais ou menos o senhor colocou como um dos desafios, ou seja, é possível modernizar o sistema de inspeção? É possível enquadrar um novo modelo de inspeção nos moldes do que o cenário internacional exige, em termos de certificação? A resposta é sim.

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) estabelece uma série de regras para segurança e para a sanidade, para a saúde dos animais, e o trânsito dessa mercadoria. No entanto, deixa a critério dos países a escolha do arranjo e do seu modelo. A opção do Brasil foi a de integrar a questão da inspeção oficial, através de fiscais federais e estaduais e, em certa parte, o setor privado. Então é uma questão de escolha. Aliás, como essa escolha foi feita há muitos anos, agora temos uma equipe altamente qualificada que vem discutindo esse novo arranjo. Como que, no século XXI, com uma nova agricultura, novas pujanças, novas fronteiras precisando ser abertas, com esse salto que a Defesa Agropecuária precisa fornecer ao setor produtivo para que ele conquiste novos mercados ampliando o seu volume, possamos rearranjar esse cenário? Com um conceito básico, Senador: precisamos dar responsabilidade a quem produz. Estou usando palavras do próprio Senador Moka na última vez em que conversamos na audiência pública sobre isso. Esse é um conceito que vem perfazendo a Secretaria de Defesa: a responsabilidade é de quem produz.

O setor público deve, na sua medida, fazer todos os trabalhos para assegurar esse processo de segurança ao longo da cadeia e, ao final do processo certificar, fazendo com que os nossos produtos agropecuários ganhem o mundo.

Nesse sentido nós temos estudado e debatido fortemente esse tema no Ministério da Agricultura e, até o final do ano, até o início de dezembro, nós vamos ter um relatório propondo pelo Governo Federal esse novo modelo de inspeção.

E aí, emendando a um ponto que o senhor colocou, a amostragem, ela é fundamental. Fiscalização não se faz em por cento; fiscalização se faz por amostragem. E amostragem é um conceito estatístico que está muito alicerçado em conceitos científicos. Então, temos que estar muito próximo do modelo da ciência para poder nos calcar desse modelo para não sermos questionados depois se o nosso modelo é forte ou é fraco nesse sentido.

Uma das iniciativas que já estão em fase bem avançada é a questão do Canal Azul. Não sei se já ouviram falar, é uma parceria que temos com a USP, que vem mapeando estatisticamente todas as questões de trânsito internacional tanto na importação quanto na exportação e oferecendo para o Ministério da Agricultura mapas de risco onde podemos, por exemplo, intensificar mais ou menos o processo de fiscalização.

Então, esse é um conceito que perpassa... Qualquer fiscal sabe desse modelo, é impossível se fiscalizar 100%, o trabalho é em cima dessas amostragens e mapas de risco. E o que a gente ter é esses mapas de riscos bem elaborados com proximidade de quem conhece a ciência, que é a Academia.

Vamos em frente, vou tentar abordar os outros pontos.

Como os senhores sabem, coloquei na última audiência pública o desafio do Ministério da Agricultura – e digo com muito orgulho isso – tivemos dois grandes momentos no Ministério da Agricultura: um em 1974, quando foi criada a Embrapa e houve o salto de qualidade na nossa agricultura; e um agora, em 2015, com esse Plano de Defesa Agropecuária, que é o primeiro plano que nós tivemos nesse cenário.

E queria dizer que esse não é apenas um plano para o Ministério da Agricultura em si, dentro de seus quadros, mas também para o que a gente chama de governança do sistema de defesa agropecuária no Brasil. E aí eu já emendo também no questionamento do Senador Dário do modelo da Constituição Federal que, de certa forma, nos torna como sócios do sistema como um todo, coordenadores, organizadores em nível federal, mas de uma forma complexa de se gerenciar, de se estabelecer uma governança entre as necessidades que são estabelecidas no âmbito central do Brasil com o que tem sido ou deve ser executado pela ponta, ou pelos Estados e Municípios.

Os objetivos, dentro da lei agrícola de defesa agropecuária, a sanidade das populações vegetais; saúde dos rebanhos; idoneidade dos insumos e serviços agropecuários; identidade e a segurança higiênico-sanitária envolvendo a questão dos produtos agropecuários.

E o objetivo final disso tudo é garantir aos consumidores, tanto nacionais como internacionais, mostrar que nós estamos assegurando a qualidade dos produtos que são produzidos e estão sendo levados à mesa dos nossos consumidores.

O sistema de certificação é um sistema bem robusto, tanto na área animal quanto na área vegetal. Nós temos um símbolo que faz 100 anos, o símbolo do Sistema de Inspeção Federal (SIF). Muitas vezes, ele acaba sendo atribuídos a outras agências que têm mais espaço na mídia do que o próprio Ministério da Agricultura. A gente acaba perdendo um pouco de espaço, mas esse é um símbolo do Ministério da Agricultura que demonstra a importância que o sistema de inspeção tem.

Isso não acontece só na área animal, na área de certificação oficial também área vegetal, garantindo acesso aos principais mercados de exportação.

Então, essas redes de consumidores, a forma de organização dos consumidores, a forma como eles se organizam passa a exigir cada vez mais alimentos mais seguros, exigir do Estado uma presença cada vez mais marcante no processo, o que nos coloca numa nova forma de governança, a necessidade de uma nova forma de governança do sistema de defesa.

Não preciso falar o que o agronegócio representa. Os Senadores Acir e Dário já colocaram isso fortemente, quem alicerça o nosso processo. Só que o grande desafio é tentar sair de um produtor de *commodities* para um produtor de produtos processados, do agronegócio processado, em que a gente ganha valor agregado. E isso também é um desafio para a defesa agropecuária, porque a defesa agropecuária não só garante a sanidade e a saúde dos animais e vegetais, mas também a qualidade dos produtos processados, tanto animais como vegetais, o que nos garantiria um acesso maior a esses mercados.

Então, esse crescimento acelerado, a ampliação das exportações e das importações, todo esse cenário nos coloca em uma situação que nós chamamos de fragilidade. Nós precisamos fortalecer os sistemas que existem hoje de certificação, inspeção e fiscalização.

No diagnóstico que nós fizemos no plano de defesa, nós sabemos que, por exemplo, em Brasília, nós temos o cérebro do processo, que é a Secretaria de Defesa Agropecuária e estamos divididos, dentro do Ministério da Agricultura, em 27 Superintendências em todos os Estados, com divisões de defesa agropecuária em cada um deles.

Essa estrutura já está dando sinais de cansaço há alguns anos, com um quadro relativamente envelhecido, com um cenário de aposentadorias iminentes nos próximos quatro anos e com enfraquecimento da presença do Governo Federal dentro de estruturas tradicionais, como o próprio sistema de inspeção, o processo de certificação é sempre muito custoso, não só do ponto de vista financeiro como gerencial, manter fiscais federais agropecuários em todos esses sistemas.

Então, há uma necessidade de uma nova organização, que nós começamos com o Plano de Defesa Agropecuário a fazer dentro da estrutura do próprio Ministério, padronizando e oferecendo transversalidade de conceitos, como análise de risco a todos os segmentos da defesa – isso é fundamental. E precisamos rever alguns modelos que, por alguma razão, acabam tendo uma percepção negativa da própria sociedade e do próprio segmento.

Gostaria de dizer que, por exemplo, na última audiência pública, eu comentei que nós somos por volta de 60 mil pessoas ligadas à defesa agropecuária. Nosso colega Saraiva, que está aqui, me questionou: "De onde vieram esses números porque, se somos 2.800 fiscais federais agropecuários, e aproximadamente 5.700 fiscais estaduais, onde estão esses 60 mil?"

Esses 60 mil já fazem parte do processo porque são profissionais privados capacitados em certificação fitossanitária de origem, certificações dentro do sistema veterinário, que são capacitados a operar dentro das suas competências específicas o sistema de defesa agropecuário. Então, a gente precisa necessariamente contar com esses profissionais para fazer esse processo funcionar.

Essa organização de problemas é fundamental. A gente tem uma série de ministérios que têm interveniência no processo. Isso é vital para que a governança no âmbito federal, no que a gente chama de questão horizontal entre os entes federais é fundamental. Nós temos alguns embates, positivos – eu acabo entendendo como positivos – entre as diversas forças do Governo, como, por exemplo, a área de saúde, no caso da Anvisa; a área de meio ambiente, no caso do Ibama; no caso de defensivos, ou mesmo na questão de rotulagem de alimentos, com outros ministérios como o da Pesca em algumas questões que são transversais também. Mas isso eu acho que acaba sendo saudável para o processo.

O problema de defesa está, como disse o Senador Dário, dividido em uma série de eixos. Esses eixos já começaram a ser trabalhados fortemente. Queria deixar claro que esse plano não foi inventado da noite para o dia. É um conjunto de iniciativas que já vinham sendo trabalhadas há mais de dez anos dentro do Ministério da Agricultura. E por iniciativa da Senadora Kátia Abreu, agora como Ministra da Agricultura, ela quis dar realmente essa ênfase à defesa agropecuária que é vital para o processo.

Quando se toca na questão de modernização e desburocratização, nós sabemos que a desburocratização passa não pelo enfraquecimento ou simplificação de processos, mas pela racionalização dos processos de trabalho. Uma coisa que nunca foi feita ou foi feita pontualmente no Ministério é o mapeamento de processos. Isto é um processo básico para quem faz gestão: entender onde começam e onde terminam os seus próprios processos de trabalho, para que, aí, possamos reduzir redundâncias e, na última instância, informatizar o processo. Informatizar com o processo bagunçado é pior dos cenários que a gente pode atingir.

Isso está sendo construído, não vou detalhar. A apresentação vai ficar disponível para vocês. Na questão da desburocratização, eu acho que o Senado Federal, dentro dessas audiências públicas, pode nos suportar fortemente com o eixo do marco regulatório. Nós sabemos que temos uma legislação anacrônica, já tínhamos comentado isso antes. Ela remonta à década de 30 e passamos por uma série de adaptações, com a criação da OMC e uma série de questões. Então, ela está totalmente desconectada do modelo e nós estamos propondo a criação dos chamados seminários de defesa agropecuária pelo Brasil. Vamos rodar as cinco regiões, discutindo com diferentes representantes da sociedade esses problemas da nossa legislação, para que possamos propor, pelo Executivo, um projeto robusto para vir para o Legislativo e podemos discutir um novo marco legal na área regulatória.

Outras questões e o que pode ser feito nesse ínterim a gente vem fazendo. Criamos, recentemente, a Escola Nacional de Gestão Agropecuária, que era uma reivindicação muito grande dos próprios funcionários do Ministério da Agricultura, que entra nesse eixo do conhecimento e suporte estratégico.

Temos outros projetos que serão desenvolvidos, como a ampliação de adidos agrícolas. Mesmo nessa época de crise, a Ministra Kátia Abreu é uma Ministra vanguardista, o que a costuma chamar de "fazedora", ela executa e bota para frente esses processos.

Temos uma meta clara de sustentar, do ponto de vista financeiro, a questão da defesa fitossanitária. Um dos temas que me traz aqui por provocação do próprio Senador Moka é com relação aos recursos que são repassados. Queria dizer que, do ponto de vista de governança, nós temos o sistema alicerçado em cima do que chamamos de Suasa, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e parte desse sistema está alicerçado nessas questões que estão envolvidas no repasse de recursos.

Infelizmente, o que temos percebido é que apenas por volta, em média, de 5% dos recursos que os Estados utilizam em defesa agropecuária provêm dos convênios que são feitos com o Ministério da Agricultura. E mesmo esses 5% têm sido difíceis de serem executados por parte dos Estados. Claro que isso varia de Estado para Estado; temos heterogeneidades no País, mas isso demonstra que nós precisamos ter um processo de governança e de sustentabilidade da defesa mais robusto. Depender apenas da questão orçamentária, seja do Governo Federal e dos repasses eventuais para os governos estaduais, não tem se demonstrado um sistema eficiente.

Até mesmo o próprio modelo de convênio é um sistema que consideramos obsoleto. E aí nós estamos trabalhando junto à Casa Civil para aprovar, nos próximos dias, um decreto que reconhece o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária como um sistema similar ao SUS, em que os Estados passam a figurar de uma maneira diferenciada, não se enquadrando no cadastro de adimplente ou inadimplentes do Governo Federal, podendo receber esses recursos. Isso é fundamental para poder fazer a máquina continuar girando. Lembrando que apenas 5% não significa ser pouco recurso. Lembro que o dinheiro do Ministério da Agricultura passa a ser um dinheiro que tem que ser encarado pelos Estados como um investimento para estruturar os modelos em que eles possam trabalhar com os seus próprios recursos orçamentários.

Nós temos vários temas e projetos técnicos. Tenho orgulho de dizer que nós estamos avançando em um projeto que se chama Projeto de Fronteiras, lembrando que temos 10 Estados brasileiros que fazem fronteira com outros países e que, no nosso entendimento, acabam absorvendo um risco maior, por exemplo, da entrada de pragas e doenças, seja de febre aftosa, na questão de trânsito irregular de animais, seja na questão de pragas vegetais. Então, a gente precisa diferenciar a forma de tratar esses Estados dentro dos modelos que nós temos.

São os Estados representados neste mapa e, até o dia 30 deste mês, nós podemos estar com esse programa lançado.

No último dia 8, nós lançamos também um programa que reconhecemos ser um dos mais importantes da área vegetal, que o Programa Mosca das Frutas. A Mosca das Frutas é um das pragas mais importantes e limitantes das nossas exportações e nós lançamos um programa que vai dedicar, nos próximos quatro anos, cerca de R$128 milhões para o combate um grupo de pragas que envolve mais ou menos cinco espécies e que é muito negativo para a produção de frutas no Brasil.

Sobre a erradicação da febre aftosa, o Senador Dário colocou que Santa Catarina é uma referência, mas nós queremos...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Mas nós queremos ter o Brasil livre de febre aftosa até o final de 2010 – isso é uma obstinação da Ministra Kátia Abreu e estamos trabalhando fortemente para isso.

O desafio é tentar o arco norte livre de febre aftosa. O trabalho tem sido muito intensificado nos Estados de Roraima e Amapá para que a gente possa avançar nesse processo.

Outros programas técnicos como tuberculose e brucelose envolvidos em outros programas do leito no Brasil. Em relação à erradicação da peste suína clássica, temos 14 Estados na iminência de ter erradicado. E a grande preocupação, principalmente para os Estados do Sul, que são considerados erradicados, mas que podem sofrer com a epidemia de outros Estados.

Então, queria que os senhores entendessem que fazer defesa agropecuária no Brasil é como gerenciar um continente. É diferente... Eu não gosto de receber comparações dizendo que o modelo da Nova Zelândia é um modelo que pode ser aplicado ao Brasil. Só quem vive no Brasil é que pode desenvolver um modelo de defesa agropecuária aplicado as nossas dimensões.

Já comentei sobre isso. Desculpe-me, Senador, estou me estendendo um pouco, mas queria focar nessa questão do comando legal do Suasa, que é a forma que temos hoje de gerenciamento, de governança no modelo de relacionamento entre os Estados. É muito importante que nós revisitemos ou revisemos o processo de governança que está estabelecido na Constituição federal – não necessariamente revisitar para refazer, mas para que a gente possa repensar a forma de relacionamento do Ministério com os Estados.

Eu tenho recebido muitas críticas e isso não é uma crítica pontual. Nós temos aqui o representante do Fonesa, Dr. Inácio Kroetz, que foi meu chefe no Ministério da Agricultura e teve a oportunidade de vivencias os dois lados da cadeia. E ele sabe que o relacionamento que o Ministério da Agricultura estabelece com os Estados é um relacionamento que nos coloca em uma situação muito difícil com os Estados. É policialesca, num processo de supervisão de convênios que não visa realmente atingir objetivo que o Suasa pretende, que é de uma sociedade entre Estados – que são os executores da defesa – e o próprio Ministério da Agricultura. Então, precisa ser revisitado e repensado o modelo de relacionamento.

O Suasa é um decreto. E esse é um quadro que eu fiz questão de trazer para mostrar que os investimentos, que os repasses, em quatro anos, remontam muito pouco recursos para os Estados. A gente está falando em R$200 milhões em quatro anos – isso é muito pouco investimento perto do benefício ou da segurança que defesa agropecuária pode atribuir à atividade econômica que mais faz diferença hoje no Brasil.

Queria deixar como uma mensagem importante, nesse contexto como um todo, que defesa agropecuária é um seguro, é um investimento que tem que ser feito nesse modelo para poder garantir que as nossas exportações e o nosso consumo interno funcionem da maneira adequada.

O modelo que nós temos que escolher é um modelo que tem que ser alinhado à realidade que o Brasil está vivendo hoje, no século XXI. É óbvio que nenhum dos segmentos entende que nós teríamos, por exemplo, um número de 10 mil fiscais como proporcionalmente deveria ser, como foi na década de 50, se fizéssemos um paralelo. Mas precisamos revisar esse processo e garantir que o serviço oficial, seja federal ou estadual, tenha as suas atribuições garantidas para poder, no final do processo, no final dia – como a gente diz –, assinar com segurança o cheque que acompanha essas mercadorias no trânsito, tanto nacional como internacional.

Uma mensagem do Dr. Décio Coutinho e da Ministra Kátia Abreu: o Suasa não é separado em etapas; não existe o Suasa animal e vegetal, apesar de existirem alguns sistemas específicos. Ele é um sistema único, que precisa ser entendido dessa forma.

Concluindo, basicamente, a modernização do sistema é necessária nesses aspectos como um todo. A gente precisa desenvolver planejamentos e o Plano de Defesa Agropecuária é isto: uma iniciativa honrosa de tentar consolidar uma série de iniciativas pontuais desconexas no passado para que possamos olhar os próximos quatro anos da implementação disso, mas, principalmente, para que, nos próximos 20 anos, possamos garantir à sociedade brasileira tão ou mais benefícios do que a Embrapa garantiu nos últimos 40 anos para a agricultura brasileira.

Essa é a nossa ambição como fiscais federais agropecuários, como fiscais estaduais agropecuários.

A adoção de uma política de defesa agropecuária planejada é o que nós esperávamos, era o que a sociedade espera da gente.

Só concluindo, Senador Dário, o senhor fez algumas questões com relação a defensivos agrícolas. Eu tive a honra de participar desse processo de *minor crops*, culturas com suporte fitossanitário insuficiente, e consegui enxergar o benefício que houve na finalização de 700 de limite máximo de resíduos estendidos.

Nós entendemos que também é um desafio, de novo, o tema da moda é governança. Não existe desconexão em termos de política entre os órgãos de saúde, agricultura e meio ambiente. O que precisa ser feito é conectar essas políticas para que o Brasil possa avançar nesse sistema.

Essa *minor crops* só foram viáveis porque a saúde, o meio ambiente e a agricultura pensaram juntos tentando resolver o problema. O mundo desenvolvido pensa muito parecido em termos de defensivos agrícolas, em termos de agroquímicos. O Brasil precisa diminuir um pouco as questões ideológicas envolvidas no tema e, de fato, fazer políticas públicas que reduzam os impactos secundários desses produtos, que existem, para que a gente possa sustentar a defesa agropecuária da melhor forma possível com essas substâncias.

Desculpe-me ter me estendido, Senador, mas acho que foi apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado ao Luís Rangel. De fato, o tema é apropriado.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, só por dever de ofício. Ontem à noite, eu recebi um telefonema do Senador Moka, que, na sua peculiar gentileza, disse que não poderia estar presente às 8h da manhã na nossa reunião porque ele tinha compromisso de gravação de programa de televisão e que tão logo concluísse ele estaria aqui. Como ele já foi mencionado várias vezes, sinto-me na obrigação de fazer essa justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

Passo a palavra ao Francisco Saraiva, Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (Unafa), até para que também colabore com relação a essa questão que nós falamos dos fiscais, principalmente do Estado de Rondônia – não apenas do Estado, mas nacional também.

O SR. FRANCISCO SARAIVA – Agradeço, inicialmente, ao Senador Acir, e também ao Senador Dário Berger pelo convite para estarmos aqui contribuindo como esse debate que é de extrema relevância para o desenvolvimento do País.

Nós, da União Nacional dos Fiscais Agropecuários do Brasil, congregamos tantos os servidores da fiscalização agropecuária dos Estados – fiscais agropecuários estaduais, técnicos de fiscalização agropecuária – como também os fiscais federais agropecuários, que são parceiros importantes.

E, Senador Acir, V. Exª falou da preocupação com a greve dos fiscais federais. Hoje, infelizmente, os fiscais federais agropecuários estão entrando em greve no Brasil – a decisão foi adiada por várias semanas, mas, infelizmente, a greve dos fiscais federais agropecuários está iniciando. E em vários Estados também nós temos servidores estaduais em greve, como Pará, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, o que nos preocupa muito, porque entendemos que são sempre importantes o diálogo e a resolução dos problemas, para que não cheguem nesse ponto.

Nós, da União Nacional dos Fiscais Agropecuários, temos a missão de congregar todos esses servidores da fiscalização agropecuária, com intuito de fortalecer a fiscalização agropecuária nacional. Não como entidade classista que busca apenas atender a seus interesses. O nosso principal objetivo é, sem dúvida, assegurar todos os pontos importantes para o cumprimento da legislação nacional.

E falando de legislação nacional, quero tratar aqui do Decreto nº 5.741, muito bem colocado aqui pelo Dr. Rangel, do Ministério da Agricultura, e trazer alguns pontos relevantes para a nossa discussão. Aqui o Decreto nº 5.741, que trata do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), no seu art. 9º, § 6º, diz:

> Art. 6º Incumbe às autoridades competentes das três Instâncias assegurar:
> II - a contratação, por concurso público, do pessoal que efetua os controles oficiais;
> III - a ausência de quaisquer conflitos de interesses por parte do pessoal que efetua os controles oficiais;
> E no art. 7º:
> § 7º As autoridades competentes das três Instâncias garantirão imparcialidade, qualidade e coerência dos controles oficiais.
> Aqui nós vemos a importante desses profissionais e, como bem frisou aqui o Dr. Rangel, é necessário chegar ao final do dia e termos a segurança de que os documentos, de que essa certificação dada por esses órgãos estaduais ou federais tenham segurança na sua tramitação, tanto para circulação no País como para o exterior.
> O art. 133 diz o seguinte:
> Art. 133. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários assegurarão:
> II - que o pessoal técnico e auxiliar que efetua as inspeções e fiscalizações seja contratado por concurso público;
> III - que o pessoal técnico e auxiliar que efetua as inspeções e fiscalizações não tenha quaisquer conflitos de interesses.
> Então, a questão do conflito de interesse é importantíssima dentro desse processo, porque é justamente para assegurar a inocuidade e toda segurança dentro desse sistema.
> O Dr. Rangel bem frisou aqui a questão dos 60 mil profissionais que atuam dentro desse sistema, o que nós apoiamos e muito – e precisa até de mais de 60 mil profissionais –, porém os profissionais que executam as atividades exclusivas de Estado têm que ser assegurados pelo concurso público, como rege a nossa Constituição.
> O inciso X traz um ponto importante:
> X - que os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas, associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas, importadores, exportadores, empresários e quaisquer outros operadores ao longo da cadeia de produção se submetam a qualquer inspeção ou fiscalização efetuada nos termos deste Regulamento e apoiem o pessoal da autoridade competente no desempenho da sua missão.
> Ou seja, tudo que os servidores da fiscalização agropecuária executam está respaldada na legislação e precisa haver essa segurança.
> Ainda no Decreto nº 5.741, para reforçar mais isso, o art. 137 diz:
> Art. 137. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios designarão servidores públicos para integrar as equipes para as funções de autoridades responsáveis pelas inspeções e fiscalizações previstas neste Regulamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Dr. Francisco, me dá licença um minutinho.

Convido o Senador Dário Berger para presidir a reunião, porque eu tenho uma reunião agora com o Ministro Levy e o Ministro Nelson Barbosa para discutir o orçamento. Vou ter que pedir licença, é um assunto importante, eu sou Relator de receitas e já estão me aguardando lá na Comissão Mista de Orçamento, numa audiência que foi convocada pela nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas. É uma matéria tão importante quanto esta, mas temos que nos desdobrar aqui para atender a todas as nossas funções.

Agradeço e peço licença aos Srs. e Srªs convidados e aos Senadores para me ausentar. Desejo uma boa audiência e um bom trabalho a todos.

Pode continuar, Francisco Saraiva, por favor.

O SR. FRANCISCO SARAIVA – Agradeço.

Já que V. Exª vai tratar do orçamento, aproveite para reforçar a questão do Ministério da Agricultura, em relação ao concurso para chamar os excedentes, que nós estamos precisando.

Dando continuidade, no art. 138: "A autoridade competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pode delegar competências relacionadas com inspeção e fiscalização a uma ou mais instituições públicas."

Aqui, está bem específico quando diz que, nesse processo de delegação, de competência para instituições públicas.

O art. 139 reforça mais ainda: "As autoridades competentes dos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários garantirão a imparcialidade, a qualidade e a coerência dos controles oficiais."

E o art. 140: "Sempre que as funções de controle oficial forem atribuídas a diferentes instituições públicas, a autoridade competente que delegou as funções assegurará a coordenação e a cooperação entre elas."

Então, aqui nós vemos claramente como fica consolidada na legislação do Suasa e muito bem amarrada a questão do concurso público e das instituições públicas atuando dentro desse sistema fiscalização e inspeção agropecuária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpem-me o atraso, mas o fato de estar aí não significa que cada indústria, cada frigorífico deva ter um fiscal.

O SR. FRANCISCO SARAIVA – Sem dúvida. Tanto é...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ela precisa ser auditada, fiscalizada. São coisas diferentes, até porque nós não teríamos nunca número suficiente para fazer isso.

O SR. FRANCISCO SARAIVA – O Dr. Rangel, Senador Moka, foi muito claro aqui – e estava anotando para poder relatar – que existe hoje um grupo de trabalho no Ministério da Agricultura realizando toda uma revisão dessa legislação, principalmente dos processos de interação dentro de frigoríficos, para poder apresentar, inclusive para o Senado, um novo modelo de gestão.

Agora, o que está valendo hoje é a questão da legislação em curso, tanto do RIISPOA, como a do Suasa e ela rege dessa maneira. Eu tenho um dado lá na frente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu discorda é da interpretação!

O SR. FRANCISCO SARAIVA – Sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Porque o que você está dizendo é que, em função do que está escrito, necessariamente, eu tenho que ter um fiscal ou a delegação de uma instituição pública para fiscalizar um estabelecimento comercial. Vamos aonde eu conheço bem: abate. Por exemplo, o cara que tem que se preocupar em colocar um bom produto e exportar é o dono do frigorífico. Agora, o fiscal pode e deve fazer uma auditoria e, se pegar alguma coisa errada, punir. Mas achar que vai haver um fiscal para cada empresa no País inteiro eu acho que é fora da realidade.

O SR. FRANCISCO SARAIVA – É importante ressaltar que o Decreto nº 8.444, publicado recentemente, fala claramente que a inspeção periódica obrigatória... Aliás, a fiscalização permanente vai ocorrer apenas nos frigoríficos de abate. Apenas nessa situação. As demais instituições, os demais estabelecimentos são regidos pela fiscalização periódica, ou seja, não se vai incluir todo o rol de servidores públicos de fiscal em cada instituição ou em cada estabelecimento comercial do País. Está se tratando de abate e, na questão do abate, esse profissional não fica também 24 horas lá. Ele acompanha no momento do abate.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu citei abate, mas estou me referindo genericamente a qualquer outro tipo.

O SR. FRANCISCO SARAIVA – Mas não é em qualquer outro. Ele fica especificamente no abate. A legislação, hoje, rege dessa forma.

E eu peço mais tempo ao Senador porque eu tive que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO SARAIVA – Art. 154: "Os serviços públicos de inspeção dos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários serão desabilitados, na comprovação dos seguintes casos:

I - descumprimento das normas e das atividades e metas previstas e aprovadas no programa de trabalho, que comprometam os objetivos do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária."

Então, a legislação trata, de forma muito clara, que os Estados com o Sisbi que não estão alinhados com o Decreto do Suasa terão a possibilidade de ser descredenciados.

E aqui, Senador Moka, traz um despacho atual, do dia 18 de agosto, da AGU que fala de forma muito claro: "Ademais, o disposto nos preceitos regulamentares aludidos na nota apresentada, exige necessariamente contratação de pessoal mediante concurso público para exercer a atividade no âmbito do Suasa."

Aqui foi um questionamento feito pelo Suasa ao Ministério da Agricultura. A nossa Ministra encaminhou para um relatório da AGU e o relatório confirma a questão da atividade de fiscalização para que sejam necessariamente através de profissionais concursados para realizar essas atividades.

Aqui traz a carreira nos Estados. Nós temos, hoje, 22 Estados que possuem a carreira de fiscalização agropecuária constituída com atribuições específicas para realizar essas atividades. E em cinco Estados não há ainda a carreira: Santa Catarina, São Paulo, DF, Sergipe e Acre. E esperamos termos isso nos próximos dias.

Fiscal agropecuário são, ao todo, hoje, no sistema estadual, são 11.131, sendo 5.302 fiscais, 4.484 técnicos e 1.345 auxiliares; veterinários, 3.515; e 1.787 outros profissionais.

Aqui são a quantidade de estabelecimentos com SIE, discordando de V. Exª quando diz que não é possível haver um profissional em cada local. Na situação estadual, hoje, no Sistema de Inspeção Estadual, nós temos 841 estabelecimentos...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Você está dissociando do que estou dizendo. O que eu estou lhe dizendo é que ninguém ajudou mais a carreira de fiscal do que eu, quando Presidente da Comissão de Agricultura. Quando eu cheguei aqui, o fiscal de agropecuária não tinha nem esse nível. Ajudei a intermediar a greve na época. E o cara que começou isso era um médico veterinário de nome Batata, lá de Pernambuco. E eu o ajudei e muito.

Estou dizendo que o grupo de fiscais... É preciso ter fiscais. Mas o fiscal, necessariamente, não precisa estar em cada estabelecimento. É preciso ter um grupo de fiscal ágil que esteja fazendo auditoria quase que permanentemente. O que eu acho pouco inteligente e improdutivo é deixar um servidor lá, quando, na verdade, esse serviço é de interesse daquele que produz: em ter um produto de boa qualidade.

Se ele for pego fazendo alguma coisa errada, aí existe a fiscalização.

Não estou colocando que não deve existir a carreira de fiscal com concurso, estou falando de outra coisa. Eu ouvi da Ministra Kátia que ela faria do grupo de fiscais um grupo só e esse pessoal seria especializado em auditagem e ia percorrer e fazer isso funcionar através de auditorias, em vez de haver um funcionário em cada estabelecimento.

O SR. FRANCISCO SARAIVA – Obrigado pela colaboração, Senador.

Existem, hoje, 841 fiscais estaduais agropecuários – esse levantamento foi feito em 24 Estados, estão faltando os Estados de Roraima, Sergipe e outro de que não estou me lembrando agora – em estabelecimentos com o sistema de inspeção estadual; e 3.515 médicos veterinários no sistema estadual. Ou seja, hoje, nós temos envolvidos nessa fiscalização permanente 841 profissionais.

Aqui algumas sugestões para o sistema Sisbi, inclusive reforçando o que o Rangel disse:

– Organização do Sisbi na forma semelhante ao SUS é uma proposta nossa. Já estou satisfeito com a explicação dele em dizer que isso está em andamento para os próximos dias ser encaminhado um decreto aqui para o Senado.

– Utilização de taxas de inspeção sanitária nos moldes do Estado do Rio Grande do Sul foi uma sugestão encaminhada pelos companheiros de lá. Atualmente, no caso do Rio Grande do Sul, embora haja um fundo vinculado à Secretaria de Agricultura, os recursos acabam indo para um caixa único, o que é um problema. Está aqui o Dr. Inácio, que deve vivenciar essa situação, porque arrecadam e termina indo para o fundo de Estado e não vem para as agências.

– Criação do Fundo de Desenvolvimento para Atividades de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Para acesso a esse fundo, os Estados e Municípios deverão ter projetos para fomento da atividade agroindustrial e capacitação técnica dos servidores de inspeção, que é um problema hoje.

– Criação de uma legislação unificada com foco na harmonização dos procedimentos de inspeção nos processos de produtos, valorizando os regulamentos técnicos de identidade e qualidade e os autocontroles que não se fixem em estruturas físicas de indústrias ou tipo de construções.

– Obrigatoriedade de adesão ao Sisbi dos Estados e Municípios, com prazos a serem definidos na legislação. Isso permitiria que, independentemente da esfera, os produtos circulassem em todo o Território Nacional, o que é hoje uma demanda muito grande, principalmente na questão de compras governamentais.

– Necessidade de viabilizar efetivo apoio técnico, administrativo e financeiro por parte da União aos serviços de inspeção de produtos de origem animal dos Estados – já foi relatado muito bem aqui pelo Dr. Rangel, quando diz que esse é um dos gargalos, hoje, enfrentados pelo sistema.

– Revisão da política admissional de médicos veterinários fiscais agropecuários, visando dotar os serviços oficiais de inspeção de profissionais em número consoante com a demanda e remuneração adequada

e condizente com o impacto econômico e com o exercício da função. Reforçar a tese de implementar regulamentação de política nacional remuneratória para a carreira de fiscal agropecuário em todas as instâncias, o que vai fortalecer muito o sistema.

– Viabilizar a criação da escola oficial de inspeção nas instâncias federal e estadual, o que o Ministério da Agricultura já iniciou com esse processo. E esperamos que isso seja estendido e que possam os profissionais dos Estaduais ser enquadrados dentro desse sistema da escola.

Agradeço pelo tempo que nos foi concedido.

E termino com uma frase que sempre utilizamos: "Precisamos sair todos do estado de reclamação para o estado da mobilização."

E é o que estamos fazendo aqui. E o Senado da República mostra que está mobilizado, que está antenado com a defesa agropecuária, no momento em que abre este espaço para que nós possamos discutir numa audiência – já houve uma primeira, esta é a segunda e, com certeza, outras virão – para o fortalecimento e engrandecimento do agronegócio brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao nosso convidado, Dr. Francisco Saraiva, Presidente da União dos Fiscais Agropecuários.

Agradeço também a presença do Senador Moka, dentre tantos Senadores que já passaram por aqui.

Convido para fazer parte da Mesa o Dr. Ariel Antônio Mendes, Diretor Técnico da Divisão de Aves, da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). A letrinha está tão pequenininha, Dr. Moka, o senhor que é médico, os meus olhos já não estão mais em perfeita condição de ler essas letras pequenininhas.

Dando continuidade à nossa audiência pública, com muito prazer, passo a palavra ao Sr. Inácio Afonso Kroetz, Presidente do Fórum Nacional de Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa).

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Bom dia a todos. Muito obrigado pela oportunidade que o ilustre Senador nos dá para aqui, em nome dos 27 dirigentes dos serviços estaduais, das 27 unidades da Federação, fazermos o contraponto àquilo que foi colocado pelos fiscais. Nós temos que pagar a eles, nós temos coordenar o trabalho, nós temos que suprir as necessidades. Nós somos o alvo direto de cima, de lado e de baixo de todo esse serviço.

Então, em nome dessa organização, desse Fórum, cumprimento também o ilustre Senador Moka, com quem tive o prazer de lidar várias vezes e confirmar que muito nos ajudou na época em que eu estava como Secretário de Defesa Agropecuária...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Não se lembram dessas coisas. Mas, como nós já somos mais velhos, temos uma boa recordação.

Em todo caso, é sempre bom participar, poder também mostrar o lado daquilo que a gente passa todos os dias.

Vim aqui muito animado porque eu estou vendo que a defesa, mais uma vez, entrou na agenda. Isso é muito importante, Ex^{mo} Sr. Senador Dário Berger. É muito importante que a agenda esteja sempre com a defesa agropecuária porque quem está realmente segurando a onda neste País hoje em crise é o agronegócio, é a agricultura, é a agropecuária e eles precisam dessa segurança também, até para continuar gerando esses dividendos sociais, econômicos, tudo aquilo que pensamos quando fazemos agropecuária.

Eu só quero lembrar algumas coisas da base legal da nossa defesa agropecuária. Vou comentar mas pretendo cumprir rigorosamente o horário daqui para frente.

Os objetivos da Lei nº 9.712, de 1998, estão bem conhecidos: a sanidade, a saúde, a idoneidade, a identidade e a segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

Então, ele prevê muito essa questão dos consumidores.

Mas temos que ver a defesa agropecuária como uma situação de parceria. Não existe aquele negócio: o Legislativo apresenta a lei, o federal decreta, o Estado cumpre e o Município se vira como pode.

Nós temos que enxergar isso com uma visão de parceria. Nós somos todos do mesmo País, da mesma defesa agropecuária. O mesmo produto que é produzido em Rondônia pode ser consumido no Rio Grande do Sul, e vice-versa. Com a mesma segurança. Isso que prevê essa lei e essa lei veio em muito boa hora, só que está difícil de ser cumprida. Essa é a verdade. Mas se vê perfeitamente que está articulado no que for atinente à saúde pública, em todas as instâncias federativas.

Então, nós temos que ter noção clara de que, no final, nós somos agentes de saúde pública também, com essa visão de parceria.

Instância local. Quem conheceu o Município que faz: cadastro das propriedades; inventário da população animal e vegetal; controle de trânsito de animais e plantas e tudo que vem abaixo aqui, me aponte um que eu vou visitar esse Município. Dos 5.670 Municípios, eu vou visitar um para mostrar aos outros como se faz. Possivelmente, o Sr. Mário Augusto Ribas deve falar sobre isso depois. Mas isso está previsto na lei.

Nós somos a instância intermediária, que deve: cuidar da vigilância do trânsito interestadual; coordenar as campanhas de controle, manutenção dos informes nosográficos, principalmente quando obtidos em laboratórios de análise e nos matadouros, abatedouros, onde temos uma fonte muito importante desses informes nosográficos, inclusive comunicando à saúde quando se tratar de zoonoses; coordenação das ações de epidemiologia; coordenação de educação sanitária, o que nos é cobrado muito; e controle de rede de diagnóstico e dos profissionais de sanidade credenciados. Isso já está dito na origem, na lei.

E eu mostro vários exemplos de credenciamentos vigentes. Todos esses. Só no Paraná, são 2.400 médicos veterinários credenciados pelo Ministério da Agricultura para fazer vacinação contra brucelose. Porque o Estado é que sustenta o trabalho, seleciona esse pessoal por concurso, que é credenciado pelo Ministério da Agricultura. E funciona muito bem. E 780 deles são credenciados para exames de brucelose, tuberculose, anemia infecciosa equina. Nem incluindo anemia infecciona equina já dá esse número. Só tuberculose e brucelose são em torno de 780.

Emissão de guias de trânsito: 70% das guias de trânsito no Estado hoje são emitidas por pessoal das entregadoras de aves e suínos. Daqui a pouco serão emitidas, inclusive, por um documento oficial federal, único no País, vinculado à PGA (Plataforma de Gestão Agropecuária), uma coisa que veio em muito boa hora. Estou muito feliz pelo estágio que ela alcançou de credibilidade. Esse documento vai ser solicitado via internet pelo próprio produtor.

Certificado fitossanitário de origem na agronomia.

Laboratórios de análises e diagnósticos.

Inspeção *ante* e *post mortem* em estabelecimentos sob a chancela do Serviço de Inspeção Estadual de Produtos de Origem Animal.

São modelos clássicos que estão funcionando e estão dando resultado. Agora, sobre a instância central e superior o Dr. Rangel foi brilhante e mostrou tudo. Eu tive a minha fala muito facilitada pelo que eu chamo de amigo, o Secretário Substituto Luís Rangel. Ele explicou isso e eu posso gastar meu tempo diferente.

Veja como a defesa agropecuária no Brasil se inter-relaciona. Quero me prender ao título que me foi solicitado: a integração com os entes. Na Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA são adotados como recomendações internacionais de organizações nacionais e supranacionais, como a OIE, Codex alimentares e Comissão Internacional de Proteção Vegetal. Esses três órgãos fazem as recomendações, a SDA aplica, passa para sua superintendência no âmbito federal. As agências de defesa agropecuária, então, com apoio do setor privado, com participação, organização dos comitês sanitários municipais, organizações de fundos privados, execução de atividades específicas, tentam fazer no âmbito estadual aquilo nas unidades regionais.

Por exemplo, o Estado do Paraná tem 22 unidades regionais e 135 locais que, na realidade, aqui está em branco. Aqui deveria estar, segundo a lei, quem? As prefeituras. E não está acontecendo isso aqui. Então, o Estado se vira como pode e atende localmente também a essas questões.

Bastantes leis se entrelaçam, leis federais, estaduais, municipais, mas, quando se fala de defesa agropecuária, aqui poucas secretarias estão atuantes, poucas inspeções estão atuantes e ainda para acumular depois, tudo que se relaciona com inspeção municipal passou para os Estados. Nós vamos falar depois disso.

Mas vejam: eu poderia colocar que o centro onde o estudo está em órbita deveria ser o consumidor, o produtor. Eu resumi: consumidor e agronegócio. Tudo converge: o municipal, o estadual, o federal, o setor privado, as ONGs, e outros como academias e cursos específicos na área rural, órgãos de classe etc. Tudo orbita em torno de dar garantia ao consumidor e alavancar o agronegócio, o produtor em última análise.

É importante que isso esteja também no nosso foco.

O Suasa funciona muito bem no Departamento de Saúde Animal, por exemplo. Todos os programas nacionais de sanidade suídea – que eu prefiro chamar de sanidade dos suínos –, sanidade dos equinos, Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos, Programa Nacional de Sanidade Avícola, para o nosso Estado são muito importantes. Nós representamos 35% da produção nacional e 33% da exportação nacional de carne de aves. Então, é muito importante e vocês vão ver a diferença depois.

Sanidade apícola, erradicação de febre aftosa – que é o carro-chefe, o motor, o cavalo de batalha de todas as ações que foram implantadas.

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – O programa Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose, o programa Controle de Raiva dos Herbívoros, em todos há interesse da saúde pública.

Peço mais cinco minutos, por favor.

Para verem como funcionam bem, a zonificação para febre aftosa é um exemplo clássico de que a integração do Ministério da Agricultura com os entes estaduais funciona muito bem no modelo do Suasa.

Aqui, a densidade, como tem características regionais diferentes. Vejam onde está a avicultura nesses Estados mais acima e como a avicultura está densa em outras regiões. Isso requer atenção quando se cria um Plano Nacional de Defesa Agropecuária em relação às características e diferenças regionais têm que ser tratadas de forma diferente. O que é igual tem que se tratado igualmente, mas o que é diferente tem que ser tratado de diferentemente. Assim como temos reconhecimentos também diferentes aqui para peste suína clássica. Em verde é o reconhecimento nacional e, em amarelo, é o reconhecimento internacional.

Aqui é o controle da raiva. Vejam quanta atividade no controle da raiva, que é uma zoonose 100% letal para o humano.

E para falar da discussão anterior aqui, vamos falar um pouquinho do Sisbi. O Sisbi nada mais é do que já foi compreendido anteriormente: inspeção SIF estadual e municipal. Infelizmente, a situação atual de adesão aos Sisbi, de longa data, não funciona como deveria. Está muito devagar. Em verde estão os Estados que aderiram, mas poucas plantas estão aderidas: 11 em Santa Catarina, 23 no Paraná – os maiores detentores de plantas hoje dentro do Sisbi de anos e não vão para frente. Em amarelo, todos estão em processo de adesão e não conseguem aderir ao sistema, porque o modelo atual não é bom.

Financiamento da Defesa Agropecuária: o Dr. Rangel falou em 5%. Não são as minhas contas. Dá menos. Os 5%, às vezes, são disponibilizados, mas não se consegue apropriar. Vinte e dois Estados me mandaram os dados executados em 2013, em 2014. Aqui não há um tostão do Governo Federal. Estimado para 2015 para os 22 Estados, simplesmente aplicando 10% sobre isso. Estimados para os 27 Estados: os Estados vão gastar, Senador Moka, R$1.044.291.469,00 em 2015.

Mas, quando vemos que o Estado vai pagar isso, onde está o dinheiro federal? A última vez em que foi descentralizado de verdade, 2013 – R$60 milhões –, R$21 milhões os Estados ainda não conseguiram aplicar por causa do sistema de convênio, que, como já foi colocado aqui, é muito complicado, não dá condições para o Estado apropriar e prestar conta.

Só para dar um exemplo: de 2010 até agora, no Paraná, foi colocado para inspeção como um todo, único recurso, R$2,7 milhões. Isso, dividido, por cinco anos, dá R$500 mil por ano, ou seja, 0,5% do nosso orçamento! Quer dizer, não ajuda mesmo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E, na maioria das vezes, o valor que vem é aumentado aqui numa briga nossa na Comissão Mista de Orçamento.

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Se não houver interferência política, ele nem vai.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em um negócio que, só de carne, nós exportamos qualquer coisa em torno de US$6 bilhões a US$8 bilhões e nós não conseguimos colocar, desgraçadamente, R$700 ou R$ 500 milhões num negócio que dá um superávit absurdo para o País.

Isso que eu acho que é falta de quem faz o planejamento, é miopia um negócio desse: se desproteger aquilo que está dando certo.

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Infelizmente, então, para encerrar: em 2014...

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – ... R$461 mil realmente não influenciou em nada. Em 2015, até agora, nada. A promessa de R$80 milhões, mas, até agora, ninguém conseguiu, nem vai conseguir os 40 porque ainda tem 21 sobrando ali.

Ali nossas atribuições para Estados e Municípios. Esse Decreto nº 8.445 foi assinado recentemente, em maio e 2015 e diz em seu art. 153:

§ 2º Competem aos serviços públicos de inspeção dos Estados que aderiram aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários a análise da documentação e a realização de auditoria técnico-administrativa para verificação da equivalência dos serviços públicos de inspeção vinculados aos Municípios e aos consórcios de Municípios em sua jurisdição, antes da aprovação final pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sobre financiamento ninguém falou. Só vêm mais e mais atribuições. De financiamento ninguém falou. Precisava que... Nessa situação que está aqui e que todo mundo conhece, ainda diz não vai haver reajuste salarial dos servidores e suspende novos concursos que estavam previsto para 2016.

Se isso se concretizar, qual é o cenário futuro?

– Maior participação do setor privado nas ações da defesa agropecuária:
Vigilância Passiva, que já é obrigação;
Ações de Suporte, que ele já adotou;
Conselhos e Comitês de Sanidade, que participam e participam muito.
– Maior participação de Profissionais (Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos) privados em:
Testes;
Expedições de GTA;
Laboratórios de Análises;
Certificações: CFO, Rastreabilidade Animal e Vegetal;
Inspeção de Produtos de Origem Animal.
Esse é o cenário futuro.
Quais são os pontos a conquistar – meu último pedido aqui.

1- Publicação de legislação que permite execução do Sisbi-POA de maneira satisfatória nas três instâncias, por exemplo: credenciamento de Pessoa Jurídica para Inspeção *ante* e *post mortem*, nos estabelecimentos de abate sob chancela Sisbi-POA; porque a fiscalização é pública e indelegável. A inspeção é privativa desde 1968 por lei federal por médico veterinário e ele precisa estar credenciado para fazer isso.

2- Financiamento estável e oportuno do Sisbi-POA e dos Programas Nacionais de Defesa Agropecuária, aos Estados e Municípios. Por que estável? Porque convênio não é estável. Se não houver um bom político junto e não houver recursos, não vai. Ex: alíquota proporcional, aquilo que o Estado investe, aquilo que o Estado custeia, fundo a fundo, em substituição aos convênios.

Esse é o nosso pedido, a nossa solicitação.

Quero dizer que tudo que foi colocado aqui, hoje de manhã, quanto à pergunta do Senador que já não está presente aqui em relação aos agrotóxicos, nós recomendamos mais boas práticas de produção, mais assistência técnicas, menos pacotes tecnológicos prontos sendo vendidos, mais manejos integrados de pragas, menos agroquímicos com mais tempo potencial de utilização sem resistência.

Agora, credenciados em geral: 60 mil. Por que nós estamos discutindo tanto o credenciamento se já há 60 mil profissionais credenciados neste País?

Acredito que o Legislativo pode nos ajudar muito, pode viabilizar a defesa agropecuária daquela qualidade que o Senador Moka muito bem colocou na sua fala.

Obrigada pela oportunidade. Espero não ter atrapalhado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito pelo contrário. Nós agradecemos a participação do senhor Inácio Afonso Kroetz, Presidente do Fórum Nacional de Executores de Sanidade Agropecuária.

Dando sequência os nossos trabalhos, passo agora, então, a palavra à Srª Tânia Lyra, que é consultora da defesa agropecuária da Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil (CNA).

A SRª TÂNIA LYRA – Bem, eu queria inicialmente agradecer a oportunidade e parabenizar o Senador Moka pelo seu constante dinamismo que nós conhecemos em prol da defesa agropecuária e ao Senador Dário Berger pela iniciativa.

A minha história de vida foi feita em defesa da agropecuária. Eu iniciei meu trabalho no Ministério da Agricultura. Fui Secretária Nacional em duas gestões, me aposentei e fui convidada pela Senadora Kátia Abreu para elaborar o Plano de Defesa Agropecuária que ela fez pela CNA e entregou ao Ministério da Agricultura.

Isso foi para mim um privilégio e uma honra. Alguns aspectos estão sendo agora operacionalizados.

A defesa agropecuária é um assunto de Estado, é um instrumento de política agrícola e visa essencialmente a proteger todo agronegócio, toda produção agropecuária. Onde ela atua? Em todos os elos da cadeia. E já começa ali o cadastro da propriedade, a defesa precisa desse cadastro porque ela precisa conhecer seu universo de trabalho. Em todos os programas de defesa temos que saber quantas propriedades de bovino de leite, de bovino de corte e de aves existem naquela área. Ela participa também dos insumos, registra, inspeciona e termina lá na inspeção, passando pelos vários elos, no produto final essencial para a saúde pública. Aí, depois disso ainda, analisa os resíduos microbiológicos, químicos e físicos presentes nos alimentos. Então, o que ela visa? Segurança alimentar em quantidade, ter bastantes alimentos para sustentar a população, mas também em qualidade, que é a seguridade. Atende o consumidor interno e externo.

É importante relatar, referir tantas vezes for necessário, que sem defesa não há exportação, nem há consumo, mas não há exportação porque, sem o aval sanitário, ela não ocorre depois da criação da OMC, na qual nós também tivemos o privilégio de, como representantes do Brasil, elaborar as normas do acordo sanitário e fitossanitário. E lutamos muito para as normas de harmonização, de equivalência lá dentro. Sem esse aval, depois da criação da OMC, não pode haver outra restrição sem ser a sanitária.

Bem, quanto às medidas de defesa, pode alguém dizer: "Vou criar uma nova defesa, vou fazer a defesa diferentemente?" Defesa é a mesma coisa há 50 anos e não pode mudar mesmo. As medidas de defesa são as mesmas, os instrumentos podem ser mais modernos e eficazes, mas defesa é defesa. O primeiro passo é evitar o ingresso de doenças animais e pragas vegetais: como análise de risco, controle de fronteiras, de portos e aeroportos, evitar a disseminação interna de doenças com controle do trânsito, que é a primeira tese e dissertação de que se tinha que controlar o trânsito já nos anos 60. Aí, tivemos até a honra de fazer a primeira legislação das guias de trânsito. Hoje, ele pode ser informatizado. Aí, já se fala do GTA eletrônico, mas o que se faz? A mesma coisa que se fazia anos atrás no papel. Como? De forma mais ágil.

Então, a Plataforma de Gestão Agropecuária visa agilizar o que já existiu, que é muito importante. O controle de doenças e pragas animais e vegetais é outra atividade de defesa com os programas sanitários que existem para fazer esse trabalho e a educação sanitária muito esquecida, mas fundamental. Por quê? Porque o produtor não sabe por que estão indo na propriedade dele às vezes sacrificar um animal. Alguém deu a ele o conhecimento de que existe uma legislação. Alguém explicou a ele que, no caso de brucelose, ele deve eliminar o positivo por segurança do próprio rebanho para evitar que a doença se mantenha, para evita abortos e perdas que ele tenha ali? Educação sanitária é fundamental.

Do que a defesa precisa? Legislação atualizada. Isso é constante, não vai ser agora, não. Sempre. O Secretário Inácio fez isso, eu fiz, tem-se que estar constantemente atualizando legislação, porque há novos avanços da ciência e novas exigências internacionais. Mas temos que ter um código realmente, temos que rever tudo que há aí. Há tantas normas, que uma interfere na outra, mas, acima de tudo, dar conhecimento ao produtor dessas legislações, haver um manual.

Bem-estar animal, nova exigência.

Temos que divulgar as normas e adequar o sistema de transporte, de abate. Auditorias internas com participações do setor privado sempre. Rastreabilidade para auxiliar nessa investigação. Então, auditar para melhorar é mais importante do que fiscalizar constantemente. Mas aqui, para auditar, temos que ter uma legislação forte de, encontrando uma falha, fechar, punir. Se ficar lá constantemente, no dia de ver não se enxerga. Está-se tão habituado que não enxerga.

Os programas de saúde animal e vegetal precisam ter planos de emergência e a maioria já tem, com participação constante do setor privado para entender as ações, aplicá-las e administrar os fundos.

Nós criamos o primeiro fundo de defesa em peste suína nos anos 80 e deixamos com o produtor o financiamento dele. Foi fantástico, o dinheiro rendia, ficava na mão dele, era uma indústria e um produtor, a associação, na época era Sadia e Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS). Quando havia um problema, eles usavam o fundo. Não havia a burocracia do Governo de administrar esse fundo, de conseguir liberação.

As ações estratégicas do laboratório de diagnóstico são fundamentais. Eles devem ter como meta um diagnóstico rápido e preciso. Diagnósticos demorando desmoralizam, desincentivam o produtor: "Poxa, demorou tanto para chegar a um diagnóstico e minha propriedade ficou fechada." Internacionalmente, isto fica muito mal para o País: levar dois anos para diagnosticar uma doença, levar dois meses para diagnosticar aftosa? Diga logo que não é ou diga que é, aja e depois diga que chegou à conclusão de que na verdade não o foi. Deve-se agir e não ficar esperando dois meses. Se um diagnóstico de laboratório demorar muito tempo, o laboratório tem de sofrer uma auditoria pesada.

Então, o Vigiagro em portos e aeroportos existe, não tinha esse nome há muito tempo, mas existia forma pequena. Deve melhorar, tem-se que juntar com um trabalho conjunto com a Receita Federal e saúde. É separada a sala. Por que isso? Há dois gastos, três, às vezes. Tem-se que ficar tudo junto ali, trabalhando para haver essa ação de cooperação, inclusive, em alguns casos, com países fronteiriços. Têm que trabalhar os dois países juntos.

Os centros de inteligência têm que ter participação do setor privado, temos que ser convidados a participar para ver o que se está pensando. E na educação continuada a escola pode ser nos moldes da Receita, que tem uma escola interessante, pode ser nos moldes citados pela OIE, de uma receita de defesa.

Bem, a lei em relação à Suasa definiu as instâncias federal, estadual e municipal. Mas definiu desta forma: o SIF era o comércio nacional e internacional, o SIE, o comércio estadual, as indústrias o municipal, os Municípios. Aí, o Sisbi ficou um pouco limitado.

Surgiu uma nova legislação que já fala de uma coisa muito importante que está nas normas da OMC. Tem princípio de equivalência? Deixa comercializar em todo País. Inclusive, vamos buscar que esse comércio seja internacional. Princípio de equivalência está dentro das normas internacionais da Organização Mundial do Comércio. Se eles aceitam o princípio de equivalência entre países, por que não podemos aceitar princípios de equivalência entre Estados? A política pública de integração é desenvolvida pelos atores sociais da cadeia agropecuária do setor público e privado. Ela é regulamentada pelo Governo Federal...

(Soa a campainha.)

A SRª TÂNIA LYRA – ... estadual e municipal. Uma política de defesa agropecuária tem que ser elaborada com a participação de todos os usuários. Ao Governo Federal cumpre o planejamento e a coordenação dos trabalhos, por quê? Um Estado pode dizer: "Eu vou decidir o que vou fazer da minha forma." Não. Por que deve haver um planejamento federal? Para haver uma homogeneidade de ações, para um Estado não fazer uma coisa e outro fazer diferentemente, chegando a resultados diferentes.

As ações indelegáveis do Governo Federal são os acordos internacionais, a participação nos grandes fóruns que, pela sua própria natureza, são competência do Governo Federal, quem representa o País é o Governo Federal.

Os órgãos estaduais e correspondentes municipais são extremamente importantes, eles estão ali para executar as ações que eles ajudaram, eles têm de participar do planejamento, mas precisam de recursos flexíveis e oportunos, metas bem realistas ou busca de novos recursos.

A interface e a integração.

Nós trabalhamos em interface com o Ministério da Saúde. Houve a lei que surgiu nos anos 80, juntando o registro de agroquímicos à parte do Ministério da Agricultura, por isso que demora. A agricultura vê eficiência agronômica, saúde vê os riscos para a saúde e meio ambiente vê os riscos ambientais.

Então, demora uma análise, tem-se que juntar essa turma em um grupo só ou agilizar.

Bem, o meio ambiente exige hoje criatórios com rigoroso controle sanitário, incluindo destinação correta dos dejetos, e o uso criterioso de medicamentos e de substâncias que podem agredir o meio ambiente. Muito correta essa exigência. Então, vamos orientar, vamos saber orientar.

Nosso papel junto aos blocos comerciais e países importadores é dar garantias à importação para que não haja restrições aos alimentos produzidos no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SRª TÂNIA LYRA – Caio Prado disse no seu livro de 1940 que o Brasil continuava uma colônia, que ele exportava o que era demandado pelo comércio internacional, mas que era com esse dinheiro, com essa produção e recursos das exportações que se mantinha toda vida econômica e industrial do Brasil.

Isso continua até hoje.

Bem, os organismos internacionais de referência exigem a participação do Brasil e nós temos que participar lá com altivez, não é aceitando todas as normas da OIE, não, é lutando para que algumas mudem um pouquinho e que não se tornem barreiras ao comércio dos nossos produtos.

Então, a nossa finalidade é uma sustentabilidade agropecuária. Sustentabilidade indica o quê? Que o modelo de produção tem que se preocupar equitativamente com o tema social, econômico e ambiental. Qual seria o tema social? Lá na pequena propriedade pode ocorrer foco de febre aftosa. O último lá, do Rio Grande do Sul, foi em uma área de assentamento.

Então, temos que trabalhar muito próximos ao Estado e ao Município. É dali, é do Estado e do Município que têm que sair as grandes demandas e não o contrário.

Os produtores agropecuários têm suas necessidades, têm de se constituir nas prioridades dos programas nacionais e a CNA é o fórum desses produtores. Chegam poucas demandas. Quando eu estava no Ministério como Secretária Nacional ou como funcionária, diretora de programas – que eu fui –, tive a ousadia de lançar o programa de erradicação de febre aftosa. Houve alguns críticos. Quando ousamos propor alguma coisa nova, temos que enfrentar esses críticos. O importante é a consciência tranquila.

Bem, o importante desse programa de sanidade, de defesa agropecuária é, acima de tudo, trabalhar nos gargalos que nós entregamos à Senadora. Ou seja, ele não vai mudar as medidas de defesa, são as mesmas, mas quais eram os gargalos? Demora para registrar? Vamos agilizar. Demora para emitir uma guia de trânsito? Vamos fazer uma guia eletrônica. São, acima de tudo, os gargalos. O Fundo Federal Agropecuário já existiu, por que não existir de novo, mas agora, de forma que seja usado apenas em defesa agropecuária?

Muito obrigada. Desculpem-me se eu me estendi. Talvez seja o entusiasmo de falar de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nós que agradecemos a participação da senhora, brilhante na sua exposição.

Ficamos muito satisfeitos com sua participação.

Dando continuidade à nossa audiência pública, concedo a palavra agora ao Sr. Ariel Antônio Mendes, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal.

O SR. ARIEL ANTÔNIO MENDES – Bom dia, inicialmente gostaria de agradecer o convite e parabenizar o Senado, na pessoa do Senador Dário Berger pela iniciativa de convocar esta audiência pública. É importante discutir este tema. Cumprimento também o Senador Moka e os demais colegas da Mesa.

Como a estrutura de defesa já foi bastante discutida pelos colegas que me antecederam, eu gostaria de aproveitar o meu tempo, Senador, para chamar a atenção, no caso da avicultura. A nossa preocupação hoje número um é a prevenção de influenza aviária. O Brasil é o maior exportador de frango de corte, de carne de frango. Produzimos 13 milhões de toneladas por ano. Isso gera uma receita de US$8,5 bilhões por ano. O setor gera 4 milhões de empregos diretos e indiretos. É um setor extremamente importante. Suínos também vão pelo mesmo caminho.

Influenza aviária é uma doença impeditiva do mercado internacional, do comércio internacional. Se tivermos um surto de influenza no Brasil, isso vai ser um desastre, porque o Brasil exporta 4 milhões de toneladas por ano.

Imagine, Senador, termos de colocar, num primeiro momento, 4 milhões de toneladas no mercado interno. Isso seria realmente um desastre, não só para o setor de avicultura, mas acabaria afetando também a suinocultura e a própria bovinocultura, porque puxaria o preço para baixo.

Temos trabalhado esse tema desde o ano 2000, depois 2002, quando tivemos um surto no Chile, muito próximo do Brasil, juntando o setor privado como o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura iniciamos um trabalho forte de prevenção. Fomos ajudados bastante nos anos 2005, 2006 e 2007 pelo H5N1, pela pandemia na Ásia. Isso aí foi colocado na mídia e, além do setor agrícola, o Ministério da Saúde, no mundo inteiro a Organização Mundial de Saúde, o Banco Mundial, a OIE e a FAO... Ou seja, isso estava na pauta dos organismos internacionais.

Hoje, deparamo-nos com uma situação de surtos recentes nos Estados Unidos, que começaram em dezembro de 2014 e terminaram agora, com a entrada do verão nos Estados Unidos, no mês de junho, em que os Estados Unidos tiveram de sacrificar quase em torno de 50 milhões de aves. Dos 50 milhões de aves, basicamente 40 milhões eram poedeiras comerciais e 8 milhões de perus. Isso afetou inclusive as exportações dos Estados Unidos, que caíram 4%, alguns países fecharam para os Estados Unidos, o segundo maior exportador. Mas houve restrição em um número grande de países.

Os Estados Unidos são um país que consegue invadir um país na Ásia ou no Oriente Médio, mas tiveram muita dificuldade em conter focos. Houve dias nos Estados Unidos em que ocorreram mais de seis focos de influenza aviária em diferentes pontos. Isso esteve localizado basicamente em dois Estados, mas em diferentes pontos. Inclusive, veterinários privados tiveram que se deslocar para a região dos focos, para trabalhar voluntariamente no auxílio à contenção desses focos. Isso acendeu, realmente, uma luz vermelha aqui no Brasil, principalmente pelo contato que temos com os Estados Unidos, um contato comercial muito forte de trânsito de pessoas também, inclusive de técnicos que vêm ao Brasil, sem contar o risco, evidentemente, de aves migratórias. As aves migratórias que vêm ao Brasil vêm do hemisfério Norte, Canadá e Estados Unidos. Uma ave sai do Canadá, em 12 dias está no Brasil; sai dos Estados Unidos, em 10 dias; do México, em 8 dias. Então, é um risco que corremos.

Evidentemente, o Brasil tem se preparado nos últimos anos. Como eu disse, precisamos fazer mais, precisamos avançar na nossa biosseguridade principalmente, para preservar a nossa estrutura produtiva.

Nós temos procurado apresentar para o Ministério da Agricultura, para a Ministra Kátia Abreu e para a equipe a necessidade de sanar alguns gargalos. Vou destacar alguns deles.

Primeiro, a questão de laboratório. Temos uma vulnerabilidade muito grande, acho que o Ministério avançou muito desde o tempo em que o Ministro era o Dr. Roberto Rodrigues. Na época, o Ministério entendeu que realmente laboratório é um ponto chave para garantir a exportação. Ou seja, o Brasil exporta, no caso de frango, para 158 países e em cada país há uma exigência. Então, essa questão de laboratório é fundamental.

Hoje, no caso, estamos pedindo para o Ministério da Agricultura o credenciamento de laboratórios estaduais e o Ministério não oficializou ainda, mas já sinalizou que vai autorizar, a autorização verbal já existe. Ou seja, para implementação de técnica de PCR. Para que os senhores tenham uma ideia da importância disso, os Estados Unidos, entre junho de 2013 e julho de 2014, ou seja, em época de paz, antes desses últimos surtos, eles realizaram 1,850 milhão de testes de influenza aviária, isso na rotina de prevenção, isso em frango, poedeiras, aves de mercado comercializadas livremente.

Estamos muito longe desse número. Hoje, a nossa capacidade de diagnóstico é ao redor de dez mil testes por mês.

Estamos muito longe. O nosso trabalho é para chegarmos ao ponto de termos pelo menos a capacidade de 40 mil testes por mês. Do que nós precisamos para isso? Estamos pedindo a implementação de PCR nos laboratórios estaduais. Isso está sendo feito nos laboratórios do Instituto Biológico, em São Paulo, em Descalvado e Bastos; no Laboratório do Paraná Marcos Enrietti, de Curitiba; o Laboratório Desidério Finamor, do Rio Grande do Sul, já tem PCR *real-time* implementado e o de Santa Catarina também.

Além disso, hoje, os Lanagros. Apenas o de Campinas e o de Porto Alegre têm a técnica implementada. Nós estamos pedindo que seja estendido para os Lanagros de Belém, Recife, e Pedro Leopoldo, em Minas Gerais e também de Goiânia. Desses todos, com exceção de Goiânia, que tem um problema de estrutura física e teria dificuldade de implementar, os demais têm estrutura física, têm pessoal treinado, é apenas questão de realmente implementar a técnica.

Além disso, estamos pedindo, Senador, também que laboratórios privados sejam credenciados: os laboratórios que atualmente são autorizados a fazer doença de Newcastle e também laboratórios das empresas, com isso, aumentaríamos essa capacidade para uma capacidade de 40 mil testes por mês.

Por que isso é importante? É importante porque se tivermos um episódio no Brasil, os países importadores vão perguntar: "Onde estão os resultados que demonstram que vocês estão livres nos outros Estados ou em alguns Estados?" Por isso é importante o aumento dessa capacidade.

Estamos pedindo também ao Ministério da Agricultura que agilize o processo de registro de granjas para que aquelas granjas que não estão ainda adequadas façam a adequação e sejam registradas no Ministério da Agricultura e nas secretarias de agricultura.

Um outro ponto importante também, Senador, que eu gostaria de destacar, é o programa de regionalização.

No Brasil, nós trabalhamos bastante, na época em que o Dr. Inácio foi Secretário de Defesa Agropecuária, no Programa de Regionalização por Estados, no qual cada Estado foi auditado, foi visitado, foi classificado. Existe uma classificação A, B, C e D, de acordo com a estrutura veterinária, de acordo com a capacidade de resposta...

(Soa a campainha.)

O SR. ARIEL ANTÔNIO MENDES – ... a um surto de influenza ou Newcastle.

Mas com a implementação do Programa de Compartimentação da OIE, esse programa de regionalização não foi deixado totalmente de lado, mas está de uma maneira bastante lenta.

Estamos pedindo ao Ministério da Agricultura para retomar, Dr. Rangel, esse programa de regionalização.

O Brasil é um país continental, se tivermos entrada de influenza no Norte ou no Nordeste do Brasil ou mesmo em um Estado do Centro-Oeste e do Sul, é importante que preservemos alguns Estados exportando. Eu acho que Santa Catarina, que é o Estado do Senador Dário Berger, é um exemplo, com a história de livre de aftosa sem vacinação, de como é importante termos essa estrutura regionalizada, isso nos vai preservar mercados e vai abrir alguns mercados também.

Um outro ponto ao qual eu gostaria de chamar a atenção também é com relação à questão da estrutura do Ministério da Agricultura de apoio.

Senador Moka, temos num PNSA, Programa Nacional de Sanidade Avícola, aqui em Brasília, apenas dois técnicos, já tivemos cinco técnicos, hoje temos dois, correndo o risco de perder uma técnica que está pedindo transferência para outro local. Um setor da importância da avicultura precisa ter uma estrutura de apoio um pouco melhor. Chamo a atenção para essa estrutura de defesa, precisamos realmente incorporar e talvez deslocar pessoas de algumas áreas para outras.

Gostaria também, Senador Moka, de dar minha contribuição no debate da inspeção. Nós temos um pleito para o Ministério da Agricultura de longa data para nos casos de tecnopatias, ou seja, de contusões, asa quebrada, no caso do frango, isso não se precise ser cortado pelo auxiliar de inspeção ou pelo veterinário. Isso é uma...

(Soa a campainha.)

O SR. ARIEL ANTÔNIO MENDES – ... atribuição que pode ser feita pela própria área de qualidade da empresa, para deixar os veterinários e os auxiliares mais restritos à parte realmente de condenações sanitárias.

Essa parte de tecnopatias acho que pode ser assumida perfeitamente pelo setor privado e isso vai, inclusive, diminuir um pouco a carga de técnicos que podem ser deslocados para outros setores.

Senador, para concluir gostaria de reforçar o apelo para que o Senado realmente continue apoiando o setor de defesa e principalmente fique muito atento a essa questão de prevenção de influenza aviária, porque é a garantia do País da manutenção das nossas exportações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nossos agradecimentos também ao Dr. Ariel Antônio Mendes, que é diretor técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal.

Para concluir as nossas apresentações, eu concedo a palavra agora ao Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento, que é técnico da Confederação Nacional de Municípios, representa os Municípios do Brasil.

O SR. MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO – Eu gostaria, nesta oportunidade, de cumprimentar o Senador Dário Berger, o Senador Moka, que se encontra presente aqui no momento, demais companheiros desta reunião importante no Senado Federal, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Primeiramente, cumprimento pela iniciativa dos nobres Senadores por tratarem deste importante tema, fundamental para o desenvolvimento da agroindústria nacional para o desenvolvimento do setor rural primário brasileiro.

Temos uma apresentação da CNM, peço que coloquem na tela.

Vendo aqui as manifestações dos técnicos e de lideranças do setor que se manifestaram, podemos perceber a importância estratégica para o País da questão da inspeção.

Vivemos uma crise financeira sem precedentes no Brasil, afetando Estados, Municípios e o Governo Federal. É preciso tomar uma atitude urgente em relação a esse tema em nosso País. Ouvi aqui atentamente a explanação dos companheiros, do Ministério da Agricultura, Luis Rangel, também, inclusive, e os demais que aqui se manifestaram, o que demonstra essa preocupação e uma atenção a esse fato.

Temos no Brasil em torno de 35% dos Municípios, segundo pesquisa da CNM, com os Serviços de Inspeção Municipal implantados. Esse é o mapa, em verde mais escuro, dos que têm Serviços de Inspeção Municipal implantados. O Presidente Paulo Ziulkoski, da CNM, pediu, então, que eu viesse trazer este relato. Nós estamos atuando fortemente há anos no sentido de qualificar o Serviço de Inspeção Municipal em todo o Brasil. Temos parcerias com o Ministério da Agricultura, com o MDA. Em 2013, percorremos os 27 Estados da Federação com seminários para os prefeitos, para os secretários da agricultura, mostrando a importância da inspeção municipal para o Brasil, para os produtores e para a agroindústria nacional.

Aqui temos, só para dar um quadro do Serviço de Inspeção Municipal no Brasil, em relação ao abate de suínos. Temos ali crescendo, a cada ano de passa, o número de animais abatidos. Aumentou nos últimos anos 74%, enquanto no Brasil o crescimento da inspeção federal e estadual foi de 43%. Então, está aumentando o número de abates com inspeção municipal. De aves também, no mesmo rumo, aumentou 56% nos últimos anos.

Temos ali os índices, abaixo, falando do que aumentou nos últimos anos o abate com Sistemas de Inspeção Municipal.

Bovinos também, um pouco menos, aumentou 14%, enquanto no Brasil o crescimento foi de 4%.

Essa pesquisa da CNM foi realizada com os Municípios que têm Serviço de Inspeção Municipal implantado, com aqueles 35% no Brasil que têm Serviço de Inspeção Municipal implantado.

A pesquisa diz que 84% conhecem o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa, e destes 76% gostariam de aderir ao Suasa, ao SISBI-POA.

Os Municípios objeto desta pesquisa informaram que a principal dificuldade para adesão ao Suasa é a falta de recursos financeiros para adequação dos estabelecimentos à legislação federal, em seguida foi destacado o excesso de burocracia. Os Municípios não têm mais dinheiro para contratar veterinários, para colocar nas agroindústrias que têm possibilidade de crescer cada vez mais. A União não contrata, o Estado não contrata e repassa tudo para o Município contratar. O Município não tem condições mais de contratar. Não podemos mais criar despesa sem termos a receita. Em contrapartida, poder contratar. É um problema sério que estamos sentindo.

A CNM destaca que para os Serviços de Inspeção Municipal a maior dificuldade enfrentada para o exercício da inspeção é o combate ao comércio de produtos clandestinos, trabalho que fica na maioria das vezes restrito aos governos locais e demonstra as especificidades e o acúmulo de funções exercidas. E em segundo, foi apontada a falta de recursos financeiros dos Municípios.

Então, o Município tem um ou dois veterinários, ele tem o Serviço de Inspeção Municipal implantado. Mesmo aqueles que têm o Serviço de Inspeção Municipal implantado têm um veterinário ou dois. Só que esse veterinário não faz só inspeção, não é possível ele fazer só inspeção. Então, ele tem um acúmulo de atividades, entre elas a inspeção. O combate ao comércio de produtos clandestinos é uma função importante que é realizada nos Municípios.

Além de não cobrarem taxas para prestação do serviço de inspeção, 25% dos Municípios cedem pessoal do quadro da Prefeitura para o Serviço de Inspeção Estadual e Federal também, entre veterinários, técnicos e apoio administrativo, 25% dos Municípios. Só no Rio Grande do Sul, meu Estado, temos mais de 300 técnicos entre veterinários cedidos dos Municípios sem ressarcimento ao Serviço de Inspeção Estadual e a agroindústria ameaça o Município: "Se você não ceder o veterinário, que tem que ser público, vamos fechar a agroindústria, não temos como..." O Estado não coloca, a União não coloca, o Município tem que colocar. O Prefeito se sente acuado e é obrigado, muitas vezes, sem ter recursos a ceder esses veterinários.

Segundo dados da CNM, em 2012, 32% dos Municípios... Ali é o que eu falei anteriormente, apenas 13 Municípios e 3 Consórcios aderiram ao Suasa. É muito pouco, é quase nada em relação ao tamanho do nosso País, nosso potencial.

E esse contexto não apresenta perspectiva melhoria através da descentralização dos procedimentos de adesão dos Municípios (Decreto 8.445/2015) – quando apenas 7 (sete) Estados estão aderidos ao Suasa.

A IN 16/2015/MAPA isentou os estabelecimentos de pequeno porte das taxas de registro, inspeção e fiscalização sanitária, desestimulando os Municípios de aderirem ao Suasa, os quais dependem dessas taxas para realizarem a prestação deste serviço público. Essa definição foi tomada sem qualquer avaliação do impacto financeiro aos Municípios ou aos estabelecimentos agroindustriais.

Os Municípios, por exemplo, do Estado do Rio Grande do Sul, que cedem veterinários têm a taxa de abate. Foi comentado aqui anteriormente que, no Estado do Rio Grande do Sul há a taxa de abate que as indústrias pagam para o Governo estadual e mesmo não repassa aos Municípios, mesmo àqueles que cederam veterinários do Município. O Município não recebe o ressarcimento do serviço prestado.

A CNM considera de grande importância o Serviço de Inspeção Municipal para o desenvolvimento econômico local quando devidamente instituído, mas no atual contexto demanda apoio financeiro e técnico para o seu desenvolvimento.

Os consórcios intermunicipais são uma alternativa para reduzir os gastos com o serviço, onde há uma única estrutura de técnicos, veículos, sede e outros custos, mas o MAPA apresenta restrições aos veterinários contratados pelo consórcio, teriam que ser públicos, pela prefeitura e, com concurso público cedido para o consórcio.

Para isso a CNM apresentou, no dia 07/07/2015, texto de emenda ao PL 334/2015, ao Relator Deputado Roberto Balestra visando ao fortalecimento do Serviço de Inspeção Municipal e reconhecimento dos serviços prestados quando formalmente instituído, além de manter o papel da União de orientar os Serviços.

Prezados Senadores e presentes nesta reunião da Comissão, o Presidente Paulo Ziulkoski pediu que transmitisse à Senadora Ana Amélia Lemos, que é Presidente da Comissão e aos demais Senadores, a posição oficial da CNM em relação a esse tema, que é muito importante. Estamos atentos a uma demanda muito forte dos produtores rurais, das agroindústrias junto aos prefeitos, junto aos Municípios que querem crescer, que querem se desenvolver e hoje estão de mãos amarradas. Elas não têm mercado, o Município dá essa condição, o Governo Federal não dá condição de inspeção nem o Estado.

Então, é preciso tomar uma atitude.

Elaboramos esse ofício e vou entregá-lo ao Senador Dário Berger, que passe depois aos demais Senadores cópia, à Senadora Ana Amélia, e atue junto ao Ministério da Agricultura.

Prezados Senadores, é com satisfação que cumprimentamos V. Exª, oportunidade em que se apresenta a posição da Confederação Nacional dos Municípios relacionada à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, assunto este que vem sendo amplamente debatido no Brasil.

A CNM defende uma legislação...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO –

... que contemple novos procedimentos para o reconhecimento da equivalência dos serviços de inspeção nos Estados, Distrito Federal e nos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal (SISBI-POA), de forma que as medidas de inspeção higiênico-sanitárias e tecnológicas aplicadas por diferentes serviços de inspeção permitam alcançar os mesmos objetivos de inspeção, fiscalização, inocuidade e qualidade dos produtos.

Atualmente, não é possível realizar inspeção com veterinários do setor privado, sendo que o MAPA admite apenas profissionais do setor público: União, Estados e Municípios, o que vem travando a ampliação da inspeção sanitária de produtos de origem animal, causando sérios prejuízos à saúde da população e inviabilizando novos mercados para a agroindústria em todo o País, prejudicando a geração de emprego e renda e o desenvolvimento nacional.

Por outro lado, os Municípios mantêm médicos veterinários e técnicos cedidos ao Serviço de Inspeção Estadual e ao Serviço de Inspeção Federal sem ressarcimento, prática essa que ocorre há muitos anos, devido à ausência de recursos dos Estados e da União para a contratação de fiscais agropecuários. Não há mais como esse modelo ser sustentado, tanto por aspecto legal, apontamento dos Tribunais de Contas estaduais, como orçamentários.

A CNM apoia a posição que reafirma ser indelegável do setor público à fiscalização, mas permite que a inspeção possa ser realizada tanto por profissionais habilitados do setor público quanto do privado, de acordo com a definição a seguir: Inspeção é a atividade privativa de profissionais habilitados destituídos de poder de polícia, pautada na execução das normas regulamentares e procedimentos técnicos sobre os produtos de origem e relacionados aos processos e sistemas de controle industriais ou artesanais, nas etapas de recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito,

rotulagem e trânsito, podendo ser realizada por inspetores públicos ou privados, desde que credenciados pelo órgão fiscalizador.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO –

Fiscalização é ação direta privativa e não delegável dos órgãos do Poder Público, efetuada por servidores públicos com poder de polícia para verificação do cumprimento das determinações da legislação específica e dispositivos regulamentares, devendo obrigatoriamente ser realizada por funcionário público concursado.

Dessa forma, solicito o apoio indispensável de V. Exª para a viabilização de instrumento normativa ou legislação que contemple a possibilidade da contratação pela própria agroindústria de veterinários privados, através de instituições credenciadas pelo Poder Público, para realização de inspeção sanitária de produtos de origem animal, viabilizando a adesão ao Suasa, SISBI-POA, o que fará com que milhares de agroindústrias saiam da clandestinidade, preservando a saúde da população, gerando emprego e renda. A fiscalização continuará sendo de competência exclusiva do setor público, o que garantirá a conformidade dos serviços de inspeção.

Na expectativa de contar com o atendimento de V. Exª a esse pleito, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos os telefones da CNM e o *e-mail*.

Atenciosamente, Paulo Ziulkoski.

Passo às suas mãos este documento. Não podemos esperar mais – peço que depois coloque o recibo na outra via – para tomar uma atitude em relação a esse tema. Há uma pressão grande em todo o Brasil. Queremos sair pelo Brasil afora novamente para estimular os Municípios a instituírem seus Serviços de Inspeção Municipais, a terem veterinários para fazer a fiscalização, mas a inspeção pode ser de competência, pode ser delegada também ao veterinário privado, de acordo com o que foi colocado aqui anteriormente.

Por isso, esse é o nosso posicionamento.

Agradeço muito a atenção. Parabéns aos Senadores por esta iniciativa e aos demais companheiros que aqui se manifestaram.

Muito obrigado.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço aos nossos convidados e palestrantes. Chegamos ao final desta primeira parte dos nossos trabalhos.

Quero, antes de passar a palavra para o Senador Moka, que é um exímio conhecedor do agronegócio no Brasil e um assíduo participante da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, quero, preliminarmente, no meu caso, Senador Moka, tirar algumas conclusões desta nossa audiência pública.

Eu falei no início da audiência pública que é uma responsabilidade muito grande que pesa sobre os meus ombros ter que relatar essa questão relacionada à defesa agropecuária no Brasil.

Eu falava do meu Estado, que, como o Estado de V. Exª, também é um Estado extremamente rico na questão do agronegócio. Mas, sobretudo, no momento em que vivemos uma crise, talvez a maior das últimas décadas no País, o agronegócio é que tem sustentado e alicerçado – vamos dizer assim – mantendo-nos vivos com um vetor extremamente importante da economia nacional, no qual a previsão é de que vamos ter um crescimento negativo da ordem de 2% ou 3% na economia nacional. Enquanto isso, a expectativa do agronegócio é termos um crescimento positivo que pode chegar a 2%. Então, não podemos medir esforços nem poupar recursos, como percebemos. Eu dizia, no início da minha fala, que quando o setor está indo bem esquecemo-nos de auxiliá-lo para que ele possa melhorar, para que ele possa atingir seus objetivos de maneira mais rápida, mais eficiente.

Assim, observamos no Brasil. Observamos que os Municípios tentam fazer a sua parte; os Estados, a sua parte; a União, a sua parte e, na verdade, não existe um equilíbrio, uma sincronia de ajuda mútua permanente para que esses objetivos possam ser atingidos no curto espaço de tempo.

Eu acho que a questão fundamental do nosso encontro de hoje e do nosso tema, que é extremamente relevante, é que a defesa agropecuária é fundamental, é essencial, ela é vital para a nossa economia e para o agronegócio brasileiro, sobretudo para o nosso presente e para o nosso futuro. Pois a questão da defesa agropecuária representa fundamentalmente a segurança alimentar para os consumidores e a segurança para os próprios produtores. Eu percebo a angústia de V. Exª com relação à fiscalização propriamente dita das questões relacionadas à defesa sanitária. Eu imagino, quem sabe, sonho com o dia em que não precisemos mais de fiscalização específica, objetiva, permanente na porta do estabelecimento, porque é obrigação do produtor, é necessário que ele assim proceda, porque senão ele não vai manter vivo seu negócio. Ele pode incorrer em penalidades gravíssimas que estão relacionadas à saúde das pessoas e, efetivamente, precisa haver um grau de consciência importante dentro desse cenário.

Embora acredite que nós tenhamos avançado bastante conceitualmente nesses princípios, acho que temos ainda um longo caminho a percorrer para que possamos encontrar um equilíbrio de responsabilidade, de tal forma que as questões relacionadas fundamentalmente às fiscalizações não sejam um ponto principal e o ponto de partida, mas que elas sejam o fim em si mesmo para que possamos estabelecer uma nova relação entre produção e consumidores neste País e até, no nosso caso, de país exportador. Sabemos do rigor dos países que exigem as certificações necessárias para que possamos levar o nosso produto para outros países, sobretudo também para os nossos consumidores brasileiros.

Portanto, volto a insistir que o próprio produtor deveria ser o maior interessado por manter a qualidade dos seus produtos.

Ainda volto a bater numa tecla em que tenho batido aqui, no Senado Federal. Acho que o grande problema do Brasil hoje é a falência do setor publico. Nós precisamos fazer, de todas as reformas, a reforma do setor público propriamente dita. Hoje pagamos uma carga tributária extremamente elevada de impostos que chega já a quase 40% do PIB e os serviços que oferecemos para a população são de péssima qualidade, são serviços que se não são de péssima qualidade em todos os setores, é um serviço que a população hoje está percebendo que não se encontra de acordo com os interesses da população de uma maneira geral.

As próprias movimentações que nós observamos a partir de 2013 dão conta disso, de que as pessoas querem mais eficiência no serviço público, nós precisamos desburocratizar, nós precisamos definir competências mais objetivas para que o setor público possa ser mais rápido, possa agir de maneira mais célere, que possa ser mais eficiente e que possa atender aos anseios da comunidade e da população de uma maneira geral mais objetivamente.

Como encontrar esse caminho? Acho que nesse viés também temos um longo caminho pela frente. Mas este é o nosso papel: continuar discutindo, porque da discussão nasce a luz – quem sabe possamos encontrar – para resolver, se não todos, mas gradativamente os problemas que temos pela frente.

Portanto, agradeço sobremaneira aqui a participação dos nossos convidados. Esta é a segunda audiência que nós estamos fazendo, Senador Moka, com relação a essa questão da defesa agropecuária. Tenho a grande responsabilidade de, ao final, fazer um relatório dos pontos positivos, dos pontos negativos e dos encaminhamentos que nós deveremos propor pela frente para que possamos ser um agente de transformação positivo do setor agropecuário no nosso País.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Dário Berger, Presidente, Senadora Ana Amélia, que se encontra viajando... Aliás, hoje é incomum isso. Sempre estão aqui o Senador Blairo Maggi e os outros cinco ou seis Senadores. Na verdade, fazem parte desta Comissão.

A primeira coisa que eu queria dizer... Só não ouvi o Luis Rangel e quero justificar. Sou sempre o primeiro a chegar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu fiz, inclusive, a justificativa, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Fui gravar um programa do meu Partido e me colocaram na primeira hora. Eu até achava que chegaria um pouco mais cedo, mas chegou o Requião dizendo que precisava viajar e eu cedi o primeiro horário para o Senador Roberto Requião.

A primeira coisa. Nós escolhemos dois temas de políticas públicas, um é extensão rural e o outro é defesa. Então, no final de um ano o Senador Dário Berger vai fazer um relatório e esse é o motivo de ouvi-los, para fazer um relatório do que está dando certo na defesa e do que falta, o que nós podemos propor.

Não é uma audiência qualquer, é uma audiência para instruir um relatório. Cada comissão permanente tem direito de escolher duas políticas públicas da Comissão e nós escolhemos extensão rural e Vigilância Sanitária.

Penso que isso demonstra o interesse que esta Comissão tem em relação à questão de Vigilância Sanitária. Todos os anos, Francisco... Não me lembro de ter apresentado... Conheço os fiscais da velha-guarda, com os quais travamos várias lutas, eu ainda era Deputado Federal. Todos os anos vem uma miséria no Orçamento para Vigilância Sanitária, tem-se que brigar para aumentar...

Às vezes, tenho que ficar no dia da votação no plenário chamando a atenção: "Não é possível que vocês vão deixar 60 milhões para a defesa de Vigilância Sanitária, que tem que fazer convênio com 27 governos estaduais". Aqui ouço o Mario Augusto Ribas dizer que os Municípios, além de cederem os funcionários para os Estados, não recebem quando as indústrias pagam pelo trabalho.

Agora, um negócio como esse deveria ser prioridade em qualquer orçamento. Por quê? Porque é exatamente evitando... O meu Estado do Mato Grosso do Sul sofreu duas vezes com febre aftosa, um prejuízo enorme, imenso num Estado em que somos produtores primários e a carne, a pecuária de corte, é muito forte, sempre foi. Mato Grosso tem o maior rebanho, mas temos a melhor qualidade, tanto é que 54% da carne ex-

portada no Brasil vem do Mato Grosso do Sul. Os frigoríficos paulistas, os exportadores acabam trazendo essa carne do Mato Grosso do Sul.

Vejo com preocupação. Uma outra coisa que quero deixar clara, se alguém aqui é amigo dos fiscais agropecuários, sou eu. Acho que vocês cometeram um equívoco no passado. Sempre digo: "Vocês deixaram os administrativos e os técnicos de lado na greve em que vocês não tinham, eram fiscais de fato, mas não eram de direito fiscais, não eram como os outros fiscais, ganhavam muito menos." Foi numa briga dessa que elevamos o fiscal agropecuário à condição. Eu dizia que a greve, a paralisação, era dos fiscais, porque o fiscal tem o poder de paralisar um País se quiser, porque ele está ali na hora da exportação. Já os técnicos administrativos... Eles são parceiros, acho que vocês tinham que ser unidos, técnicos administrativos e o fiscal. Claro que o fiscal tem uma forma maior em função do poder de um produto ser exportado ou não. Três dias de paralisação lá em Itajaí ou em Santa Catarina são um prejuízo enorme.

Eu não quero falar disso, só quero dizer que o que eu defendo e o que vi a Ministra Kátia Abreu defender é um contingente... Claro que não temos, precisamos do concurso. Ela falou em mais 600 fiscais agropecuários, se não me falha a memória – está certo isso, Rangel? –, para formar um contingente capaz de fazer a auditoria, fazer realmente... Outras pessoas poderiam ser credenciadas, mas quem vai ter o poder de falar o que está certo ou o que está errado é o fiscal agropecuário. O que eu não entendo é essa história de que a agroindústria que pode funcionar não funciona porque não há alguém credenciado lá. Isso está errado e não vamos ter nunca a quantidade de fiscais nas indústrias, num país que exporta, principalmente a agroindústria, muito forte.

Não quero ser mal interpretado, eu quero, sim, os fiscais agropecuários muito fortes, numa quantidade suficiente para todo mês fazer uma auditoria em qualquer parte deste País. Mas não no dia a dia deixar plantado um funcionário do Ministério da Agricultura. Acho que não é por aí.

Percebo nitidamente que o Presidente Ziulkoski fala exatamente disso na carta que dirige à Ana Amélia, que podem ser credenciados médicos veterinários, claro, de uma instituição idônea, para evitar... Nós precisamos desses veterinários, desses agrônomos concursados em outros locais em que eles vão, inclusive, ter muito mais valor, onde é necessário, dentro do Ministério da Agricultura.

É disso que nós estamos falando. Ninguém está querendo acabar com a carreira ou extingui-la. Ao contrário. É preciso fortalecer. E está alguém aqui com quem os fiscais sempre contaram e sempre vão poder contar, porque eu conheço razoavelmente esse sistema.

No mais, quero dizer a todos vocês o seguinte: eu gostei muito da explanação. Agora, nós precisamos olhar também a realidade do que está acontecendo do País, porque senão também a gente perde o foco e fica vendo miragem.

Então, eu acho que só o fato de o País estar atravessando uma crise reforça ainda mais a minha tese. Se há um sistema que tem que ter prioridade no Orçamento, esse sistema chama-se Ministério de Agricultura e principalmente Vigilância Sanitária. Eu acho que não é possível economizar aí. Aí não. Porque é o que vai trazer recurso de fora do País.

Eu confio, sou suspeito, sou amigo, mas confio muito na eficiência, na determinação e na garra da nossa Ministra Kátia Abreu. Eu me tranquilizo sabendo que ela está ali no comando e vai brigar.

E aqui nós, no Senado e na Câmara, como Parlamentares, mais uma vez vamos travar uma batalha para alocar recurso orçamentário.

Em relação a concurso, eu sou favorável abertamente a concurso público. Sei que as dificuldades são grandes, mas a quantidade de fiscais, neste momento, no País, ainda que sejam somente para fazer auditoria, é muito aquém do que nós precisamos.

Não sei se eu fui claro. Mas essa é a minha fala.

Longe de achar que nós vamos entregar tudo isso para o setor privado. Eu acho que não é assim. O setor privado tem que ter responsabilidade no que produz, mas ele precisa ser fiscalizado e precisa ser auditado, até para que a gente não sofra as consequências, porque depois que acontece alguma coisa de errado o País inteirinho sofre. Isso nós não podemos deixar acontecer.

Encerrando, quero dizer ao Senador Dário Berger, pedir mais uma vez desculpas pelo atraso incomum da minha parte, mas hoje, realmente, eu tinha um compromisso que não me permitiu chegar no horário e perdi a fala do Rangel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Moka, quero cumprimentar mais uma vez V. Exª, que sempre eleva a discussão não só aqui na Comissão de Agricultura, mas nas outras comissões e também no plenário do Senado Federal. Como um dos nossos mais ilustres representantes, agradeço a participação de V. Exª nesta audiência.

Consulto os nossos palestrantes se desejam rapidamente fazer mais um complemento. Eu tinha consultado o Dr. Rangel. Ele disse que gostaria de fazer rapidamente um complemento. Consulto também os demais companheiros se, em um minuto, é possível. Em um minuto é bastante difícil, não é, Senador Moka?

Então, por ordem de apresentação, eu concedo a palavra ao Dr. Rangel para que ele possa fazer a complementação desejada.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado, Senador.

Só queria fazer um esclarecimento. Senador Moka, o senhor não assistiu à minha apresentação, mas fiz menção ao senhor várias vezes, porque, na última audiência pública, vários pontos que o senhor levantou a gente tentou elucidar e trazer para o público. E é esse exatamente o ponto do debate.

Eu percebo que todo debate que nós fizemos hoje focou exatamente numa revisão do modelo de defesa agropecuária que o Brasil precisa fazer. E a discussão não é se é certo o modelo da década de 50 que vai ser votado hoje ou se não é, se está ultrapassado. A discussão é que esta Casa, o Legislativo, tem que debater a fundo, como os senhores estão fazendo aqui, para saber de qual modelo a gente tem que, daqui para a frente, partir, sempre com este conceito: a garantia da qualidade de quem produz e o Estado com as suas responsabilidades para poder garantir e assegurar que esse produto tenha a qualidade necessária para a sociedade, tanto para consumo, como bem disseram aqui, quanto para as exportações. Eu não tenho dúvida disso.

O que a gente está trabalhando no Ministério da Agricultura é uma discussão eminentemente técnica. E eu acho que colegas colocaram aqui alguns números muito interessantes.

A questão da regionalização foi colocada. A questão do Pacto Federativo e da relação que existe entre os entes federados – União, Estados e Municípios – é um problema que precisa ser resolvido. Enfim, todo esse processo foi amplamente colocado aqui como um processo obsoleto. Então, o que a gente está tentando ver, e a gente está olhando...

Muito se discutiu a questão da inspeção, especificamente dos abatedouros, mas eu queria deixar claro que esse ambiente perpassa todos os setores, desde a certificação da exportação de manga; a exportação de banana, que não tem processo de certificação, não se consegue exportar do norte porque o laboratório fica no sul; entra na questão da regionalização, que é preciso racionalizar o processo e a logística num país deste tamanho. Então, tudo isso está muito bem colocado pelos expositores.

Eu acho que é um desafio, Senador Dário, fazer esse rótulo desse processo, mas eu acredito que vai ser um sucesso, porque o material que hoje está sendo colocado aqui, assim como na última audiência pública, vai permitir, de fato, que a gente aponte qual é o direcionamento que vai ser dado e principalmente identificar qual é a ferramenta para resolver isso: se é uma lei, com o que o Senado pode contribuir; se é um decreto, como a gente vem fazendo no âmbito do Executivo; ou se regras infralegais, instruções normativas, o que a gente pode fazer num espaço mais curto.

Então, eu queria deixar, obviamente, o abraço da Ministra Kátia Abreu, do Secretário titular Décio Coutinho e dizer que o Ministério da Agricultura está totalmente aberto a isso, os senhores sabem disso, e que a gente está produzindo, o mais rápido possível, documentos técnicos para subsidiar esse relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito bem.

Agradeço ao Dr. Rangel e concedo a palavra, então, o Sr. Inácio Afonso Kroetz.

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Obrigado, Senador.

Eu não poderia deixar de contribuir para a tese do nosso eminente Senador Moka. Até escrevi dados, para vencer em um minuto.

No Paraná, nós temos 428 indústrias sob inspeção estadual; 362 estão em atividade – vejam, há um *gap* aí por várias razões –; 74 são abatedouros onde se exigem inspeção de médico veterinário permanente. Porque o Estado não faz esse trabalho de inspeção permanente na indústria, desses, 51 são oriundos das 9 empresas credenciadas para fornecer essa mão de obra de médico veterinário permanente; 49 são inspetores municipais, são servidores municipais, porque eles são públicos, nem sempre conseguem fazer esse trabalho simultâneo de serem veterinários de prefeitura e inspetores, mas são os que são aceitos pelo Sisbi. Nós temos 23 apenas, desses 74, entre esses 362, repito, nós temos 23 apenas reconhecidos pelo Sisbi, que não aceita que essas empresas credenciadas possam fazer o serviço através de médicos veterinários habilitados e capacitados, rigorosamente selecionados. Então, é uma alegação legal. Bom, se ela é justa, então, vamos trabalhar na lei, porque esta Casa aqui é legislativa. Esse é o nosso apelo como Fonesa.

E eu gostaria de fazer um pequeno registro. Foi mostrada uma lâmina aqui que dizia de um pronunciamento da ConJur que era contrário à proposta do Fonesa. O Fonesa não fez proposta, mas analisou um substitutivo da Instrução Normativa nº 36, a pedido do Secretário Décio Coutinho, e fez a sua contribuição. Agora, quem me aparece como interessado? Fonesa e outros. O Fonesa jamais demandou alguma coisa para a Con-

Jur, porque não é nem seu direito mandar alguma coisa para a ConJur. E, ainda, no despacho final está escrito: "Devolva-se à SDA". Bom, se o Fonesa foi o interessado e enviou, devolva-se ao Fonesa.

Então, tem alguma coisa errada nesse documento que foi mostrado. E eu tenho a obrigação, em nome dos 27 entes federativos, de registrar o meu desacordo com essa publicação de um documento que se alega ser do Fonesa, está como interessado, e outros – também nunca vi isto: "Interessado: Fonesa e outros" – e que uma matéria dessa natureza seja despachada numa única folha pela ConJur e ainda manda devolver para a SDA.

Então, fica o meu registro aqui de que isso realmente não procede.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Registro feito.

Agradeço a participação, mais uma vez, do Sr. Inácio Afonso Kroetz no nosso encontro de hoje.

Concedo a palavra, então, agora, ao Dr. Francisco Saraiva.

O SR. FRANCISCO SARAIVA – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui nesta discussão. E quero deixar claro que a nossa posição, da União Nacional dos Fiscais Agropecuários, é a de sempre respeitar o que está na legislação.

Esta Casa tem uma responsabilidade muito grande, assim como falei antes, de, no momento de legislar, fazer leis que serão cumpridas. Toda fiscalização do País, seja em nível federal, estadual ou municipal, nós iremos cumprir à risca tudo o que for determinado em nível de legislação. Nós temos uma legislação em curso hoje no País que tem um objetivo claro de zelar e de preservar a saúde pública e dos consumidores deste País.

Quero deixar claro, quando se fala na questão de inspeção de estabelecimentos, o que é fiscalização permanente e fiscalização periódica. Nós não podemos generalizar essa discussão, relacionando todos os estabelecimentos com SIE, com SIM ou com SIF como estabelecimentos de fiscalização permanente. Existe uma diferença. Os fiscais agropecuários, seja em nível federal, estadual e nos Municípios em que isso acontece, não ficam permanentemente em todos os estabelecimentos. É importante que isso fique claro para toda a população, principalmente para esta Comissão.

Eu lanço a seguinte pergunta: será que terceirizar as atividades na inspeção, onde se exige a fiscalização permanente por profissionais concursados, terceirizar esse serviço vai resolver, diante de tudo o que nós vimos aqui nesta manhã, em termos de recurso e do que é preciso?

Se você disponibilizar esse direito que é inconstitucional no atual regramento jurídico do nosso País, você vai estar simplesmente querendo tapar o sol com a peneira, abrindo margem para um cenário totalmente nebuloso e em que nós podemos ter problemas sérios neste País.

Então, quero agradecer mais uma vez, Senador Dário Berger, o convite e deixar a Unafa aqui à disposição desta Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço também a participação do Dr. Francisco Saraiva.

Passo a palavra, em seguida, à simpatia do encontro de hoje, Srª Tânia Lyra, consultora em defesa Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Antes de conceder a palavra a V. Sª, registro a presença da médica veterinária Karen Rocha, fiscal estadual Agropecuária Florestal da Indea de Mato Grosso, a quem agradeço muito a presença.

Concedo a palavra à senhora.

A SRª TÂNIA LYRA – Agradeço muito a simpatia. V. Exªs é que são muito simpáticos e muito competentes em tocar no assunto.

A Defesa Agropecuária, só um ponto, não muda. Ela é a mesma. A legislação é antiga? É. Vem de 1934, 1950. Os pontos básicos são os mesmos. Nossa legislação de 1934 foi cópia da francesa, em vigor até hoje. Foram feitos pequenos ajustes, um ou outro, mas a base é aquela. Então, os gargalos é que precisam ser modificados, agilizando esse processo. Mas cresceu muito. A produção cresceu, e cresceu muito, os produtores, as indústrias, então, nós temos que nos adaptar.

O Brasil hoje é um continente, já era naquela época o era, mas não um continente de produtividade, como é agora. Nós não podemos nos manter federalizados. E aí vem a história dos entes federativos.

As ações delegadas a Constituição deixa bem claro, e a saúde adotou de imediato, a educação também, a agricultura demorou. E aí, na defesa animal, no Departamento de Defesa Animal, foram delegados os programas sanitários, e muito bem, por convênios, por reuniões. Inclusive, pela formação de comissões que existem em alguns Municípios, comissões de saúde animal. O Paraná eu creio que é pioneiro e Santa Catarina.

É preciso então que a inspeção também repense o papel de delegação de competência aos Estados com maior participação no programa do Sisbi e estabeleça os critérios de princípio de equivalência. Se eles existem para o mundo, por que não existir para um País continental como o Brasil?

Aceitar a inspeção da iniciativa privada eu acho que não seria uma privatização. Eu sou contra também a privatização, não por ser fiscal – eu sou fiscal, fui aposentada como fiscal agropecuária –, mas porque eu sei que quem manda é o dono.

Dando uma aula de defesa agropecuária num curso de pós-graduação, falei aos alunos para fazerem um trabalho sobre como é o sistema de inspeção municipal. E uma aluna chegou e falou: "Posso fazer sozinha, professora?" O trabalho era em grupo, mas eu falei: "Pode, se você quer." E me apresentou uma experiência de vida, mostrando que ela era veterinária do serviço de inspeção municipal, contratada por um prefeito. E quando ela condenou uma carcaça por tuberculose – ela mostrou as fotos, mostrou tudo, mostrou que eram jogadas as vísceras nas ruas, nos valões –, quando ela mostrou ao prefeito o que era um risco para a saúde pública, o dono do frigorífico procurou o prefeito e ela foi demitida. Então, ela terminou a apresentação chorando. Se isso aconteceu com essa veterinária, deve acontecer com maior frequência com quem é dono e está ali. Então, ou o veterinário tem que ter altivez para convencer quem está errado ou realmente tem que haver uma auditoria. A indústria faz a inspeção. Tudo bem. Tem que fazer, ela tem que ser responsável pela qualidade, mas tem que haver uma legislação, para que, no caso de um problema, haja uma punição muito severa numa auditoria da fiscalização federal.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, também agradeço, mais uma vez, à Srª Tânia Lyra.

Para concluir nossos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Ariel Antônio Mendes.

O SR. ARIEL ANTÔNIO MENDES – Senador, eu gostaria apenas de remarcar dois pontos aqui que eu não mencionei. Primeiro a questão do fundo de indenização, falando de influenza aviária e doença de Newcastle, ainda no caso da avicultura.

Hoje, por legislação, alguns Estados devem ter um fundo privado de indenização, vários Estados têm. Alguns têm R$50 mil, outros R$100 mil e alguns R$12 milhões até R$20 milhões nesses fundos. O importante é que cada Estado tenha seu fundo privado de indenização, alguns Estados têm um fundo misto, privado e público, mas é importante que esse fundo exista.

Não precisamos nos iludir no sentido de que precisamos ter lá R$100 milhões para indenizar, porque, na realidade, na eventualidade da entrada do vírus no País, o custo vai ser muito maior. Os Estados Unidos, para conter os focos agora, gastaram US$1,2 bilhão. O importante é que exista o fundo e que esse fundo possa receber aporte rapidamente para as ações de defesa.

Então, um apelo que eu faço aqui também ao Dr. Inácio é para que estimule aqueles Estados que não têm fundo ainda para que tenham os seus fundos.

Um outro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção também na questão de prevenção à influenza aviária é que nós precisamos trabalhar isso regionalmente. Não adianta a gente pensar como Brasil. Vírus de influenza não respeita fronteiras, como a questão das aves migratórias, a questão das aves silvestres.

O Brasil tem uma larga tradição, experiência em trabalhar por meio do CVP na prevenção no Cone Sul da questão da aftosa. E nós precisamos trazer essa *expertise* do Brasil, Dr. Rangel, na influenza aviária para dentro das preocupações. Nós estamos trabalhando regionalmente por meio da ALA (Associação Latino-Americana de Avicultura) nos países da América do Sul, mas principalmente com os vizinhos aqui – Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia – para termos um plano de contingência comum aos países. É importante, já levei essa preocupação para dentro do CVP em alguns reuniões, o Dr. Guilherme sabe dessa nossa demanda, então, é importante que o Brasil lidere pela importância que o País tem, pela importância da avicultura no Brasil, esse trabalho conjunto de prevenção na região, porque, se o vírus entrar em algum dos países aqui, dificilmente a gente vai conseguir segurar isso localmente num país só. Então, é importante esse trabalho até para a gente se preparar em questão de paz.

Só para citar um exemplo, hoje a Venezuela resolveu, com o influenza no México, aliás, desculpe-me, a Guatemala resolveu vacinar na zona de fronteira como uma zona tampão. Isso gerou uma polêmica muito grande na América Central, nos países que entendiam que não se deveria utilizar vacina. Então, este tipo de coisa eu acho que a gente tem que discutir em época de paz: que atitude tomar na eventualidade da entrada do vírus em um dos países da região.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço.

Agora mesmo, então, por fim, passo ao representante da Confederação Nacional dos Municípios, afinal de contas, eu, como ex-prefeito e como um dos vice-presidentes da Confederação, tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento.

O SR. MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO – Caros colegas aqui desta reunião, para finalizar, quero apenas dizer que os Municípios querem contribuir com todo o processo de defesa sanitária e defesa agropecuária em todo o Brasil. Nós temos participado, podemos contribuir, ajudar mais ainda nesse processo, de forma descentralizada.

Sabemos que a União e os Estados não têm condições de estar lá na ponta, em cada Município, trabalhando. Mas é preciso criar os instrumentos necessários para que o Município possa então atuar fortemente na defesa sanitária. Isso vai ser um avanço muito grande para todo o Brasil, muito grande.

Nós fomos à Expointer na semana passada, retrasada, e comentávamos – havia vários ministros e ex-ministros falando lá – que o Brasil precisa exportar mais valor agregado, precisa exportar proteína animal, deixar de exportar soja, milho, trigo, enfim, outros produtos, e exportar com valor agregado. Essa é uma grande oportunidade que nós temos. O mundo precisa de mais alimentos, precisamos abastecer o mundo de alimentos, precisamos aumentar em 40% a produção de alimentos no mundo até 2050. E o Brasil tem que aumentar a sua produção em 20% no mínimo. Então, nós temos que avançar no sentido da defesa sanitária agropecuária. E os Municípios podem contribuir desde que tenham condições.

Então, fica o nosso agradecimento, em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional de Municípios.

Queremos, após resolvidos esses gargalos que foram discutidos aqui, sair novamente Brasil afora, estimulando os Municípios a implantarem o sistema de inspeção municipal com muita força, para podermos cumprir a nossa missão como ente municipalista nesse processo da defesa sanitária agropecuária nacional.

Muito obrigado.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito obrigado aos nossos palestrantes.

Senador Moka, buscando meu espírito democrático que, como sempre, me norteou, eu quero, por solicitação das pessoas ilustres que nos prestigiam nesta audiência pública, cujos nomes quero registrar, passar a palavra também à Srª Moisa, que representa a Associação dos Fiscais Agropecuários de Minas Gerais. Também quero registrar aqui a presença da Srª Tânia, do Sindicato dos Fiscais da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão; da Srª Fernanda e do Tonico, do sindicato do sistema agroflorestal do Mato Grosso; do Sr. Rui Lopes, do sindicato dos fiscais de São Paulo; do Sr. Arley e Cláudia, da Associação dos Fiscais Agropecuários do Distrito Federal. Muito obrigado pela presença.

Concedo um minuto para a Srª Moisa, que representa a Associação dos Fiscais Agropecuários de Minas Gerais.

A SRª MOISA MEDEIROS LASMAR – Bom dia a todos!

Eu queria só deixar claro que não importa o que todo mundo pensa. O que importa é o parecer da Advocacia-Geral da União, que diz que inspeção e fiscalização são a mesma coisa e que a terceirização é inconstitucional.

Além disso, a gente não pode descobrir numa auditoria um problema e multar depois que a pessoa pegou tuberculose, depois que a pessoa pegou brucelose, depois que ela está com neurocisticercose.

Eu vou falar menos de um minuto, vou deixar 30 segundos para a colega Karen, que precisa falar. Eu só queria pedir ao Senador Dário Berger para ajudar o Estado de Santa Catarina a criar o cargo de fiscal agropecuário estadual, porque lá não existe o cargo até hoje, e para resolver o problema da terceirização nos Estados de Santa Catarina e do Paraná para que todos os estabelecimentos possam aderir ao Sisbi.

Divido o meu minuto com a Karen.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito obrigado.

Passo a palavra à Drª Karen.

A SRª KAREN COSTA ROCHA – Bom dia a todos!

É apenas para dar conhecimento, talvez, a quem for a essa casa para fazer essa verificação desse relatório e para o Relator, Senador Dário, que nós no Mato Grosso, e aqui eu estou como representante também do Sinfa, Mato Grosso, que é o sindicato dos fiscais, temos 100% das nossas indústrias com médicos veterinários cooperados já da iniciativa privada. E a nossa experiência é muito ruim. A gente não tem uma experiência muito interessante para citar.

Nós estamos com essa modalidade de inspeção, ou seja, trocando em miúdos, terceirizada desde 2006. E a gente não tem nada de bom para falar sobre isso. Primeiro, porque a cooperativa de trabalho não nos fornece veterinários efetivamente treinados, e eles têm uma fragilidade absurda dentro da indústria, o que causa uma insegurança no posicionamento deles como contratados e também justamente, como a Drª Tânia falou, pela questão das condenações.

Eles são constantemente ameaçados e têm essa fragilidade, essa vulnerabilidade nesse cargo. E isso é uma informação para se levar em conta na hora em que se for decidir o que vai ser colocado como modalidade de inspeção. Obviamente é necessário modernizar, porque o mundo gira muito rápido e tudo é muito dinâmico, mas tem que se levar em consideração que a gente está pensando na qualidade do produto, mas não na qualidade por qualidade, se há fraude ou não, mas na qualidade sanitária, e na inocuidade desse alimento, que é o ponto final, o objetivo final é o consumidor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu agradeço a participação de todos, especialmente dos nossos convidados.

Antes de encerrar a nossa audiência pública, informo que se encontra sobre a mesa requerimento do Senador Flexa Ribeiro que passo a ler:

Comunico à Comissão a realização do 11º Seminário do Ciclo de Debates e Palestra da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao Requerimento nº 49, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, a realizar-se na cidade de Belém, Estado do Pará, por ocasião do 3º Festival Internacional de Cacau e Chocolate da Amazônia, amanhã, dia 18 de setembro de 2015, às 14 horas, com o tema "Análises de informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário".

Está prestada aqui a homenagem ao Senador Flexa Ribeiro, que amanhã, às 14 horas, estará, por ocasião do 3º Festival Internacional de Cacau da Amazônia, fazendo essa audiência.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço, mais uma vez, a presença de todos, especialmente dos nossos palestrantes, e dou por encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 7 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE SETEMBRO DE 2015.

Às oito horas do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze, no Auditório Petrônio Portela, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, José Medeiros, Blairo Maggi, Paulo Rocha, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 59, de 2015, de autoria do Senador Benedito de Lira, tem por finalidade debater a problemática acerca das compensações ambientais para os pescadores artesanais decorrentes de grandes empreendimentos de interesse da Administração Pública, com a participação do Sr. Nicodemos Fabricio Maia - Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região - MPT (representante de: Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho - MPT); Sra. Ana Cristina Fialho de Barros - Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA (representante de: Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente - MMA); Sr. Elizeu Augusto de Brito - Diretor Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil - FAEP-BR; Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz - Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA; Sr. Armando Burle - Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – CONEPE; Sr. Fábio Hissa Vieira Hazin - Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (representante de: Helder Barbalho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura - MPA). Os Senhores Senadores Benedito de Lira, Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Fátima Bezerra, José Medeiros e o Deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje, que é uma audiência pública, destina-se a cumprir o Requerimento nº 59, deste ano, do Senador Benedito de Lira, que está chegando, e tem o objetivo de debater os problemas relacionados às compensações ambientais para os pescadores artesanais decorrentes de grandes empreendimentos de interesse da Administração Pública.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa, com muita honra, o Sr. Fábio Hissa Vieira Hazin, Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); a Srª Ana Cristina Fialho de Barros, Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Dr. Nicodemos Fabricio Maia, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; o Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores; o Sr. Armando Burle, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe); o Sr. Elizeu Augusto de Brito, Diretor Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil.

Eu queria informar aos Srs. Senadores e aos participantes que, ontem, à noite, as entidades ligadas ao setor, especialmente a Conepe e a CNPA, que é a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, promoveu, no Hotel San Marco, aqui, em Brasília, um evento em que alguns parlamentares, o Ministro da Pesca, Helder Barbalho, e o Ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, estiveram presentes e foram homenageados. E a questão que vamos debater agora foi abordada lá com muita veemência. Imagino que esta audiência pública, requerida pelo nosso ativo Senador Benedito de Lira, terá como consequência, sem dúvida, aquilo que a categoria espera há bastante tempo, que é uma solução para este problema, que não pode ser mantido da forma como está, porque é uma distorção grave na aplicação de um recurso que deveria ser direcionado

ao setor, especialmente à pesca artesanal. Essa reunião de ontem foi uma demonstração clara e prévia daquilo que vamos começar a debater.

Eu queria também informar por que fazemos esta reunião aqui, Senador Moka. Foi uma proposta do Senador Benedito de Lira.

Há participantes que ainda estão na fila – percebi isto na chegada –, por questão de segurança e de identificação. Como acontece no Brasil, as coisas não são muito rápidas. Então, o processo de chegada e identificação dos participantes está sendo um pouco lento. Nem todos estão aqui, muitos ainda estão chegando para participar deste debate, mas, como é norma desta Presidência começar as audiências púbicas pontualmente às 8h, também para contar com a transmissão da TV Senado, estamos iniciando.

O tema foi muito bem explicitado ontem, especialmente pelo nosso Presidente Abrãao Lincoln e também pelo Presidente da Conepe, Armando Burle, que mostraram claramente os problemas que o sistema vem enfrentando em razão dessa situação de distorção na aplicação dos recursos das chamadas compensações ambientais. Certamente, ao longo da audiência, isso será exposto pelos especialistas, especialmente pelo líder dos pescadores, o Sr. Abrãao Lincoln.

Esta audiência pública, como eu disse, decorre do requerimento do Senador Benedito de Lira, mas não abrange apenas a Região Nordeste. Todos os Estados brasileiros da Região Norte, da Região Sudeste, da Região Centro-Oeste e da Região Sul também são afetados pela mesma distorção na aplicação desses recursos.

Então, eu queria, de antemão, agradecer a todos pela presença, especialmente aos Srs. Senadores, porque vai ser necessário. Abraão Lincoln e nosso líder Armando Burle, sem dúvida, uma articulação política da Comissão de Agricultura junto às autoridades responsáveis pelo sistema para que possam, de maneira definitiva, resolver esse problema que vem se arrastando há algum tempo desde que a legislação assim permitiu.

Nós, nesta audiência pública, daremos dez minutos para cada um dos expositores abordar o tema aqui para os senhores. Para conseguirmos um adiantamento do debate, que está sendo transmitido ao vivo pela TV Senado e também pela Rádio Senado, eu gostaria de começar a audiência, aguardando a chegada dos nossos Senadores e também da plateia, ouvindo o Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, Dr. Nicodemos Fabricio Maia.

Então, o Dr. Nicodemos pode falar por dez minutos, e aí nós já vamos encaminhando, deixando para o final os Srs. Abraão Lincoln e Armando Burle, aí já com a parte mais política, eu diria, deste debate.

Então, com muito prazer, o Dr. Nicodemos tem a palavra por dez minutos.

O SR. NICODEMOS FABRICIO MAIA – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

É uma satisfação enorme poder participar desta audiência pública, onde será exposto um tema da maior envergadura, da maior importância para todo o setor pesqueiro nacional.

Em nome do Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Fleury, gostaríamos de agradecer a participação do Ministério Público do Trabalho no sentido também de poder contribuir e enriquecer o debate em torno deste tema tão problemático chamado compensações ambientais.

Eu gostaria também, na pessoa da Senadora, de cumprimentar a Mesa, que está composta, de cumprimentar os presidentes de federações, os presidentes de colônias, as autoridades aqui presentes, os Deputados e Senadores, as senhoras e os senhores que estão assistindo à TV Senado.

Nós do Ministério Público do Trabalho, a partir da edição da Lei nº 11.699, a lei que confere *status* sindical às colônias de pescadores do Brasil, resolvemos, no Estado do Ceará, onde oficio, convocar, então, as colônias de pescadores para que pudessem adequar os seus estatutos conforme as entidades sindicais e, a partir daí, então, essas colônias adquirirem efetivamente o *status* de organização sindical juntamente com a federação e as confederações.

Aqui, em Brasília, o nosso Procurador-Geral, então, resolveu também endossar esse procedimento e convocou a Confederação Nacional da Pesca e Aquicultura, juntamente com as federações, para, então, a partir daí, os trabalhadores do setor pesqueiro nacional passarem a ter uma identidade sindical e, portanto, uma representação jurídica, por exemplo, para compor essas audiências públicas, compor comissões e atuar em juízo ou fora dele.

Na sequência, tivemos a Lei nº 11.959, que é a lei que cria a Política Nacional do Setor Pesqueiro Nacional. Encontramos nessa lei um grande desafio para o Ministério Público do Trabalho no sentido de efetivar e concretizar todo o programa político contemplado nesse respectivo documento legal.

No âmbito, também, do Ministério Público do Trabalho, resolvemos, então, dada a importância do setor pesqueiro nacional, criar uma gerência da pesca, que intitulamos Gerência da Pesca Legal, exatamente para poder também contribuir e aprimorar o setor pesqueiro nacional a partir dessa base social de tamanha importância e de tamanha envergadura que é a dos trabalhadores artesanais, dos pescadores artesanais, das federações e da confederação dos pescadores.

A partir, então, de todos esses dados, resolvemos trabalhar no sentido de criar um procedimento de âmbito nacional para implementar todas essas políticas públicas, inclusive aquelas constantes também do Programa Nacional dos Direitos Humanos voltado para pescadores artesanais, onde encontramos, também, diversas políticas públicas que estavam hibernando e latentes, como, por exemplo, a profissionalização e o treinamento desses pescadores artesanais.

Então, o Ministério Público do Trabalho tem feito o seu deve de ofício, tem cumprido as disposições legais, tem convocado todos esses atores sociais para participarem desse grande empreendimento e desse grande desafio que encontramos pela frente.

Esse tema relacionado às compensações ambientais é um tema extremamente novo, que me foi levado pelo Armando e pelo Abraão, lá em Fortaleza, relatando toda a problemática das compensações ambientais no Brasil e os prejuízos causados ao setor pesqueiro nacional. Eles me entregaram, por exemplo, um relatório de impacto ambiental de que constam diversos prejuízos, diversas lesões causadas a pescadores, especialmente na área sísmica, a bacia sedimentar do Estado do Ceará.

Bom, pelo que li, pelo que pesquisei, essas compensações ambientais têm assento constitucional. No art. 225, § 3º, está inscrito, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, o princípio do poluidor pagador. O § 3º contempla, no meu ver, no meu entender, na minha interpretação, não só a reparação econômica, a reparação ambiental pelos prejuízos causados ao meio ambiente, mas, como eu entendo, também as reparações sociais e econômicas causadas a trabalhadores que sobrevivem, por exemplo, da pesca artesanal.

A par disso tudo, foi editada uma lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Essas unidades de conservação, então, seriam, digamos assim, uma ferramenta adequada e necessária para que essas reparações ambientais fossem implementadas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Dito isto, a partir da edição dessa lei, foram, então, criados os órgãos necessários para que houvesse essa concretização, como a Câmara Federal de Compensação Ambiental, o Comitê, que está encartado, está incrustado dentro do Ibama, o Comitê de Compensação Ambiental, tudo no sentido, então, de implementar, concretizar e dar força normativa ao princípio constitucional do poluidor pagador.

O que nós vemos e o que percebemos a partir da leitura desses relatórios de impactos ambientais? Há lesões ao meio ambiente, o que é indiscutível, mas, à luz da Lei nº 11.959, que é a lei que trata da Política Nacional da Pesca, o legislador resolveu também garantir aos pescadores artesanais a permanência, a continuidade e a proteção econômica e social para o exercício das suas atividades. Mas, a partir do momento em que eu constato, no relatório, como, por exemplo, nesse relatório da bacia sedimentar do Estado do Ceará, de junho de 2015, que houve, no estudo de impacto ambiental, lesão a cerca de 22.443 pescadores artesanais em razão da sísmica realizada por aquele navio-sonda, aquele navio enorme, que lança ondas sonoras.... Essa ondas sonoras, pelo relatório, são prejudiciais às espécies marinhas, elas matam os ovos das lagostas, impedem a procriação... Enfim, aqui está todo o prejuízo, toda a lesão que é causada não só ao meio ambiente, mas também aos pescadores artesanais que sobrevivem, que subsistem graças a esse escasso pescado que nós temos no Território brasileiro.

Aqui, na faixa litorânea do Brasil, são cerca de 8,5 mil quilômetros de mar territorial. Portanto, o Brasil é um país rico em possibilidades, em potencial de pescado, mas, muitas vezes, trabalhadores de um setor tão importante para a economia brasileira, para a economia nacional, trabalhadores tão devotados, lutadores, desbravadores, guerreiros, viveram, muitas vezes, em condições sub-humanas. As embarcações de pesca no litoral nordestino têm mais de 70 anos de uso, de idade. São embarcações envelhecidas. Há necessidade de se renovar essa frota pesqueira. Cerca de 80% dos pescadores artesanais são analfabetos. Esses pescadores necessitam de alfabetização, necessitam de proteção do Estado, necessitam de treinamento e profissionalização.

Enfim, não há como, por exemplo, a Câmara Federal de Compensação Ambiental compor o seu quadro, compor as entidades que ali estão e não haver um único representante do setor pesqueiro nacional. Nada obstante exista, alguém pode dizer, a Confederação Nacional da Indústria, que, certamente, é um órgão também importante, participa da Câmara Federal de Compensação Ambiental a partir de um outro foco, certamente a partir do foco da indústria, do explorador, do poluidor e não do foco, por exemplo, da Confederação Nacional da Pesca, que representa trabalhadores ou do Conepe, que representa as empresas também que, muitas vezes, sobrevivem e lucram com a extração desse pescado.

Portanto, eu reputo da maior importância este debate. Nós herdamos dos gregos o sentimento e a filosofia de que, na democracia, tudo deve ser discutido, tudo deve ser debatido, tudo deve ser transparente. O próprio filósofo alemão Kant dizia que tudo que não é público não é transparente, não é ético. Então, há necessidade de se colocar num portal de transparência todos esses recursos oriundos de compensações ambientais disponíveis à sociedade em geral, disponíveis ao cidadão ,para que ele possa, então, fiscalizar o destino desses recursos, a aplicação desses recursos. Pelo que vemos a partir do Decreto nº 4.340, o destino desses recursos...

Também não há contemplação, aqui, pelo art. 33 desse decreto, não há compensação nenhuma para trabalhadores artesanais, para pescadores artesanais. Diz o art. 33 que a aplicação dos recursos da compensação ambiental devem ser aplicados, prioritariamente, na regularização fundiária e demarcação das terras dessas unidades de conservação, na elaboração, revisão ou implantação de planos de manejo, que é um instrumento de planejamento e gestão dessas unidades de conservação, na aquisição de bens e serviços necessários à implantação dessas unidades de conservação, no desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação e no desenvolvimento de pesquisa.

Portanto, aqui está um quadro de exclusão total de trabalhadores desse importante segmento econômico. Sem dúvida nenhuma, esse decreto deveria merecer uma reparação, uma alteração no sentido de colocar-se como destinatário desse fundo de compensação também os trabalhadores, quer para treiná-los, quer para educá-los na área ambiental, quer para profissionalizá-los, quer também para reparar os prejuízos causados em razão da baixa produtividade de uma pescaria, por exemplo.

Alguém pode indagar: mas, Procurador, como poderíamos mensurar e dimensionar esse prejuízo já que já estamos num campo de abstração? Nós sabemos que cada embarcação, de acordo com uma instrução normativa expedida pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, deve ter um rol de bordo. Esse rol de bordo está em vigor desde 2005. Esse rol de bordo contempla exatamente toda a produção que é pescada, o rol de equipagem contempla todos os pescadores que estão dentro daquela embarcação. Nós, aí, teríamos elementos objetivos não só para indicar os eventuais prejudicados, lesionados por essas atividades, mas também os prejuízos causados a esses pescadores profissionais a partir da baixa produtividade contemplada nesse rol de equipagem.

Então, a partir de tudo isso aí, há como essa compensação ambiental não ter só uma natureza ambiental, mas também ter uma natureza social.

Nós sabemos também que tudo isso foi questionado na ADI 3.378 do Supremo Tribunal Federal. A Confederação Nacional da Indústria questionou, e o Supremo Tribunal Federal concluiu seu acórdão dizendo que é constitucional a compensação ambiental. Portanto, todos esses pescadores e esses trabalhadores devem fazer jus também à reparação dos prejuízos causados.

Como o tempo é curto, vou ficar por aqui, expondo esses temas tão importantes para o debate, que será enriquecido também pelos demais palestrantes.

Agradeço muitíssimo a oportunidade dada ao Ministério Público.

Agradeço a atenção de todos e à Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Nicodemos Fabricio Maia. V. Sª deixou uma mensagem bastante clara para todos nós: a necessidade de uma transparência nesse processo. Esse é um direito da sociedade. Trata-se de recursos públicos, e recurso público precisa de transparência quanto à sua origem, sua aplicação e ao caminho que ele percorre.

Então, agradeço muito a exposição bastante clara e objetiva do Dr. Nicodemos Fabricio Maia, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região.

Eu queria agradecer a presença da Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Drª Ana Cristina Fialho de Barros, que representa a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Muito obrigada!

Agradeço também a presença do Presidente da Confederação Nacional de Pescadores, Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, do Dr. Armando Burle, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, do Elizeu Augusto de Brito, Diretor Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca, e também do nosso Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura, Dr. Fábio Hissa Vieira Hazin, que aqui representa o Ministro Helder Barbalho.

Eu queria, de pronto, passar a palavra ao Diretor Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros da Pesca do Brasil, Dr. Elizeu Augusto de Brito.

Com a palavra V. Sª, também por dez minutos.

O SR. ELIZEU AUGUSTO DE BRITO – Bom dia a todos!

Na pessoa da Senadora Ana Amélia, cumprimento todos da Mesa, assim como cumprimento nossos colegas presidentes de federações de pescadores, de colônias e de entidades do setor pesqueiro industrial.

A compensação ambiental é muito importante para a atividade do setor pesqueiro, Senadora, porque, na realidade, o homem que vive no mar, em determinados momentos... Uma das coisas que nós vimos debatendo constantemente é a qualificação desses profissionais, inclusive para estarem a bordo, não é isso, Comandante Leme? Isso é uma dificuldade, porque existe uma grande diferença entre qualquer outro trabalhador e um trabalhador do setor pesqueiro. Por exemplo, se eu quiser, hoje, transformar um ajudante de construção em pedreiro, eu reservo, diariamente, um início de manhã ou um final de tarde para que essas pessoas sejam

capacitadas e qualificadas e venham a crescer na sua atividade. Isso exige recursos, mas existem meios de se fazer isso com certa facilidade.

No setor pesqueiro, quando se faz uma intervenção, principalmente no sistema sísmica ou mesmo no sistema das plataformas, tira-se, de certa forma, o meio de produção da pessoa, porque ela tem que ficar parada. Quando se trata de uma plataforma, existe um raio de segurança que varia, dependendo do potencial, e, às vezes, quando uma está próxima da outra, fica muito difícil, e nós não temos como pegar principalmente esse pescador artesanal... Não sofre só o pescador artesanal, pois também o pescador industrial passa pelo processo de sofrimento. E eles não têm o direito de ser qualificados.

Qual é o grande problema? A grande pedida é que quem é responsável por esse segmento dentro do Ministério do Meio Ambiente faça um direcionamento para que esses recursos cheguem e que o setor esteja preparado para apresentar esses projetos da melhor qualidade possível.

Eu não tenho como pegar um pescador e, todo dia, à tarde ou pela manhã, dar uma aula profissional a ele. Eu, obrigatoriamente, tenho que pegar esse homem, tirá-lo da sua atividade, tirá-lo do seu sustento, que garante a família dele, para que ele venha a ser treinado. E hoje nós temos uma dificuldade – sempre tivemos, mas hoje temos muito mais –, pois há uma quantidade infinita de pescadores que começaram como pescadores de convés de um barco e que têm competência, pelo aprendizado do dia a dia, até para serem comandantes dessa navegação, Senadora, mas não têm como receber habilitação para tal porque não tiveram treinamento para isso, e a única forma de se ter isso é com uma compensação para que essas pessoas, em primeira mão, sejam qualificadas para ascenderem. Ninguém quer chegar a repartição alguma ou na vida militar em um posto e terminar a vida dele naquele posto. Todo mundo tem o desejo de crescer, e esse desejo está claro nos olhos e na cabeça do pescador, mas ele não tem condições de sair da atividade dele para estar assistindo a aulas. Existem muitas formas para tentar fazer milagre, mas isso não funciona: tem que tirar o homem da sua atividade dele e garantir o seu sustento.

Se a senhora puxar um pouco para a atividade da parte de cultivo, a senhora vai ver que nós temos projetos, inclusive em alguns Estados, que não estão dentro da compensação, mas que, de certa forma, está recebendo financiamento, que agora, diante dessa crise, foi suspenso, que é de recomposição dos estoques.

Nós temos, no Nordeste, um camarão muito tradicional, que é o *macrobrachium carcinus*, conhecido como pitu, e um que se chama vulgarmente de pitu não verdadeiro, o casca dura, que se chama *macrobrachium acanthuru. E*xistem trabalhos que estão parados, porque faltam recursos para que a gente possa começar a recompor essa biodiversidade naquele ambiente. E, diga-se de passagem, não foram os pescadores das águas continentais que dizimaram esses animais. Esses animais sofrem o processo da construção dos barramentos dos rios, que impedem a sua volta para o setor original. Esses são animais, principalmente esses dois tipos de camarão, que desovam na água salobra e retornam para a água doce. Então, quando ele encontra uma barragem, ele não tem como fazer essa transposição. A única maneira é sua produção em laboratório e sua colocação num ambiente para que, dentro daquele sistema, ele venha a começar a ter uma reprodução, que vai ser muito pequena, mas que precisa disso aí.

Muita gente diz que foi o pescador que dizimou. Não é verdade! A verdade é que os barramentos dificultaram o retorno desses animais para o seu leito natural. E isso nós temos... Se a senhora procurar no Brasil inteiro, Senadora, a senhora verá que foram feitas várias e várias barragens e que não existe uma maneira correta de se fazer com que esses peixes voltem, principalmente aqueles peixes que são de piracema. Existe uma tratativa que diz que, se botou tal espécie hoje, só tem ela, mas ninguém busca as compensações para que isso seja feito.

Só para concluir, eu gostaria de dizer que, recentemente, tive conhecimento de um projeto do Amapá e assisti à apresentação desse projeto. Esse projeto distribuiu uma quantidade de refinaria, uma quantidade de dutos debaixo do rio. Aí o apresentador disse que não atrapalhava porque o pescador poderia pescar na parte mais profunda do rio. A verdade do hábitat do peixe e da pesca não é esse. Só que o pescador fica impedido de ancorar o barco dele nessa região. Por quê? Porque eu tenho um duto embaixo, e, quando eu soltar as amarras dessa navegação, quando essas amarras voltarem, elas poderão causar um dano ambiental altíssimo. Eu não posso soltar um equipamento que seja fixo, que corra ali dentro, eu não posso jogar um espinhel, eu não posso jogar uma rede, nada disso. Aquela área fica impedida.

Então, o que se pede é que seja visto, que seja colocado que o homem que vive das águas precisa dessa compensação para crescer e para também buscar outros meios, dentro do setor pesqueiro, dentro da atividade pesqueira, de sobrevivência e manutenção de suas famílias.

Fico à disposição da senhora e de todos que estão aqui à mesa e dos nossos pescadores, dos presidentes, do pessoal da indústria, para qualquer pergunta que seja necessária.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Elizeu Augusto de Brito, pelas informações dando a visão da experiência de quem vive o dia a dia dos pescadores e dos problemas que vivem.

Quero saudar o nosso Senador Benedito de Lira, responsável pelo requerimento desta audiência pública, a quem logo passarei a palavra. Mas, antes, eu gostaria de saudar, aproveitando a presença do Senador, todos os representantes do setor da pesca do nosso País. Eu queria saudar, evidentemente, os alagoanos.

Estão aí os alagoanos? (*Palmas.*)

Ótimo.

Rio Grande do Norte. (*Palmas.*)

Belém. (*Palmas.*)

Ceará. (*Palmas.*)

Santa Catarina. (*Palmas.*)

Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Mato Grosso do Sul, do Senador Moka. (*Palmas.*)

Olha aí!

Mato Grosso. (*Palmas.*)

Tocantins. (*Palmas.*)

São Paulo. (*Palmas.*)

Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Espírito Santo. (*Palmas.*)

Minas. (*Palmas.*)

Sergipe. (*Palmas.*)

Pernambuco. (*Palmas.*)

Maranhão. (*Palmas.*)

Piauí, Raimunda.

Temos que falar no Piauí. (*Palmas.*)

Amazonas. (*Palmas.*)

Acre. (*Palmas.*)

Rondônia. (*Palmas.*)

Bahia. (*Palmas.*)

Paraíba. (*Palmas.*)

Paraná. (*Palmas.*)

Amapá. (*Palmas.*)

Roraima. (*Palmas.*)

Então, sintam-se todos homenageados. Agradeço a todos pela presença.

Falei de Tocantins, do Senador Donizeti Nogueira, e falei de Santa Catarina, do Senador Dário Berger, que diz que seu Estado é o maior produtor do setor de pescado. Há controvérsias, porque outros Estados que dizem que eles é que o são. Mas essa é uma briga boa e positiva.

Eu queria, de imediato, então, passar a palavra ao Senador Benedito de Lira, para reafirmar as razões desta nossa audiência pública requerida por ele.

Com a palavra o Senador, que representa Alagoas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Minha querida Presidenta Ana Amélia, Srs. Senadores, meus caros debatedores, meus queridos amigos pescadores e representantes das colônias, das federações, pescadores do Brasil.

Presidenta Ana Amélia, este momento me faz lembrar, dois anos passados, quando, neste mesmo ambiente – naquela oportunidade, presidíamos a Comissão de Agricultura –, fui procurado pelo Presidente da Confederação, Abraão Lincoln, que pediu que fizéssemos uma audiência pública, considerando que, à época, o Ministro do Trabalho havia baixado uma portaria suspendendo a tramitação de todos os processos que diziam respeito à constituição de federações, à emissão de carteiras, a fornecimento de registros, o que criou um tumulto terrível junto aos pescadores do Brasil. A pessoa precisava trabalhar, queria trabalhar, tinha habilidade para isso, mas, infelizmente, o Ministério do Trabalho, que poderia ajudar a destravar qualquer tipo de burocratização, criou as dificuldades. E trouxemos para cá uma série de representantes, inclusive o Ministro do Trabalho, à época o Brizola Neto.

Naquela oportunidade, depois de ouvirmos os representantes das instituições que foram convidadas, inclusive a Procuradoria do Ministério do Trabalho, nós fizemos um apelo ao Ministro para que ele reexaminasse a portaria, a fim de que não criássemos dificuldades para aqueles que estavam em uma situação muito

precária. Apesar de ser um setor de extraordinária capacidade de produção e, ao mesmo tempo, gerador de renda, de riqueza, de emprego, como eles não têm uma qualificação maior... Mas eles possuem a maior das qualificações, porque temos muitos qualificados no mundo, particularmente no Brasil, com títulos de doutor *honoris causa* de grandes universidades, etc, mas que não têm coragem de andar dez metros dentro do mar, e esses arriscam a vida entrando mar adentro para ir buscar o sustento da família e alimentar o País e o mundo. Mas criavam-se aquelas dificuldades.

O Ministro manteve-se intransigente. Mas, como a pressão foi muito grande, as ações foram efetivas, a Bancada do Senado e os companheiros da Comissão fizeram com que houvesse uma decisão, e houve até a queda do Ministro.

Recentemente, ainda como Presidente, no ano passado, recebo o mesmo Presidente da Confederação e outros companheiros de outras federações reclamando de uma portaria do Ibama que proibia a pesca de não sei quantas mil espécies. Eu digo, danado, que o Ibama deve ter gente muito qualificada para mergulhar no mar para saber o que é que tem, o que é que não tem, qual é a pesca, qual é o peixe que está em estado de extinção, porque para isto já existe a norma legal do seguro-defeso. Suspende-se a pesca durante quatro meses, se a memória não me falha... É isto, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Suspende-se por quatro a seis meses, dependendo da espécie, segundo o Presidente.

Estivemos com o Gabinete Civil, porque... Minha gente, uma coisa que ninguém é contra é o meio ambiente. Muito pelo contrário. O meio ambiente precisa existir, senão a coisa vira a casa da mãe joana.

Agora, o sujeito chegar, Sr. Presidente, e baixar uma portaria para, pura e simplesmente, dizer que 400 mil espécies de peixe não podem ser pescadas? Então, é melhor dizer que a atividade deve ser extinta! Porque o Brasil não tem grandes instrumentos de pesca, infelizmente. Os recursos que são destinados a essa atividade no Ministério da Pesca não são suficientes para que a gente possa ter uma pesca mais qualificada. A pesca que existe no Brasil é a artesanal, e, assim mesmo, com pouquíssimas condições. Se o pescador não tiver a habilidade necessária, determinação e coisas que o valham, ele não pratica a pesca.

Então, nós estivemos, repito, no Gabinete Civil para tratar deste assunto. Então, eu queria dizer que, na oportunidade em que ele nos procurou para propor esta audiência pública, eu procurei a Presidente e os companheiros da Comissão e senti a maior receptividade por parte da Presidenta Ana Amélia e dos companheiros da Comissão de Agricultura.

E já vieram com uma outra demanda, que eu acho absolutamente injusta, para tratar exatamente da ausência do pescador no que diz respeito às compensações ambientais.

Neste País, uma ONG que a gente não sabe de onde veio, o que faz, o que fez, e que não fez nada lá onde ela está, vem para cá e aqui tem, talvez, muito mais prestígio do que todo este Senado. (*Palmas.*)

Então, eu perguntei: "Vocês não são convidados para ver como é essa história de compensação ambiental, para ver o que é isso?" Como disse ontem o Presidente da Confederação, o Ibama chega... Olha, eu quero deixar claro aqui, inclusive quero dizer isto ao representante do Ibama, que eu não tenho nada contra o Ibama. Muito pelo contrário, eu acho que ele deve existir e com muito mais vigor! Agora, espere aí, há determinados limites! Como é que pode, por exemplo, o Ibama chegar para um pescador que tem uma jangadinha, e, assim mesmo, um pouco destroçada, porque ele não tem dinheiro para comprar uma nova, bonita, e "meter a caneta" no cara, multá-lo em R$40 mil, R$50 mil, R$60 mil, R$100 mil, R$200 mil ou até em milhões? Como é que paga? Se o cara, muitas vezes, não tem nem o sustento para a família, como é que ele vai pagar uma multa de R$30 mil, de R$40 mil?

Eu acho – posso até ser leigo nisso – que o Ibama deve existir, mas muito mais para orientar. E na proporção em que multa os grandes devastadores do meio ambiente... Por que o pescador, o cara que é da pesca, por que deve o setor ficar fora dessas reuniões que tratam das compensações ambientais?

Vou dar um exemplo, Presidenta. Não vou me alongar muito para não tomar o tempo dos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dez minutos, Senador. (*Risos.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Vou dar um exemplo a V. Exªs, meus colegas, aos senhores e senhoras que estão aqui e aos representantes do Ibama.

Em minha cidade de Maceió – quem é de Maceió sabe –, à margem da praia mais bonita que há em Maceió, no centro histórico da cidade, construiu-se uma favela, a Favela do Pescador. Por quê? Porque se dizia que lá só morava pescador, porque ela estava bem próxima do mar.

Certo dia, eu me incomodei com aquilo. Pensei: "Vou ver como é uma pessoa viver em uma favela". Quando eu cheguei lá, dois elementos vieram e perguntaram: "Quem é o senhor? O senhor não pode entrar aqui, não!". Eu disse: "Não, mas eu quero ver como é". "Não, não pode, não". E eu não fui porque tive receio. Aí eu fui até o primeiro *box* da polícia que encontrei e chamei dois policiais: "Vamos comigo ali olhar um negócio?". Os policiais foram comigo. Aí eu entrei na favela e andei 20 metros. Minha gente, pelo amor de Deus, como é que a pessoa vive em um ambiente daquele?

Aí vim para Brasília e falei com o Ministro Márcio Fortes. Arranjamos os recursos. O Presidente Lula determinou, e nós construímos 470 apartamentos para os pescadores, realmente. (*Palmas.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Mas a favela tinha mais de mil pessoas. O fato é que juntou-se uma ONG, patrocinada por uma professora da Universidade Federal de Alagoas, que defendia com intransigência a permanência daquelas pessoas ali. A Procuradoria da República, a mesma coisa.

Certo dia, Moka, no final do ano, eu cheguei próximo a uma instituição de veleiros e ouvi dois foguetes, dois rojões, subirem, com um intervalo de dez minutos de um para outro. Aí eu perguntei: "Está havendo festa aqui na vizinhança?". Disseram: "Não, Senador, isso aí é o traficante avisando que chegou a droga".

Então, as pessoas... E eu não vi, ao longo de toda essa história, lá no meu Estado – estou falando no meu Estado –, qualquer ação do Ibama para tirar aquela coisa indesejável dali, à margem do mar. Depois de mais de cinco anos é que, recentemente, foi feita a desmobilização total da favela.

Então esta audiência pública deve ter como finalidade, como objetivo nos fazer gente encontrar o caminho, Presidenta, para que essas ações possam ter a participação de um pescador, porque ele é o agente principal desta audiência pública.

Como disse o Abraão, o primeiro pescador que virou autoridade neste País foi Café Filho.

Muito bem, minha gente, eu queria falar aqui que, respeitosamente, não tenho nada contra esses órgãos de fiscalização, mas penso que é preciso não que se façam ponderações ou que se conviva com o malfeito, mas apenas que não se proíba, que não privem as pessoas que trabalham, que querem sobreviver, e que, através dessas compensações, que não são destinadas a pescador, eles possam ter participação nessas compensações ambientais para poderem criar um fundo para melhorar a qualidade do trabalho desses que pescam artesanalmente, com suas embarcações, com os equipamentos de pesca, com treinamento, com orientação, enfim. E só se faz isto se houver ajuda, mas a ajuda que há, infelizmente, de vez em quando, é uma portaria violenta que cria dificuldades.

Por isso, eu queria cumprimentar V. Exª pela oportunidade que está dando aos pescadores para que eles venham aqui. E há um esforço muito grande no deslocamento dessas pessoas dos diversos Estados do Brasil para participar deste encontro. Por que eles vêm, Presidenta? Eles vêm com a esperança de que daqui saia alguma solução para melhorar a vida deles.

Esta é a primeira intervenção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O Senador Benedito de Lira deu os aspectos políticos, sociais, ambientais e econômicos que estão envolvidos nessa questão.

Quero, de novo, agradecer a presença do Senador Paulo Rocha, do PT do Pará, do Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, do Senador Moka, do PMDB do Mato Grosso do Sul, do Senador Donizeti Nogueira, do PT de Tocantins, e dizer que aqui também esteve o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

Passo a palavra, porque o tema central diz respeito à área do meio ambiente, à Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Srª Ana Cristina Fialho de Barros.

A SRª ANA CRISTINA FIALHO DE BARROS – Bom dia!

Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Muito obrigada, Senador Benedito de Lira.

É um prazer estar aqui. É um prazer ter na audiência pública esse público tão expressivo de representantes da pesca. Foi um prazer ver a sua capacidade de navegar no Território brasileiro e nomear todos os Estados. Eu queria entender qual foi a sua lógica. É só a lógica do conhecimento.

Meus parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRª ANA CRISTINA FIALHO DE BARROS – Para nós do Ministério do Meio Ambiente, essa agenda de discussão do papel dos grandes empreendimentos para o desenvolvimento do País é central. O Brasil tem uma agenda de crescimento que aos poucos se realiza e os grandes projetos de infraestrutura chegam. E que bom

que chegam. Talvez, neste momento, tenhamos tido uma pequena redução de velocidade, mas esperamos que o ritmo de crescimento e de desenvolvimento do País, especialmente da área de infraestrutura e energia, seja retomado.

Acreditamos que isso não é, necessariamente, um problema para o meio ambiente. Isso pode ser uma grande oportunidade para o meio ambiente e, ao mesmo tempo, tem que ter o meio ambiente inserido nessa agenda de desenvolvimento do País.

Para nós do lado ambiental, e eu imagino que seja a mesma causa dos pescadores, Sr. Elizeu, a inserção não é reparadora. Não podemos buscar formas de consertar um probleminha que aconteceu, como um remédio associado ao projeto de infraestrutura. A concepção dele tem uma inserção no território que deve ser estruturante do desenvolvimento. E aí estamos falando de planejamento, estamos falando de um projeto de petróleo e gás ou de mineração na parte marinha, ou na parte portuária, que precisa, na sua concepção, entender que transformações positivas ele pode trazer para aquele território.

Com essa abordagem de um planejamento mais sofisticado é que a gente tem visto uma evolução na postura do Ministério do Meio Ambiente, que não é mais só o Ministério do Meio Ambiente da Amazônia, que não é mais só o Ministério do Meio Ambiente que trata de unidades de conservação, mas, sim, de uma agenda mais ampla, que não é só o Ministério do Meio Ambiente que há muito tempo indica como fazer, ao invés de dizer para não fazer.

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente hoje tem uma inserção na economia nacional, seja para permitir que a balança comercial do País tenha segurança, quando o grão ou o gado já podem, em várias regiões, e vão poder muito em breve, dizer que exporta sem desmatar, exporta e preserva água – e isso é advento do Código Florestal e do Cadastro Ambiental Rural –, assim como é aquela agenda da economia onde nós queremos nos inserir com restauração florestal. Um país deste tamanho, tropical, com a nossa diversidade, pode desenvolver uma indústria florestal, que gera emprego, que gera renda, em cima de um patrimônio natural. Temos a agenda da biodiversidade, temos várias agendas de inserção numa discussão nacional iguaizinhas a essa que temos para a parte da pesca.

Vou começar, para podermos entender um pouco melhor, mostrando onde entra o Ministério do Meio Ambiente – não é, Fábio – na gestão da pesca.

A nossa primeira inserção é tratar do nosso principal objeto, nossas espécies, nossa biodiversidade. É por isso que a questão do meio ambiente na pesca começa com a edição de lista de espécies ameaçadas de extinção.

É a partir dessa lista e de quem não está nessa lista que temos toda uma parceria estruturada com o Ministério da Pesca, desde muito recentemente, numa estrutura de gestão participativa, através de 12 comitês permanentes de gestão da Pesca, para onde vem a sociedade, para onde vem o especialista debater as regras do nosso ordenamento pesqueiro, que seguimos monitorando a qualidade ambiental da produção pesqueira. Por causa do meio ambiente? Também, porque se o produtor, num esforço individual ou localizado, realizar uma sobrepesca, será a atividade econômica dele que estará em risco. Não estará em risco só a espécie, o patrimônio ambiental, mas estará em risco a possibilidade de ele se desenvolver num longo prazo. Muitas vezes, a atividade de um vai afetar a atividade do outro. Por isso, a importância da boa gestão dos nossos estoques pesqueiros.

Aí, nós temos um primeiro grande instrumento de compensação ambiental. Como disse o Procurador do Trabalho no início da reunião, é nesse princípio do ordenamento da pesca e da compensação por perda de retorno econômico de atividades que temos o seguro-defeso. Em uma época de reprodução de peixes, quando é importante, para a manutenção daquele estoque, que não haja pesca, o pescador tem o direito de receber a sua complementação de renda por não estar tocando naquele espécie, naquele peixe que ali, naquele momento, está se capitalizando, está se multiplicando. Isso é uma forma de compensação ambiental.

Na verdade, se olharmos na literatura, veremos que o nosso seguro-defeso brasileiro é, possivelmente, no mundo inteiro, o maior sistema de pagamento por serviço ambiental que existe, pelo número de pessoas que ele atende e pela diversidade de benefícios e de espécies do meio ambiente que ele protege. Isso é uma forma de compensação ambiental.

Há outras formas quando tratamos do licenciamento de projetos de infraestrutura. Um pescador afetado diretamente por um empreendimento, um pescador que tem que deixar de pescar porque o peixe saiu, por conta do abalo sísmico, está no centro de um impacto direto de um empreendimento. Disso o licenciamento ambiental dá conta.

E aí, para a gente entender onde entram o licenciamento ambiental, o planejamento do projeto de infraestrutura e a compensação, três elementos de que falei aqui, há um raciocínio muito simples que, na literatura, os acadêmicos batizaram de hierarquia da mitigação. É como você fazer os projetos de potencial impacto ambiental terem o menor impacto ambiental, não terem qualquer impacto ambiental ou, muito pelo contrário, terem um impacto positivo no ambiente.

A coisa é muito simples. Ela começa, como eu disse no meu discurso, com o planejamento. Quando você planeja bem, você evita impacto. Então, você começa nem causando o problema. É aquilo que eu falava, de a gente ter uma abordagem estruturante, e não reparadora. Em vez de causar o problema e tentar resolver, vamos evitar que esse problema seja causado. E evitar que um problema para o pescador seja causado é trazer a pesca para uma discussão do planejamento dos projetos de infraestrutura. A gente tem exemplos disso no País. Eu vou dar dois exemplos recentes, que têm as suas complexidades e as suas sensibilidades. Aliás, vou dar um só, que eu acho que vai ser muito mais claro para vocês: o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, o plano de desenvolvimento que foi elaborado a partir da hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, um plano com um orçamento grande, que visa estruturar o desenvolvimento da região.

Lição que a gente tem desse processo: começar antes. Ter um plano de desenvolvimento rural sustentável antes de o empreendimento começar a chegar ao campo, pois planejamos bem, evitamos impactos, trazemos as intenções de desenvolvimento local para a fase de concepção do projeto. Ótimo!

Segunda etapa: vamos realizar o projeto, vamos fazer o projeto, mas fazer bem, fazer com o menor impacto possível. Do lado ambiental, quem trata disso é o licenciamento. O planejamento já está feito. O licenciamento não trata do planejamento. Ele vai tratar de como fazer bem aquele empreendimento, vai mostrar se ele pode ser localizado naquela região e quais são todas as medidas que vão reduzir o seu impacto.

Só que há medidas que a gente não consegue quantificar, que a gente não sabe quais são. Há medidas que a gente não sabe como podem crescer no tempo. E é por isso que foi instituído, em 2000, na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, um termo, e aí eu vou usar Compensação Ambiental, com letra maiúscula, para a gente poder se organizar aqui, com letra maiúscula.

Essa Compensação Ambiental – com letra maiúscula por ser um instrumento previsto na lei – é um pagamento em função do grau de impacto ao sistema de unidades de conservação por aquilo que a gente não sabe definir, por aquele impacto não concreto, porque, se ele é concreto, ele tem que ser resolvido no licenciamento.

Se o meu empreendimento derruba cinco árvores, o licenciamento me manda plantar cinco árvores. Se o meu licenciamento perturba uma comunidade de pescadores de 300 pessoas, ele tem que ter, na sua licença, medidas de compensação – aí, letra minúscula – para aquele empreendimento. Isso é impacto, isso é compensação dentro do licenciamento.

A compensação ambiental que me pareceu estar sendo referida aqui algumas vezes é uma compensação instituída em lei pelo impacto que a gente não consegue mensurar. E é por isso que, hoje, ele não vai para o pescador, ele vai para as unidades de conservação, como definido por lei. Só que o processo de planejamento e licenciamento do empreendimento permite, sim, que a gente possa ter um diálogo aproximado entre a pesca e a concepção dos empreendimentos para que esse estruturante da atividade da pesca, para essa garantia de que, ao final do processo, essa atividade econômica e esse grupo social não estão prejudicados. Isso é plenamente possível.

Eu tenho as minhas dúvidas sobre se a abordagem deveria ser compensatória, porque, de novo, ela é de uma reparação. Eu acho que ela devia ser estruturante, desde o início, quando a gente olha para uma região e reconhece o potencial socieconômico da atuação de pescadores em um determinado local.

Eu recebi aqui a plaquinha de tempo esgotado. Vou parar por aqui. Quem sabe, em perguntas e respostas, a gente possa esclarecer mais alguma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Ana Cristina Fialho de Barros, que abriu uma janela para um debate no tema.

Antes de passar a palavra...

O Senador Donizeti tem uma questão de ordem?

Eu preciso que o senhor use o microfone da tribuna, porque o auditório tem uma estrutura técnica de transmissão diferente da nossa Comissão. O número de pessoas participando... Eu queria até que a TV Senado mostrasse a plateia, o auditório, com tantas pessoas que vieram de longe para prestigiar a audiência pública, que é de interesse da categoria dos pescadores. (*Palmas.*)

O Senador Benedito de Lira é o requerente desta audiência.

Os nossos cinegrafistas podem mostrar ao Brasil esta audiência pública, o tamanho e a relevância dela.

Com a palavra o Senador Donizeti, brevemente, porque ainda temos outros expositores para falar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Serei muito breve, Presidente.

Bom dia a todas e a todos!

Parabéns ao Senador Benedito de Lira pela audiência!

Como eu tenho que presidir a CPI do Carf agora, eu quis fazer uma consideração.

Foi muito boa a palavra da representante do Ministério do Meio Ambiente, mas eu queria fazer uma ponderação em relação ao investimentos em hidrelétricas. A gente desaloja os ribeirinhos, que são pescadores ou

pessoas que têm uma atividade agrícola permanente, porque aquele ecossistema permite, com a fertilização, ano a ano, da margem do rio pelas enchentes, e depois a gente desestrutura, leva o ribeirinho para a chapada e o coloca lá. A gente precisa repensar isso.

Mais recentemente, eu observei duas coisas que me parecem muito importantes. Uma é o desaparecimento das vazantes. Nas hidrelétricas, desaparecem as vazantes por duas razões. Uma delas é que os rios afluentes, no percurso da represa, viram parte do lago. Após a barragem, até o rio abaixo, até chegar a outra barragem, como é o caso do Tocantins, você também desaparece com as vazantes, porque, como o rio não enche mais – ele é controlado –, a água que vem do afluente não represa, para poder provocar as chamadas vazantes. Isso traz, no meu ponto de vista, dois problemas. Primeiro, as enchentes nesses afluentes são mais fortes e levam toda aqueles fertilizantes que poderiam ser decantados ali para o leito do rio, inclusive assoreando o rio, e não há mais as chamadas vazantes que ocorreriam em função da cheia. Depois da cheia, ficariam os fertilizantes que o ribeirinho exploraria.

No meu ponto de vista, uma solução para isso é os ribeirinhos, os pescadores serem sócios dos empreendimento. Outra solução é eles serem reassentados à margem do lago, não lá na chapada, longe do lago, fora da cadeia produtiva da água a que ele está acostumado. É óbvio que a gente vai ter que requalificá-lo para criar peixe no sistema de piscicultura, de tanque-rede, etc., mas ele vai ficar em contato com a água, e não isolado na chapada, como tenho visto, no Tocantins, nos reassentamentos das hidrelétricas.

São estas as considerações que eu queria fazer, Presidente.

Peço desculpas porque vou ter que me retirar, mas parabenizo, mais uma vez, a Presidente, o Senador Benedito de Lira e todos nós por esta audiência, que eu considero extraordinária.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

As respostas às ponderações feitas pelo Senador Donizeti Nogueira a Drª Ana Cristina dará na hora em que começarmos os questionamentos.

Então, a senhora vai responder após as indagações do Senador Benedito, porque, pelo Regimento, ele é o requerente e tem preferência. Depois, falarão os Senadores Moka e os demais Senadores presentes, pela ordem de chegada, os Senadores Dário Berger e Paulo Rocha.

Eu passo a palavra ao Dr. Fábio Hissa Vieira Hazin, Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O SR. FÁBIO HISSA VIEIRA HAZIN – Muito bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Muito bom dia, Senadora Ana Amélia, Senador Benedito de Lira, Sr. Nicodemos, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, Srª Ana Cristina, Secretária de Biodiversidade, meus amigos Abraão Lincoln e Armando Burle e meu colega de profissão Elizeu Augusto de Brito!

Para mim, é uma grande honra estar aqui nesta oportunidade para falar de um tema de tão grande relevância, como é o caso da questão das compensações e das multas ambientais em relação à atividade pesqueira em decorrência de empreendimentos que se realizem nos ambientes aquáticos, não apenas na área marinha, mas também em águas interiores.

Nós preparamos uma breve apresentação dos impactos que a atividade pesqueira sofre em razão de vários empreendimentos, e o nosso diretor de pesca artesanal, Vladimir Formiga, vai fazer a apresentação em um instante, após eu tecer algumas considerações iniciais aqui. Eu acho importante nós termos essa apresentação para que nós compreendamos um pouco melhor o alcance e o impacto na atividade pesqueira.

Há algumas pontuações que eu gostaria de fazer. A primeira delas é que é muito importante nós refletirmos sobre a pertinência de se compensar a atividade pesqueira em razão dos impactos ambientais porque nós temos que lembrar que, quando nós tratamos de ambientes aquáticos, os maiores impactados são exatamente os pescadores, as pescadoras, a pesca artesanal e a pesca industrial, porque não apenas esses empreendimentos têm um impacto no ecossistema, no ambiente do qual eles dependem, mas eles afetam diretamente as espécies que eles pescam. Então, eles são duplamente atingidos por esses empreendimentos. São os pescadores e as pescadoras que são mais duramente atingidos e, portanto, deveriam ser o alvo preferencial dessas compensações.

É importante também nós aqui ressaltarmos que, quando tratamos da pesca, nós não estamos tratando apenas da atividade econômica. Este é um aspecto que ficou muito claro quando, recentemente, negociamos e concluímos um acordo da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas sobre pesca artesanal e pesca de pequena escala, pois ficou muito claro que a pesca, muito mais do que uma atividade econômica, é, sobretudo, uma atividade que afeta diretamente os meios de vida, a sobrevivência, o dia a dia, o trabalho, a

segurança alimentar de milhões de pessoas no Brasil e de dezenas de milhões de pessoas, se não centenas de milhões de pessoas, em todo o mundo.

É importante também lembrarmos que os impactos que se dão nos ecossistemas aquáticos afetam não apenas a pesca artesanal, como a pesca industrial afeta toda a atividade pesqueira, lembrando que as tripulações das embarcações industriais são formadas também por pescadores. Então, todo o setor pesqueiro é atingido de forma igualitária, digamos, em função desses empreendimentos.

Eu gostaria de fazer uma reflexão adicional de que, no momento em que os empreendimentos afetam a atividade pesqueira, afetando o ambiente aquático e afetando as espécies das quais a atividade depende, eles afetam duplamente, porque nós temos, por exemplo, como tivemos, recentemente, a inclusão de várias espécies aquáticas como ameaçadas de extinção não pela atividade pesqueira, mas pelos empreendimentos que colocam essas espécies em ameaça. (*Palmas.*)

Mas, mais uma vez, quem é o principal atingido por uma proibição de atividade em razão de uma espécie estar ameaçada por um empreendimento de infraestrutura? São os pescadores, são as pescadoras, que não têm mais a condição de continuar exercendo ali o seu ofício. Também é disso que se trata, e nós temos que manter isso em mente. Isto é um aspecto extremamente importante: não se trata apenas de compensar o pescador e a pescadora e arrumar algum outro tipo de atividade em que ele possa continuar sobrevivendo. Não estamos tratando aqui, quando se fala aqui de compensação ambiental para o pescador e pescadora, não estamos tratando da sobrevivência apenas, mas da preservação da cultura do pescador, das suas tradições e do direito que ele tem de continuar vivendo e exercendo o seu meio de vida, como seus antepassados fizeram. Então, é importante que também tenhamos isso em mente.

E também é importante que tenhamos em mente... É muito interessante que nós estejamos aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, porque essa reflexão fica ainda mais fácil. Imaginem, Senadora, Senador, que um agricultor, um pequeno agricultor, cultive a sua horta, o seu campo, cultive tomates, passe seis meses ali cultivando o seu tomate, e, na hora em que vai colher o seu tomate, as suas caixas de tomate, ele acorde de manhã e veja que agora o cultivo de tomate é proibido. O que ele vai fazer com aquele tomate todo que ele plantou?

Então, essa parece uma coisa absolutamente esdrúxula para quem vive da agricultura. Isso é impensável. Como é que se pode viver dessa maneira? Mas esse é o dia a dia, é a realidade que, infelizmente, o setor pesqueiro hoje está atravessando no País. Nós vivemos um momento de insegurança jurídica como talvez nunca tenhamos vivido neste País antes. O pescador sai para o mar sabendo que pode desembarcar uma espécie ou outra, mas não sabe, quando chegar, se vai ser punido ou não por aquilo que ele pescou. Ele sai como pescador e volta como contraventor. (*Palmas.*)

É a realidade. Essa é uma realidade que nós estamos enfrentando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FÁBIO HISSA VIEIRA HAZIN – Ana Cristina, eu tenho que lhe dizer que é pelo seguinte: isto está acontecendo hoje no Rio Grande do Sul, por exemplo. (*Palmas.*)

Então, é uma realidade, porque, até a tarde de sexta-feira, espécies, como o tubarão azul, por exemplo, não estavam proibidas no Rio Grande do Sul e hoje estão, porque saiu uma liminar da Justiça.

Eu não estou culpando ninguém aqui. Não estou dizendo que a culpa é do meio ambiente aqui. De jeito nenhum. O que eu estou dizendo é que o País vive, que o setor pesqueiro vive essa situação de insegurança jurídica. Eu não estou aqui querendo responsabilizar ninguém. Secretária. A responsabilidade, obviamente, de cada um tem que ser refletida por cada um, mas isso é um fato. A pesca, a atividade pesqueira vive, sim, uma situação de insegurança jurídica, porque atos normativos são baixados da noite para o dia – historicamente, isso tem acontecido –, e o setor que acreditava que vivia numa determinada situação passa, de uma hora para a outra, a viver outra situação.

Acredito que nós tenhamos... Agradeço, Secretária, a sua referência aos CPGs, porque, de fato, nós estamos, acredito, vivendo um novo momento na atividade pesqueira deste País a partir da construção de um novo momento num relacionamento entre inclusive o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca, que foi, de certa maneira, culminado pela publicação, no início deste mês, dos Comitês Permanentes de Gestão, onde nós teremos a condição de debater e de construir todas as medidas relativas à gestão pesqueira de forma a assegurar que essa situação de insegurança jurídica não volte a ocorrer por nenhuma circunstância.

E essa insegurança jurídica não se dá apenas em relação a questões ambientais – é importante pautar isto –, pois ela se dá em relação a outros desafios, relacionados a outros Ministérios que também têm a função de exercer tarefas de fiscalização e de inspeção em relação ao Ministério da Pesca em que, em alguns momentos, situações consideradas sedimentadas mudam da noite para o dia por conta e por força de atos normativos

que não são apenas do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio Ambiente em relação à questão da gestão pesqueira e em relação a outros Ministérios também.

Então, isso é um fato. A pesca, infelizmente, vive uma situação de insegurança jurídica, o que é uma preocupação muito grande. E acredito que essa reflexão não poderia deixar de ser feita neste momento em que nós estamos aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Eu gostaria, também, de fazer uma menção que acho importante na questão da mensurabilidade do impacto, de quanto o impacto é ou não é mensurável. No caso da pesca, é muito difícil fazer essa quantificação. E, por ser difícil, normalmente, o pescador e a pescadora, mais uma vez,é que acabam sendo prejudicados, porque não há muito como se quantificar o impacto na pesca. Então, em muitos casos – é importante se diga –, o enfoque precautório nessas situações atua contra o próprio pescador, porque o enfoque precautório, do qual eu sou um defensor, está sedimentado na compreensão de que, na falta de dados, nós não podemos colocar as espécies em risco, mas também, na falta de dados, nós não podemos deixar de contemplar um possível e provável impacto que determinada atividade vai ter na atividade pesqueira. Então, isso também tem que ser levado em conta e entra exatamente aí na seara, no campo da imponderabilidade ou da imensurabilidade de muitos dos impactos que a atividade pesqueira sofre neste País.

Para finalizar, antes de nós avaliarmos os impactos de uma maneira um pouco mais clara a partir da apresentação que o nosso diretor de pesca artesanal vai fazer, eu gostaria de fazer uma última reflexão de que nós não devemos e não podemos apenas discutir a questão das compensações ambientais. Eu acho que a atividade pesqueira tem que ser considerada desde o início – e a Secretária também pontuou isto – da concepção desses projetos. Por exemplo, nós temos que ser ouvidos, o setor pesqueiro tem que ser ouvido para se saber não apenas como vai se trabalhar a compensação ambiental, por exemplo, quando do leilão de uma determinada área que vá ser utilizada para a exploração de petróleo, mas temos que ser ouvidos para saber se aquelas áreas que serão abertas a leilão podem ou não ser abertas, em função das prioridades e dos interesses também do setor pesqueiro, e isto antes do próprio lançamento do edital de abertura de áreas.

Ou seja, o setor pesqueiro, que é, fundamentalmente, o maior prejudicado, em função do impacto no ecossistema que é o seu ambiente de trabalho e em virtude do impacto nas espécies que são o seu objeto de trabalho e o fruto da sua subsistência, tem que ser escutado antes até da concepção de qualquer empreendimento na área dos ambientes aquáticos que possa impactar a sua atividade. (*Palmas.*)

O meu tempo está esgotado. Eu gostaria, agora, de procedermos a uma breve apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Quanto tempo terá essa apresentação?

O SR. FÁBIO HISSA VIEIRA HAZIN – É breve. É uma apresentação breve, apenas para compreendermos o impacto na atividade pesqueira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FÁBIO HISSA VIEIRA HAZIN – Vladimir Formiga. O nosso diretor da pesca artesanal é o Vladimir Formiga.

Por favor, Vladimir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VLADIMIR FORMIGA – Bom dia!

Obrigado, Secretário.

Bom dia, dileta Senadora, por intermédio de quem eu saúdo a todos os meus amigos aqui presentes!

Bom, a apresentação é bem sucinta mesmo.

Nós fizemos dois recortes nos tipos de empreendimentos que têm um impacto significativo na pesca. O primeiro deles trata da exploração de petróleo e gás no mar e o segundo trata das usinas hidrelétricas. Ambas são atividades que são precedidas de exigência legal, de licenciamento ambiental, com a respectiva elaboração dos estudos de impacto ambiental, enfim.

Em se tratando de petróleo e gás, a gente conseguiu fazer uma divisão muito clara nas fases em que a atividade se desenvolve. A primeira delas é a fase de exploração, em que se verifica a pesquisa por prospecção sísmica, que consiste em explosões de ar que podem comprometer ou alterar o ecossistema marítimo, o que tem como consequência natural a restrição do acesso dos pescadores àquela área imediata em que se está fazendo a pesquisa de prospecção sísmica.

O segundo subtema da fase de exploração é a fase de perfuração, em que se verifica a presença quase que inevitável de resíduos e sedimentos que podem comprometer ou alterar a biota aquática. Neste caso, vemos também, em razão dessa fase de perfuração, a proibição de acesso dos pescadores às áreas que são

tradicionalmente chamadas de pesqueiros. E há, inclusive, relatos de pescadores de que, depois da atividade de prospecção sísmica, o ecossistema marinho não se restabeleceu no tempo previsto para se restabelecer.

A segunda fase do recorte de exploração de petróleo e gás no mar é a de produção e escoamento. Nessa fase aí, é facilmente perceptível a poluição da água do mar, a ocupação desordenada das zonas costeiras, em razão dos serviços que são demandados por aquela atividade, a restrição do acesso às áreas de pesca, em razão das estruturas que estão sob o leito marinho, e a concentração de peixe junto às plataformas de área de exclusão de pesca. Isto é interessante, porque peixe também gosta de sombra. Então, as plataformas de exploração de petróleo são atrativos artificiais da vida marinha, e, apesar disso, muito embora, às vezes, elas se localizem em cima dos pesqueiros tradicionais, os pescadores se veem obrigados a respeitar uma distância de cerca de um quilômetro, às vezes até mais, daquela área.

O segundo recorte que a gente fez trata da implantação de uma usina hidrelétrica que a gente chama conhece pela sigla UHE. Então, ao se dividir esse empreendimento em fases, encontramos três fases distintas: a fase de construção... Estamos vendo uma imagem que fala por si só. Temos a alocação de população operária no Município, produzindo poluição por despejo do esgoto, a realocação de populações ribeirinhas... No caso de Belo Monte, temos notícia de que os ribeirinhos foram cooptados a passarem a habitar uma área distante do rio, e é um pessoal que vive do rio. Temos processos erosivos, aumentando a turbidez da água, é claro, porque vão cavar... Temos a relatar também o risco de contaminação da água por acidentes de tráfego e a interferência natural no comportamento da biota aquática.

A segunda fase é a fase de enchimento do reservatório, em que o ambiente é modificado de um ambiente corrente para um ambiente parado. Há realocação final habitacional das populações ribeirinhas e a suspensão da atividade pesqueira, em razão do desequilíbrio do ambiente do qual nós estamos falando aqui.

E a terceira fase é a fase de operação, em que se vê a redução de oxigênio da água e a consequente proliferação de bactérias, a manutenção da suspensão da atividade pesqueira, que ocorre de 3 a 6 anos, até que o ambiente se estabilize, e a interferência natural no comportamento biológico de migração das espécies que, ao se depararem com os barramentos, não conseguem mais realizar o seu movimento migratório de piracema.

Essas são as medidas mitigatórias para compensação da pesca que estão previstas hoje no ordenamento jurídico pátrio.

Podemos ver ali o Plano de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro e o Plano de Compensação da Atividade Pesqueira, que, na realidade, ainda estão, oficialmente, na seara dos princípios.

E as medidas compensatórias são efetivas? A avaliação que fazemos é que elas são adotadas como condicionantes para obtenção e manutenção das licenças, mas elas são pontuais e de curto prazo, sempre ficam a cargo do empreendedor e não há uma conexão das medidas compensatórias que o empreendedor aplica com as políticas atualmente em curso. São desconectadas das políticas públicas, portanto.

O exemplo do Fundo de Compensação Ambiental, na nossa avaliação, deve ser seguido pelo setor pesqueiro. É preciso que haja o fundo de compensação da atividade pesqueira nos mesmos moldes do Fundo de Compensação Ambiental, dada a complexidade socioambiental da atividade pesqueira e a necessidade premente de políticas públicas estruturantes para o setor, e não apenas locais, pontuais e que fiquem a cargo da iniciativa privada.

Esta era a nossa apresentação sucinta para esclarecer possíveis dúvidas que tenham, eventualmente, ficado obscuras.

Muitíssimo obrigado aos amigos e às amigas.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Vladimir Formiga, também do Ministério da Pesca, que complementou aqui as informações do Secretário Fábio Hissa a respeito da visão do Ministério da Pesca sobre esse problema.

Passo, de imediato, às duas últimas exposições, que são dos líderes do setor. Falará em primeiro lugar o Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, Armando Burle. Em seguida, falará o Abraão Lincoln Ferreira da Cruz. Cada um tem dez minutos Depois, entraremos no debate, que será uma parte bastante produtiva, assim quanto as exposições.

O SR. ARMANDO BURLE – Bom dia, Senadora!

Acho que não vou gastar nem os dez minutos.

Primeiro, quero agradecer à senhora, Senadora Ana Amélia, ao Senador Benedito de Lira, que tem sido um grande parceiro da pesca, ao meu amigo Paulo Rocha, que está aqui, e aos outros Senadores, a quem peço desculpas por não saber o nome de todos.

Quero cumprimentar o Fábio, meu conterrâneo, a Ana Cristina, o Abraão, o Elizeu e o Dr. Nicodemos.

Eu gostaria de começar, como já fiz, agradecendo a esta Casa e ao Senador Benedito pelo apoio político que sempre nos deram e ao Ministério Público, na pessoa do Dr. Nicodemos.

Quero, antes, vamos dizer, jogar um confete no Ministério Público, porque quando todo mundo, principalmente os empresários, fala do Ministério Público, é só fiscalização e tal... E não é. É um órgão muito duro, que chega forte, mas que orienta primeiro. Ele orienta e conversa antes de bater realmente. É muito importante ter o apoio de quem exige o cumprimento da lei, mas que o orienta primeiro.

Eu gostaria de fazer algumas considerações sucintas. Primeiro, quero dizer que o setor industrial não tem grande diferença do setor artesanal, porque são pescadores que vão nos nossos barcos. Então, hoje existe pescador artesanal que vai em barco industrial e vice-versa.

Outra coisa que eu queria pontuar: discordo um pouco da Secretária Ana Cristina, pois seguro-defeso não é compensação ambiental, de jeito nenhum. Proíbe-se uma pessoa de pescar, está no defeso, mas ela tem que sobreviver. Então, é uma compensação social, não ambiental. (*Palmas.*)

Eu gostaria de mostrar algumas coisas que são simples de resolver. Isso aqui os Senadores vão poder fazer. Primeira, o Decreto nº 4.340, no seu art. 33, diz para quem vai o dinheiro das compensações. Não fala nada em pesca. Diz que 43% dos recursos vão para demarcação fundiária. Ou seja, fazem uma plataforma de petróleo, proíbem a gente de pescar em um raio de quinhentos ou mil metros e mandam o dinheiro para fazer compensação fundiária. Não há nada falando aqui. Então, isso é um decreto presidencial que é fácil de mudar, que não tem grandes coisas.

Outra coisa: vamos aqui para a Portaria nº 416, do Meio Ambiente. Ela foi feita em 2010, um ano após a criação do Ministério da Pesca.

Aí, lá, participando da Câmara de Compensação, não há um representante da pesca. (*Palmas.*)

Zero. Só há meio ambiente: ICMBio, Ministério do Meio Ambiente. Nem o Ministério da Pesca, do Governo, participa. Nada.

O que estamos pedindo aqui? E eu acho que vamos conseguir, porque estamos aqui com uma parceria com o Ministério Público, que pegou essa causa e está indo a fundo – e, quando eles vão, o negócio... É que haja transparência e, quando se vão fazer as compensações – há as compensações diretas e indiretas –, que haja participação.

Você pega o caso das sísmicas, de Belo Monte, das plataformas de petróleo. Quantas plataformas de petróleo há, em que o raio é de 1.000m, e não se pode operar? Quando há o duto do petróleo, você não pode operar. Ninguém é contra petróleo, ninguém é contra energia. Precisamos disso, mas, se você está proibindo, há como mensurar isso. Não é um número exato, mas dá para fazer bem.

E essa insegurança jurídica de que o Fábio Hazin falou é algo sério. Estamos com esse problema no Rio Grande, onde tinha barco para descarregar no sábado, e o cara teve de sair correndo, porque virou bandido. Quem pode trabalhar desse jeito? Jogando peixe fora?

Que haja participação, que sejamos ouvidos. Dou o exemplo até da 445, que o Judiciário botou abaixo... (*Palmas.*)

...por um negócio feito unilateralmente.

Era basicamente isso. Não tenho como me alongar mais.

E agradeço, mais uma vez, a esta Casa e ao Ministério Público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Armando Burle, que preside o Conselho Nacional da Pesca e Aquicultura.

Agora, o nosso combativo Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, por dez minutos, apresentará suas ponderações. Em seguida, passamos aos debates com os Senadores presentes. Tem a palavra Abraão Lincoln.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu quero cumprimentar os Senadores aqui presentes na pessoa da nossa Presidente da Comissão de Agricultura, a Senadora Ana Amélia. Eu quero cumprimentar o Governo que está aqui na pessoa do Dr. Fábio Hazin, grande cientista e conhecedor profundo da pesca brasileira. Eu quero cumprimentar os empresários que estão aqui, vindos de todo o País, representados pelo seu sindicato, na pessoa do Dr. Armando Burle. Dr. Nicodemos, cumprimento o Ministério Público do Trabalho, que tem desempenhado um papel importantíssimo na história da pesca, nesta nova história que a pesca vive. Eu quero cumprimentar e agradecer todos os companheiros que estão aqui presentes, os 438 presidentes de colônias que estão aqui e as 26 federações que estão aqui.

Senadora Ana Amélia, há uma presidenta de colônia que andou dez dias de barco para pegar um avião em Manaus e que vai andar mais doze para chegar em casa para vir para esta audiência pública, porque acredita no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Há inúmeros que gastaram cinco, seis dias de barco no Norte e outros que tiraram quatro dias de carro para chegar aqui, porque, diferentemente do que pessoas da sociedade que não conhecem o Congresso Nacional falam, a pesca deve muito ao Congresso Nacional brasileiro. (*Palmas.*)

Não têm sido fáceis os últimos anos para o nosso setor, mesmo com a visão do Presidente Lula de que nosso País tem vocação para a pesca e para a aquicultura, pelo seu porte de litoral e pelo potencial de água doce que ele tem. Ora, de cada 100 litros de água doce no Planeta, 12 estão no nosso Brasil; oito mil e poucos quilômetros de costa! A proteína mais nobre do Planeta, nas espécies mais caras, comercialmente falando, está no mar brasileiro, no nosso Oceano Atlântico.

E com o que nos deparamos? Com um País que tem essa vocação, mas que, lamentavelmente, tem uma situação preocupante. O Presidente Lula, com a sua visão de desenvolvimento, cria um ministério, e, na criação desse ministério, Senadora Ana Amélia, coloca-se uma palavra infeliz lá, chamada "compartilhamento", que acaba com todo o desenvolvimento da pesca e da aquicultura brasileira e nos torna duplamente marginais! (*Palmas.*)

Torna-nos duplamente marginais, porque vivemos às margens dos rios, dos oceanos e dos lagos, e nos torna duplamente marginais, como eu disse ontem aos Srs. Senadores, Deputados, autoridades e ministros que estavam naquele jantar, porque não cabe na cabeça de nenhum cidadão deste País ou de nenhuma autoridade deste Planeta que pessoas de outros países, através de ONGs não sei de quê, desses nomes bacanas que encontram aí para botar nessa pilantragem, venham para o Brasil dizer ao Governo brasileiro o que tem de ser feito com quem produz e que representa o setor primário nacional! (*Palmas.*)

Meu amigo, Senador Paulo Rocha, que tanto já nos ajudou nesta Casa, veja que falta de sensibilidade: o governo acerta e cria um ministério para tomar conta, fomentar uma economia que poderia ser um dos carros-chefes na balança comercial deste País. De uma hora para outra – desculpe-me a franqueza –, começam a proliferar-se reservas ambientais. E chamo a atenção desta Casa: em poucos anos, nenhum de nós poderá colocar um barco dentro d´água, porque não vai haver espaço para a economia pesqueira, mas, sim, só para reservas. (*Palmas.*)

E vem a compensação do petróleo. Nós não somos contra o desenvolvimento da nossa Pátria. Muito pelo contrário: nós apoiamos e desejamos ter uma vida melhor, não só para nós, mas para nossos filhos, para fazer um Brasil grande. E aí vêm as tais compensações ambientais milionárias, e o próprio governo que cria o Ministério da Pesca, com toda a boa intenção do Presidente Lula e da Presidente Dilma na sequência, não coloca lá um centavo dessas compensações. Um centavo! (*Palmas.*)

Um centavo para qualificar o pescador que pesca como São Pedro pescava! Um centavo para renovar a frota nacional, até para cumprir as exigências sanitárias internacionais, para podermos exportar, Senador Benedito Lira. Um centavo, como disse há pouco o Senador, para construir uma casa decente para aqueles que vivem e trabalham para este País crescer.

Desculpe a sinceridade, mas eu ando este País inteiro e o que eu vejo nas reuniões de compensações ambientais é um verdadeiro festival de luxúria. Descem aqueles micro-ônibus com uma ruma de gente bonita – pescador não, modelos –, com uma ruma de sanduíches, de refrigerante, para enganar o meu povo humilde, vamos assim dizer, rude, que muitas vezes, para botar o nome, tem que botar o dedo no papel.

Srs. Senadores, nós não estamos pedindo que o Governo nos dê esmola. Nós estamos pedindo que o Governo compense quem realmente vive da pesca, quem realmente cria seus filhos e mantém a economia de milhares de Municípios neste País e que ainda acredita neste Congresso Nacional, porque sempre foi aqui que a porta se abriu para a pesca e aquicultura brasileira. (*Palmas.*)

A Presidente Dilma, de certeza, através da Bancada do Governo, deverá tomar conhecimento disso. Olha, pessoal, eu fui a uma compensação, junto com o presidente do Conepe, junto com várias federações, junto com o ex-Deputado Miriquinho, a uma cidade chamada Bragança, lá no Pará. Acompanhando a gente, ia um secretário nacional do Ministério da Pesca, que nem direito à voz teve na audiência pública. Imaginem nós. Para tratar de quê? Das operações sísmicas, que iam do Amapá ao Ceará.

E quem estava nessa audiência pública para ser credenciado, para receber as compensações da pesca – desculpe a sinceridade – era a associação dos criadores de beija-flor de não sei onde, a Associação dos Barraqueiros de Pau Grande, lá do Maranhão, e não sei quem – tudo ONG, que não representa ninguém! (*Palmas.*)

O fato é tão verídico que está aí o decreto que criou o nome, o conselho. O próprio Ministério da Pesca, que é do Governo Federal, do mesmo Governo do Ministério do Meio Ambiente. E não faz parte. Não recebe um real.

O setor da pesca não veio aqui pedir que o Congresso intervenha para que recebamos uma esmola não. Nós viemos pedir aqui o que é nosso, para fazer este País crescer! (*Palmas.*)

Nós não estamos aqui pra jogar pedra no Governo ou no Ministério do Meio Ambiente. Nós estamos pedindo porque, antes de virmos para cá, com a nossa simplicidade, nós tínhamos de ser justos. Nós fomos ao

Ministério Público do Trabalho perguntar aos procuradores federais deste País, que são guardiães da lei, se era justo nós ficarmos a ver os navios de pesquisa sísmica passarem, acabando com tudo nosso, com as plataformas. E, agora, as reservas ambientais se proliferando todos os dias, e o nosso povo, que ajuda este País a crescer e que luta para manter suas famílias lá no setor primário, lá na ponta, a ver navios, como estamos vendo sempre, como agora no Ceará, no Maranhão, no Piauí, e até no Rio Grande do Norte vai acontecer.

Então, neste primeiro momento, a confederação não vem para conflitar, mas essa é a nossa palavra de insatisfação.

Nós queremos, por exemplo, a partir de agora,que o Ministério da Pesca seja, sim, beneficiado – eu não considero isso um benefício –, mas que seja compensado para poder qualificar, para poder fomentar o nosso setor. A partir de agora, que ONGs que não têm nada a ver com a vida do mar ou das águas, que não representam quem trabalha, quem produz, seja pescador industrial ou artesanal ou empresário, não levem o que é do suor desse povo, tendo como símbolo essa presidente – não sei o nome da sua cidade no Amazonas –, que me chamou e disse: "Eu demorei tantos dias, Presidente, para chegar aqui, dez dias, e vou demorar doze para subir o rio".

Não levem o pouco do que nós podemos receber, não como esmola. Eu quero dizer isso para o Congresso: não como esmola, mas o que é de direito de um povo que já sofre tanto para fazer este País crescer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Abraão Lincoln, por uma espécie, eu diria, de desabafo e uma conclamação ao Congresso Nacional para isso.

Com a autorização e a orientação do nosso Senador Benedito de Lira, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Moka, na tribuna, para a manifestação sobre o que ouviu e, em seguida, ao Senador Paulo Rocha. (*Fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Rocha, por favor, na tribuna.

O Senador Paulo Rocha está ligado aos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que o Senador Benedito fez uma manifestação quando chegou, falou por dez minutos, e fez uma exposição das razões da audiência pública.

Então, os Senadores estão aqui para prestigiá-los, porque temos uma plateia cheia, que merece ouvir os nossos Parlamentares.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Bom dia a todos.

Bem-vindos ao nosso Congresso.

Vocês não sabem o quanto é importante para nós, do Congresso, porque a classe política hoje, no Brasil, está tão desacreditada, está tão... Setores estão querendo tanto desmoralizar a nossa classe política que nós devemos, Presidenta, recebê-los bem e tentar responder a esses anseios que batem à porta do Congresso.

Aqui nós trabalhamos e trabalhamos direito. Vocês viram que desde 8h da manhã já estamos aqui, trabalhando, na tentativa de responder a esses anseios da sociedade. É fundamental essa percepção aqui no Congresso Nacional.

Eu serei direto, exatamente para atender a esses anseios, como já falou aqui o Abraão, de gente que vem lá dos rios do Amazonas, andando ou remando por tantos dias, para chegar aqui e expor os seus anseios.

Serei direto porque eu venho da Amazônia. Venho exatamente desse ambiente desde lá do início. Fui dirigente sindical, virei Deputado... Eu cheguei aqui depois do processo da Constituinte, quando se regulamentavam as leis provocadas pela Constituição brasileira.

O Abraão Lincoln e outros tantos líderes sindicais já ficaram carecas e de cabelos brancos de tantas vindas para cá.

E foi na Constituinte, na mobilização da Constituinte, que setores como pesca, agricultura familiar, grandes movimentos conseguiram incluir na Constituição brasileira esses direitos que agora estão sendo reclamados.

Depois da Constituição, conseguimos regulamentar essas leis.

Por exemplo, o seguro-defeso foi produto de uma mobilização. É bom lembrar que a criação do defeso vem das experiências de companheiros que processaram a luta lá embaixo, junto com vocês. Lembro que o seguro-defeso foi produto de uma articulação minha, do Adão Pretto, da Luci Choinacki, de um Deputado, Senadora, lá do seu Estado, um pescador chamado Branco, do PMDB...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fábio Branco, Prefeito de Rio Grande.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Atualmente, secretário de Ciência e Tecnologia.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – E o então Deputado José Serra, que participou desse grupo que levou,, então, a aprovar o projeto do seguro-defeso.

Queria dizer à minha companheira e amiga Ana Cristina que as experiências de quem vive lá embaixo, na realidade, são fundamentais para se levar a concluir uma decisão de governo. E foi a partir da Amazônia... Todo mundo sabe que o debate sobre o desenvolvimento sustentável foi a partir das experiências lá da Amazônia. Dou o exemplo do açaí, lá de Igarapé-Miri – ontem vi aqui uns companheiros de Limoeiro do Ajuru, pessoal que é da região. Pois bem, o problema do açaí – na observação lá se descobriu – é que ele produz muito mais cacho na medida em que só se deixam três, quatro troncos juntos um do outro, porque, se ultrapassar um conjunto de mais de três, quatro troncos, impede-se uma maior produtividade. A partir daí, dessas observações, conseguiu-se resolver o problema da produtividade, mas, mais ainda, solucionar o problema do corte do açaí: em vez de se explorar o açaí, a fruta, se exploraria o palmito. Foi lá, a partir disso, que, com os madeireiros, então grandes devastadores, processou-se uma questão do uso sustentável do terreno para poder processar isso.

Então, quero dizer que, no nosso Governo – vou fazer críticas diretas ao nosso Governo, e, vejam que sou do PT e fui um dos que construiu este Governo desde o início –, o Ministério da Pesca e o do Meio Ambiente não podem ficar batendo cabeça. (*Palmas.*)

Porque já se iniciou assim, na criação do Ministério. Todo mundo sabe que eu tive um papel muito importante nesse processo da criação do Ministério, porque era uma reivindicação histórica do setor, e o Lula teve a sensibilidade exatamente de criá-lo. Mas era a mobilização, era a reivindicação do setor. E já nasceu essa divergência – quem participou da Comissão lá na Câmara sabe – entre dois entes do mesmo Governo, e ela continua. Depois de quantos anos? Nove, dez anos. Ainda continuam a bater cabeça.

E qual é o resultado disso? Era o que estávamos comentando ali embaixo: parecem dois governos dentro do mesmo governo; orientações diferentes de dois governos. (*Palmas.*)

E isso é responsabilidade interna, nossa, do Governo. Porque, senão, o que acontece? Não sei, eu diria, para não ser injusto, se é briga ou se é disputa ou se são visões diferentes. Mas não pode, como consequência disso, haver prejuízo para o setor!

Eu acho que os companheiros Fábio e Ana Cristina têm de ouvir isso aqui, e os companheiros, os dois ministérios têm, de uma vez por todas, que resolver essas questões. Não pode um governo democrático e popular tomar posições autoritárias de baixo para cima. Parecem os decretos da época dos governos autoritários! (*Palmas.*)

Essa questão da listagem dos peixes em extinção foi um processo sem discutir, sem se demorar em discussões com os setores, com todo o respeito aos nossos cientistas, aos nossos pesquisadores. Mas, mesmo com isso, eles não podem ser os donos da verdade e, a partir só de uma portaria, tentarem resolver os problemas. (*Palmas.*)

Eu acho que essa é uma interação que devia ser feita.

Agora, eu queria aproveitar para deixar uma coisa bem concreta aqui, Abraão. Você disse que há quatrocentos e poucos.... Eu queria dar uma sugestão na defesa do nosso Ministério. Eu acho que deveríamos fazer um abaixo-assinado, aproveitando a mobilização de vocês aqui, diretamente para a Presidenta. É o momento, e não pode passar de hoje. Aproveitamos todas as lideranças dos pescadores que estão aqui, quer seja da pesca artesanal, quer seja dos empresários, para fazer um abaixo-assinado diretamente para a Presidenta, endossado aqui por todos os Senadores, representando cada partido. Eu acho que o Benedito de Lira deveria ser o porta-voz disso. Se for preciso, a primeira assinatura, representando o PT, eu ponho. (*Palmas.*)

Para quê? Para que a Presidenta mantenha o Ministério da Pesca como instrumento fundamental para o desenvolvimento do nosso País.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado Paulo Rocha... Senador Paulo Rocha, ele foi Deputado e muito competente, porque era a época da Constituinte, como foram também o Senador Moka e o Senador Benedito de Lira. Então, essa experiência que trouxeram é muito rica.

Consulto o Senador Moka se quer fazer uso da palavra. É um prazer, uma alegria. Hoje, a audiência teve a presença não só desses dois Senadores, mas também do Senador Donizeti, que fez uma colocação, do Senador Dário Berger, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Blairo Maggi. É para mostrar que todos estão comprometidos com isso.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Permita-me, Srª Presidente, pois eu gostaria de saudar todos os presidentes de colônia e de federações em nome do Presidente da Federação do meu Estado de Mato Grosso do Sul, Armindo Batista. (*Palmas.*)

Eu estou aqui a convite de todo mundo, mas, especialmente, do Presidente da Federação do meu Estado.

Eu sempre brigo um pouco aqui – da outra vez, já foi assim –, porque se fala muito em pesca marítima e fala-se muito pouco em pesca de água de rio doce. (*Palmas.*)

Eu acho que esse debate é importante, mas hoje o motivo não é esse. Nós vamos tratar disso no momento certo.

Eu vou ser muito objetivo.

Primeiro, saúdo o proponente do requerimento. Não é a primeira vez que o Senador Benedito de Lira mobiliza o segmento dos pescadores. (*Palmas.*)

Não é a primeira vez. Eu já devo ter vindo a três audiências a partir de requerimentos do Senador Benedito de Lira. É importante registrar isso.

Outra coisa importante. Eu conversava com o Senador Paulo Rocha. Eu disse: "Paulo, eu não entendo, parecem dois governos". Nós estávamos trocando essa ideia. Vejam bem: a Ministra Izabella e o Ministro Helder, urgentemente, têm de se sentar e discutir essa questão, pois, para mim, não faz o menor sentido não haver uma representação do Ministério da Pesca na hora de discutir a compensação ambiental. Não faz sentido! (*Palmas.*)

Não há como justificar isso. O nosso Presidente Abraão aqui disse o seguinte: "Vem uma ONG que representa os beija-flores de lá não sei onde", para ter compensação fundiária, e tem assento na comissão que foi estipulada por um decreto. E, nela, não há um representante daquele que tem... Pelo essa é a avaliação deste leigo aqui. Eu sou um modesto, simples, médico e professor.

Então, eu acho fundamental que haja a representação do pescador e também do empresário... (*Pausa.*)

...para que, juntos, possam defender esse segmento. Se não for assim, como é que vai chegar a compensação ao pescador, se não há quem o defenda ali?

E o pior é que o empreendedor paga; só que o dinheiro não chega até onde deveria chegar, que é o pescador. (*Pausa.*)

Aí é que está o erro.

O meu encaminhamento é bem objetivo. Eu acho o seguinte: urgentemente, que se faça uma reunião com a Ministra Izabella, com o Ministro Helder, com um membro do Ministério Público – aliás, foi brilhante, foi fundamental a participação do Ministério Público aqui –, para colocar com clareza exatamente isto: que não é uma questão, como disse o nosso Presidente, de esmola; é uma questão de direito! (*Palmas.*)

E esse direito precisa ser respeitado.

Eu acho que, com a nossa Presidente, se a conheço bem, nós vamos terminar aqui na hora que tiver de terminar; as pessoas ainda vão falar, é claro.

E aqui é importante dizer o seguinte: eu prestei muita atenção à fala da Drª Ana; a tendência é querer crucificar aqui a representante do meio ambiente. Eu acho que não. Eu acho que essa questão precisa ser colocada com clareza, porque, muitas vezes, nós temos uma visão, mas, na hora em que se estabelece a discussão, começam a aparecer argumentações que podem justificar...

Agora, num primeiro momento, o meu julgamento pessoal é dizer que, seja qual for o argumento que quiserem usar, não faz sentido um decreto, considerando que há uma comissão para tratar de compensação ambiental, sem a presença do representante do Ministério da Pesca, do pescador e do empresário. (*Palmas.*)

Não tem sentido.

E, aí, esta audiência pública poderia terminar com esse encaminhamento. E, como você já sugeriu, Paulo, você assina, e eu assino embaixo, junto com você. Eu tenho certeza de que o Benedito, que, na verdade, é o proponente do requerimento... Mas fundamental é a nossa Presidenta, mulher valente, que vai encaminhar isso, e nós vamos estar junto com você, Benedito, e com todos vocês que representam o setor.

Ao meu querido presidente da federação do Mato Grosso do Sul eu quero dizer: nós precisamos urgentemente, Presidente, debater um pouco mais a pesca em águas doces.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Foi deixado um questionamento pelo Senador Donizeti. Eu queria agradecer muito ao Senador Paulo Rocha e ao Senador Moka; o Senador Benedito foi muito claro na apresentação e na justificativa deste encontro, que termina com duas horas.

Antes de terminar, claro, vamos agora fazer as colocações finais, mas nós já temos o dever de casa a cumprir, que é alterar esse decreto, como foi sugerido aqui, mediante um entendimento entre os dois ministérios, proposto pelo Senador Paulo Rocha. E o Senador Benedito de Lira vai liderar esse processo, com toda a cobertura institucional da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Essa agenda relacionada às questões ambientais referentes à pesca passa a ser a agenda da Comissão de Agricultura. Não é apenas uma iniciativa de um ou outro Senador; ela passa a ser agenda da Comissão... (*Palmas.*)

...para encaminhar às autoridades federais competentes a solução e o atendimento dessas demandas.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira; em seguida, à Drª Ana Cristina e ao Dr. Fábio Hissa. Penso que os próprios representantes do setor entendem que aqui está o que nós queremos ouvir.

Tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Prezada Presidenta Ana Amélia, eu queria cumprimentar o companheiro Flexa Ribeiro, que foi citado aqui, há poucos instantes, pelos companheiros e pela nossa Presidenta.

A meu ver, Presidenta, a audiência pública chegou ao seu objetivo fundamental. As observações feitas pelos Senadores Paulo Rocha e Moka definiram perfeitamente o objetivo, o porquê. Nós não propusemos esta audiência pública para animar o confronto; muito pelo contrário, para encontrarmos a solução, a exemplo do que fora feito dois anos passados.

Mas, quando se trata de compensação ambiental, eu tenho apenas uma pergunta para fazer ao representante do Ministério da Pesca e, logicamente, uma pergunta para fazer à Drª Ana, representante do Ministério do Meio Ambiente.

É como bem disse o Moka: não há nenhum interesse em criarmos qualquer tipo de dificuldades ou barreira, ou sermos, vamos dizer assim, cruéis com o Ministério do Meio Ambiente. Eu disse, no início da minha fala, que o Ministério do Meio Ambiente tem que continuar existindo. Se não fosse assim, logicamente, eu não sei como estaríamos vivendo. Com todo o rigor que, às vezes, acontece dentro do Ministério do Meio Ambiente, e os ambientalistas, nós ainda temos um mundo e um País muito a desejar, no que diz respeito à melhor condição de vida para as pessoas.

O objetivo fundamental desta audiência é exatamente a Portaria 416, meu caro Senador Moka, decorrente do decreto da compensação ambiental. E aqui eu li essa portaria baixada pela Ministra do Meio Ambiente.

Daí a pergunta que formulo à Drª Ana: o que motivou, qual é o porquê, quais são as razões da ausência, nessa portaria ou nesse decreto de compensação ambiental, dos representantes do Ministério da Pesca e dos representantes dos pescadores, aqueles que, na verdade, são o fundamento principal da existência do setor pesqueiro? Essa é a pergunta que eu formulo à senhora.

Ao Ministério da Pesca: mesmo com a ausência da representação do Ministério da Pesca nesse setor, qual é o volume de recursos que chegam ao Ministério da Pesca oriundos da compensação ambiental? E, ao chegarem os recursos, quais são os projetos estruturantes direcionados à pesca que o Ministério tem promovido ao longo desse período todo em que esse setor existe?

Vou fazer uma observação, aproveitando a fala dos nossos companheiros e da Presidenta Ana Amélia. Nós vamos tomar um caminho, embasados, logicamente, no apoio do Senado Federal e dos representantes de todos os pescadores do Brasil. Primeiro, para acabar, como bem disse o Paulo Rocha, com essa queda de braço entre o Ministério da Pesca, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente, duas coisas nós teremos de propor ao Governo, porque é o responsável pela criação do Ministério da Pesca.

Essa portaria, na nossa visão, terá de ser alterada para incluir aqueles que estão aqui: a pesca, o Ministério e os pescadores.

Quando foi criado o Ministério da Pesca, eu disse: é um Ministério institucionalmente criado, legalmente criado, mas... Eu até disse não em tom chocante, mas que, na minha observação, é um Ministério consentido. O Ministério da Pesca é um Ministério consentido. Por quê? Porque as grandes ações que ele poderia desenvolver precisam ter uma prévia autorização do Meio Ambiente. Se não tiver, não funciona. É aquela tal palavra: "compartilhamento".

Por quê? O Ministério do Meio Ambiente pode exercer as suas funções independentemente de interferência direta. E o Ministério da Pesca pode fazer a sua programação para atender ao setor pesqueiro do Brasil e aos pescadores.

Então, são dois caminhos: a revogação da portaria para a inclusão de representantes; e, logicamente, saber para onde vão os recursos do Fundo de Compensação Ambiental. É como disse o Abraão: para ONGs que criam beija-flor? É até difícil criar beija-flor. ONGs para plantar flores? O que isso tem a ver?

Então, Presidente, quero agradecer a V. Exª e aos pescadores que se deslocaram de todos os Estados brasileiros para vir aqui. E não é a primeira vez.

Na primeira audiência pública que nós fizemos, dois anos atrás, havia uma preocupação do Senado no que diz respeito ao tumulto que pudesse acontecer. E foi uma coisa extraordinária, como está sendo hoje. (*Palmas.*)

Nós não ouvimos um apito, um apito. As pessoas se comportaram naquela época. Nunca houve uma audiência pública aqui com o volume de pessoas como o de hoje, nem daquela época, dois anos atrás, mas ninguém ouviu um assobio dentro do plenário. Por quê? Porque eles vêm aqui em busca de solução para a sobrevivência da sua atividade e não para fazer baderna.

Eu queria cumprimentá-los... (*Palmas.*)

...e agradecer a V. Exª por esta oportunidade que mais uma vez nos proporciona.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Queria cumprimentar a minha querida Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela vai fazer uso da palavra. É a nossa Senadora.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Não pode ser diferente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço.

Por economia processual, dois Senadores vão fazer uso da palavra, Senador Benedito, mas eu queria dar três minutos ao Dr. Fábio e à Drª Ana Cristina, nessa ordem. Como a outra foi invertida, agora eu inverto a ordem dos dois. É uma forma democrática também.

O SR. FÁBIO HISSA VIEIRA HAZIN – Bom dia a todos.

A primeira coisa que eu gostaria, minha amiga Cristina, seria desfazer, talvez, um mal-entendido que possa ter ficado da minha fala, de que eu tenha eventualmente criticado o Ministério do Meio Ambiente.

Particularmente, quando fiz referência à insegurança jurídica, a referência foi bem específica. E eu dei exatamente o exemplo do que estamos vivendo neste momento, as duas situações por que nós passamos nesse final de semana: uma foi a suspensão via liminar da questão do decreto do Rio Grande do Sul; outra foi a ameaça de greve dos fiscais federais que poderiam impedir a exportação de pescado que já estaria até embalado.

Essa é a rotina de trabalho de quem está dentro da pesca. E foi essa a referência que eu fiz. Que não seja, por favor, mal entendida a minha referência.

Aproveito o ensejo – é uma pena que o Senador Paulo Rocha não esteja mais aqui para falar – para falar do que foi dito, que os dois Ministérios estão hoje batendo cabeça ou, como disse o Senador Benedito, que nós estaríamos numa quebra de braço.

Eu tenho a alegria de dizer que não é esse o momento – o Senador está aqui – que nós estamos vivendo; ao contrário. Os dois Ministérios estão finalmente inaugurando um novo momento na gestão pesqueira deste País. Os CPGs (Comitês Permanentes de Gestão) são um testemunho disso.

Nós passamos anos para tirar os CPGs do papel. Hoje, os CPGs são uma realidade, e os dois Ministérios estão trabalhando não em uma quebra de braços, mas de braços dados, junto com o setor. E, a partir desse fórum que nós criamos, que inaugura um novo momento na gestão pesqueira deste País, inaugura-se também, ao mesmo tempo, um novo momento na ciência pesqueira deste País, porque nunca se fez o investimento que nós fizemos, através do CNPq, no desenvolvimento de pesquisas que vão, através dos subcomitês científicos dos Comitês Permanentes de Gestão, viabilizar esse novo momento da gestão pesqueira deste País.

Então, eu gostaria de dar este testemunho de que nunca os dois Ministérios trabalharam de forma mais harmoniosa e de forma mais parceira. E não há outra maneira, porque, do contrário, nós não teríamos, não temos como assegurar a sustentabilidade, não apenas ambiental, mas socioeconômica da atividade pesqueira. E também, nesse mesmo diapasão, para que não haja nenhum resquício de dúvida, temos avançado bastante na discussão da questão do próprio 445, cuja discussão final deverá culminar na construção dos planos de gestão no âmbito dos Comitês Permanentes de Gestão.

Acho que temos progressos importantes. E, pela primeira vez, acho que, talvez desde que o Ministério da Pesca tenha sido criado, nós vivemos um momento tão positivo de construção conjunta entre os dois Ministérios.

Então, eram essas apenas as palavras que gostaria de trazer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Fábio, pela sua elegância em deixar bem claro que não houve aqui uma dissensão, não houve nenhum... É apenas a abordagem dos fatos que estão acontecendo.

Renovo o agradecimento à Drª Ana Cristina, que aqui fez uma exposição também didática a respeito dessas questões. Então, com a palavra, sobre as ponderações feitas, o Senador Benedito de Lira.

O Senador pede a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu não ouvi se o representante...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele falou.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Falou?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Falou.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – De quê? Dos volumes de recursos que eles receberam?

O SR. FÁBIO HISSA VIEIRA HAZIN – Desculpe...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – A pergunta minha a ele foi essa.

O SR. FÁBIO HISSA VIEIRA HAZIN – Exato. Perdão...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Dos fundos de compensação, foi mandado quanto para o Ministério da Pesca? Foi isso que eu perguntei.

O SR. FÁBIO HISSA VIEIRA HAZIN – É verdade. O Ministério da Pesca não tem recebido esses recursos dos fundos de compensação. Nesse sentido, acho importante que haja uma representação do Ministério da Pesca nos fóruns. Acho que isso é uma iniciativa extremamente relevante diante de tudo aquilo que eu já coloquei. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador sabia a resposta. E a resposta confirmava todo o cenário do que nós estamos debatendo aqui.

Agora, tem a palavra a Drª Ana Cristina.

A SRª ANA CRISTINA FIALHO DE BARROS – Senadora Ana Amélia, Senador Benedito de Lira, demais Senadores, demais presentes, eu queria dizer aos senhores que estou muito tranquila. Agradeço a preocupação estendida à minha pessoa e à imagem do Ministério do Meio Ambiente, mas temos uma tranquilidade enorme hoje, pautada na realidade de que foi esse Ministério que reduziu 80% do desmatamento da Amazônia; criou o maior sistema de áreas protegidas do mundo; e, ao mesmo tempo, viu o País bater recordes de exportação de grãos, laranja, café, etc. Para nós, é muito claro que conservar e produzir podem andar lado a lado. É muito tranquilo.

Então, às vezes, a gente sabe que o pessoal se inflama no discurso. Até o Fábio se inflamou no discurso, deixou entender uma coisa assim de mal-estar.

A gente trabalha muito bem. O Brasil tem um exemplo de ordenamento e de gestão compartilhada da pesca. Ela parte do princípio das listas de espécies ameaçadas de extinção, sim. Não há como fazer isso... Pescador que é pescador sabe que tem de saber manejar o seu estoque de espécies, porque, senão, lá na frente, ele perde a atividade econômica dele. E é o que acontece quando a gente trata da atividade produtiva como um todo, quando eu digo: dá para reduzir desmatamento, dá para ter reserva e ter recorde de exportação; dá para ter regra ambiental na pesca e aumentar a produção da pesca; dá para ter regra ambiental, benefício para o pescador e produtividade pesqueira. Isso é tudo junto.

Então, estamos tranquilos com isso. Sabemos que, às vezes, no palanque, a coisa sai do controle, sai da lógica, mas a regra ambiental é a garantia do nosso futuro.

E aí a gente tem que começar a diferenciar aqui os conceitos de compensação.

Dr. Armando Burle, eu não posso concordar mais com o senhor. Se o pescador não pode pescar e precisa de uma compensação, isso é uma compensação social. Cadê o ambiente aí? Não há. Se o peixe acabou e o pescador não pode pescar, há dois problemas, um ambiental e um social. Estou dando um exemplo: se acabou o recurso natural ou diminuiu, há dois problemas, um social e um ambiental. Às vezes, o problema é só o social, quando ele está impedido de ter acesso ao recurso.

Então, há dois conceitos: um da compensação ambiental, e outro da compensação social. É muito importante ter essa clareza. O senhor deu a melhor explicação do dia sobre isso, Dr. Armando Burle.

Aí, vamos para outra peculiaridade. Eu vou entrar para responder à pergunta do Senador Benedito de Lira. Quando o ator social, quando o ser humano é impactado, hoje, o licenciamento lida com ele; a negociação é feita com o setor impactado. E há negociações. Há negociações desbalanceadas, e aí o Fábio está certíssimo, quando o setor da pesca – e apoiamos isto – tem de ser trazido, antes, para discutir o empreendimento na sua concepção. Quando há o impacto, a negociação tem de ser direta com o pescador e sua representação. Não há a menor dúvida disso. Estamos falando da compensação social. Há quem converse, há quem negocie.

E a compensação ambiental? Vai negociar com quem? Com a natureza? A natureza não vai falar; o meio ambiente não fala, não negocia.

Por isso, o Ministério do Meio Ambiente junto com o Ibama e a ICMBio são os únicos que estão nessa portaria, Senador. Não há a pesca, porque ali estamos falando do lado puramente ambiental, do que foi insti-

tuído, do impacto no meio ambiente, que não é mensurável; portanto, é compensado para o nosso sistema de unidades de conservação. É diferente do que queremos. E aí queremos também um sistema de compensação com o pescador, em que ele seja o ator e a classe social que vai discutir a sua compensação.

Então, estamos falando de um sistema paralelo a esse que o senhor tem aí e a esse a que se refere a portaria. Meio ambiente não fala. Por isso, ele está sendo representado nessa portaria, quando a compensação é puramente ambiental. Se a compensação é social, temos de criar essa. E aí o pescador tem de estar na cadeira, fundamentalmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso que a Drª Ana Cristina fez uma colocação, abrindo uma porta muito importante. A senhora será advogada dessa causa aqui discutida. (*Palmas.*)

Nós vamos, então, começar, com a sua janela aberta e com a disposição de entender o direito aqui reclamado por todos os que falaram: o direito a ter assento nas discussões e acesso ao recurso. Esse é o ponto. Aí nós vamos conversar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – ...democrático só o meio ambiente se reunir?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, nós vamos discutir exatamente a mudança desse critério, Senador Paulo Rocha. (*Palmas.*)

É isso que nós vamos discutir. A Drª Ana Cristina entendeu perfeitamente a demanda.

Como estamos na democracia, bem sublinhado aqui, nós temos instrumentos, o Congresso Nacional tem instrumentos, como, por exemplo, projeto de resolução do Senado Federal, que podem fazer aquilo que aqui está se reclamando e se demandando. Nós temos instrumentos. (*Palmas.*)

Aqui foi visto e aqui foi valorizado.

Duas questões. O Senador Paulo Rocha, com muito propriedade, disse que o desprestígio da classe política e parlamentar é grande. É, mas não é menor a nossa responsabilidade quando assumimos um compromisso de demandar uma agenda que tem um alcance social e um alcance de interesse de defesa do meio ambiente, o que os pescadores também têm, porque sabem que, se não houver a preservação, não haverá o pão de cada dia. Eles sabem, eles cuidam. Agora, eles não podem aqui ser tratados como marginais. (*Palmas.*)

E é exatamente essa a questão que está sendo colocada.

Agora, Senador Benedito, com as ponderações feitas pelo Dr. Fábio e pela Drª Ana Cristina, eu queria passar a palavra, pela ordem de chegada, por três minutos, ao Senador Flexa Ribeiro – tem que usar a tribuna, Senador – e, em seguida, à Senadora Fátima Bezerra, também por três minutos.

O Deputado Alceu Moreira veio aqui consultar como seria a ordem de inscrição. Esta é uma audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, requerida pelo Senador Benedito de Lira, para tratar das compensações ambientais. Deputado, nós aqui temos tido uma abertura também...

Desculpe, Senador: depois da Senadora Fátima, será o Senador José Medeiros; em seguida, o Deputado Alceu Moreira. Espero que um dia chegue lá também como Senador Alceu Moreira, que terá a palavra também por três minutos.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro, por três minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Senador Benedito de Lira, autor do requerimento desta audiência pública, quero saudar a Mesa em nome do meu amigo Abraão Lincoln, Presidente da Confederação Nacional de Pescadores, e do meu amigo Burle, Presidente do Conepe (Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura), companheiro nosso do setor da pesca lá do meu querido Estado do Pará.

Quero saudar o representante do Ministério da Pesca, do Ministério do Meio Ambiente, os engenheiros que estão aqui e, em especial, saudar os nossos pescadores. Quero saudar todos vocês... (*Palmas.*)

...em nome do Presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Pará, meu amigo Orlando Lobato, e, em nome dos pescadores do Brasil, os pescadores do meu Estado do Pará.

Senadora Ana Amélia, no Estado do Pará, nós temos uma disputa com o Estado de Santa Catarina, para saber quem é o maior produtor de pescado do Brasil. Eu não tenho dúvida de que é o Estado do Pará. (*Risos.*)

O que falta para nós, para que possamos deter, por direito, essa posição são estatísticas, que são deficientes ainda no Estado do Pará. Mas, se não somos o maior produtor, nós temos o maior potencial pesqueiro do Brasil e um dos maiores do mundo. É lamentável que o Brasil hoje participe do mercado de pescado internacional com algo em torno de 2%; ou seja, não tem nenhuma participação internacional.

Essa é uma luta antiga, e eu quero parabenizar V. Exª, Senadora Ana Amélia: ainda na sexta feira passada, estivemos em Belém, discutindo a questão da cacauicultura. Peço desculpas aos pescadores e aos membros da Mesa por não ter podido estar aqui ao longo das palestras, porque eu tinha compromissos agendados fora para

tratar de interesses do Estado do Pará. Inclusive, Senadora Ana Amélia, agora, no início de outubro – conversei ainda há pouco com o Secretário Hildegardo Nunes –, vai haver um encontro na Rússia sobre cacau. O Estado do Pará vai fazer representar-se pela Ministra Kátia Abreu, e eu acho que V. Exª poderia fazer uma indicação para que a Comissão de Agricultura também pudesse estar presente nesse encontro sobre cacau.

Mas vamos falar sobre peixe. Eu vou pedir só mais alguns minutos para V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para relembrar: alguns anos atrás, quando foi criado o Ministério da Pesca, eu fui o Relator da Lei da Pesca. Não havia nenhuma regulamentação sobre a pesca no Brasil. Existia um projeto que estava dormitando no Senado Federal, que era o que regulamentava a Lei da Pesca.

E o Governo queria criar o Ministério da Pesca. Abraão Lincoln era o presidente àquela época, e o Fernando, Presidente do Conepe.

No plenário do Senado Federal, nós colocamos uma condição e fomos apoiados pelos nossos pares. O Governo queria criar o ministério, mas não queria aprovar a Lei da Pesca. Não adiantava criar o Ministério da Pesca, e nós iríamos obstruir, se não houvesse a Lei da Pesca, porque seria um ministério que não teria uma função definida. Os pescadores obtiveram a vitória de ter a Lei da Pesca criada e sancionada, e o Ministério da Pesca criado – agora, está na iminência de ser extinto. Nós acabamos de assinar, os Senadores todos da Comissão de Agricultura, o apoio à manutenção do Ministério da Pesca. (*Palmas.*)

Presidenta, vou encurtar a fala, mas eu queria fazer uma reflexão com a Drª Ana. Ela usou ainda agora o termo "conservar" – e V. Exª, Senadora Ana Amélia, usou corretamente o termo "preservar" – para a Floresta Amazônica. Nós, amazônidas, sabemos o que fazer com a nossa floresta. Não são os técnicos, os burocratas, as ONGs internacionais, que comandam o Ministério de Meio Ambiente, que vão dizer o que fazer para preservarmos a Floresta Amazônica! (*Palmas.*)

Porque conservar é o que as ONGs internacionais querem; manter a floresta intocável, que seja um santuário. Uma hora é celeiro do mundo, outra hora é pulmão do mundo. Nós temos que preservar, mas temos que dar condições de vida digna para o brasileiro que lá está. (*Palmas.*)

São 24 milhões de brasileiros que guardam aquela área, cobiçada internacionalmente, para nós, do Brasil.

Então, o Ministério do Meio Ambiente tem, sim, Drª Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É Ana Cristina.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não pode decidir as coisas de modo fechado, como decidiu agora com relação ao impedimento de certas espécies de pesca. Tem que conversar com o setor produtivo. Deveria ser Ministério de Meio Ambiente e Produção; não pode ser os dois separados. Meio ambiente já está dizendo: é só metade. A outra metade é o homem. É o homem que tem de ser levado em consideração.

V. Exª falou em áreas de preservação. Sabe quantos conflitos o Ministério do Meio Ambiente provocou na Amazônia por criar áreas de conservação com brasileiros que estão ocupando essas áreas há décadas – 30, 40 anos, levados pelo Governo Federal? Estão lá, e até hoje o Governo não resolveu.

Diz a Constituição Federal que, para criar uma área de conservação, qualquer que seja o tipo, Senadora Ana Amélia, deve-se fazer o levantamento das pessoas que estão lá, fazer a avaliação das suas benfeitorias, indenizá-las, para depois homologar. O Ministério do Meio Ambiente faz exatamente o contrário: ele homologa, cria o problema, não resolve e fica lá, durante décadas, o problema para ser resolvido. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou encerrar, dizendo aos pescadores do Brasil e aos pescadores do Pará: contem com o Senador Flexa Ribeiro, como com o Senador Paulo Rocha, que esteve aqui há pouco, e com todos os Senadores da Comissão de Agricultura do Senado, para defender os interesses do povo brasileiro. É para isso que nós estamos aqui, não é para defender interesses internacionais, das ONGs, que comandam o Ministério de Meio Ambiente.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, com brevidade. Ainda há o Senador José Medeiros.

Eu queria que fôssemos para o procedimento da finalização. Já temos o dever de casa a cumprir, e é esse o fundamento da nossa audiência, com resultados práticos, porque todos já têm conhecimento da causa.

A Secretária do Ministério do Meio Ambiente é Ana Cristina, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da nossa Casa; Abraão Lincoln, liderança respeitada não só no meu Estado,

mas em todo o País pelo trabalho que tem feito, pela dedicação na luta em prol da valorização dos pescadores e aquicultores do nosso País; quero cumprimentar Armando; Fábio, do Ministério da Agricultura; Ana Cristina, do Ministério do Meio Ambiente; quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira e, em seu nome, cumprimentar os demais Senadores que participaram e participam desta importante audiência pública.

Meu abraço fraterno a todos os pescadores e aquicultores, aos presidentes de federações, aos representantes das colônias de pescadores. Peço permissão para abraçar carinhosamente cada um de vocês por intermédio da brava delegação do meu Estado, o Rio Grande do Norte. (*Palmas.*)

Senadora Ana Amélia, a audiência, sem dúvida alguma, cumpriu o seu papel, primeiro, por trazer aqui o problema e fazer um diagnóstico bem preciso do tema em discussão, a portaria que trata da compensação ambiental.

E a audiência cumpre o seu papel, porque escuta a voz dos pescadores e dos aquicultores; escuta a voz do setor produtivo, Armando, dos representantes da indústria; escuta a voz do Executivo, por meio do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente; e escuta a voz, Senador Benedito de Lira, do Parlamento, tudo isso voltado à busca de soluções, porque é disso que se trata. É isto que os pescadores e aquicultores que vieram de todo o País querem: eles querem que daqui saia uma proposta concreta para responder ao problema ora levantado. (*Palmas.*)

Eu quero, de forma muito simples, dizer o seguinte, Abraão: o pescador e o aquicultor não têm interesse nenhum na danificação do nosso ecossistema; ninguém tem mais interesse do que eles no respeito a nossa biodiversidade, no respeito à riqueza natural. Sabe por quê? Porque é exatamente de lá que vocês tiram o sustento de vocês e das suas famílias. É exatamente de lá que vocês tiram o sustento, a sobrevivência, como disse a Senadora Ana Amélia, o ganha-pão, contribuindo enormemente para o desenvolvimento sustentável deste País através da segurança alimentar para a nossa população.

O que nós precisamos neste momento é de regras que não venham trazer prejuízos ou dificuldades exatamente para a atividade que lhes dá o sustento e a sobrevivência.

Então o caminho, Fábio e Ana, é o caminho do diálogo. Desculpe-me, Ana, mas eu não consigo compreender, de maneira alguma, como se edita uma portaria, estabelecendo uma compensação ambiental, que mexe com a atividade da pesca, e o Ministério da Pesca fica de fora. Isso... (*Palmas.*)

Isso não é sustentável, muito pelo contrário. Sustentável é o caminho do diálogo. O Ministério da Pesca tem de estar representado, sim. Os pescadores e aquicultores têm que ter assento nesse grupo, nesse comitê; têm que ter assento para ter voz.

Ou seja, o caminho é exatamente o do diálogo, Senadora Ana Amélia, Senador Benedito de Lira, para que a gente possa, exatamente, conciliar aquilo o que todos nós queremos. Claro! Queremos respeito a uma atividade laboral tão importante, àquela que os pescadores e agricultores do País fazem. Fazem isso em consonância exatamente com o quê? Claro, com o respeito ao meio ambiente. Por quê? Porque nós queremos, evidentemente, contribuir para o desenvolvimento deste País, para o desenvolvimento econômico e social, à luz, exatamente, de uma atividade tão importante, na qual o nosso País é tão rico e que tem tanto ainda a explorar. É exatamente o setor da pesca e o setor da aquicultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, quero aqui concluir, Senadora. Permita-me aqui dizer, claro, o quanto fiquei honrada, ontem, na solenidade presidida pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores do País, por ter recebido a Comenda Café Filho e o titulo Amigo do Pescador.

Portanto, estou aqui pra reafirmar nosso compromisso. Abraão sabe que, como Deputada Estadual, como Deputada Federal, e agora como Senadora eleita pelo povo do Rio Grande do Norte...E tive a alegria de ter os votos de muitos pescadores e aquicultores lá do meu Estado. (*Palmas.*)

Tive o apoio, inclusive, de Abraão Lincoln, Presidente da Confederação e da nossa Federação. Mais do que nunca aqui, quero reafirmar, Senador Benedito de Lira, o nosso compromisso com a luta em defesa da pesca, em defesa dos direitos dos trabalhadores da pesca e da aquicultura.

Rapidamente, Senadora Ana Amélia, quero mais uma vez saudar a combatividade, a responsabilidade e a seriedade com que a Confederação e as federações de todo o País têm agido na defesa vigilante dos direitos sociais dos pescadores e aquicultores. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou concluir, Senadora.

Vide exatamente o que aconteceu agora quando da medida provisória que teve o Senador Paulo Rocha como Relator. Vocês obtiveram grandes conquistas porque conseguiram, exatamente, preservar os direitos sociais e trabalhistas dos aquicultores e pescadores.

Por fim, além de falar à Senadora Ana Amélia, quero dizer que ao Senador Benedito de Lira – que tem sido, aqui no Congresso, a nossa liderança maior nessa luta em defesa dos pescadores, dos aquicultores e da pesca – que estamos juntos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senadora Fátima.

Por último, o Senador José Medeiros também por três minutos. Por favor, Senador José Medeiros. Em seguida, por três minutos também, o Deputado Alceu Moreira, porque também os nossos expositores têm agendas, especialmente os dos Ministérios, e existem outras comissões, também, em funcionamento na Casa.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros, do PPS do Estado do Mato Grosso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª Presidente, todos da Mesa, todos os que nos acompanham aqui, todos os que também nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Na verdade, Senadora Ana Amélia, meu recado aqui é bem curto; é simplesmente para trazer uma palavra de apoio no sentido de que esse assunto da pesca é muito importante para que a gente perca essa representação ministerial. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Venho de um Estado – V. Exª sabe muito bem –, do Estado de Mato Grosso, que, além de ser o maior produtor de grãos do País, de despontar como o principal rebanho do País, também, Senador Flexa Ribeiro, desponta já como um dos principais *players* em termos de pescado. Então, vamos entrar nessa briga entre Pará e Santa Catarina.

Mas isso é impossível de se fazer, Senadora Ana Amélia, se não tivermos uma política séria no País, se o País não levar a sério essa questão. Precisamos de profissionalização, precisamos de qualificação, precisamos tirar os gargalos que impedem esse segmento de caminhar melhor. Nós temos um potencial infinitamente grande e que não é explorado em sua totalidade. O Ministério da Pesca nem se consolidou ainda – a grande verdade é essa. Ele nem deu os frutos que pode dar para a pesca brasileira.

E, se acabarmos com isso neste momento, vamos relegar a pesca brasileira a ficar como se fosse artesanal. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, nós temos defendido, esta Casa tem defendido – já concluo, Senadora Ana Amélia – cortes de ministérios, sim. Agora, para sairmos dessa crise, precisamos de produção, precisamos desenvolver, e o Ministério da Pesca é um desses motores que, com certeza, vai ajudar o Brasil a sair da crise, porque a pesca é um segmento tão importante quanto a agricultura e quanto os frigoríficos de carne.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Para encerrar as manifestações parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB - RS) – Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, agradeço a gentileza de me oportunizar o microfone, para poder falar de um tema que me é tão caro. Neste momento, a única coisa que não interessa é estabelecer a situação do mocinho e do bandido. Nós estamos, na verdade, querendo que se organize a política nacional na área pesqueira, de tal maneira que o pescador não seja tratado com coitadismo ou reserva piedosa eleitoral. Eu o mantenho pobre, lá, naquele canto, sem nada, e depois dou algumas muxibas, para poder fazer o voto dele, na boca da eleição. Nós não queremos isso! (*Palmas.*)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB - RS) – Eu, Senadora Ana Amélia, fiz um decreto legislativo para cassar a Portaria 445. Sabe por quê? Porque nós fizemos uma audiência pública e, nessa audiência pública, o Dr. Fábio, em alto e bom som, disse que foi feita, depois de uma narrativa longa do cidadão do Ibama... Aliás, um órgão arrogante, prepotente, que acha que o meio ambiente é exclusivo patrimônio dele! (*Palmas.*)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB - RS) – Ele disse o seguinte: "Este trabalho foi muito bem feito, para construir as matrizes da Portaria 445. Foi feito com 1.254 ONGs. A maioria, ONGs internacionais". Que legal. Foi ele quem disse.

A senhora não tem nem o direito de balançar a cabeça, para dizer que não, porque o cidadão do Ibama, que estava lá, disse em alto e bom som. (*Palmas.*)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB - RS) – Ele disse mais. Ele disse que as ONGs, entre elas nacionais e internacionais, ajudaram a construir. O gozado, pessoal, é que, depois de fazer um debate longo, com reserva de domínio, escolhendo o perfil ideológico ou a cobiça de ostentação que lhes interessa, eles disseram que reuniram todo mundo, construíram com todos os dados técnicos, e se esqueceram de uma coisa simples, banal, sem importância: S. Exª, o pescador. Esse não precisa. Esse, não precisa consultar.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB - RS) – Quero concluir.

Por isso, nós estamos fazendo, e me agrada saber que as câmaras técnicas estão sendo construídas, que nós vamos ter outro fórum para fazer esse debate e que os pescadores serão chamados.

Naquele dia, Senadora Ana Amélia, houve um cidadão, lá do Rio Grande do Sul, que disse o seguinte: "Imaginem alguém querendo comprar melancia, no Rio Grande do Sul, no mês de junho". Melancia só dá em dezembro. Se você quiser saber qual é o estoque de peixe e for fazer a pesquisa na época errada, você vai ter certamente contingentes de volumes de cardumes completamente diferenciados. Então, não dá para fazer ao gosto do freguês. Pesquisa tem que ser feita com tecnologia, com absoluta fidedignidade e ouvindo todas as partes interessadas no processo. (*Palmas.*)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB - RS) – E, para fazer uma denúncia, no final: nós estamos hoje com uma peixaria, em Tramandaí, numa cidade vizinha à nossa, fechada. Um cidadão arrogante, do Ibama, foi lá e fechou. "Ah, mas o Sr. João Pessoa, superintendente do Ibama..." Outro boçal. Arrogante, prepotente. Não aceita cumprir uma liminar da Justiça Federal. Ele não cumpre a liminar, Srª Representante do Ministério do Meio Ambiente. Ele não cumpre. Ele se nega a cumprir uma liminar. Não é para que não haja o ilícito. Ninguém está pedindo que não se cobre a multa, mas aquela peixaria comprava o peixe de quatro ou cinco colônias de pescadores, que hoje não têm para quem vender. Mas o cidadão, "motorista" de um carimbo, arrogante, incompetente, autoritário, safado, mau-caráter, foi lá e fechou!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/PMDB - RS) – O Sr. João Pessoa – que é o superintendente do Ibama, que está no Rio Grande do Sul –, conversando comigo, perguntou a este Deputado: "O senhor está advogando a contravenção?".

"Não, eu estou pedindo que o senhor cumpra uma liminar, para que a peixaria possa fazer a adequação que deve ser feita e que tem de ser feita, mas que dê vazão ao pescado de pescadores que precisam da pesca do dia para alimentar os seus filhos. Mas o senhor está preocupado com um carimbo, aliás, o senhor é um rei ambientalóide neste País que protege guetos ideológicos à custa da fome e roubando de tantos".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado. (*Manifestação da plateia.*)

Eu queria, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, dizer que nós estamos aqui tratando de abrir o diálogo. E eu, mesmo reconhecendo todo o direito e, digamos, toda a emoção e a paixão dos sentimentos dos Deputado Alceu Moreira, como Presidente da Comissão, eu preciso dizer que, no diálogo, nós temos de fazer um contraponto de respeito com as partes. Então, é o pensamento da Comissão, Drª Ana Cristina, que precisamos ter um relacionamento institucional com os órgãos. Nós não podemos xingar uma autoridade; ela está aqui como autoridade. Podemos discordar em tudo, em tudo o que são, mas nós temos de fazer tudo isso dentro de um nível de respeitabilidade.

Concedi a palavra ao Deputado como minha demonstração de democracia. Esta é uma audiência da Comissão do Senado Federal, mas não é a posição da Comissão. Aqui foi dito e aberto o diálogo com o Governo. Os dois Ministérios precisam entender-se – essa é a questão fundamental. E todos os senhores aqui, como muito bem salientou o Senador Benedito, do começo ao fim desta audiência, tiveram um comportamento exemplar; não foi necessária nenhuma vuvuzela aqui, nenhuma. Todos vieram aqui com o objetivo final de saírem daqui com alguma coisa na bagagem. Não é roupa, não é uma lembrança de Brasília, não é uma fotografia, mas a convicção e a crença de que a Comissão vai, sim, envolver-se nesta agenda, Abraão Lincoln, e, caro Presidente da Conepe, Armando Burle. (*Palmas.*)

Esse é o compromisso que o Senador Benedito, ao requerer essa audiência pública, tratou de especificar. E, na janela que foi aberta pela Drª Ana Cristina, em um entendimento aqui com o Dr. Fábio, é possível, sim. Agora, se não for possível, aí nós vamos encontrar os caminhos para resolver de uma vez por todas essa questão. Mas temos de começar bem o diálogo, respeitosamente, e eu tenho certeza de que esse é o sentimento de todos os senhores.

Agora, também, a paciência vai-se esgotando, e, por isso, as manifestações, Drª Ana Cristina, das pessoas ao aplaudirem a manifestação de um Deputado. Então, esta paciência, quando chega ao limite, transborda, e aí o controle fica mais difícil. Pelo que sinto, é o que está acontecendo aqui.

Portanto, nós vamos trabalhar para que esta paciência não exceda o limite; que a tolerância chegue ao limite do entendimento – do entendimento.

Eu queria saber do Senador Benedito de Lira se ele ainda precisa fazer alguma manifestação nesse sentido dos nossos encaminhamentos. Não podemos sair daqui de mãos abanando, e eu, como Presidente, tenho

a responsabilidade de assegurar que o diálogo será aberto, de forma respeitosa, e de que a Comissão está assumindo um compromisso com a agenda dos senhores.

E, para ela, vamos contar com o apoio de todos os Senadores que aqui estiveram nas manifestações, nosso ex-Presidente e autor do requerimento, Benedito de Lira, nosso Senador Waldemir Moka, Donizeti Nogueira, Dário Berger, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, José Medeiros e Fátima Bezerra, um quórum de Senadores aqui que só revela a relevância do tema e a importância que dão ao trabalho de todos os senhores.

Tem a palavra o Senador Benedito de Lira para o encerramento. (*Palmas.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Minha prezada Presidenta, eu confesso a V. Exª que este mesmo ambiente, no passado, teve resultados positivos.

Agora, eu quero agradecer a V. Exª e aos companheiros que compõem a Comissão de Agricultura, ao tempo em que também agradeço ao Presidente da Confederação dos Pescadores. E, em seu nome, quero cumprimentar todos os pescadores do Brasil pelo deslocamento que fizeram para estar aqui, mas saiam daqui, ao retornar aos seus Estados, às suas colônias, à sua atividade diuturna pensando que vamos encontrar os caminhos para resolver as dificuldades e as demandas de interesse dos pescadores brasileiros.

Muito obrigado, Presidente, um grande abraço e parabéns pela audiência.

Queria cumprimentar os nossos palestrantes. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero, antes de mais nada, dizer que está sendo passada a lista para as assinaturas de apoiamento à proposta sugerida pelo Senador Paulo Rocha em relação à permanência do Ministério da Pesca. Então, esse documento de abaixo-assinado já está sendo encaminhado – todos os Senadores presentes já o assinaram – aos demais presentes aqui.

Eu queria renovar o agradecimento, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Senador Benedito de Lira, que oportunizou, com o requerimento feito, esta audiência pública. Agradeço ao Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, Dr. Nicodemos Fabrício Maia; à Drª Ana Cristina Fialho de Barros, Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; ao Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Agricultura, Fábio Hissa Vieira Hazin; ao Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincoln Ferreira da Cruz; ao Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, Armando Burle; ao Diretor Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil, Elizeu Augusto de Brito. E agradeço também ao Vladimir Formiga, que é Diretor do Ministério da Pesca pela exposição feita, e a todos os Senadores que abrilhantaram, com suas manifestações aqui em apoiamento às demandas apresentadas pelos líderes da pesca e aquicultura no Brasil, o tema relacionado às compensações ambientais para os pescadores artesanais, decorrentes dos grandes empreendimentos de interesse da Administração Pública do País

Agradeço novamente a todos.

Está encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 1 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas do dia primeiro de outubro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Por sugestão da Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, e anuência dos senadores membros, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária encaminhará, ao Ministério das Relações Exteriores, um pedido de informações e solicitação para que haja uma intensificação do Itamaraty junto ao Governo argentino para tentar mitigar as resistências à assinatura de acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Após a breve manifestação, dá-se início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011 – Terminativo - EMENTA: Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo). Observações: Matéria em fase de votação. Resultado: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014 – Terminativo - EMENTA: Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 388, de 2014. Observação: Matéria em fase de discussão e votação. Resultado: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2008 – Não Terminativo - EMENTA: Institui a Política Nacional de Abastecimento. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 51, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo) e da Subemenda nº 1-CI. Observações: Anunciada a matéria, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, designa o Senador Donizeti Nogueira relator ad hoc, em substituição à Senadora Rose de Freitas. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLS nº 51/2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR/CRA (Substitutivo) e da Subemenda CI/CRA. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela rejeição do PLS n° 175, de 2014, e da Emenda n° 1-CAS. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do PLS n° 175/2014 e da Emenda n° 1- CAS. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatoria *ad hoc*: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 256, de 2014. Observações: Os Senadores Waldemir Moka e Donizeti Nogueira usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do PLS nº 256/2014. ITEM 6: AVISO Nº 13, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 3.493/2014 - TCU - Plenário, que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Fransisco S.A. (Chesf) com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel (TC-019.948/2014-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pelo conhecimento do AVS nº 13/2015; pela apresentação no Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações (Nº 46, de 2015, na CRA) ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário; e pela remessa do Aviso ao arquivo. Observações: Anunciada a matéria, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, designa o Senador Waldemir Moka relator ad hoc, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Aprovado o relatório pelo conhecimento do AVS nº 13/2015; pela apresentação no Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Nº 46, de 2015, na CRA) ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário; e pela remessa do Aviso ao arquivo. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2015 – Terminativo - EMENTA: Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 524,

de 2015, com a Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Lasier Martins. ITEM 8: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Dispõe, no que se refere às unidades consumidoras de energia elétrica da classe rural, sobre prazo de restabelecimento do fornecimento de energia elétrica e a reparação de prejuízos causados por falha do sistema de distribuição. Autoria: Deputado Zé Silva. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição do PLC nº 11, de 2015. Observações: Anunciada a matéria, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, designa o Senador Acir Gurgacz relator ad hoc, em substituição ao Senador Douglas Cintra. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do PLC nº 11/2015. ITEM 9: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências. Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta. Observações: Os Senadores Blairo Maggi e Ronaldo Caiado usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: A Presidência concede vista coletiva solicitada pelos Senadores Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 10: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Revoga dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do PLC 87/2015. Observações: Anunciada a matéria, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, designa o Senador Blairo Maggi relator ad hoc, em substituição ao Senador José Medeiros. Resultado: A Presidência concede vista coletiva solicitada pelos Senadores Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 65, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 64/2015–CRA, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que trata da "realização de audiência pública para debater a possível fraude no Processo Administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe", que seja incluída como convidada a Drª. Lívia Nascimento Tinôco, Procuradora-Chefe do Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Observações: Os Senadores Donizeti Nogueira e Ronaldo Caiado usam da palavra para encaminhar a votação do requerimento. Resultado: Aprovado. ITEM 12: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 66, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do RRA 64/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: Sra. Lívia Tinoco – Representante Ministério Público Federal; Padre Isaias – Coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá (SE); Sr. Marcos Bispo – Procurador-Regional do INCRA; Sra. Maria Izaltina Silva Santos - Representante da comunidade Quilombola Brejão dos Negros. Autoria: Senador Paulo Rocha, subscrito pelo Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 13: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 67, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, em Porto Velho, no Estado de Rondônia, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realizar-se no dia 16.10.2015, para debater as ações de defesa agropecuária no Estado de Rondônia com vistas a ampliação das exportações de carne bovina, o crescimento de produção de pescado no Estado e a falta de profissionais que atuam na inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, com a presença das seguintes entidades: MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia; SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia; ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal; FAPERON - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. ITEM 14: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 68, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos dos artigos 90, inciso II; 93, inciso II e 104-B, incisos IV e XIV, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para discutir a pecuária no Estado do Mato Grosso, com a presença dos seguintes convidados: JOSÉ JOÃO BERNARDES – Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso – ACRIMAT; MÁRIO ROBERTO CANDIA DE FIGUEIREDO – Conselheiro Fiscal da Associação dos Criadores de Mato Grosso – ACRIMAT; LUIS OLAVO SABINO DOS SANTOS – Fazenda Shalom e Agropecuária Liliana Ltda., Alta Floresta/MT. Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje, caros colegas Senadores, se destina a uma reunião deliberativa para apreciação de assuntos relacionados a vários temas. Nós tínhamos previsto para hoje uma audiência pública requerida pelo Senador Moka, que ia tratar de questões da área energética, com a presença da Ministra Kátia Abreu e do Ministro Eduardo Braga. O Senador, se quiser fazer alguma manifestação das razões da suspensão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, na verdade, antes desta audiência, eu devia ter me reunido com o ministro de Minas e Energia até para trazer um encaminhamento que desse realmente seguimento ao que se propunha: a chamada tarifa vermelha, sobretudo, no campo, na área rural, porque os produtores rurais – principalmente aqueles que faziam essa irrigação à noite e que perderam esse benefício – estão com muita dificuldade na tarifa.

Então, temos de encontrar uma solução. Mas eu pretendo que essa audiência seja feita depois que eu puder já trazer algum encaminhamento mais concreto. E, como eram apenas três pessoas daqui de Brasília mesmo, eu achei por bem que a gente pudesse fazer talvez na próxima semana, uma vez que o ministro de Minas e Energia me receberá na terça-feira da semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço, Senador Moka, pelas explicações. Nós encaminhamos à Ministra Kátia Abreu um ofício a respeito da questão dos medicamentos genéricos para a área veterinária. É uma lei que já foi sancionada, já foi aprovada e já foi regulamentada. Foi encaminhado, então, à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, um ofício falando sobre essa questão. A própria Ministra, pessoalmente, já informou – essa matéria foi provocada pelo Senador Benedito de Lira, autor, aliás, do projeto – que ela vem mantendo contatos com a indústria desses produtos veterinários a fim de implementar para atender à demanda dos produtores rurais, especialmente dos pecuaristas, porque são produtos veterinários.

Ontem, também, a Ministra, na conversa que tivemos, manifestou – percebi, e deve ser uma preocupação desta Comissão, caros Senadores – preocupação relacionada à demora na implementação de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia. As razões dessa demora estão diretamente relacionadas à questão do capítulo agrícola. Parece, pelas informações que temos recebido, que a Argentina mantém uma posição de intransigência em relação aos limites de aceitação desse comércio. Então, eu penso que talvez possamos – e submeto a consulta aos Srs. Senadores – encaminhar ao Ministério das Relações Exteriores, pela Comissão de Agricultura, um pedido de informações e solicitação também para que haja uma intensificação do Itamaraty junto ao Governo argentino para tentar, digamos, mitigar essas resistências e não seja o Brasil prejudicado nessa hora que tanto precisamos aportar divisas através da exportação.

Então, submeto aos Srs. Senadores se concordam com essa proposição de encaminharmos ao Itamaraty essa solicitação. E já peço também à Consultoria do Senado – bom dia a vocês – e ao Marcelo Varella, nosso executivo, para providenciar ainda hoje essa correspondência ao Chanceler Mauro Vieira, solicitando esse empenho.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu, depois, queria solicitar a aprovação de um requerimento, a leitura de um requerimento de minha autoria extrapauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Faremos a inclusão, Senador Blairo.

Como eu disse, nós temos, pelo menos, três matérias que já foram lidas. A primeira matéria é de autoria do Senador Acir Gurgacz, de que eu fui Relatora, mas é terminativa. Nós precisamos do quórum para fazer a votação. O segundo item também é terminativo. O terceiro item, não é terminativo, mas a Relatora, Senadora Rose, não está.

Então, eu passo imediatamente ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela rejeição do PLS n° 175, de 2014, e da Emenda n° 1-CAS.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.
2- A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS.
3- O Projeto será posteriormente apreciado pela CCT em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia.

Cumprimento os demais colegas aqui presentes e vamos ao relatório, então.

Por designação da Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, Senadora Ana Amélia, coube-nos relatar o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas.

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º acrescenta o §1º ao art. 15 da Lei nº 11.105, de 2005, renumerando o atual parágrafo único como §2º. O §1º estabelece a obrigatoriedade de se realizar audiência pública prévia para instruir a autorização para ensaio de campo com OGM destinado a controlar vetor transmissor de zoonose ou doença, garantida a participação da população local.

A cláusula de vigência encontra-se no art. 2º.

Na justificativa da proposição, argumenta-se que, embora o art. 15 supramencionado faculte à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a realização de audiências públicas para a instrução de pareceres técnicos vinculantes referentes à autorização para pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, o Decreto n° 5.591, de 22 de novembro de 2005, estabeleceu que as audiências só podem ser realizadas se aprovadas pela maioria absoluta dos integrantes da CTNBio. Por esse motivo, de acordo com a autora, dificulta-se sobremaneira o controle social nas atividades de pesquisa com organismos geneticamente modificados.

O PLS nº 175, de 2014, foi distribuído, inicialmente, à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa. Após a apreciação da CAS, contudo, o projeto foi remetido à CRA devido à aprovação do Requerimento nº 982, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, que solicita que esta Comissão também se manifeste sobre o PLS em análise.

Na CAS, o projeto foi aprovado com uma emenda, a qual estabelece que as audiências públicas também devem ser realizadas previamente à emissão de pareceres técnicos referentes à liberação comercial de organismos geneticamente modificados, quando requeridas por membro da CTNBio, por órgãos e entidades de registro e fiscalização mencionados no art. 16 da Lei n° 11.105, de 2005, ou por organização da sociedade civil com interesse na matéria objeto de deliberação.

Análise.

Nos termos do disposto nos incisos IX e XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão opinar sobre utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos, bem como sobre pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados. Na oportunidade, vamos nos manifestar exclusivamente quanto ao mérito do PLS n° 175, de 2014.

Entendemos que a proposição ora mencionada não é oportuna, uma vez que retira da CTNBio a autonomia de se posicionar, previamente, no processo de emissão de pareceres técnicos vinculantes referentes à autorização para pesquisa e uso comercial dos OGM e seus derivados. Embora o controle social seja importante, destaca-se que sua realização é adequada após se constatar a viabilidade técnica do processo em questão.

A CTNBio organiza-se em instância colegiada multidisciplinar que visa à prestação de apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa aos organismos geneticamente modificados. Ademais, estabelece normas técnicas de segurança e elabora pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de organismos geneticamente modificados e seus derivados.

Entendemos, portanto, que deve ser preservada a autonomia do colegiado da CTNBio para decidir se é oportuna a participação de outras instituições, públicas e privadas, nos processos de emissão de pareceres técnicos vinculantes referentes à autorização para pesquisa e uso comercial dos organismos geneticamente modificados e seus derivados.

Voto.

Pelo exposto, opinamos, então, pela rejeição do PLS nº 175, de 2014, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Relator, Senador Blairo Maggi, concluiu pela rejeição do PLS 175, de 2014, e da Emenda nº 1, da CAS.

Está em discussão o relatório do Senador Blairo Maggi.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, bom dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É terminativo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ele vai à outra Comissão?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não é terminativo. Vai para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vai para a CCT? Então, está bom.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu penso que o relatório do Senador abordou bem a questão do ponto de vista, inclusive, de que a própria CTNBio pode, através de seus membros, fazer a solicitação das reclamadas audiências propostas neste projeto.

Então, não havendo mais quem queira discutir e como o projeto vai ser submetido a outra Comissão, está em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir o parecer da CRA, pela rejeição do PLS 175, de 2014, e da Emenda nº 1, da CAS.

O processo será posteriormente apreciado pela CCT, em decisão terminativa.

Agradeço ao Senador Blairo Maggi pela relatoria.

Ao item 5, foi concedida vista coletiva ao Senador Waldemir Moka

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014
- Não terminativo -

Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Pela rejeição do PLS nº 256, de 2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- No dia 10 de setembro de 2015, foi lido o relatório, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que concluiu pela rejeição do PLS 256, de 2014, ocasião em que foi concedido vista aos Senadores Flexa Ribeiro e Acir Gurgacz.

3- A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Em discussão o projeto, que já foi lido.

Com a palavra o Senador Moka, que foi o Relator *ad hoc*.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só para dizer que a iniciativa do Senador Cássio Cunha Lima é meritória, mas, na verdade, já existe uma coisa muito semelhante. Além disso, esses leilões acabam dificultando, porque isso, na prática, é feito diretamente. O agricultor familiar, o produtor de leite vende esse leite diretamente à prefeitura. Isso já é feito em vários Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Inclusive para a merenda escolar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como eu já li, o relatório do Senador Douglas Cintra é pela rejeição, dizendo que ele tem um vício de inconstitucionalidade, é privativo do Executivo dizer, porque envolve compra feita pela Conab.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Isso faz parte de políticas de governo, do Executivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não há como. Eu concordo com o relatório do Senador Douglas Cintra, que é pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Se as Srªs e os Srs. Senadores quiserem discutir... Mas ele já deu a explicação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para comentar que a intenção é boa, a vontade era boa, mas esse projeto acaba restringindo, criando dificuldades cuja resolução já está prevista. Então, penso que o relatório do Senador Douglas Cintra, lido aqui pelo Senador Moka, é meritório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Douglas Cintra, lido pelo Senador Waldemir Moka, Relator *ad hoc*, que passa a constituir um parecer da CRA, pela rejeição da matéria.

A matéria ainda será, posteriormente, apreciada pela CAE, em decisão terminativa.

Muito obrigada, Senador Moka, pela colaboração.

O item 6, da Senadora Lúcia Vânia, é terminativo, mas ela não está presente.

O Relator do item 7, que é terminativo, é o Senador Lasier Martins, pediu sua retirada de pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2015
- Terminativo -

Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação, com Emenda nº 1 que apresenta.

Passamos ao item 8, que é não terminativo. .

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe, no que se refere às unidades consumidoras de energia elétrica da classe rural, sobre prazo de restabelecimento do fornecimento de energia elétrica e a reparação de prejuízos causados por falha do sistema de distribuição.

Autoria: Deputado Zé Silva
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela rejeição

O relatório é do Senador Douglas Cintra. Eu pediria ao Senador Acir Gurgacz que fosse o Relator *ad hoc*. O projeto está na página 245. Trata-se do PLC 11, de 2015.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Srª Presidente e Srs. Senadores, vou direto à análise.

O PLC possui motivação meritória, tendo em vista os prejuízos causados aos consumidores pelas falhas de fornecimento de energia elétrica. Tais situações, contudo, já são fartamente tratadas pelo ordenamento jurídico.

O § 6º do art. 37 da Constituição Federal, ao dispor que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, fornece a base constitucional para a responsabilização objetiva dos concessionários de serviços públicos.

Nessa linha, a Lei nº 8.078, de 11 de novembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 22, estabelece a responsabilização dos concessionários de serviços públicos:

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

Ainda o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 14, explicita a responsabilidade objetiva dos prestadores de serviço em geral:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos,

Da mesma forma, o art. 25 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos, afirma a responsabilidade objetiva dos concessionários de serviços públicos:

Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

A questão da responsabilização objetiva dos prestadores de serviços públicos está pacificada na jurisprudência: comprovados o dano, o fato gerador – por exemplo, a interrupção do fornecimento de energia elétrica – e o nexo de causalidade entre dano e fato gerador, configura-se o dever de indenizar. Portanto, o PLC não inova no que se refere à responsabilização objetiva da distribuidora de energia elétrica por danos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Naquilo em que o PLC inova – a forma de punição das distribuidoras de energia elétrica por falhas no fornecimento –, ele o faz com menos propriedade do que a regulamentação já existente. Duas razões podem ser apontadas para corroborar essa afirmação.

A primeira, de caráter mais geral, aponta que o nível de detalhamento constante do PLC seria cabível na regulamentação infralegal.

O fornecimento de energia elétrica envolve a interação de variáveis técnicas complexas, dependentes de tecnologias e de mercados em constante transformação, a qual o processo legislativo não possui agilidade suficiente para acompanhar. É recomendável, por conseguinte, que a especificação de infrações e as punições correspondentes sejam inseridas nas normas infralegais em vez de serem insculpidas na lei, que deve, isto sim, destacar princípios atemporais, como a garantia da qualidade do serviço prestado e o dever de indenizar por danos causados.

A definição de normas técnicas é do talhe da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com o propósito de regular e fiscalizar o setor elétrico.

Esse diploma legal inclusive, em seu art. 3º, inciso X, estabelece a fixação de multas administrativas entre as atribuições da Aneel.

A segunda razão que aponta para a impropriedade do PLC é a maior completude da regulamentação vigente quando comparada ao novo tratamento proposto para punir as distribuidoras de energia elétrica que atendam mal aos seus consumidores.

A atual normatização, exarada pela Aneel, estabelece padrões de qualidade do fornecimento que consideram não apenas a duração das interrupções, mas também a quantidade de interrupções. Esses padrões constam dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional. Destacamos, por sua pertinência com o PLC, os módulos 8 e 9 do Prodist, que regulamentam a qualidade da energia elétrica e o ressarcimento por danos elétricos, respectivamente.

De acordo com os procedimentos adotados, caso a distribuidora não cumpra os padrões de qualidade de fornecimento preestabelecidos, seja quanto à duração das interrupções, seja quanto ao número de interrupções, ela terá de compensar financeiramente o consumidor segundo o cálculo proporcional às transgressões cometidas.

Dessa forma, resta claro que, em matéria de punição das distribuidoras pelas falhas de fornecimento de energia elétrica, a legislação e a regulamentação atuais são mais consentâneas com a realidade do setor elétrico e protegem o consumidor com maior efetividade do que a modificação proposta pelo PLC.

Diante do exposto, o nosso voto, o voto que faço agora como *ad hoc* é pela rejeição do PLC nº 11, de 2015, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz, como Relator *ad hoc* do Senador Douglas Cintra, pela rejeição do PLC nº 11, de 2015.

Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado relatório do Senador Acir Gurgacz, *ad hoc* ao relatório do Senador Douglas Cintra, que passa a constituir parecer da CRA, pela rejeição da matéria.

O projeto será encaminhado à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Agradeço o Senador Acir pela colaboração.

Para dar uma limpada na pauta, então, eu queria pedir a colaboração do Senador Donizeti Nogueira no item 3, não terminativo.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2008
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Abastecimento.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 51, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo) e da Subemenda nº 1-CI.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CCT no prazo regimental.
2- A matéria foi apreciada pela CCT, com Parecer favorável; pela CDR, com Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo); e pela CI, com Parecer favorável, nos termos do Substitutivo da CDR, com a incorporação da Subemenda-CI.
3- Em 11/05/2010 e 29/06/2011, foram realizadas Audiências Públicas nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o intuito de instruir o Projeto.
4- A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator *ad hoc* à Senadora Rose de Freitas, Senador Donizeti Nogueira.

Eu só sugeriria, Senador Donizeti, para efeito de economia processual, já ir à leitura da análise do projeto, porque o relatório é sobre as questões formais. Então, se for direto à análise, a gente já eliminaria um bom tempo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O relatório foi rapidamente resumindo pela Presidenta. Todas as Comissões encaminharam pela aprovação. Então vamos à análise, já que, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 51, de 2008.

Em consonância com o disposto no art. 104-B, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o exame de proposições legislativas que tratem, entre outros aspectos, de abastecimento e de segurança alimentar. No entanto, os aspectos de constitucionalidade e juridicidade da matéria serão avaliados oportunamente na Comissão de Constituição e Justiça, em análise terminativa.

No que concerne ao mérito, tendo presentes as contribuições recebidas nas audiências públicas que antecederam este exame, entendemos que a Proposição complementa os princípios estabelecidos na Lei nº 11.346, de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), na busca pelo direito à alimentação humana adequada.

Destaca-se na Proposição a preocupação em se dimensionar a estrutura básica de armazenagem suficiente para atender às necessidades de segurança alimentar da população e garantir o acesso à energia e medicamentos, sobretudo em situações adversas, como as advindas da ocorrência de secas, enchentes e tufões.

A Proposição, embora possua abordagem mais abrangente, alinha-se com os princípios estabelecidos na Lei nº 11.346, de 2006, que cria o Sisan, ao buscar garantia do direito humano à alimentação adequada.

Fundamentalmente, o PLS nº 51, de 2008, inova a legislação vigente quando, além de prever mecanismos de controle de preços dos bens essenciais à vida, ele o faz por meio da valorização do associativismo, da agricultura familiar e da integração dos agentes locais. Nesse sentido, a Proposição converte-se em referência obrigatória para o Poder Público, responsável, em grande medida, pela segurança alimentar da população brasileira, sobretudo diante de catástrofes naturais.

Finalmente, somos favoráveis aos aperfeiçoamentos que resultaram na retirada da distribuição de combustíveis do conteúdo da Proposta, por já existir legislação própria, e na melhor integração das ações do Plano Nacional de Abastecimento com os princípios, diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do PLS nº 51, de 2008, nos termos da Emenda nº 1 – CDR (Substitutivo) e da Subemenda nº 1 – CI.

É esse o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço muito ao Senador Donizeti Nogueira como Relator *ad hoc*. A Senadora Rose de Freitas concluiu pela aprovação do PLS 51, de 2008, nos termos da Emenda CDR (Substitutivo) e da Subemenda apresentada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto, que passa a constituir parecer da CRA favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 CDR, CI, CRA (Substitutivo) e da Subemenda CI, CRA.

A matéria será, posteriormente, apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Donizeti Nogueira.

Eu pediria ao Senador Moka, por gentileza, já que estamos limpando a pauta, a leitura, *ad hoc* do relatório da Senadora Lúcia Vânia, do item 6, que também é não terminativo, para conseguirmos concluir a votação.

ITEM 6
AVISO Nº 13, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 3.493/2014 - TCU - Plenário, que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf) com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel (TC-019.948/2014-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Pelo conhecimento do AVS nº 13/2015; pela apresentação no Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações (Nº 46, de 2015, na CRA) ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário; e pela remessa do Aviso ao arquivo.
Observações:
1- a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para a apresentação do Requerimento de Informações no Plenário do Senado Federal e demais providências.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, *ad hoc*, ao relatório da Senadora Lúcia Vânia, que foi Relatora da matéria, para proferir este relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou direto à análise.

Em resumo, o Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário, conclui inicialmente pela necessidade de o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) se manifestar, em audiência, a respeito da extrapolação de prazos e de procedimentos adotados, para fins das Declarações de Utilidade Pública (DUP), em face do atraso imposto por revisões e novas exigências impostas pela agência no decorrer do andamento do processo de obtenção de DUP.

Quanto ao acesso a informações sensíveis à avaliação do empreendimento e riscos relacionados, o Acórdão dispõe ser necessária a elaboração de mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos traçados pelo corredor de traçado proposto, tais como informações relacionadas ao levantamento topográfico, estudos preliminares, Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para abertura de picadas para serviços de topografia, prospecção arqueológica para elaboração de Projeto de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial, entre outros.

O Acórdão aponta que há vários riscos fundiários que se materializaram, especialmente a dificuldade de negociação de valores para indenização e/ou realocação de donos de terras, bem como a dificuldade logística de tal tipo de empreendimento e quantidade de repartições cartoriais envolvidas. Ainda, outro ponto sensível foi a necessidade de alteração de localização de subestações devido a posicionamento errôneo em zonas de proteção ambiental, o que não foi apresentado nos relatórios da Empresa de Planejamento Energético (EPE).

O Acórdão constata que os prazos definidos para a execução das obras de transmissão de energia elétrica dos lotes A, B e C do Leilão de Transmissão nº 3/2012 – Aneel não vêm sendo cumpridos em razão de questões fundiárias, de licenciamento socioambiental e arqueológico, trazendo prejuízos financeiros e comprometendo o planejamento estratégico do setor elétrico. Aduz a necessidade de adequação da sistemática do Relatório R3 – Caracterização e Análise Socioambiental por não apresentar informações suficientes para a caracterização da viabilidade socioambiental dos empreendimentos.

Determinou que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) observasse o princípio da segregação de funções em sua gestão de contratos, pois buscou executar o serviço de liberação fundiária negociando diretamente com os proprietários de terras avaliadas por ela, o que pode acarretar prejuízos à estatal e que a Secretária de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos do Tribunal de Contas da União (Secob Energia/TCU) realizasse a ação de controle no sentido de buscar alternativas para mudar o quadro atual de entraves em licenciamento de obras de energia elétrica, buscando a elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental.

Ressalta ainda que a Chesf precisa pautar suas decisões visando ao retorno financeiro dos empreendimentos em que participar, e os empreendimentos em questão passaram a apresentar Taxa Interna de Retorno abaixo do praticado pela Eletrobras, com redução de aproximadamente 52% quando comparada com a previsão inicial. Mas conclui que o empreendimento não se enquadra como causador de resultados financeiramente negativos para a empresa.

Por fim, com fundamento nos dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o Acórdão decide por determinar juntada de sua cópia nas Tomadas de Conta TC 029.387/2013-2 e TC 023.736/2014-3 para agregar informações às ações de controle e fins de exames de controle de contas da Chesf.

Voto.

Considerando o exposto, opinamos para que esta Comissão:

a) Tome conhecimento;

b) Encaminhe requerimento de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014-TCU-Plenário, nos termos da minuta a seguir apresentada; e

c) Remeta o processado ao arquivo.

Srª Presidente, eu penso que esse acórdão é importante. Há aqui o relatório da Senadora Lúcia Vânia, de que sou apenas o Relator *ad hoc*, recomendando o requerimento que dá ciência ao Ministro de Minas e Energia das recomendações do Tribunal de Contas da União, e pedindo que o Presidente, no caso, se manifeste, em audiência, em relação à extrapolação de prazo. Quer dizer, é uma advertência que o Tribunal de Contas da União faz, pedindo que o Ministério de Minas e Energia tome conhecimento e as providências necessárias ao caso. Penso que é importante o acórdão que o Tribunal de Contas envia a esta Comissão, e o encaminhamento da Senadora Lúcia Vânia foi o mais correto possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço muito a gentileza do Senador Waldemir Moka, que foi Relator *ad hoc* da Senadora Lúcia Vânia, concluindo pelo conhecimento do Aviso nº 13, de 2015, pela apresentação, no plenário do Senado Federal, do requerimento de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens citados pelo relatório, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014-TCU-Plenário, e pela remessa do aviso ao Arquivo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka ao relatório da Senadora Lúcia Vânia, que passa a constituir parecer da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Agradeço muito ao Senador Moka e passo, de imediato, ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, de 2015
- Não terminativo -

Revoga dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação

Com a palavra, o Relator *ad hoc*, Senador Blairo Maggi, a quem agradeço antecipadamente, para fazer a leitura do relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente Ana Amélia – ela não gosta que chame de Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada. Eu concordo com V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu obedeço. Eu escuto bem e obedeço a V. Exª. Sou bem mandado.

As duas Presidentes – uma Presidenta e uma Presidente – do Rio Grande do Sul, tchê!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Desculpe a brincadeira, Senadora Ana Amélia.

Este é um projeto de autoria do Deputado Federal Carlos Bezerra, que já foi Governador e Senador do nosso Estado, e relatado inicialmente pelo José Medeiros, também Senador pelo Estado de Mato Grosso. Trata-se de um projeto bem mato-grossense.

Vou direto à análise.

Cabe, inicialmente, registrar que o inciso X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui à CRA competência para opinar sobre proposições que tratem de política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural.

Em princípio, registra-se que não se vislumbram problemas de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa no PLC nº 87, de 2015.

Em síntese, o PLC nº 87, de 2015, revoga três dispositivos da Lei nº 11.775, de 2008, que trata de medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

As operações enquadradas são aquelas a que se refere o art. 15 (mutuários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf); o art. 29 (devedores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste – FNO, FNE e FCO); e o art. 30 (demais devedores dos Fundos Constitucionais, que não se enquadrarem em outros dispositivos da Lei nº 11.775, de 2008).

O PL nº 6.263, de 2009, que deu origem ao PLC em análise, foi apresentado na vigência da alteração da Lei nº 11.775, de 2008, promovida pela Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, que exigia a liquidação integral da dívida renegociada como condição para que o produtor rural renegociasse sua dívida relativa a certas operações de investimento.

Na prática, sob essa condição, o produtor ficaria impedido de contratar nova operação de crédito. Naquele contexto, com a pretendida revogação, no entanto, haveria nova oportunidade para que os agricultores contratassem novas operações de investimentos no âmbito do crédito rural.

Ocorre que a Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, alterou os três dispositivos objeto de alteração do presente PLC para determinar que ficaria impedido de nova contratação de empréstimo o mutuário, até que amortizasse integralmente as prestações – parcelas do principal acrescidas de juros – previstas para o ano seguinte ao da realização da renegociação.

Em outras palavras, desde 2011, a exigência recai apenas no cumprimento de pagamento da primeira parcela do refinanciamento para contratação de novo empréstimo de crédito rural.

Nesse contexto, com a aprovação do PLC nº 87, de 2015, desapareceria qualquer restrição à tomada de novos empréstimos, mesmo que o mutuário não tenha implementado o pagamento da primeira parcela.

Como a medida é meritória e não traz implicação fiscal direta, uma vez que não ocorreria aumento da despesa pública, sendo avaliada caso a caso a situação do tomador do crédito, entendemos ser oportuna sua aprovação.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 87, de 2015, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, mato-grossense, relatado pelo Senador José Medeiros e, agora, *ad hoc*, pelo Senador Blairo Maggi.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço, Senador Blairo Maggi, pela gentileza da relatoria *ad hoc*, que, de acordo com o relatório do Senador José Medeiros, conclui pela aprovação da matéria.

Em discussão.

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, em virtude de eu não ter tido condições de tomar conhecimento da matéria e por considerá-la muito importante, eu gostaria de pedir vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Donizeti Nogueira está pedindo vista ao relatório, à matéria apresentada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vista coletiva, Senador Acir. Muito obrigada. A matéria volta na próxima reunião deliberativa. Agradeço muito ao Senador.

Passo ao item 9:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze
Relatoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 1 (Substitutiva) que apresenta.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia, Srs. Senadores, Senadoras. Eu passo diretamente à análise do projeto PLC 49, de 2015.

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão opinar sobre segurança alimentar e comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, nos termos dos incisos IV e VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Em síntese, o PLC nº 49, de 2015, exige que os produtos nas formas *in natura* ou semiprocessada sejam submetidos à:

a) análise de resíduos de princípios ativos de agrotóxicos ou afins, microtoxinas ou outras substâncias tóxicas, atestando o laudo ou certificado que, se existem tais resíduos, não excedam os limites máximos estabelecidos em regulamento;

b) inspeção sanitária relativa a produtos de origem vegetal ou o animal, conforme o caso, atestado o laudo ou o certificado a inexistência de infecções ou infestações por patógenos ou parasitos.

Essa regra foi estabelecida a partir de emenda do então Deputado Davi Alcolumbre, que considerou as dificuldades da exequibilidade do controle sanitário e de resíduos de produtos químicos em todas as mercadorias, texto alcunhado na versão original do PLC.

Assim, com as alterações, a proposição incorporou a disposição de manter a obrigatoriedade do controle de resíduos e a inspeção sanitária em todos os produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados nas formas *in natura* ou semiprocessada, excluindo, assim, a obrigação para os produtos que passaram por processamento industrial nos países de origem. .

Ademais, o PLC estabelece que o cumprimento dessas exigências será comprovado por meio de laudo técnico ou certificado firmado por profissional legalmente habilitado, e define sanções e penalidades para o caso de infração às disposições estabelecidas, que vão desde multa, condenação e inutilização do produto, suspensão de autorização, registro ou licença, cancelamento das mesmas, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento, até a destruição dos produtos irregulares, o que garante maior segurança jurídica ao processo de internalização dos produtos.

Os custos referentes a esses procedimentos deverão ser arcados pelo infrator e a regulamentação da lei deverá estabelecer os limites máximos dos resíduos químicos que poderão ser tolerados em produtos agropecuários e seus derivados, sendo zero a tolerância para dioxinas e para princípios ativos de agrotóxicos ou afins não registrados no Brasil, na forma da legislação em vigor. Essas medidas não criam encargos para os contribuintes e, por outra parte, orientam o Estado na regulamentação de limites de resíduos.

No que se refere à constitucionalidade do PLC, observa-se que o Parlamento detém competência para propor legislação a respeito de produção e consumo, conforme art. 24, V, da Constituição Federal (CF).

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

No mérito, entende-se que a Proposição inova a legislação pátria, aprimora o marco legal, dá maior qualidade aos produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados nas formas *in natura* ou semiprocessadas, e, em consequência, agrega instrumento de eficiência e gestão ao controle sanitário e proteção à saúde dos cidadãos brasileiros.

Quanto à forma, para atendimento à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n° 107, de 26 de abril de 2001, fazem-se necessários alguns ajustes referentes à consolidação das leis e outros atos normativos.

O art. 13 da referida Lei determina que as leis federais sejam reunidas em codificações e consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, e constituindo em seu todo a consolidação da legislação federal.

Conforme o § 1º, a consolidação consiste na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do seu alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

Muito embora a consolidação em comento caiba majoritariamente para conjunto de leis já existentes, a lógica descrita se aplicaria também para inovação na legislação, tanto para manter coerência quanto a coesão de matérias similares. Ademais, o art. 12, inciso III, da Lei Complementar nº 95, de 1998, trata da matéria e daria suporte para esse tipo de consolidação.

No caso em tela, o PLC é muito similar à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos.

Inclusive, no § 1º do art. 2º, o PLC estabelece que, para os efeitos da futura lei, serão adotados os conceitos de agrotóxicos, afins e princípios ativos contidos na Lei nº 7.802, de 1989, e em seu regulamento.

Além disso, a cláusula de responsabilidade administrativa (art. 3º do PLC) é muito similar ao art. 17 da Lei nº 7.802, de 1989, e o artigo que trata de matéria para regulamentação (art. 4º do PLC) guarda paralelismo com o art. 21 da Lei nº 7.802, de 1989.

Dessa forma, a consolidação garantiria a coesão do sistema legislativo de controle relacionado a agrotóxicos, com inclusão de regra sanitária, razão pela qual optamos por propor Substitutivo ao presente projeto de lei.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 49, de 2015, na forma do substitutivo. Esse é o substitutivo que foi apresentado, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre comercialização e estocagem, processamento, industrialização e acondicionamento e o trânsito no território nacional de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos importados de outros países.

O art. 1º da Lei nº 7.802 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13-A Todos e quaisquer produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de quaisquer países nas formas *in natura* ou semiprocessada somente poderão ser comercializados, estocados, processados, industrializados, acondicionados ou transitar pelo território nacional se, previamente:

I – houverem sido submetidos à análise de resíduos de princípios ativos de agrotóxicos ou afins, micotoxinas, ou outras substâncias tóxicas, e cujo laudo ou certificado ateste que, se existentes, tais resíduos não excedem os limites máximos estabelecidos em regulamento;

II – houverem sido submetidos à inspeção sanitária relativa a produtos de origem vegetal ou animal, conforme o caso, e cujo laudo ou certificado ateste a inexistência de infecções ou infestações por patógenos ou parasitos.

Parágrafo único. O cumprimento das exigências estabelecidas no caput deste artigo será comprovado por meio de laudo técnico ou certificado, firmado por profissional legalmente habilitado".

Art. 17 .....

.....

II - multa de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), aplicável em dobro em caso de reincidência;

.....

IX - destruição de produtos com resíduos acima do limite permitido ou nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos ou afins de uso não autorizado, a critério do órgão competente.

§ 1º A autoridade fiscalizadora fará a divulgação das sanções impostas aos infratores desta Lei. SF/15286.35051-40

§ 2º Os custos referentes a quaisquer dos procedimentos mencionados neste artigo correrão por conta do infrator." (NR)

Art. 21-A O regulamento desta Lei estabelecerá os limites máximos, considerados seguros para a saúde humana e animal, de resíduos químicos que poderão ser tolerados em produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, sendo zero a tolerância para dioxinas e para princípios ativos de agrotóxicos ou afins não registrados no Brasil, na forma da legislação em vigor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após sessenta dias de sua publicação.

Esse é o voto e o substitutivo apresentado de um projeto originário da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que dispõe sobre esse controle sanitário de matérias importadas de produtos *in natura* ou semiprocessados.

Peço votos a favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Ronaldo Caiado, Relator, que concluiu pela aprovação da matéria nos termos de uma emenda substitutiva que apresentou.

Está em discussão.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, em virtude do mesmo argumento anterior, eu também gostaria de pedir vista a esse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Donizeti, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero fazer um questionamento ao Senador Caiado, Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Donizeti está pedindo vista...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Para tirar uma dúvida no seu relatório. Eu gostaria de ter a informação se para cada lote importado terá que ter um procedimento desse, ou é uma vez que você solicita a importação e vem... Por exemplo, o cara vai comprar 10 toneladas de produto, mas, na primeira vez, vem uma tonelada, depois vem duas, como é esse procedimento no fracionamento? Está previsto isso na legislação, ou não, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A cada entrada é um exame. Não é apenas um lote que resguardaria com que os outros pudesse ser liberados. Não, a cada produto semiprocessado ou *in natura,* desde que seja importado, ele terá que ser analisado para que possa ter a confirmação de que não está com nenhuma contaminação, conforme foi definido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – E o órgão competente para fazer isso será...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Olha, eu acho que nós há sofremos aquele caso de Chernobyl. Em decorrência daquilo, nós temos outras alterações hoje no mercado e que são todas elas produz nacionais.

Nós, ao entrarmos no mercado, na Comunidade Econômica Europeia, ou nos Estados Unidos, eles nem aceitam os nossos *in natura* ou semiprocessados. Então, essa condicionante, também, é para que não sejamos aqui uma fronteira livre para que todos produtos possam ser transferidos para o Brasil sem que haja uma análise mínima para saber se existe uma concentração maior de radioatividade, ou de contaminação, de infecção e até de agrotóxicos, se foram utilizados.

O objetivo é este. Mas não autoriza que a análise de um lote, amanhã, autorize outros lotes a dar entrada no País. Se eles vêm todos, conjuntamente, é lógico que é feita uma pesquisa proporcional àquilo que está sendo importando, mas não quer dizer, respondendo objetivamente sua pergunta, que um lote de 10 milhões de toneladas que foram importadas, chegou um primeiro lote de 1 milhão, que essa análise do primeiro lote avalizaria a entrada dos outros 9 milhões de toneladas que viriam a seguir? Não.

A cada lote ele será submetido a todas essas dosagens e exigências que foram feitas no projeto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu entendo assim, Senador Caiado. A minha preocupação é com, vamos chamar assim, as pequenas coisas que vêm com estrutura que nós temos no País de fazer essa análise. Nós temos algo em determinadas áreas, que não essas exigências na importação, pelo simples de ter que passar pela Receita e todo esse procedimento burocrático, Anvisa, nós demoramos aí, às vezes, três, quatro meses, para liberar um lote de mercadoria que fica no porto.

Então, a preocupação é: nós teremos a estrutura, o Governo estará preparado para a entrada de algum produto que está chegando no Brasil e é perecível? Como fazer isso? Então, é só um questionamento, não quanto ao mérito, Senador Caiado. Estou de acordo. As mesmas regras que exigem de nós lá fora devemos exigir aqui dentro. Agora, a preocupação é: estamos preparados para isso? Principalmente que, uma vez aprovada a lei, em 60 dias, ela passa a vigorar. Então essa preocupação para que não criemos um problema que fica insanável a curto prazo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A ponderação que faço com o nobre colega é que nós estamos tratando aqui de matéria que diz respeito diretamente à saúde humana. Ou seja, nós estamos simplesmente impondo regras que todos os países hoje já aplicam. Quer dizer, eu acredito que, entre a prioridade tributária e prioridade sanitária, eu acho que fica bem claro na balança a nossa prioridade que deve ser dada para o atendimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não é nem a tributária, é a questão da falta, às vezes, do produto para industrializar, ir para frente. É essa a pontuação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas eu acredito que essa parte da análise, esses exames não são tão sofisticados. São exames, hoje, em que se consegue ter um resultado em poucas horas. Hoje, nós já temos aparelhagem para poder detectar essas toxinas, ou, às vezes, esses agrotóxicos que são aplicados ou resíduos de medicamentos em poucas horas. Nós temos essa análise feita até no momento em que se faz o abate do animal. E temos o resultado imediatamente. Na análise dos grãos, por exemplo, isso também é muito rápido.

Essa tem sido uma política do Brasil por estar, cada vez mais, sendo exigido de nós normas junto a esses órgãos internacionais. Essa iniciativa do Deputado Luis Carlos Heinze é muito, vamos dizer, positiva no sentido de mostrar que nós também estamos fazendo um controle sanitário nos produtos que aqui dão entrada para que não soframos, amanhã, consequências danosas, tanto no fato específico da saúde humana, como também no da contaminação do nosso território por bactérias ou toxinas que poderão, amanhã, consumir milhões e milhões de dólares de nós brasileiros no combate a essas pragas que nós não temos ou a essas bactérias que entraram e cuja porta de entrada foi, exatamente, a importação.

Não especificamente em relação a isso, mas V. Exª se lembra, Senador, do caso de Chernobyl, por exemplo. Essa carne ficou sendo deslocada no Brasil durante mais de três anos, estocada em locais que eram específicos para conter o processo de radioatividade; depois, ela teria que ter sido enterrada, e Estado algum queria recepcionar essa carne. Enfim, nós vivemos aí um escândalo que durou quase três anos nesse processo. Depois, nós temos as barreiras, e o Brasil tem superado isso, em relação especificamente à aftose. Nós temos, cada vez mais, sustentado a tese de que nós somos fornecedores de produtos com características muito mais naturais do que os outros países, que desenvolvem técnicas muito mais agressivas diante das condições climáticas, que nós temos favoráveis.

Então, acho que essa exigência para nós mostra também que o Brasil não pode ser uma fronteira aberta a todos esses produtos que, amanhã, não estejam dentro dessas normas internacionais. Ou seja, nós aqui não estamos exigindo nada a mais.

A preocupação de V. Exª é se o corpo técnico dará conta de responder.

O que se pode dizer, nobre colega, é que esses exames que aqui foram pedidos não são exames sofisticados. São exames em que, facilmente, por coleta de amostra dos lotes, em poucas horas pode ser dado o resultado. Não vejo, assim, grande dificuldade.

Quanto às limitações financeiras do Ministério de Agricultura e da área sanitária, eu concordo com a ansiedade do nobre colega, mas acho que é importante que esta Comissão aprove este projeto, porque isso vai, creio, também credenciar o Brasil internacionalmente, mostrando que nós, da mesma maneira como somos submetidos às legislações fora, também estamos cuidando para que, internamente, não tenhamos nenhum outro produto que venha a trazer doenças ou infecções novas aos nossos produtos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Caiado.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Estou satisfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu mantenho o pedido de vista. Acho que a discussão, os pontos levantados aqui e mais alguns que eu possa considerar... Eu preciso me considerar um pouco mais esclarecido. Embora eu seja, no mérito, a favor do projeto, eu queria compreender melhor. Por isso, estou pedindo vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu consulto os Senadores se dou vista ou se alguém quer vista coletiva.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vista coletiva. Obrigada.

Eu queria também aduzir que os países que se têm destacado no comércio exterior do setor agropecuário ou da fruticultura, que está incluída, têm se notabilizado por um rigoroso controle sanitário. É o caso, aqui na América Latina, do Chile, que é o melhor exemplo, que tem uma fronteira extremamente severa, um controle rigoroso; é o caso da Austrália, da Nova Zelândia e da própria Europa. Nesses países, especificamente, há um controle, porque, às vezes, uma fruta que uma pessoa carrega no avião pode levar uma doença que vai dizimar o plantio de laranja em algum lugar ou de outros produtos, e assim sucessivamente. Então, isso é a chamada isonomia, porque os importadores tratam o Brasil com rigor, e nós não temos o mesmo rigor com os produtos que nós compramos de fora. E compramos muito.

Compramos fruta de todos os lugares do mundo, assim como peixes e carnes. Então, o mérito está justificado.

Há pedido de vista do Senador Donizeti e vista coletiva dos demais Senadores. Sendo assim, esses dois temas ficam adiados.

Temos agora dois requerimentos.

Vou ler primeiro os itens que estão na pauta, do Senador Donizeti e do Senador Paulo Rocha e, depois lerei o item extrapauta, do Senador Blairo Maggi.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 65, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 64/2015–CRA, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que trata da "realização de audiência pública para debater a possível fraude no Processo Administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe", que seja incluída como convidada a Drª. Lívia Nascimento Tinôco, Procuradora-Chefe do Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE).

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 66, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do RRA 64/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: Sra. Lívia Tinoco – Representante Ministério Público Federal; Padre Isaias – Coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá (SE); Sr. Marcos Bispo – Procurador-Regional do INCRA; Sra. Maria Izaltina Silva Santos - Representante da comunidade Quilombola Brejão dos Negros.

Autoria: Senador Paulo Rocha e outros

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira para justificar os requerimentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tanto o meu requerimento como o requerimento do Senador Paulo Rocha, que estou assinando, trazem para a audiência a outra visão do processo. Nós tínhamos bem colocado no requerimento do Senador Caiado a visão de uma parte do processo todo ocorrido lá. Acho importante trazermos aqui a Procuradora-Chefe do Ministério Público Federal. A audiência pública requerida pelo Senador Caiado, que é importante, ficaria completa com a inclusão desses nomes.

Peço o apoio dos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, nada tenho contra aqui aprovarmos requerimentos que tragam pessoas que farão a contradita ou a defesa de posição contrária. No entanto, a informação que recebi e que quero trazer aqui é que a Drª Lívia Tinoco não poderá estar presente – ela já encaminhou essa informação em relação a essa data –, depois de muito tempo aqui, a nossa Presidente conseguiu marcar para o próximo dia 8 pela manhã.

Então, na ausência da Drª Lívia Tinoco, eu gostaria que mantivéssemos os outros três, até porque nós também fizemos, em nosso requerimento, a solicitação da presença de Rosivan Machado, José Fausto Santos e Manfredo Goés Martins. Nós teríamos, então, incluídos os convidados Padre Isaías, Marcos Bispo e Maria Izaltina Silva Santos.

É isso?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu peço que aprovemos o requerimento. Se a Procuradora não vier, a audiência não será inviabilizada. O requerimento prevê o convite a ela, nós formalizaríamos o convite e, ela não vindo, a audiência ocorreria normalmente. Não vejo problema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço.

Quero só informar que ficarão, então, três pessoas indicadas pelo Senador Ronaldo Caiado e três pessoas indicadas...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu acho que esse é um equilíbrio bom sobre o tema e considerando que a Drª Lívia não estará, porque se ela vier... Ela foi pedida pelas duas partes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Se ela vier... Eu gostaria, então, que nós tivéssemos o entendimento com o Senador Donizeti de que fossem três para discutir sobre o tema de um lado e três do outro lado, ou seja, aí...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mas ficarão três. Com a ausência da Drª Lívia...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Já que nós estamos aprovando quatro pessoas, na sua ausência, nós teríamos, então, a escolha de três, que fariam a defesa apresentada pelo Senador Paulo Rocha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – V. Exª, Senador Caiado, apresentou três pessoas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Três pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E, com a ausência da Drª Lívia, também ficarão três pessoas indicadas pelos Senadores Paulo Rocha e Donizeti Nogueira, quais sejam, o Padre Isaias, Marcos Bispo e Maria Izaltina. Acho que, dessa forma, a audiência terá o equilíbrio necessário para o debate de um tema tão complexo como esse.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, eu não quero complicar, obviamente, e acho que está com a razão a questão dos seis. Na minha preferência, se ela pudesse vir, eu tiraria o Procurador do Incra e a colocaria. Eu tenho preferência por ela. Mas, se ela não puder vir, a gente convida o Procurador do Incra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Está perfeito. A Secretaria vai se encarregar. Consulto o Senador Ronaldo Caiado, que é o autor do requerimento, se fica, dessa forma, satisfeito.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Totalmente satisfeito, Presidente. Como V. Exª colocou: será garantido o equilíbrio. Vindo os quatro... Sem dúvida, o Senador Donizeti e o Senador Paulo Rocha terão o direito de escolher os três que representarão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consulto o Plenário. Não havendo quem queira discutir, estão em votação os requerimentos dos Senadores Paulo Rocha e Donizeti Nogueira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Eu queria fazer um apelo, já que estamos ao vivo pela TV Senado, porque está faltando apenas um Senador para votarmos duas matérias terminativas.

Senador Wellington Fagundes, dê-nos o prazer de voltar aqui. Seus conterrâneos de Mato Grosso sugerem a sua presença.

Item extrapauta:

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 67, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, em Porto Velho, no Estado de Rondônia, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realizar-se no dia 16.10.2015, para debater as ações de defesa agropecuária no Estado de Rondônia com vistas a ampliação das exportações de carne bovina, o crescimento de produção de pescado no Estado e a falta de profissionais que atuam na inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, com a presença das seguintes entidades: MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia; SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia; ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal; FAPERON - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Com a palavra, o requerente, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Presidente Ana Amélia.

A nossa preocupação é com o futuro das exportações, especificamente da carne produzida e abatida no Estado de Rondônia, Srª Presidente. Estamos com falta de médicos veterinários e de fiscais agropecuários no Estado, e não só do Estado de Rondônia, mas em todo o País também. Já debatemos este tema aqui, na Comissão de Agricultura, já conversamos com a nossa Senadora e Ministra Kátia Abreu, que tem se empenhado muito para que possamos suprir essa necessidade.

A preocupação nossa é com o futuro. Hoje, toda a fiscalização está sendo feita, não há nenhum problema com relação ao abate no Estado e com relação à fiscalização para exportação, mas me preocupa o futuro, pois Rondônia atualmente é o quinto exportador brasileiro de carne, com viés de crescimento também.

Então, o debate é pertinente. Tenho sido cobrado sistematicamente pelos produtores, que têm essa preocupação. É importante colocar que, neste momento, está tudo bem, não há problema, a fiscalização é feita normalmente, o apoio do Ministério, por meio da Ministra Kátia Abreu, é grande, no sentido de resolvermos isso, mas há uma preocupação dos nossos pecuaristas e há essa incerteza com relação ao futuro.

Então, entendo pertinente fazermos esse debate lá em Porto Velho, para que possamos esclarecer toda essa preocupação dos nossos pecuaristas.

Portanto, creio ser importante fazermos isso lá no Estado e agradeço o apoio sistemático de V. Exª com relação a esses debates. Fazer isso em Porto Velho, levando os técnicos do Ministério da Agricultura junto com os técnicos do Estado, com os pecuaristas e também com os técnicos dos frigoríficos, é aproximar os Senado e pecuaristas do Ministério, dos frigoríficos, e fazer isso lá na ponta é sempre muito importante.

Então, agradeço o seu apoio, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns pela iniciativa.

Está em discussão o requerimento do Senador Acir Gurgacz para esse ciclo de debates em Porto Velho, Rondônia.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Requerimento extrapauta do Senador Blairo Maggi:

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 68, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos artigos 90, inciso II; 93, inciso II e 104-B, incisos IV e XIV, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para discutir a pecuária no Estado do Mato Grosso, com a presença dos seguintes convidados: JOSÉ JOÃO BERNARDES – Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso – ACRIMAT; MÁRIO ROBERTO CANDIA DE FIGUEIREDO – Conselheiro Fiscal da Associação dos Criadores de Mato Grosso – ACRIMAT; LUIS OLAVO SABINO DOS SANTOS – Fazenda Shalom e Agropecuária Liliana Ltda., Alta Floresta/MT.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Eu gostaria de ouvir o Senador Blairo Maggi, até para facilitar o encaminhamento do requerimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente. Eu estou solicitando essa audiência pública na justificativa de que o Estado de Mato Grosso é um dos Estados que tem o maior plantel de gado bovino e da pecuária de corte.

Portanto, lá nós temos grandes rebanhos, temos pequenos produtores, temos uma associação bastante forte, que é a Acrimat, que cuida de tudo isso, mas, conversando com os produtores, alguns dias atrás, chegamos à conclusão de que seria interessante vir à Comissão de Agricultura, que é a casa da agricultura, a casa do pecuarista, para que eles possam dizer dos problemas que eles têm no Estado do Mato Grosso, onde dizem que há o maior rebanho do País, mas que enfrenta problemas, como os demais. E, para não fazer uma audiência misturando outros Estados, eu gostaria de fazer essa audiência pública com os pecuaristas do Estado de Mato Grosso, para que eles pudessem vir aqui e colocar os seus problemas, as suas vantagens, fazer as suas reivindicações, para que elas se tornem públicas e para que o Governo possa dar uma resposta a eles.

Inicialmente, eu tenho três nomes de convidados: José João Bernardes, que é o nosso Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Mário Roberto Candia de Figueiredo, que é pecuarista, já foi presidente também, e do Luís Olavo Sabino Santos, que é um pecuarista na região de Alta Floresta.

Eu ainda vou conversar com o João Bernardes, para que ele possa trazer um pequeno produtor e também um daqueles que fazem o processo integração agricultura-pecuária, que é uma das coisas que tem andado muito bem no Estado de Mato Grosso. O Estado copia algumas coisas que se faz fora, inventa outras coisas que são levadas para fora do Estado também, enfim, o Estado de Mato Grosso, com o passar dos anos, tem tido um aumento bastante grande de áreas na agricultura sobre as áreas de pecuárias, e nós permanecemos com um rebanho bastante grande, em torno de 30 milhões de cabeças de bovino.

Então, é um exemplo para o resto do Brasil também de como fazer uma pecuária mais sustentável, uma pecuária sem danos ambientais, uma pecuária que seja competitiva e consiga acessar os mercados internacionais.

Essa é a minha justificativa para convidá-los para esta Comissão aqui, no Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns, Senador Blairo Maggi.

Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Blairo Maggi, para discutirmos em audiência pública nesta Comissão a situação da pecuária no Mato Grosso, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Blairo Maggi, com os cumprimentos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, o Senador Medeiros está chegando em cinco minutos, se os demais puderem aguardar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E também está chegando o Senador Wellington.

Eu lhe agradeço, porque foi sugestão sua. O Senador Medeiros e o Senador Wellington estão chegando em cinco minutos.

Senadores, essa audiência lá em Rondônia foi uma iniciativa criada pelo Senador Acir Gurgacz, quando presidiu a Comissão. Senador Acir Gurgacz, eu tenho que reconhecer a relevância desta iniciativa de levar a Comissão para os locais. Nós já fizemos um debate muito produtivo em Tocantins, promovido pelo Senador Donizeti; fizemos um debate em Belém do Pará, recentemente, para debater a questão do cacau, por iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, extremamente produtivo. Fizemos um debate, na última quinta-feira.

Já está chegando, para votarmos e sairmos.

O Senador Benedito de Lira fez uma audiência pública reunindo cerca de 500 pescadores do Brasil inteiro, no Auditório Petrônio Portella, para discutir a questão da pesca e sobretudo, Senador Benedito, a questão relacionada às compensações ambientais para os pescadores. O Senador Benedito foi o proponente desse debate e nós conseguimos ter um encaminhamento muito favorável ao processo.

Eu queria também lembrar que, no próximo dia 6, terça-feira, acontecerá a abertura nacional do plantio de soja, em Porto Nacional, no Estado de Tocantins. Recebi o convite, pela Presidência desta Comissão, do Presidente da Aprosoja, Almir Dalpasquale, e do Diretor Executivo, Fabrício Rosa. O Brasil, como todos sabem, é o segundo maior produtor de soja do mundo e é o primeiro exportador. (*Pausa.*)

Eu tenho certeza de que o Senador Moka, o mais assíduo em presença aqui, falta apenas um Senador. Mas penso que foi feito o esforço necessário e nós não temos na mais a fazer a não ser agradecer a todos os Senhores Senadores, agradecer a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro pelo evento que fizemos em Belém; ao Senador Benedito, sobre a questão da pesca. Temos que tomar o encaminhamento.

Então, agradeço a todos pela presença e dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 26 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas do dia oito de outubro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Artigo da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos (SMEA), subscrito pelo Engenheiro Agrônomo Ruy Gripp, Vice-Presidente do Núcleo Regional de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, com sugestão da formação conjunta mata ciliar com pasto apícola, visando à salvação das águas e das abelhas; Ofício nº 22.772, de 2015 (CGU), datado de 29 de setembro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Valdir Moysés Simão, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, o qual encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 734, de 2015 (nº 36, de 2015, da CRA) - solicita relação de trabalhos, auditorias e fiscalizações realizados pela CGU, nos últimos dez anos, referente às ações governamentais conduzidas pelo MAPA na área da defesa agropecuária – que serão juntadas ao processo do Requerimento nº 14, de 2015, que trata das Políticas Públicas de Defesa Agropecuária no país, cuja Relatoria cabe ao Senador Dário Berger. Comunica também que encaminhou ao Ministro Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores, uma solicitação de informações relacionadas às dificuldades e às demandas no processo do acordo Mercosul-União Europeia, já que é no capítulo da agricultura que residem as maiores barreiras a esse processo. Após a breve comunicação, a Senhora Presidente dá início à deliberação dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 69, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, que "dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências", convidando as seguintes instituições: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério das Relações Exteriores (MRE). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. No encaminhamento da votação do Requerimento, o Senador Donizeti Nogueira e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 70, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja alterada a data da realização do Ciclo de Palestras e Debates, em Porto Velho, no Estado de Rondônia, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para avaliar as ações de defesa agropecuária, com vistas a ampliação das exportações de carne bovina e o crescimento de produção de pescado no Estado, do dia 16/10/2015 para dia 06/11/2015, visando à compatibilização das agendas dos participantes. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Após a Deliberação dos Requerimentos, a Senhora Presidente inicia a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 64, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, Requerimento (RRA) nº 65, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira e Requerimento (RRA) nº 66 de 2015, de autoria do Senador Paulo Rocha e outros, que tem por finalidade debater a possível fraude no Processo Administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe, com a participação do Sr. Manfredo Goes Martins - Produtor Rural da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros no município de Brejo Grande no Estado de Sergipe – SE, Sra. Rosivan Machado da Silva - Juíza de Direito da Comarca de Neópolis no Estado de Sergipe – SE, Sr. José Fausto Santos - Vice–Presidente da Colônia de Pescadores Z-7 de Neópolis e Região no Estado de Sergipe – SE. Os Senhores Senadores Paulo Rocha, Waldemir Moka, José Medeiros, Ronaldo Caiado, Donizeti Nogueira e o Deputado Laercio Oliveira (SD/SE) fazem uso da palavra. Encerrada a Audiência Pública, a Senhora Presidente coloca em votação o seguinte Requerimento sugerido pelos Senadores Waldemir Moka, Ronaldo Caiado e Donizeti Nogueira: ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 71, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com a finalidade de debater a possível fraude no processo administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe, com os seguintes convidados: Rosivan Machado da Silva, Juíza de Direito da Comarca de Neópolis no Estado de Sergipe; José Fausto Santos – Vice-Presidente da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-7 de Neópolis no Estado de Sergipe; Marcos Bispo

dos Santos Andrade – Procurador Regional junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Sergipe; Lívia Nascimento Tinôco – Procuradora-Chefe do Ministério Público Federal no Estado de Sergipe; Maria Aparecida da Silva Abreu – Presidente da Fundação PALMARES; Padre Isaías Carlos Nascimento Filho – Coordenador da Cáritas Diocesana de Propiá no Estado de Sergipe; e Maria Izaltina Silva Santos – Representante da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros no Estado de Sergipe. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico o recebimento do expediente subscrito pelo engenheiro agrônomo Ruy Gripp, Vice-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos, Núcleo Regional de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, o qual encaminha artigo com sugestão da formação conjunta mata ciliar com pasto apícola, visando à salvação das águas e das abelhas.

Sobre a mesa, Ofício nº 22.772, de 2015 (CGU), datado de 29 de setembro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Valdir Moysés Simão, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, o qual encaminha informações referentes ao Requerimento nº 734, de 2015 (nº 36, de 2015, da CRA), de autoria do Senador Dário Berger, solicitando relação de trabalhos, auditorias e fiscalizações realizados pela CGU, nos últimos dez anos, referente às ações governamentais conduzidas pelo MAPA na área da defesa agropecuária. As informações prestadas serão anexadas ao processo do Requerimento nº 14, de 2015, que trata das políticas públicas sobre defesa agropecuária, o qual tem como Relator o Senador Dário Berger.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em cumprimento ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Ronaldo Caiado; ao Requerimento nº 65, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, bem como ao Requerimento nº 66, de 2015, de autoria do Senador Paulo Rocha, com a finalidade de debater a possível fraude no Processo Administrativo Incra nº 543700000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe, que trata do reconhecimento da Comunidade Remanescente do Quilombo Brejão dos Negros, localizada no Município de Brejo Grande, Estado de Sergipe.

Nós convidamos a Srª Rosivan Machado da Silva, Juíza de Direito da Comarca de Neópolis, no Estado de Sergipe, o Sr. José Fausto Santos, Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z-7 de Neópolis e região, no Estado de Sergipe, o Sr. Manfredo Goes Martins, produtor rural da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros no Município de Brejo Grande, no Estado de Sergipe, e a Srª Maria Izaltina Silva Santos, representante da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, no Estado de Sergipe.

Nós estamos aguardando a chegada dos convidados que foram agora mencionados para que possamos iniciar esta audiência pública.

Eu também queria fazer outra leitura. Informo aos colegas Senadores que encaminhei ao Ministro Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores, uma solicitação de informações relacionadas às dificuldades e às demandas no processo do acordo Mercosul-União Europeia, já que é no capítulo da agricultura que residem as maiores barrerias a esse processo. Temos informações extraoficiais de que as dificuldades maiores no âmbito do bloco do Mercosul residem nas resistências argentinas em relação ao percentual das quotas para a exportação entre os blocos. Essa correspondência foi encaminhada com um pedido de informações do Ministro das Relações Exteriores.

Da mesma forma, há um comunicado sobre o adiamento do 2º Fórum Parlamentar da Pesca e Aquicultura da América Latina e Caribe. O Deputado Cleber Verde, Presidente do 2º Fórum Parlamentar da Pesca e Aquicultura da América Latina e Caribe, me encaminhou um ofício, pela Comissão de Agricultura, para informar o adiamento, para os dias 2 e 3 de dezembro de 2015, do 2º Fórum Parlamentar da Pesca e Aquicultura da América Latina e Caribe, que será realizado pela Câmara dos Deputados em coordenação com a Organização

das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e com o Poder Executivo Federal local. Então, está feita a comunicação.

Convido as Srªs e os Srs. Senadores para participarem também do Fórum Inovação, Alimentação e Agricultura e celebrarem os 70 anos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, a realizar-se no dia 13 de outubro de 2015, terça-feira, às 11h, no Plenário do Senado Federal, nos termos do Requerimento nº 987, de 2015, de minha autoria e de outros Senadores, para celebrar os 70 anos da FAO, essa organização tão importante que é comandada por um brasileiro, Francisco Graziano.

Então, eu tenho aqui dois requerimentos para os quais peço a colaboração dos Srs. Senadores, porque já anteciparíamos, até a chegada dos convidados.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 70, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja alterada a data da realização do Ciclo de Palestras e Debates, em Porto Velho, no Estado de Rondônia, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para avaliar as ações de defesa agropecuária, com vistas a ampliação das exportações de carne bovina e o crescimento de produção de pescado no Estado, do dia 16/10/2015 para dia 06/11/2015, visando à compatibilização das agendas dos participantes.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Submeto à apreciação dos colegas Senadores. Os Senadores que concordam...

Eu também subscrevi o requerimento do Senador Acir para fazer essa alteração de data.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Acir Gurgacz.

Também há um requerimento do Senador Donizeti Nogueira.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 69, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, que "dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências", convidando as seguintes instituições: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira, para justificação do seu requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, bom dia!

Bom dia, Senador Moka!

Esse requerimento é para instruir o PL do qual eu pedi vista. O pessoal do Ministério me procurou e pediu que fizéssemos uma conversa a mais sobre o assunto, que debatêssemos mais o assunto. Então, peço o apoio dos colegas Senadores e Senadoras para a aprovação desse requerimento.

Na semana que vem eu estarei viajando ao exterior, mas peço que façamos a audiência na outra semana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós vamos ver as nossas audiências públicas já agendadas e faremos a imediata marcação.

Eu queria até lembrar ao Senador Donizeti, que vai cuidar desse tema, que ontem eu recebi, aqui, no Senado, a Associação Brasileira de Produtores de Maçã e fiquei bastante preocupada, Senador. Primeiro, porque o Brasil está por assinar a compra, a importação de maçãs da China, a um preço de R$84,00 a caixa. Esse é o preço, o custo de produção. Até aí, não haveria um problema maior. O problema é que nós também podemos estar importando maçãs da Argentina, onde há uma aplicação – e aí tem muito a ver com esse projeto – de produtos agroquímicos, os chamados agrotóxicos, que não estão liberados no Brasil, que são proibidos no Brasil por causa da questão da segurança alimentar, da questão da saúde das pessoas, do consumidor.

Ora, se há aplicação desses defensivos agrícolas em doses grandes, e também de produtos não aceitos aqui, no Brasil, isso está muito em cima desse projeto; e a da China, da mesma forma. Que produtos químicos são aplicados nessa fruta, que é de consumo humano direto? Se você fala em arroz, que talvez tenha inspirado o autor desse projeto, você ainda tem o cozimento do arroz. Talvez no cozimento você resolva o problema. Com o trigo, da mesma forma: ele é processado... Mas, numa fruta, o consumo é direto, você... As pessoas, às vezes, não se dão conta nem de lavar a fruta para comê-la. Compram na feira ou no mercado e já saem comendo. Então, penso que, nesse caso, é mais grave ainda.

E me alertaram os produtores de maçãs que os dois Estados maiores produtores são exatamente o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que têm clima temperado. Eles estão fazendo trabalhos genéticos fantásticos. Com relação à Fuji, que é uma maçã de origem do Japão, em Santa Catarina, em São Joaquim, eles desenvolveram uma variedade que tem qualidade, sabor e nutrição superiores aos da fruta japonesa. E isto nós devemos aos nossos produtores, assim como aos pesquisadores das empresas que tratam de pesquisa na área da agropecuária.

E há uma doença que eu comparo à "vassoura de bruxa" para a lavoura do cacau, porque ela é arrasadora, que é a *Cydia pomonella*, que é uma larva que vem na fruta e que pode representar, para os pomares de maçãs do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, um desastre tão grande quanto o desastre que foi provocado pela "vassoura de bruxa" nas lavouras de cacau.

Então, eu queria, Senador Donizeti, chamar atenção para esse fato. Vou mandar essas informações a V. Exª, porque a Argentina, por conta das dificuldades econômicas e financeiras que viveu, acabou abandonando os pomares, e o que restou foi muito pouco. Deixaram até as frutas nas próprias árvores em função das dificuldades operacionais. O restante desse produto pode estar aí. E eles usam agroquímicos que são condenados em nosso País, que são proibidos no Brasil.

Então, eu gostaria de chamar atenção para esse aspecto e, mais ainda, para o risco de contaminação com a *Cydia pomonella*, que é uma doença devastadora para os pomares.

O Senador já apresentou.

Em votação o requerimento do Senador Donizeti.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os dois requerimentos, do Senador Acir e do Senador Donizeti, para um debate importante e para instruir um projeto da Câmara dos Deputados.

Convido para compor a Mesa o Sr. Manfredo Goes Martins, que é produtor rural da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, do Município de Brejo Grande, no Estado de Sergipe.

Quero agradecer a presença da Senadora Maria do Carmo, representante do Estado.

Para efeito de agilização, nós vamos ouvir, por dez minutos, o Sr. Manfredo, um dos arrolados para vir. Enquanto vão chegando as pessoas, nós vamos dando sequência à nossa audiência pública, porque temos compromissos e os nossos horários.

A Secretaria informa que as pessoas que foram aqui citadas confirmaram presença nesta audiência.

Aqui estão o Senador Moka, que é do Mato Grosso do Sul, do PMDB, o Senador Donizeti Nogueira, do PT de Tocantins, e a Senadora Maria do Carmo, do DEM de Sergipe.

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – Bom dia!

Quero cumprimentar V. Exª, Senadora Ana Amélia, e, na sua pessoa, cumprimentar os Senadores, os Deputados, as senhoras e os senhores aqui presentes.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, que, em princípio, eu relutei em aqui estar.

Desculpem-me, mas estou emocionado, não sou afeito a esse tipo de coisa.

Mas, depois, eu pensei e resolvi, de última hora, aqui comparecer.

A senhora já havia anunciado a realização desta audiência há dias. Há dias eu sabia da existência dela, mas, como eu disse, relutei em aqui comparecer. Resolvi anteontem, à noite.

Apesar de saber muita coisa, eu não me preparei devidamente. Peço desculpas por aqui estar sem os devidos apontamentos, mas vou tentar explicar para os senhores um pouco do que está acontecendo e do que aconteceu em Brejão dos Negros.

Em primeiro lugar, eu gosto de genealogia e faço a história de minha família há 40 anos. Em função disso, fui obrigado a enveredar-me pela história das cidades onde a família sobreviveu.

Meus pais são sergipanos. Minha mãe é de Pacatuba, uma pequena cidade do litoral sul de Sergipe, e meu pai é de uma cidade próxima a Pacatuba, Brejo Grande, local onde estão ocorrendo esses fatos, lá na foz do Rio São Francisco. Meu pai nasceu lá em 1909, em uma fazenda chamada São Francisco.

O que diz a história da região do Baixo São Francisco? Brejo Grande, em antiga data, era uma ilha, que, por foral, em 1534, foi doada a Duarte Coelho, de Pernambuco. Apesar de estar próxima a Sergipe ela perten-

cia à poderosa Capitania de Pernambuco. Até meados do século XIX ela pertencia a Pernambuco. Sergipe, o remanescente, próximo a Brejo Grande, pertencia à Capitania da Bahia.

No final do século XIX, Brejo Grande, após muitas disputas entre Penedo, Alagoas, e Neópolis, Sergipe, é incorporada à Bahia em função de que o português José Alves Tojal obstruiu o canal que transformava aquele local em ilha e, consequentemente, em terra firme.

Por lá viveu uma pessoa, que foi meu quinto avô, chamada Bento de Melo Pereira, nascido em Neópolis em 1780 e falecido em 1866. Quem foi Bento? Bento foi uma pessoa que exerceu diversas funções na política de Sergipe. Foi presidente da província, foi vice-presidente por diversas vezes, foi chefe de armas e lutou contra a Revolução Pernambucana em 1817 e na Revolução de 1824. Talvez em função disto Dom Pedro o tenha agraciado com o título de Barão da Cotinguiba. Digo isto sem justo orgulho, pois não me envaidece nenhum título de nobreza. Apenas trago aos senhores quem foi essa pessoa. Ele gravitou na política de Sergipe até falecer. E lá em Brejo Grande ele tinha suas propriedades, seus filhos tinham propriedades.

Por outro lado, descendo também de um capitão de milícias de Penedo, Francisco José da Sousa Machado, que, por ser Brejo Grande de Penedo, lá exercia a sua influência. Então, descendo de alguém que exercia política na região do Baixo São Francisco e tinha participação ativa, por outro lado, em Penedo.

Com isso, quero dizer aos senhores que era impossível essas duas pessoas, por lá possuírem propriedades, participarem ou deixarem que acontecesse a existência de quilombos.

O que é que eu entendo de quilombo? Eu já fui funcionário público federal e já fiz normas por onde eu passei. E, quando eu as fazia, eu entendia que as normas não podiam descer a detalhes. Mas o legislador, quando fez o Decreto nº 487, ele pensou em trazer benefícios para aqueles remanescentes que estavam ou ainda estão convivendo em áreas não tituladas. Esse decreto veio exatamente para trazer esse benefício a essas pessoas, a essas comunidades que não tiveram, durante todos esses anos, a titulação das áreas onde viviam. Não se justifica a existência de quilombo em Brejo Grande.

A questão do engenho. É uma região muito pobre, e havia, sim, engenho. Onde não houve engenho? Havia escravos. Onde não houve? Eu digo sempre que a escravatura, infelizmente, permanece até hoje em nosso Brasil, Senadora Ana Amélia, porque um pobre ganhar o salário mínimo que pagamos... Sei que é difícil pagar o salário mínimo, mas é pouco para a pessoa que o recebe. Então, eu entendo que é uma escravidão também. Escravidão sempre existiu no Brasil.

Então, querem dizer que onde houve engenho e houve escravo tem quilombo e tem quilombola e que devem ser expropriadas as propriedades. Na verdade, é uma expropriação, senhores.

Tenho documentos dessa propriedade de meu pai que datam de 1842.

O que foi esse terreno? Esse terreno de Brejo Grande foi doado a um senhor chamado Antônio Cardoso de Barros, português, que veio colonizar Sergipe, a mando de Felipe II, em 1590. Ele coloniza Sergipe e doa a um filho seu as terras que iam do São Francisco ao Japaratuba. Essas terras permanecem em nome dele até 1653, quando um bisneto dele, pródigo, vende essas terras aos padres carmelitas da Bahia. Esses padres ficam explorando essas terras de 1653, senhores, até 1909. De 1653 até 1909! Não foram doadas a ninguém, foram vendidas. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor pode continuar a sua exposição.

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – Então, como eu dizia, eu tenho documentos, de 1842, dos padres carmelitas arrendando essas terras a meu tataravô, que é filho do tal Bento de Melo Pereira, que fica exatamente lá no Brejão, hoje motivo desta audiência pública. Fica lá em Brejão. O meu tataravô arrendou terras, que, por sucessão, passaram para seu filho, o meu trisavô, que era um médico que lá viveu.

Infelizmente, o Incra não fez o que a lei manda, o que a lei determina. A antropóloga do Incra também não fez. Ela viajou para Salvador, juntamente com outro funcionário do Incra, no intuito, Senadora Ana Amélia, senhores e senhoras, de obter informações históricas a respeito da região, e não havia necessidade nenhuma de eles gastarem dinheiro público para obter essas informações.

Apesar de eu ter morado em Salvador, essas informações de que hoje eles dispõem, infelizmente, não são do período em que eu morei em Salvador – e eu morei metade da minha vida em Salvador –, mas em Aracaju. Já em Aracaju eu pude obter todas as informações sobre aquela região de que hoje eu disponho.

Eles não têm, mas eu tenho documentos. Agora, não vou mostrar para eles. A hora de mostrar não é esta. O momento apropriado para mostrar é quando estivermos na Justiça. Eu vou provar para eles que, em 1842... Eu tenho documentos. Eles poderiam pegar esses documentos em Salvador, mas não pegaram. Mentem, como desde o princípio vem sendo implantada a indústria da mentira.

Eu ainda tenho três minutos, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou estender por mais cinco minutos para o senhor, porque, além dos...

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – Eu agradeço.

Eu digo sempre o seguinte: lá, tudo começou...

Conta a história que Santo Agostinho, o grande doutor da Igreja, estava no mosteiro a estudar quando três noviços o convidam: "Vinde, mestre, ver o boi voar". Santo Agostinho vai à janela e começa a olhar, e os noviços começam a fazer chicana dele: "Mas como um doutor da Igreja pode acreditar que um boi possa voar?". Diz ele: "Que um boi possa voar eu posso até acreditar, agora, eu não devo admitir nunca que um padre possa mentir".

Senadora Ana Amélia, Senadores, Deputados, senhoras e senhores, na verdade, tudo isso começou com uma grande mentira propalada por um servo de Deus, um padre chamado Isaías Carlos Nascimento. Inicialmente, houve um princípio de incêndio na casa paroquial, e ele propalou que teria sido provocados por fazendeiros. Mas por que motivo? Minha família não tem histórico nenhum de bandidagem. Muito pelo contrário. Se vocês forem à internet, vocês irão encontrar a história do meu saudoso pai, José Machado Martins.

Posteriormente, ele e outras pessoas se disseram ameaçadas. Ele cooptou alguns jovens e se disse ameaçado. Isso provocou audiências públicas. Daqui, de Brasília, foi o Desembargador Gercino e uma série... Todo o aparato estatal compareceu a Brejo Grande. Nós, eu sou um deles, bandidos ameaçadores de padre e de outras tantas pessoas.

Mas até hoje ele não teve a devida coragem – lógico que não iria ter nunca, e não é nem coragem, pois não tem os fatos, elementos concretos – para incriminar ninguém, porque não existe, nunca existiu. Não é da minha família fazer isso. Muito pelo contrário, é dela doar o que tem. Cristão, Senadora Ana Amélia, não é aquele que dá o que lhe resta, não. Ser cristão é fazer o que o meu pai fez e fazer o que nós fazemos, obedecendo àquilo que ele nos disse antes de morrer: não maltratar o povo. É imensa a quantidade de posseiros que ele permitiu que ficassem lá na propriedade.

Mas, hoje, em função da forma como esse padre atua na região, querendo fazer política mesquinha, barata, desagregadora, hoje, há mães que se negam a ser quilombolas, que não admitem isso de forma alguma e que veem seus filhos lutando contra elas. Avós veem seus netos e sua filha do outro lado. Desagregaram-se famílias.

Sou suspeito para falar. Vocês podem dizer que eu estou aqui como produtor. Eu lhes confesso: eu não sou produtor. Meu pai me encaminhou – como somos 11 irmãos – a estudar. Não vivemos da propriedade. Não vivemos da propriedade. Ela está lá mais para servir aos outros, mais para servir. Se algo não foi feito, não foi por culpa nossa, porque até, em certos momentos, pensávamos em titular as posses deles. Mas não havia e não há condição financeira de fazer isso.

Na época, procurávamos até o Poder Público para fazer isso, mas o prefeito não quis, não manifestou interesse, porque não teríamos recurso para providenciar serviço cartorário para elaborar a planta, pagar impostos, pagar lavratura de escritura, registro de escritura, enfim.

Mas ninguém nunca mexeu com eles. Eles sempre dispuseram de suas posses a seu bel-prazer, para desfrutar dos frutos.

Meu pai, quando alguém subia no coqueiro, dizia "Eu não sei o que eu digo". Eles mesmo dizem. Está lá dito por diversas pessoas. Ele dizia: "Derrube três cocos. Um você bebe, um eu vou beber e o outro você leva e planta para fazer seu sítio, para criar sua família". E muitos fizeram.

Inclusive, o sogro da D. Izaltina – ouvi o nome dela, ouvi que ela estaria aqui presente – sabe o quanto meu pai o ajudou. Ele sabe. E a família dele foi criada usando as terras que meu pai nos deixou.

Ele sabe, no período em que de lá tomei conta, o que fiz para ele. Não vou dizer. Meu pai não me ensinou a fazer esse tipo de coisa. Que fique para ele o que eu fiz para ele, o que meu pai fez.

Agora, é doloroso. É doloroso. Meu dizia que o maior pecado que uma pessoa pode cometer é a ingratidão. Ele dizia para mim: "Receba um e faça mil, meu filho. Não receba... Favor não se paga com favor, muito menos com dinheiro". Eu evito recebê-los e tenho o maior prazer em fazê-los.

Pois bem, acho que já me alonguei muito falando de história. Eu teria muito mais coisa a contar para os senhores, mas acho que a Drª Rosivan, que é uma criatura fantástica...

Eu gostaria até de, ao final, se a senhora me permitir, Senadora Ana Amélia... Eu queria um minuto para fazer... Posteriormente, agora não. Eu gostaria de falar sobre essa grande mulher que está aqui presente, a Drª Rosivan Machado da Silva, e sobre o José Fausto, que se encontra ao seu lado, um brejo-grandense que sabe muito da história. Eu posso até voltar depois, se a senhora me permitir, mas deixo com o José Fausto e com a Drª Rosivan, para que eles esclareçam melhor o motivo da nossa presença aqui.

Agradeço aos senhores.

Se a senhora, posteriormente, permitir, eu voltarei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor já está com dois minutos de crédito. Então, os dois minutos deixarei para o senhor como crédito.

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – Nós somos 11 irmãos, como falei. O meu irmão mais velho...

Em princípio, o Incra propalou a ideia de que iria... Sim, foi feito o inventário, e essa propriedade foi dividida por sete irmãos. Dos 11, foi dividida por sete.

Aí o padre alardeia que nós começamos a fazer cercas. Eu pergunto: uma propriedade una, na hora em que é feita a divisão por sete herdeiros, não deve ter cercas divisórias? Não devem ser feitas cercas divisórias? Cercas divisórias foram feitas para delimitar as áreas de cada um dos herdeiros. Não colocamos, em momento algum, gado nenhum dentro da roça de ninguém, não impedimos ninguém de fazer qualquer atividade na fazenda. Mas ele implantou na mídia, ele levou aos órgãos públicos.Ele induziu os órgãos públicos, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, se dizendo ameaçado de morte. Ele, os pretensos quilombolas e outras tantas pessoas começaram a andar por lá acompanhados de policiais federais, desvirtuando, tirando as reais funções da Polícia Federal e fazendo-a proteger...

(Soa a campainha.)

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – ... de uma coisa que, na verdade, não existia: ameaça de morte. Eram dois policiais federais. E, com a presença desses policiais federais, minhas senhoras, meus senhores, muitas pessoas morreram. Muitas pessoas morreram. O José Fausto provavelmente vai contar para os senhores quem foram essas pessoas. Pobres. Pobres.

Ele, na verdade implantou, Senadora Ana Amélia, a luta de classes. Mas que luta de classes foi essa? Ele tentou colocar fazendeiro contra posseiro, mas não conseguiu. Ou seja, colocar posseiro contra posseiro. Mentiu.

Até o próprio Incra, com essa política de querer fazer território quilombola... A terra é una, é indivisa. A terra é coletiva.

Em momento algum ele disse para aqueles posseiros, que tinham suas posses, que aquela posse dele, de que hoje ele dispõe para vender a quem ele quiser e bem entender e desfruta de seus frutos a seu bel-prazer, na medida em que ela foi reconhecida como território quilombola, ele não vai mais dispor disso. A sua família não vai mais herdar essa terra, de que ele hoje pode dispor. Em momento nenhum o Incra disse para eles, em momento nenhum. Mentiu! Mentiu, entre outras tantas coisas.

Eu já sei que o meu tempo terminou. Se a senhora, posteriormente, me permitir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O.k. Eu lhe agradeço, então, pela exposição, de 15 minutos, mesmo tempo que eu designo para a Drª Rosivan Machado, juíza de Direito da Comarca de Neópolis, no Estado de Sergipe.

Com a palavra, também por 15 minutos, a Drª Rosivan.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Muito obrigada.

Eu queria começar pedindo desculpas pelo atraso.

Eu queria cumprimentar todos e dizer da minha honra de estar aqui, no Congresso Nacional. Vou procurar ser bem objetiva e vou começar dizendo aos senhores que, apesar de ter sido apresentada como juíza de Direito da Comarca de Neópolis, o que eu sou, aqui se encontra a cidadã Rosivan Machado da Silva, natural do povoado de Brejão, no Município de Brejo Grande.

A minha preocupação de trazer essa questão para o Senado não tem o objetivo específico de tentar promover alguma defesa de propriedade de quem quer que seja ou até mesmo a minha. Eu tenho uma propriedade de 30 hectares. É um sítio, na verdade. Fui tratada, nesse processo todo, como latifundiária, mas, infelizmente, é assim que funciona. Quero que fique claro que o objetivo aqui não é esse. A gente quer apenas compartilhar com os senhores um problema que a gente detectou lá, uma situação, que a gente acredita que possa também estar acontecendo em outras comunidades no trato da questão quilombola.

Não vou discutir se a comunidade do Brejão é quilombola ou não, não entro nesse mérito. Também não vou discutir se a autoatribuição é constitucional ou não. Não interessa. Mas o que eu questiono desde o início é a razão para que órgãos públicos, deliberadamente, descumpram os procedimentos, omitam alguns e atropelem outros com o objetivo de transformar – esta é a expressão – uma comunidade em quilombola.

O Município de Brejo Grande tem oito povoados, todos pequenos. É bem pequeno o Município. Lá, oito mil e poucos hectares de terra foram identificados e delimitados como território quilombola.

O início do processo, como o Manfredo mencionou ali, tudo começou com o Padre Isaías. Isso já é o primeiro ponto que chama atenção. O Padre Isaías foi pároco de Porto da Folha. Lá, ele descobriu uma comunidade quilombola. O Padre Isaías andou por Japoatã. Lá, ele descobriu uma comunidade quilombola. O Padre Isaías andou por Ilha das Flores. Lá, ele descobriu uma comunidade quilombola. O Padre Isaías andou por Canhoba.

Lá, ele descobriu uma comunidade quilombola. O Padre Isaías chegou a Brejo Grande. Lá, ele descobriu uma comunidade quilombola. Então, é a primeira coisa que chama a atenção.

Se é autoatribuição, por que é que o padre é que precisa descobrir aquilo que já deveria estar na cultura, arraigado na cultura da coletividade? Mas, enfim, acho que essa resposta só ele poderá oferecer aos senhores.

O segundo ponto que chamou atenção se refere à questão do trato da emissão de certidão pela Fundação Cultural Palmares.

Existe um procedimento para a emissão da certidão. Havia uma portaria em 2006, quando foi emitida a certidão da comunidade Brejão dos Negros, e mais recentemente foi emitida uma outra, detalhando. Pela portaria de 2006, que foi a que regulamentou a comunidade Brejão dos Negros, o procedimento era o seguinte: a comunidade que tivesse a associação comunitária legalmente constituída deveria convocar uma assembleia, deliberar se a comunidade se autorreconheceria ou não, confeccionar uma ata e encaminhá-la para a Fundação Palmares, através do seu presidente. Não havendo – essa é a expressão da portaria – associação comunitária legalmente constituída, a comunidade se reúne, delibera, escolhe, no mínimo, cinco representantes e encaminha o pedido para a Fundação Palmares, com informações mínimas – isso é natural; está na portaria – sobre a comunidade.

No caso da comunidade Brejão dos Negros, existia associação comunitária legalmente constituída, que em nenhum momento, até hoje, foi chamada a participar do processo, como nenhuma outra associação.

Mas, estranhamente, o Padre Isaías, quando descobriu que lá era uma comunidade quilombola, reuniu algumas pessoas na Casa Paroquial e lavrou uma ata de duas linhas, dizendo o seguinte: "Nós, aqui reunidos na Casa Paroquial, deliberamos requerer à Fundação Cultural Palmares a emissão de certidão declarando a comunidade como quilombola." Cinco pessoas, então, assinaram um requerimento, também de duas linhas, que diz: "Nós, abaixo assinados, requeremos a emissão da certidão da comunidade Brejão dos Negros como quilombola." Uma dessas cinco pessoas está aqui, ao meu lado, o José Fausto. Ele é que vai detalhar para os senhores como se deu esse processo.

O que me causa espécie é que esses dois documentos chegaram à Fundação Palmares, sem nada. Não se dizia quantas pessoas havia naquela comunidade, qual era a cultura daquelas pessoas, quem tinha se manifestado a favor, quem tinha se manifestado contra, onde se situava aquela comunidade, nada. Apesar disso, foi emitida a certidão, sem formalidade nenhuma, contrariando, inclusive, um detalhe da portaria, a certidão teria que conter as declarações de remanescentes, porque a gente está tratando de preservação de cultura. A gente não está tratando de reforma agrária, de política social para ter acesso a terra. É uma política que visa preservar valores culturais. Pois muito bem, a Fundação Cultural Palmares emitiu a certidão.

Na época, eu questionava o seguinte: olha, o povoado do Brejão tem mais de 2 mil habitantes. Como a ata contém 17 assinaturas? Uma delas era da freira que acompanhava o padre. Então, a gente vai excluí-la. Ficam 16. Como 16 pessoas podem determinar o destino de 2 mil? E a gente está falando não só de patrimônio. Vai muito mais além. Por quê? Na questão quilombola, sabe-se que o território deixa de pertencer ao indivíduo para ir para o coletivo. Além disso, o indivíduo que residir naquele território vai ter que se submeter a um modo de vida coletivo, vai ter que se submeter às regras do grupo. Lá, 17 pessoas estão tentando determinar o destino não mais de 2 mil pessoa, mas de 3 mil pessoas. Por quê? Porque o Incra emitiu a certidão agora, Senadora Ana Amélia... E o mais absurdo: a comunidade quilombola Brejão dos Negros não está no Brejão dos Negros; ela está nos povoados Resina, Saramém, Carapitanga e Guaratuba, que fica em outro Município.

Ou seja, a Dª Izaltina, que é a atual Presidente da associação quilombola, vai continuar com a casa dela como patrimônio pessoal, ela vai continuar com as posses dela como patrimônio pessoal, mas as casas de mais de 400 pessoas, famílias... Acredito que, no povoado de Saramém, haja em torno de 200 famílias, seguramente, residindo. Lá há um conjunto habitacional.No povoado de Carapitanga, seguramente, há mais de 150 famílias. No povoado de Guaratuba, seguramente, há umas 80 ou 100 famílias... E o mais grave: nenhum destes outros povoados, em nenhum momento, foi chamado a participar do processo. Ninguém perguntou àquelas comunidades dos outros povoados se eles se autodefiniam ou não quilombolas.

A Fundação Palmares, na portaria atualmente em vigor, detalhou. Acredito que as interpretações estavam tão subjetivas, porque a gente vê, nessa questão quilombola, interpretações... Você pensa "Meu Deus do céu, nós vivemos num grande quilombo!"

Aí a Fundação Palmares fixou critérios objetivos. A portaria atualmente em vigor, que é aplicável a todos os processos em curso – existe um dispositivo que diz isto – diz que agora, para a certidão ser emitida, precisa-se de uma ata da comunidade e da deliberação da maioria dos seus membros, que é o natural no processo democrático. No caso de Brejão, a gente está com uma minoria determinando o destino de todo mundo.

Mas, enfim, a primeira preocupação que eu queria trazer para os senhores é esta: por que a Fundação Cultural Palmares, descumprindo os seus próprios atos normativos, emite certidões a partir de simples requerimento, sem nada?

Há outra questão que eu quero pontuar, no caso de Brejão dos Negros. Sabem como é que começa o processo da comunidade Brejão dos Negros? O primeiro documento que ele contém é um ofício do Padre Isaías endereçado à Fundação e que diz exatamente o seguinte...

Vou ler aqui para os senhores.

Esse ofício foi recebido na Fundação Cultural Palmares no dia 17 de abril de 2006. É a data do protocolo. Ouçam bem o texto, que é dirigido ao Sr. Ubiratan Castro de Araújo, então Presidente da Fundação Cultural Palmares.

Caro senhor, no dia 28 de outubro de 2005 [foi protocolado em 17 de abril de 2006], enviamos a V. Sª os requerimentos assinados por representantes das comunidades Caraíbas, no Município de Canhoba, e Brejão dos Negros, em Brejo Grande, solicitando o registro no Cadastro Geral a fim de obterem a certidão como comunidades remanescentes de quilombo. Há poucos dias, foi emitida a certidão para a comunidade Caraíbas, em Canhobq, e não saiu a de Brejão dos Negros. Estanhamos. Por que não as duas? O que ocorreu?

Bom, para minha surpresa, telefonei hoje para a Fundação Palmares, às 10h20 da manhã, e falei com a secretária da Bernadete, e ela me informou que não havia qualquer processo da comunidade Brejão dos Negros. O que será que aconteceu com a documentação? Onde foi parar? Apure, por favor, para saber o que aconteceu, visto que os dois pedidos foram juntos.

Agora atentem-se para a frase final.

De qualquer forma, sempre tenho reservado outros originais comigo. Será que dá para tirar o atraso?

Essa é mais uma indagação que fica no ar: qual a razão para o pároco ter consigo outros originais? Então, foi feita mais de uma ata? Foi feito mais de um requerimento? Por que ele guarda com ele algo que seria da comunidade?

Mas outra coisa chama atenção nesse ofício dele: ele diz que os dois requerimentos foram juntos. Não é isso? E diz que recentemente saiu a de Caraíbas, e não a de Brejão. Ele protocola isso em 2006.

Os senhores sabem quando foi certificada a comunidade Caraíbas? Em 2005, poucos dias antes da data do ofício dele... Desculpem-me. Poucos dias depois de ter sido encaminhada a documentação. Os senhores sabem de que data é a ata da comunidade Brejão?

(Soa a campainha.)

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – De 2006.

Como é que esta documentação poderia ter sido encaminhada para a Fundação Palmares uma ano antes de a comunidade ter deliberado? Porque, se ele encaminhou as duas juntas e Caraíbas saiu em 2005, como é que a ata da reunião de Brejão é de 2006?

Quanto ao povoado Ladeiras, que também está em processo de certificação – foi certificada –, há um processo criminal com falsificação de assinaturas, segundo o advogado da região, o advogado dos proprietários, já atestada por perícia.

Quanto a Caraíbas – a gente teve a curiosidade de pedir a cópia da certidão –, só contém quatro assinaturas, não contém as cinco.

Se a Senadora me conceder mais alguns minutos para eu tecer alguns comentários sobre o procedimento do Incra, eu agradeceria.

O SR. JOSÉ FAUSTO SANTOS (*Fora do microfone*.) – Se não puder, eu cedo cinco minutos do meu tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A senhora pode continuar, Drª Rosivan.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Então, tudo isso são indícios de crime. Não é possível! Todos esses fatos foram relatados por diversas vezes, em audiências públicas, ao Incra, ao Ministério Público Federal, a diversos órgãos públicos, à própria Fundação Palmares.

Mas vamos lá. Vamos, rapidamente, detalhar o procedimento do Incra para que os senhores entendam a violência que foi o processo de delimitação da comunidade Brejão dos Negros. É uma imposição, é a mão do Estado dizendo à comunidade: "Querendo ou não, você é quilombola, porque eu determinei que assim será!" E nós estamos tratando de mais de 3 mil pessoas.

Assim que foi emitida a certidão da Fundação Cultural Palmares, o padre fez uma missa solene e anunciou para a comunidade que nós – porque eu sou de lá também – éramos quilombolas declarados pela Fundação Cultural Palmares. Só neste momento, Senadora Ana Amélia, a comunidade tomou conhecimento de que era quilombola. Somente a partir da certidão.

Muito bem. O detalhamento do procedimento administrativo perante o Incra ocorre da seguinte forma: recebida a certidão, nomeia-se um grupo interdisciplinar. Essa equipe promove reuniões com a comunidade, para explicar como é o processo, colher as informações, perguntar qual é o território reivindicado, ver qual é a história de vida, qual é a ligação e quais são os traços culturais, realiza estudos, a partir de material cartorário, de livros, de relatos da própria comunidade, faz o levantamento fundiário, que, obrigatoriamente, deve contemplar inclusive a informação sobre os atuais ocupantes e o histórico de ocupação, e, ao final, tira sua conclusão sobre se a comunidade é quilombola ou não e emite um relatório técnico de identificação e delimitação da comunidade quilombola. Um detalhe: todos os proprietários devem ser notificados, porque eles também são interessados. Eles devem ser notificados e informados de que a área ocupada por eles pode estar inserida no território quilombola e podem ser chamados a contribuir, inclusive com informações que possam ter. Ao final, cadastram-se as famílias quilombolas e cadastram-se os ocupantes não quilombolas.

No caso da comunidade Brejão dos Negros, o primeiro ato realizado pelo Incra, após receber a certidão, foi cadastrar 299 famílias como quilombolas. Não havia nem grupo técnico interdisciplinar nomeado. Um antes da nomeação, o Incra cadastrou 299 famílias como quilombolas.

Detalhes: esse cadastro foi feito na Casa Paroquial, alguns formulários foram preenchidos por servidores do Incra, outros foram preenchidos por pessoas ligadas à Associação Quilombola Santa Cruz Brejão dos Negros, presidida atualmente pela Srª Izaltina, que não poderiam fazer esse preenchimento, porque isso seria ato típico do grupo interdisciplinar, e grande parte das pessoas cadastradas, quando descobriu que seu nome figurava naquele cadastro, relatou que nunca soube, que nunca pediu para ser cadastrada como quilombola e que não se autodefinia com quilombola. Como é que o nome dela foi parar aqui naquele cadastro?

Quando foi realizado o cadastro, foi dito às pessoas da comunidade que o Incra estava promovendo um cadastro para fornecer cestas básicas. Ora, quem é que não quer, numa comunidade carente, receber cestas básicas? Foi quem não tinha... Porque havia proprietários. Quando a gente viu o nome de proprietários, a gente disse "rapaz, você é doido. Você tem terra. Como é que você vai se autoproclamar quilombola? Você quer submeter a sua terra ao uso coletivo?" Ele disse "não, eu cheguei lá e perguntaram se eu queria cesta básica. Eu vi um movimento na rua... Perguntaram se eu queria cesta básica e eu disse que não queria. Aí perguntaram se eu tinha filho com idade para ir para a universidade."

(Soa a campainha.)

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – "Eu disse que tinha e me cadastrei para o meu filho ganhar uma vaga na universidade". Teve gente cujo nome foi parar no cadastro quilombola porque soube que era o pessoal do Incra que estava lá e foi perguntar como atualizar o ITR. Disseram a ele "você atualiza assinando aqui". E ele virou quilombola. Tudo isso também foi objeto de denúncia. Mas até hoje não se tem conhecimento de nenhuma providência.

E há mais: durante todo o processo, era recorrente...

Olha, eu nasci e me criei no povoado Brejão dos Negros. Se eu não conhecesse a região, eu não pisaria lá de jeito nenhum, porque você abriu o jornal e lia que havia conflito agrário em Brejão dos Negros, que a comunidade quilombola estava ameaçada por jagunços, fazendeiros, pistoleiros. Não se nominava ninguém. Essa notícias era plantadas na imprensa.

Se me permitir continuar, eu agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou lhe dar mais dois minutos, porque nós temos outro expositor.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Certo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E nós temos perguntas a fazer. Aí a senhora pode, inclusive durante as indagações que forem feitas, responder.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Pronto. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas lhe dou mais dois minutos.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Então, essas notícias eram plantadas. Essa é a expressão, porque, em uma audiência pública promovida pela câmara de vereadores, uma das pessoas que constava na ata da audiência pública patrocinada e promovida pela Ouvidoria Agrária Nacional, em função da notícia de conflito agrário lá em Brejo Grande, uma das pessoas que lá figuravam como ameaçadas de morte, na audiência pública da câmara, disse "olha, eu nunca fui ameaçado. Eu fui orientado pela assistente social da Caritas Diocesana..." O padre era o coordenador da Caritas Diocesana de Propriá... "Fui orientado por ela a ir registrar um boletim de ocorrência dizendo que eu estava ameaçado. Aí eu disse a ela: mas eu não estou ameaçado". "Não, mas é preciso, porque a gente está na luta pela terra, e você precisa... Ninguém sabe quando vai acontecer alguma coisa".

E ele registrou um boletim de ocorrência. Foi lá registrado como fato atípico porque ele disse que ninguém disse nada ou fez qualquer gesto que pudesse representar uma ameaça, mas ele se sentia ameaçado pelo fato de estar lutando pelos direitos dele. O delegado, então, registrou e botou como fato atípico.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Esse boletim de ocorrência serviu para justificar a ação de trazer a Ouvidoria Agrária e todo o aparato para o povoado, e o objetivo era intimidar a comunidade, impor a sua declaração como quilombola.

Eu queria só dizer uma coisa mais. Sei que o meu tempo já está esgotando.

A situação é tão escandalosa, que o relatório técnico foi concluído... Estão lá várias famílias com a declaração expressa no cadastro que foi feito mais recentemente... A declaração expressa é de que não é quilombola, mas ele consta na relação de quilombolas. Mais de cem famílias.

O Incra elaborou um relatório que quem o olha diz: Olha, esta é uma área habitada por quarenta e poucos posseiros, por quarenta e poucos proprietários, que vai se destinar a 400 famílias. Na verdade, é uma área habitada por mais de 3 mil pessoas, da qual um grupo, que não chega a ser de cem pessoas, quer se apropriar.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A Drª Rosivan Machado é juíza de direito da Comarca de Neópolis, no Estado de Sergipe.

Este é o tema de que nós estamos tratando aqui, que foi um requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

Eu convido para fazer uso da palavra o Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z-7, de Neópolis e região, no Estado de Sergipe, José Fausto dos Santos.

O senhor está com a palavra.

O SR. JOSÉ FAUSTO SANTOS – Bom dia a todos!

Como todos já sabem, o meu nome é José Fausto. Eu sou pescador, moro no povoado Brejão. Apesar de ser Vice-Presidente da Colônia de Neópolis e região, eu moro no povoado Brejão, na Rua Getúlio Vargas, nº 401, casa com escritura pública. Eu sou casado há mais de 30 anos e convivo naquele povoado.

O motivo principal de eu ter assinado o requerimento, junto com os outros quatro, foi o fato de ser necessário. Como eu sempre fiz parte da pesca, não ainda como diretor da Colônia Z-7... O meu cadastro na pesca, no Registro Geral de Pescadores, é de 1990. Então, desde lá eu venho fazendo parte da pesca e me orgulho de ser um pescador. Eu me aproximei e disseram que precisavam de cinco famílias, em uma reunião na Casa Paroquial, para que essas famílias pleiteassem melhoria social para a comunidade, como melhor alimentação na escola, computadores, vaga nas universidades para os filhos... E quem não quer que seja o melhor para seus filhos, já que eu tenho sete filhos? Eu fui um dos que assinaram.

Dessa mesma reunião – depois, eu vim a tomar conhecimento – participaram as pessoas que assinaram. Só que, na ata de caminhamento para a Fundação, não estão os nomes de Jucilene Santos Santana, de Gilvan Pereira Honorato e de Maria Pastora. Como não estão esses nomes na ata que encaminham para a Fundação Palmares e estão os nomes dessas pessoas requerendo? Porque essas pessoas, no dia que assinaram para requerer, estavam lá. O Prof. Gilvan Pereira Honorato representava os professores, a Jucilene Santos Santana representava a Secretaria de Educação, a Maria Pastora, que trabalhava com corte e costura com o pessoal da comunidade, e a Maria José Dantas.

Na ata que foi encaminhada estão os nomes, escandalosamente, do Sr.Edvaldo Santana dos Santos, que é o marido de Jucilene e que não estava presente na reunião, do Miguel dos Santos, que mora no povoado Paraúna, conhecido como Miguel da Liquinha, que não estava nessa reunião, da Maria Zélia, que também mora na Paraúna e não estava nessa reunião, e da Jaqueline Dantas Carvalho, que não estava nessa reunião. Então, por aí vocês tiram o tamanho da coisa como vem acontecendo e como sempre aconteceu lá dentro do povoado.

O Padre Isaías me mandou até Aracaju, junto com Maria Pastora, para participar de uma reunião no Incra. Até aí, eu não sabia do que se estava tratando. Ao chegar à comunidade de Mussuca, que também é uma comunidade que já tinha reconhecimento quilombola, disseram: "Parabéns, vocês também já são quilombolas?" "Não, a gente veio aqui para uma reunião no Incra que iria participar justamente das políticas públicas." "Não, é dessa forma assim e assim..." E aí explicou: "Vocês estão como quilombolas.

Ao retornar pedi explicação a Padre Isaías: "Padre, o que está acontecendo? Porque, na verdade, eu fui como pescador, que sou até hoje, e o senhor tinha mandado eu ir para lá, junto com Maria Pastora, e quando a gente chegou lá, a gente estava como quilombola". Ele disse: "Olha, vocês não precisam saber de nada. Vocês só precisam fazer o que eu mandar". E aí foi quando eu disse: "Se for dessa forma, eu não pretendo participar de um movimento ao qual eu não tenha acesso, não tenha conhecimento das coisas que ocorrem".

A partir daí, começaram as perseguições. Risalva dos Santos prestou queixa, na polícia, dizendo que eu tinha dito que matava o Padre Isaías até debaixo d'água. Isso eu tive que esclarecer, tive que ir para a Polícia Federal. Depois, Maria Pastora levou um documento ao Ministério Público Federal, em Sergipe, – eu já era Vice-Presidente, pois, desde 2007, eu passei a ser Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z-7 –, dizendo que eu estava impedindo pessoas de receber o seguro-defeso.

Se o seguro-defeso era pago pelo Ministério do Trabalho, que poder teria a colônia de impedir as pessoas de recebê-lo se era o próprio pessoal do Ministério do Trabalho? Lá, o Ministério do Trabalho é dividido, para o seguro-desemprego, em duas áreas: uma área trabalha com o Ministério do Trabalho, diretamente, e a outra trabalha com o NAT. Como o NAT e o Ministério do Trabalho são quem incluem esse seguro-defeso, e eu entenderia... Novamente, fui várias vezes até a Polícia Federal, para prestar esclarecimento.

Se isso não bastasse, um grupo de 17 pessoas, inclusive alguns membros da Associação Santa Cruz e alguns de outras associações de Brejo Grande, como o Sr. Clesivaldo Felix, prestaram, novamente, uma queixa contra José Fausto. Alegavam que eu estava impedindo as pessoas de receberem a carteira de pescador. Ora, a carteira de pescador quem entrega é o próprio Ministério da Pesca. As pessoas já tinham o documento de pesca. Houve o cadastro, em 2011, que era o próprio pescador quem fazia; revalidava-se no verso da carteira.

Eu acho que vocês têm conhecimento, por este ser um órgão federal, mas, se vocês não o tiverem, a carteira de pesca não era substituída; ela era revalidada. O superintendente em exercício daquela região assinava no verso, ou alguém que tivesse sido designado a fazer esse procedimento. Mais uma vez, eu tive de ser chamado pela Justiça, para que esclarecesse aquilo que eu nunca fiz.

Houve também o balcão de cidadania, junto com o pessoal do Sebrae, onde eu e meus filhos fomos impedidos, além de outras pessoas que não acompanhavam, não aderiam ao movimento deles, ou se tornavam contra eles. Fomos impedidos, em um colégio estadual, impedidos de entrar para tirar a identidade e a carteira profissional, pelos próprios servidores que lá estavam e pela própria presidente, na época, D. Maria Isaltina.

Depois disso, ainda estou respondendo a um processo, que está em andamento, por derrubar uma cerca, sem nunca ter participado dessa derrubada de cerca, nem ter conhecimento de quem participou ou deixou de participar disso, simplesmente por perseguição. Isso realmente é escandaloso e dói para as famílias que ali vivem, porque, se procurarem toda a minha ficha, verão que eu nunca fui de baderna. Ao contrário, como presidente de associação que fui, em 2003, a gente fundou a Associação de Catadores de Caranguejo do Povoado Brejão e conseguiu levar a apicultura ao Município de Brejo Grande. Hoje trabalham várias famílias na apicultura, distribuindo, assim, renda e preservando o meio ambiente.

A gente conseguiu, junto com o Sebrae, levar a criação de ostras em cativeiro lá para o Município de Brejo Grande, lá no povoado de Brejão, na divisa com Pacatuba, necessariamente no povoado Carapitanga. Isso a gente tem em ata porque foi tudo feito em ata, foi recurso destinado e que veio através de projetos. Foram recursos pequenos. O da apicultura chegou a R$30 mil; o da ostra foi um pouco menos – a gente só conseguiu três barcos, três motores e o material, que seria corda e tela para confecção das gaiolas para criar as ostras.

E, também, vendo a necessidade e querendo tratar o Município para que a qualidade de vida ali reinasse, a Associação de Catadores de Caranguejos também fundou um grupo de pessoas para trabalhar com a reciclagem. Vendo que alguns recursos não poderiam vir através desse grupo pois estava ligado a uma associação, a gente fundou uma cooperativa dessas pessoas, o que foi também tratado e criado pela Associação de Catadores de Caranguejo. E a gente vem sempre fazendo esse trabalho no intuito de trazer tranquilidade e benefícios a essas famílias.

Como colônia de pescadores, recentemente, em 2014, a gente conseguiu comprar uma área com recursos da colônia, recursos tirados do próprio pescador. Para isso, como gestores, é que a gente está lá. A gente deu R$14 mil em uma área de terra destinada a um conjunto habitacional, para o catador de caranguejo ficar próximo ao povoado Carapitanga, que fica próximo da escola e de todo o povoado, com os melhores acessos, para que os filhos desses pescadores, se assim a gente conseguir, tenham a escola a menos de mil metros da casa deles.

Então, se uma pessoa que propõe tudo isso é tratada e perseguida conforme os quilombolas vêm perseguindo, é complicado. A gente sabe disso e sabe que quando foi o ocupamento de Batateiras, o Sr. Antonio Oliveira estava em casa. Ele tinha seis animais, seis vacas, entre vacas e bezerros, numa área onde ele criava. E o Sr. Magno Barros, junto com um ou dois soldados da Polícia Federal, dois representantes da Polícia Federal foram à casa dele avisar que ali não era mais para ele manter o gado. Ele ficou na maior decepção e dias depois, cinco dias depois, chegou a falecer. Ele já era um senhor de 74 anos de idade e ficou preocupado. Inclusive colocaram o gado dele na rodagem; tiraram do pasto e colocaram na rodagem.

O Sr. José Barreto já tinha um problema de saúde, pois uma perna sua tinha sido amputada. Ele tinha acesso a uma área, posseiro desde a época do pai dele, onde os coqueiros têm mais de 40 anos que vêm sen-

do desfrutados. Inclusive, alguns coqueiros velhos precisam ser substituídos. Eles araram no período do verão, araram com grade na frente do local onde ele passava. Ele já ia de moto porque não tinha como caminhar, caiu, queimou a outra perna e pouco tempo depois teve que amputá-la também e chegou a óbito. Quer dizer, não foram diretamente eles que o conduziram a óbito, mas deram material para conduzir realmente essas pessoas que estão sendo citadas aqui a chegarem a esse ponto.

O Sr. Tadeu Rocha também tinha uma parte onde tinha os coqueiros dele, que ele cuidava com o maior carinho, e eles o mandaram sair de lá. Pouco tempo depois, o rapaz estava na praça do povoado e não conseguiu chegar em casa. Faleceu no caminho.

Quer dizer, tudo isso são coisas que a gente vê. Eu gostaria muito de continuar no meu povoado, povoado esse que eu escolhi, pois eu sou de Piaçabuçu, mas desde 1971 moro no Brejão.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FAUSTO SANTOS – Construí minha família. Agora completei, em 30 de agosto, 30 anos de casado. Tenho meus filhos e meus netos e gostaria de permanecer no Município e no povoado que escolhi para viver. E eu gostaria de contar com a colaboração de todos, para que ajudassem, porque não é só em meu nome que eu estou falando, mas em nome de todas as famílias que estão lá e que precisam continuar vivendo no seu *habitat*.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, José Fausto Santos, Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z-7, de Neópolis, na região do Estado de Sergipe.

O Sr. Manfredo Goes Martins, que é produtor rural, falou 15 minutos, dei mais cinco; foram 20 minutos – a Drª Rosivan, da mesma forma –, e ele disse que é pouco tempo para explicar o problema. É claro que nós aqui temos um regramento, em função de termos outras comissões funcionando no Senado, mas, quanto ao tema, com essa exposição feita, pela clareza dos dados. não só pelo Sr. Manfredo, que foi o primeiro expositor, mas especialmente pela Drª Rosivan, juíza de Direito da Comarca de Neópolis, e pelo José Fausto, que deu um testemunho pessoal dos acontecimentos, é possível avaliar aspectos muito relevantes desse processo que envolve uma comunidade no Estado de Sergipe.

O Senador Ronaldo Caiado foi o requerente. Depois, os Senadores Donizeti Nogueira e Paulo Rocha – que está presente. Nós aqui deveríamos ter o Incra, ou a D. Maria Isaltina Silva Santos, para estabelecer um contraditório nesse processo. Reconheço que essa não é uma demanda fácil. Agora, a segurança jurídica que nós tanto reclamamos precisa existir em todos os elementos; não só na demarcação de terra indígena, mas também na demarcação das regiões quilombolas, porque existem muitas dúvidas sobre os laudos antropológicos para definirem exatamente uma área quilombola ou uma reserva indígena. Temos, no Rio Grande do Sul, casos em que já foram comprovadamente demonstrados equívocos de determinar área indígena – como a famosa reserva de Mato Preto –, em que foram violados alguns aspectos do próprio Direito Administrativo, do Direito Público Administrativo.

Então, nós precisamos dessa segurança jurídica, para que convivam pacificamente os quilombolas e as reservas, para que sejam autêntica, histórica e antropologicamente reconhecidos, para que toda a comunidade assim os entenda e para que eles participem desse processo. Não se pode aceitar que uma pessoa, que não é da comunidade, venha a interferir nesse processo. Esse é um entendimento modesto, desta Presidente, sobre esse tema tão delicado.

Eu passo a palavra ao Senador Paulo Rocha – que solicitou também a presença da D. Maria Isaltina, que não compareceu –, para fazer alguns questionamentos aos expositores. E depois falarão a Senadora Maria do Carmo – que não é membro da Comissão, mas terá a palavra –, o Senador Moka e o Senador José Medeiros, se assim quiserem.

Então, tem a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Obrigado, Presidente. Obrigado aos nossos convidados por terem vindo, mas eu acho que esta audiência, em que optamos por ouvir as partes, está incompleta. Eu não diria prejudicada, em respeito até à presença dos que vieram. Ela está incompleta, porque falta a outra parte, que foi produto da...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu queria esclarecer que a Comissão formalizou os convites às pessoas. Elas foram contatadas, confirmaram, mas não compareceram. Elas foram oficiadas, da mesma forma que os que estão presentes o foram.

Então, o tratamento dado pela Comissão foi igual, como tem de ser. Esse é o rigor que temos aqui, como eu mesma já antecipei. Seria importante que tivéssemos aqui o contraditório. Em não havendo, vamos pros-

seguir, porque as pessoas vieram; temos que ouvir uma parte e, se for o caso, fazer o contraditório em outra audiência pública.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Meu julgamento, por isso, torna incompleto. Sem prejuízo dessa, queria afirmar, Presidenta, que venho de um Estado que é campeão, e sempre o foi, desses problemas de conflito de terra. O Senador Moka também vem de um Estado onde os conflitos também se agravam muito em relação a essa questão das terras no nosso País.

O meu Pará, inclusive, tem histórias muito tristes nesse processo do conflito de terras. A minha vida política iniciou-se exatamente com essas coisas de organizar os trabalhadores, para poderem defender seus direitos, seus interesses etc, e acabei virando Deputado e Senador exatamente por repercutir nos nossos espaços institucionais esses interesses, esses direitos, enfim.

Acho que deve ter, igual a esse, milhares de casos em todo o País. E é sempre a mesma origem; são os mesmos problemas, porque, pelo entendi aqui, isso vem de uma demarcação no litoral do Brasil, onde aportaram os nossos descobridores, e ali começaram esses conflitos. Ele mesmo recuperou um pouco essa história etc. E lá, à medida que avança o desenvolvimento do País, avança o desenvolvimento das pessoas, avança um conjunto de interesses, os conflitos vêm. E isso se acirra mais ainda quando os grandes empreendimentos vão chegando.

Aqui, pelo que conheço, quando se iniciou, as pessoas que habitavam as terras usavam-nas para determinado fim. Com a evolução dos povos, do desenvolvimento, a terra vai também tendo outros objetivos, outros fins, outros interesses. E, agora, pelo que vi aqui, pelo pouco que li aqui rapidamente, como também toda a nossa orla e todo nosso litoral é uma grande atração turística, outros empreendimentos vão querendo se instalar; não é só o simples pescador que fica lá catando caranguejo. A praia e o mangue atraem outros interesses, outros grandes empreendimentos. No caso aí, ouvi também que outro grupo turístico e de empreendedores da área de turismo e hotelaria estava querendo instalar-se. Claro que isso aumenta mais o conflito desses interesses.

O que eu acho? A maior responsabilidade por isso é do nosso Estado, o Estado brasileiro. Quem deveria estar aqui? Devemos bater na porta dos nossos órgãos e cobrar que cumpram o seu papel e resolvam os conflitos; não devem eles bater cabeça aqui uns com os outros.

Sem prejuízo de virem aqui trazer suas reclamações, suas visões, suas denúncias, pois acho que esta reunião foi feita para isto, ouvi-los, acho que – não sei se é o caso de ouvir a outra parte – deveríamos chamá-los aqui às suas responsabilidades. No caso, há o Incra nacional, e até mesmo os órgãos, como a senhora mesma falou, com a complexidade da situação, vão mudando à medida que conhecem as realidades.

Parece-me, nesse processo das declarações, que a própria Fundação Palmares mudou de procedimento no meio do processo, porque ela se baseava na Portaria – pelo que eu entendi aqui – nº 6, de 2004, e, depois, essa mesma portaria foi revogada por uma outra, a de nº 98, de 2007. Naturalmente, mudaram visões e formas de critérios, etc, ajudando mais a aumentar a confusão que já existia lá.

Presidente, com todo o respeito, as pessoas que vieram são bem-vindas aqui sempre, mas acho que a gente deveria avançar para dirimir essa questão chamando a responsabilidade dos principais órgãos que são afetos a essa questão, para que, realmente... Com todo o respeito ao caso, deve haver milhares de casos como esses no Brasil, e a nossa Comissão ocupa-se de outros grandes temas. Na solução desse problema no País, devemos transferir a responsabilidade para aqueles que devem dirimir esses problemas. No caso, o Incra. Já foi envolvido o Ministério Público, que é o fiscalizador da aplicação da lei, do respeito à lei, etc, mas há órgãos respeitáveis e importantes do nosso Estado brasileiro, no caso, a SPU, o Incra, etc, para onde devemos levar esse problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito, Senador Paulo Rocha, a referência de V. Exª e, como Presidente desta Comissão, eu queria apresentar um protesto à ausência desses órgãos que foram convidados. Como órgãos públicos, têm a obrigação de estar presentes numa audiência pública do Senado Federal, e nós entendemos que, ao descumprir um convite, nós temos uma outra forma que é a convocação. Então, eu consulto o Plenário – Senador Moka, que pediu a palavra, com a palavra – para tomarmos essa decisão, se for coletiva e democrática deste Plenário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, eu quero cumprimentar o Sr. Manfredo Goes Martins, a Drª Rosivan Machado, o Sr. José Fausto Santos.

Primeiro, as pessoas que não compareceram foram convidadas. A menos que elas tenham uma justificativa muito forte, acho que não deveríamos repetir; deveríamos dar crédito para aquelas pessoas que aqui vieram.

Paulo, eu estava aqui desde – acho que você também... Há uma série de equívocos. Um padre vai para lá – eu acho que você chegou a ouvir – e, aonde esse padre foi, ele "descobriu" – entra aspas – quilombolas. Quer dizer, o padre é talvez o maior descobridor de quilombolas de que se tem notícia no País. E o pior: são três mil pessoas. E a Drª Rosivan disse que há 16 ou 17 que se autodeclararam quilombolas! Não é possível que

uma comunidade inteira tenha de se render a isso. Entre três mil, 17, sem falar no relato do Fausto, que foi lá com o pescador e, de repente, quando conta a história, a própria Drª Rosivan disse que a comunidade só ficou sabendo que ela seria quilombola numa missa solene, em que o padre falou. Aí, há fatos e documentos que registram datas, e fica muito clara uma fraude mesmo.

Eu acho que o assunto é mais para que a gente apure a fraude que foi feita lá. Aí, sim, eu acho que esta Comissão do Senado tinha que ir aos órgãos e, de posse desses documentos, mostrar que o que houve lá, salvo melhor juízo, foi uma coisa orquestrada, organizada.

E aqui estão as pessoas. As pessoas que não vieram aqui certamente não vieram porque não quiseram, mas podiam estabelecer o contraditório. Então, eu acho que nós não deveríamos...

Neste momento, eu quero focar no seguinte, Presidente: há relatos aqui que caracterizam uma fraude, é uma coisa muito clara. Então, pessoas foram cadastradas sem saber para o que estavam sendo cadastradas e o que aquilo significava, aquele documento significava. Como vamos, a partir daí, ficar ouvindo isso e achar que... É claro que houve um equívoco. Quer dizer, a primeira coisa que tinha de ser feita seria esclarecer à comunidade o que é quilombola. Eu acho que são pessoas que detêm a posse há 40 anos e vão dizer para elas: "A partir deste momento, isso aqui será uma comunidade coletiva. Você vai deixar de ter a sua posse".

Aqui não se está tratando realmente da questão da terra em si pelo que eu vi; não há uma disputa de terra. Há, sim, uma decisão tomada por uma minoria, e uma maioria que se nega, posso estar equivocado, de se autorreconhecer quilombola.

É o que depreendi dessa fala aqui, e, Srª. Presidente, acho que a Comissão deveria, sim, ir atrás – aí, eu meu somo ao Senador Paulo Rocha – das autoridades do Incra, principalmente, e das pessoas diretamente envolvidas, porque são documentos. Hoje, quer eles queiram, quer não, há um documento que declarou a comunidade como quilombola, segundo a Drª Rosivan à revelia da maioria da comunidade que sequer aceitou a chamada autodeclaração.

Eu fico por aí.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Pela ordem, o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O encaminhamento que dei foi outro, porque eu tenho divergência com S. Exª. Eu não concordo que a Comissão já conclua que houve fraude só pelo depoimento deles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Moka tem a liberdade de expressar a opinião dele e a conclusão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sim, mas me ouça primeiro. Eu não concordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, V. Exª emite a sua opinião.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Se for pela conclusão, logo de cara, de que houve fraude, então, neste caso, nós precisamos ouvir a outra parte, para ele completar; haver uma informação do outro lado para completar a sua conclusão.

Eu tomei uma posição aqui em que não tirei nenhuma conclusão sem há fraudes ou não, etc. Assim como acredito na juíza, no pescador, no produtor Manfredo, eu também acredito em padre; acredito em outras pessoas também nesse sentido. Então, eu parti do princípio de acreditar em todos a partir da visão dos seus interesses. Então, estão concluindo que já houve fraude...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Rocha, ficou muito claro.

Senador Paulo Rocha...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por favor, fui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Senador Moka. Depois, eu falo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora, o que eu ouvi aqui me levou a esta conclusão. Se é divergente do Senador Paulo Rocha, ele tem direito a ter a opinião dele e eu a respeito, mas, do que eu ouvi aqui, de listas acolhidas sem o cara saber o que está assinando e de questões em que as datas de documentos são anteriores ou depois de..., isso é muito grave, e sou obrigado a concluir.

E as pessoas que não vieram aqui não vieram porque, ou se recusaram a vir, ou acharam que não teriam interesse nessa discussão ou nesse debate.

Eu respeito a posição do Senador Paulo Rocha, mas, do que eu ouvi aqui, a minha conclusão é de que o processo começou errado, quer dizer, fraudando até sem informar as pessoas do que estava acontecendo, e a que aquilo levaria.

O próprio José Fausto foi a uma reunião e, quando voltou e quis saber da pessoa que o estimulou a ir, lhe disseram: "Não, você tem que fazer o que eu mandar e não saber o que está acontecendo".

Então, sou obrigado a concluir, com o máximo respeito – e o Senador Rocha sabe do respeito. Isso é apenas divergência que estamos acostumados a ter. Que as pessoas não estranhem isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Rocha, ficou muito clara, aqui, a sua posição de ter o contraditório. Ponto. A posição do Senador Moka, individual, pessoal, é de que houve fraude no processo, e nós respeitamos. Ponto. Não é uma decisão coletiva da Comissão. O que nós vamos fazer, coletivamente, é a convocação das pessoas para que estejam aqui, já que se negaram.

Quero esclarecer também, Senador Paulo Rocha, todos os Senadores e quem está nos acompanhando, que, no dia 1º de outubro, todos receberam igual comunicado e convite para esta audiência pública, cujos nomes foram indicados pelos Senadores requerentes; repetindo, Senador Ronaldo Caiado, Donizeti Nogueira e Paulo Rocha.

Essa é a posição da Comissão, que trata com muita igualdade.

Consulto o Senador José Medeiros se tem alguma ponderação a fazer e excepcionalizamos, ao ouvir também o Deputado Laércio Oliveira, que é do Estado de Sergipe, para que tenha o direito, nesta Comissão democrática, de fazer uso da palavra.

Com a palavra, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidenta, infelizmente, vou ter de sair – a senhora sabe da nossa tarefa. Vou ter que presidir a CPI do HSBC.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Rocha, fique tranquilo. Nós vamos decidir aqui com isenção e imparcialidade.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Deixe-me fazer-lhe uma declaração pública aqui. Tenho confiança na presidência da Comissão. Tenho confiança na senhora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Honrarei essa confiança, Senador, tenha certeza.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª. Presidente, senhores convidados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um momentinho, por favor, Senador, eu peço licença para, antes de o Senador Paulo Rocha se retirar, o Sr. Manfredo Goes Martins, Senador Paulo Rocha, gostaria de manifestar-se.

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – Senador Paulo Rocha, eu gostaria, antes de o senhor se ausentar, de lhe dar uma pequena palavra, já que o senhor não vai estar aqui presente.

Na minha fala inicial, eu disse que relutei em aqui estar, porque lhes confesso que não acreditava e continuo sem acreditar, Senador Paulo Rocha, infelizmente, que daqui possa sair alguma solução. Não foi fácil eu estar aqui. Não foi fácil, como também não foi fácil a Rosivan aqui estar. Ela não é juíza; ela é natural do povoado Brejão. O pai dela é natural do povoado Brejão. O avô dela é natural do povoado Brejão. O meu pai nasceu lá. A minha trisavó morreu lá. Não se está tratando aqui de donos de terra, Senador Paulo Rocha, mas de brasileiros.

Eu me sinto – vou confessar aos senhores – triste, triste. Aos senhores cabe a responsabilidade. Aqui é o Senado brasileiro. Aqui não é minha casa, onde eu resido; aqui é a casa do povo brasileiro, onde tem que haver respeito. Eles não vieram porque não respeitam os senhores. A nós, já não respeitam há muito tempo. A quantas e quantas reuniões e assembleias a Câmara de Brejo Grande convidou esse pessoal, Senador Paulo Rocha, e eles não compareceram! Sabe por quê? Porque eles sabem que o poder do Estado está ao lado deles. O poder do Estado opressor está ao lado deles. Nós é que sabemos o que estamos sofrendo. Eu estava falando para a Senadora Ana Amélia que contraí diabetes por causa disso. Meu irmão mais velho está abobalhado, sem se saber que doença tem. O segundo está aí, enquanto o José Fausto, indiciado na Polícia Federal, responde a processo; tirou dois coágulos no ano retrasado da cabeça. Nós é que sabemos o que cada um de nós está sofrendo.

Eu me recordo do grande Tancredo Neves, quando disse: "Jamais se viu tanta coragem na imprudência, tamanha ousadia na desfaçatez e tão inexcedível cinismo no desrespeito aos valores da nossa sociedade". Não sou eu quem o diz. Tancredo Neves o disse.

Os senhores representam a sociedade brasileira, os senhores nos representam, e os senhores também representam os que se dizem quilombolas. Apurem a verdade. A verdade é esta, Senador Paulo Rocha, nua e crua. Houve uma fraude. É pena que eu não tenha mais tempo para expor tudo aquilo que eu gostaria de expor.

Vou concluir agora, para não tomar o tempo dos senhores, que é muito mais precioso do que o meu. Quem sou eu? Quem sou eu? Um simples alagoano, filho de sergipano.

O grande Rui Barbosa, o tribuno Rui Barbosa, que enfeita a galeria de vocês... Eu assisto às audiências e vejo a figura de Rui Barbosa. Meu Deus do céu! Meu Deus do céu! Será que Rui Barbosa está satisfeito com o Senado brasileiro? Ele disse: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver prosperar a desonra [...], o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto", Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado, Senadora.

Termino a minha participação. Infelizmente não tenho condições de me delongar para dizer a vocês tudo aquilo que eu gostaria.

Eu gostaria de que me chamassem para participar de reuniões com esses órgãos públicos, com o Ministério Público Federal. Eu tentei uma audiência com a procuradora, mas sabem o que me disse a assessora dela: "A qual grupo vulnerável o senhor pertence, Sr. Manfredo? "Ao dos brasileiros." O nome está dizendo: Ministério Público Federal. Disse-me ela à época: "A procuradora só atende quilombola." Então, eu não contribuo com os vencimentos da procuradora com a minha parcela de Imposto de Renda?! Quem participa é o pessoal quilombola, sem demérito nenhum a eles. Eu não tenho nada contra eles, eu não tenho nada contra eles. Em princípio, até parece, mas, muito pelo contrário. Eu acabei de dizer que cristão é quem tira do seu para dar, cristão é quem tira do seu para dar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – Fazer caridade com o que é dos outros é muito fácil. Meu pai fez, e nós fazemos. Aqui estamos para fazer caridade e levar benefício. Lá nunca houve, não. Lá nunca houve esse tipo de coisa, não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Manfredo...

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – Está assim depois do infeliz desse padre. Tragam-no aqui para conversar comigo. Tragam! Tragam o pessoal do Incra para eu conversar *tête-à-tête*. Tragam quem vocês quiserem.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Manfredo, eu lhe concedi a palavra...

Agradeço a sua referência, mas esta Casa, Senador, ao realizar isso, tem que ser respeitada no que está fazendo. Nós temos boa vontade aqui para fazer... A Casa tem essa responsabilidade. Eu queria lhe dizer que, como Senadora...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sem agressão aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que entendo...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O senhor está com o discurso de coitadinho, mas o senhor não tem cara de coitadinho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Entendo a sua emoção com o tema.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD - SE) – Ele não é coitadinho, não, Senador Paulo. Eu o conheço. Eu posso dar testemunho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu passo a palavra, então...

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD - SE) – Ele é um homem respeitado no Estado inteiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD - SE) – Não. Mas ele não é coitadinho. Coitadinho não é um termo para um homem...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Você viu a forma como ele chegou?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD - SE) – Eu conheço a história dele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Deputado, eu preciso passar a palavra ao Senador José Medeiros, que está com a palavra.

Tem a palavra o Senador José Medeiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD - SE) – Não cabe chamá-lo de coitadinho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Donizeti...

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito me honra ser chamado de Senador Donizeti.

Senadora Ana Amélia, nossa Presidente, todos os convidados, Deputado, todos os Senadores...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – José Medeiros, Mato Grosso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sou José Medeiros, do Estado de Mato Grosso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – PPS.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Defensor...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Embora seja um caso muito específico, com certeza existem milhares no Brasil, como foi dito aqui. O que nos salta aos olhos é a constância e a similaridade dos fatos.

Há poucos dias, nós votamos, no plenário, uma medida provisória que tratava do ajuste fiscal e do seguro-defeso, entre outras coisas.

O que se nota, Senadora Ana Amélia, é que o Brasil está passando por um momento de extrema crise financeira, e nós ficamos observando como se dá esse buraco, como os cupins vão comendo as estruturas deste País. E tudo ocorre por falta de uma coisa: os órgãos não funcionam como deveriam funcionar, lá na base; a Funai não funciona como deveria funcionar; o Incra não funciona como deveria funcionar; outros órgãos, como o Ministério do Trabalho, não funcionam, e por aí vai. O que se nota é que a falta de fiscalização conduz a tudo isso.

Como é que uma pessoa chega a um lugar, começa a fazer cadastros e tal, o Estado se queda inerte, e depois se cria um problemão?

Em Mato Grosso, Senadora Ana Amélia, ano passado foi feita uma desintrusão de uma cidade de 8 mil habitantes – 8 mil. O Estado gastou quase R$40 milhões só para fazer essa desintrusão. E sabe de que jeito começou? Dessa forma aí. As pessoas levavam e cadastravam. "Olha, em tal lugar estão dando terra", e foi, e foi. De repente, em dado momento, surgiu um laudo antropológico que disse: "Olha, isso aqui é terra indígena". Mas, durante todo o tempo em que aconteceu isso, ninguém, nenhum órgão – nem Incra, nem Funai, nem ninguém. Aí causou aquele tremendo problema.

Então, o que a gente nota: vem o problema aqui para a Casa; em determinado momento, ficamos até com o ônus, mas, na verdade, o que não está funcionando são certos órgãos. Eu tenho falado: não tenho nada, não é nada pessoal. É uma constatação: o Incra não funciona, do Oiapoque ao Chuí; e a Funai se tornou um antro de ideologias que servem a quem eu não sei, mas ao Estado brasileiro e à população brasileira não é.

No Estado do Senador, vizinho ao Estado do Mato Grosso, o Estado do Mato Grosso do Sul, há tempos há uma situação em que pessoas que estão há 100 anos – às vezes, até mais de 100 anos – na terra, de repente, são surpreendidas: "Você tem de sair da terra". Isso porque, em determinado momento, um laudo antropológico disse que ali havia uma ossada indígena. Mas, aí, fica aquela contradição. Aqui passava índio, você perde a terra; do lado, não passa. Então, são certas coisas que não conseguimos entender, e os conflitos vão-se amontoando. Aí vem parar tudo onde? No cofre do Governo. Vai-se arrombando.

Essa história de seguro-defeso, por exemplo. Por falta de fiscalização, chega-se ao absurdo – um Senador aqui da Casa estava me contando – de uma certa cidade, onde boa parte das pessoas estão cadastradas no seguro-defeso, mas onde não há rio numa proximidade de 50km. São essas coisas que a gente não consegue observar.

Com relação a fraude, estão sobejamente, aqui, todos os indícios, claros; os depoimentos, está aqui uma juíza. Eu não tiro a razão do Senador Moka, de chegar a essa conclusão. Por quê? Por que a outra parte não veio? Então, é esse tipo de coisa que nos irrita: a desfaçatez – perdoem-me, aqui –, a cara de pau desses órgãos de não fazerem o que deveria ser feito, e, quando são chamados a prestar esclarecimentos, ainda não vêm.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros, do PPS do Mato Grosso.

Passo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira, do Solidariedade do Estado de Sergipe.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD - SE) – Obrigado, Senadora.

Muito bom dia, Srs. Senadores aqui presentes, muito bom dia a quem nos acompanha aqui nesta audiência nesta Comissão.

Primeiramente quero cumprimentá-la, Senadora, pela iniciativa, atendendo a um requerimento, a três requerimentos encaminhados para a realização desta audiência.

Felizmente, o Senado se posicionou e chamou um assunto gravíssimo que acontece no Brasil. Esse assunto não pertence mais ao Estado de Sergipe; este é um assunto do Brasil, e nós precisamos definitivamente extirpá-lo do nosso País, sob pena de vermos situações tão dramáticas como essa que se vive e a que se assiste aqui hoje. Esses são algozes de vários fatos que vêm acontecendo Brasil afora.

Portanto, o caso é muito mais grave do que se possa imaginar. Eu acompanhei a Drª Rosivan numa conversa com o Senador Ronaldo Caiado, e surgiu a ideia de se fazer esta audiência, mas V. Exª, como Presidente da Comissão, aceitou, claro, os requerimentos, e aqui formou esta Comissão. Quero, em nome do povo de Sergipe, agradecer a V. Exª.

Mas, mais do que isso, Senadora, eu vim aqui hoje, e fiz questão de vir, porque as pessoas que aí estão eu conheço. Eu posso dar meu testemunho por eles. Não conheço muito bem o Fausto; eu já estive na cidade deles duas vezes. O Sr. Manfredo – por isso peço até desculpas à senhora por ter interpelado aqui o Senador Paulo, com quem me dou muito bem, mas não posso admitir uma pessoa como o Sr. Manfredo ser atingida da forma como foi atingida, porque eu conheço a família dele.

Eu não o conheço, mas a família dele eu conheço e sei a história. É uma família que nasce lá nas Alagoas, mas tem suas raízes profundas no meu Estado.

Por fim, a Drª Rosivan. Eu vim aqui por causa da Drª Rosivan, que eu conheço há muitos anos, muitos anos. Minha esposa é juíza, é da mesma turma dela. Eu conheço a sua história, sua seriedade, sua família. Conheço o esposo dela, que está aqui presente, lá atrás, angustiado como esses homens aqui estão, pela situação que já foi posta aqui. Não quero entrar muito nesse mérito.

Eu queria apenas dar meu testemunho, e meu testemunho é esse, sabe Senadora, sobre esses fatos que acontecem, relatados aqui na justificação, principalmente do Senador Ronaldo Caiado. Tenho certeza absoluta. Pela exposição feita aqui pela Drª Rosivan, trouxe para todos que aqui estão o fato na sua realidade. Eu acho que isso é que é um assunto importante para se deixar registrado aqui na história desta Casa.

Fico muito feliz, concluindo a minha participação, para não ser muito extensivo na minha exposição, mas eu fico muito feliz ao ouvir da senhora a continuidade desta audiência pública através da convocação das pessoas. Inicialmente, a senhora fez um convite a eles, mas, agora, a senhora vai convocá-los para ouvi-los, atendendo ao apelo feito pelo Senador Paulo.

Eu entendo as partes e acho bom ouvir tudo, promover o diálogo, porque, quando tivermos a decisão do que aconteceu e as providências tomadas, nós o faremos com base naquilo a que nós assistiremos nos depoimentos de ambas as partes.

Eu quero ratificar, mais uma vez, aqui a minha solidariedade ao Sr. Manfredo, ao Fausto e à minha querida amiga Drª Rosivan. Agradeço muito, Senadora, a senhora ter permitido a oportunidade de ouvi-los aqui na Comissão de Agricultura.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado Laércio Oliveira. Eu preciso respeitar a Constituição do País, e a convocação se dará àqueles órgãos em que nós temos autoridade para isso; nos que nós não temos, não podemos fazê-lo – o Ministério Público, por exemplo, ou outros órgãos que a Constituição assim preze. Mas, aqueles que sejam órgãos administrativos, a Constituição será respeitada, e os titulares, os representantes serão convocados.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, me permita? Podemos, pelo menos informar ao Procurador-Geral da República, porque a Drª Rosivan disse que já denunciou isso no Ministério Público Federal. Então, o Sr. Manfredo sequer foi ouvido. Quer dizer, essas coisas, eu acho que a Comissão faz relatando o que eles disseram aqui, e os órgãos que aqui não estiveram terão, a qualquer momento, oportunidade de se defender.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Eu vou consultar o Senador Ronaldo Caiado sobre essa sugestão do Senador Waldemir Moka. Como ele é o requerente original desta audiência, é quem tem autoridade para acatar, acolher a sugestão do Senador Moka, que é de oficiar o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República a respeito desses fatos e da necessidade de audiência à Juíza Rosivan.

A Drª Rosivan pediu para emitir uma palavra. Eu lhe dou três minutos, porque nós já estamos no processo de finalização dessa audiência.

Concedo a palavra à Drª Rosivan.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Eu só queria fazer uma pequena observação. Eu acho, realmente, que está acontecendo, no País, a fraude, pelo que eu vi na nossa região. Eu penso que ninguém atentou ainda que isso pode ser um projeto de poder.

O que a gente observa lá no nosso Município? As pessoas são obrigadas, as pessoas que integram o grupo quilombola são obrigadas a fazer campanha para os grupos ligados ao Governo, a participar ativamente da política partidária, vinculada ao PT. Isso me chamou a atenção ontem: verificando a questão de comunidades quilombolas no País, os senhores observem quantas comunidades quilombolas existem no Nordeste do nosso País – metade de todas as que estão registradas nos outros Estados.

A segunda observação que eu queria fazer é a seguinte: o comportamento do Incra sempre foi muito tendencioso, flagrantemente.

Para os senhores terem uma ideia, o Fausto falou de algumas pessoas que acabaram falecendo e tal, mas a questão é que houve uma área, pertencente ao irmão do Manfredo, Fazenda Batateiras, desapropriada consensualmente para fins de reforma agrária. Nesse imóvel existiam 21 posseiros que estavam lá, alguns com posses de seus pais. Existia uma senhora de 85 anos que morava na propriedade junto com o filho, que lá trabalhava. Esses posseiros, após a imissão de posse em favor do Incra, a imissão provisória, no dia da imissão, a Associação Quilombola Santa Cruz assinou o mandado de imissão junto com Incra e a área foi entregue à associação, que desde então vem explorando coqueiros, pastagens.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Construiu-se um conjunto habitacional lá com mais de 50 casas, recursos do Projeto Minha Casa, Minha Vida, sem processo de seleção conhecida. Apontadas as pessoas pela associação, pessoas que têm casa, a maioria delas, e, mais grave, o Incra está lá no processo de desapropriação. Servidores do Incra informaram ao juiz do processo de desapropriação que os posseiros haviam entrado no imóvel após a imissão de posse, distorcendo a realidade. E o juiz concedeu uma ordem para que eles fossem desintrusados. O Incra informou que aquela área era território quilombola. Não existia nem laudo quando o Incra informou isso. Nem laudo antropológico; hoje existe, na época não.

O juiz expediu uma ordem de desocupação. Por acaso o advogado do irmão do Manfredo, comentando: "Olha, tem um pessoal que invadiu e tal". E aí provocou-se uma audiência de conciliação, na qual o magistrado tomou conhecimento e suspendeu a ordem. Acabaram saindo apenas três pessoas por conta de conflitos. É isso que está acontecendo lá em nossa região.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço o acréscimo das informações à Drª Rosivan e consulto o Senador Ronaldo Caiado, porque nós estamos finalizando aqui a nossa audiência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu acolho exatamente esta tese levantada pelo Senador Moka e, na ausência dos demais, acho que a solução é mais prudente.

Se V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador José Medeiros levantou uma questão relevante, que é a questão do funcionamento de órgãos como o Incra, a própria Funai e outros órgãos também.

Eu penso que, em um regime democrático, o País está sofrendo gravemente de uma falta de transparência nesses processos. E essa falta de transparência é que agrava a insegurança jurídica, porque há um controle – que foi visto aqui, mas em outros episódios também – de determinados grupos que não são necessariamente representativos da maior parte da sociedade.

Então, é preciso que nós, como instituição política, com o poder que temos, possamos exigir e cobrar sempre a transparência, ou via lei ou de qualquer maneira, num esforço de fiscalização, para que haja mais transparência nesses processos.

Todos reconhecem, primeiro, o dispositivo constitucional que trata da demarcação de terras indígenas. Ninguém discute esse direito; isso está na Constituição. Ninguém discute a declaração, a reserva, o domínio ou o patrimônio de uma área quilombola, ninguém discute isso. Agora, todo laudo precisa ser feito de forma absolutamente isenta, com o rigor técnico, com o rigor da legalidade – observada a antropologia independente, a história, todos os quesitos relacionados a isso, os documentos locais. O que foi visto aqui nestes relatos tem um grande componente da questão do direito, do Estado de direito, e uma questão também do componente emocional, porque, quando tratamos com essas questões, nós estamos envolvendo a história das pessoas, e a história das pessoas não é uma coisa que deva ser ignorada. Nós temos que respeitar; podemos não concordar com a emissão dos sentimentos das pessoas, mas nós temos de respeitar o que é exposto e o que é manifestado.

Então, observado o dispositivo constitucional, convocaremos aqueles órgãos que nós pudermos convocar para estarem aqui, para voltarmos a discutir e para conversarmos.

Senador Donizeti Nogueira, que é também um dos autores do requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – No requerimento anterior, não estava incluída a Fundação Palmares, e eu penso que a gente deveria incluir a Fundação Palmares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – V. Exª pode oficiar que faremos... É que temos de seguir o que pedem os requerentes. Então, vamos...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, eu tive que me ausentar, porque estava cuidando da CPI ali, mas ainda bem que chegamos a tempo. Eu acho que é importante. A Fundação Palmares foi citada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – V. Exª pode...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...e ela tem responsabilidade...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – V. Exª oficia, eu submeto à apreciação dos colegas, e já aprovamos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas a presença dessas pessoas aí –permitam-me – tem que ser também com a presença, novamente, das pessoas que estão aqui. As pessoas que não vieram aqui, Senador Donizeti Nogueira, devem ter uma explicação – eu imagino que tenham. Agora, não vieram a uma coisa para que foram previamente convidadas. V. Exª convidou. O Senador Caiado sugeriu inicialmente três pessoas, foi para seis, para manter um equilíbrio: três e três.

Lamentavelmente, vieram só três pessoas que falaram, deram depoimento, e com muita coerência, na minha avaliação. A minha avaliação é de que, a partir desse caso, Senadora Presidente, nós poderíamos identificar os outros casos no País. Mas este caso aqui me parece concreto, absolutamente concreto. De fraude, desde lista e desde dados.

A juíza disse que tem documentos que atestam uma coisa. O detalhe me foge, mas ele não poderia ter sido emitido antes do fato ter ocorrido. São coisas gravíssimas do ponto de visto jurídico. Então, eu acho que essas coisas precisam e devem ser apuradas. Eu não tenho dúvida, pelo que foi relatado aqui. Insisto em dizer que, salvo menor juízo, o que se fez lá foi uma fraude e grande.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso que, para o conhecimento da Comissão, a gente já ouviu as pessoas que estão aqui hoje, os nossos convidados de hoje. Então, não haveria a necessidade de voltarem. Mas, se é para fazer uma acareação, aí é outra situação, gente. Eu não tenho divergência quanto a isso, não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, o termo é o contraditório...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso, que para o conhecimento da Comissão, nós já temos um lado; precisamos ter outro e, depois, verificarmos a necessidade de continuar inclusive com mais audiências, se for o caso, porque, se tudo que foi dito for verdade, a situação é muito séria. E eu não estou aqui para pactuar com o que está errado.

Agora, é salutar o encaminhamento dado aqui pela Comissão, antes de eu voltar aos trabalhos. Eu o considero correto; foi muito correto. Porque a gente precisa cobrar do Incra, precisa cobrar de quem, na verdade, operou a situação no momento, a explicação sobre os atos que podem ter sido cometidos de forma errada.

Então, eu não vejo a necessidade da acareação, mas, se tiver que ser feita, também não tenho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Donizeti.

Para encerrar, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu acho que esse acordo foi feito. O Senador Donizeti concordou com o entendimento de que uma audiência pública deverá ter dos dois lados, lógico, para que haja o contraponto. E o entendimento é que nós chegamos no dia em que três viriam, discorrendo sobre os fatos que ocorreram no Estado de Sergipe, e os outros que eram responsáveis aí pela representação da comunidade quilombola.

Na ausência dos outros três, é lógico que, primeiro, deve ser interrogado o porquê da ausência deles, sendo que seria um momento de podermos fazer uma análise detalhada. Teríamos o contraponto e uma facilidade muito grande de sentir, realmente, aqueles que estavam não só estavam expressando a verdade, mas também o documentário de dados, de informações de outros órgãos do Governo Federal que poderíamos intimar.

A ponderação que faço ao Senador Donizeti é que não tem lógica ouvirmos os outros três, sem que haja o contraponto, porque então se tira aquele acordo ou se retira o princípio maior do nosso entendimento, que seria exatamente o argumento de um lado e o argumento do outro. Acho que esse é o ponto importante de uma audiência pública. Ouvir um lado só...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não poderia, Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu manteria as mesmas pessoas e no mesmo critério em que nós convidamos inicialmente, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só preciso dar uma explicação: não poderia suspender uma audiência por não ter vindo o contraditório...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... porque as pessoas vieram, cumpriram com um convite formulado e, digamos, se deslocaram de lugares distantes, para aqui comparecer. Seria um desrespeito desta Comissão com as pessoas que vieram.

Então, cumpri, mesmo sem o contraditório, e já alertei, no início da audiência, sobre a necessidade de ouvirmos a parte. Então, esse não é um ponto que não se discute, porque essa é a isenção necessária.

Evidentemente, quanto à reunião seguinte que vamos ter, queria fazer uma proposta intermediária.

Aqui, tivemos o Fausto e o Dr. Manfredo, que já, inclusive, revelou que pensou várias vezes, que teve dificuldade de assumir, de estar aqui presente, pela questão emocional. Ele revelou.

Então, gostaria de dizer aos senhores, pelo conhecimento que a Drª Rosivan tem, porque conhece o processo todo, a tramitação toda, que a essa acareação, a essa próxima audiência viriam as pessoas do processo: Incra, Ministério Público e representante, à parte, a Drª Rosivan.

Acho que ela está tão bem preparada, representa tão bem todas as partes, por ser do local, por ser uma pessoa, digamos, ligada ao caso e por conhecer. É a proposta que a Presidente sugere como equilíbrio do debate, até para, digamos, não penalizar o Fausto e o Dr. Manfredo de novo nesse debate, que pareceu bastante desgastante.

A Drª Rosivan tem os conhecimentos jurídicos, os conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, locais para esse depoimento.

Faço essa ponderação, mas é o Plenário desta Comissão que vai deliberar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu estou em completo acordo. Ponderei, mas disse que não havia problema. Se houver acordo aqui com o Senador Caiado, tenho também completo acordo em relação a sua proposta.

Segundo, é preciso esclarecer o seguinte: quando viajei na sexta-feira, alguém me disse que a audiência seria adiada. Aí me disseram que o Senador falou que é você que não quer que adie a audiência. Nem eu tinha conversado com Caiado, nem ele tinha conversado comigo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nem a Comissão tinha conhecimento de qualquer tipo de articulação desse jeito, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não tinha nem com a Comissão, nem comigo.

O que respondi a quem me pediu para adiar a audiência? Eu disse o seguinte: fiz um acordo lá e vou mantê-lo, porque não vou voltar atrás naquilo com que estou comprometido.

O que foi o acordo? O Senador Caiado disse aqui: nós combinamos de serem três de cada lado, e ele disse: "A audiência já está marcada para o dia 8". Eu concordei com o dia 8, por isso não agi para prorrogar a audiência. Aí posso ter cometido o erro de prejudicar o processo, mas eu tinha combinado aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu o cumprimento, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu mantive minha posição. Aí na terça-feira, falei com você, não é, Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Conversou.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ele falou: "Agora não dá mais, porque a Senadora Maria do Carmo já...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pediu...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O pessoal já até...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Deslocou-se.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu o cumprimento, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas acho que fazemos a outra audiência, a Drª Rosivan vem, e teremos a oportunidade de analisar os dois lados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Consulto o Plenário, então, sobre se concorda com essa proposição.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu concordo com a proposição, mas não sei, sinceramente, se as pessoas que vieram aqui não gostariam de vir de novo. É só essa a questão que eu... Claro que eu concor-

do que a juíza, a Drª Rosivan, tem o processo, está bem informada, e eu tenho a impressão de que tanto o Sr. Manfredo, como o Sr. José Fausto se sentiriam representados pela juíza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a consulta que eu faço...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Agora, eu quero... Muitas vezes eles querem vir. Porque às vezes eles querem vir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, pela democracia desta Presidência, eu consulto o Sr. Manfredo e o Sr. José Fausto se a Drª Rosivan os representa na próxima audiência.

O SR. MANFREDO GOES MARTINS – Olha, como eu disse no começo, Senadora Ana Amélia, não há questão emocional, não. Talvez eu tenha me emocionado, eventualmente tenha dado a entender que eu seja violento na minha fala aqui em resposta ao Senador Paulo, mas em momento algum... Eu sou uma pessoa tranquila. Agora, quando toca no coração é que a gente sabe. O calo só dói no seu pé, não é no pé do vizinho.

Eu pessoalmente já disse que não voltarei mais aqui. Eu declamei uma grande oração. Eu gosto muito de Ruy Barbosa. Entre outras orações, eu declamei aquela dele, "de tanto ver triunfar as nulidades..."

Eu acho que a responsabilidade dos senhores é muito grande. O povo brasileiro os elegeu, os elegeu para estar aqui representando-nos. Então acho que não cabe. Eu voltar aqui mais para quê? O tempo realmente foi exíguo para eu contar tudo aquilo, mas a Drª Rosivan sabe muita coisa, ela trabalha, é operadora do Direito. Eu não sou. Eu fui bancário, me aposentei como bancário, apesar de ser formado, mas a minha atividade profissional a minha vida toda foi como bancário.

Mas é como eu disse: por fazer a história de minha família, fui obrigado a enveredar por história e entender também... Na atividade profissional, fui funcionário do Banco do Brasil, com muito orgulho, e nas atividades do Banco do Brasil, eu fui obrigado a fazer cursos de Direito, pequenos cursos de Direito, e tenho noções de Direito. E a história do Município de Brejo Grande, no que diz respeito a esse assunto, eu sei muito, eu sei muito.

E digo aos senhores: triste daquele Município. Não é de fazendeiros, é do Município. O Incra absurdamente está querendo transformar em território quilombola mais de 50% do Município de Brejo Grande, mais de 50% do Município de Brejo Grande. E triste deles se não houvesse uma mulher como esta que está aqui ao meu lado, se não houvesse uma mulher como esta.

Os senhores não sabem o quanto esta mulher vem sofrendo durante todos esses anos. Pode ser juíza, mas ela não está aqui como juíza, ela está aqui como natural do Brejão, ela está aqui como uma pessoa que sabe o que é o Direito, defendendo o direito das pessoas, da mesma forma que estou eu aqui também. E triste deles se não fôssemos ela e eu, sem falso orgulho, se não fosse um de nós dois.

Aqui vim em homenagem a ela. Eu achava que não era direito que ela viesse sozinha. Eu aqui estou me expondo, como já me expus em tantas outras audiências em Sergipe, onde o Poder Público estava lá presente. Não vieram a propósito, Senadora Ana Amélia.

Agora, eu lhe confesso, me perdoem os senhores, mas eu não virei. Eu não virei. Eu acho que é uma achaque para mim. Eu aqui vim, e eles não vieram. Por que eu vou voltar aqui para fazer contraponto com eles? Em momento nenhum eles fizeram contraponto, durante dez anos de sofrimento para nós. Eu sou bandido, minha família é bandida. Em momento nenhum fizeram contraponto. O senhores não sabem a história. Eles não fizeram, nunca fizeram. Por que eu vou fazer contraponto com eles? Não. Não, de forma alguma. Meu pai não me ensinou isso. Me desculpe, mas aqui não voltarei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A pergunta para o senhor: a Drª Rosivan o representa, então? Ela o representa?

O SR. MANFREDO GOES MARTINS (*Fora do microfone*.) – Com o maior prazer do mundo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. MANFREDO GOES MARTINS (*Fora do microfone*.) – Se ela assim o desejar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E ao José Fausto, a pergunta também: a Drª Rosivan o representa?

O SR. JOSÉ FAUSTO SANTOS – Olha, ela representa não só a mim, mas a todos que estão sofrendo com essa questão lá.

Mas eu também quero participar, porque eu sou um dos grandes que é perseguido por eles e quero acompanhar, até porque, como pescador, e vivo num Município que tem 1993 pescadores, eu quero estar... Porque há coisas jurídicas que ela sabe, e sabe muito bem; mas também há coisas que aconteceram realmente, e eu gostaria de contraditar com eles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria consultar os senhores do plenário. Então, estarão aqui, como convidados, novamente, a Drª Rosivan e o José Fausto, na condição de que os...

Eu quero só esclarecer: não há competência constitucional de uma convocação do Procurador Regional junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado de Sergipe, Marcos Bispo dos Santos Andrade – vou repetir: Marcos Bispo dos Santos Andrade –, do Padre Isaías Carlos Nascimento Filho, Coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá, no Estado de Sergipe, e da Srª Maria Izaltina Silva Santos, representante da comunidade quilombola Brejão dos Negros, no Estado de Sergipe. Nós não temos como convocar essas pessoas constitucionalmente. Então, cabe-nos fazer novamente o convite. Eu espero que o Senador Donizeti e o Senador Paulo Rocha façam a interlocução com essas pessoas que foram sugeridas por V. Exªs para que aqui compareçam quando for marcada a audiência.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, por gentileza. No meu requerimento, tal como no do Senador Paulo Rocha, está incluída a Drª Lívia Tinôco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lívia Tinôco, do Ministério Público Federal. É que vieram três pessoas. Então, nós vamos fazer...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A gente vai convidá-la.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Vamos encaminhar também à Secretaria.

Senador Moka, Senador Caiado, Senador Donizeti, Senador Medeiros, vamos fazer, verbalmente, o requerimento para que esta Comissão trate do mesmo tema em uma próxima audiência, em data a ser marcada, com o Sr. Marcos Bispo dos Santos Andrade, Padre Isaías Carlos Nascimento Filho, Srª Maria Izaltina Silva Santos, Srª Lívia Tinôco, do Ministério Público Federal, Drª Rosivan Machado, Juíza de Direito da Comarca de Neópolis, e o Sr. José Fausto Santos, que manifestou desejo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E o representante da Fundação Palmares, a ser incluído no requerimento que será aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o requerimento da Fundação Palmares, que estará sendo feito.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 71, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com a finalidade de debater a possível fraude no processo administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe, com os seguintes convidados: Rosivan Machado da Silva, Juíza de Direito da Comarca de Neópolis no Estado de Sergipe; José Fausto Santos – Vice-Presidente da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-7 de Neópolis no Estado de Sergipe; Marcos Bispo dos Santos Andrade – Procurador Regional junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Sergipe; Lívia Nascimento Tinôco – Procuradora-Chefe do Ministério Público Federal no Estado de Sergipe; Maria Aparecida da Silva Abreu – Presidente da Fundação PALMARES; Padre Isaías Carlos Nascimento Filho – Coordenador da Cáritas Diocesana de Propiá no Estado de Sergipe; e Maria Izaltina Silva Santos – Representante da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros no Estado de Sergipe.

Autoria: Senadora Ana Amélia.)

Eu queria agradecer a presença de todos, especialmente dos convidados e dos Srs. Senadores que aqui compareceram: Waldemir Moka, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Donizeti Nogueira e Ronaldo Caiado.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: Dário Berger, Donizeti Nogueira, Delcídio Amaral, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Lasier Martins, Valdir Raupp, Hélio José, Douglas Cintra e Elmano Férrer**.** Deixam de comparecer, os Senadores: Acir Gurgacz, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jarder Barbalho, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. A Senhora Presidente da Comissão, Senadora **ANA AMÉLIA**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas de Apropriação e Remanejamento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2015-CN** – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016 (**Mensagem nº 325/2015-CN - na origem**). O Senhor Relator, Senador Waldemir Moka, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA: Emendas de Apropriação de Despesa – Acréscimo - **Emenda nº 1 - CRA:** UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário; Valor: R$ 200.000.000,00; **Emenda nº 2-CRA:** UO: 58101- Ministério da Pesca e Aqüicultura; Ação: 20Y1 - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola; Valor: R$ 200.000.000,00 **Emenda nº 3-CRA:** UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Ação: 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária; Valor: R$ 100.000.000,00; **Emenda nº 4-CRA:** UO: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ação: 210X – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; Valor: R$ 300.000.000,00;. Emenda de Remanejamento de Despesa - Inclusão: **Emenda nº 5-CRA:** UO: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ação: 210X - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Adequação de Infraestrutura Produtiva Municipal - Nacional; Valor: R$ 25.000.000,00; **Emenda nº 6-CRA:** UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário - Apoio a realização de Eventos Agropecuários - Exposições e Feiras Agropecuárias - Seminários e Convenções; Valor: R$ 50.000.000,00. A Senhora Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal apresentadas ao Projeto de Lei n° 7, de 2015-CN (Mensagem nº 325/2015, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Esclareço que foram apresentadas 55 emendas ao projeto, sendo 53 de apropriação e duas de remanejamento.

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka, para proferir seu relatório. Antes, agradeço ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Donizeti Nogueira, pela presença, e especialmente ao Relator, pela dedicação neste relatório.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Presidente Ana Amélia, Senador Valdir Raupp, Senador Donizeti Nogueira, rapidamente, faço um histórico.

Histórico.

Com amparo nas disposições constitucionais, tramita no Congresso Nacional, sob o nº 7, de 2015-CN, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício de 2016 (PLOA-2016), que se encontra na fase de apresentação de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Conforme a Resolução nº 1, de 2006-CN, esta Comissão pode apresentar até 8 emendas à despesa, sendo 4 de apropriação e 4 de remanejamento, não havendo limite para a apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 55 propostas de emendas à despesa, sendo 53 de apropriação e 2 de remanejamento.

Análise das Propostas.

No Anexo a este parecer, constam as propostas apresentadas pelos nobres Pares, especificando autoria, unidade orçamentária beneficiária, ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos, neste parecer, as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, de 2006-CN, e o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emenda (CAE da Comissão Mista de Orçamento), ainda pendente de aprovação pela CMO, mas que, em regra, mantém o mesmo disciplinamento dos anos anteriores.

As propostas são todas de interesse nacional e estão na área de competência regimental desta Comissão. A limitação numérica imposta pela Resolução nº 1/2006-CN, contudo, nos força a acomodar as propostas em apenas quatro emendas de apropriação desta Comissão.

Aí eu quero fazer um alerta: são 53, mas eu só posso escolher quatro.

Quais os critérios? Critérios para composição das emendas da Comissão de Agricultura. Para as quatro emendas de apropriação, adotou-se o critério de escolher as ações para as quais foram apresentadas o maior número de propostas, cabendo duas emendas para o Ministério da Agricultura, que absorveu o Ministério da Pesca e Aquicultura – devo lembrar que, quando veio a Lei Orçamentária, o Ministério da Pesca ainda existia –, uma para a Embrapa e uma para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Voto do Relator.

Como decorrência, votamos pela apresentação à CMO das quatro emendas de apropriação, todas do tipo acréscimo, conforme especificado a seguir:

Emenda nº 1, na ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, com 20 propostas, aglutinando na proposta 12, do Senador Valdir Raupp, no valor de R$200 milhões, as propostas 1 e 3, do Senador Flexa Ribeiro; as propostas 5 e 7, do Senador Acir Gurgacz; a proposta 9, do Senador Valdir Raupp; a proposta 14, da Senadora Lúcia Vânia; as propostas 20 e 42, do Senador Waldemir Moka; a proposta 23, do Senador Wellington Fagundes; a proposta 24, do Senador Hélio José; as propostas 28 e 29, do Senador Donizeti Nogueira; as propostas 33 e 37, da Senadora Ana Amélia; as propostas 44 e 45, do Senador Elmano Férrer; e as propostas 51, 52 e 53, do Senador Romero Jucá. Essa foi, então, a Emenda nº 1, que teve 20 propostas, que são semelhantes.

Emenda nº 2, na ação 20Y1 – Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola, do Ministério da Agricultura, com 10 propostas, aglutinando na proposta 35, da Senadora Ana Amélia, no valor de R$200 milhões, a proposta 4, do Senador Flexa Ribeiro; a proposta 8, do Senador Acir Gurgacz; a proposta 11, do Senador Valdir Raupp; a proposta 21, do Senador Waldemir Moka; a proposta 26, do Senador Donizeti Nogueira; a proposta 34, da Senadora Ana Amélia; a proposta 46, do Senador Elmano Férrer; e as propostas 48 e 49, do Senador Romero Jucá.

Emenda nº 3, na ação 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária, da Embrapa, com 7 propostas, aglutinando na proposta 6, do Senador Acir Gurgacz, no valor de R$100 milhões, a proposta 2, do Senador Flexa Ribeiro; a proposta 10, do Senador Valdir Raupp; a proposta 22, do Senador Waldemir Moka; a proposta 30, do Senador Donizeti Nogueira; a proposta 36, da Senadora Ana Amélia; e a proposta 50, do Senador Romero Jucá.

Emenda nº 4, na ação 210X – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com 5 propostas, aglutinando na proposta 54, do Senador Romero Jucá, no valor de R$300 milhões, a proposta 19, do Senador Waldemir Moka; a proposta 32, do Senador Donizeti Nogueira; a proposta 38, da Senadora Ana Amélia; e a proposta 43, do Senador Waldemir Moka.

Assim, das 53 propostas de apropriação oferecidas à CRA, 42, ou seja, 79% estão sendo aproveitadas nas quatro emendas de apropriação que serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento.

Srª Presidente, eu já fui relator em várias comissões. Não me lembro de ter tido um aproveitamento à altura de 80% das emendas.

Aproveito para agradecer o trabalho do nosso Consultor Legislativo, o Dr. Lacerda, que é um especialista na área e que sempre nos ajuda aqui, especialmente a mim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Moka, aproveito para dizer que houve uma grande afinidade das propostas dos Senadores. É uma identidade com os temas que nós abordamos e com a responsabilidade de cobertura financeira e orçamentária desta Comissão.

Veja que os Senadores assíduos na Comissão trabalharam focados nesse tema.

Creio que esse também é um bom sinal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida.

Votamos ainda pela apresentação à CMO de duas emendas de remanejamento, todas do tipo inclusão, conforme especificado a seguir:

Emenda 5, na ação 210X - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme a proposta 42, de minha autoria, no valor de R$25 milhões; e

Emenda 6, na ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, conforme a proposta 43, também de minha autoria... Aliás, eu fui o único Senador que apresentou duas emendas de remanejamento. Poderiam ter sido quatro, mas eu aproveitei as duas aqui.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da Ata desta Reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas. Propomos também que a Secretaria da CRA seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas.

Esse é o relatório, minha Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns, Senador Waldemir Moka.

Em discussão o relatório do Senador Waldemir Moka sobre o orçamento.

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidenta, Sr. Relator, não é nem para discutir, apenas para parabenizar o Relator pela eficiência e pela capacidade de elaborar esse relatório contemplando quatro áreas centrais: desenvolvimento agropecuário, pesca, desenvolvimento agrário e, sobretudo, pesquisa agropecuária da Embrapa.

Partindo do que V. Exª disse, Senadora Ana Amélia, há uma sintonia muito grande entre os Senadores desta Casa no sentido de dar apoio e contribuir para o desenvolvimento agropecuário e do campo aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Então, quero parabenizar. Sinto-me muito contemplado no relatório.

Eu tenho que correr para o meu gabinete, porque o Embaixador está me esperando, mas fiz questão de ficar aqui, porque esta é uma Comissão prioritária para mim e eu tenho tentado me dedicar ao máximo aqui para contribuir com os colegas Senadores e Senadoras.

Obrigado.

Boa tarde.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sob a presidência da Senadora Ana Amélia, o Relator Moka falou da Consultoria. A Consultoria é boa, sem dúvida nenhuma, mas o Relator é muito bom também. O Senador Moka é o médico que mais conhece de agricultura e pecuária no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Concordo. Assino embaixo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Isso é muito bom. Então ele trabalha em duas áreas: na área da saúde e na área...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Você sabe a diferença do médico para o agrônomo, Senador Moka? O erro do médico a terra esconde, o erro do agrônomo a terra mostra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Queria parabenizar o Relator...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É por isso que ele prefere a agricultura.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria parabenizar o Senador Moka e, lógico, a Consultoria por esse relatório brilhante, que contemplou quase todos e, claro, com uma afinidade nessas emendas para atender à pesquisa, ao fomento, enfim, a toda área do setor agrícola, do agronegócio, que é o que está sustentando o nosso País. Se não fosse o agronegócio, a situação, que já está difícil, estaria muito pior.

Parabéns, Senador.

Obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não havendo mais quem queria discutir, em votação o relatório do Senador Waldemir Moka.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Moka, que passa a constituir o parecer da CRA.

Será feita a comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Antes de encerrarmos, requeiro a dispensa da leitura da Ata desta reunião e passo à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada também a ata.

Muito obrigada e boa sorte.

Amanhã, às 8 horas, temos uma audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES (39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas do dia quinze de outubro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, José Medeiros, Lasier Martins, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento de cópia do Ofício 782/2015/GM-MAPA, subscrito pela Senhora Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e da Nota Técnica nº 001, de 2015, subscrita pelo Sr. Décio Coutinho, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), referente resposta ao Requerimento de Informações nº 733, de 2015 (nº 35, de 2015, na CRA), que serão juntados ao processo do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015, que trata da avaliação da Política Pública sobre Defesa Agropecuária no País, sob a Relatoria do Senador Dário Berger. Informa aos Senadores que solicitará uma audiência com a Srª Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para tratar, por solicitação do Senador Benedito de Lira, das compensações ambientais para a área da pesca, especialmente da pesca artesanal; bem como sobre problemas relacionados à questão dos produtores de maçãs, que estão muito preocupados com o risco do retorno de pragas como a Cydia pomonella, que é uma praga que infesta os pomares de maçãs, e, também, da importação de maçãs da China a um preço de R$84,00 a caixa, que é o custo de produção no Brasil; e, ainda, assuntos relacionados à produção de cachaça, aguardente; à produção de vinhos e espumantes - Medida Provisória nº 690/2015. Após as comunicações, o Senador Acir Gurgacz relata brevemente sobre a viagem a Moscou, representando a Comissão na Comitiva da Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura e Reforma Agrária, para participar da Reunião do BRICS formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá início à Audiência Pública Conjunta, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 40, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, subscrito pelo Senador Acir Gurgacz, e pelo Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 42, de 2015, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira, que tem por finalidade debater o Cadastro Ambiental Rural – CAR, com a participação do Sr. Raimundo Deusdará Filho - Diretor-Geral do Serviço Florestal Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SFB/MMA. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira e Ana Amélia fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 39ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e 40ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A reunião de hoje se destina a uma audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 40, de 2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, e ao Requerimento nº 42, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, de autoria do Senador Jorge Viana, com a finalidade de discutir o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Nós convidamos – ele ainda está por chegar – o Sr. Raimundo Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

Antes que comecemos esta primeira parte – porque tentaremos fazer a segunda parte deliberativa; as matérias todas são terminativas, pendentes de deliberação do Plenário –, informo que a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, na pessoa do Presidente João Martins da Silva Júnior, faz um convite aos Senadores. Hoje, dia 15 de outubro, a partir das 9h até as 12h30, no auditório-sede da Confederação da Agricultura e Pe-

cuária do Brasil, a CNA, juntamente com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, está promovendo o Diálogo Agrícola, trazendo especialistas norte-americanos para debater a atual política agrícola dos Estados Unidos, com foco nos mecanismos de seguro-agrícola, conforme programação anexa.

O objetivo é buscar, na experiência dos Estados Unidos, elementos que possam aprimorar a política agrícola brasileira, tornando-a mais ampla e eficaz.

Estarão presentes a Ministra Kátia Abreu e também a Embaixadora dos Estados Unidos, Liliana Ayalde. O especialista do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos Jason Hafemeister falará sobre o panorama da política agrícola americana, a chamada Farm Bill 2014. Posteriormente, mecanismos de seguro-agrícola no âmbito da Farm Bill, com o Sr. Brandon Willis, Diretor da Agência de Gestão de Risco. Depois, para falar sobre a política agrícola brasileira, Sr. André Nassar, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Então, eu transmito isso.

Quero também informar que o Ministro da Integração Nacional em exercício, Carlos Vieira, está hoje, junto com o Diretor Nacional de Defesa Civil, General Adriano Pereira Júnior, no Rio Grande do Sul para uma reunião de trabalho, às 11 horas, com o Governador e as equipes da defesa civil do Estado, no Palácio Piratini. A Bancada gaúcha está envolvida porque talvez essa seja uma das piores enchentes, eu diria, dos últimos 50 anos no Estado do Rio Grande do Sul, com quase 30 Municípios em estado de calamidade. O Governador José Ivo Sartori já decretou emergência. A situação é bastante complicada.

Quero também comunicar o recebimento da Nota Técnica nº 001, de 2015, subscrita pelo Sr. Décio Coutinho, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), referente às informações do Requerimento nº 35, de 2015, desta Comissão.

As informações prestadas serão anexadas ao processado do Requerimento nº 14, que trata das políticas públicas sobre defesa agropecuária, o qual tem como Relator o Senador Dário Berger.

Queria também informar aos caros colegas Senadores, pedir, na condição de Presidente desta Comissão, uma audiência com a Srª Ministra Kátia Abreu, se possível, para o dia de hoje, para tratar de vários assuntos. O primeiro deles, sem dúvida, por solicitação do Senador Benedito de Lira, para tratar das compensações ambientais para a área da pesca, especialmente da pesca artesanal. É um tema que nós discutimos em uma audiência pública bastante concorrida, no auditório Petrônio Portela. E, com a transferência para o Ministério da Agricultura as competências que eram do Ministério da Pesca, então o tema será tratado com a Ministra Kátia Abreu.

Trataremos também de problemas relacionados à questão dos produtores de maçãs, que estão muito preocupados com o risco do retorno de pragas como a Cydia pomonella, que é uma praga que infesta os pomares de maçãs. O Brasil é um grande produtor e exportador de maçãs. E, também, da importação de maçãs da China a um preço de R$84,00 a caixa de maçã chinesa. Esse é o custo de produção no Brasil, imagina a disparidade disso. Então, essa situação é que vamos levar.

Além disso, assuntos relacionados à produção de cachaça, aguardente, nós tratamos aqui muito. E também da produção de vinhos e espumantes, que a Medida Provisória nº 690 está prevendo um aumento de 10% no IPI sobre essas bebidas. A MP deixa liberadas as bebidas frias, que são cervejas, refrigerantes e água mineral, mas taxa pesadamente os vinhos e os espumantes. Logo um setor que se agregou valor, se profissionalizou, buscou qualidade. Hoje, a cachaça, por exemplo, está na Europa. Na Alemanha, todo cardápio alemão tem caipirinha com limão brasileiro, do Piauí e de outras regiões, e com a cachaça produzida em várias regiões do Brasil. O vinho nem se fala, porque o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, mesmo Pernambuco são grandes produtores. Então, não há motivo de penalizar esses setores, que têm muito a ver, inclusive, com uma distribuição fundiária muito interessante, que são pequenas propriedades.

Então, eu passo essas informações.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Acir, antes, eu queria saudar o nosso aniversariante aqui presente sempre, o Senador Donizeti Nogueira. Parabéns, Senador, e continue a batalha! Libriano é gente boa. É, ele é muito equilibrado; muito equilibrado o Senador Donizeti.

Com a palavra, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nobre Presidente, nobres colegas Senadores, apenas para fazer um breve relato, Srª Presidente, da viagem que fizemos semana passada, a convite de V. Exª para representar esta Comissão, junto à comitiva da nossa Ministra Kátia Abreu, na reunião dos BRICS que aconteceu em Moscou. Na mesma data também foi aberta a feira Outono Dourado, em Moscou, na qual o Brasil teve uma participação importante.

Quero colocar aqui a importância das reuniões que aconteceram entre Brasil e outros países: a reunião bilateral entre Brasil e China, a reunião bilateral entre Brasil e Rússia e a reunião entre todos os ministros de agricultura dos BRICS.

E é impressionante como isso tem dado um resultado positivo para as exportações brasileiras. São exatamente essas reuniões, Senador Moka, e aí eu quero fazer justiça aos técnicos do Ministério da Agricultura, em nome do Décio Coutinho, a Tatiana, que é a...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fala russo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É russo, mas sangue polaco, sangue polonês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, o Senador Acir, que é descendente de polonês, quer puxar a brasa para o assado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Tem que puxar a brasa para o nosso assado.

Mas o fato é que o nosso comércio tem melhorado muito, por meio da nossa exportação que tem melhorado bastante. E isso se deve ao trabalho do Ministério da Agricultura, aos técnicos, aos ministros que por lá passaram, hoje à frente da pasta a Ministra Kátia Abreu, que têm se dedicado muito em vender o produto brasileiro. E é isso que tem feito a diferença na balança comercial brasileira.

Então, eu quero aqui, em nome da Ministra Kátia Abreu, cumprimentar todos os técnicos, parabenizá-los pelo trabalho eficiente que estão fazendo nessa disputa por vendas. Porque fica claro nessas reuniões, e todos nós sabemos, que todos os países querem exportar, todos querem vender o seu produto. Ninguém quer importar. Ninguém quer ficar com o saldo negativo na relação entre os países na balança comercial. Todos querem fazer as suas exportações. Então, há uma disputa muito grande. E o Brasil tem se consolidado na exportação da carne. Inclusive houve uma abertura agora de várias plantas de frigoríficos brasileiros para a exportação de miúdos bovinos para a Rússia, mercado que estava trancado. Então, são avanços muitos importantes que estão acontecendo graças a esse trabalho de Governo. Então, o Governo realmente tem que sair mundo afora vendendo produto brasileiro. Esse é o resultado dessa reunião que aconteceu entre os BRICS, em Moscou, onde estamos tentando fazer com que aumente o comércio entre os BRICS, pois o Brasil só vende carne para a Rússia, que é o único país dos BRICS que compra carne brasileira. Nós estamos ainda em negociação com a China, com a África do Sul, com a Índia. Enfim, nós precisamos iniciar esses processos. Aliás, esse processo já foi iniciado, mas iniciar as exportações e consolidar a exportação para a Rússia também.

Meus cumprimentos. Agradeço a V. Exª por ter dado-me essa oportunidade de ir à Rússia, embora uma viagem muito rápida, mas de uma importância muito grande para o nosso País, para os nossos produtores de carne, principalmente do Estado de Rondônia.

É um trabalho importante que tem que ser feito e tem que se ampliar quando possível para que a gente possa aumentar as exportações brasileiras.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador, pelo relato fiel. A gente costumar falar das siglas, mas as pessoas que estão nos ouvindo nem sempre sabem o que significa. Os BRICS, na verdade, citados com muita propriedade pelo Senador Acir Gurgacz, é um bloco formado pelo Brasil, pela Rússia, pela Índia, pela China e pela África do Sul. Então, é um bloco de países emergentes, que está fazendo a diferença especialmente no capítulo agrícola. Agora temos que compatibilizar, porque a China tem muita fome e subsidia pesadamente a agricultura. Então, com isso, ela pode competir, mas não pode prejudicar e ser uma concorrência predatória.

Com a palavra, o Senador Moka e, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, nossa Presidente, primeiro, a minha solidariedade ao povo rio-grandense, ao povo gaúcho pelo que está acontecendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Tomara que o Ministro da Educação, juntamente com o Governador José Ivo Sartori, possam encontrar alternativa para minimizar o problema! É realmente uma tragédia climática, mas que afeta muito, prejudica muito a vida das pessoas, sobretudo as pessoas mais pobres.

Eu queria, na mesma linha do Senador Acir Gurgacz, dizer que participei de uma reunião, ontem... Eu defendo muito essa questão de liberar a venda de terras para estrangeiro. Não para fundos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fundos de investimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... de investimento. É uma besteira isso. Eu acho isso mesmo. Porque, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, há investimentos represados aí para planta, para indústria, essa parte de papel, celulose, as usinas de álcool e açúcar, porque ninguém vai investir, nenhum gestor vai fazer

investimento se ele não tiver uma área em que ele possa ter o plantio da sua matéria-prima, para fazer rodar aquela planta. Não faz sentido para mim isso. E aí nós criamos uma série de restrições. E isso está... E num momento como este em que o Brasil precisa de investimentos, o máximo que um estrangeiro pode adquirir são 3.500 hectares. Ora, quem vai trazer uma indústria de papel e celulose com essa área?

Quer dizer, essas coisas, Senadora Ana Amélia, nós precisamos ter agilidade e destravar isso. Se há restrição: "Ah, mas não pode vender para fundo soberano, para estatal". É claro que não. Mas coloque as restrições e vamos votar aqui, para liberar isso.

Ao terminar, quero dizer que, apesar de aqui ser a Comissão de Agricultura, dei aula durante 15 anos da minha vida. Esses 15 anos eu sempre trago com muita alegria. Por isso, quero mandar aqui a minha saudação aos professores. Eu sou Salesiano. No bicentenário de Dom Bosco, eu brinquei ao dizer que se somasse os anos que estudei no Colégio Dom Bosco e os anos em que dei aula eu já podia virar padre Salesiano, porque dei aula 15 anos e coordenei o curso preparatório de vestibular. Então, ao me lembrar dessa época, lembro-me principalmente desses profissionais que fazem realmente a diferença e que são muito pouco valorizados, que são os professores. Recebam o meu respeito!

Eu disputei uma única eleição com o nome de Professor Moka. Mas quando eu parei de dar aula, eu tirei em respeito, como não costumo colocar também como médico que sou. Eu acho que professor é quem está dentro de sala de aula ou está fazendo alguma coisa relacionada com educação. Então eu tenho um respeito muito grande por eles e quero parabenizá-los.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós nos associamos à homenagem, Senador Moka, muito bem referida, muito bem lembrada. Hoje é o Dia do Professor, 15 de outubro.

De fato, nós precisamos olhar o que fazem outros países, como a Coreia do Sul, que é sempre lembrada como exemplo. A Coreia saiu de uma guerra e, pelo investimento maciço em educação, é um país hoje que nos dá muitas lições de como valorizar a profissão de professor.

Mas o professor, em qualquer país do mundo, tem o respeito da sociedade. Na Finlândia, como nós discutimos na Comissão de Educação, o professor vale, eu diria, tanto quanto um médico, pela relevância. O médico salva vidas, e o professor prepara a pessoas para a vida, porque ele está ensinando.

Então, nós vemos que, na Finlândia, na Coreia do Sul, na França, mesmo, no Japão, o professor é uma autoridade, é respeitado pela sociedade. Hoje, no Brasil, o professor está sendo vítima de violência, seja pelos alunos, seja pelo bairro onde ele mora. É o não reconhecimento.

De fato, foi bem lembrado, Senador Moka. E qualquer ambiente é ambiente para homenagear os professores, e não só aqui na Comissão de Agricultura.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, parabéns ao Senador Donizeti, aos Srs. Senadores.

Eu também quero associar-me aos parabéns aos professores pelo seu dia hoje. Eu acho que deveriam ser todos os dias, porque, como V. Exª colocou, o Brasil tem que sair do discurso para a prática, colocar a educação realmente como o meio de transformar e de construir uma geração futura, como os países asiáticos fizeram. Eles fizeram isso 50 anos atrás e estão tendo os resultados hoje. Nós temos que começar um dia. Eu espero que esse dia possa ser, em homenagem aos professores, Prof. Moka, o dia de hoje.

Lamentavelmente, como a Senadora Ana Amélia fez referência, eu acho que, quando todos nós estudamos, os professores eram pessoas que tinham o respeito de todos, não só dos alunos, como das famílias, da sociedade. Hoje em dia, não se vê mais isso. É preciso requalificar, melhorar a qualidade do ensino, mas é preciso reconstituir o respeito que a sociedade tem para com os professores.

Senadora Ana Amélia, o Ministério da Pesca, que é muito importante para o meu Estado, o Pará, que rivaliza com Santa Catarina em ser o maior produtor de pescado do Brasil – nós temos certeza de que é o Pará, e eles dizem que são eles –, ele foi extinto, foi juntado ao Ministério da Agricultura.

Eu vou encaminhar um requerimento para que nós possamos fazer uma audiência pública.

Fui procurado pelos presidentes da confederação das indústrias de pesca e da confederação dos trabalhadores na pesca, ou seja, dos pescadores, porque todos os outros ministérios que foram extintos, ao serem fundidos ou deslocados para outro ministério, criaram uma secretaria para a área que era extinta. E a pesca não ficou como um departamento, ou seja, como se não tivesse a importância que tem para o nosso País.

Então, eu estive com a Ministra Kátia Abreu, na terça-feira passada, e acompanhei, em vários ministérios – com a Ministra Kátia, com o Ministro Armando, com o Ministro Antônio Carlos – um grupo argeliano que vem fazer investimentos, nesta crise, no Brasil e, em especial, no Pará e no Mato Grosso, na agroindústria. Trata-se do grupo Cevital, o primeiro grupo empresarial da Argélia e que representa 70% da importação que a Argélia

faz do Brasil que é feita por esse grupo. E ele está vindo para o Brasil para instalar investimentos na produção de óleo – esmagamento de soja, de milho – e na verticalização das matérias-primas produzidas pelos Estados exportadores de produtos primários, como o são Pará e Mato Grosso. E a Ministra Kátia nos atendeu, como foi dito aqui, com toda eficiência e cordialidade, colocando o Ministério da Agricultura também como parceiro na atração desses investimentos.

Como eu dizia, vou fazer um requerimento para que possamos fazer uma audiência pública para que se possa discutir a questão da pesca, para que ela não perca a importância que tem que haver no Brasil com essa costa que nós temos. E com as águas internas que temos também, nós temos que ser um dos maiores produtores de pescado do mundo. E participamos com menos de 2% desse mercado.

Falando no investimento da Cevital no Pará, a capa de *O Globo* de hoje – e eu quero aqui parabenizar o Governador Simão Jatene e todos os paraenses – diz assim: "Recessão se espalha e já atinge 26 Estados." E o subtítulo: "Projeções indicam que só o Pará evitará a queda do PIB, com estagnação." Ou seja, não vamos crescer, mas não vamos cair. Então, é uma notícia, eu diria até, lamentável para o Brasil. Lamentável, porque o Brasil inteiro está em crise. O Pará, pelo menos, está se mantendo estagnado sem crescimento, mas também sem queda do PIB.

E, por último, a minha solidariedade ao povo rio-grandense. Estive ontem, também, no Ministério da Integração, na defesa civil. O general disse que está se deslocando lá para o Rio Grande do Sul para ver as áreas atingidas pela cheia, porque fomos tratar, também, de um caso de calamidade lá no Pará que aconteceu na semana passada – do acidente com o barco que exportava 5 mil bois e foi a pique. E os bois estão mortos e sem um plano. Lamentavelmente, lá, a CDP e os órgãos portuários federais não têm um plano de emergência para a calamidade que aconteceu. E a cidade está toda atingida, inclusive com problemas de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De saúde.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... de saúde. Estivemos lá, grande parte da Bancada Federal do Pará e dos Deputados Estaduais.

Então, a solidariedade ao povo do Rio Grande e também aos nossos paraenses lá da região, que não é só Barcarena, não é só Vila do Conde, mas já atinge todas as regiões, que estão contaminadas, porque as águas levam a contaminação para, principalmente, aqueles ribeirinhos que habitam as margens do rio.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro, pela solidariedade ao Rio Grande do Sul.

E, de fato, nós, hoje, estamos contabilizando o sofrimento das pessoas que perderam as suas casas, em geral, áreas ribeirinhas habitadas por populações pobres. Então, do ponto de vista social, é um drama terrível para essas pessoas que choram aqueles pertences que conquistaram com muito sacrifício, com muito trabalho, perdendo tudo.

Esse é o primeiro ponto, a preocupação maior. Também isso provoca problemas de doenças como se sabe e depois, quando as águas baixarem, vai-se calcular o tamanho dos prejuízos porque aí são pontes, são estradas, são escolas, são bens públicos, os próprios bens particulares das casas das pessoas. Então, para recuperar tudo isso é que se vai imaginar quanto será esse prejuízo, sem falar nos produtores rurais, porque muitos perderam as produções. A produção de arroz, que mesmo sendo uma lavoura irrigada, precisa de água, no Rio Grande do Sul é muito tecnificada, está debaixo da água por muitos dias, então, está praticamente perdida.

Eu passo a palavra, para encerrar, e depois convidar o Dr. Raimundo para iniciar a palestra, ao Senador Donizeti Nogueira, que é o nosso aniversariante de hoje.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só para lembrar: ele faz aniversário junto com a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lúcia Vânia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Aproveitamos para parabenizá-la também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Senadora Lúcia Vânia é membro desta Comissão também.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O meu bom-dia, Presidenta; Dr. Raimundo; Senador Moka; Senador Acir; Senador Flexa! Muito agradecido pelas felicitações.

Hoje estou iniciando os meus próximos 60 anos, então, estou muito animado.

Também quero felicitar todos os professores e professoras pela passagem do dia, mas os professores, para cada mãe, para cada pai, têm, no mínimo, 200 dias porque eles estão às salas, preparando os nossos filhos para o País e para a vida. Então, as nossas felicitações. E haverá de chegar, em breve, o momento em que a gente possa ainda valorizar mais os professores e as professoras, que são mais, são mestres porque ensinam com a capacidade e com o conhecimento adquirido e também com a experiência,

Quero aproveitar também para registrar, Senador Flexa, que, ontem, assumi a relatoria da MP 696, que trata da reforma administrativa, e ontem mesmo já fizemos a primeira reunião para a discussão do plano de trabalho e, nessa proposta inicial que haveremos de aprovar às 15h, na terça-feira, já estamos prevendo uma audiência pública para discutir exclusivamente a questão da aquicultura e da pesca.

Como todos são conhecedores, eu fui defensor da manutenção do Ministério da Pesca porque considero muito relevante. Se isso não é possível hoje, mas nós temos, na discussão com a categoria, com o Governo, com os setores envolvidos, tanto da produção como da industrialização, de trabalhar uma ideia para minimizar as dificuldades que podem ser geradas. Sob a coordenação da Ministra Kátia Abreu, acredito que se organizarmos a estrutura, vamos ter um bom resultado porque a Ministra é dinâmica e muito operacional.

Então, eu diria que, de repente, a gente poderia preservar para fazer essa audiência pública no âmbito da medida provisória, que já é uma previsão em função de que a gente vai tratar da reforma administrativa.

Então é isso.

No mais, só agradecer as felicitações, agradecer a Deus pela vida que me deu até hoje, pelos amigos que conquistei, pelas tarefas que executei e pelos desafios que me foram colocados. Àqueles que foram possíveis superá-los, eu os superei, os que não foram, eu não os considerei impossíveis, só os considerei, momentaneamente, incapaz de realizá-los.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Merece, Senador Donizeti.

Eu proponho, então, que os Senadores Flexa Ribeiro e Donizeti Nogueira – quero cumprimentar o Senador Flexa pela aquiescência da proposta –, os dois, façam um requerimento, aliás, o Senador Flexa faz o requerimento a esta Comissão, e já, no próprio requerimento, solicitando que seja conjunta com a Comissão Especial de Reforma Administrativa, da Comissão da Medida Provisória, e o Senador Donizeti cita, na Comissão, que será conjunta com a CRA, para oficializar essa parceria. Eu cumprimento os dois Senadores pela iniciativa, porque assim estamos otimizando o tempo.

Eu queria também lamentar que, nessas últimas horas, houve mortes no Rio Grande do Sul, lá no Município de Rio Pardo, com queda de árvores e mortes de pessoas. Então, a tragédia é maior do que a gente calcula, porque, quando o prejuízo é material, ele pode ser reparado; mas, quando o prejuízo é a vida humana, esta não é nunca reparada.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Também por esquecimento aqui, eu quero me solidarizar com os irmãos e as irmãs do Rio Grande do Sul, os rio-grandenses-do-sul – com quem eu tenho uma convivência desde 1980, no meu Estado de Tocantins, quando ainda era norte de Goiás. São muitos amigos –, e dizer que essas coisas acontecem, mas é hora de nos unirmos e, da maneira que for possível, eu estou aqui à disposição para contribuir nas soluções que forem necessárias para minimizar esses prejuízos e o sofrimento do povo gaúcho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador, em nome do povo do Rio Grande do Sul.

Como foi explicado, esta nossa audiência é uma reunião conjunta. Então, a exposição que fará o Sr. Raimundo Deusdará Filho diz a respeito às questões relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Portanto, são duas audiências da CRA – que é a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – e da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado, com o Senador Jorge Viana.

Então, vou passar a palavra ao Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Raimundo Deusdará Filho, para a sua exposição.

O senhor terá 15 minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, porque aí teremos mais condições de fazer um debate com os Srs. Senadores.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Obrigado.

Bom dia a todos e todas!

Senadora Presidente é um prazer, uma honra, estar com vocês aqui de novo. Agradeço o convite do Senador Donizeti. Meus cumprimentos aos Senadores Moka, Acir e Flexa.

Eu peço licença para falar pelo tempo de 15min para poder gerar o tempo de debate e perguntas. Eu vou usar um pouquinho da apresentação para poder ilustrar um pouco das informações que nós temos.

O Cadastro Ambiental Rural é um cadastro que hoje está sob a supervisão e coordenação do Serviço Florestal Brasileiro. O marco legal – só para recordar um pouco os principais pontos do novo Código Florestal Brasileiro – cria o CAR, em seu art. 29, e esse cadastro acontece nos Estados e nos Municípios. Ou seja, o papel da União é apoiar, prover os Estados na capacitação e nas ferramentas necessárias para acontecer o cadastro.

Quanto ao prazo de prorrogação, a própria lei fala que é prorrogável por mais um ano – e foi prorrogado, dentro da lei.

O mais importante, Senadora, talvez seja a questão da suspensão do crédito agrícola. Quer dizer, o art. 78-A, do novo Código Florestal, diz que, a partir de maio de 2017 – ou seja, cinco após a lei, cinco anos após a divulgação do novo Código Florestal –, qualquer imóvel rural não terá acesso ao crédito agrícola se não fizer o Cadastro Ambiental Rural. Quer dizer, o cadastro não gera multa, não gera sanção, mas ele tem uma impedição punitiva, a qual prescreve que, após cinco anos, ou seja, 27 de maio de 2017...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Raimundo, perdoe-me. Só pela oportunidade: eu me lembro de que, quando a gente falava que um ano era pouco, nós ficamos roucos de dizer isso. O máximo que conseguimos foi aquela prorrogação. Então, é só para fixar, para aqueles que...

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Eu me lembro, Senador, eu estava com o senhor, na época.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... me alugaram muito, dizendo que...

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Eu me lembro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, está aí: a prática é o critério da verdade.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Agora vamos mostrar os resultados desses dois anos.

Como eu dizia, com isso a gente conseguiu um decreto da Presidente da República, autorizando a Ministra – que é do Poder Executivo – a prorrogar por mais um ano. Ou seja, nós temos até o dia 5 de maio de 2016 para finalizar o Cadastro Ambiental Rural. E as regras do PRA (Programa de Regulação Ambiental) já estão dadas. Ou seja, o PRA acontece nos Estados, mas a União já fez as regras.

Vamos a um pouquinho da história.

O que é o Cadastro Ambiental Rural? Ele é de âmbito nacional, obrigatório para todo e qualquer posse ou propriedade rural. É declaratório, e guarda certa semelhança, Senadora, com o Imposto de Renda, não tanto porque o Imposto de Renda é para aqueles que têm renda, o Cadastro é para aqueles posseiros, proprietários – grandes, médios e pequenos. Tem a natureza declaratória, porém é muito mais abrangente.

A base de dados está servindo para monitoramento, planejamento; as informações são a respeito de quem é o proprietário ou possuidor, o que acontece dentro da sua propriedade, especialmente APPs – Áreas de Preservação Permanente –, reserva legal e as consolidadas, e o prazo que temos, finalizando-se no dia 5 de maio de 2016.

Benefícios para os produtores, Senadora. Talvez o mais importante – sou Engenheiro Agrônomo e Florestal – é que o produtor não é o vilão, satanizar o produtor. Hoje o cadastro está mostrando, e teremos dados concretos para mostrar, que o produtor pode perfeitamente produzir com harmonia e com conservação do meio ambiente. Não se pode imputar ao produtor rural a satanização do destruidor, daquele que produz sem consequência. Vamos mostrar alguns dados que provam isso.

Da parte das licenças ambientais, formulação, licenciamento, formulação de políticas públicas e hoje os cartórios, compradores, fornecedores, já estão usando o Cadastro Ambiental Rural como um item de mitigação de riscos do ponto de vista de investimento.

É um pouco assim, Senadora, é um exemplo de PowerPoint, é uma propriedade, em amarelo, um imóvel rural, o produtor declara o que está sendo usado, seja um pasto ou uma produção agrícola, o que ele tem de vegetação inativa; ali há um rio, e, nessa ponta, uma coisa importante que esta Casa aprovou com muito mérito, com muito respeito e com muita dignidade, que é a possibilidade de tratar os desiguais de forma desigual.

Então, o que está em laranja é a área obrigatoriamente que o produtor tem que recompor. Por quê? Porque naquela área cinza, ele desmatou ali na beira do rio. O Código determina que "essa parte em laranja é a área obrigatória que você tem que recompor", essa parte em amarelo, apesar de ser uma APP, ele pode justificar ser uma atividade, eventualmente, de baixo impacto. Isso é muito importante, porque traz, para a realidade do produtor, a possibilidade de ele ter uma recuperação de fato que pode implicar mal-uso ou não benefício para a propriedade como um todo.

A reserva legal que ele tem. Esse excedente, está-se estudando agora a possibilidade, como determina a lei, de ter remuneração para esse excedente, ou seja, pagar ao produtor que tenha excedente, que tenha ativo florestal, remunerar esse produtor de uma forma digna e de uma forma que ele possa, sim, ter orgulho, "mantive a floresta em pé e ganho pela floresta em pé", ou seja, além dos pagamentos dos serviços ambientais, hoje o Código determina a Cota de Reserva Ambiental (CRA), e estamos estudando como fazer.

Esse é um pouco da visão. Senadora, esse ponto em verde não quer dizer que seja mato, não, isso é Cadastro. Isso é um exemplo de área povoada pelo Cadastro Ambiental e o *zoom* do Cadastro é isso. Isso aqui é Mato Grosso. Veja que interessante, Senador Acir, Senador Flexa, isso é um rio que passa por várias propriedades, e esse rio, apesar de passar por várias propriedades, todos os proprietários estão mantendo o rio, ou seja, a APP do rio está preservada. Isso é mais do que uma prova cabal de que os produtores estão preocupados

com a questão da água, lógico. Esse rio está aqui, todo a APP preservada, Reserva Legal, reserva legal, reserva legal. Esse é um *zoom* que o Cadastro Ambiental Rural está mostrando da realidade, do diagnóstico do dia a dia dos proprietários e dos posseiros rurais que estão cuidando do meio ambiente.

Essa é a população total hoje. Isso tudo aqui é Mato Grosso; Rondônia, Pará, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, que estão em processo de integração, por determinação da lei. Estamos trazendo os dados do Pará, do Mato Grosso do Sul e do Espírito Santo agora.

A senhora pode perceber, Senadora, que o Estado do Rio Grande do Sul tem o povoamento um pouco baixo. O incremento aumentou muito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Mas, nesse caso, não registra.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – É, mas aumentou muito, houve a questão dos Pampas, dos banhados, mas a expectativa é muito grande, porque imagina Paraná e Santa Catarina, que têm uma realidade um pouco fundiária igual, mas há uma expectativa de que o Rio Grande do Sul reaja.

A Bahia. Aqui está claramente o polo do algodão, da soja. O Nordeste tem problemas de capacidade mesmo e a gente está ajudando, criando editais e o Estado está procurando chegar até os produtores. Isso é o mais importante. Esses são dados de julho. Senadora, são 233 milhões de hectares – são cerca de oito Alemanhas – povoados do Cadastro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Isso. Esse é dado de julho, vou lhe mostrar o dado de setembro.

Mais importante: 46% dos produtores, Senador Acir, que têm déficit, reconhecem: "Olha, devo, não nego, quero pagar". Isso é muito importante. Aqueles que têm o déficit, dizem: "Eu tenho o déficit, reconheço o déficit e quero procurar o que a lei está me dando de oportunidade para poder regularizar". Então, aqueles que têm déficit já, voluntariamente, apresentaram proposta de regularização.

Senador Donizeti, esse é um fato absolutamente importante que mostra que a lei foi bem-feita, está atendendo a maioria dos proprietários possuidores e eles estão reconhecendo: "Olha, eu tenho um passivo, mas quero reconhecer e resolver o passivo". Cinquenta por cento das pessoas ou dos proprietários possuidores que têm passivo já estão fazendo adesão ao PRA, ou seja, querem se regularizar.

Outro perfil interessante. A atual participação, Senadora, ainda é a dos pequenos e médios proprietários rurais. Nós estamos aguardando os grandes proprietários, os grandes possuidores. Hoje, o Cadastro tem um povoamento denso e consistente dos pequenos e médios proprietários.

Outra informação interessante: numa mostra de 150 milhões de hectares, que não é pouco, 50 milhões dos 150 têm vegetação ativa remanescente. Com Reserva Legal, 28 milhões, com a Área de Preservação perto de 6 milhões. Ou seja, os produtores estão declarando a Reserva Legal onde deveriam declarar, ou seja, dentro de vegetação nativa. Dos 28 milhões de Reserva Legal, 20 milhões têm vegetação nativa. Em síntese: o produtor está colocando a Reserva Legal aonde deve colocara, aonde tem vegetação nativa remanescente.

Essas informações são muito importantes, Senadora, porque eu tenho um terço de século na área, sou Engenheiro Florestal Agrônomo, e sempre carreguei o peso da contradição entre produzir, conservar e proteger. E aí está mostrando que boa parte das florestas privadas estão nas mãos dos produtores rurais. Estão mostrando e aceitando uma informação de que estão aí para produzir...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Desculpe-me, Srª Presidente, mas, Raimundo, é uma coisa que sempre discutimos e tivemos oportunidade de debater claramente quando discutimos o Código Florestal que quem mais quer preservar é o agricultor. Ele sabe da importância que tem aquele capão de mato, cuidar das suas nascentes, das suas águas. É o agricultor quem sabe preservar e preserva. Quem não preserva é aquele que não tem documento da sua área, que falta a regularização fundiária, que não tem dono, que não tem documento.

Esse é o nosso grande problema, mas é o agricultor, é sabido por nós, já discutimos isso muito e você coloca muito bem e tinha um peso de carregar isso nos debates, quando diziam que era o agricultor quem desmata, é o agricultor quem faz queimada, é ele quem não cuida das águas; isso não é verdade. O agricultor sabe muito bem que não pode perder a sua sangra de água, que não pode perder o seu olho d´água e também não pode perder o seu capão de mato.

Muito bem colocado por V. Sª.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Senador, eu acho que o mais importante são os fatos, os dados e os números. O diagnóstico que o Cade está oferecendo para a sociedade é de que tem que haver um novo contexto, um novo tratamento em relação à questão agrícola e agropecuária no País. Quer dizer, os vilões estão em todos os lugares, mas não podem ser só agricultura e pecuária colocadas como vilãs.

Esses são os dados novos que hoje estão sendo colocados no Serviço Florestal Brasileiro, na página. Nós tivemos, Senadora, 5,6 milhões de hectares em um mês de acréscimo ao Cadastro e, agora, estamos com 60% da área passível de ser cadastrada. Essa área está sendo corrigida, porque a linha de base e referência era o Censo Agropecuário 2006, e o incremento consistente, firme de adesão.

Por região, Senadora, o Norte que já tem um pouco, Senador Flexa Ribeiro, o Pará e o Mato Grosso já tinham uma tradição de Cadastro; o Nordeste, o Sul...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Rondônia tinha seu Cadastro Estadual.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Sim. Estadual, que migrou agora para o Cadastro Nacional.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – O Mato Grosso também tinha uma tradição.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Mato Grosso e Pará.

As LAUs (Licenças Ambiental Única), os LAPRs (Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural), quer dizer, já havia uma história de cadastro. Então, o Norte puxa um pouco, porque Pará e Mato Grosso já tinham uma história anterior ao Cadastro Ambiental Rural atual, por iniciativa do Estado.

Bom, esse é um pouco do infográfico. O Norte sai na frente em função do que eu falei anteriormente, o Rio Grande do Sul puxa um pouco a curva para baixo.

Senadora, eu só queria finalizar, dizendo que o Estado do Rio Grande do Sul teve uma reação contra os decretos estaduais.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Neste Centro-oeste, como vocês não têm o cadastro do Mato Grosso do Sul, vocês não estão levando em conta ainda. Ou estão?

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Senador, nós estamos pegando os dados do Estado e incorporando no dado. O Mato Grosso não integrou ainda. Então, nós pegamos a informação...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas há a informação de lá?

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Tem.

Então, todos os Estados estão agregados na página, mas não estão integrados. Quer dizer, o Sicar, o sistema não consegue ver Mato Grosso do Sul, Pará e Espírito Santo, ainda. Rondônia já veio para a base, mas a integração é obrigatória por lei. Mato Grosso do Sul está fazendo um esforço muito grande para trazer essas bases para dentro.

Senhores, perdoem o tempo calculado. Estou à disposição dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria, Dr. Raimundo, primeiro agradecer, porque foi uma exposição bastante objetiva. Mas o ponto mais importante, que foi já salientado pelo Senador Acir, é que veio um representante do Ministério do Meio Ambiente, que costuma nem sempre ter um diálogo e uma compreensão da relevância, do papel e também da responsabilidade que o agricultor brasileiro, em qualquer setor, tem com a preservação ambiental e com a sustentabilidade. Se é um exportador, ele sabe, porque lá fora a exigência e um rigor, mesmo que eles não tenham lá fora um Código Florestal como nós temos, uma legislação protetiva como temos, mas eles exigem, porque essa é a chamada Barreira Não Tarifária.

Então, o meio ambiente é o trabalho escravo, é uma série de outras questões, questões sociais também. Por isso é bom que uma autoridade do meio ambiente venha à Comissão de Agricultura e destaque o comprometimento do agricultor brasileiro com a causa ambiental, com a responsabilidade da preservação. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Dr. Raimundo, que eu queria lhe dizer é que conversei com a Ministra Izabella Teixeira, até por ocasião da visita da Chanceler Merkel ao Brasil, tivemos um encontro no Ministério das Relações Exteriores e, conversei também com a Secretária do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, preocupada que estava, porque a própria Ministra havia me alertado que o Rio Grande do Sul estava muito atrasado nessa questão. Falei não só com a Secretária do Meio Ambiente, Ana Pellini, mas também com o Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, e com o Presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul para que implementassem.

A informação que eu obtive é que os sistemas dos dados da operacionalização não estavam fechando.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, então, o Secretário disse-me que, com o apoio desta Comissão e da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, de todos os órgãos responsáveis, das Secretarias, do Governo do Estado, dos Municípios e a Federação dos Municípios (Famurs), que é Presidida pelo Folador, que é um Prefeito do Partido dos Trabalhadores, nós vamos

fazer esse trabalho, para que até maio de 2016 todo o território do Rio Grande do Sul esteja coberto pelo Cadastro Ambiental Rural.

Então, eu queria lhe parabenizar e agradecer a forma como o senhor enxerga e vê. Talvez por ser um profissional da área florestal, que também tenha percorrido este Brasil inteiro e visto o trabalho que o agricultor faz para esse processo de preservação.

Com a palavra o Senador Donizeti, que é o requerente desta audiência pública.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – A senhora em permite só um adendo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, pois não.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Eu sou da geração que dizem que há leis que pegam e leis que não pegam.

Estou trazendo para os senhores aqui um folheto simples, que foi entregue na Rodoviária de Brasília, por uma empresa que diz o seguinte: "Com o CAR, o produtor só tem a ganhar. Não deixe para a última hora. Garanta o seu. Na apresentação deste, você ganha 10% desconto". Ou seja, isso na Rodoviária de Brasília.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é o *marketing* bem-feito.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – O *marketing* bem-feito. Uma coisa simples. Ou seja, isso é fruto do trabalho dos senhores. Se isso chega à rodoviária e as pessoas estão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da Capital da República.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – ... da Capital da República, oferecendo serviço de Cadastro Ambiental Rural, é que a lei pegou.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É que o atual Governador participou muito do Código Florestal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Rodrigo Rollemberg. Bem lembrado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Rodrigo Rollemberg sabe muito bem o trabalho que isso deu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele era da Comissão de Meio Ambiente, ativo. Muito bem.

Senador Donizeti.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Ele está fazendo aniversário hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já foi celebrado, Senador, por todos nós. Já festejamos. Ele vai pagar um bolinho para nós depois.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, agradeço a presença do Dr. Raimundo e a explanação aqui feita para todos nós – para mim, para o Senador Acir e para o Senador Flexa, que também são da Região Amazônica. E aí eu quero dizer aos tocantinenses que, porventura, neste momento, estejam assistindo à TV Senado ou ouvindo a Rádio Senado, que prestem bastante atenção: o nosso Estado, na Região Amazônica, é o mais atrasado. E temos feito um esforço, a Secretaria tem feito um trabalho... Acredito que agora nós nos recuperemos. Acredito que será possível, até a data de maio do ano que vem, nós possamos concluir esse processo. Lá havia o problema de uma licitação, do financiamento, mas essas coisas foram superadas, e eu acredito nisso. Depois, temos o Pará e Rondônia que ainda estão devendo mais do que os outros Estados, há Estados aqui que, me parece, já chegaram a 100% da Região Amazônica.

Mas estou falando isso, Dr. Raimundo, para dizer o seguinte em relação à lei que pega e que não pega. Na verdade, aquelas leis que são fruto de um debate bastante transparente e intenso, bastante dialogado com todos os setores envolvidos da sociedade, ao final da construção da lei, ela está mais internalizada naqueles setores, e cada um já está mais consciente e comprometido com a sua responsabilidade. Por isso, muitas leis que são aprovadas a toque de caixa, muitas vezes, podem não pegar, porque elas são carentes nesse debate com a sociedade.

E no caso do Código Florestal, eu não estava aqui, mas acompanhei os intensos debates, e, em todas as situações, as opiniões, as visões foram observadas, e construiu-se o consenso de um cadastro, que hoje está demonstrando para nós a realidade do nosso País em relação à questão ambiental.

É preciso que aqueles produtores que ainda não estejam cadastrados, e ainda estejam tentando se resguardar, porque não conseguem cumprir os 20% ou os 35% ou os 80%, se cadastrem, porque a oportunidade é agora. Depois de passar esse processo, até o dia 15 de maio do ano que vem, se não me engano, encerrou-se. Isso não quer dizer que não vai se fazer o Cadastro Ambiental. Vai fazer, só que as condições serão outras e penalidades podem vir. Agora, não. Estamos na fase da conciliação, em que, ao cadastrar, ao mostrar a radiografia da sua propriedade, você vai contribuir. E, como foi visto ali, quase 50% já estão propondo os encaminhamentos para poderem regularizar a situação.

E depois de tudo o que nós temos visto, das intempéries climáticas, da crise hídrica pela qual passou a maior capital da América Latina, uma das maiores do mundo, que é São Paulo, eu acredito – e disse isso para a Ministra Izabella um dia desses –, que é a oportunidade agora de nós trabalharmos a necessidade não só de fazermos o Cadastro Ambiental, mas de avançarmos em um programa de agricultura sustentável, como o Plano ABC, por exemplo, porque da água as pessoas sabem o gosto e a necessidade. Quando falamos, às vezes, de forma mais abstrata, as pessoas não compreendem, mas a falta de água, todo mundo compreende. E se nós relacionarmos a falta de água à questão da floresta, nós vamos recuperar os 12,5 milhões de floresta nativa que a Presidente assumiu em um curto espaço de tempo. E o ganho para a sociedade brasileira e para o mundo vai ser extraordinário. Isso vai ser muito importante.

Mas faço-lhe uma pergunta, Dr. Raimundo, em relação ao Tocantins, especificamente. Qual é o embaraço ainda? Como está a evolução disso? De que forma eu posso cooperar?

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Senador, muito obrigado pela pergunta.

Senadora Presidente, eu fico muito feliz – compartilhei isto com a senhora – por ele estar com um relatório que foi publicado hoje na internet.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, esse é um anterior ao seu.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Mas hoje está na internet o relatório que o senhor tem. Isso é muito importante, pois demonstra transparência. Quer dizer, o Cadastro publica, todo mês, um boletim, Estado por Estado, com a situação de cada Estado.

Em relação ao Tocantins, há dois fatores interessantes. O Tocantins recebeu recurso do Fundo Amazônia e do BNDES – foi contemplado com um recurso substancial para fazer o Cadastro –, mas tem dificuldade do ponto de vista do território. Além disso, no Estado do Tocantins, há um zoneamento que trata de questões específicas do Estado – região, Floresta e Cerrado – de forma diferente.

Segundo dados atuais, 46% do território já estão cadastrados. Houve um incremento de 540 mil hectares em um mês. Ou seja, o Tocantins está vindo consistente para a base, está vindo com qualidade. Não adianta ter um Cadastro de qualidade questionável. O Tocantins tem uma qualidade boa de Cadastro. As cooperativas estão chegando, e o Estado tem recurso para poder, efetivamente, procurar os pequenos produtores.

A sua colaboração, Senador, poderia ser no sentido de divulgar o Cadastro, demonstrar e comprovar que o Cadastro é amigável e que deve ser entendido como algo que a lei determina como obrigatório. Os produtores têm que entender que isso é declaratório e vai passar por um processo de validação. Aguardamos, muito ansiosamente, que Tocantins tenha uma recuperação um pouco maior de números.

Os assentamentos fundiários do Estado do Tocantins já entraram na base. Então, os assentamentos já estão na base.

Nós temos uma *performance* boa, um pouco menor do que a do Pará e a do Mato Grosso, porque o Pará e o Mato Grosso já têm tradição de cadastro, há seis anos antes do que o Estado do Tocantins. Mas eu diria que o Estado tem uma *performance* muito boa que eu acho que pode melhorar um pouco, se conseguirmos divulgar mais e dizer que o Cadastro é algo importante para o produtor e para essa harmonização da produção com a conservação do meio ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentar o Senador Donizeti pela iniciativa de trazer esse tema ao debate e, sobretudo, a posição do Ministério, especialmente a do Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, por essa valiosa contribuição que a Comissão está recebendo – não é, Senador Moka? Nós acompanhamos o Código Florestal, e agora chegou a hora da verdade: a hora da aplicação da lei. Foi dito aqui que há lei que pega, e lei que não pega. Mas essa pegou, e pegou para o bem dos produtores, para o bem da natureza e para o bem do nosso País.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Dr. Raimundo, Srª Presidente, vou ser bem objetivo.

Eu acho que seria importante que o Governo Federal divulgasse esses números. A partir do momento em que houver a divulgação de que 60% das propriedades já foram cadastradas, aquele que tem alguma dúvida, algum receio vai deixar de ter, porque vai perceber que mais da metade, ou seja, 60% já fizeram o Cadastro. Aí vai pensar: "Eu preciso fazer o meu."

No início, eu me lembro de que chegava aos sindicatos rurais, e as pessoas diziam: "Não vou fazer esse negócio, não." Aí nós explicávamos. Foi feita uma campanha... A Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul) fez uma campanha. Não tenho os dados recentes de Mato Grosso do Sul, mas penso que melhorou sensivelmente o Cadastro. O que aconteceu lá é que se criou um sistema nosso que não falava com o sistema do Governo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi o mesmo problema que aconteceu com o Rio Grande do Sul, a mesma coisa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Talvez fosse a vontade de começar logo. Aqui demorou um pouco, e acabou acontecendo isso. Mas a verdade é que essa situação vai ser superada. O importante é que os dados sejam repassados.

Agora, o fundamental é fazer uma campanha mostrando que, depois do prazo, isso que hoje está estimulado, tem, até no caso do Tocantins, acabei de saber que tem um recurso...

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Do Fundo Amazônia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... que está estimulando, para estimular o pequeno, porque o pequeno é que tem esse tipo de dificuldade.

Então, eu diria que uma campanha, daqui para o final do ano, dizendo: "Olha, em maio termina o prazo", você dá exatamente aquele estímulo que falta para a gente chegar ao final. Eu acompanhei isso e, por sorte – ou, talvez, não por sorte –, comecei, na Câmara, falando do Código Florestal, lá, na Comissão de Agricultura. Terminou lá, veio para cá, e eu me elegi Senador. Quer dizer, eu vivi isso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dos dois lados.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... duas vezes, a mesma discussão. Então, é uma coisa que eu acompanhei muito – muito, muito, muito. E sabia que esse Código Florestal, hoje, é visto – lembro que havia crítica do lado do produtor e dos ambientalistas. Quando há crítica dos dois lados, é porque a gente encontrou...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estava no caminho certo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... o caminho certo, não é? Porque... Aqueles que criticaram... Aproveito para saudar o Aldo Rebelo, que fez um belo trabalho; aqui, o Rodrigo Rollemberg ajudou, o saudoso Luiz Henrique também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi o Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O próprio Jorge Viana também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os dois foram Relatores.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, essas pessoas todas contribuíram, assim como o Acir, que estava aqui. O Acir era um homem, talvez, frequente aqui, os outros três Senadores e a Ana Amélia, claro, com certeza, participou de todas essas discussões. Então, aqui para nós, acho que o CAR só ajuda, ele só veio para ajudar. E tem de tirar da cabeça do produtor... O duro é aquele produtor que não tem os 20% da Reserva Legal. Este é o problema que penso que, talvez, exista mais nos Estados, principalmente, do Sul, onde realmente a gente sentia nas discussões que essa questão dos 20% era... O pessoal queria era não ter 20%. A negociação se ampliou para que, dentro dos 20%, se incluíssem as Áreas de Preservação Permanente, as chamadas APPs.

Mas acho que, no final, nós vamos ter um belo Cadastro; vamos ter um raio X de corpo inteiro do que é o Brasil sob o ponto de vista fundiário.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Permita-me um comentário?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, sim.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Senador, para a questão dos 20% o próprio Código dá a solução. O produtor que não tem pode ter o PRA, ele pode se regularizar. Acho que a grande vantagem – e aí eu digo com um pouco de experiência na área – é que esse Código traz para a realidade a questão do produtor. Tem um passivo? Tem. Posso me regularizar? Pode. Adere ao PRA – tem 20 anos para recompor, regenerar. Ou seja, a sabedoria que esta Casa teve de tratar as coisas de uma forma – apesar do passional, houve um momento passional, mas... O que prova hoje, Senador é que nós temos 240 milhões de hectares cadastrados. Nenhum país no mundo tem o cadastro que nós temos, em função da lei aprovada nesta Casa. A gente, às vezes, não consegue demonstrar ou comunicar bem isso, mas é motivo para qualquer cidadão do mundo, quando vê o que nós fizemos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas, Raimundo...

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – "Como vocês conseguiram fazer isso?""Por causa do Congresso, por causa do Senado, houve uma lei, o compromisso do cidadão e a execução..."

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Raimundo, é só o Brasil que tem 20% de Reserva Legal. Aqui na Argentina, nos Estados Unidos, o cara que é dono de mil hectares usa os mil hectares. Aqui nós usamos 800 hectares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas também é só aqui...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas eu não acho que isso... Essa discussão, para mim, é superada. Quero dizer que não defendi. Eu defendi os 20% incluídas as APPs, que foi a proposta que acabou ven-

cendo. Mas acho que hoje isso... Quem não tem, vai ter de fazer o PRA, e vai encontrar a solução que a lei... Ou que foi possível colocar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O Governo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só um pouquinho, Senador.

O Senador Moka faz boa referência. Só o Brasil. Mas só aqui tem jabuticaba, então, só poderia ser aqui termos um Código dessa natureza.

Eu queria aproveitar para saudar a presença aqui do Deputado Celso Maldaner, de Santa Catarina, um Estado que está cumprindo com o seu cadastro. E lembrando o saudoso Senador Luiz Henrique que, junto com Jorge Viana, foram os Relatores. Mas a pessoa que foi o eixo central, a chave, foi Aldo Rebelo, que começou lá na Câmara com o relatório e, de todas as nossas audiências públicas aqui no Senado Federal, ele esteve presente em todas elas. Então houve uma participação muito ativa no processo de debate e foi, talvez, o mais democrático trato de um tema técnico da envergadura que era o Código Florestal. Estava em jogo o futuro da produção de alimentos no Brasil e também para o mundo.

Celebramos nesta semana os 70 anos da FAO. E a FAO foi o primeiro organismo das Nações Unidas – em 16 de outubro de 1945. Então o primeiro órgão da ONU, quando foi criada, foi exatamente a FAO. E isso é uma coisa simbólica. E nós celebramos aqui com uma mensagem do José Graziano da Silva, que é brasileiro, que é o Diretor-Geral da FAO, que é o organismo das Nações Unidas que cuida da comida, da alimentação e também da agricultura.

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A grandeza desta lei é que ela tem um encadeamento muito consistente. O Governo já está discutindo o Planaveg, que é o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa. Os Estados têm que fazer o PRA. Fazendo o PRA – que é o Programa de como fazer isto, o planejamento lá do Estado – o Governo Federal preocupado já está, com relação ao Planaveg, trabalhando. Porque uma vez tendo o PRA o Governo vai ajudar a criar as condições para recuperar essa vegetação. Então os produtores não precisam ficar com cisma, como medo dessa situação, porque o Planaveg está vindo aí, deve ser aprovado agora em novembro, que é o meio pelo qual o Governo está se propondo a ajudar a resolver o problema da recuperação da vegetação nativa.

Então é muito bem articulado, muito bem encadeado. É só nós acreditarmos e fazermos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, só para cumprimentar, mais uma vez, o Senador Donizeti pela iniciativa, e também o Dr. Raimundo Deusdará, que sempre nos atendeu muito bem neste debate.

Como o Senador Moka colocou, ele está satisfeito com os 20%. Eu também estou. Mas com os 20%, não com os 80%! Deus me livre 80% de Rondônia em reserva, não dá para aceitar (*Risos.*). Eu aceito os 20%, viu Moka. Mas os 80%, Senadora Presidente, é difícil para o Estado de Rondônia.

Eu entendo que nós conseguimos um avanço muito grande quando colocamos o marco em 2008, que foi desmatado, e até quatro módulos também não precisa os 80% de preservação. Eu acho que já avançamos o bastante. Conseguimos um equilíbrio, mas entendo ainda que a Amazônia é muito grande. É 61% do Território brasileiro. Nós não podemos colocar uma única regra para esses 61% do Território nacional.

Nós vamos ter que debater e vamos ter que discutir isso em um futuro muito breve essa questão. Rondônia não pode ser comparado com o Amazonas, não pode ser comparado com o Amapá, não pode ser comparado com Roraima, que já têm as suas reservas independente da reserva do agricultor. Uma reserva que tem o Estado de Roraima, se não me engano, é mais de 70%: reserva indígena, ambiental etc. E aí o agricultor também tem que ter a sua reserva. Em Rondônia não é diferente. Nós temos as nossas reservas ambientais acima de 40% do Estado. E, além disso, o agricultor tem que ter os seus 80%.

Então, essa discussão não terminou, é evidente. E o Código Florestal tem que ser sempre aprimorado e este é o nosso trabalho. Mas Rondônia já tem, Srª Presidente, mais de 70% do CAR já preenchido. Agora, eu acredito, Raimundo, que daqui para frente é mais difícil, porque é o final. Para se chegar aos primeiros 10% é rápido, 50% vai rápido, você chega aos 70%. Agora, daqui para frente, Donizeti, aí começa a dar uma patinada e tal, precisa de um esforço maior dos Governos Estaduais, dos Governos Municipais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As entidades de classe deveriam ajudar...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Houve uma grande concentração de esforços. Lá em Rondônia houve isso. O Governo do Estado, as prefeituras municipais, com a Emater, com associações,

com cooperativas, todos juntos estão tentando realizar o CAR. Mas, daqui para frente, para chegar aos 100%, realmente é difícil.

Só uma pergunta básica: o senhor acha que nós conseguiremos chegar, em maio, com isso resolvido? Há projetos aqui, que é bom até que não sejam muito comentados, porque, senão, vem aquela expectativa de que vai prorrogar de novo e não pode. Eu entendo que não é. Mas já há projetos aqui, em andamento, que já foram aprovados aqui, na Comissão, de deixar para mais três anos a possibilidade de concluir o CAR.

O senhor acha que nós conseguiríamos chegar, ao final de maio de 2016, não vou dizer 100%, porque os 100% realmente é muito difícil, mas próximo disso, em Estados, como o Amazonas, por exemplo. Essa é a minha única pergunta. E qual é o pensamento que o senhor tem com relação a essa data?

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Senador, o senhor me desculpe, mas, na sua pergunta, o senhor colocou a resposta. Na verdade, almejar 100% de qualquer meta é complicado. Porque, Senador, há o momento em que o crescimento vai ser não significativo. Há aquele produtor que não precisa de crédito, há aquele chacareiro, há aquele que usa o imóvel rural como lazer. Esse certamente talvez não venha para o Cadastro, porque o Cadastro para ele é algo que não representa nenhum benefício do ponto de vista do seu dia a dia.

Nosso incremento mensal, Senador, estava na ordem 5% a 6% mês. O incremento deste mês foi de 2,44%, ou seja, estão entrando, no mês, 6 milhões de hectares. Se nós tivermos mais cinco meses – nós temos pela lei, considerando dezembro, janeiro –, nós vamos chegar muito próximo da meta, considerando, Senadora, que é da nossa natureza deixar tudo para o último dia. Para o senhor ter ideia, Senador, no 5 de maio do ano passado, quando ia acabar o prazo, entraram 46 milhões de hectares em dois dias. O sistema estava processando 10 mil cadastros por minuto. Inclusive, houve um problema de plataforma, porque, igual ao Imposto de Renda, todo mundo deixa para o último dia.

Então, eu acredito, Senador, com muita clareza, com muita franqueza, que vamos chegar a um resultado. Já estamos num resultado muito consistente. Você ter hoje 240 milhões de hectares, Senador Donizeti, na base. Não há país que tenha o cadastro georreferenciado que o Brasil tem hoje.

Com relação ao que vai acontecer, nós estamos dizendo o seguinte: essas notícias de possível prorrogação geram uma insegurança em relação ao produtor, mas, como o Senador Moka colocou, o produtor hoje está vendo que o Cadastro é mais amigável e traz mais benefício do que não fazer. Então, com esse compromisso do setor agrícola, com esse apoio dos sindicatos, cooperativas, dos senhores, nós vamos atingir uma meta, com muito orgulho, em dois anos, de fazer o que nós fizemos. E nós já fizemos.

Senadora, só para concluir, o Imposto de Renda, no Brasil, demorou cerca de duas décadas para sair do papel para o disquete. Havia o simplificado, havia o complexo, preenchiam-se formulários. Nós temos, no Cadastro Ambiental Rural brasileiro, Senadora, o produtor à disposição, os relatórios todo mês, gente, em dois anos. Então, graças a esta Casa, graças ao compromisso dos senhores políticos e dos nossos técnicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há o hábito já de fazer também isso, de fazer a declaração.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É mais uma prova de que o agricultor está preocupado em estar dentro da legalidade.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Regularidade. Ele quer regularidade. Ele quer segurança jurídica.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Exatamente.

E também eu entendo que haverá uma discriminação, principalmente no comércio de lotes, terras, fazendas etc. Quem não tem o CAR vai ter dificuldade, vai ser discriminado no comércio, porque o primeiro que acontecerá, não só no crédito, mas quando cara vai comercializar o imóvel, a primeira pergunta será: "Você tem o CAR?". "Não.""Bom, então, você tem um problema. A tua terra vale menos do que aquela que tem o CAR." Isso vai acontecer, com certeza.

Então, é uma forma até de também de estimular a pessoa a procurar fazer o CAR dentro do prazo, ou, se não conseguir no prazo, fazer o CAR é importante. E já está provado que fazer o CAR não faz mal para ninguém. Pelo contrário, vai ajudar o agricultor brasileiro.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Acir.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu quero fazer dois comentários rápidos.

Primeiro, louvar a proposta aqui do Senador Moka de termos uma campanha publicitária. Acho que nós precisávamos envolver o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente numa campanha, porque os dois vão conversar com a linguagem necessária para isso, sobretudo o Ministério da Agricultura.

Segundo, Senador Acir, eu sou da seguinte tese: nós temos que manter os 80%, mas alguém tem que pagar para eu manter os 80%. Então, nós precisamos regularizar, ter um marco legal eficiente do pagamento para o serviço ambiental. Por que em Goiás pode desmatar 65%, em Tocantins pode desmatar 65%; e em Rondônia só pode desmatar 20%? Bom, é porque precisa disso. Agora, para precisar disso, a sociedade brasileira e, quem sabe, o mundo têm que pagar para isso. Ou seja, eu vou manter os 80% da floresta em pé, mas por 40% disso eu vou ter pagamento do serviço, eu vou ter uma receita por isso. É justo, é necessário que se faça isso. Agora, tal como os outros, aqueles que os outros têm obrigação, nós não precisamos pagar, mas, se 20% é o mínimo, então aquele que deixa 35% vai ganhar pagamento por serviço ambiental por 15% e aquele que deixa 80% vai ganhar 60%. Nós temos que trabalhar essa ideia porque senão não tem justiça nisso, e aí as pessoas não entendem mesmo porque tem que ter 80%, e nós precisamos manter 80% pela segurança ambiental, pela continuidade da vida no Planeta.

Então, eu estou trabalhando e estou precisando que o Ministério do Meio Ambiente me dê uma resposta – e a estamos aguardando porque já fiz duas audiências públicas na CMA discutindo pagamento de serviço ambiental – para juntarmos tudo e apresentarmos um projeto de lei para ter um marco regulatório que dê conta de dizer: "Nós temos que construir as condições", como no Código Florestal: quem tem 80% de reserva tem direito a ter pagamento de serviço ambiental de 60% da sua área.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Se o senhor quiser fazer algum comentário...

Eu deixaria um pedido ao senhor que, aproveitando este canal que o Brasil inteiro estar assistindo, porque esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, fizesse esse apelo ao produtor rural brasileiro, todos eles, de todos os cantos, de norte a sul, de leste a oeste, lembrando-lhe que até maio tem que fazer isso.

Então, a palavra está com o senhor para esse apelo, e nós, depois, faremos a nossa parte.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Obrigado, Senadora.

Quero reafirmar a honra e o prazer de estar com os senhores. Estou sempre à disposição. Eu acho que é um dever do servidor público, porque eu sou servidor público de carreira, servidor de Estado, prestar esclarecimentos.

Nessa fase, Senadora, esse apelo é muito importante porque o Cadastro é amigável, ele vem para ajudar, ele vem para colocar o produtor em segurança jurídica, ele vem assegurar o crédito que pode faltar a partir de 2017 por determinação de lei.

Então, produtor, os Estados estão à disposição. Nós treinamos os Estados, as Ematers, os sindicatos, as cooperativas. Qualquer dúvida o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente estão absolutamente abertos para tirar, para esclarecer, para estar perto do produtor.

Quero reafirmar, Senadora, como a senhora colocou, que o Cadastro é amigável, como os Senadores Moka e Donizeti colocaram, e ele só vai provar que é possível produzir com harmonia, com a conservação da natureza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor tem o endereço eletrônico?

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – www.car.gov.br, e a página do Serviço Florestal é www.florestal.gov.br. As informações, existe um *call center* em que atendemos diariamente a todo e qualquer produtor do País, lembrando sempre que o primeiro apoio é do Estado; quer dizer, o Cadastro acontece no Estado e no Município.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tem 0800?

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Não, na página existem os números possíveis de todos os Estados. Por exemplo, no Município de Ariquemes, no Município de Machadinho d'Oeste, enfim, quem procurar na página do Serviço Florestal Brasileiro encontrará todos os endereços caso o produtor possa precisar recorrer ou pedir alguma ajuda, eles estão na página na internet.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós vamos repetir, então, o endereço eletrônico.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ali você busca tudo. Aí você coloca lá...

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Procura em "busca".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o nome da sua cidade, na "busca", o nome da sua cidade e o Estado, porque, às vezes, existem cidades com o mesmo nome em Estados diferentes. Então, põe lá o nome da cidade e a sigla do Estado – RS, RO, MS, TO, SC, PR, e assim por diante – no endereço www.car.gov.br. E aí está toda a ajuda que você precisar.

Então, qualquer dúvida também esta Comissão de Agricultura do Senado está à disposição.

Em nome de todos os Senadores, eu quero agradecer ao Sr. Raimundo Deusdará Filho – que Deus dará a ele, com esse nome estará sempre protegido –, Diretor-Geral do Ministério do Meio Ambiente, e agradecer também à Ministra Izabella Teixeira sempre também atenta às questões que levamos.

Muito obrigada ao senhor.

Está encerrada esta primeira parte. Depois vamos ter, rapidamente, uma reunião deliberativa com um requerimento extrapauta e também matérias deliberativas.

Muito obrigada.

O senhor está liberado.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 20 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia quinze de outubro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, José Medeiros, Lasier Martins, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zezé Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente, Senadora Ana Amélia, dá início à Pauta de Deliberação: O ITEM 1, PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2011, e o ITEM 2, PROJETO DE LEI DO SENADO N° 388, DE 2014, ambos Terminativos, têm sua apreciação adiada para a próxima reunião deliberativa. O ITEM 5, PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2014, é retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Blairo Maggi. Passa-se à apreciação dos demais itens da Pauta: ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2015 – Terminativo - EMENTA: Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 524, de 2015, com a Emenda que apresenta. Observação: O Senador Lasier Martins procede à leitura do relatório. Resultado: A Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Revoga dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador José Medeiros. Relator "ad hoc": Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 87, de 2015. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLC nº 87/2015. EXTRAPAUTA: ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 72, DE 2015 – EMENTA: Requer, seja realizado na cidade de Chapecó (SC) no dia 13.11.2015, às 14h, o Seminário parte do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o seguinte tema: "A defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência: experiências e desafios". Autoria: Senador Dário Berger. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como havíamos previsto, terminarmos a audiência pública e, agora, vamos para uma breve reunião deliberativa.

Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Peço silêncio para que possamos continuar trabalhando. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Tem que ser assim, não é, Senador Dário? Porque senão não trabalhamos.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias terminativas – quatro delas são terminativas –, mas como não temos quórum para matérias terminativas, vamos às não terminativas.

O item 5 da pauta é não terminativo, mas o Senador Blairo Maggi pediu que fosse retirado de pauta. Então, o item 5 será retirado de pauta. As demais matérias são terminativas.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2014
- Terminativo -

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação do PLS n° 382, de 2014, bem como da Emenda n° 1-CMA, com a Emenda que apresenta.

Observações:

1 - Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.

2 - A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o parecer favorável com a Emenda n° 1-CMA.

3 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O item 4 é não terminativo. Foi feita a relatoria *ad hoc*, pedido vista coletiva, mas eu prefiro que o Relator *ad hoc* esteja presente para votação desta matéria.

Passo ao item 6, com a leitura de um requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 72, de 2015

Requeiro seja realizado na cidade de Chapecó (SC) no dia 13.11.2015, às 14h, o Seminário parte do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o seguinte tema: "A defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência: experiências e desafios".

Autoria: Senador Dário Berger

Esse requerimento é do Senador Dário Berger, que está com a palavra para a apresentação do relatório. Esse item está sendo decidido extrapauta.

Agradeço a presença do Senador Lasier Martins, que fará a apresentação do seu relatório.

Obrigada, Senador.

Com a palavra, o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, como V. Exª sabe, eu fui distinguido por esta Comissão para elaborar um relatório, ao final, da política de defesa agropecuária do país.

Esse é um tema extremamente importante e relevante para o Brasil, sobretudo para o meu Estado, Santa Catarina.

Esse requerimento extrapauta, que V. Exª acabou de proceder à leitura, tem por objetivo garantir a data da próxima audiência, que será realizada no meu Estado. E, discutindo com os nossos companheiros, inclusive com Deputado Celso Maldaner, que aqui está e é ligado à agricultura, e com o Deputado Colatto, que a senhora conhece bem, eles me sugeriram que nós fizéssemos essa audiência pública não em Florianópolis, mas em Chapecó, que se caracteriza como um dos celeiros mais importantes de produção agrícola e agropecuária de Santa Catarina. Evidentemente que eu concordei, e, para garantir a data então, eu faço esse pedido extrapauta, para que possamos deixar agendado já para o dia 13, uma vez que este ano passou rapidamente. Estou com essa importante missão e fiquei muito preocupado. Por isso, submeto à apreciação de V. Exª e dos colegas Senadores, para que possamos aprovar esse requerimento, para fazer a audiência pública em Chapecó, em Santa Catarina, no dia 13 de novembro, com hora ainda a definir. Eu sugeri às 14 horas. Mas eu gostaria que V. Exª participasse dessa audiência pública, se fosse possível, em Chapecó.

Queria também convidar os demais amigos e colegas Senadores para prestigiarem esse encontro e conhecerem um pouco mais Santa Catarina a partir de Chapecó, que é uma das cidades mais progressistas e que mais cresce em Santa Catarina, se transformando em uma referência nacional, inclusive com a Chapecoense, agora, na briga pelo Campeonato Brasileiro da Série A, que está se recuperando agora, Senador Moka. Estou com muita esperança de que ela possa sair do Z4 para entrar no G4.

E cumprimento o Figueirense, que, ontem, teve um grande resultado: 3 x 0 perante o Flamengo. É a ascensão definitiva, agora, dos clubes de Santa Catarina rumo ao G4.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sucesso aos catarinenses.

Está em votação o requerimento extrapauta do Senador Dário Berger.

Quem o aprova permaneça como está. (*Pausa.*)

Está aprovado

Confirmo a data pedida por V. Exª, Senador. Estaremos lá, em Chapecó, para essa importante audiência.

Na nossa próxima reunião, dia 22, o tema será, por requerimento de V. Exª, Senador Dário Berger, exatamente sobre políticas de defesa agropecuária. Então, dia 22. Isso para completar a responsabilidade que você leva tem em mãos, que é o relatório sobre política de defesa agropecuária.

Muito obrigada ao senhor.

Eu passo a palavra, de imediato, ao Senador Lasier Martins, para apresentar o relatório do projeto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes disso, Senadora Ana Amélia, eu gostaria de fazer um registro. V. Exª está acompanhando o que está acontecendo no Rio Grande do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, já foi mencionado no início desta reunião de hoje, inclusive houve morte no Município de Rio Pardo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E atingindo aquela área onde a Senadora Ana Amélia tem prestado grandes serviços, que é a área agrícola. Houve a devastação de incontáveis lavouras no Rio Grande do Sul. Parece que os céus estão de mal com o Rio Grande do Sul. Se não bastasse a crise econômica, na semana passada se registrava a maior enchente dos últimos 74 anos, flagelando milhares de pessoas na região metropolitana. E ontem à noite, um temporal que há muitos anos não se via. A cidade sem energia elétrica, desabamento de árvores, além de três pessoas que morreram, alagamentos em toda parte, o Trensurb não funcionando até hoje de manhã, nas três principais estações da chegada de Porto Alegre; e as lavouras do interior afetadas, o que vai abalar fatalmente a produção, nós que vínhamos tão bem.

Então, é um momento que nós não temos conhecimento de precedentes. Então, o que nos resta é deplorar e rezar para que a situação melhore. Ainda hoje de manhã, às 7h da manhã, houve outro temporal, e a população está atônita com tudo o que está acontecendo. Então, no mínimo, a solidariedade e a nossa ajuda naquilo que couber, naquilo que pudermos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Lasier Martins, na abertura desta reunião, todos os Senadores hipotecaram solidariedade ao sofrimento, em primeiro lugar, das pessoas. Os pobres, nas zonas ribeirinhas das ilhas ao redor, em Porto Alegre, perderam tudo que conquistaram ao longo da sua vida: coisas singelas, como uma geladeira, um fogão, a cama, o seu colchão de dormir e, às vezes, até os seus documentos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Município de Eldorado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o mais atingido.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... tem 18 mil habitantes e está literalmente debaixo d'água.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A situação é muito complicada.

Falamos, primeiro, disso; segundo, das mortes, que são irrecuperáveis; e, por fim, também a questão da agricultura, porque mesmo as lavouras de arroz, que são lavouras irrigadas, elas estão debaixo d'água, e não há como plantar. O plantio foi feito em outubro, em algumas regiões, e outras deixaram para plantar em novembro, mas não se sabe quando farão isso. As lavouras de verão também serão prejudicadas. Então, de fato, é uma situação complicada.

Hoje, às 11h da manhã, no Palácio Piratini, o Secretário Nacional de Defesa Civil, General Adriano Pereira Júnior e o Carlos Vieira, que é o Ministro interino da Integração Nacional, estarão reunidos lá com o Governador e também com a representação da Bancada do Rio Grande do Sul para tratar desses problemas, que são muito graves. Então, é uma situação complicada.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Lasier está com a palavra...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, preliminarmente...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, só uma palavrinha, pela ordem, do Senador Donizeti. Depois, o senhor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, nós temos só uma matéria aqui que não é terminativa, da qual inclusive tínhamos pedido vista, eu e o Senador Acir Gurgacz, na reunião passada. Eu queria propor, se for possível, que a votássemos, porque é a única passível de votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito a sua solicitação. Eu ia fazer isso, mas preferia que estivesse presente o Relator *ad hoc*. Então, eu lhe agradeço muito a proposta.

Essa é uma matéria simples, muito simples. Ela foi discutida, foi pedido...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer muito. É um projeto de lei...

Peço-lhe desculpas, Senador Lasier. Só um instante para a gente apresentar.

Senador Dário Berger, com a palavra – o senhor havia solicitado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, só também queria expressar mais uma vez a minha solidariedade ao querido vizinho Estado do Rio Grande do Sul pelos sucessivos problemas que vem enfrentando este ano e que se agravam agora substancialmente com essa tempestade que acaba de ocorrer no Rio Grande do Sul.

Quero também mencionar que o Estado de Santa Catarina está sob alerta total. Inclusive todas as regiões lindeiras ao Rio Itajaí-Açu estão sob alerta. O Porto de Itajaí não está operando em função das fortes chuvas, das correntezas e das ondas, que também são imensas neste momento. O prejuízo é de aproximadamente quatro milhões por dia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da operação do porto.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... sem a operação do porto. Fora também alguns Municípios que foram atingidos já na semana passada e que estão sob alerta. E, se a chuva vem pelo Rio Grande do Sul, dependendo dos ventos, ela pode também chegar com grande intensidade em Santa Catarina.

Então, eu também queria registrar essa preocupação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós também nos solidarizamos com Santa Catarina, que é um Estado irmão do Rio Grande e do Brasil.

Então, vamos ao item 4 da pauta, caros colegas Senadores.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, de 2015
- Não terminativo -

Revoga dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1- Na 36ª reunião da CRA realizada em 01/10/2015, foi concedida vista aos Senadores Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal.
2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Na verdade, o projeto trata de instituir medidas de estímulo à liquidação ou à regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. Então, a matéria é conhecida.

Na 36ª Reunião da CRA, realizada no dia 1º de outubro, após a leitura do relatório feita pelo Senador Blairo Maggi, Relator *ad hoc*, foi concedida vista aos Senadores Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz, nos termos do art. 132, §§1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. Não houve manifestação dos Senadores para fazer alteração, e eu fico muito grata ao Senador Donizeti, pedindo que se vote essa matéria, que já foi discutida naquele momento.

Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o item 4.

Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, favorável à matéria, que passa a constituir o parecer da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Agradeço muito aos Senadores.

Vamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2015
- Terminativo -

Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação do PLS n° 524, de 2015, com a Emenda que apresenta.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Lasier Martins, para proferir seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vou passar direto para a análise, que já sintetiza bem do que se trata.

Ao examinar o PLS n° 524, de 2015, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária observa determinações do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Dado o caráter terminativo dessa apreciação, a presente Comissão examina a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, da juridicidade, da técnica legislativa adotada e do mérito.

Inicialmente, é importante destacar que a matéria respeita a ordem constitucional vigente, particularmente no que concerne à atinência aos requisitos formais e materiais prescritos no art. 23, que atribui competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Com efeito, a proposição em exame observa as disposições do *caput* do art. 48 da Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional a prerrogativa de dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Ainda no que tange à constitucionalidade, o projeto sob análise respeita, exceto pelo conteúdo dos arts. 22 e 23, as hipóteses de iniciativa reservada constitucionalmente ao Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Para aprimorar o aspecto formal da proposição, afastando-lhe o risco de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, apresentamos emenda supressiva dos mencionados arts. 22 e 23, tendo em vista ainda que os produtos oriundos da agricultura familiar já são contemplados prioritariamente por programas de aquisição de alimento em funcionamento no País.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, objetiva assegurar que no mínimo 30% do valor repassado a Estados, Municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Nesse sentido, é oportuno mencionar também que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e atualizado pela Lei nº 12.512 de 14/10/2011, possibilita a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação.

No que concerne à juridicidade das disposições propostas, o PLS n° 524, de 2015, obedece aos princípios gerais do Direito e cumpre os requisitos de inovação da legislação vigente – mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade aos comandos que preceitua.

Quanto à técnica legislativa adotada, nada obsta as disposições relatadas, uma vez que a proposição se harmoniza plenamente com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No tocante ao mérito, a proposição fortalece a ovinocultura e a caprinocultura, atividades que, sendo típicas da pequena exploração rural, contribuem para a geração e distribuição de renda na agricultura familiar, com o consequente estímulo das economias regionais.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), embora a ovinocaprinocultura brasileira se concentre nas Regiões Nordeste e Sul, essa atividade econômica ocorre em todas as regiões do País, o que demonstra potencial para a expansão dos rebanhos, que representam pouco mais de 10% do contingente bovino nacional.

O autor da proposição chama a atenção para a necessidade de, valendo-se de tecnologias há muito dominadas, superar os baixos níveis de produtividade da ovinocaprinocultura. Nesse sentido, a parametrização das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da ovinocaprinocultura será uma grande contribuição para suplantar o atual estágio de baixa produtividade dos rebanhos, em decorrência da alta mortalidade dos animais jovens, baixa qualidade genética, escassa oferta de forragem para os animais durante a estação seca, inadequados manejos alimentar, reprodutivo e sanitário, precária assistência técnica, desorganização da cadeia produtiva e escassez de crédito para investimento.

Como última observação, entendemos que a proposição se insere no rol das medidas que impulsionam a agropecuária e a pequena agroindústria, constituindo apoio à sustentabilidade socioeconômica das comunidades rurais, pela agregação de valor à produção e geração de renda em áreas carentes.

Voto.

Em razão do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS n° 524, de 2015, com a seguinte emenda supressiva:

EMENDA N° - CRA

(ao PLS n° 524, de 2015)

Suprimam-se do Projeto de Lei do Senado n° 524, de 2015, os arts. 22 e 23, renumerando-se os remanescentes.

É o relatório, Srª Presidente da Comissão, Senadora Ana Amélia Lemos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Lasier Martins, pelo seu relatório. Como é uma matéria terminativa, vamos sobrestar também a discussão da matéria para a próxima reunião, até conseguirmos o quórum.

Teremos, então, quatro matérias terminativas, com essa cujo relatório foi apresentado. No dia 29, vamos tentar a desobstrução da nossa pauta, limpando todas as matérias.

Obrigada, Senador Lasier.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião deliberativa da Comissão de Agricultura, agradecendo a todos os Srs. Senadores que dela participaram.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, inicia a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 32, de 2015, e Requerimento (RRA) nº 33, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, consoante o Requerimento (RRA) nº 14, de 2015, que trata da avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, com a finalidade de analisar o papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para a segurança alimentar e ambiental; e o papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar, com a participação do Sra. Edilene Cambraia Soares - Coordenadora-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Ronaldo José Ribeiro - Chefe de Gabinete da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Sr. João Nishi de Souza - Engenheiro Agrônomo da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER); Sr. Roberto Faria de Sant'Anna Jr - Consultor Jurídico do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); Sr. Túlio de Oliveira - Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (AENDA). Os Senhores Senadores Dário Berger, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Donizeti Nogueira, José Medeiros e Ana Amélia fazem uso da palavra. Ao final da Audiência Pública, o Senhor Senador Dário Berger alerta os membros desta Comissão acerca do novo julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do recurso extraordinário, sob a relatoria do Ministro Edson Fachin, sobre a constitucionalidade da contribuição social rural, o chamado Funrural, declarado inconstitucional pela Corte, por duas vezes – em 2010 e 2011, que volta à pauta, sob argumento da Procuradoria da Fazenda Nacional, para tornar legal a cobrança de 2,1% sobre a comercialização da produção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nºs 32 e 33, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, com a finalidade de analisar o papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para a segurança alimentar e ambiental; e o papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar.

Comunico que esta audiência pública é parte do processo de avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015, o qual tem como Relator o Senador Dário Berger.

Comunico a presença dos seguintes convidados, pelo menos foram feitos os convites: Sr. Roberto Faria de Sant'Anna Júnior, que é consultor jurídico do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg); o Sr. Ricardo Pinto, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan); o Sr. Túlio de Oliveira, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos; o Sr. Geraldo Mafra, Assessor para Relações Institucionais da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários; o Sr. Marcelo Piccin, Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); a Srª Edilene Cambraia Soares, Coordenadora-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pe-

cuária e Abastecimento (MAPA); o Sr. João Nishi de Souza, engenheiro agrônomo da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

Eu queria, antes de passar a palavra aos nossos convidados, informar que, para efeito de produtividade, cada um dos expositores, como são sete expositores, imagino que todos estão chegando, terá dez minutos, porque são sete. Teremos mais de uma hora apenas de exposições.

Eu passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, que quer fazer uma manifestação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Presidente, bom dia, Senador Moka, nossos convidados.

Quero fazer um registro aqui na Comissão de Agricultura. Nessa semana, eu, particularmente, perdi duas pessoas que são parentes meus, são amigos, mas, principalmente, eram bons agricultores. Um, oriundo do Rio Grande do Sul, de Torres, viveu em São Miguel do Iguaçu, depois foi para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o Sr. Paulo Kras Borges, que sempre militou na pecuária, na agricultura. A família, os filhos, também no mesmo caminho. Já com bastante idade, 82 anos, mas muito ativo, muito produtivo, faleceu no dia 20.

Casualmente, Senadora Ana Amélia, ele era uma pessoa que gostava muito de assistir à TV Senado. Quarta-feira, pela tarde, eu estava na tribuna e ele ficou assistindo do seu quarto, fazendo a sesta, como falam lá no Mato Grosso do Sul. Estava fazendo a sesta com a esposa, assistindo à TV Senado e ouvindo o meu pronunciamento e, após o pronunciamento, ele falou para a esposa: "Olha, eu vou dar uma deitadinha, vou dormir aqui, depois tu me acorda que eu vou fazer outras coisas". Deitou e não acordou mais. Quer dizer, uma morte tranquila. Mas, perdemos um telespectador da TV Senado; eu, um amigo; e o Brasil, um agricultor, um pecuarista de primeira linha.

Então, quero deixar registrada essa manifestação de pesar aqui na nossa Comissão, porque, como falei: as pessoas vêm ao mundo, trabalham, fazem a sua parte, ajudam a construir o País, a Nação, a família, e um dia nós todos temos que ir embora.

E o outro, o Pompeu Guizzo, lá de São Miguel do Iguaçu, também produtor, oriundo de Santa Catarina, aparentado, casado com uma tia minha. Também lidou a vida inteira na agricultura, seus filhos são agricultores, estão no Mato Grosso. E também fez a parte dele aqui, ajudando a construir o Município de São Miguel do Iguaçu ainda quando tudo era virgem, era mato aquela região. Formou os filhos, todos são agricultores.

Quero deixar aqui meu pesar, não só por serem meus tios, meus parentes, mas por terem brigado, por terem sido bons agricultores e bons pecuaristas.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Blairo, a Comissão de Agricultura endossa e se associa a essa manifestação de V. Exª, porque também entende que cada uma dessas pessoas é personagem de uma história muito bonita, a história que faz do Brasil esta potência que é no setor da produção agropecuária. Não importa o tamanho da propriedade. Todos são importantes e têm um papel relevante na geração de renda e na geração de riqueza para o País.

Então, nesta hora de dificuldades e crise que o País está vivendo, nós podemos avaliar melhor o peso que tem a produção de alimentos em nosso País, e V. Exª é um protagonista também nisso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, estamos solidários à manifestação.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Embora eu já tenha prestado pessoalmente a solidariedade ao Senador Blairo, deixo aqui também a solidariedade à família, aos filhos, às pessoas queridas que essas pessoas deixam. E quero registrar a grande contribuição desses brasileiros quase anônimos, Srª Presidente, mas que fazem a riqueza deste País. Então, ao Senador Blairo e aos seus familiares a minha solidariedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

De imediato, passo a palavra então, vou começar pela ala feminina, a Edilene Cambraia Soares, que é a Coordenadora-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária do MAPA, por dez minutos.

A SRª EDILENE CAMBRAIA SOARES – Bom dia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pedimos o apoio da área técnica, para colocar o PowerPoint.

A SRª EDILENE CAMBRAIA SOARES – Bom dia a todos.

A Vigilância Agropecuária Internacional do Ministério da Agricultura é responsável pela fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários.

Vou ter que correr um pouco com a apresentação, porque ela é um pouco mais extensa do que dez minutos, para conseguir explicar...

Aí, um pequeno sumário...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EDILENE CAMBRAIA SOARES – Então, o serviço de vigilância agropecuária existe desde que as civilizações começaram a se formar, em conjunto com o serviço aduaneiro, o serviço de segurança e o sanitário, nos mesmos moldes hoje do serviço da Receita, da Polícia Federal, da Anvisa e da Vigilância Agropecuária. Então, até hoje funciona nos mesmos moldes e tem a mesma finalidade.

Só para contextualizar a importância da vigilância ao longo da história, em 1272, ocorreu a primeira viagem de Marco Polo, considerada como o início da globalização. Ela teve como motivação a busca de Marco Polo pela China, a fim de trazer de lá novos bichos da seda para substituir os plantéis da Europa, que estavam acometidos por doenças.

Igualmente, a gente tem a Phytophtora, que infestou as lavouras de batata na Europa também, em 1840, e que gerou a fome por dizimação dos cultivos de batata e levou à morte de um milhão de pessoas.

Em 1881, ainda na Europa, houve a introdução do fungo Phylloxera nas videiras, o qual também dizimou as produções, que eram basicamente familiares.

Em 1895 houve o primeiro surto de febre aftosa no Brasil.

Em 1920 tivemos a peste bovina lá no Porto de Antuérpia, também de bovinos importados pelo Brasil da Índia para melhorar os plantéis aqui. E aí, nessa cabotagem, lá na Bélgica, houve a introdução da peste bovina, e, a partir disso, houve a criação da OIE como medida para estabelecimento de diretrizes internacionais para doenças animais.

Em 1929 tivemos a criação da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais e também o estabelecimento do modelo de certificado sanitário internacional harmonizado para todos os países.

Em 1934 a gente teve no Brasil a edição dos regulamentos de defesa sanitária e animal, que estão vigentes até hoje, e, em 1950, também, o surto de febre aftosa no México com a exportação de bovinos do Brasil.

Em 1978 a gente tem um caso clássico de peste suína que entrou no Rio de Janeiro, em Paracambi. Estima-se que foi por alimento de bordo, utilização de resíduos de aeronave que foram desviados do aeroporto do Galeão para a alimentação de suínos, o que levou a um grande problema ao Brasil, custou milhões de reais a eliminação e suspendeu e fechou o mercado do Brasil durante muitos anos para a exportação de carne suína.

Em 1982 a gente tem a introdução do bicudo algodoeiro nas lavouras do Nordeste, que dizimou as lavouras e o Brasil passou de exportador de algodão a importador de algodão.

Em 1989, a vassoura de bruxa, e a mesma coisa com o cacau, na Bahia, quando também deixamos de exportar para importar, o que afetou o emprego de mais ou menos 2,5 milhões de pessoas que estavam envolvidas com a região, além dos danos ao meio ambiente.

Em 1998, a Sigatoka Negra, em Tabatinga e em Benjamin Costant, no Amazonas, que também dizimou as variedades nativas e comprometeu a produção das famílias da região.

Em 1998 o Ministério da Agricultura, por meio da Portaria 297, criou a Vigilância Agropecuária Internacional, que tem a missão da fiscalização do trânsito internacional de produtos de origem animal, vegetal, insumos agrícolas e pecuários.

Em 2001 a gente teve a introdução da ferrugem da soja, que custou mais de 2 bilhões aos produtores brasileiros.

Em 2006, aftosa no Mato Grosso do Sul, nessa região de fronteira, que levou diretamente aos prejuízos para a produção de carne e leite e à proibição de exportação de produtos de carne bovina da região.

Em 2013 a última praga introduzida no Brasil, a Helicoverpa Armigera, também levou à infestação de lavouras de várias naturezas, como soja e milho, em várias regiões do Brasil, o que tem custado milhões de dólares para o combate.

Só para contextualizar a evolução da agricultura no Brasil, em 1950, no pós-guerra, a agricultura era basicamente de subsistência, e, de 1960 a 1970, houve a expansão das fronteiras, com a criação de Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste. E aí começaram os problemas sociais, a agricultura em escala, as políticas públicas, com a criação da Embrapa, da Emater e a ocupação do Centro-Oeste.

Em 1970, com essa interiorização do Brasil, houve o desenvolvimento da indústria, o estabelecimento de cadeias produtivas, as inovações tecnológicas com a Embrapa e a demanda por alimentos da população urbana.

Após o ano 2000, houve a internacionalização do agronegócio, o Brasil começou a despontar no comércio internacional e a ser exportador de alimentos. E aí houve excedente de produção e a gente começou a despontar ainda na exportação.

Nos anos 2000 também começou a globalização, a criação da OMC, principalmente na economia, com os acordos tarifários. A globalização, eu acho que é interessante ressaltar, teve como motivação países principalmente como Estados Unidos e da Europa, que queriam colocar seus excedentes produtivos no mundo. Aí forçaram a criação da OMC e a expansão das fronteiras para a exportação de seus produtos.

Os meios de transporte, com o advento do transporte aéreo, dão maior celeridade e rapidez no transporte das cargas, e as comunicações, a internet, que está aí; hoje qualquer um pode comprar qualquer coisa pela internet em qualquer lugar do mundo.

A globalização, que é a integração econômica, social, cultural e política, é uma demanda da necessidade de ampliação de mercados e da redução das barreiras tarifárias, como eu disse anteriormente.

Então, a gente estima que até 2050 a população vai crescer mais 2,4 bilhões de pessoas, o que vai levar a um aumento da demanda por alimentos, e aí é que o Brasil entra com o potencial de maior produtor de alimentos do mundo. E óbvio, com a maior disponibilidade de renda desses países e os novos mercados, também há um maior mercado a ser atingido para atender a essa demanda.

O Brasil hoje, com a produção agrícola mundial, 28% do PIB são de produção agrícola; 37%, dos trabalhos; e 42% das exportações advêm do agronegócio. Somos o terceiro maior exportador mundial de carne bovina, café, açúcar, suco de laranja e carne de frango. Nesse contexto, a nossa produção, hoje, é a de soja. E no número de propriedades rurais, dessas propriedades rurais, 85% são de agricultura familiar; 24% dessa área rural é ocupada por esses 85% de propriedade rurais, o que equivale a 75% da mão de obra no campo. E a agricultura familiar é responsável – o que acho bem relevante – por mais de 50% da produção de leite, de suínos e de aves. Suínos e aves são grandes produtos de acesso ao mercado internacional.

A vigilância agropecuária estabelece seus procedimentos baseada em risco fitossanitário e zoossanitário, e o risco é medido pela diversidade, situação fitossanitária e zoossanitária e qualidade dos insumos agropecuários no mundo. Então, a importação e a exportação regular são estabelecidas com base em critérios de risco estabelecido, no que os dois países que estão fazendo a negociação comercial estabelecem como risco aceitável. O que há por trás disso é o interesse público. O produto a ser importado tem de ser importante para o país e o risco a ser mitigado estabelece os requisitos.

Na importação e exportação de produto irregular, em que está envolvido principalmente o interesse particular, o risco é desconhecido. Você não sabe a origem do produto, como foi o seu processo produtivo. Leva-se em consideração somente o interesse pessoal. Não há interesse geral e nem são medidas as consequências da introdução daquele produto no país.

Isso é só um exemplo para vocês verem o que a gente faz na fiscalização do trânsito irregular, o que a gente apreende nas bagagens de passageiros: carne fresca, que pode introduzir uma peste suína, que é um grande risco. Há os que tentam burlar a fiscalização com bichos de pelúcia com sementes também de origem desconhecida, produtos de pescado, batatas, produtos de origem vegetal e de toda a sorte.

A vigilância agropecuária, como disse, atua, na importação e na exportação, na fiscalização de animais, vegetais, subprodutos, insumos agrícolas, material de pesquisa, embalagem de madeira e nos regimes aduaneiros especiais. Nós estamos distribuídos, hoje, em 111 pontos do País, nos portos, aeroportos, portos de fronteiras e aduanas interiores, que são os portos secos. Esse aqui é um exemplo da nossa distribuição.

É interessante a região de fronteira com os dez países com que a gente faz fronteira. Essas imagens mais escuras significam o risco de pragas vegetais que estão nas nossas fronteiras, o risco de entrarem no País. Vocês podem ver que, no Sul, com a Argentina, há um grande risco, porque as fronteiras são secas e a transição de um lado para outro é muito fácil. Um pouco mais difícil, mas não menos importante, é a região da Venezuela e do Suriname, com a mosca da carambola, que está lá adentrada na nossa fronteira.

Qual é a dimensão do problema que a vigilância tem para proteger? Nos 7 mil quilômetros de costa litorânea e nos 15 mil quilômetros de faixa de fronteira com 10 países, a gente é responsável hoje por mais ou menos 2 milhões de fiscalizações por ano e também pela fiscalização do trânsito de 22 milhões de passageiros que ingressam no País todos os anos. Contamos com a força de trabalho de 400 fiscais, o que é muito pouco para a responsabilidade.

Então, qual seria a contribuição da vigilância agropecuária internacional nesse contexto de inserção mercadológica da agricultura familiar? Para isso – e a gente está inserido nele, o MAPA está inserido nele –, há o Plano Nacional de Exportação, que o MDIC lançou, do qual a agricultura familiar também faz parte; o Portal Único de Comércio Exterior, que é a simplificação de processos de importação e exportação; e o Plano de Defesa Agropecuária, que o MAPA lançou neste ano também. Nós estamos dentro do Plano de Defesa Agropecuária e desses outros planos também. E todos esses planos têm como diretrizes a simplificação, a desburocratização, a facilitação de comércio e o acesso a mercados.

Dentro desse contexto, a gente está desenhando o plano, está em vias de ser lançado, que é o Plano de Modernização da Vigilância Agropecuária Internacional. A gente pode contribuir tanto no contexto da defesa, que é a proteção das fronteiras, evitar a entrada de pragas e, com isso, manter o *status* sanitário do País, quanto promovendo a continuidade da produção e a manutenção dos custos dessa produção. Por outro lado, na facilitação do comércio exterior, simplificando os nossos processos, capacitando os exportadores de agricultura familiar para que eles consigam realizar essas operações com maior facilidade.

Como eu disse, a gente tem a função da prevenção da introdução da estabilidade fitossanitária e sanitária e a manutenção dos parceiros atuais e o acesso a novos mercados.

A nossa função também é a redução das barreiras técnicas, uma vez que o serviço de fronteira é forte, os países mantêm a credibilidade e estabelecem menores barreiras para a introdução dos produtos brasileiros em seus mercados. Quando a gente evita a introdução de pragas ou doenças também mantém o comércio local ativo, haja vista o que houve no Mato Grosso do Sul, com a introdução do foco de febre aftosa, que fechou o mercado. Houve rebanhos abatidos e a proibição de comercialização de carne na região, o que fechou o mercado à época, um grande problema social.

A fiscalização do trâmite irregular. Também a gente evita o comércio desleal com a introdução de produtos irregulares sem os trâmites, sem pagamento de imposto e os produtos também inconformes ou falsificados, que é o contrabando e o descaminho.

Então, há essa proposta da facilitação de comércio, que é o outro lado. A gente pode simplificar os processos, o que pode dar acessibilidade aos novos exportadores vindos da agricultura familiar, facilitando os processos com aumento de transparência, previsibilidade e também redução do tempo de liberação de cargas.

As dificuldades que a gente tem para promover essa acessibilidade da agricultura familiar seriam a evolução como um todo do comércio exterior. A legislação aplicável que a gente tem hoje é antiga, inespecífica, inflexível e compulsória. Então, 100% das operações hoje sofrem intervenção física do Ministério da Agricultura muito porque essa legislação não deixa a gente adotar ferramentas de gerenciamento de risco e amostragem, nos obriga a fiscalizar 100% e muito por conta da ausência de penalidades inibitórias. No caso, a gente tem que ser muito burocrático para evitar e para minimizar o risco de introdução de pragas e doenças e isso, óbvio, causa morosidade na liberação de cargas e dificuldade na implementação de medidas de facilitação e desburocratização, que é o que o Governo, a nova política de comércio exterior tem promovido agora. Essa dificuldade toda também foi apontada pelo Tribunal de Contas nas três auditorias que a gente sofreu desde 2005 até agora. Então, todos eles apontaram as mesmas deficiências que eu disse anteriormente.

Só para contextualizar, nos últimos cinco anos, a nossa demanda de fiscalização subiu mais de 150% e o nosso quadro de servidores diminuiu 30%. Isso nos obriga a tomar atitudes ou a revisar a legislação e procedimentos para que a gente consiga atender a demanda, porque a tendência é o quadro de pessoal sempre reduzir. E o Governo nunca vai conseguir colocar pessoal em número suficiente para que a gente faça 100% de tudo quanto é fiscalização. Então temos que usar a inteligência para evitar esse problema. Uma medida, uma maneira que a gente encontrou foi a revisão da legislação e o estabelecimento de um marco, de uma legislação específica para o trânsito internacional de produtos agropecuários.

Esse projeto de lei que hoje tramita no Congresso é o Projeto de lei nº 1.670, que é a proposta da lei da vigilância agropecuária internacional, que traz todos esses instrumentos legais para implantação de fiscalização baseada em gerenciamento de risco, penalidades para as infrações, o que vai nos possibilitar alterar nossos procedimentos e adotar ferramentas de gerenciamento de risco, critérios diferenciados de fiscalização conforme a irregularidade e risco. É aqui que também podemos contribuir com a agricultura familiar, uma vez que temos uma legislação que nos permite fazer isso. E também a liberação automática de algumas cargas com auditagem de processo com fase em legislação e processos em sistema de informática.

O projeto também estabelece penalidades, melhoria na infraestrutura, que consequentemente vai trazer melhoria do tempo logístico e do tempo de liberação de carga, além da flexibilização e compatibilidade quando existe comércio exterior, regimes aduaneiros e comerciais.

Então, esse projeto de lei que temos hoje traz a possibilidade de andarmos junto com essa nova política do comércio exterior com o portal único, o plano de exportação, e várias outras iniciativas de incentivo e facilidade.

Por fim, ele tem como objetivo fortalecer a vigilância e o comércio exterior e levar ao ordenamento jurídico nacional a proteção da agropecuária brasileira ao nível condizente com a sua importância e aumentar consequentemente a competitividade do agronegócio e a inserção da agricultura familiar no comércio internacional.

Depois, se tiver oportunidade, eu poderei explicar como é que a gente pode contribuir melhor com isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Edilene Cambraia Soares.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Ronaldo José Ribeiro, Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), também no mesmo foco e, se possível, em dez minutos, para concentrar no tema, que é fiscalização, porque nós temos sete expositores.

Depois, no debate, as dúvidas poderão ser esclarecidas com a participação dos Srs. Senadores.

Quero saber se o Senador Dário Berger, que é o requerente desta audiência pública, tem algum questionamento especial a fazer para os nossos convidados.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, vamos ouvi-los. Depois debateremos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perfeito. Agradeço ao senhor.

Então, passo a palavra ao Dr. Ronaldo.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Bom dia a todos! Bom dia a todas!

Agradeço à Senadora Ana Amélia, aos Senadores presentes e a todas as pessoas que estão aqui participando.

Venho para falar, dialogar com vocês em nome da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para tratar deste tema. Vou procurar atender ao pedido da Senadora.

A primeira coisa que considero fundamental nós lembrarmos é que a competência e a atribuição pela vigilância sanitária é uma competência do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). A responsabilidade, essa atribuição, o trabalho da coordenadoria da vigilância sanitária é uma atribuição desse Ministério, que é um ministério irmão do MDA. O Brasil é um país que se preocupa tanto com a agricultura que criou dois Ministérios para incentivar e melhorar cada vez mais a agricultura. Nós fazemos parte desse sistema. Nós cuidamos das políticas voltadas à agricultura familiar.

Creio que a minha colega já falou um pouquinho dos números da agricultura familiar, mas nunca é demais repeti-los. São 85% das propriedades do Brasil, significam, segundo o Censo Agropecuário 2006, 4,2 milhões de agricultores familiares. Pelo nosso sistema de cadastro do MDA, DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), hoje já são 5,2 milhões de agricultores cadastrados, responsáveis por boa parte da produção de alimentos, como foi dito, com especial atenção à produção de frango, suínos e leite. A presença da agricultura familiar no nosso País é bastante conhecida, considerada. Todos nós sabemos da sua importância.

Em relação à agroindústria familiar ou a essa ideia de agroindústria familiar, os números que nós temos são, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, de que se estimavam em 300 mil agricultores familiares com algum tipo de processamento agroindustrial. O nosso cadastro, o cadastro da DAP, que, além dos agricultores pessoas físicas, também faz o cadastro das pessoas jurídicas, aponta, para o ano de 2014, 115 mil estabelecimentos agropecuários, estabelecimentos da agricultura familiar que fazem algum tipo de processamento da produção. É a chamada agricultura familiar. Isso, segundo as nossas estimativas, significa a movimentação de cerca de R$1 bilhão, como valor bruto da produção. Isso é para que a gente possa ter um pouquinho de ideia sobre esse assunto.

O que nos chama atenção: o papel do MDA e da Secretaria da Agricultura Familiar, nesse contexto da vigilância sanitária, tem muita relação com o Suasa (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária), que é um sistema que existe desde 2006. Ele já tem um normativo consolidado, e esse normativo vem passando por melhorias. Existem medidas recentes – a gente vai falar um pouquinho mais adiante – que têm trazido benefícios, têm trazido melhorias, têm trazido avanços no que se refere a fortalecer a presença da agroindústria familiar dentro do nosso País.

A primeira coisa que chama a nossa atenção é que dentro do marco legal nós podemos falar que esse assunto está lá na Lei da Agricultura Familiar, na Lei Geral da Pequena Empresa, na Lei Agrícola. São vários os instrumentos que tratam e debatem esse tema. E o que deve chamar a nossa atenção é que nos normativos legais, nos marcos legais, sempre que nós vamos tratar desse assunto, nós falamos principalmente da racionalização, da simplificação de exigências, da simplificação dos procedimentos, ou seja, parte-se do princípio, que é um princípio, do nosso ponto de vista, bastante correto, que existem diferenças significativas entre a agroindústria de grande porte e a agroindústria familiar, a agroindústria de pequeno porte ou o chamado processamento artesanal de produtos agrícolas. E nós temos que tratar de maneira diferenciada, sempre pensando na qualidade, mas também pensando na simplificação dos procedimentos, na simplificação das exigências, no compartilhamento das responsabilidades entre os entes federativos.

Nesse aspecto, um detalhe para que nós gostaríamos de chamar atenção é que os normativos sempre falam que, no caso da agroindústria familiar de pequeno porte ou da produção artesanal, a fiscalização deve, sobretudo, ter um caráter orientador, ao invés de ter um caráter prioritariamente punitivo. Ou seja, quando nós estamos tratando desse público ou desse setor dentro da nossa produção, da nossa agroindústria, ao invés de

ter um caráter simplesmente punitivo ou prioritariamente punitivo, a fiscalização deve ter um caráter orientador. Eu creio que isso é parte do trabalho que é desenvolvido pelo MAPA.

Outra vertente de que também nós vamos falar um pouquinho mais adiante são as políticas públicas que nós desenvolvemos no sentido de apoiar ou de aportar mais recursos para fortalecer a agroindústria de caráter familiar. Gostaria de chamar muito a atenção aqui para medidas recentes que foram estabelecidas, que permitiram melhorar ainda mais o Suasa e trabalhar nesse sentido de facilitação, de simplificação.

O primeiro aspecto: trata-se de um decreto de maio de 2015, o Decreto nº 8.445, que alterou alguns artigos do decreto do Suasa, de 2006, e que tratou da adesão de Estados, Municípios e consórcios ao Suasa, permitindo assim uma maior descentralização, uma maior participação, facilitando as regras, de alguma maneira contribuindo para esse déficit de fiscais agropecuários que vão trabalhar na fiscalização do sistema. Para que esse decreto se consolide, é necessário que seja editada uma instrução normativa, de modo compartilhado, entre o MAPA e o MDA. Essa instrução normativa ainda está em debate entre as duas instituições. Mas, assim que ela for editada e publicada, significará, de maneira muito clara, uma facilitação desse processo, permitindo que os Municípios, Estados e consórcios possam aderir ao sistema a partir do princípio da equivalência. Ou seja, eu reconheço o seu serviço, um Estado reconhece o serviço de inspeção sanitária de outro Estado e vice-versa. Com isso, a gente pode ter um ganho para todo o sistema.

Além disso, a Ministra Kátia Abreu, por ocasião do lançamento do Plano Safra deste ano, em junho, junto com o Ministro Patrus Ananias, editou outra portaria, outro decreto, que foi o Decreto nº 8.471, que alterou também um artigo do Suasa e que reconheceu ou estabeleceu os parâmetros e as competências para aquilo que chamamos de agricultura de pequeno porte. E também já possibilitou a publicação de algumas instruções normativas; uma, com caráter geral; e outra instrução normativa referente às bebidas de origem vegetal, principalmente os sucos.

Nós ainda temos um enorme caminho a percorrer. Os números relativos ao Suasa, que foi um sistema criado em 2006 e, portanto, está quase para completar dez anos, ainda são bastante insignificantes. Até hoje, por exemplo, somente oito estabelecimentos da agricultura familiar, desse universo todo que nós comentamos, conseguiram se adequar ao Suasa. E nós temos pelo menos um quinto dos Municípios brasileiros com os sistemas de inspeção municipal. Nós acreditamos – temos certeza absoluta disso – que essas alterações na legislação, essas alterações com as novas instruções normativas são um caminho que precisa ser percorrido para garantir que ganhemos o tempo perdido...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – ...no estabelecimento desse sistema no nosso País, que permitirá aportar ainda mais outros recursos para as nossas agroindústrias de caráter familiar.

Vou concluir aqui dizendo que, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós trabalhos com uma política de estruturação, através de recursos para os Municípios, para que os Municípios e consórcios municipais estruturem sistemas municipais de inspeção, o chamado SIM (Sistema de Inspeção Municipal).

Nós temos um outro programa de assistência técnica e extensão rural chamado Mais Gestão, que é voltado especificamente para as cooperativas, para os empreendimentos, para as organizações econômicas da agricultura familiar, com a intenção de fortalecer a gestão desses empreendimentos. Hoje, nós trabalhamos com cerca de 500 cooperativas e associações de todo o Brasil. E nós já estamos para lançar agora um outro edital, fazendo com que esse número, com que essa meta atinja 1.000 cooperativas, no Brasil todo, da agricultura familiar, o que contará com um trabalho de apoio, de assistência técnica específica para melhorar a sua gestão.

Além disso, acerca do crédito, através do Pronaf, existem linhas voltadas para a melhoria da agricultura familiar, o fortalecimento dos empreendimentos da agricultura familiar. E a assistência técnica e extensão rural, que é uma atribuição do MDA, também em conjunto com o MAPA, tem parte de suas atividades voltadas para esse trabalho.

Encerro, aqui, Senadora, e fico à disposição de todos para esclarecer e detalhar o que for necessário.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Dr. Ronaldo José Ribeiro, que é representante aqui, como Chefe de Gabinete, da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, pelas informações. E, claro, as perguntas valerão para esclarecer as dúvidas eventuais dos Senadores.

Convido agora para fazer uso da palavra o Sr. João Nishi de Souza, que é Engenheiro Agrônomo da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

O SR. JOÃO NISHI DE SOUZA – Bom dia às senhoras e aos senhores. Senadora Ana Amélia, ao cumprimentar V. Exª, estendo os cumprimentos aos demais Senadores, autoridades e convidados neste plenário,

bem como à equipe que está aqui para esta pauta e principalmente ao Senador Berger, por essa propositura, essa discussão.

A extensão rural, através do seu serviço, orientado pela Asbraer, é o grande cumpridor das orientações que emana, porque a nossa ação é espelhada pela orientação, pela educação, pela assessoria, pela assistência técnica e pela consultoria, em todas as atividades que envolvem o meio rural, destacadamente a agricultura familiar.

É um prazer estar aqui, nesta Casa.

Quanto à assistência técnica e extensão rural, a grande missão de todo o sistema é fortalecer realmente as entidades de assistência técnica e extensão rural e, nesse contexto, o rearranjo e a discussão das políticas públicas e o desenvolvimento rural sustentável.

Essa palavra mais recente, expressão mais recente, "rural sustentável", mais para frente, pode dar uma referência especial a esse aspecto.

Os números apontam, pelo sistema da Asbraer, que nós estamos em 96% dos Municípios do Brasil, em 5.359 Municípios, especificamente, onde atuamos com a força de trabalho no campo, em menor escala, às vezes, dependendo das características regionais, haja vista a grandiosidade do nosso Brasil.

Estamos no campo, como disse o Ronaldo, e o escopo da agricultura familiar é diretamente atendido pelo sistema. São atendidos 2,3 milhões de agricultores familiares, com 16 mil extensionistas no campo. Vejam só: parece que esse número, de certa forma, está à frente dos 400 fiscais citados pela Drª Edilene, mas ainda está muito aquém.

Com minha experiência, há 40 anos no serviço, nós tivemos oportunidades, mas, principalmente no escopo da agricultura familiar, nós temos áreas com depressão em que esse segmento não recebe assistência nem tem condições de arcar com o custo desse serviço. Então, isso é algo a se pensar, apesar de o orçamento das ATERs nos Estados atingir R$1,8 bilhão.

O que é preciso diferenciar? Aqui nos falamos em multidisciplinaridade, articulação com os diversos segmentos, rede de comunicação, ação continuada, relacionamento com a pesquisa, foco na tecnologia e implementação de políticas públicas.

Vejam só: multidisciplinaridade por quê? Nós temos uma característica de ação baseada na educação, na orientação, no crescimento, seja da família, seja dos grupos constituídos, das organizações constituídas, seja, mais recente, na minha área específica de trabalho, que é a área de negócios dos grupos formados pelos jovens e pelas mulheres no campo do empreendedorismo, com uma visão que recentemente agregamos. Isso facilita, hoje, o aspecto de uma rede de comunicação, com uma característica da extensão rural, que é a ação continuada. Inicia-se todo um processo, e há um meio e um fim. É claro que nós contamos com uma série de parceiros, sejam oficiais, sejam da iniciativa privada, que, conforme a *expertise*, atuam em determinado momento que o próprio serviço de extensão, às vezes, não domina. Cito, por exemplo, o processo de gestão administrativa, financeira que nós auxiliamos.

Mais para frente, como é o foco desta discussão, na linha da agregação, com a possibilidade de se agregar valor, produzir produtos diferentes para um nicho específico de comércio, precisamos reunir mais conteúdos em que, às vezes, temos essa dificuldade, de uma forma que atuamos no campo.

Particularmente, gosto muito dessa foto que eu coloquei como um grande desafio. Essa foto, da revista FrutiFatos, faz um alerta para o produtor, que é o nosso cliente da extensão. Hoje, há a necessidade realmente da fixação, da permanência da família rural no campo; há a necessidade da busca de alternativas e opções na área de agregação de valor, de renda, melhorando as condições de vida da família. Nós percebemos todo o nosso trabalho de extensão dentro da propriedade, dentro da porteira, vamos dizer. Essas famílias, esses grupos, que são meramente desconhecidos, estão representados aqui por essa moça, que está numa gôndola de supermercado como consumidora.

Esta é uma grande discussão: é muito difícil produzir? É muito difícil produzir! Mas tão difícil quanto produzir é vender, vender bem e receber. Então, esse é o caminho a ser trilhado, principalmente pela agricultura familiar. Ao chegar ao mercado, nós passamos por aquilo que o Ronaldo e a D. Edilene acabaram de falar. O que esse consumidor exige? O que o mercado exige hoje? Nossos extensionistas estão atentos a isso.

O que nós queremos, efetivamente? Hoje, nós temos um grupo grande de códigos que preserva os consumidores. Nós temos a percepção de que mais de 75% dos produtos, dos alimentos que chegam à mesa vêm do escopo da agricultura familiar. E nós da extensão trabalhamos um outro componente: nós não queremos mais discutir qualidade, nós queremos, nós consumidores, queremos comprar saúde na mesa.

Recentemente nós fizemos um seminário no Estado do Paraná com o Sindicato dos Engenheiros do Paraná e num dos painéis foi levantado que o Brasil é ainda, atualmente, o maior consumidor de agrotóxico do mundo. Junto com isso vem herbicida, pesticida, biocidas, hormônios e toda essa gama na alimentação. E nós

estamos no campo. No início o Senador Blairo Maggi colocou, nós somos do Paraná, e, vejam só, o Paraná é um grande consumidor nesta área para produzir isso que estamos aqui. Então, o grande desafio institucional e de ordem de amparo de política é cruzar isso aqui e chegar nesse contexto.

Nós temos uma linha de atuação na extensão rural principalmente baseada em três grandes linhas. Eu quero chamar a atenção aqui porque a agricultura familiar, que é o foco da discussão também, tem várias outras atividades. Neste momento, nosso foco é para a alimentação, e principalmente para a produção de alimentos para consumo humano. Aí é que está a grande preocupação. Nós temos outros produtos a serem agregados no processo da produção, mas esse é o maior. O foco aqui é na linha da produção para alimentação, consumo humano. Nós temos três: tecnologia, vou passar rápido; mas a última palavra está escrita: agregação, certificação nos processos. O consumidor quer a garantia do produto através do quê? Da identidade desse produto, da origem desse produto. E nós trabalhamos a possibilidade de você diversificar, tornar rentável, tornar profissional dessa forma.

E vamos cair aqui no segundo tripé, que é a regularização. Na área de alimentos para consumo humano, como disse a Drª Edilene, não há possibilidade de a gente ter produto do descaminho ou produto sem identificação na nossa mesa para consumo, e nós somos um grande consumidor desses produtos no Brasil, não é só em alguns Estados, no Brasil.

Vejam só a nossa preocupação, da extensão rural: nós estamos discutindo a primeira área, eu deixei em negrito aqui, a sanitária, mas quem for cruzar aquele caminho que eu coloquei ali atrás na foto tem que ter no mínimo o domínio de sete áreas para frente, e os senhores que estão aqui na legislação têm que ter essa preocupação: de ordem ambiental, de ordem jurídica, de ordem fiscal, de ordem tributária, trabalhista e previdenciária, porque o nosso produtor rural tem algo especial nessa área.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO NISHI DE SOUZA – Vou pegar só uma aqui: trabalhista. É sabido que nós temos um grande volume de mão de obra escrava sendo trabalhada na agricultura. Temos, não precisamos ir longe, em várias áreas. A área de alimento é mais controlada, mas em outras áreas nós temos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Senhor trouxe alguma coisa por escrito?

O SR. JOÃO NISHI DE SOUZA – O que eu tenho, nesses 40 anos, é vivenciado a terra, vivenciado, porque nós, da orientação, temos que fazer isso.

E último tripé é mercado de comercialização, está ali, que é o que acabaram de falar os dois colegas aqui na frente, como acessar esses mercados dessa forma, que é o nosso trabalho.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço pela exposição ao João Nishi de Souza, que é Engenheiro Agrônomo da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

Como foi mencionado aqui pelo Dr. Ronaldo, ele falou muito no Suasa, o Suasa tem o SIM, que é o Sistema de Inspeção Municipal. Talvez fosse necessário também que tivéssemos alguém da área, vamos convidar para estar aqui conosco em alguma oportunidade para essa posição.

Senador Moka, na hora, a gente vai pedir. Eu também tenho uns questionamentos ao doutor, ao expositor da associação dos Estados.

Eu convido agora o Dr. Roberto Faria de Sant'anna Júnior, Consultor Jurídico do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

O SR. ROBERTO FARIA DE SANT'ANNA JR – Bom dia a todos. Obrigado, Senadora Ana Amélia, muito obrigado pelo convite. No nome dela, saúdo os demais Senadores e autoridades presentes. Gostaria de agradecer também o Sindiveg por me ter dado a oportunidade de estar aqui para falar um pouquinho sobre defensivos agrícolas.

Bom, o convite que nós recebemos era para falar sobre o papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para segurança alimentar e ambiental.

O que os defensivos fazem? Os defensivos combatem as pragas, os defensivos buscam fazer com que a agricultura atinja o seu potencial, o seu máximo potencial. Entre os defensivos, nós temos diversos tipos. Nós temos inseticidas, nós temos os fungicidas, que combatem os insetos, os fungos, os ácaros e outras plantas daninhas. O objetivo do defensivo agrícola é fazer com que a produtividade agrícola atinja o seu máximo potencial.

De acordo com a FAO, 40% da produção é perdida anualmente por conta das pragas. Então, se não houver um controle das pragas, ou melhor, com o controle que já existe hoje no mundo, 40% é perdido. A FAO coloca isso de uma forma mundial.

O Brasil tem uma agricultura diferente da agricultura dos outros países. Ele é uma agricultura tropical. A maior parte da nossa agricultura, hoje, com o desbravamento do Cerrado, se dá dentro dos trópicos. E essa agricultura tem particularidades diferentes daquela das agriculturas do clima temperado.

Na Europa, por exemplo, você tem um vazio sanitário obrigatório pela neve. Então, na agricultura temperada, uma vez por ano, pelo menos, você tem a neve. Com a neve, o que acontece? A incidência das pragas diminui. Elas não têm o que comer, e elas morrem, elas não competem.

Aqui no Brasil, não; aqui no Brasil, nós temos várias safras, algumas culturas, até três safras em um ano. Então, você tem a praga com alimento o ano todo. Aí você tem que determinar alguns vazios sanitários para poder diminuir um pouco a infestação dessas pragas para que você continue tendo alguma produtividade maior.

Eu coloquei aqui algumas fotos de pragas. Certamente, aqui, esta Comissão talvez não seja o melhor local para colocar fotos, porque vocês já devem conhecer todas as pragas que há por aí. Mas para o público que não é agrônomo ou não trabalha na agricultura é interessante saber que, aqui no Brasil, nós temos a tal da ferrugem asiática da soja, que não acontece na agricultura de clima temperado. Ela pode diminuir em até 80% a produção de uma lavoura. Como é que eu combato isso? Eu combato com fungicida. Eu combato com o produto, com agrotóxico, com produtos de defensivo agrícola. Também temos aqui no milho a lagarta-do-cartucho, que também representa 60% de perda na produção da lavoura. E outras pragas aqui listadas. Temos aqui, no algodão, o pulgão, também dando uma deficiência grande no sentido de perda de produtividade se eu não combater essa praga. Temos, também, por exemplo, na cana-de-açúcar, o cupim. A cana-de-açúcar é carro-chefe aqui no Brasil, principalmente na região de onde eu venho, que é São Paulo. E temos agora a nova coqueluche, que é a tal da Helicoverpa Armigera. Temos uma foto em alta definição para todo mundo ver. Eu tinha um filminho dela comendo uma plantação, mas ficaria um pouco extenso, para ver a velocidade com que essa praga ataca.

Então, muito bem. Nós temos pragas antigas, temos pragas novas. Eu acho que a Drª Edilene mostrou muito bem todos os surtos de pragas que nós tivemos. Mostrou, também, no mapa, as regiões de fronteira onde novas pragas podem entrar.

Para combater essas pragas, eu preciso utilizar defensivo agrícola de alguma forma se eu não for lá matar à mão. No Brasil se planta muito, a agricultura é extensiva, e eu preciso, de alguma forma, combater essas pragas. A situação atual é essa, mas a tendência mundial, também foi mostrado o crescimento da população, a elevação de renda e o aumento de consumo de proteína e aumento da demanda por biocombustíveis, vai fazer com que a gente precise produzir mais.

Na parte, por exemplo, populacional, nós estamos com 7 bilhões de pessoas no mundo, vamos chegar a 9,3 bilhões em 2050. São dois bilhões de pessoas a mais. O Dr. Nishi já colocou isso também. Precisamos alimentar esse povo todo. É uma China a mais que nós vamos ter. Como é que a gente alimenta tudo isso?

O Brasil, como já colocou a FAO, vai ser responsável por 40% do aumento da produção mundial. Enquanto o mundo todo vai crescer 20%, o Brasil, lá embaixo, vai crescer 40%, tem que crescer em 40% a sua produção para conseguir cumprir com essa meta da FAO de alimentar os 9,3 bilhões de pessoas, se o isso estiver certo. Para isso, eu preciso aumentar área plantada na área que tenho disponível. Ninguém hoje aceita desmatar, então eu tenho que utilizar áreas degradadas, áreas de pastagem, enfim, áreas em que não se derrube uma árvore, a gente quer preservar todas as nossas florestas, e tenho que, principalmente, aumentar a produção por hectare.

Qualquer um desses dois movimentos vai aumentar a demanda por defensivos. A conclusão é certa, quer dizer, nos próximos anos vai haver realmente uma demanda por defensivos.

Mas eu posso, hoje, registrar qualquer defensivo agrícola? O Dr. João colocou claramente que, hoje, o produtor exige outro tipo de produto, outro tipo de alimento, ele quer o alimento com segurança alimentar. Hoje o alimento é seguro.

O alimento para ser registrado passa por três órgãos: pela Anvisa, pelo MAPA e pelo Ibama. E eles analisam o quê? Uma série de dados que são gerados, que são fornecidos. Então, na década de 50, eu fazia dois estudos, entregava para o MAPA e para a Anvisa e estava registrado. Na realidade nem era para o MAPA e para a Anvisa, era só para o MAPA. Na década de 70, eu analisava lá uma meia dúzia de estudos. Hoje eu tenho que gerar vários estudos para conseguir achar uma molécula que seja eficaz, mas, ao mesmo tempo, que seja segura para o homem e para o meio ambiente, segura para o consumo humano, segura para o aplicador e segura para o meio ambiente. Essa é uma tarefa fácil? Não. Eu preciso pesquisar 140 mil moléculas para achar uma que seja viável. Nessas 140 mil, eu tenho inseticidas eficazes? Sim, com certeza, muito mais do que aquele um que tem lá embaixo, no que eu achei. Só que eu tenho que obedecer a critérios de segurança também. Então, eu preciso achar, hoje, produtos que, além de eficazes, combatam a praga que ele se destina a combater e que também sejam seguros para o homem e para o meio ambiente.

Quanto é que eu gasto? São US$256 milhões para gerar todos estes estudos, para provar e submeter, não só no Brasil, mas a todas as entidades no mundo todo, às entidades de registro no mundo todo, a demonstração de que o produto é seguro. Esse número é de 2010. Hoje ele deve estar beirando na faixa de US$300 milhões e, se convertermos para real, o aumento foi bem maior agora, por conta dos aumentos que nós tivemos.

Então, com isso o que eu tenho? Eu tenho produtos que são mais específicos. Eu não tenho mais a visão daquele mata tudo. Eu me lembro de que, antigamente, quando a gente comprava inseticida para casa, comprava um que matava de pernilongo, mosquito, mosca, barata, até rato se passasse morria também. Esse tipo de produto, hoje, na agricultura, não se aceita mais. Os novos produtos são pontuais, eles são específicos. Hoje, para a minha casa, eu compro um inseticida que mata o pernilongo, eu compro um inseticida que mata a barata, eu não tenho um que mata tudo. Então, eles são específicos para aquele alvo que eu pretendo atacar. E o interessante, fazendo apenas um comentário, é que a gente sempre procura comprar aquele que é tarja preta, aquele que é o mais forte, para matar mesmo, não é? Enquanto, na realidade, a tarja preta significa que ele é mais tóxico para a gente. A gente deveria tentar buscar os que são tarja verde, os produtos.

Então, esses novos produtos buscam não só combater as pragas, mas também garantir a segurança alimentar, em qualidade e em quantidade. Essa é a função desses novos produtos.

Esse aqui é um desenhinho, um quadro; o importante é o que está em vermelho lá. Hoje em dia, e aí começa um problema que a gente pode tentar resolver aqui, esta Casa pode tentar ajudar, demora pelo menos 12 anos para eu conseguir ter um produto novo. Então, se depois de pesquisar 140 mil moléculas eu achar aquela é viável, eu começo, hoje, um processo que vai colocar esse produto no mercado, no mínimo, daqui a 12 anos. Então, o que eu descobrir hoje vai entrar no mercado daqui a 12 anos só. Esse é um tempo muito grande para a gente aguardar uma inovação.

Hoje, aqui, também, falam em cinco anos, esse é um levantamento que foi feito pela indústria, cinco anos é o tempo que demora para a aprovação de um produto.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO FARIA DE SANT'ANNA JR – Mas Anvisa entende que demora um pouco mais – está mais à frente o eslaide, depois vocês vão ver lá –, a Anvisa entende que demora 11 anos para ela zerar a fila desses mil produtos à espera de aprovação no País.

Os produtos registrados – depois o Túlio vai falar um pouco mais sobre isso – variam, o pico de 2007 foram 203 produtos registrados. Nós tivemos, em 2014, 148 produtos registrados; de inovação, tivemos apenas 5 produtos. Então, muito poucos produtos conseguem ser avaliados e registrados por ano no Brasil; problemas de infraestrutura, problemas do sistema que nós temos de registro hoje, que é um sistema triplo. Ele tem um lado positivo, que é o fato de eu ter o pessoal da saúde analisando as questões toxicológicas e o pessoal do meio ambiente analisando as questões ambientais, mas é complicado, porque causa uma demora excessiva no registro dos produtos.

Então a gente precisa achar um meio termo, de forma que mantenha a segurança na análise, mantenha o rigor científico na análise dos produtos, mas consiga fazer isso de forma mais célere, mais rápida, diminuindo a burocracia.

Aqui está o eslaide que eu queria mostrar. De acordo com reportagem do *Valor Econômico*, de 2013, a Anvisa informou que demoraria – na reportagem seriam 117 anos, mas foi um erro de conta – 11,7 anos; de qualquer forma, o número é inaceitável. Eu não posso aguardar 11,7 anos para que saia um produto novo. Naqueles doze anos que eu coloquei lá, eu tenho cinco anos de pesquisa para gerar os dados. Então, seriam, além desses 11,7 anos, mais 5 anos. Nós estamos falando aqui em 17 anos, aproximadamente, é o que demoraria para um produto novo entrar no mercado.

A burocracia, obviamente, reduz a rentabilidade das empresas e desestimula a pesquisa e o desenvolvimento no País. Esse é um outro ponto que nós temos. Nós estamos em um processo de desindustrialização. Hoje se importa a maioria dos produtos, não se fabrica nada, não se produz nada aqui, não há incentivo, e esse é outro ponto em que os senhores podem nos ajudar, há desincentivo à industrialização local, à produção local. Hoje, é mais fácil importar do que produzir localmente, seja o produto técnico, seja o produto formulado.

Além disso, como foi falado aqui muito bem, nós temos 10% do mercado, de acordo com o Sindiveg, de contrabando. É um número expressivo: 10% dos produtos que estão aí são produtos contrabandeados, de que nós não sabemos a origem, não sabemos se são seguros. E esses sim podem realmente trazer algum problema sério para a segurança alimentar.

Finalmente, para falar um pouco de meio ambiente aqui, sempre vale a gente lembrar o Inpev, que é o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias. O Inpev é referência mundial no recolhimento de embalagens de agrotóxicos. Esse gráfico é novo, é de 2014. Então, o Brasil recolhe 94% das embalagens que

são destinadas no campo, ele é campeão mundial nisso. Mas se nós voltarmos dez anos no tempo, o Brasil recolhia sozinho mais do que todos os outros países juntos. Então, essa foi uma política que deu certo. O campo, a indústria de defensivos faz a sua parte com relação à sustentabilidade. Pode fazer mais? Sim, pode fazer mais. Mas o Inpev está aí para demonstrar que as iniciativas na indústria têm tido fundamento.

Finalmente, o ponto fundamental, e aí com os nossos colegas do MAPA e do MDA, é que nós precisamos treinar o pessoal do campo para utilizar corretamente os produtos, essa é uma questão fundamental. A utilização correta e segura, o manejo integrado de pragas poderão fazer com que o Brasil, realmente, continue sendo não só uma potência na produção de alimentos, mas também na segurança do aplicador.

Muito bem.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Roberto de Sant'Anna Júnior, Consultor Jurídico do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal.

E agora eu convido o Túlio de Oliveira, que é Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos.

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Eu gostei muito das apresentações, da parte que o pessoal do Governo fez. Só senti falta aqui, talvez, de alguém da Embrapa, aliás, alguns palestrantes faltaram, para mostrar para vocês que sanidade vegetal é um termo muito amplo, em que nós podemos ter desde medidas culturais que favoreçam essa sanidade... Por exemplo, se você tem um terreno encharcado, você tem que fazer uma drenagem. Por quê? Para tirar simplesmente a água? Não, para tirar aquele ambiente propício ao desenvolvimento de bactérias e fungos que podem depois estar nos nossos alimentos. Além de medidas culturais, que são as mais diversas possíveis, nós temos a seleção genética. Existem muitíssimas plantas e variedades oferecidas ao produtor brasileiro, seja grande, seja pequeno, para que ele utilize essas plantas que, por si sós, sejam resistentes a diversas pragas. E temos também, mais modernamente, a transgenia, que vai além da seleção; ela modifica o DNA de cada planta, para torná-la também mais resistente a uma praga ou outra.

O sistema mais empregado pela ciência de hoje, no mundo inteiro, são os defensivos agrícolas, chamados, no Brasil, de agrotóxicos. Como eu sou do setor privado e represento a Associação dos Defensivos Agrícolas Genéricos, eu vou focar minha palestra apenas nesse tipo de defesa fitossanitária, que é o uso dos produtos químicos ou biológicos para controle das pragas.

O maior problema hoje desse sistema de registro de produtos fitossanitários é o tamanho da fila. Em outubro de 2015, a Anvisa acabou de publicar uma série de listagens, em que ela define que produtos equivalentes... Equivalentes são aqueles produtos já genéricos que são registrados por um processo chamado de equivalência química.

São 1.875 processos de registro que estão na fila da Anvisa para serem trabalhados. Produtos novos, inovações e outros são 806 processos de registro. O total hoje é de 2.681 processos. Considerando que o registro concedido, em 2004, foi 173... O Roberto mostrou aqui um pouco menos, mas, para diminuir a conta, eu somei os produtos emergenciais que também o MAPA liberou no ano passado. Então, no total de 2014, foram 173.

Próximo.

Então, é matemático. O tempo previsto para registrar o último pleito na fila... Na lei, está estabelecido que seriam 120 dias. Por que 120 dias? Porque a lei é de 1989. Em 1989, nós tínhamos uma série de pedidos de registro, como não é hoje. Eram menos. Então, o Governo realmente dava conta, em 120 dias, de registrar aqueles pedidos, mas, na prática, vejam como está hoje: 2.681 processos divididos pelo ritmo de 2014, que foram 173, são 15,5 anos para aquele último pleito que está na fila ser registrado. Essa é uma realidade absoluta definida pela própria Anvisa.

Então, tem muita gente que desiste no meio do caminho, produtos que, aos sete anos de espera de fila, já não vão ter mais lugar no mercado. Então, precisamos fazer alguma coisa com isso. Eu não sei bem o quê, mas, no final, eu posso dar alguma sugestão.

Qual a causa disso? Se, em 1989, não havia essa fila toda, o que causou essa "explosão", entre aspas, demográfica dos registros? A adoção da equivalência do registro de produtos genéricos, em 2002, adequou-se a normas internacionais para que você não fizesse todos aqueles testes necessários que se faz com a molécula nova, que não fosse preciso fazer com a molécula já conhecida para ela entrar no mercado, para competir com aquela molécula nova.

Então, houve um processo muito inteligente, criado na América do Norte e depois no resto do mundo: equivalência química. Você comprova, por um único laudo químico, que aquele produto que você quer registrar é igual, é semelhante, é similar à molécula do inventor, digamos assim. Uma vez provado que é realmen-

te similar, todos os efeitos biológicos serão similares também. Então, você não precisa fazer mais testes. É só aquele laudo químico. Aliás, eu não sei por que demora tanto comparar um laudo químico com outro, mas essa é outra coisa.

Avanço dos produtos indianos e chineses. Houve, na década de 90, um espetacular avanço da indústria química indiana e chinesa, que copiava essas moléculas novas somente, praticamente, dos Estados Unidos, da Europa, de alguns países europeus e do Japão. Os indianos e os chineses passaram a copiar isso e a levar para o resto do mundo. Isso fez crescer demasiadamente a fila no Brasil, que é uma das maiores agricultura do mundo e, por isso mesmo, precisa de mais produtos como esse.

Obviamente, a falta de estrutura dos órgãos avaliadores não foi analisada, não foi consertada, digamos assim.

Dentro dessa fila, a maior parte é de produtos genéricos. Depois eu mostro o número, que vai deixar vocês bem a par disso. Os genéricos multiplicam o número de produtos no mercado, trazendo maior concorrência, preços menores naquela disputa entre os fabricantes por espaço no mercado, gerando menor custo, maior renda, maior competitividade para o agricultor e assegurando maior emprego, menor inflação, alimentos mais baratos para o país como um todo.

Agora vejam a oferta dos produtos. Eu dividi aqui em produtos genéricos e especialidade. Genéricos são aqueles que têm vários fabricantes ofertando e especialidades aqueles que têm um fabricante apenas ofertando. Vejam que na quantidade entre genérico e especialidade há uma diferença: o genérico vende quase seis vezes mais aqui no Brasil, em 2014, do que as especialidades.

(Soa a campainha.)

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – No entanto, o valor de faturamento é menor do que o das especialidades. Aí você vê a força da baixa de preços com que os genéricos regam esse mercado.

O segundo eslaide, sobre oferta, é esse do número de ofertantes. No Brasil, de um só ofertante, nós temos 349 princípios ativos ou ingredientes ativos. Sessenta e oito produtos são especialidades. Dois ofertantes, 64, que são 13%; três ou mais ofertantes, que seria o legítimo genérico, 19%. Nós temos muito a perseguir ainda em favor desses genéricos.

Isso já existe, portanto, o decreto da equivalência, desde de 2002. Em 2005, veio o primeiro registro de produto equivalente. Daí para frente é que houve essa explosão de processos. Então, nós temos 10 anos de explosão e em ritmo crescente.

Neste ano, os três órgãos resolveram, então, achar uma solução. Em vez de contratar mais gente, porque o Brasil está sem dinheiro, eles resolveram dar prioridades. Bom, vamos pegar os produtos biológicos, que normalmente são de baixa periculosidade, vamos pegar as piores pragas, as que dão maiores prejuízos no Brasil, e vamos relacionar esses processos. Pode estar no fim da fila, mas ele vem para o começo e vai ser prioritário. À primeira vista, é sensacional. Agora, botei essa expressão aí, sem querer fazer ironia: "é para aplaudir ou chorar", porque as principais pragas, só para ficarem referenciadas, são essas aí, os produtos escolhidos foram esses aí, que já têm pleito, já foram pedidos. Agora, olhem a injustiça da prioridade: um pleito de registro custa, na Anvisa, R$4.561,00; no Ibama, para produto técnico, R$60 mil; para produto formulado, R$31 mil. Aliás, na Anvisa, eu deveria ter colocado: produto técnico, R$4.500,00; e produto formulado, também R$4.500,00. E no Ibama ainda há a manutenção atual daquela avaliação que eles fazem. Anualmente, venda ou não venda, você tem que pagar de R$8 mil a R$20 mil reais, dependendo da classificação do produto.

O Governo sai com esta solução: fazer com que os produtos prioritários furem a fila, mas não olhou que há uma inconstitucionalidade nisso. Como pode furar fila se a gente paga por um serviço que tem que ser realizado em 120 dias, e não é realizado? E agora ainda vão furar a fila? É por isso que eu digo: é para rir ou é para chorar.

Não somos contra essas prioridades, mas elas devem vir em um contexto maior, em que os mecanismos sejam estabelecidos para redução desse prazo, que é impossível de aceitar.

Por que não, em vez de priorizar, pegar especialistas da Embrapa, dos Estados, fazer um arrastão e diminuir a números razoáveis essa fila? Aliás, fila parece ser um traço brasileiro, porque há fila para tudo quanto é coisa deste País. Ninguém dá mais nem bola. Mas o prejuízo que isso vem causando, pelo menos aqui na agricultura, é enorme.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passamos agora para a fase das indagações, com preferência ao autor do requerimento, Senador Dário Berger. Em segundo, ao Senador Blairo Maggi e, depois, aos demais Senadores.

Com a palavra, o Senador Dário Berger.

Peço, por favor, à Secretaria, que acenda as luzes e desligue o painel para acompanhamento da audiência.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, eu quero, inicialmente, cumprimentar a nossa Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senadora Ana Amélia. Quero cumprimentar os colegas Senadores que prestigiam esta audiência pública. E quero também cumprimentar os nossos convidados e agradecer pela presença, desejar que sejam todos bem-vindos e que a gente possa aqui fazer um grande debate acerca desse tema, que eu acho extremamente relevante para o País, razão pela qual esta Comissão optou por ele para que, ao final, nós fizéssemos um relatório que, inclusive, possa possibilitar a formação, a formatação de um projeto de lei da própria Comissão que vise, fundamentalmente, a dar mais eficiência, resumindo a questão, mais amparo e mais consistência a essas questões relacionadas ao agronegócio propriamente dito e à segurança ambiental.

Não há dúvida nenhuma, Srª Presidente, de que o agronegócio é o vetor principal da economia brasileira e aquele que está dando sustentação no momento de crise que efetivamente nós estamos vivendo. Enquanto outros segmentos, outros vetores da economia brasileira, da economia nacional vão ter um crescimento negativo, vão ter um PIB negativo – e me parece que aumenta a cada mês a perspectiva do aumento do crescimento negativo –, o agronegócio ainda se apresenta com uma possibilidade de crescimento positivo.

As informações que tive ontem dão conta de que o agronegócio poderá crescer mais de 3%, poderá chegar a quase 4%, o que efetivamente pode trazer um equilíbrio importante à balança comercial do País. Isso representa mais de 30%, 35% do PIB e 33% dos empregos gerados no País. A balança comercial já está com superávit de aproximadamente R$80 bilhões.

Portanto, a cada dia que eu discuto sobre esse tema, mais eu me apaixono por ele, porque eu sou defensor de uma gestão de resultados e acho que nós não devemos poupar esforços nem reduzir recursos em áreas que estão dando certo.

Invariavelmente, no Brasil, Senador Moka, aquilo que está dando certo nós deixamos rolando, não damos a atenção devida para que aquilo possa continuar dando cada vez mais certo, produzindo mais, destravando questões que são básicas e elementares para que a atividade possa ser desenvolvida de maneira plena e objetiva.

Feita esta preliminar, e mais uma vez agradecendo a presença de todas as senhoras e todos os senhores, eu repito que se trata de mais uma audiência pública convocada para avaliar a política de defesa agropecuária no País.

O meu Estado, o Estado de Santa Catarina, se ressente, vamos dizer assim, de uma política de avaliação permanente, para que possamos manter aquele patrimônio que foi construído com muito esforço, com qualidade, com segurança ambiental, para que nós possamos continuar produzindo e, inclusive, exportando com a qualidade devida e com a segurança necessária da ampliação dos nossos negócios.

Mas essa avaliação decorre da competência fiscalizadora aqui do Congresso Nacional, instituída pelo inciso X do art. 49 da Constituição Federal, e assim por diante. E coube a minha pessoa o privilégio de ser distinguido pelas mais destacadas autoridades do Parlamento do Senado, tais como o Senador Blairo Maggi, o Senador Moka, o Senador José Medeiros, o Senador Donizeti Nogueira, para que eu exercesse esta difícil porém honrosa missão de, ao final, elaborar um relatório e um parecer, que eu espero que estejam à altura da nossa Comissão.

Na audiência anterior, nós analisamos também vários panoramas de defesa agropecuária, diagnósticos e perspectivas da estrutura federal e da defesa agropecuária propriamente dita, como também questões orçamentárias, e buscamos achados em auditorias e recomendações de órgãos de controle que são muito importantes e que vão balizar substancialmente, parece-me, preliminarmente, o nosso relatório.

Para imprimir celeridade às discussões relativas a essa avaliação de defesa agropecuária, a presente audiência concentrou-se agora nesses outros temas que foram muito bem relatados e que obedeceram a critério bem rígido estabelecido pela nossa Presidência, que tem um método também bastante eficaz de produtividade. Por isso, também, aqui vai a minha admiração e o meu respeito à nossa Presidente.

Muito bem, as indagações são tantas que vou pedir aos companheiros Senadores que possam me ajudar a fazer os questionamentos necessários. Mas, preliminarmente, eu queria fazer algumas indagações.

No que diz respeito à integração propriamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, só para facilitar, o senhor indique quem o senhor quer que responda a V. Exª. Eu penso que seja mais prático para os expositores, dentro das questões que o senhor vai levantar.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu vou tentar, Presidente, porque acho que há algumas perguntas a que talvez mais de um expositor possa responder. Então, quero fazer esta solicitação.

De acordo com a preliminar que eu vou levantar, quem sabe os colegas, companheiros possam ficar atentos e, em vez de eu dirigir impositivamente uma pergunta a qualquer um dos expositores, que aqueles que tiverem relação com o tema possam também, objetivamente, como exige a nossa Presidente, se manifestar a respeito do tema, se a senhora, evidentemente, permitir, minha Presidente.

Muito obrigado, então.

Bem, mas eu falava, quanto à questão da integração dos entes federados, da repartição das competências, porque me parece que, no Brasil, um faz uma coisa, outro faz outra coisa, outro faz outra, e, no final, as coisas não chegam aos resultados a que efetivamente gostaríamos que chegassem, em função da desintegração, de ser um País continental, com essas dimensões, etc. e tal, que todos os amigos aqui conhecem bem.

Diante disso, a minha pergunta é simples: as ações de defesa agropecuária no Brasil refletem de modo adequado o sistema cooperativo previsto na Constituição Federal? Eu não sei quem dos senhores poderia responder com mais propriedade essa questão. E quais são as principais demandas dos Estados e dos Municípios em relação à União na articulação das ações das relações da defesa agropecuária?

Srª Presidente, a senhora pode me ajudar a dirigir, por gentileza, as perguntas. Então, queria que vocês anotassem. Queria fazer mais uma pergunta e mais algumas. Talvez eu até vá me estender um pouquinho, mas, como sou Relator, hoje a senhora me permita exagerar um pouquinho a mais no tempo, e vou procurar ser o mais objetivo possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só lembraria que os colegas também querem ajudá-lo nesse processo, Senador Dário Berger.

E antes, apenas para lembrar, o Dr. Túlio disse que seria importante que a Embrapa estivesse aqui. Por uma questão de esclarecimento, preciso informar que o Ministério da Pesca, que foi fundido com o Ministério da Agricultura, foi convidado, e o Ministério da Agricultura argumentou que não haveria condições, em função de a estruturação não estar pronta. Então, houve uma explicação.

Da Embrapa, foi convidado o presidente, por esta Presidência, e, no dia 20, aliás, no dia 13 de outubro, o Chefe de Gabinete da Presidência, Sr. Gerson Soares Alves Barreto, mandou uma comunicação, dizendo que o Sr. Abi Soares dos Anjos Marques estaria aqui representando o presidente. E no dia 20, esta semana, o mesmo Chefe de Gabinete do Presidente da Embrapa, Gerson Soares Alves Barreto, declinou do convite para a presença da Embrapa. Então, eu preciso dar esse esclarecimento.

Da mesma forma, encaminhamos um convite para que a Contag estivesse presente, através do seu representante, e foi informado pela Srª Milza, Secretária da Diretoria, que também a Contag declinaria do convite.

Confirmaram presença o Sr. Ricardo Pinto, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal (Sindan), que confirmou, mas não compareceu. Da mesma forma, o Sr. Geraldo Mafra, Assessor para Relações Institucionais da Associação Nacional de Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav), também confirmou e não compareceu. Então, foram duas confirmações e não comparecimentos. Tomo isso como uma deselegância, um descuido e uma desatenção, porque temos hoje vários meios de comunicação para informar que não estarão presentes. Agora, o que não deve... Manda a regra da boa relação e da boa civilidade que as pessoas comuniquem, afinal esta é uma Comissão do Senado Federal e é uma instituição que tem que ser considerada. Aos que declinaram do convite, é um direito que assiste a eles, mas lamento que a Embrapa, que é uma instituição que nós respeitamos muito, não se tenha feito presente e a Contag também. De qualquer maneira, seus motivos não podemos também discuti-los, porque é um direito deles. Mas essas duas instituições foram convidadas, aceitaram e não compareceram.

Então é apenas para esclarecer a questão levantada pelo Sr. Túlio de Oliveira.

Desculpa, Senador Dário Berger, mas o senhor pode continuar com as suas indagações.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito bem esclarecido por V. Exª.

Também é de conhecimento de todos que a situação das finanças do Brasil é bastante preocupante, tanto na esfera federal, quanto nas esferas estaduais e municipais. Aliás, nós estamos percebendo aí uma insolvência quase que generalizada dos Estados brasileiros e dos Municípios, o que, aproveito a oportunidade, para expressar também a minha mais ampla e legítima preocupação com o futuro desses entes federados.

Pois, muito bem, sem prejuízo dessa crítica e dos equívocos que geraram ou que geram essa situação, acredito ser dever de todos os envolvidos com políticas públicas propor medidas que busquem a eficiência do setor público no cumprimento de sua missão. Ou seja, fazer mais com menos. E é nesse sentido, inclusive, que se alicerça um dos pontos do Plano de Defesa Agropecuária, lançado pelo MAPA no primeiro semestre do corrente ano.

Esse ponto consiste justamente na modernização, na desburocratização dos processos relativos às atividades de defesa agropecuária. Nesse contexto, gostaria de perguntar também aos nossos palestrantes:

a) quais medidas concretas podem ser vislumbradas para o ganho de eficiências nas ações da defesa agropecuária do Brasil? Tema relevantíssimo.

b) existem espaços ainda para a racionalização dos serviços de inspeção permanente em frigoríficos e que não impliquem na terceirização da fiscalização como utilização de técnicas de amostragem? Qual seriam, vamos dizer assim, as alternativas que nós teríamos para que pudéssemos encaminhar e resolver essa questão?

c) com relação aos registros agroquímicos, como é conhecida, há morosidade dos processos de análise e registro para a liberação de novos defensivos agrícolas?

A situação é tão mais delicada para aquelas culturas cujas pequenas escalas não atraem tanto interesse da indústria. No Brasil, houve recente avanço com relação às culturas com suporte fitossanitário insuficiente.

Um ano após a publicação da Instrução Normativa nº 1, de 16 de julho de 2014, a Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, do Ibama e da Anvisa, o Ministério da Agricultura informou que mais de 350 culturas já foram incluídas na bula de produtos inseticidas, herbicidas, fungicidas, acaricidas e bactericidas, resultando em mais de 700 indicações de alvos biológicos a serem controlados pelos defensivos.

Eu gostaria que o representante da Secretaria de Defesa Agropecuária comentasse sobre os efeitos dessas medidas. E, no setor produtivo, gostaria de saber também, se essa experiência pode, em alguma medida, trazer benefício ao processo de análise e registro dos agroquímicos convencionais?

Bem, eu tenho mais algumas perguntas aqui, mas é evidente que, atendendo à solicitação de V. Exª, Srª Presidente, eu vou deixar a palavra, em seguida, para os nossos debatedores e os nossos eminentes Senadores, sempre assíduos aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que, ao final, se eu sentir necessidade de voltar a abordar algum tipo de tema, vou pedir, já, antecipadamente, a palavra para V. Exª.

E, para concluir, fundamentalmente, quais são as maiores dificuldades, os maiores entraves, as maiores barreiras porque, de certa forma, já fiz essa pergunta, para que a gente possa, efetivamente, atingir esses objetivos que nós temos pela frente?

Eram essas as minhas indagações preliminares, Srª Presidente.

Então, devolvo a palavra para V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dário Berger, muito obrigada.

Todos os Senadores, quando não estiverem satisfeitos com as respostas aqui nas audiências públicas, terão sempre o espaço para fazerem a réplica ou a tréplica, se for o caso. E V. Exª, como autor do requerimento, mais direitos terá.

Seguindo a ordem das inscrições, temos: o Senador Blairo Maggi, o Senador Waldemir Moka, o Senador Donizeti Nogueira e o Senador José Medeiros.

Então, para a economicidade também de tempo, todos fazem as perguntas e depois teremos as respostas.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, nossa Presidente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Também cumprimento todos os nossos convidados aqui presentes.

E eu quero fazer um questionamento – o Senador Dário Berger já aprofundou bastante o assunto – numa linha que não foi abordada aqui. Refiro-me à questão do banimento de moléculas ou de produtos que estão no mercado. Esse processo tem sido acelerado nos últimos anos. Produtos que eram muito bons para a agricultura e relativamente baratos no seu uso, como o endosulfan, lá atrás foi banido, e agora, na lista, há informações de que nós temos no mínimo dois produtos muito utilizados, largamente utilizados na agricultura, que é o princípio ativo paraquat e depois também o glifosato, produtos que, para a agricultura de Cerrado, por exemplo, e a técnica de plantio direto, são fundamentais. Hoje, não temos substituto à altura para fazer agricultura de baixo carbono como fizemos no plantio direto, e que proporciona uma série de vantagens ao meio ambiente, como evitar a erosão, tanto a erosão de escorrimento de águas pluviais, quando chove, e também de ventos. Isso porque uma das principais razões ou um dos piores problemas que nós temos no Centro-Oeste brasileiro, quando nós não utilizamos o plantio direto na palha, é a erosão eólica. É impressionante como ocorrem os redemoinhos no mês de agosto e setembro, encobrem os chapadões do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e de Tocantins também e você não enxerga nada, porque são milhares de toneladas de solo que são levantados pelos redemoinhos. E, depois que nós começamos a utilizar o plantio direto, isso parou.

Este ano eu vi numa fazenda lá em Mato Grosso, que ela estava sendo transformada, da agricultura de soja para o algodão, e aí tem-se que fazer algumas atividades ainda tradicionais, gradagem profunda, gradagem de nivelador, e aí o solo fica muito poroso. E eu até me assustei, porque fazia muitos anos que eu não via tal evento, aquela poeira em suspensão. Cheguei a me assustar em ver como fazíamos agricultura no passado.

A agricultura moderna, que temos hoje de plantio direto, é baseada principalmente na base do paraquat e do glifosato. E aí pergunto a Anvisa – por isso faço esse questionamento aos dois que são ligados a essa área e à Drª Edilene – se vocês estão a par disso, se estão acompanhando. E também se a velocidade do banimento é a mesma que nós temos em relação à velocidade da introdução de outros produtos. Foi aqui mostrada pelo Túlio uma lista de quinze anos e meio para entrar na fila agora. Como essas consultas públicas estão sendo iniciadas agora, eu quero saber se nos vamos demorar 15 anos para retirar esses produtos. Se forem 15 anos, vai dar tempo de buscar alguma outra coisa, mas não é o caso que me parece neste momento.

Outra coisa: cada vez que você tira um produto desses, vêm as desconfianças do produtor – e aqui quero falar mais como o produtor –, um produto barato do mercado, eficiente e barato, com a alegação de que ele faz mal para saúde, porque ele tem possibilidades de gerar câncer – e a nossa legislação prevê que, em que qualquer possibilidade dessas, nós não podemos utilizar esses produtos –, mas muitos estudos, pelo menos que os que a gente lê, foram feitos, por exemplo, em Cingapura, ou em outro local, em que o uso é muito pequeno, diferentemente do que fizemos aqui no Brasil.

E já foi dito aqui também que se quisermos fazer agricultura no nosso clima tropical, não tem jeito de abrir mão dos agroquímicos. Eu gostaria muito, como produtor, de produzir e não gastar um centavo com isso, não me incomodar com isso, não me incomodar com ZPIs para cuidar dos operadores.

De acordo com todas as regras que temos que seguir, é tudo muito caro, muito perigoso. Não estou alegando que não é perigoso. É perigoso, mas nós temos que fazer uma opção: ou vamos produzir, do jeito que fizemos, usando esses produtos, ou deixamos de produzir, e as consequências de não produzir serão muito maiores, eu creio.

A biotecnologia que chega, e que é uma realidade para nós, também não é algo definitivo. Cada vez que introduzimos um elemento novo nessa cadeia, um produto transgênico que controla a lagarta A, B ou C, nós desequilibramos o outro lado. Como agricultores, estamos sofrendo muito com isso. Cada vez em que se tenta arrumar uma coisa estraga-se quatro ou cinco.

Por exemplo, foi mostrada aqui a foto da ferrugem da soja asiática. A introdução dessa praga no Brasil tem outras consequências além do custo direto do combate, que pode reduzir 80% da soja. E reduz mesmo. Se você não aplicar, não colhe. Não colhe. É a prática. Mas, para combater isso, as doses de fungicida são maciças. E aí nós atacamos outros fungos que controlam naturalmente outras pragas, como a mosca branca, que é um inseto bem pequenininho que tem se tornado uma das principais pragas da soja ultimamente, porque, com a aplicação maciça desses produtos, eliminamos o inimigo natural da mosca branca, e aplicaremos outros inseticidas em cima. Hoje, a soja germina e, com quatro, cinco dias, já temos que entrar com inseticida em cima.

Portanto, a situação da agricultura é muito difícil. É muito difícil. Além do gerenciamento disso, os custos têm vazado das mãos dos produtores. E não pensem que é só de quem planta soja, algodão ou milho, mas de quem planta alface, beterraba, rabanete, milho verde, melancia. É assim que está o negócio. A Anvisa e outros órgãos têm que fiscalizar, não estou dizendo que não têm que fiscalizar, mas qualquer mexida nesse tabuleiro sem uma análise geral do processo pode ser muito danoso para o setor agrícola e para o Brasil.

O meu questionamento é nesse sentido, e gostaria de ouvi-los no momento em que cada um for se manifestar.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Blairo Maggi.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Dário Berger.

Eu devo ter participado no mínimo umas vinte vezes desta discussão. E sempre há os filósofos que dizem que o Brasil é o campeão no uso de agroquímicos – agrotóxicos, como eles gostam de dizer. Mas não se pode comparar. Há lugares em que ocorrem três safras e há lugares em que ocorre apenas uma safra e depois vem o período de gelo. Portanto, são comparações, Senadora, que para mim não fazem sentido. E junto disso sempre vem o viés ideológico, que diz que é campeão do agrotóxico e do trabalho escravo. Baseado em quê? Se existe uma denúncia, que se formalize a denúncia.

Como esta reunião é televisionada, quero deixar claro que não sou agricultor nem pecuarista. Eu não sou produtor rural. Sou médico e professor, e um dos que mais brigaram pela introdução dos genéricos, para tirar o domínio das multinacionais e baratear o custo.

Agora, pretender que o plantio de soja seja feito com produtos orgânicos, na escala em que se produz, penso que é opinião de quem não conhece a realidade. E nós fomos convocados para, em 2050, aumentar em 40% a nossa produção.

Objetivamente, em primeiro lugar, não há recursos na vigilância sanitária. Não há. Temos que brigar todos os anos para alocar recursos. Ora, um país que exporta, só de carne, qualquer coisa em torno de 8 a 10 bilhões – corrija-me, Senador Blairo, se eu estiver errado –, e nós não conseguimos colocar R$300 milhões. Não se consegue colocar R$300 milhões para o Governo Federal, que é quem tem a responsabilidade, fazer em parceria, em convênio com os Estados, para que a gente tenha essa vigilância sanitária, a gente tem que ficar brigando aqui, colocando emenda para ver se aumenta o valor do recurso. Logo em seguida que sai – graças a Deus, este ano, a Senadora Kátia Abreu conseguiu evitar o contingenciamento –, era a coisa mais comum,

e contingenciava-se o quê? Recursos da vigilância sanitária. Isso é uma coisa preventiva. Depois que entrou, como foi no Mato Grosso do Sul a febre aftosa... E ali, nós sabemos de onde vem a febre aftosa, até porque, a meu juízo, é endêmico. Eu não quero polemizar, "ah, o Moka está falando...", mas não é do Mato Grosso do Sul aquilo, é gado contrabandeado.

Então, essas coisas, para a gente que tem algum tempo... Aí você fica ouvindo as mesmas coisas, as mesmas coisas. E sabemos de antemão: vamos colocar recurso na vigilância sanitária, vamos colocar o pessoal para fazer isso em parceria com os Estados e com os Municípios e dotar o Município e o Estado desses recursos, e fazer a vigilância sanitária. Agora, essa novela da Anvisa e de fila, isso daí é uma coisa engraçada, porque... Eu já ouvi, eu já perguntei aqui se existe alguma coisa, se é preciso entrar lá, se tem que fazer alguma devassa, alguma coisa para ver se melhora isso daí, mas não é o caso. Parece-me que são as regras mesmo, é a preocupação. De tanto que se fala... E o pior é que o brasileiro fala e repercute lá fora que nós, os nossos produtos... Recentemente, por causa desse negócio de terra de índio, saiu uma publicação dizendo que a carne, o grão, o açúcar do Mato Grosso do Sul tem sangue de índio. Abertamente. Quer dizer, corre atrás de ver quem publicou aquilo? Está ali. Prejudica a quem isso? Prejudica o brasileiro, o pequeno agricultor. Esse pequeno agricultor que exporta, ou ele é de cooperativa, ou ele é integrado de grandes cooperativas, como a Aurora.

Então, eu não tenho pergunta, eu tenho comentários, porque a mim soam, Srª Presidente, como uma coisa que parece aquilo de ter que falar disso aqui porque é... E não vejo...

(Interrupção do som.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O produtor rural é contra o trabalho escravo e, como diz o Blairo, se ele pudesse evitar o custo desses produtos, ele evitaria. Não fiquem pensando que o produtor coloca agroquímico por maldade: "Vou colocar mais aqui porque eu quero envenenar a planta". Não tem sentido esse negócio, gente! Pelo amor de Deus! Esse é o tipo do produto que custa muito caro! Se o cara pudesse diminuir, ele diminuiria. Por que ele não diminui, por que ele não deixa de usar? Porque aí, na hora de colher, ele não colhe. É só essa a explicação. Agora, temos alternativas para isso? Então, eu nunca vejo ninguém colocar alternativas. Eu vejo a crítica, mas lamentavelmente, não vejo alternativas.

Eu gostaria, talvez, que o Brasil, com o potencial que tem... Mas aí nós não teríamos três produções ao ano se também tivéssemos o chamado clima de gelo para evitar o uso do chamado agroquímico, que as pessoas insistem em chamar em agrotóxico que é para caracterizar que aquele produto... É mesmo o que diz o Blairo. Agora, você tem que fazer uma opção: ou produzir e usar agroquímico... E eu torço para que o genérico, cada vez mais, ascenda neste País e que a gente possa diminuir os custos desse produto.

Eu não tenho pergunta. É só um comentário, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu penso que nós temos avançado muito aqui nesta discussão, como também na da assistência técnica e extensão rural. E penso que é preciso construir um sistema em que não tenhamos descontinuação de recursos, porque tanto a assistência técnica, quanto a defesa sanitária são estratégicas. Se nós não tivermos uma boa defesa sanitária, nós não vamos exportar; por outro lado, estaremos correndo o risco de adoecer a nossa população. Então, temos que pensar um caminho de construir os fundos de forma a que nós tenhamos dinheiro de maneira continuada, sem a dependência exclusiva do orçamento, que às vezes é contingenciado.

E aí, em se tratando do setor em que nós estamos, é possível fazer isso, já que nós geramos uma parte muito significativa do PIB; o que nós precisamos é que recursos sejam destinados para essas áreas, que considero fundamentais.

Eu tenho visto que o sistema que está aí da Anvisa e dos demais que participam nesse processo para liberação de produtos é um sistema que precisa ser mudado. Nós temos que encontrar um caminho para mudar isso, e eu não tenho resposta para isso, até porque não compreendo bem todo esse tema. Mas eu acho que, desde o produtor, do industrial, do pesquisador até os órgãos de regulação e fiscalização, é preciso ter uma mesa só para debater a saída para isso. Acho isso fundamental. Não é depender desta caixinha que vai tratar aqui, para depois mudar para essa outra sala, num outro prédio, num outro lugar, para poder ter uma resposta de que isso vai demandar muito tempo. Então, eu penso que nós precisamos encontrar a saída de juntar tudo isso.

No Brasil, nós chamamos de agrotóxico; acho que o mundo inteiro chama de defensivo. Trata-se da defesa da agricultura, da defesa da pecuária, porque nós temos de combater as doenças, as pragas, etc. Então, é certo que parte do mundo não quer os produtos que tenham esse componente; quer pagar mais caro, mas quer

um produto que não tenha esse componente. E aí nós precisamos investir nas pesquisas, para produzirmos de forma orgânica, com o intuito inclusive de conquistar esse mercado. Agora, com o mundo passando fome...

E aqui nós também vivemos uma contradição. Nós não podemos usar transgênicos, que consomem menos herbicidas, menos agrotóxicos, porque isso é problema; se não usamos transgênicos, acabamos tendo mais custos e usando mais os defensivos agrícolas. Então, estamos numa encruzilhada no País por duas coisas: uma é que nós precisamos investir mais em pesquisa e precisamos agilizar o processo de liberação de produtos. Eu também não tenho resposta para isso. Eu acho que é importante o setor estar antenado para isso, para ajudar a dar a resposta.

Outra questão que eu queria colocar é que o Brasil está, a cada dia, constituindo-se como grande exportador, e, cada vez mais, o mercado internacional – está aí o Senador Blairo, que sabe disso mais do que eu – é mais exigente na qualidade dos produtos e na segurança sanitária deles. Assim, nós não temos saída a não ser apostar violentamente, investir pesadamente nesse setor, para garantir isso.

Termino, dizendo que, certamente, nós seremos capazes de encontrar, ao longo dos próximos 10 anos, 15 anos – pesquisa não é um negócio que gere resultados num passe de mágica –, uma saída mais sadia e mais equilibrada para continuarmos produzindo e ajudando a exportar não só alimentos, mas também exportar saúde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Passo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª Presidente, Srs. Convidados, todos os presentes, Senadores, aqueles que nos assistem pela TV.

Srª Presidente, pela celeridade, vou ler as perguntas, para que possamos encaminhar da melhor forma possível.

Em 6 de maio de 2015, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e também Senadora Kátia Abreu, apresentou um Plano de Defesa Agropecuária 2015/2020, que define estratégias e ações para evitar e combater pragas nas lavouras e doenças nos rebanhos brasileiros.

Eu gostaria que os convidados, nesta audiência, descrevessem como esse plano reforça a segurança alimentar no País e quais seriam os impactos ambientais positivos de sua implantação? Qual o cronograma de implantação e quais os benefícios já perceptíveis do plano? Há recursos para levar adiante as propostas formuladas? Como se encontra a coordenação do plano? Quais são as limitações e desafios para a completa implementação?

Outra questão. Eu gostaria que os representantes também apresentassem sua visão acerca de qual deve ser a estratégia apropriada para a implantação de uma defesa agropecuária efetiva que garanta a segurança alimentar e ambiental, ou seja, produzir alimentos saudáveis que não possam ser contestados quanto à sua qualidade, e que, de outra parte, sejam isentos de qualquer tipo de resíduos maléficos à saúde da população, mas ao mesmo tempo garantindo a sobrevivência do setor, baixando o custo. Acho que é meio o ovo de Colombo esse desafio que estou lançando para vocês.

Outra questão. Como dito, há uma crença de que a nova estratégia de defesa será um eixo estruturante para a política agrícola dos próximos anos. Nesse sentido, eu gostaria de ouvir dos nossos convidados acerca das propostas anunciadas no plano, o grau de implantação, sua efetividade e, principalmente, quanto à segurança alimentar e ambiental relacionada aos seguintes eixos do alicerce do programa: primeiro, a modernização e desburocratização da defesa agropecuária. Eu queria saber se há propostas concretas de mudança do modelo nesse setor, e que o que está faltando para avançarmos nesse ponto.

Outro item. O novo marco regulatório para a defesa agropecuária, quais seriam as medidas indispensáveis para a construção de uma legislação moderna, eficiente e sustentável? E como o Congresso Nacional, principalmente o Senado, poderia ajudar nesse sentido?

Por fim, Srª Presidente, era uma pergunta para o representante da Embrapa, mas não está aqui, também envolveria a Contagri, mas vou lançar para a Mesa: qual poderia ser o modelo adequado de vigilância sanitária para aprimorar a produção da agricultura familiar? Há necessidade de algum tratamento específico benéfico, mas que garanta segurança alimentar? E como a vigilância pode se constituir num instrumento de inserção dos produtos da agricultura familiar? Se há a necessidade da criação de algum tipo de certificação, fiscalização própria.

E a última, igualmente eu gostaria de saber dos nossos convidados quais poderiam ser os desafios e as barreiras para a vigilância sanitária, para a promoção de inserção mercadológica da produção da agricultura familiar? Como o setor privado poderia contribuir nesta importante tarefa de facilitar a produção desse estratégico segmento produtivo brasileiro?

Cito aqui a agricultura familiar, Senadora Ana Amélia, porque esta Comissão tem-se debruçado sobre esse tema. Esse importante segmento contribui muito para a produção de alimentos. Às vezes, fazemos a discussão do grande, mas também temos que ver esse setor. Parece que o grande, como o Senador Moka colocou aqui, é até pernicioso para a vida do País, mas eu creio que tenhamos que ter aquele olhar para o todo. O agronegócio, em si, é do pequeno ao grande. Por isso, coloquei também nessa discussão a agricultura familiar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada,Senador José Medeiros.

Vou passar a palavra, inicialmente, à Edilene, depois ao Ronaldo, porque muitas perguntas feitas aqui... A moda do chapéu pegou...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, permita-me um segundinho?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Terei ir ao gabinete, tenho uma audiência, mas vou assistir às respostas dos meus questionamentos de lá do meu gabinete.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Certo. Muito obrigada.

Então, a Edilene e o Ronaldo responderão, porque grande parte das perguntas sobre a questão de como compatibilizar o compartilhamento aos Municípios, aos Estados, e a política, como foi indagada aqui pelos Senadores, todos eles falaram sobre a implementação dessa política lançada pela Ministra Kátia Abreu. Para responder sobre a agricultura familiar, quero designar o Ronaldo. O Túlio e o Roberto têm uma pergunta específica sobre os registros, e para os dois eu tenho uma pergunta.

Nós discutimos aqui na Comissão uma questão quanto ao fato de que as empresas, talvez pela demora no registro dessas moléculas, façam reserva de mercado. Elas pedem um registro, conseguem o registro e deixam guardado. Quero saber se hoje, na hora em que há um registro, se ele entrar imediatamente em produção esse defensivo agrícola ou se o registro ficar lá, apenas para que não haja um concorrente para disputar esse mercado. Essa, eu acho, é uma questão que deve ser colocada.

Eu queria também perguntar ao agrônomo João Nish de Souza quanto àquilo que o Senador Waldemir Moka questionou sobre se é possível identificar as regiões do Brasil e a atividade econômica do Brasil em que há registro de trabalho escravo. Quais as condições? Por que isso acontece? Qual é o grau de fiscalização? Também da outra forma, como engenheiro agrônomo, qual é a solução que daria como um especialista na área de pesquisa e agronomia, para que o produto tivesse qualidade sem uso excessivo daquilo que ele chama de agrotóxico?

Queria também provocar o Ministério da Agricultura e o Sr. João Nish de Souza: nós nos preocupamos – e devemos nos preocupar – com a qualidade, a segurança alimentar do que nós produzimos. O mercado brasileiro é tão grande que eu diria que talvez – não sei, posso estar errada, mas, quando jornalista tratava sobre isso – 80 % da carne bovina produzida no Brasil é consumida no mercado interno. Então, a qualidade é para o mercado interno e, com isso, nós temos que nos preocupar. Então, se imagina: "Ah! Cuida muito, porque é para exportação!" Não é essa a lógica. Isso é a primeira coisa.

A segunda coisa é que uma grande parcela da carne bovina consumida no Brasil é clandestina, é abate clandestino – abate clandestino! E você não sabe a origem desse animal, se ele foi picado por uma cobra, se ele foi morto, se ele foi roubado, fruto de roubo – é abate clandestino! E qual é a sanidade desse animal?

Mais ainda: nós importamos de tudo para comer. E há muito fruta que vem da Argentina ou da China, chega aqui, vai para a gôndola do supermercado, e o consumidor vai lá, pega na gôndola e sai comendo. A maçã da Argentina, que está sendo dizimada, os pomares da Argentina estão sendo dizimados, usa defensivos que são proibidos no Brasil por questão sanitária, por defesa de segurança alimentar. São proibidos no Brasil esses defensivos. No entanto, nós compramos a maçã argentina, em que é aplicado esse defensivo. Aí pode. Da mesma forma ocorre com o trigo e outros produtos que importamos, somos o maior importador de trigo, o Brasil.

Qual é a lógica de estarmos dando um tratamento para a produção brasileira e não estarmos cuidando do que vem de fora? Eu acho isso uma deslealdade. Deveríamos impor também que, em relação ao produto importado – nós temos um Código Florestal que é o mais rigoroso do mundo –, que também se exigisse como barreira para o produto importado, de origem alimentar, que esse produto fosse procedente de um país que tivesse também cuidado ambiental, como nós temos.

Então, estaríamos protegendo o produtor brasileiro e criando uma segurança alimentar verdadeira para o consumidor brasileiro, porque hoje é um faz de conta. E vamos importar.

Peço à senhora que transmita esta informação à Ministra da Agricultura, Kátia Abreu: a China está oferecendo maçã a R$84,00 a caixa. V. Exª, Senador Dário Berger, é de Santa Catarina. Seu Estado produz muita maçã, assim como o meu, o Rio Grande do Sul. Esse é o custo de produção de uma caixa de maçã no Brasil. Por quê? Porque a China triplicou os subsídios que concede à agricultura, muito mais do que os Estados Unidos e a Europa. Ela pode oferecer esses subsídios. E lá também não há Código Florestal, não há lei trabalhista, não há Previdência Social, não há vigilância sanitária, não há uma série de cuidados que temos aqui.

Além disso, não sabemos que tipo de produto está ali contido e podemos importar doenças, como a Drª Edilene disse muito bem. Nós importamos a peste suína africana, que veio por dejetos que os porcos comeram. A mosca da carambola veio pelo norte. A vassoura-de-bruxa, da mesma forma. No Acre, na fronteira com Bolívia e Peru, já existem registros de vassoura-de-bruxa. E nós somos o quarto maior consumidor e o sexto maior produtor de cacau, e podemos duplicar essa produção. Ainda, nos pomares argentinos há incidência de *cydia pomonella*, que é uma praga para os nossos pomares de maçã.

Portanto, toda cautela é pouca. Mas com 400 fiscais federais agropecuários, como foi dito aqui, é impossível. Nós temos que encontrar um caminho para proteger o consumidor brasileiro.

Como afirmou o Senador Moka, sempre dizem que o Brasil é o campeão mundial no uso de defensivos agrícolas. Mas nós somos um país tropical, com três safras por ano. Três safras por ano e, ainda assim, a FAO diz que se perde 40% em razão da incidência de pragas. Fora as deficiências de logística, o que nem comentamos aqui. Se observarmos, um caminhão de soja, no Brasil, sai pingando grãos pela estrada. Quanto se perde pela deficiência da estrada, pela deficiência do contêiner que leva a soja, e assim por diante? Ou seja, produzir no Brasil é um ato de coragem. E consumir mais ainda.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Gostaria de fazer apenas um parêntese na sua fala, Senadora Ana Amélia. Só para complementar.

Quando V. Exª falou a respeito da maçã argentina, eu me lembrei do que falou há poucos dias, no plenário do Senado – e estou fazendo uma analogia –, em relação à inversão do câmbio na fronteira. Quando o câmbio está favorável, obviamente, as pessoas daqui vão lá, compram, o Governo não tem controle nenhum sobre isso, e arrebentam com o mercado, com quem produz aqui.

A Senadora Ana Amélia trouxe a notícia ao Senado de que, como agora está desfavorável o câmbio para o Brasil, as pessoas dos países vizinhos vêm comprar aqui. O que fizeram os países vizinhos, nossos "irmãos" – entre aspas –? Imediatamente fecharam suas fronteiras. Dizem que havia filas de sete, oito quilômetros. Eles protegeram suas economias.

E aí eu faço uma analogia. Eu vejo várias barreiras sanitárias. Quando uma vaca morre no sul do País, fazem embargo de carne lá no norte, a quatro, cinco mil quilômetros de distância. O que falta, na verdade, é uma política de Governo como um todo, é haver rumos de proteção no País. Parece que não se pensa, e a coisa caminha.

De repente, nós temos essa notícia. Eu não sabia disso, que podemos ir até lá e trazer uma maçã. Mas como podemos ser draconianos com os nossos e tão lenientes com os outros? Essa é a pergunta que fica.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigado, Senador José Medeiros.

De fato, há países que são exemplo em defesa sanitária. O Chile é exemplo de rigor sanitário na sua fronteira, tem um cinturão de proteção. A Austrália e a Nova Zelândia são cinturões, eu conheço esses sistemas.

A pessoa não entra. Não entra. E se entrar e for identificado com qualquer produto vegetal, o senhor leva uma multa que o senhor nunca mais vai esquecer. E há um rigor muito grande com quarentena, com tudo, todo o processo. Nós temos um queijo suíço na nossa fronteira. Aquilo que a Drª Edilene mostrou do que foi apreendido deve ser um terço, um décimo, um dx do que entra. Em plena gripe aviária, como se chamou – na verdade é a H1N1, porque os produtores ficam chateados, da Ásia estava chegando aqui língua de galo, que é uma iguaria que os asiáticos usam, vejam só, língua de galo, e outros produtos trazidos *in natura*, quer dizer, são apenas congelados, abrigados, e vinham para cá. Então, tudo isso mostra que nós temos uma fronteira e tal.

Agora, só para terminar, foi dito aqui, da parte da indústria dos defensivos agrícolas, que 10% do setor é contrabando, e que se importa, traz e tal. Claro, e eu acho que é mais do que isso o contrabando. Mas o problema é o seguinte: acho que, com o dólar a R$4,00, não vai haver nenhum atrativo para importar.

Passo a palavra agora, agradecendo em nome do Senador Dário Berger, à Edilene e ao Ronaldo, para uma análise geral do que foi feito. Depois, passarei para os dois representantes do setor da indústria e também para o engenheiro agrônomo da Asbraer (Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Um resumo.

A SRª EDILENE CAMBRAIA SOARES – Vou tentar explicar.

Sobre a integração entre os Estados, entre os vários níveis para defesa agropecuária, o MAPA, até como o Ronaldo disse, tem o Suasa, que é estabelecido pelo Decreto nº 5.741, de 2006, e estabelece a fiscalização e o controle da defesa agropecuária em três âmbitos: a instância central, que seria o MAPA e suas diretrizes, as políticas nacionais; o estadual, que seria responsável pela defesa dentro do seu território e entre os Estados, e o local, o nível municipal, onde entraria o SIM, a inspeção municipal e os controles dentro do Município.

A adesão ao Suasa, até então, teoricamente, é voluntária. O Estado tem que ter a iniciativa de aderir ao Suasa, e essa adesão é feita hoje – era, porque agora o Ministério está tentando, com a Ministra Kátia Abreu, alterar essa sistemática de repasse de recursos aos Estados para as ações de defesa –, era feita por meio de convênio, com a lei de convênio, com a normativa vigente hoje e que acabava e acaba dificultando ou inibindo interesse dos Estados nessa adesão, por entrar na lei da...

E aí, até ano passado, a gente teve, em média, apenas 11 Estados com iniciativa de convênio para as ações de defesa agropecuária. Isso é muito pouco, dada a dimensão, dado o problema que a gente tem de atuar em todo o Território.

Ações estão sendo implementadas para alteração dessa sistemática de adesão, passando a ser obrigatória, no entanto, com mecanismos que garantam o repasse de recursos para que os Estados executem as ações de defesa.

Eu não sei também dizer qual é exatamente a ação, porque é um conjunto de ações que ainda estão sendo estudadas e levantadas.

Sobre a inspeção de produtos de origem animal, que foi outra pergunta, o MAPA tem, hoje, um grupo de trabalho estudando a maneira e essa nova política de inspeção, para daí propor alteração da legislação e qual seria o modelo mais adequado para a inspeção brasileira. É um grupo técnico composto de fiscais, entidade privada e academia que está discutindo e levantando alternativas possíveis para esse novo modelo.

Mas hoje, como já há conceito estabelecido dentro do MAPA, dentro do Dipoa (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal), eles estabeleceram o programa de conformidade de alimentos, que é direcionado aos produtos de origem animal, que tem como fundamento, além de monitorar a questão da conformidade dos produtos quanto à contaminação e detecção de patógenos, além de direcionar a fiscalização dos estabelecimentos – que também é uma base a ser utilizada por essa política a ser estabelecida – com base em risco. Ou seja, os estabelecimentos de maior risco, cuja atividade envolve maior risco sanitário, deverão ter inspeção federal permanente; e os estabelecimentos de menor risco terão uma inspeção provisória, digamos, de auditoria. Então, tem-se caminhado para isso. Ainda se está verificando e levantando como é que esse marco legal, como é que os instrumentos jurídicos devem ser estabelecidos e como será essa sistematização. O MAPA entende – e é notório – que o modelo atual não se sustenta e acaba criando entraves e colocando em risco a produção e a expansão da produção de produtos de origem animal.

Outro fato para adequação da defesa agropecuária seria o marco regulatório da modernização da legislação e o Plano de Defesa Agropecuária lançado, que tem algumas diretrizes e algumas metas a serem atingidas. A amplidão da ação da defesa agropecuária é muito grande: vai da produção de alimentos, produção e comercialização de insumos agrícolas e pecuários, incluindo depois o bem-estar animal. Então, com essa amplitude tão grande, um marco regulatório único, que abrangesse todas essas legislações, todas as competências do MAPA, há de se convir, seria extremamente difícil de se construir e levaria um longo tempo para conseguirmos abranger todas essas vertentes.

Assim, dentro desse processo da simplificação, vou falar especificamente da vigilância agropecuária internacional, que hoje tem papel fundamental tanto para a continuação, quanto para o aumento da produção nacional. Ora, uma defesa forte, como a Senadora disse, como é o Chile, propicia um ambiente favorável ao aumento da produção, à segurança alimentar, em consequência também dos produtos produzidos, porque, quando se tem um *status* fitossanitário e sanitário estável, previsível, controlado, também é possível ter previsibilidade dos custos de produção, de investimento, mantendo-se uma escala de programa de crescimento do País.

Dentro desse programa de modernização da defesa agropecuária estabelecido pelo Plano de Defesa Agropecuária, está o programa de modernização da vigilância agropecuária que é o Vigiagro (Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional). Como medida específica, hoje o trânsito internacional do Ministério da Agricultura é regido por 12 leis, que seriam as 12 áreas de competência, as 12 vertentes de produtos controlados pelo MAPA.

E isso é muito difícil, porque todos eles são muito antigos – de 1989, de 1934, que é o Regulamento de Defesa Agropecuária –, e, dada a modernidade, a celeridade, a demanda do comércio internacional e a exigência dos mercados internacionais, o ministério também, em 2012, elaborou um projeto de lei específico para o trânsito internacional, focado justamente nessa desburocratização e facilitação do comércio, por meio da criação de instrumentos jurídicos que possibilitem a aplicação e a fiscalização baseada em gerenciamento

de risco, aplicação de penalidades, que visam principalmente inibir esse comércio irregular que hoje é muito grande e é a principal causa de entrada de pragas exóticas no País. A história e a literatura estão aí para contar isso. Esse projeto tende a estabelecer penalidades e critérios de risco para a fiscalização desse trânsito irregular, de maneira que estabeleçamos medidas de repressão a esse trânsito irregular.

V. Exª perguntou de medidas concretas desse plano. Nós já temos algumas ações. Nós já temos todos os nossos processos de fiscalização do trânsito internacional de toda a cadeia, desde o sistema produtivo, até a certificação e saída do País; e também o contrário: fiscalização de toda a importação até chegar ao estabelecimento. Temos também os procedimentos, nesse controle do trânsito internacional, que podemos alterar baseados nessa nova legislação, que vai nos dar os instrumentos jurídicos para essa alteração, o desenvolvimento de sistemas.

Outra medida de facilitação é o programa do Governo, que é o Portal Único, para estabelecer a integração entre os órgãos de controle do comércio internacional, que tende a simplificar sobremaneira as operações de comércio internacional, principalmente para o usuário, e também de compartilhamento de informação para os órgãos, que é para sair justamente aquilo de cada um faz o seu pedacinho e ninguém conversa com o outro. Isso causa dentro de cada órgão a adoção de burocracias, para tentar obter as informações que estão de posse de outro órgão e que poderiam ser compartilhadas. Esse é o princípio do Portal Único, do qual a gente faz parte.

Também já temos ações estabelecidas, junto com a academia, justamente para essa fiscalização do trânsito irregular e, dentro dessas medidas, o estabelecimento do programa de conformidade dos alimentos importados, tanto do trânsito regular como do irregular, para justamente ter mapeados e identificados os riscos de todos os produtos que importamos: produtos de origem animal, insumos, produtos de origem vegetal, para tentar ter dados para decisão de políticas quanto à autorização ou suspensão de importação de produtos de qualquer natureza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Edilene.

Agora, passo a palavra ao Ronaldo, para acrescentar alguma outra informação que, na sua perspectiva, ficou faltando aos questionamentos feitos.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Em primeiro lugar, a nossa participação aqui é específica em relação ao Requerimento nº33, que trata do papel da vigilância e a inserção mercadológica da agricultura familiar. É essa a razão pela qual nós estamos participando aqui. Não é só esse tema que está sendo discutido, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem uma especial atenção e é um tema que nos é bastante afeto, partindo do pressuposto de que a vigilância Sanitária não deve ser um obstáculo, um empecilho, um dificultador na inserção da agricultura familiar no mercado. Pelo contrário. Deve ser, sim, um conjunto de ações que venham incentivar, favorecer, facilitar, garantir a presença e a participação da agricultura familiar no mercado.

Nós estamos discutindo também questões de caráter internacional, a fiscalização no âmbito internacional, muito bem colocada pela minha colega Edilene, mas nós temos que imaginar também que, no âmbito da agricultura familiar, nós temos os chamados circuitos curtos de comercialização. É aquele agricultor que sai da sua propriedade rural e leva para vender o seu produto na feira, na cidade, uma vez por semana, ou na cidade vizinha. São os chamados circuitos curtos.

Temos que pensar, dentro dessa perspectiva, a diversidade que é o Brasil, a diversidade de que deve a vigilância tratar. Quando nós estamos falando na comercialização, na qualidade do produto, na segurança alimentar, na segurança sanitária desse produtos, em nenhum momento nós podemos permitir ou pensar em diminuir a qualidade do produto que chega à mesa dos brasileiros. E vejam algo interessante: há 10 anos, nós discutimos como acabar com a fome no Brasil, agora nós já discutimos a qualidade do alimento que chega à mesa do brasileiro. Nós demos um salto gigantesco nessa sua direção e creio que a perspectiva é de que nós devemos continuar nessa direção.

Respondendo um pouquinho às perguntas, às indagações do Senador, um dos pressupostos é a descentralização do sistema, e o Suasa – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – já pensa nisso. Se no ano que vem nós estamos comemorando 10 anos de Suasa, creio que é um bom momento para fazer uma análise, uma avaliação, verificar quais foram os resultados que já obtivemos ao longo desses 10 anos, o que é possível fazer para melhorar. Mecanismos como esse, de financiamento fundo a fundo, são fundamentais para que tenhamos um sistema único de atenção à sanidade, que possa garantir essa diversidade de situações no Brasil, como é que é a vigilância sanitária vai tratar circuitos curtos, circuitos longos de comercialização, aquele agricultor que sai do seu sítio para vender na cidade, aquele que vende na cidade vizinha, a comercialização dentro do próprio Estado ou entre Estados, dentro do Brasil, e mesmo chegando ao mercado internacional, onde a agricultura familiar está presente.

Hoje, nós temos café orgânico da agricultura familiar sendo comercializado no mundo inteiro. Nós temos a participação da agricultura familiar em feiras internacionais, que levam o produto da agricultura familiar

brasileira também ao mundo inteiro. Então, claro, não é questão de ser grande ou ser pequeno, nós estamos aqui tratando de produtos brasileiros e que têm um mercado que é tanto o mercado do bairro como também pode ser o mercado "o mundo inteiro". Claro que temos que tratar isso dentro das suas devidas dimensões.

Um aspecto que chama a nossa atenção e que é bastante importante é não tratar os diferentes de modo igual, ou seja, as exigências por uma grande agroindústria de transformação de alimentos não podem ser as mesmas exigências para um produto artesanal da agricultura familiar, para um produto que é vendido localmente ou para uma agroindústria de pequeno porte. Quer dizer, não podemos estabelecer as mesmas exigências para uma agroindústria de grande porte, e de que o Brasil se orgulha muito delas, evidentemente, mas também considerar a agroindústria de pequeno porte, que deve ter as suas facilidades e as suas considerações.

Então o Suasa, sem dúvida nenhuma, para nós, é um tema, é um assunto que consideramos que merece, que carece atenção, debate, precisamos conversar mais sobre os normativos existentes e como melhorá-los. Vale considerar que hoje a adesão ao Suasa é voluntária e por ser voluntária a conta que eu tinha é que oito Estados tinham aderido; a Edilene já está dizendo que são 11, mas, mesmo assim, a gente observa o caminho que a gente precisa percorrer para tornar o Suasa uma realidade. O número de Municípios que já aderiram ao Suasa é menor ainda, não chegam a duas dezenas dos Municípios no Brasil inteiro. Precisamos tratar isso com a prioridade devida.

Vale a pena chamar aqui a atenção, Senador, da possibilidade, dentro do Suasa, da constituição de consórcios públicos, para atender as prioridades ou as regras estabelecidas pelo sistema. Então, Santa Catarina é um exemplo. Dos três consórcios públicos que já aderiram ao Suasa, dois são no Estado de Santa Catarina. Isso permite que um conjunto de Municípios possa ganhar em escala, em eficiência na fiscalização e na vigilância sanitária no âmbito daquele território, no âmbito daqueles Municípios.

Isso permitiria, por exemplo, talvez a possibilidade de que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o MAPA, pudesse credenciar esses profissionais ligados aos consórcios intermunicipais para que eles exercessem o papel na fiscalização, com isso, ganharíamos em escala, ganharíamos certamente em velocidade no trabalho da Vigilância Sanitária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o Ronaldo já está deixando – quero agradecer a sua resposta – uma pauta para a Comissão, que é fazer a análise dos 10 anos do Suasa e as consequências.

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Muito bom.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu lhe agradeço também por essa sugestão. Futuramente faremos isso como dever de casa em decorrência da iniciativa do Senador Dário Berger desta audiência.

Eu passo a palavra agora aos representantes...

O SR. RONALDO JOSÉ RIBEIRO – Desde já nos colocamos à disposição para participar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo, muito obrigada. Estarão presentes sim.

Eu quero compartilhar aqui com o Roberto e o Túlio sobre as questões que foram levantadas pelo Senador Blairo Maggi, acerca dos secantes, e também fiz alguns questionamentos ao setor.

Por favor, com a brevidade possível, porque a gente já está...

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – Na verdade, não é só os do Blairo Maggi, também do Senador Dário, que colocou a morosidade da agroquímica para as pequenas culturas. O Governo já trouxe a solução para isso, que são instruções normativas que foram implementadas nos últimos anos e já há uma série de produtos regularizados para que o agricultor, pequeno, possa usar isso nas culturas. Não é tudo, lógico, porque são muitas as pequenas culturas, mas o processo está em andamento. Eu vou mandar para o senhor a listagem completa do que hoje está sendo já regularizado para uso. E, com muita inteligência, o Governo definiu que para essas pequenas culturas, seriam apenas possíveis usar os produtos de menor periculosidade.

Por quê? Porque é na pequena agricultura onde há um nível de escolaridade menor, onde há mais desinformação e é preciso, pelo menos por enquanto, ter esse cuidado. Então, por isso que ainda não há tanto, já fechados todos produtos, para assegurar a boa sanidade da agricultura familiar. Mas está caminhando.

Quanto às indagações do Senador Blairo Maggi, sobre banimento de produtos. Eu queria lembrar que apesar das reavaliações – porque existem os banimentos quando existe reavaliação – serem feitas ou pela Anvisa ou pelo Ibama, o MAPA ainda não fez nenhuma reavaliação, mas pode fazer também, após a decisão, digamos, da Anvisa, por banimento de algum produto, é regra instituída que os três organismos se juntem para uma definição final. No caso, do endosulfan foi isso. O MAPA poderia muito bem ter dito que não havia ainda nenhum produto substituto à altura para isso, e poderia ter estabelecido um *phase out* de sei lá quantos anos até que surgissem produtos para o bicho-mineiro.

No caso do paraquat e do glifosato, que também, pressupostamente, estão para serem banidos, quero dizer que a reavaliação não foi feita para banir, a reavaliação foi feita para analisar, à luz da ciência atual, que mitigações de risco podem ser feitas para esses produtos, e se não houver possibilidade dessas mitigações, aí, sim, se bane o produto.

O paraquat e o glifosato têm um uso tão fundamental no caso da agricultura brasileira que, se por acaso eles forem banidos, será um tiro de morte no plantio direto deste País. Não podem. O que pode acontecer é novamente esse *phase out* e que esse *phase out* possa ser estendido até aparecer soluções para agricultura. Está certo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Túlio, eu costumo procurar ser didática, porque quando o senhor fala para um grande público existem algumas expressões que as pessoas ficam perguntando o que é a expressão que o senhor usou.

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – É verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, o senhor pode, didaticamente, explicar o que é o *phase out*?

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – O *phase out* – nós estamos, agora, introduzindo palavras inglesas, realmente, obrigado pela observação – é o tempo necessário para que se encontre uma solução. Se você, por exemplo, está sendo registrado aí, está na fila essa molécula, essa outra e outra, que vai resolver esse problema aí do paraquat, vai substituir o paraquat, então, em cinco anos isso estará no campo. Então, dar-se-ia um tempo de cinco anos para isso acontecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A palavra inglesa é *phase*, fase?

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – A tradução é fase.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – *Phase,* fase;o período equivalente.

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – Senadora, mas a senhora lembrou bem, para o grande público o que é Suasa?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É exatamente.

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – Suasa, pelo que eu entendo, vocês me corrijam, é mais ou menos o SUS da agricultura. Não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, exatamente. E o senhor deu uma explicação absolutamente que todo mundo entendeu. (*Risos.*)

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E queremos que funcione melhor que o SUS. (*Risos.*)

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – Está certo.

Quem mais? O Senador Donizeti falou em mudar o sistema de registro, juntar numa casa só.

É uma solução, mas acho que vai mais além, a fila é tão grande que as soluções devem ser variadas. A Casa legislativa, já existem vários PLs em andamento e dali pode sair, mais discutidos ainda, podem sair as soluções.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. TÚLIO DE OLIVEIRA – Por último, qual o modelo – a pergunta é do Senador José Medeiros, se não engano – adequado para a sanidade fitossanitária, no caso?

Olha, não existe um único modelo adequado. Mas, como o Dr. Ronaldo colocou muito bem, existem duas agriculturas no País, por mais que digam que não exista. Existe a agricultura de grande extensão e as pequenas propriedades. E essas pequenas propriedades têm que ser tratadas diferentemente mesmo, como o Ronaldo disse, porque ali, onde as Ematers e as ATERs têm que ser intensificadas para dar ensinamento de como devem ser usados esses produtos ou essas outras alternativas, inclusive as ecológicas.

Esse é um modelo, hoje, que eu diria de treinamento e treinamento e treinamento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Túlio.

Agora, passo a palavra para o Dr. Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO FARIA DE SANT'ANNA JR – Eu gostaria de complementar algumas informações do Túlio, e começar até pela mesma linha que ele começou. Vou falar um pouco sobre *manual cropped*, que é outro termo em inglês que significa as culturas com pequeno suporte fitossanitário, então, são aquelas culturas que nós efetivamente comemos, que vai para a nossa mesa. Esses produtos, como o Túlio muito bem disse, atualmente, existe toda uma preocupação do Ministério para que esses produtos sejam registrados, sejam colocados à disposição do produtor rural, para que ele possa utilizar e controlar a infestação de pragas na sua lavoura.

Agora, o que queria destacar que esse não é um problema nacional, é um problema internacional. O mundo inteiro tem esse problema. O pequeno agricultor, o agricultor que trabalha com culturas de pequeno suporte fitossanitário têm esse problema e cada país do mundo tentou resolver o problema de uma forma distinta. A nossa solução é diferente da solução dos outros países e tem dado um resultado adequado. Então esperamos que, no futuro, existam mais produtos utilizados para essas culturas de pequeno suporte fitossanitário.

E o interessante é que quando houver o registro desses produtos, as informações que constam hoje no Programa e Análise de Registro de Agrotóxico da Anvisa vão desaparecer. Então, o Brasil, quando esse produtos estiverem registrados, o Brasil vai estar no mesmo nível de irregularidade de resíduos que os outros países no mundo. O que o PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – identifica hoje são exatamente esses produtos que não estão registrados para cultura. Inclusive a gente pode até fazer esse estudo: a gente pega a análise do PARA de 2010, por exemplo, e compara depois quando todos os produtos estiverem registrados, o resultado vai ser diferente. Aliás, já é diferente hoje, porque hoje já existem vários produtos que estão registrados.

Então a gente tem que tomar um pouco de cuidado na divulgação das informações. Em vez de causar um sensacionalismo, a fuga de alguns produtos como o pimentão, o morango, dizer: "Não, você pode consumir pimentão, você pode consumir morango, que são absolutamente seguros para consumo." O que há ali é um problema regulatório, que é um problema, repito, mundial, não é um problema só nacional.

Depois, com relação aos banimentos do produto e as reavaliações, o Túlio muito bem explicou, existe um procedimento aqui no Brasil de reavaliação de produtos quando eles apresentarem algum risco que não foi previsto quando do seu registro. Então, com a evolução da tecnologia, com a evolução do conhecimento científico, você pode ter autorizado no passado um produto que hoje você tem que rever aquela utilização.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E mitigar os efeitos.

O SR. ROBERTO FARIA DE SANT'ANNA JR – E mitigar os efeitos dele. Então, no caso, no Brasil, isso vem acontecendo com certa frequência.

Agora, o Brasil é soberano. Nós temos as nossas leis, nós temos a nossa agricultura tropical, que foi muito bem colocada e pautada pelos Exmºs Srs. Senadores. Nessa agricultura tropical, a utilização não pode ser comparada à utilização na Europa. Ela tem que ser pautada no hemisfério norte...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No hemisfério norte.

O SR. ROBERTO FARIA DE SANT'ANNA JR – ..., onde tenho a neve, que nós colocamos aqui, onde as áreas agricultáveis são muito menores extensivamente. Nós temos fazendas aqui que correspondem ao tamanho de Estados, de países até europeus. Então, há necessidade de se avaliar isso dentro de uma política agrícola; a política agrícola que vai demandar. Obviamente, que não queremos produtos aqui que não sejam seguros, que eles não tenham segurança.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu posso lhe fazer uma pergunta? E que você a responda em um minuto.

É possível você ter escala para um defensivo agrícola orgânico?

O SR. ROBERTO FARIA DE SANT'ANNA JR – Olha, eu não sou especialista em agricultura orgânica, aliás, não sou nem engenheiro agrônomo, sou advogado.

Mas a informação que nós temos é de que não há. Não há condição, você não consegue. Por exemplo, as grandes culturas, você não teria condição de tratar como agricultura orgânica. Mas acho que a inovação está aí, quer dizer, quem sabe no futuro, a gente vai conseguir ter um produto que seja menos danoso. Porque existem alguns produtos biológicos, por exemplo, e pode-se utilizar a agricultura orgânica. Então, você pode ter produtos, sim, que são eficazes, que possam ser utilizados e que eles tenham menos químicos.

Porque a gente está falando aqui de produto químico de uma forma geral. Muito embora a gente aceite lavar o cabelo com xampu, escovar o dente com a pasta de dente, e lá têm produtos químicos, a gente não aceita que esses produtos sejam utilizados na produção de alimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na produção de alimentos.

O SR. ROBERTO FARIA DE SANT'ANNA JR – Então, existe aí também um antagonismo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Roberto, olha, eu lhe agradeço muito pelos esclarecimentos, porque complementaram tudo o que o Túlio abordou sobre a questão dos secantes e também sobre o espaço e a posição disso. Não dá para pensar numa agricultora tropical sem a participação desses produtos.

E para encerrar, eu passo a palavra ao João Nishi, são poucos questionamentos levantados pelo Senador Moka.

O SR. JOÃO NISHI DE SOUZA – Obrigado, Senadora.

Na tentativa de corroborar com as discussões, algumas informações, e também na tentativa de responder alguns questionamentos diretos, eu tenho a dizer que no sistema brasileiro, a nossa grande missão é a educação, como diz o Túlio, é treinar, treinar, educar. A gente não fiscaliza, a gente não inspeciona, a gente não autua, a gente não manda prender, a gente não tem poder de política, mas a gente atende o quê? Os ditames legais, principalmente na área de alimentos.

E eu tenho uma familiaridade muito grande com Santa Catarina e Rio Grande do Sul porque nós estamos ali ao lado, somos vizinhos, e tem um reflexo muito grande da nossa colonização, das nossas etnias e vai por aí afora. Então, uma coisa diferente. Mas percebo o Brasil como um todo na minha experiência, porque já trabalhei na indústria química, trabalhei na pesquisa e nos últimos 40 anos, estou na extensão rural, até por ser de origem rural, por ser criado na roça e isso tem uma identificação muito forte.

O Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm alguns componentes legislativos um pouco diferentes, Tem uma lei federal, a gente tem algumas adaptações nos Estados. Por exemplo, uma parceria muito forte: Secretaria da Agricultura, Secretaria da Saúde e Meio Ambiente. Nós temos vários dispositivos para a agricultura familiar, por exemplo, na agroindustrialização, e na possibilidade de você ter mais uma opção, você transformar, guardar aquilo e entrar isso no mercado. Isso nós fazemos. E nos últimos 20 anos, eu estou na área de negócios. Eu não trabalho dentro da porteira; eu trabalho já quando a matéria-prima está pronta para ir para o mercado, no trabalho da extensão com foco na agricultura familiar.

Por isso que as informações do Ronaldo, realmente, vêm ao encontro daquilo que nós trabalhamos hoje no Estado. Nessa experiência, o que a gente percebe, veja só, em relação ao que está na mídia – e no Paraná também não é diferente, Senadora, um exemplo que a senhora deu, a carne, nós temos lá, realmente, um volume grande de carne no mercado e nós temos dúvida de onde procede, porque até pela equivalência que nós temos, os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram dos primeiros a aderir a isso, nós estamos nos estruturando, mas é papel da nossa agência de defesa, nós estamos trabalhando integrado.

O fato mais recente que tem no Estado do Paraná, nessa área, e trabalhamos, inclusive, a reconversão da agricultura, porque tem vários nichos de produção em que se pode trabalhar isso. Por exemplo, estamos buscando alternativa para o tabaco. A gente sabe que a família adoece junto, e, aí, a Secretaria da Saúde fala o seguinte, e a mesma coisa nós da Agricultura com a Saúde: "Vocês contaminam lá e a despesa fica comigo! Eu tenho que tratar o doente."

De repente, nós trabalhamos a questão da contaminação via agroquímocos, mas os Cinturões Verdes de Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel e tal usam uma água duvidosa, o produto chega contaminado por outros agentes. Isso é um cuidado que nós trabalhamos efetivamente, buscando exatamente, nos conselhos de sanidade, a segurança do alimento, a rastreabilidade. Por quê? Veja, só, a última *Revista do Sindicado dos Engenheiros do Paraná*, da qual faço parte, tem uma entrevista de um médico à Secretaria da Saúde, mais enfaticamente, a partir de julho do ano passado, que diz: "Quem vê cara não vê contaminação".

E, nesse contexto, até julho deste ano nós temos um rol de produtos hortifrutigranjeiro cuja embalagem, desde a colheita, o plantio, o controle, tudo sobre essa produção é feito de tal maneira que ela sai da propriedade já embalada. A partir de julho do ano que vem, todos os produtos hortifrutigranjeiros deverão estar rotulados e embalados, desde a sua produção, a fim de ir para o mercado. E aqui o médico dizendo – ele disse o que eu falei hoje, até em referência ao Senador Moka –, vejam:

O Brasil hoje é o maior consumidor mundial de agrotóxico. Como uma das medidas no controle do uso de defensivos agrícolas, desde 2001, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) implantou o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), que mapeia os resíduos de agrotóxicos, e tem identificado aqui no Paraná muitas violações aos índices máximos aceitáveis de resíduos defensivos.

Outra coisa: nós fazemos parte de uma fronteira. O que entra de produtos contrabandeados dos nossos países vizinhos na área dos pesticidas é uma coisa de louco. Isso é caso da Polícia Federal.

Quanto à qualidade, Senadora, eu acho que o passo é realmente nós zelarmos para ter essa questão da segurança alimentar. É investimento, é política pública para isso, dentro do sistema de produção. Como nós faremos isso? Eu coordeno a agroindústria no Estado do Paraná, participando da Rede Temática em Agroindústria, do MDA e tal, nos últimos 19... Nós temos um programa oficial de política pública voltada para a agroindustrialização da produção da agricultura familiar. Tanto é que as nossas feiras... Tudo que você acabou de citar, nós sempre participamos de tudo. Nós, os três Estados, somos os grandes exemplos. Quanto às feiras nacionais que aconteciam, as contemporâneas, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná eram responsáveis pelo setor de alimentos, por todos os produtos transformados nessa área. Tudo com segurança. Rastreabilidade, que são aquelas sete áreas que eu coloquei ali e pelas quais passei rapidamente dentro desse processo.

Agora, em um País como o nosso, continental, para fazer com que isso realmente gire de forma harmoniosa, nós temos muito a crescer. E o Poder Público, esta Casa, tem uma responsabilidade muito grande de gerar esse instrumento e facilitar isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o que nós estamos fazendo aqui nesta Comissão de Agricultura e no Senado.

O SR. JOÃO NISHI DE SOUZA – E eu não tenho uma visão muito clara sobre essa questão da participação. Eu acho que o Ronaldo deu uma dica: se a gente estiver organizado... E há algumas outras coisas que deveriam ser chamadas aqui para discutir, que são os conselhos de categoria.

Nós temos uma dificuldade, no Estado do Paraná; avançamos com o Crea e com o CRMV, mas nós temos lá o Conselho de Contabilidade, há o de Química... Olha, há outros conselhos que mexeu... "Olha, esse aqui tem que ter alguém". E um responsável técnico diretamente numa unidade da agricultura familiar é um dos fatores do processo de gestão que não dá viabilidade. Os consórcios, os agrupamentos são alternativas para se buscar isso, aquilo que nós temos como foco: produzir alimento seguro para quem consome. Dar garantia disso. Eu acho que isso é o que mais nós teríamos que fazer realmente. E zelar por aquilo que está acontecendo hoje em vários lugares: mão de obra infantil trabalhando, enfim, há uma série de situações que precisamos trabalhar, precisamos treinar alguém, mas não de forma escusa, de forma que coloque em dúvida de que aquele material chegou à mão... Nós falamos hoje em sustentabilidade. Mas a que custo? Se nós temos um produto aqui com essas características, mas se não se olha como é que está sendo produzido lá, nós poderemos estar penalizando um setor e privilegiando o outro.

Agradeço esta oportunidade, em nome do Sistema da Asbraear, principalmente por estar aqui nesta conversa com vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, João Nishi de Souza.

Eu queria dizer que esta audiência pública, Senador Dário Berger – e eu já lhe passo a palavra –, teve o objetivo de atender dois requerimentos do Senador Dário Berger, que é do PMDB de Santa Catarina, que é – e é bom lembrar – o único Estado brasileiro "zona livre de aftosa sem vacinação". E essa condição sanitária de Santa Catarina se deveu a uma política rigorosa das autoridades catarinenses, junto com os produtores, porque não adianta o Governo querer fazer uma coisa, se não há a colaboração e a participação efetiva dos produtores. E, graças a isso, Santa Catarina hoje tem o privilégio de ser a única zona que pode exportar carne suína para a Europa ou para outros países, por conta de ser "zona livre de aftosa sem vacinação".

Então, Senador Dário Berger, passo a palavra a V. Exª, até para ver se há alguma outra dúvida que queira esclarecer, porque os expositores ainda estão presentes.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, Senadora Ana Amélia, eu fiquei satisfeito com a exposição, que foi relativamente longa, inclusive. E a senhora, ao final, exercita o vernáculo adequado para prestigiar o meu Estado, de Santa Catarina, como um dos mais desenvolvidos do Brasil nessa questão do agronegócio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria que o Rio Grande fosse como Santa Catarina em questão sanitária.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então... Mas nós somos vizinhos e irmãos. Dizem que o sonho de todo gaúcho é visitar Florianópolis, ou morar em Florianópolis. Eles todos são sempre bem-vindos lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É porque são inteligentes, são inteligentes. (*Risos.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Exatamente.

Bem, eu quero agradecer, evidentemente, Senadora Ana Amélia, a presença de todos os palestrantes, de todos os que puderam nos orientar nesse sentido, e eu queria deixá-los de sobreaviso, porque, à medida que formos elaborando o relatório, possivelmente faremos algumas consultas aos senhores e às senhoras, para que a gente possa, ao final, fazer um relatório que seja digno de toda esta discussão que nós estamos enfrentando hoje aqui.

Eu pergunto a V. Exª se nós continuamos ainda ao vivo, pela TV Senado. A senhora tem essa informação?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, senhor.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não estamos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. É por isso que eu sempre faço questão de condensar, porque às 10h, em ponto, começa a CRE, a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Começa a CRE...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, nossa reunião é ao vivo até às 10h. Mas, enfim, até às 10h, nós estivemos ao vivo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas eu queria pedir, então, mesmo assim, a V. Exª, para eu fazer um alerta sobre uma questão que tem me preocupado bastante. Eu recebi ontem esse alerta e queria transmiti-lo aqui, porque afeta a todos os agricultores catarinenses: vai a julgamento hoje, Srª Presidente, às 14h, um recurso extraordinário, da relatoria do Ministro Edson Fachin, que trata novamente da constitucionalidade da contribuição social rural, o chamado Funrural.

A mais alta Corte do País já declarou essa contribuição inconstitucional por duas vezes consecutivas. Portanto, o Supremo Tribunal Federal deve julgar novamente agora, no dia 22, essa questão relacionada ao Funrural propriamente dito. Declarado inconstitucional pela Corte, por duas vezes – em 2010 e em 2011 –, o tributo volta à pauta, sob argumento da Procuradoria da Fazenda Nacional, para tornar legal a cobrança de 2,1% sobre a comercialização da produção.

A decisão de hoje, do STF, pode ser definitiva e beneficiar todos os empregados rurais, pessoas físicas do Brasil, mas não pessoas jurídicas e agroindústrias. Portanto, milhares de produtores já não recolhem o Funrural, amparados em decisões dos Tribunais Regionais Federais da Primeira, Segunda e Quarta Região.

Hoje, quem paga o Funrural é quem não ingressou com ação judicial, ou está em São Paulo, ou no Mato Grosso do Sul, porque o TRF da Terceira Região não acatou a decisão de inconstitucionalidade. No Sul do País – que envolve os nossos Estados, Senadora Ana Amélia –, mais de 60% dos agricultores já não recolhem mais o Funrural. Então, isso é preocupante. E eu espero que a necessidade de engordar o caixa do Governo Federal não possa ter influência na decisão do STF, uma vez que isso é um temor dos produtores catarinenses e, com certeza, brasileiros.

O Funrural representa uma carga tributária de R$7 bilhões por ano, ou R$80,00 por hectares, aproximadamente, de produção. Se o tributo for restabelecido, nós teremos um aumento significativo dos custos da safra deste ano, colocando em risco, inclusive, em alguns casos, podendo inviabilizar a sua produção.

As consequências disso tudo, na minha opinião e na opinião de todos nós, com essa decisão, são preocupantes, impactantes e desastrosas para o setor rural, porque o restabelecimento disso pode inviabilizar algumas atividades, como por exemplo a cana de açúcar, a citricultura, que é muito forte também em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul – não sei se o Paraná tem também –, e a avicultura. E adivinha quem mais vai sofrer com isso? São as pequenas propriedades e os pequenos produtores rurais.

De certa forma, eu queria expressar essa preocupação aqui e quero, portanto, alertar os membros desta Comissão, e alertar esta Comissão, para que nós possamos ter consciência das consequências que isso poderá proporcionar. E, se essa inconstitucionalidade vier a ser alterada, os produtores rurais, se tiverem que restabelecer essas questões, já que milhares e milhares de produtores não pagaram, isso pode representar para eles um desembolso de R$30 a R$35 bilhões, o que afetará completamente o setor. Os problemas são devastadores, na minha opinião.

E, com essa decisão – porque são decisões em cima de decisões que nós estamos vivendo hoje no Brasil, uma pior que a outra –, eu tenho impressão de que a economia vai sofrer de novo um certo colapso, o dólar vai começar a subir novamente e a economia brasileira, que já está na UTI, tomara que não entre numa super UTI ou que vá definitivamente à morte, porque não é o que nós desejamos.

Então, eu queria fazer esse alerta. Acho que isso é muito importante para o agronegócio e para a agricultura catarinense, porque essa decisão pode trazer implicações extremamente preocupantes para o futuro do agronegócio no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Dário Berger.

V. Exª, na manifestação, falou da preocupação com o caixa. Nesse caso, a preocupação é do Joaquim Levy e do Nelson Barbosa. A Justiça é a preocupação do Ministro Luiz Fachin. E eu tenho certeza de que ele fará o julgamento com o critério da constitucionalidade de uma matéria tão relevante quanto essa.

Esta audiência pública, renovando, foi realizada para a avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tendo como Relator o Senador Dário Berger. Ela também tratou, pelo Requerimento nº 33, citado aqui pelo Ronaldo várias vezes – mas foram dois requerimentos –, de debater e analisar o papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para a segurança alimentar e ambiental, e o papel da vigilância sanitária e agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar brasileira.

Eu agradeço muito a presença do Roberto Faria de Sant'Anna Jr., Consultor Jurídico do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg); agradeço a presença do Sr. Túlio de Oliveira, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (Aenda); agradeço ao Ronaldo José Ribeiro, Chefe

de Gabinete da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); agradeço a presença da Srª Edilene Cambraia Soares, Coordenadora-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e do João Nishi de Souza, Engenheiro Agrônomo da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

A todos os senhores, e aos nossos telespectadores, em nome do Senador Dário Berger, agradeço a presença de todos e a Comissão dá por encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica que a Comissão recebeu a Delegação liderada pelo Deputado Abas Rajaei, Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento islâmico do Irã, que demonstrou grande interesse de ampliar as relações com o Brasil, e que na oportunidade recebeu convite para uma visita oficial da Comissão de Agricultura do Senado Federal à Teerã em julho do próximo ano. Comunica ainda o recebimento de expediente do Ministério do Planejamento sobre a liberação, de R$38.880.164,14 provenientes da Emenda nº 60120004, para a conclusão do Terminal Pesqueiro Público de Belém, no Pará. Após as breves comunicações, a Senhora Presidente inicia a Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011 – Terminativo - EMENTA: Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo). Observações: Anunciada a matéria, a Senadora Ana Amélia passa a Presidência ao Senador Acir Gurgacz, em razão de ser a relatora do Projeto (art. 89, § 1º, do RISF). Resultado: Aprovada a Emenda nº 2-CAE/CRA (Substitutivo). O Substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014 – Terminativo - EMENTA: Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 388, de 2014. Resultado: Aprovado o PLS nº 388/2014. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2015 – Terminativo - EMENTA: Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do PLS n° 524, de 2015, com a Emenda que apresenta. Observações: Os Senadores Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Ronaldo Caiado e Waldemir Moka usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Vista concedida aos Senadores Donizeti Nogueira e Waldemir Moka, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2014 – Terminativo - EMENTA: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira. Autoria: Senador Antonio Aureliano. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 254, de 2014, com a Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015 - Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 541, de 2015. Resultado: Retirado de pauta para atender Ofício SF 1588/2015 que solicita o encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa para leitura dos requerimentos de exame da CMA e CAS. EXTRAPAUTA: ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 73, DE 2015 – EMENTA: Requer, em aditamento ao Requerimento nº 68/2015-CRA, a inclusão dos nomes dos Senhores Luiz Carlos Meister - Fazenda Kamayura, Açorizal/MT; e Arno Schneider - Fazenda Ana Sophia, Santo Antônio do Leverger/MT, para participarem da Audiência Pública que discutirá a pecuária no Estado do Mato Grosso. Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 74, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do RISF, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado n° 541/2015, que "altera a Lei n" 7.802, de 11 de julho de 1989, para proibir o registro de agrotôxicos, seus componentes e afins em cuja composição química estejam presentes os ingredientes ativos que especifica, bem como veda a pulverização aérea de agrotoxicos para toda e qualquer finalidade", com os seguintes convidados: Pedro Luiz Serafim da Silva - Procurador Regional do Trabalho (MPT/PE) e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos; Paulo Gadelha - Presidente da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; Luiz Antônio Santini - Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer José Gomes da Silva (INCA); Associação Nacional Defesa Vegetal (ANDEF); CNA; e APROSOJA. Autoria: Senadores Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz. Observações: Os Senadores Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Donizeti Nogueira, Ronaldo Caiado, José Medeiros,

Dário Berger, Flexa Ribeiro e Lasier Martins usam da palavra para encaminhar a votação do Requerimento. Resultado: Rejeitado. ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 75, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do artigo nº 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n° 71/2015-CRA, para que seja incluído o nome do Deputado Luiz Garibalde de Mendonça (PMDB-SE). Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Eu requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Nós temos, na reunião de hoje, algumas matérias para serem deliberadas. Eu confio na presença dos Senadores para o quórum, mesmo sabendo que, ontem, a nossa sessão deliberativa se prolongou até às 23 horas, mas, ainda assim, é possível ir até às 9 horas, quando começará uma audiência pública entre duas Comissões – a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Ciência e Tecnologia – para debater uma questão que está mobilizando o País, especialmente os doentes portadores de câncer, que é a famosa pílula do câncer, a qual tem um nome complicado, que vai ser debatida com os especialistas.

Eu queria informar aos colegas Senadores que, ontem, às 10 horas, nós recebemos, em nome da Comissão, uma comitiva liderada pelo Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento islâmico do Irã, o Deputado Abas Rajaei, que demonstrou, com sua comitiva, grande interesse de ampliar as relações com o Brasil.

O Irã é um país de 80 milhões de habitantes, tem um consumo *per capita* de 29 gramas de proteínas/dia e pretende dobrar esse consumo para 60 gramas/dia em pelo menos 15 anos. A produção do Irã é de 120 milhões de toneladas de grãos. É um país que tem problemas com seca. E eles têm muito interesse em uma parceria com o Brasil, especialmente com a Embrapa, na área de sementes, pesquisa, produtos transgênicos e também produtos farmacêuticos. Eles estão projetando um aumento da produção. O Embaixador do Irã no Brasil, Mohammad Ali Ghanezadeh, acompanhou a comitiva, assim como o Deputado Federal Wadson Ribeiro, do PCdoB de Minas Gerais. Os iranianos, como eu disse, têm esse consumo. E a previsão é ampliar a produção.

O Brasil é o principal fornecedor de carne bovina para o Irã. Em 2014, as exportações brasileiras totalizaram US$324,13 milhões, o que representou 84% do total importado por aquele pais de um país estrangeiro. Então, o espaço que nós temos para vender para o Irã é muito grande.

Eles também estiveram com a Ministra Kátia Abreu.

Eu cumprimentei pelo projeto do governo iraniano no sentido de melhorar a qualidade alimentar da população do Irã. De 80 milhões de habitantes, em 15 anos, eles devem passar para 150 milhões de habitantes. Falei, então, da população brasileira, da nossa produção de grãos: 215 milhões toneladas/ano. E vamos, certamente, ampliar essas relações.

Obrigada, Senador.

Também informo que recebi o convite do Presidente, Deputado Abas Rajaei, para uma visita oficial da Comissão de Agricultura ao Teerã em julho do ano que vem. Então, passo essas informações aos senhores.

O Senador Flexa Ribeiro e o Senador Alvaro Dias estiveram lá porque, ao mesmo tempo, estávamos com a reunião aqui na Casa – o Senador Moka estava aqui – discutindo o câncer de mama. Então, por conta disso, nós tivemos a dificuldade de compatibilizar a agenda. Mas eles foram atendidos dentro da possibilidade, com o apoio da Secretaria desta Comissão.

Eu comunico à Comissão também que será realizado o 12º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão no dia 06 de novembro de 2015, sexta-feira, às 11 horas, horário local, na cidade de Porto Velho, Rondônia, com a finalidade de debater as ações de defesa agropecuária daquele Estado com vistas à ampliação das exportações de carne bovina, crescimento da produção de pescado no Estado e falta de profissionais que atuam na inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, nos termos do Requerimento nº 70, de 2015, de autoria do nosso Vice-Presidente, Senador Acir Gurgacz.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria dizer que 11h é o horário de Brasília; 9h é o horário de Porto Velho, em função da diferença de fuso.

Também queria comunicar à Comissão que será realizado, no dia 13 de novembro de 2015, sexta-feira, às 14h – aí também é horário de Brasília e horário de Chapecó, em Santa Catarina –, o 13º Ciclo do Seminário de Palestras e Debates desta Comissão, com o objetivo de analisar a defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência para o País, não só para aquele Estado, que já é referência e modelo, fazendo uma troca de experiências e vendo os desafios, no cumprimento ao Requerimento nº 34, de 2015, do Senador Dário Berger.

Eu queria também informar que a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em função da grave enchente que tomou conta de várias das regiões produtoras, promoveu uma reunião e está fazendo aqui em Brasília, com a bancada gaúcha – e também os Deputados e a Comissão de Agricultura, presidida pelo Deputado Adolfo Brito, e o Deputado Luis Carlos Heinze, e também a Comissão que é coordenada pelo Deputado Giovani Cherini –, reuniões do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e também Ministério da Agricultura, tratando exatamente de uma agenda.

Hoje, terão, às 11h, uma reunião com o Ministro Gilberto Occhi, da Integração Nacional. Entre outras propostas, eles pedem abertura de linhas de crédito para o enfrentamento dos prejuízos nas propriedades rurais, assim como novos créditos para manutenção e subsistência dos produtores e suas famílias, abertura de linhas de crédito para aquisição de adubos e insumos, assim como a compra de sementes de milho; liberação de recursos ao Estado do Rio Grande do Sul e aos Municípios atingidos, para recuperação emergencial das principais rodovias estaduais e estradas vicinais por onde é realizado o escoamento da produção agrícola. Além disso, como eu afirmei, haverá audiências no MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e também com o Ministério da Integração, na manhã de hoje, com o Ministro Gilberto Occhi.

Eu preciso também informar aos senhores que a Comissão, Srªs e Srs. Senadores – especialmente Senador Flexa Ribeiro, que é lá do Estado do Pará –, esta Presidência recebeu do Ministério do Planejamento um comunicado de que houve a liberação, pelo Ministério do Planejamento, de R$38.880.164,14 provenientes da Emenda nº 60120004, para a conclusão do Terminal Pesqueiro Público de Belém, no Pará. Essa informação eu queria comunicar aos senhores, porque agora é a formalização de um entendimento entre o então Ministro da Pesca, Helder Barbalho, com esta Comissão. Ele pessoalmente falou com os Senadores, então a nossa missão está cumprida. Agora falta a segunda etapa. Eu espero que o Ministro, lá na Secretaria dos Portos, possa nos ajudar, porque a Comissão agora tem a expectativa de que outras emendas que os Senadores fizeram para a pesca, em vários Estados, sejam liberadas.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, eu quero primeiro, em nome de todos os paraenses, agradecer a V. Exª e a todos os meus pares na Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Esses recursos de R$38 milhões que nós solicitamos à Comissão são recursos de emendas de Comissão. Então, foi pela vontade de V. Exª destinar ao Estado do Pará, a nosso pedido, os R$38 milhões, que possibilitarão a conclusão do Terminal Pesqueiro de Belém. O Ministério da Pesca foi extinto e transferido para o âmbito do Ministério da Agricultura.

Nós esperamos, então, que a Ministra Kátia Abreu, que vai agora comandar o setor da pesca, que é um importante setor para o nosso País, faça também os entendimentos com o Planejamento, com a Fazenda, no sentido de liberar esses recursos que foram da Comissão de Agricultura endereçados ao Estado do Pará, e possamos, assim, concluir esse terminal pesqueiro, que é de grande importância não só para o Pará, mas para o Brasil também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Nós solicitamos – e a Ministra da Agricultura não pode ter queixas do apoio que esta Comissão tem lhe dado, mas acho que talvez a assessoria da Ministra não tenha se dado conta –, há mais de uma semana, uma audiência com a Ministra, a pedido do Senador Benedito de Lira e de outros Senadores, inclusive eu, com problemas lá no Rio Grande do Sul, em que o Senador Lasier Martins também tem interesse, problemas relacionados à maçã e a produtos relacionados a outras áreas relevantes. Não foi marcada ainda. Eu entendo que a Ministra esteja com uma agenda, mas pelo menos uma satisfação da previsibilidade de quando vai acontecer. Então, penso que é importante essa relação que nós tenhamos que fazer.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

Eu quero agradecer, antes de mais nada, o nosso quórum. Agradecer, sinceramente, como Presidente da Comissão. Estão aqui os Senadores Donizeti Nogueira, Senador Acir Gurgacz, Senador Dário Berger, Senador Ronaldo Caiado, Senador Moka, Senador Blairo Maggi, Senador Flexa Ribeiro, Senador Lasier Martins. Estamos com o quórum completo para deliberar sobre matérias terminativas.

Senador Moka, nós o faremos rapidamente. Depende dos senhores.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura.

Ontem a Senadora Ana Amélia passou nas bancadas, lá no plenário, intimando um por um para estar aqui às 8h da manhã de hoje. Quer dizer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não foi intimação; foi um convite.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... manda quem pode, obedece quem tem juízo. Estamos prontos aqui para deliberar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador. É a amizade e a relação respeitosa de todos os senhores.

Quero dar um depoimento pessoal do compromisso de todos, especialmente do Senador Blairo, mas de todos aqui com a agricultura.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado.

Quando eu pedi a palavra, nós não tínhamos quórum, mas agora já temos, então serei bastante breve.

Quero só, Presidente, fazer um relato, um registro, melhor dizendo, de que a safra de verão, a safra de grãos do Brasil já começou a ser semeada agora, no mês de setembro, início de outubro, mas as condições meteorológicas este ano estão muito complicadas: muita chuva no Sul, pouca chuva no Norte e no Centro-Oeste, nas regiões de produção do Nordeste também. Então, nós temos uma programação de plantio este ano bastante grande, e a previsão para a safra brasileira de grãos era, vamos chamar assim, com muita esperança de atingirmos até cem milhões de toneladas de soja, mas as chuvas atrasaram de tal forma este ano que nós não conseguimos ainda, no Centro-Oeste, principalmente, em Mato Grosso, avançar muito. Nós estamos bastante atrasados em relação ao que era no ano passado e ao que era o desejo dos produtores rurais, uma vez que nós temos que fazer dois plantios nessa região: temos de plantar em outubro, a nossa janela para colheita é dezembro, e em janeiro já plantar outra safra de soja e de milho.

Então, começamos mal – vamos dizer assim – este ano, na questão do clima. Muitos produtores fizeram semeaduras esperando a chuva, colocando em terra seca para chover em uma semana ou coisa parecida. Não choveu, perderam-se essas sementes. Outras áreas foram plantadas com umidade, germinaram bem, mas não houve chuvas na sequência, e a pressão das pragas – tanto das ervas quanto da Helicoverpa, das outras lagartas, outros insetos que temos – tem dado muito trabalho ao produtor rural. Portanto, é lamentável, mas nós não estamos começando um ano agrícola muito bom. Talvez ele se endireite no meio do caminho.

Se isso se concretizar, com problemas e diminuição do tamanho das nossas safras, perda de janela para plantio da safra de milho e de algodão depois – isso acontece muito... O milho, praticamente em todo o Brasil, já no Rio Grande do Sul também, se faz em duas safras, como em Goiás, no Mato Grosso do Sul. Aqui para cima, na região do Matopiba, também o pessoal tem insistido e tem procurado achar no Pará, agora já grande produtor também – e no maior canal de exportador de soja vai se transformar o Estado do Pará.

Então, lamentavelmente, o Brasil já não está bem. Se nós tivermos problema com essa safra que vamos fazer, os problemas aumentarão.

Mas, enfim, só para deixar um registro de que as coisas não andam lá... Ou melhor, há muito céu de brigadeiro, não há chuvas, e isso pode atrapalhar um pouco o andamento. Mas a determinação, a vontade dos produtores rurais sempre é muito grande, são todos atentos, estão igual aos bombeiros, ligados 24 horas. Na primeira chuva, na primeira oportunidade que houver, o pessoal vai para o campo, vai plantar.

Infelizmente, a gente também tem essa questão de não poder trabalhar além das 8 horas; agora conseguimos ampliar um pouco para 12 horas. Faz-se necessário neste momento, quando tudo começa a se atrasar, passarmos um pouco desse horário para trabalhar; mas ficamos muito preocupados, porque aí vem o Ministério Público do Trabalho, vem a questão do trabalho escravo e outras coisas.

Então, o País, por questões climáticas, pode levar os produtores a um problema jurídico muito grave doravante. Por isso, nós precisamos votar as coisas que temos aqui. Nós temos um projeto pronto para levar ao plenário, do Senador Romero Jucá, que é a regulamentação do que é trabalho escravo. Quer dizer, não se

pode considerar trabalho escravo trabalhar duas ou três horas a mais, num período em que isso é necessário, porque a safra está passando, e nós estamos, então, muito vulneráveis nesse assunto.

Eu conversei com o Presidente Renan e com o Senador Romero nesta semana, para que pudéssemos levar isso ao plenário, para definirmos, de uma vez por todas, o que é trabalho análogo ao trabalho escravo, para liberar os produtores e os agricultores de maneira geral para poderem trabalhar um pouco mais.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Senador Blairo Maggi.

Só quero informar a V. Exª que hoje, às 6h da manhã, eu vi o mapa meteorológico, e a previsão é de chuvas intensas nessa região, em toda a costa lá do Norte até São Paulo. Espero que seja suficiente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, o senhor também assistiu sobre a convergência do Atlântico. Mas o senhor deve estar com um olho na meteorologia e outro na Bolsa de Chicago, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como eu sou Relatora do primeiro item, que já foi discutido aqui com os Parlamentares, eu passo a palavra, na condição de Relatora, ao nosso Presidente Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bom dia, Srª Presidente, Srs. Senadores.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011
- Terminativo -

Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo).
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria foi apreciada pela CI, com Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo); e pela CAE, com Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo).
3- Na 32ª Reunião realizada em 03/09/2015, a Presidência encerra a discussão da matéria e adia a votação para a próxima reunião deliberativa.
4- Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.
5- Matéria em fase de votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só quero lembrar que o projeto permite às microdestilarias fazer a sua produção para uso próprio ou entregar para cooperativas, sem toda a burocracia.

É um projeto de eficiência na produção energética, de autoria do Senador Acir Gurgacz, e acho que tem o valor social de estimular também a agricultura familiar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Na 32ª Reunião desta Comissão, realizada em 3 de setembro de 2015, a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, proferiu a leitura do seu relatório, tendo sido encerrada a discussão, concluindo pela aprovação do PLS nº 252/2011, na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo).

A matéria encontra-se em votação.

Comunico que o presente projeto tem caráter terminativo, exigindo quórum e votação nominal.

Em votação a Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), que tem preferência regimental.

Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Acompanho a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu voto também, como autor e Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Eu acompanho a Relatora. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o voto da Relatora é conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E o voto da Relatora é conhecido.

Encerrada a votação.

Aprovado, com 8 votos.

Será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa o projeto aprovado.

Agradeço à Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador, e parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agradeço à Relatora pelo belo relatório que V. Exª fez, um projeto que eu realmente entendo ser muito importante para a agricultura familiar, principalmente.

Então, retorno a Presidência desta Comissão à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria convidar o Senador Acir para fazer a leitura do item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014
- Terminativo -

Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 388, de 2014.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CDR no prazo regimental.
2- A matéria foi apreciada pela CDR, com Parecer favorável.
3- Na 32ª Reunião realizada em 03/09/2015, lido o relatório pelo Senador Waldemir Moka, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa.
4- O Projeto será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa.

Está em discussão o item 2, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014, terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que altera as Leis nºs...

Eu queria dizer ao secretário que eu estava falando que o Relator desta matéria é o Senador Wellington Fagundes, mas o Senador Waldemir Moka foi o Relator *ad hoc*.

O Senador Moka está com a palavra para relembrar o item 2, que trata do parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no parcelamento do solo urbano.

Não foram apresentadas emendas perante a CDR no prazo regimental.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, tendo sido aprovado parecer favorável.

Eu queria lembrar também que, na 32ª Reunião desta Comissão, realizada no dia 3 de setembro, o Senador Moka fez a leitura do relatório em substituição ao Senador Wellington Fagundes, tendo concluído pela aprovação do PLS 388, de 2014.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Comunico que o presente projeto tem caráter terminativo, exigindo quórum e votação nominal.

Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Donizeti Nogueira?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Waldemir Moka? (*Pausa.*)

Voto conhecido.

Agradeço a sua relatoria *ad hoc*.

Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Voto com o Relator, elogiando aqui o projeto, que tem muita importância, principalmente nas pequenas cidades de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, visto que o Incra atrapalha muito o andamento e o desenvolvimento dessas cidades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria também pedir o voto do Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Srª Presidente.

Voto também com o Relator. Como sou suplente, faltou o meu nome na relação da Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 3, cujo relatório também já foi lido.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2015
- Terminativo -

Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação do PLS n° 524, de 2015, com a Emenda que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Na 40ª Reunião realizada em 15/10/2015, lido o relatório pelo Senador Lasier Martins, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Na 40ª Reunião da Comissão, realizada no dia 15 de outubro, foi lido o relatório pelo Senador Lasier Martins, Relator da matéria, o qual concluiu pela aprovação do PLS 524, de 2015, com a emenda que apresenta.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero apenas fazer uma colocação. Nada contra o projeto.

A Conab apresenta um pedido de que gostaria de dialogar com o autor e com o Relator sobre o projeto. Não sei se isso ainda é possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Consulto o Relator, Senador Lasier, e o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em primeiro lugar, elogios ao autor, que é um especialista no ramo, um conhecedor.

Nós suprimimos, Senadora Ana Amélia, o art. 22, por vício de iniciativa, com relação à Conab, que autoriza adquirir de pequenos produtores cem litros de leite; e o art. 23, em que a Conab autoriza a doação de produtos adquiridos, nos termos do artigo anterior. Então, suprimimos os arts. 22 e 23.

Agora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por conta de competência?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente.

É um projeto muito completo, porque ele normatiza; objetiva a promoção, a execução de ações; trata do crédito rural, do seguro rural, da comercialização, tributação, infraestrutura, pesquisa. É muito abrangente. Não sei qual é o reparo do Senador Donizeti.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Donizeti, como o Senador Lasier tomou cuidado de retirar a autorização para que a Conab comprasse uma determinada quantia dos produtos derivados da ovinocaprinocultura. Eu penso que ele tira o vício de origem. Eu não sei qual será o debate.

Eu queria também consultar o autor, Senador Ronaldo Caiado, para depois, nisso, haver o entendimento com o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu concordo com o nobre Relator. Realmente, a iniciativa nossa é autorizativa. Nós sabemos muito bem – isso é matéria já vencida, já julgada – que não cabe a nós fazermos aqui, dentro da lei, autorizações, porque, realmente, estaríamos chovendo no molhando, já que isso depende, única e exclusivamente, da Presidência da República. Então, eu concordo. Talvez tenha sido um excesso de zelo da minha parte fazer essas inclusões da Conab em relação ao apoio ao pequeno agricultor, pois tem de ser política de governo, não pode ser uma iniciativa aqui, do Parlamento. Em relação a isso, eu não tenho como contestar o relatório apresentado pelo Senador Lasier Martins. Ele teve o cuidado também de não dar margem para que, amanhã, qualquer coisa fosse utilizada para que o projeto fosse vetado.

Em relação ao complemento do projeto, foi uma preocupação que eu tenho há muito tempo, com a vinculação que eu tenho com o Nordeste brasileiro, até por questões familiares, entendendo a importância da ovinocaprinocultura – e não só lá, pois o Estado de V. Exª é uma referência no mundo todo – até como subsistência naquela região. A ovinocaprinocultura é fundamental também para a renda ali dos pequenos agricultores. Com isso, eu me preocupei em ampliar as garantias, em exigir qualificação técnica, em dar apoio técnico também para esses produtores rurais e, ao mesmo tempo, em incluí-los na política de crédito rural, na política de seguro-agrícola. Enfim, a preocupação foi dar uma cobertura a esse segmento que é importante para nós e, principalmente, para os agricultores de baixa renda. Eu falo isso em relação, principalmente, à Região Nordeste brasileira. É um setor de uma importância fundamental para nós, até para sobrevivência do pequeno agricultor na sua propriedade rural, como sendo uma fonte de renda, que não tem essas condições ainda de requerer o crédito, de solicitar o seguro, de poder exigir que o Governo inclua esses artigos na sua política agrícola – e foram oportunamente retirados – da Conab, para aquisição e a garantia de preços mínimos da comercialização da ovinocaprinocultura.

Eu quero agradecer ao nobre Relator e dizer ao Senador Donizeti que, da minha parte, eu teria todo interesse em poder ter condições regimentais de incluir esses dois artigos, só que não adianta eu também extrapolar naquilo que as nossas prerrogativas não nos dão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Caiado, não está se tratando bem disso.

A Conab está pedindo para dialogar com V. Exª no sentido de fazer observações. Nada contra o projeto. É só que há um entendimento de que poderia melhorar o projeto nesse aspecto.

Agora, é isso que eu estou perguntando. Se houver a possibilidade regimental, providenciaríamos já para a semana que vem o diálogo com a Conab.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Senador Donizeti.

Eu consulto ao Plenário, Senador Caiado, Senador Cassol, Senador Dário Berger, Senador Moka, Senador Blairo, Senador Flexa, Senador Lasier, Senador Acir, se atende à solicitação do Senador Donizeti ou se vota o relatório do Senador Lasier que está...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Presidente, regimentalmente, o Senador Donizeti, salvo melhor juízo, tem direito de pedir vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, é vista. Agora, eu acho que não...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria saber se cabe...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Cabe, cabe. Não está encerrada a discussão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, a discussão está encerrada com o pedido de vista...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele não referiu vista; ele fez uma solicitação, não foi vista. Então, é a saída regimental que eu penso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Concordar eu não vou. Então, a única alternativa é a regimental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos aplicar o Regimento.

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, a matéria que diz respeito à parte da Conab, como muito bem foi colocado e V. Exª aqui ainda repetiu, foi um vício de iniciativa e que foi retirado. Não tem mais por que estarmos discutindo esse assunto da Conab. Acredito que a Conab poderá – e eu sugeri à Presidente da República – incluir isso dentro da política agrícola. Não haveria a menor dificuldade, mas não pode ser mais por iniciativa nossa.

Como tal, eu gostaria também de me sustentar no Regimento, para que, ou fosse o pedido de vista, ou que nós apreciássemos o relatório do Senador Lasier Martins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu faço o pedido de vistas, com o compromisso de retornar muito breve.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vista coletiva, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vista coletiva, a pedido do Senador Moka.

Então, vamos, na próxima sessão deliberativa, que eu espero... acho que a matéria estava bem esclarecida.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2014
- Terminativo -

Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

Autoria: Senador Antonio Aureliano
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 254, de 2014, com a Emenda que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Em 11/12/2014, foi realizada Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Acir Gurgacz, para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado.

Esse projeto de equideocultura é muito importante para o nosso País. Nós não temos ainda uma regulamentação com relação a esse assunto. Nós já fizemos várias reuniões, e quando passou por aqui o Senador Antônio Aureliano, eu me comprometi em dar prioridades a esse projeto. Agora, apesar de várias reuniões que fizemos, ontem o Ministério da Agricultura pediu para fazer mais alguns ajustes no projeto. Eu entendo que é melhor nós fazermos os ajustes aqui do que, depois, nós aprovarmos e vir outra técnica de veto e tal. Eu sempre sou pela conciliação.

Então, eu peço para retirar de pauta, para que possamos ajustar o relatório, ajustar o projeto, e que possamos votar, aprovar e ele ser sancionado. Então, o nossos pedido é para retirarmos de pauta, a pedido do Ministério da Agricultura, para entrarmos num consenso com relação a esse projeto.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Gurgacz. Acho que também está dentro da linha de "quanto mais aperfeiçoado for". Só que esse projeto é de 2014. Vamos ver se concluímos este ano ainda.

Aliás, sobre isso o Senador Ronaldo Caiado, ontem, abordou um problema sério de uma bactéria que está afetando o rebanho equino brasileiro, e esta comissão, penso, deva tratar desse tema com a urgência e a necessidade que tem, do ponto de vista técnico e também sanitário.

O autor do projeto constante do item 5, Senador Antonio Carlos Valadares, cujo Relator é o Senador Acir, encaminhou ofício solicitando a retirada de pauta, porque ele está solicitando também a análise do projeto que trata de defensivos agrícolas ou agrotóxicos, vulgarmente chamados, para Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Assuntos Sociais. Então, ele está solicitando a retirada de pauta e a remessa do referido projeto, que tramita nesta Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa, para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que a sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quero também informar, por dever de transparência com a Casa e com a Comissão, que ontem o autor, Senador Antonio Carlos Valadares, me procurou, na companhia do Senador Donizeti Nogueira, para que fosse feita uma audiência pública. Eu argumentei a ele que a autoria, quando o projeto está na mão de um Relator, passa a ser do Relator. Então, o contado é com o Relator, que vai, junto com autor e os interessados, discutir a conveniência de fazer uma audiência pública para instruir o projeto, o que é normal, regimental e convencional. Então, o Senador Antonio Carlos Valadares pediu que a matéria fosse retirada de pauta. A Mesa tem que se manifestar. Depois disso, a relatoria e V. Exª poderão deliberar sobre a audiência pública em relação ao tema.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O requerimento, Srª Presidente, para audiência pública já está na mesa. Eu trouxe extrapauta, porque me foi apresentado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ontem à noite.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ...hoje pela manhã.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah! Hoje pela manhã.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Os nomes das pessoas a serem convidadas. E nós já estamos, então, com o requerimento extrapauta, para fazermos uma audiência pública, para debater e instruir o projeto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria, então, agradecer ao Senador Acir, pela presteza.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, haverá uma audiência pública, assim que a Mesa se manifestar para instruir o projeto.

Obrigada, Senador Acir.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sobre esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, esse projeto que está sendo retirado de autoria do Senador Valadares trata de proibição de uso de moléculas extremamente importantes e necessárias para a agricultura. Não há condição de fazer agricultura no Brasil se retirarmos esses produtos, banirmos esses produtos, conforme esse projeto está dizendo. Então, quero chamar atenção do Senador Acir Gurgacz, que está concordando com a audiência pública, para balancear essa audiência pública, porque, se trouxer aqui só ambientalistas, só os xiitas, claro que todos vão dizer que não se podem usar mais esses produtos. Está certo?

Agora, temos que compatibilizar sempre os problemas, os perigos para a preservação do meio ambiente com a produção agrícola. Quer dizer, não pode haver uma visão holística de que: "Não, não pode isso, não pode aquilo, não pode aquilo lá, porque prejudica." Claro, tudo é prejudicial.

Se eu pudesse fazer agricultura, sem nenhum agrotóxico, sem nenhuma molécula dessas, eu faria com o maior prazer. Primeiro, porque custa caro, é perigoso, é necessário cuidar, há problema de saúde. Agora, mantidos todos os critérios de cuidados para você fazer a aplicação, você minimiza isso quase 100%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só acrescentar...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, nós – por favor, Presidente – não podemos entrar nessa de fazer uma audiência pública só com quem é contra. É necessário trazer aqui quem precisa, quem conhece, para balancear isso, porque não é possível que, por vontade de um ou de meia dúzia de pessoas, o Brasil não vá mais produzir grãos, fibras. Isso é uma coisa ilógica – ilógica!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Blairo Maggi, graças à aplicação disso, o Brasil se consagrou com o plantio direto na palha. Sem a aplicação desses produtos, não haverá mais condição desse manejo e desse plantio. E a Comissão cuidará para que haja equilíbrio e contraponto em relação ao tema.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator primeiro, depois Senador Waldemir Moka, depois Senador Donizeti Nogueira, depois Senador Ronaldo Caiado.

Senador Relator.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Senador Blairo Maggi, temos sempre o cuidado de fazer as audiências públicas, colocando sempre o contraponto. Não podemos ter uma audiência pública que venha defender ou que venha só atacar o projeto. Sempre, em todas as audiências públicas que fizemos, colocamos aqui as pessoas, para fazer um debate. Senão o debate não acontecerá, apenas uma defesa ou um ataque.

Essa não é a nossa posição. Muito pelo contrário. Estamos convidando o Procurador Regional do Trabalho de Pernambuco, Paulo Gadelha, da Fiocruz; o Diretora-Geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Maria Emília Pacheco do Consea; a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef); o Ministério da Agricultura e CNA.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agricultura?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas, de qualquer forma, Senador Blairo Maggi, o nosso parecer é contrário ao projeto. (*Risos.*)

Vamos respeitar o Autor e promover esta audiência pública, para dar oportunidade ao debate. Confesso a V. Exª, dificilmente o relatório será modificado. O relatório está pronto.

Em atendimento a um pedido do Autor do projeto, para debater, discutir a questão, resolvemos acatar o pedido como uma forma de atender o nosso colega Senador Antônio Carlos Valadares. Mas as posições já estão bem encaminhadas. E eu entendo que o contraponto será feito sem nenhum problema, principalmente com V. Exª participando da audiência pública.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu gostaria de aditar, depois eu quero apresentar o nome, já deixar.

Quero colocar o nome para vir aqui e fazer a defesa do setor produtivo, por mais que V. Exª já tenha o relatório pronto. Conheço como vai ser.

Mas o problema é de propaganda. Sentam-se aqui cinco pessoas falando mal da agricultura o tempo inteiro, falando mal do agricultor o tempo inteiro. E a gente traz uma ou duas pessoas que ficam acanhadas aqui, que não rebatem, que não dizem a importância, de por que que tem que ser. Parece que usamos essas coisas, porque queremos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Qual é o nome, Senador?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero um representante da Aprosoja Brasil ou de Mato Grosso para vir aqui. Depois eu vou dar o nome, por favor.

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Coloco aqui Aprosoja, e eles encaminharão quem irá representar a Aprosoja. Está incluído no relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Waldemir Moka, Senador Donizeti Nogueira, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou fugir desse tema, porque está mais do que bem discutido. Também concordo com o que o Senador Blairo Maggi falou. Acho que o Senador Acir Gurgacz não tem alternativa a não ser promover esse debate. E já disse a V. Exª, eu já participei de mais de uns 15 desses, e é a mesma ladainha.

Mas o que quero trazer aqui hoje é o seguinte: no País, embora ainda tenhamos muito a crescer, temos muita plantação que é feita com irrigação. E até então os chamados irrigantes ocupam horário de 21 horas até 3 horas da manhã, que é um horário em que você tem a passagem da energia elétrica, só que ela não é consumida. É como se a energia fosse dissipada, perdida.

Então, se cobrava nesse horário com um desconto bem grande, até para estimular que a irrigação fosse feita só nesse horário. Pois, muito bem, com essa política da Aneel sobre bandeiras verde, vermelha, amarela, não tomaram cuidado e, na bandeira vermelha, o cara que praticava irrigação e que pratica perdeu esse desconto, quer dizer, já está pagando uma tarifa maior e ainda sem desconto, e isso está inviabilizando a irrigação, o plantio de agricultura irrigada.

Então, é um assunto que eu trago aqui. Tenho conversado isso com Ministério de Minas e Energia. E acho que, se isso não for resolvido, vai acontecer que uma grande parte daqueles que produzem com irrigação vão deixar de produzir, porque eles não conseguem pagar essa chamada bandeira vermelha, que é uma tarifa grande sem esse desconto, Srª Presidente.

É isso que eu queria trazer a esta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Senador Donizeti Nogueira e Senador Ronaldo Caiado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sobre o assunto anterior, em relação ao projeto do Senador Valadares, eu tenho a mesma avaliação do Senador Blairo Maggi. Sem encontrar outra molécula que possa substituir essa, fica difícil que um projeto desse possa prosperar. Mas, por um pedido dele, para que se pedisse vista ou que se fizesse audiência pública, encaminhamos ao Senador Acir, e acho que está correto fazer isso.

Quanto ao que disse também o Senador Moka, acho que essa é uma questão urgente. Ontem, quando estivemos no Ministério de Minas e Energia, eu o vi conversando com o Ministro, para a gente fazer essa discussão. Então, eu penso que a gente precisa agir rapidamente em relação a isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Donizeti Nogueira, só consulto, porque aqui há duas entidades ligadas à área médica, Fiocruz e o Instituto do Câncer, porque nós teremos oito pessoas. Uma audiência com oito pessoa é uma audiência complicada. Então, há Fiocruz e o Inca.

Penso que um ou outro, não os dois, porque serão, digamos, temas... Aqui está Paulo Gadelha, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, e Luiz Antonio Santini, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca). Então, não sei, parece-me lógico isso, e seriam três que, digamos, são contrários à aplicação desses produtos, e três que defensores. Aí seriam seis pessoas.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Há uma ordem sugerida pelo Autor. É essa?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é a ordem. Então, estou consultando V. Exª, porque V. Exª que fez o requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós dois fizemos o requerimento, Presidenta. Então, concordo com V. Exª e peço ao Senador Donizeti... Qual dos dois...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aquele papelzinho amarelo que ele deu aí... Tire o quarto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Quarto: Maria Emília Pacheco, do Consea.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É, retira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo, então. Está perfeito, três e três.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, tiramos o Consea e mantemos os demais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. E mantemos... Não, aí teria que haver três.

Consea é da alimentação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Segurança Alimentar e Nutricional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui consulto também, Senador Blairo... Porque aí temos os três.

Agora, aqui, os defensores: Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) – V. Exª concorda? Penso que a Aprosoja tem um protagonismo maior que a CNA, do ponto de vista do setor específico. V. Exª prefere uma ou outra entidade? E o Mapa. Porque são três e três. Aqui teríamos, então: a Andef, o Mapa, CNA e Aprosoja.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Mapa? Perfeito, então.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, o autor do requerimento concorda...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acolhe. Perfeito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... acolhe a sugestão do Senador Blairo Maggi...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vai ficar bem equilibrado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E retiramos o Mapa para ficarem seis debatedores. Entendo que será um debate...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais produtivo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mais produtivo e eficiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Donizeti pelo apoio.

Em votação o requerimento com três representantes.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu queria, Senador Ronaldo Caiado, incluir também extrapauta outro requerimento do Senador Blairo Maggi...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu só gostaria de, na esteira de raciocínio do Senador Blairo Maggi, dizer que esta Comissão precisa tomar alguns cuidados para que não transformemos a Comissão em um palco para as pessoas virem aqui desqualificar a agropecuária brasileira. Isso é fundamental.

Veja, Presidente, a matéria que caiu no Enem, na prova de domingo. Reproduziu-se uma charge: um cidadão em uma delegacia de polícia. "Por que o Senador. desconfia que sua mulher tá tentando matá-lo?" "Ela me serviu pimentão, alface e tomate no jantar. E de sobremesa morango e uva."

A crítica ao processo produtivo brasileiro está relacionada a:

a) elevado preço das mercadorias no comércio.

b) aumento da demanda por produtos naturais.

c) crescimento da produção de alimentos.

d) hábito de adquirir derivados industriais.

e) uso de agrotóxicos nas plantações.

A agropecuária brasileira não está fazendo nada que não seja dentro das normas legais e com as autorizações existentes. Ora, a partir daí, nós começaremos a dar espaço para que esta Comissão venha a produzir reuniões para colocar mais em dúvida ainda o produto que está sendo usado dentro das regras exigidas pelo Ministério do Trabalho, dentro das condições que são impostas pela Anvisa. Se nós ainda viermos aqui produzir audiência de que aquilo ali está colocando em risco a saúde do cidadão, imaginem bem quem está assistindo a essa audiência. Nós estaremos produzindo, então, um palco para dar cada vez mais espaço para que os europeus, principalmente os que competem com o Brasil e não têm capacidade produtiva, venham alicerçar-se exatamente em audiências produzidas dentro da nossa Comissão.

Com todo o respeito ao Senador Antonio Carlos Valadares – S. Exª tem sua posição, e esse lado não entra nada na pessoa física –, nós temos aqui um debate de conteúdo, mas eu acho que, se o nobre Relator já tem as suas convicções formadas, nós vamos ainda mais ficar em um debate cansativo, sem que se produza ne-

nhum resultado prático, única e exclusivamente no intuito de tentar denegrir e tentar rotular quem defende a agropecuária brasileira, com a capacidade empresarial de produtividade capaz de alimentar 200 milhões de brasileiros e de ser o único setor de sustentação na exportação do País, diante de uma crise dessas que estamos passando, eu não entendo, sinceramente, o ponto alto nosso ser sofrer internamente essa campanha de tentar desqualificá-la.

Sinceramente, é uma decisão do nobre Relator acolher essa audiência pública, mas, se depender de uma votação, eu votaria contrariamente, e votaria para a análise e a discussão do relatório. Essa seria minha posição, mas cabe a mim respeitar a vontade da maioria e a da Mesa.

Agora, eu não entendo mais essa tese de nós ficarmos aqui sendo repetitivos em algo que ninguém vai convencer mais ninguém. Ele tem teses que realmente são de pessoas das mais bem intencionadas, mas que não têm, vamos dizer, o hábito de conviver com a realidade da agropecuária brasileira, Presidente! Isso é fundamental! As pessoas devem opinar, e com muita liberdade, sobre todos os temas; ninguém vai cercear quem quer que seja; agora, isso é matéria vencida! Isso é matéria vencida! Se nós não estivéssemos cumprindo regras, isto aqui já teria sido interditado! Agora, nós não podemos é, cada vez mais, diante de tantas dificuldades que nós já temos, criar mais imposições amanhã à utilização de agrotóxicos.

Agora, eu pergunto: e aí? Nós temos condições de arcar com a demanda da sociedade brasileira em produzir de forma artesanal? Esse é o desafio que nós temos! Nós não podemos ficar numa discussão em que ele vai dizer que pode produzir. Como? De que maneira? Como é que nós teremos uma safra de duzentos e tantos milhões de toneladas de grãos, com uma forma artesanal para produzir arroz, milho, feijão e todos os derivados?

Então, sinceramente, esse tema às vezes provoca certa exaltação da nossa parte, mas é porque eu enxergo que, nesse debate, em vez de haver um debate de conteúdo, para apresentar alternativas, há muito mais um debate para tentar denegrir a agropecuária brasileira. É isso que me revolta, porque eu acho que é o único setor que deu certo no País.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ronaldo Caiado, eu queria só acrescentar que nós estamos comprando maçãs, uvas importadas de vários países, inclusive da América Latina, que aplicam produtos que são proibidos no Brasil. O consumidor brasileiro vai ao supermercado, pega uma fruta ali direto da gôndola do supermercado e come. Esse mesmo produto não pode ser aplicado aqui, e às vezes traz inclusive doenças, pragas que há nesses países, mas vêm para cá porque não há controle nas fronteiras. Então, é um prejuízo.

O Brasil hoje é um grande produtor de maçã. Estou falando isso porque o Rio Grande do Sul e Santa Catarina são grandes produtores, correndo riscos sérios do ponto de vista sanitário. E o consumidor também, porque está consumindo produtos que aqui são proibidos do ponto de vista da proteção da fruta. É a mesma coisa.

De fato, é preciso uma racionalidade nesse debate.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Isso é cláusula pétrea.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A racionalidade no debate.

Eu passo a palavra ao Senador Medeiros; em seguida, ao Senador Dário Berger.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, todos que nos assistem, eu tenho a impressão de que, quando vão formular as questões do Enem, parece que há certo pensamento direcionado assim: "Eu vou elaborar uma questão para ferir algum setor que vá gritar, para dar polêmica e sair na capa da *Folha de S.Paulo* os nos portais de notícias do País". Vejam essa charge mesmo desse rapaz, que o Senador Caiado acabou mencionar.

É quase que criminoso um órgão do Governo – eu digo isso por ser alguém do governo, porque é o MEC que é responsável por isso – colocar que o setor está matando alguém. O que a charge diz é justamente isso. O cara chega para o delegado e diz: "Minha esposa está me matando". Mas porque você acha isso? "Ora, porque ela está me servindo tomate e, de sobremesa, ainda me traz morango".

Existe uma coisa direcionada, e depois eu ainda ouvi na rádio um dos defensores dessa questão dizendo o seguinte: "É uma forma de conscientizar". Conscientizar o que, se nós temos órgãos como a Anvisa, nós temos um cabedal de leis que normatizam a agropecuária brasileira? E aí vem alguém do próprio Governo dizer que não, que é para conscientizar.

Eu não consigo entender. Vou usar aqui o chavão do Senador Magno Malta: "mamãe me acuda". Porque é uma coisa totalmente insana. Agora ai vem... Eu fico mais pasmo, ainda, quando a Senadora Ana Amélia traz aqui a informação de que do mesmo lado nós estamos comprando dos concorrentes maçãs e outros produtos que não passam nem no crivo das nossas regras. Então, isso é insano e não consigo entender. Ai começa aquele debate antigo de que o campo faz mal para as pessoas e tal, é insano. Eu agradeço a...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito o Senador pela referência.

Para evitar qualquer dúvida, o relatório original, com essas alterações – porque o Senador Donizeti apresentou o relatório original, junto com o Senador Acir –, foi submetido e aprovado: três de cada lado. Ele substituiu, tirou o Consea. Ficou, então, Fiocruz e também Inca, e os três sugeridos pela Aprosoja, CNA e também Andef. Essa é a composição.

Então, eu quero saber se há dúvidas...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Uma questão de ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Questão de ordem, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu só pergunto a V. Exª se esse requerimento foi votado pelo Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Houve um entendimento de que, sim, foi votado pelo Plenário, foi votado pela Comissão, tanto que os dois autores saíram...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu vou submeter à votação dos Srs. Senadores a composição dessa audiência, que será pelo Sr. Pedro Luiz Serafim da Silva, Procurador do Trabalho; Paulo Gadelha, da Fiocruz; e Luiz Antonio Santini, Diretor-Geral do Inca. Esses mantidos. Suprimida, no requerimento do Senador Donizeti Nogueira, a Srª Maria Emília Pacheco, que é do Consea, Conselho Nacional de Segurança Alimentar. E ai acrescidos pelo Senador Acir a Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal), a CNA (Confederação Nacional de Agricultura) e a Aprosoja.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, espera ai! Nós discutimos os nomes, mas não foi aprovado e não foi votado o requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Está V. Exª consultando o Plenário. O meu voto é "não".

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O meu voto é "não", também.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, antes de colocar em votação, quero também fazer umas breves considerações.

Bem, em primeiro lugar, quero dizer, pelo que estou percebendo aqui, que todos nós, todos os senadores que compõem esta Comissão estão de certa forma constrangidos com essa audiência pública que está por acontecer.

Em segundo lugar, quero pedir desculpas ao autor do projeto e também ao autor do requerimento, haja vista que o próprio relator da matéria, o Senador Acir, já se manifestou pela rejeição do projeto.

Então, me parece que essa audiência está com o prazo de validade vencido.

Nós vamos discutir o quê? Se não vai contribuir para que efetivamente a gente possa mudar o nosso conceito com relação a esse assunto.

Parece-me que aqui nós estamos mandando lembrança para quem nós não conhecemos. E nós vamos buscar para nós mesmos mais um problema sério de discussão que não vai favorecer em nada a agricultura do Brasil e, evidentemente, também do meu Estado.

Eu ainda fico impressionado... Nós temos uma capacidade extraordinária de falarmos mal de nós mesmos. De não conseguirmos enxergamos o óbvio assim. Como é o caso da maçã importada para Santa Catarina, como é o caso agora da tentativa de importamos a maçã da China, para destruir completamente os nossos produtores de maçã, sendo que Santa Catarina é o maior produtor de maçã do País, longe, inclusive, do segundo colocado que é o Rio Grande do Sul. E esse é um assunto que me preocupa muito.

Portanto, a minha opinião quanto a essa audiência pública, como eu falei, bem como o Senador Donizeti que está aqui, não existe mais razão para ela acontecer.

E é por isso que eu, se colocar em deliberação a convocação dessa audiência pública, a exemplo do Senador Caiado, do Senador Blairo e dos demais Senadores, vou me posicionar também contrário a ela.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, então, eu consulto agora o Plenário.

O Senador Caiado é contra.

Em votação....

Sim Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, não tem o porquê ficar aqui procrastinando e segurando não. Eu sou uma pessoa que não tem medo de fazer o debate. Eu acho que, cada vez que se faz, se aprende um pouco mais – para melhor, Inclusive.

Eu não tenho posição favorável ao projeto. Agora, negar a fazer audiência pública, para mim não é o melhor caminho. Se ele vai ser devolvido à Mesa e vai para a Comissão de Meio Ambiente e para outra comissão, pode-se fazer até essa discussão em outra comissão. Mas não porque eu já ouvi demais sobre esse assunto, não porque eu quero fugir desse debate. Embora eu tenha a posição de acompanhar o Relator nessa questão, eu acho que se devia fazer audiência pública e ter a competência para trabalhar, para convencer quem é contra a utilização desse produto neste momento, uma vez que o País precisa dele. Então eu acho que não é correto, do nosso ponto de vista, não fazer audiência pública, porque é fugir do debate que nós temos obrigação de fazer.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Este é um debate que tem cem anos e vai ter mais cem anos pela frente. Não tem mais que haver debate. Esse é o problema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com todo respeito ao Senador Donizeti, nós não estamos fugindo do debate. Nós não estamos aqui é admitindo que venham aqui pessoas que, já por condições ideológicas, já baseadas em dogmas, repetir aquilo que já está ultrapassado no mínimo há 50 anos. É isso que estamos dizendo. Nós não temos nenhum preconceito ao debate. Nós temos preconceito exatamente a quê? À resistência das pessoas quererem evoluir. É essa a dificuldade. As pessoas não absorvem a ciência, a evolução da ciência. As pessoas não aceitam mais isso. Então, elas querem retroagir a um tempo em que não tínhamos essa demanda e a necessidade de produção de alimento. Então, não é esse o ponto. E aí eu quero plagiar o Senador Aloysio Nunes: nós não temos medo de debate, nós temos medo é de burrice. Porque isso, sim, atrasa o pensamento de toda a população e faz com que a população, de certa maneira, que não tem o grau de informação com base científica, crie um falso-positivo de que a produção nacional poderia contaminar o cidadão por estar usando aqueles alimentos.

Olhem, é com isso que nós temos que nos preocupar. Nós não podemos transferir para a sociedade brasileira uma coisa que é irreal. Nós não temos o direito de fazer com que o cidadão, amanhã, fique apreensivo se vai comer uma maçã que foi produzida em Santa Catarina e, de repente, vai comer a maça que foi produzida na China como sendo uma referência, aí, sim, das normas ambientais e da utilização de controle de herbicidas que lá foram utilizados. Acho que esse é o fato. Não tem sentido a política de criar um clima de tensão, de medo, de angústia, porque o cidadão comeu uma maçã. E isso está se disseminando no Brasil.

Então, nós não podemos dar palco a essas pessoas que não produzem nada em relação à agropecuária brasileira e vêm aqui fazer um jogo de tentar desqualificá-la e cada vez implantar na cabeça do cidadão, do jovem e das crianças brasileiras um preconceito contra o produto nacional.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Moka; depois, Senador Flexa e Senador Lasier.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, eu penso assim: o parecer é pela rejeição. Ninguém, na Comissão, é favorável a isso. Eu já participei de pelo menos 20 dessas audiências públicas. É sempre a mesma ladainha, é sempre a mesma coisa. Se houver essa audiência, pública, eu não virei, porque eu já sei o que vai acontecer.

Eu acho que o melhor seria retirar mesmo. Se quiserem votar, vamos votar, mas o ideal é retirar, entendendo que esse é um assunto vencido. E é verdade isso mesmo. Sentam-se as pessoas aqui e começam a falar de um assunto de que não têm conhecimento, mas só têm conhecimento do lado ruim, que isso faz mal.

Ora, achar que agroquímico não vai criar problema, isso é brincadeira, é claro. Agora, o País tem condições de produzir em escala o suficiente, como diz o Senador Caiado, artesanalmente? Não tem. Então, esse é o grande drama. Imaginem se o agronegócio resolver agora, neste País, começar a ter problema também. Onde nós vamos parar?

Em relação à questão do Enem, tenho certeza de que ninguém lembrou de colocar que a mulher está tentando envenenar, está servindo tomate e pepino. Por que não colocaram? Por que o País se encontra nessa situação econômico-financeira que estamos vivendo? Essa questão não foi colocada. Aí não interessa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Senador Flexa e Senador Lasier.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, foi bastante discutida a questão do requerimento do Senador Donizete – nada contra o Senador –, mas como já foi dito, isso foi debatido aqui por inúmeras vezes.

A proposta do Senador Moka com relação ao Enem deveria ser aceita pelo Governo e, no próximo Enem, colocar também perguntas que digam respeito às causas da crise e sair enumerando a, b, c, d, até chegar na causa efetiva da crise.

Mas eu diria, com relação ao projeto, que o próprio Relator já disse que está com o relatório pronto e que não irá sofrer alteração. Então, começa por ser inócua a audiência. Depois, o projeto vai à CMA e, indo à CMA, será também... O Senador Donizete é membro da CMA e vai propor novamente a audiência pública lá na CMA. Então, vamos deixar para discutir isso lá na CMA, fazer o projeto andar e, se for o caso, fazer a audiência pública sem nenhum problema, Senador Donizeti, para se debater o assunto. Não é essa a questão, não. É porque o assunto já foi cansativamente, exaustivamente debatido. Faríamos até uma audiência conjunta, se for o caso, na CMA.

Eu vou votar contra o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Senador.

Senador Lasier Martins, para encerrar o debate e votar o requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Ana Amélia, esta nossa Comissão é muito diversificada.

Em primeiro lugar, nós temos aqui grandes produtores rurais e devemos muito a eles, temos uma gratidão por contribuírem fortemente na garantia desse setor que lidera a nossa economia. Caiado, Moka, Acir, Blairo são pessoas a quem devemos muito. Agora, essa aqui é uma Casa de debates. Então, nem tanto ao céu nem tanto à terra.

Eu quero lhe dizer, Senadora Ana Amélia, que quando estivemos, em abril, na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, em Bruxelas, fiquei muito impressionado com o número de Deputados que combatem a agricultura brasileira. Impressionou-me muito aquilo. Então, acho que temos que fazer uma grande campanha para chegar à verdade e para mostrar o que nós fazemos e o que é bem feito.

Eu gostaria muito, por exemplo, de ver aqui essas pessoas que são adversárias da nossa produção, que impõem tantas restrições, submeterem-se ao crivo do Senador Caiado. Eu gostaria de ver como vão se sair. Eu, embora, esteja ouvindo aqui que a cantilena é antiga, já se debateu muitas vezes, eu acho que quanto mais se debater, nós vamos chegar a uma conclusão do que é certo, da importância do que produzimos, do caminho que nós estamos seguindo.

Eu seria a favor da audiência, mas trazendo aqui o equilíbrio rigoroso daqueles que vêm aqui para combater e daqueles que vêm para defender, porque isso tem repercussão. Uma campanha sobre a nossa importância, do agronegócio, da agricultura familiar é importante que façamos, porque é o fundamento da nossa economia. O que está errado eles vão dizer, mas vão ser combatidos.

É por isso que entendo que deveríamos fazer essa audiência, mas, repito, com equilíbrio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Lasier Martins, sob a minha Presidência, a Comissão debateu três vezes. Tivemos três audiências públicas aqui sobre o tema.

De fato, trata-se de um tema em que as posições permanecem as mesmas: de um lado um, de outro lado o outro. De qualquer maneira é direito do Parlamentar fazer o requerimento.

Então, vamos ter de submeter o requerimento, para terminar. O Senador Donizeti Nogueira é o autor do requerimento. Vou colocá-lo em votação, para já terminarmos. O Senador Blairo Maggi é autor também de um requerimento extrapauta, que é bem rápido.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, acho que o melhor fórum para debater essa questão, para quem tem a mesma visão minha e da Comissão, é aqui. Não na Comissão de Meio Ambiente, mas aqui. Esta Comissão é o melhor fórum para debater essa questão, inclusive na visão colocada pelo Senador Lasier Martins. O melhor fórum para se debater essa questão é aqui.

Participei das audiências públicas em que esse tema veio à pauta. Estávamos com os órgãos de Governo, pedindo informação, e não tinha aqui um combate contra o uso disso ou daquilo. Havia esclarecimentos pedidos por nós, dada a política de que estávamos tratando aqui. Essa seria a oportunidade para trazer quem é contra o uso dos agrotóxicos. Inclusive, temos a oportunidade de desmontar os argumentos que eles apresentam. Contudo, se a maioria da Comissão é contra o requerimento, vamos votá-lo e acabar com isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Coloco, então, em votação o requerimento.

As Srªs e os Senadores que concordam com o mesmo queiram permanecer como se encontram; e os Senadores que não concordam... (*Pausa.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Concordam com o quê?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Concordam com o quê?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Concordam com o requerimento da audiência.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Quero votar contra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quem não concorda, levante a mão. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento de audiência pública sobre o tema, mas independentemente disso, temos que aguardar a manifestação da Mesa sobre isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, somente uma informação. A própria Anvisa abriu agora uma consulta pública para discutir essas questões. Lá, vão ser discutidos tecnicamente os assuntos.

Então, vamos fazer audiência pública sobre isso, vamos discutir com a Anvisa.

Agora, isso aqui, desculpem-me, mas estou há cinco anos no Senado e acho que já discuti umas vinte vezes esse assunto. É sempre a mesma coisa.

Com todo o respeito ao Senador Antonio Carlos Valadares, mas ele é ideologicamente contra. Ele não aceita discutir esse tipo de situação. Volta e meia, o Senador traz uns projetos nesse sentido. É isso que me incomoda, porque esse já é um assunto vencido. Trata-se de cláusula pétrea para a agricultura. Não se pode nem aceitar discutir isso na Comissão de Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Gostaria colocar aos Senadores o requerimento do Senador Blairo Maggi, extrapauta, em que ele está requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 68, deste ano, a inclusão de dois nomes para a audiência pública, com a finalidade de discutir a pecuária do Mato Grosso.

Os nomes indicados como debatedores, além dos citados pelo requerimento original, são o Presidente da Associação dos criadores de Mato Grosso (Acrimat), o Conselheiro Fiscal da Associação dos criadores de Mato Grosso e também um representante da fazenda Shalom e Agropecuária Liliana Ltda., em Alta Floresta. Os nomes são os seguintes: Luiz Carlos Meister, Fazenda Kamayura, em Acorizal, Mato Grosso, e Arno Schneider, Fazenda Anna Sophia, em Santo Antônio de Leverger, no Mato Grosso.

O Brasil tem um rebanho de aproximadamente 193 milhões de cabeças, criadas em 220 milhões de hectares, motivo pelo qual a pecuária exerce uma grande relevância nas exportações brasileiras, além de abastecer o mercado interno.

Nesse contexto, o Estado de Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do País, com aproximadamente 28 milhões de cabeças, sendo a pecuária um dos alicerces da economia do Estado.

Está em votação o requerimento do Senador Blairo Maggi.

Consulto o Senador se quer fazer alguma referência, porque se trata apenas de um requerimento de aditamento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, só para complementar, porque é uma audiência pública, negociada com os produtores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está marcada para o dia 12 de novembro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – No dia 12 de novembro, com os produtores de Mato Grosso, que querem colocar os seus pontos de vista, as suas dificuldades, as suas desvantagens. É algo bem do Mato Grosso para o Brasil.

Então, não há nada para discutir. Só estou pedindo o apoio dos Colegas para aditar esses nomes ao requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Almir Sater vem também?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não. Ele é de Mato Grosso do Sul, senão faríamos aqui uma festa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, traga outro do Mato Grosso. Deve haver bons cantores e talentosos também neste Estado.

Em votação o requerimento extrapauta do Senador Blairo Maggi.

Quem concorda com o requerimento permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento aditado ao anterior. A audiência pública já está marcada para o dia 12 de novembro, quinta-feira.

O último requerimento, também extrapauta, do Senador Ronaldo Caiado, requer, nos termos do art. 93, aditamento também ao Requerimento nº 71, para a inclusão do nome do Deputado Luiz Garibalde de Mendonça, do PMDB de Sergipe, para esse debate.

Esta audiência pública, que vai debater o tema sugerido pelo Senador Ronaldo Caiado, será no dia 5/11, e no dia 6 será em Chapecó.

Em votação o requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço imensamente à Senadora Rose de Freitas, aos Senadores José Medeiros, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Dario Berger, Donizete Nogueira, Acir Gurgacz e Ronaldo Caiado.

Senador Moka, esta reunião de hoje, realmente, foi um gol de placa.

Muito obrigada a todos.

Gostaria de convidá-los para a reunião, que vai haver logo agora, de duas Comissões importantes, de iniciativa da nossa Comissão de Assuntos Sociais – sou a requerente –, e do Senador Ivo Cassol, da Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater a pílula do câncer, a famosa pílula, discutida em todo o Brasil, desenvolvida por pesquisadores da Universidade de São Paulo, da USP, que está gerando muita polêmica entre médicos, oncologistas e pesquisadores.

Então, esse debate vai ser esclarecedor nessa audiência pública,para a qual estão todos convidados.

Então, está encerrada a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Obrigada.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 16 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas do dia cinco de novembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Flecha Ribeiro, Douglas Cintra e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia comunica o encaminhamento aos Senadores de Minas Gerais e Bahia dos seguintes expedientes recebidos: manifesto do I Fórum de Desenvolvimento da Cafeicultura, realizado no município de Muzambinho, no estado de Minas Gerais, subscrito pelos Srs. Fernando Barbosa, Presidente do Conselho do Café da Associação dos Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana (Amog), e Arnaldo Bottrel, Presidente da Associação dos Sindicatos Rurais do Sul de Minas (Assul), que encaminha sugestões para uma real e próspera política pública cafeeira brasileira; correspondência do Sr. Waldenir Pinto Lapa Filho, Presidente do Sindicato Rural de Belmonte, no estado da Bahia, que solicita apoio para a renegociação das dívidas rurais contratadas em virtude do inexitoso plano elaborado pelo Governo Federal para a recuperação da lavoura cacaueira baiana infestada pela praga da Vassoura-de-Bruxa. Em seguida, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, inicia a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 71, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 75, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, com a finalidade de debater a possível fraude no processo administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe, com a participação dos seguintes convidados: Padre Isaías Carlos Nascimento Filho - Coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá no Estado de Sergipe - SE; Sr. José Fausto Santos - Vice–Presidente da Colônia de Pescadores Z-7 de Neópolis e Região no Estado de Sergipe – SE; Sr. Marcos Bispo dos Santos Andrade - Procurador Regional Junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Sergipe - SE; Sra. Maria Izaltina Silva Santos - Representante da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros no Estado de Sergipe - SE; Sra. Rosivan Machado da Silva - Juíza de Direito da Comarca de Neópolis no Estado de Sergipe – SE; Sra. Edi Freitas - Chefe de Divisão do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares (representante de: Maria Aparecida da Silva Abreu, Presidente da Fundação Cultural Palmares); Sra. Lívia Nascimento Tinoco - Procuradora da República do Ministério Público Federal no Estado de Sergipe - SE. Após a palavra ter sido franqueada aos convidados, pelo tempo de dez minutos, os Senhores Senadores Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Paulo Rocha, José Medeiros e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra. A Senhora Presidente informa que a proposta da Procuradora Lívia Nascimento Tinoco será examinada do ponto de vista legislativo e legal, se é da competência da Comissão encaminhar solicitação para a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) nacional a fim de que mova a SPU local para a identificação das áreas da União naquele Município, que haja um reforço, ou uma estruturação adequada da Secretaria para elaborar esse trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Eu requeiro aos colegas a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo à Comissão o recebimento do expediente do Fórum de Desenvolvimento da Cafeicultura, subscrito pelos Srs. Fernando Barbosa, Presidente do Conselho do Café da Associação dos Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana (Amog), e Arnaldo Botrel, Presidente da Associação dos Sindicatos Rurais do sul de Minas (Asul), que trazem informações sobre a reunião do Primeiro Fórum de Desenvolvimento da Cafeicultura, no Município de Muzambinho, em Minas Gerais, na busca de alternativas para o desenvolvimento promissor da cafeicultura nacional.

Nessa correspondência, assinada pelos dois representantes do setor da cafeicultura, eles falam dos desafios do setor, especialmente da comparação com os custos de produção do preço pago pelos cafés arábica e conilon, lembrando que o Brasil é o maior produtor de café e também sugerindo algumas informações relacionadas a providências na área do *marketing* do café do Brasil, seguro agrícola, Proagro e segurança patrimonial. Vamos encaminhar essa correspondência aos Senadores de Minas Gerais. Peço também uma atenção especial dos Senadores de Minas Gerais, já que a reunião foi em Minas.

Da mesma forma, registro a correspondência recebida do Sr. Waldenir Pinto Lapa Filho. Ele é Presidente do Sindicato Rural de Belmonte, uma instituição composta por pequenos e médios produtores rurais do Município de Belmonte, Bahia, que solicita o apoio para a renegociação das dívidas rurais contraídas em virtude do inexitoso plano elaborado pelo Governo Federal para a recuperação da lavoura cacaueira baiana infestada pela praga da vassoura-de-bruxa. Já estamos discutindo essa matéria.

Também pedi à Secretaria para encaminhar, da mesma forma, a correspondência aos Senadores da Bahia, embora a produção de cacau hoje esteja ampliada para os Estados do Pará e de Rondônia. É uma produção muito importante, relevante. Agora, o Brasil começou a reexportar o cacau.

Quero agradecer a presença da Senadora Maria do Carmo, do Senador Waldemir Moka, do Senador Donizeti Nogueira.

Informo que a nossa reunião de hoje destina-se a uma audiência pública, cumprindo o Requerimento nº 71, de 2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no Requerimento nº 75, do Senador Ronaldo Caiado, com a finalidade de debater a possível fraude no Processo Administrativo Incra nº 54370000952/2006–48, da Superintendência de Sergipe, que trata do reconhecimento da comunidade remanescente do Quilombo Brejão dos Negros, localizada no Município de Brejo Grande, Estado de Sergipe.

Foram os seguintes os convidados: a Srª Rosivan Machado da Silva, juíza de Direito da Comarca de Neópolis, no Estado de Sergipe; a Srª Lívia Nascimento Tinoco, Procuradora do Ministério Público Federal do Estado de Sergipe; o Sr. Marcos Bispo, Procurador Regional junto ao Incra no Estado de Sergipe; José Fausto Santos, Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z-7 de Neópolis e Região do Estado de Sergipe; Srª Edi Freitas, Chefe de Divisão do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares; e também a Srª Vilma Maria Santos Francisco, coordenadora jurídica da Fundação Cultural Palmares.

Nesse caso, apenas uma representante da instituição falará, por uma questão de equilíbrio nas exposições.

Também foram convidados o Padre Isaías Carlos Nascimento Filho, Coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá no Estado de Sergipe, e a Maria Izaltina Silva Santos, representante da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, no Estado de Sergipe.

Informo que o Deputado Estadual Garibaldi Mendonça, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, comunicou a impossibilidade da sua presença, justificando sua ausência.

Consulto a secretaria se já está presente algum dos expositores.

Se algum convidado estiver presente, convido-o a vir à mesa e se sentar onde está seu nome para já começarmos a nossa audiência.

Consulto antes se algum Senador tem qualquer manifestação a fazer. (*Pausa.*)

José Fausto e Drª Rosivan, muito obrigada pela presença.

Já passamos, de imediato, por economia processual, já que cada um terá dez minutos para a sua exposição, para a apresentação.

Vamos aguardar a chegada dos demais expositores, mas peço aos que foram citados que ocupem seus lugares aqui: o Procurador junto ao Incra no Estado de Sergipe, Sr. Marcos Bispo, o Coordenador da Cáritas, Padre Isaías Nascimento, a Chefe de Divisão do Departamento de Patrimônio da Fundação Palmares, Edi Freitas, e a Srª Maria Izaltina.

Passo a palavra, de imediato, ao Coordenador da Cáritas, Padre Isaías Nascimento, por dez minutos, para sua exposição.

Para não haver dúvidas, pelo nosso Regimento Interno, nós fazemos a aprovação de requerimentos dos Srs. Parlamentares e, quando o tema tratado é complexo e há duas visões opostas em relação a ele, fazemos um equilíbrio no número de expositores que falarão a respeito do tema.

Assim, como a Fundação Palmares enviou duas pessoas, apenas uma falará pela instituição nesse aspecto.

Eu queria dar esta informação, que penso ser necessária.

Então, passo a palavra ao Coordenador da Cáritas de Propriá no Estado de Sergipe, Padre Isaías Nascimento, pelo tempo de dez minutos.

O SR. ISAÍAS CARLOS NASCIMENTO FILHO – Obrigado.

Senhoras e senhores, quero cumprimentar a Mesa e os presentes nesta audiência na pessoa da Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia.

Senadora e membros desta Comissão, quero justificar a minha ausência na primeira audiência, realizada no dia 8 de outubro. Como faço parte de um movimento popular em defesa do Rio São Francisco e nós tivemos um ato no dia 7, eu não tive tempo de me preparar para estar aqui no dia 8.

Pois bem. Eu sou o Coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá, nomeado pelo Bispo Dom Mario Rino Sivieri, o nosso bispo.

A ação da Cáritas se dá no perímetro geográfico da referida diocese, que abrange 26 Municípios, todos na bacia hidrográfica do Baixo São Francisco.

Nossa missão consiste em testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo defendendo e promovendo a vida e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural junto às pessoas em situação de exclusão social.

Os Índices de Desenvolvimento Humano mais baixos de Sergipe estão em nossa região. Brejo Grande, um Município de quase 150km na foz do Rio São Francisco, com uma população aproximada de 7,2 mil habitantes, apesar de possuir mais de 70% das terras da União, com mais de 13km de manguezais, ricos em diversidade de crustáceos, possui o segundo IDH mais baixo da região, o terceiro de Sergipe e, salvo engano, o 34º do País.

Pois bem. A condição de miserabilidade que encontramos naquele Município é de cortar o coração. A humilhação vivida pelo povo, pela população negra predominante na região, sensibiliza os nossos olhos e coração, reação compartilhada com vários visitantes que passam por lá. De um lado, o abismo social entre a ostentação de riquezas adquiridas nas terras da União, e, de outro lado, a miséria da maioria da população enxotada das mesmas, realidade confirmada inclusive por técnicos do Governo e do Fida que foram visitar a feira de Brejo Grande sem prévio aviso, sem oficialidade. E eles constataram algo que afronta a dignidade dos pobres e nos chama a atenção. Eles disseram: "Aqui, quem quiser comer ao meio-dia deve trabalhar pela manhã e a janta depende de um trabalho à tarde. Esse povo não tem nem quintal para criar galinhas". Pois bem, esse retrato causa tristeza ao nosso Criador, porque, para Deus, a maior alegria é ver seu povo vivo, como já dizia Santo Irineu.

A situação de injustiça abismal, resquício de um Brasil colonial, visível aos olhos de qualquer pessoa de boa vontade, exigiu de nossa diocese, por meio da Cáritas Diocesana, reações que comprometessem mais os governantes tanto municipais, como estaduais e federais.

O nosso Bispo Dom Mário não mediu sacrifícios em contribuir pastoralmente para o resgate da dignidade humana dos pobres negros da diocese e, de modo especial, dos de Brejo Grande, a ponto de aconselhar os moradores de Resina, ameaçados de perder o seu território para uma empresa construir um *resort*, dizendo "Não tenham pressa. Unam-se e não vendam o direito de vocês por um prato de lentilhas", lembrando o caso bíblico em que Esaú, com pressa de saciar a sua fome, vendeu o seu direito de progenitura ao seu irmão Jacó por um prato de lentilhas, estragando o seu futuro.

No início de 2005, já como pároco de Brejo Grande, diante dessa realidade, eu me uni, em mutirão, à sociedade civil organizada de Brejo Grande – associações, colônia de pescadores, sindicatos –, que já possuía um diagnóstico feito por professores, assessorados por doutores da Universidade Federal de Sergipe, e foi apresentado em praça pública o chamado Delis, por volta de 2002, 2003.

Com essas lideranças, procuramos atualizar os dados e oferecer proposta de inclusão social aos referidos Governos. Entre as várias lideranças presentes, em vários momentos de reflexão, para a nossa alegria, estava o Sr. José Fausto dos Santos, que aqui nos denuncia. É um pescador que participou, em vários momentos, ativamente, das discussões que tornaram públicos os problemas da região e a situação de vida dos pobres. A casa paroquial e o salão paroquial, tanto da cidade como de Brejo Grande, eram os espaços públicos de encontro, oração, reflexão e planejamento.

Planejamos e fomos ouvir as comunidades, mais uma vez, com o aprofundamento dos debates e escolha de prioridades, tudo registrado. Juntos, nesse mutirão – não foi da cabeça do padre –, nós vimos a maioria da população negra consciente de sua história, da sua condição como remanescente de escravos, da situação de vida que sempre viveu. Todos sabiam bem contar sua história, a história de seus pais, avós e bisavós, de como viviam na condição de descendentes dos escravos, dos frades carmelitas, que deixaram fazendas em Brejo Grande, em Santana dos Frades, no Município de Pacatuba, de descendentes de mais de quatrocentos escravos que chegaram depois da proibição do tráfico – isto é histórico –, para trabalhar nos mais de vinte engenhos de açúcar que havia na região, ou dos fugitivos, todos devotos de Nossa Senhora e de Santa Cruz, dançadores invencíveis do maracatu do negro rezador Sr. Adalto, do Brejão dos Negros.

Pois bem. Essa maioria residia até os anos oitenta em casebres e senzalas, às margens das lagoas naturais, vivendo como semiescravos no sistema de meação do arroz. Com a chegada dos tratores e de forma articulada entre o poder político e fazendeiros, muitas famílias negras foram enxotadas das fazendas para as periferias das cidades e dos povoados, continuando a morar em casas de taipa feitas de barro e cobertas de

palha de coqueiro, sem o direito de continuarem plantando arroz, nem recebendo indenização pelo tempo em que passaram às margens delas.

Nós vimos mais de uma centena de famílias, mais de seiscentos habitantes, morando na grande Fazenda Capivara, com uns três mil hectares, sem qualquer direito de posse, impedidas de melhorar suas residências, de construir casas para os seus filhos, proibidas de acessarem políticas públicas, investimento na terra, casas populares, saneamento básico e energia elétrica para os seus casebres.

Nós vimos também mais de sessenta famílias morando na Fazenda Resina, às margens do Rio São Francisco, em uma área de, aproximadamente, 215 hectares, vivendo na miséria, cheios de bichos-de-pé, em casebres de taipa e palha de coqueiro, sem uma cama para dormir, sem direito de plantar sequer um pé de coentro, rodeadas por 11 lagoas naturais, somando 126 hectares plantados de arroz por um só arrendatário não residente.

O Sr. Chico Rosa, um morador da Resina, já falecido, nos seus 64 anos, dizia que o povo dessa comunidade não era escravo, mas era tudo cativo, porque vivia trabalhando no arroz e no algodão de graça para os fazendeiros, sem nada em troca. E sempre dizia que o povo só não era escravo porque não apanhava. Então, o modo de vida dessa comunidade sempre esteve associado à condição de submissão aos fazendeiros, fosse na roça, fosse na pesca.

Nós vimos que, nas águas do Rio São Francisco, os riachos, os córregos, dentro das lagoas de arroz, onde as mulheres pescam e as crianças armam as chamadas ratoeiras para pegar siri e caranguejo, o mar e os manguezais foram e são onde se intercruzam os universos dos pobres daquele Município na busca de seu sustento. É a única saída. Estão perdendo esses espaços para carcinicultores e para *resorts* turísticos.

Nós vimos as comunidades afirmarem a sua identidade a partir do seu modo de vida, sua condição de pescadores artesanais, em relação com as lagoas, o mangue, o rio, o mar, como agricultores e rizicultores extrativistas, roças, arrozais, extração da mescla, resina, aroeira, cambuí. Nós vimos as comunidades fazerem referência à sua história de cativo, demonstração de um grupo que se autoidentificou por causa da sua história e do modo de vida tradicional e que foi obrigado a se organizar, a fazer a luta para defender o seu lugar e o seu território brutalmente ameaçado.

Por causa da autoafirmação das comunidades, vi muitas ameaças contra as famílias. Nós vimos a insegurança pública, a falta de policiamento, delegacia com estrutura desumana, alguns policiais a serviço dos poderosos locais. Nós vimos o restinho da Ilha do Cabeço engolido pelo avanço do mar, reconhecido como uma autêntica aldeia de pescadores no litoral sergipano pelo Monsenhor Moreno, que foi pároco de Neópolis, já falecido, e registrado no jornal, quando da visita do primeiro bispo da diocese naquela região.

(Soa a campainha.)

O SR. ISAÍAS CARLOS NASCIMENTO FILHO – Nós vimos...

Eu posso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu lhe dou um minuto mais.

O SR. ISAÍAS CARLOS NASCIMENTO FILHO – Ó Deus! É pouco.

Em uma carta ao Incra, em 1986, esse grupo, esses pobres já diziam: "Nós vivemos uma situação nada diferente dos nossos bisavós e avós quando aqui chegaram na condição de escravos. O que hoje diferencia é que, antes, os senhores donos de escravos eram obrigados a fornecer o pão a seus escravos, e hoje, na nova República, nem isso temos".

Pois bem. Nós preparamos uma plenária de pescadores e pescadoras em Brejo Grande, que foi realizada em agosto de 2005. Nessa plenária, várias comunidades que nós visitamos estavam presentes. Em ata registrada, com assinaturas, inclusive no Brejão dos Negros, contamos com 211 assinaturas articuladas pelo Fausto, que está aqui, e por lideranças boas da época.

E foi tudo a céu aberto, em praça pública, na igreja, no salão.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como nós teremos, Padre Isaías, um momento de debate sobre o tema, e como são sete os expositores...

O SR. ISAÍAS CARLOS NASCIMENTO FILHO – Desculpe-me.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ..., eu peço a sua compreensão.

Como o senhor falou duas vezes no Vice-Presidente da Colônia de Pescadores, o José Fausto Santos, eu passo a palavra a ele por dez minutos, prorrogáveis por um minuto, para fazer exatamente esse contraponto.

Depois, vamos continuando a exposição.

O SR. JOSÉ FAUSTO SANTOS – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Realmente, fico frustrado, mas, ao mesmo tempo, fico feliz por ele dizer que participei de algumas reuniões. É verdade. Ele não está mentindo. Mas ele também não está direcionando a verdade quando dirige um pedido à Fundação Palmares com os nomes de apenas 17 pessoas para fazer uma ata e julgar a vida de mais de três mil pessoas. É isso que eu não consigo entender. Eu gostaria que a Casa pudesse entender e que ele pudesse explicar por que aconteceu dessa forma.

Existia a associação de moradores, constituída – pelo que a lei diz, isso teria de passar também por uma associação de moradores –, existia a associação de catadores de caranguejos, da qual eu era Presidente, desde 2003, e esse processo começou em 2005, e existia também um documento protocolado no Incra pela própria Associação de Catadores de Caranguejos no Incra, ao qual eu nunca tive a resposta, pedindo justamente que a própria associação se tornasse quilombola, já que era uma coisa boa. Só que o que foi consultado... E é isso o que me preocupa e que vem preocupando comunidades como as de Batateiras e de Resina, porque em Batateiras havia 23 posseiros. E aí ele vai ter mais essa oportunidade de dizer à Presidente quantos posseiros eles colocaram para fora, alegando que essas pessoas não se enquadravam no programa. E o programa foi feito para a reforma agrária. Por que os posseiros que lá estavam foram colocados para fora? E o coqueiral de que eles desfrutavam foi passado para a associação. Mas isso fica a critério deles responder para que vocês, senhores e senhoras, tenham o conhecimento.

Sem falar que, no povoado Resina, realmente, a situação daquela comunidade é difícil. Inclusive, minha esposa é da Fazenda Capivara, povoado vizinho ao povoado Resina, e lá, algumas pessoas, como o José Marcos, conhecido por Zezinho das Moças, com 62 anos, nascido e criado lá, foram impedidas de tirar os seus cocos pelo próprio pessoal do Incra, em uma reunião lá no colégio do Saramém. O Sr. Ailton foi impedido de tirar os cocos que ficavam lá dentro da área que foi determinada pelo Juiz Federal Ronivon para que fosse de uso da comunidade e não de posse apenas de um grupo, excluindo um outro grupo que já desfrutava daquilo ali. O Gerson também ficou impedido de tirar os seus cocos. Agora, em compensação, há pessoas que foram tirar coco da área que não era determinada e foram parar na delegacia. E o próprio Incra, que, inclusive, tem uma representação contra, disponibilizava o transporte do Governo Federal para levar essas pessoas nos dias de audiência. Isso é que é clamoroso. Sem contar que as pessoas que eles não aceitaram não têm o direito de usar o campo que ficou dentro dessa área que foi determinada como de uso coletivo nem acesso ao porto, porque ninguém entra na Resina sem autorização deles, a não ser as pessoas que sejam destinadas ou "predominárias" – eu não sei qual seria a palavra correta... Mas o que se vê é um grupo muito menor querendo oprimir um grupo maior que já vivia lá há muito tempo.

Em Batateiras, a posse da Dona Valdice pegava uma área que ficou na área que era de Zé Antônio, que foi passada para o Incra, e pegava uma área que ficou em outra parte. Ela continua desfrutando da outra parte, mesmo sendo do proprietário, que impede tanto, como dizem eles, que seja usufruído pelos posseiros, mas a parte que ficou na área determinada, hoje, como quilombola, porque, quando começou tudo, o laudo ainda não tinha sido aprovado; só foi aprovado agora, em 2012. E já existia uma cartilha como quilombola em 2011.

Eu até parabenizo pela forma de vidência que esse pessoal tem de predominar o futuro e de ver o futuro bem antes de o futuro acontecer. A minha preocupação também é... Eu fui um dos cinco que requereram, mas eu requeri para a melhoria da comunidade, não da forma como se vê. Em Carapitanga, todas as pessoas que nasceram e se criaram lá têm suas posses, mas elas não foram, em nenhum momento, avisadas de que as suas posses, que elas usam de forma individual, com a questão quilombola, passam a ser usadas de forma coletiva. Isso é o que é preocupante, porque essas pessoas serão pegas de surpresa, como as primeiras pessoas de Batateiras foram pegas e foram expulsas dos seus lotes.

Mas fico feliz quando ele diz que realmente o índice é lá embaixo.

Agora, como melhorar se Brejo Grande, como ele falou, tem, aproximadamente, 7,2 mil habitantes e o número citado pelo próprio Incra e pelas próprias pessoas da associação quilombola não chega a mil? Os outros vão viver onde e por que se as casas de Brejão dos Negros estão fora do perímetro? Tudo bem. Mas essas pessoas em Saramém e em Carapitanga foram informadas de que as suas casas passam a ser patrimônio da associação? É isto que queremos: que a Casa faça um resumo sem perda, para que essas pessoas que estão como quilombolas ou que estão sem serem quilombolas não saiam no prejuízo e, sim, tenham consciência daquilo que lhes é de direito, para que não sejam pegas de surpresa.

Há pessoas como o Sr. Anã, em Carapitanga, o Hamilton Gomes... Ele disse que o Incra disse que ia dar a posse da terra a eles. Mas agora eles já receberam a notificação das três partes de ilha que eles têm para que contestem ou corram atrás, dentro de um período muito curto, para as pessoas que não têm nenhum conhecimento nem a forma de se dirigir resolvam essas questões, até porque, quando essas pessoas também assinaram, dando o aval, elas não foram informadas de que a área delas ia ser passada para uma associação.

Então, como uma comunidade de pescadores, juntando as duas colônias que atuam lá, de pouco mais de 1,9 mil pescadores, é uma área onde a economia realmente é a pesca, é a captura do caranguejo... Mas, com essa forma que já foi implantada em Resina, eu vejo, como Vice-Presidente de uma colônia, como alguém que tem por obrigação defender aqueles que me colocaram lá, porque acho, sim, que eles são os meus patrões e eu sou empregado deles para lutar para que venham melhorias para eles... É por isso estou aqui pedindo, com muita humildade, que seja feito justiça de forma correta e que se venha a trazer, sim, paz e desenvolvimento social. Agora, que eles venham para todos, não apenas para um grupo, pois se trata muito mais de uma questão política do que de uma questão social.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FAUSTO SANTOS – Então, gente, o meu pedido a vocês aqui, e não só meu, mas de todas as pessoas que pretendem morar no seu povoado, onde construíram e criaram a sua família, é para que se dê dignidade para essas pessoas permanecerem no seu hábitat.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada ao Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z-7 e Aquicultores de Neópolis no Estado de Sergipe.

Eu passo a palavra ao Procurador Regional junto ao Incra no Estado de Sergipe, Marcos Bispo, até porque houve referência à instituição.

Com a palavra V. Sª, também por dez minutos.

O SR. MARCOS BISPO DOS SANTOS ANDRADE – Bom dia a todos e a todas!

Eu queria saudar esta Casa, este Senado, na pessoa de sua Presidente, Senadora Ana Amélia, agradecendo em nome do Incra, da AGU e da Procuradoria Federal pelo convite para estar aqui explicando, de início, que não participamos daquela primeira audiência porque a confirmação mesmo chegou dois dias antes e, como trabalhamos em cima de uma agenda, precisamos providenciar diárias. Embora a assessoria da Comissão viesse nas tratativas, viesse nos ligando, a confirmação mesmo chegou dois dias antes.

De qualquer forma, o que interessa a este País é que o Incra traz uma mensagem muito clara de ser maravilhosa esta oportunidade de estar aqui presente para debater uma política muito cara ao País.

Eu preciso explicar que eu não sou servidor do Incra. Eu sou servidor da Advocacia da União e estou lotado na Procuradoria Federal Especializada e nossa tarefa lá é fazer assessoria jurídica, acompanhar processo, dar parecer.

No caso específico da política quilombola, estamos falando aqui de um tema que desperta paixões, que desperta controvérsias infinitas, mas de um tema que está constitucionalizado.

O Incra não criou os normativos para fazer esse processo de regularização do além. Isso está nos arts. 215 e 216 da Constituição, que consagra o direito à diferença como expressão de uma identidade, mas também como patrimônio cultural do País – a mensagem é muito clara –, seja como direito dos diretos beneficiários, dos quilombolas, seja como patrimônio cultural deste País, que, evidentemente, tem nos descendentes de escravos e nos indígenas uma base forte de sua formação.

Aí, veio a Constituição de 1988 e constitucionalizou o tema. Ela disse que o Estado tem de fazer a titulação dessas terras aos remanescentes de quilombos. E esse procedimento específico de Brejão dos Negros não foge aos demais, sempre com muitas controvérsias. O processo em si, por tradição, é uma resistência. Normalmente, são duas pessoas querendo a mesma coisa. Daí existir o processo e, no Estado democrático de direito, estabelecer-se regras e procedimentos. No caso específico de Brejão dos Negros, é o mesmo roteiro de providências que o Incra adota com relação ao que já temos.

Vou citar só três exemplos.

Nós temos outras comunidades já certificadas lá, mas existem três quilombos já mais ambientados, na fase de titulação. Já estamos titulando áreas em prol da comunidade quilombola, e o procedimento, basicamente, é o mesmo: muita resistência, muita briga. Muito mais especificamente aqui, em Brejão dos Negros, existem alguns aspectos que são singulares. Por exemplo, grande parte desse território é formado por terras públicas, sejam terrenos de marinha, sejam acrescidos de marinha. Isso, grosso modo. Em torno de 40% dessas áreas, há indícios. Uma parte, evidentemente, já está demarcada como terreno público, e há indícios de que esse percentual chegue a 40% do território. Esse território fica na foz do Rio São Francisco com o Oceano Atlântico.

E mais: o Incra não cria... Muito pelo contrário, o Incra tem parceiros para fazer essa política. Nessa política, há a participação de entidades municipais, estaduais e federais. E é bom que se saiba que a regularização quilombola é competência concorrente, inclusive, da União, dos Estados e dos Municípios.

Esse procedimento de regularização quilombola é muito complexo. Eu estava lendo outro dia o voto do Eminente Relator daquela ação que discute a constitucionalidade do decreto que traça os procedimentos

da regularização quilombola e uma coisa é verdade. Ele diz que o procedimento é tão longo e complexo que nem aos quilombolas satisfaz. E ele votou dizendo que o decreto é inconstitucional, como também temos o voto da eminente Relatora Rosa Weber defendendo que o decreto é constitucional. Então, veja como é complexo fazer esse debate.

E na análise dessas alegações que temos feito, a Procuradoria Federal é convocada a participar do processo em diversas fases. Nós temos a certificação, que é uma fase estranha ao Incra e quem faz é a Fundação Cultural Palmares; temos uma fase de elaboração do RTID, que é um documento complexo, não só composto de relatório antropológico, de levantamento fundiário... Para se ter certeza dessa complexidade, basta imaginarmos que estamos em 2015 e que esse processo, que é de 2006, mal teve finalizada a segunda etapa desse procedimento longo e complexo. Ainda vai para uma fase de portaria do Presidente do Incra e, posteriormente, para uma fase de titulação. Nos casos relativos aos terrenos particulares, há a fase do decreto de interesse social.

Então, não é simples assim. Não é só o Incra, que chega lá e diz que elaborou esse relatório; e não é só a Fundação Cultural Palmares, que também faz essa assertiva.

Vou ler aqui um trecho da decisão do Poder Judiciário Federal do Estado de Sergipe – só um trecho. A sentença é muito crítica. Ela faz uma crítica muito forte à política quilombola, e o eminente juiz fala o seguinte:

É certo que essa discussão é feita neste processo apenas como [...] lateral, mas importante para o deslinde da controvérsia, como já dito acima. Pois, caso este juízo [é o juízo da 2ª Vara que está dizendo] entendesse que não se trata de uma possível comunidade "remanescente de quilombo", mas de "mero ajuntamento de pessoas, que, por exemplo, sabem traços da cultura negra e da sua culinária, para formatar a expropriação de bens de terceiros", não concederia qualquer interdito para defesa da posse da área.

Na conclusão, o eminente juiz diz:

Ante todo o exposto, julgo procedentes os pedidos [...] dos autores [que são a União Federal, através da Procuradoria da União, e o Incra, como assistente], para assegurar que a comunidade quilombola "Brejão dos Negros", situada no Povoado Resina, retire seu sustento de área de 172[...] hectares, [...], determinando [...] que o [...] [Incra] cerque as [...] [áreas] objeto do provimento [...], de forma a evitar conflitos que digam respeito à localização da área para efeito de cumprimento desta decisão.

E fala, no final, que haverá multas para quem descumprir.

Então, não é invenção do Incra.

O caso da Fazenda Batateiras, já citado aqui, é também um caso emblemático. O Incra fez a desapropriação pelo fundamento do descumprimento da função social, e, nesse ínterim, nesse transcorrer do processo, chega a informação de que ali há um procedimento requerendo a titulação quilombola. O que fez o Incra? Cumpriu a legislação, que determina que as primeiras terras que devem ser repassadas aos quilombolas são as terras públicas.

Então, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero aqui reafirmar o compromisso do Incra de fazer o debate nesta Comissão...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS BISPO DOS SANTOS ANDRADE – ... qualquer tipo de debate a respeito do tema, controvertido, difícil e caro.

Renovo, Senadora Ana Amélia, a nossa disposição, como servidor público, ciente do dever, das obrigações na assessoria do Incra – estive no Incra, mas já passei pelo DNIT. Em nome do Incra, quero reafirmar a nossa disposição de estar aqui para responder a algum questionamento dos eminentes Senadores e de retornar a esta Comissão quantas vezes forem necessárias.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Marcos Bispo, pela exposição.

Explico também que a Comissão tomou as providências administrativas para a audiência anterior, e V. Sª explicou as razões de não ter vindo – não compareceu em função das diárias. Os órgãos públicos, às vezes, têm esses processos burocráticos que nem sempre são ágeis como nós gostaríamos. Mas a Comissão, como V. Sª sublinhou, já vinha fazendo tratativas, antes dos dois dias da confirmação da audiência.

Nós também não podemos dar taxativamente a certeza de que uma audiência vai acontecer, em razão, às vezes, de iniciativas no Congresso que superam o Regimento Interno da própria Comissão e que são de interesse coletivo.

Passo a palavra, de imediato, à Srª Maria Izaltina Silva Santos, representante da comunidade quilombola Brejão dos Negros, no Município de Brejo Grande, no Estado de Sergipe, também por dez minutos.

A SRª MARIA IZALTINA SILVA SANTOS – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Presidente, Senadora Ana Amélia.

Não sei se é um prazer estar aqui, porque não tenho esse costume. Nasci e cresci numa comunidade quilombola, ouvindo as histórias dos mais velhos.

No dia 8, nós assistimos à audiência pela televisão, mas não ficamos preocupados, porque nós não temos preocupação. Quando entramos nessa luta, sabíamos que não iria ser fácil, porque nunca foi fácil para nós. Nunca foi fácil.

Eu ouvi aqui o Sr. Manfredo falar que a escravidão não acabou, e realmente não acabou – nós sabemos disso. A escravidão mudou de forma. A forma como se escravizam as pessoas é outra. Percebemos isso, porque vemos, na comunidade, as pessoas se deixando ser escravizadas.

O Fausto deu o seu depoimento aqui, e nós, que acompanhamos desde o início, ficamos surpresos ao ouvi-lo falar que foi enganado. Quem nos enganou, se participávamos das reuniões no meio da rua? Ele era uma das pessoas que estavam à frente, que puxavam, que convidavam as pessoas na comunidade. Eu fui convidada. Ele foi à minha porta para me convidar a participar, a esclarecer o que era ser quilombola. Isso ocorreu na frente de uma igreja, numa comunidade chamada Paraúna, que fica dentro do Brejão dos Negros. Então, ficamos pensando o que leva uma pessoa a fazer esse tipo de coisa.

O padre não descobre quilombo. Nós já existíamos, nós já estávamos lá. Não foi ontem que chegamos. Da forma como se fala, é como se tivéssemos vindo de outro lugar para dentro da comunidade, mas nós não viemos de outro lugar.

A minha bisavó, que era indígena, já nasceu lá, e o meu bisavô era africano. A miscigenação aconteceu.

A liberdade chegou? Não! A cada dia, a gente se vê encurralado. A gente vive numa comunidade ribeirinha que tem o costume de lavar a roupa no rio, mas a gente não tem mais acesso ao rio para lavar roupa. Por quê? Porque a Drª Rosivan, a família dela não deixa que a gente vá até o rio, onde a gente costumava lavar roupa. Há cercas. Proibiram que a gente vá lavar roupa no rio.

Então, tudo isso nos levou a nos juntarmos, a nos organizarmos, a lutarmos por aquilo que é nosso. Foi isso que aconteceu. Ninguém nos enganou. O padre não disse o que tínhamos que fazer. Nós não somos fantoches. Nós não somos fantoches de ninguém, nem de Incra, nem de Ministério Público, nem de ninguém. Nós sabemos o que queremos. Nós já sofremos muito. Já fomos agredidos dentro da comunidade, já vimos o padre quase ser linchado dentro de uma igreja, em 2007, por conta de mentiras.

Se a comunidade toda não se aceita, é por conta de pessoas como a Juíza, Drª Rosivan, que fez uma sessão itinerante da Câmara de Vereadores dentro da comunidade, no dia 15 de agosto de 2007. Eu participei por acaso, porque não era para qualquer pessoa participar. As pessoas foram escolhidas a dedo, pessoas que não têm conhecimento nenhum. Lá, na comunidade, a maioria das pessoas não tem conhecimento nenhum. São verdadeiros ignorantes, sim.

Aprendi muito nessa luta, aprendi muito, mas nós não sabíamos nada. Agradecemos, sim, ao Padre Isaías por nos fazer enxergar com os nossos olhos.

Nessa audiência, lá na escola municipal, no povoado do Brejão, ela iniciou dizendo que, se quiséssemos ser quilombolas, nós voltaríamos ao tempo da escravidão. E quem quer voltar ao tempo da escravidão? Quem quer? Já sofremos tanto, mas ainda falam que voltaríamos ao tempo da escravidão, que haveria um tronco na praça. As pessoas que estavam ali assistindo – a praça estava cheia, porque havia muita gente nesse dia –, quando ouviram isso, se amedrontaram. Diziam que elas iriam perder suas casas.

A nossa luta não é para oprimir mais. Nós não queremos oprimir, porque já fomos oprimidos a vida inteira. Durante a vida inteira, nós sofremos opressão, mas não queremos oprimir.

Por isso, nós não incluímos a comunidade no nosso território, respeitando o direito de quem não quer se autodefinir.

Mas essa luta não é só dos quilombolas, não. A nossa luta por um território é para garantir o sustento não só dos quilombolas, mas também de quem mora lá, porque nós sobrevivemos de uma área comum. A nossa área comum é o manguezal, é o rio, que, muitas vezes, está lá cercado, e o pescador não tem o direito de encostar o barco, Sr. Fausto. O senhor defende o direito do pescador, mas está lá dentro daquelas áreas às quais o pescador é proibido de chegar com o barco, na beira do rio. É justo isto, minha gente? Um pai de família que só tem o direito de usar uma área pública, não ter o direito de chegar à beira do rio, pegar um caranguejo, colocar uma ratoeira? É disso que nós sobrevivemos – 80% da comunidade, ou do povoado, ou do Município sobrevive disso.

Nós não enganamos ninguém. Nós somos democráticos e aceitamos que quem quer ser quilombola tem o direito de ser quilombola, porque quilombola somos todos nós que nascemos e crescemos ali. Somos descendentes, sim, dos africanos.

Aqui foi contada uma parte da história de Brejo Grande, mas não foi contada aquela parte que diz que, depois da escravidão, chegaram 400 escravos. Depois da abolição, chegaram 400 escravos a Brejo Grande. Foi contado isso? Não foi. Por quê? Porque não interessa saber disso. Só interessa dizer que não existiam escravos. Vinte engenhos dentro de um Município tão pequeno, e não houve escravos – não houve. E o que nós somos? Meu bisavô foi africano, e não foi escravo? Não é isso que nós sabemos.

Os negros daquela época usavam Brejão dos Negros como refúgio. Segundo a história dos mais velhos, eles saíam dos engenhos, corriam, fugiam do castigo e se escondiam lá. Chamava-se refúgio dos negros. "Vamos para o refúgio!" Era lá que eles ficavam. Essa história nós conhecemos.

O Sr. Manfredo é historiador. Antes de nos reconhecermos, contava-se essa história. As escolas, quando queriam saber da história da comunidade, pediam que as pessoas fizessem esse trabalho. Mas depois que nós nos reconhecemos, depois que a negrada descobriu o seu direito, a história foi escondida, não existe mais.

Por onde eu passava, quando pequena, com a minha mãe, eu via os tachos – na área do Raposo, da família da Drª Rosivan –, os madeiros, com aquelas argolas. Eu perguntava: "Mãe, o que é isso?" Ela respondia: "Filha, isso é do tempo do cativeiro." Lá eles não usam a palavra escravidão; eles usam "cativos". Foi da época dos cativos, do cativeiro.

Sabemos que nada é fácil para nós.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA IZALTINA SILVA SANTOS – Como se fala aqui que houve fraude – há algum tempo eles vêm se manifestando e se mobilizando para nos desmoralizar –, em 2010, Fausto usou até a irmã dele no jornal *Correio de Sergipe* para se passar por Maria Dantas, dizendo que foi enganada. Essa matéria está no jornal, com uma foto – está até aqui comigo. A irmã dele é cunhada da Drª Rosivan, mas eles dizem que não têm interesse nenhum em estar aqui – não têm interesse. Como fazem tanta coisa, tanta perseguição – porque nós somos perseguidos dentro da comunidade – e dizem que não têm interesse, que é só para ajudar a comunidade?

Não há 3 mil pessoas morando na comunidade com direito à terra, não. Não há 3 mil, como foi falado aqui. Uma hora se fala em 3 mil; outra hora se fala em 2 mil.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA IZALTINA SILVA SANTOS – Não vivem só 3 mil. Ninguém vive de terra lá, não. Ninguém vive disso, a não ser nós, que hoje temos um pedacinho para plantar.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Maria Izaltina.

Agora, passo a palavra à Drª Rosivan Machado da Silva – também citada –, Juíza de Direito da Comarca de Neópolis, no Estado de Sergipe, que participou da audiência anterior.

V. Sª tem a palavra por dez minutos.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Quero cumprimentar todos e lembrar que está aqui a cidadã, e não a juíza.

Eu queria dizer que fico feliz porque esta é a primeira oportunidade que tenho de ouvir o Padre Isaías reportar-se a esse tema e a D. Izaltina.

Quero dizer o seguinte, D. Izaltina: estou aqui porque tenho interesse, mas não o interesse em tentar utilizar o Senado Federal para promover a defesa de terras que eventualmente eu possua nessa região, não. Tenho interesse em que o Senado Federal, a sociedade brasileira e as autoridades constituídas – nesse caso, peço atenção especial ao Ministério Público e formulo um pedido especial à Drª Lívia Tinoco –, para que o Ministério Público fiscalize e observe com lupa o que está acontecendo neste País.

Preocupa-me muito a afirmação do doutor procurador de que o acontece na comunidade Brejão dos Negros é a mesma coisa que está acontecendo em todos os outros processos de reconhecimento de comunidades quilombolas pelo País. Por quê? Porque o que acontece na comunidade Brejão dos Negros é uma grande fraude, e vou explicar aos senhores o porquê. Não há complexidade nenhuma no procedimento. O procedimento legal é simples.

O procedimento legal é o seguinte: a comunidade se autorreconhece a partir dos seus valores e da sua trajetória histórica, cultural e étnica e formula um requerimento à Fundação Palmares, que faz uma verificação sobre a vontade da comunidade e sobre o histórico dessa comunidade e emite uma certidão. E o Incra faz um trabalho técnico, a partir de informações históricas, como registros, e de informações que são colhidas na própria comunidade. É simples.

No caso de Brejão dos Negros, o que o Incra precisa explicar aqui não é como o processo legal tramita, não. O que o Incra e a Fundação Palmares precisam explicar aqui são coisas simples. Primeiro, por que a Fundação Palmares emitiu uma certidão, a partir de um requerimento de cinco pessoas, sem considerar que se tratava de um universo de 3 mil moradores? Por que a Fundação Palmares emitiu uma certidão com uma ata de 17 pessoas, sendo que um ofício do padre diz que aquela reunião aconteceu um ano antes, mas a ata está datada de um ano depois? O ofício do padre para a Fundação Palmares diz que aquele requerimento e aquela deliberação ocorreram no mesmo período do processo da comunidade Caraíbas, que tinha sido certificada um ano antes.

Há uma entrevista da D. Pastora, que era líder do movimento na época, dizendo: "Nós não conseguirmos no nosso primeiro requerimento. Formulamos um segundo." Ora, se formularam um segundo, o Fausto, pelo que eu ouvi na audiência pública passada, não participou de nenhuma reunião, mas a assinatura dele está lá. Se confrontarmos a ata com o requerimento, vamos ver claramente que há pessoas que subscreveram o requerimento e que não assinaram a ata. O Fausto disse que fulano, fulano e fulano não participaram da reunião, mas a assinatura está aqui, o que significa que uma ata foi fabricada sem que ocorresse a reunião. Tenho certeza de que o Ministério Público vai apurar esse fato, até porque houve uma notícia-crime apresentada por posseiros questionando isso.

Vamos ao procedimento do Incra. O que o Incra fez. A primeira coisa que o Incra tinha que fazer era nomear uma equipe multidisciplinar, uma equipe técnica para conversar com a comunidade e apresentar os procedimentos. Antes de nomear essa equipe, o Incra cadastrou quase 300 famílias como se quilombolas fossem. Passou a doar cestas básicas a essas famílias com uma condição: só receberão aqueles que se declararem quilombolas. A Associação Santa Cruz era quem entregava as cestas, como até hoje entrega, condicionando: "Ou você assina declarando-se quilombola, ou você não recebe." Além disso, cobrava pelas cestas. Isso é fato público, denunciado inclusive na imprensa falada da região.

O padre diz que está em defesa de uma comunidade oprimida, assim como a D. Izaltina, e tudo o mais.

Eu pergunto aos senhores o seguinte: será que, no século atual, com as pessoas com o conhecimento que têm, com o acesso aos meios de comunicação... Brejão não é uma comunidade isolada, não. Brejão em peso está assistindo a esta reunião.

Sabe por que, D. Izaltina, a senhora não consegue ser respeitada não por mim, mas pela comunidade? Porque a senhora falta com a verdade.

Quando a senhora diz que as pessoas não têm como lavar roupa no rio porque a juíza impede que elas tenham acesso ao rio – os Senadores não conhecem a região, não –, mas o Brejão em peso sabe que esse fato não é verdadeiro. O Brejão em peso sabe que a senhora não lava roupa no rio, porque há água encanada na sua casa.

Quando o padre diz: "Estamos em defesa dos posseiros, etc...", as pessoas sabem que os posseiros nunca foram privados das suas posses. Quando se diz aqui que a Norcon impedia que os posseiros utilizassem suas posses, as pessoas lá sabem que esse fato não é verdadeiro. Então, construiu-se tudo em cima de uma grande mentira.

Primeiro, foi lançado na imprensa que havia pessoas ameaçadas de morte. Vou ler aqui uma das queixas relativas a isso para os senhores entenderem que não havia ameaças de morte. Os fatos eram plantados e levados ao conhecimento do Ministério Público, da Polícia Federal, do Incra, etc., para criar um falso conflito e justificar a opressão do Estado não apenas sobre Rosivan, não, porque Rosivan sabe como se defender na Justiça, inclusive, mas também sobre os posseiros.

O Incra "desintrusou", ilegalmente, verbalmente, utilizando a Polícia Federal para isso e levando falsas informações para a Justiça. Eu tenho relatórios, produzidos pelo Incra, informando à Justiça Federal que, na ação de desapropriação, há o processo administrativo de desapropriação para fins de reforma agrária. Em relação à desapropriação consensual, está dito: "Existem inúmeros posseiros na propriedade que vivem em harmonia, extraindo o seu sustento da terra, com o consentimento do proprietário." Mas, nessa mesma ação, depois surge um relatório do Incra dizendo que aqueles posseiros eram invasores. Na verdade, os posseiros eram membros da associação. Então, quando o Incra é emitido na posse, entrega a área à associação para fortalecer o movimento, que não tem o aval das pessoas da comunidade.

D. Izaltina pode dizer quantos moradores há na região desapropriada e também quantos integram o movimento. Ela sabe muito bem disso, e eu tenho relatórios em que ela própria afirma que não chega a 10%, porque não é uma centena de pessoas, não, que acompanha o movimento.

Será que, se houvesse tanta bondade em favor de pessoas oprimidas – oprimidas por autoridades, por políticos, por fazendeiros, por jagunços –, a comunidade iria se colocar contra um projeto tão bom, padre? Será?

A senhora diz que o povo do Brejão é ignorante. Não é, não, D. Izaltina. Esse é o seu erro. As pessoas do Brejão podem não ter acesso a ensino com a qualidade que mereciam, mas elas são inteligentes, elas são observadoras, elas são perspicazes e, sobretudo, elas são verdadeiras. Por isso, elas não compactuam com a imoralidade e com as ilegalidades que foram praticadas durante todo o processo.

Infelizmente, eu não posso resumir em dez minutos o que se passou em dez anos, mas está pronta – vou protocolar na segunda-feira e encaminhar uma cópia para a senhora, Senadora, e faço questão de entregar uma cópia ao Ministério Público – uma notícia-crime, pontuando e apresentando documentos que comprovam todas as informações falsas.

Quando cotejamos informações de um processo, informações do Incra em um determinado processo são em um sentido; em outro determinado processo, são em outro sentido. Por exemplo, a antropóloga, no laudo antropológico, diz: "Eu não pude ir à comunidade realizar o trabalho como deveria, porque estava sob ameaça de morte." Na Justiça Federal, na ação contra a Norcon, que dizia que a Norcon estava oprimindo os nativos, a mesma antropóloga diz: "Eu não saía da comunidade. Perdi a conta das vezes em que estive lá. Tenho certeza de que aqui é uma comunidade quilombola e de que as pessoas precisam do acesso à terra."

(Soa a campainha.)

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Ora, como um juiz, que não conhece a região, diante de um quadro pintado pela antropóloga que diz que realizou um estudo e identificou que ali há uma comunidade quilombola, vai dizer que não é? É claro que ele vai dizer.

Então, eu gostaria que o Senado Federal fizesse, porque é necessário, Senadora Ana Amélia, um aparelhamento do Estado com um propósito ideológico e, não tenho dúvida, político. Dessa forma, a comunidade do Brejão seria ouvida em todo o processo, mas jamais se permitiu isso. As reuniões eram feitas a portas fechadas, proibindo-se o acesso.

D. Izaltina, eu nunca disse que o povo de lá ia voltar à escravidão, não. Isso é ridículo, principalmente porque eu não tenho o poder de convocar sessão itinerante da Câmara, não. A Câmara é um Poder, que deve ser respeitado.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Rosivan.

Passo a palavra à Chefe da Divisão do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares, Srª Edi Freitas, também por dez minutos.

Rapidamente, por favor.

A SRª EDI FREITAS – Bom dia a todos!

A Fundação Cultural Palmares foi instituída em 1988, por força da Constituição Federal, para defender os interesses das populações afrodescendentes. Entre elas, incluem-se as comunidades remanescentes de quilombos.

Foi inserido, na Constituição, o art. 68, que é do conhecimento de todos. A partir daí, o Governo Federal e os Srs. Parlamentares instituíram uma série de legislações em defesa dos interesses dessas comunidades quilombolas.

O Governo Federal institui o Decreto nº 4.887, que teve como base regulamentar os procedimentos administrativos que dariam respaldo à regularização fundiária das terras das comunidades quilombolas.

É sabido que essas comunidades, durante todos esses séculos, foram expropriadas das suas propriedades. Elas foram reduzidas a locais de mínima sobrevivência, mas essa comunidade sobreviveu e está lá há muitos e muitos anos – ela não foi colocada lá.

Às vezes, analisando esse processo, meritíssima juíza e excelentíssimos senhores, o Brejão dos Negros já é uma definição de uma comunidade de negros. Então, lá se instaurava essa comunidade. Os processos que seguiram depois. Todos nós sabemos como funcionou esse processo relativo às populações menores e mais afligidas. As comunidades sempre foram excluídas, sempre estiveram fora do processo de visibilidade. Há 10 anos, 15 anos, elas começaram a se inserir, com regulamentos, tanto federais como locais, de proteção e de defesa dos seus interesses.

A Fundação Cultural Palmares defende esses interesses da comunidade por entender que ela é um patrimônio cultural afro-brasileiro. Ela permaneceu em suas áreas, durante séculos e séculos, difundindo a sua cultura. Por si só, ela é reconhecida.

Há instâncias com relação ao processo de certificação adotado pela Fundação Cultural Palmares. À época em que foi certificada a comunidade do Brejão, vigia uma portaria interna, e as pessoas que assinaram estavam respaldadas por essa portaria. Não haveria necessidade.

A autoidentificação dessas comunidades é protegida pela Convenção nº 69. Não cabe à Fundação Cultural Palmares questionar essa autodefinição. Cabe, de acordo com o Decreto nº 4.887, certificar essa autodefinição. É este o papel da Fundação Cultural Palmares: certificar a autodefinição. Foi o que fez. O processo seguinte é repassar para o Incra para os procedimentos previstos também no Decreto nº 4.887.

Sabemos, obviamente, que, em relação a essas comunidades, durante todo esse processo, há a autonegação. Elas sofreram espólios e ainda sofrem pressões locais que não podemos definir, pois só elas podem fazê-lo. A autonegação é um processo histórico – ninguém pode negar isso. Durante todo tempo, elas tiveram... Autodefinir-se como negro já era um erro; como comunidade remanescente quilombola, dois erros, porque ela enfrenta o conflito de interesses de pessoas que detêm posses adquiridas através do esforço ou do prejuízo da condição humana dessas comunidades.

Então, a comunidade Brejão já existe e está certificada pela Fundação Cultural Palmares, que a reconheceu a partir desse processo. A comunidade detém um patrimônio material e imaterial. Portanto, não cabe nenhum questionamento, senhores, com relação ao procedimento de certificação da Fundação Cultural Palmares, que é claro e transparente.

Quanto ao questionamento que foi feito com relação à documentação anterior, a Fundação Cultural Palmares tem um serviço de protocolo em que registra a data em que se deu entrada no pedido. A partir daí, instala-se um processo de certificação.

O processo foi instaurado em 2006, ou seja, iniciou-se o processo a partir daí, adotando as medidas previstas na portaria vigente, a Portaria nº 06. E a Fundação Cultural Palmares cumpriu todos os ritos de sua competência previstos no Decreto nº 4.887.

Quanto aos questionamentos relativos à transparência desse processo, o processo é público e está registrado na Fundação Cultural Palmares, e qualquer cidadão pode ter acesso aos procedimentos que são adotados pela Fundação Cultural Palmares.

A comunidade do Brejão é uma comunidade frágil, sim, muito frágil, por conta da falta de condições que ainda persistem na comunidade. Apenas há pouco tempo, ela teve acesso à energia elétrica.

Então, dizer que são necessários dados mais consistentes para identificar uma comunidade quilombola – nós sabemos que um dos interesses da sociedade foi o de extinguir esse patrimônio cultural no decorrer desses anos, haja vista a desvalorização que ocorreu – é desconhecer a proteção dada a essas comunidades tanto na legislação internacional como na nacional.

Nós temos a Convenção nº 69, que foi ratificada pelo Governo Federal; o Decreto nº 4.887; a Constituição Federal e os normativos internos. Além disso, há ainda o correto normativo do Incra com relação aos procedimentos de certificação.

Então, não vejo nenhuma veracidade na contestação do procedimento de autodefinição dessa comunidade, porque ele está dentro da Fundação Cultural Palmares, é regular, não fere nenhum dispositivo, tanto interno como legal, e garante à comunidade que ela registre, sim, a sua certidão de autodefinição.

Eu agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada pela colaboração, inclusive em relação ao tempo. A Srª Edi Freitas é Chefe da Divisão do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares.

A última exposição é da Drª Lívia Nascimento Tinoco, Procuradora da República do Ministério Público Federal do Estado de Sergipe.

Também concedo a palavra a V. Ex ª por dez minutos, Drª Lívia.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Bom dia a todos e a todas!

Quero saudar toda a Mesa, na pessoa da Senadora Ana Amélia.

Agradeço, Senadora Ana Amélia, a sua abertura sempre ao diálogo.

Faço parte de um grupo de trabalho do Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal, para analisar, principalmente, a questão arqueológica.

A senhora, o seu gabinete e a sua assessoria têm sido sempre sensíveis às conversas conosco, recebendo-nos quando necessário. Da mesma forma, o Senador Waldemir Moka, que, por meio de sua assessoria, também tem nos recebido para discutir assuntos ligados à questão da arqueologia e do patrimônio cultural.

Não posso deixar de homenagear a Senadora Maria, que brilhantemente representa o Estado de Sergipe nesta Casa.

Quero agradecer muitíssimo ao Senador Caiado pela amizade com o Ministério Público Federal e pelos esforços que empreendeu, na primeira oportunidade, para mudar a data da audiência. Informamos que seria impossível comparecermos naquela data, porque já tínhamos assumido, no Ministério Público Federal, a tarefa de substituir uma colega que estava de férias no Município de Paulo Afonso, na Bahia, e ficaria o Município

desguarnecido, depois de termos assumido o compromisso, se tivéssemos que vir aqui. Então, justifico a minha ausência na primeira oportunidade, mas fiz todos os esforços, junto à nossa assessoria... O Arantes teve muitas conversas com o Senador Caiado e explicou essa dificuldade que o Ministério Público tinha de comparecer naquela primeira data.

Digo isso, primeiramente, para refutar as afirmações que aqui foram lançadas pelo Sr. Manfredo Goes Martins de que a nossa ausência, naquele primeiro momento, se dava porque não respeitávamos o Senado e não tínhamos consideração por esta Casa.

De pronto, eu afasto, repilo essa afirmação que foi feita aqui, porque nós temos um relacionamento muito afável, muito bom com o Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Respeitoso e republicano.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – E muito respeitoso, em todas as oportunidades. Gostamos muito de estarmos presentes aqui para poder trazer a visão do Ministério Público sobre os diversos conflitos e as situações de complexidade da nossa sociedade que o Senado precisa resolver.

Dito isso, eu gostaria de contextualizar um pouco a questão quilombola no Estado de Sergipe, tema que estamos tratando aqui, para que compreendam algumas situações.

O Estado de Sergipe é muito próximo ao da Bahia – todos vocês sabem disso. Na época das capitanias hereditárias, acho que basicamente havia uma junção com a capital, mas depois veio a separação do território. Há muitas comunidades negras em virtude de toda aquela vizinhança com o Estado da Bahia.

Existem, hoje, no Estado de Sergipe, 29 comunidades certificadas pela Fundação Palmares como comunidades quilombolas, grupos remanescentes de quilombo.

Vamos falar da comunidade Brejão dos Negros, que é o foco da nossa reunião. Essa comunidade foi certificada em 2006 e constituída por 486 famílias cadastradas como quilombolas, com cerca de 2.115 habitantes.

A área pleiteada por essa comunidade gira em torno de 8.139 hectares. Desses 8.139 hectares, 1.269 já sabidamente são terras públicas, terras da União – terrenos de marinha ou terrenos acrescidos de marinha.

Estima-se que a área pública, quando completamente identificada por meio da LPM, porque a SPU terá que fazer esse trabalho lá antes que o Incra comece a fase de indenização... Estima-se que a área pública, quando a LPM for traçada, chegue a 3,7 mil hectares desse território, que é solicitado pela comunidade Brejão dos Negros. Isso abrange 45% da área, ou seja, estima-se que 45% da área que essa comunidade pleiteia hoje será de área pública, quando estiver delimitada a LPM.

Hoje, 85% dessa área em que há propriedades registradas pertencem a três famílias: família Machado, família Goes e família Martins. Essas áreas serão indenizadas, e não será pago, obviamente, o valor da terra nua, porque é assim a legislação estabelecida pelo próprio Congresso Nacional. Elas não serão indenizadas pela terra nua, mas apenas pelas benfeitorias de boa-fé, porque se trata de terra da União. É esse o motivo de todo o conflito.

Como eu disse, 85% dessas áreas estão na mão de três famílias: Goes, Martins e Machado. A Drª Rosivan é representante da família Machado, e o Sr. Manfredo, que esteve na reunião passada, é representante da família Goes e da família Martins, porque entre elas há laços também de familiaridade. Essas três famílias serão atingidas quando vier a fase das desapropriações e perderão essas áreas, mas serão indenizadas em dinheiro, porque assim prevê a legislação. A indenização das terras de quilombos não é feita em TDA, como a reforma agrária, mas, sim, em dinheiro, então, passarão de três famílias para 486 famílias.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Essas famílias estão há quanto tempo na área?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Há muitos anos, décadas e décadas. Existe um relatório antropológico realizado pelo Incra, que fez todo o levantamento histórico dessas comunidades. A permanência delas, historicamente, pode-se afirmar... Não sei exatamente a quantidade de anos, e talvez o antropólogo do Incra que está presente tenha essa informação, mas, como a Izaltina mencionou, a bisavó dela já estava nessa área. Então, é uma área de ocupação, vamos dizer assim, praticamente centenária.

Existe uma legislação...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Esses fazendeiros entraram recentemente, é isso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O tempo é um problema, Senador.

Sem querer interromper, pode responder a pergunta, Drª Lívia.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Estou disponível para responder todas as perguntas. Só quero que cuidem do meu tempo para que eu não o perca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O seu tempo será respeitado.

Eu penso que a pergunta do Senador Medeiros é sobre as famílias que serão retiradas de lá. Há quanto tempo estão lá? É essa a pergunta.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Ah, sobre essas famílias? Muitas famílias estão lá, talvez, pelo mesmo tempo que essas outras, porque existe um processo de ocupação centenária. São famílias que tiveram, no passado, engenhos, que eram donas de terras naquela área e que mantinham essa população, que hoje se reconhece como quilombola, como trabalhadores nas fazendas. Então, eles coexistiram sempre naquele território.

A legislação que trata das terras da União traz um artigo específico. Não estou com ele aqui, mas sei de cabeça, porque nós trabalhamos muito com essa lei. Ela dá preferência à entrega de terras da União a comunidades quilombolas, a comunidades tradicionais, a comunidades indígenas. Então, se há um processo de ocupação de terras públicas e coexistem comunidades quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e comunidades que não fazem parte desses grupos – a comunidade branca envolvente, vamos chamar assim –, existe uma preferência legal para a ocupação dessas terras, que está relacionada à ocupação das terras da União.

Dessas 29 comunidades já decretadas no Estado de Sergipe que citei para vocês, apenas em relação a duas comunidades há processos conflituosos que já chegaram à Justiça. São elas: a comunidade de Brejão dos Negros, que estamos tratando aqui hoje, e também a comunidade de Ladeiras, do Município de Ladeiras. Essas são as duas únicas comunidades em que há um conflito que já reverberou na Justiça – na Justiça Federal e na Justiça Estadual do nosso Estado de Sergipe.

É bom sempre lembrar que estamos falando aqui – o Padre Isaías já mencionou, mas eu gostaria muito de ressaltar – de uma área paupérrima do Estado de Sergipe. Se os senhores virem as fotos que devem estar por aqui, perceberão que é uma comunidade que ocupa a beira do Rio São Francisco num estado de miserabilidade completa, sem água e, até muito pouco tempo, sem energia elétrica.

A energia elétrica foi instalada a nosso pedido e a pedido da prefeitura pela Energisa, nossa companhia no Estado, a trancos e barrancos, porque, quando o Programa Luz para Todos chegou a essa comunidade para ser instalado na Resina, um dos diretores da Energisa me procurou para dizer: "Doutora, nós não estamos conseguindo colocar luz porque há jagunços embaixo do poste, armados...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – ... mandando os funcionários da Energisa descerem, dizendo que lá não se coloca luz." Então, foi necessário fazer um contato com a Secretaria de Segurança Pública. O Secretário de Segurança Pública do Estado colocou a polícia para dar segurança aos funcionários da Energisa a fim de que pudessem colocar luz naquela comunidade.

Discordo totalmente da Drª Rosivan quando ela fala que não há conflito. Há conflito, e muito. O Ministério Público Federal tem sido demandado por diversos órgãos federais daqui da capital e do próprio Estado de Sergipe para se envolver e apaziguar esses conflitos.

Por exemplo, vou citar, rapidamente, alguns órgãos que nos enviaram pedidos de providências: Secretaria de Direitos Humanos; Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados chegou a fazer uma audiência pública dentro da comunidade e, depois, mandou um ofício para o Ministério Público solicitando dados sobre um processo disciplinar que a Juíza Rosivan sofreu na sua corregedoria pelo envolvimento nessa questão quilombola e também informações sobre isso, dizendo que gostaria de apoiar as comunidades nesse processo disciplinar e requisitando que o Ministério Público se fizesse presente nessa complexa situação. Continuando: o Programa de Defensores dos Direitos Humanos, que, além de incluir essa comunidade e alguns dos seus membros como defensores ameaçados, vive constantemente solicitando ao Ministério Público providências e relatórios para que cuide da situação de conflito; a Ouvidoria Agrária, que já fez duas ou três audiências públicas no Estado de Sergipe dentro da comunidade quilombola Brejão dos Negros; e a própria Energisa, como já contei aqui, que nos solicitou apoio para poder colocar luz no local. Enfim, nós temos uma demanda muito grande que demonstra um conflito realmente feroz.

Aqui estão as casas dessas pessoas. Essa é a comunidade da Resina, onde conseguimos colocar luz elétrica. Essa população vive à beira do Rio São Francisco, mas não tem água para beber, só a água do rio, que é salobra por todos os problemas que o São Francisco vive – os senhores conhecem também os problemas do Rio São Francisco. Eles moram praticamente na foz do Rio São Francisco, mas a foz do Rio São Francisco, a cada dia, regride para dentro do rio. O mar invade o rio, e a água que essa comunidade tem é praticamente salobra.

Eu queria dizer aos senhores que o papel do Ministério Público Federal junto a essa questão quilombola ocorre, primeiro, porque a Constituição Federal, que é o instrumento de trabalho de V. Exªs, estabeleceu, como patrimônio cultural, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Os negros fazem

parte desses grupos e, portanto, representam nosso patrimônio cultural que precisa ser cuidado. Além disso, o art. 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) reconheceu como propriedade definitiva as terras dos remanescentes de comunidades de quilombo que estejam em suas terras, que estejam ocupando suas terras e obrigou o Estado a emitir a essas comunidades os títulos. É isso que está ocorrendo em Brejão dos Negros.

Essa comunidade remanescente de quilombo de Brejão dos Negros se enquadra perfeitamente no seguinte artigo, que define o que é uma comunidade quilombola:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição [eles se autoatribuem essa condição quilombola], com trajetória histórica próprio [o que já foi levantado nos estudos antropológicos], dotados de relações territoriais específicas [eles têm essa relação de subsistência com esse território], com presunção de ancestralidade negra relacionada com a opressão histórica [essa ancestralidade negra está plenamente comprovada].

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Drª Lívia, a senhora já usou os dois minutos adicionais da indagação do Senador. Pediria, por favor, que a senhora encerrasse, porque os Senadores têm perguntas a fazer a V. Sª e também aos outros palestrantes.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Eu gostaria de resumir dizendo que tenho muitas outras coisas aqui para mostrar aos Senadores. Eu trouxe diversos documentos que quero entregar a esta Comissão, mas, Senadora Ana Amélia, permita-me apenas dar uma justificativa.

Quero me dirigir especialmente ao Senador Moka, porque eu assisti, Senador, à primeira audiência e vi que o senhor ficou muito indignado quando o Sr. Manfredo disse que o Ministério Público não recebia os proprietários de terra no Estado de Sergipe. O senhor disse: "Vamos chamar a Procuradoria-Geral da República, porque o Ministério Público Federal do Estado de Sergipe não recebe os proprietários de terra."

Eu tenho aqui, Senador – trouxe para o senhor –, a prova da mentira que o Sr. Manfredo plantou nesta Comissão. Mentira! Eu digo "mentira", uma palavra forte, porque tenho aqui atas de reuniões assinadas por proprietários de terra que estiveram comigo – realizei uma das reuniões com a presença inclusive da Drª Rosivan.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Não era com proprietários, não, doutora. Era com uma comissão da Assembleia Legislativa.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – O Prefeito do Município de Brejo Grande nos solicitou que recebêssemos três Deputados Estaduais – nós os recebemos –, e com eles vieram a Juíza Rosivan e diversos proprietários de terra – o Sr. Fausto se recorda disso. Acho que nenhum dos dois vai desmentir o fato de que nós os recebemos. Eu tenho aqui as datas e tudo mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Lívia.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Quero dizer que o Ministério Público recebe, sim. Tenho aqui a comprovação.

O que houve aqui foi uma mentira plantada para causar a discórdia entre esta Comissão e o Ministério Público Federal no que diz respeito à atuação do Ministério Público Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Lívia.

Agora, passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, que é o requerente, caso queira fazer alguma indagação.

Pela ordem, por ter referência regimental, o Senador Moka, os Senadores Paulo Rocha e Donizeti Nogueira.

Por ordem de chegada, Senador Moka, Senador José Medeiros e Senadora Maria do Carmo Alves, que não são membros.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, fiz questão de permanecer para ouvir todos os expositores. Não vou me alongar.

Eu estive presente à outra audiência, em que S. Sª não estava, lamentavelmente, e cuja ausência já foi justificada.

Quero dizer à Drª Lívia que a minha indignação... Pareceu-me muito verdadeiro, porque um senhor com aquela idade não costuma mentir – pelo menos é assim lá de onde eu venho. Isso me chamou a atenção. É algo lamentável.

O que eu percebo – só para encaminhar – é que se trata de uma questão que requer pessoas isentas para irem até o local. É o mesmo encaminhamento. Devem ser pessoas com isenção, com total isenção, para avaliar essa questão, porque são versões completamente diferentes. E o que é pior: já, já, vai haver um enfrentamento na comunidade, se essa situação não se acalmar. Para acalmar, basta que pessoas com isenção, com credibilidade digam que realmente o processo é esse.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a formulação que faço é relativa aos laudos antropológicos.

Os laudos antropológicos, hoje, estão chegando a nós sem que haja o mínimo de segurança na narrativa dos laudos. Ou seja, foram vários os laudos montados e fraudados, como hoje podemos constatar em Raposa Serra do Sol, assim como houve outros fatos também em outros Estados da Federação. Então, acreditar que o laudo antropológico, hoje, realmente traduz a veracidade é muito relativo, porque esses laudos estão com um componente ideológico muito grave. Além disso, todos nós respeitamos os quilombolas, como foi o pensamento do legislador Constituinte.

Agora, utilizar tanto a situação dos índios como a dos quilombolas para promover, hoje, uma situação de conflito e de beligerância no campo é algo que nos preocupa sobremaneira.

A nossa cultura brasileira não é a desse quadro do enfrentamento e muito menos de uma solução de continuidade entre os segmentos da sociedade. Infelizmente, nós vemos, neste Governo, a prática de jogar uma população contra outra. Esta é a maneira de poder governar: criando o conflito, estabelecendo o conflito entre quem trabalha e quem é empresário; entre quem é produtor e quem é trabalhador; entre quem professa uma religião e quem professa outra; entre o cidadão negro e o branco, ou outro de qualquer etnia. Isso é algo que nos tem preocupado sobremaneira.

Quando a representante do Ministério Público, Drª Lívia, fala em relação às áreas, a pergunta que faço é quanto à definição de que 1.269ha seriam áreas da União. Isso é fato, ou essas áreas também já foram repassadas às pessoas que lá estão com escrituras e com todo o translado dessas propriedades? Ou elas realmente são, como V. Sª define aqui, áreas, terras da União?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Senador Caiado, esses mil duzentos... Deixe-me olhar aqui a minha anotação certinha.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu anotei 1.269.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – É. Esses 1.269ha que eu digo que já sabidamente são áreas públicas englobam a chamada Fazenda Batateiras, já desapropriada pelo Incra – tudo passado, imitido na posse pela Justiça Federal; abrangem uma área de 172ha que o Juiz Federal Ronnie Von reconheceu como área da União, dizendo que deveria ser entregue à comunidade quilombola ali presente, para sua subsistência; e incluem uma área de 800ha que a SPU já reconheceu como sendo da União, e todas as pessoas estão sendo notificadas de que aquela área é da União – já há levantamento de cadeia dominial, etc.

Então, essas são as reconhecidamente, no momento. E eu disse também que falta ainda a União fazer um trabalho mais extenso para a identificação da LPM. Quando ela fizer isso, a estimativa é de que, da área quilombola, tenhamos 45% – ou seja, em torno de 3.700ha – como terras da União.

É o que a gente acha que vai chegar no final.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bem, Presidente, acho que nosso tempo aqui é escasso, e seria preciso nos debruçarmos sobre essa documentação. A desapropriação ocorreu porque as terras não cumprem aquilo que determina a Constituição brasileira, não cumprem sua função social? Ou elas foram desapropriadas porque houve um laudo antropológico?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – É para mim a pergunta?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Poderia ser para o Incra, também, essa pergunta.

É o seguinte, Senador. O Incra estava desapropriando essa fazenda, chamada Batateiras, porque ela não cumpria sua função social. O processo todo foi encaminhado para esta questão – descumprimento da função social. Enquanto ocorria essa desapropriação, descobriu-se que o grupo quilombola, já certificado pela Palmares, pleiteava aquela área.

Então, o que fez o Incra? Pegou essa fazenda, que já estava sendo desapropriada mesmo, já tinha sido desapropriada, e entregou para aquela comunidade quilombola, seguindo essa legislação federal que determina que as terras públicas devem ter como preferência...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Terras públicas porque foram desapropriadas.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Isso. Exatamente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – E aí...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu pergunto...

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Gostaria só de esclarecer mais um pontinho.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Certo. Pois não.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Dentro da Fazenda Batateiras, havia posseiros que ali estavam porque o dono da terra permitia que eles ali estivessem.

Quando as terras foram entregues para a comunidade quilombola, em torno de uns cinco posseiros geravam muito conflito lá dentro – por aí, uns cinco. E esses cinco posseiros, então, tinham uma situação de conflito. A comunidade estabelecia regras para a gestão daquela terra, e eles não obedeciam. Havia situação de piada, e tudo isso.

Então, essa situação chegou ao Judiciário federal, e o juiz da desapropriação determinou que esses posseiros fossem retirados da área.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Eu tenho aqui as atas das audiências, em que o juiz diz que esses cinco posseiros que não se dão, que criam confusão lá dentro, deveriam ser retirados da área.

Deu prazo para saírem, determinando a retirada com força pública caso não saíssem.

O Incra fez um trabalho incrível de mediação, de conversa, e não chamou a polícia, não chamou nenhum tipo de força pública, como, por exemplo, o meirinho, e retirou consensualmente aqueles cinco posseiros que davam problema, sem precisar utilizar a força pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria de ser rápido, pois sei que nós temos um horário – um segundo, só.

V. Sª conhece, no Estado de Sergipe, um território relativamente pequeno... V. Exª saberia identificar 10% do território de Sergipe que cumprem a função social?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Eu não entendi bem a pergunta. Se eu saberia identificar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Em um Estado nordestino com as carências que tem, dentro das exigências do grau de utilização da terra e de produtividade, V. Sª conseguiria identificar pelo menos 10%, em Sergipe, que cumprem as exigências de uma vistoria do Incra?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Eu acho que sim. Acho que existe, porque nós temos, por exemplo, a fruticultura lá, que é muito forte, com a laranja; nós temos milho; nós temos muitos proprietários que criam gado. Eu acho que nós devemos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nas mesmas regiões climáticas de que V. Sª apresentou a filmagem?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Olha, existem projetos de irrigação realizados pela Codevasf nessa área.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Existem muitos projetos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu só quero identificar o seguinte, Srª. Presidente. Modéstia à parte, é um assunto que nós conhecemos bastante e sobre o qual já nos debruçamos muito.

Uma avaliação deve ser feita: o que é uma região no Cerrado, o que é uma região na Mata Atlântica, o que é uma região no Agreste? São condições totalmente diferentes. E toda e qualquer propriedade, hoje, desde que haja o viés da desapropriação... Raramente uma propriedade no Estado de Sergipe, a não ser de algumas empresas de fruticultura, vai sobreviver a uma análise do Incra se for feito um relato detalhado como propriedade produtiva. Pouquíssimas.

Então, acontece o seguinte: a partir daí, identificam-se algumas regiões e vamos para a desapropriação dessas áreas; ou se alega que a origem seria da União, ou, senão, que ela não cumpre aí a sua função social. Com isso, o cidadão vai ser reembolsado pelo valor da terra nua, para que sejam atendidas aquelas pessoas que ali entraram.

Eu pergunto a V. Sª: a comunidade, ao ser admoestada por cinco pessoas que lá estavam...; quando qualquer propriedade é fruto de um esbulho, a decisão da Justiça não tem sido nesse sentido, mas tem sido extremamente contemplativa. Como a figura de um juiz pode deliberar para que alguém seja retirado, sendo que a legislação também dá prerrogativas aos posseiros que já estão na terra?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Porque essa terra já havia sido indenizada; foi paga.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sem dúvida, mas a indenização não dá o poder para que a União retire os posseiros que lá estão. Eles têm a prerrogativa e a prioridade da manutenção da terra. Não há lei que faça com que eles sejam retirados.

Então, o que eu estou dizendo aqui são várias coisas, Drª Lívia. Primeiro, quero deixar claro que, sobre a análise de laudo antropológico, nós precisamos, cada vez mais, exigir que haja entidades imparciais para que possamos chegar a um definidor, a um divisor de águas, para que esse dito documento tenha validade. Hoje,

realmente, isso caiu em total descrédito, perfeitamente. Não quero aqui entrar em conflito com os antropólogos, mas dizer que, infelizmente, a situação hoje é de total descrédito com relação aos laudos.

Em segundo lugar, não é aceitável que se impeça que quilombola tenha a sua área e também não é aceitável que se diga, por um viés subjetivo, que o posseiro causa incômodo à comunidade. E a comunidade não causa incômodo a ele, sendo que ele está lá há mais tempo? Então, isso é meio relativo.

Acho que não cabe esta prerrogativa de um juiz, única e exclusivamente, deliberar sobre tal, e isso ser cumprido. Há contestações, e a legislação brasileira protege essas pessoas que lá estão, da mesma maneira como protege, desde que reconhecida, a área dos quilombolas.

Outra coisa: a área do quilombola nessa região vai ser dia 8.179ha? Isso foi definido pelo laudo antropológico?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente.

Outra coisa, Presidente: com quais parâmetros se chega a esse número? Qual é a base científica... Não vou nem dizer científica. Qual é a base utilizada para que sejam 8.199ha?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Trinta e nove.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Já que o módulo médio... Eu não sei qual é, realmente, no Município... Qual é o módulo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O módulo rural.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É de quantos hectares?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – O Superintendente do Incra está aí, talvez possa ter essa informação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Quinze hectares?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Trinta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Trinta hectares, o módulo rural.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom. São 30ha. Esses 30ha seriam exatamente o módulo. Esses 8.139 serão ocupados por quantas pessoas, quantas famílias?

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Quatrocentas e oitenta e seis famílias.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Cento e?...

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Quatrocentas e oitenta e seis famílias. São as famílias hoje cadastradas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Esse é o problema, não é, doutora? Cada hora nós recebemos um número aqui dentro.

Então, o que nós precisamos saber é o seguinte: o definidor é o módulo fiscal, que é a unidade em que nós atuamos? Ou é de acordo com que se lance um número para que se amplie o processo de desapropriação? Para que se chegue a um parâmetro?

Então, Presidente, eu, realmente, sei que é uma discussão complexa.

Modéstia à parte, é uma matéria que tanto a nossa Presidente quanto os demais Senadores aqui conhecem a fundo, até porque nós redigimos as leis de todo esse capítulo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Caiado, eu vou dar dois minutos para...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu queria encerrar, Presidente, dizendo que realmente, aqui, a questão não é definidora numa situação de A nem de B. Estamos aí vendo conflitos e dados que não batem e que são extremamente divergentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou dar, Senador Caiado, nesse assunto, dois minutos para o Dr. Marcos Bispo e para a Drª Rosivan sobre esse tema abordado. Em seguida, passo a palavra ao Senador Paulo Rocha, que é o primeiro requerente.

Então, pelo Regimento, passo a palavra a V. Exª, até para responder a essa questão específica, e depois S. Exª tem a palavra.

O SR. MARCOS BISPO DOS SANTOS ANDRADE – Senador Caiado, eu acho que está havendo uma confusão aí na base da discussão, porque o senhor está trazendo elementos que a gente utiliza para fins de desapropriação sanção. Esses aspectos que são discutidos na desapropriação sanção, por descumprimento da função social, não participam do debate travado para fins de regularização quilombola, cuja base é o que a gente chama de RTID – um relatório que não é composto apenas do relatório antropológico. O antropológico é só uma das peças – na verdade são sete peças – que compõem esse RTID, que dá fundamento.

Então, a desapropriação sanção se utiliza de uma base normativa técnica totalmente diferente do que a gente utiliza... Os normativos são outros, totalmente diferentes. É nesse sentido que eu gostaria de fazer essa ponderação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Drª Rosivan.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Senador Caiado, eu gostaria só de esclarecer um fato. Quando a Drª Lívia afirma que grande parte dessa área está inserida como área da União, quero esclarecer o seguinte: em 2007 – há um processo administrativo, e tenho cópia integral dele aqui –, a SPU instaurou um procedimento para identificar a linha de preamar no Município e identificar as terras da União lá no Município, a pedido da Cáritas Diocesana, justamente para contemplar essas famílias da Resina.

A coisa é tão escandalosa que a SPU concluiu – eu vou fornecer depois ao Senado Federal cópia integral do processo, a quantidade de ofícios, inclusive do Ministério Público, cobrando uma providência, uma conclusão do procedimento, em função dos conflitos – que não havia elementos técnicos para identificar a linha de preamar no Município, mas que 100% do Município pertenciam à União.

(Soa a campainha.)

Uma das pessoas prejudicadas, que inclusive tinha perdido a sua posse em função dessa questão de se dizer que era da União, ajuizou uma ação pedindo que a Justiça determinasse por perícia judicial a localização da linha de preamar. Então, a SPU vai identificar isso, mas através de perícia judicial. O que se queria era tomar a terra para fortalecer o movimento. Quando se diz que a área de Resina foi identificada como área da União, foi nessa circunstância.

Outra coisa: as fotos colocadas aí não retratam a comunidade do Brejão, não. Isso são casas de pescadores que têm residência com água, luz, em outros locais, no povoado de Saramém, em Piaçabuçu.

Então, o quadro que se apresenta ali, dizendo-se que Brejão não tem energia, isso é conversa, ouviu? Há mais de 20 anos se tem televisão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Coloca-se comunidade Brejão dos Negros.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO (*Fora do microfone*.) – Resina.

A SRª ROSIVAN MACHADO DA SILVA – Resina é uma colônia de pescadores. Se os senhores perguntarem ao Fausto, que conhece cada uma das pessoas, que quadro é aquele ali... Ali são casas de apoio para a pesca; não são residências, não. E quando essas pessoas saíram, negociaram, os que efetivamente moravam lá, eram nativos de lá, aceitaram quando a Norcon negociou casas com eles nos povoados. Aceitaram e continuaram mantendo suas posses lá. Não é esse quadro, não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Rosivan.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidenta, nossos convidados...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidenta ou Presidente, acho que o vernáculo não tem conflito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É secundário. É secundário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu acho, Senador Caiado, que esta situação não tem de estar posta do ponto de vista – como você sempre coloca – da questão ideológica. Você sempre coloca esse debate a partir do conflito. Não tem nada a ver com o Governo que usa conflitos, etc., até porque esse tipo de conflito não nasceu neste Governo. Isso é secular. Conflito entre religiões, entre os evangélicos e os católicos, não foi o PT, não foi o Governo do PT que inventou. Isso é histórico.

Então, do ponto de vista ideológico, como este problema aqui, há centenas de milhares no Brasil. Eu venho de um Estado campeão nisso, que é o Estado do Pará – o Senador Caiado conhece muito bem –, que en-

volve um conjunto que sobrepõe interesses de terras indígenas, de terras quilombolas, de terras da União, de terras de posseiros, de terras de famílias tradicionais, de sesmarias, etc. Por exemplo, a Ilha de Marajó. Imagina...

Então, esse problema é muito complexo para a gente resolver, principalmente nessas contradições em que um se contrapõe a outro. O conflito é tanto que as próprias autoridades aqui, uma juíza e uma procuradora, ficam desmentindo uma à outra, nesse sentido. Por quê? Porque os interesses colocados ali geram esse conflito. Então, quando um se posicionar a favor de um lado ou de outro... Se o padre se posiciona de um lado, é porque o padre é comunista. Se o Deputado se posiciona a favor do outro, também, e não sei o que mais.

Se o Ministério Público, dentro da legislação... A nossa legislação não dá conta de resolver esses problemas; há problemas de legislação. Imagina, eu estou vendo... Aqui eu assisti a outro depoimento passado. Uma questão que se coloca aí sobre os cinco posseiros é o seguinte: o conceito da função de terra quilombola é para uso coletivo. Aquele que não aceita é porque quer a sua terra individual. Esse é um conflito entre os pequenos. Os cinco que queriam ficar lá, isso é porque eles queriam a terra individualmente, e o conceito de terras quilombolas é para uso coletivo da comunidade.

Então, há conflitos aí que eu acho que a distância... Senão, nós vamos transformar isso aqui em querelas de milhares e milhares de problemas que há dessa questão.

Aumentou mais ainda o conflito, pelo que eu senti da última vez, quando também entrou o interesse de uma empresa que queria se instalar para fins de turismo, ou alguma coisa que se estava instalando lá. Aí, aumentam-se ainda mais os conflitos. Porque, apesar de haver pobres, aquela é uma região rica, para aqueles que querem se instalar lá ganharem dinheiro.

Eu acho que o melhor aqui, Presidenta, já que o problema chegou para nós, é encaminhar pelos... O requerimento, da última vez, foi que nós tínhamos de chamar o Incra aqui, por ser o principal responsável por essa questão, ou os órgãos... Acho que deveríamos encaminhar no sentido de que essa questão fosse resolvida por três órgãos a partir daqui, do nacional: o Incra, através da sua direção nacional; o Ministério Público Federal; e a SPU. Acho que esses três órgãos podem ir lá e processar, já que está em nível até de juízo, etc. e tal, para ajudarmos a resolver esses conflitos que são conflitos de interesses – interesses tradicionais...

A própria Procuradora disse – chama a minha atenção, porque é próprio disso – que 85% dessas terras são de três famílias, que se dizem, há algum tempo, donas. Isso vem, como ela mesma disse, de um problema lá de sesmarias, hereditárias, etc.

Então, acho que o melhor encaminhamento aqui é a gente transferir a responsabilidade para que se dirima esse conflito através dos três órgãos nacionais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Rocha, penso que não é transferir responsabilidade. Não é nossa responsabilidade, aqui; é uma questão que está judicializada. Na judicialização, os órgãos, o Poder Judiciário... Essa é uma questão que vai ao Supremo Tribunal Federal, não tenho dúvida. Então, cada um desses órgãos... Não precisamos, até à guisa de respeitar a autonomia e a independência dos Poderes, nós, legisladores, recomendarmos ao MPU, ou à PGR, ou à própria Justiça Federal, que entre nesse processo.

Penso que o papel da Comissão de Agricultura, provocada por requerimentos dos Parlamentares, dos Senadores Caiado, Donizeti e de V. Exª, foi expor o problema. E cabe, agora, a cada autoridade responsável, em seus respectivos setores, agir adequadamente, porque nosso papel foi feito.

Consulto o Senador José Medeiros se tem algum questionamento para apresentar aos expositores.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª Presidente, não tenho nenhum questionamento, até porque creio que tudo ficou bem claro aqui, tanto na outra audiência quanto nesta.

Creio que fica uma coisa muito importante aqui, para esta Comissão. Como V. Exª disse, a questão está judicializada, e vai passar por todas as esferas do Judiciário. Mas nós temos aqui um problema colocado: com certeza, a nossa legislação não está resolvendo, vamos dizer assim, não está fazendo a pacificação social. Nós precisamos avançar, nesta legislação, na questão indígena, nessa questão dos quilombolas, na própria questão da regularização dos terrenos.

Eu moro num Estado em que o Município de Nobres, um dos maiores potenciais turísticos do País, Senadora Ana Amélia – é um Município similar ao de Bonito, Senador Paulo Rocha –, onde há águas cristalinas, peixes, grutas e tudo. Mas o Município não se desenvolve, porque ele está em cima de um Brejão dos Negros, vamos colocar assim. Há conflito de toda sorte, e agora está lá: o Município não tem como explorar; o País não tem como explorar aquele potencial porque há esses conflitos todos. Aí, se esbarra nisso, trava tudo. E é laudo pra cá...

Aí, eu concordo com o Senador Caiado: nós precisamos, Senadora Ana Amélia, urgentemente – creio que é papel desta Comissão, porque esses conflitos são eminentemente na área rural –, começar a falar sobre laudos antropológicos. Isso é muito importante para a vida do País, principalmente no campo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Eu queria, antes de agradecer a presença de todos, lembrar...

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Senadora Ana Amélia, posso dar uma sugestão de encaminhamento?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um momento, doutora. Nós vamos dar um minuto para cada um no encerramento.

Quero comunicar à Comissão que amanhã, dia 6 de novembro de 2015, sexta-feira, às 11h, horário de Brasília, será realizado o 13º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, em cumprimento ao Requerimento nº 67 de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, nosso Vice-Presidente, que tem por finalidade debater as ações de defesa agropecuária no Estado de Rondônia, com vistas à ampliação das exportações de carne bovina, o crescimento da produção do pescado no Estado, e a falta de profissionais que atuem na inspeção e fiscalização de produtos agropecuários.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Feito isso...

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Desculpe, Presidente, interromper V. Exª. É que há também um requerimento de minha autoria, sobre aquele assunto de que tratei com V. Exª e demais pares, sobre a Doença de Mormo, que vem comprometendo... O requerimento foi feito, eu gostaria de ver se V. Exª poderia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Farei isso em seguida ao encerramento, agora, dos agradecimentos.

Antes dos agradecimentos, a Drª Lívia, por um minuto e meio, dois minutos. Por favor, sobre esse questionamento final que foi feito.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Apenas secundando o Senador que fala...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Paulo Rocha.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Acho que o Senador Paulo Rocha, no sentido do encaminhamento, tangenciou bem alguma questão. Creio que, para o Município de Brejo Grande, a solução desse conflito... Se a União dotasse a SPU de Sergipe de condições para identificar as áreas da União ali, isso melhoraria muito a condição de conflito, porque as coisas ficariam mais claras, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O.K.

A SRª LÍVIA NASCIMENTO TINOCO – Então, se esta Comissão pudesse encaminhar uma solicitação para a SPU nacional, a fim de que ela movesse a SPU local para a identificação das áreas da União naquele Município, acho que isso seria um fator de tranquilização.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Lívia.

Eu queria agradecer a presença da Drª Lívia Nascimento Tinoco, Procuradora da República do Ministério Público Federal do Estado de Sergipe; da Drª Rosivan Machado da Silva, Juíza de Direito da Comarca de Neópolis, no Estado de Sergipe; do Sr. Marcos Bispo, Procurador Regional junto ao Incra no Estado de Sergipe; de José Fausto Santos, Vice-Presidente da Colônia de Pescadores Z-7 e Aquicultores de Neópolis, Estado de Sergipe; da Srª Edi Freitas, Chefe de Divisão do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares; da Srª Maria Izaltina Silva Santos, representante da comunidade quilombola Brejão dos Negros, no Município de Brejo Grande, no Estado de Sergipe; e do Padre Isaías Carlos Nascimento Filho, Coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá, no Estado de Sergipe.

Esta audiência pública debateu a questão sobre eventuais fraudes no laudo antropológico ou na demarcação de área quilombola no Município de Brejo Grande, em Sergipe, especificamente. Para tratar da matéria, foi feita, dentro do que estava consubstanciado no requerimento, o reconhecimento da comunidade remanescente do quilombo Brejão dos Negros, localizada no Município de Brejo Grande, Estado de Sergipe.

Então, eu agradeço a todos. Agradeço também o comparecimento dos Srs. Senadores, da Srª Senadora, e a contribuição valiosa que todos os expositores deram ao debate dessa questão que, antes de tudo, é uma questão, também, de interesse social, e uma questão de interesse da Constituição Brasileira. A demarcação de áreas quilombolas e indígenas está posta na Constituição, e temos de respeitá-la, mas a lei precisa ser equilibrada. E deve haver o respeito adequado à correção, não só dos laudos, mas também do próprio comportamento, das atitudes das instituições envolvidas nesse processo.

Muito obrigada a todos.

Passo agora, extraordinariamente, à leitura de um requerimento extrapauta. A reunião passa a ser, agora, deliberativa.

Muito obrigada aos senhores; estão liberados. Muito obrigada, Marcos. Obrigada, Drª Rosivan. Obrigada, Paulo. Obrigada, Padre, pela sua presença aqui.

Eu queria requerer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Depois falamos, depois falamos.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 76, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre a implementação de políticas públicas para controle de suposta zoonose – Mormo, com a presença dos seguintes convidados: Joaquim de Souza Leão; Nivea Cristina Ribeiro de Paula; Simone Matheus Pongitore; Sophia R. M. Baptista de Oliveira; Um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Concedo a palavra, para justificar a solicitação, ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, é um fato que realmente nos tem preocupado enormemente. São várias propriedades interditadas. Agora, com a chegada dos Jogos Olímpicos, isso tem causado uma inquietação enorme em relação ao transporte de animais que virão, também, competir no Brasil.

Como essa situação não está sendo resolvida em condições de dar tranquilidade e de se poder elaborar um diagnóstico conclusivo para essa doença, que é transmitida por uma bactéria, nós estamos chamando não só os veterinários que são especialistas nessa área no Brasil, como também o Ministério da Agricultura, que tem deixado a desejar quanto a esse fato específico – o Lanagro (Laboratório Nacional Agropecuário) de Pernambuco não tem as qualificações necessárias para definir se um animal está contaminado com a bactéria de Mormo ou não.

Com esse objetivo, trago a solicitação de uma audiência pública, para que possamos, aqui, identificar parâmetros, aí sim, definidores, para que possamos dar tranquilidade a todos aqueles que são criadores de equinos e também aos competidores.

É essa a solicitação que faço à Comissão e à Presidente da nossa Comissão.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Caiado.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A audiência pública será no dia 3 de dezembro deste ano. Estão convidados Joaquim de Souza Leão, Nivea Cristina Ribeiro de Paula, Simone Matheus Pongitore, Sophia Baptista de Oliveira, e um representante do Ministério da Agricultura.

Informo também que a Drª Lívia Nascimento Tinoco, Procuradora da República, entregou à secretaria documentação consubstanciada, que passa ao arquivo da Comissão, e ao Dr. Marcos Bispo, com quem conversarei para fins de encaminhamento.

A proposta da Drª Lívia foi de que haja um reforço, ou uma estruturação adequada da Secretaria de Patrimônio da União, para elaborar esse trabalho. Nós vamos examinar, do ponto de vista legislativo e legal, se é da competência da Comissão fazer esse tipo de encaminhamento. Vamos analisar do ponto de vista legal e regimental; em sendo, faremos o encaminhamento proposto pela Drª Lívia Nascimento Tinoco, da mesma forma como foi falado pelo Procurador Regional junto ao Incra, Marcos Bispo.

Está encerrada a presente reunião, com os agradecimentos desta Presidente.

Obrigada.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.)

ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas do dia doze de novembro de dois mil e quinze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Paulo Rocha, Lasier Martins, Benedito de Lira, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro**.** Deixam de comparecer, os Senadores: Donizete Nogueira, Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Jader Barbalho e José Medeiros. A Senhora Presidente da Comissão, Senadora **ANA AMÉLIA**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal apresentadas ao **Projeto de Lei nº 6, de 2015-CN (nº 326/2015, na origem)** – Plano Plurianual 2016-2019**.** O Senhor Relator, Senador Blairo Maggi, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA: **Emenda nº 1–CRA -** Apoio a Projetos do Setor Agropecuário Patrulhas, Máquinas e Resfriadores; Valor: R$ 1.500.000.000,00; **Emenda nº 2-CRA:** EMBRAPA - Modernização e Ampliação da Infraestrutura; Valor: R$ 1.500.000.000,00; **Emenda nº 3-CRA:** Fortalecimento das ações de sanidade agropecuária no Brasil; Valor: R$ 900.000.000,00. A Senhora Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei n° 6, de 2015-CN (nº 326/2015, na origem) – Plano Plurianual 2016-2019.

Esclareço que foram apresentadas 20 emendas ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi, para proferir seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia.

Vamos ao relatório.

Com amparo nas disposições constitucionais, tramita no Congresso Nacional, sob o nº 6, de 2015-CN, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para os exercícios de 2016 a 2019. O PPA 2016-2019, como é conhecido, encontra-se na fase de apresentação de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Conforme o Parecer Preliminar aprovado pela CMO, a CRA pode apresentar até três emendas à despesa, relativas à inclusão de Iniciativas ou à inclusão ou ampliação de Metas, não havendo limite para a apresentação de emendas ao texto, relativas ao texto propriamente dito ou aos atributos qualitativos dos Programas, Objetivos e Anexos I, II e III do Projeto de Lei.

No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 20 propostas de emendas à despesa.

Análise das Propostas.

No anexo a este parecer constam as propostas apresentadas pelos nobres pares, especificando autoria, Programa, Objetivo, Iniciativa e valor pretendido.

Orientaram-nos neste parecer as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução n° 1, de 2006-CN, e o Parecer Preliminar ao Projeto da Lei do PPA 2016-2019 aprovado pela CMO.

As propostas são todas de interesse nacional e estão na área de competência regimental da CRA, nossa Comissão. A limitação numérica imposta pelo parecer preliminar, contudo, força-nos a acomodar as propostas em apenas três emendas à despesa desta Comissão.

Critérios para composição das emendas da CRA.

Para as três emendas à despesa, adotou-se o critério de escolher as propostas apresentadas pelo maior número de Senadores.

Voto do Relator.

Como decorrência, votamos pela apresentação à CMO das três emendas à despesa, todas do tipo inclusão de Iniciativa, conforme especificado a seguir:

- Emenda 1, no programa 2077 – Agropecuária Sustentável, do Ministério da Agricultura, de inclusão da iniciativa Apoio a projetos do setor agropecuário, com duas propostas, aglutinando-se na proposta 1, do Senador Waldemir Moka, no valor de R$1.500.000.000, a Proposta 6, da Senadora Ana Amélia;

- Emenda 2, no Programa 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária, da Embrapa, de inclusão da iniciativa de modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa, com duas propostas, aglutinando-se na Proposta 8, da Senadora Ana Amélia, no valor de R$1,5 bilhão, a Proposta 2, do Senador Waldemir Moka; e

- Emenda 3, no Programa 2028 – Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, de inclusão da iniciativa de fortalecimento das ações de sanidade agropecuária no Brasil, com três propostas, aglutinando-se na Proposta 13, do Senador Valdir Raupp, no valor de R$900 milhões, a Proposta 16, do Senador Donizete Nogueira, e a Proposta 20, do Senador Acir Gurgacz, especificando-se na Proposta 13 do Programa 2028 – Defesa Agropecuária, já assinalado, e o Objetivo 0366 – Fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria da CRA seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação dessas emendas.

Então, esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Blairo Maggi, pela valiosa colaboração na relatoria do PPA da CRA.

Em discussão o relatório do Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, Senador Relator Blairo Maggi, amigos do Mato Grosso que vêm hoje a esta Comissão, o pessoal do Mato Grosso do Sul deve achar que estou confundindo o Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, mas hoje nos visita o pessoal do Mato Grosso para discutirmos um pouco a pecuária. Aliás, eu queria falar para o Blairo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a segunda parte da audiência.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Esta é uma Comissão que discute muito a agricultura e muito pouco a pecuária. Acho que hoje teremos uma ideia disso aí.

Mas quero comentar o relatório do Senador Blairo Maggi. Primeiro, o critério adotado é o número de propostas. As propostas que mais se repetem, que são as que, portanto, geram maior interesse por parte dos Senadores da Comissão, embasaram o critério adotado por ele.

Acho que foi importante colocar aqui a emenda de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Ministério da Agricultura. Há uma emenda de defesa, de sanidade, o que é importante, e há uma emenda da Embrapa que mede exatamente o quanto é importante essa empresa em termos de inovação e de pesquisa.

Ao finalizar, quero parabenizar o Senador Blairo Maggi pela objetividade do relatório e por abranger, especificamente, nessas três emendas, aquilo que há de mais importante, para que possamos ajudar, através da Comissão Mista do Orçamento (CMO).

Esses recursos, é bom lembrar, são recursos que vão ao Orçamento. Porém, o nosso Orçamento não é obrigatório. Mas é fundamental que esses recursos existam pelo menos na parte orçamentária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é impositivo, não é, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não é impositivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele é autorizativo. O Congresso autoriza o Governo a gastar, mas não determina que ele faça assim, porque isso depende do contingenciamento e das dificuldades financeiras.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas o mais difícil seria o Governo ter o dinheiro e não ter...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O programa para gastar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... o recurso orçamentário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Detalhe: sem dinheiro, ele não pode gastar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer ao Senador Moka pela avaliação muito adequada do trabalho do Senador Blairo Maggi e dizer que ele também teve habilidade para atender aqueles Senadores que encaminharam... Talvez ele não tenha se referido a isso por não ter havido encaminhamentos de emendas ou propostas. Mas todos que as enviaram foram acolhidos no relatório do Senador Blairo Maggi, enquadrando-as nos programas específicos de Plano Plurianual.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Blairo Maggi.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Será feita a comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização – CMO.

Antes de encerrarmos, requeiro a dispensa da leitura da Ata desta reunião e passo à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a Ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a Ata desta reunião.

Não havendo mais nada a tratar a respeito desse assunto, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 8 horas e 9 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas e nove minutos do dia doze de novembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Paulo Rocha e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Donizeti Nogueira, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Carta nº 29, de 2015, subscrita pelo Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Júnior, Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, propondo a implementação dos planos municipais de saneamento básico. A Presidente determina que o expediente lido seja encaminhado à Comissão de Serviços de Infraestrutura; Ofício nº 2, de 2015, subscrito pelo Vereador Gilberto Junior Vanderley Vaz, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Pedra, Estado de Pernambuco, encaminhando solicitação da Cooperativa Pernambucana de Laticínios da Pedra, em que narra o estado de calamidade pública em decorrência da estiagem que assola aquele Município e toda a região do Nordeste e requer que as instituições financeiras prorroguem os financiamentos e sejam aplicados descontos de 85% para o pagamento dos mesmos; Moção nº 107, de 2015, subscrita pelo Vereador Sérgio Roberto Cechin, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, apresentando moção de repúdio ao PLC nº 34, de 2015, que altera a Lei da Biossegurança para estabelecer que os rótulos das embalagens de alimentos transgênicos ou que contenham 1% ou mais de componentes transgênicos em sua formulação devam informar ao consumidor a natureza transgênica do alimento; Moção nº 5, subscrita pelos Vereadores da Câmara de Luzerna, Estado de Santa Catarina, manifestando repúdio ao PLC nº 34, de 2015, que modifica a Lei da Biossegurança. Em seguida, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, inicia a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 68, de 2015, e Requerimento (RRA) nº 73, de 2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, com a finalidade de discutir a pecuária no Estado do Mato Grosso, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José João Bernardes - Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso - ACRIMAT; Sr. Mário Roberto Cândia de Figueiredo - Conselheiro Fiscal da Associação dos Criadores de Mato Grosso – ACRIMAT; Sr. Luis Olavo Sabino dos Santos - Fazenda SHALON e Agropecuária Liliana Ltda., Alta Floresta/MT. Após a palavra ter sido franqueada aos convidados pelo tempo de dez minutos, fazem uso da palavra os Senhores Senadores, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Dário Berger, Flecha Ribeiro e Ana Amélia e os Senhores Deputados Federais Adilton Sachetti e Ezequiel Fonseca. O Senador Flexa Ribeiro, em sua intervenção, propõe que a Comissão realize uma reunião em Brasília e outra reunião no Pará para tratar da produção de grãos naquele estado, para as quais o Senador apresentará os respectivos requerimentos, por solicitação da Senadora Ana Amélia. A Senhora Presidente concede ainda a palavra ao Sr. José de Assis Guaresqui, Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso, e ao Sr. Jorge Pires de Miranda, Pecuarista no Estado de Mato Grosso. Como conclusão da Audiência Pública, a Senhora Presidente sugere, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o debate sobre a cadeia produtiva da pecuária por região. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico à Comissão o recebimento da Carta nº 29, de 2015, subscrita pelo Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Júnior, Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, propondo a implementação dos planos municipais de saneamento básico.

O expediente será encaminhado à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Informo também o recebimento do Ofício nº 2, de 2015, subscrito pelo Vereador Gilberto Junior Vanderley Vaz, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Pedra, Estado de Pernambuco, encaminhando solicitação da Cooperativa Pernambucana de Laticínios da Pedra, em que narra o estado de calamidade pública em decorrência da estiagem que assola aquele Município e toda a região do Nordeste.

Desta forma, requer que as instituições financeiras prorroguem os financiamentos e sejam aplicados descontos de 85% para o pagamento dos mesmos.

Informo o recebimento também da Moção nº 107, de 2015, subscrita pelo Vereador Sérgio Roberto Cechin, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, apresentando moção de repúdio ao PLC nº 34, que altera a Lei da Biossegurança para estabelecer que os rótulos das embalagens de alimentos transgênicos ou que contenham 1% ou mais de componentes transgênicos em sua formulação deverão informar ao consumidor a natureza transgênica do alimento.

Informo ainda o recebimento da Moção nº 5, subscrita pelos Vereadores da Câmara de Luzerna, Estado de Santa Catarina, manifestando repúdio ao PLC nº 34, que modifica a Lei da Biossegurança.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 68 e 73, de 2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, com a finalidade de debater a pecuária no Estado de Mato Grosso.

Comunico a presença, e agradeço antecipadamente, em nome dos Senadores membros desta Comissão, dos seguintes convidados, os quais convido para compor a mesa: Sr. José João Bernardes, Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso - Acrimat; Sr. Mário Roberto Cândia de Figueiredo, Conselheiro Fiscal da Associação dos Criadores do Mato Grosso; Sr. Luis Olavo Sabino dos Santos, pecuarista, membro da Associação dos Criadores do Mato Grosso; Sr. Luiz Carlos Meister, pecuarista, membro da Associação dos Criadores do Mato Grosso; Sr. Arno Schneider, pecuarista, membro da Associação dos Criadores do Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, que é o autor do requerimento desta audiência pública.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Presidente Ana Amélia, Senador Moka e colegas que estão nos ouvindo pelo rádio e daqui a pouco chegam por aqui.

Cumprimento os nossos convidados que vieram a esta audiência pública, começando, à minha esquerda, com o Dr. Luiz Carlos Meister, Luis Olavo, João Bernardes, que é o Presidente da Associação, Mário Cândia e Arno Schneider.

Sejam todos bem-vindos.

Quanto à proposta, Srª Presidente, dessa discussão, veja que à mesa não temos nenhum representante de governo ou de qualquer outra entidade, só os pecuaristas do Estado do Mato Grosso.

A intenção desta audiência pública, conversando com os colegas pecuaristas – e eu faço parte de um grupo de WhatsApp com eles, então todo dia, pela manhã, quando me levanto, já tenho uns 20 bons-dias, porque eles se levantam muito cedo, pecuarista se levanta muito cedo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Especialmente leiteiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Especialmente leiteiro.

Quando venho para o Congresso, já tenho uns 20 bons-dias aqui.

Então, eu tenho participado no dia a dia das discussões e acompanhado as dificuldades que eles têm, os problemas.

Bom dia, Senador Acir! Seja bem-vindo!

O Senador Acir é de Rondônia.

Então, surgiu a ideia de que...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Uma pecuariazinha pequena.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas ele vai crescendo bastante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o quinto maior rebanho do Brasil, Senador Moka! Não faça isso! Não provoque! (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nós chegamos lá.

Então, a ideia era trazê-los a esta Comissão para que eles possam colocar aqui nesta Comissão não só as dificuldades que têm, mas quais são as nossas vantagens. E tudo aquilo que for dito aqui e para o que houver a necessidade de fazer um encaminhamento para outros órgãos de Governo, para o Governo, outras entidades das dificuldades e dos problemas que esse setor tão importante na economia brasileira e na economia do Estado de Mato Grosso... Que eles possam, então, aqui, nesta Comissão, que é a casa da agricultura, a casa da pecuária, expor aqui seus planos, seus problemas para que esta Comissão possa ajudar a encaminhar os problemas, se eles existirem, em busca das soluções.

Esse é um setor de extrema importância para o Estado de Mato Grosso, que gera alguns bilhões de reais na nossa balança comercial. Em ocupação de área, é a maior atividade que nós temos no Estado, superando em muito a área da agricultura, e é um setor que tem milhares de pequenos produtores. A gente sempre fala de agricultura ou pecuária e só pensa nos grandes, mas essa é uma atividade em que predominam os pequenos produtores, que, muitas vezes, têm dificuldades de cumprir com a legislação, cumprir com as regras que são colocadas, que, muitas vezes, são feitas olhando para o grande, como se todos pudessem cumprir aquelas regras, mas, na realidade, esse pessoal não consegue cumpri-las ou tem grandes dificuldades para cumprir essas regras. Porém, como bom pecuaristas, eles não se negam a fazer os esforços e fazer as mudanças.

Veja bem, Presidente, Srs. Senadores, como a evolução do controle nos é exigida e não nos são dadas, muitas vezes, as contrapartidas. Por exemplo, já há muito tempo, e não é só lá no Estado de Mato Grosso, exige-se que se façam as guias, as GTAs de transporte ou as notas eletrônicas, os controles todos, por meio eletrônico, mas o Estado brasileiro, o próprio Estado de Mato Grosso, assim como os outros – não é difícil em Rondônia e no Mato Grosso do Sul –, o Estado não consegue dar a infraestrutura necessária de comunicação para que o produtor, lá na sua fazenda ou, muitas vezes, nem na fazenda, mas no Município em que ele está... Ele passa um dia, dois dias, muitas vezes, esperando para conseguir baixar uma guia para embarcar um caminhão de bois ou vacas que ele esteja vendendo ou transferir esses animais para outro setor.

Então, o Estado nos pede um absoluto controle, uma rigidez nos controles, mas não nos dá as condições necessárias para fazê-lo. Nós temos situações no Estado – e, mais uma vez, afirmo que não é diferente nos demais Estados – em que os produtores têm uma grande dificuldade de acessar os sistemas que a Sefaz tem, que o Ministério de Agricultura tem. Enfim, acho que esse é um assunto que vai permear as discussões aqui também porque, repito, o Estado cobra de nós, mas não nos dá as condições de fazer. Tem sido assim nos últimos anos, mas, como disse, os pecuaristas não fogem à responsabilidade de fazer, de evoluir. Se há alguém que defende a legalidade, defende os procedimentos, defende, inclusive, os certificados, que quer – bom dia, Deputado Sachetti, de Mato Grosso – a coisa bem feita e clara... Isso, porque há prêmios sobre isso, há dinheiro sobre a mesa a ser distribuído, se todas as regras forem cumpridas, e os pecuaristas de Mato Grosso, e tenho certeza que do Brasil, querem esse dinheiro que está na mesa nas suas contas, para poder fazer os investimentos, pagar as suas contas e fazer os enfrentamentos que têm que ser feitos.

Então, eu quero, mais uma vez, dar as boas-vindas aqui aos nossos convidados e dizer que esse é um segmento importantíssimo para o Estado do Mato Grosso, e não só atual, pelo valor econômico, pelo valor social de ocupação de mão de obra de pessoas no campo, mas porque, historicamente, é a primeira atividade que o Estado do Mato Grosso teve. E sabe quem fez, Presidente, Senadora Ana Amélia? Foram os gaúchos. Os gaúchos subiram, vieram buscando pastos, vieram buscando campos e chegaram ao Pantanal mato-grossense lá em 1700 ou 1800, não sei quando, trazendo gado e fazendo, então, a ocupação daquele solo. E muitos dos mato-grossenses que hoje são raízes do Mato Grosso têm antepassados gaúchos. Então, essa vontade do gaúcho sobre o Estado do Mato Grosso não é de hoje; eles já olharam isso há muito tempo. Se não me engano, o Senador Moka também é neto de gaúcho, descende de pessoas que vieram, anos atrás, em busca de terras para a pecuária.

Então, nós estamos falando de uma atividade econômica que proporcionou uma mobilidade social muito grande e que formou e forjou o Estado de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e de Rondônia.

Então, sejam muito bem-vindos, e vamos às discussões!

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

A iniciativa de V. Exª remete a uma... Penso que o Senador Moka tem toda razão: temos discutido muito a agricultura e muito pouco a pecuária, ainda que na sexta-feira, lá em Porto Velho, por iniciativa do Senador Acir Gurgacz, tenhamos feito uma produtiva reunião do ciclo de debates, debatendo em Porto Velho as dificuldades.

Já há 10 frigoríficos credenciados para exportação em Rondônia, e a dificuldade é a questão da infraestrutura para a defesa sanitária agropecuária. Então, é fundamental, está na raiz disso que o Senador Blairo fala, a infraestrutura. Quer dizer, da porteira para dentro, está tudo bem, está sendo feito o dever de cada; da porteira para fora, tudo são dificuldades. Há a rastreabilidade, há uma série de prevenções na área de combate à aftosa e na zona com vacinação. Então, há vários problemas de infraestrutura.

Eu quero saudar o Deputado Sachetti, do Mato Grosso, que nos dá a honra de sua presença aqui, num debate de interesse do seu Estado, e agradecer ao José João Bernardes. Eu recebi aqui a terceira edição do livro de receitas feitas a partir de carne, porque Mato Grosso não tem só pecuária, pois tem também a suinocultura e a avicultura bem desenvolvidas. Então, muito obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fico feliz também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele trouxe suas receitas.

Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Se V. Exª me permite –temos uma reunião da CMO daqui a pouco e vou ter que me ausentar –, eu quero dar as boas-vindas aos convidados do Senador Blairo, e desta Comissão, evidentemente, e complementar que, de fato, infelizmente, as coisas são assim: os produtores fazem a sua parte e o governo sempre vem atrás tentando acompanhar o desenvolvimento e o crescimento da agricultura e, principalmente, da pecuária. E foi exatamente isso que debatemos na última sexta-feira em Porto Velho, com a presença da nossa Presidente Ana Amélia, com o objetivo de discutir essa questão dos nossos fiscais sanitários para a questão de exportação. Nós estamos com uma dificuldade muito grande para que o Ministério da Agricultura faça o acompanhamento para exportar a carne produzida no Estado de Rondônia.

Veja que situação interessante, Blairo: nós, num momento em que estamos precisando de exportação, neste momento em que o câmbio é favorável, em que a produção do nosso rebanho tem aumentado muito no Estado de Rondônia, o Governo não consegue acompanhar oferecendo uma infraestrutura mínima, com pelo menos uns 10 a 12 fiscais a mais, para dar vazão a esse aumento da exportação brasileira.

Então, era só para fazer este registro e dizer que Rondônia agradece à Presidente Ana Amélia, que esteve, mais uma vez, conosco em Rondônia debatendo esse tema que é da maior importância não só para o Estado de Rondônia mas para todo o País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Sejam todos os nossos convidados bem-vindos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O pedido lá feito foi de que os concursados para a categoria de Fiscal Federal Agropecuário sejam chamados ou, então, que os servidores dos ex-Territórios possam ser aproveitados, pela experiência que têm. Então, foram essas as duas demandas que Rondônia nos enviou e que vamos encaminhar à Ministra Kátia Abreu.

Eu queria, então, agradecer aos nossos palestrantes e comunicar que, em função do tempo, daremos 10 minutos para cada expositor.

Passo a palavra ao Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso, Sr. José João Bernardes.

O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES – Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, que conhecemos de longa data, desde os tempos da televisão, e especialmente agora, porque acompanho assiduamente a Rádio Senado.

Exmº Sr. Senador Blairo Maggi, nosso conhecido parceiro na atividade, grande governador, a quem também agradecemos por esta extraordinária oportunidade.

Senador Moka, que também acompanhamos, especialmente no que se refere à sua atuação efetiva, atuante, na defesa dos interesses dos nossos negócios, especialmente porque – só para complementá-lo – Mato Grosso já foi um Estado só, com Rondônia e Mato Grosso do Sul. Hoje, estamos separados administrativamente, mas ligados nas nossas atividades.

Senador Gurgacz, também quero agradecer sua participação.

Cumprimento também os Srs. Deputados e os demais presentes.

Nós gostaríamos de iniciar a nossa apresentação.

Isso aí é mais ou menos onde estou, ali meio parecido... Um pedacinho de terra em cada lugar, inclusive no Mato Grosso do Sul, por questões de família, da minha esposa, uma pantaneira nhecolandense.

E aqui gostaríamos de apresentar uma visualização do atual Estado de Mato Grosso.

Todas as áreas em tons verdes são áreas, de acordo com a nossa ocupação, absolutamente preservadas,sempre citando que Mato Grosso, hoje, é um Estado que tem mais de 60% do seu território absolutamente preservados, temos muitas reservas indígenas, como vocês podem observar, temos uma concentração de agricultura com uma parte no sul e no médio norte e a pecuária em todo o restante do Estado.

Nós temos o maior rebanho do Brasil, como todos sabem, e, desde 2010, esse rebanho está mais ou menos estabilizado na faixa de 28 milhões de cabeças, com pequenas variações.

Nós temos uma área de pastagem que, como vocês podem observar, já teve o máximo de, aproximadamente, 26 milhões de hectares e hoje é de 24,7 milhões. Essa diminuição de área de pastagem está sendo transferida paulatina e continuadamente para a agricultura, processo que deve continuar e, pelas nossas observações, ainda deve ser bastante aumentado, o que implica que nós, a cada ano, exerçamos menor pressão

sobre o meio ambiente. Na medida em que a agricultura ocupa as áreas que hoje são de pastagem, obviamente, eles não promovem novos desmatamentos, bem como a pecuária.

Uma parcela do nosso rebanho é confinada. Tivemos o ápice em 2011, e hoje ele se mantém na faixa de 640 mil cabeças, mas outras tecnologias de aceleração de terminação, como o semiconfinamento intensivo, rotação de pastagens e técnicas utilizando melhoramento genético têm possibilitado, inclusive, a terminação de animais em tempo menor. Hoje, a idade média de abate do nosso rebanho oscila em torno da faixa de 30 meses, com grande capacidade de antecipar essa idade em função do uso dessas novas tecnologias.

Só para exemplificar, a pecuária é uma atividade de ciclo longo, e esse ciclo interfere na formatação do preço dos bezerros e, coincidentemente, se reflete também no preço da carne. Nós estamos vivendo esse ciclo por ocasião ali...

Logo à sua esquerda... Deixem-me ver onde está o centro...

Isto aqui redundou... A partir do ano passado nós evidenciamos isto aqui, o que tem redundado numa redução da oferta de bois para o abate, e, apesar da crise, da redução do consumo, da redução do abate, nós ainda estamos vivendo a perspectiva de melhoria de preço da carne do boi este ano. É um ciclo longo, porque existem fatores insuperáveis, como o problema do período de gestação da matriz – obviamente, nós conseguimos implementar tudo a partir do nascimento do bezerro.

Esse é o perfil da nossa pecuária.

Como o Senador já havia colocado, nós ocupamos este grande espaço, 27% do nosso território, e temos mais de 130 mil propriedades no Estado. Ou seja, o Estado é grande, mas a quantidade de propriedades é muito grande. A pecuária está no Estado de Mato Grosso há mais de 200 anos, desde antes do desmembramento do Estado, e algumas regiões se mantém até hoje única e exclusivamente com a pecuária.

Bem, nós temos problemas, e vários deles decorrem do fato de termos uma fronteira seca com a Bolívia de mais de 700km. Pela grandeza do nosso território, nós temos um problema de sanidade. Temos uma fronteira seca enorme, o que possibilita, durante grande parte do ano, o trânsito de animais, de pessoas e de veículos. Nós temos um problema de segurança na propriedade decorrente, inclusive, dessa condição na região.

Constatamos, efetivamente, que a União é totalmente ausente nessa região, em todos esses 700km. Antes havia alguns destacamentos do Exército que faziam, digamos, um trabalho indireto. Hoje nós temos um único posto, que é da Receita Federal, na região de Corixa. As instalações são razoáveis, mas é o único local, digamos assim, de entrada e saída regular. Fora esse, não há nenhum controle efetivo que possa trazer segurança relativamente ao trânsito de animais, de pessoas, de armas, de drogas, de veículos roubados etc.

Nós temos a necessidade de implementar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Esse programa existe, e nós temos, na nossa faixa de fronteira, aquela de 150km, 28 Municípios do Estado de Mato Grosso localizados nela.

Com referência à nossa questão ambiental, queria dizer que Mato Grosso hoje é referência nacional na adesão ao CAR. Nós temos mais de 70% das áreas já inseridas no CAR. Nós temos, então, uma preocupação relativamente grande com a regulamentação dessas cotas de reservas ambientais. Se o Estado de Mato Grosso é um Estado que tem preservação extremamente alta, urge que se evolua nesse processo.

Questões fundiárias. Obviamente, nós as estamos acompanhando, e me parece que a primeira etapa foi muito bem sucedida, que foi a PEC nº 215, na qual temos interesse, acompanhamos. Aguardamos que esse processo seja concluído no ritmo com que tem sido encaminhado. Aguardamos as conclusões.

Com referência à PEC 71. Lembrei do Senador Moka, obviamente. Acompanhamos com muita apreensão o que ocorre em Antônio João e em outras regiões do Mato Grosso do Sul e temos certeza absoluta de que esse processo tem que ser contínuo, e nós temos que, efetivamente, concluir esse processo. No Brasil, é muito importante que essas questões sejam efetivamente tratadas e que as pessoas saibam que, se o interesse do Estado recai sobre uma terra hoje ocupada por um particular, a sociedade como um todo tem que ser responsabilizada e participar desse processo. Infelizmente, até hoje, em todas as ações que temos testemunhado, o ônus tem recaído quase exclusivamente sobre o detentor da terra, independentemente da qualidade, da origem e do título em que ele se baseia.

Dentro desse objetivo, nós temos um problema de validação de títulos emitidos por Estados, especialmente por causa dessa faixa de fronteira. No Estado de Mato Grosso, temos, como foi citado, 28 Municípios. Obviamente, nós temos problemas, inclusive ações do Ministério Público questionando a validade desses documentos, e isso traz grande insegurança aos nossos proprietários.

Questão trabalhista. Nós não somos contra a legislação trabalhista de maneira alguma, não somos contra o trabalhador. Diga-se de passagem que, se há um setor onde há falta de trabalhadores qualificados, esse setor é o da agropecuária, que é um setor também em que não se fala em salário mínimo. Nós gostaríamos de ter uma legislação específica e, principalmente no que se refere à Carteira de Trabalho, gostaríamos que o

País evoluísse e que ela fosse substituída por um cartão magnético para o trabalhador, impedindo esses desdobramentos burocráticos de assinatura com prazo – muitas vezes é impossível você chegar na fazenda com o documento e voltar.

Somos absolutamente favoráveis à terceirização, porque não é possível evoluir nessa questão do trabalho, do empresário, seja na área pública ou na privada, sem que você flexibilize a contratação.

Com referência ao crédito rural, é necessário que haja essa equalização. Entendemos que, dentre as atividades exercidas pelo homem, a produção de alimentos, em todas as suas formas, é das mais relevantes. Sem comida, ninguém trabalha, ninguém sobrevive. Aguardamos a viabilização da implementação desse plano. Apesar de estarmos em 2015, quase 2016, ainda não foram disponibilizados todos os recursos necessários.

Com referência ao Programa ABC, a Agricultura de Baixo Carbono, nós encontramos muitas dificuldades e temos a expectativa de que haja a possibilidade de melhorar a sua operacionalização para que os produtores, efetivamente, acessem esse documento.

Temos aqui um pedido. O Estado de Mato Grosso já firmou e já vem pagando o serviço da dívida contratada, que é o Pró-Concreto, R$ 470 milhões, para restauração das rodovias estaduais pavimentadas. Já está, inclusive, pagando o serviço dessa dívida, mas não teve acesso ainda aos recursos dela decorrentes, apesar de eles estarem disponibilizados, por falta de uma garantia da União. Então, nós gostaríamos de, efetivamente, contar com o Senado no sentido de que isso seja emitido e o Estado tenha acesso a isso.

Eu queria agradecer, então, após apresentar este panorama inicial.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, José João Bernardes, que fez uma explanação absolutamente correta e objetiva a respeito da situação da pecuária do Mato Grosso.

Passo a palavra ao Mário Cândia, Conselheiro Fiscal da Acrimat.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu cheguei...

Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço também a presença do Senador Dário Berger, do Senador Caiado, do Senador Wellington Fagundes e do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Trinta segundos só, Presidente.

Eu gostaria apenas de perguntar ao Dr. José sobre a quantidade de plantas... Já que vocês têm toda essa estrutura de pecuária hoje no Brasil, que é a maior, reconhecida por todos nós, pergunto quantas plantas frigoríficas vocês têm e quantos proprietários de plantas frigoríficas há hoje no Mato Grosso.

O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES – Ainda não temos esses números absolutamente detalhados, Senador, mas temos 41 plantas, sendo que 20 delas fechadas, e não chega a meia dúzia de proprietários. Mas esses dados, em detalhe...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É o maior gargalo, hoje, da nossa pecuária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Sr. Mário Cândia, Conselheiro Fiscal da Acrimat.

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Bom-dia, Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Bom-dia a todos os Senadores, os quais cumprimento na pessoa do Senador Blairo Maggi.

Sinto-me muito honrado pelo convite para participar desta audiência.

Coube a mim falar um pouco sobre infraestrutura e logística de forma mais focada na pecuária de Mato Grosso. Se fôssemos falar de infraestrutura e logística em Mato Grosso, que é um dos maiores Estados do País, nós ficaríamos aqui a manhã toda. Como me foram dados 10 minutos, vou tentar compactar a enorme necessidade que temos hoje no Estado relativamente à melhoria da infraestrutura e à diversificação de modais, o que vai nos propiciar uma logística mais competitiva em termos de comércio.

Pesquisa recente da Confederação Nacional do Transporte – saiu agora, há dias – diz que as rodovias asfaltadas em Mato Grosso somam 8,5 mil quilômetros aproximadamente, sendo 3,8 mil a 4 mil quilômetros federais e 4,5 mil a 5 mil estaduais. Em estado ótimo de conservação temos apenas 445km. Ou seja, dos 8 mil quilômetros, entre estaduais e federais, temos somente 500km que podem ser chamados de rodovias. O resto são colchas de retalhos, tapa-buracos, calombos... Por causa de buracos, o nosso produto, o boi gordo, que tivemos um esmero muito grande para produzir, vai-se batendo, às vezes, por 600km, 700km, para chegar a uma planta frigorífica.

Então, a situação, hoje, da malha de Mato Grosso é esta pesquisa, que não foi feita por nós, mas pela Confederação Nacional do Transporte.

Mato Grosso tem três grandes BRs: a BR-163, que fica no coração norte-sul do Estado, a 158, que fica no leste, também norte-sul, e a 364, que fica no oeste, rumo a Rondônia.

Quanto às notas das BRs, a BR-163 está em estado "regular" para estado geral de conservação e a BR-364 está com "bom" para estado geral e "regular" para pavimentação. Estamos tão acostumados com estrada ruim lá em Mato Grosso que dizemos que uma BR é boa para nós porque não tem buraco. Então, para nós, essa já é considerada uma estrada boa. Mas, na realidade, todos sabem que a velocidade diretriz de uma estrada não está só ligada ao estado do pavimento. Nós teríamos de ter terceira faixa, nós teríamos de ter algumas rodovias já duplicadas em Mato Grosso. Estudos mostram que várias rodovias já deveriam estar pavimentadas, e nós não temos uma rodovia federal. Estamos começando a duplicar agora, através de uma concessão, a BR-163. Então, quando se fala que ela é boa, não é porque seja boa, mas aceitável.

Mato Grosso tem uma das menores malhas rodoviárias do País. A densidade rodoviária de quilômetro de rodovia para cada quilômetro quadrado de território é pequena. Vocês estão vendo lá, Mato Grosso tem 10km de estrada pavimentada para cada quilômetro quadrado de área. Então, você imagina, de mil por mil quilômetros, você tem só 10km de asfalto. Imaginem como estamos sendo servidos por estradas! O Brasil tem uma média de 25 mil, mas você vê que nós estamos quase que no último lugar em termos de asfalto por quilômetro quadrado de território. Isso é uma coisa que vem de anos. Estamos sendo preteridos, preteridos, as BRs de Mato Grosso, do Pará...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – É. Exatamente.

Então, esse índice é extremamente representativo e nos coloca numa posição muito confortável para exigir da União a melhoria das BRs de Mato Grosso e mesmo – por que não? – a pavimentação de várias BRs. Hoje, em Mato Grosso, como vocês verão a seguir, há um número grande de estradas federais que até hoje não estão pavimentadas.

Demanda do setor.

No setor de rodovia, que é um dos modais que hoje é quase unanimidade em Mato Grosso – vocês vão ver mais para a frente a situação dos outros modais –, nós temos a BR-163, Cuiabá-Santarém, que está sendo recuperada e pavimentada, e, no trecho do Pará, um trecho de 100km, conforme estão vendo ali, que ainda não estão pavimentados, para se poder ter acesso ao Porto de Miritituba.

O objetivo dessa BR-163, que são essas duas identificações, é a redução da distância de 700km, possibilitando o uso do modal hidroviário, que é no Baixo Tapajós, em Miritituba, onde já temos três portos, embarcando soja, com uma redução de custo logístico de 35%. A situação atual mostra que há ainda umas empresas lá terminando essa obra, que já está sendo executada há mais de dez anos, que é a pavimentação parcial, porque não vai chegar ainda até Miritituba. De Miritituba a Santarém há mais um trecho que ainda falta ser pavimentado.

A BR-080, que é uma leste-oeste, no norte do Estado, tem a pavimentação de Ribeirão Cascalheira, na BR-158, até Luís Alves. Então, são 195km de uma BR que faltam ser asfaltados para termos acesso à norte-sul, que, posteriormente, dará acesso ao Porto do Itaqui.

Então, vejam que toda a produção do leste de Mato Grosso, que é o setor que mais está crescendo, a região que mais está crescendo, pela substituição da pecuária degradada pela agricultura, está saindo por asfalto pela BR-158, para ir ao Pará para poder ter acesso ao Porto de Itaqui, quando nós teríamos acesso à Norte-Sul com 195km.

Esse pedacinho aqui... Isso não é história de 2015, mas vem do início do governo do Blairo. Essa história tem 12 ou 13 anos. E estão esperando Rima, etc., aquela história que está contada ali...

A BR-158, que é, vamos dizer assim, o tronco no leste, também – pasmem! – precisa da recuperação do pavimento, que é por onde hoje está saindo toda a produção do leste, de 246km no Estado do Pará, em Redenção. É por essa BR-158, de Mato Grosso ao Pará, que sairia toda a safra do nordeste de Mato Grosso, do norte de Goiás e do oeste de Tocantins. Haveria a redução da distância percorrida com a possibilidade também de ter acesso ao porto. Essa recuperação está em andamento.

E o que é mais grave: a BR-158 em Mato Grosso... Aqui é a BR-158 no Pará e aqui é a BR-158 em Mato Grosso. Falta licitar um contorno de uma famigerada terra indígena dos marava... Não sei nem falar o nome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – O Senador Wellington tem muito conhecimento dos índios lá e sabe pronunciar. (*Risos.*)

Falta lá um contorno de uma reserva.

Essa obra aqui era reta assim... Aí, no governo Blairo Maggi – eu estive presente no lançamento desse asfalto dentro da reserva –, foi lançada a obra, mas, quando fizeram os três primeiros bueiros, os índios fizeram uma folia lá... Isto faz 12 anos. Doze? Foi feito o lançamento lá no Posto da Mata, não é?

O senhor se lembra, Senador Wellington?

Foi feito o lançamento da obra, com o maquinário todo lá, mas ela foi interrompida.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Acabaram-se meus 10 minutos.

Então, essa obra nem foi licitada. É um contorno que vai aumentar a distância do asfalto em cerca de 85km – por dentro da reserva seriam 100km –, para sair toda essa produção para o Pará. Isso, para mim, como diz o repórter, é uma vergonha!

Serei mais rápido.

Aqui, a BR-364, recuperação do pavimento na rodovia, para ter acesso ao Porto de Itacoatiara, em Santarém.

A 242 também tem uma obra importantíssima, que é o sonho de Mato Grosso, que é a Leste-Oeste, que vai fazer a interligação da 364, da 158 e da 163...

E esta aqui – eu teria muito a falar sobre ela – também é uma estrada de terra, uma BR, a 174, no oeste de Mato Grosso, que faz o escoamento de toda a região oeste para o nordeste de Mato Grosso pelo sistema de Porto Velho.

Essa obra também, pode-se dizer, tem mais de 12 anos. Parece que agora vão sair três lotes lá de pavimentação.

Vamos falar rapidamente sobre ferrovias. Mato Grosso hoje só tem a ferrovia da Ferronorte, como vocês estão vendo aqui. Nós poderíamos estar tendo acesso à Norte-Sul, para termos acesso à Vila do Conde, no Pará. Também está faltando essa conclusão.

Construção do terminal ferroviário de Alvorada, em Tocantins, para servir à Norte-Sul, que nós, Mato Grosso, iremos usar.

Nós temos a Fico, que também... Eu fui a Lucas, acho que há cerca de oito anos, para o lançamento dessa obra. Foi em 2010. Faz cinco anos que foi lançada essa obra, mas até hoje não se sabe se vai ser concessão. Acho que a última conversa foi de que será uma concessão, mas é preciso fazer a concessão de Campinápolis até Lucas do Rio Verde. Posteriormente, essa ferrovia irá até Vilhena.

E é preciso agilizar a situação do trecho de Sapezal a Porto Velho.

Todas elas são para termos acesso tanto à Ferronorte como ao porto de Porto Velho.

É importante dizer que, quando você tem várias opções, de rodovia e ferrovia, começa a disputa de modal que vai propiciar a diminuição do preço do transporte.

A Ferrogrão, que é uma coisa recente, já seria uma ferrovia que vai de Lucas do Rio Verde até Miritituba.

Hoje, conforme foi mostrado lá, a BR-163, no Pará, Cuiabá-Santarém, ainda falta asfalto para ela terminar, e ela já está entupida. Já se fala em duplicar essa rodovia. E, daqui a uns anos, a própria rodovia não vai aguentar mais. Então, a solução seria essa Ferrogrão para tirar a produção para Miritituba, através de uma ferrovia. Houve a apresentação de estudo pela empresa EDLP agora, em novembro. Parece que foi já apresentado e está em andamento o estudo dessa ferrovia.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Fiol: agilizar licitação dos trechos em obras e a licitação do trecho Figueirópolis-Brumado. Em estudo.

E a Ferronorte, agilizar a construção e a implantação da Ferrovia Rondonópolis-Cuiabá.

Falemos do terceiro modal. Esse, em Mato Grosso, é zero. O terceiro modal nosso é completamente incipiente.

Temos a Tocantins: incluir no PAC e licitar as obras de derrocamento do Pedral do Lourenço. Está em licitação.

EVTEA. Aqui, é agilizar os EVTEAs das hidrovias do Arinos/Juruena/Tapajós. Isso é uma história que já tem uns cinco anos que está sendo feita, e nunca sai esse EVTEA para decidir a hidrovia do Tapajós.

Paraguai/Paraná, implantação de hidrovia, está contratado o EVTEA, em processo de execução.

Rio das Mortes. Implantação da hidrovia Rio das Mortes-Araguaia. Contratado EVTEA.

Como vocês estão vendo aqui, tudo o que estou falando tem o A, EVTEA. Desde a estrada, tudo que estou falando tem o tal do A aqui, que é o meio ambiente.

Portos do Arco Norte. Agilizar a implantação dos terminais privados dos portos do Arco Norte.

O PL 3.009/97?viabiliza a navegação em rios potencialmente navegáveis. Vários barramentos estão sendo construídos sem a construção das eclusas, interrompendo a navegação. Isso aqui, acho que o Senado, o Congresso Nacional tem que entrar duro na lei das eclusas porque está havendo uma briga entre o Ministério de Energia e o Ministério dos Transportes para ver quem coloca os recursos nas eclusas, que darão condições nas obras – principalmente, no nosso caso, do Tapajós, que tem três grandes barramentos hidrelétricos – de não se interromper o sonho de Mato Grosso, que é ter um porto para exportar nossos produtos dentro do nosso Estado.

O projeto de lei do Senado de autoria do Senador Romero Jucá – isso é coisa recente –, cujo Relator atual é o Senador Blairo Maggi, dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental. Aqui, talvez todos aqueles EAs que estão lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Passou?

Parabéns a todos! Isso eu acho que é um grande passo que vamos dar em termos de logística não só no Mato Grosso, mas no Brasil. Parabéns a todos os Senadores!

Então, era isto que tínhamos para dizer.

Encerrando aqui, quero dizer que um povo sem memória é um povo sem história. Quero aqui lembrar que hoje a Acrimat está aqui... Pela minha memória, nós passamos a ser uma entidade forte a partir do momento que um saudoso agricultor chamado Clóvis Vetoratto, com uma ideia no início do governo Blairo Maggi, que criou um fundo, que é o Fabov, e nós estamos aqui com o Presidente do Fabov, Dr. Jorge Pires, que foi o primeiro Presidente da Acrimat... O Governador Blairo Maggi, pegando uma ideia do Clóvis Vetoratto, propiciou que o Governo do Mato Grosso tivesse uma associação...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Aliás, Mário, uma homenagem ao Clóvis: não foi só essa ideia, pois muitas ideias dele nós estamos executando hoje. Foi uma perda muito grande para o Estado e para o Brasil a morte dele.

O SR. MÁRIO ROBERTO CÂNDIA DE FIGUEIREDO – Eu sou daqueles que têm memória, porque nós temos ter que história, e a nossa história de Mato Grosso passa pelo nome do Clóvis Vetoratto, principalmente no setor do agronegócio. E hoje estamos aqui três presidentes: o Jorge Pires, que está ali, que é um companheiro, guerreiro nosso da Acrimat, entidade que tem 40 anos, eu, que fui o segundo presidente, e o José Bernardes, o terceiro.

Quero agradecer, Senador, por seu governo ter fundado o Fabov, que é esse fundo, que é do boi. E nós temos o FACS, que é o da soja, e o Fialgo, que é o do algodão. Esses três fundos propiciaram esse tipo de trabalho que estamos apresentando aqui e vários outros trabalhos que levaram a pecuária, a agricultura e o algodão em Mato Grosso a atingirem, sinceramente, um nível internacional.

Obrigado a todos. Desculpem-me alguma falha.

Quero dizer para vocês que nós da pecuária estamos extremamente ansiosos por leis que destravem a nossa atividade, principalmente o setor do meio ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Mário Cândia.

Passo a palavra, de imediato, ao Luis Olavo Sabino dos Santos, membro da Associação dos Criadores de Mato Grosso.

O SR. LUIS OLAVO SABINO DOS SANTOS – Quero saudar todos e agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui.

Quero dizer, Senadora, o que é a pecuária hoje para nós em Mato Grosso.

O mercado da carne, a pecuária está presente em 100% dos Municípios brasileiros. O Brasil tem mais de 212 milhões de cabeças de gado e mais de 2,6 milhões de propriedades rurais, distribuídas em cerca de 170 milhões de hectares. É o segundo maior produtor de carne. É líder em exportação. Gera mais de sete milhões de empregos diretos. O subproduto abastece cerca de 50 segmentos industriais.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), a cadeia produtiva de carne movimenta algo em torno de R$170 milhões por ano. A produtividade aumentou 39% de 2000 a 2011 em nível nacional. Em Mato Grosso, ela aumentou em torno de 68% de 2004 a 2014 – olhem que crescimento fantástico! –, com investimentos em tecnologia, como pastejo rotacionado, confinamento e semiconfinamento.

A tecnificação permitiu a redução de áreas de pastagem sem prejuízo da produção, cedendo essas áreas para a agricultura e diminuindo a pressão sobre as florestas. Com o aumento da produtividade, está intensificado o uso de terras, o que diminuiu a pressão sobre novas áreas. O aumento da produtividade na pecuária tem impacto no desmatamento, com índice de redução de 84% desde 1998. Então, nós crescemos sem agredir o meio ambiente. Isso é muito importante. Com a melhoria nos processos de manejo, utilizando tecnologias mais

intensivas, podemos aumentar ainda mais esses índices de produtividade. Algumas fazendas já conseguiram alcançar uma taxa superior a duas cabeças de gado por hectare.

Agora, temos algumas dificuldades. Há concentração de frigoríficos em Mato Grosso. O que isso dificulta? Senador Caiado, o senhor estava fazendo essa pergunta. É o maior rebanho que temos no Brasil com muito poucas unidades funcionando. Nós temos 41 plantas frigoríficas, e apenas 21 estão funcionando em Mato Grosso, que tem o maior rebanho do Brasil. Acontece que, com os frigoríficos fechados, diminuem as escalas, para que não venha a subir o preço do boi em Mato Grosso. Com essa concentração, eles preferem ficar com as unidades fechadas, para que não venha a subir o preço do boi em Mato Grosso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – São financiados pelo BNDES.

O SR. LUIS OLAVO SABINO DOS SANTOS – São financiados pelo BNDES, como está dizendo o nosso Senador Caiado, que conhece muito bem esse setor.

Quanto ao consumo – olhe que coisa interessante, Senadora! –, conforme relatório da ONU sobre como alimentar o mundo em 2050, teremos de aumentar em 74% a produção de carne no mundo, e o Brasil é o único país capaz de atender grande parte dessa demanda com qualidade e preço competitivos, de forma socialmente justa e ambientalmente responsável. Com a abertura de novos mercados, com a queda de barreiras sanitárias, há a expectativa de melhorar a exportação.

Então, essa é a pecuária em Mato Grosso, que tem o maior rebanho do Brasil.

Peço que a senhora, como boa gaúcha – a pecuária entrou em Mato Grosso através dos gaúchos –, venha a defender isso conosco, para que isso venha melhorar o Estado. Hoje, ser produtor rural – trago isso dos pecuaristas de Mato Grosso – é muito difícil. Somos uma classe trabalhadora, mas não somos vistos com bons olhos.

Então, peço à senhora que nos ajude a mudar esse cenário no Brasil, para que o produtor rural venha a ter o devido respeito.

Senador Caiado, há fiscalizações. Não somos contra as fiscalizações, mas eles chegam às fazendas numa operação de guerra, através do Ministério do Trabalho e de outros setores. Isso intimida muito o setor. Somos favoráveis a isso, agimos corretamente, mas não somos tratados com o devido respeito.

Essas são as reivindicações que a pecuária do Mato Grosso está trazendo aqui.

Continuamos crescendo e ajudando o Brasil a se desenvolver. Queremos, em 2050, ser os maiores colaboradores para o aumento do alimento no mundo.

Agradeço a oportunidade. Agradeço aos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Luis Olavo Sabino dos Santos, que é membro da Associação dos Criadores de Mato Grosso – Acrimat.

Em seguida, passo a palavra a Luiz Carlos Meister, também membro da Associação dos Criadores.

Vamos finalizar com Arno Schneider.

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Bom dia, Senadora! É um prazer e uma satisfação aqui estar!

Também sou filho de mãe gaúcha. Embora minha mãe tenha ficado em Santa Catarina, eu fui para Mato Grosso, onde me realizei plenamente também.

Cumprimento o Senador Blairo Maggi e, com a sua anuência, cumprimento o Deputado Sachetti e os demais Senadores aqui presentes.

Sou pecuarista e, como médico veterinário, fui incumbido de falar especificamente sobre a sanidade do rebanho bovino de Mato Grosso, assunto extremamente preocupante não só em Mato Grosso, mas no Brasil.

Isso nos preocupa também, Senador Blairo, em relação à soja, ao milho, ao algodão, à avicultura e à suinocultura. Caso tenhamos um foco de aftosa no Brasil, na parte de grãos, alguns países não admitem isso e, certamente, não vão importar soja e milho daquela região e daquele Estado produtor, pois há a possibilidade de se veicular o vírus para a alimentação de animais em outros países, o que é algo preocupante.

Por outro lado, dentro do orçamento do Ministério da Agricultura...

Desculpem-me por eu me emocionar. Fico até assustado. Sou médico pecuarista e posso ficar pobre no dia seguinte. Pasmem, mas o dinheiro para combater a febre aftosa existente no mapa do Brasil é de R$80 milhões.

Os senhores são Senadores. A nossa República está cheia de problemas, mas acho que é necessário que se identifiquem e se priorizem os problemas, para que alavanquemos essas coisas.

E as nossas fronteiras? Mato Grosso tem 740km de fronteira com a Bolívia. Todos nós sabemos que a Bolívia é um país vulnerável. O Fundo Emergencial de Sanidade Animal de Mato Grosso, anualmente, dá milhares de doses de vacinas para que aqueles produtores possam vacinar seu rebanho. O maior rebanho, representado por aquela linha vermelha do lado esquerdo, está na Bolívia, e esses produtores precisam vaciná-lo, para nos dar um pouquinho mais de segurança. Agora, essa segurança é relativa, porque, nas áreas de fronteira, há um monte de Ministérios – o Ministério da Defesa, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Fazenda, com a Receita Federal, e o Ministério da Justiça –, mas cada um trabalha numa caixi-

nha. Essas caixinhas não se comunicam, são todas estanques. Evidentemente, não haverá dinheiro para tudo. Agora, todas têm projetos grandes. O Ministério de Integração Nacional, por exemplo, tem um projeto para asfaltar toda a fronteira, o que é ótimo, o que é bom. O Ministério da Defesa tem um maravilhoso projeto, para 2025, para fazer o controle aéreo da fronteira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Meister, não tem um projeto, não! Tem a intenção, tem o traçado, enfim, mas não tem projeto.

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Peço desculpas, pois fui informado de que seria um projeto. De qualquer forma, isso é ótimo. Se existe a intenção, que dê as mãos para os demais ministérios, de vez que são todos interessados em melhorar essa fronteira. Nós não podemos ficar com uma colcha de retalhos, com uma tela que não nos garante nada.

Em âmbito nacional, também por conta da exiguidade de recursos, nossa vigilância sanitária deixa muito a desejar. Técnicos, auxiliares, fiscais e médicos veterinários da defesa não saem dos escritórios. O Indea de Cuiabá tem 47 funcionários. Estão todos sentados, porque não há diária. Quando há diária, não há carro; quando há carro, não há gasolina; quando há gasolina, não há manutenção; e por aí vai. E isso é no Mato Grosso inteiro. E o Mato Grosso não é exceção, porque esses 80 milhões não são suficientes. Internamente também não se faz o trânsito.

Quando o Ministro Stephanes assumiu o Ministério, nós montamos, visando atender a certificação e a rastreabilidade, um sistema mais eficaz, mais moderno de defesa sanitária animal. Estamos trabalhando há oito anos nesse projeto. A CNA, que fez parceria com o Ministério, já bancou cerca de R$20 milhões para a parte de *software* e *hardware*, a fim de bancar a Plataforma de Gestão Agropecuária. Todos os escritórios, todas as fazendas do Brasil, através dos Estados, já migraram seus cadastros para essa plataforma de gestão. Mas, infelizmente, por recursos, por burocracia, etc., isso não foi implementado, em que pese todo o *software* e todo o *hardware* já ter sido pago e estar à disposição do Ministério e os convênios terem sido firmados.

No ano passado, no Estado de Sergipe, havia um foco de estomatite vesicular bovina. O Estado comunicou que havia esse foco. No entanto, um escritório local de defesa sanitária animal emitiu um GTA para a saída de bovinos de Sergipe para o Mato Grosso. Esses bovinos passaram pela Bahia, por Goiás e adentraram o Mato Grosso. Poderiam ter eliminado vírus em todo esse trânsito. Não houve fiscalização na saída. Felizmente, na chegada ao Mato Grosso, foi identificado esse foco.

Nesse caso, no Município de Castanheira, a doença atingiu muitos animais, em um rebanho de 1,02 milhão de animais. E teve um custo de R$1,233 milhão bancados pelo Fesa, porque o Estado e o Ministério não possuíam recursos suficientes para atacar esse foco. Se não fosse o Fesa, Senador, que é mérito seu e do nosso saudoso Clóvis Vettorato, nós não teríamos como atacar o problema. Imaginem como seria no caso de aftosa!

Peço que coloque o eslaide da Grã-Bretanha, por gentileza.

Isto é para vocês terem ideia do tamanho da encrenca que é a falta de vigilância e de defesa sanitária neste País.

Em 2001, a Grã-Bretanha teve um surto de febre aftosa com 2.030 focos no País. Foram abatidos, aproximadamente, três milhões de animais entre ovinos, suínos e bovinos. Eu tenho certeza de que todos vocês viram isso na televisão. Uma loucura o que foi feito lá, mas era necessário para erradicar o foco.

Um estudo da Universidade de Purdue e o centro epidemiológico da Aphis, que é o órgão de defesa sanitária animal nos Estados Unidos, em 2002, estimou uma perda, no caso de um foco nos Estados Unidos, de US$14 bilhões. Mais recentemente, atualizando esse estudo, eles calcularam que o risco de perdas seria de US$32 bilhões a US$228 bilhões no caso de um evento de aftosa nos Estados Unidos.

Eu vou passar direto para a conclusão, porque já falei bastante.

O último eslaide, por gentileza.

Uma comparação entre Santa Catarina e Mato Grosso: a população de gado de Santa Catarina é de 4,3 milhões de cabeças; a de Mato Grosso, 28,5 milhões.

Postos fiscais: Santa Catarina, 33; Mato Grosso, que é quase dez vezes maior, 6.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Postos federais, 1.

Área em quilômetros quadrados: 95 mil contra 903 mil.

Vocês vejam o quanto o Mato Grosso é deficiente, em que pese Santa Catarina também ser bastante deficiente. Em Santa Catarina, o risco é pequeno porque a fronteira com a Argentina tem menor risco, ao contrário da nossa, com a Bolívia, com toda aquela extensão e os riscos que oferece ao nosso rebanho.

Concluindo, Senador Blairo Maggi e demais Senadores, o total das exportações do Brasil, de janeiro a outubro de 2015, segundo o MDIC, é da ordem R$160,5 bilhões. Mato Grosso, só em carne bovina, R$776,62 milhões; e soja, R$6,9 bilhões. Não conseguimos dados atualizados de algodão, carne suína e frango.

Aqui cabe a necessidade de uma reflexão. Vejam a importância desses números do agronegócio para o Mato Grosso e para Brasil e reflitam sobre o quanto a nossa defesa é frágil, sobre o nosso risco e as perdas econômicas.

Muito obrigado, senhores. Espero que se tenham sensibilizado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, caro Luiz Carlos Meister, pela exposição sobre mais um componente dramático da deficiência da nossa logística, porque sanidade também é logística para a pecuária mato-grossense e brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente. Só para colaborar com o Meister. Para atualizar o número relativo à falta de recursos na questão da defesa animal, ele pode traduzir isso na moeda mais atual da República. O que está disponível é meio "barusco" só para fazer a defesa animal e vegetal no Brasil. (*Risos.*)

Meio "barusco"; é pouco dinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, dá para ver que é menos.

Para finalizar as exposições e, depois seguirmos os questionamentos, passo a palavra ao Arno Schneider, que também é membro da Associação dos Criadores de Mato Grosso.

O SR. ARNO SCHNEIDER – Bom dia, Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão; bom dia, Senadores.

Coube-me falar sobre a pequena e média propriedade de bovinocultura de corte no Estado de Mato Grosso. Eu sou pecuarista no Estado. A minha renda é exclusivamente da pecuária de corte.

Vamos a uma pequena estatística sobre as propriedades em Mato Grosso. Essa estatística surpreendeu a mim mesmo, pois pensei que havia muito mais grandes propriedades no Estado. No entanto, a concentração das propriedades de bovinocultura está mais em pequenas e médias propriedades do que em grandes.

Há pouco, a Senadora Ana Amélia disse que os problemas da pecuária de corte estão fora e não dentro da propriedade. Eu acho que, na pecuária de corte, ainda temos muito que progredir para dentro da porteira. Talvez esse seja o setor menos desenvolvido, talvez não, com certeza, é o setor menos desenvolvido do agronegócio. A agricultura de grãos, a cotonicultura, a suinocultura e a avicultura têm um nível tecnológico de ponta mundialmente falando. A pecuária de corte ainda está longe. Só para se ter uma ideia, há uma série de tecnologias disponíveis, e normalmente não são absorvidas e aplicadas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Há um conservadorismo.

O SR. ARNO SCHNEIDER – Um conservadorismo.

Quais são as causas disso?

O desconhecimento tecnológico, em razão da tradição. A tradição do pecuarista não é de abertura tecnológica. Isso é cultural. Então, ele demorou mais tempo para aplicar a tecnologia.

Eu acho que a agricultura de grãos e a cotonicultura estão ávidas e aplicam as novas tecnologias imediatamente. No entanto, a pecuária de corte vai muito lenta nisso aí. Na parte zootécnica, ainda há muita coisa que está sendo feita, que está sendo aplicada, mas, na parte agronômica da pecuária de corte, é praticamente zero. Ninguém considera pastagem como uma cultura. Na pastagem, que tem de dar todos os anos, exportam-se minerais através do gado que sai, ocorre alguma erosãozinha, e, naturalmente, os pastos vão-se degradando, porque não há geração espontânea de minerais no solo. Então, a tradição também é um fator cultural que dá um atraso à nossa pecuária. Isso tudo promove pastagens degradadas ou em avançada fase de degradação, acabando por gerar uma descapitalização do pequeno e do médio proprietário de pecuária de corte.

Esse proprietário de pecuária de corte, hoje, possui uma renda aproximada de R$80,00 por hectare/ano. Isso é muito pouco, isso apenas precariamente sustenta economicamente uma propriedade pequena de pecuária de corte.

O que nós temos de fazer? Assistência técnica para viabilizar a adoção de tecnologias e o acesso de crédito rural com valores e prazos adequados. Eu acho que o pequeno e o médio proprietário da pecuária de corte já estão começando a ficar mais maduros para aceitar novas tecnologias, mas eles não têm capital para fazer isso. A pecuária de corte é diferente da agricultura. Caso se aumente a produtividade no pasto, o que custa dinheiro, é preciso aumentar-se o gado, porque se abriu oportunidade para aumentar o rebanho. Desse modo, necessita-se duplamente de capital: um para reformar o pasto, e outro para aumentar o rebanho. Então, é necessário para resolver o problema da lucratividade da pequena e da média propriedade de pecuária

um acesso ao crédito com valores e prazos adequados, com uma assistência técnica conjunta, porque ele não sabe fazer essas coisas.

A diversificação do uso do solo das propriedades. Na minha propriedade, faço um sistema silvipastoril: é integração pecuária com floresta. Eu faço isso com a essência florestal chamada teca. Por que eu utilizei a teca? Porque é um valor agregado maior e, num sistema silvipastoril, tem de se colocar menos árvores por hectare. Então, ela fica mais adequada num sistema silvipastoril. O que acontece nesse sistema? Implanta-se uma floresta de uma maneira que não prejudica em nada a produção pecuária, em zero. Eu tenho de fazer uma adição de renda com a inclusão da árvore na pastagem. Adição – esse termo tem de ser levado em conta. Adição de renda. A floresta não vai prejudicar em nada a produtividade do pasto. E, um dia, ela vai ser colhida, e é um aumento de renda que vai haver para esse pecuarista. É uma grande poupança e uma diversificação econômica. Não se depende exclusivamente de carne. Há o bem-estar animal também. Há uma série de vantagens em tudo isso. E também há a integração lavoura e pecuária, que é muito interessante hoje em dia e também é uma maneira de promover um aumento de renda do proprietário.

Isso envolve capacitação, assistência técnica e profissionalização dos produtores.

Os resultados esperados são, obviamente, estes aí: aumento de produção e produtividade, com aumento de renda; modernização desses produtores; ganho de qualidade de vida; sustentabilidade social, econômica e ambiental; e liberação de áreas abertas para outras atividades econômicas, para produção de grãos, viabilizando o próprio setor.

Sobre isso, eu gostaria de falar o seguinte. Com a pecuária de corte, é tipo um pulo do gato. É uma situação muito interessante para o País hoje.

A pecuária de corte ocupa 120 milhões de hectares, sem contar as pastagens nativas. A agricultura de grãos e toda a agricultura nacional ocupa 60 milhões de hectares, a metade disso. Se nós duplicarmos a produtividade da pecuária de corte em termos nacionais, nós podemos liberar mais tanto para a agricultura: 60 milhões de hectares. Isso é extremamente fácil de fazer. É só usar um pouco de adubo. Com 220kg, eu dobro a produtividade do meu pasto e dobro a lotação. Como estamos muito atrasados ainda, o salto de produtividade é muito grande. Depois que se chega a um nível mais elevado, é difícil conseguir índices, mas, quando se está num sistema mais atrasado, é fácil duplicar. E duplicar, triplicar ou quadruplicar a produtividade do pasto é só uma questão de dosagem de adubo.

E ninguém pensa em produtividade de pasto. A parte agronômica da pecuária está sendo totalmente esquecida. Isso vai exigir, então, um projeto e políticas públicas para execução desse projeto. Isso poderá ser uma grande revolução da agricultura e da pecuária nacional e seria a inserção definitiva do Brasil como grande produtor e exportador de alimentos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, caro Arno Schneider.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, eu gostaria que se voltasse ao primeiro eslaide da apresentação, sobre a estratificação do tamanho dos produtores. Eu queria dar uma olhada nisso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

Número de propriedades e quantidade de cabeça de bovinos: até 300 cabeças, são 84% do total, com 92.666 propriedades.

O SR. ARNO SCHNEIDER – Isso é IBGE.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De 301 a 1.000 cabeças, são 11.642 propriedades, o que representa 10,63%.

Assim, 84,63% têm até 300 cabeças – pode-se dizer que, para aquele Estado, são pequenos proprietários.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, já vou antecipar uma pergunta – talvez, a assessoria deles tenha de ajudar.

Eu gostaria de saber, depois, qual é a renda média dessa propriedade até 300ha. Quando a pecuária vai...

O SR. ARNO SCHNEIDER – Em torno de R$80,00 por hectare/ano. Uma propriedade com 500ha em bovinocultura de corte, com atraso tecnológico, quase não se sustenta economicamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é a renda. E qual é o custo?

O SR. ARNO SCHNEIDER – É o lucro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos fazer por mês para ver quanto dá isso aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não. O lucro líquido é R$80,00. E qual é o custo que o senhor tem para chegar a esse lucro? O senhor tem um custo para isso. A receita...

O SR. ARNO SCHNEIDER – Não, não. Eu não tenho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A receita...

O SR. ARNO SCHNEIDER – São R$80,00 por hectare/ano.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só uma observação: até 1.000 hectares, se somar, representa praticamente 95%...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São cabeças. Aí são cabeças.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A quantidade de cabeças...

O SR. ARNO SCHNEIDER – Como a lotação é mais ou menos um para um...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É um hectare, uma cabeça. Não estou tão...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para ter uma ideia da dificuldade do pecuarista, nessa conta rápida de R$80,00 por hectare/ano, são R$2.000,00 por mês durante todos os meses. Só que todos os custos têm de ser tirados. Talvez, para um pecuarista desses, sobre...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É líquido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Já é líquido? Então, são R$2.000,00 por mês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por isso, eu quis saber o custo. Eu quis saber essa proporção, mas ele só tem a receita líquida, o resultado apurado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Por isso, quando há oferta de trabalho na cidade, o cara sai do campo para ganhar R$3.000,00 ou R$4.000,00 na cidade. Ele não corre risco nenhum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Depois dessa correção que me fez o Arno Schneider, declarando que não é correta a minha afirmação de que, da porteira para dentro, é feito o dever de casa, então, eu vou dizer: exceto a pecuária do Mato Grosso. Vou ter de falar isso, porque, no Rio Grande, o pessoal está trabalhando bastante...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há vários grupos trabalhando para aumentar a tecnologia genética, as pastagens. Então, esse é o processo. Claro, é um clima diferente do Mato Grosso.

Eu queria agradecer.

O Senador quer falar também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Deixe-me só dizer que o que o Arno – permita-me chamá-lo assim – falou é exatamente isso. Aí há uma questão cultural do conservadorismo dos pecuaristas. O pai, muitas vezes, forma o filho médico veterinário ou agrônomo, mas não deixa o menino implantar a tecnologia.

O pecuarista... Eu falo porque é família tradicional com pecuária.

É exatamente essa a dificuldade, e a salvação é essa linha mesmo. Se você começar a adubar a pastagem, você vai liberar.

Em Mato Grosso do Sul, temos um Município, Maracaju, em que o pessoal começou a fazer essa adição – estão chamando de adição – da agricultura, pecuária e floresta, que eu acho que é o caminho para as pequenas e médias propriedades, principalmente para as médias. Quando se consegue ter, em uma única propriedade, um pouco de agricultura, a pecuária e a floresta, como ele disse, isso não atrapalha absolutamente em nada e representa uma poupança para a família.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dário Berger e Senador Flexa, mas a preferência é para o autor do requerimento, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu vou abrir mão, vou deixar para falar por último. Só quero registrar a presença do Deputado Ezequiel Fonseca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ia fazer isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Ele é o coordenador da nossa Bancada de Mato Grosso, Deputado Federal e está nos prestigiando aqui com a sua presença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Junto com o Sachetti.

Muito obrigada. Agradeço-lhe, Deputado Ezequiel, pela sua presença aqui também.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Dário e o Senador Flexa também.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu só fiz uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, com a palavra o Senador Blairo.

Está aqui Waldemir Moka. Está aqui anotado! É por chegada. E hoje eles correram no corredor para ver se chegavam na minha frente!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu ouvi atentamente e comentava aqui com o Senador Flexa Ribeiro, com o Senador Blairo que os problemas do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul são muito assemelhados. Essa fronteira vocês têm com a Bolívia, e nós temos com o Paraguai. Nós já tivemos dois focos de aftosa, o que representou um prejuízo enorme para Mato Grosso do Sul, principalmente para o produtor rural, para o pecuarista.

Quero até fazer uma provocação aqui. A verdade é que o pecuarista demanda muito pouco. É diferente do agricultor. O agricultor está sempre demandando.

Por isso, eu gostei desta reunião. Na Comissão de Agricultura da Câmara, eu cobrava do pessoal, cobrava do Heinze, mas nós só falamos de agricultura; não falamos de pecuária, e eu acho que é um segmento importante, muito importante.

Desculpem-me, mas o Arno diz que são 160 milhões de hectares; para a agricultura, 60. Quer dizer, com muito pouco investimento, nós podemos liberar outros 60 milhões para a agricultura, se você aumentar essa produtividade, em vez de uma, para duas cabeças por hectare.

É nisso que temos de focar, na minha avaliação. Não são todos os Estados, mas, principalmente, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará, Goiás e Tocantins. Fazer um grupo que consiga...

Por exemplo, todos os anos, Sr. José João Bernardes, vem essa mixaria de recursos para a vigilância sanitária, a que o Meister se referiu. É uma loucura isso! Só de carne – de carne! – exportamos em torno de US$8 bilhões. Essa é a nossa contribuição. Nós temos que brigar para colocar na vigilância sanitária R$300 milhões, e esses R$300 milhões são para fazer convênio com os 27 Estados. Vejam a dificuldade! O Governo tem de enxergar isso como prioridade, essa questão da vigilância, porque o prejuízo é muito grande.

Todos os anos vou à Comissão Mista de Orçamento brigar para aumentar, porque o que vem no Orçamento é uma coisa ridícula!

O que ele viu, só para tranquilizá-lo, não vai ficar, evidentemente, nesses 80 milhões, porque nós vamos brigar aqui.

Não é muito, porque está havendo dificuldade de orçamento, mas, nos anos anteriores, eu, pessoalmente, estive brigando por isso.

Outra coisa: não permitir – colocamos na LDO – que se faça o contingenciamento desse recurso, porque esse é o tipo do recurso que tem de ser usado preventivamente.

Quando ouvi você discutindo aqui, parece que eu estava ouvindo o pecuarista do Mato Grosso do Sul. Os problemas são muito assemelhados. A minha sugestão é que possamos fazer uma reunião como esta, do Mato Grosso, só que eu envolveria o próprio Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Tocantins e Goiás, para que tivéssemos raios X de corpo inteiro da pecuária brasileira – não subestimando nenhum outro Estado; desculpem-me se deixei de citar algum Estado cuja pecuária seja mais evoluída –, e trataríamos especificamente do tema "pecuária".

Para finalizar, vocês reclamam do seguinte: no Congresso Nacional, somos muito poucos aqueles que conhecem a vida do campo, pois 80% dos Parlamentares são urbanos. Não é por maldade, mas eles não conhecem a vida do homem do campo, os problemas das propriedades rurais. Não é má-fé, não; é por falta de vivência mesmo. São poucos aqueles que conhecem o campo por formação acadêmica, e há aqueles que, como eu, embora médico, foram criados na fronteira, cujas famílias sempre mexeram com pecuária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Estão inscritos o Senador Dário, o Senador Flexa e o Senador Wellington.

Sim, Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Uma colocação: o Orçamento dos 26 Estados e do DF, para o ano que vem, defesa sanitária animal, é da ordem de R$1, 260 bilhão. Só para informação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é o valor pago pelos Estados, não pela União.

O SR. LUIZ CARLOS MEISTER – Pelos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os Estados é que estão bancando; e os Estados estão com dificuldades seriíssimas na gestão das suas contas públicas, porque não estão tendo dinheiro nem para pagar servidor, como é o caso do Rio Grande do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desse R$1 bilhão, se deixarmos o Orçamento como está, a contribuição da União, que tem a responsabilidade, vai ser de 80 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo a palavra, então, ao Senador Dário Berger, ao Senador Flexa e ao Senador Wellington Fagundes, pedindo a colaboração de todos, pelo fato de haver muitos inscritos, para termos brevidade na exposição e concluirmos aqui um bom encaminhamento.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, quero saudar todos os expositores, saudar V. Exª e, especialmente, o Senador Blairo Maggi, pela iniciativa desta audiência pública.

Preliminarmente, se desse para colocar aqui aquele eslaide que compara Santa Catarina com Mato Grosso, porque aquele é um negócio muito importante, inclusive em decorrência da nossa audiência pública, que vamos fazer em Chapecó, amanhã. Dá um parâmetro numérico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São 33 inspetores fiscais. São 33 fiscais. É esse aí. São 33 cabeças por hectare.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É um parâmetro numérico que, por si só, demonstra por que Santa Catarina é o único Estado livre da febre aftosa sem vacinação.

Aí já vem, preliminarmente, uma pergunta: por que Santa Catarina tem toda essa logística de proteção dessa questão sanitária e os outros Estados não a possuem? De quem seria essa responsabilidade? Seria só dos Estados? Seria da União?

E por que não pensamos num plano de maneira geral mais amplo em todo em todo Brasil, para que possamos construir um novo cenário, semelhante ao de Santa Catarina, porque o mercado da carne de Santa Catarina, Senador Blairo Maggi, é muito importante exatamente pela certificação que tem. E isso abriu muitos mercados. E Santa Catarina se destaca não só nessa área como em outras áreas.

Eu sei que esta audiência pública é para discutir a questão ligada a Mato Grosso praticamente, mas quero me inserir nesse cenário, Senadora Ana Amélia, para dizer que, inegavelmente, o agronegócio exerce papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País.

Não há dúvida de que ele responde por quase 25% do PIB em nível nacional e 40% aproximadamente de tudo que é exportado pelo País. Então, isso significa, Senador Wellington Fagundes, que nós não podemos fechar os olhos para essa realidade. Não podemos poupar recursos e nem esforços para manter vivo esse viés econômico, que ainda tem proporcionado uma certa sustentabilidade ao País.

Srª Presidente, na medida em que vamos ter um crescimento negativo, e estamos tendo um crescimento negativo das outras atividades, é o agronegócio ainda que está colocando o Brasil de pé, porque pelos outros vieses econômicos, nós já estamos curvados, estamos ajoelhados. Estamos diante de uma crise sem precedentes em toda a nossa história.

Portanto, esta uma questão fundamental.

E eu quero só lembrar, aproveitando esta oportunidade, que eu sou o relator de uma matéria, que, ao final, me obriga a fazer um relatório aqui sobre essa questão da defesa sanitária no Brasil. Fui escolhido pelos meus pares aqui exatamente por ser de Santa Catarina e por Santa Catarina ter essa certificação diferenciada do Brasil.

Amanhã, vamos dar continuidade a isso, com a presença da Senadora Ana Amélia, lá em Chapecó, celeiro de produção agrícola de Catarina. Chapecó, a capital do agronegócio de Santa Catarina, é onde ocorrerá a última audiência pública que faremos, com vistas fundamentalmente a discutir a questão de um plano de defesa agropecuária do País.

Acho que esta audiência pública é muito importante na medida em que traz subsídios substanciais para que possamos elaborar um projeto, um relatório, que possa servir inclusive a um projeto de lei, que possa surgir, partindo da própria Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para gradativamente construir um novo cenário de política sanitária em nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Dário Berger.

Retomando o número, são 33 postos de fiscalização estadual em Santa Catarina.

No Mato Grosso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Santa Catarina tem uma área de 95 mil quilômetros quadrados. Mato Grosso tem 903 mil quilômetros quadrados. Postos fis-

cais estaduais em Santa Catarina, 33. No Mato Grosso, com toda essa área e com toda a expressão econômica em relação ao rebanho bovino, que é o maior do País, tem seis postos estaduais.

Agora, já quanto aos postos federais, que estão sob inspeção do SIF para exportação, há um posto em Santa Catarina e um posto no Mato Grosso. Aí é que está a defasagem e a diferença entre o que faz a União e os Estados em relação à defesa sanitária.

Esse dado é realmente relevante.

Eu queria passar a palavra ao Senador Flexa e, em seguida, ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, senhores convidados, como sempre, as audiências aqui na Comissão de Agricultura são importantes, porque é o agronegócio que está sustentando o nosso País.

Se não fosse Senador Blairo, o agronegócio, a situação seria muito mais difícil do que essa com que estamos a conviver.

Mas eu fico, Senadora Ana Amélia, até satisfeito de ver que o Estado do Pará tem uma posição de destaque no cenário do agronegócio no nosso País.

Lamentavelmente, o Governo da União, agora, tardiamente – mas antes tarde do que nunca –, está acordando e percebendo que o Estado do Pará é a saída natural para que a produção do Brasil tenha a competitividade ou aumente a sua competitividade em âmbito mundial.

Muito do que os senhores falaram foi lincado com o Estado do Pará. Temos lá problemas seriíssimos. E não é só lá, mas no Brasil inteiro.

Senador Blairo, V. Exª relatou ontem, na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, um projeto que dá um tratamento especial às licenças de instalação, de operação e de construção ambientais para os projetos estratégicos, porque é impossível você projetar algo para que seja implantado em dois, três anos e levar dez anos para tirar a licença ambiental. Ou seja, a tecnologia que avança acaba sendo superada.

Nas exposições, percebemos que estradas e portos de escoamento no Estado do Pará estão previstos há muito tempo. A BR-163 está lá há décadas, e a cada ano ficará pronta. Era em 2013, 2014, 2015, e não será mais; também não será em 2016. E por aí vai. Os portos que lá estão sendo implantados estão sendo implantados pela iniciativa privada.

Eu convido todos os dias o Senador Blairo para que ele não vá lá só usar o Pará como saída da produção dos grãos, mas que vá também nos ajudar a desenvolver, porque o Pará hoje, Senadora Ana Amélia, é a extensão do agronegócio do Brasil. A soja e o milho estão entrando no Pará. Hoje, nós produzimos, só ali no sul do Pará, fronteira com Mato Grosso, em Santana do Araguaia, mais de um milhão de toneladas.

Eu vou propor, Senadora Ana Amélia, à CRA, que faz um trabalho sob a sua Presidência de excelência, que possamos fazer duas audiências públicas: uma, aqui em Brasília, em que possamos fazer... O Senador Moka propôs que se juntassem Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rondônia. Eu acho que, em especial, Mato Grosso e Pará.

Eu acho que os dois Estados estão ligados umbilicalmente. O Pará depende, necessita do apoio de Mato Grosso, e Mato Grosso também necessita do apoio do Pará.Então, eu acho que os dois Estados estão interligados.

E o que o Sr. Arno falou é verdadeiro. Nós temos no Pará 24 milhões de hectares abertos e não precisamos tirar uma árvore a mais, derrubar uma árvore. Basta que se utilize, como ele colocou, parte dessa área para o agronegócio, que são pastos abandonados.

E uma segunda audiência em Belém, para tratar da produção de grãos no Estado do Pará. Aí, Senadora Ana Amélia, nós queremos levar a *expertise* de Mato Grosso para ajudar o Pará a desenvolver a produção de grãos no nosso Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Flexa, pode providenciar o requerimento que nós o apreciaremos na Comissão.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Quero saudar todos os pecuaristas que aqui estão: o Dr. José Bernardes; Luis Olavo; meu companheiro e colega, o veterinário Luiz Carlos Meister; o Dr. Mário Cândia e também o Arno Schneider. Estão também conosco o nosso Coordenador Ezequiel, o Deputado Adilton e o Dr. José Guaresqui, Superintendente do Ministério da Agricultura, que tomou posse agora há pouco lá no Estado de Mato Grosso.

Ouvi bastante aqui. Quando cheguei, o Bernardes já tinha terminado, mas eu o ouvi pelo rádio, no trânsito, de lá para cá.

Praticamente não se falou da pecuária de leite, não se falou do pequeno produtor. E penso que é importante falar da cadeia como um todo, porque principalmente a questão sanitária está presa mais ainda ao pequeno produtor, principalmente ao assentado do Incra. O controle sanitário é bastante complexo, porque

às vezes o cidadão está lá e não tem condições mínimas para viver. Esse é um problema sério, principalmente no Estado de Mato Grosso, onde nós temos um dos maiores volumes – acho que são Mato Grosso e Pará –, os maiores números de assentados no Brasil. Por incrível que pareça, também sem a sua regularização fundiária. Grande parte desses produtores não têm documento. Ele é um sujeito que foi colocado e relativamente abandonado, por estradas, por falta de uma política governamental, há muito tempo.

O nosso Estado desenvolveu-se muito. Temos orgulho de falar que somos o maior – o maior produtor disso, o maior produtor daquilo, o maior rebanho também –, mas o pequeno e o médio relativamente não têm política de governo.

Eu gostaria que vocês abordassem este aspecto, o apoio do Governo como um todo. A questão da Embrapa para a pecuária. Nós temos um grande centro de pesquisa moderno, implantado em Sinop. E eu gostaria que vocês fizessem alguma consideração...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para dar economicidade à audiência, a colocação do Senador foi sobre a questão dos assentamentos, a regularização fundiária, o risco da aftosa nessas áreas. Então, depois o Presidente responde ao Senador Wellington Fagundes.

Vou conceder a palavra ao Deputado Adilton Sachetti, embora seja uma reunião da Comissão formada por Senadores. Nós temos democratizado, porque, dependendo do tema, como o de hoje, a pecuária de Mato Grosso, os Deputados comparecem – e também o coordenador.

Então, tem a palavra o Deputado Adilton Sachetti.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, não terminou, Senador?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senadora, como médico veterinário, e lido na área em Mato Grosso, eu poderia falar um dia inteiro, porque os problemas de Mato Grosso, na verdade, são imensos em relação à política de governo.

Eu ia no raciocínio aqui das empresas de pesquisas, a cadeia da nossa indústria no Estado. Aqui se falou de frigoríficos. Eu estive agora há pouco, inclusive indicado pela nossa Presidente, para acompanhar a nossa Ministra ao Japão e à Rússia. E o que eu ouvi foi muita reclamação ainda da qualidade da nossa carne. O Japão não compra carne bovina há muito tempo. E lá nós estávamos tentando abrir o mercado. Na Rússia, compram, mas reclamando inclusive da qualidade dos nossos frigoríficos.

Acho que é outro aspecto importante que vocês podem esclarecer. Se não for suficiente o tempo hoje, talvez possam mandar para a Comissão, porque isso pode gerar outras discussões e outras reflexões nossas aqui, até para provocar o próprio Ministério da Agricultura.

Então, além dessa questão fitossanitária, há a questão da comercialização, com mais profundidade. Acho que seria importante.

Em Mato Grosso, como já foi falado aqui, nós temos um fundo. Esse fundo tem ajudado muito nesse controle, principalmente da febre aftosa.

Mas nós temos também muitas denúncias da implantação do vírus da febre aftosa de forma isolada, para que fiquemos dependendo *ad aeternum* de ser um país com vacinação. Isso dificulta também a nossa comercialização externa.

Claro, que a gente tem aqui um tempo limitado, mas gostaria de, principalmente colocar para vocês, produtores, que nós precisamos trabalhar não só numa audiência pública. Acho que esta presença, cuja iniciativa do convite é do Senador Blairo, é importante. A Frente Parlamentar da Agropecuária é muito forte aqui no Congresso e está tomada principalmente pela produção de grãos, que é mais forte, mais representativa. Porém, hoje, Srª Presidente, principalmente em Estados grandes como Mato Grosso, os maiores produtores estão-se transformando nos agricultores, porque os pecuaristas cada dia mais estão recuando.

Como foi falado pelo Arno, o pecuarista é refratário à tecnologia, mas é o pecuarista tradicional ou aquele que não tem condição alguma, que é o abandonado lá, o pequeno abandonado. Se houver assistência, como já houve no passado, uma extensão rural, todos querem melhorar a sua produção, querem melhorar a sua produtividade e principalmente melhorar o lucro.

Nós sabemos que o subsídio lá fora, nos Estados Unidos, por exemplo, ao se manterem os animais, perto da área urbana inclusive, há isenção de imposto, há desconto no imposto. Na Europa, da mesma forma. Para se manter uma vaca de leite, chega-se a ganhar de subsídio US$1 mil por ano, US$1.3 mil.

Então, são todos esses aspectos. O Brasil é muito grande, e falta dinheiro para tudo, mas o BNDES criou um programa de recursos para a Amazônia, na época, parece de 6 bilhões. Nós não conseguimos utilizar os recursos. Então, penso que não adianta criar o programa se não houver também todo um projeto para dar sustentação.

E aí quero concluir mencionando a Sudeco, porque acho que é um instrumento muito importante – já foi importante para Mato Grosso, para a pecuária. As grandes propriedades de Mato Grosso, no passado, foram desenvolvidas através da Sudeco, com a Sudam e outras linhas de crédito.

E hoje voltamos a ter a Sudam, o FDCO, algumas fontes de recursos. E estão sobrando recursos, porque não há projetos. Mas como se fazerem projetos se não há toda uma estrutura? E a Sudeco hoje é um organismo importante que precisamos apoiar para criar programas de apoio à nossa produção agropecuária de modo geral.

Ontem, tivemos aqui a reunião dos governadores. Acho que foi muito boa. O Senador Blairo ficou lá do começo ao final. E, lá, os governadores estão criando um consórcio do Centro-Oeste junto com Rondônia.

Penso que a gente não pode deixar essas iniciativas só no discurso. E aí é importante a participação de vocês que vivem a realidade e as dificuldades que lá existem.

Portanto, quero parabenizá-los, principalmente pela iniciativa do Senador Blairo.

E quero dizer que esta Comissão está aberta, pronta para que vocês estejam diuturnamente aqui nos provocando e nos ajudando, porque são vocês que conhecem a realidade e vivem o seu dia a dia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Consulto o Senador Blairo Maggi se tem algum questionamento a fazer antes de se passar a palavra ao Deputado Sachetti?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, Presidente.

Só mais uma vez quero reafirmar o agradecimento pela presença de todos e a importância desta audiência pública. Um dos pleitos aqui solicitados, que foi a carteira eletrônica...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do trabalho?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Do trabalho, ou cartão eletrônico. No dia 11/6/14, apresentei um projeto aqui no Senado. Esse projeto já foi aprovado no Senado Federal, está na Câmara Federal agora, já passou por algumas comissões e está na CCJ da Câmara. A relatoria desse projeto está com o Deputado Alceu Moreira. Então, eu pediria ao Deputado Adilton Sachetti e também ao nosso coordenador da Bancada, o Ezequiel, que procurassem o Alceu Moreira, para ele apresentar esse relatório. Chegou para ele agora no dia 27/10; é uma questão demandada por todos os setores da economia brasileira: parar com essa burocracia da carteira, levar; e você não tem essa carteira, às vezes, na propriedade, chega um fiscal... A gente sabe como o fiscal lida com isso: se está com você, ele multa porque está com você; se está com o cara, ele multa porque você não tem a carteira. Então, você vai pagar sempre. Esse é um assunto que vai desburocratizar, vai ajudar muito esses setores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Passo a palavra, então, para uma comunicação do Deputado Adilton Sachetti e, em seguida, do Deputado Ezequiel Fonseca.

Posteriormente, ao Superintendente Federal José de Assis Guaresqui.

O SR. ADILTON SACHETTI (PSB - MT) – Bom dia, Senadora. Cumprimentando a senhora, cumprimento todos que estão nesta audiência. Quero cumprimentar o Senador Blairo Maggi pela iniciativa e dizer, do que foi colocado aqui, da necessidade, realmente, de mudanças na pecuária.

Quando a gente tem uma dificuldade, essa dificuldade é a grande oportunidade de mudança, e a pecuária passa por isso. A agricultura e a pecuária, acho que vai haver uma simbiose muito forte nos próximos tempos, e os números que aí estão são o começo da produção. O Brasil realmente se tornará o grande produtor mundial.

O Mário se referiu a um dos entraves do licenciamento ambiental e nos licenciamentos, que são os EVTEAs. Nós entramos com três projetos, três PDCs, dos EVTEAs do Rio Araguaia, Araguaia-Tocantins; do Rio Tapajós, Teles Pires e Juruena; e do Rio Paraguai, da foz do Rio Apa para frente.

Então, isso está caminhando, está na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, já passou em duas comissões, depois vai para a Comissão de Agricultura, CCJ e vem para cá. Acho que, em pouco tempo, a gente vai ter aqui no Senado esses PDCs, para aprovação, e dar celeridade a esses três itens colocados.

Quero cumprimentar meus colegas produtores do Estado. É um orgulho tê-los aqui conosco.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado, pela comunicação, que nos ajuda também na efetividade da audiência. Obrigada.

Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP - MT) – Bom dia, Senadora Ana Amélia. Em nome da senhora, quero cumprimentar toda a Mesa, meus companheiros mato-grossenses, que levantaram bem cedo hoje. Quero

agradecer ao nosso Senador Blairo Maggi, autor do requerimento, ao Senador Wellington, aos nossos companheiros do Mato Grosso, José de Assis Guaresqui, o Deputado Adilton Sachetti, e aos colegas Deputados que não puderam estar aqui, da Bancada do Mato Grosso, porque também estão em outras reuniões plenárias.

Os números que foram colocados, de Santa Catarina e Mato Grosso, já demonstram a necessidade que temos de avançar. Tenho aqui que defender os mato-grossenses, o trabalho que os mato-grossenses têm feito, principalmente, na fronteira. Sou um Deputado lá da fronteira; tanto eu como o Guaresqui, representante do Mapa, moramos naquela região da fronteira.

Quero lembrar que, num passado não muito longe, tivemos problemas sérios de aftosa e coisas assim. Ainda no governo Blairo Maggi, feita uma parceria com a Bolívia, Mato Grosso adentrava a Bolívia para ajudar os rebanhos bolivianos, para proteger o nosso rebanho. É importante que se diga isso, Senador Blairo Maggi. Então, é uma luta constante ali na fronteira. Realmente, o Governo Federal precisa nos ajudar a fazer essa defesa.

Aproveitando esse gancho, quero me referir também à questão da evasão da fronteira que tem ali, e é muito grande. É outra questão que é necessário fiscalizar. Temos trabalhado muito, mas sabemos que existe isso. Existem brasileiros que têm fazenda na Bolívia e fazem esse transporte ali, por mais que todas as instituições lutem, trabalhem e sejam contra isso, mas há sempre uns que fazem esse tipo de coisa, para a qual nós precisamos atentar também.

Por último, lembrar aqui a questão do monopólio dos frigoríficos. A cidade de Mirassol d'Oeste, a cidade de São José dos Quatro Marcos, aliás, na minha região, nós perdemos agora, nos últimos 60 dias, mais de 2 mil empregos. Foram fechadas, pelo menos, três plantas frigoríficas, naquela região. Isso tem quebrado, Senadora Ana Amélia, a nossa região. Existe ali um monopólio, e nós não conseguimos ter garantia de que a região... Veja só, na situação em que está este País, de repente, ficamos sem dois mil empregos ali, de uma hora para outra.

Então, eu queria fazer este registro e agradecer ao Senador Blairo Maggi, porque esta audiência foi importante.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Deputado Ezequiel Fonseca.

Para encerrar, passo a palavra ao Superintendente Federal do Mato Grosso...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, pela ordem. Tenho uma solicitação do amigo e pecuarista Jorge Pires, que também é do Mato Grosso, de fazer uma pequena fala.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Posteriormente ao superintendente, pela ordem de inscrição.

Passo a palavra ao José de Assis Guaresqui.

O SR. JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI – Bom dia, Senadora. Quero cumprimentar os nossos Parlamentares do Mato Grosso, Ezequiel Fonseca, Adilton Sachetti, os nossos Senadores Wellington e Blairo Maggi.

O Blairo tem história interessante, no começo da sua carreira política,que depois ele pode contar, no momento oportuno, dos 13 que viraram 12. Nós dois estamos aqui e visitamos o Ezequiel naquela ocasião. Então, foi um prazer começar... Visitamos ele lá; ele não fazia parte dos 13, mas ele faz parte daquela história, quando começou sua carreira política e nos orgulhou muito em Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Guaresqui, se me permite, só para matar a curiosidade. Quando comecei, na primeira candidatura, Senadora Ana Amélia, ninguém acreditava. Eu tinha 3%, e meu adversário tinha 63%. E eu comecei lá pela região onde o Guaresqui mora, pela região de Cáceres, e subimos no ônibus, em 13 pessoas, inclusive, minha esposa, para começar a campanha. Na viagem de quatro dias, quando voltamos, um desertou, ficamos só em 12. Eu falei: que campanha vai ser essa!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E não foi o Guaresqui que desertou? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI – Não, eu arranjei o ônibus para a gente ir, eu era Vice-Prefeito da cidade de Cáceres, à época. Depois, o Senador perdeu um da delegação, mas ganhou o Mato Grosso inteiro.

Quero cumprimentar os produtores, na pessoa do Luis Olavo, meu amigo há mais de 30 anos, também da região de Cáceres, meu amigo particular e um grande representante da classe produtora.

Senadora, Senadores e Parlamentares, eu queria apenas corroborar e ratificar o que já foi dito aqui por todos, mas também apresentar um quadro dramático, que talvez não tenha sido dito aqui e que hoje nos afeta muito no trabalho de defesa agropecuária, enfim, no trabalho de impulsionar o setor da pecuária do Mato Grosso. Isso pode, se não for tomada uma decisão urgente e rápida, comprometer até o nosso mercado, que é a participação dos nossos fiscais nas plantas frigoríficas.

Só pra exemplificar, tínhamos 41 plantas frigoríficas, e foram fechadas aproximadamente 20. Com essas 20 plantas, não estamos tendo profissionais para atender o certificado de exportação. Tínhamos, no Estado,

um convênio – temos ainda, mas já é quase passado – em que utilizávamos médicos veterinários cedidos pela Associação dos Médicos, através de um repasse para o Instituto de Defesa do Estado de Mato Grosso, que cedia os profissionais para atender as plantas frigoríficas dentro do Brasil. Mesmo assim, precisávamos ter profissionais para o certificado de exportação, e isso não podia ser feito por esses profissionais da Unimed.

Acontece que esse convênio foi denunciado pelo Ministério Público, e já foi decidido que temos que demitir todos os servidores que não são do quadro de carreira: são os fiscais de convênio. Além do problema que tínhamos, agora temos outro problema a defender e encarar, que é a questão dos fiscais de convênio que acompanhavam a matança. Hoje, então, se forem demitidas essas pessoas, não temos profissionais para acompanhar a matança e continuamos com a dificuldade de emissão de certificado, que só pode ser feito por funcionários de carreira.

Então, aproveito este momento para colocar isso e solicitar aos Parlamentares que façam uma intervenção urgente, porque o próprio Ministério está com dificuldade de chamar os concursados, e estamos num impasse. Discuti isso ontem ainda com o Secretário de Defesa do Ministério, que pediu que fizéssemos uma ação paliativa. Vamos tomar essa decisão, mas ela precisa ser resolvida urgentemente, sob pena de se comprometer o nosso mercado internacional e sob pena de não abrirmos exportação para os Estados Unidos e outros países, por falta de profissionais para qualificarem essas plantas para exportação.

Então, eu queria apenas passar essa preocupação e dizer que, além dessas plantas frigoríficas, temos quatro plantas de abate de suínos, seis de avicultura, 43 laticínios, que são também fiscalizados, na mesma condição eventual – um eventual muito eventual de fiscalização, pela precariedade de pessoal.

Não vou aqui falar das outras dificuldades financeiras, de veículos e da logística de Mato Grosso, pela distância que tem, porque já foi dito, mas eu queria chamar atenção para esse fato preocupante no momento em que o País precisa tanto da exportação. E Mato Grosso precisa muito mais, pela presença do agronegócio ou da responsabilidade do agronegócio para a economia do nosso Estado.

Obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Superintendente José de Assis Guaresqui.

Esse é um dilema, desde a Expointer. Desde o início deste ano, a questão da defesa agropecuária é um tema recorrente não só da Comissão, mas de outras iniciativas dos Senadores e Deputados Federais.

Passo a palavra, para encerrar as exposições, recomendado pelo Senador Blairo Maggi, autor do requerimento desta audiência pública, ao pecuarista Jorge Pires de Miranda.

Eu estava vendo aqui, Senador, não sei o endereço fixo dele. Consta Cuiabá, Rondonópolis, Sinop, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste. Conheci Lucas do Rio Verde e vi que lá também é povoado por gaúchos e catarinenses. Numa palestra na universidade, metade da plateia estava com a camiseta do Grêmio, outra metade do Inter. Daí vi de onde eram.

Tem a palavra o Sr. Jorge Pires de Miranda.

O SR. JORGE PIRES DE MIRANDA – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Obrigado, Senador Blairo, por nos receber aqui nesta Casa, no Senado da República.

Pouca coisa a acrescentar, haja vista que nossas lideranças, nossos companheiros já falaram e já relataram a importância da nossa atividade, o que representa a pecuária no Estado do Mato Grosso, onde temos o maior rebanho bovino. Somos responsáveis pelo maior fornecimento de carne para o Brasil e também grande exportador para o mundo.

Mas, algumas coisas, Senadora, precisam ser colocadas. Em Mato Grosso, pela sua organização, as nossas entidades têm-se organizado muito. A Acrimat hoje tem a responsabilidade dos seus dirigentes, inclusive, de apoiar... Nós fazemos isso muito lá no Governo do Estado, fazemos muito isso nas prefeituras. Onde existe demanda, estamos prontos para fornecer informações, para que seja mais fácil a execução dessa demanda.

Então, eu queria colocar aqui, no Senado – e também na Câmara, Deputado Adilton – que, quando se tratar de pecuária, pela sua representatividade, que possamos ser ouvidos. Aqui, Senador Wellington, tramita, no Senado, uma lei de sua autoria. Nós queríamos ser ouvidos sobre esta lei, porque, às vezes, somos surpreendidos com leis que, muitas vezes, tornam-se inexequíveis, e nos empurram para não podermos cumprir essas exigências, até porque são exigências não cabíveis.

Então, não só essa do senhor, mas também na Câmara, quando se tratar de alguma coisa de pecuária, hoje a Acrimat tem condição de dar um suporte técnico necessário para discutir essas questões, para que, amanhã ou depois, possamos ter leis exequíveis. Nós evoluímos muito. Com essa geração que hoje representa o agronegócio do Mato Grosso, mudou muito a conscientização, de 20 anos para cá, principalmente, na área trabalhista e também na área de meio ambiente.

Hoje nós temos outra conscientização. É um Estado que pode produzir e pode dobrar a sua produção, sem ter a preocupação de desmatar, nem de colocar em risco essa questão ambiental.

Sabemos que, pelo crescimento populacional, em curto espaço de tempo, talvez sejamos chamado pelo mundo, para produzir mais. Mas, por enquanto, temos feito isso de forma respeitável e sustentável.

Eu queria apenas colaborar com isso e dizer que a nossa entidade quer seu ouvida, até para que, amanhã ou depois, essas leis possam ser mais bem aplicadas por aqueles que vão aplicá-las.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual é a lei a que o senhor se refere? De que assunto trata?

O SR. JORGE PIRES DE MIRANDA – Aquele assunto da regulamentação, do bem-estar dos animais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não é do bem-estar, é o Estatuto dos Animais. Na verdade, não é só uma iniciativa minha; há outras também, mas tomei essa iniciativa para provocar a discussão. É claro que um projeto como esse é feito pelos técnicos. Entra agora a discussão: audiências públicas serão feitas, sempre com contraditório – cada setor terá oportunidade. As comissões permanentes têm esse papel, exatamente de provocar as audiências públicas, para que a gente possa...

Agora há pouco eu já conversava ali com o Secretário Executivo da Frente Parlamentar da Agricultura, e eles já estão providenciando sugestões. O Senador Crivella, a Senadora... São mais quatro projetos com a mesma iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. Feito o esclarecimento, eu queria passar a palavra agora ao José João Bernardes, para fazer o fecho geral de tudo que foi indagado pelos Parlamentares, para conclusão.

Antes disso, eu também queria, Presidente da Acrimat, dizer que, desta audiência, Senador Blairo, surgiram muitas ideias. Quero pedir ao Senador Flexa para fazer o requerimento. O Senador Wellington fala sobre a questão do gado leiteiro, que é uma questão relevante. Então, a Comissão poderá depois, numa reunião dos Senadores que a compõem, debater um ciclo, uma sequência sobre a pecuária, dividindo o País nas regiões. O Centro-Oeste tem uma realidade; o Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com outra realidade; o Sudeste com outra realidade; o Nordeste com outra realidade; e o Norte do País, com outra realidade. Então, poderemos fazer isso numa cadeia produtiva da pecuária, não pegando só pecuária de corte, mas pecuária leiteira também, examinando todos os problemas.

Penso que essa seria uma abordagem geral. Muitas coisas ficaram aqui: a questão de confinamento, alimentação, embora se tenha falado das questões relacionadas a esse processo. Há também a questão da logística, dos portos, de preço, custo-benefício nas regiões do País, o que não foi falado.

Falou-se muito da questão da sanidade, mas, o Rio Grande do Sul... Fala-se que a Argentina tem aftose, mas a Argentina também está enfrentando problemas graves na economia, com descuido na área sanitária. Entrou aftose pela Argentina. Então, não é só a Bolívia que é risco, porque o rebanho boliviano não tem nenhum significado econômico para o país. Se o Brasil não fizer, eles não vão fazer o controle sanitário, para a questão da aftosa. Então, é um encargo a mais de gasto que tem a entidade, no caso de Mato Grosso, ou dos outros Estados que fazem fronteira com a Bolívia. E o pior é que a fronteira está um verdadeiro queijo suíço: buraco por tudo que é lado. Não se tem controle. O Sisfron, que é um grande sistema de fronteira, está com um contingenciamento de orçamento. As obras das estradas, que dividem a fronteira, como apresentado pelo presidente, também são apenas uma ideia, que, na prática, a gente não vê.

Então, amanhã nós vamos ter, como disse o Senador Dário Berger, lá em Chapecó, a partir das duas horas da tarde, sexta-feira, amanhã, o debate pra concluir o relatório dele sobre defesa sanitária. Ele foi escolhido porque Santa Catarina, como se viu, é a excelência; é o único território brasileiro que a OIE, a Organização Mundial de Saúde Animal, reconhece como zona livre de aftosa, sem vacinação. É uma concessão extraordinária.

Agora, o controle que era feito eu comparo ao que é feito no Chile, em relação à defesa sanitária para a fruticultura e também para a pecuária, para toda a questão de pescados também.

Então, a conclusão desta audiência foi na linha de ampliar para as regiões e incluir pecuária não só de corte, mas também pecuária leiteira, que é de grande... E outra: aí podemos pensar na questão da ovinocaprinocultura e outras carnes também que nós vamos debater.

E agora, então, passo a palavra ao Presidente da Acrimat, José João Bernardes.

O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES – Bom, inicialmente, Wellington, os números de propriedades de rebanho envolvem a pecuária leiteira, e, obviamente, como o Jorge colocou, nós estamos nos organizando. Graças ao início dado lá pelo Blairo, na constituição dos dois fundos, o Fabov, que possibilita as ações da Acrimat, e principalmente o Fesa, que foi criado pela iniciativa privada. Hoje, nós temos, Senadora Ana Amélia, um depósito de aproximadamente R$50 milhões.

Então, as ações que nós tivemos lá... Nós tivemos um caso atípico de vaca louca na região, de Cáceres, que foi imediatamente identificado, definido. Foram adotados todos os procedimentos. Inclusive, não houve repercussão negativa para o Brasil. E esse também lá do Norte, da estomatite, Castanheira particularmente, onde o Fesa imediatamente alocou os recursos, o pessoal, e possibilitou a solução.

Nós temos uma ação extremamente importante. Foi dito pelo Ezequiel que todos os anos esse fundo doa vacinas, e existe uma interação muito positiva entre o Mato Grosso e a Bolívia, em que são permitidas, digamos assim, ações do Indea nessa região, o que tem nos garantido. Mas a fronteira é...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Bernardes, como estamos falando aqui para o Brasil, seria importante o senhor falar um pouquinho o que é o Fesa e quantos Estados brasileiros têm esse fundo. Não sei se vocês têm esses dados, mas, para o Mato Grosso, a importância dele.

O SR. JOSÉ JOÃO BERNARDES – O Fesa é o Fundo Emergencial de Saúde Animal, cujos valores são pagos pelos produtores quando destinam seus animais para o abate, e ele é gerido por um grupo, ou seja, pelo Presidente da Acrimat, Presidente da Famato, representante da Ovinomat, com a participação do Ministério da Agricultura e do Indea, órgão de defesa. As deliberações são tomadas em grupo, e a Presidência dele é alternada entre o Presidente da Famato e o Presidente da Acrimat.

Esse fundo tem esses saldos, como nós dissemos; é emergencial, mas possibilita outras ações, especialmente no caso de dotação até de viaturas para melhorar essa *performance* em números insignificantes de postos, porque nós temos, Wellington, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, outros problemas envolvidos, além da pecuária de corte, pecuária de leite, que é a suinocultura. E essa vigilância é extremamente importante, como eles não estão aqui para dizer, sobre o problema da peste suína clássica, e isso exige procedimentos, inclusive de sorologia, ou seja, para constatar se existe ou não a circulação dos vírus de aftosa, suína clássica e tal.

E, obviamente, todos esses recursos, no Estado de Mato Grosso, têm sido bancados por essas entidades e por esse fundo, e isso tem dado o respaldo necessário. Em Mato Grosso, até hoje, nós temos praticamente 20 anos sem a ocorrência de febre aftosa.

Cumpre observar que neste ano foi realizada, em Cuiabá, reunião da Cosalfa, que é a reunião dos países latino-americanos em combate à febre aftosa. E discutiu-se muito: livre da febre aftosa, sem vacinação ou com vacinação. Eu gostaria, assim mesmo, de observar que o Uruguai, grande exportador – ou seja, exporta praticamente tudo o que produz –, é livre com vacinação, segundo as informações.

E a evolução para um *status* de Mato Grosso livre e sem vacinação demandará efetivamente o envolvimento, mas muito grande, do governo estadual e do Governo Federal, porque, para se alcançar esse *status*, é necessária toda uma infraestrutura, inclusive laboratorial, indústria de vacinas, porque o *status* de livre sem vacinação não significa que não vai existir a possibilidade. Então, é preciso estar preparado para, no momento adequado, reagir e defender esse Estado. Então, nós estamos trabalhando para isso, existe essa expectativa, só que nós estamos mais preocupados com a segurança da continuidade desse processo.

Nós temos o problema de fronteira, que transcende e muito o a sanidade. Nós temos um problema de segurança, de trânsito de armas, de drogas, de veículos roubados e coisas do gênero. Então, é necessário efetivamente chamar a atenção para a necessidade de o Brasil se convencer de que nós somos produtores de *commodities* – agrícolas, pecuárias e de toda a sorte. E é importante que os recursos necessários sejam alocados, as pessoas sejam contratadas, e isso entre em uma pauta efetivamente relevante, para que efetivamente mostremos ao mundo que nós produzimos e estamos preparados para atender todo nível de exigência, seja de que ordem for.

Então, a Acrimat é um exemplo das possibilidades; ou seja, um segmento organizado consegue mobilizar-se não apenas no que se refere a recursos, mas principalmente na conscientização de todos os atores que participam, e consegue inclusive encaminhar todas essas demandas, ser ouvido e cobrar que isso seja um processo evolutivo. Isso porque é inadmissível que o País, que, desde a minha infância, estudo como tendo distinção agropecuária, não tenha essa importância reconhecida efetivamente por aqueles que governam este País.

Então, acho que, sintetizando isso, nós nos sentimos extremamente recompensados por esta oportunidade e temos a certeza absoluta de que as pessoas que nos ouviram estarão um pouco mais abertas a reconhecer que nós estamos fazendo a nossa parte. O Brasil hoje detém mais de 80% da sua população urbana, e, em todos os eventos que nós ouvimos, quem é cobrado em conservação ambiental e manutenção do *status* sanitário bovino são apenas os 15%, digamos assim, que cuidam das propriedades.

Então, é importante que falemos, é importante que digamos o que efetivamente sentimos e é importante que nós desenvolvamos efetivamente ações para propagar esse estado de coisas e modificar para melhor o Brasil em que nós vivemos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente.

Acrescido a isso, sempre lembro que a qualidade da carne bovina oferecida ao consumidor brasileiro tem a mesma qualidade da carne que o consumidor estrangeiro recebe. Há uma preocupação enorme do ponto de vista da sanidade, mas a indústria instalada, que cumpre todas as suas obrigações, o pecuarista que faz rastreabilidade, vacinação nas datas adequadas e o cuidado sanitário que tem não pode ser responsabilizado pelo chamado abate clandestino, que ocorre. É um risco, porque esse animal pode ter sido roubado, pode ter sido contaminado, pode ter sofrido um acidente. Então, a carne não vem. O abate clandestino no Brasil é um problema grave para a saúde pública e também para pecuaristas e para a indústria devidamente instalada.

Então, eu queria, mais uma vez, em nome do Senador Blairo Maggi, que requereu esta ilustrativa audiência pública, agradecer ao Presidente da Acrimat, José João Bernardes; ao Conselheiro Fiscal da entidade, Mário Roberto Cândia; ao pecuarista Luis Olavo Sabino dos Santos, também sócio da Acrimat; ao Luiz Carlos Meister, pecuarista da Associação dos Criadores, Acrimat; ao Arno Schneider, que é também membro da Associação dos Criadores, e também ao Jorge Miranda, que nos deu também o prazer da visita. Agradeço aos Deputados do Mato Grosso, que nos deram o prazer da sua presença.

Está encerrada a reunião, com os renovados agradecimentos ao Senador Blairo Maggi, lembrando que amanhã, às 14h, em Chapecó, Santa Catarina, teremos o ciclo de palestras da Comissão sobre a questão relacionada à defesa agropecuária em Santa Catarina e à construção de um padrão de excelência para o País. Lembro que a reunião se refere ao processo de avaliação da política de defesa agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2015.

Está encerrada esta audiência e esta reunião. Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Lasier Martins, Hélio José e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Lúcia Vânia Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 1.417, de 2015, datado de 18 de novembro de 2015, subscrito pela Sra. Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, a qual encaminha informações sobre a Política Pública de recursos hídricos no Semiárido Nordestino, em especial associados à agricultura, objeto do Requerimento de Informações do Senado nº 641, de 2014 (nº 25, de 2014, na CRA), parte do processo de avaliação desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre a Política Pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo no exercício de 2014, determinada pelo Requerimento da CRA nº 12, de 2014, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal; e Ofício Circular nº 19, de 2015, datado de 18 de novembro do corrente, subscrito pelo Ministro Juca Ferreira, Ministro de Estado da Cultura, convidando os Senhores Senadores membros desta Comissão para o evento denominado Emergências – Encontro Global de Cultura, Ativismo e Política, que aquele Ministério promoverá na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, inicia a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 69, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito no Território nacional de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos importados de outros países, e dá outras providências, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que tem como Relator, nesta Comissão, o Senador Ronaldo Caiado, com a participação dos seguintes convidados: Sra. Fátima Chieppe Parizzi - Coordenadora-Geral de Regulamentação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Braz Baracuhy - Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Sr. Marcos Otávio Bezerra Prates - Diretor do Departamento das Indústrias Intensivas em Mão de Obras e Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Após a palavra ter sido franqueada aos convidados pelo tempo de dez minutos, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e Ana Amélia e o Senhor Deputado Federal Luis Carlos Heinze (PP/RS). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 1.417, de 2015, datado de 18 de novembro de 2015, subscrito pela Srª Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, a qual encaminha informações sobre as políticas de recursos hídricos no Semiárido nordestino, em especial associados à agricultura.

Esclareço que as informações são objeto do Requerimento nº 12, de 2014, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que trata da fiscalização realizada pela CRA, no ano de 2014, das políticas públicas efetuadas pelo Governo Federal sobre o tema.

Comunico também o recebimento do Ofício Circular nº 19, de 2015, datado de 18 de novembro do corrente, subscrito pelo Ministro Juca Ferreira, Ministro de Estado da Cultura, convidando os Srs. Senadores, membros desta Comissão para o evento denominado Emergências – Encontro Global de Cultura, Ativismo e Política, que aquele Ministério promoverá na cidade do Rio de Janeiro, no período de 7 a 13 de dezembro, de 2015

A reunião desta manhã destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 69, de 2015, da nossa Comissão, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito no Território nacional de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos importados de outros países, e dá outras providências.

Informo que o PLC 49, de 2015, ora em análise, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que tem como Relator, nesta Comissão, o Senador Ronaldo Caiado, o qual proferiu o seu relatório na 36ª Reunião da CRA, tendo sido concedido vista a pedido do Senador Donizeti Nogueira, que se manifestou pela realização desta audiência pública.

Agradeço antecipadamente a presença da Drª Fátima Chieppe Parizzi, Coordenadora-Geral de Regulação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Também foram convidados o Sr. Marcos Otávio Bezerra Prates, Diretor do Departamento das Indústrias Intensivas em Mão de Obra e Recursos Naturais, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); também convidado o Ministro Alexandre Guido Lopes Parola, Diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores.

Passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, autor do requerimento, para as suas exposições. Em seguida, concederei à Drª Fátima.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidenta, Srª Fátima Parizzi, o nosso requerimento demanda da preocupação acerca do mérito do projeto de lei, o que me parece necessário. Mas também me preocupa o fato de o projeto poder criando algumas barreiras para importação, dadas as exigências que ele impõe.

Então, foi nesse sentido que nós pedimos essa audiência pública para, a partir das informações de nossos convidados e convidadas, podermos nos sentir mais seguros para opinar a favor ou contrário ao projeto de lei. No mérito – penso eu –, temos que ter todo o cuidado para assegurar a sanidade e a saúde dos alimentos, mas também temos que ter o cuidado de não criarmos barreiras para a importação, porque necessitamos importar também.

Após a realização desta audiência, com as informações que as áreas interessadas possam nos apresentar, eu terei mais segurança para me manifestar em relação ao projeto de lei relatado pelo Senador Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Donizeti Nogueira.

De imediato, passa a palavra à Drª Fátima Chieppe Parizzi, já agradecendo a presença do Senador Moka nesta audiência também.

Peço o auxílio técnico para o PowerPoint, por gentileza.

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Bom dia a todos.

Eu agradeço a oportunidade de participar desse processo, que consideramos muito importante.

Nós tivemos a responsabilidade de, à época que foi o projeto de lei especificava algumas cadeias produtivas, também nos manifestar.

Dentro das atribuições do Ministério da Agricultura, por meio de um decreto que reformulou recentemente o Ministério, esse decreto é de 2015, mesmo não havendo alterações na essência das responsabilidades regimentais, então, uma das competências, das atribuições regimentais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é a classificação e a inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo Ministério da Fazenda relativamente ao comércio exterior, e seria na importação e exportação dos produtos agropecuários.

O Ministério da Agricultura está dentro da Secretaria de Defesa Agropecuária, na qual me encontro. Esta Secretaria é dividida em seis departamentos, com as suas competências estabelecidas. Temos departamentos que tratam de insumos pecuários e insumos agrícolas, sendo que os agrotóxicos e afins estão no Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas, que é o DFIA, e no DFIP a gente tem a parte de medicamentos e alimentação animal.

Os departamentos que tratam dos requisitos higiênico-sanitários dos produtos agropecuários são o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que é o Dipoa, e o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, o Dipov – e eu trabalho na Coordenação-Geral de Regulamentação dentro dos Dipov, que possui uma estrutura similar ao Dipoa. E temos ainda o Departamento de Sanidade Vegetal e o Departamento de Saúde Animal, que tratam dos requisitos fito e zoosanitários dos produtos agropecuários no mercado interno, importação e exportação.

Quanto à responsabilidade do Dipov, a gente tem a Lei nº 9.972, que estabelece a obrigatoriedade da classificação de produtos vegetais. Em quais situações esses produtos são obrigatoriamente classificados? Nas compras e vendas pelo Poder Público. Cito um exemplo, então seriam as operações da Conab, da política de garantia de preços mínimos, quando esses produtos são destinados diretamente à alimentação humana; quando esse produto é embalado e destinado ao consumidor final nos supermercados; e quando da importação. Então, essa classificação, essa obrigatoriedade de se dar um diagnóstico daquele produto é obrigatória quando dá importação.

O decreto que regulamentou essa lei estabeleceu o que seria essa fiscalização, qual seria a atuação do Ministério? Nós devemos aferir e controlar a identidade e qualidade desses produtos no mercado interno e dos importados – vejam bem, inconformidade com os padrões oficiais de classificação. Então, nós só classificamos aqueles produtos vegetais ou de origem vegetal que possuam padrão oficial estabelecido pelo Ministério da Agricultura, com relação à qualidade, à identidade e qualidade, e, ainda, à identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica desses produtos, de acordo com a Lei Agrícola, que também estabelece uma competência para verificação de segurança e qualidade desses produtos.

Então, quando da importação, que seria o foco desse projeto de lei. O produto, quando é importado, tem que passar por uma classificação oficial e é certificado pelo Ministério da Agricultura nos diferentes pontos de entrada. Essa classificação pode determinar ou o rechaço do produto, se houver uma inconformidade ou uma situação em que ele não atenda aos requisitos estabelecidos na norma; ele pode ser internalizado e ser comercializado para diferentes usos; ou ele pode ser retido temporariamente para adequações, sejam adequações no próprio produto, ou adequações de rotulagem ou adequações de embalagem. Uma vez importado, ele se adéqua às nossas normas, e logicamente que ele tem que ter uma documentação que garanta a rastreabilidade daquele produto nos demais segmentos da cadeia.

Com relação à contaminação de resíduos, sejam químicos, físicos ou biológicos, a preocupação do Ministério da Agricultura já existe e está implícita em todas aquelas normas, em todos aqueles padrões.

E, historicamente, a gente passou a fazer uma análise desses produtos, de algumas cadeias produtivas a partir de 2006. Nós tivemos uma demanda tanto para o mercado interno, quanto para a exportação das nossas frutas para a União Europeia. Nós iniciamos um monitoramento em 2006, 2007 e 2008. Era um monitoramento estruturado num plano de trabalho. A partir daí, então, vocês verificam que nós tivemos um índice de conformidade médio de 92,97.

Quando falamos em resíduos e contaminantes, nós nos referimos basicamente aos agrotóxicos, às micotoxinas e à salmonela, no caso de pimenta do reino. Então, inicialmente a gente trabalhou com maçã e mamão, até o primeiro semestre 2009, porque, no final do ano, no final de 2008, tivemos publicado um normativo que tratou especificamente desse Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal. Só uma observação: esse plano nacional para os produtos de origem animal já é mais antigo, deve estar hoje com uns 20 anos de aplicação, e o de produtos vegetais é mais recente, a partir de 2008.

Dentro desse programa, nós temos um subprograma de monitoramento. A gente monitora aqueles produtos padronizados. E nós temos hoje 81 produtos vegetais ou de origem vegetal padronizados.

Nós temos um subprograma exploratório para situações especiais. São aqueles programas que não possuem padrão oficial, mas que a gente tem informações de que eles podem ter algum tipo de contaminação, algum tipo de resíduo e, então, a gente faz esse controle. E o subprograma de produtos importados, porque os produtos padronizados, quando eles são internalizados, a gente tem uma seleção, um sorteio para coletar essas amostras na importação.

A partir de 2009, com a publicação desse normativo, criando esse plano nacional e institucionalizando esse controle de resíduos e contaminantes, nós passamos a efetuar as coletas por cadeias produtivas, em função do risco, em função do consumo, em função da produção, em função do volume importado também. Então, esse programa vem sendo realizado. E a gente coloca 2009/2010, porque é um Plano Safra. Então, ele se iniciava no dia 1º de julho de cada ano e se encerrava no dia 30 de junho de cada ano.

A partir de 2015, ele passará a ser um plano anual, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Então, por isso que nós estamos com o segundo semestre de 2015 sendo concluído agora. Em dezembro ele estará em execução e, a partir de 2016, esse plano irá publicar um número de amostras e um número de cadeias produtivas envolvidas a partir de 1º de janeiro de 2016.

Então, a gente observa que o índice de conformidade, os resultados, as violações foram pequenas. É lógico que nós temos determinados produtos problema, como o pimentão e o morango, que são produtos que possuem o índice de conformidade muito baixo, mas no geral os resultados são considerados satisfatórios.

Bom, só para se ter uma ideia do custo, voltando aqui, se vocês observarem 2012/2013, nós fizemos só 193 amostras, foi um número muito baixo. Isso foi em função de laboratórios. Nós temos uma dificuldade mui-

to grande em capacidade operacional dos laboratórios, porque, como esse programa se trata de um controle oficial, esse controle oficial só pode ter seu trabalho realizado se as amostras forem analisadas em laboratórios oficiais da Rede Lanagros ou em laboratórios credenciados.

Para se ter uma ideia do custo dessas análises – e, vejam bem, nós não atingimos todos os analitos, nem todas as matrizes –, só para se ter uma ideia do custo dessas análises, a gente colocou por matriz e o valor unitário, separando por agrotóxicos, salmonela, que é a bactéria, e algumas análises de contaminantes biológicos, como é o caso de ocratoxina em trigo, aflatoxina em amendoim e castanha do Brasil. Então isso aí é o custo de uma análise. Por exemplo, o trigo, hoje, dentro do programa, ele é submetido à análise de aflatoxina e análise de resíduos de agrotóxicos.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Então, uma amostra, custa, para nós, esses dois valores aí em média.

Então, a nossa conclusão com relação a esse projeto: a extensão, a amplitude, como foi colocada no art. 1º do projeto, a gente entende que fere o art. 4º do acordo da OMC do qual o Brasil é signatário. Porque se você estabelece a obrigatoriedade de fazer essa análise, quase um *screening*, um pente-fino nos produtos, de todo produto que vem de fora, nós temos que aplicar a reciprocidade. Então, para todo produto comercializado no Brasil, naquelas mesmas condições – comercialização, transporte, beneficiamento e armazenamento –, nós teríamos que fazer isso dentro do País.

Isso é inviável em termos operacionais e em termos financeiros e não se justifica também, porque hoje, tanto em alimentos quanto no risco fitossanitário, trabalhamos com análise de risco. Você tem que ver quais são aquelas cadeias que estão mais suscetíveis, quais são aqueles alimentos que apresentam mais risco para a população. E nós já temos legislações nesse sentido. Então, poderia ser um aperfeiçoamento das legislações que nós temos e não simplesmente a criação de uma situação que vai constituir uma barreira com certeza.

A ideia de fazer o controle, de garantir o alimento seguro é uma ideia, é uma obrigação – não é nem uma ideia – do Poder Público, mas ela tem que ser feita na maneira da eficiência e da eficácia. Então, nós entendemos que os programas que hoje existem dentro do Ministério da Agricultura, da Anvisa e de outras instituições podem ser aperfeiçoados, mas não simplesmente estabelecendo essa proibição.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada à Drª Fátima Parizzi, Coordenadora-Geral da Regulação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do MAPA.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Alexandre Parola, que é Diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O SR. BRAZ DA COSTA BARACUHY NETO – Senadora, muito obrigado.

Srªs e Srs. Senadores, eu sou o Conselheiro Braz Baracuhy, Chefe da Divisão de Agricultura do Itamaraty, e tenho a honra de representar o Ministério das Relações Exteriores, nesta audiência, para tratar justamente do Projeto de Lei nº 49, de 2015, sobre a comercialização, o trânsito, o processamento e o armazenamento de produtos agropecuários importados de outros países.

Eu quero agradecer inicialmente, Senadora, o convite formulado ao Itamaraty. Eu creio que o Ministro Mauro Vieira, em diversas ocasiões, tem assinalado que o diálogo permanente com o Congresso Nacional, com o Senado Federal constitui uma prioridade para o Itamaraty. Nós estamos seguros de que esse diálogo fortalece não só a democracia, mas nossa diplomacia.

Eu queria dizer inicialmente que o Itamaraty trabalha em plena coordenação com o MAPA e com o MDIC, bem como com outros órgãos de Governo, não somente para contarmos com posições unívocas em nossa atuação internacional, mas também para que as posições do Brasil sejam consistentes com compromissos internacionais assumidos no marco das regras multilaterais do comércio mundial.

É justamente, Senadora, no quadro do cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil que eu gostaria de concentrar essa intervenção.

O Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005, tem, sem dúvida, o mérito de visar à proteção da saúde da população brasileira e da sanidade da produção agrícola nacional. Trata-se de objetivos legítimos que estão salvaguardados nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos planos multilateral, regional e bilateral.

A fim de garantir que a proteção de objetivos legítimos de proteção da sanidade dos produtos agrícolas importados por cada país não imponham restrições desnecessárias ao comércio desses produtos em prejuízo de todos os países, os acordos internacionais assumidos pelo Brasil estabelecem que qualquer medida sanitária ou fitossanitária adotada, as medidas SPS no jargão, seja devidamente justificada com base em princípios científicos e aplicada de maneira não discriminatória em relação à produção doméstica desses produtos.

Como grande exportador agrícola, o Brasil tem historicamente atribuído elevada importância ao cumprimento desses princípios e regras por seus parceiros comerciais, a fim de evitar que barreiras sanitárias injustificadas prejudiquem as exportações brasileiras. O Brasil certamente não é um caso isolado.

O tema foi objeto de diversos contenciosos na OMC, o que permitiu consolidar vasta jurisprudência sobre o alcance desses princípios, com base nos seguintes pilares: a definição do nível de proteção apropriado contra determinado risco sanitário ou fitossanitário é prerrogativa dos membros da OMC, mas esse direito não é absoluto e está sujeito a qualificações; caso exista padrão internacional sobre determinada ameaça sanitária ou fitossanitária, o membro da OMC só pode adotar medidas necessárias a alcançar nível de proteção mais elevado que aquele resultante do padrão internacional com fundamento em claras evidências científicas; por fim, em nenhuma hipótese, os membros poderão dar tratamento injustificadamente discriminatório entre as medidas sanitárias e fitossanitárias aplicadas a seus produtos e a produtos importados.

Sob a perspectiva, portanto, dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, alguns aspectos do PLC 49 poderiam suscitar questionamentos, em particular no âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC. Em primeiro lugar, não está claro se as novas exigências, em termos de limites de resíduos e os procedimentos de inspeção e controle, serão aplicados igualmente aos produtos nacionais. Na medida em que se estaria impondo aos produtos importados ônus não aplicáveis ao produto similar doméstico, poder-se-ia arguir que a medida viola o princípio do tratamento nacional consagrado no GATT e no Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC.

No projeto, não se menciona, por exemplo, a possibilidade de controles por amostragens para produtos importados, o que poderia ensejar a interpretação de que os referidos laudos requeridos pelo projeto seriam exigíveis para todos os carregamentos de produtos agropecuários não processados ou semiprocessados importados, com impacto considerável sobre custos de inspeção e realização de exames laboratoriais, impondo ônus adicional não aplicado ao produto similar doméstico.

Em segundo lugar, seria necessário avaliar se, de fato, as exigências adicionais de controle têm justificativa científica sólida e são necessárias para a proteção da saúde humana, animal ou vegetal, conforme prevê o art. 2.2 do Acordo Sanitário e Fitossanitário da OMC. A exigência de que a totalidade dos produtos agropecuários importados seja inspecionada, por exemplo, poderia ser considerada excessiva. É preciso levar em conta que há produtos que não sofrem tratamentos com substâncias tóxicas ou que, por sua natureza, não são suscetíveis a determinados tipos de contaminação por infecções ou parasitas.

Além disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento já conta atualmente com mecanismos e critérios definidos para conduzir processos de análise de risco de produção e importação de produtos, nos quais se determina o grau de controle necessário para cada produto agropecuário de acordo com sua origem, que é reconhecida internacionalmente como eficaz, o que tem facilitado nossas exportações.

Tais mecanismos e critérios são baseados em padrões internacionais e são utilizados como referência para as negociações internacionais em matéria sanitária e fitossanitária das quais o Brasil é parte. Eventual reforço desse sistema de vigilância agropecuária, na linha proposta pelo PL 49, teria necessariamente que ser devidamente justificado dentro de um esforço amplo de aumentar os níveis de proteção sanitária do País como um todo, para produtos nacionais e importados.

O escopo abrangente do projeto, além disso, poderia afetar outro princípio importante para o comércio exterior agrícola brasileiro. O Acordo Sanitário e Fitossanitário da OMC estabelece claramente que, ao analisar os riscos sanitários de importação de produtos agrícolas, os países deverão levar em conta as especificidades do país de origem da mercadoria, inclusive a fim de identificar áreas suscetíveis a determinadas doenças e ou regiões livres de determinadas enfermidades. Em termos concretos, isso significa que o importador deve tratar de modo diferenciado produtos que são originários de regiões ou zonas definidas como livres de certas enfermidades.

Esse princípio, que é conhecido como princípio da regionalização, é defendido em todas as instâncias pelo Brasil e permite, por exemplo, que se exporte carne suína produzida em Santa Catarina, Estado livre de aftosa sem vacinação, para países que mantêm restrições a outros Estados brasileiros, onde a doença é controlada por meio de vacinação. Ao não admitir exceções dessa natureza, o projeto poderia ir de encontro a essa obrigação.

Outro fator a levar em consideração é que as medidas sanitárias e fitossanitárias adotadas pelos países devem ser baseadas em padrões, diretrizes ou recomendações técnicas definidas pelas organizações internacionais de referência para o acordo sanitário e fitossanitário da OMC, como a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, a Organização Mundial de Saúde Animal e o Codex Alimentarius. Essas organizações têm estabelecido normas e diretrizes para grande parte dos produtos agropecuários transacionados no comércio internacional. Após amplo debate nos meios científicos, têm especificado ainda procedimentos a serem segui-

dos para análise de gestão de risco com vistas a assegurar a saúde do consumidor dos animais e a sanidade vegetal, bem como evitar restrições desnecessárias ao comércio internacional de produtos agrícolas e alimentos.

Medidas mais restritivas do que as definidas pelas organizações de referência somente poderiam ser adotadas no caso de haver justificativa científica incontestável para tanto, o que, em muitos casos, poderia ser difícil, particularmente no caso de trânsito de mercadorias entre países que adotam os parâmetros internacionais, que gozam, por si, de presunção de legitimidade.

Seria importante ter presente, para concluir, que, segundo o Acordo SPS da OMC, as medidas sanitárias ou fitossanitárias não devem promover discriminação entre os países importadores e os demais nem ser aplicadas de modo que resultem em restrições injustificadas ao comércio internacional. Ao estabelecer seu nível de proteção sanitária ou fitossanitária, os países devem levar em conta o objetivo de minimizar efeitos comerciais negativos.

O Anexo C do Acordo Sanitário e Fitossanitário estabelece que procedimentos de controle e inspeção de produtos não devem ser realizados i) de maneira desfavorável aos produtos importados em relação aos produtos equivalentes domésticos e ii) devem ser limitados ao necessário para impor controles apropriados.

(Soa a campainha.)

O SR. BRAZ DA COSTA BARACUHY NETO – A diplomacia econômica do Brasil tem, historicamente, atribuído elevada importância ao cumprimento dos princípios e regras do sistema multilateral de comércio pelo próprio País, como também por seus parceiros comerciais. Com base nesse cumprimento, tem-se logrado aumento das exportações brasileiras de produtos agrícolas e reduzido barreiras sanitárias injustificadas no comércio internacional.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Conselheiro Braz Baracuhy, Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base.

Preciso informar a V. Sª o equívoco cometido ao lhe conceder a palavra. O Ministério das Relações Exteriores encaminhou a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por meio do Sr. Fábio Moreira Farias, do Itamaraty, informação de que, tendo em vista o fato de o Sr. Ministro de Estado encontrar-se no exterior em missão oficial, o representante do Ministério das Relações Exteriores na audiência marcada para hoje seria o Diretor do Departamento Econômico do Ministério, Ministro Alexandre Guido Lopes Parola. Daí, o equívoco.

Desculpe-me, mas é preciso explicar os porquês de a Secretaria haver me passado o nome do Sr. Alexandre. Não foi desatenção nem desrespeito para com V. Sª.

Queria também agradecer a presença do Superintendente da Conab, Arthur Santos da Costa. Obrigada pela presença, por acompanhar esta audiência pública.

Senador Donizeti Nogueira, Senador Moka, Senador Flexa Ribeiro, para os questionamentos em relação ao tema desta audiência pública, cuja finalidade é instruir um projeto de lei que trata da classificação dos produtos e sua reciprocidade com o Brasil.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, embora as apresentações tenham sido bastante esclarecedoras, eu gostaria de indagar, para minha segurança, à Srª Fátima, e ao Sr. Braz, se nós recebemos o mesmo tratamento que damos no caso da exportação dos nossos produtos.

Nas colocações, sobretudo do Sr. Braz, parece-me que nós cumprimos tratados internacionais e que o projeto de lei, uma vez lei, poderia criar constrangimentos e dificuldades no relacionamento com os outros países.

Nesse sentido – eu vi que o senhor e a senhora leram, estudaram o projeto –, há alguma coisa a fazer para melhorar o projeto, ou, no caso, vocês defendem o arquivamento, a não aprovação do projeto de lei?

Meus dois questionamentos, basicamente, seriam esses.

Vamos ouvir os outros colegas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, pelo procedimento regimental.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Presidente, Drª Fátima, Conselheiro Braz, a fala, tanto da Drª Fátima quanto do Conselheiro Braz, deixa-me bastante preocupado, pelo menos estou falando em termos do que a gente escuta. A gente tem tanta dificuldade na hora das exportações, e não se vê aqui, no País, essa mesma restrição. A Senadora certamente vai falar no caso da maçã chinesa, que... Então, essa é a pergunta. É claro que, quando...

O projeto é do Senador Ronaldo Caiado?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele é Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ele é o Relator. É da Câmara, originariamente, né?

Então, o pessoal da Câmara, notadamente e em especial o Deputado Luis Carlos Heinze, não é nenhum neófito em agricultura. Ele tem formação, é técnico agrícola, engenheiro agrônomo. Desde que eu cheguei aqui, ele milita nessa área de agricultura, quer dizer, ele conhece isso com profundidade e ele vem de um Estado, que é o Rio Grande do Sul... Eu acho muito difícil o Deputado Heinze propor um projeto, do ponto de vista da Drª Fátima, inexequível. Foi o que ela disse aqui.

Agora, eu acho que dizer que vai trazer muito custo, que é muito difícil e tal... Quer dizer, nós só podemos, pelo que eu entendi... Como nós, na verdade, temos poucas informações dos nossos produtos e o Ministério das Relações Exteriores aceita um tratado pelo qual nós só podemos exigir dentro da reciprocidade, então, na verdade, se nós temos muito poucos produtos cientificamente verificados, não temos como estabelecer restrição porque não temos essas restrições científicas comprovadas aqui no País.

Eles, por outro lado, lá, certamente que têm um número muito maior desse tipo de evidência científica e exigem da gente, porque eles têm um número maior de cadastro, de estudos sobre esses produtos. Aí, dentro desse tratado, Senadora, eles estão corretos, só que eles exercem sobre os nossos produtos uma restrição muito maior. E nós não podemos nem tentar mudar isso, porque o próprio Ministério da Agricultura reconhece que o número de pessoas é pequeno e que, no caso dos produtos vegetais, nós passamos a fazer isso muito recentemente, a partir de 2006, 2008.

Então, no fundo, não há nada de errado com o projeto. Na minha avaliação, nós precisamos é ter um controle maior dos nossos produtos aqui, fazer essa verificação técnica e científica num número maior de produtos e, a partir daí... Ou mudar esses termos, porque esse termo aí que... Desculpe-me o Ministério das Relações Exteriores, mas o tratado não nos beneficia em nada. Quer dizer, nós estamos com uma série de restrições, porque o critério que vale é de que só podemos exigir qualquer tipo de restrição se nós tivermos aqui, em produtos similares aos importados, evidência técnica e científica do que nós estamos exigindo.

Então, o que fazer? Aceitar essa nossa realidade, essa falta de condições do nosso Ministério e do departamento zoofitossanitário? Do contrário, vai esbarrar no que o Conselheiro está dizendo, porque, na hora em que for julgar, eles falarão: "Vocês estão fora do critério; vocês estão exigindo, fazendo restrições em produtos sobre os quais vocês não fazem a mesma exigência no mercado externo do país de vocês."

Então, eu fico por aí, lamentando que tenhamos que constatar isso aqui. Confesso que posso estar errado, mas, em se tratando do Deputado Luis Carlos Heinze, eu acho muito difícil ele cometer um equívoco, nesta área em que ele tem formação acadêmica e vivência, de apresentar um projeto inexequível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; Srs. Senadores; Srs. convidados; Drª Fátima Parizzi, do MAPA; Dr. Braz Baracuhy, do Ministério das Relações Exteriores, o tema é bastante instigante. Como disse o Senador Moka, o Deputado Luis Carlos Heinze é conhecedor da matéria. Quero até parabenizar a agilidade com que o projeto está tramitando. Esse projeto, de 2015, foi aprovado na Câmara e está tramitando no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Boa observação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, deveria ser até destacado, porque há projetos aqui que levam 10, 12 anos. Eu mesmo, de 8 e 9 anos, tenho vários que eu não consigo fazer andar.

Eu acho que o que já foi dito a fim de instruir o Relator, Senador Ronaldo Caiado, com relação ao PLC 49, é a questão da reciprocidade. Não é possível submeter os produtos brasileiros que são exportados a exigências que não são feitas quando da importação desses similares, eu diria, ou mesmo que não sejam aqui produzidos. A leniência que possa haver na liberação desses produtos, como disse o Senador Moka e os nossos convidados, talvez por falta de estrutura do Estado brasileiro, não justifica colocar em risco a sociedade.

No caso do Estado que V. Exª tão bem representa aqui, Senadora Amélia, o Senador Moka falou na maçã. Eu diria do trigo também, em que ocorre a mesma questão.

Então, o projeto do Deputado Luis Carlos vem, não digo endurecer, mas vem colocar corretamente a necessidade de que esses produtos importados possam ter sua análise em relação ao uso de agrotóxicos, que são feitas nos produtos produzidos no Brasil. Se para serem comercializados esses produtos passam por essas exigências quando são aqui produzidos, por que o que os outros que são importados também não devam passar, para serem liberados?

Eu gostaria de fazer uma consulta ao representante do MDIC...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele acaba de chegar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Preocupa-me só a questão de o projeto, Senador Moka, não ser considerado, porque isso existe contra nós.

Existem barreiras nos países importadores aos nossos produtos que são criadas para proteger os produtores dos produtos agrícolas como dos outros países. São barreiras protecionistas criadas desse jeito.

Eu sou a favor da reciprocidade. Eu perguntaria se isso não poderia ser considerado pela OMC também como uma barreira protecionista. É só essa a preocupação.

Agora, que a gente dê também aos produtos importados o mesmo tratamento que nos é dado nos outros países, eu não tenho dúvidas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual seria o encaminhamento ao MDIC?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Saber se o MDIC vê alguma possibilidade, pela Organização Mundial do Comércio, serem consideradas essas exigências que são colocadas aqui como sendo uma barreira protecionista.

Eu gostaria, se V. Exª me permite, Senadora Ana Amélia, fugindo um pouco do tema, mas também ainda na questão, aproveitando a presença da Coordenadora do produto vegetal, mas a pergunta que eu queria fazer à Drª Fátima é sobre a exportação da carne, que a nossa querida Ministra e Senadora Kátia Abreu... o Brasil conseguiu liberar a exportação da carne de alguns Estados para vários países, e o Pará ficou fora. Eu estive com a Ministra, se não me falha a memória, em abril, no começo do ano é que houve essa liberação. O Pará tem o quarto ou quinto rebanho do Brasil e hoje é livre de aftosa por vacinação, mas não foi contemplado no acordo para exportação da carne. Ela disse a mim, naquela ocasião, que não tinha sido porque esse acordo já vinha sendo tratado há muito tempo, que se colocasse o Pará, haveria o risco de perder os outros, mas que ela faria, em seguida, a inclusão do Pará e que isso não demoraria senão dois meses.

Então eu gostaria de saber se avançou, se não avançou, porque a carne do Pará é abatida no Pará, transferida pelo grupo que tem quase o monopólio da comercialização para um outro frigorífico, em São Paulo, e de lá, carimbada, como sendo de São Paulo exportada. Ou seja, nós temos que resolver esse problema, se Deus quiser!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Flexa.

Eu indagaria à Drª Fátima: nesse processo da certificação e da tal reciprocidade, o Brasil aceita uma autodeclaração do fornecedor do produto, e nós acolhemos no nosso mercado, acreditando na informação recebida do exportador ou, esse produto, chegando aqui, é submetido a uma análise aleatória – uma amostra de um determinado lote –, para saber e avaliar, dentro dos padrões nacionais, o uso de determinados produtos, defensivos agrícolas ou outros que possam estar em contradição àquilo que nós aqui usamos, em nome da segurança alimentar do consumidor brasileiro. Eu falo em relação à variedade de frutas que importamos não só da Argentina, do Chile, dos países aqui da região, mas também da Europa, da Ásia; em relação a esse risco referido aqui pelo Senador Moka, da maçã, que corre o risco de vir da China. As embalagens vêm em materiais que possam também estar, de alguma maneira, contaminados, não a fruta em si, mas a fruta com custos também.

E aí entra para a questão econômica ao Dr. Marcos Otávio Prates, do MDIC. Quer dizer, a China vai colocar aqui uma caixa de maçã a R$84,00, quando esse é o custo de produção para o produto nacional.

Então, a reciprocidade está apenas nesse âmbito relacionado à qualidade do produto ou também à questão econômica? A pergunta vale para o Ministério das Relações Exteriores ou para o Dr. Prates, porque, também, se você traz um produto subfaturado com um valor muito abaixo do custo de produção aqui dentro, você está gerando um outro problema, um problema econômico e não apenas um problema de origem fitossanitária.

Então, essa é a minha questão para os dois representantes, inclusive para o MDIC.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, não seria o caso de a gente ouvi-lo e, depois, se tivermos mais alguma indagação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho que, como nós já entramos no processo, ele vai respondendo porque as questões são objetivas, Senador Donizeti. Eu penso que seja mais prático, porque o tema já foi dominado, e talvez ele venha também concordar com as argumentações dos expositores, porque o que disse a Drª Fátima e o que disse o Conselheiro Braz praticamente foi a mesma coisa.

Então, eu queria que, na medida das perguntas, o Dr. Prates pudesse ir respondendo.

Concedo a palavra, nessa ordem, à Drª Fátima, ao Conselheiro e ao Dr. Marcos Prates.

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Bem, eu gostaria de acrescentar que, sempre que o produto é importado, se ele estiver dentro daqueles produtos que nós temos um produto oficial de classificação, obrigatoriamente...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Aí é que está. Na sua experiência profissional, esse padrão a que você se refere, nós temos aqui, no Brasil, na maioria dos nossos produtos?

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Não, nós temos uma lista de 81 produtos padronizados. Esses que a Senadora mencionou – maçã, pera, trigo, arroz, feijão, malte, azeite – estão numa lista disponível no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura. Desses produtos, obrigatoriamente, são coletadas amostras e analisados.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas só desses 81?

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Com relação à parte qualitativa.

A parte fitossanitária depende dos acordos internacionais que são firmados de acordo com a região em que aquele produto é produzido. É feita uma análise de risco antecipadamente para se autorizar ou não a entrada desse produto no País com relação às barreiras fitossanitárias.

Com relação à sanidade do produto, a qualquer momento, podem ser feitas as análises até complementares, em função do risco daquele produto.

As análises que são obrigatórias dentro do País nós fazemos naqueles produtos que vêm de fora, certo? E, além disso, nós fazemos esse controle de resíduos e contaminantes que não é um controle que abrange todas as cadeias produtivas e nem todos os lotes que são importados, justamente porque – eu gostaria só de fazer uma ressalva porque ficou a ideia de que a gente não vai fazer porque não temos condições operacionais. Não é bem isso. Nenhum país do mundo aplica o que se está prevendo nesse projeto. Nenhum país do mundo analisa 100% dos seus produtos em termos de resíduos e contaminantes. Nenhum país do mundo faz isso porque é inviável economicamente seja para Estados Unidos, seja para um país da África, seja para o Brasil. Por quê? Porque a gente pode estar despendendo recursos financeiros para analisar produtos que não têm o menor risco. Então, muito cuidado quando a gente estabelece normas abrangentes da forma como está escrito neste projeto de lei, certo?

Temos que trabalhar, hoje, com princípios científicos. Temos que observar o consumo daquele produto no País. Quanto de pistache se consome no Brasil? O pistache tem a aflatoxina? Então, vamos analisar 100% do pistache. Vamos fazer uma análise de risco. Em que ponto vamos analisar? Qual a quantidade daquele produto vamos analisar? Isso para aplicarmos adequadamente os nossos recursos financeiros, nossos recursos humanos, nossos recursos operacionais.

Nenhum país tem essa quantidade de laboratórios e nem a quantidade de análises necessárias para se fazer um *screen*, um raio X. Veja bem, na forma como está contextualizado, seriam para todos os resíduos e contaminantes.

Nós temos que ter cuidado com esse tipo de leitura, com esse tipo de informação porque, senão, a gente cria uma situação inviável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Doutora, esse crivo, essa investigação sobre a qual a senhora fala é só para o produto estrangeiro?

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Não, hoje, a gente aplica para o nosso produto também. No Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes, nós temos três subprogramas que vão para o mercado interno para os produtos padronizados, para o mercado interno para produtos não padronizado, de que a gente está fazendo um estudo de como eles se comportam, e para os produtos importados. Agora, a gente trabalha com percentuais de análise.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Drª Fátima...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por amostragem?

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Por amostragem e por distribuição em função de onde esse produto está entrando.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas o problema é que o Conselheiro Dr. Braz disse que nós só podemos exigir do que nós importamos aquilo que nós temos um controle técnico-científico aqui. E, se nós só temos o controle de 81 produtos, na prática, vale dizer que nós só podemos ter esse tipo de exigência desses 81 produtos. Talvez não seja o caso de 100%, mas eu acho que para um país como o nosso essencialmente agrícola, uma potência agrícola, 81 também me parece muito pouco.

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Mas, veja bem...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pelo que eu entendi, nós não deixamos as coisas entrarem aqui de qualquer maneira. Já existe um regramento que impõe ao exportador que, para ele mandar o produto para cá, ele tem que ter isso, certo? A mesma coisa é exigida da gente. Para podermos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe, mas, então, tem alguma coisa errada aqui, porque não é... Desculpe, Donizeti, mas como é para esclarecer... O que o Conselheiro Braz disse é que nós temos um acordo na Organização Mundial do Comércio de que a exigência que nós podemos fazer de restrição é daqueles produtos que nós, aqui, no Brasil, temos controle. E o controle não é assim... É um controle técnico e científico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só para acrescentar: só para países que estão no âmbito da OMC.

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Só para complementar, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Paraguai está?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Se me permite, só para complementar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, só para acrescentar isto aqui: o cigarro que chega do Paraguai – vou dar até um produto... Mas é de origem vegetal – por contrabando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não, é o contrabando. Aquele que é mata-ratos, que vem do Paraguai para cá, está sendo fiscalizado?

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Isso que eu queria dizer, Senadora. A responsabilidade pela fiscalização de produtos vegetais e alimentos é compartilhada com a Anvisa. Eu achei até que alguém da Anvisa estaria aqui também para se pronunciar.

Então, nós temos determinados produtos, muito deles, quando você fala produtos de origem agropecuária, muitos deles estão no âmbito da competência da Anvisa.

Eu estou me referindo aqui aos 81 produtos padronizados, mas a gente utiliza também os parâmetros, os limites de resíduos e contaminantes estabelecidos pela Anvisa para diversas cadeias produtivas.

Então, a qualquer momento, qualquer produto pode ser inspecionado em função de uma análise de risco. Ele pode ser analisado, pode ser submetido... Mesmo que ele não seja padronizado pelo MAPA, a Anvisa tem legislação que ela pode aplicar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Drª Fátima, eu vou na prática. Uns dos produtos mais protegidos – é muito difícil – são os chamados derivados lácteos. E nós vemos aqui o Brasil ser inundado com queijo da Argentina, do Uruguai... Os derivados lácteos nossos aqui têm a mesma restrição dos que vêm da Argentina?

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Porque é aquela coisa de que eles inundam, chegam aqui com o preço lá embaixo, e os nossos produtores aqui não conseguem competir.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas, aí, neste caso, nós não temos que criar esse tipo de restrição, até porque há uma barreira tarifária mais alta. Para importar isso, porque está atingindo economicamente os nossos produtores... Agora, eu não posso inventar uma questão...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Donizeti, eu só gostaria de concluir.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...de sanidade para poder criar essa dificuldade.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu só gostaria de concluir. Se você me permite, eu gostaria de concluir.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Você vai permitir?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Permitido, se é que eu posso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, é que você me interrompeu!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Presidente fica aqui assistindo.

Está com a palavra o Senador Moka, Senador Donizeti.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Isso não é do Parlamento. O Parlamento é você ouvir e responder e contraditar. O que está se estabelecendo aqui é uma... Então, eu estou dizendo na prática: quando nós vamos numa reunião, por exemplo, da OCB, das cooperativas – cooperativas de pequenos produtores –, e ao se comparar esses produtos lácteos, eles são, de longe, os produtos mais protegidos do ponto de vista de exportação. E o Brasil não pode aumentar a sua produção, por quê? Porque nós inundamos o nosso comércio interno rapidamente, o preço deprime, e nós não temos como exportar porque são produtos muito protegidos.

Então, eu acho que eles estão corretos no sentido de proteger a indústria deles, a produção deles. Talvez, nós é que tenhamos que ter um pouco mais de cuidado quando da liberação desses contratos firmados ao se permitir a importação desse tipo de produto. É isso só.

E eu não estou querendo estabelecer culpado, mas nós só podemos fazer isso através de uma legislação. O que o Deputado Heinze está tentando, parece-me, é estabelecer. E talvez tenha errado: não dá para ter o controle de 100%, mas, certamente, nós podemos ter um número maior e melhor de restrições.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sem querer interferir na fala do Senador Moka, eu fiz uma intervenção só para contraditar.

A questão de preços, de entrar produtos aqui, não tem nada a ver com esse projeto. Eu sou a favor de não importar, se for o caso, e proteger os nossos produtores – não é? No entanto, a vida real não é assim. Então, o que me parece que coloca restrição ao projeto naquilo que eu li é que ele cria restrições, criando um sistema de apuração de 100% de todos os produtos que entram aqui – eu tenho que fazer uma análise, uma amostragem, eu tenho que chegar na alfândega, pegar todo produto que chegar, fazer análise e estudar ele para saber se ele pode entrar no País. Então, essa não me parece a maneira correta. Então, que eu faça isso antes de o país mandar o produto para cá.

No entanto, se existem padrões internacionais aos quais nós estamos submetidos pelos acordos internacionais e existe um controle aqui, que foi bem explicado, sobretudo pela Drª Fátima, eu não vejo a necessidade de a gente criar essas restrições que podem impedir ou inviabilizar. Entretanto, quanto a se ter mais produtos estrangeiros aqui que inviabilizem a produção local, a gente tem que criar outro tipo de barreira. E, aí, é barreira tarifária: vamos aumentar a tarifa para os produtos importados.

Com tudo isso, Senador Moka, o que nós temos conhecimento é que a nossa relação de exportação para os países, sobretudo aqui da América do Sul, cresceu muito. A nossa balança comercial é muito favorável ainda, seja pelo nosso tamanho, seja pela capacidade de produção e pela competitividade que a gente tem. E eu não estou falando de um produto específico, no caso os lácteos, mas eu estou falando que nós temos vantagens competitivas, aliás, vantagens na balança comercial em relação aos outros países.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Embora, vale lembrar, Senador Donizeti, apenas para...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe, Senadora, não vou prorrogar isso, só que nossa balança...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É porque ele falou...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A balança superavitária a que ele se refere não é a de produtos agrícolas. Na verdade, nós fazemos acordo da seguinte forma: para proteger a região do ABC – nós sabemos do que estamos falando –, ela recentemente recebeu uma ajuda de R$5 bilhões do BNDES, que é o setor de automóveis, para vender automóveis para Argentina. E para esse tipo de coisa nós acabamos abrindo mão e, exatamente, nossa moeda de troca, qual é? Importar produtos agrícolas dos países vizinhos. Essa é a política que o País faz. Se se colocar a balança comercial, ela é superavitária, mas nunca por causa dos nossos produtos agrícolas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria saber do Dr. Marcos Prates se o MDIC tem o mesmo posicionamento em relação ao projeto de lei?

E também indagaria à Drª Fátima, Senador Moka e Senador Donizeti – vamos falar de um caso bem local que interessa muito ao meu Estado do Rio Grande de Sul e que, imagino, tenha sido a preocupação do autor do projeto, Deputado Heinze –: nós importamos, ali, o arroz; e, na produção de arroz, determinados produtos agroquímicos são proibidos no Brasil, mas são usados na Argentina e no Uruguai, de onde nós importamos esses produtos; e, nesse caso, como fica a situação?

Mas, antes, eu quero ouvir o Dr. Marcos Prates.

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – Bom dia a todos e a todas.

Senadora Ana Amélia, agradeço o convite para participar desta audiência.

Primeiro, eu queria situar a dimensão do que nós estamos falando. O Brasil importa cerca de 60 milhões de toneladas de alimentos – 60 milhões de toneladas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De alimentos?

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – De alimentos.

Isso dá 5 milhões de toneladas por mês. É uma quantidade muito grande. E para se fazer um controle exaustivo sobre isso é um negócio, assim, impraticável.

Então, do ponto de vista econômico,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Marcos, desses 60 milhões de toneladas, qual é o peso maior?

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – Cereais, farinhas e preparações: 35 milhões; produtos florestais: 6 milhões; produtos hortícolas e leguminosas: 3,4 milhões; complexo soja: 2,3 milhões; frutas: 2 milhões; pescados: 1,3 milhões; e assim vai.

Bom. A questão é....

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E quanto nós exportamos?

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – A exportação é bem elevada também, é mais do que isso.

Mas é o seguinte: o que acontece é que a questão de fiscalização, de controle, de avaliação de conformidade, para todas essas ações que existem para controlar a qualidade de um produto, tem sempre que se fazer – e existe em qualquer lugar do mundo, isto é universalmente adotado –, tem que se ver a correlação entre o benefício que se quer em termos de segurança e o custo que se tem para implementar aquilo. Se se quer segurança 100%, total, absoluta, ter-se-á um custo absurdo.

Nenhum país do mundo adota 100% de controle, isso é impraticável. A indústria, por exemplo, de celular ou de qualquer equipamento que se compra aí, o controle é de uma parte por milhão. Então, eles pegam uma amostragem da produção, analisam, testam etc. e fazem a proporção de falhas por milhão. Então, é essa a ordem de grandeza...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não existe *recall*...

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – Não, existe às vezes, mas é questão do custo/benefício, não é?

Olhem, o Ministério do Trabalho fez, em 2010, um norma que trouxe loucura para o setor industrial, porque ele criou uma lógica que....

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aquela norma...

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – NR12. Era esta lógica aqui: ele colocou que tinha que ser falha segura na máquina, e a falha segura significa que não pode haver risco de acidente algum para o empregado. Então, uma indústria que nunca teve acidente com mortes etc., teve que criar também mecanismos de segurança absurdos. Uma máquina de móvel teve que ser engradeada todinha – e o cara trabalha dentro de uma cela, praticamente. Isso fez cair a produtividade em 30% em algumas indústrias e levou a um custo em que pessoas gastaram para adaptar 50% do que investiram para fazer a indústria. Quer dizer, são coisas, assim, que geram uma consequência que as pessoas não imaginam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas isso não nasceu do Congresso.

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – Sim, mas eu estou falando desse princípio que está aqui, e que é o mesmo, de 100%, da falha segura. Ou seja, não pode entrar nada contaminado. Isso é uma coisa que nem os Estados Unidos pratica nem a União Europeia. Quer dizer, isso é uma coisa absurdamente fora da realidade da condução técnica que o assunto tem no mundo. E isso tem um custo econômico, e um custo que começa pelo próprio sistema operacional que se teria que ter para fazer isso.

A segunda coisa é que isso atrapalha as cadeias produtivas, todas. Porque trigo: importa-se trigo e existe farinha que tem que se processar etc. Interfere-se na cadeia e nos fluxos da cadeia – vai ser necessário muito mais tempo para se liberar as coisas. Isso aí tem um custo de capital de giro etc. Custo financeiro do equipamento, de o produto ficar parado na aduana etc.

Então, isso só vai aumentar custo para a economia como um todo.

O comércio internacional não é simétrico e não é perfeito. Existem diferenças entre os países, uns têm vantagens em umas coisas, outros têm vantagens em outras, e há as regras da Organização Mundial do Comércio. Para esse caso aqui, o que ela prevê é que existe o acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias dentro da OMC. O que você pode fazer? Que medidas sanitárias que você pode tomar? Tem aqui cinco situações que eu vou ler aqui para poder esclarecer o que é que pode: proteger a vida animal e vegetal dentro do território do país-membro, dos riscos surgidos da entrada, contaminação e discriminação de pestes, doenças, organismos contaminadores ou causadores de doenças. Esse é um.

O segundo: proteger a vida e a saúde do ser humano e dos rebanhos animais, dentro do território do país-membro de riscos surgidos de aditivos contaminantes, toxinas ou organismo causadores de doenças em alimentos, bebidas ou rações.

O terceiro: proteger a vida e a saúde do ser humano dentro do território do país-membro de riscos provenientes de doenças portadas por animais, plantas ou produtos derivados decorrentes da entrada, contaminação ou disseminação de pestes.

Quarta e última: proteger ou limitar outros os danos dentro do território do país-membro decorrentes da entrada, contaminação ou disseminação de pestes.

Então, você faz o controle por amostragem, que isso é prática no mundo inteiro e, quando você tem alguma epidemia, alguma coisa que traga risco específico, então, você fecha para aquele aspecto e passa a fazer um controle mais universal daquele tipo de produto. Esse é o procedimento internacional. E você não pode criar procedimentos no País que se apliquem só ao produto importado, o que você fizer de regra que se aplica ao produto importado, você tem que também aplicar na produção nacional, senão você já colide totalmente com as regras da OMC.

Então, para você adotar uma prática, um sistema de vigilância, seja lá com que características que seja, ele tem que se aplicar também a toda a produção nacional. Então, se isso aqui pretende ser a solução para dificultar a importação em setores que o País tem vulnerabilidade, em termos de competitividade, não é esse o caminho, existem outros caminhos que é a defesa comercial, que é toda a tropa de antidumping, tem a parte toda de você fazer preço de referência na importação, quando o exportador, de outros países para cá, pratica preços abaixo do preço de mercado, o Ministério pode fazer a apuração disso e aplicar um preço de referência que, independente do preço que for declarado, é aquele preço que vai ser usado para aplicação dos impostos e tudo o mais.

Então, tem que adotar outras soluções. Essa solução de controle exaustivo do que é importado é uma coisa absurdamente fora de propósito, com todo o respeito à Casa pela proposta e tudo o mais, mas o custo econômico disso... E isso vai totalmente na contramão de toda prática internacional e, inclusive, do esforço que o Brasil está fazendo para acesso a mercados.

Muitos setores reclamam que o Brasil precisa ampliar o acesso ao mercado, reduzir barreiras na União Europeia a produtos agrícolas e em outros países etc. O Brasil está nesse esforço, está em uma fase inclusive de negociação com a União Europeia para um acordo de livre comércio com a União Europeia e esse acordo, o maior beneficiado vai ser o setor agrícola provavelmente. Se a gente cria uma coisa dessa natureza aqui dentro, a gente importa alguma coisa da União Europeia, é claro que eles não vão aceitar jamais uma coisa dessa.

A gente está lutando para que eles reduzam as restrições que eles têm lá aos produtos brasileiros e nós vamos aumentar as restrições estando no Brasil! Quer dizer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Há reciprocidade do que eles pedem lá...

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – A reciprocidade é, regra em geral, do comércio internacional, não é totalmente simétrico, porque o mundo é muito heterogênico, a situação dos países, em termos de nível de desenvolvimento, capacidade tecnológica e tudo o mais, mas não é por isso que a gente pode ou deve, dentro do País criar uma coisa, uma barreira totalmente atípica no mundo, com a ilusão de que com isso a gente vai conseguir ter vantagens no mercado interno. Não vai.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço o Dr. Marcos.

Eu só gostaria que o senhor nos desse o número, porque o senhor disse que importamos 60 milhões de toneladas na área de produtos de origem vegetal: frutas, cereais, florestais, soja, pescados também, então, daquilo que exportamos, o senhor tem o total da exportação?

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – Eu não trouxe essa tabela, porque estávamos trabalhando com importação. Mas posso enviar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, que é o autor do projeto.

Aqui estão, Deputado, o representante do Ministério das Relações Exteriores, a Drª Fátima, do MAPA, e o Dr. Marcos, do MDIC. Para simplificar, os três abordam a questão do ponto de vista da participação do Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio), que tem regras de reciprocidade no comércio. Hoje, o Brasil tem 81 produtos classificados na área vegetal e aplica a regra dos 81, que são fiscalizados aqui, ao produto importado. E a imposição de uma fiscalização criaria problemas sérios, já que o País não estaria respeitando as regras da OMC no caso da fiscalização de produtos de origem vegetal.

Eu passo a palavra ao autor do projeto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Senadora Ana Amélia, debatedores, Senadores aqui presentes, eu pensei que o assunto dizia respeito à rotulagem, mas diz respeito a essa questão.

Quero apenas dizer ao MDIC, ao MAPA e ao Ministério das Relações Exteriores que o Brasil hoje importa arroz, sendo que pode ser autossuficiente na produção de arroz, assim como na de trigo, basicamente de nossos concorrentes do Mercosul. Também importa outros produtos, mas vamos citar apenas esses dois, que dizem respeito ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – a Senadora Ana Amélia conhece bem essa questão.

O arroz e o trigo que nós consumimos são produzidos na Argentina e no Uruguai, e até no Paraguai, mais recentemente. Mas o Brasil é proibido, Drª Fátima, de importar os defensivos utilizados no Uruguai e na Argentina. A legislação brasileira não permite, embora o custo deles seja infinitamente menor do que o custo dos defensivos no Brasil. É permitido nós comermos o trigo e o arroz importados da Argentina, mas não é permitido nós utilizarmos os defensivos que os produtores argentinos, uruguaios ou paraguaios utilizam.

Esse é um problema sério que nós, os três Estados do Sul, enfrentamos. O Paraná e o Rio Grande do Sul são os maiores produtores de trigo, e o Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os dois maiores produtores de arroz do Brasil. Nós apresentamos esse projeto justamente para controlar isso. Se o Brasil não pode utilizar os

defensivos deles, também não poderia importar o arroz e o trigo. Nossa proposta é no sentido de haver um controle, pois sabemos que podemos controlar. E esse projeto eu gestei com o pessoal do Ministério da Agricultura. Nós trabalhamos essa questão.

Dr. Marcos, eu vejo que existe a possibilidade de fazer isso. Só para que vocês tenham noção da questão específica de que estamos tratando com relação ao controle que podemos fazer, existem barreiras que, algumas vezes, também controlam nossos produtos. Recentemente, houve problemas referentes aos produtos que nós consumimos dos argentinos. Eles também controlam produtos nossos e colocam algumas barreiras.

Senadora Ana Amélia, é importante que nós também possamos controlar essa mercadoria em função da população brasileira. Os brasileiros comem o arroz e o trigo largamente importados da Argentina, do Uruguai e até do Paraguai, mas não podemos utilizar os defensivos que eles utilizam.

Portanto, essa é uma forma de nós também podermos controlar na entrada da fronteira. No Rio Grande do Sul, há praticamente três pontos de controle na fronteira: São Borja, Uruguaiana e Jaguarão, que fica um pouco mais na zona sul do Estado. É por onde entra o produto, e nós podemos perfeitamente controlar. Há postos do Ministério da Agricultura que podem fazer o controle, sem problema nenhum, com relação ao que entra do Uruguai e mesmo da Argentina.

É possível fazer isso, e é esta a razão de nós termos apresentado o projeto e de estamos aqui neste momento: em defesa do consumidor brasileiro, que consome esses produtos, e nós não podemos utilizar os defensivos aqui no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado.

Eu pergunto agora para o representante do Itamaraty se é possível regionalizar o relacionamento comercial ou se, dentro da OMC, tem que haver um relacionamento global, não separando a região do Mercosul ou a região da União Europeia, o que vale para a União Europeia tem que valer também para a América do Norte, para a Ásia e para a América Latina.

O SR. BRAZ DA COSTA BARACUHY NETO – Obrigado Senadora. E se a senhora me permite, antes de responder ao seu questionamento, eu queria fazer algumas observações à luz do que foi, inicialmente, exposto pelos demais Senadores aqui presentes. Eu acho que há um diagnóstico correto nesta Comissão de que, efetivamente, o comércio agrícola internacional é, talvez, o aspecto do comércio internacional mais protegido. E essa proteção tem a ver com a proteção tarifária, mas tem a ver também com a proteção não tarifária, quer dizer as regras e regras de efeitos sanitários.

Isso tem a ver com a evolução do próprio comércio agrícola e a evolução da regulação desse comércio agrícola, que foi feito muito recentemente, a partir da década de 90, quando, pela primeira vez, as regras agrícolas começaram a entrar no conjunto das regras comerciais multilaterais. Parte significativa do esforço do Brasil nas negociações internacionais tem sido buscar diminuir, eliminar, disciplinar essas barreiras ao comércio internacional agrícola.

Isso interessa muito o Brasil, como grande exportador agrícola, isso interessa muito o Brasil porque é uma das fontes do nosso saldo comercial positivo, que tem implicações para o nosso equilíbrio macroeconômico.

Dito isso, Senadora, é importante fazer uma distinção entre, naturalmente, as regras internacionais gerais tal qual dispostas na OMC e, por vezes, a aplicação dessas regras. É óbvio que há instâncias e, talvez, as questões sanitárias e fitossanitárias se prestem muito mais a esse tipo de exemplo, há instâncias em que países buscam utilizar os parâmetros sanitários e fitossanitários como uma maneira disfarçada de restringir o comércio.

O Brasil questiona muito essa prática no plano internacional, porque as restrições sanitárias e fitossanitárias, pelas disposições do acordo sanitário e fitossanitário da OMC, devem ter uma justificativa científica. E uma justificativa científica com base em padrões internacionais, que são acordados entre os países. Portanto, os padrões internacionais aos quais o Brasil adere são padrões internacionais aos quais o Brasil participou na sua elaboração. Os padrões do Codex Alimentarius, os padrões de outras organizações de referência para o acordo sanitário e fitossanitário.

O que é nós, do Itamaraty, buscamos trazer como aporte a essa discussão, mas, sobretudo, uma perspectiva a respeito das implicações internacionais. Eu acho que nós devemos ter presente, em primeiro lugar, o princípio da não discriminação da OMC e, portanto, qualquer medida que nós apliquemos ao produto importado deverá, necessariamente, ser aplicado ao produto nacional. Se não o fizermos, e o projeto parece indicar ser esse o objetivo, de tratar distintamente o produto importado do nacional, se assim o procedemos, o Brasil estará, possivelmente, vulnerável a um questionamento no órgão de solução de controvérsias da OMC.

Isso não quer dizer, naturalmente, que as preocupações que o Sr. Senador suscitou não sejam legítimas do ponto de vista doméstico. Eu acho que o meu colega do MDIC sinalizou que há formas de equacionar esse tipo de problema, que não resvalam em uma regra geral, a qual estarão submetidos todos os produtos importados pelo Brasil.

Em relação à sua pergunta, Senadora, se é possível uma regionalização, seria se fosse compatível com a regra geral da OMC. Não se pode exigir algo que seja mais restritivo do que o acordo, do que as regras.

Um último ponto, se a senhora me permite. Eu acho que é importante ter em perspectiva o fato de que a experiência mostra que restrições internas a importações normalmente são seguidas de restrições externas às nossas exportações, algo que talvez não fosse do interesse do Brasil nem do nosso comércio exterior.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Consulto se há mais algum comentário, para que possamos nos encaminhar para o encerramento.

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – Nós entendemos essa questão de problemas localizados em relação a determinados produtos. Isso existe mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E há uma concorrência também. Não é justo...

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – Mas é complicado pensar em resolver um problema...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Concorrência desleal.

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – Sim, há muitas queixas nesse sentido, nos setores industriais também. Mas é muito complicado, para resolver problemas específicos, criar regra geral, submeter todo o País àquela regra para resolver um problema específico. Eu acho que é essencial a definição clara do problema a fim de identificar os caminhos de solução. Os caminhos de solução para o tipo de coisa que o senhor está mencionando, de defensivos diferentes daqueles utilizados no Brasil, a Anvisa e o MAPA é que podem resolver. E há inclusive condições de se aplicar soluções técnicas em cima disso, há caminhos para isso e há canais de decisão e de medidas que podem resolver esse tipo de problema.

Falando sinceramente, eu entendo que, ao fazer uma regra dessa natureza, as perdas e os danos para a economia seriam infinitamente maiores do que os eventuais benefícios. Esse é o problema. A questão a que o Senador se refere pode ser tratada, encaminhada e resolvida junto ao MAPA e à Anvisa, a fim de que sejam adotadas medidas específicas em relação aos produtos que têm problemas, e não fazer uma regra geral, submetendo todo o setor brasileiro e criando uma complicação enorme em termos de contencioso internacional em que o Brasil vai entrar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Marcos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Senadora, apenas para fazer um comentário ao Dr. Marcos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Deputado Luis Carlos Heinze é o autor do projeto que veio da Câmara. É um projeto deste ano e já está aqui, como disse o Senador Flexa. Meus cumprimentos ao Senador Moka, pois raramente um projeto tem essa celeridade, sai de uma Casa para a outra, tendo passado por várias comissões.

Com a palavra, o Deputado Luis Carlos Heinze, do PP, do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Dr. Marcos, apenas para dizer que no governo Fernando Henrique nós levantamos essa questão de fertilizantes, defensivos, diesel e máquinas. Já se passaram 16 anos. O Ministério das Relações Exteriores – não me recordo quem era o secretário executivo – nos ajudou muito nessa questão, mas até hoje, Senadora, não foi possível resolver, nem na Anvisa e nem no MAPA. Jamais se consegue ajustar a questão dentro do Brasil.

Para o senhor ter ideia, eu trabalho lá dentro direto, e é impossível entender as regras do Ministério da Agricultura, do Ibama e da Anvisa até mesmo para produtos de dentro do Brasil, nem vou falar de produtos importados. Mecanismos existem, mas nós nunca conseguimos aceitar o fato de eu fabricar um trator no Rio Grande do Sul ou no Paraná e um produtor da Argentina, do Uruguai ou do Paraguai pagar 40% mais barato do que um brasileiro paga em qualquer Estado do Brasil. Essas assimetrias do Mercosul são brutais, e nós nunca conseguimos resolver. Mecanismos eu sei que existem, qualquer um de nós sabe, mas não se consegue resolver a situação.

O SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES – De fato, a questão, por exemplo, de defensivos no Brasil é um problema muito sério, e ainda pendente de solução. Existe uma lentidão muito grande para aprovar novas moléculas, muito além do que seria razoável, o que traz consequências como perder a atualização tecnológica de produtos, etc. Isso está sendo debatido dentro do Governo. Não é fácil solucionar. Agora, também não é criando uma regra, como a que está aqui colocada, porque a gente só vai adicionar mais problema onde tem problema e não vai resolver os problemas existentes. Isso que é o pior.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Marcos.

Concedo a palavra à Drª Fátima, para que possamos encerrar o debate desta audiência.

Agradecemos antecipadamente a todos.

A SRª FÁTIMA CHIEPPE PARIZZI – Eu gostaria de responder à pergunta da Senadora e, em função da informação que o Deputado passou, nós estamos atentos ao problema no Rio Grande do Sul, relacionado ao arroz, ao trigo, importados da Argentina, à utilização de resíduos proibidos no Brasil.

Neste ano, foi feita uma força-tarefa junto ao Ministério Público. A gente está aguardando resultados de análises que foram coletadas. É um analito complicado para se fazer, especificamente no caso do glifosato, mas nós intensificamos, dentro do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, neste segundo semestre, a gente focou no trigo, no arroz para analisar e a gente ter, justamente, as justificativas técnicas e científicas que a gente precisa para estabelecer, no caso, alguma restrição legal com relação a esses produtos.

Então, nós estamos buscando essa informação dentro do nosso País, na importação desses produtos, para a gente adotar as medidas que possam ser aceitas, considerando os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Lembrando que a gente tem que observar o alinhamento que hoje não é completo entre as restrições, entre os índices de tolerância para defensivos agrícolas na norma Anvisa, com a norma Codex. Então, nós temos essas diferenças.

Às vezes, a gente identifica algum defensivo num produto argentino que, pela nossa legislação, o índice seria menor, só que o Codex aceita um índice maior. Então, por essas normas internacionais, nós somos obrigados a aceitar o índice Codex. Então, existem essas dificuldades de alinhamento, como o Dr. Marcos falou, então, nós temos ferramentas para aperfeiçoar os mecanismos que já existem e torná-los mais ágeis, e torná-los mais adequados à nossa realidade.

Eu acredito, também, que não seria essa forma de estabelecer uma legislação tão ampla e tão restritiva, que pode nos causar problemas em termos internacionais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito a todos pelas exposições, e ao mesmo tempo, fazer um apelo, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em nome de todos os Senadores, para que MDIC, MAPA, MRE, sempre tenham em mente – essa é a missão, eu penso – que assim como os países, não quero o rigor do protecionismo japoneses, por exemplo, na questão vegetal, seja para o arroz, para frutas ou para outros produtos e, também, a própria Europa, o continente Europeu, mas que o produtor brasileiro, esse que trabalha para gerar renda, para gerar desenvolvimento, porque quando nós produzimos aqui, nós vamos gerando empregos, nós estamos gerando conhecimento, nós estamos gerando uma série de fatores positivos à economia brasileira, que é muito dinâmica e muito diversificada.

A agricultura brasileira está no topo do setor, no mundo, mais competitivo e graças ao esforço dos produtores, sejam eles pequenos, da agricultura familiar, os médios, os cooperativados, os grandes produtores, todos têm espaço nesse mercado globalizado. Então, um olhar para esses dilemas, como esse que vive a Região Sul, o Rio Grande e o Paraná, que são os maiores produtores de arroz e trigo, por exemplo, e frutas, da mesma forma, para que não corramos o risco de importação de uma maçã que possa vir uma *cydia pomonella*, que é uma doença, que pode afetar os pomares, ou vinda da China, maçã subfaturada, ou também com doenças, que possam introduzir no mercado brasileiro e, como aconteceu com a vassoura-de-bruxa em relação cacau, nós estarmos aqui tendo problemas sanitários.

O cacau é um outro produto que nós somos grandes importadores e, agora, vamos para a exportação. Então, também áreas que são de grande espaço no mercado internacional. E os produtores estão fazendo a sua parte, melhorando as condições de produção, a qualidade e a sanidade. Então, é o pedido que fica desta audiência pública.

Eu quero agradecer, lembrando que ela foi realizada por requerimento do Senador Donizeti Nogueira, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no Território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.

O Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, em análise, é de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que esteve aqui conosco, e tem como Relator o Senador Ronaldo Caiado, que proferiu seu relatório na 36ª Reunião da CRA, tendo sido concedida vista ao Senador Donizeti Nogueira, que sugeriu esta audiência pública.

Eu agradeço muito a presença da Drª Fátima Parizzi, Coordenadora-Geral de Regulamentação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ao Dr. Marcos Otávio Bezerra Prates, Diretor do Departamento das Indústrias Intensivas em Mão de Obra e Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); e ao Conselheiro Braz Baracuhy, Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério das Relações Exteriores.

Em nome dos Senadores e desta Comissão, agradeço muito a presença de todos e a valiosa colaboração.

Está encerrada a presente reunião, que teve como objetivo o debate da matéria.

Muito obrigada a todos os senhores.
Teremos reunião da CRA na próxima quinta-feira.
Muito obrigada.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 31 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às oito horas e quatorze minutos do dia três de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, Lúcia Vânia e Blairo Maggi. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá início a reunião informando não haver quórum para deliberação das matérias e comunicando os seguintes expedientes: Ofício Notificação nº 146, de 2015, da Confederação do Elo Social Brasil, manifestando o descaso com o tratamento dado aos resíduos sólidos de origem orgânica no Brasil, onde até hoje se mantêm os famigerados lixões a céu aberto, travestidos de aterros sanitários, com os quais o mundo não pode mais conviver e informa que encaminhará o expediente à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal, por se tratar de tema específico; Correspondência do Senhor Flávio Obino Filho, Presidente da Câmara Setorial de Equideocultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual solicita o adiamento da audiência programada para data de hoje e que a mesma seja marcada em data futura, sendo os representantes do setor produtivo (equideocultura) e da Medicina Veterinária equina convidados com tempo hábil para o deslocamento para Brasília. A Senadora Ana Amélia informa que a referida audiência foi remarcada para o dia 25 de fevereiro de 2016 e que a Presidência encaminhará o convite ao presidente da Câmara Setorial, Senhor Flávio Obino Filho, como representante de todo o segmento da cadeia dos produtores. Após as breves comunicações, a Senhora Presidente informa já haver condições de fazer a abertura da 47ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e inicia a Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011 – Terminativo, ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2014 – Não Terminativo, ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015 – Não Terminativo, ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012 – Não Terminativo, ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2015 – Não Terminativo e ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 77, DE 2015. A Senadora Ana Amélia informa que não foi alcançado o número suficiente de senadores para fazer as deliberações da pauta que têm sua apreciação adiada para a próxima reunião deliberativa. A Presidente informa, ainda, que a Audiência Pública que deveria ter acontecido hoje, sobre a doença do mormo realizar-se-á no dia 25 de fevereiro de 2016, por requerimento do Senador Ronaldo Caiado, acrescido do convidado, o Sr. Presidente da Câmara Setorial de Equideocultura, conforme solicitação. Faze uso da palavra o Senhor Senador Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom dia aos que nos acompanham pela TV Senado.

Regimentalmente, uma reunião deliberativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como todas as demais, precisa de um quórum para sua realização. Portanto, não posso oficialmente declarar aberta a reunião da Comissão, mas, de fato, vamos passar alguns comunicados, independente dessa circunstância, aguardando a chegada de alguns Parlamentares.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebeu o Ofício Notificação nº 146, de 2015, da Confederação do Elo Social Brasil, manifestando o descaso com o tratamento dado aos resíduos sólidos de origem orgânica no Brasil, onde até hoje se mantêm os famigerados lixões a céu aberto, travestidos de aterros sanitários, com os quais o mundo não pode mais conviver.

Evidentemente, esse é um problema ambiental com consequências significativas às populações, não só próximas às áreas onde estão localizados esses lixões, mas de modo geral, ao próprio meio ambiente – o solo onde está o ambiente geral e a emissão dos gases, que se espalham não só por aquela região onde estão localizados.

Como a Comissão de Agricultura tem um foco específico, determinado pelo seu Regimento Interno, esta matéria tem uma natureza muito própria, numa comissão especial, Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Então, vamos encaminhar correspondência a essa entidade que respeitamos, cujas preocupações entendemos e que não são exclusivas delas. Mas a execução dessas políticas depende de recursos, não só técnicos, recursos humanos e especialmente recursos financeiros.

Na situação que o País está vivendo hoje, fica difícil a implementação dessas políticas, previstas inclusive em legislação própria, a ponto de o Governo ter, por exemplo, alterado a Lei de Responsabilidade Fiscal por não ter cumprido as metas fiscais definidas para o ano anterior, de 2014. Neste ano de 2015, a situação se agrava, e teremos ainda uma situação extremamente complicada.

Basta olhar os números da economia. Então, só esses fatores que impactam a execução das políticas já justificam a dificuldade.

As prefeituras municipais, que são as responsáveis pela gestão dos chamados lixões, pelo tratamento dos resíduos sólidos, estão trabalhando arduamente. Foi aprovada uma prorrogação do prazo para que essa questão relacionada aos resíduos sólidos tivesse um cronograma de implementação, dada a dificuldade. Algumas prefeituras estão criando consórcios para, dessa forma, terem mais facilidade para, coletivamente, resolver o problema nas cidades pequenas e médias. E o problema não é diferente nas cidades grandes.

Então, entendemos e agradecemos a manifestação da entidade pelo encaminhamento à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária dessa sua preocupação, que, como eu disse, é uma preocupação geral, de todos.

Eu também recebi, como Presidente da Comissão, duas correspondências, do Flávio Obino Filho, Presidente da Câmara Setorial de Equideocultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Aliás, estava prevista para a manhã de hoje uma audiência pública para debatermos as questões relacionadas a uma doença que acabou interditando alguns estabelecimentos que criam equinos, o que provocou alguns prejuízos a esses produtores, porque não podem comercializar seus animais em algumas regiões do Brasil. Então, o Senador Ronaldo Caiado fez uma solicitação para tratar do controle do mormo, que é o nome da enfermidade que ataca os equinos.

Nessa correspondência, ele fala da audiência pública, que cancelamos a pedido do próprio requerente, Senador Ronaldo Caiado. Mesmo que algum Senador sugira outro convidado, é o requerente que faz a indicação dos participantes do debate. E costumamos seguir o rito do contraditório, ouvindo não apenas os que defendem aquela área. Mas haveria, aqui, então, a participação apenas dos interessados que são afetados por essa doença, o mormo, que ataca os cavalos.

Na correspondência, ele diz:

Conforme o que podemos apurar, os convidados são profissionais (advogados, veterinários, etc) e produtores com propriedades interditadas com interesse particular no assunto e na judicialização do tema. Nenhuma das associações nacionais de criadores de equinos, que tratam do assunto em nome da coletividade dos produtores de cavalos, foi convidada. A Associação Brasileira dos Veterinários de Equinos também foi alijada, assim como os jóqueis clubes de categoria "A" e "B".

Na condição de Presidente da Câmara Setorial de Equideocultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estrutura que reúne representações do setor público e privado, com o desafio de debater as políticas públicas do setor, sirvo-me da presente para solicitar a V. Exª o adiamento da audiência programada [isto já foi feito a pedido do próprio requerente] e que a mesma seja marcada em data futura, sendo os representantes do setor produtivo (equideocultura) e da Medicina Veterinária equina convidados com tempo hábil para o deslocamento para Brasília.

Informo, adicionalmente, que integram a Câmara de Equideocultura as seguintes associações representativas do setor produtivo: Confederação Nacional da Agricultura, Associação Brasileira de Criadores de Cavalo de Corrida, Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Crioulo, Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Quarto de Milha, Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador, Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga, Jockey Club Brasileiro, Jockey Club do Rio Grande do Sul, Jockey Club de São Paulo, Confederação Brasileira de Hipismo e Associação Brasileira dos Veterinários de Equinos.

Essa é a correspondência do Presidente da Câmara Setorial de Equideocultura do Mapa, Sr. Flávio Obino Filho.

Está marcada para o dia 25 de fevereiro de 2016. Não houve manifestação por parte do requerente, Senador Ronaldo Caiado.

Então, esta Presidência se encarregará de encaminhar o convite ao presidente da Câmara Setorial, que, como tal, representa todo o segmento da cadeia dos produtores. Então, solicito uma informação, para que seja convidado o Sr. Flávio Obino Filho, como representante, ele que é Presidente da Câmara Setorial de Equideo-

cultura, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para estar presente nesta audiência pública, atendendo à solicitação feita nessa matéria.

Nós já temos condições de fazer a abertura da 47ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Nós vamos, então, transformar a reunião de audiência pública, como expliquei anteriormente, cancelada, que seria para tratar dessa doença que atinge os cavalos no Brasil... Alguns estabelecimentos foram interditados. A iniciativa de cancelamento foi do próprio requerente, Senador Ronaldo Caiado.

Tivemos, de ontem para hoje, Senador Moka, uma turbulência política, mais uma. Isso também contaminou muito toda a movimentação dos Parlamentares, Deputados e Senadores. Nossa sessão do Congresso foi prolongada, começou logo depois do meio-dia e se estendeu até 21h ontem. Esse episódio que, digamos, contamina todo o processo político, tem relação com o *impeachment* e, na semana passada, a prisão do Senador Delcídio do Amaral, tudo isso cria também, para o Congresso um esforço adicional não só das nossas comissões, que acabam comprometidas pela questão do quórum, mas também pela nossa responsabilidade de, com equilíbrio e com responsabilidade... A situação do País é muito delicada, é muito grave.

Ontem eu, por exemplo, mesmo reconhecendo os erros e os equívocos do Governo em relação à má gestão das finanças públicas, votei o PLN 5, porque votei pelo País. A situação é grave. O seguro agrícola, Senador, aquele subsídio que o Governo dava, de 60%, foi cortado. Então, de uma hora para a outra, sem aviso prévio – sem aviso prévio –, os agricultores que fizeram o seguro tiveram já, no boleto do pagamento do seguro, a cobrança daquele auxílio, daquele subsídio que o Governo dava para os agricultores.

No meu caso, do Rio Grande do Sul, a situação é dramática, porque toda a fruticultura, todos os produtores pequenos e médios foram os mais gravemente atingidos. Então, é uma situação também decorrente da situação financeira do País, em que a Ministra da Agricultura está, digamos assim, tendo que administrar, eu diria, a escassez. Então, estamos convivendo com essa dificuldade.

Eu votei a favor por entender que algumas questões são inadiáveis. Se o doente está na UTI recebendo oxigênio e você tira o oxigênio, vai matar o doente. Então, foi essa a visão que eu tive na decisão que tomamos ontem para aprovar o PLN. Acho que muitos Senadores e Deputados... Eu sou Senadora independente, V. Exª da mesma forma, mas eu acho que uma hora você tem que olhar o País, e não se está ajudando ou não o Governo. Essa questão é maior do que uma disputa eventual entre oposição e governo. Acho que nós temos de ter essa responsabilidade e esse equilíbrio.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Bom dia, Presidente. Realmente os dias são difíceis, mas eu sou um daqueles que acho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Somos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Tenho até um primo que costuma dizer que, nas grandes quedas, os rios encontram a sua maior força, referindo-se, naturalmente, às grandes cachoeiras.

Eu penso que as instituições brasileiras estão funcionando legitimamente. Acho que V. Exª votou ontem como eu votei, e pode ter certeza V. Exª de que, assim como eu e V. Exª, muitos Senadores, Deputados e Deputadas votamos exatamente pelo mal menor, na verdade. O que seria o mal menor? Quer dizer: "Não, não, não. Vamos registrar, vamos carimbar isso aqui ou vamos deixar serviços parados, pessoas sem receber auxílios?".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Empresas que prestaram serviços para o Governo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Acho que o prejuízo de votar contra, na minha avaliação, respeitando os que tiveram posição contrária, foi exatamente igual ao de V. Exª, embora não tenha nem conversado com V. Exª sobre isso. Veja como as coisas acontecem naturalmente.

Acho que é um reflexo, mas sou um daqueles que acham que o que aconteceu ontem, mais cedo ou mais tarde, teria que acontecer. É bom que aconteça, e que possamos realmente virar essa página da história. Então, vamos ter, seguramente, um processo, parece-me. A Câmara dos Deputados de uma forma até, eu diria, abrupta...Era mais ou menos esperado isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Política é assim.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...aquela guerra "se você não fizer isso, eu faço aquilo" e outras coisas desse tipo.

A verdade é que esse desfecho o Brasil inteiro esperava que acontecesse. Agora, democraticamente, vai-se decidir isso, e torço para que isso transcorra dentro das normas da legalidade. Agora, que é legítimo Senadores e Deputados terem posicionamentos divergentes, é legítimo. Mas a verdade é que estamos vivendo,

principalmente agora, um momento em que parece que o País perdeu a coordenação, não há um comando, ou, se há, ele é muito difuso. Enfim, tudo isso faz com que os brasileiros e as brasileiras...

Precisamos, Senadora Ana Amélia, virar essa página, para termos o País com condições, com credibilidade para que as coisas possam voltar a funcionar normalmente, para que os investimentos possam continuar vindo. Vamos ter de passar ainda por situações muito difíceis. Eu diria que essa parte econômica agora vai deteriorar-se em função da crise política. Não sou pessimista – é claro que não precisa ser especialista para saber –, mas vamos enfrentar um final de ano e, pelo menos, os primeiros meses de 2016, o primeiro semestre pelo menos, quem sabe até mais, de muita dificuldade.

Acho que é responsabilidade do Congresso é fazer com que isso funcione e funcione de forma democrática. Temos o Judiciário funcionando, o Legislativo funcionando, e o Executivo passa por dificuldades, assim como o Legislativo também passa. A população espera que isso tudo seja passado a limpo e que haja transparência no País. Aqueles que cometeram ilegalidades serão punidos, e temos de continuar. O importante é garantir o processo democrático e a democracia neste País.

É o meu pensamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, temos, talvez até pela forma de trabalharmos, pela compreensão dos problemas nacionais e pela maneira de agirmos diante deles aqui, no Congresso Nacional...

V. Exª é do PMDB, partido que está na base – não só na base, pois tem o Vice-Presidente da República –, mas eu o acompanho desde a época de Deputado Federal, muito vinculado à defesa do setor agropecuário, mesmo sem ter um palmo de terra – nem um sítio.

Então, da mesma forma, como sua colega Senadora, percebo o nosso senso de responsabilidade aqui. Também concordo plenamente que estamos em um momento muito vigoroso do fortalecimento das instituições.

O que aconteceu na quarta-feira passada em relação a um colega do seu Estado, Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio, Líder do Governo na Casa, foi que, pela primeira vez na história do País, nas circunstâncias em que estava e na posição de destaque em que estava, foi preso um Senador no exercício do mandato. Foi a primeira vez na história da República.

Então, não é um fato pequeno; é um fato de extraordinária relevância. E como nós reagimos? Nós reagimos dentro da lei – e foi isso que V. Exª pregou. Agora, dentro da lei significa dizer que temos de fazer tudo rigidamente dentro dos preceitos constitucionais.

Havia uma discussão sobre a interpretação do Texto Constitucional, porque era a primeira vez que estávamos enfrentando essa situação, esse dilema. Então, a dúvida era sobre a interpretação do Texto Constitucional, ou seja, se o voto para aquele caso teria de ser aberto ou fechado. Já estava previsto no Texto Constitucional, Marcelo Varella, como se deveria votar, mas alguns o interpretavam de modo diferente. A interpretação da interpretação não condizia com o que era na verdade: voto aberto. A discussão foi feita democraticamente no plenário; venceu a tese de que era preciso... A sociedade não entenderia nem o Texto Constitucional, porque, às vezes, o texto é feito para o Direito, e a gente pode entender de forma equivocada. A lei poderia estar beneficiando, eventualmente, uma pessoa denunciada.

Então, democraticamente, o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, mesmo entendendo que a Constituição determinava, na sua visão, na da assessoria e na da Consultoria jurídica do Senado, que a decisão seria fechada, submeteu a tese ao Plenário, atendendo questão de ordem invocada por alguns partidos, abriu a discussão e, democraticamente, submeteu a votos, para que nós, livremente, disséssemos se seria aberto ou fechado. E ali venceu a análise de que era aberto.

É isso que a sociedade quer: transparência em todos os setores. Feita a deliberação por voto aberto, o resultado foi no sentido de respeitar a determinação do Supremo Tribunal Federal em relação à prisão temporária, depois transformada em prisão provisória, o que dá uma maior garantia em relação à apuração dos fatos. E terá o Senador Delcídio todo o direito, como assegura também a Constituição, de defesa para mostrar ou não a sua inocência.

E penso também que, no caso do *impeachment*, nós temos de agir da mesma forma, não há outro caminho, E, como disse V. Exª, mais cedo ou mais tarde, esse desfecho aconteceria. Lamentamos – tenho certeza de que V. Exª, eu e grande parte dos Parlamentares – que tenha sido nessa circunstância. A circunstância não foi a melhor, mas, na política, não escolhemos a hora de as coisas acontecerem, como nos acidentes climáticos, em que não escolhemos a hora de eles acontecerem. A política tem a sua própria hora, o seu próprio tempo, e isso é feito pelo agravamento da situação que nós estamos vivendo.

Estou vendo aqui a notícia, em todos os jornais, de que a agricultura, que vinha sustentando e alavancando o País, no terceiro trimestre deste ano, 2015, foi o setor que teve a maior queda, Senador Moka: 2% em

relação ao trimestre anterior do mesmo período do ano passado, puxada especialmente pelo café, pela laranja e também pela cana-de-açúcar.

Então, são setores estratégicos para o Brasil a agricultura e a pecuária. Tivemos problemas climáticos, problemas de mercado, mas, veja, isso é para mostrar que o setor motor da economia brasileira está enfrentando esse dilema.

Também hoje, vi nos jornais televisivos que, de novo, o Brasil é o campeão no uso de agrotóxicos, ou defensivos agrícolas. É lamentável – e eu sou jornalista – que os colegas jornalistas não façam.... Claro que, quanto mais natural for a produção de um alimento, melhor, mas ocorre que o Brasil é um país tropical, um pais que faz duas, até três safras por ano. E o que é a "safrinha" de milho? É uma segunda safra de milho. Qual é o país do mundo que faz isso? Qual? Como é que você vai ter esse tipo de produção, com alta produtividade, sob temperaturas maiores que a do Hemisfério Norte, onde existe neve e que, portanto, tem apenas uma safra anual, sendo o Brasil um país tropical?

E, no clima tropical, há todos os insetos, todas as pragas, tudo, e é preciso combatê-las, senão essas pragas vão consumir a sua produção. O plantio direto na palha depende de aplicação de secantes. Protege-se a terra com a grama, que fica seca, e não há insolação. Portanto, isso é copiado pelo mundo inteiro em agriculturas semelhantes à nossa.

Temos de esclarecer para a população essa diferença e o porquê de o Brasil consumir mais defensivos do que outros países do Hemisfério Norte. Então, é muito interessante seja dada a informação adequada em relação a esses temas, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª tem razão. Nós já debatemos esse tema aqui quantas e quantas vezes, comparando outros países com o nosso País. O nosso País tem um clima diferenciado mesmo. Praticamente há regiões no País em que temos condições de plantio o ano inteiro, ao passo que, em países onde há neve, o próprio gelo se encarrega de conter o avanço de inúmeras pragas. Mas, em compensação, eles têm uma safra por ano.

Então, essas coisas, por mais que a gente fale, há um segmento que. Imagine que eu, como médico, não tivesse a preocupação com essa questão do agroquímico – alguns preferem chamar de agrotóxicos, veneno. A impressão que se tem é de que o produtor está fazendo: "Olha, eu vou colocar bastante para prejudicar". Ora, é algo que custa caro e que, na maioria das vezes, até inviabiliza algumas produções. Mas esse é um assunto...

A diminuição ocorrida no setor de agropecuária, isso me parece preocupante, Senadora, porque é, sem dúvida, um dos poucos segmentos que ainda resistia à crise econômica por que passa este País. E se o Governo brasileiro não prestar atenção e não der as condições, não procurar realmente, de alguma forma, mostrar e tentar estimular essa que é a força motriz, a locomotiva da economia, aí, realmente, nós vamos passar por momentos ainda muito mais difíceis, porque aquilo que sempre gerou o superávit da balança comercial está começando a dar sinais de que também está sentindo o peso e o tamanho dessa crise.

Penso que, aqui na Comissão de Agricultura, hoje nós vamos ter um dia de ressaca, eu diria, tendo em vista os acontecimentos, especialmente os de ontem. Mas eu sou daqueles que, serenamente, assim como foi no episódio do Senador Delcídio, do meu Estado... Eu sou daqueles, Senadora, que não gosto de tripudiar em cima, principalmente porque nós somos adversários políticos no Estado de Mato Grosso do Sul, mas eu vou tratar essa questão exatamente, rigorosamente, da forma... Pedi que a votação fosse aberta, porque entendia que a população sul-mato-grossense iria cobrar e tinha o direito de saber como os Senadores do Mato Grosso do Sul e os demais Senadores votariam. Penso que uma decisão da Corte Suprema do País, por unanimidade, em que pese aí algumas divergências, deveria ser respeitada, como foi aqui pelo pelo Senado da República.

Eu entendo que o tempo é o senhor da da verdade. Essas coisas vão se esclarecer. Mas, de qualquer forma, eu vou aguardar tudo isso com muita serenidade, procurando muito equilíbrio e pedindo a Deus que me ilumine, exatamente para eu tomar as decisões certas, as mais equilibradas e as mais justas possíveis.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O nosso time, Senador Moka, não é o time do "quanto pior, melhor". Não é. O nosso time é do "queremos ajudar o Brasil a sair dessa". O Brasil está em uma situação de crise profunda e aguda, que se está alastrando pela área econômica, ao setor agrícola, agravado ontem.

Enquanto estávamos na sessão do Congresso ontem, recebi lideranças da produção de alho brasileiro, muitos preocupados porque a China está conseguindo do Governo negociar a venda de alho para o Brasil, criando um mecanismo de classificação que vai, se acontecer e for autorizado, tanto quanto a importação de maçãs, causar um grande prejuízo aos produtores brasileiros, porque não há condições de se competir com a China. O preço que a China colocará no caso da maçã é o preço de custo da produção, considerando a questão de mão de obra, logística e tudo o mais, o que é ainda muito deficiente e muito caro. Agora mais ainda para o setor agropecuário, a China acaba de fazer um acordo com a Austrália, que é um país também do nosso he-

misfério, e pode, assim como aconteceu com o acordo China-Argentina, ter consequências negativas para a economia brasileira, porque nós perdemos espaço no mercado chinês.

Claro que a Austrália está muito mais próxima, há esse aspecto logístico, tem uma relação muito intensa com a China. Conheço a Austrália, e a Embaixada da China na Austrália é maior do que a Embaixada dos Estados Unidos, para se ter uma ideia da relevância, pela proximidade do país, pelos interesses envolvidos ali.

Então, nós estamos não apenas com um cenário interno complicado, mas também com um cenário internacional com sinalização bastante negativa para o Brasil. Precisamos, então, olhar muito esse processo, que as autoridades, sejam do Ministério das Relações Exteriores, o próprio MDIC. Vejo que a Ministra Kátia Abreu, que vem, no dia 8, à audiência pública que solicitamos pela Comissão de Agricultura para abordar vários temas, tem viajado pelo mundo inteiro, mas esse esforço tem sido neutralizado pela crise que estamos vivendo aqui dentro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu digo que a crise só não é maior porque nós temos, no comando do Ministério da Agricultura, uma grande mulher, que tem um compromisso muito grande com o setor. Eu diria que a Senadora Kátia Abreu tem-se desdobrado no sentido de manter ainda esse desempenho da nossa agricultura e da nossa pecuária. Ela se esforça mesmo. Eu vejo o esforço pessoal muito grande da nossa Ministra da Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, não temos quórum suficiente para fazer as deliberações da pauta de hoje. Alguns temas já poderiam ter sido encaminhados, porque não dependem mais da apreciação de Parlamentares, já estão em turno suplementar e não houve a apresentação de emendas, mas, em respeito aos colegas Senadores – entendemos perfeitamente as circunstâncias do momento, da gravidade da crise –, vamos então cancelar a reunião. As matérias serão adiadas para uma próxima reunião deliberativa específica. Pensamos, então, em concluir os nossos trabalhos.

A audiência pública que deveria ter acontecido hoje, sobre a doença do mormo, será no dia 25 de fevereiro de 2016, por requerimento do Senador Ronaldo Caiado, acrescido agora do presidente da Câmara Setorial de Equideocultura, conforme solicitação.

Então, vamos encaminhar à Comissão o convite, informando ao Senador requerente da inclusão desse convidado.

Declaro encerrada a reunião, transferindo para uma próxima reunião deliberativa as matérias.

Obrigada, Senador Moka e telespectadores. Em seguida, teremos um compromisso interno da Comissão de Agricultura.

Obrigada a todos e até a próxima.

(Iniciada às 08 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 08 horas e 49 minutos.)

ATA DA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às oito horas do dia dez de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Paulo Rocha, Hélio José e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Donizeti Nogueira, Zeze Perrella, Delcídio do Amaral, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica que a Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, em audiência, solicitada no mês passado, tratou dos seguintes temas que foram alinhados por esta Comissão: seguro rural; compensações ambientais que o Ibama recolhe na área da pesca, proposto pelo Senador Benedito de Lira; o risco de importação de maçãs da Argentina e da China; e a escassez de fiscais federais agropecuários. Comunica também que encaminhou à Ministra a preocupação dos produtores de alho com a classificação em processo *antidumping,* porque não é muito clara e pode prejudicar os produtores nacionais de alho. Em seguida o Senador Blairo Maggi faz o registro do falecimento de sua tia Luzia Maggi Sheffer no dia primeiro, que junto com seus filhos Eliezer, Elizeu, Elusmar, Eraí, Fernando, Marina e Eraque Maggi, fez um grande grupo econômico, o maior produtor de grãos do Brasil. A Senhora Presidente, antes de iniciar a Pauta da presente Reunião, homenageia os Extensionistas Rurais do País pelo Dia Nacional da Extensão Rural, celebrado domingo, dia seis de dezembro. Passa-se à Pauta de Deliberação: 1ª PARTE: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO - Discussão e Votação do Relatório do Senador Dário Berger sobre a Avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, determinada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura nº 14, de 2015, em cumprimento ao artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. A Senhora Presidente informa que, em cumprimento ao plano de trabalho do Relator, Senador Dário Berger, foram apresentados e aprovados nesta comissão seis requerimentos de audiência pública, bem como três requerimentos de informações destinados ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria Geral da União e ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e que, nos dias 2 e 8 de outubro do corrente ano, foram recebidas e encaminhadas ao Relator as respostas dos requerimentos de informações do MAPA e da CGU. E em, 20 de agosto, 19 de setembro, 22 de outubro e 13 de novembro, foram realizadas as audiências públicas referentes aos requerimentos apresentados pelo Relator da matéria. Observações: Os Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi e Wellington Fagundes usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Dário Berger. 2ª PARTE: Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011 - Terminativo – EMENTA: Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo) aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado, sem votação, conforme o disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2014 - Não terminativo – EMENTA: Dispõe sobre a agricultura indígena e dá outras providências. Autoria: Deputado Wellington Fagundes. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 74, de 2014, com a Emenda nº 1-CDH. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador José Medeiros, favorável ao PLC nº 74/2014 com a Emenda nº 1-CDH/CRA. ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015 - Não Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências. Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 49, de 2015, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta. Observações: Os Senadores Paulo Rocha e Wellington Fagundes usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Ronaldo Caiado, favorável ao PLC nº 49/2015, na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), com voto contrário do Senador Paulo Rocha. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012 - Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com Quatro Emendas que apresenta. Os Senadores Blairo Maggi, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado e Dário Berger usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Acir Gurgacz, favorável ao PLS 208/2012, com Emendas

nº 1 a 4-CRA, com voto contrário do Senador Paulo Rocha. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 627, de 2015 - Não Terminativo – EMENTA: Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 627, de 2015. Os Senadores Dário Berger, José Medeiros e Paulo Rocha usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Blairo Maggi, favorável ao PLS 627/2015, com voto contrário do Senador Paulo Rocha. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2015 - Não Terminativo – EMENTA: Altera os artigos 1º, 2º, 5º e 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e o inciso II do § 1º do artigo 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para introduzir modificações nos processos de registro e inspeção de bebidas e harmonizar competências entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre o tema. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 637, de 2015, com a Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Flexa Ribeiro. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 77, de 2015 – EMENTA: Requer, nos termos regimentais, que seja aditado o Requerimento Nº 76, de 2015, desta Comissão, o qual trata da realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a implementação de políticas públicas para controle de suposta zoonose – Mormo, para incluir o nome da especialista no tema Carla Macedo Amorim, a fim de compor a lista de convidados. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 78, de 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater, em data a ser definida por esta Comissão, a fila para o registro de agroquímicos, com os seguintes convidados: Representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); Representante da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (AENDA); Representante da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV); e Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA). Autoria: Senador Dário Berger e outros. Observações: O Senador Waldemir Moka usa da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado, com Adendo do Senador Waldemir Moka, para inclusão da APROSOJA. ITEM 9: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 79, de 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater, em data a ser definida por esta Comissão, o baixo nível de implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), com os seguintes convidados: Representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); Representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Representante do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (FONESA). Autoria: Senador Dário Berger. Resultado: Aprovado. ITEM 10: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 80, de 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), destinada a apresentar e discutir os impactos do regime aduaneiro de drawback para agronegócio, com os seguintes convidados: Ministra de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA; Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Ministro de Estado da Fazenda - MF Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 81, de 2015 – EMENTA: Requer a realização de ciclo de palestras e debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, no dia 19 de fevereiro de 2016. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. ITEM 12: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 82, de 2015 – EMENTA: Requer a realização de ciclo de palestras e debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade de Não Me Toque, Rio Grande do Sul, no dia 11 de março de 2016. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a apreciar matérias que estão na Ordem do Dia. A principal delas é o relatório setorial sobre defesa agropecuária, que será relatado pelo Senador Dário Berger, de Santa Catarina, motivo de muitos debates, mais especificamente quanto à matéria em Chapecó, com uma grande afluência de público, e também um debate sobre o mesmo tema em Porto Velho, Rondônia, Estado do Senador Acir Gurgacz, nosso Vice-Presidente. É um tema relevante, é prioridade da Ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

E também temos três projetos que estão já em processo de apreciação pelo Plenário, que já foram lidos e apenas precisam de uma finalização do processo regimental.

Quero participar aos Srs. Senadores, Senador Blairo, Senador Moka e demais colegas Senadores, que, nesta semana, a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, por uma solicitação feita no mês passado, recebeu-nos em audiência para tratar de temas que foram alinhados por esta Comissão, o principal deles relacionado ao seguro rural, porque muitos agricultores, especialmente no Sul do País, foram surpreendidos porque o Governo retirou o subsídio dado no pagamento do seguro rural. Os agricultores foram surpreendidos, sem aviso-prévio, por essa alteração, que foi prejudicial, porque aumentou o preço, o custo da produção, o custeio das safras.

O mais grave é que, no Rio Grande do Sul, por exemplo, houve um problema de granizo. O calor se estendeu, o inverno foi quente e, depois que passou o inverno rigoroso, que foi quente, houve uma floração dos pomares da fruticultura, que lá é bastante forte, e, logo em seguida à floração – parreiras, a produção de pêssegos, produção de quiuí, produção de caquis –, em seguida, sucedeu-se uma geada forte, também com granizo. Isso serviu para causar, em algumas lavouras, uma destruição muito grande na produção das frutas e trouxe um prejuízo adicional a esses produtores.

Quer dizer, agravado ao prejuízo de não ter a receita, teve o aumento do custo do seguro pela retirada dos subsídios.

A Ministra, sobre esse tema, está tentando obter, num final de contas com o Ministro Joaquim Levy, que também está sendo demandado por Deputados da Frente Parlamentar da Agricultura do Sul do País, uma busca de um último recurso que esteja em alguma rubrica, que seja possível usar para cobrir esse subsídio que eles pagavam. Estima-se que serão necessários para a Região Sul R$30 milhões.

O outro tema foi levantado pelo Senador Benedito de Lira, relacionado a uma demanda que também a Comissão discutiu numa audiência pública, relacionada às compensações ambientais que o Ibama recolhe na área da pesca, mas que repassa a instituições que o Ibama elege, e nenhuma colônia de pescadores recebe uma parte desse recurso.

A Ministra Kátia Abreu deixou claro agora que é a ela que cabe isso. É uma matéria que interessa também ao Senador Flexa, a todos os Senadores; todos os Estados hoje têm aquicultura, e todos fizeram emendas. A Senadora Kátia Abreu agora é responsável pela pesca, e ela também, da mesma forma, disse que essa é uma questão da lei. A lei determina que assim seja. Então, nós temos que trabalhar, eu penso, coletivamente, nesta Comissão para encontrar um caminho, porque acho que é uma questão de justiça que as colônias de pescadores, profissionais ou artesanais, que existem há muito tempo, são gerações de pescadores, recebam uma parte – não sei, 30% ou 40% – do total arrecadado. Então, teremos que ver essa questão.

Outra demanda da Comissão diz respeito ao risco de importação de maçãs da Argentina e da China. A Ministra ouviu atentamente os líderes da produção de maçãs, inclusive Senadores de Santa Catarina, Senador Paulo Bauer e Senador Dalirio Beber, e Deputados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A Ministra disse que não pode, comercialmente, estabelecer barreiras, mas uma barreira que ela, com segurança, adotará, é a barreira fitossanitária.

Então, Senador Moka, Senador Dário Berger, que é do Estado que é o maior produtor de maçã do País, se houver a identificação de alguma doença, sejam bactérias, vírus ou qualquer outro fungo, algo que venha comprometer os pomares brasileiros de maçãs, a Ministra vai agir rapidamente, porque essa é uma questão prioritária. Nesse caso, ela pode fazer proibição de importação. Porque ela disse: "Como é que eu vou vender o Brasil para os outros países sem haver uma reciprocidade?" Então, esse foi o argumento, mas, no caso da questão da defesa sanitária, ela vai ser extremamente rigorosa.

Quanto à questão da escassez de fiscais federais agropecuários, a Ministra também disse que 78 fiscais que tinham feito concurso serão nomeados. Serão nomeados 78 fiscais. Vou falar menos, Senadores, estou concluindo o relatório, que acho necessário.

Também os produtores de alho encaminharam à Comissão, e eu encaminhei à Ministra, uma preocupação com a classificação em processo *antidumping,* porque está entrando uma classificação que não é muito clara, na visão deles, e pode prejudicar os produtores nacionais de alho. Na verdade, o mercado brasileiro é disputado por todo o mundo. É um mercado gigantesco. Ontem, o Senador Ferraço falava da importação de café da Etiópia por uma grande multinacional, quando o Brasil tem café. Então, todas essas demandas da Comissão foram tratada com a Ministra, que, no que pôde, rapidamente, tratou de atendê-las.

Claro, neste momento de dificuldade financeira, não são fáceis. Mas ela tem tido do Ministro Levy e da Presidente da República, segundo ela, um grande apoio.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia. Cumprimento V. Exª e também os colegas aqui presentes – Senador Moka, Senador Flexa, Senador Dário Berger. Estamos na Comissão de Agricultura do Senado Federal e neste ambiente, Presidente Ana Amélia e senhores colegas, faço um registro.

Na semana passada, nós mato-grossenses – a minha família também – perdemos uma grande agricultora, que, desde muito jovem, trabalhava na agricultura. Ela ficou viúva muito cedo, com seis filhos, com sete filhos, melhor dizendo. Ela já estava no Estado Paraná nesse período, quando ficou viúva, com sete filhos, sendo uma mulher e seis homens.

Manteve essa família unida e os criou, educou, da maneira que poderia ter feito. Nenhum deles conseguiu, naquele período, fazer curso superior. Mas a educação de berço, a educação de casa fez com que esses garotos e essa família se transformassem, no futuro, depois de mudarem para o Mato Grosso, em uma das maiores empresas do agronegócio brasileiro, que é o Grupo Bom Futuro, em Mato Grosso.

Sem dúvida nenhuma, eles são hoje os maiores produtores de grãos e de fibras do Brasil. Devem plantar hoje, na sua família, na família Scheffer Maggi ou Maggi Scheffer – são duas famílias oriundas lá do Rio Grande do Sul, de Torres, de Três Cachoeiras –, algo em torno de uns 500 mil hectares entre safra e safrinha.

Quer dizer, é um grupo muito forte, baseado muito mais na vida em casa do que na escola. Minha tia Luzia, que faleceu, então, no dia primeiro, conseguiu fazer, junto com seus filhos, um grande grupo econômico, como já disse, o maior produtor de grãos do Brasil.

Eu gostaria de deixar registrado aqui, nos *Anais do Senado*, a importância da mulher. Eu vejo que a senhora, como mulher, e vi essa semana ainda um jornalzinho aqui no Senado falando dos feitos das mulheres, ressaltando as qualidades da mulher no negócio, na política, como profissionais liberais, etc.. E eu gostaria de fazer essa mensagem aqui no Senado sobre a agricultora.

Aproveito para falar um pouquinho também... Minha tia já foi, então eu quero homenagear os filhos: o Eliezer, o Elizeu, o Elusmar, o Eraí Maggi – V. Exª o conhece também. Ele é o comandante dessa turma, junto com o Fernando, a Marina, o Eraque e o genro Zeca Bortoli, que é lá de Caxias do Sul, de Nova Prata, daquela região.

Então, eu queria deixar registrado que eles conseguiram construir um belo negócio, respeitado no mercado. Mas também não só a minha tia agricultora. Em Mato Grosso, como no resto do mundo, as mulheres vivem mais do que os homens. Eu e V. Exª falávamos isso. Precisamos inverter isso.

Infelizmente, muitos agricultores em Mato Grosso, empresários do setor agrícola, vão antes das mulheres. E as mulheres têm assumido o comando dessas lavouras, dessas empresas agrícolas, tocando-os com uma determinação, uma garra impressionante. Não vou dizer que são melhores do que os seus maridos para não sacanear os maridos.

Mas elas têm mantido, têm ampliado e têm crescido. Então, minha homenagem é a minha tia Luzia, que já se foi, e a todas as mulheres empresárias agrícolas de Mato Grosso e do Brasil. Porque, como em todos os outros setores, as mulheres têm se destacado, criado alternativas, que muitas vezes os homens não têm conseguido.

Então, Senadora Ana Amélia, meus caros colegas, deixo aqui a minha homenagem, em nome do Eraí Maggi Scheffer, que é o comandante do Grupo Bom Futuro, e de seus, com certeza, mais de dois mil funcionários em todo Mato Grosso e em outras partes do Brasil. Deixo a nossa solidariedade, o nosso registro, por essa mulher tão importante para a vida, para a vida dos seus filhos e para a vida dos negócios do Estado Mato Grosso também.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como é o nome completo dessa senhora tão guerreira, Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Luzia Maggi Sheffer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Blairo Maggi, esta Comissão também se solidariza com a história da Srª Luzia pelo papel relevante que ela teve não só em relação à família, mas também pelos ensinamentos e o exemplo que ela deu a outras famílias igualmente pioneiras na agricultura, no Centro-Oeste e na meio Amazônica do Mato Grosso.

É muito comum no Rio Grande do Sul acontecer isso. Então, se o senhor for a muitas propriedades rurais, sejam elas de pecuária ou de agricultura, verificará que as mulheres estão, de maneira muito competente e aplicada, a continuar o trabalho e até avançar em matéria de qualificação na área da agricultura, da pecuária, em genética, modernizando os estabelecimentos rurais e obtendo destaque com premiações extraordinárias.

Então, quero dizer que aquele filme famoso e também a novela A Casa das Sete Mulheres é um pouco um retrato desse vigor com que as mulheres se dedicam a essa questão e com uma dupla missão: donas de casa, cuidando da casa e cuidando da lavoura.

Certa vez – eu vou contar uma história porque é uma questão interessante para ilustrar isso e não vou dizer qual foi o Estado – meu marido estava cobrando do anfitrião que as mulheres estavam comendo na cozinha e os homens na sala. Ele dizia: "Por que vocês não chamam as mulheres para estarem juntas aqui, para compartilhar, como ocorre lá no Sul?" Ele estava valorizando as mulheres, mas ouviu: "Vocês, gaúchos, botam a mulher em cima de um trator para fazer o trabalho dos homens e acham que nós é que discriminamos a mulher". Mas a mulher faz isso por necessidade, por companheirismo.

Com a palavra o Senador Flexa e depois o Senador Dário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Senador Blairo Maggi, eu quero me associar às palavras da nossa Presidente com relação à sua família, aos seus primos, pelo passamento da sua Tia Luzia. Sou testemunha do trabalho da família Maggi. Quero, em nome do Eraí, seu primo, muito parecido com o Senador Maggi...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Confundem-nos de vez em quando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade, é verdade.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – À vezes, eu estou num lugar em que eu não fui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele nos ajuda a desenvolver o Pará, como também o Senador Maggi. Eles são do Paraná, foram para o Mato Grosso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Começaram lá no meu Estado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É, no Rio Grande do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O berço foi ali.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Foram para o Mato Grosso e chegaram ao Pará. Então, o Eraí tem negócios no Pará, como tem o Senador Maggi. E em nome do Eraí, nosso amigo, eu quero expressar meus sentimentos a toda a família pela perda da matriarca, que soube, como o Senador Maggi disse, como viúva, tão cedo, criar sete filhos e montar uma empresa como a Bom Futuro, que hoje é a maior produtora de grãos.

Então, à família Maggi como um todo, os nossos sentimentos, Senador Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Outro exemplo de uma mulher também guerreira e vitoriosa que também ficou viúva cedo é nossa Ministra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Kátia Abreu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Kátia Abreu, que ficou viúva cedo e continuou tocando a fazenda lá em Tocantins e tornou-se Presidente da Confederação da Agricultura e hoje é a Ministra da Agricultura, além de Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Moka e depois o Senador Dário Berger.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O registro que faria é exatamente o que o Senador Flexa acabou de fazer. Isso não é incomum mesmo. Eu me lembro de um depoimento da Senadora Kátia Abreu em que dizia que, logo que ficou viúva, o pessoal falava que ela não conseguiria tocar a fazenda, referindo-se à fazenda dela e do ex-marido. Diziam que a fazenda da viúva era sempre cheia de cupins, porque ela não cuidava. E ela disse que aquilo era uma coisa que a irritava. E ela, então, disse: "Eu vou mostrar que dou conta de administrar". Sem dúvida isso acontece.

Mas eu queria agora dizer que – não é a mesma coisa – a nossa Presidente da Comissão é uma mulher que se destacou a vida inteira fazendo cobertura na área da agricultura. E a agricultura deve muito à então jornalista, hoje Senadora, Ana Amélia, por quem eu tenho um profundo respeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador. Fico contente.

Com a palavra, o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, preliminarmente, também, quero expressar a minha solidariedade ao Senador Blairo Maggi, um dos Senadores que tem um destaque e um brilho todo especial no Senado Federal, não só pelo que ele representa como Parlamentar, mas como empresário também, consagrado no cenário Federal. Então, o meu abraço, o meu conforto e a minha solidariedade.

Bem, Presidente Ana Amélia, a senhora sabe que Santa Catarina se destaca, de maneira estratégica, no agronegócio. A sua economia forte é diversificada.

A maçã foi introduzida no Brasil por intermédio de Santa Catarina e acabou conquistando um relevo extremamente importante na economia catarinense. Então, penso nesse viés econômico de Santa Catarina, que se destaca pelo equilíbrio. Nenhuma atividade econômica em Santa Catarina atinge mais do que 20% do PIB. Então, esse equilíbrio todo é que deu a Santa Catarina esse destaque, que virou referência em saúde, em educação, em agricultura, e em tantos outros negócios, inclusive, na indústria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No setor têxtil, no porcelanato.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sim, sim. E ela está bem distribuída. Quer dizer, a indústria têxtil se destaca no Vale do Itajaí, na região de Blumenau, Jaraguá do Sul, etc. Na indústria automotiva – e agora nós temos, na região de Araguari, a nova fábrica da BMW –, a região da grande Joinvile se destaca com a indústria propriamente dita...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De metalmecânica.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ...de metalmecânica, que é amplamente diversificada, vamos dizer assim, também naquela região.

A região do Sul é pelo porcelanato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em Criciúma.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Em Criciúma, etc.

Bem, na região da Serra, do Planalto Serrano, pelo clima, etc., dentre os destaques, apareceu a maçã.

Então, penso o seguinte. Com todo o respeito à nossa Ministra, quem nós admiramos e penso que ela está fazendo um belo trabalho, sendo uma das poucas Ministras que se destaca nesse Governo, apesar disso, não posso permitir, admitir aqui que as nossas relações comerciais se estabeleçam suprimindo atividades consagradas no nosso Estado, principalmente nos nossos Estados, que são os maiores produtores de maçã.

Eu sei que nós temos de ter uma relação comercial com a China. Agora, nós não podemos oferecer aquilo que nós temos de melhor, com a qualidade sanitária adequada, para deixar entrar no Brasil um produto que nós não temos conhecimento de como é produzido, de como vai chegar aqui, a que preço vai chegar, por meio de custos subsidiados, porque todos nós sabemos que a China exerce um papel quase de trabalho escravo. E eu não me conformo com isso.

Estou estudando essa matéria. Quero apresentar um requerimento à Ministra da Agricultura para que ela faça todo o esforço para proteger essa questão das relações comerciais, sobretudo com a maçã, porque foi um trabalho árduo para chegarmos ao ponto em que chegamos, e a senhora sabe disso. Nós tivemos de amassar barro, comer poeira, subir degrau a degrau para conquistar o mercado que chegamos agora.

E agora, se entrar a maçã chinesa e a maçã argentina, a um preço subsidiado para competir com a nossa maçã, os nossos produtores, evidentemente, vão ter dificuldades econômicas, vão fechar as portas, o desemprego vai aumentar bem como a angústia de todos nós, principalmente minha, que sou representante do Estado de Santa Catarina e vou ficar muito nervoso com essa situação. Ano que vem, vou iniciar uma nova fase no Senado, mais combativa, mais exigente no sentido de garantir os direitos do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento V. Exª, Senador. Conte sempre com o apoio da comissão para essa demanda, que é fundamental e interessa também ao nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Lembro aos nobres Senadores, antes de passar a palavra ao Senador Dário para apresentar seu relatório, que domingo, dia seis, foi celebrado o Dia Nacional da Extensão Rural. Foi uma criação do Congresso Nacional em 2008. Imagino que o Senador Moka tenha trabalhado intensamente nessa criação, até porque, ao longo dos últimos 70 anos, diversos serviços de extensão são os mais importantes para levar conhecimento. Não resolve a Embrapa produzir excelência, se na ponta aquele conhecimento não é levado. E isso é feito pela extensão rural. São fornecidas pelo Governo brasileiro as políticas públicas, empresas e ONGs em ações, que beneficiam principalmente pequenos agricultores familiares.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência e Técnica em Extensão Rural, Asbraer, o Brasil conta hoje com 27 entidades estaduais, entre elas a Emater, no Rio Grande do Sul, que possui 16 mil extensionistas em 5.359 Municípios, atendendo a 2,3 milhões de agricultores brasileiros. Isso sem mencionar as atividades do Sistema Brasileiro de Assistência e Técnica em Extensão Rural, Sibater, do Ministério Agrário.

Faço este registro para homenagear todos os extensionistas rurais de nosso País.

Vamos nos encaminhando para a primeira parte da nossa sessão deliberativa de hoje, que é a discussão e votação do relatório do Senador Dário Berger sobre o Requerimento da Comissão de Agricultura nº 14, de 2015, que dispõe sobre a avaliação da política pública de defesa agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Informo que, em cumprimento ao plano de trabalho do Relator, Senador Dário Berger, foram apresentados e aprovados nesta comissão seis requerimentos de audiência pública, bem como três requerimentos de informações destinados ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria Geral da União e ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Nos 2/10 E 8/10 do corrente ano, foram recebidas e encaminhadas ao Relator as respostas dos requerimentos de informações do MAPA e da CGU.

Em 20/8, 19/9, 22/10 e 13/11, foram realizadas as audiências públicas referentes aos requerimentos apresentados pelo Relator da matéria.

Passo a palavra, com muito prazer, ao Relator, Senador Dário Berger, para proferir seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, meu relatório contém 130 páginas. Imagino que, para que eu pudesse fazer a leitura deste relatório, levaríamos provavelmente mais de hora, em função da extensão e da dificuldade para proceder a essa leitura. Então, tive a preocupação de reduzir, simplificar e selecionar os temas que julguei mais relevante, o que diminuiu de 130 páginas para 129, trazendo um alento, mas nem tanto assim. (*Risos.*)

Bem, como o tema é muito relevante, o assunto é muito importante, realmente reduzi bastante e espero fazer uma leitura bastante rápida e objetiva deste relatório de avaliação da política pública de defesa agropecuária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero, antes de V. Exª iniciar a leitura, informar que o texto total do seu relatório está disponível. Então, todos os Senadores o têm à disposição, facilitando o relatório.

Como esta audiência é transmitida ao vivo – o País inteiro está acompanhando – é bom o ouvinte ter um resumo para facilitar a compreensão, porque, certamente, o agricultor está acompanhando a Comissão e logo vai para a lavoura, olhar a situação da lavoura, se choveu ou se não choveu, não é, Senador Blairo Maggi? Tem que ir lá cuidar.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu só espero não diminuir audiência da TV Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não, mas isso é importante.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Mas é só para mostrar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o tamanho do relatório.

Eu queria agradecer, também, a Consultoria Legislativa do Senado, que tem sido extremamente indispensável ao nosso trabalho.

Desculpe, Senador, mas eu queria apenas dizer da importância da informação da disponibilidade do texto por inteiro aos Senadores.

Com a palavra Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exª e agradeço, também, ao Senador Waldemir Moka e ao Senador Blairo Maggi, que nos prestigiaram nesta audiência.

Bem, o Relatório de Avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária.

Com intuito, Srª Presidente, de aprimorar a sua atuação institucional, o Senado Federal editou Resolução 44/2013, que estabelece, no âmbito de suas comissões permanentes, procedimento anual de avaliação e discussão das políticas públicas por meio de uma visão sistêmica acerca dos seus efeitos sobre o conjunto da sociedade brasileira.

O procedimento visa dar maior efetividade à competência do Congresso Nacional inscrita no inciso X, do art. 49 da Constituição da República Federativa do Brasil, para fiscalizar e controlar diretamente ou por qualquer outra de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Além disso, busca contribuir para aprimorar o debate sobre as questões de notável relevância para a sociedade brasileira, qualificando a atuação desta Casa no âmbito do processo legislativo, mediante obtenção e à compilação de

informações aptas a subsidiar a iniciativa legislativa parlamentar e a fundamentar seu voto em relação aos diferentes projetos de lei que são trazidos à sua apreciação.

Em 2014, primeiro ano do ciclo de avaliação, esta comissão analisou o planejamento, a execução e o controle do crédito rural no Brasil e as políticas públicas sobre recursos hídricos para agricultura na região semiárida nordestina, cujos relatórios resultaram na identificação de pontos positivos e também de fragilidades nas políticas avaliadas, gerando recomendações quanto à condução das referidas políticas e quanto a possíveis proposições legislativas que fossem ao encontro das questões apontadas nos relatórios de avaliação.

Avançando nesse segundo ano do procedimento de avaliação das políticas públicas, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal concentrou-se sobre a análise da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária, abordada em relatório próprio e da Política de Defesa Agropecuária de que trata o presente relatório.

O art. 27-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, relaciona como objetivos da defesa agropecuária segurar:

1) a sanidades das populações vegetais;

2) a saúde dos rebanhos animais;

3) a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;

4) a identidade, a segurança, higiene sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários.

O §1º do mesmo artigo estabelece que para o atingimento desse objetivo Poder Público desenvolver as seguintes atividades:

1) Vigilância e defesa sanitária vegetal e animal;

2) Inspeção e classificação dos produtos de origem vegetal e animal, seus derivados, subprodutos e resíduos no valor econômico e

3) Fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.

As atividades relativas à defesa agropecuária perpassam, portanto, todas as fases da produção agropecuária, desde o registro e a fiscalização dos insumos utilizados na produção até o controle do trânsito da comercialização dos produtos e subprodutos animais e vegetais, revestindo-se de fundamental relevância social, pois são essenciais para testar qualidade e inocuidade dos alimentos levados à mesa dos brasileiros e de outros povos que importam produtos de nossa agropecuária e também para preservar a produção agropecuária de ações de doenças e pragas, viabilizando a produção de alimentos na escala necessária à garantia da segurança alimentar da população.

Não bastasse sua relevância social, a defesa agropecuária reveste-se, ainda, de significativa importância econômica, tendo em vista seu papel estratégico para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do agronegócio, responsável por quase um quarto do Produto Interno Bruto brasileiro e por cerca de 40% das exportações nacionais.

Além disso, o Brasil é um País de dimensões continentais, constituído de mais de 15 mil quilômetros de fronteiras terrestres, o que aumenta a dificuldade dos órgãos federais de defesa agropecuária em proteger nosso território da introdução de vetores de pragas e doenças.

Impõe-se destacar que, o primeiro semestre deste ano, o Governo Federal lançou um plano de defesa agropecuária que, entre outros objetivos, busca reduzir a burocracia para tomada de decisões e atualizar o marco regulatório vigente, simplificando normas e procedimentos.

Quanto a esse aspecto é importante lembrar que parte significativa das normas relativas à defesa agropecuária é bastante antiga, a exemplo dos Decretos nº 24.114, de 12 de abril de 1934, e de nº 24.548, de 3 de julho de 1934 também, que aprovam os regulamentos dos serviços de defesa sanitária vegetal e animal, respectivamente, e não recebeu praticamente nenhuma alteração até hoje.

Assim, essas normas necessitam de atualização que contemple adaptação do marco legal, as transformações ocorridas no setor produtivo rural ao longo dos últimos anos.

Acreditamos, portanto, que o momento para avaliação das políticas de defesa agropecuária não poderia ser mais oportuno, seja em razão da necessidade de enfrentarmos os desafios tradicionais dessa área como a carência de fiscais agropecuários, as dificuldades para plena implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) ou a morosidade do registro de insumos controlados sejam em razão dos desafios trazidos pela conjuntura da crise, que exige o empenho do setor público e do setor produtivo para que as barreiras zoofitossanitárias não sejam um entrave de comercialização ao produto nacional.

Neste sentido, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal aprovou Requerimento nº 14, de 2015, o qual tive a honra de subscrever conjuntamente com V. Exª Senadora Ana Amélia e o Presidente desta Comissão e que selecionou a política de defesa agropecuária para que fosse objeto de procedimento e avaliação de que trata a Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013.

Na ocasião, fiquei incumbido da importante missão de coordenar a condução dos trabalhos de trazer à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o presente relatório.

As atividades necessárias à consecução da avaliação foram realizados em conformidade com o plano de trabalho aprovado por esta Comissão, em reunião realizada no dia 7 de maio de 2015, e envolveram a requisição de informações a órgãos públicos, análise da legislação correlata e a realização de várias audiências públicas.

Esperamos, por fim, que os trabalhos desenvolvidos no âmbito desta Comissão e cujas conclusões encontram-se condensadas no presente relatório, sirvam ao aprimoramento do debate relativo a temas de defesa agropecuária, trazendo subsídios que qualifiquem atuação parlamentar quanto ao exercício da competência fiscalizadora de que trata o inciso X do art. 49 da Constituição Federal e quanto à apreciação dos diversos projetos de lei relativos ao tema.

A partir das análises realizadas, verificou-se que o marco regulatório da defesa agropecuária encontra-se defasado, sendo necessário que se promova a consolidação e racionalização das normas relativas ao tema.

Quanto à consolidação, cabe registrar que se encontra em tramitação no Congresso Nacional, aprovado nesta Casa e sob a análise da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei do Senado nº 592, de 2011, de autoria do então Senador Antonio Russo, que busca consolidar a legislação sanitária vegetal e animal no âmbito federal.

Tramitou também no Senado Federal o PLS nº 427, de 2012, que institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária e que busca dar racionalidade às normas relacionadas ao tema, definindo conceitos e objetivos para a política de defesa agropecuária.

Enquanto o projeto de consolidação da legislação sanitária vegetal e animal em âmbito federal encontra-se em processo relativamente avançado de tramitação, dependendo apenas da aprovação da Câmara dos Deputados, o texto do projeto de lei que buscou instituir a Política Nacional de Defesa Agropecuária, mesmo arquivado, pode servir, sim, como ponto de partida para a discussão e elaboração de um novo projeto de lei nesse mesmo sentido, com as devidas adequações e atualizações, de forma a promover a racionalização das normas relativas à defesa agropecuária.

É importante ainda que eventual projeto que vise instituir uma política nacional de defesa agropecuária busque equacionar também as questões orçamentárias que afligem o setor, notadamente no que diz respeito ao reconhecimento da defesa agropecuária com atividade de caráter continuado. A descontinuidade das atividades de defesa agropecuária, mesmo que por breves períodos, coloca em risco a segurança alimentar da população e a sanidade das populações vegetais e animais, podendo comprometer de forma severa o setor produtivo nacional. Não é razoável, portanto, que os recursos mínimos necessários à continuidade das atividades de defesa agropecuária sejam possíveis de contingenciamento.

Além disso, a descentralização dos recursos deve obedecer a uma sistemática que funcione à semelhança do Sistema Único de Saúde (SUS), onde há a garantia de repasse dos recursos, independente de entraves existentes para os convênios e instrumentos congêneres, como, por exemplo, aqueles decorrentes de desconformidades em certidões negativas de débito dos entes conveniados.

É importante ressaltar ainda que o orçamento executado pelo Governo Federal no Programa 2.028, Defesa Agropecuária, em média R$ 240 milhões, se considerados os exercícios de 2012 a 2014, é pouco significativo se comparado à totalidade do orçamento fiscal da União, que foi de quase R$ 1,3 trilhão em 2015. Ou seja, o financiamento das principais ações de defesa agropecuária no âmbito federal corresponde...Senador Moka, essa é uma defesa que V. Exª sempre fez, vou tentar repetir aqui, porque V. Exª, em muitas oportunidades, abordou que uma atividade tão importante como o agronegócio representa mais de 1/4 do PIB nacional e cerca de 40% de tudo o que exportamos, cujo orçamento de 2015 foi de R$ 1,3 trilhão, mas os recursos destinados a essa área tão importante do agronegócio, de apenas 0,19 do orçamento fiscal.

Além disso, deve-se considerar a essencialidade das atividades de defesa agropecuária para o agronegócio brasileiro, cuja renda representa, como falei, 25% do PIB brasileiro, ou seja, aproximadamente R$1,4 trilhão em 2014.

Quanto aos recursos humanos da estrutura federal de defesa agropecuária, ficou evidente que existem duas questões principais a serem equacionadas: a adequada estruturação do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a manutenção da lotação ideal nas diversas unidades, especialmente aquelas situadas em regiões de fronteira ou de difícil provimento.

Todavia, a condução de medidas que busquem recompor o quadro de pessoal da área federal de defesa agropecuária e incentivar o exercício profissional do servidor público nas regiões de fronteiras, que são de grande importância para a defesa agropecuária, depende do mapeamento dos processos a ser realizado pelo Mapa, e que atualmente é inexistente. Esse mapeamento é importante para que se possa estimar com segurança a necessidade da reposição dos recursos humanos.

Quanto à vigilância agropecuária internacional e quanto à inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, os debates realizados demonstram a necessidade de modernizar o setor, adotar procedimentos mais racionais e compartilhar responsabilidades com agentes privados. Há que se considerar, contudo, que a parte mais significativa das normas relativas a essas matérias encontra-se definida por meio de espécies normativas de natureza infralegal e que, embora a modernização da legislação possa contribuir para a atualização do regulamento, o processo de alteração legislativa deve ser exaustivamente discutido com os setores interessados e com o Poder Executivo, para que não haja prejuízos à continuidade das atividades de defesa.

Quanto à questão das relações federativas, o assunto que suscitou maior debate nas audiências públicas promovidas pela CRA foi o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Boa parte das queixas em relação à atuação da União quanto ao Suasa estão ligadas à questão orçamentária e decorrem do baixo volume de recursos disponibilizados pela União para a execução descentralizada mediante convênios e, também, das limitações que a utilização do instrumento de convênio impõe para a execução desses recursos.

Chamou atenção, especificamente, a baixa adesão dos Municípios ao Suasa. Uma das causas seria a regulamentação atual, que oferece pouco ou nenhum atrativo para a estruturação dos sistemas de inspeção municipal e sua adesão ao Suasa. É um assunto que deve ser constantemente acompanhado junto ao Poder Executivo, pois a quase totalidade de normas aplicáveis ao Suasa é estabelecida, atualmente, em regulamento infralegal.

Quanto ao registro de agroquímicos, o problema fundamental que se colocou diz respeito à fila para o registro de defensivos agrícolas. Segundo, Srª Presidente, estimativas dos debatedores, esse prazo pode ser superior, acredite, a doze anos, a doze anos. E o principal gargalo identificado é a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no processo.

Dentre as soluções que podem ser aventadas, cogita-se a formação de um grupo sob a coordenação do Mapa que centralize a avaliação dos agroquímicos sob o ponto de vista agronômico, ambiental e da saúde humana. Esse tipo de iniciativa, todavia, por envolver a mudança na estrutura de funcionamento da Administração, é de iniciativa privativa da Presidência da República.

Dessa forma, diante dos elementos colhidos na presente avaliação, propomos os seguintes encaminhamentos:

1) Posterior apresentação de projeto de lei do Senado para instituir a Política Nacional de Defesa Agropecuária.

Inclusive, eu gostaria, na apresentação desse projeto, Srª Presidente, assim como a senhora subscreveu o requerimento comigo, eu teria muita honra em que V. Exª pudesse também subscrever um projeto que já está em estudo.

E se, também, os demais membros da Comissão pudessem nos dar a honra, eu acho que seria interessante que discutíssemos essa questão, essa matéria, uma vez que muitas luz das regras e normas existentes hoje são de natureza infralegal, as que se dão mediante, então, normas, portarias etc., etc., etc., de livre iniciativa, vamos dizer assim, do gestor, e isso poderia ser alterado por outra legislação que pudesse se dar de forma mais impositiva e permanente.

Bem, como eu mencionava, então, em primeiro lugar, os encaminhamentos que estou propondo são apresentar o projeto de lei para instituir a Política Nacional de Defesa Agropecuária, reeditando os termos do PLS que já foi apresentado nessa Casa e foi retirado de pauta, de nº 427, de 2012, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados por Estados e Municípios após as atualizações e aperfeiçoamentos pertinentes.

2) Apresentação de requerimento para apreciação, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, dos Projetos de Lei do Senado de nº 16, de 2013, que altera a apresentação de requerimento para apreciação ela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2013, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, e revoga o dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, para disciplinar o uso da tecnologia genética de restrição de uso e dar nova definição à substância pura quimicamente definida, obtida por meio de um processo biológico. Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer regras de rotulagem de produto que contenha a OGM ou derivados da OGM, e nº 581, de 2015, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos para tornar obrigatória nos rótulos das embalagens dos produtos alimentícios de origem vegetal ou animal comercializados no País a informação ao consumidor sobre a presença de resíduos de ingredientes ativos componentes de defensivos agrícolas de utilização eventual direta e indiretamente ao longo da respectiva cadeia produtiva.

Embora conste no Relatório também do PLS nº 434, de 2015, verificou-se que já aguardada a inclusão em Ordem do Dia o Requerimento nº 1.264, de 2015, de autoria da Presidente dessa Comissão, Senadora Ana Amélia, solicitando que o projeto seja examinado também pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,

motivo pelo qual não será apresentado o requerimento quanto a esse projeto, porque V. Exª já se antecipou, como sempre muito atuante, e já providenciou o requerimento.

Acontece que muitos – muitos não, alguns – projetos que tramitam nessa Casa e que têm uma relação importante e substancial, essencial, fundamental e até vital para a agricultura muitas vezes não passam pela Comissão de Agricultura. Temos que ficar atentos a esse detalhe, e o que nós estamos fazendo aqui é exatamente isso.

3) Requerimento de audiência pública discutir o baixo nível de implementação do Suasa;

4) Requerimento de audiência pública para debater a fila para o registro de agroquímico

Este, Srª Presidente, Srs. Senadores, é o Relatório que submetemos a apreciação e aprovação dos nobres Parlamentares dessa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger.

Cumprimentos pela qualidade do Relatório.

Em discussão o Relatório do Senador Dário Berger.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, pela ordem.

Eu só queria cumprimentar o Senador Dário Berger, porque eu sei que um trabalho desses é de fôlego. Eu mesmo participei de várias audiências públicas. É um trabalho de fôlego, é um trabalho de você realmente ouvir e, depois, com a assessoria, fazer um relatório e ainda resumir da forma como S. Exª fez.

Mas V. Exª tem razão, acho que esse relatório, pelo menos a ideia do Presidente quando colocou, era ver se essas políticas públicas implementadas estão chegando aonde deveriam estar chegando. Eu acho que essa é a finalidade. E a Comissão de Agricultura, com esse relatório, tem condição realmente de verificar isso, inclusive, se for o caso, propor legislações ou alterações de texto da nossa legislação que vão melhorar as condições de algum tipo de política que não está sendo eficiente.

Então, quero parabenizar o Senador Dário Berger e também toda sua assessoria, além da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria chamar atenção do Senador Blairo Maggi para um aspecto do relatório que o Senador Dário Berger falou sobre a legislação em vigor a respeito da identificação de produtos geneticamente modificados dentro de um processo de rastreabilidade.

Eu tenho curiosidade de saber como isso seria feito, Senador Dário Berger, na legislação em vigor. Ampliando? Qual é a sugestão que V. Exª apresenta do ponto de vista prático?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – A ideia seria através do projeto de lei que mencionei...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um projeto de lei da Senadora Lídice da Mata que trata de incluir a identificação em todo o processo...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ...que foi retirado de pauta e que serviria de base para que pudéssemos elaborar novo projeto de lei, mediante o qual poderemos discutir essa questão de maneira exaustiva e disciplinarmos de maneira cabal e definitiva essa questão que, na minha opinião, também é fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço o esclarecimento. Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar também o Senador Dário Berger pelo seu relatório. Não é uma tarefa fácil, como já foi dito, compilar um relatório desse. Mas nos é exigido, as nossas Comissões devem apresentar, ao final do ano, tudo aquilo que foi discutido, deixar registrado e compilado. Mas quero cumprimentar o Senador Dário Berger por esse trabalho aqui apresentado.

Com relação aos transgênicos, particularmente não gosto muito de legislação sobre esse assunto. Porque, uma vez que o aparato oficial...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – CTNBio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – a CTNBio diz que é seguro para saúde, é seguro para saúde, tanto A quanto B.

É natural que algumas pessoas ou grupo de pessoas queiram consumir produtos não transgênicos e isso tem impulsionado alguns setores da economia, especificamente na área da soja e do milho. Nós temos isso, e o mercado internacional compra esse tipo de situação. Só que ele tem um preço, se tem um custo, porque tem que segregar tudo isso e tem que colocar.

Então, o próprio mercado tem se regulado no sentido de, ao chegar na prateleira do supermercado, estar claro que esse ou aquele produto não é transgênico. E toda a cadeia produtiva envolvida participa e é responsável, desde o supermercado onde está essa mercadoria, na Europa ou em qualquer país, passando pelo processo industrial de esmagamento de lecitina, farelos, voltando para os navios, voltando para os trens, para

as barcaças, para os caminhões, para a fazenda, para os armazéns, para a produção de sementes, enfim, está todo mundo certificado dentro de uma cadeia dessas. Mas não é a legislação que faz isso. O que faz isso é o mercado. Quem quer vai pagar uma diferença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A responsabilidade é de quem produziu.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É de mercado, de quem produz, porque, uma vez que o setor de saúde, CNTBio, enfim, todo mundo diz que isso não faz mal para a saúde, para mim está liberado para comer. Não há problema nenhum. Mas aquele que quer alguma coisa diferente deverá participar dessa cadeia, desse mercado e pagar os custos dessa segregação desses produtos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço o esclarecimento ao Senador Blairo Maggi e consulto se há algum outro Senador que queira fazer uso da palavra.

Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Queria parabenizar o Senador Dário pelo trabalho de compilar tudo isso e chamar atenção do aspecto da Anvisa, conforme está no relatório dele. Ele diz que:

Entre as soluções que podem ser aventadas, cogita-se a formação de um grupo sob a coordenação do MAPA que centraliza a avaliação dos agroquímicos, sob o ponto de vista agronômico, ambiental e de saúde humana. Esse tipo de iniciativa, todavia, por envolver a mudança na estrutura do funcionamento da administração, é de iniciativa privada da Presidência da República.

E aí ele destaca, no registro dos agroquímicos, um problema fundamental que diz respeito à fila para o registro de defensivos agrícolas. Segundo estimativas dos debatedores, esse prazo pode ser superior a 12 anos, e o principal gargalo é a atuação da Anvisa.

Já tivemos oportunidade, em outros momentos, de manifestar esta dificuldade de ter acesso à Anvisa. V. Exª chegou a interferir, mesmo assim penso que, no ano que vem, poderemos discutir mais esta questão da Anvisa de perto, em outras audiências aqui, porque a reclamação do mercado é muito grande.

Fica aqui o nosso registro, corroborando o que está no relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Dário Berger, que passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com estas definições:

1) Apresentação de projeto de lei do Senado para instituir a política nacional de defesa agropecuária, reeditando os termos do PLS 427, de 2012, após as atualizações e aperfeiçoamentos pertinentes;

2) Apresentação de requerimento para apreciação pela Comissão de Agricultura, que será feito subsequentemente, dos Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2013, nº 581 e 434, ambos de 2015, e requerimento de audiência pública com a finalidade de discutir o baixo nível de implementação do Suasa e requerimento de audiência pública para debater a fila para o registro de agrotóxicos.

Estão sobre a mesa os dois requerimentos do Senador Dário Berger.

Requerimento nº 78:

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 78, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater, em data a ser definida por esta Comissão, a fila para o registro de agroquímicos, com os seguintes convidados: Representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); Representante da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (AENDA); Representante da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV); e Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA).

Autoria: Senador Dário Berger e outros

Está em votação o requerimento do Senador Dário Berger.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para encaminhar, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, só para sugerir. Acho que, nesta audiência pública, é importante que tenhamos um representante do usuário. Não sei quem poderia ser, mas acho que é fundamental. É claro que aqui temos o Senador Blairo Maggi, o Senador Ronaldo Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Temos várias entidades.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas acho que precisa haver uma representação oficial daqueles que usam o produto e que têm essa dificuldade, para debatemos aqui. Lembro quando apareceu a questão da lagarta no oeste baiano, e era proibido o uso de determinado produto. Por isso, com a permissão do Senador Dário Berger...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pode ser a Aprosoja, a CNA...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por exemplo, um representante ou o presidente da Aprosoja. É importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Verbalmente encaminhado, com a concordância do Relator.

Em votação o requerimento, com o adendo do Senador Waldemir Moka e com a representação dos produtores. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para realização desta audiência em data a ser fixada por esta Comissão.

O outro requerimento constante do seu relatório é, também, para a questão da implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 79, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater, em data a ser definida por esta Comissão, o baixo nível de implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), com os seguintes convidados: Representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA); Representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Representante do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (FONESA).

Autoria: Senador Dário Berger e outros

Em votação o requerimento do Senador Dário Berger.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Então, os dois requerimentos foram aprovados. Um deles com o acréscimo feito pelo Senador Waldemir Moka.

A segunda parte desta nossa audiência é também deliberativa.

Item 1:

ITEM 1
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011
- Terminativo -

EMENTA DO PROJETO: Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Observações: *Não foram apresentadas emendas ao Substitutivo do PLS nº 252/2011 no Turno Suplementar.*

Esclareço que, em 29/10;2015, esta Comissão aprovou a Emenda nº 2, da Comissão de Assuntos Econômicos, e da CRA, como substitutivo.

Como sou a Relatora desta matéria, convido o Senador Moka para presidir para que eu possa fazer a relatoria dessa relevante matéria que o Senador Acir apresentou em relação à questão das microdestilarias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência.

Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 252/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro) e dá outras providências.

Esclareço que, em 29/10/2015, esta Comissão aprovou a Emenda nº 2, da CAE, junto com a Comissão de Agricultura.

É um substitutivo, na verdade.

Poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral, conforme o disposto no art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caros colegas Senadores, como ele já foi apresentado, estamos votando um turno suplementar,queria apenas lembrar que essa foi uma iniciativa oportuna e louvável do Senador Acir Gurgacz para assegurar, do ponto de vista da legislação, um processo desburocratizado para aquele produtor que, na sua propriedade, tiver condição de produzir o seu próprio biocombustível ou o combustível que achar conveniente para uso próprio ou venda de excedente. Então, foi uma simplificação dos procedimentos da criação das microdestilarias. Apenas para lembrá-los desse processo.

Então, queria dizer para V. Exª que esse novo texto mantém para as microusinas o direito de fazer uso de seus produtos, bem como comercializá-los diretamente com cooperativas rurais e distribuidoras de combustíveis.

Por fim, submetem-se as microusinas à fiscalização da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

Então, está tudo muito bem construído.

Este é o voto para pedir o apoio, novamente, dos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em discussão a matéria.

Não havendo discussão e não tendo sido oferecida nenhuma emenda até o final desta discussão, o Substitutivo será definitivamente adotado, sem votação – este é o Regimento –, porque estamos tratando de um turno suplementar, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Moka.

Vamos para o item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a agricultura indígena e dá outras providências.

Autoria: Deputado Wellington Fagundes

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 74, de 2014, com a Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1- O Projeto foi apreciado pela CDH, tendo sido aprovado Parecer favorável com a Emenda nº 1-CDH.

2- Na 27ª Reunião da CRA realizada em 06/08/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Lasier Martins e Waldemir Moka, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno Senado Federal.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Já foi lido o relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador José Medeiros, que passa a constituir o parecer da CRA pela aprovação do PLC nº 74, de 2014, nos termos da Emenda nº 01, da CDH e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Eu queria agradecer ao Senador Paulo Rocha, ao Senador Dário Berger, ao Senador Wellington Fagundes, ao Senador, ao Senador Moka, ao Senador Blairo Maggi, ao Senador Caiado e Senador Acir Gurgacz, porque

acabamos de aprovar o projeto das micro usinas, com muita alegria, renovando os cumprimentos a V. Exª, que é o nosso Vice-Presidente.

Aprovada, também, a matéria.

Item 3:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 49, de 2015, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta.

Observações:

1- Na 36ª Reunião da CRA realizada em 01/10/2015, a Presidência concede Vista aos Senadores Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno Senado Federal.

2- Na 46ª Reunião da CRA em 26/11/2015, foi realizada a Audiência Pública, solicitada pelo Senador Donizeti Nogueira, para instrução do Projeto, nos termos do Requerimento nº 69, de 2015.

Sobre a mesa voto em separado apresentado pelo Senador Donizeti Nogueira, que foi subscrito pelo Senador Paulo Rocha, que tem a palavra para leitura do Voto em Separado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Donizeti está no exterior, mais precisamente na França, em encontro sobre a questão ambiental internacional, fazendo parte da Comissão brasileira.

Vou, portanto, subscrever o seu voto, que se contrapõe ao voto do Senador Ronaldo Caiado. Ele é pela aprovação e este voto é pela rejeição.

Não se pode deixar de reconhecer o melhor esforço realizado pela relatoria no sentido de aprimorar o texto inicial da proposta que se examina na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a quem compete opinar sobre segurança alimentar e comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, nos termos dos incisos IV e VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Entretanto, entendemos que escapou à análise apresentada um aspecto essencialmente controverso do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, que nos coloca diante da indesejável possibilidade de violação do princípio do tratamento nacional, ao qual o Brasil está obrigado pelos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC). Nesse ponto, estamos em total consonância com o entendimento do Ministério das Relações Exteriores (MRE), assim como nas posições defendidas pelo Ministério de Agricultura e Reforma Agrária e do Ministério da Indústria e Comércio em audiência pública realizada no âmbito desta Comissão para a instrução da matéria.

Com efeito, ressalta o Ministério de Relações Exteriores que a violação de normas às quais o Brasil está internacionalmente vinculado é uma forma grave de injuridicidade, que pode gerar a responsabilização internacional do País. A conversão da proposição em norma jurídica exporia imediatamente o Brasil a possíveis ações, tanto no âmbito da OMC quanto no do Mercosul, com escassa possibilidade de defesa. Tais litígios poderiam levar o País a sofrer sanções comerciais por parte de importantes mercados consumidores de produtos brasileiros, como os Estados Unidos da América, a União Europeia e a Argentina.

Chamamos enfaticamente a atenção para esse risco porque o vício em que recai a proposição é particularmente grave, pois a violação ao princípio do tratamento nacional está explícita em seu texto, que afirma com toda clareza que as disposições apenas se aplicariam a produtos importados, não a seus similares domésticos, implicando, portanto, uma violação *de jure*, isto é, que não depende da forma como a norma seja aplicada, o que poderia ensejar uma condenação sumária no âmbito da OMC, sem a necessidade de apresentação de evidências de tratamento discriminatório. Além disso, a proposição viola o Acordo sobre Implementação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC (Acordo SPS), segundo o qual os países devem garantir que qualquer medida sanitária ou fitossanitária seja aplicadas somente com base em princípios científicos e na medida necessária para proteção da saúde humana, animal ou vegetal, que é um acordo de grande relevância para a proteção dos interesses da indústria agroexportadora brasileira.

Se o projeto de lei apresentado tem o mérito de visar a proteger a saúde do consumidor brasileiro, conflita, porém, com normas internacionais sobre a matéria, tanto da OMC quanto das organizações internacionais de

referência ao Acordo SPS, e, ainda, as do Mercosul. O Brasil tem historicamente atribuído elevada importância ao cumprimento dos princípios e regras do sistema multilateral de comércio, não só pelo próprio País como também por seus parceiros comerciais. Dessa forma, tem-se logrado aumentar as exportações brasileiras de produtos agrícolas e reduzir barreiras sanitárias injustificadas. No Mercosul, em um momento em que se discute a superação de assimetrias no interior do bloco, a integração produtiva e a notificação e progressiva eliminação de restrições não tarifárias, a aprovação do Projeto de Lei traria prejuízos às relações políticas e comerciais do Brasil com seus vizinhos, uma vez que as novas exigências serão fatalmente encaradas como restrições disfarçadas ao comércio e um retrocesso brasileiro nos temas mencionados.

A proposição estabelece as seguintes condições para a comercialização, estocagem, processamento, industrialização, acondicionamento e trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários e seus derivados importados: i) análise de resíduos de substâncias tóxicas, cujo laudo ateste que eventuais resíduos estejam dentro de limites estabelecidos em regulamento; e ii) inspeção sanitária, cujo laudo ateste a inexistência de infecções ou infestações por parasitas. As emendas ao projeto acrescentam que as referidas condições são aplicáveis aos "produtos agropecuários e seus derivados e subprodutos, importados de outros países nas formas *in natura* ou semiprocessada". Com isso, os produtos industrializados na origem deixariam de estar sujeitos à norma.

É importante ressaltar que, conforme a redação proposta, que não menciona a possibilidade de se estabelecer controles por amostragem, as exigências seriam aplicáveis a todos os carregamentos de produtos agropecuários não processados destinados à importação pelo Brasil. Isso resultaria em elevação dos custos de inspeção e realização de exames laboratoriais, tornando o preço final dos produtos importados menos competitivo no mercado interno. Com isso, ao impor aos produtos importados ônus não aplicável ao produto similar doméstico, o texto afronta diretamente, de forma evidente, o princípio do tratamento nacional, estabelecido no art. III do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio da OMC (GATT).

Segundo o Acordo sobre Implementação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, os países devem garantir que qualquer medida sanitária ou fitossanitária seja aplicada somente com base em princípios científicos e na medida necessária para a proteção da saúde humana, animal ou vegetal, art. 22.

Não parece clara, do ponto de vista científico, a necessidade de que a totalidade dos produtos agropecuários exportados sejam inspecionados. É preciso levar em conta que há produtos que não sofrem tratamento com substâncias tóxicas ou que, por sua natureza, não são suscetíveis a determinados tipos de contaminação por infecções ou parasitas. Além disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), já tem critérios definidos para conduzir processos de análise de risco de importação dos produtos, no quais se determina o grau de controle necessário para cada produto agropecuário, de acordo com a sua origem.

Ainda segundo o Acordo SPS, as medidas sanitárias ou fitossanitárias não devem, arbitrariamente ou injustificadamente, promover discriminação entre o país importador e os demais, nem ser aplicada de modo que resulte em restrições disfarçadas ou comércio internacional. Ao estabelecer seu nível de proteção sanitária ou fitossanitária, os países devem levar em conta o objetivo de minimizar efeitos comerciais negativos.

O Anexo C do Acordo SPS estabelece que procedimentos de controle em inspeção de produtos não devem ser realizados de maneira desfavorável aos produtos importados, em relação aos produtos equivalentes domésticos, e devem ser limitados ao razoável e necessário. A inspeção da totalidade dos produtos agropecuários importados, como sugere o projeto de lei em apreço, não está em conformidade com essas exigências do acordo do SPS. O acordo do SPS determina igualmente que os países deverão, durante as análises de risco, levar em conta a prevalência de doenças em determinadas regiões, por meio da definição de áreas suscetíveis ou livres de determinadas doenças.

Desse modo, o importador deve tratar de modo diferenciado produtos que são originários de regiões ou zonas definidas como livres de certas enfermidades. Esse princípio da regionalização é defendido pelo Brasil e permite, por exemplo, que se exporte carne produzida em Santa Catarina, Estado livre de febre aftosa, sem vacinação, para países que mantêm restrições a outros Estados brasileiros, onde a doença é controlada por meio da vacinação. A lei proposta não parece admitir exceções dessa natureza e iria de encontro a esse princípio tão importante para o comércio exterior agrícola brasileiro.

Outro fator importante a se levar em consideração é que as medidas sanitárias e fitossanitárias adequadas, adotadas pelos países, devem ser baseadas em padrões, diretrizes ou recomendações técnicas definidas pelas organizações internacionais relevantes. Recorde-se que as organizações internacionais de referência para o Acordo SPS são a Convenção Internacional para a Proteção de Vegetais, a Organização Mundial de Saúde de Animal e o *Codex Alimentarius*. Essas organizações de referência já estabeleceram normas e diretrizes para grande parte dos produtos agropecuários transacionados no comércio internacional. Especificaram ainda procedimentos para serem seguidos para análise e gestão de riscos, com vistas a assegurar a saúde do consumidor,

dos animais e a sanidade vegetal, bem como para evitar restrições desnecessárias ao comércio internacional de produtos agrícolas e alimentos.

Medidas mais restritivas do que as definidas pelas organizações de referência somente poderiam ser dotadas no caso de haver justificativa científica para tanto. O projeto de lei prevê que a regulamentação dessa lei deverá estabelecer os limites máximos de resíduos químicos que poderão ser tolerados em produtos agropecuários e seus derivados, sendo zero a tolerância para dioxinas e para princípios ativos de agrotóxicos ou afins não registrados no Brasil.

Deve-se ter em conta que os limites máximos de resíduos são definidos tanto em nível internacional, pelas organizações de referência acima citadas, quanto no plano doméstico, por meio de realização de estudos científicos apropriados.

A tolerância zero para determinadas substâncias deveria ser, se for o caso, definida por atos normativos que não demandem um rito processual complexo para serem modificados, tendo em vista a adoção de novas normas sobre essas substâncias em fóruns internacionais.

Recorde-se a exigência de se fundamentarem, com base científica, eventuais medidas mais restritivas do que as de organizações de referência.

A injuridicidade da proposição poderia, teoricamente, ser amenizada pela retirada das expressões "importados de outros países" e "importadas de qualquer país", de forma que seus requisitos aplicar-se-iam, indistintamente, a todos os produtos comercializados no território nacional, inclusive os de origem doméstica.

Além disso, seria necessário propor uma emenda possível após o art. 4º com o seguinte teor: A aplicação dessa lei far-se-á em estrita conformidade com o dispositivo do acordo sobre implementação de medidas sanitárias e fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio. No entanto, mesmo assim a medida traria significativo embaraço à comercialização dos produtos agropecuários e seus derivados, bem como considerável elevação de custos de inspeção e realização de exames laboratoriais que muitas vezes seriam tecnicamente injustificáveis do ponto de vista científico.

Em suma, a posição contrária à proposição pauta-se nos graves vícios de juridicidade apontados que representam afronta evidente às normas internacionais às quais o Brasil está vinculado e que tem todo o interesse de defender com a melhor forma, inclusive, de proteger os interesses dos produtores domésticos contra eventuais medidas protecionistas ilegais de terceiros países.

Pelo exposto, Presidenta, votamos pela rejeição do PLC nº 49/2015.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Paulo Rocha, que apresentou o relatório em nome do Senador Donizeti Nogueira. É um voto em separado ao relatório do Senador.

Com a palavra o Relator, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, demais pares, é com o maior respeito ao parecer do Senador Donizeti e também à leitura feita pelo colega Paulo Rocha que quero deixar claro que esse é um assunto muito trabalhado por um colega pelo qual nós temos não só muito respeito, como também admiração pelo que contribuição que tem dado à agropecuária brasileira, com o seu cuidado especial, com a sua dedicação quase que em tempo exclusivo – o Deputado Luis Carlos Heinze. Eu sei que esse projeto foi construído a quatro mãos, ele teve o cuidado de realmente buscar toda a argumentação necessária para que o Brasil também possa ter as condições mínimas necessárias para garantir que situações como Chernobyl não se repitam mais no País, e que nós tenhamos a exigência de que esses controles sejam feitos pelo Governo brasileiro.

Como tal, Presidente, eu solicito aos demais pares a aprovação do parecer que apresentei à Casa em relação ao Projeto de Lei nº 49/2015, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, eu tive a oportunidade de discutir esse projeto também na Comissão de Agricultura, e acho que a iniciativa parlamentar vem exatamente suprir as lacunas que não estão previstas na normatização e na legislação.

Portanto, eu acho que, como disse aqui o Relator, isso aqui foi um projeto discutido com toda a Comissão de Agricultura, em várias audiências, portanto, eu também fico com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Ronaldo Caiado. (*Pausa.*)

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com o voto em separado do Senador Donizeti Nogueira, está aprovado o relatório do Senador Ronaldo Caiado para constituir o parecer da CRA pela aprovação do PLC nº 49/2015, com a Emenda nº 1 da CRA, com o voto contrário do Senador Donizeti Nogueira, apresentado pelo Senador Paulo Rocha.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Quero cumprimentar também o esforço feito pelo Senador Donizeti. Mesmo estando numa missão do exterior, enviou um representante, um Relator *ad hoc* do seu voto em separado, também chegou a propor uma alternativa com um detalhamento de submeter às regras internacionais da OMC, na questão da fiscalização. Mas esse assunto tem que merecer... porque, muitas vezes, Senador Paulo Rocha, nós importamos produtos de origem vegetal que usam agroquímicos não permitidos no Brasil. Penso que tenha sido essa a questão relacionada.

Então, agradeço muito.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com Quatro Emendas que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

Com a palavra o Relator, o Senador Acir Gurgacz, para proferir seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para dividir a alegria com V. Exª e meus colegas, acaba de nascer meu neto Davi, na cidade de Cuiabá. Felicidades para ele, vida longa!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns ao vovô!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com certeza, mais um agricultor. Parabéns à Bárbara e ao Andrezinho, meu filho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Certamente. Parabéns, Senador!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Com certeza, mais um eleitor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com certeza, com todos os direitos e obrigações que a vida vai lhe reservar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Daqui a 16 anos, já está pedindo voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimentos ao Davi, que seja iluminado pela sabedoria e pela competência.

Com a palavra, o Senador Relator Acir Gurgacz.

Dois presentes, um projeto e um neto, do Senador Blairo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meus cumprimentos ao nosso colega Senador Blairo Maggi e toda sua família, pelo nascimento do seu neto.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, do Senador Blairo Maggi, cujos arts. 1º e 2º modificam a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural. O art. 3º promove alterações na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. E o art. 4º trata da cláusula de vigência.

Em sua justificação, o autor do projeto alude que a finalidade da iniciativa é dar dinamismo ao setor primário, para que mais oportunidades de empregos sejam criadas. Ele entende que a proposta é capaz de assegurar a melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural e de sua família, bem como de possibilitar a plena regularização dos contratos de trabalho rural e a eliminação dos conflitos decorrentes da indiscriminada extensão da legislação trabalhista urbana ao contrato rural pelo Constituinte de 1988.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 1.013, de 2012, de desapensamento, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, os Projetos de Lei do Senado nºs 130 e 208, de 2012, voltaram a ter tramitação autônoma. Com a aprovação dos Requerimentos nºs 1.174 e 1.175, de 2013, de autoria do Senador Wellington Dias, o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, será apreciado inicialmente por esta Comissão, posteriormente pela CDH, CCJ e CAS.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

Análise, Sr. Presidente.

Concordamos plenamente com os termos da minuta de parecer apresentada pelo Senador Sérgio Souza, que, infelizmente, não foi apreciada por este colegiado. Sua análise se mostrou percuciente, razão pela qual reapresentamos seus argumentos.

A alteração da legislação trabalhista rural se faz necessária, em face à adequação às suas peculiaridades. A Constituição Federal estendeu todos os direitos trabalhistas urbanos ao trabalhador rural. Apesar da excelente intenção do constituinte originário, o trabalho no campo possui peculiaridades em relação ao trabalho urbano. Assim, é necessário um tratamento diferenciado, tendo em vista a melhor aplicação dos direitos dos trabalhadores rurais às especificidades do seu local de trabalho.

E é com essa finalidade que o PLS em análise propõe a adequação dos direitos dos trabalhadores rurais.

Primeiramente, a iniciativa prevê, na modificação do art. 5º, da Lei nº 5.889, de 1973, a duração de oito horas diárias de trabalho. Do mesmo modo, no caso de jornada superior a seis horas, o trabalhador deverá ter um descanso para a alimentação e repouso, de acordo com o uso e costumes do local da prestação do serviço, assim como deverá ser protegido das condições climáticas adversas que podem colocar a saúde do trabalhador em risco.

As horas diárias, assim como o descanso propostos no *caput* já existem, tanto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto na Lei nº 5.889, de 1973. A grande modificação está na inclusão da expressão "assim como das condições climáticas", além da extensão da hora de descanso que antes tinha como limite máximo duas horas. Destarte, esse repouso poderá ser de no mínimo uma hora e de no máximo quatro horas, constando do contrato individual de trabalho, quando exceder a duas horas.

Essa é uma importante modificação, uma vez que os trabalhadores rurais são mais expostos diretamente às condições climáticas. Assim, a previsão de um maior descanso tem por finalidade amenizar o desgaste devido à exposição ao calor ou ao frio excessivos, dependendo do local da prestação dos serviços.

Da mesma forma, o art. 5-A traz a previsão de extensão da jornada diária do trabalho no caso de necessidade imperiosa, em face de força maior ou causas acidentais, tendo por finalidade a execução de serviços inadiáveis, ou cuja execução possa acarretar prejuízo manifesto. Apesar de já constar na CLT, a presente modificação vem estabelecer os conceitos de "necessidade imperiosa" e "conclusão de serviços inadiáveis", acabando com a interpretação contrária da fiscalização, que entende que o art. 61 da CLT não se estende ao trabalho no campo. Como dito anteriormente, o trabalho rural é realizado a céu aberto, exposto, portanto, às condições climáticas, que são incontroláveis pelas pessoas. A inexecução de um serviço inadiável, emergencial, pode acarretar a perda de uma safra inteira, ocasionando prejuízos incalculáveis.

No que diz respeito ao art. 6º-A, devemos incluir no § 1º a exceção prevista no § 2º do projeto, uma vez que o trabalhador tem o direito que o repouso semanal remunerado caia, pelo menos, em um domingo ao mês.

Da mesma forma, a modificação do art. 9º e seus parágrafos da Lei nº 5.889, de 1973, prevê a não integração à remuneração quando da cessão ou fornecimento de moradia e infraestrutura básica ao empregado, uma vez que condição essencial para o trabalho em razão da distância entre a execução deste e a residência do obreiro.

A modificação se sujeita à desnecessidade de procedimento burocrático para a caracterização da condição essencial de prestação do serviço, visto que, quando a distância entre a prestação deste e a residência do trabalhador, impossibilita o mesmo de voltar diariamente à sua casa, caracteriza, por si só, a não integração do "benefício" concedido pelo empregador ao obreiro, não sendo necessário conter em contrato escrito celebrado entre as partes, com testemunhas e notificação obrigatória ao respectivo sindicato de trabalhadores rurais.

Outra modificação do referido artigo é no que tange às horas *in itinere* – que é o tempo gasto da residência do obreiro ao local de prestação dos serviços. Elas são previstas no § 2º do art. 58 da CLT, e têm como regra o não cômputo das horas de deslocamento na jornada de trabalho. A exceção é a parte final do § 2º, que alude que, quando o local for de difícil acesso ou não servido por transporte público, e o empregador fornecer o transporte, as horas *in itinere* serão computadas na jornada de trabalho.

Assim, entendemos que o fornecimento de transporte é um serviço público, portanto de responsabilidade do Estado. À luz do art. 175 da Constituição Federal de 1988, é obrigação do Poder Público a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. Via de regra, a delegação de serviços públicos acontece quando há interesse, tanto do Poder Público em desonerar-se do serviço, quanto do particular em explorar economicamente o serviço posto à disposição. A inexistência do interesse do particular não exime o Poder Público de prestar o serviço à população. Pelo contrário, ele o deverá prestar de forma direta.

Diante disso, não incumbe ao empregador fornecer transporte aos empregados diante da omissão e da negligência do Poder Público em oferecer serviços essenciais de sua competência. Portanto, quando um em-

pregador assume essa atitude louvável de oferecer transporte aos seus empregados, ele estará propiciando uma melhor comodidade e rapidez no trajeto até o serviço, além de diminuir o desgaste físico destes, respeitando, assim, o princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, constante no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Em razão disso, devemos modificar o entendimento da legislação em vigor, a qual prevê a punição do empresário que fornece condução aos seus empregados que, apesar de oferecer verdadeira comodidade e conforto a estes, arcando com todos os custos de tal transporte, é punido com a obrigatoriedade de integrar o tempo de deslocamento à jornada de trabalho do empregado, além de, muitas vezes, ter que arcar com o pagamento de horas extras.

O projeto ainda acrescenta o art. 19-A à Lei nº 5.889, de 1973, trazendo a possibilidade de terceirização da atividade fim, desde que inexistente a subordinação e a pessoalidade – requisitos configuradores da relação de emprego, em uma situação especialíssima, qual seja a atividade rural produtiva dependa da utilização de maquinários e equipamentos de propriedades de terceiros.

No mundo competitivo em que vivemos, a busca por novas tecnologias e novos mercados é essencial para a empresa se manter ativa na concorrência. Não há mais que se falar em terceirização apenas da atividade meio diante de uma crise global em que as empresas buscam a redução de custos para otimizarem sua produção, sem ter que reduzir drasticamente sua folha de pagamento com empregados.

A terceirização da atividade fim nessa hipótese permitirá o acesso do pequeno produtor rural à alta tecnologia. Podemos citar a terceirização de colheitadeiras de alto custo, assim como aviões que aplicam defensivos agrícolas. Esses equipamentos se deterioram com o desuso. A terceirização desse tipo de atividade aumentará a produção desses pequenos produtores, além de abrir mais um ramo de serviço para outras empresas. Em um país em que cerca de 80% dos produtores rurais são considerados pequenos ou médios, isso representaria um significativo aumento na produção. A terceirização não contrata gente, mas serviços.

Não se pode olvidar que a terceirização oferece diversas vantagens para a atividade econômica: a) melhoria da qualidade do produto ou serviço vendido, e também a produtividade; b) transformação dos custos fixos em custos variáveis; c) redução do preço final do produto ou serviço (competitividade); d) investimentos específicos em pesquisa de tecnologia, para a criação de novos produtos; e) diminuição do espaço físico ocupado da empresa (de pessoal e material, inclusive estocagem), com consequente decréscimo do número de acidentes de trabalho, etc.

É importante salientar, também, que o vínculo trabalhista se verifica entre a prestadora de serviços e o empregado. É entre eles que existem todos os requisitos configuradores da relação trabalhista, sem os quais o vínculo não existiria.

No que tange à empresa tomadora de serviços, ditos requisitos inexistem, posto que o empregado terceirizado é subordinado juridicamente à empresa prestadora de serviços com a qual celebrou contrato de trabalho em troca de uma contraprestação pecuniária, bem como todos os direitos trabalhistas que o instrumento normativo e a lei lhe conferem. A responsabilização subsidiária protege o trabalhador, porquanto lhe dará segurança jurídica quanto à percepção dos seus direitos trabalhistas, uma vez que possibilitará a execução da empresa tomadora de serviço, se frustrada a primeira execução contra a empresa prestadora de serviço.

O parágrafo único do referido artigo em análise dispõe sobre a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço no que se refere às obrigações trabalhistas, nos moldes da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O PLS nº 208, de 2012, prevê, nesse aspecto, a recontratação do safrista antes do prazo de seis meses previstos na CLT. Essa modificação tem por finalidade a não migração do trabalhador para outra fazenda ou outro Estado, modificando o tratamento igualitário entre campo e cidade, em que, nesta última, a sazonalidade é exceção, enquanto que, na primeira, é a regra.

Com efeito, entendemos não ser adequado o acréscimo do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 5.889, de 1973. Ele prevê que:

> Quando não colidir com interesses assegurados aos empregados rurais, o empregador rural devidamente inscrito nos órgãos próprios dos Municípios, Estados ou União, será considerado pessoa jurídica de direito privado, para todas as finalidades legais.

Temos que levar em conta que cerca de 80% dos produtores rurais são pessoa física, e se beneficiam de sistemas de fomento ao produtor pessoa física, como no caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. O Pro-

naf concede crédito tanto para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, assim como para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Além disso, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alude que são considerados segurados especiais a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária em área de até quatro módulos fiscais, entre outras hipóteses.

Desse modo, a modificação pretendida pelo PLS impedirá o acesso dos agricultores familiares em programas de fomento à produção agrícola, assim como extinguindo a classe de segurados especiais do sistema previdenciário, ferindo o caráter solidário da seguridade social.

Essa previsão do parágrafo único incluiria a maioria dos produtores rurais na classificação de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ser optantes do Simples Nacional, o que os isentaria das contribuições sociais estabelecidas pela União, entre elas, a contribuição sindical patronal, na forma do § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

A lei citada não restringe o alcance da expressão "demais contribuições estabelecidas pela União", assim, em uma interpretação extensiva, esse recolhimento não será obrigatório. Ademais, o Ministério do Trabalho e Emprego, em nota técnica, já se posicionou sobre a inexigibilidade do recolhimento da contribuição.

Pelas mesmas razões, opinamos pela não aprovação da modificação referente ao inciso I do §3º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000.

Pelas mesmas razões, opinamos pela supressão, no art. 3º do PLS nº 208, de 2012, da redação proposta para o inciso I do §3º do art. 2º da Lei nº 10.101, de 2000.

Quanto à alteração proposta ainda no art. 3° do PLS em exame para o §2° do art. 3° da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, torna-se essencial sua supressão, em razão do advento da Lei nº 12.832, de 20 de junho de 2013, que promoveu as alterações pleiteadas na Proposição. Dessa forma, todo o conteúdo do mencionado art. 3° do PLS n° 208, de 2012, deve ser suprimido, sem prejuízo aos objetivos iniciais.

Finalmente, para superar a contradição existente entre os dois parágrafos do art. 6º-A que a proposta pretende inserir na Lei nº 5.889, de 1973, suprimimos na redação do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, o §1º do aludido art. 6º-A, renumerando-se o §2º remanescente como parágrafo único. A alteração busca assegurar que o direito do trabalhador ao repouso semanal remunerado se dê, pelo menos, em um domingo de cada mês.

O voto, Srª Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com as seguintes emendas:

Emenda nº - CRA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural."

Emenda nº - CRA

Suprima-se, na redação do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, a inserção do parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

Emenda nº - CRA

Suprima-se, na redação do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, o §1º do art. 6º-A que a proposta pretende inserir na Lei nº 5.889, de 1973, e renumere-se o §2º remanescente como parágrafo único.

Emenda nº - CRA

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, e renumere-se o art. 4° para art. 3°.

Esse é o voto, Srª Presidente.

Foi extensa, mas entendi ser necessário fazer esta leitura, pois este projeto – como todos, claro, todos são muito importantes – é realmente muito importante para regularmos as relações entre trabalhador e empregador rurais, para melhorarmos a produção agrícola em nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero cumprimentá-lo pelo detalhamento, era necessária mesmo essa apresentação.

Está em discussão.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Senador Blairo, Senador Paulo Rocha, Senador Caiado, para discutir.

Pela ordem: Senador Blairo em primeiro lugar, Senador Paulo Rocha, Senador Caiado e Senador Dário Berger.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz por seu relatório. Como dito, um relatório extenso, mas com consistência. Essa é uma matéria que nós discutimos muito e é muito reclamada pelos setores que trabalham na agricultura.

O que acontece é que a legislação equipara o trabalhador rural ao trabalhador urbano. As condições são diferentes, não dá para comparar duas coisas diferentes com a mesma regra. Então, ao propor esse projeto, e agora vindo com as modificações aqui colocadas, tenta-se, em determinados momentos, equiparar algumas coisas e, em outros, separar algumas coisas que são necessárias.

Por exemplo, trouxe aqui o relatório, sobre as horas *in itinere*.

Uma fazenda que está há alguma distância das cidades – e isso acontece muito em Mato Grosso, meia hora de ônibus, 40 minutos ou coisa parecida –, hoje o empregador tem que considerar as horas *in itinere*. Mas ele não gostaria de fazer esse transporte, ele só faz porque o Poder Público não está ali, se o Poder Público estivesse fazendo o transporte, ou houvesse uma concessão ou alguém fazendo o transporte rodoviário, ele daria o vale-transporte, a pessoa desceria na porta da sua propriedade e, a partir do momento em que ele adentrasse a propriedade, ele bateria o cartão de ponto, passando a valer as horas dele. Então, são essas as diferenças. Na cidade, a pessoa levanta às 4 horas da manhã, pega três ônibus para chegar às 8 horas no trabalho, e não existe essa questão de horas *in itinere*. Na agricultura, sim. Então, é uma coisa que nós buscamos aqui adequar.

Outra situação também é a das horas de descanso, por exemplo. Nas horas de descanso, em determinados momentos, na agricultura – aliás, não em momento determinado, porque nós nunca controlamos o tempo –, nós temos que acelerar o plantio, temos que acelerar a colheita e, em muitos momentos, as horas se vão no trabalho e você não fez absolutamente nada. Então, sempre por convenção, como pede a CLT, há a possibilidade de, no momento do descanso do almoço, você ampliar: o trabalhador fica descansando, em condições, como é dito aqui, climáticas arrumadas, ajeitadas, ele fica ali descansando e, após esse descanso, se houver as condições de trabalho, ele poderá exercer as horas que ele tem de cumprir como obrigação de contrato. Então, são arrumações que foram feitas aqui justamente para modernizar e, como dito, em determinados momentos, você separa da coisa urbana, em outros, você faz a equiparação. Mas é importante deixar claro que a situação do campo é sempre muito diferente da situação das cidades.

Infelizmente, a nossa legislação, hoje, considera tudo na mesma forma, igual, e aí nós temos tratamento desigual, que traz muitos problemas não só para o empregador, mas para o empregado também. Então, não é uma situação que venha para benefício de um só. E outra: esse é um projeto que ainda vai andar por várias comissões, e vai ser terminativo lá na CAS, onde a questão social propriamente será discutida. Lá nós teremos oportunidade de debater e defender o relatório do Senador Acir Gurgacz, que será, certamente, feito por outro Senador naquela Comissão. Vamos aguardar, então, o processo lá.

Aqui, eu gostaria de pedir o voto dos colegas para que a gente pudesse aprovar a matéria.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Srª Presidente, nobres pares, eu passei cinco mandatos na Câmara Federal, lá na Comissão de Trabalho, e me dediquei muito a essa questão, porque venho da área sindical, a questão da relação capital e trabalho. Eu sou gráfico, venho da área urbana, mas me dediquei muita a essa questão das relações de trabalho no campo, uma vez que venho de um Estado que tinha problemas sérios nesta área.

Nesse debate lá – não embate, mas debate –, estava do outro lado o agora Senador, então Deputado à época, Ronaldo Caiado, e fizemos um debate muito importante nessas relações do campo e chegamos, inclusive, a um acordo na legislação mais dura sobre a questão do combate ao trabalho escravo. É produto, e já está na Casa, um projeto de lei que tenta resolver, eu diria, um sombreamento, e tem razão o Ronaldo, o Senador Ronaldo – e falo Ronaldo porque já temos até uma relação, apesar dos embates, de amizade – em relação ao trabalho escravo, porque não demos conta de buscar uma legislação que elucidasse o sombreamento entre o trabalho exaustivo e o trabalho degradante. Esse projeto que está aqui tenta resolver essa questão.

Aqui, o debate é exatamente sobre essa questão da jornada de trabalho.

Se o interesse aqui, a sugestão ou a concepção é buscar mais proteção e mais emprego no campo, no que se refere ao trabalhador, eu não me contraponho. Tenho a preocupação de que, realmente, não torne a passar de oito horas para dez, doze horas, essa questão do trabalho exaustivo. Por isso, tem que haver legislação capaz de proteger essa questão do trabalho exaustivo.

Mistura aqui, que eu acho que o Senador Blairo Maggi tem razão, essa questão da hora *in itinere*. Eu conheço muito bem isso. Principalmente lá na nossa região, Senador Blairo Maggi, se confunde também com as grandes empresas de mineração, que também têm o mesmo problema. Aí já é uma disputa entre a subempreiteira e as grandes empresas de mineração. Também pela ausência de transporte público, há essa questão.

Mas queria levantar duas coisas, sem me contrapor e fugir do debate. Primeiro, o item 5 e o item 4, de diferentes autores, tratam da mesma matéria. O autor de uma é o Senador Blairo Maggi e o de outra, o Senador José Medeiros. Acho que tratam exatamente da mesma coisa. A minha sugestão seria apensar, para fazer um debate único e resolver, para não cometer o erro de legislações contraditórias no mesmo tema. Eu não sei se já houve debates maiores aqui com os setores.

Senador Blairo Maggi, eu sou daquela concepção de que o Estado deve reger normas gerais de proteção às partes. No entanto, essas coisas específicas eu deixaria – sou daquela visão do sindicalismo –, porque se resolvem essas coisas entre o capital e trabalho na relação de sindicato para sindicato, negociações específicas, essa coisa de safra ou de período. Por exemplo, trabalhar na soja é diferente de trabalhar na laranja, é diferente de trabalhar, lá no Norte, no apanhamento da castanha.

Enfim, eu diria que, quanto a uma legislação capaz de abranger como generalidades o País todo, eu tenho preocupações. Por isso eu me permitiria aqui pedir vista, mas também o apensamento das duas matérias, se for o caso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para discutir também.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu quero aplaudir a iniciativa do Senador Blairo Maggi e também o relato feito pelo nosso Senador Acir Gurgacz.

Quanto ao fato levantado pelo Senador Paulo Rocha, eu acho que merece uma atenção especial nossa. Se nós estamos aqui dispostos, como disse ele, de não amanhã confundirmos os sinais entre problemas trabalhistas e aqueles em que os produtores rurais são rotulados dentro de um viés muito mais ideológico, que é tentando transformá-los em escravocratas, é fundamental que possamos fazer as modificações da legislação trabalhista. É fundamental!

Como muito bem colocou aqui o Senador Blairo Maggi, é impossível nós queremos adequar uma realidade, que é o setor urbano, e transferi-la para o setor rural, ainda com exigências e penalizações maiores de um setor que sofre influência de questões climáticas. Uma fábrica de parafuso, uma fábrica de automóvel está produzindo dentro daquelas condições ali, da cobertura, de um galpão, hora de chegada, hora de saída.

Ora, se não adequarmos isso ao setor, o que estamos fazendo? Estamos fazendo uso de uma legislação que não encaixa, é totalmente incongruente com a nossa realidade. Ela só faz criar, cada vez mais, impasses, cada vez mais levando a penalizações milhares de produtores rurais, principalmente quando, muitas vezes, são listados por questões trabalhistas, previamente, dentro do Ministério do Trabalho, como a lista negra de trabalho escravo, excluindo 100% do crédito e não sendo dada a eles sequer a condição de defesa.

A emenda à Constituição que nós aprovamos e que foi muito bem alterada pelo Senado Federal foi fruto de um acordo na Câmara dos Deputados, que fiz com o Senador Paulo Rocha, mas que, infelizmente, em plenário, não foi cumprido. A matéria exige que haja o transitado em julgado. Ou seja, hoje, o produtor rural é julgado de maneira inquisitiva. Ele não tem direito a defesa. Chega lá um batalhão do Ministério do Trabalho, da Receita ou da Polícia Federal e simplesmente define que aquele cidadão já está punido, julgado e condenado. Dele são retiradas todas as prerrogativas que a Constituição garante a todo cidadão, seja ele o maior traficante de drogas, o maior assassino ou que tenha cometido a maior barbaridade. Todos só podem ser condenados depois do transitado em julgado.

Essa situação foi para o campo ideológico. O que os Senadores Blairo Maggi e Acir Gurgacz sugerem é nós trazermos essa realidade para o campo, descrevermos a capacidade de o cidadão incluir no seu dia a dia, na sua rotina, como as coisas acontecem no setor rural e que possa ser competitivo, o que outros países já aplicam atualmente.

Para se ter uma ideia, Presidente, hoje, no Brasil, há 3 milhões de ações trabalhistas por ano – 3 milhões de ações trabalhistas por ano! Nos Estados Unidos, 200 mil. No Japão, menos de 100 mil. Essa situação toda vai criando um passivo em que, amanhã, o cidadão não saberá o que tem na sua propriedade. São multas estratosféricas e julgamentos preconcebidos. Portanto, ou vamos ter coragem de enfrentar o debate e ter uma consequência prática entre o que é possível e como funciona o setor ou estaremos cada vez mais proliferando a discórdia, o dissenso e a falta de capacidade do setor rural em absorver todas essas exigências e ser competitivo internacionalmente.

Essa é a ponderação que faço. Se for mantida a vista do nobre Senador Paulo Rocha, quero pedir vista conjunta. E quero dizer que apoio, aplaudo e acredito que nós, como Senadores, temos a responsabilidade de

avançar na legislação trabalhista a fim de tirar o setor rural do gargalo que o vem impedindo de ser ainda mais competitivo e de cada vez mais dar oportunidade de melhoria tanto ao trabalhador como ao cidadão que vai consumir o produto, com produtividade maior e preço menor.

Muito obrigado, Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

Parabenizo e apoio o projeto e o parecer do Senador Acir Gurgacz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, vou procurar ser bem objetivo, mas quero parabenizar também o Senador Acir Gurgacz, relator de inúmeros projetos importantes aqui no Senado Federal, dentre os quais este. E quero enaltecer muito a iniciativa de S. EXª. Considero o projeto oportuno, criativo, inteligente, inovador, moderno, ousado inclusive, e sobretudo corajoso. Diga-se de passagem, características próprias mesmo do Senador Blairo Maggi, um homem bem-sucedido, que traz um relevo todo especial à nossa Comissão e ao Senado Federal.

Além disso, é muito importante nós atualizarmos a relação de trabalho não só no campo. Há quanto tempo ouvimos que o Brasil precisa de reformas estruturais? Desde que eu era menino. Quando resolvi entrar na vida pública, meu pai disse: "Meu filho, não vá!". Porque o grande problema do Brasil é o setor público.

E eu, aqui no Senado, me convenço cada vez mais de que ele tinha razão, 30 anos atrás. O setor público consome muitos recursos, é incapaz, é improdutivo, é ineficiente, é burocrático. E, o que é pior, em relação às instituições, quanto mais o tempo passa, Senador Caiado, penso que, ao invés de nós reduzirmos, nós estamos aumentando os conflitos, e cada vez está mais difícil avançarmos. Isso torna o País cada vez menos competitivo não apenas no mercado interno, mas sobretudo no mercado internacional, onde está havendo a consolidação da globalização dos negócios. O Brasil precisa se modernizar para enfrentar esses desafios, coisa que não está acontecendo no momento.

O tempo passa e a vida se renova a cada dia. A maior prova disso é o nascimento agora do neto do Senador Blairo Maggi, o Davi, que possivelmente vai ser, no futuro, uma grande liderança política também. Mas assim como a vida se renova, Senador, surgem também novos conceitos, novas lideranças. Conceitos que até anos atrás eram consolidados na nossa consciência hoje já não são mais importantes e vigentes de tal forma que possam atender às nossas necessidades. Então, nós precisamos renovar os conceitos. E aqui, na verdade, é uma renovação de conceito.

Chamou-me muito a atenção o viés muito mais social, que quero destacar no projeto do Senador Blairo Maggi. Partindo de um empresário, um grande empresário consagrado, nós temos que louvar, numa demonstração de que sua atitude não é apenas econômica. O empresário não pensa só no lucro, no dinheiro fácil, na produtividade. Pensa também nas pessoas. As empresas são muito importantes porque são geradoras de riqueza, de emprego e de renda, mas as pessoas são mais importantes do que as empresas, porque sem as pessoas não existem empresas.

Senadora Ana Amália, em relação à participação no lucro, eu que sou um administrador de empresas, sou da iniciativa privada também, defendo isso desde a época dos bancos escolares, como consolidação das empresas, da iniciativa privada, dos nossos negócios. Se alguém dividir com seus colaboradores os resultados conquistados durante a sua atividade, a consolidação da empresa é nítida, é objetiva, é impressionante. A diferença é que uma empresa que adota esse princípio é muito mais ampla, ela se consolida muito mais e os resultados são mais expressivos.

Eu quero dizer que este projeto trouxe um brilho todo especial aos meus olhos e à minha consciência.

Eu vou encerrar porque sei que a Presidente já está ansiosa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É porque há mais duas matérias para serem apreciadas.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exªs sabem que ela tem um viés democrático, liberal, em relação a isso. Eu peço licença a V. Exª, mas não poderia, num projeto dessa envergadura, que tem um aspecto reformista e inovador, deixar de trazer a minha mensagem de apoio.

Contem com o meu voto, pois a matéria merece prosperar. Eu sou titular da Comissão de Direitos Humanos e da CAS, por onde o projeto vai passar. E quero dizer a V. Exª, Senador Blairo Maggi, que serei um defensor firme da sua aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra, o relator e, depois, o autor, para comentar.

Nós temos ainda o item 5. O item 6 foi retirado de pauta pelo Relator, Senador Flexa Ribeiro. Para concluir, na próxima semana, esgotaremos toda a nossa pauta.

Com a palavra, o Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado, Srª Presidente.

Quero cumprimentar todos os comentários feitos aqui. Não é para menos que esta Comissão tem desenvolvido todo um trabalho especial. E o debate realizado nesta manhã pelos membros da Comissão mostra a importância que todos eles têm.

Eu faço um apelo ao Senador Paulo Rocha no sentido de que deixemos o projeto seguir, pois haverá um debate mais detalhado nas outras comissões. O projeto é da maior importância para agricultura, já que estamos colocando como prioridade a proteção do trabalhador. É importante que fique bem claro isso, Senador Paulo Rocha. Não estamos dando prioridade às empresas e aos fazendeiros diretamente falando. Estamos dando prioridade ao trabalhador rural, para que tenha toda a proteção não apenas da CLT, mas das demais leis que protegem o trabalhador. É importante que isso fique bem claro para que tenham certeza de que não há nenhuma intenção de criar dificuldades ao trabalhador, mas, ao contrário, de proteger o trabalhador. Isso é o que nós estamos proferindo no relatório, como foi muito bem dito aqui pelo autor do projeto.

Portanto, é o apelo que faço ao nobre colega, sempre parceiro, Paulo Rocha, no sentido de deixar o projeto seguir desta Comissão. E que o debate continue nas outras comissões. Eu entendo que é importante nós avançarmos pelo menos uma etapa.

É importante nós debatermos, Srª Presidente, porque um projeto como este não pode ficar parado. Ele precisa seguir. Nós estamos no final do ano, é a penúltima reunião da Comissão deste ano. Então, nós poderíamos concluir hoje, com o avanço do projeto. É esse o apelo que faço ao nobre colega Paulo Rocha, cumprimentando todos os Senadores que fizeram aqui comentários importantíssimos, de alto nível, sobre a importância do projeto e sobre a importância da agricultura para o nosso País.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, só para agradecer os comentários do Senador Dário Berger e do Senador Ronaldo Caiado e esclarecer que em relação, por exemplo, à participação nos lucros, muito bem lembrada pelo Senador Dário Berger, as empresas que adotam esse sistema têm um futuro brilhante. Eu sou testemunha disso. Ainda que empiricamente, sem ter estudado, sem conhecer, meu pai, quando começou a vida dele, sempre adotou esse sistema, dando participação nos resultados para aqueles com quem ele trabalhava. Essa é uma regra dentro da minha empresa hoje, o Grupo Amaggi, como nós chamamos, que tem várias atividades, mas é um empresa ligada cem por cento ao agronegócio. Todos os nossos funcionários, desde os que trabalham na fazenda, passando por aquele que cuida do pátio, que trabalha no escritório, que serve o café, ao mais alto executivo, todos têm participação nos resultados da empresa. Se ganhamos muito dinheiro, mais dinheiro eles ganham no final do ano; se ganhamos menos, menos eles ganharão. Mas sempre têm participação.

Senador Dário Berger, o bacana de participar de uma empresa assim é que as pessoas não dizem: "Não, aquilo é do Blairo, aquilo é de não sei quem". Não, aquilo é nosso. Esse é o conceito, é o conceito da divisão do lucro. Se deu lucro, divide. Claro, as pessoas ficam preocupadas: "Mas eu vou ter que dividir 20%?". Não, vai dividir o que pode, o que está acordado. Parte dos salários é fixa, parte é variável, conforme a produção.

O Senador Dário Berger tem toda razão: as empresas que usam essa metodologia têm um futuro brilhante, sempre vão para frente, porque é todo mundo empurrando na mesma direção, todo mundo com vento a favor, ninguém contra. Esse é um dos aspectos que está aqui dentro, fora os outros, mas, como disse o Senador Acir, não se trata de proteger somente a empresa, trata-se de arrumar e de diminuir, como disse o Senador Caiado, as brigas e as questões trabalhistas, mas está protegendo muito mais o trabalhador do que qualquer outra coisa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero lembrar aos Senadores que esta matéria ainda será submetida a mais três comissões: à CDH, à CCJ e, em caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Senador Paulo Rocha, antes de V. Exª fazer suas ponderações, quero dizer que tenho acompanhado com atenção o debate sobre a terceirização, liderado pelo Senador Paulo Paim, e tenho indagado a S. Exª sobre uma questão que diz respeito ao sindicalismo – e V. Exª é dos sindicatos –, que é a prevalência da lei sobre o negociado. No seu ponto de vista, foi o inverso. V. Exª propôs que não houvesse a definição sobre o benefício do transporte, por exemplo, se foi o que eu entendi bem, que isso ficasse para negociação entre os trabalhadores, o sindicato e os empregadores. Isso é diferente da pregação que vem sendo defendida aqui, em que o

negociado não prevalece ao legislado. É o que eu queria entender sobre o juízo que V. Exª emitiu, preferindo que não se incluísse na lei tanta definição clara de responsabilidade, que fique sob a responsabilidade da negociação entre as partes.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Para ser claro, eu defendo a visão de que o Estado brasileiro deve proteger, através da Constituição ou de leis, todo e qualquer setor e os trabalhadores nesse sentido. As especificidades na relação entre capital e trabalho eu acho que são produto das negociações coletivas. Com a intervenção do Estado, por meio da CLT, por exemplo, até as vírgulas têm que ser cumpridas. Eu acho que é mais forte a relação negociada entre as partes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu concordo com V. Exª nesse aspecto do negociado sobre o legislado. Eu concordo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu queria propor aqui um acordo.

Como a matéria vai para a CAS – eu faço parte da CAS –, nós teremos a oportunidade de aprofundar o debate, porque penso que aquele é o local adequado para discutir a questão que eu levantei aqui e que o próprio Senador Caiado levantou.

Eu queria explicar ao Senador Blairo Maggi a razão do meu pedido de vista ou até do meu voto contrário inicialmente. Eu sei da visão que ele tem e da função social de suas empresas. Inclusive tenho informação de que os trabalhadores daquela região têm o maior orgulho de trabalhar em suas empresas, exatamente em razão da relação construída com a visão dele. Não tenho nada contra, é mais uma preocupação com ajustes nessa questão. Eu concordo em votar aqui, quero apenas que se registre inicialmente o meu voto contrário, para que eu fique na condição de discutir melhor com o setor que naturalmente vai debater o assunto lá, a fim de buscar algum ajuste nesse sentido. Portanto, eu queria que V. Exª registrasse o meu voto contrário para que possamos aprofundar o debate na CAS.

E queria dizer que a minha posição é a mesma em relação ao item 5, de autoria do Senador Medeiros, que trata do mesmo assunto. E sugiro, pois penso que é prudente e mais eficaz, que façamos uma legislação juntando os dois.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito a colaboração legislativa solidária do Senador Paulo Rocha, que, para apressar o encaminhamento de matéria tão relevante, acolhe a sugestão do Relator, Senador Acir Gurgacz, de não pedir vista.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu agradeço, Srª Presidente. Eu agradeço o Senador Paulo Rocha, e parabenizo pela sua posição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela iniciativa. Ação política muito colaborativa, por sinal.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ação política, pela participação, colaborando com todos nós aqui nesta Comissão.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, não havendo mais quem queira discutir, em votação. Já está esclarecido.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Paulo Rocha.

Aprovado, então, o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o parecer da CRA pela aprovação da matéria, nos termos das Emendas nºs 1 a 4.

A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos, pela CCJ e, posteriormente, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos terminar o item 5.

Antes, eu queria agradecer muito aos Senadores Blairo Maggi, Moka, Flexa Ribeiro, Dário Berger, Caiado, Acir, Paulo Rocha, Wellington Fagundes e José Medeiros, porque conseguimos dez Senadores nesta reunião.

Vamos para o penúltimo item, cujo Relator é o Senador Blairo Maggi.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 627, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural.

Autoria: Senador José Medeiros
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 627, de 2015.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi, para proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

Voltando um pouco o assunto, eu me esqueci de fazer uma referência: na terça-feira, nós vamos votar no plenário – já está pautado – a questão do trabalho escravo. Um trabalho extenso, longo, cuja votação já tem sido reivindicada há muito tempo. Está tudo pronto para aprovarmos o relatório do Senador Romero Jucá. Se esse projeto for aprovado lá, ele traz muitas mudanças a este projeto que aprovamos, porque lá estão se esclarecendo muitas coisas que nós tentamos esclarecer aqui, ainda quando não tínhamos aquele projeto.

Então, nós teremos novidade para a próxima semana, e, nas outras comissões, poderão ser adequados ao novo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Suprimidos ou acrescentados.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Suprimidos ou acrescentados. Muito mais suprimidos, porque lá já está sendo previsto o que é trabalho escravo, o que é trabalho degradante, o que é jornada, enfim...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exaustivo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Trabalho exaustivo.

Então, vamos ao projeto de autoria do Senador José Medeiros, o PLS 627, do qual sou o Relator.

Vem para análise desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 627, de 2015, de autoria do nobre Senador José Medeiros, que acrescenta o art. 5°-A à Lei n° 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural.

O PLS nº 627, de 2015, é composto por dois artigos.

O art. 1º acrescenta o art. 5°-A à Lei n° 5.889, de 1973, a fim de estabelecer que a jornada diária do trabalho rural será de até 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias.

O art.2º estabelece a cláusula de vigência da futura lei.

O PLS em análise foi distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do inciso XVI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete esta Comissão analisar este projeto.

A proposição em análise contribui para modernizar a legislação que regula o trabalho rural no País. Conquanto a Carta Magna vigente estabeleça igualdade formal entre empregados urbanos e rurais, sabe-se que, na prática, há diferenciação na dinâmica laboral – tradicionalmente, o trabalho no campo exige maior adaptabilidade das rotinas às condições ambientais e às peculiaridades do ciclo produtivo.

O adequado reconhecimento das horas extraordinárias do trabalho rural também se demonstra oportuno, porquanto a sazonalidade da atividade econômica no campo pode, em certas circunstâncias, exigir razoável prolongamento da jornada diária.

Nesse contexto, a flexibilização da carga horária laboral, em vez de resultar na exploração excessiva da mão de obra, contribui para atender aos interesses do empregador e também do empregado, considerados os recentes avanços que ocorreram na fiscalização do trabalho e na tecnologia aplicada à produção agrícola.

Não obstante a complexidade do tema, os benefícios previstos no PLS n° 627, de 2015, têm potencial para estimular o debate sobre as condições laborais do trabalhador no campo, o qual é imprescindível para a pujança do agronegócio brasileiro e, portanto, para a própria economia do País.

Como o projeto supracitado é meritório, entendemos ser oportuna a sua aprovação.

Vamos ao voto, então.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 627/2015.

Esse é o voto, Srª Presidente.

Antes de finalizar, queria cumprimentar o Senador José Medeiros pela iniciativa e dizer que nós tivemos uma iniciativa este ano na Casa, e, numa das medidas provisórias, foi incorporada a possibilidade de os trabalhadores no campo em máquinas agrícolas fazerem também duas horas extras a mais. Isso foi aprovado, e é interessante como tem ajudado o setor agrícola, porque nós não estamos ocupando, Srª Presidente, 100% das

horas extras. O volume ocupado é muito pequeno, inclusive o trabalhador quer fazer mais, mas não há essa necessidade.

O que essa lei está trazendo de ajustes é justamente em função de nós não podermos comandar o tempo, o clima. Em determinado dia, é necessário fazer as quatro horas, mas, se o trabalho está em dia, não é usual, não é necessário, e é muito caro o valor de quatro horas diárias!

Essas mudanças que estamos propondo na lei é justamente para dar eficiência ao processo, sempre com acordo coletivo com os sindicatos. Ninguém é obrigado a fazer se não quiser, é acordo coletivo. Mas isso tem aumentado a eficiência no plantio – nós acompanhamos em todo este ano – em torno de 30%, com poucas horas utilizadas. Eu, inclusive, ao terminar o plantio este ano, quero pegar os dados de Mato Grosso com a nossa Aprosoja e trazer a esta Comissão um exemplo do que aconteceu: quantas horas foram trabalhadas, quanto os trabalhadores ganharam com isso, e se isso acarretou prejuízo para alguém. Pelo contrário, todos saíram ganhando, e a proposta do Senador Medeiros é na mesma direção.

Eu gostaria de deixar claro aqui, mais uma vez: não é um assunto de obrigatoriedade: "Você vai fazer quatro horas extras". Não é isso. Só vale no dia em que, no campo, houver necessidade de trabalho extra para não perder a janela de plantio, não perder as aplicações de inseticidas e fungicidas e não perder o momento ótimo da colheita. E são poucos esses momentos na agricultura, mas eles ajudam, e muito, e trazem eficiência, como disse o Senador Caiado. E nós temos que ser eficientes para competirmos mundo afora. E esse projeto traz isso no bojo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até porque, num dia de muita chuva, não se pode botar a máquina na lavoura, Senador Blairo; num dia de muita chuva, não se pode pôr a máquina na lavoura, e, no dia de sol, tem que se recuperar o dia...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... em que não houve possibilidade de trabalhar.

É questão de se entender a natureza dessa atividade.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, eu gostaria de também sugerir, conforme sugeriu o Senador Paulo Rocha, que se apensasse esse projeto ao projeto anterior. Entendo que é pertinente, o objeto é muito próximo. É possível apensar? Não sei se é possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Regimentalmente, V. Exª teria que encaminhar à Mesa do Senado um pedido de apensamento das duas matérias. Aí, sim.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Entendido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós tivemos ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, um debate semelhante a esse, sobre um tema relacionado à regulamentação da profissão de guarda-vidas – um projeto relatado, acho, pelo Senador Otto Alencar – e salva-vidas. E eu me lembrei disso agora. Havia dois projetos tramitando, envolvendo duas expressões para a mesma atividade: guarda-vidas e salva-vidas.

Antes de colocar em votação, continua em discussão, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu só queria contribuir com a discussão do Senador Blairo Maggi, dizendo que, se as horas extras forem sistemáticas e frequentes, elas ficam inclusive...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Inviáveis economicamente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... inviáveis economicamente. Quer dizer, a regra é simples, e ninguém vai jogar dinheiro fora, ninguém está rasgando dinheiro. Essa é que é a verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns.

Tem a palavra o autor do projeto, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu queria agradecer ao Senador Blairo Maggi pela brilhante relatoria.

Esse projeto vem inspirado naquela medida provisória que ele acabou de citar. Os agricultores chegaram para mim e disseram: "Olha, Medeiros, acontece que eu estou sendo beneficiado com aquela legislação, só que há alguns funcionários de apoio que precisavam também, e eu preciso ter tranquilidade. Eu até consigo, de repente, fazer uma analogia, de torcer ali, mas eu tenho medo de que chegue aqui o batalhão do Ministé-

rio do Trabalho e me arrebente. Então, a gente precisava ter tranquilidade, ter segurança de poder flexibilizar também para esse restante, para essa turma de apoio". Foi nesse sentido.

Com relação ao apensamento, se não atrasar... O que eu sinto do pessoal lá é que querem celeridade. Como ele bem disse aqui, já está sendo utilizado, e com ganho na lavoura. Então, se não atrasar, eu não tenho objeção, porque o objetivo mesmo é que o projeto possa ir para frente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Deixe separado, se não...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer...

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador...

Pela ordem...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente, na mesma linha do anterior...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como no anterior, seu voto é contrário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ... e essa ideia de apensar ou não a gente resolve também lá na CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí teremos que colocar em votação.

Como não houve mais quem quisesse discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, com o voto contrário do Senador Paulo Rocha, que passa a constituir o parecer da CRA pela aprovação do PLS 627/2015.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Eu até perguntei aqui ao Secretário: por que a primeira matéria passa em três comissões, e esta, só em uma? – e são matérias da mesma natureza. Ele me informa que a decisão é da Mesa do Senado.

O item 6, como eu disse, a pedido do Relator, Senador Flexa Ribeiro, foi retirado de pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 77, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja aditado o Requerimento Nº 76, de 2015, desta Comissão, o qual trata da realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a implementação de políticas públicas para controle de suposta zoonose – Mormo, para incluir o nome da especialista no tema Carla Macedo Amorim, a fim de compor a lista de convidados.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

O item 7 é um requerimento do Senador Ronaldo Caiado, que passo a ler.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 77, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja aditado o Requerimento Nº 76, de 2015, desta Comissão, o qual trata da realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a implementação de políticas públicas para controle de suposta zoonose – mormo, para incluir o nome da especialista no tema Carla Macedo Amorim, a fim de compor a lista de convidados.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Com a palavra, o autor do requerimento, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exª por sua atuação em relação a essa audiência, que foi adiada para o dia 25 de fevereiro, já que as autoridades do Ministério da Agricultura não poderiam estar presentes.

Esse é um assunto relevante, já são várias as propriedades rurais no Brasil que estão interditadas, por resultado de um exame sobre essa bactéria que desenvolve a doença do mormo.

O laboratório identificado pelo Ministério da Agricultura não tem as qualificações necessárias, e, infelizmente, os resultados estão sendo totalmente discutíveis, porque outros laboratórios não dão o mesmo resultado. Inicialmente, foi um laboratório do Estado de Pernambuco que centralizou, pelo Ministério da Agricultura, a palavra final sobre se o animal estava contaminado e se era portador da doença de mormo ou não. Depois, transferiram para um laboratório do Estado do Pará. Agora, por orientação que até foi repassada a V. Exª, parece que o Ministério da Agricultura vai ampliar o número de laboratórios para que cheguemos a uma realidade, a uma metodologia própria, já que várias outras viroses ou infecções bacterianas podem desenvolver, segundo a pesquisa feita pela coleta do sangue, sinais parecidos ou semelhantes com a doença de mormo.

Isso tem inquietado enormemente todos os criadores de equinos no Brasil. Já são vários jóqueis-clubes que estão interditados, várias propriedades rurais, e isso tem causado uma ansiedade enorme.

Hoje há uma exigência – e eu cumprimento essa determinação – de controle não só da anemia infecciosa, mas também dessa doença do mormo, mas há esse desencontro do Ministério da Agricultura quanto a ter um laboratório com conhecimento, com tecnologia capaz de dar um resultado que seja garantido, o que tem levado ao sacrifício de milhares e milhares de animais, e infelizmente todos os proprietários alegam que, na grande maioria, não estão contaminados.

Por isso, eu pedi a inclusão da Drª Carla Macedo Amorim, uma especialista, uma estudiosa desse assunto, para que ela também participe desse evento do dia 25 de fevereiro. Eu peço o apoio dos demais pares para a inclusão do nome dela entre os convidados e debatedores nessa audiência sobre a doença de mormo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes de colocar em votação o requerimento, eu queria informar ao Senador Ronaldo Caiado que a Comissão recebeu um ofício do presidente da Câmara Setorial de Equideocultura, do Ministério da Agricultura, Sr. Flávio Obino Filho, do Rio Grande do Sul. Então, eu tomei a iniciativa de convidá-lo, porque ele representa a cadeia dos jóqueis-clubes de todos os setores. Tendo em vista que a Câmara Setorial é o guarda-chuva de todas as produções, ele está convidado.

Está em votação o requerimento do Senador Ronaldo Caiado para convidar a Srª Carla Macedo Amorim para essa audiência que vai examinar questões relacionadas ao mormo.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Essa audiência será realizada, como disse o Senador Caiado, no dia 25 de fevereiro – portanto, no próximo ano.

Extrapauta, temos mais três requerimentos: um da Senadora Lídice da Mata, que não integra a CRA, mas eu subscrevi esse requerimento porque o tema está sendo abordado, que é um tema sobre o cacau.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 80, de 2015

Requer uma audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), destinada a apresentar e a discutir os impactos do Regime Aduaneiro de Drawback para agronegócio, com os seguintes convidados: Ministra da Agricultura (MAPA), Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e Ministro da Fazenda (MF). A audiência pública requerida destinar-se-á à discussão sobre as concessões de benefícios fiscais do Regime Aduaneiro de Drawback para o agronegócio, especificamente para o cacau. Deverão ser debatidos os mecanismos de pedido de Regime, pelas empresas interessadas, no Siscomex; o controle alfandegário do cumprimento dos contratos de importação e exportação; e o montante da renúncia fiscal decorrente dos benefícios e impactos do Regime Aduaneiro sobre o agronegócio do cacau.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.

Está em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há mais outros dois requerimentos, Senador.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 81, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de ciclo de palestras e debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, no dia 19 de fevereiro de 2016.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Está em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para o mês de fevereiro.

O último requerimento, extrapauta, é de minha autoria também.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 82, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de ciclo de palestras e debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade de Não Me Toque, Rio Grande do Sul, no dia 11 de março de 2016.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª Presidente, é só para fazer um registro: o Mato Grosso tem um Município mais bonito até do que Bonito; é o Município de Nobres, que possui todas aquelas belezas naturais de Bonito, só que não é tão conhecido. E gostaria de registrar que, neste momento, recebemos a visita do prefeito desse lindo Município.

Seja bem-vindo, Prefeito Gilmarzinho, que está aqui nos visitando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bem-vindo, Prefeito Gilmarzinho. Quero conhecer Nobres também, porque Bonito eu conheço. Eu quero conhecer agora Nobres.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu quero me associar ao Senador Medeiros e dar as boas-vindas ao nosso Prefeito Gilmarzinho. E já convido V. Exª, todos os colegas aqui do Senado e todos os que estão nos ouvindo: Nobres realmente é uma coisa linda. Nós brincamos com o Mato Grosso do Sul, dizendo que eles têm Bonito, mas nós temos Lindo. (*Risos.*)

E ainda precisa ser explorado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nobres Linda.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nobres Linda. E é no distrito de Bom Jardim. É uma situação muito, muito bonita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas ela é bonita por quê?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Porque são rios muito claros, cristalinos, de águas calcárias. Há lá os dourados, as piraputangas, as cachoeiras. Podemos mergulhar junto com os peixes, fazer flutuação, fazer caminhadas com lindas cachoeiras, com grutas enormes. É água fria. Muito bonito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há grutas lá?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Há também grutas, grutas muito bacanas na região. Eu quero convidar V. Exª. A senhora gosta muito de viajar. Em fevereiro, eu vou levar a senhora para lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou lá, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Combinado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou cobrar – aqui, a nossa assistência é testemunha.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Está lá o Prefeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Prefeito Gilmarzinho, o senhor é testemunha: em fevereiro, vou conhecer a sua cidade, a convite do Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Combinado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E ainda o Senador Medeiros também, que fez essa saudação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – E todos que quiserem ir junto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos juntos.

Senador Dário Berger.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu quero me candidatar também, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com esse anfitrião, não tem...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu quero me candidatar não só para poder apreciar a beleza do rio, mas para poder fazer um belo circuito de bicicleta também.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Há ciclovia?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero me inscrever... Eu vou levar a minha carteira do trabalho para entrar no grupo também.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Boa.

Presidente, é só para fazer dois registros por dever de ofício.

O primeiro deles é para agradecer o Consultor Legislativo Eduardo, que foi o protagonista principal da elaboração do relatório de avaliação das políticas públicas. Ele se encontra presente aqui, e eu quero lhe fazer um agradecimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Eduardo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – E eu também quero agradecer os meus assessores, principalmente o Dr. Jaime e a Adriana, que também colaboraram de maneira efetiva para a conclusão do relatório.

Bem rapidamente, eu quero abordar outro tema. Em maio do ano passado, eu fiz um alerta às autoridades federais sobre a descontrolada proliferação de um animal chamado javali-europeu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No Rio Grande do Sul, está sério esse problema.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Isso vem acontecendo em várias regiões do País, especialmente Santa Catarina. Eles estão atacando e dizimando plantações inteiras, principalmente da agricultura familiar, causando elevados e irrecuperáveis prejuízos não só aos agricultores, mas como à economia de Santa Catarina.

Srª Presidente, eu tomei uma iniciativa na tentativa de ajudar, de ser uma voz em defesa dos veementes pedidos e apelos trazidos por prefeitos e por associações de agricultores do planalto catarinense. É uma região rica na agricultura familiar, que vem sofrendo com perdas de quase 50% da produção com ataques desses animais. Eu fiz um pedido de informação à Ministra do Meio Ambiente, que me mandou um expediente, colegas Senadores, dizendo que os proprietários estão autorizados a abater esses animais. O problema é que esses produtores rurais não têm autorização da arma. Então, como é que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o mesmo problema. Matar a pau não pode, porque o bicho é bravo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – E o que é pior é a decepção que, a cada dia, enfrento no Senado Federal e no Governo Federal, pois as coisas não têm continuidade administrativa, não têm sequência. Parece que não se importam com um problema que é grave. As pessoas estão aflitas, os produtores estão decepcionados, inclusive, com a atuação dos seus representantes. Eu não estou vendo uma solução à vista.

Eu quero fazer esse alerta aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu quero pedir apoio dos Senadores. No Rio Grande do Sul, eu tenho conhecimento também de que esse animal tem trazido inúmeros prejuízos. E nós precisamos tomar uma posição com relação a esse assunto, talvez convidando a Ministra do Meio Ambiente ou convocando, para que, efetivamente, possamos ter uma normatização dessa questão, a fim de que os agricultores não sejam os maiores prejudicados em função da proliferação desse animal chamado javali-europeu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois é, Senador, é bom lembrar.

Eu estive em Santana do Livramento e em Uruguaiana. Mais especificamente em Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, esse problema é gravíssimo. E há a mesma questão: a caça continua proibida em todo o Território Nacional.

A pena para caça de animais é de seis meses a um ano. Então, ele corre o risco, dependendo da interpretação de quem for lá fazer a fiscalização, de que a lei seja aplicada sobre ele mesmo, ainda que o Ibama autorize o abate desses javalis-europeus, além de multa, de acordo com a resolução da Secretaria do Meio Ambiente, como comenta o Comandante do 1º e do 2º Pelotão da Polícia Militar Ambiental de Bauru e de Barra Bonita,

Leo Artur Marestoni. Isso é lá em São Paulo, ou seja, não é só em Santa Catarina, não é só no Rio Grande do Sul. A situação é aguda. "Para fazer o controle, é necessário realizar cadastro de pessoa física no *site* do Ibama, e a propriedade onde será feito o abate também deve ser cadastrada, com autorização formal do proprietário e homologação na sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente" – no caso, a mais próxima está em Bauru.

É uma situação complicada. O Ibama autoriza, mas o proprietário não pode abater, porque a lei proíbe que ele use arma. Realmente, é o nosso Brasil.

Eu queria renovar o agradecimento aos Senadores Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, Dário Berger, Moka, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, José Medeiros pela presença. Conseguimos esgotar a nossa pauta. Agradeço muito a todos. E parabenizo os autores dos projetos que foram aqui relatados.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu quero só cumprimentá-la pela reunião de hoje, que foi muito boa, muito produtiva, com boas discussões. Eu quero cumprimentá-la pela condução.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada. Eu fico com a sensação...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sua Presidência sempre muito eficiente. Às vezes, fica um pouquinho nervosa – nós falamos demais –, fica fazendo gestos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas tem que fazer, não é, Senador? É bom.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas vamos nos arrumando. Vamos lá.

Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faz parte, Senador. É que nem em casa: de vez em quando, tem de puxar a orelha do filho. Ainda mais o senhor, que agora vai ter de cuidar de um neto. Eu agradeço muito.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu também quero cumprimentar V. Exª, mas pedir uma benevolência maior quando eu estiver utilizando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, Senador, eu quero...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – A senhora privilegia muito o Senador Blairo Maggi. (*Risos.*)

Eu tenho percebido. E o Caiado também é privilegiado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele pagou agora com um elogio...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Dário, não é isso. É porque a Senadora Ana Amélia, quando estamos falando, fica fazendo... Ela não perdeu ainda o cacoete de apresentadora, ela quer interferir na nossa conversa. Se faz assim para ela, ela o deixa quieto. Não há problema.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas pode ser a invocação do prestígio também. Tem a ver com isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou ter de chamar o Ibama. (*Risos.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, meus parabéns. V. Exª preside esta Comissão com uma competência ímpar e, ao mesmo tempo, com uma produtividade que surpreende todas as demais. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada a todos os Senadores.

Fica aqui fechado o nosso compromisso de conhecer a cidade muito bonita de Nobres.

Muito obrigada a todos. Agradeço muito a colaboração.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, ele vai ter, sobretudo, porque ele falou.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (43ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (32ª REUNIÃO) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores Ana Amélia, Dalirio Beber, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, José Medeiros, Lasier Martins, Rose de Freitas e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Comparecem os Senhores Senadores Álvaro Dias, Blairo Maggi, Ronaldo Caiado e Wellington Fagundes, não membros das Comissões, e os Deputados Federais Adelmo Carneiro Leão, Leandre Dal Ponte, Lobbe Neto, Marco Feliciano, Maurício Quintella Lessa, Milton Monti, Rogério Peninha Mendonça e Welinton Prado. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a debater sobre a descoberta e o desenvolvimento de pesquisas médico-farmacológico-clínicas com a droga fosfoetanolamina na Universidade de São Carlos-SP, atendendo aos Requerimentos n.º 64/2015-CCT, de autoria do Senador Ivo Cassol; n.º 65 e 66/2015-CCT, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Hélio José; n.º 68/2015-CCT, de autoria do Senador Hélio José; e n.º 39/2015-CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Gilberto Orivaldo Chierice, Doutor em Química pela Universidade de São Paulo – USP; Salvador Claro Neto, Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP; Marcos Vinícius de Almeida, Biólogo, Doutor em Biotecnologia e Professor da UNIESP - Bauru/SP; Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantan; Otaviano Mendonça Ribeiro Filho, Doutor em Ciência em Concentração Química Analítica pela Universidade de São Paulo - USP/São Carlos e Professor da Universidade de Uberaba - UNIUBE/MG; José Antônio Ribeiro Filho, Médico Oncologista Especialista em Mastologia e Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia; Renato Meneguelo, Mestre em Bioengenharia pela Universidade de São Paulo – USP; Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Adriano Massuda, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Gélcio Luiz Quintella Mendes, Representante do Instituto Nacional do Câncer – INCA; Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPED/MCTI; Daniel de Macedo Alves Pereira, Defensor Público Federal; Carlos Kennedy Witthoeft; Bernadete Cioffi; Eliana Rodrigues; e Amaro Vilson. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores e aos Senhores Deputados presentes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Ivo Cassol, Ana Amélia, Dário Berger, Blairo Maggi, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, José Medeiros e os Deputados Federais Leandre Dal Ponte, Marco Feliciano e Welinton Prado. Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, determinado que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavre a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Quero, de antemão, informar que o Plenário nº 13 está liberado.

Peço silêncio à turma do lado esquerdo.

Eu estava informando que o Plenário nº 13 está liberado para passar toda a nossa sessão pela televisão. Então, todos que estão de pé, que me dão satisfação pelo fato da atenção em relação à audiência, mas que me deixam um pouco constrangido por não poder oferecer cadeira a todos, ficam informados que é possível assistir a tudo do Plenário nº 13, que fica um pouco mais para baixo.

Havendo número regimental, declaro aberta, nesta data, a 19ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo esta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 43ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das últimas reuniões tanto da CAS quanto da CCT.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da presente reunião conjunta, em atendimento aos Requerimentos nºs 64, 65, 66 e 68, de 2015, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Hélio José, e do Requerimento nº 39, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Ivo Cassol, abrimos a audiência pública destinada a debater acerca da descoberta e do desenvolvimento de pesquisas médico-farmacológico-clínicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer dos últimos 20 anos.

Anunciamos aqui a presença dos expositores. Não sei se todos já estão presentes. Como são muitos os expositores, acordamos fazer uma modificação no funcionamento da Comissão, ou seja, em vez de colocá-los todos aqui, Senador Moka, nós colocamos ali uma tribuna, e, à medida que chamarmos as pessoas, elas farão a exposição dali.

Vou ler os nomes dos expositores agora: Gilberto Orivaldo Chierice, Doutor em Química pela Universidade de São Paulo, que está presente; Renato Meneguelo, Mestre em Bioengenharia da USP, que não chegou ainda; Salvador Claro Neto, que está presente e que é Professor e Pesquisador da USP.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está ruim o som.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está ruim o som?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tem de ser mais alto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agora, sim!

Continuo a leitura dos nomes dos expositores: Durvainei Augusto Maria, que ainda não chegou aqui; Marcos Vinícius de Almeida, que está presente, que é biólogo, que é Doutor em Biotecnologia e Professor da Uniesp; Otaviano Mendonça Ribeiro Filho, que ainda não chegou aqui; Jarbas Barbosa da Silva Júnior, que está presente e que é Diretor-Presidente da Anvisa; Srª Clarice Alegre Petramale, que está presente – obrigado pela presença –; Sr. Gélcio Luiz Quintella Mendes, que está presente e que é médico oncologista; Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas, que está presente; Sr. José Antônio Filho, médico oncologista; e, finalmente, Carlos Kennedy, que está presente.

Vou chamar pela ordem dos nomes que foram anunciados por mim. Antes, embora não seja praxe, eu gostaria de saber se os que fizeram requerimento querem dizer alguma palavra antes de passarmos a palavra para os apresentadores.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está ruim o som, não é? Há muito barulho aqui. Insistindo na necessidade de haver silêncio, repetindo que há uma sala à disposição, a de nº 13, para que todos possam comodamente, sentados, assistir a todo o debate, passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, nossos convidados, primeiramente, quero agradecer a Deus por tudo que tem propiciado à nossa vida.

Ao mesmo tempo, quero agradecer a compreensão tanto dos nossos convidados pesquisadores, como também dos nossos convidados da área do Governo e também dos nossos convidados que utilizaram a fosfoetanolamina.

Quero também deixar meu abraço aos Senadores, às Senadoras, aos Deputados Federais, à Deputada Federal que está aqui presente, aos Deputados Estaduais de São Paulo que estão presentes aqui, aos Vereadores da cidade de Barra Bonita Lucas e Edson, que fizeram uma moção de apoio.

Esta audiência pública visa a dar oportunidade a toda a população brasileira, a todos os familiares que, de uma maneira ou de outra, são afetados e prejudicados, a todos os que tem alguém dentro da família com câncer.

Essa briga que comprei não é a briga do Ivo Cassol, é a briga do Senador Ivo Cassol, porque não é justo ouvir depoimento de profissional como eu ouvi. Não é humano um profissional da área da saúde dizer que não está aqui para fazer caridade, que está aqui simplesmente por *money*. Do meu ponto de vista, a questão da saúde humana está acima de qualquer coisa, está acima de dinheiro, está acima de qualquer situação.

Fiz uma pergunta para uma autoridade, que não vou citar o nome aqui, mas que é de grande reconhecimento nacional. Eu falei: "Se o senhor..." Ele criticou a liminar da Justiça. Eu falei: "Se o senhor estivesse com câncer, o que o senhor faria?" Ele, infelizmente, falou uma palavra que serve para adubar e botar na horta para produzir alface. Ele falou: "Até isso eu comeria, se fosse necessário." Digo isso para tentar pelo menos dar uma oportunidade de vida.

Então, o que estamos debatendo hoje aqui é a dificuldade que nossos pesquisadores têm para completarem a pesquisa deles. Precisamos que o Congresso Nacional, que esta Casa... Alguém da imprensa pediu

para mim: "Mas, Cassol, o que o Congresso tem a ver com isso?" Tem tudo a ver com isso, porque a legislação quem a faz somos nós aqui.

Vou pedir a compreensão de todo mundo aqui para falar mais baixo, para não atrapalhar esta audiência pública. Desculpem-me! Digo isso para podermos ganhar tempo.

Portanto, precisamos nesta Casa de encontrar caminhos. Falei com o Dr. Adriano agora há pouco e falei também com o Presidente da Anvisa, o Dr. Jarbas. Eles também já estão trazendo propostas aqui, para poder fazer um grupo de trabalho, um grupo de pesquisa, para concluir essa pesquisa.

Vejo o seguinte: toda oportunidade que nós tivermos, independentemente de ela ser pequena ou grande, de valor alto ou baixo, tem de ser colocada em prática, para podermos dar essa oportunidade para as pessoas.

Alguém pode falar: "Ah, mas isto aqui é conversa, e não sei o quê..." Por que não há interesse? Porque uma quimioterapia custa R$30 mil, R$60 mil, R$90 mil, e esse medicamento, a fosfoetanolamina, Sr. Presidente Cristovam, Senadora Ana e demais Senadores, custa R$0,10 cada comprimido. Então, só pelo preço já começa a ficar em segundo plano.

Com esta audiência pública, nós temos de diminuir as dificuldades, verificar o que temos de mudar na legislação e dar essa oportunidade às pessoas.

Sr. Presidente, como sugestão, primeiro, eu gostaria que, depois – quem subscreveu meu requerimento na CAS foi a Senadora Ana Amélia, para fazer esta audiência em conjunto –, nós ouvíssemos os pesquisadores e que, tão logo ouvíssemos os pesquisadores, nós ouvíssemos os depoimentos das pessoas. A gente precisa ouvir as pessoas. Uma autoridade falou: "Não, nós temos aí uma declaração." Não, não a temos. Há, na verdade, um depoimento. Há depoimentos de pacientes. E há pacientes aqui. Vários pacientes que vieram aqui e que estão tomando a fosfoetanolamina vão dar esse depoimento.

Então, não é invenção do Ivo Cassol, não é invenção do Senador Ivo Cassol. De repente, será dada a oportunidade a todos os brasileiros de terem acesso ao medicamento.

Outra coisa fiquei sabendo aqui agora há pouquinho. O que fiquei sabendo agora há pouco aqui? Soube que, nos Estados Unidos, a fosfoetanolamina, Sr. Presidente, Senador Blairo e demais Senadores, Senador Moka, todo mundo aqui, já está sendo utilizada para outros tratamentos há 50 anos. Não descobriram isso. Fiquei sabendo disso agora há pouquinho, mexendo com as coisas. Lá está liberado, lá você pode ir à farmácia e comprar. Aqui, não! Aqui tudo é proibido.

Então o que temos de ver é de que maneira podemos ajudar as pessoas. Olha, só quem tem pessoas com câncer dentro de casa sabe a dor e o sacrifício por que cada um passa. Se pudermos dar uma oportunidade, se isso se concretizar automaticamente, com os depoimentos que tenho das pessoas e com a conclusão dos estudos, quem vai ganhar com isso não é o Senado Federal, quem vai ganhar com isso é a humanidade, quem vai ganhar com isso é o povo brasileiro.

Então, agradeço essa gentileza. Ao mesmo tempo, eu me coloco à disposição. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Ivo, quero lhe agradecer muito, como brasileiro, como cidadão, pelo fato de o senhor ter trazido esse problema para cá. A primeira vez que ouvi isso aqui dentro foi pela sua voz.

Ao mesmo tempo, quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo interesse e por ter provocado também esta audiência.

Por isso, passo a palavra à senhora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Obrigada, caros Deputados e Deputadas, colegas Senadores e Senadoras, pesquisadores, médicos, autoridades convidadas.

O tema mobiliza muito, e a ocorrência de público aqui hoje é a demonstração clara da relevância que esse medicamento ou esse produto químico sintético está representando como esperança, certamente, para milhares de pessoas portadoras de câncer.

Nós estamos encerrando o Outubro Rosa. Sou do Rio Grande do Sul, um Estado em que o câncer de mama é o que mais mata as mulheres, depois das doenças cardiovasculares. Começará, no dia 6, no dia 9 ou no mês que vem, o Novembro Azul, que tem a finalidade de combater o câncer de próstata, a doença que, depois das doenças cardiovasculares, mais mata os homens no nosso País. Então, penso que a oportunidade de encerrarmos o Outubro Rosa e de iniciarmos o Novembro Azul traz muito simbolismo ao debate sobre esse tema.

A gente precisa, mais do que tudo, não ser alarmista, não gerar também uma expectativa além da real, além do que a ciência pode ou não nos oferecer. Então, é dentro dessa racionalidade, Senador Cristovam Buarque, que fiz o requerimento, estimulada muito pelo entusiasmo e pela convicção do Senador Cassol com

relação a essa causa. Ele está muito preocupado com as pessoas, com a esperança dos portadores de câncer, uma doença bastante perigosa e cada vez mais recorrente em nosso País.

Eu queria dizer que o alcance desse tema é tão grande, que, no Município de Não-Me-Toque, no interior do Rio Grande do Sul, a Capital da Agricultura de Alta Precisão, Senador Blairo Maggi, a Câmara de Vereadores está conectada a esta audiência pública, ouvindo e vendo tudo o que vai ser dito sobre o tema, e, da mesma forma, isso ocorre em outras comunidades do Rio Grande do Sul. Então, digo isso apenas para simbolizar essa questão.

Acho que é oportuno, Senador Cristovam – V. Exª foi Reitor da UnB –, dizer que a USP, a Universidade de São Paulo, é a instituição que desenvolveu, através dos seus pesquisadores, essa pílula de fosfoetanolamina sintética. A Universidade de São Paulo divulgou uma nota, e vou fazer a leitura dela, Senador, porque acho que ela é importante:

A Universidade de São Paulo (USP) foi envolvida, nos últimos meses, na polêmica do uso de uma substância química, a fosfoetanolamina, anunciada como cura para diversos tipos de cânceres. Por liminares judiciais, a Universidade foi obrigada a fornecer o produto para os que a solicitam. Em respeito aos doentes e a seus familiares, a USP esclarece: essa substância não é remédio. Ela foi estudada na USP como um produto químico, e não existe demonstração cabal de que tenha ação efetiva contra a doença. A USP não desenvolveu estudos sobre a ação do produto nos seres vivos, muitos menos estudos clínicos controlados em humanos. Não há registro e autorização de uso dessa substância pela Anvisa [cujo Presidente, o Dr. Jarbas Barbosa, está aqui acompanhando-nos; ele vai, inclusive, falar], e, portanto, ela não pode ser classificada como medicamento, tanto que não tem bula.

Além disso, não foi respeitada a exigência de que a entrega de medicamentos deve ser sempre feita de acordo com prescrição assinada por médico em pleno gozo de licença para a prática da Medicina. Cabe ao médico assumir a responsabilidade legal, profissional e ética pela prescrição, pelo uso e efeitos colaterais – que, nesse caso, ainda não são conhecidos de forma conclusiva – e pelo acompanhamento do paciente.

Portanto, não se trata de detalhe burocrático o produto não estar registrado como remédio. Ele não foi estudado para esse fim, e não são conhecidas as consequências do seu uso.

É compreensível a angústia de pacientes e de familiares acometidos da doença grave. Nessas situações, não é incomum o recurso a fórmulas mágicas, poções milagrosas ou abordagens inertes. Não raro, essas condutas podem ser deletérias, levando o interessado a abandonar tratamentos que, de fato, podem ser efetivos ou trazer algum alívio. Nessas condições, pacientes e seus familiares, aflitos, convertem-se em alvo fácil de exploradores e oportunistas.

A USP não é uma indústria química ou farmacêutica. Não tem condições de produzir a substância em larga escala para atender às centenas de liminares judiciais que recebeu nas últimas semanas. Mais ainda, a produção da substância em pauta, por ser artesanal, não atende aos requisitos nacionais e internacionais para fabricação de medicamentos.

Por fim, alertamos que a substância fosfoetanolamina está disponível no mercado, produzida por indústrias químicas, e pode ser adquirida em grandes quantidades pelas autoridades públicas. Não há, pois, nenhuma justificativa para obrigar a USP a produzi-la sem garantia de qualidade.

Os mandados judiciais serão cumpridos dentro da capacidade da Universidade. Ao mesmo tempo, a USP está verificando o possível envolvimento de docentes ou funcionários na difusão desse tipo de informação incorreta. Estuda ainda a possibilidade de denunciar ao Ministério Público os profissionais que estão se beneficiando do desespero e da fragilidade das famílias e dos pacientes.

Nada disso exclui, porém, que estudos clínicos suplementares possam ser desenvolvidos no âmbito desta Universidade, essencialmente dedicada à pesquisa e à ciência.

Penso que essa nota da USP é ponto de partida para esse debate, Senador Ivo Cassol, Senador Cristovam Buarque, porque é a instituição que nós todos respeitamos, uma instituição pública, que, através dessa nota, baliza o debate que vamos estabelecer aqui, dentro da esperança dos portadores de câncer e dentro da racionalidade e da possibilidade de que, de fato, a ciência brasileira, os pesquisadores brasileiros, os médicos brasileiros, os químicos brasileiros possam nos ajudar a encontrar esse caminho e a levar esperança para os portadores de câncer.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Senadora Ana Amélia, eu gostaria de solicitar ao nobre Presidente que pedisse à Secretaria da Mesa que essa nota da USP fosse distribuída aos demais Senadores aqui presentes e aos Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bem. Vamos providenciar isso.

Vou, então, começar por aquele primeiro que citei o nome.

Continuo sentindo que o som não está bom. Isso é verdade ou não? Há um eco. (*Pausa.*)

Chamo o Sr. Gilberto Orivaldo Chierice, Doutor em Química da Universidade de São Paulo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado pela presença.

Nós combinamos, pelo grande número de pessoas que se dispuseram a falar, o tempo de dez minutos, Dr. Gilberto.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Bom dia a todos!

Eu me sinto satisfeito. Acho que esta é uma grande oportunidade. Acho que é uma oportunidade para todos, inclusive para conhecer isso de uma melhor maneira.

Quanto à recomendação que faz a Universidade sobre o uso da fosfoamina comercial, acho que o reitor devia, primeiro, experimentar. (*Palmas.*)

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Esse trabalho que nós fizemos foi um trabalho que se iniciou – é bom contar um pouco da história, porque a história sempre fica oculta – numa instituição chamada Hospital Amaral Carvalho, de Jaú. Existe um convênio. Esse hospital é um hospital de referência do interior do Estado de São Paulo. Esse hospital, na época, com esse convênio com a Universidade de São Paulo, foi transformado em hospital de pesquisa. As pesquisas foram iniciadas não pelas regras da Anvisa, mas pelas regras do Ministério da Saúde.

Tem todas as autorizações. Quando dizem que não tem, tudo isso está feito, está documentado. Apenas não existe um fórum para se mostrar isso, mas, enfim, é um País que tem que crescer e tem que ficar gente grande. Essa pesquisa tem reconhecimento internacional. Ela foi publicada, ela foi elaborada nos critérios do Ministério da Saúde. Isso que existe hoje está escrito lá, DL50, dose letal, fase 1, fase 2, fase 3.

Interesses outros... Esse convênio não foi terminado. Ele foi esgotado no prazo. Assim que foi esgotado no prazo, todos os pacientes dos hospitais que estavam ligados a determinadas áreas médicas passaram a pegar o medicamento na USP em São Carlos. Isso cresce de uma maneira às vezes incontrolável, mas nós nunca inserimos na área médica, porque todas as recomendações vinham desse hospital de Jaú.

Às vezes, está cheio de pegadinha quando chegam e perguntam: «Qual é a dose?» Eu não faço exercício ilegal de medicina. Eu tenho 47 anos de pesquisa, tenho 500 trabalhos publicados, tenho 80 teses defendidas, sou reconhecido internacionalmente. Eu não seria tão tolo, nem tão infantil, de fazer exercício ilegal de medicina. Então, eu não faço. Às vezes, me perguntam a dose. Primeiro, pela ciência, é muito fácil eu reconhecer. Se tiver alguém que entende de ciência, é fácil saber que ela é proporcional ao nível de ácido graxo livre no sangue, que é constante. Segundo, essa dose veio recomendada pelo próprio hospital onde foi feita a avaliação da DL50. Fizeram aquelas explorações do aumento da dose, que vê a eficácia. Tudo isso foi testado. Foi testado, sim senhores, em humanos, com permissão do Ministério da Saúde.

(Manifestação da plateia.)

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Cinco áreas: uro, gastro, cabeça e pescoço, mama e gineco. Cada uma dessas pessoas tem... O padrão eram 11 pessoas para cada fase dessa. Essas fases foram feitas. Cadê? Vocês têm que pedir para o hospital. O hospital abandonou? Eu realmente não sei qual é o motivo, mas isso não me compete porque não é uma questão ética discutir isso aqui agora. O que nós temos que discutir é a ciência da história. Quando você ouve a imprensa dizer que é uma leviandade, que é qualquer coisa, não conhece ciência. Não conhece.

Há cem tipos de tumores. Perfeito. Cem tipos de tumores, com duas células. Cada tumor desses – o número 1, o número 2, o número 3, o número 4 – são todas células chamadas de células que não respiram oxigênio, anaeróbicas. Se há algum oncologista aqui que possa me desmentir, me diga isso: se existe alguma célula cancerosa que não seja anaeróbica. Exatamente aí é onde a fosfoamina trabalha: em célula anaeróbica. Ela não trabalha em cem modelos de tumor. São duas células: sadia, aeróbica; não sadia, anaeróbica. Se tiver biólogo aqui, também pode acompanhar meu raciocínio.

Toda essa teoria está nos livros desde 1935, não foi escrita por mim. É uma situação que chega a ser constrangedora. Já fui chamado de garrafeiro, de invenção, de qualquer coisa. Esse tipo de coisa não funciona em ciência. Ciência é assim: preto é preto, branco é branco, azul é azul, amarelo é amarelo.

Se alguém quiser discutir, acredito que aqui tenha oncologista. Gostaria até de conhecer esta célula cancerosa aeróbica, porque não consegui achar nenhuma. Aí que atuamos. Atuamos em sistema anaeróbico. Anaeróbico é um sistema que não usa o oxigênio na queima do açúcar, que é a nossa energia, nem usa as mitocôndrias.

Isso está sendo comprovado, par e passo, esse demora, mais até que dados clínicos, que é comprovar um mecanismo pedacinho por pedacinho. Isto está sendo feito junto ao Butantan.

Então, quando existe uma crítica, ela tem que ser adulta, não pode ser destruidora. Esse convênio que houve entre a Universidade de São Paulo e o Hospital Amaral de Carvalho foi celebrado em 1995, foi até quase 2000. Mas antes de 1990 para cá, há um Deputado aqui que é o responsável por ter adquirido o aparelho de radioterapia nesta época, porque esse hospital nem aparelho de radioterapia tinha.

Então, é uma complicação muito séria. O hospital nos usou como trampolim, para ser um hospital de pesquisa, usou um monte de situações e deixou acabar. Não tenho um dado clínico em todas essas pesquisas, mas há um monte de gente que tomou. É garrafada, sei lá, é mágica, já foi chamada de pirulim, a mágica, já foi chamado de uma série de coisas. Prova o contrário. O que estou pedindo não é nada para ninguém, é prova que não funciona. Porque se ficar falando para lá, não adianta nada. Quero prova de quem se acha no direito. Nas vezes em que procurei a Anvisa, não fui levar protocolo clínico, fui pedir modelos de como pudesse saber, de como fazer.

E por incrível que pareça, há muito medicamento no Brasil que não tem dados clínicos, inclusive quimioterapia. É um modelo todo especial. Salvo algum engano que eu possa ter cometido, mas dificilmente eu teria alguma coisa.

Estou aqui, porque a universidade cancelou aquilo que entrei por 25 anos. Entreguei porque o hospital transferiu essa responsabilidade para mim. E isso foi crescendo de um jeito que, daqui a um pouco, comecei as pílulas do Gilberto. As pílulas do Gilberto nunca existiram. Devia ser as pílulas do Amaral de Carvalho, que ele transferiu para nós.

E essas pessoas, há até uma pessoa, de grande respeito, que disse que a universidade está sendo onerada. A universidade nunca pôs um centavo nessa pesquisa. E essas pílulas que vêm de graça, nós pusemos do bolso, é tão caro que dá para sustentar com nosso salário bom. Temos salário maravilhoso. E com esse salário dá para fazer as pílulas. Fizemos durante 25 anos e hoje, com as liminares, financiamos também.

Nós é que levamos as substâncias, as pastilhas e todo o material para a USP doar ou reclamar que doa, sim.

O que lamento, senhores, é que fui um professor durante 37 anos da Universidade, e esse tipo de coisa aparece. Mas isso é do ser humano.

Agora, o que mais interessa: por que estive na grande imprensa? Fiquei quieto durante 24 anos. Por que fiz esse estardalhaço? Porque quem defenderia os cancerosos. Após a minha aposentadoria, o negócio era matar, e eu não podia deixar matar. Havia muita gente tomando, muita gente se salvando... (*Palmas.*)

Então, por isso fiz esse estardalhaço todo e estou disposto a enfrentar o que vier.

Brinco sempre com meus companheiros de pesquisa: não se preocupem se vocês me virem de joelho. Estou rezando, porque acho que este tipo de negócio... Não existe um homem honrado que fizesse, que deixasse que isso acabasse em nada, só porque alguém acha. Acha, pega e prova. Leva a prova, fala que não funciona. Agora, você ficar falando pelos corredores? A ciência não admite isso, tanto que existe uma divergência no nosso grupo, que é uma disputa, é provar que estou errado num mecanismo que fiz, há 28 anos, há 18 anos.

Então, eles estão... Os meus companheiros de pesquisa ficam me testando. Estão testando isso, o tempo todo, e não conseguiram ainda. Quem sabe outros consigam.

Agradeço a oportunidade, Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – E a gentileza de nos trazer para cá, porque acredito que agora ele foge das minhas mãos, porque agora não sou mais médico, não sou médico. E agora é uma etapa que, juridicamente e tecnicamente, não depende mais da minha pessoa. O que eu tinha para fazer fiz e continuo de pé e à disposição para responder a qualquer tipo de pergunta que houver.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu peço, por favor, a atenção, para debatermos sem a necessidade de torcidas, para que cheguemos a uma posição, a mais lúcida, centrada e, como disse o Prof. Gilberto, científica possível.

Agradeço ao Dr. Gilberto.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Um momento. Um momento.

Mas não é gritando aqui, impedindo que os outros falem, que vai melhorar a saúde. Vamos ouvir todos. É assim a maneira certa de se falar.

Agradeço ao Dr. Gilberto. Fico contente, porque ele disse que ficará aqui. E peço a todos que fiquem aqui, para ouvir perguntas.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Salvador Claro Neto, que é professor e pesquisador da Universidade de São Paulo. (*Palmas.*)

O SR. SALVADOR CLARO NETO – Bem, senhores, bom dia.

Acompanho a pesquisa do Dr. Gilberto, há 31 anos. Quer dizer, faço parte do grupo de pesquisa do Prof. Gilberto.

Atualmente, do grupo de pesquisadores dele, sou o único que ainda está na Universidade, na USP. Sou o único pesquisador que ainda está na Universidade, na USP.

Atualmente sou responsável pela síntese da fosfoetanolamina, de que a USP está recebendo as liminares.

Então, o que eu posso dizer é o seguinte: Realmente, a gente não tem condição. É muita gente, são muitas liminares. Quer dizer, a universidade, realmente, não tem condição de fazer essa quantidade que está sendo pedida. Nós somos um laboratório de pesquisa, não somos uma fábrica. Mas eu acho que o que tem de ser feito é sair da universidade e fabricar em algum outro lugar onde se possa aumentar essa produção.

Então, o que eu posso dizer sobre a universidade é isso. Realmente, atualmente, ela não tem condição de fazer o que as liminares estão pedindo.

No tocante à pesquisa, tudo que eu poderia falar o Prof. Gilberto já falou. Quer dizer, durante todo esse tempo, durante esses mais de 20 anos de distribuição, nós tivemos muitos casos de pessoas zeradas. Quer dizer, essa pesquisa realmente começou dentro do hospital. A partir do momento em que o hospital foi perdendo o interesse, começou a mandar os pacientes para a universidade, e o professor jamais iria deixar de dar uma cápsula para uma pessoa que estava em recuperação. Como uma pessoa em pleno processo de recuperação, de repente, não vai ter mais fosfoetanolamina? É uma coisa que nem chega a ser humano. Como uma pessoa vai deixar de tomar um remédio que a está curando. Então, durante esse período realmente, foi distribuído dentro da universidade a fosfoetanolamina.

Paralelamente, foram feitas as pesquisas. Todas as pesquisas celulares, comprovando a eficácia da fosfoetanolamina, com vários pesquisadores como o Prof. Durvanei, como o Dr. Renato Meneguel, o Dr. Renato, o Dr. Marcos Vinícius. E a gente fazendo parte, como o professor falou, sempre questionando: "Será que o que o Professor falou é verdade?"

E todos os testes indicando, comprovando o mecanismo.

Quer dizer, a fosfoetanolamina entra por um mecanismo lipídico, e não proteico, como a medicina está tentando encontrar a cura do câncer. Então, a partir desse momento começamos a enxergar a cura do câncer por outro lado cientificamente.

O Dr. Renato Meneguel vai falar, o Dr. Durvanei vai falar. Inclusive, ele tem mais propriedade para falar do que eu. Então, o que eu queria dizer é o seguinte: eu acho que estamos perto de uma coisa... Estamos perto, não. Acho que já é uma realidade. A fosfoetanolamina é uma realidade, hoje, para a cura do câncer.

É isso o que queria dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Dr. Salvador.

Passo a palavra agora ao Dr. Marcos Vinícius de Almeida. Ele é biólogo, Doutor em biotecnologia e Professor da Uniesp, em Bauru.

Obrigado pela presença, Professor. (*Palmas.*)

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA – Olá. O meu nome é Marcos Vinícius de Almeida, mas o que eu tenho para dizer hoje aqui é que o meu nome não é Marcos Vinícius de Almeida. Meu nome hoje é Carlos; o meu nome hoje é Maria Clara; o meu nome hoje é Tiago; o meu nome é Iraci. O meu nome é o de todos aqueles que lutaram e padeceram sob a enfermidade do câncer durante todos esses meses, pessoas que pediram socorro, as quais eu não tive condição de ajudar. Histórias e dramas que eu desconhecia até bem pouco tempo. Lutas e batalhas que eu não lutava até tomar conhecimento e ver a face daqueles que sofrem e daqueles que, ao seu lado, os cercam de carinho e esperança.

Sou brasileiro, um cientista. Sou cético e probabilístico, e não falo de crenças ou especulações. Demonstro modelos, não verdades absolutas. Busco compreensão e entendimento; não afirmações impostas. Com essas características eu norteio o meu trabalho e faço as minhas pesquisas.

Portanto, não venho até esta Casa buscando ou apontando defeitos do porquê, até hoje, não termos conseguido avançar com nossos estudos. Não venho até aqui afirmando que o nosso composto – a fosfoetalonamina, criada pelo Prof. Gilberto Chierice, sintetizada pelo Prof. Dr. Salvador, avaliada por mim, pelo Dr. Renato Meneguelo, pelo Dr. Augusto Maria – seja um milagre e que possua características onipotentes de cura.

Venho até os senhores e senhoras – e a todos os brasileiros que nos assistem – pedir por aqueles que não podem mais lutar pela vida que lhes resta. Venho até esta Casa, humildemente, pedir apoio para que toda

a finalização da pesquisa seja realizada integralmente no Brasil, sem influência de empresas ou de interesses parciais de quem quer que seja.

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA – Não afirmo, em momento algum, que haja uma conspiração internacional de grupos, empresas, entidades, políticos ou outros. Como eu disse, eu não busco culpados, busco ajuda. Não busco inimigo, busco solidariedade.

Vivemos um momento de descrença em nosso País. Vivemos um momento de dúvidas e muito descrédito em nossa sociedade. Mas peço pela humanidade, peço pela aliança, peço socorro em voz alta e retumbante.

Srs. Senadores, políticos, médicos, doutores aqui presentes, amigos de pesquisas e autoridades, peço que, unidos, mesmo com nossas discordâncias, mesmo que com nossas diferenças, paremos por um momento para que possamos dar uma chance para aqueles que já tentaram de tudo, porque podemos decidir pelo seu destino.

No mais desse discurso humanitário e conciliatório, coloco à disposição todo o meu pobre conhecimento, minha ajuda, meus humildes apelos. Peço que, se tudo aprovado, confirmado estatisticamente, avaliado de forma imparcial, auditado pelo Ministério Público Federal e, finalmente, cientificamente reconhecido, o composto fosfoetalonamina sintética seja mais uma alternativa aos tratamentos hoje existentes. Não uma substituição, apenas uma alternativa.

Peço que, tudo confirmado, tenhamos a chance de oferecer ao mundo nossa ajuda frente a este mal. Peço que, da mesma forma, seja oferecido a baixo custo à população carente, a qualquer um, respeitando o nosso primeiro parágrafo da Constituição: de que todos somos iguais!

De forma a pontuar tudo aquilo que já foi entregue aos assessores e chefes de gabinete durante esta semana, peço a consideração de alguns pontos. Necessito – ou necessitamos – de apoio estatal à conclusão das fases clínicas realizadas, de forma imparcial e auditadas, da substância fosfoetalonamina sintética para o tratamento do câncer, com a disponibilização das indústrias farmacêuticas estatais e a infraestrutura hospitalar para tanto.

Peço a liberação da substância em caráter excepcional para uso compassivo, por mecanismo legislativo, durante a fase 1, visto que já existem muitos pacientes que atualmente usam a substância através de via judicial, com excelentes respostas de melhora ou cura. Pois é insustentável a concessão por esta via, pelo Instituto de Química da USP de São Carlos, por não possuir a capacidade de produção para suprir a demanda.

Considerem as declarações de pacientes que fizeram uso da substância – mesmo sem o devido controle clínico para os fins da liberação da mesma –, pois, conforme relatos de melhora ou de cura, há um caráter humanitário e os princípios constitucionais de proteção à vida como o bem maior protegido em nossa Constituição e o direito à saúde.

Peço permissão de acesso por pacientes em estágio terminal em tratamento paliativo à substância, mediante o termo de compromisso do paciente ou familiar, na impossibilidade física ou legal, no caso de menores, com o parecer médico da condição de inviabilidade da Medicina Clássica para fins de cura, através de um dispositivo que permita isso: por medida provisória, decreto legislativo ou portaria interministerial, ou como previsto na Lei da Esperança, do Estado do Rio Grande do Sul, Lei nº 11.948, do Deputado Estadual Sanchotene Felice, que autoriza procedimentos pioneiros em pacientes terminais com o propósito de salvar vidas.

Peço incentivo à pesquisa, senhores, através da desburocratização de procedimentos, visto que menos de 1% das pesquisas clínicas sobre o câncer são realizadas no Brasil.

E mais, peço incentivo e parceria a hospitais de referência, sejam esses quais forem, para a efetivação das etapas clínicas. Por diversos motivos, algumas dessas instituições não se interessaram em disponibilizar sua infraestrutura para a conclusão das pesquisas.

Enfatizo que nós, os pesquisadores, pretendemos abrir mão da patente sobre a síntese do composto após a conclusão das fases clínicas, sob a condição de que a substância seja distribuída pelo SUS e a baixo custo ou de forma gratuita, o que revela o caráter humanitário e nenhum interesse financeiro na pesquisa, conforme declarações feitas na imprensa.

(Manifestação da plateia.)

No mais, senhores, agradeço a ajuda e a solidariedade de todo o povo do Rio Grande do Sul, pela acolhida e força que nos impulsionou até aqui, em especial ao Deputado Marlon Santos, pela sua ajuda incondicional e conciliatória, de unir políticos de diferentes partidos frente a uma causa nobre e humanitária; ao Senador Ivo Cassol, por ter sido o primeiro Senador a reconhecer a importância dessa causa e por essa oportunidade de esclarecimento; ao povo do Paraná e à cidade de Cascavel; ao Sr. Vereador João Paulo, que lutou incessantemente para tentar viabilizar essas pesquisas; à família do Senador Acir Gurgacz, seu pai, Sr. Assis, aos apoios

prestados; aos verdadeiros jornalistas que, com imparcialidade, revelaram as evidências mostradas; aos Drs. Gilbert Bannach, pelo apoio nas pesquisas, e Mario Galhiane, por ter me apresentado ao Dr. Gilberto Chierice; e a todos os ativistas e grupos da internet que dedicaram seu tempo e seus esforços para ecoar nosso grito e revelar o espírito humanitário daqueles que necessitam.

Agradeço, principalmente, a vocês, que sofrem com o câncer, e seus familiares, que, nos últimos meses, não me deixaram desistir. Para vocês, deixo a mensagem que eu sempre disse: Calma! Vai dar certo! Já está dando! Aguentem firme!

Obrigado. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, doutor, pelo discurso de um cientista e um humanista, também. Passo a palavra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Cristovam.

A exortação feita pelo Dr. Marcos Vinícius de Almeida sobre a questão relacionada aos procedimentos de registro de pesquisa clínica... O Senador Waldemir Moka, que é médico, e está aqui presente, o Senador Walter Pinheiro, da Bahia, e eu assinamos, tomamos a iniciativa de um projeto para desburocratizar a pesquisa clínica no Brasil. Esse projeto, lamentavelmente, está recebendo ataques desrespeitosos, embora nossa preocupação, como a sua, seja com os pacientes. Não estamos interessados em outra coisa a não ser com isso.

Achamos que a ciência está a serviço da cura das pessoas, e é por isso que queremos que a pesquisa seja simplificada. (*Palmas.*)

Já que está aqui esta plateia toda, quero dizer que é o PLS nº 200.

O Senador Cristovam Buarque, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia – o projeto já está nesta comissão –, já designou o Senador Aloysio Nunes Ferreira como relator e fará uma audiência pública, brevemente, para tratar exatamente dessa questão da desburocratização, da simplificação dos procedimentos.

Quero agradecer à Anvisa, também, por ter entrado nesse debate com muito respeito à iniciativa parlamentar. Democracia é assim que se faz.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A audiência estava prevista para a próxima terça-feira, mas, diante do feriado da segunda... Houve diversos pedidos, pelo interesse tão grande, e ficou adiada para o dia 10 de novembro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Presidente, só para agradecer, aqui.

Como na quinta-feira a Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Aloysio Nunes, sempre teve prioridade de transmissão ao vivo, eu fiz uma solicitação, um pedido ao Senador, e ele se colocou à disposição. Então, quero aqui agradecer ao Senador Aloysio Nunes, porque estamos transmitindo ao vivo. Quem quiser participar, do Brasil inteiro, mande para cá, no portal que temos aqui à disposição de vocês.

Quero também agradecer à Ana Amélia, ao Senador Blairo Maggi, a todos os Senadores aqui que adiantaram a Comissão de Agricultura, também, para que pudesse começar às 8h, e às 9h e pouco começar ao vivo esta Comissão; e ao Presidente Renan Calheiros, que tem, agora, às 11h da manhã, uma homenagem à Rede Globo, ao finado Roberto Marinho, ao mesmo tempo – vai ser gravado lá, mas aqui vamos continuar ao vivo.

Então, quero agradecer ao Presidente e a todo mundo por estarem dando prioridade a esta audiência pública para debater e discutir sobre a oportunidade que as pessoas têm de se tratar com esse medicamento barato.

Então, vamos dar continuidade, Sr. Presidente.

Obrigado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Olha, no Amazonas estão assistindo, num hospital.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra, agora, o Dr. Durvanei Augusto Maria, que é biomédico do Instituto Butantan.

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite dos Senadores para estar aqui representando os mecanismos de ação, compartilhados com o grupo, com o Prof. Gilberto, pela grande admiração, com o Prof. Salvador, com o Prof. Marcos, com o Otaviano e com o Renato.

A minha história na fosfoetanolamina começou quando o Renato veio ao meu laboratório desenvolver a sua dissertação. Começamos trabalhando com modelos utilizados pela Anvisa para que novos compostos, novas fórmulas, sejam validadas e possam caminhar para as fases clínicas.

Vim falar um pouco de ciência para mostrar que a fosfoetanolamina tem um princípio diferente de todos os quimioterápicos. Eu e o Prof. Gilberto divergimos muitas vezes nos mecanismos, porém tudo que nós fizemos, esses dados estão documentados em revistas indexadas, em *sites* de busca de artigos científicos da área médica. Foram em grande parte publicados nos Estados Unidos e na Europa; um, na França.

Vim mostrar para vocês que a fosfoetanolamina é um composto que age em células tumorais e não age em células normais. Este é o grande mecanismo seletivo de um composto que é efetivo e que não causa danos colaterais. Eu não vou nem preconizar que a quimioterapia é boa ou ruim, porque não é o momento. Vim mostrar que a fosfoetanolamina tem um princípio que tem que ser divulgado e que há uma ciência. Não é garrafada, não é curandeirismo, não é falsa ciência. O Brasil faz ciência reconhecida internacionalmente. Hoje, os vários Ministérios envolvidos com o desenvolvimento de medicamentos ou de compostos, nós precisamos receber o apoio para que isso possa ser divulgado de forma mais rápida e precisa.

Só coloquei alguns diapositivos para mostrar que o efeito da fosfoetanolamina é a inibição do crescimento das células tumorais por um mecanismo nós, na ciência, na biologia celular, descrevemos como morte celular programada. A célula tumoral, na presença desse composto, é capaz de morrer. Ela seleciona o tipo de morte que ela vai desempenhar, diferentemente dos quimioterápicos, que matam, indiscriminadamente, qualquer tipo de célula que está em proliferação.

O primeiro trabalho que nós publicamos foi publicado nesta revista, no *Cancer Science & Therapy*, mostrando os mecanismos envolvidos e a especificidade dessa droga ou desse composto, me desculpem o termo, para que ela induza morte celular no modelo de células de melanoma, tanto humano como de camundongos.

O meu laboratório estuda mecanismos de ação. Não sintetizamos e não distribuímos. Queremos compreender a efetividade dessa droga para que ela possa, no futuro, ser aplicada, indiscriminadamente, para qualquer tipo de câncer. Sabemos que ele não causa efeitos colaterais.

O outro trabalho que nós publicamos foi também numa revista especializada na área oncológica, que é o *Anticancer Research*, em 2012, mostrando a formação, a inibição da formação de um tumor ascítico num animal.

Aqui estão os dados. Só para exemplificar, essa primeira figura mostra o que esse composto faz numa célula normal, não há alteração, e o que ela faz numa célula alterada.

Aqui é um modelo de implantação das células no animal, mostrando a redução e a regressão de tumores. O tecido tumoral é substituído. A densidade celular é diminuída e há uma substituição por fibrose. O tecido fica fibrosado. O que nós observamos e que nos chama a atenção em todos os modelos experimentais é que a fosfoetanolamina é capaz de inibir a formação de metástases. (*Palmas*.)

O princípio era mostrar se a fosfoetanolamina tinha um alvo específico. Ela tem, ela aciona mecanismos de uma estrutura que existe dentro da célula que é responsável por mover a capacidade energética, como o Prof. Gilberto disse, em condições anaeróbicas, porque o tumor depende de oxigênio, e, com isso, ele escapa, ele cresce. Essa organela é a mitocôndria. Então, o alvo da fosfoetalonamina é a mitocôndria. A mitocôndria é uma estrutura, dentro da célula, que é capaz de deflagrar a apoptose. É ela que controla os mecanismos de morte celular. Ela é sinalizada, na célula tumoral, para que morra, porque ela tem defeitos energéticos ou metabólicos.

Outro trabalho que publicamos, também numa revista – essa é uma revista da Europa, a *Biomedicine & Pharmacotherapy* –, também com células de melanoma, descreve os mecanismos de parada de proliferação e indução de morte pela mitocôndria.

Aqui os dados, e não vou explicar isso, porque não cabe agora, mostram, mais uma vez, que as células tumorais são destruídas e as células normais são mantidas preservadas.

Aqui é o primeiro teste da biodistribuição *in vivo*. Então, as citações na mídia de que não foi feito nenhum teste *in vivo* não são verdade. Esse trabalho mostra, por cintilografia, os mesmos testes utilizados em humanos, mostrando o tumor no animal, a incorporação da fosfoetalonamina, em função do tempo e da concentração, a redução da massa tumoral e a formação de uma área necrótica. O tumor é diminuído e há uma substituição do tecido por células que fazem a matriz desse tecido destruído por colágeno. O tecido tumoral é substituído por colágeno. Então, há o que nós chamamos de intenção de cicatrização.

Esse outro trabalho foi um modelo feito com o grupo da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que tem um modelo de leucemia em camundongo que tem mutação genética. Então, se há um mecanismo molecular envolvido, ele aqui foi comprovado, mostrando que a fosfoetalonamina, em vários tipos de células leucêmicas humanas, consegue destruir essas células, inviabilizá-las, em diferentes concentrações molares, muito menores do que são prescritos para tratamentos quimioterápicos convencionais.

Aqui estão todos os mecanismos de quantificação e qualificação do tipo de resposta, mostrando que o mecanismo é por apoptose, a célula é destruída.

Não vou entrar em detalhes, mas, aqui, comparamos quimioterápicos convencionais usados para esse tipo de leucemia, que é a Daunorrubicina e o Atra, que é um inibidor de ácido retinóico preconizado para leucemias mielóides crônicas.

Aqui, mais uma vez, mostrando que há uma depleção dessas células leucêmicas na medula óssea e no baço, que são órgãos afetados por células tumorais em pacientes com leucemia.

Aqui é outro trabalho em câncer de mama, mostrando o papel da mitocôndria na indução da morte de uma linhagem preconizada para estudos pré-clínicos, que é uma célula de mama que tem marcadores genéticos responsivos à hormonoterapia e à quimioterapia.

Aqui mostrando, mais uma vez, a efetividade da concentração utilizada, os mecanismos de mortes celulares induzidos por apoptose e a parada de proliferação celular. Então, ele não destrói o tumor, mas as células não crescem. Há condições de o sistema imunológico ser ativado para que isso possa ser reparado.

Aqui mostrando a mitocôndria. Então, é uma verdade, isso foi publicado.

Aqui está a fosfurilação da mitocôndria frente à presença da fosfoetalonamina. É uma microscopia com focal, mostrando a presença das mitocôndrias.

Aqui a célula morta, onde há a fragmentação do material genético dessa célula.

Aqui coloquei todos os meus alunos envolvidos, para mostrar que temos um fomento. A Fapesp financia e é responsável por todos os mecanismos. Então, não há incredibilidade nos dados. As agências financiadoras, como o CNPq, a Capes e a Fapesp, envolvidos nesse estudo, mostrando em outras formulações...

Eu estou trabalhando com formulações para veicular esse composto e biodisponibilizar ao sistema, à célula tumoral, especificamente, diminuindo, mais uma vez, os efeitos colaterais, se eles existirem ou se puderem ser prevenidos com essa formulação. São dois trabalhos em melanoma humano e em adenocarcinoma hepático.

Esses resultados já foram publicados num fascículo de um livro espanhol e outro, recentemente, foi aceito no *International Journal of Nanomedicine*, em 2015 – ainda não está disponível na rede da PubMed, mas futuramente estará –, e recebeu, no mês passado, a menção honrosa no congresso da Federação de Sociedades de Biologia Experimental, realizado em São Paulo.

Aqui, mais uma vez, a incorporação da fosfoetanolamina no interior da célula e o acionamento, à direita, das células por morte celular. Há a fosforilação de proteínas envolvidas nesse sistema. Então, há uma ativação da apoptose – não é aleatória.

Esses dados estão nesse trabalho do *International Journal of Nanomedicine*, mostrando a apoptose, a incorporação interna dentro da célula tumoral e a formação de estruturas envolvidas com a degradação da fosfoetanolamina interna por estruturas lisossomais, por outras organelas que existem dentro da célula.

Vocês me desculpem pelo cunho da ciência, mas eu preciso mostrar o meu trabalho e a ciência em que ele está envolvido.

Aqui está a prova, por microscopia eletrônica, mostrando a superfície de uma célula tumoral, revestida pela fosfoetanolamina e, na última foto, à direita, a formação de bolhas na superfície da membrana celular envolvidas com a morte celular por apoptose. São estruturas chamadas de *blebbings*, que existem quando há fragmentação do DNA e a célula é encolhida e degradada pelo sistema imunológico.

Aqui há outro trabalho com câncer de mama de uma aluna que é financiada pela Fapesp, trabalhando com as células MCF-7 e mostrando que a formulação que nós trabalhamos também é capaz de destruir as células em concentrações muito menores.

Aqui está o efeito da indução de parada de crescimento celular. Esses pontos azuis representam a senescência da célula, o envelhecimento que a célula tumoral recebe, ou faz, ou induz, após o tratamento com a fosfoetanolamina.

Aqui há estruturas de degradação da fosfoetanolamina em câncer de mama, mostrando a redistribuição dos lisossomos envolvidos também com a fragmentação do DNA.

Aqui está a distribuição das mitocôndrias no câncer de mama. Foi a primeira vez em que se mostrou – primeira foto – que ela se concentra ao redor do núcleo e, após o tratamento, ela é redistribuída no citoplasma da célula. A célula fica banhada por mitocôndrias que passam a funcionar, a fosforilar e a induzir mecanismos apoptóticos.

Aqui são estruturas em 3-D mostrando a formação de células mortas de carcinoma renal, mostrando a formação, em vermelho – nas duas fotos abaixo –, e mostrando a degradação da célula em tempo real.

Isso é um filme, que eu não expus em função do tempo – tempo final. É a formação, o encolhimento e a degradação dessas células. É um tumor que não tem tratamento, mas que teve resposta com a fosfoetanolamina.

Essa é a cultura em 3-D, por microscopia eletrônica de varredura, mostrando, mais uma vez, a formação de bolhas na superfície das células tumorais tratadas com a fosfoetanolamina.

Aqui é um tumor retirado do animal. Esse é o controle. Eu comparei com um medicamento comercial, usado para esse tratamento. Ele reduz, só que a fosfoetanolamina reduziu significativamente e expressivamente os efeitos colaterais causados pelo sunitinib.

Esse é um trabalho também em câncer de mama, num modelo de metástase. Nós enveredemos o trabalho, associando-o ao quimioterápico.

O último gráfico mostra o declínio da curva, evidenciando que a associação também é eficaz quando há um tratamento conjunto. Nós não sabemos por que e necessitamos mais estudos. Mas isso é uma verdade.

Esse é um trabalho de grande importância no meu grupo. É uma aluna que é odontologista e que trabalha com carcinomas espinocelulares da cavidade oral. São duas células cedidas por um grupo americano, denominadas de SC9 e SC25. São tumores que são retirados após a radioterapia. Há comorbidade e perda funcional, porque o paciente, muitas vezes, necessita da retirada do maxilar e da mandíbula. O único tratamento é paliativo, é a Cisplatina. A fosfoetanolamina se mostrou também eficaz na redução desse crescimento tumoral.

Esse é um estudo também feito por uma odontologista que é a minha aluna e é financiado pela Capes. Ela estuda os mecanismos de toxicidade aguda, dose única e doses múltiplas que são preconizadas para o desenvolvimento de fases clínicas pela Anvisa. A fosfoetanolamina não impede a proliferação de células normais na medula óssea, no baço ou na circulação periférica.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, doutor. Agradeço isto que é tão importante num bom cientista: conseguir mostrar todo o rigor da ciência de uma maneira que nos prenda a atenção e que, mesmo naquilo que não entendemos, nos dê segurança e a firmeza. Muito obrigado.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Otaviano Mendonça Ribeiro Filho. (*Palmas.*)

O SR. OTAVIANO MENDONÇA RIBEIRO FILHO – Em primeiro lugar, meu bom-dia a todos os presentes.

De maneira bastante expressiva, com o apreço ao convite feito pelo Senador Ivo Cassol, que nos trouxe até aqui, gostaria de mostrar para vocês o que já... Parte do trabalho que foi apresentado se iniciou com a minha ida, digamos assim, para São Carlos, em 1992, para ser orientado pelo Prof. Gilberto Chierice, que foi o primeiro a participar aqui da nossa fala. Com ele, pude, com todo critério científico, rigorosamente e obedecendo a tudo aquilo que a química havia me ensinado ao longo dos meus 45 anos de trabalho, sintetizar uma substância chamada fosfoetanolamina. Este é o nome genérico dela, não é o nome Iupac, União Internacional de Química Pura e Aplicada. O nome dela é 2-aminoetanol-dihidrogenofosfato, mas ela ficou conhecida como fosfoetanolamina.

Inclusive eu gostaria de salientar, que essa substância foi por muito tempo, por pessoas da área médica, inclusive, conhecida pelo nome de fosfoamina, assim ela começou a ser chamada. Ela foi batizada assim. A palavra-chave usada no início foi fosfoamina.

Eu não conheço a pessoa, mas ela sintetizou um pesticida com o nome de fosfoamina, que leva na estrutura uma substância chamada ácido fosfórico e uma outra chamada etanolamina. Ora, juntando as duas, se cria uma substância que leva o nome de fosfoamina.

Na ocasião, eu trazia essas substâncias de São Carlos até Uberaba. Eu lecionei por 20 anos, na Universidade de Uberaba, na Uniube, na área de Farmácia, Engenharias em Farmácia, com mais ênfase à Farmácia. Quando eu passei essa substância para a primeira pessoa, em Uberaba, uma médica, ela quis me enforcar, porque eu estava dando, para a mãe dela, para tratar da mãe dela, uma substância tóxica, altamente tóxica.

Tudo isso que eu estou falando para vocês é para inciar a minha fala sobre a provocação.

Primeiro eslaide, por favor.

Gostaria de mostrar para os senhores o que fez com que Prof. Gilberto Chierice e eu buscássemos sintetizar a fosfoetanolamina, tanto é que daí o nome – fosfoetanolamina sintética? Por que o nome de fosfoetanolamina sintética? Ora, aqueles que dominam a ciência sabem muito bem o que vem a ser isso, mas, para aqueles que não dominam, essa é uma substância naturalmente produzida pelo nosso organismo e por demais organismos e vem ao encontro de tudo aquilo que os professores que me antecederam falaram e com a fala que virá depois, do Dr. Renato Meneguelo. É preciso mostrar o quanto essa substância é importante.

Essa ênfase que eu dou a esta minha fala é pelo fato de estar há 25 anos, há 25 anos, não na expectativa, mas na esperança de que um dia ela chegasse até esta Casa. Essa foi uma esperança que se concretizou neste momento, pois ela chegou a esta Casa. Agora, eu gostaria que ela saísse daqui com o aval dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados, dos políticos do nosso Brasil. É preciso que deem atenção a essa substância.

Meus queridos presentes, essa substância não foi feita do dia para a noite. Foram oito anos de pesquisa na Universidade de São Paulo para a conclusão de que os pacientes futuros não tomariam aquilo que os dois professores que me antecederam disseram, com muito propriedade: garrafadas. Durante dois anos e meio,

nós ficamos na tentativa de chegar a um cristal ultrapuro que permitisse chegar à molécula, ao seu arranjo molecular pelo meio mais refinado que nós temos para essa situação molecular orgânica. Molecular orgânica é uma redundância, desculpem-me. Mas a difração de raios X mostrou essa molécula que nós iríamos utilizar. A partir de então, eu mesmo comecei a fazer uso dessa substância.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Um minutinho, por favor.

Presidente, há uma reclamação no sentido de que, na TV Senado, não estão sendo identificados os nomes dos palestrantes. Então, o pessoal não está conseguindo entender quem está falando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos providenciar isso.

Obrigado, Senador Blairo.

O SR. OTAVIANO MENDONÇA RIBEIRO FILHO – Primeiro eslaide.

Edgar Laurence Outhouse, quem vem a ser esse homem? Foi um pesquisador canadense que isolou pela primeira vez, a partir de células tumorais de bovinos. O trabalho dele ficou engavetado de 1935 até 1992, praticamente. Inúmeros outros trabalhos apareciam, mas não existia, até o momento, a internet. O nosso sistema de busca de artigos teria que ser para fora do Brasil, porque aqui, até então, não existia nenhum artigo relacionado com o nosso propósito de trabalho, e teria que ser o mais rápido possível, digamos assim, porque eu iria defender o meu doutorado. Iniciei pelo mestrado, mas agradeço, mais uma vez, ao Prof. Gilberto Chierice, por ter reconhecido o meu desempenho e, em um ano de trabalho, ter me passado para o doutorado direto.

Muito bem, iniciamos, um pouco mais não digo apreensivos, mas cautelosos, o nosso trabalho que culminou com o cristal que vou mostrar para os senhores na sequência do Outhouse.

Quando eu defendi a minha tese – se ele estiver me ouvindo –, o Prof. Benedito, da Universidade de São Paulo, disse: "Otaviano, você poderia terminar seu trabalho aqui com essa rosa." É um cristal monoclínico. A representação que nós temos ali, por ORTEP, mostra esquemas de ligações de hidrogênio. Para não estender demais a minha fala, os senhores observem que são todas células unitárias da fosfoetanolamina, ou seja, um grupo fosfato ligado a um grupo etanolamina, formando a fosfoetanolamina.

Na sequência, nós ficamos, de certa maneira, não digo eufóricos, mas estasiados em chegar a essa conclusão. Por que estasiados? Porque, como se trata de um éster e todos os ésteres, com raríssimas exceções, passam pelo fenômeno de hidrólise, o nosso trabalho de cinco anos, praticamente, desculpem, o nosso trabalho de quatro anos, seria jogado por terra, porque nós havíamos chegado a uma substância que sofria hidrólise. O que nós resolvemos fazer? Vamos acabar com esse impasse, como? Obtendo o cristal por via aquosa, e assim foi o nosso procedimento. Recristalizamos para garantir que estaríamos ingerindo a fosfoetanolamina que viria suprir, ou seja, dar continuidade, como foi feito pelo Prof. Durvanei Augusto Maria e será complementado, acredito, pelo médico Prof. Dr. Renato Meneguelo.

Mais dois eslaides vou apresentar para vocês.

Aqui uma espectrofotometria de transmitância na região do infravermelho. E o meu professor que me arguiu na tese perguntou: para que você está fazendo isso, sendo que a difração de raio X já comprovou tudo? O cristal não. O cristal poderia ser uma outra coisa que estivesse contida dentro dele, mas a difração de raio X mostrou que não era isso.

A partir dessa espectroscopia, e nós fizemos aqui uma inversão, desculpem, houve a conformação da FOS determinada por espectroscopia de ressonância magnética nuclear, tudo isso no laboratório da Universidade de São Paulo, no campus São Carlos.

Gostaria de externar, ainda que fuja um pouco da minha fala, aos meus colegas da Universidade de São Paulo, que me ajudaram nesse trabalho. Aqui, temos uma decomposição por termogravimetria, num ambiente de ar, de maneira dinâmica, óbvio, e, na sequência, para chegar a uma conclusão final, fizemos o trabalho de volumetria para comparar com o que havia sido apresentado para mim, para o Prof. Gilberto o artigo de relevância que nos levou a determinar aquilo que o Presidente da Câmara disse, talvez algumas pessoas não entendam, que são as constantes de ionização, por meio das quais, a partir do PK-1, do PK-2, do PK-3 é que foi possível dar início a todo o trabalho que veio pela frente e que culminou com a fosfoetanolamina.

Termino por aqui.

É um entusiasmo muito grande estar nesta Casa, apresentando para vocês, tendo a oportunidade, pessoal, entenda isso, de mostrar um trabalho científico fascinante, que os fascinaria como políticos, que estão abraçando a área da política, assim como nós, pesquisadores da área da química.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Passo a palavra, agora, ao Renato Meneguelo, mestre em bioengenharia pela Universidade de São Paulo (USP).

Um grupo de pessoas me pediu para colocar uma faixa aqui. Nem sei o que é e não é faixa nossa, mas esta é uma Casa que tem que respeitar todos que quiserem se manifestar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Do Belém do Pará, muito obrigado pela sua participação.

Prof. Renato, com a palavra.

O SR. RENATO MENEGUELO – Bom dia a todos.

Acho que a parte mais difícil ficou para eu falar.

Srs. Senadores, muito obrigado; Senador Ivo Cassol, muito obrigado; pessoal do Rio Grande do Sul, muito obrigado; pessoal do Paraná, muito obrigado; pessoal do Brasil, muito obrigado!

Somos brasileiros, pesquisadores brasileiros, publicamos fora do Brasil, temos orgulho de ser brasileiros, temos orgulho de demonstrar um composto brasileiro e de tentar tratar brasileiros, pessoas, não cobaias. Já estou ficando cansado de ouvir falar em cobaias; cobaias são animais; nós não fazemos também tratamento com placebo. Para ser placebo, o indivíduo tem que ter consciência de que está doente, de que está tomando um medicamento ou um composto. O animal que tratamos não tem ideia de que está doente e, se funciona, como é que ele pode estar tomando um placebo?

E outra coisa, doutores da Casa e doutores que estão nos ouvindo: acho, sim, crueldade tratar um paciente terminal de câncer com placebo. Ele acha que está tomando um medicamento novo, que terá chance de ser curado e está tomando farinha. Isso, sim, é desumano...

(Manifestação da plateia.)

O SR. RENATO MENEGUELO – O que nós fazemos não é – vocês podem ter certeza. O que nós fazemos, por incrível que pareça, estamos falando em português, é ciência! Ciência não é aquela que vem só daqueles que falam em inglês. Estamos no topo da ciência no mundo. Quem disse que a gente precisa sair? Nós recebemos propostas para ir para fora do Brasil, recebi proposta para ir para fora do Brasil. Várias! Mas aqui é minha casa, aqui é minha gente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Se eu tenho a chance de salvar alguém ou de dar esperança para alguém, por que não de um irmão? Por que não de um semelhante? Eu vou mostrar para vocês.

Eu sou culpado mesmo de toda essa situação. O trabalho foi feito, iniciado por mim, porque o Gilberto acreditou que eu tinha capacidade. Eu não sou realmente a fina flor da Medicina. Não sou um médico muito conhecido, eu trabalho para o SUS, sempre trabalhei para o SUS, eu trabalho em prontos-socorros. Mas eu sou oncologista clínico. Este final de ano, eu me formo cardiologista clínico e neurologista clínico. Mas trabalho num pronto-socorro no interior do Sertão do Ceará, numa cidade chamada Tauá, muito boa para se viver, pena que é muito quente e com pouca água. Eu não vim de berço rico. Meu pai é metalúrgico, minha mãe fazia crochê, e a gente vendia na feira de artesanato. Meu irmão também, é psiquiatra. Hoje em dia eu sou mestre em Bioengenharia, só não sou doutor porque nós resolvemos rebaixar a minha tese de doutorado para mestrado, porque eu ia dar continuidade com a tese de mestrado nas fases clínicas, mas infelizmente não foi possível. Portas não faltaram eu bater. Muitas portas eu bati. Muitos "nãos" eu recebi. Não sei se é porque eu não inspiro muita confiança, não sei, ou porque eu não sou muito bonito, eu acho, deve ser por isso.

Posso começar, gente?

Falaram o seguinte: que não existiam testes pré-clínicos. Existem, eu fiz. As pessoas que falam que não existem testes pré-clínicos nem outras coisas, por favor, gente, vão ler. São pessoas instruídas, pessoas capacitadas, pessoas que estão em altos cargos. Por favor, em respeito à ciência brasileira, pelo menos percam dez, quinze minutos e leiam.

O que eu vou falar aqui para vocês, por favor, não escutem com os ouvidos, escutem com o coração e reflitam com a alma. O que eu vou falar para vocês aqui não existe. Por favor.

Os testes que foram iniciados foram em animais com melanoma inoculados no dorso deles, e com 21 dias eles ficam desse jeito. Melanoma, tá? É fácil verificar que o animal está com câncer. Não vou falar nada científico, nada demais, para não ficar muito confuso, porque a explanação científica dos meus colegas já foi bastante suficiente. Esta Casa está cheirando a ciência hoje. Parabéns a vocês!

O dorso do animal, o animal fica desse jeito, impossibilitado de andar e tudo mais. Aqui vocês conseguem ver que esse é um animal com câncer não tratado.

Meu eslaide é branco, eu fiz o eslaide bem simples, gente, para não ficarem prestando atenção ao eslaide e perderem a atenção ao conteúdo.

Essa parte de baixo do animal é o melanoma não tratado. Quando vocês veem, nós rebatemos a pele do animal para trás ou para o lado, esse vaso bem grandão na pele lateral é o vaso que nutre o tumor. Então é fácil de você ver que é impossível operar esse pobre animal. Não há como você retirar aquela capa. E outra coisa: aquele vaso, não há como você retirar aquele vaso da pele lateral do animal. Isso chama-se neoangiogênese. É a criação de um novo vaso, que o tumor causa para poder se nutrir. Então, teoricamente ele é um parasita que não depende do corpo do indivíduo.

Aqui já é ele tratado com nosso composto, com uma dose mais baixa. Como o Prof. Durvanei falou, nessa dose mais baixa, vocês podem ver que ele fez aqui uma capa que encobriu o tumor. Não conseguimos visualizar aquele vaso grande na lateral da pele do animal.

E, se vocês conseguirem ver, olha a coluna desse animal. Se eu tirar aquela bola branca – vou chamar assim – da lateral daquela pele, onde está o câncer desse animal? Então, quer dizer que ele se transformou num tumor maligno, num melanoma maligno, e num tumor benigno. Retirou, teoricamente. Acabou? Vocês conseguem ver que não está nem aderido ao corpo do animal? Olhem o desvio da coluna desse animal. O tumor estava pressionando a coluna dele – na de baixo vocês conseguem ver. Mas, se eu tirar isso, onde está o problema desse animal? Eu acho mais fácil mexer no camundongo do que no elefante. Aqui também: o animal tratado com uma dose um pouco maior. Se vocês observarem, olha o tumor. Esse não encapsulou, esse, realmente, regrediu, com relação àquele outro. Há outras fotos que vou mostrar para vocês, mas vocês podem ver a lateral da pele do animal rebatida, que também não há vasos. Aqui em cima o animal tratado com uma dose, lá tratado com quimioterápico. O quimioterápico também reduziu, mas você vê que tem formações pequeninas, tem metástase. No canto superior, não tratado; no canto interior, não tratado. Aqui, próximo dessa parte, vocês veem que é impossível de se operar esse animal, não tem jeito de se operar esse animal.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Aqui um animal tratado, aqui outro animal tratado. A parte mais interessante vem mais na frente.

A mesma coisa, não vou ficar repetindo, animais e animais. Acho que é o último de animal.

Disseram que não existe a DL 50. DL significa Dose Letal Média, é o teste de toxidade feito no animal. Existe outra dose de toxidade, que o Marcos Vinícios toma há doze anos, ele, o pai dele e a mãe dele. Já morreu? Não? Foi feito pelo Ceatox, pela Unesp de Botucatu. Eu estou falando de três entidades envolvidas: a USP, de São Paulo, a Unesp, de Botucatu, e o Butantã, três entidades de peso neste País e internacionalmente. Se eu não me engano, uma das três melhores do País.

Vou mostrar para vocês. A Universidade Estadual de São Paulo, em Botucatu: número do laudo indicando, aqui dizendo todo o teste de toxidade, assinado por dois especialistas em toxicologia. Não sou eu que estou falando, inventando, existe o documento. Tudo o que nós falamos nós provamos, não estamos chutando nada. Agora, esse composto que é liberado também tem o teste de toxicidade, mais de 4 mil agentes cancerígenos. É liberado, por R$ 8,00 você compra. Aquele outro não, você tem de entrar com uma ação judicial. Ou estou enganado? Ação judicial é mais do que uma autorização por escrito. Além de a pessoa autorizar, ela pede para um juiz. Vou mostrar aos senhores aquilo que dizem que não existe. Desculpem. Fiz e faria de novo. Pode estar infringindo o Conselho e outras coisas, mas eu fiz e faria de novo. Tumores suprarrenais, senhores, cirúrgico. Todos os exames que vou mostrar aqui foram autorizados pelos seus donos. Tumor de suprarrenal, antigo, de 2002, não é de hoje. O tumor, no primeiro exame, tinha 23 x 18mm, está indicado aqui.

Onde está o ponteiro, por favor? Esse não está funcionando. Se eu falar sem microfone, vocês vão me ouvir?

(Manifestação da plateia.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Aleluia! Graças a Deus! Porque não consigo ficar parado. Desculpa, gente. (*Palmas.*)

Desculpa, Senadores.

Aqui estamos falando o seguinte: o tumor tem 23 por 18mm.

Vamos para o próximo.

No próximo exame que essa pessoa fez, ele já diminuiu para 16 por 16mm. Era 23 por 18mm. Foi para 16 por 16mm no segundo exame, onde o ultrassonografista – não sou eu – escreve: "Houve reduções na medida suprarrenal esquerda." O ultrassonografista confirma.

No terceiro, adrenal não visualizado. De novo assinado.

No quarto, só fala do cálculo renal. Então, quer dizer que a fosfoetanolamina não trata cálculo renal. Mas o tumor em si sumiu. Ela não foi operada.

Rabdomiossarcoma de pelve. É outro tipo de tumor. Aqui está o laudo do doutor quando esse paciente chegou para mim. Ele estava todo em edema, não conseguia caminhar, edema monstruoso na perna, coxa, região genital e tudo mais. Não conseguia nem respirar, uma massa imensa em região hipogástrica, com isso aqui: "Atesto, para devido fins, que o paciente acima é portador de rabdomiossarcoma de pelve, sem resposta à radioterapia e quimioterapia. Solicito suporte clínico e analgesia." Foi o que eu fiz. Dizia – e isso é o que importa: "Grande formação arrendondada, limites mal definidos, medindo 16 por 12cm na região mesogástrica."

No segundo exame, foi para 10 por 9cm. Já não tinha mais inchaço nas pernas, já conseguia caminhar, inclusive andar de bicicleta, tanto que ele morreu atropelado, andando de bicicleta, infelizmente, mas não foi do câncer.

PSA: 518. O normal é 4. Foi para isso. Foi para isso.

Neoplasia de fígado. Falando que é um linfoma maligno difuso não Hodgkin, de 12 por 12cm, vários nódulos. Aí ele caiu para 8 por 8cm. De 12 por 12cm foi para 8 por 8cm. Ainda tem vários nódulos. Depois 6 por 5cm, ainda com vários nódulos. Depois, 5 por 3cm, em duas lesões – está escrito bem aqui: duas lesões.

Estou falando de cânceres diferentes.

Pulmão. Aqui está fácil de ver esse câncer de pulmão. O pulmão tem que ser todo preto. Pulmão sadio é todo preto por causa do ar. Toda a área que está – isso aqui é coração; então, não é – branca aqui nessa região é câncer.

Depois de um tempo em que nós o tratamos, foi para isto: lado esquerdo todinho sumiu; lado direito sobrou aqui e aqui. Falaram para mim: "Não é da mesma pessoa." Então, bota um do lado do outro. Está aqui. É, sim, da mesma pessoa.

Glioblastoma multiforme cerebral. Vou mostrar para vocês.

Eu sou um médico muito pesado. Eu tenho muito, muito, muito atestado de óbito nas costas. Às vezes, me emociono porque eu volto a lembrar.

Essa é minha paciente. O pai dela deixou, gente. Quem é oncologista aqui sabe o que é um glioblastoma multiforme cerebral, sabe quanto tempo tem de sobrevida, sabe que depois de um certo tempo de tratamento só tem modal e olha lá.

Olha o olhinho dela, o tumor está afetando uma região, que pega o nervo oculomotor e o olho dela estava começando a puxar para o lado. Ela não tem condições financeiras de ficar fazendo exames. Então, a gente a está observando clinicamente.

Olha o olhinho dela, conseguem ver? A pressão em cima do nervo oculomotor está diminuindo. Glioblastoma! Então, quer dizer que ele passa a barreira hematoencefálica, que é a capa de proteção do nosso cérebro, uma malha extremamente fina.

Eu posso passar o videozinho? É só para mostrar para vocês como ela estava, fazendo quimio.

O vídeo está de lado, viu? É bem rapidinho, só vai passar um pedacinho.

Ah, pode ir? Ah, resolveu? Ótimo.

Cadê o som? Olha lá o som. Puxa o som, lá embaixo.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Ela não consegue saltar, ela não tem equilíbrio.

Acho que já basta. Vamos para o outro. Esse vídeo tem 4 minutos. Já está acabando.

O próximo vídeo, dela mesmo.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Hoje em dia. Olha o passo, olha o olho.

Os doutores oncologistas podem dizer quanto tempo de vida ela tem, ou tinha.

Tira, por favor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode continuar, Dr. Renato.

O SR. RENATO MENEGUELO – Aquele da menininha, a outra, minha outra bebê.

Foi para isso que eu fiz Medicina. Um médico, a primeira coisa que ele tem que saber quando quer fazer Medicina é que não pode ser um curso fácil. Medicina não pode ser um curso em que qualquer pessoa entre. Tem que ser um curso difícil, porque o médico vai cuidar dos nossos filhos, dos nossos pais, e o médico tem que gostar de gente.

Ele tem que gostar... (*Palmas.*)

O SR. RENATO MENEGUELO – ...porque, senão...

Eu não pergunto, geralmente, o nome dos meus pacientes. Só na hora de fazer a receita. Eu não quero saber quanto dinheiro ele tem, quanto ele não tem. O preço da minha consulta é um aperto de mão e um abraço, sempre foi, desde que eu me formei. (*Palmas.*)

O SR. RENATO MENEGUELO – Vai.

Volta, volta, volta. Eu quero que passe as fotos.

Tira o vídeo.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Não, eu quero que tire o vídeo. Eu quero que volte para a apresentação. (*Pausa.*)

O SR. RENATO MENEGUELO – Essa mocinha tem nefroblastoma disseminado. É um tumor que dá no rim, só que ele já se expandiu e já pegou cabeça, já pegou outras coisas. O pai dela me permitiu. Aliás, foi ele que pediu.

Passa, por favor.

Essa é uma tomografia. Está dizendo que tem 7 por 6cm aqui no tumor, mas eu vou mostrar para vocês como é que fica.

Por favor, o outro.

Essa é a tomografia dela. O que acontece? Tudo isso que está branco aqui é calota craniana, caixa da cabeça. O que foi retirado aqui é osso. Ela não tem um pedaço do osso da cabeça. Isso que está saindo daqui para fora é o câncer. Tirou essa parte do osso da cabeça dela para poder tirar a pressão da cabeça dela. Ela é acamada, não mexe nada.

Próximo. Eu vou mostrar para vocês.

Aqui é cérebro, e aqui é câncer. Conseguem ver?

Próximo, por favor.

Essa era ela antes de estar doente.

Próximo, por favor.

Ela hoje em dia. Ela já sofreu duas cirurgias de pulmão, duas cirurgias no cérebro.

Próximo, por favor.

Assim ela está hoje em dia.

Próximo, por favor.

Vamos ver se passa o videozinho. Já estou quase acabando, viu, gente?

Esse é o pai dela falando.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENATO MENEGUELO – O segundo. São quatro videozinhos pequenininhos. Ela está desse jeito.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Terceiro vídeo.

Reparem que ela não mexe nada. Ela é totalmente plégica. Plégica, plégica. Não consegue nem comer.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENATO MENEGUELO – O último videozinho, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Gente, é mais ou menos por aí, que não cure. Cruel? Olhe bem para mim e veja se tenho cara de alguém que é cruel. Olhe bem para mim e veja se tenho cara de quem é assassino. Assassina é esse doença. Condenadas essas pessoas já estão. Não tem jeito, não tem saída. Que todos nós iremos morrer, isso é fato. Como iremos morrer é a diferença. Temos que saudar a vida. Temos que nos amar como irmãos. Precisamos, não há dinheiro que pague uma coisa dessa para um pai, para uma mãe, para um irmão. Não existe.

Senhores, estou muito feliz em estar nesta Casa. Nunca imaginei estar junto de gente tão importante. Só sou realmente um ninguém, só mais um maluco com um monte de ideias, a quem ninguém dá atenção, porque está descrito e explicado. Nós fazemos ciência para vocês. (*Palmas.*)

Se não conseguir, não quero que entendam a minha dor. Eu não tenho câncer. Quero que vocês entendam a dor de quem tem câncer. Não esqueçam, ninguém está fora dessa doença. E na hora em que ela aparece, é um susto imenso.

Quero agradecer. Por favor, senhores, que esta não seja só uma visita como várias outras que fizemos, visitas e visitas, reuniões e reuniões, e nada sai do papel. Contra fatos não há argumentos. Ponto. (*Palmas.*)

Esta é a única coisa que se tem de falar. Quero mais papel, mais papel e mais papel. Tome papel. Quero vida, sobrevida, com dignidade. Desculpem-me o desabafo, mas eu já não aguento mais fazer óbito de amigo, vocês me desculpem.

Obrigado. (*Palmas.*)

Senhores, por favor, eu imploro para vocês, ajudem-nos. Nós queremos somente o que a sociedade científica quer: teste clínico. Estamos pedindo testes clínicos. Quantos testes clínicos são feitos no Brasil, de fase 1, 2 e 3? Eu estou pedindo teste clínico. Não estou pedindo nada demais. Não estou pedindo dinheiro. Nós nunca pedimos dinheiro. Estou pedindo teste clínico. Por favor! Por favor! Ajoelho de frente para vocês e peço: por favor! (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. RENATO MENEGUELO – Desculpem-me, senhores, mas são muitos e muitos anos. Desculpem-me, por favor. Acho muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou passar a palavra para a Senadora Ana Amélia, que tem aqui, do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, gostaria que a senhora lesse, porque é muito importante para todo o povo brasileiro que está encamado com câncer e está na expectativa desse medicamento.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Entendo e realmente o depoimento do Dr. Renato Meneguelo mostrou todo o trabalho feito com pacientes, com pesquisas. Sempre que você lida com sentimento, lida com uma criança que está à beira da morte, vendo uma recuperação, não há como não se emocionar com esses fatos.

Então, apenas aqui quero cumprimentar o Dr. Renato pelo envolvimento, eu diria, mais do que científico. Ele tem um envolvimento emocional com essa questão, que é importante, Dr. Renato, porque o comprometimento vem daí, do sentimento que o senhor tem com toda a pureza.

Então, respeitamos a sua emoção, que é fruto do seu comprometimento com a causa e com a seriedade com que o senhor e a sua equipe fazem esse trabalho.

Vou tomar a liberdade, porque diz respeito exatamente a isso e porque a Anvisa logo vem falar: recebi do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, do Município do Bento Gonçalves, a correspondência assinada pelo Procurador da República Alexandre Schneider.

Ele informou que está em tramitação naquela Procuradoria de Bento Gonçalves um processo, um inquérito civil, para apurar as circunstâncias relacionadas à fabricação e utilização da fosfoetanolamina sintética.

Nesse estado de coisas, considerando que o signatário [que entrou com a petição na Procuradoria] encontra-se impossibilitado de acompanhar a audiência pública do dia 29 de outubro, sugere-se a formulação do seguinte questionamento aos representantes da Anvisa e, porventura, a quem mais se dispuser a tratar do tema.

Muito tem se tratado, nos últimos dias, sobre os efeitos da fosfoetanolamina sintética desenvolvida por pesquisadores da USP São Carlos como uma sustância para tratamento de alguns tipos de câncer.

Nesse sentido, correntemente, tem se ouvido que a fosfoetanolamina sintética formalmente não pode ser adjetivada como medicamento, por não ter enfrentado todas as fases de pesquisa previstas nas normas regulatórias.

Por outro lado, temos também ciência das dificuldades e entraves que podem ser colocados a uma equipe de pesquisadores, que são cidadãos comuns, sem o patrocínio de empresas farmacêuticas para o registro de um medicamento neoplásico novo, desenvolvido por eles próprios e com tecnologia 100% nacional.

Desse modo, considerando a relevância e a repercussão social que vem ganhando o tema, sendo que a resolução dessa questão é de notório interesse público e de interesse de um número indeterminado de cidadãos brasileiros, que aguardam a realização das pesquisas clínicas e a conclusão da apreciação técnico-regulatória da eficácia do composto, apreciação essa de competência e de dever da Anvisa, pergunta-se: seria possível a adoção de procedimentos e trâmites simplificados pela Anvisa, para a consecução da avaliação técnico-regulatória desse composto experimental?

E ele diz mais:

Os pesquisadores, nada mais que cidadãos detentores da patente do composto, já demonstram o seu pleno interesse em levar a efeito todas as etapas e testes necessários para a validação do composto.

Parece que não podemos mais esperar. Os pacientes e seus familiares não conseguem esperar. A sociedade anseia por uma definição, e os pesquisadores não conseguirão aguardar mais 20 anos, para que os órgãos estatais cumpram com as suas funções regulatórias.

Enfim, esperamos doravante poder contar seriamente com a Anvisa, para que seja realizado um trabalho comprometido e uma prestação adequada com relação à testagem e à apreciação regulatória desse composto.

Atenciosamente,

Alexandre Schneider, Procurador da República.

O ofício, enviado ao meu gabinete, é de 27 de outubro do corrente ano.

Então, é para mostrar que setores também estatais, no caso, o Ministério Público, que é o defensor da sociedade, dos interesses da sociedade, têm essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. (*Palmas.*)

Eu quero dizer que vejo com tristeza não o debate que estamos fazendo aqui, mas eu combinei com o Presidente do Senado ontem, com a Casa, com o Diretor Bandeira que esta reunião seria transmitida ao vivo e que não haveria interrupção.

Infelizmente, foi interrompida a transmissão ao vivo, uma falta de respeito com o povo brasileiro.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Nós estamos discutindo aqui tratamento de saúde.

Estamos aqui discutindo com os pesquisadores, vamos ouvir o Governo, a Anvisa, vamos ouvir o Ministério da Saúde que está aqui junto. O que pode facilitar isso, por mais que haja alguma solenidade, alguma homenagem, ela poderia ficar em segundo plano, porque pode ser retransmitida.

Então, eu peço aos diretores da Casa que estão me ouvindo, por gentileza, que tenham respeito com o povo brasileiro. Isso é uma falta de respeito. Eu já combinei com o Presidente, combinei com a diretoria da mesa. Combinei com todo mundo. Estão desrespeitando quem está em casa nos assistindo.

Eu, como Senador, estou triste, porque quem está em casa, o Brasil inteiro acompanhando... Não são só vocês pesquisadores, a imprensa, todo mundo aqui, Senadora Ana Amélia. É o Brasil inteiro acompanhando. Essa briga não é mais do Senador Ivo Cassol, é do Congresso Nacional. É de toda a sociedade. Há depoimentos e relator fundamentais.

Eu queria aqui dar um testemunho. Eu queria que o Dr. Antonio Carlos Buzaid, esse médico renomado que só escreve livro, que parasse de mentir e de dizer as asneiras que ele fala.

É verdade. Eu posso falar como Senador da República, porque ao mesmo tempo em que ele foi procurado por amigos, em 2011, aqui em Brasília, ele respondeu que havia resultados positivos da fosfo, mas que ele não estava aqui para fazer caridade. O que ele precisava, o que lhe interessava era *money, e money* – a palavra é inglesa –, porque eu sou brasileiro, é dinheiro.

Então, nós não podemos aceitar. São depoimentos como os do Dr. Renato e tantos outros aqui, verdadeiros, autênticos, mostrando provas. E digo mais aqui, não há mais provas, Senadora Ana Amélia, porque os próprios funcionários da saúde não querem se expor, porque aqueles que estão ganhando milhões em cima da desgraça alheia, depois ainda querem penalizar esses profissionais.

Nós iríamos passar o vídeo agora, enquanto não está passando ao vivo ainda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Voltou a passar ao vivo? Então, agradeço aos diretores, agradeço ao pessoal de novo, agradeço ao Presidente do Senado. Eu gostaria que a Casa mostrasse os vídeos para depois nós ouvirmos o Presidente da Anvisa. São vídeos que estão aí de alguns poucos minutos.

Vamos ver os vídeos, por gentileza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ivo Cassol, o Senador Cristovam Buarque é o Presidente da Conselho do Prêmio Roberto Marinho, e é agora a sessão de entrega dos vencedores, por isso ele se afastou momentaneamente, para ir a essa cerimônia no Plenário do Senado Federal.

Então, ele pede desculpas, por ser o Presidente dessa Comenda.

Obrigada, Senador Ivo Cassol. É em respeito ao Senador Cristovam Buarque, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Antes de passar o vídeo, eu estou aqui com a mensagem da minha filha, a Karine, dizendo: "Pai, voltou a transmitir novamente".

Fico feliz.

Passe o vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, só uma questão de ordem para V. Exª. Nós temos mais expositores, ainda?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, nós temos o seguinte: vamos agora ouvir... Eu ia ouvir o depoimento de duas testemunhas que estão aqui, mas vou só mudar a ordem e pedir para o Presidente da Anvisa, Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... para já usar a tribuna aqui, neste momento, para poder explorar o que ele pode ajudar. Depois vai falar o Secretário, Dr. Adriano, representando o Ministro da Saúde.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma solicitação para V. Exª, enquanto o Dr. Jarbas ocupa a tribuna. Todos nós temos inúmeros compromissos, e o tema nos é bastante importante e relevante. Se a gente puder agilizar um pouco, porque tenho a impressão de que todos os Senadores gostariam de se manifestar, também, a respeito desse assunto e, como já estamos no adiantado da hora, se a gente pudesse apressar um pouco...

E depois gostaria que o senhor identificasse a ordem de inscrição, para saber em que posição me encontro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com a palavra, o Presidente da Anvisa, Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Muito obrigado. Bom dia.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer, parabenizar o Senador Ivo Cassol, as duas comissões que estão fazendo esta audiência. Creio que é um tema extremamente importante. Creio que é impossível a gente discutir saúde, vidas humanas, sem que haja um envolvimento e um engajamento importante. Sem isso, efetivamente, a saúde não avança. Precisamos, cada vez mais, fazer com que esse debate se fortaleça, cresça. Aqui nós tivemos vários depoimentos, acredito que diversas exposições que, sem dúvida alguma, acrescentam bastante ao debate.

Vou fazer um resumo – pode passar o primeiro, por favor – do papel da Anvisa na regulação sanitária. A regulação sanitária é importante por dois pontos principais. Primeiro, proteger a saúde da população. Medicamentos, vacinas, produtos médicos não são inócuos. Para não ir muito atrás, cito um anti-inflamatório que foi considerado um milagre da medicina em 1999, para tratar a artrite, o Vioxx. Tornou-se, talvez, um dos medicamentos mais utilizados no mundo, e teve a sua venda cancelada em 2004 porque se descobriu que ele dobrava o risco de doença cardiovascular. Somente nos Estados Unidos, um estudo independente feito pela autoridade sanitária americana – digamos assim, a Anvisa americana – fala de 140 mil infartos do miocárdio e acidentes vasculares cerebrais que foram produzidos pelo uso desse medicamento. Então, esse ambiente regulatório é fundamental para proteger a saúde das pessoas e garantir a vida das pessoas.

Segundo, ele tem de promover o acesso; promover a saúde da população garantindo o acesso. Então, essas duas missões que a Anvisa, e qualquer agência regulatória no mundo, desempenha, são igualmente importantes.

O processo de desenvolvimento de um medicamento é complexo. Mostro aqui nesse círculo, e os dois ali que estão em branco, o começo é a descoberta. Tanto o Prof. Gilberto quanto todos os pesquisadores falaram aqui dos vários anos em que eles fizeram esse trabalho de bancada, de buscar a síntese, fazer comparações. Esse é um trabalho que é feito, considera-se que milhares de pesquisas semelhantes, de buscas de novos medicamentos são realizadas diariamente no mundo inteiro.

Depois disso, são feitos ensaios não clínicos. Aqui também foram apresentados vários ensaios não clínicos – e o nome não clínicos é porque eles não utilizam seres humanos –, que foram aqui também mostrados, pelo colega Durvanei, e outros que aqui falaram. Inclusive, vários deles com apoio de órgãos de fomento à pesquisa, como deve ser, para que se apoie o desenvolvimento de ciência em nosso País.

Esses ensaios não clínicos têm uma gama muito grande, desde simulação em computador, utilização de linhagem de células, como foi aqui relatado, tanto animal como células humanas, cobaias de diferentes portes e de diferentes espécies, dependendo do tipo de droga que se quer.

Para que são feitos esses ensaios não clínicos? Primeiro, para se estabelecer se há alguma evidência de que possa funcionar. Agora, particularmente, tem um aspecto importante que, para passar à etapa seguinte que são os ensaios clínicos, ou seja, utilizando seres humanos, esses ensaios pré-clínicos, não clínicos precisam demonstrar que essa medicação é segura.

Estão em branco essas duas caixas porque aí não tem regulação da Anvisa, aí fala a ciência, os resultados são publicados em revistas científicas. O que a Anvisa faz é apoiar, a Anvisa tem um guia de boas práticas de laboratório instruindo os cientistas brasileiros como devem ser realizadas essas pesquisas em laboratórios, de maneira que eles depois tenham a validação mais simples.

A partir o ensaio não clínico, a gente começa uma etapa de ensaio clínico – aí está em azul porque a partir daí começa o trabalho regulatório da Anvisa. Os ensaios clínicos são padronizados no mundo inteiro, quando falamos ensaio clínico de fase 1, 2 e 3, estamos falando exatamente a mesma coisa no Brasil, na Austrália, na China, na Europa, no Canadá ou nos Estados Unidos, ou seja, não é invenção brasileira, esses estudos são padronizados e eles são padronizados exatamente para que a gente tenha garantia, primeiro, de que aquela droga ou candidata a medicamento não faz mal. Então, o primeiro ensaio que é feito é exatamente num número limitado de pessoas, voluntários, geralmente voluntários sadios, pode variar um pouco dependendo do tipo de medicamento que se está pesquisando e se verifica primeiro que ele não faz mal. Depois disso, vem a fase 2, que consolida essa certeza de que não faz mal e já se avalia que faz bem e o ensaio clínico de fase 3, onde podemos ter certeza da eficácia daquela droga.

Por que esses estudos são padronizados? Porque muitas vezes é difícil separar o impacto principalmente quando são tratamentos como, no caso do câncer, exceto em situações muito específicas quando não tem tratamento, muitas vezes você está falando de testes que estão combinando pessoas que já fazem radioterapia ou que fizeram, que fazem ou estão fazendo quimioterapia e você não pode, exceto em situação ultraexcepcionais, dizer para essas pessoas que não façam isso e que experimentem um novo medicamento comparando ou não tratamento com esse tratamento novo. Seria eticamente inaceitável.

Por isso que há toda uma metodologia científica para separar, a gente fala em controlar, os vários efeitos na pessoa que tomou a radioterapia, que está tomando a quimioterapia, que está tomando a droga nova como avaliar exatamente qual é a contribuição efetiva da droga nova que está adicionada. Essa é uma padronização internacional, o mundo inteiro utiliza essa mesma metodologia que pode dar garantia de que essas drogas novas, além de seguras que a primeira premissa fundamental é que ela não faça mal porque de novo estamos falando em vidas de pessoas e, por isso, que o primeiro pressuposto é que não...

(Manifestação da plateia.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Vou pedir a vocês que ouçam.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só um minuto, por gentileza.

Por gentileza, vamos ouvir os dois lados para, depois, a gente poder tirar no final a conclusão.

Por isso, continue, Dr. Jarbas.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Primeiro, agradeço ao Senador e só digo que não são dois lados, quando chegar ao final é exatamente o papel da Anvisa. Eu não estou aqui nem para defender a fosfo nem para criticar. Estou aqui para apresentar qual é o processo – que não é só no Brasil, mas em qualquer lugar civilizado do mundo – é utilizado para que a gente possa ter uma droga sendo utilizada em pessoas.

Dos ensaios clínicos realizados é feito um registro. O registro não é só um processo burocrático, cartorial de entregar um papel. O registro é uma análise rigorosa sobre todas esses testes que foram realizados, a pesquisa que foi feita e, depois, o monitoramento pós-mercado porque, como eu falei no exemplo do Vioxx, infelizmente ele não é o único, mesmo medicamentos ou vacinas que passaram por todo esse circuito de proteção, podem apresentar problemas depois. Por quê? Porque mesmo em ensaios clínicos de fase 3, que são os maiores, que chegam a envolver 15 mil, 20 mil, 30 mil pessoas, se nós temos um evento adverso raro que ocorre, por exemplo, mata uma pessoa a cada cem mil que tomam, no ensaio clínico de fase 3 ele não seria percebido.

Por isso, mesmo para quem passa por todo esse processo, a Anvisa ainda faz o monitoramento que chamamos de pós-mercado, de maneira a verificar se mesmo eventos graves adversos raros podem ser verificados na vida real, no mundo real, quando o medicamento começa a ser utilizado em larga escala, não em poucos milhares ou em poucas centenas, mas num conjunto muito grande de pessoas.

A Anvisa se baseia, primeiro, na lei brasileira, uma lei de 1976. Quando o Brasil instituiu essa lei, os legisladores brasileiros queriam que o Brasil se igualasse aos países desenvolvidos do mundo, que tinham regras para o registro de medicamentos. Então, está dito bem claro na lei que nenhum produto pode ser exposto à venda, entregue, antes de registrado – naquela época, nem existia Anvisa ainda; no Ministério da Saúde, havia uma secretaria, chamada Secretaria de Vigilância Sanitária –, fala no registro; fala, fundamentalmente, que tem que ter comprovação científica de análise, tem que demonstrar segurança e eficácia; fala que, para um produto novo, têm que ser fornecidas amplas informações sobre a sua composição, seu uso, para uma avaliação. Isso é uma legislação brasileira com 40 anos já, mas absolutamente atual, porque, mesmo na época, foi feita em consonância com tudo que a ciência desenvolvida, no Brasil e em todo o mundo, criou como consenso do que seria necessário para que um medicamento tivesse autorização para ser utilizado na população.

Com base nessa legislação, temos também algumas regras da própria Anvisa, vou falar muito rapidamente delas. Primeiro, em relação à pesquisa clínica. Temos, inclusive, a Senadora Ana Amélia fez referência a um projeto de lei, procuramos participar do debate, aperfeiçoando esse projeto de lei, estamos à disposição do Senado para continuar, conversei já com o Senador Moka sobre isso e com a própria Senadora Ana Amélia.

No caso da Anvisa, as primeiras regras sobre ensaio clínico no Brasil vêm no final dos anos 80. Já naquele momento, havia a preocupação de ter uma regulamentação. A última regulamentação nossa é recente, de 2015, fundamentalmente, define todos os procedimentos que têm que ser tomados para realização de um ensaio clínico, harmonizados com todas as principais agências regulatórias do mundo. Então, um ensaio clínico feito no Brasil tem validade fora do Brasil também, porque segue exatamente os parâmetros baseados no conhecimento científico, no conhecimento técnico que se tem e que deve presidir esse processo.

Ele também define prazos para a Anvisa, de maneira que a gente não tenha lá um processo interminável de análise. Então, existe um prazo. O prazo máximo de análise da Anvisa, mesma nas situações mais complexas, é de apenas 180 dias, para analisar um protocolo de um novo medicamento, de um biofármaco, por exemplo, que é um produto extremamente complexo.

E deixa muito claro que prioriza toda pesquisa e todo ensaio químico de droga desenvolvida no País. Enfatizo, o critério de prioridade que tanto faz parte dessa RDC como da RDC 37 é inovação radical. Inovação radical, traduzindo, é um medicamento novo, não é um medicamento que já existia e foi melhorado. Isso a gente chama de inovação incremental. Toda inovação radical fabricada no País é considerada prioridade, ou seja, passa para o começo da fila. Então, a Anvisa procura, com isso, criar um ambiente regulatório que estimula a inovação, que estimula e apoia a inovação realizada no Brasil.

Feitos os ensaios clínicos, que têm que ser protocolados e analisados na Anvisa, a gente passa para o próprio registro. Várias normas, desde os anos 70, que vêm sendo aperfeiçoadas, a última que está aí, todas essas normas estão disponíveis na página eletrônica da Anvisa, são publicadas no Diário Oficial, são de amplo conhecimento público, não se trata de nenhuma norma difícil de ser consultada. Essa é a última regulação, a gente fala da questão do registro, aí também fica muito claro que, no registro, deverá estar acompanhado de relatório de segurança e eficácia, de acordo com o guia específico, contendo o relatório dos ensaios não clínicos realizados. Pelas exposições aqui, já há vários ensaios não clínicos que foram e estão sendo realizados, e o relatório dos ensaios de fase 1, 2 e 3.

Será que isso não poderia ter alguma flexibilidade? Tem. A própria regra prevê, depois de superadas as fases 1 e 2, que diz que ele não é inseguro.

Se há um medicamento – e nós temos casos reais deste tipo de flexibilidade – que, na fase I e na fase II, se demonstrou ser seguro e, ao começar a fase III, essa fase III apresenta resultados promissores, a Anvisa permite o registro do medicamento nessa fase, sem precisar completar a fase III, exatamente porque nós estamos tratando de garantir o acesso das pessoas.

Qual é, então, a barreira que não pode deixar de ser realizada em nenhuma hipótese? A barreira para demonstrar, cabalmente, com metodologias científicas validadas no mundo inteiro, que esse medicamento ou essa nova droga, nova substância não é capaz de produzir males à saúde de quem vai ser objeto da pesquisa. Essa é uma regra que permite, nos estudos de fase III que estão sendo desenvolvidos, pedir o registro ou autorizar a importação individual, que também é outra possibilidade que a Anvisa dá – há pessoas no Brasil que usam essa regra. Um medicamento que está em estudo, que já passou pela fase I e II e que está na fase III, com resultados promissores, pode ser utilizado, pois há regras para essa flexibilidade. Onde não há flexibilidade? Na fase I e II, porque seria abrir mão da comprovação científica de que eles efetivamente são seguros.

Bom, em resumo, quando faz a avaliação de um registro, a Anvisa analisa, primeiro, a qualidade, com base em todas essas questões, inclusive do local da fabricação, do próprio local da fabricação, e a questão da eficácia e da segurança. Então, esse é o percurso. Não é só uma análise, digamos assim, cartorial de documen-

to. É uma análise técnica realizada por pessoas qualificadas que visam efetivamente verificar a qualidade do processo de fabricação e, em segundo lugar, a eficácia e a segurança do medicamento.

Eu trouxe – obtivemos esta informação, ontem, às 18h12, mas isso dado pode ser acessado hoje e já ter mudado, com dois a mais, não sei – a fila de análise de pesquisas clínicas. A Anvisa está cumprindo rigorosamente a sua resolução de chegar, no máximo, a 180 dias. No dia de ontem, havia 26 pesquisas clínicas aguardando análise – essas estão na fila –, mas várias outras já foram liberadas neste ano. A mais antiga é um biofármaco, ou seja, é um medicamento de análise mais complexa. São medicamentos de novíssima geração, sendo vários deles para câncer, para doenças como artrite reumatoide e para outras doenças autoimunes graves. Havia 26, e a mais antiga era de 15 de julho, ou seja, não há nenhuma fila dormindo numa gaveta da Anvisa, porque nós sabemos que acelerar a análise de pesquisas clínicas garante que as pessoas tenham acesso, em condições seguras e cientificamente provadas, a um medicamento.

Aqui nós temos a fila de análise de registro de medicamentos novos. Ela é menor por quê? Medicamento novo, efetivamente, leva... O depoimento dos pesquisadores que aqui falaram dá uma demonstração disso. Sabemos do compromisso deles, da dedicação que eles tiveram, ao longo de 5, 10, 15, 20, 25 anos, para descobrir uma nova molécula e garantir que ela seja segura, em primeiro lugar, e tenha eficácia. Realmente, poucas moléculas novas são descobertas e pedem registro a cada dia. Nós temos hoje, na fila da Anvisa, apenas 10 petições de registro. Como eu disse, essa informação foi obtida ontem, às 18h12. Pode ser que a fila tenha crescido e que alguém tenha entrado hoje de manhã, mas isso é consultável *on-line* no sítio da Anvisa.

Aí também há todo um esforço... Dou um exemplo. Os novos medicamentos de Hepatite C que o Ministro começou a distribuir, na semana passada, mudam completamente a vida das pessoas com Hepatite C, porque passam a curar mais de 95% das pessoas que inclusive já tinham lesão hepática gravíssima, que esperavam por um transplante ou que teriam uma complicação grave que poderia levá-las à morte. Elas passam a contar agora com um medicamento que cura mais de 95% dos casos. Esse medicamento novo foi analisado, e todo o processo foi realizado em apenas quatro meses, tempo igual ou menor que o das principais agências regulatórias do mundo, como a agência europeia, a agência americana e a agência canadense. Por quê? Como se tratava de um medicamento inovador para uma doença gravíssima, há também outro critério de prioridade: o medicamento entra no começo da fila, porque nós olhamos não do ponto de vista burocrático, mas do ponto de vista de garantir o acesso das pessoas, principalmente aquelas que necessitam disso.

Bom, terminando e para sintetizar, qual é o papel da Anvisa nas pesquisas clínicas?

De alguma maneira, às vezes, há o debate de que a Anvisa deveria fazer pesquisa clínica. A Anvisa não realiza a pesquisa clínica. Pela exposição aqui, fica claro o porquê: o órgão que analisa se a metodologia está correta, se os objetivos serão efetivamente alcançados, se a segurança das pessoas está efetivamente assegurada, também não pode realizar pesquisa porque criaria um conflito de interesse agudo e evidente. Nenhuma agência regulatória do mundo faz pesquisa clínica. Quem faz pesquisa clínica são os centros de pesquisa com o apoio de órgãos que incentivam a pesquisa, como foi citado pelo professor, que mencionou o apoio que ele já tem, na fase pré-clínica, de Fapesp, de CNPq e outros órgãos.

Qual é o papel da Anvisa? Primeiro, regulamentar a pesquisa clínica para garantir segurança e eficácia dos dados, para o pesquisador não "perder" – entre aspas – o tempo dele fazendo uma pesquisa que, ao final, os dados não conseguem comprovar aquilo que ele queria. Então, a Anvisa regulamenta isso.

A Anvisa avalia o protocolo e autoriza a condição dos estudos clínicos fases 1, 2 e 3; avalia a qualidade e a segurança do medicamento experimental, porque, mesmo sendo um ensaio clínico, estamos falando de pessoas. Então, medicamento que está sendo experimentado tem que ser fabricado em condições seguras em que a gente tenha a absoluta confiança de que não há contaminação, de que não há nenhum tipo de falha no processo que possa por em risco a saúde das pessoas que vão ser objeto da pesquisa.

E a Anvisa, também, inspeciona os centros de pesquisa que fazem esse tipo de ensaio clínico para avaliar se eles estão com as boas práticas clínicas sendo empregadas de maneira, também, a preservar a segurança das pessoas.

Em relação à fosfoetanolamina – digo isso só para esclarecer, porque muitas vezes saem informações não dos pesquisadores, mas, às vezes, sai na imprensa – a Anvisa foi procurada já. Isso aqui é um fac-símile de uma ata, por exemplo, de 2010, de uma reunião que houve, e na ata está registrado o que foi dito, o que era preciso fazer, tinha que fazer ensaio clínico, etc. Não existe na Anvisa nenhum protocolo. E, também, aqui isso foi bastante enfatizado, não é? Eu acho que há pesquisas consistentes de fase pré-clínica, há um esforço e há até uma solicitação para que sejam realizados ensaios clínicos de maneira que possamos ter isso acelerado. Mas, no momento, não existe nenhuma solicitação de protocolo na Anvisa que dissesse: "Olha, Anvisa, você está com esse protocolo aí há um ano e ainda não fez nada." Não existe nenhum protocolo aguardando registro na Anvisa.

O que a Anvisa faz, o que pode fazer e o que está disposta a fazer – e que reiteramos, aqui, o nosso compromisso – é: primeiro, a Anvisa orienta o aperfeiçoamento dos protocolos quando eles são apresentados para avaliação em pré-submissão. Então, existem grupos de pesquisa, Senador, que vão fazer o ensaio clínico e pedem à Anvisa uma espécie de consultoria, de orientação. E é o que nós fazemos, exatamente, para que, quando ele submeta ao protocolo, ele já esteja cientificamente adequado. Isso ganha tempo do pesquisador clínico e ganha tempo da Anvisa. A Anvisa pode e fará isso se for solicitada a qualquer momento, para que possamos apoiar o desenvolvimento de protocolos clínicos da fosfoetanolamina.

A Anvisa orienta o aperfeiçoamento da documentação do registro apresentada também. O ensaio já foi feito e precisa de orientação.

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – E, por se tratar de desenvolvimento de inovação radical no Brasil – ou seja, preenche dois critérios de prioridade: é um medicamento novo e é um medicamento para uma doença gravíssima, como é o câncer e eu não preciso reiterar tudo aqui que foi colocado –, ele terá prioridade na análise. Ou seja, passa para o primeiro lugar na fila.

Então, sinteticamente, é isso. E eu já coloco a Anvisa dentro do nosso papel: faremos todo o possível para que dúvidas sejam retiradas, pesquisadores sejam esclarecidos, e que a gente consiga fazer os ensaios clínicos e ter um processo de análise deles sendo realizados em condições adequadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Dr. Jarbas.

Eu só queria consultar o Secretário de Ciência e Tecnologia, Dr. Adriano Massuda, porque estava inscrita aqui a Drª Clarice. O senhor a substitui, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, ótimo!

Então, enquanto ele se aproxima para usar a palavra pelo Ministério da Saúde, eu quero aqui cumprimentar, participando, o Deputado Estadual de São Paulo, Líder do PSC, Rodrigo Moraes; o Deputado Federal, do PMDB, de Santa Catarina, Rogério Peninha Mendonça; o Deputado Federal Weliton Prado, de Minas Gerais; também o Deputado Federal Leandre, do Paraná; o Deputado Federal Lobbe Neto, do PSDB, de São Paulo.

Cumprimento também o Deputado Milton Monti, do PR, de São Paulo; também o Deputado Maurício Quintella Lessa, do PR, de Alagoas. Também cumprimento Ricardo Madalena, Deputado Estadual de São Paulo, também presente; também quero aproveitar a oportunidade e cumprimentar a Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Saúde de Florianópolis; o Deputado Federal Missionário José Olimpio, que também estava presente agora há pouco aqui. Aproveito para agradecer à Defensoria Pública da União, na pessoa do Daniel de Macedo, que também está aqui presente, porque eles entraram com uma ação civil pública para que beneficie esse medicamento para que essa fosfo seja distribuída para todos os pacientes. Então, parabéns à Defensoria Pública da União.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Opa, Deputado Federal, do Espírito Santo, Lelo Coimbra, o nosso abraço.

E, com a palavra, o Secretário Nacional, Dr. Adriano, do Ministério da Saúde.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – Sr. Presidente, pela ordem!

Na ausência de um cartão: a sua secretária passou aqui e disse que ia anotar o nome da gente. Eu estou aqui desde o início da....

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Como é o seu nome?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Seja bem-vindo e obrigado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – E, aproveitando a oportunidade, se V. Exª permitir, eu queria me somar a tudo o que está acontecendo e dizer que nós conseguimos aprovar na Câmara dos Deputados uma grande audiência pública pela CCJ, que é a principal Comissão da Casa, em parceria com mais outras quatro Comissões, a respeito desse tema. E, também, gostaria de dizer que fui coautor, Sr. Presidente, de uma reunião de uma Comissão Geral que vai acontecer, se não me falha a memória, na próxima semana, inclusive

sobre esse assunto. V. Exª não está sozinho, e todas as pessoas que aqui estão representadas já estão convidadas para estar também na outra Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Deputado. E desculpe pela gafe da nossa assessoria aqui. Obrigado.

E, com a palavra, o Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, representando o ministro.

O SR. ADRIANO MASSUDA – Alô.

Bom dia, gente. Bom dia, Senador Ivo Cassol. Queria cumprimentá-lo pela iniciativa. Bom dia, Senador Flexa Ribeiro, demais Senadores aqui presentes, Deputados, Deputadas. Quero cumprimentar os pesquisadores aqui presentes, em nome do pesquisador e professor, Dr. Gilberto, e as demais pessoas que estão acompanhando esta importante audiência pública para tratar do que a gente espera que possa ser, realmente, uma das soluções para o tratamento do câncer.

Eu venho, aqui, falar em nome do Ministro Marcelo Castro. O ministro está acompanhando essa discussão e, nesta semana, esteve com o Senador Ivo Cassol e nos pediu que montássemos uma força-tarefa para acelerar todos os passos necessários para que possamos completar os estudos e as pesquisas que são necessárias. Mas, além das pesquisas, também discutir como é que podemos pensar na produção nacional de uma substância que vai ser, se tudo correr bem, de uma demanda de grande importância. Então, isso vai ter que demandar envolvimento de laboratórios públicos na produção dessa substância.

Também está presente aqui, e quero cumprimentar, além do Dr. Jarbas Barbosa, nosso Presidente da Anvisa, a quem eu tenho a honra de suceder na Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Drª Clarice Petramale, que é a nossa Diretora do Departamento de Incorporação de Tecnologias no SUS. O SUS vem, apesar de todos os problemas, de todas as dificuldades que temos do ponto de vista, seja do financiamento, avançando na incorporação de novas tecnologias.

Bom dia, Senador Moka, com quem também estivemos presentes discutindo o PL 200, que é um PL importante para que possamos aprimorar o marco regulatório das pesquisas clínicas no Brasil.

O Dr. Jarbas falou aqui, na semana passada, que viemos incorporando novas tecnologias, como a tecnologia para a hepatite C.

Então, estou, aqui, com uma minuta de portaria que está em análise pela consultoria jurídica do Ministério da Saúde para ser publicada possivelmente amanhã e que define, então, quem compõe essa força-tarefa. Seria composta pelo Ministério da Saúde, com representações do Departamento de Ciência e Tecnologia, do Departamento de Incorporação de Novas Tecnologias e do Departamento do Complexo Industrial da Saúde, por representação da Anvisa – a portaria foi discutida junto com a Anvisa –; e por representantes dos detentores da patente da fosfoetanolamina. É importante, também, que participem para que a gente possa ter acesso a todos os documentos e a todos os testes que já foram realizados e muito bem apresentados. Quero deixar aqui o registro da minha opinião em relação ao que foi colocado.

Então, esse é o encaminhamento que o Ministério da Saúde tem dado a partir da orientação do Ministro Marcelo Castro.

Um outro destaque que também acho importante dizer e que já foi também comentado pelo Prof. Marcos Vinícios na sua fala é para tomar muito cuidado. Nós estamos buscando fazer todos os passos, não vamos eliminar nenhum passo, mas acelerar a caminhada para que a gente possa ter a realização de estudos, pensar na produção da molécula para que ela se torne, de fato, um medicamento que possa ser distribuído no sistema de saúde. Mas enquanto isso, enquanto isso, nós não podemos dar nenhum tipo de orientação com relação a deixar de fazer um tratamento que esteja instituído, a substituir algo que já esteja em andamento com uma pessoa que está em tratamento hoje no sistema de saúde, seja público, seja privado. Então, essa é uma das questões que eu faço aqui.

E peço a todos os envolvidos nessa discussão, Senadores, Deputados, demais presentes, pesquisadores, a recomendação de que, enquanto a gente faz todo esse processo, as pessoas tenham ciência da importância de continuar, seguir seus tratamentos, os tratamentos que estão hoje instituídos.

Então, era isso que eu queria dizer.

A nossa equipe está aqui presente também para depois contribuir com o debate, a discussão. O Ministério da Saúde está à disposição.

Então, muito obrigado e bom trabalho.

Parabéns a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Nós vamos agora ouvir o próximo convidado, que vai ser o médico oncologista, representando o Instituto Nacional de Câncer (Inca), Dr. Gélcio Luiz Quintella Mendes.

O SR. GÉLCIO LUIZ QUINTELLA MENDES – Bom dia a todos.

É uma honra estar representando o Instituto Nacional de Câncer aqui nesta audiência pública.

É emocionante a gente perceber a importância desse tema nesta Casa, ouvir a introdução brilhante da Senadora Ana Amélia sobre o Outubro Rosa, sobre o Novembro Azul. E é fundamental que a gente entenda a importância da nossa participação nesse processo, entendendo a importância também do câncer como segunda principal causa de morte no nosso País.

Nós que estamos na linha de frente do atendimento da população dentro do contexto do SUS, a nós é muito bem-vindo, é muito caro o surgimento de uma nova tecnologia. Então, a notícia da fosfoetanolamina, que ganhou um espaço grande na mídia nos últimos meses, nas últimas semanas, vem nos tocando muito.

Talvez a primeira visão seja uma visão de repúdio, e repúdio porque temos uma informação, de certa forma, precária do ponto de vista de publicações na área médica. A gente sente realmente muita falta dos ensaios clínicos, das análises em pacientes. E é emocionante observar esses relatos de pacientes que tiveram resultados muito promissores, muito interessantes com o uso da medicação.

Dito isso, nós vimos tendo conversas bem densas dentro do instituto no sentido de qual seria a nossa participação, qual seria o nosso posicionamento frente a essa medicação, frente a essa substância. Bom, a primeira visão é a de que a gente não está exatamente frente a uma medicação, porque a gente não tem uma dose definida, a gente não tem um registro, então, toda essa argumentação que está disponível na *homepage* da USP é relevante para nós que praticamos medicina frente à clientela com câncer.

Por outro lado, existe essa demanda e essa possibilidade. Então, a minha fala será bem rápida acerca do que ficou conversado dentro da direção geral da instituição. Essa conversa já está caminhando nas comissões do Ministério da Saúde e é a nossa disposição para participação dentro do contexto dos ensaios clínicos. Nós temos uma estrutura muito robusta de pesquisa clínica nas várias fases, conforme o Dr. Jarbas já salientou, fase 1, fase 2, fase 3. Nós temos *expertise* para condução desses estudos. Então, a ideia é não tomar uma postura antagônica, mas uma postura de somar, uma postura de oferecer a nossa estrutura na participação da condução desses ensaios clínicos.

É uma esperança muito grande a que a gente tem toda vez que a gente vê um fármaco novo. Quando a gente observa resultados expressivos, isso traz um ânimo muito grande. Quanto às pesquisas em melanoma que foram apresentadas, a gente fica sempre com o ouvido em pé. O caso do tumor cerebral que o doutor apresentou também chama muito a atenção. Então, há um interesse grande nosso na participação nesses ensaios clínicos.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Ao mesmo tempo, eu queria convidar a paciente que veio da capital de São Paulo e está presente junto com a gente, Bernadete Cioffi. Por gentileza, se puder se fazer presente aqui!

A SRª BERNADETE CIOFFI – Boa tarde a todos. Obrigada pela oportunidade de ser aqui, Dr. Marcos, mais um rosto.

Eu sou portadora de câncer de mama metastático, com metástases ósseas. Recentemente, na mídia, ouvi um renomado oncologista dizendo que não existe um tipo de câncer, mas inúmeros tipos de câncer. E eu concordo com isso. O meu tipo, por exemplo, ele tinha uma expectativa de um controle, me foi dito. Os oncologistas me disseram: "Você vai ter um controle, uma sobrevida boa, porque pacientes com metástases ósseas costumam viver até 15, 20 anos; eu tenho pacientes com 20 anos de metástase e com uma sobrevida, uma qualidade de vida boa".

Acontece que, no meu caso, eu não fui muito abençoada. Minhas metástases, apesar de todo o tratamento disponível, evoluíram num ritmo assustadoramente galopante. Eu estava com todos os exames prontos, uma cintilografia de controle demonstrando que estava tudo bem, eu estava com uma reconstrução de mama agendada para o mês de dezembro e – por conta das festas de Natal: "Vamos fazer só em janeiro" –, nesse período, o câncer se instalou com uma velocidade absurda.

Hoje eu sou uma paciente em estado de tratamento paliativo em que nenhuma das terapias clássicas demonstrou nenhuma eficácia. A única eficácia em termos de dor foi uma radioterapia antálgica que eu sofri na bacia e na cabeça do fêmur, que me deixou com a contagem de leucócitos muito baixa por conta da irradiação na medula, porque a medula óssea, responsável pela fabricação dos leucócitos, foi irradiada, e alguns problemas de ordem intestinal por queimaduras da rádio. E eu tenho absoluta certeza de que eu fui tratada pelo que existe de excelente na medicina brasileira, excelente.

Eu queria realmente dizer que o câncer não é um câncer, são muitos cânceres. Assim como as pessoas, cada uma tem uma identidade, eu acredito que cada câncer tem a sua identidade própria e não dá, em medicina, para se dizer que as coisas vão funcionar exatamente igual com todos os pacientes.

Durante todo o meu tratamento, eu fiz uso de pelo menos cinco medicamentos cujas bulas diziam, como reações adversas, algumas preconizavam até a possibilidade de óbito, remédios autorizados. Sempre vai haver um risco. Concordo plenamente: não existe um medicamento inócuo. Alguns bebês nascem com intolerância à lactose. Isso é o imponderável.

Quando eu me propus a buscar um tratamento alternativo, eu procurei colaborar com pesquisas que estavam em fase de testes clínicos para tentar fazer do meu problema uma solução. Eu me propus a ser cobaia. E eu procurei estudos em fase de testes clínicos no Brasil para me candidatar a cobaia. Eu procurei o Instituto Butantan, eu procurei a pesquisa sobre a baba do carrapato-estrela; a do duplo-cego não havia iniciado. Eu procurei inúmeros pesquisadores e eu recebi – assim como o Dr. Renato Meneguelo relatou que ele recebeu muitos nãos para iniciar os testes clínicos –, eu recebi muitos nãos para me candidatar a cobaia.

Quando eu procurei a fosfoetanolamina, tive, assim como todos os pacientes têm, inúmeras dúvidas. Não é fácil para um paciente obter uma medicação através de uma liminar, através de uma ação judicial, receber na sua casa um envelopinho transparente sem bula, sem data de validade, sem prazo, sem lote de fabricação, sem prescrição, sem nada, e ter que, a partir disso, acreditar que existe uma chance.

Eu faço uso da fosfoetanolamina desde o dia 23 de setembro. Eu tenho mais duas cápsulas apenas, o segundo lote ainda não chegou. Se ela é eficaz eu não sei. Eu só sei que os meus marcadores tumorais, pela primeira vez, desde que eu fui diagnosticada com metástases ósseas, baixaram. Se foi por causa da fosfoetanolamina eu não sei ainda. (*Palmas.*)

Seria totalmente irresponsável da minha parte afirmar uma coisa dessas, mas o fato é que a curva entrou em processo de declínio. Os meus marcadores tumorais, pela primeira vez, baixaram.

Também é fato que, desde o quarto dia de uso da "fosfo" eu não faço mais uso de nenhum analgésico. E paciente com câncer sabe do que eu estou falando. (*Palmas.*)

O analgésico nos tira a capacidade de ser humano. Ele nos tira a capacidade de pensar, ele nos tira a capacidade de reagir, ele nos tira até a capacidade, Pr. Marco Feliciano, de orar. O paciente dopado não consegue nem conversar com Deus.

Hoje eu não faço uso de nenhum medicamento analgésico. E se for só esse o benefício da fosfoetalonamina sintética, já valeu a pena. (*Palmas.*)

Eu peço que as autoridades deste País ouçam o clamor dos pacientes. Eu estou aqui representando não o meu caso, mas milhões de casos, não só de brasileiros. Hoje eu recebo mensagens de pessoas do mundo inteiro, pessoas do mundo inteiro.

Eu tenho certeza de que hoje nós estamos testemunhando um marco na história do tratamento do câncer. (*Palmas.*)

Eu estou aqui para representar o clamor de pessoas que entendem todos os processos necessários, fundamentais para a aprovação de uma substância e para a colocação dessa substância segura no uso. Mas eu digo: o meu câncer não entende isso. Ele não entende que existem prazos a cumprir. Como é que eu faço ele acreditar que precisa esperar? Ele não consegue me ouvir. Eu não sei por que ele tem vontade própria. E ele continua insistindo em crescer.

Se eu não receber mais a fosfoetanolamina, vou voltar ao uso da morfina, que é uma substância que cria profunda dependência química e que mata o paciente a cada dose, todos nós sabemos disso.

A mudança no meu estado clínico é tal que, no mês de julho, eu estava de cadeira de rodas, principalmente porque eu tinha acabado de irradiar a bacia e era um risco enorme fratura, eu podia desmontar se eu tivesse o mínimo trauma. Hoje nem bengala mais eu uso. Depois da cadeira de rodas, eu fui para as muletas; das muletas, eu fui para a bengala. E hoje eu não uso nem bengala. Eu vim de São Paulo para cá de avião sozinha, sozinha. Eu não precisei de nenhum suporte no aeroporto.

Eu peço, senhoras e senhores: não tirem de nós essa chance. Permitam que, pelo menos, eu continue com o uso da fosfo, que já está acabando, pelo menos, para não fazer novamente uso dos analgésicos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu convido para usar a palavra também um paciente aqui de Brasília, Amaro Vilson.

Enquanto isso, quero aqui cumprimentar e agradecer pela presença, aqui participando, do Deputado Federal por Minas Gerais, Adelmo Carneiro Leão.

Também queria só deixar claro que a D. Bernardete Cioffi, de São Paulo, veio por custo próprio, bancando sua despesa – eu a convidei – porque, quando há audiência pública, a vinda dos convidados é o Senado que

banca, mas, como já havia passado da hora, ela falou: "Não, eu me prontifico a ir lá dar o meu depoimento de como estou e de como eu estava". Então, eu agradeço de coração. Leve o nosso abraço.

Fica a palavra com o morador de Brasília, Sr. Amaro Vilson, também para dar o depoimento.

Eu ouvi de autoridade nossa de Brasília que o que farão aqui é um relato. Falaram para mim, em uma audiência aqui, que é um relato. Eu falei: como é? Se lá no petrolão, quando estão fazendo delação premiada, é depoimento público, por que o paciente aqui não pode fazer um depoimento? Então, não é um relato; eu estou ouvindo depoimento de vocês.

O SR. AMARO VILSON – Srs. Senadores, senhores presentes, Sr. Senador Ivo Cassol e Senadores presentes, não consigo citar o nome de todos, gravei as palavras dessa senhora. Ela disse que tem duas cápsulas. Ela disse que andou de cadeira de rodas.

Srs. Senadores, os senhores têm filhos, têm esposa, têm pai – alguns têm, eu não tenho mais. Srs. Senadores, autoridades deste País, nós precisamos resolver o problema desse remédio. Eu o tomo há quatro meses e não faço mais quimioterapia. (*Palmas.*)

Então, eu imploro aqui: pelo amor de Deus, senhores, vamos resolver esse problema!

O senhor presidente da Anvisa eu queria que se comprometesse a resolver o problema. Não adianta ele falar que tem regulamento, tem isso e tem aquilo. O remédio foi testado em mim. Há cinco meses eu tomo esse remédio.

Eu estive conversando... Há oito ou dez meses, no início deste ano, eu fui sozinho, a minha filha sempre me acompanha, ao oncologista. Por uma questão de ética, não vou citar o nome. Eu enganei a minha filha para ela não estar presente, eu disse que a consulta era às 11hm mas a consulta era às 9h. Eu perguntei para um oncologista de um hospital aqui de Brasília, eu disse a ele: o que me espera, Doutor? Ele me disse: "Vamos continuar fazendo o tratamento, não espere nada". Eu disse: eu quero saber o que me espera. E ele me disse: "O senhor tem 1% de chance." O meu câncer é de fígado.

Nós estamos precisando, Excelências, de resolver esse problema. Pelo amor de Deus, eu peço a vocês! Eu tenho medo da quimioterapia. Eu tenho medo.

Não adianta, Sr. Presidente da Anvisa, não adianta os ministros, não adianta as autoridades demorarem a resolver o problema. Nós temos que resolver rápido.

Eu me emocionei com o discurso do Dr. Renato e com o dessa senhora que disse que só tem duas cápsulas. Eu tenho mais e, se eu puder, vou ceder a ela. (*Palmas.*)

Porque eu estou a fim de salvar pessoas! Eu quero salvar pessoas!

Quando recebi a minha remessa de fosfoetanolamina, cedi para uma pessoa que está com câncer nos Estados Unidos. A pessoa está presente aqui. Ela levantou a mão ali. Eu cedi para ela... (*Palmas.*)

Ela estava fazendo uma pós-graduação nos Estados Unidos, e eu cedi um pacotinho da fosfoetanolamina. E ela, que está precisando de mais, não pode vir aqui ao Brasil para buscar, dado o custo da passagem aérea.

O grande problema neste País é a burocracia. É papel e mais papel, e nada vai para frente.

Eu não tenho que falar mais nada; não adianta falar mais nada. Eu só digo aos senhores: os senhores não têm câncer; eu tenho. É muito sofrível! Srs. Senadores, é muito sofrível! Desculpem eu falar assim com vocês; eu peço que me perdoem, mas é muito sofrível. (*Palmas.*)

Eu entendi o discurso dessa senhora. Eu entendi muito o discurso dessa senhora. Eu senti, eu sinto isso dentro. Eu estou ajudando uma senhora, que agora está do meu lado, cuja sobrinha está em São Paulo, com cinco anos de idade, e lá, no meu escritório, hoje – e eu atuo no ramo de imóveis –, tenho uma sala onde recebo um monte de gente. Estou ajudando todas as pessoas que eu puder.

Ter que entrar na Justiça para ter saúde? Pelo amor de Deus, Excelências, vamos resolver esse problema!

O Presidente da Anvisa pode ter um parente, amanhã, com câncer, assim como qualquer um dos senhores. Então, vamos resolver esse problema pelo amor de Deus!

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Amaro.

Como vocês acompanharam, não precisa de um depoimento mais forte que o do Amaro. Não tem!

Eu gostaria de passar a palavra ao médico oncologista, especialista em mastologia, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, aqui de Brasília, ex-diretor do Hospital de Base, Dr. José Antônio Ribeiro Filho.

Por gentileza, Dr. José Antônio.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO – Integrantes da Mesa, eu os saúdo. Eu queria cumprimentar, na pessoa da Senadora pelo Rio Grande do Sul, Ana Amélia, com quem já tive a honra de participar de uma reunião para resolver o problema das pesquisas clínicas no Brasil; o Senador Cristovam Buarque, nosso conterrâneo e companheiro de muitas lutas, e, principalmente, quero cumprimentar a todos cumprimentando o Senador Ivo Cassol. Eu não o conhecia e tive a grata satisfação de conhecê-lo.

Eu sou um sobrevivente de câncer. Eu fui operado, há 22 anos, de um câncer de próstata, Fui muito bem operado. Não fiz químio, não fiz rádio, não tomei hormônio e agradeço a quem me operou, Dr. Surugi, de São Paulo.

Eu falei com um colega do Ministério, que também se graduou na Universidade do Paraná, e daqui a duas semanas comemoro 50 anos de formado e comemoro 44 anos que lido com câncer.

Eu trabalhei na Secretaria de Saúde por 39 anos e seis meses. Eu podia me aposentar com 33, 34 anos de serviço, e por que não o fiz? Porque acho que eu poderia dar para pessoas carentes a minha capacidade e o meu conhecimento na área de câncer.

Então, eu não trato câncer; eu trato as pessoas portadoras de câncer como um todo. Eu sei ouvir as pessoas. E o motivo de eu estar aqui, principalmente em relação às fosfoetanolamina, é para mostrar alguns eslaides para vocês para apresentar a situação que temos no País.

No Brasil, segundo o Inca, nós vamos ter 52 mil casos de câncer de mama, sendo que 12 mil vão morrer. Deses 12 mil casos, nós poderíamos evitar a morte de, pelo menos, 30% a 40% se o diagnóstico fosse precoce e se o tratamento fosse correto. Essa é a minha maneira de ver.

Pode passar o seguinte, por favor.

Essa é uma frase desse senhor, um argentino meu amigo, que me mandou num cartão de Natal. Ele era especialista em diagnóstico, inclusive morreu de câncer, mas morreu de um câncer previsível. Ele era tabagista e morreu de um câncer de pulmão. Então, é a coisa mais correta que eu vejo: a melhor maneira de tratar o câncer é encontrá-lo, e encontrá-lo numa fase mais precoce possível.

O seguinte, por favor.

Esse eslaide é antigo, mas dá um resumo do aumento das causas de mortalidade por câncer. Essa é a nossa realidade! É com isso que a gente convive no dia a dia.

Seguinte, por favor.

Essa paciente simplesmente foi operada por mim – e quem for médico aqui sabe – num procedimento de mastectomia radical, a Halsted, onde a gente tira até os músculos. Ela fez radioterapia, fez quimioterapia e, 27 anos depois, fez uma recidiva local. Então, eu costumo dizer que o cânceres, todos eles, são imprevisíveis. Não adianta! A pessoa que falou sobre câncer de mama aí fez todos os testes possíveis, foi tratada em uma entidade onde eu aprendi a lidar com câncer, ou seja, foi atendida pelos melhores profissionais.

Seguinte, por favor.

Uma paciente operada em procedimento de mastectomia, com recidiva local. Gravíssimo esse caso.

Seguinte, por favor.

Essa é a nossa realidade. Eu tenho tumores maiores que esse – ainda maiores! Eu tenho um tumor que a gente chamava de super filoide de tão grande que ele era. Esse, provavelmente, não é um câncer; provavelmente, é um sarcoma.

Seguinte, por favor.

Olha aí a nossa realidade!

Seguinte, por favor.

Desculpem-me até por mostrar essas imagens.

Aqui vocês veem um câncer relativamente avançado, e o contrassenso: essa moça nos chegou, grávida de sete meses, com a camiseta da campanha "o câncer no alvo da moda". E ela tinha, por sorte, ido a um obstetra que examinou as suas mamas e, ao notar algo, a encaminho para nós. E nós tratamos essa paciente, que está muito bem, obrigado, há vários anos.

Seguinte, por favor.

Outro caso... Há outros casos que eu acho que já foram a óbito, porque faz tempo que eu saí do hospital. Eu me aposentei em 2006. Penso que todos já morreram, mas tiveram os seus casos documentados. Eu tenho milhares de casos semelhantes.

Seguinte, por favor.

Vocês veem aqui o absurdo: na parte de baixo, na parte desse mamilo, onde aparece uma ulceração, pode ser um câncer muito inicial, pelo qual, muitas vezes, o dermatologista passa batido; e, quando ele é avançado, ele atinge aquela dimensão.

Essa senhora era professora universitária. Então, não era uma pessoa leiga que não tinha acesso à informação e à saúde.

Seguinte, por favor.

Um outro contrassenso: essa paciente fez a primeira cirurgia em Curitiba com um amigo meu, o Dr. João Batista Neiva, e ela deixou aparecer outro tumor dessa dimensão. Até a história é interessante, porque essa se-

nhora, depois que eu a operei, fez um poema para mim. E eu mostrei o poema para a minha mulher, que ficou toda enciumada. Mas era uma senhora de mais de 80 anos.

Seguinte, por favor.

Pode ser uma coisa dessa? É muito triste!

Seguinte, por favor.

Esse é pior! Esse é o pior câncer que nós temos, porque ela não fez cirurgia nenhuma e o tumor comeu a sua mama. E vocês veem que há uma marca de tinta que mostra o que ela teve chance de fazer... Não tinha condições de fazer uma ooforectomia, uma castração... Ela fez uma castração actínica, para ver se melhoraria o seu tumor.

Seguinte, por favor.

Câncer de mama em homem. Eu tenho um caso, que não trouxe aqui, de um paciente homem que eu operei, numa dada época, um câncer de mama bilateral. Eu tenho até um comentário – numa aula ontem falei isso, não sei se é a hora oportuna: havia um assessor do Senador Eunício que faleceu recentemente. Ele ia ao nosso consultório com a esposa e dizia para mim: "Doutor, o senhor que mexe com mama o dia inteiro, sabe que, no Ceará, a gente diz que não existe nada mais inútil do que peito de homem. Peito de homem não dá leite, não pode fazer mais nada; só serve para dar doença". Felizmente, em 200 casos de tumor de mama em mulher, só aparece um em homem.

Seguinte, por favor.

Vou tentar ser mais rápido.

Então, aqui, como já foi falado, os objetivos da quimioterapia ou de qualquer outro tratamento é o de aumentar a sobrevida. No caso, inclusive de drogas baratas, é realmente muito interessante, porque existe lei que diz que a pessoa tem que tratar o seu câncer até 60 dias depois de diagnosticado. Contudo, existe fila de pacientes no Hospital de Base para tratar câncer de mama.

Eu criei a Unidade de Mastologia do Hospital de Base em 1984. Naquela época, nós éramos em três médicos e operávamos, em média, quatro cânceres por semana. Hoje, com os 12 médicos que há lá, opera-se um caso de câncer por semana – e há uma fila enorme.

Seguinte, por favor. (*Pausa.*)

Seguinte, por favor.

Concluindo, isso é uma verdade: os incuráveis preferem saber a verdade antes dos parentes.

Seguinte, por favor.

E essa é uma frase, relativamente a cuidados paliativos, que é uma coisa muita interessante e que é exatamente o que eu sempre fiz na medicina e vou continuar a fazer. Há mais de 20 anos, eu publiquei um trabalho na Revista de Mastologia cujo título era "Humanizar é preciso". Eu chamava a atenção para que sempre há algo que possa ser feito por uma paciente com câncer, em qualquer fase que ela esteja.

Seguinte, por favor.

E a minha maneira de pensar a medicina é essa: nascer com saúde, viver com qualidade e morrer com dignidade.

Seguinte, por favor.

Essa é a mensagem do Outubro Rosa. Essa menininha brava está dizendo aos pesquisadores descobrirem a cura do câncer, porque, senão, quando ela crescer, ela pode ter câncer.

Eu já tive câncer em paciente de 11 anos, de 15 anos. A de 11 anos estava com câncer avançado. Na última cirurgia que eu fiz, a paciente tinha 93 anos. Esta está curada.

Então, agora eu vou contar, rapidamente, dos casos que eu participei.

Eu tomei conhecimento da droga fosfoetanolamina quando eu operei, em 1988, uma professora universitária, cujo marido era professor universitário também, ambos de Cuiabá. Na época, nós fizemos uma cirurgia igual àquela que tira os músculos e tudo mais. Ocorre que, 23 anos depois, ela estava com a doença disseminada, e o marido a trouxe para que nós a consultássemos. Então, eu, juntamente com um cirurgião que eu considero brilhante, abrimos essa paciente. Ela estava com carcinomatose peritoneal, metástase hepática, pélvis congelada; ela tinha uma pequena verruga no umbigo, que nós tiramos, e era metástase de câncer de mama. E eu examinei essa paciente antes, com a pélvis congelada. Você não tocava o útero, nada. Enfim, abrimos e fechamos e fizemos as biópsias necessárias.

Um certo dia, na rua, encontrei com o cunhado dessa moça, e o cunhado me cobrou: "Dr. Ribeiro, o senhor é uma pessoa que eu reputava mais educado. O senhor nem perguntou pela minha cunhada". Como já haviam se passado dois anos da cirurgia, eu pensei: "Poxa, como é que eu iria falar? Morreu? Sofreu muito?" Então, falei: "Como ela está?" Para minha surpresa, ele disse: "Ela está ótima! Engordou, está alegre". E eu disse então: "Mande-a retornar lá no meu consultório. Não vou nem cobrar a consulta". E ele disse: "Não, não; ela vai

sim". E ela foi lá. Inclusive, eu tenho a ficha dela do dia do exame. Ela realmente tinha engordado. Eu a examinei, e o fígado dela era palpável, vi as imagens que ela fez, mostrando que havia regredido a metástase hepática. Eu fiz o exame ginecológico, e a pélvis estava solta, o útero estava solto. Enfim, ela estava muito bem, obrigado. Aí, eu perguntei a ela com quem ela estava fazendo quimioterapia ou se estava tomando tamoxifeno ou alguma coisa assim. E ela disse: "Não, estou tomando uma droga experimental que eu pego lá em Uberaba". Foi assim que eu tomei conhecimento da droga. Então, foi por mim um fato constatado – e não estou em idade de mentir. Constatei um resultado que eu considerei espetacular.

Outro caso de que eu tomei conhecimento: a paciente veio de Belo Horizonte para fazer uma consulta comigo. Eu pensei: "Poxa, Belo Horizonte tem ótimos profissionais, ótimos mastologistas". A moça tinha 31 anos e tinha a doença – estão até no meu iPad os exames dela. Ela, que tinha metástase onde você imaginasse, disse que estava tomando a fosfoetanolamina. Então, eu falei: "Você continua tomando a fosfoetanolamina, mas saiba que o teu caso é tão grave que você tem que fazer duas coisas: primeiro, procurar um oncologista para fazer também um quimioterápico; depois, aproveitando que está aqui em Brasília, vá a Abadiânia ver o João de Deus para ter um apoio espiritual". Realmente, quando a pessoa fala que quer esse tipo de coisa, eu não proíbo nem comento nada.

Eu tenho um sobrinho cuja família quem for de São Paulo, talvez, conheça. Ele tem 23 anos, tem um câncer, uma doença raríssima, que se chama Síndrome ALPS. É uma doença hematológica do tipo leucemia, mas não é leucemia. Uma das complicações dessa doença é o desenvolvimento de um linfoma de Burkitt, Ele, que fez esse quadro, trata-se, como cobaia, porque é uma doença rara, em...

Washington. Simplesmente de tomar morfina e corticoide e tudo mais, ele já teve que fazer duas próteses de quadril.Então, são coisas assim que acontecem na família.

Um adendo: encontrei com o médico que, junto comigo, operou esse paciente. Eu falei: "Fulano, sabe aquela paciente, fez uns três anos já, está viva e muito bem." Ele perguntou: "Por quê?" Eu respondi: "Ela está tomando um remédio." E ele falou, brincando: quero tomar esse remédio. Ele falou brincando, mas ele deveria ter tomado, porque teve, depois, um câncer de próstata e, depois, um câncer de tireoide. Talvez não tivesse tido se tivesse tomado a medicação.

Fui conselheiro federal até o ano passado, representando Brasília. Então, tenho experiência de analisar essas coisas. Conversei ontem com o conselheiro responsável por essa parte do Conselho, para receber, tal como estamos recebendo aqui, os profissionais para levarmos ao Conselho Federal que é quem, através das suas resoluções, pode ajudar, e muito! (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO – Tenho uma relação no Conselho e criei uma câmara técnica de oncologia clínica e cirúrgica, Existe até hoje, então pode até utilizar. E vou contar um pequeno detalhe: existe uma coisa, no Conselho, que pode ser feita por qualquer um: é parecer-consulta. A pessoa pegou uma juíza de São Paulo cuja mãe estava com câncer, tomando uma droga chamada fulvestrant, não sei se alguém tem conhecimento.

Aqui, no Brasil, a droga fulvestrant se fabrica de 250mg. E a dose atual preconizada em todo o mundo é de 500mg. Então, fui o Relator. Pesquisei, fui ver, e nem conheço o laboratório que fabrica. E nós fizemos uma resolução segundo a qual o fulvestrant tem que ser tomado na dose correta de 500mg. Portanto, os planos de saúde chiaram muito, porque dobra o preço, mas é o que se faz.

Houve uma época na minha vida, em 1988, fomos convidados para fazer uma pesquisa tamoxifeno. O tamoxifeno – nolvadex e uma série de nomes – é uma droga usada no tratamento de câncer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Dr. Ribeiro, só para não atrapalhar, se o senhor pudesse já... Porque há muita gente para falar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO – Vou encerrar, Senador. Mais essa história apenas. Havia um convite do Royal Marsden, um hospital de câncer, em Londres, para fazer experiências com essa droga. E aí, o que houve? Entramos com processo e tudo mais, e foi negado porque o hospital não teria experiência em pesquisas. Você não pode ter experiência se você não começar.

Então, agradeço, Senador, e peço desculpas pelo adiantado, por ter falado demais. Continuo, no que for preciso, disposto a ajudar todas as pacientes com câncer, sejam elas de onde forem, tenham o tipo de câncer que tiverem.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Dr. Ribeiro.

Vamos ouvir, daqui a pouco, o Secretário de Ciência e Tecnologia, Jailson, mas antes ouço aqui um cidadão catarinense, da sua terra, Dario, o Carlos Kennedy...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tem voo?

Então, seria rápido, Eliana, para, depois, o Carlos falar em seguida. Vamos simplificar para ganhar tempo porque os Senadores ainda querem participar.

Três minutos, no máximo.

A SRª ELIANA RODRIGUES – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, a Senadora Ana Amélia, o Senador do meu Estado Flexa Ribeiro. Sou paciente cancerígena, tenho metástase óssea, estou em um processo de linfoma e comecei com o câncer de mama.

Ainda não tive a oportunidade de ter essa medicação. Entrei há um mês com o pedido dessa medicação e ainda não obtive resposta. Então, como tenho pressa de viver, gostaria muito que as pessoas que aqui estivessem me ajudassem, uma vez que não estou mais recebendo a minha medicação no meu Estado; foi cortada.

Preciso dessa medicação. O paciente de câncer tem direito a uma vida digna, sim. Fragilizados pela doença, maltratados pela burocracia, somos sobreviventes desse caos, mas continuamos órfãos de cidadania e vítima da desinformação e do descaso. O câncer não tem partido, raça nem classe social. A cura do câncer existe, a medicação está aí, ao alcance de todos. Temos que tratar o doente e não a doença.

Sempre trago isto comigo; confiei, me entreguei, aceitei e agradeci. No meu Estado, para eu fazer a minha quimioterapia e minha radioterapia, tive que buscar via judicial. A juíza me negou tratamento, e eu disse a ela que ela poderia prender pessoas e não me condenar à morte. Já fui condenada novamente à morte pela falta da medicação no meu Estado. Espero que alguém aqui devolva minha vida. Quero viver, mas, pelo que estou vendo, estão me impedindo disso. É uma burocracia imensa para se conseguir uma medicação que está aí, perto de você e de graça.

Um quimioterapia é muito ruim, vocês não têm ideia do que seja. É uma dor óssea, o extremo de dor. Muito obrigada, agradeço a todos a oportunidade.

Sou Eliana, de Belém do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eliana, de Belém do Pará. (*Palmas.*)

Por gentileza, o Sr. Carlos Kennedy, de Santa Catarina, do Estado do Dario, tem a palavra. Peço, Carlos, que simplifique, uma vez que há mais pessoas para serem ouvidas. Ele tem uma história bonita para contar.

O SR. CARLOS KENNEDY WITTHOEFT – Sr. Presidente, distintas autoridades, V. Exªs, nobres espectadores, é uma grande honra ter sido convidado a estar presente aqui, no Senado Federal, nesta data memorável 29 de outubro de 2015. É memorável porque pode significar o marco derradeiro para o alívio do sofrimento dos nossos irmãos portadores de câncer, bastando para isso apenas que todos nós estejamos imbuídos de nobres sentimentos em relação ao nosso próximo para que possam, quem de direito, deliberar determinações para, dentro de um programa exequível, podermos produzir e distribuir a no momento tão propalada fosfoetanolamina.

Para que tenhamos êxito, é imperioso que nos desarmemos, uns em relação aos outros, esqueçamos os nosso egos e sobrepujemos os nosso interesses pessoais bem como os de alguns poucos em favor de um bem coletivo, síntese de um nobre ideal.

A "fosfo" não tem eleito colateral e nem contraindicação. Eu a tomo há mais ou menos cinco ou seis anos e estou ótimo. Não tenho câncer. (*Palmas.*)

Se ela não fizer o bem, o mal seguramente não fará.

Comecei a produzi-la em Pomerode, Santa Catarina. Quando comecei, a minha doce e querida esposa, Aridina Gutknecht Witthoeft, a Rita, fico extremamente preocupada comigo como ficaram igualmente amigos meus. Mas eu tinha dois argumentos plausíveis: se tu tivesses um câncer, desejarias que eu te fornecesse essas cápsulas.

E esse trabalho apenas será valorizado pelos curados. Hoje, me emociono em estar aqui não só pelos curados.

E eu emendava, dizendo: se com tudo que for feito pudermos ajudar uma única pessoa, tudo terá valido a pena, pois que essa única pessoa pode vir a ser você ou alguém que lhe seja muito caro.

E a Rita acabou sendo o baluarte desse maravilhoso trabalho desencadeado em Pomerode. Costumo dizer que, para a maioria das pessoas que recebe um diagnóstico positivo quanto ao desenvolvimento de um câncer, é como se recebesse uma sentença de morte. Elas vêm, muitas vezes, desesperadas, e a Rita ficava meia hora, uma hora ou duas horas, confortando-as, incentivando-as a manterem vivas a fé, a esperança. Eu fazia com muito amor.

Esse trabalho acabou tomando uma proporção maior do que imaginávamos pois que cada um curado trazia outros cinco. Já era praticamente uma via de regra. Juntos, tivemos muitas evidências empíricas, o que nos propiciava muita felicidade.

Muitos são os que dizem que, atrás de um grande homem, sempre há uma grande mulher. Outros dizem que é ao lado. Posso afirmar categoricamente: à frente de um grande homem há um grande mulher, e posso dizê-lo e confirmá-lo.

Obrigado, Rita, mas muito obrigado mesmo, Rita! Valeu. (*Palmas.*)

Que Deus, nosso Pai, em sua infinita bondade, misericórdia e justiça, te abençoe e te guarde. Seguramente, estás colhendo os frutos que plantastes. Plantastes amor e estás colhendo os frutos verdejantes e saborosos dessa que foi a sua maravilhosa semeadura. Obrigado, Rita.

Senhores, sairei hoje daqui com a esperança renovada de que a fosfoetanolamina seja tratada com o deferimento que merece pois que, tendo sido a mais alta Corte Legislativa esclarecida a respeito de seus benefícios e potencial, não se furtará em envidar os esforços necessários para viabilizar a distribuição da cápsula que cura e alivia sofrimentos.

Tenho certeza de que o povo os aclamará publicamente e notoriamente após pareceres favoráveis à acessibilidade da "fosfo". Senhores, Deus permitiu que cada um de vós hoje esteja aqui presente. Cumpre-nos fazer o melhor de acordo com sua majestosa vontade, que, seguramente, é de fazermos o melhor pelo povo e para o povo.

O que fiz pode não estar de acordo com a lei desta Nação, mas, seguramente, está de acordo com a lei de Deus: fazer ao próximo o que gostaríamos que nos fizessem. Esse é o mandamento que norteia a minha vida. E, desde que principiei em segui-lo, estou com a minha consciência muito mais em paz.

Para o meu bem, para o bem dos senhores, para o bem de todos e para um bem maior, muito obrigado, Senhor meu Deus, muito obrigado! Muito obrigado, senhores, e que a paz de Deus esteja com vocês todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Muito obrigado, Carlos Kennedy, que é um exemplo de vida. Acabou sendo preso, perdeu sua esposa, mas não perdeu a esperança.

Vamos ouvir aqui...

O SR. CARLOS KENNEDY WITTHOEFT – Sr. Presidente, eu poderia apenas passar um vídeo rapidinho? É possível?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode. Um minuto.

Pode ser depois, Carlos?

Depois passamos, para ganharmos tempo, porque os Senadores também querem participar. Depois passamos, porque dará tempo.

Vamos ouvir o Secretário de Políticas de Programas de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, Sr. Jailson Bittencourt de Andrade.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Boa tarde.

Na pessoa do Senador Ivo Cassol, cumprimento todos os Senadores e Deputados presentes. Ao mesmo tempo, agradeço o convite para participar desta reunião e a visita que nos fez no Ministério há duas semanas.

Muito já foi dito, aliás, acho que quase tudo já foi dito nesta audiência pública, mas eu gostaria de registrar, primeiro, os parabéns e agradecimentos aos cientistas que aqui falaram em nome do Prof. Chierice.

O trabalho científico que eles fizeram trouxe à cena vários aspectos extremamente relevantes – ficou claro nas várias apresentações – mas trouxe dois aspectos que considero também de altíssima relevância: primeiro, a mídia nacional foi pautada com um tema extremamente importante, principalmente em um mês que isso é destacado, o outubro rosa. Segundo, a ciência internacional foi pautada. Hoje, às 15 horas, vou dar uma entrevista por telefone a um dos mais importantes periódicos científicos do mundo, um dos dois mais importantes. Perguntei o tema da entrevista, e me mandaram a pergunta: o que está acontecendo no Brasil com a fosfoetanolamina. (*Palmas.*)

Marquei exatamente para hoje após as 15 horas para inclusive levar aspectos desta reunião.

O outro lado, Prof. Gilberto, por ter pautado os Três Poderes da República. Os Três Poderes da República foram pautados. O Legislativo está pautado; no Executivo várias pessoas estiveram aqui e estão trabalhando nisso; e também o Poder Judiciário. Isso está em uma pauta ampla na República.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – E o MP também, o Ministério Público.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – E o Ministério Público. Então, vejam que isso conseguiu colocar uma pauta plena na República.

Veja, o Senador Ivo Cassol nos visitou há duas semanas e nos trouxe a questão de uma forma bastante intensa. Logo após a reunião com o Senador Ivo Cassol, consultei seis dos mais importantes grupos de laboratórios de pesquisas do País sobre como acelerar esses testes clínicos de primeira e segunda fases. Já temos, portanto, um panorama do que pode ser feito, a velocidade com que pode ser feito e o custo do que pode ser feito.

Então, o Ministério da Ciência e Tecnologia já se adiantou nessa parte. Certamente, trabalharemos junto com o Ministério da Saúde como fazemos em vários aspectos ligados à pesquisa. (*Palmas.*)

Um segundo aspecto que estamos considerando e que não deixa de ser relevante – os que estudaram química, nesta sala, certamente têm ideia – é que uma coisa é fazer um miligrama de material, outra coisa é fazer um grama, outra coisa é fazer um quilograma e outra é fazer toneladas.

Então, certamente, havendo todos os testes e havendo a liberação feita pela Anvisa, precisamos caminhar no sentido de como produzir toneladas. E, nesse ponto, o Ministério da Ciência e Tecnologia está pronto para ajudar os interessados em como escalonar a produção da fosfoetanolamina, certamente após toda a liberação e teste que forem feitos.

Essa é a mensagem do nosso Ministério. Agradeço, mais uma vez, pelo convite. Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Vamos passar a ouvir nossos Senadores, mas, antes disso, quero lembrar que o Dr. Jailson representa o Ministério de Ciência e Tecnologia e tem 16 laboratórios, se não me engano, espalhados pelo Brasil afora, que podem, no meu ponto de vista, juntamente com o Senado, produzir a "fosfo"nesses Estados.

Portanto...

(Manifestação da plateia.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... é a oportunidade que temos, Dr. Jailson, de colocar à disposição, juntamente com o Dr. Jarbas, para que a Anvisa também possa proceder.

Depois, haverá outras pessoas, mas, agora, vamos ouvir os Senadores, porque têm compromissos.

Estão inscritos: Senador Dário Berger, Senador Blairo Maggi, Senador Moka, Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador de Santa Catarina, Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, estaduais, senhores expositores, palestrantes, depoentes e demais senhoras e senhores que participam desta audiência pública que, no meu entendimento, é bem diferente, ou totalmente diferente, de todas aquelas de que participei até hoje neste primeiro ano de mandato no Senado Federal.

Bem, parabenizo a todos os Senadores, mas substancialmente e especialmente quero prestar a minha homenagem ao Senador Ivo Cassol. (*Palmas.*)

Corajoso, competente, levantou esse tema com grandeza, com coragem e com bravura. Inclusive, quero aqui prestar meu testemunho de que V. Exª me convidou, me convocou para entrar nessa luta, inclusive mencionando o Carlos Kennedy, contando a sua história; e por ser de Pomerode, a cidade mais alemã de Santa Catarina, eu já o conhecia através do Senador Ivo Cassol.

Portanto, vão aqui os meus sinceros cumprimentos a V. Exª.

Quero ainda dizer que de todas as audiências públicas de que participei, esta, de longe, é aquela que mais me impressionou. Ela trouxe um brilho especial aos nossos olhos, à nossa alma e ao nosso espírito.

Os depoimentos e as palestras entraram nos nossos ouvidos como uma música romântica, sertaneja – que é o meu ritmo preferido. E quero aqui, de maneira muito especial, cumprimentar a todos os palestrantes. E pelo adiantado da hora, perdoem-me por não explicitá-los e citá-los de maneira mais objetiva.

Quero acrescentar, ainda, que nada nos toca mais do que uma doença, sobretudo uma doença terminal. E nada nos toca mais ainda do que uma doença dos nossos filhos. Nada nos toca mais do que uma doença num familiar nosso, num semelhante, num vizinho. Enfim, nada nos toca mais do que a doença, porque implica um ato de violência ao ser humano, que naquele momento em que recebe o seu diagnóstico, é sentenciado a um longo caminho de tratamento cuja morte é a principal expectativa que tem, tanto de curto como de médio ou longo prazo.

Nós, aqui, Srs. Senadores, Srª Senadora, não podemos medir esforços nem poupar recursos para criar uma logística necessária, no País, para que os nossos semelhantes, os nossos brasileiros e brasileiras, Senador Cassol, possam ser atendidos em tempo real. E não é ao que estamos assistindo no Brasil de hoje. Lamentavelmente, essa é a triste realidade.

A saúde, inegavelmente, é o bem maior de qualquer ser humano. E é um bem de expectativa infinita. As pessoas querem viver mais e melhor. E nós temos que dar uma resposta a isso, como representantes dos nossos Estados. É por isso que eu quero expressar aqui a minha mais profunda solidariedade aos expositores, aos depoentes, àqueles que esperam de nós uma atitude concreta, real, definitiva, para que possamos ser um agente dessa transformação e fazer com que essa droga possa enfrentar os caminhos sucessivos que precisam ser enfrentados para que, se Deus quiser, através dos estudos clínicos necessários, cheguemos à conclusão de

que encontramos definitivamente uma droga capaz de tratar o câncer e milhares e milhares, centenas e centenas de enfermidades que as pessoas acabam possuindo.

O melhor caminho que nós construímos, Senador Cassol e Presidente desta audiência pública, é aquele que construímos com os nossos próprios passos. Mas a grandeza da caminhada está naqueles que caminham com a gente, para atingir os objetivos que nós temos pela frente. E o nosso objetivo, nesse momento, não é outro senão caminharmos juntos, com o mesmo objetivo, no mesmo sentido e na mesma direção de buscarmos nas autoridades competentes os encaminhamentos necessários para podermos, muito rapidamente, para não dizer imediatamente, criar um protocolo necessário para que efetivamente essa droga receba os seus estudos fundamentais, desmistificando de vez esse cenário de incerteza que ainda paira sobre algumas pessoas, principalmente da área médica, que em função dos estudos complementares não terem sido feitos, ainda eticamente não podem prescrevê-la.

Bem, eu quero emprestar a minha voz. Quero engrossar essa voz que surgiu com V. Exª e que, fundamentalmente, é expressiva e importante. Por isso, para concluir, Sr. Presidente, quero imaginar, Senadora Ana Amélia, que esta audiência pública possa representar um novo tempo; represente a construção de uma nova página na história da medicina brasileira e, sobretudo, na história do tratamento de câncer. Vamos juntos, então!

Eu queria até fazer uma sugestão. Não sei se é oportuna ou inoportuna. Mas esse assunto não pode ficar apenas no âmbito desta audiência pública, ele precisa ter continuidade, Senador Cassol. (*Palmas.*)

Continuidade efetiva, objetiva. E acho que poderemos criar uma pequena Comissão para fazer os encaminhamentos, implementar as pressões necessárias para que sigamos em frente.

Portanto,quero me congratular com V. Exª e com todos aqueles que participaram desta audiência pública. De coração, fiquei extremamente sensibilizado, emocionado. E pode contar comigo, pode contar com a minha voz para que enfrentemos esse grande e poderoso desafio que temos pela frente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Dário Berger. Com certeza, nós temos que tirar desta audiência um grupo de Senadores para acompanhar, junto à Anvisa, ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a fim de diminuir a distância e acessar tantos depoimentos de pessoas que ouvimos aqui.

O Blairo passou a palavra para o Senador Moka. A Senadora Ana quer falar depois só dois minutinhos. Então, passo a palavra para ao Senador Moka e, em seguida, dois minutos para a Ana, que ela pediu. Mas só pediu para ganhar tempo quanto à questão de ordem. Estou sendo gentil, porque é outubro rosa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Meu caro Senador Ivo Cassol, Senador Alvaro, Senadora Ana Amélia e Senador paraense Flexa, agradeço primeiramente ao Senador Blairo Maggi pela gentileza. Eu confesso que tenho um compromisso e disse ao Ivo. Dos Senadores presentes, talvez eu que tenha a maior proximidade com o tema. Eu sou médico e dei aula, durante 15 anos, de química. Então, vi quando o doutor estava falando sobre a mitocôndria, que na verdade é a força da casa de máquinas da célula.

Eu quero ser objetivo. Como é que uma substância como essa... Depois de tantos depoimentos, de cinco anos, de três anos com melhoras evidentes, em se tratando de câncer, como essa substância pôde passar praticamente ignorada durante esse tempo todo? Isso eu não consigo entender! (*Palmas.*)

Aliás, hoje eu entendo a eloquência do Senador Ivo Cassol, naquele dia no Senado, quando conversava comigo e com a Ana. E eu dizia que achava que uma audiência pública convocando as autoridades, com cautela – ainda disse –, para a gente avaliar essa questão, porque para mim, Senador Ivo, era inimaginável! Não era concebível.

E depois de ouvir o Dr. Gilberto e tantos outros, mas principalmente depoimentos como o caso da Srª Bernadete, que aqui falou e mostrou que no caso dela funcionou... E tem funcionado, com relatos de evolução clínica de pacientes. E um paciente desse quando procura... Alguém disse aqui: "Você não sabe a coragem que é preciso quando você tem que tomar uma cápsula que não tem bula, que não tem nada! E eu tive que fazer opção!" Acho que foi a Srª Bernadete mesmo. É coragem.

Aqui, quando a gente fala da Anvisa... Quero fazer um registro de que não é fácil também para a Anvisa sair liberando substância. Da mesma forma que esta substância está salvando vidas, devemos nos lembrar de casos antigos como o da talidomida, por exemplo, que tanto mal causou. E na época que surgiu, era também alguma coisa de milagrosa.

O que temos que fazer... Hoje eu fiquei feliz aqui. O Ministério da Saúde disse: "Nós vamos fazer uma força-tarefa". Isso é importante. Que força-tarefa é essa? A Anvisa é comandada pelo Ministério da Saúde. As boas notícias de quem representou aqui o Ministro da Ciência e Tecnologia sobre o interesse de laboratórios... Senador Ivo Cassol, o maior problema que vai haver – e o Dr. Gilberto já dizia – é o seguinte, haverá uma demanda muito grande por essa substância, principalmente a partir desta audiência – eu não estou querendo supervalorizar –, por causa da repercussão desta audiência pública hoje no Senado, principalmente porque

nós daqui do Senado, Senador Ivo Cassol, eu e a Senadora Ana Amélia já travamos muitas lutas juntos sobre saúde. Câncer. Muitas! Não vou citar para não me alongar.

Quero fazer um compromisso tanto com o Senador Ivo Cassol quanto com o Senador Cristovam Buarque, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Vamos unir as duas Comissões: a de Ciência e Tecnologia e a de Saúde, do Senado, e todos os Senadores que quiserem participar, e dizer que nós precisamos produzir! Não posso chamar de remédio, porque dizia eu ao Senador Ivo: "Ivo, eu não sou leigo. Para mim é mais difícil." Ele deve se lembrar disso. Eu sou médico. Então, há uma dificuldade.

Mas hoje, depois de vir e ver, aqui, as evidências mostradas... Como não houve a parte clínica? A parte clínica foi demonstrada, na minha avaliação, soberanamente. (*Palmas.*)

Na minha avaliação, nós precisamos neste momento é arranjar laboratórios e financiamento – é claro – para fazer estudos. Aí precisa a terceira fase. Essa é a minha avaliação. Eu sou um humilde médico... Não sou nem mais médico. Eu tenho uma filha médica que fala: "Pai, por favor, não fala mais em medicina porque você não sabe mais nada de medicina." Ela que é médica hoje.

Eu digo para vocês, com a experiência de quem conhece muito, principalmente em se tratando da minha vida pública, são 34 anos. Eu estou no meu nono mandato. Então, essa é uma luta... Aqui há uma pessoa que tem esse mérito, sem subestimar e desmerecer ninguém. E o nome dessa pessoa é Senador Ivo Cassol. Eu fui contaminado pelo seu entusiasmo.

Estou aqui e dizendo para vocês, meu caro amigo, Dr. Jarbas, prepare-se, porque nós vamos ficar em cima disso. Vamos ficar em cima disso, porque eu, a Senadora Ana Amélia e o Senador Walter Pinheiro já travamos uma luta, aqui, que é acelerar os prazos, que precisam ser acelerados, de pesquisa clínica neste País.

Quando eu era o Presidente da Comissão da Saúde, houve casos aqui de levar mais de trezentos dias para autorizar uma pesquisa clínica neste País. Hoje, na Anvisa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não estou falando da Anvisa. Depois da primeira audiência com a Anvisa, o prazo a Anvisa resolveu, mas a Conep não resolveu e o senhor sabe disso.

Então, estou dizendo que nós precisamos encurtar. A pesquisa clínica precisa ser ágil, porque as pessoas que têm doenças, que sofrem dores, que se submetem à quimioterapia, por exemplo, não têm condição de ficar esperando tanto tempo para o início de uma pesquisa. (*Palmas.*)

Então, quero encerrar dizendo o seguinte, Senadora Ana Amélia, eu não tenho dúvida nenhuma. Pode ser que não funcione em 100% dos casos. É possível que aqui haja... O Dr. Gilberto sabe disso, os outros expositores que são todos... Eu olhei aqui e a maioria deles é doutor em química. Então, é na verdade outra substância, como disse o Dr. Gilberto, pela primeira vez sendo utilizada atacando células anaeróbicas. Esse é o princípio que ele defendeu aqui. Eu prestei muita atenção. E talvez seja essa – por que não? – a forma de começar.

Eu, evidentemente, tenho que diminuir o meu entusiasmo, mas confesso que me entusiasmei porque os depoimentos são muito fortes e verdadeiros. Mas é claro que temos um caminho a percorrer. Agora, como médico eu só digo uma coisa para vocês, aqueles que estão fazendo o tratamento, não abandonem o tratamento. É importante isso. Não podem abandonar o tratamento. Façam as duas coisas ao mesmo tempo, mas não abandonem o seu tratamento, porque acho que isso é não uma temeridade porque não vai funcionar, mas porque é importante a continuidade desse tratamento.

No mais, agradeço a gentileza do Senador Blairo Maggi e digo, meu caro Senador de Rondônia, parabéns amigo, Senador Ivo Cassol, por essa magnífica audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka.

Eu quero ser verdadeiro, Senador Moka. O que me motivou a isso tudo foi, na verdade, viver, verificar e apurar pelo que uma pessoa com câncer passa, ouvindo os pesquisadores. Esse mérito que o Senador Moka acabou de passar para mim, eu quero dividir com cada um dos brasileiros que estão com uma expectativa, uma esperança de um sopro de vida, com os pesquisadores que estão aqui, e com os meus colegas, que eu estou conseguindo convencer hoje, a partir de tudo isso que está acontecendo.

Quem acabou de falar não é nada mais nada menos do que também um médico. Portanto, tudo aquilo que se dizia e se pregou por aí... Eu quero alertar uma situação: infelizmente, os bandidos criminosos já estão produzindo cápsula de farinha e vendendo por aí. Então, quero pedir à população do Brasil: não entrem nisso. Tomem cuidado!

Ontem, já foi feita aqui pelo Wellington, esse jovem guerreiro a quem daremos a oportunidade – se Deus quiser – de falar algo, depois, a ocorrência, na delegacia, porque há pessoas se aproveitando da desgraça alheia.

Agradeço ao Moka por tudo isso, que só me incentiva a continuar lutando. E continuar lutando cada vez mais. As minhas brigas, as minhas lutas, até hoje, como prefeito, como governador, foram pelo povo. Às vezes o pessoal fala assim: "Cassol, você tem processo". Tenho sim, mas nenhum por roubo, nenhum por desvio. É por enfrentamento, para dar chance ao povo de ter uma qualidade de vida melhor. É por isso que estou nessa causa junto com vocês. Eu não estou sozinho.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só quero dizer que neste momento está morrendo um brasileiro ou uma brasileira de AVC. Hoje é o Dia Mundial da... Estamos tratando de câncer, aqui. É para ver as dores e a necessidade.

Estou dizendo isso apenas em homenagem ao Dr. Octávio Marques Pontes Neto, que é docente da USP de Ribeirão Preto. S. Sª me ligou ontem pedindo que o Ministério da Saúde inclua o Dia Mundial de Combate ao AVC na sua agenda das datas de prevenção. Eu aproveito porque esta audiência está sendo transmitida ao vivo para todo Brasil. AVC é tão grave quanto o câncer, talvez mais porque ele mata mais do que o câncer por ser insidioso, é uma doença que ninguém sabe o que é.

Então, aos médicos estão aqui os parabéns, a todos que fizeram exposições. Agradeço porque quando você se envolve numa agenda de saúde as coisas vêm puxando, cada hora vem uma demanda adicional. Agradeço ao Dr. Octávio Marques Pontes Neto, da USP de Ribeirão Preto, neurologista, para lembrar que hoje é 29 de outubro, é o Dia Mundial de Combate ao AVC, para que não se morra mais. Só de brasileiros, vão morrer neste ano mais de 100 mil. São mais de 100 mil mortes. Falamos em mama, 50 mil; são 100 mil mortes de brasileiros neste ano.

Muito obrigada, Senador Ivo Cassol. Obrigada Senador Blairo Maggi. Apenas para fazer essa solicitação à nossa representante do Ministério da Saúde. Ela já ficou lá anotando falando que é possível que a gente tenha o apoio do Ministério da Saúde. Drª Clarice, muito obrigada. Esperamos o apoio para que seja incluído nas datas de prevenção.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, que também subscreveu na CAS.

Antes de passar a palavra para o Blairo, só queria registrar também a presença da doutora, da médica oncologista de São Carlos que acompanha os pacientes, Drª Alexandrina. A Drª Regina Monteiro também está presente aqui. Só estou deixando meu abraço, minha gratidão.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, de Mato Grosso. Esse que foi um grande governador daquele Estado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, o requerente desta audiência pública. Cumprimento também o Presidente da CCT, Senador Cristovam Buarque, também a Senadora Ana Amélia, que faz parte, é requerente da audiência pública, demais colegas aqui presentes. Percebo que tivemos vários colegas aqui 100% do tempo ouvindo esta audiência pública.

Eu quero iniciar cumprimentando especialmente o Senador Ivo Cassol pela determinação, pelo entusiasmo, pela forma como ele entrou neste assunto. Lembro que no primeiro dia em que ele tomou conhecimento ou foi convencido dessa nova droga que possa resolver o problema do câncer ficou muito entusiasmado, começou a procurar os colegas. Eu mesmo fui atropelado pelo Ivo por duas vezes para falar com médicos de fora, com pessoas. Ivo, parabéns, você conseguiu trazer esse assunto para o âmbito do Senado Federal. Aqui o Deputado Feliciano já disse também que vai haver uma audiência pública lá na Câmara Federal. Então, esse assunto veio para a discussão, saiu das redes sociais, saiu dos comentários às vezes ruins – há, às vezes, alguns comentários excessivamente bons também –, mas veio para a racionalidade. Nós ouvimos aqui hoje vários relatos, eu vi, foram mais de 15 pessoas ouvidas nesta reunião pública, o que nos deixa muito emocionados. Tive horas de não poder segurar as lágrimas. Para quem já teve esse problema na família... Eu tenho uma filha que teve um câncer aos 16 anos de idade, eu sei o sofrimento que é a expectativa que as pessoas têm, as dúvidas que elas têm. E aí a gente ouvir depoimentos como o da Bernadete, que foi aqui para mim o mais marcante da forma como foi colocado, não tenho dúvidas de que nós temos que acelerar esse processo. Também não tenho dúvidas de que o Ministro Fachin, ao tomar a decisão de dar liminarmente a possibilidade de as pessoas terem esse medicamento, ele acertou em cheio e eu fiquei pensando: "Como o Ministro Fachin poderia ter dado uma liminar assim sem muito conhecimento?" No entusiasmo do Ivo Cassol que não era. Eu tenho certeza de que o Ministro Fachin, ao estudar o caso para dar a liminar ou não, deve ter lido, ouvido e conversado e chegou à mesma conclusão a que nós chegamos aqui hoje: que mal faz você dar a esperança, você dar a possibilidade para quem não tem mais onde se agarrar de fazer alguma coisa?

Eu lembro quando a minha filha deve o câncer. Eu a tratei em São Paulo com excelentes médicos, mas não deixei de ouvir a sabedoria popular, não deixei de dar suco de babosa, tinha que segurar o nariz dela para tomar, ela não queria. Uma arvorezinha que tinha um leitinho e diziam que botava na água e curava o câncer... Todas as receitas caseiras, as rezas, os compromissos, as promessas, todas elas eu fiz, Senador Cassol. Inclusive minha vida para a política é fruto de um dos compromissos que eu fiz com Nossa Senhora Aparecida e com Deus para curar a minha filha.

Felizmente, está curada, já me deu dois netos. E eu não posso deixar, Senador Ivo Cassol, de entrar nessa luta que você nos trouxe até aqui. Então, eu quero cumprimentar todos. Ouvi aqui com atenção a todos. Todos têm o seu fundo de razão. Gostei do posicionamento do Governo também. O Governo não veio dizer: "Não, não vou fazer." O Governo tem os protocolos a serem seguidos. Agora, parece que ao longo desses últimos 20 anos em que foi estudado, em que já foi usado, faltou um elo de ligação entre aqueles que efetivamente descobriram, aqueles que lutaram para trazer até agora e os órgãos de governo, faltou uma ligação, talvez tenha faltado o que foi conseguido hoje aqui, a ligação da política, a ligação do Legislativo, que é e tem o papel de fazer essa aproximação de todas as partes da sociedade.

Parabéns a todos, principalmente a você, Ivo Cassol, pela luta. Continue assim que você dará muitas alegrias a muitas e milhares de pessoas deste Brasil. Antes desta audiência pública, eu já tinha recebido centenas de consultas nas minhas redes sociais, no meu WhatsApp e no Facebook, de pessoas querendo saber como conseguir isso. Eu imagino que a partir de hoje todos nós Senadores e aqueles envolvidos aqui terão uma demanda bastante grande para ajudar a resolver.

Parabéns, Cassol! Siga em frente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Quero dizer a todos colegas, Senadores e Senadoras, Deputados e pesquisadores que o primeiro amigo com quem dividi essa luta que eu ia enfrentar foi o Senador Blairo Maggi. Tão logo eu recebi uma ligação de um oncologista renomado e dono de uma clínica, ele me ligou e começou a me falar no ouvido. Eu passei o telefone para o Blairo e disse: "Blairo, ouça o que esse oncologista tem a dizer." Eu só não posso citar o nome dele porque ele falou: "Se você citar meu nome, Cassol, vou ser descredenciado, mas eu sou prova nata – ele é do Sul – de que a 'fosfo' dá certo. Eu tenho amigos que se trataram com a 'fosfo' e dá certo." O próprio Senador Blairo acompanhou esse passo a passo. Senador Blairo, obrigado, de coração, estar conosco. Foi emocionante hoje ouvir os depoimentos das pessoas. Eu também não me aguentei. Acho que nós, Senadores, temos que cumprir o nosso papel, eu vejo que a vida não está acima das leis. Porque, por mais que falemos da situação e do que precisa ser feito, o pessoal acha que comemos lei. Não comemos a lei, precisamos de leis para respeitar. Mas quando a vida está em jogo... Por isso que aqui quero agradecer à Justiça, ao juiz de São Paulo, ao desembargador que depois voltou atrás com as liminares e ao Ministro Edison Fachin, que foram corajosos ao preservarem a vida.

Vocês querem depoimento melhor que esse do Blairo Maggi? Dentro de casa, a filha com câncer, qualquer coisa que a pessoa oferecesse... Mesmo que tivesse que apertar o nariz para colocar goela abaixo... Isso é fé, gente! Fé move montanhas.

Então, agradeço o carinho do Blairo e dos demais Senadores.

Vou passar a palavra ao Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tive que me ausentar por uma atividade em plenário. Mas, sendo Presidente da Comissão, prefiro que, por mérito, o Presidente desta audiência seja o Senador Ivo Cassol, por sua luta, pelo assunto e por ele convocado. (*Palmas.*)

Então, a Presidência é dele aqui.

Há pouco conversava comigo o Senador Alvaro dizendo que nunca tinha ficado tanto tempo em uma audiência como nesta vez. Realmente, é pelo interesse obviamente do tema.

Não estamos falando de uma coisa pequena, estamos falando da possibilidade de cura do câncer. Segundo, pela qualidade dos depoimentos.

Na parte a que eu assisti – eu disse na hora mesmo, sobretudo em relação ao Dr. Renato –, a qualidade da apresentação foi surpreendentemente muito boa. Por isso fico feliz.

Vou deixar a Presidência com ele, mas e não queria deixar de falar uma coisa, em breve tenho que sair também, devo estar às duas em ponto no plenário, senão não tenho a chance de falar.

Eu quero dizer que eu vi a carta da USP, a nota da USP, e eu fiquei com uma preocupação. A nota está bem, tudo bem. Agora, a parte final, o último parágrafo me incomodou, quando não tem assinatura, mas diz: "Nada disso [das considerações da USP], nada disso exclui." Ou seja, é como se não fosse importante fazer, mas

se pode fazer. "Nada disso exclui, porém, que estudos clínicos suplementares possam ser desenvolvidos no âmbito desta universidade essencialmente dedicada à pesquisa e à ciência."

Eu gostaria de uma nota de uma universidade – e eu já fui reitor de uma – que dissesse o seguinte: A USP – com base em tudo que foi dito, com base em todas essas coisas –, a USP criou um grupo de estudos para analisar cientificamente o assunto. E, devido à importância do tema e a sua expectativa para milhares ou milhões de pessoas, isso será feito no prazo mais curto possível, dentro dos limites da ciência. Eu gostaria de ver a USP se envolvendo... (*Palmas.*)

... não ainda dando o aval, mas se envolvendo nas pesquisas complementares para poder dizer que isto de fato é um caminho para essa tragédia do câncer. Ou que nessa pesquisa se mostre cientificamente também que não é. Porque é fácil exigir que se prove cientificamente, enquanto a coisa é testada sem provar que não é científico. Nós estamos lamentavelmente numa situação que dá impressão, com todo carinho e respeito que tenho pelo reitor, que está lavando as mãos quando diz "nada disso exclui que estudos clínicos suplementares possam ser desenvolvidos". (*Palmas.*)

Não, não é nada disso exclui. Precisa-se de estudos complementares. Todos estão de acordo. Sempre se precisa... E não está assinada, eu falei. Sempre se precisa, então vamos fazer. Mas, se a USP não quer fazer, creio que devamos cobrar de outras entidades. Vamos entrar em contato com a Fiocruz, com o Ministério da Saúde, que tem seus diversos centros. Vamos fazer um apelo por aqui aos que estão me ouvindo, para outras universidades se envolverem e rápido. Porque nós queremos, sobretudo, fundamentalmente, mais que qualquer coisa, a cura do câncer. Mas queremos também – secundariamente, mas queremos – que seja no Brasil a descoberta disso. Estamos perto, estamos com a chance. Por que perder essa chance por causa de caprichos, descrenças ou comodismo? Vamos pesquisar, vamos em frente, mas sem recusar aquilo que nós ouvimos hoje aqui e passa uma credibilidade de que qualquer um de nós que hoje precise de remédio para câncer tomaria. E todos que estão – desculpem o que vou dizer – ou vamos ter câncer ou vamos ter alguém conhecido que vai ter câncer, não há exceção. Não há exceção! (*Palmas.*)

Isso é do interesse de todos nós. Vamos cobrar!

Contem com a Comissão de Ciência e Tecnologia, porque vamos estar atentos a esse assunto daqui para frente, graças a vocês que fizeram esse trabalho e graças ao Senador Ivo, que trouxe o assunto para dentro desta Casa. Contem conosco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, nosso Presidente. É uma alegria, ao mesmo tempo, de em cada momento sermos mais.

Os pesquisadores acabaram de passar. Está todo mundo a favor. Do que se precisa? A participação. E aqui nesta Comissão, Sr. Presidente, precisamos disso dos Senadores: da participação desse grupo de pesquisadores que acompanha todo esse trabalho. Portanto, para que não seja o feito um trabalho individual, para amanhã não se dizer que foi feita farinha que se distribuiu farinha para o povo ou vice-versa. Por mais que haja participação...

Vamos aproveitar para agradecer ao Defensor Público Federal da União Dr. Daniel de Macedo Alves Pereira, que está se retirado pois tem compromisso, tem voo.

Quero só corrigir aqui... Agradeço também ao Lobbe Neto, Deputado Federal de São Paulo e à Cidinha do Oncológico, Vereadora do Município de São Carlos. Também ao Roselei Françoso, Vereador de São Carlos e ao Deputado Federal Décio Lima. Quero corrigir uma falha minha, Leandre, Deputada Federal do Paraná. Desculpe-me. Daqui a pouquinho vou passar a palavra para vocês.

Passo a palavra ao Senador do Paraná Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Presidente. Primeiramente os cumprimentos ao Senador Ivo Cassol pela iniciativa importante de convocar cientistas a trazerem depoimentos fundamentais para o esclarecimento.

Olha, lá no Paraná, na Secretaria de Saúde, na parede, do lado de fora, há uma frase: "A saúde do povo é a suprema lei." Infelizmente, não tem sido. Esse fato que nós estamos presenciando revela que lastimavelmente a saúde do povo não tem sido a suprema lei. Esse assunto chegou à grande mídia nacional depois que bateu às portas do Supremo Tribunal Federal. E, para nossa felicidade, encontrou o Ministro Fachin, com a sua competência sabedoria e sensibilidade humana, derrubando uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo e possibilitando a um paciente valer-se desse medicamento na esperança de salvar a sua própria vida. Portanto, os nossos cumprimentos ao Ministro Fachin por essa decisão histórica, que pode ter sido o marco de um novo rumo para a ciência brasileira. Nós podemos estar diante de uma descoberta histórica e não pode haver indiferença diante dessa possibilidade.

Nós temos que lamentar esse emaranhado burocrático que impede a pesquisa, a descoberta e o uso de medicamentos que salvam vidas. Nós percebemos hoje aqui, eu creio que a percepção de cada um deve ter

alcançado exatamente que a ciência não mata a sensibilidade. Nós encontramos hoje, nesta Comissão, cientistas aflorando a sua sensibilidade humana, mostrando que trabalham com a inteligência, sim, mais com a alma, com o coração na busca de solução para dramas humanos candentes, que afligem milhares de pessoas no nosso País e no mundo. Os nossos cumprimentos a esses cientistas.

Mas eu senti que há espaço também para a revolta. Quando vejo um cientista ajoelhar-se diante deste auditório e pedir, implorar, ele extravasa a revolta calada no seu peito diante da insensibilidade das autoridades do País. Esse dogmatismo formalista que há na Administração Pública brasileira é criminoso porque está matando pessoas ou está impedindo que pessoas se salvem diante de um medicamento que pode ser a solução. Ora, a literatura nos informa que há cerca de 50 anos a "fosfo" tem sido utilizada em seres humanos, nos Estados Unidos e na Europa usada como suplemento de cálcio e não consta, não há até este momento nenhuma informação, nenhum registro de o seu uso trouxe qualquer dano à saúde das pessoas. Se é uma substância lícita, se não é uma substância ilícita, por que então não permitir o seu uso

para aqueles que têm esperança de salvar a sua própria vida. (*Palmas.*)

O que nós ouvimos hoje, aqui, foi um debate sobre o direito à saúde, o direito à esperança, o direito à vida. E o que nós esperávamos das autoridades que representam o Executivo, esse não é o momento para formulação de críticas, não é o momento inclusive para oportunismos de natureza político-partidária, mas eu confesso, com sinceridade, que esperava das autoridades do Governo nesse momento medidas mais concretas, anúncios mais efetivos, porque agora nós temos que oferecer aos cientistas possibilidade. Se não estão satisfeitos com os testes clínicos já realizados e aqui comprovados, que permitam, então, a realização, num curto espaço de tempo, de testes clínicos oficiais definitivos, para que esse medicamento possa ser utilizado o mais rapidamente possível. (*Palmas.*)

Enfim, não há como não dizer isso. O Senado apela, os Senadores apelam, os Senadores cobram, os Senadores e Deputados acompanham, mas cabe ao Governo as providências efetivas. Quem tem a caneta cheia é o Poder Executivo. Cabe a ele determinar as providências para que esse impasse seja superado. Quem sabe o Brasil, os nossos cientistas, aqui representados brilhantemente por aqueles que se apresentaram, quem sabe a ciência brasileira não esteja oferecendo ao mundo uma revolução no combate a essa doença, que provoca um drama imenso às famílias não só do nosso País. Portanto, essa oportunidade não pode ser desperdiçada.

À Anvisa especialmente, ao Ministério da Saúde, uma última palavra: a doença não espera a boa vontade do Governo, da Anvisa, do Ministério; a doença tem sido mais rápida que o Governo. É preciso que o Governo agilize-se, ganhe ritmo de maior velocidade, para impedir que mortes ocorram sem necessidade. Nós temos que alimentar a esperança da vida digna a todos aqueles que hoje estão ameaçados pela doença.

Por essa razão, os nossos cumprimentos aos que vieram e o nosso apelo ao Governo, para que as providências sejam as mais rápidas e eficientes. Já! Não temos tempo a perder.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Antes de passar a palavra para o Senador Flexa Ribeiro, depois para o Senador José Medeiros e em seguida para os Deputados, eu gostaria de pedir ao Senador Alvaro Dias, do PSDB, a gentileza de interceder junto ao Governador Geraldo Alckmin, do Estado de São Paulo, juntamente com o reitor e Presidente da USP. (*Palmas.*)

Eles entraram na Justiça para derrubar o cumprimento das liminares. Desculpem-me, o Governador não tem culpa, mas o reitor tem, e reitor é cargo de confiança e cargo político. Mesmo que a USP não tenha estrutura, ela pode subdividir nos laboratórios da ciência e tecnologia e de outras entidades públicas.

Está aqui o Durvanei, de São Paulo, e tantos outros, como a Furb. Estão à disposição para não derrubar. A USP está trabalhando para derrubar essas liminares. Vocês não imaginam quanto desespero vai bater na casa de todo mundo!

Desculpe-me, Senador, mas eu queria aproveitar esta oportunidade e pedir, se V. Exª puder fazer isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O apelo é público. Creio que nós temos, inclusive, aqui, Parlamentares de São Paulo, de São Carlos.

O SR. LOBBE NETO (PSDB - SP) – Eu só queria, se o Presidente permitir, dar uma informação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Se o Presidente permitir, mas, como é informação, deve ser importante.

O SR. LOBBE NETO (PSDB - SP) – Quero parabenizar muito por esta audiência, mas a minha preocupação era justamente essa. Eu conheço o trabalho do Chierice.

Peço uma salva de palmas a todos os pesquisadores do Brasil, através do Chierice, pelo trabalho que fizeram. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar nossos vereadores de São Carlos, os Deputados.

Quero dizer rapidamente que a USP é lista tríplice e tem autonomia financeira. Então, não é cargo de confiança do Governador. Só uma correção nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas é ele quem escolhe, não é?

O SR. LOBBE NETO (PSDB - SP) – Eu já conversei com o Governador sobre esse assunto, e vamos retomar outra vez. Vou conversar com o Reitor Zago, porque é um absurdo essa nota que ele fez.

A minha preocupação, como é a preocupação principalmente das pessoas que precisam da cápsula – é isso que eu ia falar e, já aproveitando, quero deixar aqui este registro – é que a agenda seja de vida, uma agenda positiva. Como disse o Senador Alvaro Dias, se sairmos desta audiência pública dizendo que ela foi excelente, que foi ótima... Estou aqui no terceiro mandato e já vi várias audiências em que, no fim, a gente sai, e a coisa enfraquece. Não há sequência. Ainda mais que temos grupos poderosos que jogam contra na questão da farmacologia, na questão dos laboratórios fortes, laboratórios do exterior, como também há alguns comentaristas da Globo fazendo sugestões que são contrárias às dos nossos pesquisadores. (*Palmas.*)

Eles preferem, às vezes, comprar medicamentos no exterior do que serem descobertos aqui, através dos pesquisadores e cientistas, o que ocorrerá num custo muito mais barato.

Então, nós temos que enfrentar muitas coisas pela frente, mas o que temos que ver agora é como a USP pode produzir mais cápsulas para aqueles que já precisam, que já estão tomando, ou o laboratório, a Anvisa autoriza, através de uma medida provisória, para ser rápido, ou de um decreto legislativo, ou através do Fachin, para que continue servindo às pessoas enquanto não faz toda a parte clínica.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Por isso, como autor da audiência, a sugestão é que se usem as estruturas do laboratório de ciência e tecnologia para que possa subdividir. Como a USP é pública, e é gratuito o medicamento, tenho certeza de que não vai faltar empresário ou comerciante que queira doar, para que se possa adquirir esse produto químico e fazer a "fosfo". Eu já me disponho, como empresário, e não como Senador, a também fazer isso, se for o caso, mas não deixar de produzir.

Tenho certeza de que o Senador Blairo também e tantos outros vão participar.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Senador Ivo Cassol. E não só cumprimentá-lo, Senador Ivo, mas parabenizá-lo pela audiência que V. Exª requereu.

Estou no Senado Federal, Senador Blairo, há dez anos. Devo ter participado de centenas de audiências públicas, sem sombra de dúvida, mas nenhuma como esta da qual participo hoje, de duas comissões, a CAS e a CCT.

Não tenho muito o que dizer do que já foi dito, até porque os depoimentos que aqui ouvi tornam esta audiência diferente de todas as outras das quais participamos, porque eles tocam a alma de cada um de nós; tocam, como foi dito aqui por um portador da doença, o coração de cada um de nós.

Quero parabenizar os pesquisadores, todos vocês.

Eu tenho um filho médico, com pós-doutorado e pesquisador. Sei a dificuldade que os senhores encontram para levar adiante o seu trabalho em relação às pesquisas. Falta apoio, falta laboratório.

A formação do meu filho em Medicina foi feita no meu Estado, em Belém. Ele passou treze anos em São Paulo e voltou para Belém, onde a dificuldade é maior, por ainda ser uma região periférica do nosso País. Se nas regiões desenvolvidas a pesquisa já é difícil, imaginem numa região periférica, como é a Amazônia brasileira.

Mas eu quero parabenizar todos os senhores, pesquisadores, que dedicam a sua vida, como aqui foi colocado, para salvar a vida do seu semelhante.

Só Deus é o senhor da vida, só Deus é que diz quando cada um de nós será chamado por Ele. Não somos nós que vamos definir, como foi dito aqui, se é uma sentença de morte ou uma esperança de vida.

Essa doença e todas as outras, evidentemente, mexem com todos nós, seja dentro da família, com os amigos, conhecidos, através dos depoimentos como os que aqui foram feitos.

A Senadora Ana Amélia falou do Dia do AVC. A hipertensão é uma doença silenciosa, como ela disse, que mata. Quando não cuidada, ela preventivamente leva ao AVC. O diabetes é outra doença silenciosa. Se não é cuidada preventivamente, leva também à máquina de hemodiálise; da hemodiálise ao transplante ou ao óbito.

Eu quero dizer ao Senador Ivo Cassol que pode contar com o Senador Flexa Ribeiro nessa luta.

O depoimento do Senador Blairo Maggi também emociona. Senador Blairo, a sua experiência é verdadeira. Quando a pessoa está acometida da doença, ela busca, em qualquer parte, esperança para se manter viva; ela vai à procura de tratamentos alternativos, que ainda não estão homologados pela Anvisa, que não são oficiais, que não podem ser comercializados.

Mas a situação me preocupa, Senador Ivo Cassol, pelos depoimentos que ouvimos aqui. Eu não entendo, eu não sou médico, não sou pesquisador, mas os relatos que ouvi aqui já demonstram que a pesquisa clínica foi feita pelos resultados. Você busca a validade do remédio pelo efeito que foi provado nos casos clínicos aqui mostrados. E eu não ouvi de ninguém que aqui usou a tribuna falar em efeito colateral da droga. Então, ela não tem efeito colateral. Se bem não faz, mal não faz. Não há por que não liberar o uso.

Senador Ivo, cabe a nós verificar de que forma, oficialmente, legalmente, Senador Blairo, a Anvisa, o Ministério da Saúde, o Executivo podem permitir, não como um remédio é liberado oficialmente, mas como uma droga alternativa, uma substância – droga no bom sentido.

Presidente da Anvisa, o que me preocupa é que, se não houver por parte do Governo mobilização, e a situação não vai se extinguir com esta audiência, que pessoas venham a querer se beneficiar com o mal do seu semelhante e passar, como foi dito pelo Senador Ivo Cassol, a vender farinha como sendo substância. Esse é o grande risco que pode acontecer. Deus nos livre disso!

É preferível que os laboratórios sejam permitidos. Não sei de que forma pode haver liberação para a distribuição. Se não puder ser comercializada, que seja distribuída, controlada a distribuição pelo Governo. Mas que não se esperem meses, anos para que isso, oficialmente, possa vir para o mercado. Essa doença não tem tempo de espera.

As pessoas que, lamentavelmente, a possuem estão com seus dias contados. Eu assisti a vários depoimentos de pessoas que me procuraram aqui, no meu Estado, na minha cidade, dizendo simplesmente que elas estão nessa luta até o último suspiro que tiverem. Vão chegar a óbito gritando, para que possam salvar a vida de outras pessoas que possam vir a ter a doença. Elas querem ajudar de alguma forma na cura de pessoas que elas não conhecem.

Estou vendo a Srª Bernadete levantar a mão. O seu depoimento, Srª Bernadete, foi, sem sombra de dúvida, aquele que mais trouxe emoção a todos nós. Quero parabenizá-la. V. Sª é uma daquelas pessoas, como aquelas com as quais conversei, que estão na luta para que outras pessoas sejam curadas dessa terrível doença o mais rápido possível. Todas as doenças são terríveis, mas essa é a mais terrível de todas.

Então, Senador Ivo, Senador Blairo, eu não sei qual caminho que a gente pode trilhar para que essa substância seja fabricada pelos laboratórios. Aqui foi dito que existem 17 laboratórios que se dispõem a fabricar. O Governo, através da Anvisa, através do Ministério da Saúde, pode reconhecer e controlar essa distribuição, enquanto se faz a pesquisa clínica. (*Palmas.*)

Ao final da pesquisa clínica – não tenho dúvida de que a substância será aprovada, pelo que já foi mostrado –, aí, sim, ela será oficialmente liberada. Não dá para esperar se completar a pesquisa clínica e deixar as pessoas tomando o remédio. Foi dito aqui: "Tenho duas cápsulas e não tenho como conseguir mais." Nós não podemos dizer a elas: "Você não vai ter acesso à substância", porque nós estamos dizendo a elas que estamos condenando-as ao óbito. Não podemos fazer isso. Nós temos que dar a elas qualquer fio de esperança para que possam lutar pela vida.

Senador Ivo, estou ao seu lado para que a gente possa, de fato, o mais breve possível, fazer com essa substância seja distribuída pelo Governo; controlada e distribuída pelo Governo, enquanto a pesquisa clínica é efetuada. Não vamos parar de atender às pessoas.

Esta audiência, que está sendo transmitida para o Brasil inteiro, vai fazer com que a procura aumente; não, ela vai explodir, vai haver uma explosão de procura! Vai ser necessário que as pessoas sejam atendidas. Com isso, vamos evitar os casos daqueles que, lamentavelmente, querem se aproveitar.

Que Deus abençoe todos vocês que estão passando por essa doença; que Ele dê a vocês a cura pela qual vocês lutam. Tenho certeza de que vão encontrar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Flexa.

Antes de passar para o Senador Medeiros, o Defensor Público que entrou com a ação, Senador Medeiros, vai usar a palavra por dois minutos. Além disso, o Dr. Otaviano, de Uberaba, porque também manipularam em Uberaba esse medicamento, uma outra alternativa que se tem.

Dr. Salvador, da USP, espero que a USP volte urgentemente, em respeito à vida, em respeito às pessoas. Caso contrário, a USP, o reitor e aqueles que assinaram a medida contrariamente estarão aniquilando ou dando a sentença de morte para esses pacientes. Nós temos que ser solidários a tudo isso. (*Palmas.*)

Com a palavra, por dois minutos, Daniel de Macedo Alves Pereira, Defensor Público Federal, que entrou com uma ação.

Passo a Mesa para o Senador Blairo Maggi.

O SR. DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA – Exmos. Srs. Parlamentares, muito me honra estar aqui, nesta Casa, a convite do Senador Ivo Cassol.

Eu tentarei ser breve no meu discurso. A ideia é passar uma roupagem jurídica sobre essa questão que tanto se debate aqui, num viés científico.

Atualmente, a única forma de se obter a substância é por intermédio de uma decisão judicial. Essa decisão judicial normalmente sai pela Vara de Fazenda Pública de São Carlos. Até 2014 – Dr. Gilberto, corrija-me, se eu estiver equivocado –, a USP tinha plena ciência do fornecimento dessa substância, desde o final da década de 80, por intermédio dos vários diretores que se sucederam no Instituto de São Carlos.

A portaria da USP é contraditória. Para além disso, a Vara de Fazenda Pública de São Carlos, que recebia em torno de 160 ações por mês, hoje está recebendo em média 200 ações individuais por dia. Nós temos 1.200 liminares já concedidas, mais 1.200 ações que se avizinham na mesa da juíza, Drª Gabriela; para além disso, 500 ações judiciais que estão prontas para serem distribuídas.

A Vara entrou em colapso. Essa é uma realidade, e a situação mais grave é que o Instituto de Química não vem cumprindo as ordens judiciais. Essas cápsulas são enviadas via correio. Há uma verdadeira romaria de pessoas de todas as unidades da Federação para o Instituto de São Carlos. Existem pessoas que se apresentam com carta de um pastor, existem pessoas que vêm andando de uma Estado para o outro, na esperança de se manterem vivas. Essa é uma realidade.

Porém, nós temos uma decisão do Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, inicialmente, indeferiu, cassou todas as liminares, mas, considerando a decisão do Ministro Edson Fachin, reconsiderou a sua própria decisão para chancelar todas as liminares. Dessa forma, há um afluxo de ações em todo o Brasil. As Defensorias Públicas e os escritórios de advocacia estão abarrotados de ações judiciais. O Poder Judiciário já acordou para isso, e muitas dessas liminares vêm sendo concedidas nesse momento.

É importante frisar que, nesse momento, o único pesquisador que fabrica, de forma artesanal, a substância, e o nome é bem propício, é o Dr. Salvador; sozinho, dentro de um minilaboratório, sem condições mínimas de segurança. É uma realidade. No dia em que o Dr. Salvador entrar de férias, acaba o fornecimento da substância; no dia em que ele passar mal ou tirar uma licença, acaba. Ele está sobrecarregado. Ele tem que cumprir 1.200 liminares. É só olhar para a feição dele, ele está cansado. A máquina, em algum momento, vai arrebentar.

Essa é uma realidade. A Defensoria Pública da União ajuizou uma ação civil pública, com pretensão nacional, que está tramitando agora na 30ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, e, fundamentalmente, nós estamos pedindo a continuidade do fornecimento da substância – isso é premente – no prazo de 60 dias.

Além disso, que a União, a Anvisa, o Estado de São Paulo, a Universidade de São Paulo apresentem um plano concreto de ações, para garantir a continuidade do fornecimento. Isso é importante. É uma substância de uso contínuo. Ela não é uma substância de ingestão automática e acabou ali.

São quatro os réus. Eles têm 72 horas para se manifestar nessa ação civil pública. Está tramitando na 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Eventual decisão liminar vai beneficiar todos os pacientes que estejam dentro da mesma situação jurídica.

Outro pedido, esse também direcionado contra os quatro réus, é que eles apresentem um desenho clínico multicêntrico, público ou privado, a custas dos réus, indicando uma equipe de médicos supervisionada pelo Dr. Renato Meneguelo. É importante a supervisão da fase clínica pelos doutores mentores dessa substância. Isso é de suma importância.

Outra informação que quero trazer à baila nesta oportunidade é que o Dr. Gilberto e a sua equipe, por mais de uma década, procuraram diversos órgãos. Na ação civil pública, a gente coloca de forma documentada: Anvisa, Fiocruz, Ministério da Saúde. E tiveram o cuidado de documentar essa busca. Eu dou como exemplo aqui a Fiocruz, que, em resposta à reunião, cuja tratativa envolvia a questão da substância, assim se manifestou:

Consideramos o projeto bastante interessante. Os resultados disponibilizados até o momento indicam que o produto poderá vir a ser um importante medicamento utilizado no tratamento do câncer. Agora, algumas condições foram impostas, dentre elas a necessidade de providenciar um termo de cessão dos direitos patentários.

Qual o interesse da Fiocruz em obter a patente dessa substância? É algo obscuro que precisa ser analisado.

Toda essa busca, documentos médicos, relatos de cura foram vazados numa ação civil pública com 85 laudas. Então, os quatro réus terão o prazo de 72 horas para se manifestar.

Um alerta: mais uma vez reafirmo que o Instituto de São Carlos, órgão ligado à USP, não vem cumprindo as decisões judiciais. O tempo está passando. Essas pessoas caminham a passo largo para o óbito, e a sua única tábua de salvação é a substância, que já se mostrou uma realidade.

Eu vou encerrar a minha fala – estou tentando ser o mais breve possível – com uma frase do prêmio Nobel de Medicina, de 2011, Richard J. Roberts, que afirma o seguinte: "As farmacêuticas bloqueiam medicamentos que curam por não serem rentáveis." Essa é uma realidade. A USP, há 23 anos, fornece essa substância

por intermédio do Dr. Gilberto. E ela tem ciência disso pelos diversos diretores que ali se sucederam. Eu tenho prova documental de tudo o que está sendo falado aqui.

São essas as minhas considerações. Espero que os defensores e os advogados se insurjam contra o não cumprimento dessas ordens judiciais. Existem instrumentos para isso: busca e apreensão, solicitação de multa por ato atentatório à dignidade da jurisdição, lembrando que nós temos 1.200 liminares, no momento, uma decisão do Presidente do TJ chancelando essas liminares; temos uma decisão do Ministro Edson Fachin, de igual modo, alinhado com o pedido que estamos fazendo na ação civil pública.

São essas as minhas considerações. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Dr. Daniel, Defensor Público Federal.

Vou passar a palavra para o nosso Senador matogrossense. Obrigado pela espera, Senador José Medeiros. É com alegria que passo a palavra para V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, e todos que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado; todos que estão aqui desde a manhã, sem almoçar, firmes no debate sobre esse assunto, que é muito sério e que traz à tona as mazelas do nosso País, recentemente, saiu uma pesquisa mostrando como a população vê os agentes políticos do País inteiro e a credibilidade em relação a eles. É uma catástrofe só! As nossas principais lideranças estão com o índice de popularidade muito baixo. Também as instituições – eu vi uma pesquisa do CNT –, todas elas estão com um índice de confiança muito pequeno.

Este debate de hoje mostra, escancara o porquê de a população estar tão desolada com o que está acontecendo no nosso País.

Vejam bem, se esse homens que vieram aqui hoje, se esse cientistas que vieram aqui hoje não estão dizendo a verdade, se estão, há mais de 20 anos, fabricando essa substância, isto já demonstra a total falência do nosso sistema de fiscalização; mostra também que todos esses organismos que hoje impedem a fabricação desse remédio são inúteis. Por que esses homens estão soltos? Deveriam estar todos presos, então! Agora, se esses homens estão dizendo a verdade, se estão desenvolvendo um produto, e se pessoas morreram durante todo esse tempo, porque eles tentaram por diversas vezes fazer com que esse medicamento chegasse à mão do povo e não chegou, então, por outro lado, um monte de gente deveria estar presa. Esse é o dilema a que chegamos.

Nós vemos, hoje, que perdemos a guerra para o papel. O Senador Blairo Maggi, recentemente, montou, neste Senado, uma comissão para tratar justamente de um Ministério, criado há algumas décadas. Era o fim da burocracia no País. Ele tem sido uma voz que clama no deserto, praticamente, contra a burocracia. Mas ele fala isso porque é um empresário e já enfrentou essa burocracia várias vezes. Quando o Senador Blairo Maggi enfrenta essa burocracia nas suas empresas, quem perde é ele; perde dinheiro, e os companheiros do mesmo segmento também perdem. Porém, quando essa burocracia passa a imperar na saúde, pessoas morrem, e é isso que nós estamos vendo acontecer.

Em alguns países, onde há um regime extremamente rígido, como nos Estados Unidos, por exemplo, que tem o FDA, esse produto pode ser vendido em qualquer farmácia como suplemento. Não existe essa invasão total do Estado na vida do cidadão, dizendo que não se pode fazer isso ou aquilo. Se eu quero consumir uma substância, eu sou responsável por mim, mas, aqui, o Estado vem com todo o aparato, com a Anvisa e com todos os demais órgãos dizendo que vão me amparar e me proteger.

É uma desgraça quando o Estado tenta nos proteger! Em quase todas as vezes, o final não é bom. Vejam bem, esse produto poderia muito bem estar sendo vendido nas drogarias, Senador Ivo Cassol, e eu ter a opção para comprá-lo ou não. Bastava dizer se ele é autorizado pela Anvisa ou não, assim como ocorre em outros países: na Alemanha, na Suíça e em tantos outros. Ele poderia ir para a drogaria, e o cidadão teria a opção de comprar. «Ele ainda não está autorizado pela Anvisa.»

Eu tive que sair um pouco e não sei se foi tocado o assunto, mas, recentemente, Senador Ivo Cassol, o Conselho Federal de Medicina editou a Resolução nº 2.113, de 2014, que aprova o uso compassivo do canabidiol, para o tratamento de epilepsia. Foi para dar resposta justamente a uma polêmica um pouco parecida com essa, que foi instaurada, diante da dificuldade relatada por pais de crianças com epilepsia para obter o medicamento. A aprovação do uso do canabidiol foi dada, ainda que o Conselho tenha considerado, na época, que até aquele momento não havia estudos suficientes para demonstrar a segurança e a eficácia daquela substância, o que suscitou a recomendação da continuidade dos estudos. A partir disso, a pergunta que fica é se não é viável uma medida semelhante para a fosfoetanolamina.

A grande dificuldade, o desafio que nós temos é justamente pelo que disse o Deputado. Nós estamos aqui desde às 9h da manhã, discutindo isso. Os Senadores que já estão na Casa, há mais de dois mandatos,

disseram que nunca ficaram tanto tempo em uma audiência, justamente impactados pelos depoimentos dos cientistas e pelo que eles demonstraram aqui.

Nota-se que é um assunto que não dá simplesmente para ficar no "deixa, que eu deixo", porque, se não tomarmos uma medida muito concreta, Senador Ivo Cassol, o seu esforço, o esforço desse cientista e a esperança de todas essas pessoas que estão aqui até agora vão por água abaixo.

Infelizmente, nós vivemos em um País que tem muita informação, mas que não sabe o que fazer com essa informação. As prefeituras, o Palácio do Planalto e os Ministérios não se comunicam; as secretarias não comunicam. Em determinado momento, é como se o País estivesse com câncer, em que alguns órgãos travam uma luta autofágica contra ele mesmo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Hoje cedo, V. Exª esteve presente na Comissão de Agricultura, e nós vimos. Foi colocada uma questão: o Ministério da Educação, justamente, contrapondo-se às normas da Anvisa, e nós fizemos esse debate lá.

Então, é nítido que toda essa burocracia está nos matando, asfixiando-nos e, pior, matando literalmente.

Eu, por exemplo, Dr. Gilberto, quando terminei de assistir à matéria, na TV Globo, eu lhe confesso que a ideia que passei a ter de V. Sª e de seus companheiros era de que se tratava de um bando de charlatães, que estavam vendendo farinha ou garrafadas para as pessoas, porque assim que nos foi passada uma reportagem, feita de forma rasa, e agora a gente vê aqui a apresentação de dados.

Precisamos ir fundo. É uma pena que nós não podemos achar os culpados, sabem por quê? Porque praticamente é como se eles não existissem. É como se você chegasse ao Detran para fazer a documentação e, depois de enfrentar horas e horas de fila, a pessoa te olha e te diz: "o sistema está inoperante". Que diabo é o sistema? Você não vai conseguir ir atrás, processar ninguém porque é o sistema!

Este é mundo atual em que vivemos. Esse é o desafio que temos que enfrentar.

Louvo a iniciativa e a resiliência do Senador Ivo Cassol de enfrentar esse problema e de impactar vários Senadores, chamando-nos a vir aqui para enfrentar esse tema.

Conte comigo para ser mais um braço para ombrear esse desafio juntamente com V. Exª, Senador Ivo Cassol. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador José Medeiros.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, ressalto que, como eu disse no começo desta audiência pública, esse medicamento, não com o mesmo nome, já está sendo produzido nos Estados Unidos e se pode adquiri-lo na farmácia. Então, Claudete, como outros que aqui estão na expectativa, se houver algum conhecido lá, mande ir à farmácia comprar o medicamente e despachá-lo para o Brasil, por favor, já que no Brasil a burocracia impera. É inaceitável isso. Por isso, nós estamos fazendo audiência pública hoje.

Dr. Salvador, químico da USP – só um pouquinho de silêncio, por gentileza, para nós concluirmos –, por mais dificuldade que a USP tenha, se ela tem problema de caixa, pode fazer uma campanha. Eu sou o primeiro a fazer doação para a USP, se for preciso, para comprar, se for o problema. O composto é tão barato, gente! Não é justo! Há pessoas aqui que, segundo o depoimento delas, só têm mais duas cápsulas.

Pessoas estão me mandando mensagens pelo celular, de todos os cantos do País, na expectativa de que tenhamos a oportunidade de criar um grupo de trabalho juntamente com a Anvisa, com o Ministério da Saúde.

Quando a própria Presidente da República teve câncer, não havia medicamento aqui. É bom lembrar à Anvisa – o Presidente saiu, mas há representante – que o medicamento que a Presidente do Brasil usou para o tratamento de câncer não era ainda autorizado pela Anvisa. Foi autorizado depois, segundo os dados que me passaram. O médico, se não me engano, o Dr. Ribeiro, informou-me que foi utilizado esse medicamento; depois, a Anvisa o legalizou.

É a vida que está em jogo, e nós temos que defendê-la, por mais que tenhamos legislação, por mais que tenhamos leis. Ninguém está passando por cima da lei, e o direito de viver é de todos.

Vou passar a palavra à Deputada Federal Leandre.

A SRª LEANDRE (PV - PR) – Muito obrigada, Senador. Quero agradecer a oportunidade de podermos participar desta audiência pública.

Gostaria só de fazer um breve relato e falar sobre o Prof. Gilberto.

Eu fui a primeira Deputada Federal, neste mandato, a ir atrás de informações a respeito do medicamento. Estive em São Paulo. Talvez pela inocência de estarmos começando na vida parlamentar, fui pelas vias legais e corretas. Quando o Vereador João Paulo me falou a respeito do medicamento, dessa substância, que o pai dele estava com câncer e que queria que ele também tivesse acesso ao medicamento, nós fomos à USP de São Carlos. Infelizmente, tudo o que o procurador disse aqui foi exatamente aquilo que eu recebi como resposta

do diretor do Instituto de Química de São Carlos: era uma pesquisa independente. Em alguns momentos, até questionava a veracidade dos resultados.

Eu confesso que lá fiquei, como se tivesse levado um banho de água fria, mas o Vereador João Paulo me sugeriu que fôssemos até Araraquara falar com o professor. Fomos até lá. O professor, prontamente, nos recebeu, mas eu vi nele um homem duro, duro comigo. E, ao longo da nossa conversa, eu pude perceber que ele não estava fazendo aquilo por ser uma pessoa má; ele estava fazendo aquilo por ele ser uma pessoa sofrida, por tantos nãos que, talvez, ele tivesse recebido. E eu falava para ele que o caminho melhor para ele seguir era vir aqui, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado; que o caminho era esse. E ele me dizia que, por anos e anos, ele havia tentado esse caminho em vão.

Eu saí de lá preocupada, mas também carregada de esperança, porque vivi durante 20 anos, e convivo até hoje, com milhares de cidadãos brasileiros que, infelizmente, tiveram câncer e não tiveram oportunidade, talvez, de ter acesso a algo assim que pudesse ser a revolução dessa doença não só no nosso País, mas em toda a humanidade.

Dr. Gilberto, eu queria falar para o senhor que, à medida que fui buscando informação e buscando apoio, não só dentro da Câmara, mas também nos órgãos responsáveis, também enfrentei as mesmas dificuldades que o senhor, e hoje eu sei por que o senhor, de repente, naquele momento em que me recebeu como Parlamentar, como uma pessoa pública, foi tão duro.

O que me fez acompanhar todo esse processo e, aqui, na Câmara, poder discutir com outros Parlamentares, foi porque eu perguntei para o Dr. Gilberto qual era a finalidade dele, o que ele queria. E, naquele momento, ele me tocou o coração. Ele disse: "Eu não quero nada. Eu só quero que esse medicamento chegue para as pessoas por um valor justo, por aquilo que ele é fabricado, e não por um valor comercial." (*Palmas.*)

É difícil você não ser tomado pela certeza de que é uma pessoa de bem; que, com certeza, esse medicamento tem tudo para dar certo; que, com certeza, a Nação brasileira tem tudo para dar certo.

Quero deixar registrada aqui a minha decepção com uma universidade, uma entidade tão renomada, tão respeitada, que deveria ter orgulho de ter tido, dentro do seu quadro, pessoas como os pesquisadores que nós temos aqui hoje, trazendo, talvez, para a humanidade um sopro de esperança, porque eu sei que quem está na situação dessas pessoas podem tudo, menos esperar.

Então, Senador, muito obrigada pela oportunidade que o senhor trouxe hoje aqui, para Casa. Estou muito feliz por dois motivos: primeiro, por termos esta oportunidade; segundo, pelo senhor ter avalizado aquilo que eu falei para o Dr. Gilberto. No dia em que estive lá, eu falei: "Dr. Gilberto, tenha a certeza de que, por mais que o senhor tenha enfrentado dificuldades, por mais que, infelizmente, o nosso País passe por uma crise política, moral, muitos políticos que fazem parte tanto da Câmara quanto do Senado se elegeram com o propósito de fazer o bem e de ajudar a população brasileira. E é por isso que nós estamos aqui."

No dia 12, teremos na Câmara dos Deputados também uma grande audiência. Queremos ver se transformamos isso em uma comissão geral ou, talvez, num seminário. O Presidente da Comissão de Seguridade Social está avaliando qual vai ser a dimensão disso, mas eu acredito que vai ser muito grande.

Eu sei que vocês estão cansados de participar de reuniões – o Dr. Renato falou que está cansado de participar de reuniões –, mas eu tenho certeza absoluta de que não será em vão, porque hoje percebemos a quantidade de ações parlamentares que estão acontecendo: é Deputado pedindo audiência, é Deputado se manifestando nas mídias sociais, é Deputado apresentando projeto de lei.

Da minha parte, professor, eu só quero, no futuro, poder olhar e dizer assim: a gente pôde contribuir para que muitas pessoas tivessem acesso a um tratamento verdadeiro, barato e disponibilizado pela rede pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Deputada.

Eu só quero fazer uma retificação, porque, na verdade, eu sou empresário e pecuarista; não sou químico nem médico, nem de farmácia, nem de laboratório. A minha causa é pelo povo. Falei dos Estados Unidos, do medicamento, porque leva nome idêntico, parecido, mas o composto não é o mesmo. Então, só retificando que o composto não é o mesmo.

Então, eu vou apelar para que a USP possa produzir urgentemente e distribuir nos demais laboratórios que têm o Ministério da Ciência e Tecnologia e dar oportunidade para todas as pessoas que estão participando.

Vamos também ouvir aqui o Deputado Federal Weliton Prado, do PT de Minas Gerais.

O SR. WELITON PRADO (PT - MG) – Vou ser breve.

Boa tarde a todos e a todas.

Queria, primeiramente, deixar aqui minha solidariedade a todos que vêm dedicando sua vida a essa luta, a todos os pesquisadores e a todos os cientistas – Salvador, Gilberto, Otaviano –, enfim, quero a todos parabenizar.

Parabenizo o Senador Ivo Cassol pela iniciativa. Como a Deputada colocou, há uma mobilização hoje não só na sociedade, mas na Câmara também. A Comissão de Defesa do Consumidor, da qual faço parte, já aprovou uma audiência pública; a Comissão de Seguridade Social, a Comissão de Constituição e Justiça e várias outras comissões já se manifestaram. Existe uma grande mobilização, e eu tenho certeza de que nós vamos ter um resultado positivo.

Assumi, inclusive, como compromisso de vida que, enquanto eu for Parlamentar, vou dedicar 100% de minhas emendas para a oncologia. Este ano, inclusive, já coloquei 100% das minhas emendas, mais de R$15 milhões, para oncologia, já para o Orçamento do ano que vem. Ano passado eu já tinha colocado parte também e tomei essa decisão de vida de militar nessa área. Não tenho muito tempo aqui, mas quero me dedicar a essa causa desde a defesa do consumidor – em relação aos planos privados, que não atendem as pessoas que têm o plano.

Estava aqui o Chico, que fez um seminário ontem, do qual participei, sobre a energia nuclear, que é uma questão seriíssima. Se houver um desastre nuclear em Angra, será um desastre de enormes proporções, uma questão muito séria. A usina que está sendo construída em Angra não teve revisão do projeto; é o mesmo projeto de 1975, um verdadeiro crime. É um absurdo!

Existe a questão da legislação em nível nacional, há a questão da prevenção, a questão do esporte, a questão dos alimentos, dos agrotóxicos. Enfim, tomei a decisão de me dedicar a essa área como uma missão de vida, baseado, inclusive, no processo apresentado pelo Defensor Público Dr. Daniel, que não está mais aqui. Nós fizemos um estudo em relação à ação que ele apresentou e apresentamos um projeto de lei, que já está tramitando na Câmara, para o qual eu gostaria de pedir apoio a todos os Deputados, que dispõe sobre a fabricação, produção e distribuição da fosfoetanolamina sintética aos pacientes.

A União garantirá esse fornecimento. Nós apresentamos o projeto de lei sobre um termo de responsabilidade. A União também vai garantir os recursos para desenvolver e concluir os estudos da fase clínica. Vimos, do ponto de vista jurídico, que seria uma alternativa a aprovação do projeto o mais rápido possível, pela Câmara e pelo Senado. Seria uma alternativa para já garantir a fabricação, a produção e também a distribuição.

Enfim, queria mais uma vez parabenizar todos e deixar aqui 100% da nossa solidariedade e apoio.

A audiência pública foi muito importante e, com certeza, vai ser um marco. Acho que os Senadores foram contagiados pelos depoimentos, pelo depoimento do Senador Ivo Cassol. Aconteceu isso na Comissão de Defesa do Consumidor também.

Inclusive, queria dar um depoimento: o Deputado Celso Russomano está entrando com uma ação solicitando o medicamento para o pai dele, que está com câncer. Na semana retrasada, ele nos trouxe uma cópia da ação que ele apresentou na Justiça também.

Então, faço um apelo aqui para que possamos somar esforços para aprovar uma legislação nesta Casa o mais rapidamente possível e garantir a fabricação, a produção e a distribuição.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou aproveitar a oportunidade, já caminhando para o final, e dizer: o Brasil inteiro está nos assistindo. Sabem o que ouvi dos pesquisadores, do Duvanei, do Salvador, do Dr. Gilberto, do Marcos Vinicius e do Dr. Renato? Eles só querem um laboratório de pesquisa. A pesquisa e o conhecimento da fosfoetanolamina eles querem passar para o Governo, para o SUS. Então, vocês percebem que, quando a mídia colocou na semana passada que havia a intenção de se ganhar dinheiro com a fosfoetanolamina, faltou com a verdade. O que os pesquisadores querem é que a população tenha acesso a esse medicamento.

Também aproveito a presença do Deputado Weliton Prado: já que é do PT...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está sendo expulso? Eu ia pedir a sua intervenção porque nós precisamos trabalhar, para que a Presidente Dilma possa pegar o projeto de lei de vocês lá da Câmara e fazer uma medida provisória para autorizar os laboratórios do Governo, para poder produzir, manipular a fosfoetanolamina.

O SR. WELITON PRADO (PT - MG) – Inclusive, nós colocamos um artigo nesse sentido no nosso projeto, Senador.

E eu queria dizer que, em virtude das votações das MPs 664 e 655 e do fator previdenciário, o Partido me afastou de todas as comissões, me excluiu até do grupo do WhatsApp e ameaçou tirar o mandato, abrir um processo na Comissão de Ética, e eu entrei com processo para desfiliação no TSE. Então, está na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu quero aproveitar aqui também para, no encerramento, agradecer o carinho especial, tanto da Anvisa, do Ministério da Saúde, do Ministério da Ciência e Tecnologia, como dos servidores da Casa, dos convidados, dos advogados, e o depoimento dos pacientes aqui presentes e dos nossos pesquisadores.

Essa briga não é mais, como era quando começou lá atrás, só de vocês, ou, naquele momento, junto com o Senador Ivo Cassol. Hoje essa briga é de todos.

Ao Carlos Kennedy: você, com certeza, de onde sua esposa está, lá em cima, que, infelizmente, foi, mas a vida continua... Quero só lembrar as palavras do dia em que liguei para você, e você, chorando, por telefone, falou: "Mas o que eu tinha, perdi. Eu, com minha esposa, estava lutando para poder ajudar outras pessoas sem custo nenhum, e ela acabou tendo um derrame, eu acabei sendo preso, e do dia que eu saí da cadeia foram 17 dias para enterrar minha esposa." Não; continue o trabalho que ela começou com você. Você foi preso sem roubar nem um tostão. Que prendam os corruptos desonestos desse Brasil, mas que deixem livre as pessoas de bem que querem fazer o bem para o próximo. Você não é químico, aprendeu a manipular, aprendeu a distribuir, e ajudou as famílias a custo zero. Essa luta é de todos nós. Você serve de exemplo. Não se preocupe com o processo não. Eu tenho vários, mas seja qual for a quantidade, nenhum é por desvio de dinheiro, nenhum é por roubo. Eu tenho processo por enfrentamento.

Infelizmente, quando se enfrenta, ou você tem problema com o Ministério Público, ou você tem problema com os adversários, ou você tem problema com a imprensa. Você tem sempre problema com alguém. Mas os homens sempre são colocados à prova, e Deus sempre proverá. Deus sempre agirá na vida da gente, e eu sempre tenho pedido a Deus nas minhas orações.

Por isso encerro, neste momento, agradecendo a você, Carlos Kennedy, a você, a seus amigos, às pessoas que você ajudou. Não desista de ajudar. Mesmo que você tenha sido proibido. Ao cientista que está aqui, eu sei que tinha muito mais coisa para a gente colocar e passar para a sociedade, passar para a população que espera, mas, ao mesmo tempo, valeu a pena. Tudo que vocês demonstraram aqui foi prova. Não foi conto, porque aqui ninguém está contando nada de especial, mas está contando o que, na verdade, é especial e o que aconteceu de especial na vida de cada uma dessas pessoas que estão aqui.

Portanto, encerro neste momento. Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas da presente reunião da CAS e da CCT.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Vou encerrar esta reunião e abrir uma reunião extraordinária só para aprovar um requerimento. Peço a compreensão de vocês para, em um minuto, eu só reabrir e fechar novamente a reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ivo Cassol, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Angela Portela, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Jorge Viana, Rose de Freitas e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Vicentinho Alves. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Ivo Cassol, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Requerimento n.º 70, de 2015-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que requer "...de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática –CCT, para debater estratégias legislativas para o fomento e o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. O encontro, a ser realizado ainda este ano, é uma iniciativa conjunta deste colegiado e da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, e contará com a presença de especialistas internacionais, visando avaliar boas práticas e propostas legislativas que possam estimular os investimentos no setor. Neste sentido, solicito que seja constituído um grupo de trabalho formado por senadores e servidores desta Casa para definição da agenda e da organização do Seminário e também que sejam convidados para o Seminário os seguintes participantes, entre outros a serem definidos: O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e dirigentes das agências de fomento em CT&I e gestores dos fundos de investimento no setor; representantes da academia, da indústria, de órgãos governamentais e fundações de apoio à pesquisa científica e tecnológica. Também serão convidados palestrantes de países como Estados Unidos, China, Alemanha e Israel." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que é realizada nesta data de 29 de outubro de 2015.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 70, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática –CCT, para debater estratégias legislativas para o fomento e o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.

O encontro, a ser realizado ainda este ano, é uma iniciativa conjunta deste colegiado e da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, e contará com a presença de especialistas internacionais, visando avaliar boas práticas e propostas legislativas que possam estimular os investimentos no setor.

Neste sentido, solicito que seja constituído um grupo de trabalho formado por senadores e servidores desta Casa para definição da agenda e da organização do Seminário e também que sejam convidados para o Seminário os seguintes participantes, entre outros a serem definidos: O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e dirigentes das agências de fomento em CT&I e gestores dos fundos de investimento no setor; representantes da academia, da indústria, de órgãos governa-

mentais e fundações de apoio à pesquisa científica e tecnológica. Também serão convidados palestrantes de países como Estados Unidos, China, Alemanha e Israel

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Meu agradecimento ao nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Como todos concordam, fica aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a discutir, que Deus nos ilumine e nos proteja a todos.

Está encerrada esta audiência e esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 46 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia dez de novembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Walter Pinheiro, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Elmano Férrer, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Gladson Cameli e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparecem os Senhores Senadores Waldemir Moka e Ana Amélia, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte**: Reunião de Trabalho destinada à apresentação, pela Consultoria de Orçamento do Senado Federal, do programa integrante do PPA 2016-2019 que mais se adequa às funções da CCT. A Reunião de Trabalho é realizada. Neste momento, o Senhor Vice-Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento nº** 73**, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio José e Walter Pinheiro, que requerem "... em aditamento ao Requerimento nº 58, de 2015 – CCT, que versa sobre a realização de Audiência Pública a fim de instruir o PLS nº 200/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que 'Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições *públicas ou privadas'*, a inclusão do seguinte convidado: Senhor Cláudio Roberto Camperlingo de Araújo, CPF: 093080868-11". O requerimento é aprovado. **2ª parte:** Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 200/2015, que "Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas", atendendo aos Requerimentos nº 58/2015-CCT, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e nº 73/2015-CCT, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Hélio José. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Rodrigo Guerino Stabeli, Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Fábio André Franke, Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil; Fernanda Sobral, Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jorge Alves de Almeida Venâncio, Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde - CONEP/CNS/MS; Paulo Marcelo Hoff, Professor Titular de Oncologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - USP/Diretor Geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo –ICESP, representando os Senhores José Osmar Medina de Abreu Pestana e Florentino Cardoso; e Cláudio Roberto Camperlingo de Araújo, advogado. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Aloysio Nunes Ferreira, Ivo Cassol e os Senadores, não membros da Comissão, Ana Amélia e Waldemir Moka. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às treze horas e vinte minutos, determinando que eu, **Bruno Souza Barros, Secretário-Adjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de falar o seguinte: havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 10 de novembro de 2015.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à apresentação, pela Consultoria de Orçamento do Senado Federal, do programa de trabalho que mais se adequará à atribuição desta Comissão entre os previstos no projeto do PPA 2016-2019.

Passo, então, a palavra ao Consultor Flavio Diogo Luz. Finda essa exposição...

Tudo bom, Flavio? Seja bem-vindo.

O SR. FLAVIO DIOGO LUZ (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Finda essa exposição, passamos então à segunda parte desta reunião, destinada à realização da audiência pública.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Paulo Bijus – não é? Seja bem-vindo, Paulo.

O SR. FLAVIO DIOGO LUZ – Bom dia a todos, agradeço a V. Exª, Senador Hélio José. E agradeço a presença de V. Exªs, Senadoras e Senadores, senhoras e senhores.

Nós da Consultoria de Orçamento vamos fazer uma breve explanação sobre o Plano Plurianual, e estamos à disposição de V. Exªs, por meio de suas assessorias, para encontrar as melhores soluções para as intenções de V. Exªs.

O Plano Plurianual 2016-2019 é de relatoria do Deputado Federal Zeca Dirceu. E o que seria o PPA? É um plano de médio prazo do Governo Federal, de âmbito constitucional – uma inovação da Constituição de 1988 –, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal.

A estrutura do plano, basicamente, na mensagem que vem do Poder Executivo, tem duas dimensões: a dimensão estratégica e a dimensão tática. A dimensão estratégica faz parte da mensagem, mas, efetivamente, não constitui o projeto de lei. Ela contém a visão de futuro, o cenário macroeconômico para o prazo do plano, os eixos estratégicos e as diretrizes estratégicas.

Por sua vez, a dimensão tática, que, efetivamente, é o projeto de lei, traz os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado, e os programas temáticos. Os programas temáticos são a base da atuação governamental, um recorte das políticas públicas. Os programas temáticos são compostos por indicadores: valor global, valor de referência e objetivos. Os objetivos são uma visão do que deve ser feito para se alterar uma realidade. Os indicadores são uma base de aferição para que se verifique essa mudança de realidade. O valor global é o valor previsto para execução e consecução desses objetivos. E, por sua vez, o valor de referência é um valor que determina quando um empreendimento vai ser individualizado, ou seja, vai aparecer no PPA, especificamente.

Os objetivos são divididos e têm seus atributos: o órgão responsável, a meta, e a iniciativa. A iniciativa declara os meios e os mecanismos de gestão para o atingimento dos objetivos.

Neste ano, o PPA inova ao não vincular mais as iniciativas às ações orçamentárias. Agora, nós teremos a vinculação dos objetivos com as ações orçamentárias na Lei Orçamentária Anual. Nos PPAs anteriores, nós tínhamos a vinculação de iniciativas às ações.

Para se ter uma noção, em grandes números do plano nós temos 54 programas temáticos, 44 programas de gestão, atingindo 303 objetivos, com 2.860 iniciativas. O valor total de recursos nesses quatro anos, recursos orçamentários, que são recursos alocados no orçamento fiscal de seguridade e de investimentos, é de aproximadamente R$5,5 trilhões. A distribuição no plano é sempre em relação ao ano seguinte, e o restante do período não é discriminado, ele é um valor global de R$4,2 trilhões.

A área de ciência e tecnologia é uma área transversal em relação ao orçamento, pois são alocadas ações relacionadas à ciência e tecnologia na parte de energia elétrica, na parte de agricultura. E, especificamente, temos um programa que coloquei como exemplo aqui, o Programa 2021, que é o principal de ciência e tecnologia. Isso não significa que outros programas não possam ser abordados.

Aqui é um recorte da mensagem mostrando os indicadores. Então, esse é o formato do PPA em que se mostram os indicadores nesse programa de ciência e tecnologia. A gente pode ver que os indicadores têm a sua unidade de medida e um índice. Não existe um valor a ser alcançado ali, apenas um índice base de referência. Então, nós encontramos indicadores.

Aqui temos os valores globais e o valor de referência. Então, para o programa de ciência e tecnologia, temos o valor global de R$92 bilhões dentre recursos orçamentários e extraorçamentários para serem alocados nesses quatro anos. Esses recursos extraorçamentários são créditos de instituições financeiras e gastos tributários – ali, bem entendidos, seriam desonerações tributárias realizadas e que não tramitam no Orçamento. Então, nós teríamos um valor para 2016 de R$21 bilhões, e um valor global para o período do plano de R$92 bilhões.

Como vocês podem ver, o valor de referência é um valor de referência de R$50 milhões. Então, quaisquer iniciativas com ordem de grandeza de R$50 milhões ou mais são individualizadas no PPA – encontram-se num anexo do PPA, ganhando destaque, assim, essa ação.

Também nesse programa – e, agora, descendo para um dos objetivos do programa –, selecionei um objetivo só como exemplo, esse Objetivo 0403, para que se visualize como são trazidas as metas. E ali, por exemplo, a Meta 042Y que trata da fonte de Luz Síncotron de 4ª Geração. Então, nós temos a meta regionalizada ali, e a Região Sudeste com cinco unidades.

Dentro do Objetivo 0403, também de maneira exemplificativa, trouxe algumas iniciativas. E, ali, sublinhadas, as iniciativas que são individualizadas no plano, também referentes à fonte de Luz Síncontron e à expansão das instalações do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais. São as duas únicas iniciativas individualizadas do programa de ciência e tecnologia.

Aqui, um recorte também da mensagem, do Anexo III, especificamente, que mostra a individualização dessas iniciativas. Quando se tem a individualização das iniciativas, tem-se o custo total e a data de início e de término daquele empreendimento.

Bom. Especificamente ao processo de elaboração do plano, na parte legislativa aqui – o processo de emendamento –, estamos dentro do prazo de emendamento, que vai até o dia 13.

E, aqui, algumas características importantes das emendas eu relacionei, que são: a questão de não se permitir que as emendas alterem o valor de referência para individualização dos empreendimentos; as emendas ao texto são ilimitadas; e as emendas à despesa, que são entendidas como aquelas que incluem iniciativas ou ampliam metas, têm uma limitação para a Comissão de três emendas. Os Parlamentares, individualmente, podem apresentar cinco emendas, e as Bancadas estaduais também têm o limite de três emendas.

Bom. Basicamente, era essa a apresentação. E a Consultoria de Orçamento está à disposição.

Ressalto e agradeço o espaço que V. Exªs nos permitiram para apresentar aqui essa pequena visão do PPA. Estamos à disposição para atender a V. Exªs por meio de suas assessorias.

Eu agradeço ao Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Gostaria de franquear a palavra aos Senadores que quiserem fazer uso da palavra.

Senador Omar Aziz, Senadora Ana Amélia, Senador Walter Pinheiro e, da nossa Rondônia, Senador Ivo Cassol? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, agradeço a apresentação de V. Sªs. Muito obrigado. O PPA é muito importante porque ele é um plano para os quatro anos – plurianual – de planejamento.

Antes de dar início à segunda parte, quero concluir.... Onde está?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Nós vamos, então, à segunda parte da reunião, destinada à realização da audiência pública.

Srªs e Srs. Senadores, realiza-se a presente audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 58/2015 da CCT, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com o fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 200/2015, que dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas.

Antes de iniciar esta audiência, há sobre a mesa um requerimento extrapauta do nosso nobre Senador Walter Pinheiro, o qual subscrevi porque S. Exª não havia chegado ainda, mas já está agora presente. O requerimento diz o seguinte:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 73, DE 2015
- Não terminativo -

Requeiro ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do Regimento Interno do Senado, e em aditamento ao Requerimento n.º 058, de 2015 – CCT, que versa sobre a realização de Audiência Pública a fim de instruir o PLS nº 200/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que "Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas", com a inclusão do seguinte convidado: Sr. Cláudio Roberto Campertino de Araújo, CPF: 093080868-11.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros

O Sr. Cláudio Roberto encontra-se aqui conosco?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não chegou ainda? Então, está bom.

Eu quero perguntar a V. Exªs se há concordância com relação ao requerimento? (*Pausa.*)

Não havendo quem conteste o requerimento, coloco em votação.

V. Exªs que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Então, o Sr. Cláudio Roberto Campertino de Araújo também será convidado para esta audiência pública.

Para tanto, temos a honra de convidar para compor a Mesa de expositores os seguintes convidados: Rodrigo Guerino Stabeli, Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Sr. Rodrigo Guerino, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O seu convidado está convidado, ouviu Senador Walter?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

Rodrigo, seja bem-vindo.

O Sr. Fábio André Franke, Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil. Por favor, Fábio.

A Srª Fernanda Sobral, Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O Sr. Jorge Alves de Almeida Venâncio, Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Seja bem-vindo.

O Sr. Paulo Marcelo Hoff, Professor Titular de Oncologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e Diretor Geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), representando o Sr. José Osmar Medina de Abreu Pestana, Chefe do Setor de Transplante Renal da Unifesp e do Hospital do Rim, e o Sr. Florentino Cardoso, Presidente da Associação Médica Brasileira. Seja bem-vindo, Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O último convidado – está chegando –, que foi o da solicitação do nosso nobre Senador Walter Pinheiro, o Sr. Cláudio Roberto Campertino de Araújo, está em deslocamento.

Queria anunciar aqui a presença do nosso Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Comissão e que solicitou, gentilmente, que eu presidisse hoje aqui.

Quero agradecê-lo aqui pela presença e também por esta audiência tão importante em função dessas autoridades todas.

O Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Hélio, eu agradeço sua disponibilidade. Eu gostaria muito de estar aqui e presidir. E vou ficar aqui o que eu puder, mas existem debates de alguns projetos meus na Comissão de Economia, e para eu não ficar me levantando da Presidência, então vou ficar aqui porque quero assistir. E quando eu for para a Comissão e terminar, aí então gostaria de presidir um pouco. Mas está sob boa Presidência, nas suas mãos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam. É com muita alegria que presido a seu pedido essa audiência tão importante, com convidados tão ilustres que a gente encontra aqui hoje.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800.612211. Repetindo: as pessoas que quiserem, podem fazer sua participação virtual pelo e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone do Alô Senado, através do número 0800.612211.

Durante o curso da audiência pública, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que a nós assistem.

Passaremos, então, à exposição pelos convidados, e, ao final, pelas Srªs e pelos Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição. Cada expositor terá o tempo de 10 a 15 minutos para a sua apresentação.

Passo, então, a palavra...

Tocar-se-á uma campainha nos primeiros 9 minutos e, depois, pode-se estender até a 15 minutos, se for necessário.

Passo, então, a palavra ao Sr. Rodrigo Guerino Stabeli, Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Hélio. Gostaria de agradecer o convite para poder falar nesta audiência e de agradecer a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka e o Senador Walter Pinheiro pela iniciativa de se construir essa lei. A gente vê essa lei como uma de iniciativa muito importante, como aquela lei que originou o Código de Ciência e Tecnologia, em que se congregou a comunidade científica e a comunidade civil organizada e não organizada para debater um tema tão importante que é a ciência e tecnologia, e que originou a colocação da palavra "inovação" na nossa Constituição como ponto de desenvolvimento – ponto crucial – do nosso País.

Então, a gente vê esse projeto de lei como um projeto também importante e que está abrindo o diálogo com a comunidade científica, com a comunidade civil, em que a gente tenta trazer de forma legal um ponto importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

O Presidente Paulo Gadelha também agradece essa oportunidade de estar discutindo. E nós fizemos, dentro da Fundação Oswaldo Cruz, uma ampla discussão desse projeto de lei e enviamos essa discussão como proposta de emenda ao Senador Aloysio.

Então, a Fiocruz é uma instituição de ciência, tecnologia e inovação, uma instituição eclética que conta com mais de 12 mil funcionários, que tem um orçamento de quase R$3,5 bilhões, e que gerencia quase 1,5 mil projetos de pesquisa. E ela é responsável por toda uma cadeia de desenvolvimento da inovação, que vai desde a pesquisa básica e aplicada até os processos de desenvolvimento e oferta desses produtos para a melhoria da sociedade brasileira. Ela trabalha, dentro da sua área, desde a atenção à saúde até os processos de desenvolvimento que originam mais de 130 milhões de doses de vacinas, 9 milhões de *kits* de diagnóstico, 4 bilhões de medicamentos e 17 milhões de biofármacos.

Dada essa importância da pesquisa e dos ensaios clínicos, para a Fiocruz, nós fizemos, então, uma organização de discussão do PLS nº 200, através da rede de pesquisa clínica, que é a Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica, uma rede criada desde 2012, com a função de mapear a pesquisa clínica na Fiocruz.

E, hoje, a gente conta com 73 grupos de pesquisa clínica na instituição; com mais de 370 projetos com financiamento de R$121,7 milhões dos patrocinadores de pesquisa – e 33% desses projetos de pesquisa clínica compõem ensaios clínicos, e já tivemos 13 solicitações de registros sanitários de medicamento –; com 286 artigos; e com mais de 300 alunos envolvidos. Então, a Fiocruz consegue olhar, a partir da rede de pesquisa clínica, para mais de 58 agravos de saúde da população brasileira.

Esse debate do PLS 200... Assim que a gente recebeu o PLS pela primeira vez pelo então Ministro da Saúde, Arthur Chioro, que nos pediu uma avaliação do PLS 200, nós fizemos um grupo de trabalho com representantes institucionais – os senhores podem perceber aqui –, composto pela Presidência, pelo fórum do Comitê de Ética de Pesquisa, pelo Comitê Gestor da Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica, e pela Procuradoria da Fiocruz. Fizemos a avaliação do PLS olhando artigo por artigo, e fazendo, então, as propostas de emenda: ou acréscimo ou exclusão. E mandamos essa proposta, então, para o Senador Aloysio. Foi a metodologia que a gente utilizou, a partir de um debate amplo na instituição.

O que eu trago aqui, na verdade, foi um estudo feito por um grupo de trabalho de representação institucional. Esse é o ofício em que nós enviamos, então, essas contribuições para o nosso Senador Aloysio Nunes.

Eu vou me deter, aqui, em quatro capítulos do PLS 200: o Capítulo II, que trata da revisão ética e controle social; o Capítulo V, sobre o uso do placebo; o Capítulo VI, que é o acesso ao produto "investigacional" pós-estudo; e o Capítulo VII, que é o armazenamento e o uso de amostras de material biológico humano, que é fruto, então, das pesquisas clínicas.

Primeiro, a emenda importante fora do capítulo é a sugestão de que a lei disponha sobre ensaios clínicos e estudos pós-registros, porque, na verdade, ela é uma lei que está enquadrada dentro dos quesitos de ensaios clínicos e estudos pós-registros. A gente entende que pesquisa clínica aborda um ambiente mais complexo e um ambiente mais eclético do que ensaios e estudos pós-registros.

Nos Capítulos II e III, então, no que dispõe: sobre a criação de Comitê de Ética Independente; sobre o fim do Sistema CEP/CONEP; e sobre a não inclusão de representantes dos usuários na avaliação ética. A Fiocruz entende que não é necessária a criação de Comitês de Ética Independentes, entende que a manutenção do Sistema CEP/CONEP é relevante e garante a manutenção do controle social, garantindo a participação de

representantes dos usuários na avaliação ética dos comitês de éticas e do próprio CONEP, trazendo assim a importância do CONEP e do CEPs para a certificação e para a regulamentação, então, dos protocolos de risco.

É importante salientar que o controle social e a ética em pesquisa não podem agredir a agilidade sustentável para a avaliação dos protocolos de pesquisa. E esse ponto é importante. Nós temos que ter controle social, nós temos que ter as abordagens éticas relacionadas à pesquisa clínica, mas nós não podemos ferir a avaliação dos protocolos a partir da falta de agilidade da avaliação desses protocolos. Isso fere o desenvolvimento científico-tecnológico do País, a pesquisa que está sendo realizada, e fere também o sujeito da pesquisa, que é o próprio paciente que está envolvido nessa pesquisa.

Então, dentro dessa metodologia, a gente, nas propostas de emenda, fez também algumas justificativas.

Então, a gente entende que a criação de Comitês de Ética Independentes caracterizam uma possível subordinação dos comitês de ética a diversos interesses e não à garantia da ética e à preservação do ser humano, exclusivamente.

A avaliação ética e regulatória dos projetos de pesquisa em apenas uma única instância desconsidera o Sistema CEP/CONEP, um dos mais avançados do mundo no que diz respeito à garantia do controle social.

A robustez desse sistema também garante ainda a credibilidade, na comunidade científica internacional, dos resultados produzidos em pesquisas clínicas envolvendo seres humanos realizadas no Brasil.

É importante salientar que a análise dessa certificação dos CEPs para protocolos de risco elevado permitirá a celeridade das avaliações éticas sem comprometer a qualidade das etapas envolvidas na pesquisa. Vale salientar que todas essas etapas garantidas pelo Sistema CEP/CONEP não podem agredir o tempo necessário para que uma avaliação de cada protocolo seja feita, numa avaliação dentro dos caracteres éticos.

Quanto ao Capítulo V, que é da fabricação, da importação e do uso de medicamentos, produtos e dispositivos médicos experimentais e placebo, então, o PLS 200...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – ... prevê uso de placebo para atender às necessidades metodológicas do protocolo de ensaio clinico.

Nós fizemos uma proposta de emenda que é a seguinte:

– ensaios clínicos para a avaliação de produtos "investigacionais" deverão utilizar, para fins de comparação, os melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos comprovados, de acordo com o consenso ético existente atualmente no País;

– a utilização de placebo ou a não intervenção em ensaios clínicos só é admitida quando não existirem métodos provados de profilaxia, de diagnóstico ou de tratamento para o agravo da saúde objeto do ensaio clínico, sendo que os benefícios, os riscos, as dificuldades e a efetividade da intervenção deverão ser avaliados. Ou, uso do placebo de exclusão, quando é utilizada composição com outro medicamento e mais o placebo;

– quando do uso do placebo, tão logo seja constatada superioridade significativa da intervenção sobre o placebo, deverá ser avaliada a necessidade de adequar ou de suspender o estudo em curso, visando oferecer a todos os benefícios do melhor regime.

O uso do placebo no Brasil, hoje, é permitido a partir de avaliações, de intervenções diagnósticas/terapêuticas/profiláticas em doenças para as quais o tratamento é inexistente. Esse é um grande ganho para a população brasileira, em que a gente parte da premissa de que se usa placebo apenas para aquele estudo em que não se tem um medicamento, ainda, com comprovada eficácia, fazendo com que o objeto de pesquisa não perca o seu direito de tratamento, que é um direito adquirido pela Constituição brasileira.

Quanto ao Capítulo VI, da continuidade do tratamento pós-ensaio clínico: o fornecimento gratuito, porém limitado, aos participantes da pesquisa, do medicamento experimental que apresentou resultados clínicos favoráveis de acordo com a avaliação médica. E a previsão desse fornecimento gratuito quando presentes as seguintes situações: risco de morte ou de agravamento clinicamente relevante da doença; e ausência de alternativa terapêutica satisfatória no País para a condição clínica do sujeito da pesquisa.

Esse é o dispositivo do Capítulo VI. E nós propusemos a seguinte emenda:

– assegurar a todos os participantes, por parte do patrocinador, acesso gratuito e por tempo indeterminado aos métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos avaliados durante o ensaio clínico que sejam comprovadamente eficazes por meio do melhor nível de evidência cientifica atualmente disponível;

– o acesso também será garantido no intervalo entre a conclusão da participação individual e o encerramento do estudo, podendo, nesse caso, a garantia ser dada por meio de estudo de extensão, de acordo com análise devidamente justificada do pesquisador responsável pelo estudo;

– o fornecimento do medicamento deverá ser garantido por meio dos programas de acesso expandido, uso compassivo e fornecimento de medicamento pós-estudo, nos termos da regulamentação vigente.

Qual a justificativa para a gente poder fazer essa emenda? Isso é bem claro. A gente pretende evitar a situação em que o participante precisará ter sua condição de saúde agravada, incluindo risco de morte, para requerer acesso ao medicamento para cuja experimentação ele se voluntariou. Esse também é um direito garantido pela Constituição. A gente não pode negar o acesso à saúde ao paciente. São direitos já colocados para o paciente, que não precisa ter sua saúde agravada, como foi colocado na nossa justificativa.

Ao descrever como necessária a presença simultânea das situações – risco de morte ou de agravamento clinicamente relevante da doença e ausência de alternativa terapêutica satisfatória no País para a condição clínica do sujeito de pesquisa –, o PLS restringe o direito ao fornecimento gratuito do medicamento teste, pois este passará de regra à exceção e, sobretudo, implicará um impacto na qualidade de vida do paciente.

O fornecimento pós-estudo faz parte da proteção do participante da pesquisa, que deve ser garantida por lei, e inclui o acesso não somente a medicamentos mas também a outros métodos terapêuticos profiláticos e diagnósticos testados na pesquisa.

Não estamos falando de assistência de saúde global para o paciente. Estamos falando do fornecimento...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – ...daquele ponto específico que é objeto de pesquisa. Existe uma confusão nas regulações que estão vigentes de que o proponente da pesquisa deve gerar assistência global ao paciente. Isso não é verdade. Na verdade, deve-se gerar assistência dentro do objeto de pesquisa que se está olhando naquele projeto que se coloca como objeto de estudo.

Já estou terminando.

Ao aprovar o texto sem emendas, poderíamos passar a enfrentar um processo de "judicialização da saúde" – que, hoje, fere R$1,5 bilhão do orçamento da saúde neste ano – para todos os casos onde seja necessário que o participante goze seu direito constitucional de acesso à Justiça para requerer o acesso ao produto investigacional. Neste caso, haverá a transferência do ônus imediato de fornecimento de medicamento pós-estudo para o Sistema Único de Saúde (SUS), seja por inclusão no elenco de medicamentos oferecidos pelo SUS, seja pela via judicial.

Com a premissa de um "agravamento clinicamente relevante", será limitado o acesso a um método terapêutico, profilático ou diagnóstico, quando este tenha se mostrado favorável, e a lei resultará falha na proteção do sujeito de pesquisa. E, portanto, também fere a Constituição brasileira.

Quanto à continuidade do tratamento pós-ensaio clínico, ademais, é sabido constitucional o direito à saúde para a população brasileira, de modo que se torna inconstitucional exigir um "agravamento clinicamente relevante" para que este participante possa ter acesso ao método terapêutico, profilático ou diagnóstico, quando este tenha se mostrado favorável. É um dos motivos pelo qual o Brasil não é signatário da Declaração de Helsinque, justamente para garantir a manutenção do acesso pós-estudo aos participantes da pesquisa.

No Capítulo VII – esse é o último eslaide –, desconsideram-se as diretrizes de guarda e uso de amostras de material biológico humano existentes, inclusive no que respeita ao envio de amostras biológicas humanas ao exterior. Coloca-se a responsabilidade do armazenamento da amostra no patrocinador da pesquisa.

A nossa proposta é: em caso de pesquisas com instituições do exterior, as emendas permitem garantias legais para que pesquisador e instituição brasileiros tenham o direito ao acesso e à utilização, em pesquisas futuras, do material biológico humano armazenado no exterior, garantida, no mínimo, a proporcionalidade da participação, e obriguem a instituição destinatária no exterior a comprometer-se a respeitar a legislação brasileira, em especial a vedação do patenteamento e da utilização comercial de material biológico humano. Essa é a grande preocupação.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – Coloca a responsabilidade do armazenamento da amostra na instituição. Reintroduz as definições de biorrepositório e biobanco como estabelece a legislação atual e define prazos diferentes de armazenamento de amostras para biobancos e biorrepositórios.

Então, essas foram as contribuições da Fiocruz. Saliento que mandamos essas contribuições para a relatoria do projeto.

Estamos à disposição para qualquer discussão.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Rodrigo, eu gostaria de saber se essa análise da Fiocruz foi feita sobre o projeto original ou sobre o relatório do Senador Eduardo Amorim, submetido à apreciação e aprovado na CCJ, que já abrigou algumas das ponderações feitas em emendas apresentadas pelos senhores?

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – Nós olhamos os dois projetos e mantivemos essa prerrogativa até o final da análise.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou estranhando – dirijo esta indagação ao representante da Fiocruz –, porque o que eu recebi não foi isso. Já pedi para a Secretaria da Comissão levantar todo o material que recebemos. Recebi aqui um ofício do dia 27 de agosto de 2015 dirigido a mim, e há propostas de emenda, mas não há emenda alguma que tenha alguma consideração a respeito do acesso ao tratamento, do Capítulo VI. Não há essa emenda com as respectivas justificativas. Desse modo, eu não o recebi, e a Comissão também não.

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – Senador, a gente pode reenviá-lo, porque, junto com esse ofício, veio o anexo dessas propostas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, perdeu-se em algum momento, antes de chegar ao meu gabinete ou à Secretaria da Comissão, porque nós não recebemos.

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – Enviaremos imediatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Envie-me imediatamente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.k.! Obrigado.

Dando prosseguimento, vamos passar a palavra agora ao Sr. Fábio André Franke, Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil.

André, antes de o senhor falar, eu queria chamar o nosso último convidado, que já chegou aqui, que é o Sr. Cláudio Roberto Camperlingo de Araújo.

Por gentileza, queira se dirigir à Mesa, Sr. Cláudio Roberto. Seja bem-vindo!

Com a palavra, então, o Sr. Fábio André Franke, Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Bom dia a todos!

Agradeço o convite para estar aqui.

Coloco que também tive o privilégio de participar da primeira audiência pública no ano passado. Traço um pouco o histórico do projeto de lei, desde que a Senadora Ana Amélia tomou conhecimento das dificuldades da pesquisa clínica no Brasil, por intermédio de um paciente de Ijuí, cidade em que trabalho. Foi feita a primeira audiência em abril, e, a partir disso, foi criado um Grupo de Trabalho em que se viu, então, que havia a necessidade de um projeto de lei para que pudéssemos regulamentar a pesquisa clínica em seres humanos.

Então, várias instâncias já andaram. Passado todo esse tempo, o que mudou para os pacientes brasileiros até o momento? Do ponto de vista prático, nada! Nós continuamos, então, com mais de um ano de espera para poder incluir pacientes brasileiros em protocolos de pesquisa. E, no geral, quando essa aprovação é dada, esses estudos já encerraram a inclusão, porque os estudos são globais e multi-institucionais em todo o mundo. Então, os pacientes brasileiros têm ficado fora dessa possibilidade de tratamento, exatamente por essa demora em todos esses prazos.

Isso se deve, principalmente, porque o nosso sistema de revisão passa por vários crivos: primeiro, a aprovação do CEP do exterior e, depois, de um CEP local coordenador; depois, ele é aprovado centralmente pela Conep; depois, ele volta para a apreciação do CEP local; depois, precisamos esperar a aprovação da Anvisa; e, finalmente, temos de esperar a importação do produto. Esse tempo, então, ultrapassa, em média, um ano.

Reconhecemos o esforço da Conep no sentido de diminuir o tempo de análise do protocolo de pesquisa, mas lembrarmos que o que diminuiu, de fato, foi o primeiro parecer. Só que esse parecer, infelizmente, tem vindo com inúmeras pendências. Às vezes, há mais de 40 pendências. E o processo todo se classifica assim: com 40 pendências, há um prazo para responder a essas pendências, e, se um dessas pendências não for aceita, esse processo é reprovado, e se volta novamente com um pedido de recurso, sendo necessário, então, que se entre na fila novamente, fazendo com que esse tempo volte a se tornar longo.

Então, todo esse processo faz com que os pacientes brasileiros – estou falando como um médico que trata de pacientes com câncer e que não tem muita oportunidade de oferecer protocolos de pesquisa, porque está tudo parado – não tenham acesso ao protocolo.

Então, o que exatamente acontece na prática? São 700 CEPs que temos em todo o Brasil. Isso depende, então, de que passem por uma segunda aprovação centralizada. E, obviamente, a cada novo questionamento, renova-se o prazo de 30 a 60 dias, que, dependendo da pendência e dos recursos, é até maior, fazendo com que a fila se torne longa e com que o processo não ande.

Ilustramos isso. Esse é o meu quadro de estudos que aguardam o processo regulatório pela Conep e pela Anvisa. Posso ser franco para vocês: esse quadro não muda, e, quando ele muda, é porque provavelmente o estudo foi cancelado, porque já terminou o recrutamento no resto do mundo, e o estudo não vai mais ser aberto no Brasil. Então, todos os dias, presenciamos de quê? Pacientes que teriam potencial de receber um tratamento – hoje, no Brasil, há uma grande discussão sobre o acesso a tratamentos para os pacientes principalmente de doenças graves –, pacientes que poderiam se beneficiar de um tratamento não recebem o tratamento, porque eles acabam perdendo essa oportunidade. Ficamos de mãos amarradas, sem poder oferecer algo que possa ser significativo e que possa representar uma esperança para o paciente.

Então, nosso dilema ético é: se, por um lado, temos de proteger os voluntários da pesquisa, por outro lado não podemos impedir ou retardar a pesquisa que possa beneficiar os pacientes. É como se a gente vigiasse tanto a nossa casa, colocando sistema de segurança, colocando vigias, colocando porteiros, que nem o próprio dono da casa consegue entrar dentro dela. Ela está tão guardada, tão cercada, que, na verdade, negamos o acesso dos nossos pacientes brasileiros a tratamentos que poderiam significar para eles uma melhor expectativa de vida e um tratamento digno para a sua doença.

Pegando a experiência internacional, vê-se que questionamentos em termos de consentimento – esses questionamentos, hoje, são bastante comuns – resultam significativamente em mortes. Num só estudo nos Estados Unidos e no Reino Unido, estima-se que mais de dez mil mortes desnecessárias ocorreram diretamente ligadas ao atraso no recrutamento dos pacientes da pesquisa. Então, vejam como esse atraso faz com que vidas acabem se perdendo.

Este é o dilema ético brasileiro: o sistema atual nega o acesso dos brasileiros a terapias inovadoras. Represento aqui a Aliança e represento os pesquisadores, os pacientes e todos os trabalhadores em pesquisa que se veem, então, sem a chance de participar das oportunidades de ciência médica, como as nações mais desenvolvidas.

O projeto, então, é um avanço. Tentamos harmonizar isso com todas as regras internacionais. Isso já foi discutido amplamente em todo o mundo. Existe um consenso internacional para a participação nesses estudos. A gente nada mais quer do que harmonizar isso com as regras já existentes, respaldadas pela Conferência Internacional de Harmonização e pela Organização Mundial de Saúde.

Um prazo adequado possibilita que, durante todo esse processo, os centros possam se preparar já para abrir esses estudos e oferecer isso mais rapidamente para os pacientes. Então, quando a gente não tem ideia de qual vai ser esse prazo, se a gente não tem ideia de quanto isso vai demorar, o que a gente vê, na prática, é que oportunidades vão se perdendo, pacientes vão ficando na fila sem opção de tratamento. Evitar que o pesquisador e a pesquisa sejam prejudicados por questionamentos que visam a ganhar tempo é fundamental.

Somado a isso, também observamos que a pesquisa clínica em seres humanos não possui uma lei. O Sistema Brasileiro de Revisão Ética de Pesquisas padece de um problema grave, que é a sua validade jurídica, por ausência de uma lei que distribua competências e discipline condutas. Temos leis para pesquisas em animais, mas não temos leis para pesquisas em seres humanos.

Então, esta é uma oportunidade real de se criar um marco legal e definitivo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Fábio, deixe-me falar sobre o que eu estava dizendo aqui para o Senador Walter Pinheiro.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Estou dando como exemplo uma tragédia no Brasil conhecida principalmente pela nossa geração, não sei se pela sua geração. Você parece mais novo do que a gente. Mas eu e o Walter...

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – A Senadora Ana Amélia é muito nova para se lembrar disso.

Eu me recordo de outros incêndios que já vi, de outras tragédias. O Edifício Joelma estava pegando fogo. Aquelas pessoas não se jogaram do edifício porque queriam dali se jogar, mas, sim, porque era a única alternativa que elas tinham para salvar suas vidas. Não havia alternativa.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Entre morrerem queimadas e sofrerem...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Se eu for morrer queimado, posso pensar: "Vou me jogar do vigésimo andar, e, talvez, alguma coisa aconteça, e eu acabe sobrevivendo a esta tragédia."

Se uma pessoa tem câncer ou uma doença terminal, essa é uma tragédia para a vida dela, para vida das pessoas que convivem com ela.

Há a questão de que sou cristão, mas não acredito que viemos de Adão e de Eva. Vamos ser claros. Cientificamente, está provado que não houve isso. Então, temos de reformular alguns pensamentos.

Qualquer cidadão brasileiro optaria por fazer testes, para tentar sobreviver. O exemplo que dei ao Senador Walter é o exemplo que quero dar aqui, porque sou favorável a isso. Se um edifício estiver pegando fogo, as pessoas, entre morrerem asfixiadas ou queimadas, vão se jogar do edifício, esperando um milagre.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Agora, se você oferecer uma escada para ela, ela vai descer pela escada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ela vai descer pela escada.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Apesar dos riscos da escada, ela vai descer por ali para ser salva.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ela descerá, com certeza. Mesmo quem tem medo de altura vai descer para se salvar.

Costumo dizer que tento trazer ao Senado as experiências que tive como gestor.

Minha esposa, uma vez, fez uma visita ao Cecon, que é o Centro de Controle de Oncologia do Amazonas, e lá havia pacientes terminais. Os remédios para esses pacientes o SUS não fornece. Não era remédio para salvar a vida de nenhum paciente, não. Era remédio para amenizar a dor. Sabíamos que essas pessoas tinham um fim esperado cientificamente, sabíamos que elas não sobreviveriam. Nós mandamos comprar esses medicamentos. Até hoje, o Estado, na medida do possível, compra-os. Eles são caríssimos. Há laboratórios brasileiros que pegam os estudos da Fiocruz ou outros e vendem esses remédios caríssimos. São fornecedores do Governo.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – São principalmente remédios genéricos que são fornecidos pelo Governo. E não há nenhuma complacência em relação a isso. Se se pedir um medicamento que custa R$12 mil, R$13 mil, R$14 mil a ampola, porque a morfina já não está mais fazendo efeito nesse paciente ou coisa parecida, há essas dificuldades.

Então, eu só queria interrompê-lo na sua explanação, porque vou participar de uma reunião e vou ter de sair. Mas quero deixar claro aqui para o Senador Walter Pinheiro que sou favorável ao PLS por uma questão de exemplo mesmo. Acho que nunca se deve negar uma oportunidade a alguém de sobreviver. Não se deve negar essa oportunidade. Ninguém tem o direito de negar oportunidade a uma pessoa que diz que quer sobreviver. Então, não é uma lei, não é o Presidente, não são os Senadores, os Governadores, os Deputados ou uma religião que vão dizer – ninguém tem o direito de falar em nome de Deus – àquela pessoa que ela não tem esse direito, até porque Jesus foi um grande curador. Aqueles que são religiosos têm de entender que, através da ciência, a mão de Deus pode conduzir ao salvamento de muitas pessoas.

Era isso que eu queria colocar, Fábio.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Perfeito! Quero frisar que não estamos aqui discutindo ética, mas, sim, a questão da burocracia, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas é o grande problema hoje. Você sabe que a questão não é a questão ética. A questão diz respeito a princípios religiosos, muitas vezes, que são norteados.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – E têm de ser respeitados.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Temos de respeitá-los.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Eles têm de ser respeitados.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Quem não precisa fazer tratamento que não o faça! Agora, aqueles que querem fazer o tratamento que o façam!

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Por isso, a participação é voluntária.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Fábio, eu queria dizer que esta Mesa concedeu a palavra ao Senador Omar Aziz, que é médico. É importante essa concessão. É importante essa intervenção. Quando o senhor finalizar... Vou lhe dar um tempo.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Perfeito, Senador! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pode continuar. Obrigado.

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – É isto: os nossos direitos devem ser consagrados por leis, não por resoluções, exatamente porque essas resoluções podem ser modificadas de maneira muito fácil. Então, estabele-

cer prazos de avaliação dos protocolos de pesquisa e estabelecer esse marco legal, isso se torna fundamental, porque, a partir disso, vamos ter um norte para estabelecermos, então, todos os direitos dos participantes e os deveres dos pesquisadores, das instituições e também dos patrocinadores, que são importantes.

O projeto não retira da sociedade o controle das pesquisas.

(Soa a campainha.)

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – O CEPs, os Comitês de Ética locais, que são mais de 700, são formados por representantes da sociedade, continuarão a exercer o controle das pesquisas e a fazer essa avaliação.

Eles já a fazem. E mais: com o projeto, esse controle passa a ser um dever estabelecido em lei. Então, a gente também consegue normatizar isso. Estabelece-se legalmente a formação dos Comitês de Ética, criam-se regras, deixando isso estabelecido numa lei e submetendo o seu funcionamento à autoridade competente.

A situação atual é que a duplicidade de apreciação se baseia, há 20 anos, na desqualificação do parecer do CEP da instituição. Então, o parecer do CEP local, muitas vezes, não serve para absolutamente nada. E estamos desperdiçando tempo de pessoas que se dedicam a isso para que haja um controle central. Isso gera toda a morosidade e a burocracia. Então, a dupla aprovação retira essa autonomia. O que a gente quer é que esses CEPs continuem fazendo o seu trabalho bem fundamentados e respaldados pela lei.

Com relação ao acesso pós-estudo, nós queremos garantir legalmente esse direito e que isso esteja escrito. Garanti-lo legalmente significa garantir ao participante sem alternativa terapêutica no País, ou quando houver risco de morte, o fornecimento do medicamento experimental pelo tempo que for necessário, a critério do médico pesquisador, de acordo com a legislação sanitária. Isso deve ser feito a critério do médico pesquisador por quê? Porque ele conhece o doente, ele conhece a molécula, ele vai saber exatamente a necessidade de o paciente continuar com esse tratamento. Não nos podemos esquecer de que, muitas vezes, o tratamento pode ter efeitos colaterais e necessita ser suspenso. Por isso, o pesquisador tem de fazer parte exatamente dessa escolha. Isso não é exclusividade nossa.

Há a questão do placebo, de se regular o uso do placebo. A utilização do placebo só é admitida quando inexistir o tratamento convencional para a doença que seja objeto da pesquisa clínica ou para atender exigência metodológica justificada. Um exemplo clássico em Oncologia é um estudo que foi publicado recentemente sobre um tratamento para câncer de pulmão, em que só receberam placebo aqueles pacientes que estavam fora da possibilidade terapêutica, que já haviam recebido todos os tratamentos existentes, sendo que não existia mais nada disponível para eles. Então, nesse caso, o paciente ainda tem o benefício de uma randomização que é de dois para um. Então, ele tem 66% de chance de ainda receber uma terapia que pode ser efetiva. Esse é o caso do placebo que pode ser aceito. De maneira nenhuma, vamos usar placebo em situações em que exista um tratamento vigente. Ninguém aqui vai usar placebo em crianças ou em pacientes doentes que necessitem de tratamento, a não ser por exigência metodológica, quando a gente pode usar tratamentos combinados, destinando um grupo para o placebo, para mostrar que o tratamento combinado é superior ao tratamento isolado.

Com relação à utilização e ao armazenamento de dados de material biológico humano, temos de lembrar o seguinte – vou usar aqui minha especialidade: o câncer é uma epidemia mundial. Paulo, desculpe-me por usar seus dados, mas eles são bem significativos. Nós temos enormes desafios. No Brasil, demoramos no diagnóstico, é difícil o acesso ao tratamento e raro o acesso a drogas inovadoras. Não testando nosso material biológico, nós privamos os pacientes brasileiros de conhecerem a nossa realidade em termos de mutações que possam ser potenciais alvos para novos tratamentos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O senhor pode desenvolver um pouco mais esse argumento?

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Sim, vou dar um exemplo, Senador. Tenho um paciente que, após vários tratamentos para câncer de pulmão, acabou não tendo mais opção de tratamento. Então, fizemos uma biopsia. Ele fez isso em caráter privado, mandou essa biopsia para o exterior, e foi identificado que ele não respondia mais aos tratamentos por que ele tinha desenvolvido no seu tumor uma mutação de resistência. Então, essa mutação deixava todos os tratamentos resistentes. E aí conseguimos acesso, por um Programa de Uso Compassivo, a um tratamento experimental americano que tratava exatamente essa mutação e retornava a possibilidade de ele responder ao tratamento. E ele vem respondendo a isso muito bem.

Mas esse é um paciente que fez isso em caráter privado. Queremos ter a possibilidade de testar isso em todos os nossos pacientes, porque sabemos que vivemos num mundo de várias etnias e que, muitas vezes, temos perfis genéticos diferentes. Olhem o perfil da população brasileira que passa por toda essa miscigenação! Ele deve ser muito amplo. E, se isso não for testado, nós nunca vamos saber o resultado. Então, precisamos ter também acesso a isso. Isso não pode ficar bloqueado dentro dos protocolos de pesquisa.

Essa é a imagem que o Brasil tem hoje no exterior com relação à pesquisa clínica.

Na selva, procuramos um caminho para que possamos acessar nossos pacientes. Eu gostaria que essa imagem fosse esquecida e fosse substituída por essa outra imagem, a imagem de um paciente que continua vivendo. O Afonso é o paciente que deu o pontapé inicial a todo o projeto de lei. Ele é uma exceção, porque ele já está no sexto protocolo de tratamento, está muito bem, está trabalhando. Com a sua doença, ele teria uma sobrevida de seis meses – esse era o prognóstico –, mas ele está vivo há mais de quatro anos. O que queremos é que ele não seja exceção. Queremos que ele seja regra. Queremos que os pacientes brasileiros possam ser a regra, para que eles possam ter acesso a novos tratamentos, para que eles não caiam em ciladas em que, às vezes, submetem-se a alguns tratamentos alternativos no seu desespero de buscar alguma coisa. Mas que eles possam ser testados com esses tratamentos. Acho que o caso da fosfoetanolamina simboliza bem isso.

(Soa a campainha.)

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – Temos de dar a possibilidade de que isso possa ser testado.

Lembro que o projeto é um avanço. Queremos, com o projeto, deixar nossa contribuição para a sociedade, para que os pacientes tenham acesso ao tratamento experimental, se essa for a sua vontade. Por isso, a participação é voluntária.

Lembro que ele está aberto a sugestões – o Rodrigo já trouxe algumas aqui – e à participação de toda a sociedade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Fábio André Franke.

Passamos a palavra à nossa expositora Fernanda Sobral, Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A SRª FERNANDA SOBRAL – Bom dia a todas e a todos!

Eu gostaria de dizer que, talvez, eu seja uma exceção aqui, nesta Mesa. Sou a única mulher e a única que não é da área de saúde. Trabalho com condições da pesquisa científica e estou aqui representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que trata da pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento.

Primeiro, a SBPC louva esta iniciativa, a preocupação de regulamentar a pesquisa científica por meio desse projeto de lei dos Senadores Ana Amélia, Waldemir Moka e Walter Pinheiro.

Além disso, acho que é super importante a iniciativa e a preocupação dos outros expositores que me antecederam de agilizar os processos, pensando justamente no paciente. A SBPC também discutiu com a comunidade científica sobre esse projeto e, é claro, vai apresentar também algumas contribuições.

Primeiro, sabemos da importância de existir uma legislação. Isso está, inclusive, num dos relatórios, na justificação. Essa necessidade veio a partir de certos abusos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. Houve todo um debate internacional por essas terríveis experiências, e aí surgiram várias normas cuja preocupação principal é a proteção dos sujeitos da pesquisa, especialmente no tocante à sua autonomia e à necessidade de obtenção do consentimento livre e esclarecido do sujeito para que ele participe da pesquisa.

Também é importante que se diga – isto também já foi falado – que há um vácuo legislativo e que é preciso justamente uma regulamentação para a pesquisa que envolva seres humanos. Porém, a partir das discussões feitas na SBPC, ela reconhece a importância de uma legislação que inclua a pesquisa clínica, mas que inclua a pesquisa que envolve seres humanos.

De forma mais geral, vocês pensem que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência trata da pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento. Na realidade, uma das ressalvas ou contribuições que a SBPC dá é que esse projeto deixa, de certa forma, a grande maioria das pesquisas com seres humanos fora da legislação.

Em outras palavras, o Projeto de Lei nº 200, de 2015, está dedicado exclusivamente – está muito claro o que ele dispõe – à pesquisa clínica e a ensaios clínicos nas suas diferentes fases, nas fases I a IV, o que já foi referido aqui também.

Esse ensaio clínico, inclusive, é definido como pesquisa clínica experimental, que abrange os estudos das fases I, II e III, em que os participantes são designados pelo pesquisador para receberem uma ou mais intervenções preventivas diagnósticas ou terapêuticas, para que sejam avaliados os seus efeitos sobre a saúde em termos de ação, de segurança e de eficácia.

É importante salientar que a maioria das pesquisas envolvendo seres humanos, que também estão sofrendo as mesmas dificuldades enfrentadas pelos ensaios clínicos, não está sendo ainda contemplada nesse projeto de lei.

Há outra questão: a da instância de revisão ética ou instância regulatória. A SBPC acha que a diferença entre o CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) e o CEI (Comitê de Ética Interdisciplinar) não fica muito clara, que não fica muito claro o papel de cada um, e se pergunta sobre o porquê da necessidade da existência de am-

bos. E, sobre esse órgão superior, isso também não fica claro, isso não é explicitado. Está lá que é uma agência de controle sanitário. Será a Anvisa? Essas foram algumas questões. A aprovação ou não dos protocolos de pesquisa estaria apenas nas instâncias do CEP e do CEI? Essas são algumas perguntas que a SBPC está fazendo.

A partir dessas questões, preocupada com a pesquisa que envolve seres humanos, não apenas com a pesquisa clínica, a SBPC mostra que se tem de tratar de forma diferenciada as pesquisas que envolvem seres humanos, como, por exemplo, as pesquisas na área de ciências humanas e sociais que envolvem seres humanos. Por exemplo, a aplicação de questionários – vou dar este exemplo de outra audiência de que participei aqui – a bolsistas do Ciência Sem Fronteiras para saber os impactos desse programa é diferente de um procedimento terapêutico, como vocês estavam mostrando aqui. Isso é diferente também de se realizarem entrevistas sobre as vidas nas grandes cidades. Na realidade, todas essas pesquisas estão concentradas na Conep atualmente, mesmo que seja uma entrevista ou um questionário nesse nível. As exigências legais para casos como esses devem ser distintas das exigências das pesquisas, por exemplo, que envolvem análises de amostras laboratoriais de sangue – hematócrito, enzimas hepáticas etc. –, análises genômicas, entre muitas outras.

A proposta da SBPC é a de que essas diferentes formas deverão ser objeto de resolução de um novo conselho. Aí é que digo que vem a proposta no que se refere à instância de revisão ética. A SBPC sugere que seja criada uma instância superior vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que coordena todas as atividades de pesquisa do País. Agora, é claro que, no caso da pesquisa clínica, de que trata o projeto da saúde, deveria haver uma participação nessa comissão do próprio Ministério da Saúde ou até uma gestão compartilhada.

Quanto a todas as pesquisas que envolvem seres humanos de todas as áreas, a proposta da SBPC é a de que elas não podem ficar concentradas na Conep, no Ministério da Saúde, no Conselho Nacional de Saúde. Inclusive, há o Fórum de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, que a SBPC apoia e que também faz essa proposta de criação de uma comissão no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para avaliar as pesquisas nessa área.

Da mesma forma, por exemplo, isso não é estranho ao MCTI. Da mesma forma, o abrigo da regulamentação da ética em pesquisa no âmbito do MCTI não seria estranho àquele órgão, haja vista o que já ocorre nas pesquisas com animais. A avaliação dos aspectos éticos nesse caso baseia-se em resoluções normativas emanadas de conselho específico, que é o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), sob a égide fiscalizadora do MCTI.

Então, a proposta da SBPC é a de criar essa comissão, ou seja, eu diria que essa é a nossa grande contribuição. É claro que o Fórum de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas está na Conep. Está se lutando agora, inclusive, por uma resolução específica, porque as ciências humanas e sociais e as que envolvem seres humanos eram reguladas pela mesma regulamentação da saúde e das pesquisas biológicas. Agora, houve até uma consulta pública. Está se lutando, neste momento, dentro da Conep, por uma regulamentação específica.

Eu gostaria de fechar esta minha participação, que é uma participação até certo ponto rápida, dizendo que se louva a iniciativa de regulamentação da pesquisa. É importante agilizar esses procedimentos. A única questão que se coloca é sobre mais essa instância regulatória. Propõe-se que essa instância regulatória fique numa comissão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação e que, é claro, no caso das pesquisas clínicas, que é o que dispõe o projeto, haja a participação do Ministério da Saúde.

Acho que era só isso. Não usei, inclusive, o meu tempo todo.

Obrigada. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço à nossa querida Fernanda Sobral, representante do importante time feminino desta Mesa.

Eu queria convidar a Senadora Ana Amélia para dirigir os trabalhos momentaneamente, para que eu possa prestar um voto na CAE. (*Pausa.*)

Pode ser o Senador Eduardo Amorim, porque, como estão me informando, a Senadora Ana Amélia não é membro da Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não sou membro da CCT. É o Regimento, é o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – É o Regimento Interno. Fui lembrado disso aqui pelos universitários. Mas a Senadora Ana Amélia nos honra muito por estar aqui. Ela, com certeza, tem todos os méritos para aqui estar.

Vamos passar a Presidência para o Senador Amorim, para que ele possa dirigir momentaneamente a Mesa, porque tenho de proferir um voto na CAE.

Ouviremos agora o Sr. Jorge Alves de Almeida Venâncio, Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (Conep-CNS-MS).

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu queria cumprimentar o Presidente, o Senador Hélio, que está saindo, e o Senador Amorim.

Cumprimento os demais Senadores e Senadoras.

Agradeço o convite que o Senador Aloysio e a Comissão me fizeram para estar nesta audiência.

Desejo um bom-dia a todos os senhores e a todas as senhoras.

Podem colocar a apresentação, por favor.

Vou começar por esse eslaide que penso ser o mais importante.

Nós assumimos a coordenação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em meados de 2013. Quando conseguimos identificar o quadro, havia, em setembro, uma média de 75 protocolos sendo analisados por mês e um estoque aguardando análise de 830 projetos. Portanto, tínhamos um tempo médio efetivamente bastante elevado. Estávamos com um tempo de resposta de algo em torno de dez meses, de onze meses. O quadro atual, parece-me, é qualitativamente diferente. Conseguimos elevar a quantidade de protocolos analisados para 250 por mês, e, agora, em agosto, havia 362 na fila, ou seja, o nosso tempo médio de resposta, nesse trimestre de maio a julho, caiu para 48 dias, em média. Esses tempos estão aí, mês a mês.

Eu queria demonstrar que essa não é apenas uma afirmação nossa, da Conep. Eu trouxe aqui um quadro que foi feito por um dos grandes laboratórios, um dos cinco maiores laboratórios. Só tirei o nome dele, porque não havia a necessidade de constranger ninguém.

Mas reparem que aquela curva do meio, a curva azul, é o tempo de resposta da Conep. Nesse quadro, está incluído o conjunto da tramitação do protocolo, ou seja, geralmente, são duas tramitações e mais o tempo de resposta que o pesquisador tem para as pendências. Então, reparem que o tempo em 2015, segundo esse laboratório, está em de 19 semanas. Se tirarmos os 30 dias do tempo de resposta, teríamos 15 semanas, o que, dividido por duas tramitações, seriam sete semanas e meia, portanto exatamente 52 dias, tempo bastante aproximado aos 48 dias que a gente apontou no eslaide anterior.

Além disso, eu queria ler para os senhores aqui um *e-mail* que recebi agora, na última sexta-feira, de outro laboratório, de outro grande laboratório. Reparem o que diz aqui a pessoa responsável: "Felizmente, recebemos a aprovação do primeiro projeto do Estado. Agradeço muito ao senhor e à Conep, que havia me encorajado em março deste ano, quando me disse que poderia pensar em um prazo de aprovação de cinco meses. O prazo ficou em 4,8 meses na Conep." Portanto, 4,8 meses é exatamente o mesmo prazo que está aqui, no quadro desse outro laboratório.

Portanto, eu diria que essa ideia de que ainda há projetos demorando um ano ou um ano e meio é uma coisa inteiramente fora da realidade no momento atual. Eu diria, inclusive – eu queria chamar a atenção –, que ficar veiculando prazos fora da realidade prejudica o País para que ele receba novos estudos. Portanto, esse não é um equívoco que não traz prejuízo para o País. Eu queria chamar a atenção para esse aspecto, para que se procure trabalhar efetivamente com os dados reais do que está acontecendo.

Evidentemente, a Conep não tem como responder pela Anvisa. Se se quiser discutir algo relativo à Anvisa, devem-se chamar os dirigentes da Anvisa aqui para debater. Nós não temos como responder pelos prazos da Anvisa. São duas tramitações separadas e paralelas. Os prazos da Anvisa, inclusive, pelo que nós sabemos, são bem maiores que os da Conep. Mas não temos responsabilidade sobre os prazos da Anvisa. O projeto procura mexer no sistema CEP-Conep, não procura mexer na Anvisa, a não ser transferindo algumas responsabilidades do sistema CEP-Conep para a Anvisa. Mas, fora isso, nos prazos da Anvisa, o projeto não propõe nada. Portanto, não há por que discutirmos aqui prazos da Anvisa nesta audiência relativa ao projeto.

O segundo aspecto é que estamos na fase final de elaboração de algumas resoluções complementares à resolução mestra, que é atualmente a Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde. A primeira delas, que está mais avançada, é a que estabelece o processo de acreditação de Comitês de Ética para a análise dos protocolos de risco elevado.

Então, a ideia é a de que façamos a segunda resolução, essa das ciências sociais, a que a Drª Fernanda já se referiu. Mas as modificações centrais dessa nova resolução, que estará em discussão final na Conep na semana que vem e que, muito provavelmente, estará em discussão final também no Conselho Nacional de Saúde na reunião de dezembro, nos dias 9 e 10, algo assim, na primeira quinzena de dezembro... Essa resolução termina com a dupla análise, passa a fazer uma classificação de risco no conjunto dos protocolos. É importante ressaltar que o que vem para a Conep atualmente é apenas 1,6% do total de protocolos que tramitam no sistema; 98,4% tramitam exclusivamente nos CEPs locais. Essa já é a realidade atual.

Mas estamos procurando fazer uma classificação de risco e uma tramitação diferenciada de acordo com o grau de risco de cada protocolo. Então, a ideia é a de que o protocolo de risco mínimo passe a ter apenas registro, sem necessidade de avaliação ética; a de que o protocolo de risco baixo passe a ter apenas a análise de um relator e só vá para o colegiado do CEP se o relator solicitar – esta seria uma exceção; em princípio,

a tramitação seria de cerca de dez dias –; a de que o protocolo de risco moderado teria a mesma tramitação atual, com relator e colegiado em todos os Comitês de Ética; e a de que os protocolos de risco elevado teriam a tramitação única nos Comitês de Ética acreditados para essa função.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não iriam para a Conep?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Só iriam para a Conep, se houvesse recurso à Conep. A Conep seria apenas a instância recursal, regulamentadora, fiscalizadora e harmonizadora do sistema, digamos assim.

Qual é o grande risco, a meu ver, ao fazer essa descentralização? É o de passarmos a ter critérios diferentes em cada CEP. Imaginem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me, doutor!

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O senhor disse que mais de 90% das pesquisas são feitos de maneira descentralizada.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – São 727 CEPs.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como é feito isso hoje? Hoje, esses CEPs são regulamentados?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – A Conep tem uma série de resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde que regulamentam o funcionamento de todos os Comitês de Ética.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É uma coisa com regra?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Há regras bastante trabalhadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Aloysio, se falar ao microfone, além de servir para a gravação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não queria tumultuar.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não! Pode falar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É que o senhor disse que os CEPs serão, agora, digamos assim, acreditados, receberão uma espécie de certificado de boa composição, de bom desempenho ou coisa que o valha.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Hoje em dia, há um número muito grande de CEPs no País.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – São 727.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esses CEPs estão sujeitos hoje a algum tipo de regulamentação? Essa é que é a minha pergunta.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – São todos credenciados pela Conep e são fiscalizados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Era isso que eu queria saber.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Há um acompanhamento, há normas bastantes detalhadas do que eles podem ou não fazer. Isso é acompanhado. Temos, inclusive, um sistema eletrônico que permite que tenhamos acesso a todos os pareceres que são emitidos. Então, quando a gente faz vistoria nos Comitês de Ética, já temos acesso ao que eles têm produzido quanto a decisões sobre diversos protocolos. Portanto, temos a possibilidade de ter uma ideia se as coisas estão caminhando bem ou não preliminarmente à própria vistoria. Certo? O.k.?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O.k.! Obrigado.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Então, a ideia nossa é fazer a descentralização...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – ...mas mantendo a harmonia do sistema, sem fazer um processo que crie uma confusão. Ou seja, se se colocar uma lei relativamente genérica com 700 comitês para a interpretarem, cada um por si, sem ninguém harmonizando esse sistema, isso tende a gerar algumas centenas de interpretações diferentes. Temos, inclusive, países vizinhos ao Brasil que têm critérios diferenciados província por província, e isso gera uma dificuldade enorme para se fazer uma pesquisa nacional nesses países. Então, nós caminharmos nessa direção, parece-me, seria um retrocesso. Essa seria uma coisa negativa. Devemos fazer a descentralização, mas com harmonia no conjunto das decisões. Esse é o processo que se está propondo fazer a partir do início do ano que vem.

Há a última questão ainda sobre isso. A proposta que está sendo feita é a de terminar o modelo atual, esse fluxo da esquerda, que passa, primeiro, no CEP local, depois na Conep, quando o risco é elevado, e, depois, vai para os CEPs participantes. Agora, iria diretamente para o CEP acreditado, e, depois, os CEPs locais verificariam apenas as questões locais, que têm geralmente uma tramitação bastante rápida. Com isso, poderíamos, em princípio, reduzir o prazo de análise mais ainda para algo em torno de 30 dias dentro do CEP acreditado.

Quanto ao PL 200, o que temos visto aqui? Esse é o *link* da nossa carta aberta que fizemos. O PL, além de extinguir o atual sistema de análise e ética, coloca em risco os direitos dos participantes de pesquisa conquistados nas duas últimas décadas. O sistema já funciona desde 1996, foi criado no mandato do Prof. Adib Jatene e estabeleceu uma série de direitos muito importantes que o PL, no fundamental, reduz, como vou procurar demonstrar aqui, de forma drástica.

Vamos para os diversos pontos.

Primeiro, há perda do direito ao medicamento pós-estudo. Reparem que, hoje, o direito a receber o medicamente depois que o estudo acaba é um direito de todos que participam de pesquisas. Qual é o sentido? Vocês imaginem, por exemplo, uma pessoa com câncer que entra na pesquisa, que recebe o medicamento e que melhora. Quando acaba a pesquisa, vamos mandá-la para casa, para ela se virar? Seria uma desumanidade fazer uma coisa dessas. Evidentemente, a possibilidade de haver a melhoria tem de ter continuidade depois que o estudo acaba. Certo? Então, exatamente por causa disso, o cidadão não recebe remuneração para participar da pesquisa. Ele ganha o direito de receber o medicamento depois que a pesquisa acaba. O que o projeto faz? Coloca duas condições concomitantes para que esse direito continue a existir. É uma condição e outra, ou seja, são duas condições juntas: possibilidade de risco de morte ou de piora grave e ausência de tratamento alternativo.

Depois, o Senador Amorim, na CCJ, apresentou uma emenda trocando "e" por "ou". Na primeira versão, na nossa avaliação, o direito ao tratamento pós-estudo era reduzido de 100%, que é a situação atual, para menos de 10%. Por isso, consideramos que essa é uma redução drástica. A proposta do Senador Amorim melhora a situação, evidentemente, mas, a nosso ver, reduz para algo em torno de 40% o direito ao pós-estudo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Por quê?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Porque precisa haver uma das duas condições para se ter direito ao pós-estudo. Se não houver nenhuma das duas condições, perde-se o direito ao pós-estudo. Isso é o que está proposto. Então, continua havendo uma restrição ao pós-estudo importante.

A emenda que o Senador apresentou aqui na CCT melhorou mais a situação. Aí eu diria que estamos de acordo com a proposta que a Fiocruz apresentou nessa questão específica, mas o que faltaria, na segunda proposta do Senador Amorim na CCT, seria a garantia da gratuidade do tratamento pós-estudo – tenho a impressão de que esta deve ter sido a intenção dele, mas isso não ficou explícito e seria importante que ficasse explícito – e a garantia do período, que muitas vezes é importante, entre o fim da participação individual e o fim do estudo. Às vezes, decorrem vários meses nesse processo, e, se não houver a garantia do pós-estudo também nesse período, pode-se gerar a interrupção no tratamento, com prejuízo grande para o participante.

Com essas duas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me uma interrupção?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se, porventura, concluído o estudo, o médico do paciente considerar que o tratamento feito pela droga experimental que é fornecida é prejudicial à saúde do paciente, não haveria aí um conflito entre uma decisão médica e um direito legal?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não, não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – O direito é obtido sob decisão médica sempre.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, talvez, fosse o caso de deixar claro isso, não é?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não há a menor dúvida quanto a isso. A única coisa é que nós não restringimos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O paciente acha que está melhorando, e o médico diz: "Olha, isto aqui é prejudicial."

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não, não. Quem pode fazer a prescrição é sempre o médico. Certo?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O.k.!

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Isso aí não estamos de jeito nenhum questionando. Agora, nós apenas acrescentamos a possibilidade de o médico particular do paciente também fazer a pres-

crição, até como uma forma de se estabelecer um diálogo com o médico do estudo e de se chegar à posição mais equilibrada possível e que for necessária na questão.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Mas isso é sempre feito sob prescrição médica. Não há a menor dúvida de que isso é indispensável. Ninguém pode receitar medicamento se não for médico. É a própria lei que regulamenta a profissão que diz isso. Então, essa questão seria feita dessa maneira.

O segundo ponto é o uso de placebo. Reparem que placebo – talvez, aqui nem todos sejam da área de saúde – é a pílula de farinha. Quer dizer, quando não existe tratamento para aquela doença, nós, o Conselho Federal de Medicina, todo mundo, todos estão de acordo que é razoável comparar o medicamento novo com a ausência de medicamento, com a pílula de farinha. Mas, quando existe tratamento para determinada doença, se não tratássemos o pessoal do grupo de comparação com o medicamento novo, estaríamos cometendo uma desumanidade, na nossa opinião. Quer dizer, nesses casos em que existe tratamento, a comparação deve ser feita com o melhor tratamento existente, e não com a ausência de tratamento.

Portanto, neste caso, a última emenda que o Senador Amorim apresentou agora na CCT aproximou-se bastante do que é necessário para resolver essa questão.

Próximo ponto: a extinção do sistema CEP-Conep. Eu diria o seguinte: temos, hoje em dia, um sistema com quase 20 anos de existência, com uma regulamentação bastante detalhada e minuciosa. E reparem: não sou contra a haver uma lei, em absoluto. Acho perfeitamente razoável que o Senado queira fazer uma lei para regulamentar a questão, mas acho que, se a lei quiser entrar em todas as minúcias, correremos o risco de engessar as pesquisas. A pesquisa é uma coisa muito dinâmica. Frequentemente, estão surgindo novos problemas. Então, a nossa visão é a de que deve haver uma lei. Não vemos problema nisso. Mas a lei deve permitir que haja resoluções que, numa instância infralegal, permitam aperfeiçoar, detalhar e fazer as coisas mais minuciosas com a flexibilidade de que a pesquisa necessita, senão, toda vez que precisar alterar alguma coisa, que tiver de fazer uma tramitação aqui no Congresso Nacional, vamos criar uma situação complicada.

Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu pediria ao senhor, então, se pudesse, ao analisar o projeto, que me indicasse quais seriam as disposições, digamos, supérfluas, ou que entram em minúcias que tenderiam a produzir esse efeito.

Eu vi nas sugestões – não tive ocasião de estudar, porque, como disse, eu não recebi – da Fiocruz que ali entra no detalhe do detalhe. Ali, realmente, engessar é a sugestão da Fiocruz, em grande parte dos dispositivos que eles sugerem.

Mas, se o senhor pudesse sugerir, então, e, depois, me encaminhar...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Só para deixar claro: eu não estou dizendo que o projeto, na versão atual, está fazendo isso. Eu acredito que, se nós tentarmos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu acho uma preocupação relevante disciplinar por lei pormenores que possam ser regulamentados depois por resolução, por atos infralegais. Se o senhor identificar um, por favor me encaminhe.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Só para o senhor compreender: as propostas que a Fiocruz apresentou, na grande maioria, são muito semelhantes às atuais resoluções do Conselho Nacional de Saúde, em uma série de pontos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois é.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – E eu tenho a impressão de que seria melhor que algumas delas continuassem como resoluções e não passassem a fazer parte diretamente da lei.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foi a minha impressão, sem maior análise.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Então, acho que seria importante o Senado, o Congresso Nacional endossar o Conselho Nacional de Saúde como a instância que regulamenta esses detalhamentos mais minuciosos do processo. Essa seria a sugestão que faríamos para os senhores.

Muito bem, vamos em frente.

Além disso, outro aspecto que já mencionei: se nós liberamos para 700 CEPs interpretarem uma lei relativamente genérica, que é como ela está atualmente, nós vamos criar uma situação muito complicada, porque o projeto não cria nenhuma instância harmonizadora no conjunto do sistema. A delegação que ele faz para a Anvisa é exclusivamente para fiscalizar o registro dos comitês. Exclusivamente isso. A análise ética é exclusiva responsabilidade do Comitê de Ética, ou do comitê independente, inclusive cabe recurso apenas a ele próprio. Não há nenhuma instância recursal fora do próprio comitê que analisou cada protocolo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não é isso que está sendo proposto, autonomia dos Comitês de Ética em Pesquisa para fazer essa análise sem instância recursal? Pelo que eu entendi, é isso que está sendo proposto nessa resolução.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não. Na nossa proposta, o Conep é instância recursal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Instância recursal.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Exato. Tem que haver alguém que harmonize o conjunto dos sistemas, se não vai ser cada comitê atirando para um lado. Foi isso que aconteceu. O pesquisador fica desesperado para saber como ele encaminha em cada comitê. Cada comitê vai acabar tendo uma regra própria do que faz.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim. E quem é titular desse recurso a Conep?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – O pesquisador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O pesquisador.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Sim.

Bom, vamos em frente.

Próximo ponto: fim da independência dos Comitês de Ética em Pesquisa.

Os Comitês atuais são vinculados a instituições, sejam hospitais, universidades, secretarias de saúde, etc. E, para todos eles, quando são formados, existe um compromisso explícito – é um dos documentos indispensáveis – à autoridade máxima da instituição de se comprometer com a independência do comitê. O comitê tem três anos de mandato e não pode ser substituído no meio do mandato. Portanto, os atuais Comitês, os CEPs, são independentes.

O projeto fala em comitês, mas não toca nessa questão. Na nossa compreensão, ele está acabando com essa independência, na medida em que não há nenhuma referência no projeto a garantir a atual independência dos Comitês de Ética. Não há nenhuma necessidade de que essa independência seja mantida no processo de registro dos comitês futuramente. Portanto, na prática, essa independência está acabando.

Por outro lado, o comitê cria os Comitês de Ética ditos independentes. Ora, os Comitês atuais têm despesas. São financiados pelas suas próprias instituições, sejam hospitais, universidades, secretarias de saúde, etc.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – O comitê independente vai ser financiado por quem? Provavelmente, e não há nenhuma restrição no projeto a isso, por empresas. O nosso receio é que se passe a cobrar a análise ética ou que passe a haver comitês inclusive diretamente de empresas para analisar os seus próprios protocolos de pesquisa, o que nos parece um conflito de interesses evidente, flagrante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – A minha sugestão é que não haja comitês independentes. Nós já temos um sistema com bastantes CEPs e com bastante capacidade de analisar o conjunto das coisas. Não há necessidade de comitês independentes. Não vejo necessidade disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Isso. Exatamente.

Bom, fim da representação de usuários nos Comitês de Ética.

A participação de usuários nos Comitês de Ética é uma experiência muito positiva hoje em dia. Há obrigatoriedade de um usuário em cada Comitê de Ética; e, espontaneamente, grandes comitês, como, por exemplo, o Comitê do HC, o da USP, o Comitê do Sírio Libanês, tomarem a iniciativa de colocar dois, três representantes de usuários nos seus próprios comitês. Exatamente essa experiência está sendo muito positiva.

O projeto, inicialmente, falava em haver um membro de fora da instituição, o que é uma coisa muito genérica; pode ser o médico do hospital vizinho, por exemplo, que não tem nada a ver com a participação do usuário. Agora, o Senador Amorim coloca na sua proposta um representante da sociedade civil.

Eu queria citar duas experiências de visita que fizemos aos CEPs. Houve um CEP, de um hospital relativamente grande até, em que a representante de usuários era uma amiga, uma *socialite* amiga da diretora do hospital. Como era representante de usuário, nós pedimos para trocar e colocar uma pessoa indicada pelo Conselho Municipal de Saúde da cidade. Se for representante da sociedade civil, vai ficar; não há por que ser trocado. Nós não teríamos a possibilidade de fazer essa troca.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Mantém-se a participação dos usuários como está.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Você não acabou de citar um usuário que era uma *socialite* amiga? Precisa haver uma regra, porque sociedade civil é tudo que não é Estado.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não. Existe toda uma regulamentação da resolução do Conselho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Você tem uma resolução.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Existem duas resoluções.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com critérios para escolha.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Com critérios para definir o que são os usuários, como eles são escolhidos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – E nos parece que essa é uma experiência positiva que deveria ser mantida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O.k.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Muito bem.

Aqui, a questão do uso indiscriminado de material biológico humano, que é necessário. Principalmente na remessa de material para o exterior, é necessário garantir a legislação brasileira, que impede o patenteamento de material biológico humano e que impede o uso comercial de material biológico humano. Esse compromisso precisa ser assumido por quem está recebendo o material. Não se pode mandar material biológico humano para fora, se não, daqui a pouco, vai começar a haver comércio de órgãos na pesquisa no Brasil. Isso seria algo muito negativo, evidentemente; um retrocesso enorme em relação à situação atual.

Nós temos, atualmente, uma resolução específica sobre essa questão do material biológico humano e uma portaria do Ministério da Saúde. As duas bastante detalhadas. Seria importante que fossem de conhecimento do Senado para que se pudesse tentar resolver bem essa questão, que está resolvida em dois artigos do projeto de forma muito rápida e sem profundidade, sem garantir direitos essenciais dos participantes de pesquisa.

Muito bem, nós consideramos que o conjunto dos direitos que estão sendo ameaçados nesse projeto é um retrocesso. Portanto, seria muito importante fazer um esforço aqui no Senado para se rever essas questões e garantir um projeto de lei que fosse efetivamente positivo.

Antes de entrar nessa última parte, já concluindo, Presidente, eu queria dizer que a pesquisa mundial hoje em dia é concentrada nos Estados Unidos e na Europa. Quarenta e quatro por cento das pesquisas mundiais são feitas nos Estados Unidos e 28%, na Europa. Isso ocorre por estratégias dos laboratórios que patrocinam a pesquisa; não é fundamentalmente porque o resto do mundo está deficiente em relação à pesquisa. Vejam que, no Brasil, é claro que há muita coisa que pode melhorar. Não tenho nenhuma dúvida disso, mas o Brasil tem mais pesquisas que o Japão, o Brasil tem mais pesquisas que a Rússia e o Brasil tem mais pesquisas que a Índia. Então, não estamos numa situação tão negativa assim quanto às vezes se tenta pintar, em primeiro lugar. Em segundo, qual é a situação? Que se faça um esforço no sentido de aumentar a pesquisa no País, sou inteiramente a favor. Já disse diversas vezes, inclusive, aqui, na audiência pública, que tudo o que for para reduzir prazos, por exemplo, nós estamos juntos. Não há nenhuma dúvida quanto a isso. Está aí o esforço que está sendo feito para a redução dos prazos do Conep, que já apresentei aqui.

No entanto, eu queria chamar a atenção para o que me parece uma certa ingenuidade na tática de negociação. Primeiro, nós cedemos os direitos dos nossos doentes, que estão participando das pesquisas, para, com isso, ganhar a boa vontade e, com isso, colocar um conjunto maior de pesquisas no País.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Já estão aumentando, inclusive. Nós não estamos com as pesquisas estagnadas no País. Muito pelo contrário.

Mas a tática é esta: cedem-se os direitos para conseguir boa vontade. Ora, eu diria o seguinte: sem nenhum compromisso anterior, sem nenhuma negociação anterior, primeiro se cede. Muito provavelmente essa tática de negociação dificilmente vai ser bem-sucedida, meus amigos! Essa é a minha avaliação. Acho que, aqui, está-se cometendo um equívoco importante. É perfeitamente possível fazer pesquisa respeitando os direitos dos participantes e tendo critérios humanitários claros, para que se mantenham as coisas em um padrão bom, como se conseguiu evoluir depois da Resolução nº 96, que criou o Conep, em 1996.

Eu queria chamar a atenção: houve um país que tentou fazer exatamente essa prática que estou analisando aqui, que foi a Índia. Em 2005, foi feita uma chamada desregulamentação ética lá, e se criou uma situação bastante parecida com o atual projeto: comitês independentes e uma forma bastante frouxa de analisar os projetos.

Reparem aqui os resultados. Primeiro, a manchete no maior jornal da Índia, o *The times of India*, de dezembro passado: foram 370 mortes em estudos clínicos em 2 anos. Parentes de apenas 21 conseguiram compensação.

Isso para sentirmos o grau de repercussão que essa questão ganhou na sociedade. Houve uma quantidade tal de mortes nas pesquisas clínicas na Índia que a suprema corte de lá tomou a decisão de suspender as pesquisas no país até que houvesse regulamentação mais adequada. Vocês imaginem que grau de comoção na sociedade seria necessário para o nosso Supremo Tribunal Federal tomar uma decisão semelhante. Foi exatamente o que aconteceu lá.

Este é o maior jornal do país. Aqui, duas revistas científicas. A primeira é esta aqui, matéria de março passado:

> Desde que a regulamentação na Índia foi alterada, em 2005, em uma tentativa de liberar a realização de ensaios clínicos de drogas, as empresas têm se direcionado para lá devido à diversidade genética da população. No entanto, os ensaios no país têm sido envolvidos em escândalos. Dados do governo mostram que mais de 2.600 pacientes que participaram de ensaios clínicos na Índia morreram no período entre 2005 e 2012 [dados do governo], e quase 12 mil sofreram efeitos adversos sérios. Desses, 80 mortes e mais de 500 efeitos adversos sérios foram diretamente atribuídos à droga que está sendo testada.

E, por último, uma última revista científica. São os mesmos dados da revista anterior, mas este dado aqui é importante. Reparem: "O projeto praticamente libera de revisão ética os projetos Fase 4 [Fase 4 são os projetos depois que o medicamento já está registrado]." Ele diz que cada Comitê de Ética tem a liberdade de definir que documentos ele vai solicitar na análise dos projetos de Fase 4. Ou seja, ele parte do princípio de que o projeto Fase 4 é um projeto sem risco.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu colocaria dois argumentos, para concluir, Sr. Presidente. Primeiro, se o projeto Fase 4 é um projeto sem risco, qual é o sentido de fazer a pesquisa? O sentido de fazer uma pesquisa é exatamente avaliar o risco tardio que se avalia depois que o medicamento já está sendo comercializado. Se a pesquisa for sem risco, não teria sentido nenhum gastar dinheiro nela, em primeiro lugar. Em segundo, reparem só que foi exatamente na pesquisa Fase 4 que se descobriram alguns dos grandes problemas com medicamentos no mundo, seja a Talidomida, seja o vioxx, por aí vai.

Então, essa ideia de que a pesquisa Fase 4 é sem risco parece uma coisa fora da realidade. Não vejo como se considerar isso uma avaliação realista. E, reparem que a pesquisa que gerou a maior comoção na Índia foi exatamente uma pesquisa Fase 4 com a vacina de HPV com adolescentes.

Vejam o que diz o texto:

> Os pais dessas meninas não estavam sequer cientes de que elas eram parte da pesquisa, de que estavam recebendo uma vacina experimental. Talvez os Comitês de Ética independentes pensassem que a vacinação, por ser parte de um ensaio clínico de Fase 4, não era um risco substancial e que era, portanto, suficiente obter o consentimento do dono da pousada onde elas estavam hospedadas, em vez de entrar em contato com os pais das meninas, que poderiam ser analfabetos e, portanto, incapazes de compreender a natureza da pesquisa. Ou talvez eles tenham pensado que se aproximar dos pais, pedindo o consentimento para a vacina contra o HPV, podia se culturalmente inadequado e problemático, já que implicava atividade sexual entre as adolescentes mulheres, o que é um assunto tabu na Índia, o que significaria que os pais não estariam dispostos a dar tal consentimento.

Portanto, vejam que a maior comoção na Índia, que gerou essa medida da suprema corte, inclusive, foi exatamente uma pesquisa Fase 4.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desculpe. O que, no projeto, leva o senhor a pensar que uma pesquisa na Fase 4 é uma pesquisa solta?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Há um artigo no projeto que diz que, na pesquisa Fase 4, o comitê decide que documentos ele solicita. Se ele não quiser pedir documento nenhum, ele está dentro da lei.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Entendi. A sua sugestão qual é?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Deve-se igualar as pesquisas Fase 4 com as outras. Não há por que separar essa análise. É claro que há umas com mais risco, outras com menos risco, mas deve-se avaliar a situação de risco de cada pesquisa concretamente. Não se pode excluir a pesquisa Fase 4 da análise de risco necessária a fazer em cada situação concreta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Muito bem, último ponto.

Aqui, os *links* para todas essas matérias e algumas matérias contrárias ao projeto também, do Cebes, da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), da Sociedade Brasileira de Bioética, do curso da Unesco aqui em Brasília e, por último, da Federação Latino-Americana de Comitês de Ética.

Seria isso.

Muito obrigado.

Desculpem ter passado do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Nós concedemos mais um pouquinho porque houve muitas interrupções, mas muito obrigado pela apresentação.

Vamos passar a palavra agora para o Sr. Paulo Marcelo Hoff, professor titular de oncologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp).

O SR. PAULO MARCELO HOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero agradecer a oportunidade de estar aqui.

Acho que esse é um assunto importantíssimo, e vou tentar, em dez a quinze minutos, fazer minha apresentação.

É importante colocar potenciais conflitos de interesse, mas eu quero esclarecer que, embora eu faça pesquisa clínica com indústria, eu não recebo remuneração individual. Ao contrário do que dizem, eu não sou assalariado da indústria, eu não recebo viagens da indústria e não recebo honorários da indústria, nem para palestras e nem para participar de nenhum tipo de atividade, painéis, etc.

Aliás, é até interessante, porque experimentei um lado da nossa atividade cívica, durante todo esse percurso, não tão agradável de as pessoas tentarem desconstruir personalidades, desconstruir reputações, em vez de nos atermos às discussões que são importantes, que são os fatos.

Aqui estão os fatos.

É inegável que temos pesquisas clínicas no Brasil. O Brasil responde por mais ou menos metade das pesquisas clínicas da América do Sul, mas, quando olhamos os números de pesquisa, estamos muito atrás do que é feito na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá e em outros países que estão aproximadamente no nosso mesmo nível. Certamente não estamos na parte mais baixa, mas há um caminho muito grande que poderíamos atingir. São estudos recentes. A referência sempre listada nos meus eslaides.

Acho que o maior problema da pesquisa clínica no Brasil, e concordo com a avaliação da SBPPC, aqui nós estamos discutindo mais ensaios clínicos, mas a burocracia afeta a pesquisa clínica como um todo. A burocracia limita o acesso a novas moléculas, dificulta o financiamento da pesquisa que não tem participação da indústria. Nós nos esquecemos disso.

Recentemente, tivemos um produto aparentemente promissor no Brasil, com grande dificuldade de ser desenvolvido, porque as exigências financeiras da pesquisa hoje em dia são bastante significativas. Essa burocracia restringe a independência acadêmica porque o pesquisador acadêmico hoje depende em grande parte da indústria farmacêutica para manter uma linha de pesquisa. Infelizmente, fica muito difícil uma linha de pesquisa independente. Esse é um efeito perverso da burocracia, que é, às vezes, esquecido. E há paucidade de colaborações internacionais porque nós estamos nos tornando um país de difícil acesso às pesquisas que têm múltiplos países. Na hora em que nossos estudos são aprovados, infelizmente já estão sendo fechados em outros países. Isso pode ter mudado recentemente, mas a realidade – vou mostrar a vocês –, historicamente, não é essa.

O sistema regulatório brasileiro é bastante interessante. Alguns países optam por um sistema sequencial de avaliação; outros, paralelo. Nós somos muito criativos: nós temos sistema sequencial paralelo. Então, o projeto entra no Comitê de Ética local; depois, ele é enviado para a Anvisa e para o Conep.

Eu tenho que fazer uma correção. Acho que, numericamente, o Dr. Jorge pode estar correto, no sentido de que a maior parte dos projetos não passa pelo Conep, mas esses não são os projetos relevantes. Projetos com novos medicamentos, projetos com colaboração internacional, projetos que têm material biológico, todos passam pelo Conep. O que não passa pelo Conep são aqueles estudos de menos relevância científica, infelizmente. São importantes, mas não são os estudos de ponta; os de ponta, hoje, passam.

Esse sistema de duplicidade está cristalizado na última resolução do CNS, a 466. Resolução esta que, quando estava sendo feita, recebeu mais de duas mil sugestões da comunidade científica; e, dessas duas mil, um número ínfimo foi considerado na sua publicação final. Receberam as sugestões, mas não houve um diálogo com a comunidade científica para que ela refletisse o que nós imaginávamos que era possível.

Eu não vou ler isso, porque fica repetitivo, mas as atribuições do Comitê de Ética em Pesquisa hoje estão superpostas pelas atribuições dadas ao Conep na Resolução nº 466 do CNS.

Aqui são os tempos de aprovação históricos. Eu não gostaria de me ater somente aos últimos três meses, porque é difícil você olhar algo que estamos discutindo há quase uma década e fazermos um julgamento baseados no que aconteceu nos últimos três meses. Não deixa de ser uma coincidência que, no momento em que o PL 200 começou a andar no Senado, os tempos de aprovação do Conep dispararam. Ficaram dentro do que se esperava.

Então, certamente, muita eficiência introduzida no Conep pelo Dr. Jorge. Nós reconhecemos o esforço feito, mas é muita coincidência que os tempos despencaram no momento em que o PLS começa a tramitar com sucesso dentro da Casa.

Historicamente, os números estão aí, a referência está aí; e, historicamente, o tempo de aprovação de estudos no Brasil se aproxima de um ano. Isso pode ter mudado, mas não é o aspecto histórico.

Vou trazer alguns exemplos meus, da minha instituição. Primeira submissão ao Conep desse projeto, 28 de junho de 2013; aprovação, 6 de agosto de 2014. São 14 meses.

Eu teria muitos desses para mostrar. Em vez de mostrar todos, eu vou mostrar as barras do tempo de aprovação pelo Conep – não inclui Anvisa; esse é o tempo de tramitação no Conep – dos projetos do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, de 2007 a 2013... de 2011, perdão, e de 2012, agora, depois da aprovação da nova resolução. Deste ano, foi até o final de 2014.

Vocês vejam que, com a introdução da 466, os tempos de aprovação dos nossos projetos no Conep dobraram, na sua mediana e na sua média.

Infelizmente, não tenho os resultados dos últimos três meses. Isso pode ter mudado, mas, de novo, acho que temos que discutir qual é a viabilidade do sistema como ele está hoje no total; não o esforço que possa ter sido feito nos últimos três meses, talvez até para desacreditar a evolução desse PLS dentro do Senado.

Pendências que foram levantadas. Isso é importante, porque, acho que, se estivéssemos tendo pendências extremamente graves sempre levantadas, isso seria, obviamente, algo que indicaria que os CEPs locais não estavam cumprindo sua obrigação, mas eu trouxe algumas pendências relevantes. Por exemplo, essa era uma análise, Senador, de material biológico arquivado há mais de quatro anos. No entanto, o termo de consentimento voltou, exigindo-se – está escrito aí – que nós colocássemos os riscos para o participante de análise de material arquivado há mais de quatro anos. Foi difícil pensar que riscos o participante teria, permitindo que usássemos o material arquivado. Tínhamos que pensar alguma coisa.

Neste aqui, simplesmente a presença do logotipo da instituição, no termo de consentimento, foi considerado inapropriado, e houve toda uma perda de tempo de trocas de mensagens entre o Conep e a instituição para que fossem removidos os logos da empresa participante do estudo, porque isso poderia induzir o participante a aceitar ou não. Eu posso até aceitar isso como sendo razoável se remover, mas disso virá uma solicitação que leva a um mês de atraso na abertura do estudo.

Esse é outro. Isso aqui aconteceu três vezes, e devo reconhecer que o Conep parou de fazer essa exigência, mas, em estudos com risco, na concepção, estavam nos exigindo que colocássemos como uma das opções de contracepção a troca para relações homoafetivas como sendo o método contraceptivo aceitável. Eu não tenho absolutamente nada contra relações homoafetivas, mas o seu intuito não é método contraceptivo. Essa é uma opção que a pessoa tem com toda a liberdade, mas acho inapropriado colocar isso como uma obrigação. Isso foi apresentado para a nossa instituição três vezes, e, finalmente, acho que o pessoal do Conep reconheceu e removeu essas exigências.

E outros tipos de coisas. Isso parece revisão de tese de doutorado: vamos trocar "incluem" por "fins desse estudo" e "seguintes" por "descritos", ou seja, pequenas coisas que não têm absolutamente nenhum impacto, nem na ética, nem na ciência que está sendo desenvolvida, mas cada uma dessas exigências faz com que o processo volte ao seu ponto zero, à sua estaca zero; tem que ser refeito, reenviado a Brasília, rediscutido. Aí você já perdeu no mínimo um mês nessa brincadeira.

Nós estamos tendo uma redução, sim, no número de projetos. Esses são os projetos submetidos, por empresas farmacêuticas multinacionais, ao Instituto do Câncer nos últimos anos. Vocês vejam que a curva linear mostra que estamos tendo uma redução na oferta de pesquisa sendo oferecida à nossa instituição. Eu não posso dizer para o Brasil inteiro, mas, em termos de oferta, tem caído o interesse pelo Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MARCELO HOFF – E aqui é um exemplo claro de um estudo que foi aberto e que foi retirado do Brasil pela empresa farmacêutica por causa do tempo regulatório muito excessivo.

O PLS para mim é um marco. Eu tenho que agradecer aos Senadores por trazerem isso à baila. No mínimo serviu para que houvesse uma discussão muito importante, inclusive, com o Conep. Temos visto as coisas melhorando. Trouxe uma discussão importante para a sociedade como um todo e acho que é muito natural

que tenhamos um contencioso aqui. É uma área que já tem muitas normas infralegais presentes, mas acho que podemos usar o rito legislativo para melhorar o que nós temos.

Primeiro, opinião dos investigadores clínicos brasileiros. Essa é a produção em câncer do Brasil por instituições – as referências estão embaixo –, e vocês vejam que existem algumas instituições que têm o grosso da produção científica em câncer no Brasil. Eu posso dizer que nós reunimos os 40 principais investigadores de muitas dessas instituições, e, claro, nós não temos unanimidade, mas a vasta maioria dos investigadores não está satisfeita com o sistema da forma atual e acha que poderia ser melhorado. O PLS pode ser uma ferramenta importante para isso.

Nós fizemos uma discussão importante com esses investigadores na USP. Tivemos a participação da Anvisa e do Ministério da Saúde. A Drª Márcia está aqui presente.

Vou pedir desculpas, Márcia. Eu usei alguns dos seus eslaides e fiz algumas adaptações.

Fizemos uma agenda de discussão, e eu acho que dividi em várias partes. Primeiro, regulação, controle, harmonização, como conviver com a herança regulatória do Conep, que é uma herança importante e tem que ser valorizada, e como não seguir um modelo indiano, que levou à catástrofe no subcontinente asiático.

Essa aqui é a proposta do Ministério da Saúde da Anvisa. O que está em vermelho são os meus comentários; o que está em preto é o eslaide que veio diretamente do Ministério.

As principais características do sistema: têm que ser um sistema 100% descentralizado. Quando o Dr. Jorge Venâncio fala em haver comitês credenciados que possam fazer essa avaliação, até onde eu sei, ele propõe a criação de mais ou menos 12 comitês. Eu acho que nós precisamos ter muito mais que isso; criar 12 mini CONEPs não vai resolver o problema. Tem que haver uma estruturação, tipificação de graduação de risco, é verdade. Os 720 Comitês de Ética não estão no mesmo nível. Eles não podem ter a mesma atribuição. Há que ter uma composição; falta, sim, uma composição mais inteligente. Tem que haver uma comissão nacional de ética em pesquisa ou um órgão com um nome similar, mas com atribuição; a subordinação é importante.

Eu, pessoalmente, não acho o Conselho Nacional de Saúde a melhor posição para se colocar um órgão eminentemente técnico, que deveria estar ou sob o Ministério da Ciência e Tecnologia, ou sob o Ministério da Saúde, que são as áreas técnicas. Isso não quer dizer que o Conselho Nacional de Saúde não possa ter participação e não possa fazer a supervisão do que está acontecendo. Esse é um direito de toda a sociedade e tem que ser respeitado. Eles podem até participar, mas eles não podem ter a linha direta de administração do sistema de pesquisa do País, porque não é competência do Conselho Nacional de Saúde.

Os CEPs podem ser credenciados ou certificados? Eu concordo com o Jorge. Acho que o CEP independente tem que ser eliminado. Eu não vejo nenhuma razão para termos CEPs independentes das instituições de reconhecida competência na área da pesquisa.

Então, é uma área em que temos concordância; acho que todos que participaram da discussão.

O credenciamento tem que ser feito por uma entidade. Pode ser o próprio Conep – não sei se Anvisa, o Ministério da Ciência e Tecnologia ou diretamente ao gabinete do Ministro no Ministério da Saúde –, mas o Conep tem que estar filiado dentro do esquema de organização do Governo Federal.

Está aqui qual seria a função do Conep. Ele seria uma instância colegiada, multidisciplinar, natureza consultiva propositiva. A função dele vai ser harmonizar o sistema; fazer a regulação, acreditamento. A composição teria que incluir pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, Ciências Humanas e Sociais, representantes dos usuários indicados pelo Conselho Nacional de Saúde – eu concordo que os usuários tenham uma participação importante no sistema –, e representantes dos CEPs participariam dessa comissão nacional.

As atribuições estão aqui, Senador: formulação das diretrizes, normas técnicas, parâmetros, porque é o que faltou na Índia. Eles descentralizaram tudo, e a situação ficou ao deus-dará.

Você precisa ter um Conep acima de todo o sistema fazendo harmonização, mas ele não tem que estar refazendo o trabalho que já foi feito no CEPs, mas alguém tem que dizer: "este CEP tem liberdade para avaliar qualquer tipo de projeto. Este aqui, infelizmente, veja, até agora você tem competência para fazer avaliação de um estudo de Fase 3; da Fase 1 e da Fase 2, não. Você não pode. Manda para outro CEP que tenha mais competência."

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MARCELO HOFF – Isso é o Conep que pode fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO MARCELO HOFF – Recursal também. Seria uma instância recursal.

Os Comitês de Ética em Pesquisa poderiam ser divididos em credenciados e certificados, de acordo com a competência, e eu concordo plenamente com o Dr. Jorge de que a participação do usuário é importante.

Eu não vou entrar em prazo de análise. Foi uma avaliação do Ministério da Saúde, mas asseguraria que o sistema teria uma resposta em mais ou menos 90 dias.

Das responsabilidades financeiras, essa é a proposta do Ministério da Saúde: separar o pesquisador do patrocinador. Isso é importante. Da maneira que está atualmente, o pesquisador seria solidário com o patrocinador para eventuais danos de indenização, etc. Isso seria importante mudar.

Eu só queria dizer que nós temos que repensar um pouco o quanto nós exigimos da pesquisa, porque, quando você pede para uma multinacional pagar todas as despesas de um estudo clínico, isso é uma coisa; pedir que uma universidade pública cubra todas as despesas, inclusive de exames que seriam rotina para o paciente, parece-me um pouco exagerado.

Isso aqui é só um estudo que nós perdemos, porque o paciente era um estudo de utilização de uma nova droga molecular para tratamentos de tumores neuroendócrinos. Os pacientes todos estavam recebendo Sandostatina LAR, uma medicação de rotina. À medida que o protocolo foi apresentado, houve uma exigência: "quando o paciente entrar no estudo, o SUS e o plano de saúde não pagam mais pela Sandostatina; o estudo tem que pagar a medicação de rotina também." A empresa pegou o estudo e foi abrir em outro país. Perdemos o estudo.

Uso do placebo em pesquisa. Acho que nós temos bastante concordância aqui. O texto do Ministério da Saúde é muito similar ao texto da Fiocruz e ao texto apresentado pelo Conep. Eu coloquei duas palavras. Uso do placebo exclusivo, porque isso foi mostrado pela proposta da Fiocruz. Existem estudos em que você compara quimioterapia *versus* quimioterapia mais uma nova droga. Não há problema de você fazer quimioterapia mais placebo.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MARCELO HOFF – E o tratamento convencional efetivo, porque também dizer que qualquer tratamento inibe o uso de placebo, e se não houver um tratamento efetivo? Isso teria que ser conversado.

Acesso ao medicamento pós estudos. Eu gostei muito da emenda que foi feita pelo Senador Eduardo Amorim, porque há um problema; e, Senador Aloysio, o seu ponto é válido e vou mostrar para o senhor que acontece.

O que acontece aqui? Esta aqui é uma paciente; participou de um estudo no Icesp de uma nova droga para câncer no fígado. A família era toda de médicos, Senador. A paciente teve uma progressão; o remédio não funcionou, mas não havia outras opções. A paciente entrou na Justiça e entrou no CFM (Conselho Federal de Medicina) exigindo que a medicação fosse continuada, embora não estivesse funcionando. Esta é uma carta minha, respondendo ao Presidente do Conselho Federal de Medicina, por que eu não poderia continuar a medicação na paciente. Eu tive que responder a isso e tive que responder a um juiz do interior de Minas Gerais que usava a regulamentação habitual para exigir que fosse mantido o tratamento em uma paciente que tinha tido progressão.

Então, existe, sim, o risco de ser interpretado. Dizem que cabeça de juiz é difícil de se saber o que vai ser decidido naquele momento; e aqui aconteceu. É um direito adquirido que se dá ao paciente em lei. Isso tem que ser pensado.

Um outro ponto, Senador. Imagine um estudo, hoje, de uma insulina inalável. O paciente participa, tem benefício. Não está disponível no mercado; ele continua recebendo. Daqui a cinco anos, o SUS incorpora a insulina inalável. É distribuída para todo mundo gratuitamente. A empresa que fez vai ter que continuar, por mais 50 anos, dando suporte para a insulina inalável gratuitamente a um paciente que participou do estudo?

Portanto, é claro que temos que proteger o direito do paciente, mas temos que ser racionais no que nós estamos dando de direito.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MARCELO HOFF – Eu já estou acabando.

Finalmente, armazenar e uso de amostras biológicas.

Acho que nós também temos uma concordância muito grande. Eu gostei muito da proposta que foi apresentada pelo Ministério.

Nós discutimos em pouquinho tempo, mas seria importante, realmente, nós dividirmos o que é, na realidade, um armazenamento a longo prazo e um armazenamento que é só para um estudo e para respeitar a legislação brasileira. Absolutamente todos estamos de acordo.

Eu só coloquei isso porque circulou uma carta falando em ameaça à soberania nacional, porque nós estaríamos nos aproximando do que é feito nos Estados Unidos, no Japão e na Europa. Eu acho que nós temos que olhar nossas prioridades. Acho que a nossa prioridade é dar maior acesso possível aos nossos pacientes

de medicação de ponta, para ver se funciona, estimular a ciência brasileira e estimular que a indústria brasileira invista aqui.

Senadores, eu tenho conversado com donos de empresas farmacêuticas que estão comprando empresas nos Estados Unidos e na Europa para conduzir pesquisas clínicas nos Estados Unidos na Europa; empresas brasileiras que estão investindo em tecnologia de ponta fora, porque acham muito complicado fazer esse desenvolvimento por causa da burocracia brasileira.

Desculpa por ter passado do tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.k. A relevância justifica.

Passo a palavra agora ao Sr. Cláudio Roberto Camperlingo Araújo.

Eu queria que você se apresentasse, por favor, Cláudio.

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – Sr. Presidente, bom dia; bom dia aos demais componentes da Mesa, em especial à nossa querida representante feminina, a Drª Fernanda Sobral; demais Senadores, Relator.

Eu gostaria de salientar duas coisas.

Antes, vou me apresentar aqui.

Sou advogado, sou professor universitário em Feira de Santana, Bahia, com muito orgulho, apesar de ser filho de São Paulo, capital, nascido na Jurupis, 421, em Moema, coração de São Paulo. E tenho muito orgulho de ter virado baiano de Feira e de ter uma menina de 9 anos.

Represento, pontualmente, o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da Universidade Estadual de Feira de Santana, da qual faço parte, com muito orgulho; represento também o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e o departamento de Bioética dessa renomada instituição internacional.

Senhoras e senhores, gostaria de situá-los e de sensibilizá-los acerca da importância do assunto que é tratado nesta Casa, no meu entendimento, humilde entendimento, de forma um tanto corrida, inadequada; desculpem-me, data máxima vênia, Srs. Senadores. Esse afã legiferante que estamos tratando aqui tem que ser contido, sob pena de ameaçarmos a própria soberania do nosso País.

Primeiro, o atual sistema regulatório não protege só o participante da pesquisa. Protege o participante da pesquisa? Inicialmente, sim, mas, numa segunda instância, protege o pesquisador; e, de fato, vem protegendo inclusive de uma responsabilização civil e penal, eventualmente, no caso de uma não conformidade em sua pesquisa, causando resultado desastroso, que, muitas vezes, nem o próprio Comitê de Ética dá conta de entender.

Nós temos duas equações aí: a garantia do investimento – espero que não só seja internacional – na pesquisa científica *versus* a soberania nacional; e o controle efetivo desse participante de pesquisa, que não tem voz aqui, não. Não adianta fazer consulta pública, porque aquele cidadão que está na fila do SUS muitas vezes acha que a pesquisa é condição para ele continuar tendo acesso à saúde pública do nosso País. Isso tem que ser esclarecido? Sim.

Meu avô, Carlino Camperlingo, era um homem humilde, apesar de ter sido aposentado como superintendente do Instituto de Previdência do Município de São Paulo. Ele falava uma coisa muito sábia: algumas vezes, no afã de resolver o problema, colocamos a raposa para tomar conta do galinheiro.

Parece-me que, se não atentarmos a detalhes, principalmente em relação à autonomia privada, à manifestação da vontade de todos os setores, corremos o risco, sim, de colocar a raposa para tomar conta do galinheiro.

Outro ponto: é inegável que 20 anos de experiência do Sistema CEP/Conep – vou dar minha opinião –muito bem conduzidos atualmente pelo Dr. Jorge Venâncio e sua equipe... Ele não faz isso sozinho. Existem pessoas brilhantes. Os grupos de trabalho deveriam estar obrigatoriamente aqui nos fornecendo fundamentos.

É certo, é óbvio e é humano que haja falhas, mas temos que aproveitar isso, sob pena de parecer o que está acontecendo no estaleiro – conversamos recentemente; tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o Senador Walter Pinheiro –, de o atual sistema virar o estaleiro que está sendo construído no Recôncavo Baiano. Investiram 80%.

O senhor tem noção de quanto foi o investimento, Senador? O senhor sabe os números?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – Três bilhões! E corre-se o risco de esses 3 bilhões serem comidos pela maresia, porque eles não têm condições de ser reinvestidos.

Então, vamos aproveitar o que se tem. Não está adequado? É claro que não está adequado, mas não podemos simplesmente rasgar 20 anos de experiência do Sistema CEP/Conep, sob pena de se começar do zero

e de se cometer todas as falhas que já cometemos até aqui. Aproveitar com técnica, com eficiência, com participação de todos os setores esse momento em que se está discutindo; e discutir com calma.

Doutor, duvido que alguém discuta o seu posicionamento ético. Duvido que alguém tenha a coragem de atacar o seu conteúdo, e não o seu método e, em especial, o seu reconhecimento. Não fosse dos nossos pares o seu reconhecimento universal, nem precisaria o senhor ter tocado nesse assunto. Desculpe-me. Não o estou elogiando; estou reconhecendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – Sim, mas deixe que eles falem! Imagina! Não tem a ver, e isso não deve te abalar.

Só uma provocação que o senhor fez em relação a algo particular: o biorrepositório é importante? Sim. Agora, existe um risco, sim, de se usar inadequadamente alguma parte depositada nesse biorrepositório, porque mesmo o falecido tem direito à manutenção da sua dignidade, da dignidade da pessoa humana – princípio consagrado pela nossa Constituição –, e de todos os demais diplomas legislativos que temos no Brasil.

Faço um apelo aqui na presença do Presidente da Mesa e, em especial, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que conheço desde os meus 15 anos, pessoalmente, quando o senhor fez uma palestra na escola em que eu estudava. E não estou falando politicamente, não; mas, pessoalmente, como valores que me foram transmitidos. Vamos analisar isso com muita calma, antes de mais nada. Calma. Existe pressão? Existe pressão de todos os lados, tanto no sentido do investimento externo nesse momento de crise quanto no sentido de termos que movimentar a máquina da pesquisa no sentido de continuar mantendo a dignidade dessas pessoas que terão os benefícios dessa pesquisa científica.

Agora, não nos podemos esquecer do trabalho que o Sistema CEP/Conep vem fazendo. Eu não gostaria de apontar nem uma das inúmeras inadequações que existem no sentido jurídico. Fui convidado a analisar o sentido jurídico. Posso encaminhar isso para o departamento com detalhe? Claro, mas acho que o momento não é esse. Nós não estamos tratando só na outra Comissão, de Constituição e Justiça; não estamos tratando só da ciência e tecnologia; estamos tratando de um bem jurídico indisponível que o Brasil tem e que corre o risco de perder, se não souber administrar do jeito adequado.

A informação técnica, a participação de todos os envolvidos é fundamental nesse momento.

Muito obrigado pela palavra, pela oportunidade.

Senador Walter Pinheiro, muito obrigado pela oportunidade que o senhor me disponibilizou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecemos ao Cláudio Caperlingo, até por não ter usado todo o tempo.

Eu queria só comunicar que vou passar a palavra agora para V. Exªs.

Primeiro, Walter, nós cremos e temos plena convicção, pela qualidade dos Senadores envolvidos, de que não há nenhum apressamento. Eles estão avaliando com todo o cuidado, e esta audiência mostra exatamente isso.

O nosso querido representante da Fiocruz, Rodrigo Guerino Stabeli, vai ter que sair, e V. Exªs devem ter algumas perguntas para fazer. Ele pediu à Mesa que as que fossem dirigidas ao representante da Fiocruz fossem antecipadas para ele responder. Ele já pediu licença, porque tem um compromisso inadiável.

Então, pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira, depois Senadora Ana Amélia, depois Senador Walter Pinheiro, depois Senador Waldemir Moka.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu só quero reiterar o pedido que já fiz, para que o representante da Fiocruz nos envie, com a maior urgência, o inteiro teor das propostas de emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente desta audiência pública, Senador Hélio José; saúdo especialmente o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira; nosso Presidente da CCT, Senador Cristovam Buarque, o Senador Walter Pinheiro, o Senador Waldemir Moka e eu fizemos uma coprodução desse PLS 200.

Queria agradecer a todos pela forma respeitosa com que tratam o Poder Legislativo. Pela primeira vez, mesmo que tenham sido usadas palavras como "retrocesso" e "desserviço", penso que no regime democrático, Dr. Cláudio, é possível exatamente essa convivência com respeito. Talvez este seja o maior elemento e o maior valor nesse momento.

Dizer que estamos fazendo um trabalho que tem algum tipo de interesse escuso, a simples suspeita disso, eu considero, no caso dos três autores, um desrespeito. Esse projeto nasce por conta de um caso espe-

cífico, porque, quando você trata de um caso e da vida das pessoas, você está tratando da realidade, e não da academia, e não de conceitos que estão fora da vida das pessoas.

Aí, faço duas perguntas. Esse projeto nasce por conta de um paciente que estava condenado a morrer em seis meses e está vivo ainda hoje. Eu não sei que remédio é, eu não sei que laboratório está fornecendo o medicamento; só sei que o médico que o fornece é um oncologista sério, que está aqui na nossa frente, Fábio Franke, lá do interior do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Quando fizemos o primeiro trabalho nessa discussão, o que aconteceu foi exatamente uma mexida, como foi reconhecido aqui pelo Dr. Paulo Hoff. As instituições começaram a se mover.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aleluia! Conseguimos alguma coisa.

Então, esse desespero nosso, Dr. Cláudio, não é fúria legiferante. Não é! Tenha a certeza de que é o nosso desejo que as pessoas tenham esperança de sair curadas.

Vimos aqui nesta Casa uma audiência pública sobre a fosfoetanolamina sintética. E aí eu queria perguntar para o Dr. Jorge e para o Dr. Rodrigo, uma vez que, nesse caso, uma instituição pública de pesquisadores químicos da USP fizeram, aplicaram, e as pessoas estão tomando: onde está o registro? Qual é a segurança das pessoas? O Conselho de Ética, a Fiocruz, qual foi o papel dessas instituições junto a uma instituição pública como a USP? E aqui os depoimentos foram dramáticos. As pessoas têm o direito de acreditar que aquele medicamento vai funcionar para elas.

O que fizeram os Comitês de Ética ou o Conselho Nacional de Ética? O que foi feito?

O que nós queremos para a fosfoetanolamina é o mesmo para qualquer outro medicamento de outra natureza. As pessoas estão sofrendo, sofrendo e padecendo com metástase óssea! Que tenham esse direito.

Agradeço à Drª Fernanda por ter trazido, à luz da ciência e à luz da racionalidade, a sugestão de que o que for pesquisa, não envolvendo saúde, vá para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso tem muita lógica! O que for de saúde, para o Ministério da Saúde.

Então, penso que estamos levando essas questões para um lado que me parece mais a defesa de um corporativismo, que está mandando o cidadão a não bater na criança; mandando e sufocando o cidadão! É um corporativismo partidário, ideológico de todas as ordens!

Rússia não é modelo para ser citado aqui. Rússia é modelo para fazer *doping* para atleta ganhar competição! Nós temos que comparar as coisas comparáveis!

A minha emoção nesse caso é porque um paciente nós acompanhamos, e ele é a origem disso.

Quero agradecer ao Senador Moka e ao Senador Walter Pinheiro que aderiram a essa causa.

Nós não somos donos da verdade. Dr. Cláudio, esse projeto legislativo começou muito antes. Exatamente, Dr. Cláudio, por ter andado por vários lugares. Se fosse um projeto perfeito, não precisava tramitar em várias comissões, ter sido submetido à Comissão de Constituição e Justiça, na sua área de especialidade, para saber se é constitucional ou não. Em relação a tudo isso, Dr. Cláudio, ao processo, a sociedade tem pressa.

Ontem, nós fizemos um Novembro Azul, por meu requerimento. Para quê? Para prevenção e para chamar a atenção sobre o câncer de próstata, e na audiência pública, transmitida para todo o Brasil, sabem o que aconteceu? Um aposentado, um servidor público de Betim, Minas Gerais, ligou para dizer o seguinte: "Senadora Ana Amélia, não adianta a senhora fazer campanha para prevenção. Há 18 anos, eu peço, num sistema público, para fazer exame de próstata. Há 18 anos! E não consigo.

Não é fúria legiferante, Dr. Cláudio. O sistema não funciona; e, quando o sistema não funciona, nós temos que fazer alguma coisa. Nós temos que provocar.

Essa é a minha posição nesse aspecto. Eu queria apenas deixar este depoimento.

Peço ao Dr. Jorge Venâncio uma constatação pequena. A composição do Conep.

Primeiro, o senhor é médico, e quero saber se, em algum momento, o senhor participou de pesquisa clínica e se a pesquisa clínica entra nesse conceito geral de que o Estado precisa determinar a vida das pessoas. Quero saber a preocupação ética e quero lhe agradecer também, porque, pela primeira vez, eu vejo que o Conep se abre para aceitar que o projeto pode ser melhorado. Eu disse que ele não nasce perfeito, caso contrário não precisava passar pelas comissões. Daqui vai para outra comissão.

Então, essa é a nossa técnica legislativa.

Mas quero lhe agradecer, porque, pela primeira vez, eu vejo uma disposição de aceitar.

Antes que o senhor responda, quero perguntar ao Dr. Fábio e ao Dr. Paulo Hoff, se esses tempos e esses prazos citados pelo senhor aqui, de uma redução, que, no papel, está dito uma redução bastante acentuada

em relação ao prazo do registro da pesquisa, pergunto aos dois pesquisadores se esses prazos estão sendo observados, como o Dr. Jorge Venâncio mencionou no seu relato.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Walter Pinheiro e, depois, quando terminarem as perguntas, vou passar para todos vocês.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Walter Pinheiro e, depois, o Senador Waldemir Moka.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu imaginei que eu deveria redigir uma pergunta exclusivamente ao representante da Fiocruz, uma vez que ele ia sair. Mas tenho perguntas ainda. Peço que me inscreva para falar no final.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com certeza, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se sobrar alguma pergunta a fazer, porque estou vendo que os colegas provavelmente vão se adiantar muito às minhas interrogações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com certeza, Senador Aloysio.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu diria que o relator tem a primazia, até por ser a figura que, mais do que os autores, terá a oportunidade de juntar as diversas impressões e de colher o rebatimento das questões que foram provocadas.

Aliás, Senador Aloysio, eu vou me permitir falar antes de V. Exª, primeiro, para registrar dois fatos importantes.

Em relação à motivação do projeto, eu não conheço a cidade, gostaria de conhecer, nem o paciente e muito menos o médico, Dr. Fábio. Portanto, não há nenhuma relação afetiva, nem de localidade e muito menos, Senadora Ana Amélia, se existe laboratório por trás da história.

Nós tivemos a oportunidade de conversar sobre a matéria, Jorge, a partir de uma situação muito clara no Brasil, que é o problema da pesquisa, situação também já provocada há muito tempo por diversos pesquisadores brasileiros que estão no exterior. Dentre eles, um baiano chamado Cláudio Juazeiro, que hoje está saindo dos Estados Unidos para a Alemanha. Creio que ele está envolvido, Dr. Paulo, em pesquisas sobre o Alzheimer. O Cláudio foi, durante muito tempo, pesquisador do Laboratório Novartis, que deixou por entender que sua contribuição poderia ser muito maior do que como pesquisador de uma instituição privada. Abandonou uma carreira exitosa. Esse jovem, Senador Aloysio, saiu de Salvador com 18 anos. Filho de bancário, é hoje um dos grandes pesquisadores do mundo. E, vira e mexe, todo ano vem ao Brasil para fazer pressão. Chegou inclusive a se colocar à disposição para voltar. Estamos tentando repatriá-lo desde 2007, mas não há condições. Ele mesmo diz: "O que eu vou fazer na Alemanha hoje não tenho a menor condição de fazer em Salvador".

Portanto, essas motivações nos levaram a tentar entender se seria possível ou não regrar ou estabelecer diretrizes, e não detalhes. Pesquisa não se faz com detalhes.

Eu não sou da área de saúde, Dr. Jorge. Minha área é outra, minha área é a de TI, que avança com uma velocidade estonteante. A pesquisa avança da mesma forma, mas a diferença é que, na minha área, muita gente consegue ver um Device mais até do que o que está dentro do Device.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O quê? Device?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Um aparelho, pronto. Vamos falar numa linguagem mais fácil.

E aí o sujeito se empolga, Senador Aloysio, com as teclas, com a forma de interagir com o aparelho, etc. É diferente até do *software* que está lá dentro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É que eu conheci um vereador no interior de São Paulo chamado Edelweis. As pessoas o chamavam de Deveis. Era conhecido como Deveis.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E eu poderia dizer a V. Exª que um dos nossos motivos também é de não ficar no *feedback*. *Feedback* na Bahia é o filho do quarto zagueiro: é "filho de *back*", entendeu?

A minha área é cheia disso. *Backhaul*, por exemplo, é o quarto zagueiro que joga bola conosco, não é a plataforma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois é. Exatamente.

Voltando à nossa problemática, esses movimentos nos levaram a um processo de interação.

Há muitos anos, eu trabalho com o Hospital das Clínicas de Salvador como contribuinte. Ou seja, coloco parcela expressiva das minhas emendas individuais para pesquisas em uma área delicadíssima: as células-tronco. Tomei essa decisão a partir da minha participação com a turma da universidade, enquanto muitos brigavam aqui no Congresso Nacional por aspectos até religiosos. Eu não sou religioso, eu sou cristão, e a diferença é bem clara. Eu acho que essa é uma área que nos é muito cara e muito carente, uma área muito problemática. E é uma área em que avançamos muito. Eu concordo que fizemos muito mais coisas do que o Japão e do que a Índia, mas muito menos coisas do que qualquer país do mundo. E a efetividade dessas coisas nos colocou no atraso.

O projeto não foi feito exclusivamente para tratar do tema de processamento de uma pesquisa ou não por parte do Conep. Não é essa a intenção. Antes, inclusive, Dr. Rodrigo, de apresentar o projeto, eu tomei a liberdade de mandar a minuta para a Fiocruz. Antes de apresentar – Senadora Ana Amélia, V. Exª se lembra disso? –, eu disse: "Eu só assino, Senadora Ana Amélia, depois de consultar os universitários e outros setores". Brinquei nesse sentido. Conversei muito com a Drª Clarissa Mathias, que foi médica da minha mãe, que faleceu no ano passado, vítima de um câncer que a dizimou em menos de 90 dias, com a turma que atua nessa área extremamente delicada e com a turma da universidade federal, que trabalha exatamente na análise dos processos.

E qual era a nossa intenção? O projeto é um provocador, é isso. Eu não penso que o Congresso Nacional resolva tudo só votando, votando, votando. Isso é algo que aprendemos ao longo de nossas vidas aqui.

Em 1999, apresentei um projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados para tratar de um tema importante envolvendo conteúdo e propriedade. Eu tinha plena certeza de que o projeto nunca seria votado. Nunca foi votado. Está lá até hoje, sem ser votado. Mas o projeto mudou a história da propriedade do *software* no Brasil. Mudou completamente. O projeto serviu para isso. Com audiências e debates, chegou-se à conclusão de que nós ganhamos sem precisar votar o projeto. Mas eu tive que fazer a provocação ao máximo, a fim de que a matéria viesse à tona até para poder enfrentar os interesses de gigantes. E nós aqui não tratamos de interesse de gigantes, mas da vida dos pequeninos, dos sofredores, dos problemas que essa gente enfrenta. Foi a partir disso.

E vejo, Senador Aloysio, que o projeto ganha algumas coisas importantes. O Dr. Jorge citou aqui o exemplo da *socialite*. Isso aconteceu antes do projeto. Portanto, há uma lacuna nessa regra que precisa ser preenchida. Eles tomaram a decisão. Agora, pode-se olhar com muito mais detalhe e critério o que é possível colocar no projeto a fim de armar a Conep para que fatos como esse não se repitam. É possível colocar no projeto, Dr. Rodrigo, algumas coisas que nos permitam, não de forma detalhada, mas que possamos vincular a decisão a órgãos técnicos, e não somente à análise de conselhos. Os conselhos têm a palavra importante da sociedade, mas é fundamental que todas as instâncias técnicas tenham oportunidade de contribuir, como o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde, Dr. Paulo Hoff. Penso que os dois devem entrar no processo porque um tem a prerrogativa maior do que a do outro: um só pesquisa; o outro participa da pesquisa e da parte mais importante, que é a aplicação dessa pesquisa, e tem o conhecimento e a capacidade de acompanhamento.

Eu acho que nós ganhamos com isso. E se havia alguma dúvida, Senadora Ana Amélia, de que a matéria deveria seguir adiante, agora eu digo que essas dúvidas foram superadas. É óbvio que houve a minha contribuição, a do Senador Moka e a da Senadora Ana Amélia. Ainda que legisladores, nós não somos os detentores da verdade, mas essa verdade não pode sair só da cabeça do legislador. Por isso estabelecemos a provocação. E volto a frisar: antes de colocar no papel, nós consultamos diversos atores, a fim de colocar pelo menos algo que se aproximasse de um cenário nessa área de forma muito mais realista, e tentando superar gravíssimos problemas.

Eu fiz o debate sobre essa questão da Índia, Dr. Jorge. Procurei fazer a discussão inclusive com membros do Supremo Tribunal Federal. E, aliás, essa é uma das grandes lacunas que existem, Senador Aloysio. A Suprema Corte americana se posiciona nesses episódios permanentemente nos Estados Unidos. Nós vemos pouca provocação ou debates mais acalorados e até de conteúdo em nosso Supremo Tribunal Federal.

Recentemente, Senador Aloysio, eu tive a oportunidade de conversar com um dos ministros sobre essa questão, até pedindo sugestões para o projeto, como poderíamos envolver cada vez mais nossa Suprema Corte em processos que não podem ficar apenas na decisão de tomar ou não um medicamento, como o exemplo que deu o Dr. Paulo.

Será que a nossa Corte hoje tem a possibilidade de dizer que já existem elementos suficientes até para uma jurisprudência, Senador Aloysio? Tenho dúvidas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É que, diferentemente da Suprema Corte americana, que seleciona com muito rigor os casos sob sua apreciação, nosso Supremo está sobrecarregado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Há ações que começam naqueles antigos Tribunais de Pequenas Causas, os Juizados Especiais, e vão até o Supremo. Há sentenças de pronúncia, no caso de homicídios, que estão até hoje no Supremo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso. E uma matéria desse porte, para a qual a resposta é rápida, está aguardando na fila por conta de casos como o que V. Exª mencionou.

As lacunas que existem no Brasil nós não vamos resolver nesse projeto. Daí a ideia de que esta matéria fosse uma diretriz. Outros organismos devem se debruçar de forma dedicada a esta matéria e devem ter não apenas a prerrogativa, mas o dever da emissão de normas, de decretos e outras coisas que possam ir ajustando a cada tempo, principalmente a partir do que se processa, no regramento das relações, para evitar o atropelo.

É exagero dizer que o projeto retrocede do ponto de vista ético. Não tentamos eliminar ninguém. Você disse, Jorge, na sua exposição, que nós eliminamos os CEPs. Eu não vejo eliminação. Você faz a ponderação de uma leitura e diz que não afirma. Você faz pela exclusão, não está escrito em lugar nenhum no projeto «elimina-se», «acaba-se». Há uma proposta diferente. Eu penso que é até possível nós agora entendermos qual é a possibilidade de sinergia entre Conep, CEP e o próprio Comitê Independente, com essa nova possibilidade de vinculação, que podemos estabelecer.

Outra questão: por que no projeto não podemos apertar cada vez mais o papel de uma agência como a Anvisa? A partir da leitura nós podemos fazer isso. Por que a Anvisa tem que jogar solta? Eu compreendo que a Agência tem que ter principalmente autonomia para realizar seu trabalho, mas também não pode ser a dona da verdade. Ela foi criada para garantir direitos e constituída inclusive com esse aspecto. Nós poderíamos até submetê-la, por meio do projeto, a um conjunto de coisas a fim de que tenha uma participação não apenas mais ágil, mas de forma consistente e competente nas etapas que antecedem uma decisão, por exemplo, por parte do Conep ou de outros órgãos.

É a oportunidade que temos para enxergar isso como um todo, para resolver o que as pessoas podem encontrar como querelas ou como coisas equivocadas no projeto, corrigir e entregar uma legislação ou pelo menos um conjunto de regras que abram caminho e que deem agilidade. Essa foi a nossa intenção.

Todas as vezes em que eu conversei com o Senador Moka, por exemplo, ele dizia: "Mas é inaceitável que as pessoas façam críticas, críticas e críticas, e não mandem uma sugestão". Toda vez que eu converso com alguém que faz críticas, eu digo: "Diga-me onde está o problema e o que você propõe. Onde está o erro?".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente. Não há problema. Se nós erramos, retira-se. Coloca-se o que no lugar? O vácuo? Deixar como está...

Há outra coisa com que fiquei extremamente satisfeito, Senadora Ana Amélia. A situação atual não é uma situação que ninguém deseja. Todos acham que andou, que avançou, que há coisas boas, etc., mas precisamos melhores. E precisamos melhorar de que forma? Deixando como está, sem tentar cada vez mais estabelecer os caminhos que serão trilhados daqui para frente? Ou como vamos envolver outros setores e ampliar a competência dos atuais? Esse é o objeto do debate, esse é o objeto da matéria que buscamos apresentar aqui, como projeto de lei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só para acrescentar que o Senador Walter Pinheiro lembrou de haver submetido o projeto à Fiocruz. Inclusive o art. 14 é texto da Fiocruz. Ou seja, é de forma democrática que trabalhamos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Parabéns.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Hélio José, quero cumprimentar o Dr. Paulo Hoff, o Dr. Cláudio Camperlingo, o Dr. Jorge Alves de Almeida, a Drª Fernanda Sobral, o Dr. Fábio André Franke e o Dr. Rodrigo Guerino Stabeli.

Eu era Presidente da Comissão de Assuntos Sociais quando esse debate começou, em 2013. Ouvimos as partes, o pessoal que reclamava, o pessoal da pesquisa e o pessoal do Conep, e estipulamos um prazo para que o assunto fosse discutido e para que se chegasse a uma convergência. Não quero entrar no mérito da questão, mas, após isso, chegou-se à conclusão de que a tentativa não logrou êxito e que nós teríamos que apresentar

um projeto de lei. Até porque, diga-se da passagem, Aloysio, por incrível que pareça, não há lei para pesquisa clínica. Não há uma lei que disciplina a pesquisa clínica no País. O Conep foi criado a partir de uma normativa do Conselho Nacional de Saúde. A estrutura do Conep existe a partir dessa normativa. É fundamental que haja uma lei para disciplinar um assunto tão importante como esse.

Quando a Senadora Ana Amélia apresentou o projeto a mim e ao Senador Walter Pinheiro, eu disse a ela: "Senadora, V. Exª é leiga. É jornalista. Eu não sou, sou médico. A cobrança em cima de mim será muito maior em razão da formação médica". O que eu fiz? Peguei o projeto e disse para a Senadora: "Eu só vou subscrevê-lo depois de consultar a comunidade científica". E mandei ao Dr. Paulo Hoff, para que ele, lá em São Paulo, conversasse com quem achasse melhor sobre pesquisa clínica. Eles fizeram diversas alterações no projeto, sob a forma de contribuição, que foram aceitas, naturalmente, pois se tratava de especialistas.

O Senador Walter disse que também submeteu a matéria à Fiocruz. Ela foi submetida, antes de se tornar projeto, a vários segmentos.

O que acontece é que recebemos críticas a um projeto que já não é o do Senador Eduardo Amorim, que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. É um projeto anterior. Esse projeto sofreu mudanças a partir de sugestões da Fiocruz e da comunidade acadêmica, de cientistas e pesquisadores. Tanto é que o Senador Humberto Costa pediu vista quando da discussão na Comissão de Constituição e Justiça e na outra semana devolveu sem nenhuma alteração. Sem nenhuma alteração. Foi votado na CCJ. Quer dizer, o Senador Humberto Costa é ex-Ministro da Saúde. Na época, fez não crítica, mas pediu vista para modificar, e devolveu o projeto *ipsis litteris*, que foi votado na CCJ.

Essa história de que vamos fazer com que o projeto seja aprovado a toque de caixa não é verdade. Isso é muito injusto para conosco.

Se nós quiséssemos, e temos força política para isso, garanto a vocês, nós poderíamos estar discutindo esta matéria na comissão que trata da Agenda Brasil. Poderíamos estar discutindo em uma única comissão, e seguiria para o plenário. Mas não estamos fazendo isso. Estamos seguindo exatamente o trâmite normal: CCJ, agora Ciência e Tecnologia e depois Comissão de Assuntos Sociais, que, é, em tese, onde se discute saúde. E podem ter certeza de que novas audiências públicas serão feitas.

Não há por que temer que o projeto vá sair daqui deformado ou querendo perseguir ou excluir alguém. Pode ser que não tenha preferência o que tenha divergência. Isso é possível, mas a votação será democrática. E depois de aprovado no Senado ainda vai à Câmara para ser debatido. Mas é urgente debater essa questão de pesquisa clínica.

Eu gostaria de tranquilizar todos aqueles que divergem do projeto ou que o consideram inadequado.

Aliás, quero pedir desculpa, pois estava relatando, e foi aprovado, na Comissão de Assuntos Econômicos, aquele projeto da Comissão de Assuntos Sociais, de quando eu era Presidente, que permite dedução de imposto de renda, de pessoa física e jurídica, para tratamento de câncer ou para entidades que tratam especificamente do câncer.

Eu recebi a UnB e recebi pessoas do meu Estado. Ao mostrar o projeto já relatado pelo Senador Eduardo Amorim, Senador Aloysio Nunes, e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, as críticas deixam de existir. A questão do placebo e várias outras questões foram apontadas, pela Fiocruz mesmo. Portanto, Dr. Cláudio, nós não temos outra intenção a não ser a de ter uma lei que disciplina a pesquisa clínica.

E há uma coisa contra: a demora. Eu não digo que não melhorou. A Anvisa, por exemplo, encurtou muito o prazo, que era longo. Eu participei de uma audiência pública aqui em que a maioria dos pesquisadores diziam que o prazo para autorizar o início de uma pesquisa era de no mínimo um ano. E isso não é possível. Há um número muito pequeno de pesquisas clínicas tramitando no País. Em função disso, o País perde para outros países que têm uma legislação. Nós não queremos uma legislação votada de qualquer jeito, para fazer pesquisa de qualquer jeito. Não seria eu que faria isso, muito menos, acredito, o Dr. Paulo Hoff, com o prestígio que tem junto à comunidade de pesquisadores.

Por favor, nós estamos querendo contribuir. É uma contribuição sincera. Mas não vamos admitir que o Senado não possa legislar sobre pesquisa clínica. Aí não. Aí eu acho que é uma afronta ao Senado. Essa conversa de que é inadequado eu não...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Moka, permita-me interrompê-lo.

O Senador Walter Pinheiro vai assumir a Presidência porque eu tenho que relatar uma matéria na CE agora.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado. Pode continuar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Se o projeto for inadequado, vai ser rejeitado. Se o texto for inadequado, podem ter certeza, senhores, de que será rejeitado.

Nós temos que tentar pelo menos mudar o que aí está. Eu estou acompanhado do Senador Walter Pinheiro. Quem conhece a vida e a trajetória do Senador Walter Pinheiro sabe que ele seria incapaz de colocar seu nome em algo em que não acreditasse.

A autora do projeto é a Senadora Ana Amélia. Eu apenas ajudo na tramitação, e ajudo com muito gosto, mas não terei nenhum orgulho se, ao final, tivermos que acatar emendas e modificações, mas não modificações para voltar à estaca zero. Aí é empurrar com a barriga. E nós aqui não vamos empurrar com a barriga. Nós queremos contribuições reais e verdadeiras.

Eu não tenho perguntas, mas fico feliz. E lamento, lamento mesmo, não ter ouvido. Vou assistir pela televisão, pois será reprisado. Faço questão de assistir a esta audiência pública, que mostra, Dr. Cláudio, que, aqui no Senado, nós não vamos votar isso a toque de caixa. Nós não vamos votar sem ouvir, em audiências públicas, as pessoas diretamente interessadas. Não há esse risco, posso garantir aos senhores. E depois da tramitação aqui, vai para a Comissão de Assuntos Sociais, de que fazemos parte. Eu não faço parte da CCT. Estou aqui apenas e tão somente como um Senador interessado na audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, senhores convidados, meus caros colegas, eu recebi, com muita honra, a incumbência de relatar o Projeto de Lei nº 200 aqui na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, depois de ele ter passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu um parecer, que foi aprovado por unanimidade, de autoria do Senador Amorim.

Já antes de ser escolhido relator, como membro desta Comissão, eu comecei a receber correspondências de sindicatos, de universitários, de Câmaras Municipais. A última foi da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que formulou uma moção de repúdio – moção de repúdio é um termo forte, de uma Casa legislativa dirigindo-se a uma iniciativa parlamentar do Senado – ao Projeto de Lei nº 200 porque, alegadamente, ele retira o controle da sociedade brasileira das pesquisas que envolvem seres humanos. Aliás, isso vem se repetindo. Nós estamos trabalhando para retirar o controle da sociedade brasileira, o controle da sociedade civil, ou termos equivalentes.

Outra alegação, Dr. Cláudio, é essa que o senhor repetiu logo no início, era a de que esse projeto é atentatório à soberania nacional ou traz riscos à soberania nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exato. Traz riscos à soberania nacional.

Muito bem. Nas moções que recebi, há uma certa equiparação da Conep à sociedade brasileira. Porque quando se fala em restrições de algumas competências que hoje são da Conep para que elas disciplinem por medidas, digamos, infraconstitucionais e sequer colocar na lei é visto por muitas pessoas como se estivesse retirando o controle da sociedade brasileira. Não há uma sinonímia entre Conep e a sociedade brasileira, evidentemente. Não é esse o ponto de vista do senhor, que, aliás, teve a cortesia de me procurar logo no início da tramitação do projeto.

Portanto, eu perguntaria ao Dr. Cláudio: quais são as disposições do projeto de lei que, no seu entender, são atentatórias ou trazem risco à soberania nacional?

Ao Dr. Jorge Almeida, uma matéria correlata a essa da representação da sociedade: como são escolhidos os membros da Conep e dos CEPs? Que entidade representam? Quando se fala em representação da sociedade ou dos usuários, quais são os critérios que são adotados para essa escolha?

Segunda questão também dirigida ao Dr. Jorge Alves: a que se deve o encurtamento dos prazos? O senhor, quando me procurou, me trouxe, realmente, a notícia auspiciosa de que os prazos sob a sua gestão foram consideravelmente reduzidos para essa análise.

Eu pergunto ao senhor a que se deve esse encurtamento e se existe, na sua opinião, um prazo que o senhor considere razoável para essa análise e para a análise ser concluída no âmbito do Conep.

Eu tenho também outra pergunta que quero endereçar a quem possa responder, talvez aos próprios autores. Essa questão foi suscitada pela Drª Fernanda Sobral. Nós temos aqui dois comitês, o Comitê de Ética Independente e o Comitê de Ética de Pesquisa. Ambos têm, embora com composições diferentes, atribuições semelhantes ou coincidentes. À primeira vista, parece algo difícil de ser explicado. Por isso é que peço explicação dos autores. Qual é a competência específica de cada um e se nós não corremos o risco de estar criando um conflito de competências, o que seria ruim para o propósito que se pretende obter, que é dar celeridade e segurança ao processo.

Eu quero também fazer uma pergunta ao Dr. Jorge Venâncio. O senhor fez várias críticas a pontos do projeto que já foram alvo de emendas aprovadas pela CCJ. São emendas que tratam da participação de representantes da sociedade civil nos comitês de ética. Emendas da CCJ. Outras emendas restringem a utilização de placebo apenas aos casos em que não existe alternativa terapêutica disponível para doença objeto de estudo. Já há a sugestão de se colocar a partícula ou no caso de ameaça e agravamento de saúde ou no caso de inexistir um tratamento disponível, com métodos convencionais disponíveis, e, na sugestão do Dr. Paulo Hoff, eficaz, adotando também essa emenda e as emendas que garantem o acesso pós-estudos ao medicamento e aos produtos experimentais, desde que sejam benéficos, admitindo-se isso e admitindo-se também algo que o Prof. Paulo Hoff considera razoável e desejável, que é a competência de certificação e a competência recursal do Conep. Admitindo-se essas alterações, o senhor manteria suas críticas?

São as perguntas que eu faço aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Senador Ivo Cassol pediu a palavra.

Senador Ivo Cassol, vou fazer uma breve interrupção. É que o Dr. Rodrigo tem que sair porque vai participar de outra audiência. Havíamos até aberto a possibilidade de algumas perguntas dirigidas a ele. Se V. Exª tiver alguma pergunta... Se não, eu peço que ele responda a pergunta feita pela Senadora Ana Amélia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu só queria concluir dizendo que há consenso aqui quanto à necessidade de uma lei para disciplinar a matéria. Não há nenhuma dúvida quanto a isso, uma vez que estamos tratando de direitos: direito a pesquisa e direito também das pessoas que se submetem a esses testes.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Dr. Rodrigo, tem V. Sª a palavra.

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – Eu gostaria de agradecer mais uma vez esta importante audiência pública convocada pelos senhores e de ressaltar a importância de termos um projeto de lei que possa trazer o benefício dos dispositivos legais para o desenvolvimento da ciência e tecnologia brasileira. Eu citei, no início da minha fala, a importante movimentação a partir do Código de Ciência e Tecnologia, que começou desta forma, começou com a necessidade de se regulamentar a ciência e a tecnologia como ponto de desenvolvimento do Brasil. Fui chamado, num ambiente democrático, na Câmara, para a discussão, junto com a comunidade científica e com a comunidade civil. Isso foi muito importante. E a Fiocruz se coloca à disposição para trabalhar nesse mecanismo.

Gostaria de dizer, Senador Aloysio, que, segundo os *devices* – os *devices* acabam nos ajudando também –, a assessoria disse que foi entregue ao senhor a planilha no dia 28, mas vamos novamente enviá-la.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não recebi. Talvez um impostor.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É que alguém está pesquisando a planilha.

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – É isso. Mas vou reenviá-la. A planilha foi feita através desse GT e foi mandada para o Ministro Chioro, que suscitou também a discussão feita pela SCIT, pela Márcia, pelo Secretário Adriano, e muitas dessas contribuições foram apresentadas aqui pelo Prof. Paulo. Não é uma planilha que engessa a lei, sobremaneira. Ela acaba dando fluidez também, como o Dr. Paulo disse na sua apresentação.

Então, serei bem breve porque tenho que ir a outra audiência.

De fato, recrutamento e velocidade da pesquisa não testa sua eficácia nem dá garantia de sobrevida ao paciente. Nós vimos isso tratando de doenças negligenciadas. Eu sou pesquisador de malária. Trabalhei dez anos em Rondônia, com o Prof. Luiz Hildebrando. E nós...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, ele faz muita falta, não é?

O SR. RODRIGO GUERINO STABELI – Faz muita falta.

Rejeitamos vários tratamentos e vimos que a profilaxia era o melhor tratamento, inclusive em vacinas que chegavam para nós.

Por que estou dizendo isso? Porque a comoção que surge com a fosfoetanolamina não pode ser sinônimo de eficiência de tratamento. A Fiocruz se colocou à disposição para vencer não os ritos éticos, mas os ritos legais que nós precisamos ter para que uma pesquisa possa chegar à comprovação da sua eficiência. Estamos participando de um grupo de trabalho que foi montado pelo Ministro Marcelo também, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a fim de que possamos dar celeridade e uma resposta adequada para que possamos enfrentar a fosfoetanolamina da maneira que temos que enfrentar cientificamente.

Eu não estou polemizando se o empresário que fez a droga sintética tem razão, eu não estou polemizando se ela é eficaz ou não, bem como os pesquisadores da USP estão lá e que mostraram que existe uma eficiência relativa. O que queremos é encurtar o prazo no sentido de vencer a comoção e ofertar uma droga eficiente para a população brasileira ou descartá-la. Então, a Fiocruz se colocou à disposição para fazer esse estudo juntamente com o grupo que está montado pelo Ministério da Saúde.

E lembro que comoções como esta já aconteceram no País. A Fiocruz começou numa comoção como esta, na Revolta da Vacina, em 1900, em que a população era obrigada a se vacinar. A pessoa que não se vacinasse, era presa, os senhores se lembram dessa história. Estamos dispostos a trabalhar a fim de trazer os melhores benefícios, por meio da ciência e da tecnologia, para a população brasileira.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Permita-me, Sr. Presidente. Quero aproveitar a presença do Dr. Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois não, Senador Ivo Cassol. Depois, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quero apenas lembrar sobre a briga em relação à fosfoetanolamina que trouxemos para o Congresso. Infelizmente, a própria Fiocruz, em 2013, teve a oportunidade de fazer todos esses testes, e não fez. Não foram feitos.

Alguém aqui na Mesa, se não me engano, o Dr. Cláudio, disse que o Congresso – o Senado – está querendo atropelar. Não queremos atropelar nada. É porque, de repente, sua mãe ou alguém da família não está com câncer. Se houvesse alguém com câncer, com certeza, a história seria diferente. A história seria diferente. Quem sente isso na pele sabe a importância que tem.

Infelizmente, há os interesses internacionais de saúde, há regras para quem trata de câncer, de acordo com o que ouvi de donos de clínicas. E nós devemos segui-las. Para crianças, é São Judas Tadeu; para adultos, outra. Não sei do que se trata, quem é médico sabe. É como uma franquia do McDonald's: ou você segue as regras ou está fora. Todo mundo sabe que, aqui no Brasil, 1% é para aprovar as nossas pesquisas.

Eu sou brasileiro, gente. Eu sou brasileiro. Esta Casa tem, sim, a prerrogativa e tem autonomia de subsidiar e fazer as leis necessárias, como a da Senadora Ana Amélia, que está de parabéns por esta lei, para diminuir o prazo.

É disso que precisamos, Presidente Walter.

Portanto, apenas para fortalecer, a Fiocruz teve a oportunidade lá atrás. Não o fizeram por desinteresse. Mas quero parabenizá-los porque, hoje, vocês fazem parte do grupo. E não apenas em relação a esta droga, a fosfoetanolamina, mas a qualquer uma que venha dar uma esperança de alento para quem está com câncer.

Eu tenho um amigo, não vou citar seu nome nem o de sua cidade, que está com câncer exposto de garganta. Vocês imaginem a dor constante que ele sente. E alguém vem dizer que ele não pode tomar essa droga! É porque não é dentro da sua casa. Se fosse dentro da casa desse alguém, com certeza ele pensaria o contrário. Desculpem a comoção, mas penso que é por falta de coração.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria esclarecer ao representante da Fiocruz que teve o privilégio de trabalhar com um dos grandes cientistas brasileiros, o Prof. Luiz Hildebrando, que não atribuo a responsabilidade do não recebimento de suas emendas à sua assessoria nem à minha assessoria, e não houve nenhum impostor. A culpa é do *device*, que não recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu agradeço ao Rodrigo. Inclusive, Rodrigo, deixe-me registrar, pois me esqueci de fazê-lo na minha primeira fala, que o nosso contato na Fiocruz, Senador Aloysio, é com um baiano que também foi diretor da nossa histórica Faculdade de Medicina. Além de ele ser hoje o dirigente da Fiocruz, foi recentemente premiado internacionalmente por pesquisa. Trata-se do Prof. Barral, com quem dialogo durante todo o processo da minha interação com o setor de saúde. A Fiocruz foi parte desse projeto, como tem sido parte efetiva dos nossos trabalhos na Bahia, assim como o Mitermayer e toda a área de anemia falciforme, a junção da pesquisa de células-tronco com anemia falciforme, que tem uma incidência muito grande no povo negro, Senador Aloysio. E a Bahia é uma segunda África em nosso País. Essa é uma contribuição que a Fiocruz tem dado, e nós a reconhecemos. E, com certeza, continuará dando, principalmente nessa matéria.

Muito obrigado.

Senador Ivo Cassol, eu vou passar a palavra ao Dr. Paulo Hoff, que tem problema de voo para o retorno, para que responda as perguntas dirigidas a ele e já faça as considerações finais de sua participação nesta audiência pública.

O SR. PAULO MARCELO HOFF – Eu acho que consigo falar daqui.

Não há muitas perguntas.

Com relação à pergunta da Senadora Ana Amélia, eu acredito realmente que a Conep tenha feito um esforço para melhorar o tempo regulatório, e parabenizo o Dr. Jorge Venâncio. Aliás, eu já disse isso anteriormente e repito, a nossa relação com o Dr. Jorge é muito boa. Eu procuro sempre discordar das pessoas no mérito, não no campo pessoal. E apesar de termos problemas com o sistema atual, reconheço o esforço do Dr. Jorge para tentar melhorar dentro da sua própria visão do sistema. Isso eu reconheço.

Agora, eu acho, sinceramente, que não podemos perder esta oportunidade. Mobilizar o Senado Federal para uma causa como esta não acontecerá de novo de maneira fácil. O problema tem que ser resolvido agora ou nós vamos nos arrepender amargamente no futuro. Existem posições importantes de todos os lados que estão fazendo comentários que precisam ser considerados.

O Senador Moka, a Senadora Ana Amélia e o Senador Walter Pinheiro já se dispuseram a aceitar contribuições para o aprimoramento do projeto. Eu acho que elas existem. O Senador Aloysio Nunes Ferreira, agora relatando, e outros que relatarão em outras instâncias estão dispostos a melhorar. Eu acho que o rito legislativo está sendo seguido, e está sendo seguido da maneira adequada, de uma maneira que não é muito lenta. Aliás, o nosso conterrâneo Pinheiro Machado dizia: nem tão lento que pareça provocação, nem tão rápido que pareça fuga, covardia. Eu acho que realmente está andando de uma maneira adequada, as contribuições estão surgindo. Eu tenho muita esperança de que conseguiremos melhorar a situação regulatória da pesquisa no Brasil. Nem todos vão ficar satisfeitos. Provavelmente, a melhor solução será aquela em que todos se sintam um pouco satisfeitos e um pouco frustrados, porque isso quer dizer que houve um consenso da maneira adequada.

Quero parabenizar mais uma vez o Senado por enfrentar uma situação dificílima. E peço a todos que façamos as nossas considerações aqui pensando com a razão e com o bom senso. Não vamos deixar que a emoção domine a discussão, pois é natural que a emoção aconteça em um sistema que está aí há 20 anos. E ninguém quer desmontar o sistema, nós queremos aprimorá-lo para que ele funcione tanto para os pacientes como para os pesquisadores e para a sociedade em si. Eu não vejo nenhum risco para a soberania nacional quando o Senado brasileiro se dispõe a fazer uma lei que vá proteger os pacientes, que têm que ser protegidos, mas que vai facilitar a pesquisa no País.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Obrigado, Dr. Paulo.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu quero agradecer, Sr. Presidente, e dizer aos nossos convidados que quando falamos especialmente da nossa pesquisa, nós temos que valorizar o nosso produto dentro das regras da lei. Infelizmente, muitas leis vêm para dar um tiro em nossos pés. Elas vêm, na verdade, não em benefício próprio. Há interesses escusos por todos os lados.

Ontem à noite, eu assisti – o Senador Aloysio estava há pouco aqui – a um esquema podre no Estado de São Paulo, em que um comprimido, uma capsula custava R$4 mil. Poucos dias atrás, nós assistimos, aqui no Congresso, em relação a órteses e próteses, a outro esquema. Portanto, podemos ver que a nossa vida, para alguns profissionais, não vale nada.

A fosfoetanolamina custa dez centavos. Por isso, até agora não houve interesse por ela, pois não dá lucro. Mas salva vidas. E quando eu digo que salva vidas é porque acompanhei, Presidente Walter Pinheiro, desde o começo. A fosfoetanolamina estava adormecida em São Carlos. Eu visitei os pesquisadores, conversei com eles, e visitei pacientes que utilizaram o medicamento. Alguém do Governo, do Ministério da Saúde, disse: "As pessoas deram declarações dizendo que estavam curadas, que se trataram". Eu não peguei nenhuma declaração. Eu peguei depoimento. Se no Petrolão é depoimento, também é para quem tomou medicamento e vem a público, como veio nesta Comissão, há poucos dias, a Dona Bernadete, de São Paulo, e comprovou, assim como outro senhor aqui de Brasília, que veio, e outras centenas e centenas de depoimentos.

O que o setor público pode fazer é mudar a legislação, que, infelizmente, está emperrada. Não interessa se é do PT, se é do PMDB, não interessa se é do PP, o meu Partido, eu só quero fazer o alerta: é muito fácil ficar olhando os vizinhos pela janela, é muito fácil, da nossa casa, olhar para um hospital e ver quem está entrando e quem está saindo.

Eu pergunto aos senhores: quem nos garante que amanhã não seremos nós? Pode acontecer com qualquer um de vocês, com o mais novo ou com o mais experiente. Qualquer um pode ser vítima de qualquer situação.

Então, a nossa luta é humanitária. Não é uma luta, como as que ocorrem aqui, para ser maior ou melhor do que alguém. É para que possamos fazer algo no sentido de amanhã contribuir com os nossos semelhantes. O que nós não podemos fazer é ficar parados, olhando, assistindo, vendo o sofrimento de milhares e milhares de pessoas em razão da burocracia.

Uma autoridade me disse o seguinte: "Eu sou contra a intervenção judicial sobre esses medicamentos". Eu perguntei a essa autoridade, que é do alto escalão: "E se sua mãe ou o senhor estivesse com câncer, o que o senhor faria?". Ele respondeu: "Eu comeria até m..." – para não dizer a palavra, que todos sabem qual é. Eu perguntei: "Então, por que o senhor está aí julgando se a Justiça é que está dando condições de essas pessoas defenderem suas vidas?". O direito à vida está na Constituição. Nós temos a legislação que nós criamos, mas a vida está acima de tudo, e pela vida nós temos que fazer qualquer coisa. Nós temos que diminuir prazo, nós temos que facilitar. E há situações, mesmo que o prazo esteja estipulado no projeto de lei, em que tem que ha-

ver um prazo maior, para dar segurança e garantia. Com certeza, os órgãos responsáveis vão poder fazer essa solicitação, e automaticamente vai ser autorizado.

Ao mesmo tempo, eu queria fazer uma pergunta, que todos já estão carecas de saber, tanto para o Jorge como para o representante da Anvisa. Ainda há alguém da Anvisa aqui ou não? Foi embora.

A que atribui o baixo índice de pesquisas clínicas realizadas no Brasil, que, segundo dados, é de menos de 1%?

Segundo, que órgão autoriza a comercialização de medicamentos: a Conep ou a Anvisa? Qual dos dois, afinal de contas? Porque, se facilita de um lado, entrava de outro.

Esses dias, assisti a um debate, transmitido em âmbito nacional, do Dr. Jorge com não sei quem, e não gostei muito, Dr. Jorge, vou ser sincero. Por mais que o senhor tenha que cumprir a legislação, mas quero lembrar que o senhor também é pai e se não é avô, vai ser, o senhor tem família. Eu também sou avô. E quero aqui dizer que hoje ganhei um presente: mais uma neta. Nasceu minha neta, meu filho me ligou há pouco. Isso demonstra o quê? Demonstra vida. Vida. E é em cima disso que nós temos que lutar.

Atualmente, a discussão gira em torno da fosfoetanolamina. Eu acho que tem que se discutir não apenas a fosfoetanolamina, mas qualquer alternativa que houver em nosso País. Não vamos deixar a nossa descoberta ir embora, não vamos repetir os erros do passado, vamos corrigir os erros do presente. Nossos cargos aqui são passageiros, o meu, o do Senador e os de vocês. De todos nós. E de uma coisa podem ter certeza: só haverá uma diferença quando morrermos, que é que em alguns velórios vai haver mais gente, em outros, menos gente. De resto, vamos todos para o mesmo lugar. E se tivermos patrimônio, não levaremos nada junto, a não ser o que vivemos. A riqueza serve para dar conforto, mas tenho muitos amigos que têm dinheiro e o câncer os está levando, pois leva aquele que recebe o Bolsa Família e leva o advogado, o juiz, o desembargador, Senador e Deputado. Até a Presidente já teve câncer. Foi curada com medicamento, pelo que fui informado, que ainda não tinha autorização. Ela tomou e ficou curada. Depois a Anvisa legalizou.

Portanto, nós temos esses dados na mão. São milhares e milhares de depoimentos de pessoas que podem ser utilizados. Quem tem um amigo, quem tem um parente que está com câncer, meu Presidente, Senador Walter, e acompanha e vive isso, sabe que a pessoa quer viver com qualidade, mas também quer morrer com dignidade. E quem está com câncer, em estado terminal, infelizmente, nem com dignidade consegue morrer mais, e quem está ao redor dele pede a Deus que o leve, porque a situação é grave. Por isso, qualquer oportunidade que nós tivermos, não apenas em relação à fosfoetanolamina, mas a qualquer outro medicamento, nós temos que lutar. Há leis, temos que respeitá-las, mas não precisamos ser simplesmente submissos, deixar a vida nos levar. Quanto a nós, Senadora Ana Amélia, devemos trabalhar com alternativas como esta e mudar o que for preciso, e para melhor. E se for preciso, também vamos rever a nossa posição.

Ultima pergunta: qual foi a última vez em que foi autorizada uma pesquisa com colaboração internacional ou de liberação de medicamento? Ao Dr. Jorge.

Eu agradeço e peço desculpas, pois estou meio emotivo porque essa causa não é minha, essa causa é de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Ivo, eu tenho seis netos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu cheguei ao quarto.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É que, lá em casa, um dos meus filhos inflacionou, teve logo trigêmeos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Um dos trigêmeos, o Davi – os trigêmeos são Tito, Isac e Davi –, ficou 70 dias na UTI e precisou de um medicamento que promove a aceleração de células e, consequentemente, de uma das válvulas do coração. Para conseguir esse medicamento, eu percorri todos os hospitais no Brasil. Mantive contato inclusive, Senador Aloysio, com o Charles Mady, de São Paulo, que me disse: "Senador, nós temos autorização para usar esse medicamento aqui, mas não temos autorização para mantê-lo na farmácia do hospital", a mesma situação do Hospital Aliança, na Bahia, onde meu netinho estava internado. Eu girei o mundo atrás desse medicamento. Consegui trazê-lo por meio de uma importadora. Foi uma confusão. Perguntei ao médico que fez o parto de minha nora, o Dr. Menezes, médico da nossa Climério de Oliveira, que é a maternidade da universidade: "Dr. Menezes, e o menino que nasce lá na Climério?'. Ele me perguntou de volta: "Você quer a resposta, Pinheiro?". Eu comprei uma caixa, que vem com quatro ampolas. Cada ampola custa R$3,5 mil.

Portanto, situações como essa acontecem com medicamentos dessa natureza. O hospital é autorizado a utilizar o medicamento, mas não tem autorização para mantê-lo na farmácia do hospital.

Vamos lá, Drª Fernanda Sobral.

A SRª FERNANDA SOBRAL – Não foi feita nenhuma pergunta especificamente, mas, a partir do comentário da Senadora Ana Amélia, eu queria só ratificar – não retificar – a posição da SBPC no sentido da necessidade de regulamentação da pesquisa que envolve seres humanos, e o lócus seria uma Comissão do MCTI; e, no caso dessas pesquisas de cunho clínico, que também envolvem seres humanos, com uma parceria com o Ministério da Saúde. Repito: MCTI e Ministério da Saúde.

Eu achei a proposta apresentada pelo Prof. Paulo Hoff a que mais se aproximou dessa ideia de uma Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que estaria localizada no MCTI, com relação à questão da instância de regulação e de revisão ética.

Agora, outra questão com a qual estou completamente de acordo com o Prof. Jorge Venâncio é aquela de a legislação ter cuidado para não engessar a pesquisa. É a questão da flexibilidade, a questão do não excessivo detalhe. Eu acho que isso é importante, e foi uma observação realmente que...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Podia tratar com o diretor...

A SRª FERNANDA SOBRAL – Eu sei que é difícil. Isso é muito difícil. É muito fácil eu falar daqui, mas eu acho que seria importante não engessar completamente, porque, conforme foi mostrado aqui por mais de uma pessoa, nós já vivemos com toda essa burocracia para a atividade de pesquisa, o que é complicado.

Não houve nenhuma pergunta; então, era só esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com a palavra, o Dr. Jorge Alves de Almeida Venâncio.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu queria agradecer pelo conjunto das contribuições e vou procurar responder às demandas que foram colocadas.

Primeiro, em relação às colocações do Senador Walter Pinheiro e do Senador Moka, eu queria dizer o seguinte: nós estamos inteiramente abertos ao diálogo o tempo todo. Eu sempre disse, desde o primeiro momento em que assumi a coordenação da Conep, que eu não converso só com quem pensa igual a mim, quer dizer, faz parte conversar sobre tudo quanto for ideia que existe. Não há problema algum nisso, estamos inteiramente abertos para conversar.

Em relação às questões levantadas pela Senadora Ana Amélia, primeiro, a fosfoetanolamina. Eu acho que é importante compreender o seguinte – e é um pouco a pergunta do Senador Ivo Cassol também: a Anvisa cuida das pesquisas com o sentido de registrar os medicamentos para serem utilizados depois pelo conjunto da sociedade. O foco do sistema CEP/Conep não é esse. Por isso, inclusive, são duas análises separadas. O nosso foco é defender quem participa da pesquisa. Exclusivamente isso. Nós não estamos preocupados, necessariamente, com o mérito científico mais geral da pesquisa. Disso quem cuida é a Anvisa. A nossa função é a defesa do participante de pesquisa.

E eu queria chamar a atenção para o seguinte: na questão da fosfoetanolamina , não houve pesquisa com seres humanos. Então, nós não temos como interferir nessa questão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Discordo.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Agora, eu acho evidente que, quanto mais cedo a pesquisa for feita, melhor. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Mas isso é uma opinião como cidadão, não como coordenador da Conep. Não é a Conep quem age sobre a possibilidade de fazer uma pesquisa. Isso quem define são os pesquisadores, em princípio, e os órgãos. Talvez tenha havido dificuldade de financiamento. Não sei o que houve exatamente. Vamos ter inclusive uma audiência agora na Câmara dos Deputados, na quinta-feira, e lá talvez eu possa conhecer um pouco melhor a questão.

Mas, até agora, não houve pesquisa com ser humano quanto à fosfoetanolamina. Nós não temos como interferir numa questão que não existiu. Isso é atividade do Governo e dos pesquisadores, que podem tomar a iniciativa de propor pesquisas. Nós não temos como sair propondo pesquisas sem... Nós analisamos as que são propostas, mas não há como tomarmos esse tipo de iniciativa, até porque não temos nem financiamento para isso, nem condições.

Essa seria a primeira ponderação.

Segundo, em relação à composição da Conep e dos comitês de ética – foi meio que a pergunta da Senadora Ana Amélia e do Senador Aloysio também –, existe uma resolução do Conselho, a Resolução nº 446, que é bastante detalhada nessa questão. O que ela define? Primeiro, a Conep tem 30 membros, 22 deles indicados a partir dos comitês de ética de base. Cada comitê indica dois nomes na época da eleição; a eleição é metade/metade, a cada dois anos; o mandato é de quatro anos, mas, na eleição, renova-se a metade a cada dois anos. Os comitês indicam dois membros, que podem ser do comitê ou pode ser outra pessoa que eles considerem que tem méritos para participar da Conep – cada comitê tem autonomia para fazer suas indicações –, e é montada uma comissão mista, metade Conep, metade Ministério da Saúde, que, então, analisa esses currículos e faz

uma proposta ao Conselho Nacional de Saúde. Então, é esse o mecanismo de formação da Conep, com esses 22 membros indicados pelos comitês de ética.

Já quanto aos 8 membros que são diretamente indicados pelo Conselho Nacional de Saúde – que são o restante para completar os 30 membros –, a única restrição que há é que eles são proporcionais a cada uma das bancadas. Então, são 4 membros usuários, 2 membros da bancada de trabalhadores da saúde e 2 membros do Governo. Essa é a restrição apenas que existe, e aí o Conselho Nacional de Saúde tem liberdade para indicar os membros que achar conveniente, dentro dessas 8 vagas; mas a grande maioria são nomes com capacidade técnica bastante desenvolvida e que vêm dos comitês de base.

A situação atual é essa, e essa é uma resolução de 2011, que já está funcionando. Estamos exatamente fazendo uma eleição agora. Provavelmente, na reunião desta semana do Conselho, vamos formalizar apoio à lista que a comissão já discutiu, à proposta que apresentou ao Conselho há 30 dias, como exige a norma.

Agora, eu queria dar uma ideia, digamos assim, um pouco mais prática. Nós temos na Conep hoje, para os senhores terem ideia, por exemplo: o ex-Reitor da Federal de Santa Catarina, o Pró-Reitor de Pós-Graduação da Federal do Acre, o Decano do Centro de Ciências da Saúde da PUC do Paraná, o Reitor da UNORP, lá de São José do Rio Preto. Portanto, nós temos uma grande qualificação técnica dentro da Conep, mas, ao mesmo tempo, a partir das indicações do Conselho, ou, às vezes, até de indicações dos CEPs, nós temos representação dos celíacos, nós temos representação da doença de Alzheimer, nós temos representação da doença de Gaucher, nós temos um cacique indígena, porque temos de analisar os projetos com índios – um cacique xavante faz parte da Conep e tem uma participação muito ativa em diversos momentos –, e isso não prejudica a qualificação técnica que é dada pelos demais membros.

Quanto à minha participação específica, eu sou um dos representantes de usuários que o Conselho indicou. Eu sou médico, mas sou Secretário de Saúde do Trabalhador na central sindical, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, e tenho trabalhado na maior harmonia possível, sempre com o máximo de diálogo, com todo setor que tenha conhecimento lá. Evidentemente, nas decisões técnicas, eu sempre vou ouvi-los; não vou me arvorar a tomar decisões isoladas, que só poderiam dar bobagem.

Então, o funcionamento é esse. Espero que tenha sido claro o suficiente em relação a isso.

Em relação aos CEPs, que foi a sua pergunta, os CEPs geralmente são indicados pelas direções, dentro dos períodos em que há substituição. Não é possível fazer troca no meio dos mandatos, a não ser que alguém desista. Fora isso, o CEP tem autonomia entre uma eleição e outra. Quando chega o período eleitoral, algumas instituições chegam a fazer eleições, inclusive, entre os conjuntos dos seus membros; outros fazem indicações pela diretoria, indicações a partir da própria composição do comitê anterior. Isso aí varia um pouco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eles têm mandato de quanto tempo?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Três anos. Os mandatos dos comitês de ética são de três anos.

Então, seria isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sobre o encurtamento dos prazos, qual é a sua avaliação da causa?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Ah, sim, isso é muito importante.

Qual foi a causa?

Quando nós entramos na Conep, colocamos dois objetivos centrais; um deles foi este: estabelecer um diálogo amplo com todos os segmentos que estão ligados com a pesquisa no País. Acho que, nisso aí, conseguimos avançar bastante, estamos com uma relação amistosa, eu diria, com o conjunto dos segmentos.

A segunda questão foi essa de reduzir prazos. Nós identificamos, já no primeiro momento, três gargalos. O processo dentro da Conep passava por três etapas: elaboração de nota técnica pela Assessoria Técnica; elaboração do parecer do Relator; elaboração do parecer do Colegiado – aí já numa reunião conjunta. Então, o que nós identificamos? Existiam problemas nessas três etapas, e nós precisamos atuar nas três etapas para conseguir resultados. Acho inclusive importante sentir que isso aí é uma política está sendo feita desde 2013; portanto, não tem nada que ver com a discussão atual sobre PL ou coisa parecida. Nós estamos conseguindo resultados melhores agora, fruto do trabalho que estamos fazendo há dois anos e meio. Mas não tem absolutamente nada que ver com uma coisa momentânea ou alguma coisa parecida.

Quais foram as providências centrais tomadas?

Em relação à nota técnica, nós tivemos a ampliação da equipe da Conep: de 10 técnicos fazendo nota técnica, de alta qualificação, a maioria deles com mestrado e doutorado inclusive, hoje nós estamos com 31 técnicos. Então, triplicou a equipe nessa área da elaboração de notas técnicas.

Quanto à questão da relatoria, além dos 30 efetivos e 5 suplentes da Conep, nós chamamos mais 30 relatores de comitês de ética, para reforçar o trabalho da Conep. Então, nós estamos trabalhando com 65 relatores nesse período todo – portanto, a quantidade dos relatórios cresceu substancialmente, e passou a haver redução da fila, mês a mês, durante todo esse período. É evidente que a fila não cai de oitocentos para trezentos e poucos de repente. Isso seria impossível, só mágica para conseguir uma coisa dessas. Foi um processo gradual que aos poucos foi acontecendo.

No tocante à terceira questão, relacionada ao Colegiado, nós passamos a trabalhar com câmaras. Já trabalhamos até com oito câmaras em paralelo. As decisões das câmaras são, em princípio, terminativas, a não ser que algum membro recorra ao Plenário. Mas nós temos discussão pelo Plenário de três ou quatro protocolos por mês; para o restante, nós conseguimos consenso dentro das câmaras; elas resolvem os casos, nós fazemos uma revisão pós-câmera, com alguns técnicos e com alguns membros altamente especializados da Coordenação, para evitar que haja diferenças muito grandes entre o que uma câmara decide e outra. Então, para haver esse mínimo de harmonia interna, há essa revisão final, que gasta apenas alguns dias, não é uma coisa que gera atraso substancial. É para evitar erros no fundamental.

Então, foi com esse conjunto de atuações que se conseguiu a redução de prazos que se observa agora.

A sua outra pergunta foi: se se conseguisse resolver o conjunto dessas pendências pontuais, seria possível...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive com a competência recursal e certificadora da Conep, dentro desse novo desenho.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Nós estamos abertos. Desde o início, inclusive desde a primeira conversa que tive com o Senador Amorim, eu disse que nós não somos contra um projeto de lei necessariamente; o problema é qual o projeto de lei. A nossa discussão é essa o tempo todo. O direito do Senado de fazer um projeto de lei é um direito evidente Não há como discutir uma coisa dessas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É óbvio, Dr. Jorge. Apenas em relação a esses pontos apontados pelo senhor, que me parecem pontos críticos: a questão do placebo, o tratamento pós-estudo, a competência recursal e certificadora da Conep, enfim, aqueles pontos que já estão alguns resolvidos pelo próprio Relator, acho eu, na Comissão de Justiça...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... e outras sugestões daqui.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Certo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Adotadas essas providências, qual seria o seu sentimento?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu diria...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, eu não quero que o senhor diga uma palavra definitiva agora, evidentemente; tem que haver o texto.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu diria o seguinte: há uma questão que me parece muito importante que é onde fica a Conep. Sobre essa questão, nós temos de aprofundar a discussão – parece-me.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso não é... (*Fora do microfone.*)

... matéria legislativa, isso pode ser resolvido por decreto pela Presidente. É uma questão que a própria Presidente resolve. Não é... Aliás, nós nem podemos fazer isso; nós não temos competência constitucional – está aí o Dr. Cláudio, que pode me... Isso é o Poder Executivo, e por decreto.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Aí teremos que discutir. Esse aspecto jurídico eu não domino. Eu não teria como opinar sobre essa questão especificamente. Mas essa questão de onde fica a Conep... Porque toda a discussão que foi feita lá no período do Prof. Jatene foi o quê? Já que o objetivo do sistema é defender o direito do participante, se nós tivermos um local para que esse sistema aproxime do participante a possibilidade em intervir no sistema, isso ajuda o sistema a ser mais eficiente. Foi por isso que ele foi colocado no Conselho Nacional de Saúde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – E a Anvisa tem o outro papel, que é o papel de registrar os medicamentos e aprovar as pesquisas, visando a que elas sejam feitas com qualidade suficiente para registrar o medicamento. É outro papel separado.

Agora, o que eu considero negativo no projeto é que eu acho que essa discussão poderia ter começado de um patamar muito mais avançado. Nós temos um conjunto de detalhamentos nas resoluções atuais do sistema que poderia ajudar a discussão a ter partido de um ponto mais avançado, não ter começado tão atrás. Mas isso não quer dizer que não seja possível chegar, de qualquer maneira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, veja bem – Presidente, permita-me.

Dado que o mérito do projeto é indiscutível, pois é necessário haver uma lei – nós estamos mexendo com direitos, tanto direito de pesquisa, quanto direitos da pessoa –, e dado também que a Conep tem toda uma elaboração sobre o assunto, além de uma prática já antiga, eu queria pedir ao senhor que me remetesse sugestões de disposições regulamentares atuais ou que estão sendo estudadas, para que nós pudéssemos incorporar ao projeto de lei.

Eu creio, Ana Amélia, que, quanto mais nós pudermos arredondar as questões aqui no Senado, mais a tramitação na Câmara será rápida. Se nós pudermos eliminar qualquer polêmica – de procedimento, ou mesmo de estrutura que não dependa de elaboração legislativa –, nós poderemos caminhar rapidamente; caminhar com segurança – não quer dizer rapidamente.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Faremos isso, sem dúvida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se o senhor puder me mandar isso...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Sem dúvida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... eu lhe agradeço muito. O senhor teve a cortesia de me procurar assim que fui designado Relator; então, vamos continuar essa colaboração.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Sem dúvida. Sem problema algum.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está bem?

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Está ótimo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O.k. Obrigado.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Em relação ao Senador Ivo, a pergunta é sobre quanto foi aprovado. Só ontem nós emitimos entre 20 e 25 pareceres, ou seja, houve 20 ou 25 projetos de pesquisa, dos quais alguns foram aprovados, outros receberam anotações de pendências, etc., e, seguramente, pelo menos metade deles foram aprovados. Então, nós estamos emitindo pareceres quase que diariamente. O senhor imagine: 250 pareceres por mês dá mais ou menos uma média um pouco abaixo de 10 por dia, em média, no mês inteiro. Então, a quantidade de pareceres é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Se forem tirados os dias úteis, são mais de dez por dia.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Mas a gente trabalha no fim de semana também. (*Risos.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para completar, Presidente, para aproveitar a presença do Dr. Jorge: o senhor disse que, na quinta-feira, haverá uma audiência na Câmara...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Isso.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu gostaria que o senhor não aguardasse todo esse tempo. Eu gostaria que a sua Assessoria e o senhor já pegassem hoje, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, toda a audiência pública que foi feita com os pesquisadores, com pacientes – o senhor disse que não houve pacientes, mas houve, sim.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu não disse isso não.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não, não. Acho que não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ele falou na clínica, então. Mas o senhor disse que iria acompanhar lá para ver na quinta-feira; como nós fizemos audiência aqui, e houve depoimentos de pessoas que vieram participar, para poder facilitar esse trabalho, eu gostaria que a nossa Casa, a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia já remetesse ao senhor para que vocês pudessem já trazer e ver de que maneira podem contribuir também com tudo aquilo que já existe.

No dia, o próprio Senador Moka, Presidente Walter, quando falaram para ele no começo, ele disse: "Cassol, você está muito empolgado". E o Senador Moka, além de médico, é químico. E ele ficou do começo ao fim. E, no final, ele disse...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Deixe-me dar um pequeno dado: nós recebemos recentemente, para analisar, a proposta da pesquisa fase 3 da vacina contra a dengue do Instituto Butantan. E nós conseguimos aprovar a pesquisa em 38 dias, com duas tramitações: 17 dias na primeira tramitação, e 21 dias na segunda; somando as duas, 38 dias.

Eu garanto que, se a pesquisa da fosfoetanolamina for lá para a Conep, nós batemos esse tempo e vamos apreciar em menos de 30 dias. Pode ter certeza.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, não serei eu, mas o Brasil vai agradecer a todos aqueles que se envolverem de corpo, coração e alma nessa pesquisa.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Só mais um dado; eu gostaria de tocar numa última questão que faltou, e já passo para a Senadora, por favor.

O Dr. Paulo Hoff levantou o problema de que, às vezes, as pendências da Conep parecem pendências não muito importantes, etc. Eu queria dizer que, em primeiro lugar, nós só colocamos pendências não tão

importantes quando existem pendências importantes. Quando as pendências são só pendências de menor importância, nós remetemos essa questão para o comitê local acompanhar, e aprovamos o projeto. Então, ele só pode levantar essas questões se ele olhar o conjunto das pendências de cada um desses projetos. Seguramente, havia também problemas sérios a serem tratados.

E eu queria citar rapidamente só um tipo de coisa que aparece para nós. Por exemplo, pesquisa de câncer, para citarmos um exemplo bem claro. O pesquisador propõe fazer biópsia de pulmão sem nenhuma indicação clínica; não há nenhum benefício para o participante da pesquisa; se ele estivesse sendo tratado normalmente, aquela biópsia não seria necessária. No entanto, o pesquisador propõe fazer uma biópsia de pulmão, que é uma coisa que pode ter consequências, causar até um pneumotórax e outros problemas. A biópsia está sendo proposta sem necessidade clínica alguma. Esse é um tipo de questão, por exemplo, que muitas vezes a Conep tem questionado. E me parece que é uma questão relevante, não é uma questão de melhor monta.

Apareceu-nos outro dia uma pesquisa que se propunha a avaliar o efeito depressivo de um medicamento que até já está sendo utilizado, e foi proposto que se fizesse um Disque Suicídio – pasmem os senhores. "Se você sentir vontade de se suicidar, disque 1; se ficou deprimido, disque 2" – e outras coisas do tipo. Pediram-nos audiência pública para explicarmos por que não aceitamos esse projeto, e, quando nós explicamos, o representante do laboratório inclusive ficou estarrecido e perguntou à pesquisadora: "Mas tem isso mesmo no projeto?" Quer dizer, nem ler antes o projeto eles leram. Então, aparecem coisas desse tipo – tenhamos claro isso.

Houve uma pesquisa que nós aprovamos, por exemplo, que era uma pesquisa com um medicamento novo para anemia falciforme – hoje em dia, só existe um medicamento, que é a hidroxiureia. A norma do Ministério atual é: na terceira crise hemolítica, tem que começar a tomar hidróxido de ureia. A pesquisa vinha de que maneira? Se já estiver tomando hidroxiureia, pode continuar tomando – até aí, todos de acordo; se não estiver tomando, não pode começar a tomar no meio do estudo. Eu disse: mas, se a pessoa tiver a terceira crise no meio do estudo, vai ficar sem tratar? Tirem o paciente da contagem! Se quiserem, aumentem um pouquinho o número de pessoas na pesquisa e retirem da contagem, mas tem-se que tratar a pessoa! Não pode deixar sem tratamento a pessoa. Corrigiram, nós aprovamos a pesquisa, e a pesquisa está sendo executada.

Então, nós não estamos querendo proibir coisa que não precisa. O espírito da Conep não é esse de jeito algum. Nós estamos procurando aproveitar ao máximo tudo o que é proposto, para fazer uma coisa que seja benéfica para o participante de pesquisa. Esse é o espírito com que estamos trabalhando.

Então, é preciso ficar claro que nós não estamos procurando chifre em cabeça de cavalo, como se diz; não se trata de criar dificuldades sem necessidade.

Agora, aparecem problemas que são reais, objetivos, e frequentemente nós temos feito inclusive seminários com setores da comunidade científica para discutir problemas mais complicados. Sobre esse problema da biópsia, inclusive, se os pneumologistas da área de Oncologia quiserem fazer um debate, nós estamos abertos. Agora, em princípio, se não há indicação clínica, não vemos lógica em fazer uma biópsia de pulmão, que é uma coisa que acarreta risco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu só tenho duas questões.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No caso que o senhor citou da biópsia, se, no caso do câncer de pulmão, a quimioterapia, a medicação que for tomada não estiver funcionando, e for pedido à Conep, ela autoriza uma pesquisa? Eu entendi que ela só não autoriza...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Se houver indicação clínica, se for parte da rotina clínica para aquele tipo de situação fazer a biópsia, não há problema algum em fazê-la; agora, se não há indicação clínica, mas o pesquisador assume isso, explicitamente, e quer fazer a pesquisa apenas por curiosidade científica, e se isso causar riscos ao participante, nós, em princípio, não concordamos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria, porque o doutor falou...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu acho que eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu estou preocupado aqui também porque vai ser preciso botar os dois últimos membros da Mesa para que eles possam...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que foi usado esse exemplo. Eu não entendo o que é a questão clínica. É o clínico ou é o pesquisador que vai dizer se pode?

O SR. FÁBIO ANDRÉ FRANKE – A grande questão – e eu, especificamente, faço parte desse protocolo que foi reprovado pela Conep – é que esse conhecimento da resistência ao tumor, da resistência ao tratamento, é fundamental para se programarem os novos tratamentos. E ele vai nos trazer, então, o quê? Indícios – e é por isso que ele é feito só no ambiente da pesquisa – de algumas alterações no tumor, algumas mutações no

tumor, que vão nos possibilitar, então, pensar numa nova possibilidade terapêutica. Sem esse conhecimento – e esse é um conhecimento bastante atual hoje na Oncologia –, nós não conseguimos estabelecer qual é o melhor tratamento para o paciente.

Peguemos o caso do câncer de mama. A gente sabe que, entre o tumor inicial diagnosticado na mama e a metástase, existem 50 tipos de mutações diferentes. Então, o tratamento que se dava inicialmente não é o mesmo tratamento que se dá na metástase.

A biópsia, obviamente, tem de ser feita, e ela tem de ser feita no ambiente da pesquisa. Se nós não fizermos no ambiente da pesquisa, nós não vamos fazer isso na parte assistencial. Por quê? Porque nós não testamos isso. Então, nós temos de testar essa hipótese. Isso faz parte hoje quase que da diretriz de investigação para câncer de pulmão, exatamente porque o número de mutações aparece a cada dia.

Com relação ao número de pesquisas, a velocidade de aprovação, eu tenho de reconhecer que o tempo, realmente, diminuiu, mas o que percebemos é que o número de pendências tem aumentado significativamente, e nós temos nos perdido num labirinto de pendências que às vezes leva à reprovação do protocolo.

Então, a nossa preocupação é: mantendo centralizado assim, hoje o Brasil participa só de 2% dos protocolos internacionais. Se nós voltarmos a ser um país bem-visto com relação à agilidade nas pesquisas, o número de pesquisas tende a aumentar exponencialmente. Então, centralizados, nós vamos formar filas novamente, e vamos discutir o mesmo problema.

Dessa forma, este é o momento de nós descentralizarmos e conseguirmos, então, já deixar o sistema formatado e ágil, programando o futuro. E, é claro, essas discussões, caso a caso, poderão ser feitas de uma maneira melhor também, porque nós vamos descentralizar as discussões e vamos poder discutir com os CEPs locais, o que torna tudo mais fácil, mais simples.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Dr. Fábio já...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, é que ele respondeu uma pergunta minha que eu tinha feito. O Dr. Fábio deu a resposta, mas eu queria do Dr. Jorge saber o seguinte. O senhor deu uma informação de interesse maior, a de que a Conep aprovou o registro de duas pesquisas para a vacina da dengue. Eu queria saber de V. Sª de que instituições foi aprovada essa vacina e quando ela estará disponibilizada para uso e aplicação.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – O protocolo aprovado mais recentemente foi do Instituto Butantan. Eu não me lembro qual foi a instituição do anterior; eu me lembro de que era um laboratório específico, privado, mas não me lembro exatamente qual foi a instituição. Acho que foi uma universidade do Espírito Santo, mas não tenho certeza. Teria de consultar os dados da plataforma para informar isso à senhora. Mas já tinha sido aprovado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não sei se a Orange estava envolvida nessa pesquisa da dengue.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não tenho certeza. Eu tenho a impressão de que era um pesquisador do Espírito Santo, da federal de lá. Não tenho certeza para lhe garantir isso.

A outra pesquisa, essa que foi aprovada recentemente, foi feita pelo Instituto Butantan, pelo Dr. Alexander e o Diretor Jorge Kalil.

Só sobre essa polêmica, nós não estamos questionando a biópsia inicial; ela é rotina na clínica e por meio dela se faz a tipagem genética no tumor. Isso aí é ponto pacífico. O que se está questionando é a necessidade de se fazer uma segunda biópsia, que não é feita na clínica normal! Se o paciente estiver fora da pesquisa, ele não faz essa biópsia, e ela é feita exclusivamente pela curiosidade científica. Essa é a questão que gerou a polêmica aí no caso.

Só mais um dado... Estava faltando uma questãozinha, mas agora me fugiu. Se eu me lembrar, eu ainda falo no final.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Cláudio, para fazer as considerações dele, e aí vamos caminhar para o encerramento.

Essa coisa da dengue, Dr. Jorge, a minha participação não é clínica, não: eu estou trabalhando num aplicativo para ver se o Ministério da Saúde adota. Estamos tentando usar na Bahia, e aí já é a minha contribuição, como técnico da área. Nós estamos construindo um aplicativo relacionada à dengue.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Seria inseticida o aplicativo?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não. Aplicativo para se usar como alerta. É um sistema para identificação. Aplicativo na linguagem tecnológica. Estamos fazendo todo um mapeamento da dengue, da chikungunya no Estado da Bahia. Nós estamos usando os agentes comunitários de

saúde, e esses aplicativos serão utilizados não só pelo agente, mas a ideia é disponibilizá-los para a sociedade, para que ela possa fazer o alerta dos focos, a identificação dos casos existentes, para cercarmos a dengue, então.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu me lembrei de um aspecto que acho seria interessante os senhores conhecerem.

Houve outra pesquisa, já aprovada há mais tempo, inclusive com a participação do Ministério da Saúde, que é um mecanismo diferente em relação à dengue; não é a vacina propriamente. A ideia é contaminar os mosquitos transmissores com determinado vírus de forma que eles deixariam de transmitir o vírus da dengue. Esse vírus pesquisado bloquearia a transmissão do vírus da dengue pelo mosquito. Essa foi uma descoberta feita inicialmente na Austrália, e está sendo feito um teste da viabilidade prática disso.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É o uso da mosca modificada. O pessoal lá do interior da Bahia está fazendo essa aplicação.

Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – Inicialmente, Senadora Ana Amélia, eu não vou consertar, vou manter realmente o que eu disse, mas vou explicar o sentido do que eu disse.

Eu inicialmente agradeci a oportunidade e parabenizei a iniciativa. O que eu disse do afã legiferante foi para aproveitar este momento. Não foi crítica, de maneira alguma! De maneira nenhuma eu julguei que está sendo feito de forma corrida. De maneira nenhuma! Eu preveni de forma a aproveitar este momento, e disse que não se deixasse levar por um afã; mas não acusei, de maneira nenhuma. Por favor, se houve um mal-entendido, me desculpe! Não foi a minha intenção, inclusive está gravado. E vou falar só do conteúdo, não vou entrar no mérito. Não vim falar como advogado, vim falar como representante do atual sistema CEP/Conep.

Senador Aloysio, em relação à soberania que eu mencionei, onde pode estar ameaçada a soberania? Se se perde o controle ético e social de um CEP independente, qualquer um se infiltra e pode se tratar até de questões inimagináveis. Se não se faz um controle, há ameaça à soberania. Ameaça-se a própria validade do sistema que está sendo criado! Tem que haver algum controle ético, social, mantendo o princípio universal de proporcionalidade, de razoabilidade, de multidisciplinaridade do atual sistema. Aí no sentido... Foi um exemplo gritante, não foi uma acusação pontual, de maneira nenhuma, por favor!

Essa preocupação a gente tem que ter.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não. Eu não levei como acusação, apenas queria saber...

Agora, o senhor disse que não se tinha debruçado sobre as questões propriamente jurídicas, sobre eventuais imperfeições jurídicas no texto; eu pediria ao senhor que mandasse sugestões, e eu agradeceria imensamente.

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – Realmente, debrucei...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se o senhor detectar no texto problemas de ordem jurídica e de técnica legislativa...

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – Perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por favor...

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – Não tenho. Não tenho nem essa pretensão, e ainda sou seu aluno, Senador, por favor! (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não.

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – Na verdade, a minha preocupação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Às vezes, eu faço erros crassos quando escrevo. (*Risos.*)

O SR. CLÁUDIO ROBERTO CAMPERLINGO DE ARAÚJO – ... e falei com o Deputado, foi realmente de participar com um olhar, uma voz de um participante de pesquisa e não na questão técnica.

Tenho certeza da competência legislativa dos senhores, e até volto ao termo "afã legiferante", porque, muitas vezes, se houver alguns menos avisados, que não têm essa técnica legislativa como os senhores estão ensinando aqui, pode acabar acontecendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O.k.

Dr. Jorge, só para encerrar.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Sobre a questão do excesso de pendências, eu acho que é importante esclarecer que nós, recentemente, em agosto, a pedido dos patrocinadores, fizemos o que nós chamamos de manual sobre as pendências de repetição. Esse manual é bastante detalhado, descreve os erros mais frequentes que são cometidos nas pesquisas, o que é certo em cada ponto, o que é aceitável, etc., exatamente para evitar que fique esse trabalho de ir e voltar, sendo que isso só aumenta o nosso trabalho e o de quem está fazendo a pesquisa também. Então, nós estamos procurando exatamente evitar isso.

E tive a satisfação inclusive de ter uma audiência há 15 dias, exatamente com esse mesmo laboratório que trouxe essa planilha que eu coloquei aqui na minha apresentação, e eles chegaram com esse manual todo cheio de orelhinhas coloridas, todo sublinhado e tal, agradecendo muito, dizendo que está ajudando muito e que o objetivo deles é acabar com as pendências de repetição para conseguirem ter aprovados os projetos com uma tramitação só, coisa que já está começando a acontecer algumas vezes.

Então, a nossa parte nós estamos procurando fazer para evitar que fique essa coisa que demore à toa.

Agora, é necessário um esforço também para entender a lógica do sistema e entender a defesa do participante de pesquisa, que é necessário que o sistema faça. Nesse sentido, é preciso haver uma sintonia e um diálogo de parte a parte, para que consigamos esse objetivo plenamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu acho que seria conveniente, até para efeito da transparência, que o Dr. Jorge Venâncio declinasse o nome da instituição que fez essas referências. Talvez ela possa nos ajudar também nessa questão da pesquisa.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – O laboratório que fez isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Foi o laboratório Janssen, o representante da Jonhson&Jonhson na parte farmacêutica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O.k.

Dito isso, Senador Aloysio, V. Exª tem um farto material para fazer a pesquisa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Depois, V. Exª vai submeter ao nosso conselho aqui de ciência e tecnologia, para nós aprovarmos sua pesquisa e transformá-la em boa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

Eu agradeço muito. Foi excelente a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Muito boa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu agradeço muito pelas contribuições. Vamos procurar fazer um projeto que tenha condições de receber aprovação a mais ampla possível. E fica aí a provocação da Drª Fernanda, de nós, depois disso, debruçarmo-nos sobre outro tema verificado, que é de pesquisas em geral sobre seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É fundamental, mas vamos fazer por partes, para não cometermos atropelos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente audiência.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

EMENDAS AO PRJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL - PL 06/2015 - CN

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia onze de novembro de dois mil e quinze, na sala 7, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Valdir Raupp, Hélio José, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Delcidio do Amaral e José Agripino, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é discutir e votar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 06/2015-CN, "que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019". Neste momento, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, relator das Emendas ao Plano Plurianual 2016-2019 nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 6 (seis) emendas ao PL 06/2015-CN, sendo 3 (três) emendas ao texto e 3 (três) emendas à despesa: **Emenda n.º 01:** Tipo da Emenda: alteração de redação de iniciativa. Ementa: CCT II - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas. Iniciativa proposta: 04UT - Estímulo ao desenvolvimento de aceleradoras, microempresas, incubadoras de empresas e parques tecnológicos (PNI). Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Emenda n.º 02:** Tipo da Emenda: Alteração de Redação de Iniciativa. Ementa: CCT III - Promover a pesquisa, o desenv. e a inovação em tec. dig., componentes e dispositivos eletrônicos. Iniciativa proposta: 04QD - Apoio à ampliação ou atualização de infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos em centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), incluindo a capacitação e formação de engenheiros e de profissionais e pesquisadores em nível de graduação, mestrado e doutorado em tecnologias digitais, especialmente nas áreas de componentes e dispositivos eletrônicos avançados de microeletrônica e segurança cibernética. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Emenda n.º 03:** Tipo da Emenda: Inclusão de Meta (objetivo). Ementa: CCT IV – Inovação na Industria. Programa: 2021- Ciência, Tecnologia e inovação. Objetivo: 1056 – Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação das Empresas e nas cadeias produtivas. Descrição proposta: Dirigir, preferencialmente, o financiamento do BNDES para projetos que visem desenvolver a capacidade de inovação na indústria brasileira. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Emenda n.º 04:** Tipo da Emenda: Ampliação de Meta (objetivo). Ementa: CCT – Apoiar anualmente 8 mil projetos de pesquisa pelas Agências Federais de Fomento a Ciência, Tecnologia e Inovação. Programa: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação. Objetivo 0400. Descrição proposta: Apoiar anualmente 8 mil projetos de pesquisa pelas Agências Federais de Fomento a Ciência, Tecnologia e Inovação. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Emenda nº 5:** Tipo de Emenda: Ampliação de meta (objetivo). Ementa: CCT – Apoiar 150 Projetos de extensão Tecnológica. Programa 2021 – Ciência Tecnologia e Inovação. Objetivo 1055. Descrição Proposta: Apoiar 150 Projetos de extensão Tecnológica. **Emenda nº 6**: Tipo da emenda**:** Texto do PL (modificativa). Ementa: CCT I Texto - Modificativa do Inciso II, art. 14 - Relatorio de Avaliação ao CN. Referência: Art. 14, parágrafo único, inciso ll. Texto proposto: II encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do Plano, que conterá: a - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados; b - situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas, informando as medidas corretivas a serem adotadas quando houver indicativo de que metas estabelecidas não serão atingidas até o término do Plano. c - execução financeira das ações vinculadas aos objetivos dos programas temáticos, observado o disposto no . § 2º do art.8º. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Plano Plurianual – PPA 2016-2019, o Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Bruno Souza Barros, Secretário-Adjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um!

Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza hoje, 11 de novembro de 2015.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentadas ao Projeto de Lei nº 6/2015-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019.

A Comissão recebeu 12 emendas. Foi designado o Relator das emendas, para muita honra nossa, o Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu parecer e suas considerações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Boa tarde a todos!

Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) recebeu, como disse o nosso Presidente, no prazo estabelecido na convocação, 12 propostas de emendas a serem apresentadas ao PLN 6, de 2015, do Congresso Nacional, projeto de lei que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019, como listadas no anexo.

Análise das propostas.

Importa ressaltar que a CCT, nos termos do item 2.3.4 do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019, pode apresentar até três emendas à despesa ao projeto em exame, não havendo limite para as emendas de texto. Consoante o mesmo item, "considera-se emenda à despesa aquela relacionada à inclusão de Iniciativas ou à inclusão ou ampliação de Metas". Quanto a esse ponto, vale ressaltar que as Emendas nºs 2, 3 e 4 são consideradas emendas ao texto, sendo as demais enquadradas como emendas à despesa.

A análise por nós empreendida focalizou o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito às regras constantes do Parecer Preliminar e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Entendemos que as proposições em exame cumprem as exigências previstas nos citados normativos.

Ademais, consideramos que todas as emendas apresentadas estão estritamente relacionadas à área de atuação desta Comissão, bem como estão revestidas de caráter institucional e representam inegável interesse nacional.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

A missão do Relator é uma missão difícil, porque eu gostaria de atender a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Todos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – As emendas de autoria de V. Exª são de texto. Então, todas elas foram atendidas, porque não há limite, mas, com relação às emendas de despesa, estas estão limitadas a três. Então, tivemos que ver aquelas que foram propostas pelo maior número de Senadores e que tinham maior interesse para os objetivos da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Diante do exposto, votamos para que esta Comissão apresente, como eu disse, todas as emendas ao texto. E, em que pese o caráter meritório e a relevância de todas as propostas de emendas à despesa, selecionamos as três que mais se destacaram nesses quesitos. Abaixo, estão relacionadas as propostas que encaminhamos para aprovação.

A Proposta nº 2, de autoria do Senador Cristovam Buarque, é uma emenda de texto ao projeto de lei modificativa:

II – encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do Plano, que conterá:

a - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

b - situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas, informando as medidas corretivas a serem adotadas quando houver indicativo de que metas estabelecidas não serão atingidas até o término do plano;

c - execução financeira das ações vinculadas aos objetivos dos programas temáticos, observado o disposto no §2º do art. 8º.

Essa é a Emenda nº 2, cujo texto propomos pela aprovação.

Emenda nº 3, também de texto, também de autoria do Senador Cristovam Buarque: Alteração de redação de iniciativa.

Descrição da emenda:

Nova redação para a iniciativa 04UT; 04UT fica com a redação proposta: "04UT - Estímulo ao desenvolvimento de aceleradoras, microempresas, incubadoras de empresas e parques tecnológicos."

Emenda nº 4, também de texto, de autoria do Senador Cristovam Buarque: alteração de redação de Iniciativa.

A emenda tem a seguinte descrição:

Nova redação para a iniciativa 04QD [que passa à seguinte redação:]: " 04QD - Apoio à ampliação ou atualização de infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), incluindo a capacitação e formação de engenheiros e de profissionais e pesquisadores em nível de graduação, mestrado e doutorado em tecnologias digitais, especialmente nas áreas de componentes e dispositivos eletrônicos avançados de microeletrônica e segurança cibernética."

Essas três são emendas de texto. Todas as três.

O voto é pela aprovação.

Emendas que dizem respeito à despesa.

Emenda nº 5, inclusão de meta, também de proposição do Senador Cristovam Buarque.

Inclusão da seguinte Meta qualitativa: "Dirigir, preferencialmente, o financiamento do BNDES para projetos que visem a desenvolver a capacidade de inovação na indústria brasileira" no Objetivo 1056 – promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.

A segunda emenda referente à despesa, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que é a Emenda nº 7, também de ampliação de meta, tem o seguinte texto: "Ampliação da Meta 00W0, resultando no seguinte texto: '00W0 – Apoiar anualmente 8 mil projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação.'"

Finalmente, a terceira e última emenda à despesa, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, como ampliação de meta, tem a seguinte descrição: "Ampliação da Meta 044E, resultando no seguinte texto: '044E – Apoiar 150 projetos de extensão tecnológica.'"

Sr. Presidente, Srs. Senadores, são essas as três emendas à despesa que coloco em discussão aos Srs. Senadores para aprovação.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Ao final, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exª pelas emendas apresentadas, aos Senadores Valdir Raupp, Randolfe Rodrigues, que foram os autores das 12 emendas apresentadas à CCT.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço ao Senador.

Em discussão o parecer do Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com sugestões feitas pelo nobre Relator permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nos termos do art. 97, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Neste sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A ata está aprovada e será aprovada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Meus agradecimentos aos Senadores Raupp e Randolfe, que apresentaram as emendas, e ao Senador Flexa Ribeiro, que tão bem conduziu o processo da relatoria neste ano.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lasier Martins, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Marcelo Crivella e Elmano Férrer. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 123 de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arnon Bezerra, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações," que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 559 de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com 'cláusulas de fidelização' do assinante." O relator designado é o Senador José Medeiros que oferece relatório pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto. Em 15/09/2015, foi concedida Vista coletiva nos termos regimentais. Iniciada a discussão, é lido Voto em separado apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, pela prejudicialidade do PLC 123/2011 e do PLS 559/2011. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório do Senador José Medeiros, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLS 123/2011, nos termos da Emenda nº 01-CCT (Substitutivo) e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto, restando prejudicado o Voto em Separado do Senador Flexa Ribeiro. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 146 de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 129 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wilder Morais, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações) para assegurar aos usuários dos serviços de telecomunicações o direito a informações sobre o progresso de procedimentos de instalação e de manutenção." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 433 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 431 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 6: Minuta de Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações relativas ao processo de renovação da permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo: a) houve aprovação da renovação da outorga em questão relativa ao decênio 1999–2009 no âmbito do Ministério das Comunicações? Essa renovação foi submetida à apreciação do Congresso Nacional? b) sob que fundamento legal o pedido de renovação da permissão em questão relativo ao decênio 1999–2009, apresentado intempestivamente pelo interessado após o vencimento da outorga, foi admitido e processado pelo Ministério das Comunicações?" O requerimento é aprovado. **Item 7: Requerimento n.º 71, de 2015-CCT**,

de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Cristovam Buarque , que "Nos termos do art. 93, II, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater os desafios e perspectivas do setor aeroespacial brasileiro. Para tanto, sugiro sejam convidados: Senhor José Raimundo Braga Coelho – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); Senhor Walter Bartels – Diretor Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB); Senhor Frederico Fleury Curado – Diretor Presidente da Embraer; Senhor Fernando Toshinori Sakane – Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Representante do Sindicato de Metalúrgicos de São José dos Campos." O requerimento é aprovado. **Item 8: Requerimento n.º 74, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque, que requerem, "...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT do Senado Federal, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2015, que "dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015". A audiência pública será realizada em conjunto com a Comissão Assuntos Econômicos – CAE e terá como convidados as autoridades abaixo listadas: Presidente ou Representante do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa científica e Tecnológica – CONFIES: Dra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro; Presidente ou Representante da Confederação Nacional das Indústrias – CNI: Dr. Robson Andrade; Reitor da Universidade de Brasília – UnB: Dr. Ivan Camargo; Presidente ou Representante do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – FORTEC: Dra. Cristina Quintella; Presidente ou Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC: Dra. Helena B. Nader." Durante a discussão, foi incluído o nome do seguinte convidado: Sérgio Luiz Gargioni, Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa. O requerimento é aprovado. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 63 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DO LIMÃO - ASCOBLI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhalzinho, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 65 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE BARUERI EDUCACIONAL, CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL – ARB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barueri, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 68 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CIDADE DE SANTOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 175 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE DOIS IRMÃOS DO BURITI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Buriti, Estado de Mato Grosso do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Jorge Viana Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 127 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 57 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comis-

são de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DA LAGOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Eduardo Amorim Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 279 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ÂNGULO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ângulo, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 297 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MÃE DO RIO – ASDECOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mãe do Rio, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 189 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TIBRAS COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 271 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOS AMIGOS DO KM-20 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 272 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VERA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 342 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ALTO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 79 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA HARMONIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à BECKER, CASTRO CIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia,

Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCACIONAL SÃO VENDELINO – ACCEVS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 104 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CIPOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Cipó, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Ivo Cassol Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 112 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO DE MAMBUCABA FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Ivo Cassol Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 150 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA ZONA OESTE - ACAZO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Ivo Cassol Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 163 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 305 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Quitéria, Estado do Maranhão." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 322 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIVINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divino,

Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 106 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE PORTO ALEGRE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 172 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ZÉ LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 236 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sagres, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SÓCIO CULTURAL DE RIACHO DE SANTANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 263 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DA CIDADE DE BURITIRAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritirama, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilicínea, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 48 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CARMORELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 50 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a

discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 53 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E EDUCAÇÃO BAGAGEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O relatório é dado como lido. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas, determinando que eu, **Bruno Souza de Barros, Secretário-Adjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada um e a cada uma.

Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de novembro de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados da Mesa.

Esta Presidência recebeu do Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. João Batista de Rezende, exemplar em mídia digital do relatório anual do ano de 2014, com balanço das atividades desenvolvidas pela Anatel ao longo do último exercício.

A mídia encontra-se à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores na Secretaria da CCT.

Passamos à pauta deliberativa.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.

Autoria: Deputado Arnon Bezerra

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com "cláusulas de fidelização" do assinante.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto.
Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;

2) Em 15/09/2015, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais;

3) Em 29/09/2015, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, pela prejudicialidade dos Projetos;

4) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 29/09/2015, a pedido do relator.

5) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 13/10/2015, 20/10/2015 e 03/11/2015.

Esse item tem um voto em separado apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, com relatório pela prejudicialidade dos projetos.

Como o Senador Flexa não está presente, pergunto se alguém quer subscrever ou se damos um tempo para que ele possa chegar, para não sermos indelicados com o nosso colega, a não ser que o Senador José Medeiros tenha algum compromisso urgente e queira que esse projeto seja...

Não tem. Então vamos dar um tempo. Pode ser que o Senador Flexa...

Já ligamos para ele, que deve estar chegando.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sou Relator do item 13. Se puder fazer inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então vamos ver.

São todos terminativos. Podemos ir direto para eles. Não é melhor?

Para dar um pouco mais de tempo, aproveitando a presença do Senador Jorge, porque tem a ver com ele, coloco em votação requerimentos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Item 8, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Item 8.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 74, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT do Senado Federal, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2015, que "dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015". A audiência pública será realizada em conjunto com a Comissão Assuntos Econômicos – CAE e terá como convidados as autoridades abaixo listadas:

• Presidente ou Representante do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa científica e Tecnológica – CONFIES: Dra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro;

• Presidente ou Representante da Confederação Nacional das Indústrias – CNI: Dr. Robson Andrade;

• Reitor da Universidade de Brasília – UnB: Dr. Ivan Camargo;

• Presidente ou Representante do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – FORTEC: Dra. Cristina Quintella;

• Presidente ou Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC: Dra. Helena B. Nader.

Autoria: Senador Jorge Viana

O Senador Jorge Viana quer apresentar?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu gostaria.

Cumprimentando os colegas e V. Exª, Sr. Presidente, Senador Cristovam, estamos apresentando o item 8 em comum acordo – é bom informar isto aos colegas Senadores e Senadoras –, pois se trata de uma proposta de audiência pública, que nós poderíamos fazer amanhã, para tratar do Projeto de Lei da Câmara nº 77, que estabelece um novo marco regulatório para ciência, tecnologia e inovação no País.

Esse é um projeto suprapartidário feito com a participação direta da comunidade científica, das fundações vinculadas às universidades... Eu e o Senador Cristovam já participamos de muitas audiências e debates. Eu fiz um parecer na Comissão de Constituição e Justiça, onde também sou Relator da matéria, e sou Relator nesta Comissão pela bondade e generosidade do Senador Cristovam, que me permite subscrever uma lei que é fundamental para a ciência e a tecnologia no País.

Em se tratando de inovação, há 55 países mais bem posicionados que o nosso. O senhor é de um Estado que baseia boa parte do parque tecnológico brasileiro. Todos sabemos que avançamos muito, mas ainda atrás, porque usamos tecnologias desenvolvidas em outros países. A inovação não tem como endereço o Brasil. Isso é lamentável.

Com essa lei, eu, o Senador Cristovam, a comunidade científica, todos temos esperança de que o Brasil agora crie regras que facilitem, que estimulem a comunidade científica, os pesquisadores, os professores a tra-

balharem mais intensamente. É uma lei muito importante, moderna, contemporânea, que foi construída, como devem ser construídas as boas leis, que "pegam", a muitas mãos, de maneira suprapartidária... Envolveram-se o PSDB, o PT, o PMDB, havia outras forças políticas envolvidas, havia vários Parlamentares na Câmara. Ela teve uma participação direta da comunidade científica e chega ao Senado.

O pedido que a comunidade faz é para que concluamos este ano com a apreciação dessa matéria. O propósito do requerimento é fazer com que ela possa ser apreciada. Nós estamos propondo, em comum acordo, que haja, amanhã, uma audiência pública. Vamos trazer representantes da comunidade científica para uma audiência conjunta, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Assuntos Econômicos, propósito do requerimento, para fazermos um debate que nos habilite a colocar na pauta da próxima semana esse projeto de lei e nos permita fazer a apreciação dele nas comissões e levá-lo ao Plenário.

Eu acho que, com isso, nós não vamos encurtar os prazos. Ao contrário, nós vamos otimizar, mas fazendo aquilo que é nossa obrigação. Vamos fazer uma audiência pública, debater esse assunto.

Nossa proposta é que essa audiência ocorra amanhã. A comunidade científica está aqui, em Brasília, outras entidades se dispõem a vir. Peço, então, aprovação deste requerimento para que possamos fazer audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLC nº 77, de 2015. Obviamente, a proposta é ouvir representantes do Conselho Nacional das Fundações de Apoio à Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), o Presidente ou representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Reitor da Universidade de Brasília, o Presidente ou representante do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, Presidente ou representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Com isso, teríamos realmente condições de fazer um debate adequado acerca de um tema que é tão estratégico, tão importante para o nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aziz, com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª e o Senador Jorge Viana. É importantíssima essa questão. Aliás, todas as pessoas que representam essas entidades já estiveram aqui, discutindo conosco o Ciência sem Fronteiras, e nos deram grande contribuição. Entendo que, para que avancemos na inovação, na pesquisa, principalmente no conhecimento da região de onde tanto eu como o Senador Jorge Viana somos, é muito importante termos um marco para que possamos um marco para que possamos focar no investimento.

Temos dificuldade – e isso já discutimos aqui, V. Exª e todos os Senadores desta Comissão concordam – e temos um problema seriíssimo na produção de mão de obra qualificada. E o Ciência sem Fronteiras seria uma saída para isso. Mas enxergamos, até agora, muito incipiente, vai demorar ainda muito tempo, vai demorar ainda algumas décadas para que haja. Podemos cortar caminho, avançar. Concordo plenamente com esse requerimento da Comissão.

Parabenizo pela iniciativa. Acho que temos que dar, se já há um projeto de lei, agilidade, para que entremos 2016 já com alguma coisa pronta com relação a essa área tão importante, que geraria novas oportunidades à população brasileira, principalmente à população extrativista dos nossos Estados, a população que depende do conhecimento que tem, já que isso foi passado de geração a geração. E hoje poderíamos avançar bastante, produzir e gerar oportunidades para outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Aziz.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Cristovam é o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele preside a Comissão, vai presidir a audiência pública e é também o Relator.

Eu só quero fazer um reparo, Sr. Presidente: a Presidente da SBPC está fora do Brasil, a nossa companheira querida Drª Helena Nader. Eu gostaria de saber se é possível fazer a substituição pelo Confap, Conselho Nacional...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente. Traríamos o Confap, Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, porque, nesse caso, teríamos a representação estadual também das universidades. Assim, completaríamos, então, um conjunto de convidados que representariam muito bem a sociedade científica brasileira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aziz, quero lhe dizer, e o senhor vai ficar satisfeito, que aquela audiência que fizemos, duas, sobre Ciência sem Fronteiras teve repercussões. Ontem, o Governador Perillo lançou um programa em Goiás, que é o Ciência sem Fronteiras de Goiás, e pretende corrigir as falhas do Ciência sem Fronteiras brasileiro. Uma das razões disso foi a nossa au-

diência pública, de que ele e seus assessores tomaram conhecimento. Por exemplo, vão ser muito rigorosos na escolha de para aonde vão os estudantes. Vão patrocinar a vinda de pesquisadores de fora para ficarem no Estado, promovendo, criando escolas científicas, digamos. Isso foi fruto, em parte pelo menos, da discussão que tivemos aqui.

Eles perceberam que é um programa com qualidades, mas precisa ser melhorado.

Está em discussão o requerimento subscrito pelo Senador Jorge Viana e por mim.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, o requerimento é da maior importância, porque nós precisamos falar sobre esse tema e precisamos mesmo discutir, discutir e discutir. E, aí, muitos dirão: "Isso não vale nada! Isso não adianta de nada; é só conversa!" Mas, recentemente, nós tivemos aqui uma audiência em que falamos, falamos e falamos sobre a fosfoetanolamina. Foi uma audiência que, em princípio, muitos poderiam dizer que era só uma conversa que não levaria a lugar nenhum. Contudo, ontem, ouvindo *A Voz do Brasil*, fiquei muito contente, Senador Jorge Viana, em saber que o Governo destinou R$10 milhões, já de pronto, para o início das pesquisas sobre aquela substância que começou a ser desenvolvida na USP. Com certeza, isso dá esperanças a milhares de brasileiros que, de há muito, aguardavam por isso. E sabe onde esse debate começou, Senador? Foi aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Se a Comissão de Ciência e Tecnologia, durante o ano, não tivesse produzido nada, só aquela audiência já teria valido pelo ano inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E vamos agradecer ao Senador Ivo Cassol, de quem foi a iniciativa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exatamente. Temos de dar o mérito ao Senador Ivo Cassol.

Mas fica esse registro aqui da importância que têm esses debates.

Então, quando o Senador Jorge Viana traz esse requerimento para falarmos sobre esse assunto, sobre ciência e tecnologia, sobre o marco regulatório para isso, eu penso ser da maior importância debatermos, falarmos sobre esse assunto, assim como foi de extrema importância falarmos sobre o Ciência sem Fronteiras, cujos resultados V. Exª acaba de trazer.

Assim, queria fazer esse registro de que estamos findando o ano e a Comissão de Ciência e Tecnologia cumpriu com o seu papel neste ano de 2015.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Flexa.

Aliás, Senador Flexa, o Senador Cyro Miranda mandou um abraço para o senhor. Nós três somos colegas, porque temos em comum um professor no Ensino Secundário.

Quando estive com ele ontem, em Goiás, ele lhe mandou um abraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim. O Irmão Afonso. Nós precisamos visitar o Irmão Afonso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Precisamos, porque ele está velhinho já.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Cristovam, evidentemente, o requerimento do Senador Jorge Viana é da maior importância.

O que o Senador José Medeiros colocou aqui sobre a audiência que fizemos em conjunto com a CAS para discutir, a partir de um requerimento, como V. Exª bem lembrou, de autoria do Senador Ivo Cassol, a fosfoetanolamina teve uma repercussão e uma resposta rápida do Governo... Espero que sejam, de fato, liberados os recursos, Senador José Medeiros; que não seja só a promessa! E a repercussão foi impressionante, porque as pessoas que, lamentavelmente, estão acometidos da doença estão ávidas atrás da substância. E seria importante que nós, até pela Comissão, pudéssemos ter a informação se ela está sendo produzida por alguma instituição de pesquisa, se a USP continua produzindo etc. E até para que nós possamos dar respostas e atender a essas pessoas que nos procuram o tempo todo; para que nós, pelo menos, possamos dar uma esperança de que eles terão acesso a essa substância que, pelo que vimos aqui, tem efeitos reais no combate à doença.

Com relação à questão do requerimento que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, eu acho que é importante. Eu tive a honra, quando presidi a Comissão... – acabamos de falar no Senador Ivo Cassol. E falamos bem, como sempre, Senador Ivo Cassol – ...de trazer para cá, como V. Exª faz, Senador Jorge Viana, com seu requerimento, a ciência, tecnologia e inovação.

A pauta era preenchida com a parte das comunicações, que praticamente tomava a pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. E a ciência e tecnologia não tinha. Então, nós abrimos, como V. Exª faz, essa questão porque ela é importante.

Mas eu perguntaria ao Senador Jorge Viana se nós não poderíamos ou deveríamos, Senador Jorge, Senador Omar Aziz, Senador Ivo Cassol, colocar alguma instituição de pesquisa da Amazônia para que pudéssemos puxar essa discussão da ciência e tecnologia, pesquisa e inovação, para a nossa região, que é, sem sombra de duvida, cantada em prosa e verso, como a maior biodiversidade do planeta e quem menos conhece a biodiversidade da Amazônia somos nós, brasileiros. Ela tem o conhecimento dos pesquisadores que estão na Amazônia, através das ONGs que estão lá fazendo as pesquisas, desenvolvendo lá o seu trabalho. Se nós não teríamos espaço aqui para colocar alguém da Amazônia também para discutir com os convidados que aqui estão e que vão tratar nacionalmente.

Essa é a sugestão que faço ao autor do requerimento e subscrevo, parabenizando pelo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Jorge, Senador Aziz, os dois da Amazônia...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso, os três aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais o Senador Ivo, todos nós. Óbvio que é muito oportuno o posicionamento do Senador Flexa. Nós temos 20% da biodiversidade do planeta, nós temos obrigação e temos cuidado dessa biodiversidade, mas temos um centro de biodiversidade da Amazônia que, há anos, não recebe a atenção devida, nós temos uma série de dificuldades para fazer pesquisa na Amazônia. Acabamos de aprovar a Lei de Acesso à Biodiversidade, da qual fui um dos relatores, e acho que vai ajudar bastante nesse processo para que cesse essa coisa de que qualquer cientista e pesquisador brasileiro que vai estudar a Amazônia ser chamado de biopirata – isso é um absurdo! Nós precisamos separar as coisas: aqueles que querem nos usar daqueles que querem nos ajudar.

E nós precisamos ter a comunidade científica como aliada. O problema é o tempo, mas, se V. Exª tiver alguma sugestão, acho que, como nós estamos buscando, Senador Cristovam...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É amanhã, então dá tempo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É amanhã ainda, nós podíamos deixar em aberto que se procuraria, com apoio daqueles que estão nos ajudando na audiência pública, identificar os nomes, sejam do INPA...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ou do Emilio Goeldi.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Do Emilio Goeldi. Nós procuraríamos trazer alguém que pudesse falar sobre a comunidade científica na Amazônia.

Então, fica acatada a sugestão do Senador e vamos tentar; se conseguirmos de hoje para amanhã, alguém com representatividade e disponibilidade de nos ajudar, eu acato o adendo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente e Senador Jorge, o Senador Omar Aziz deu, agora aqui, uma ideia que eu acho interessante. Não daria mais talvez para fazermos ainda este ano, mas no início do ano fazermos uma audiência com todas as instituições de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação da Amazônia e o Ministério de Ciência e Tecnologia participando também.

Acho que a gente poderia fazer isso já no início do próximo ano e faríamos a audiência amanhã, atendendo ao requerimento do Senador Jorge Viana.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sobre esse assunto ainda do requerimento?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É. Sobre assunto, para fortalecer.

Eu vejo, do meu ponto de vista, que, nessa discussão sobre o medicamento, especialmente aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, fico feliz por um lado, quando o MCT coloca à disposição 17 laboratórios para concluir as pesquisas, mas fico triste quando leio um jornal, como fiz hoje de manhã – precisamos estar bem informados –, e os próprios laboratórios dizem que, em sete meses, haverá medicamentos à disposição, para começarem os testes nas pessoas.

Isso é uma coisa absurda! Já foi feito. O Instituto Butantã... – eu e o Senador Omar estivemos ontem juntos em Belém na posse do novo presidente do Basa, que é filho da própria instituição, juntamente com os demais Senadores...

Eu fico triste, fico chateado, não é por nada. Não se trata de um medicamento com que estão trabalhando para ser liberado para o Ivo Cassol, não, gente! É para a população que está em casa, pessoas com câncer,

pessoas doentes. Já foram feitas essas pesquisas em animais e já foram feitas pesquisas em seres humanos. Mais de mil pessoas, que eu conheço, foram usadas...

Vou apresentar um depoimento para vocês aqui. É um depoimento e não um relato, como dizem alguns bambambãs da saúde. É o depoimento de uma funcionária nossa, desta Casa. É a funcionária Maria Cecília, que foi minha assessora. Eu a cedi para a Mesa da Casa; ela é assessora na área de recursos humanos, perdeu a mãe com câncer e, ao mesmo tempo, tem um irmão, novo, jovem ainda, com quarenta e poucos anos. Eu usei a tribuna do Senado na terça-feira para discursar a respeito – ele me autorizou a falar. O médico do hospital de Goiânia dizia que ele podia ir para casa para morrer. Primeiro, o câncer começou no reto, subiu para o fígado, para o pulmão e, no pulmão, estava com um tumor de 18cm, Senador Omar e Senador Flexa! No primeiro discurso que fiz aqui, ela veio falar comigo. Eu falei que só havia um caminho para conseguir o medicamento: entrar na Justiça. Ela entrou na Justiça e, no outro dia, conseguiu o medicamento. Depois que começou a tomar, na semana passada, ele estava dirigindo o carro, estava com a vida normal. Antes, ele estava no leito e foi para casa para morrer.

Então, o Governo Federal, as instituições federais, por causa da burocracia, infelizmente, por desejo de conselhos de Farmácia, conselhos de Medicina... Há profissionais na área de oncologia para quem temos de tirar o chapéu: são dez, são pessoas humanas, mas outros, infelizmente, colocam a nota de dólar na frente, colocam o dinheiro na frente. Eu quero dizer para esses caras que, no dia em que eles morrerem, eles não vão levar aquilo nem para o inferno, nem para o céu. Para nenhum lugar, eles vão levar o dinheiro, pois haverá sete palmos de terra em cima deles.

É uma injustiça o que estão fazendo com o povo brasileiro que está de cama por causa do câncer. É uma injustiça!

Aí, para nosso azar, na semana passada, um desembargador de São Paulo deu uma liminar cancelando toda a produção da fosfo que estava sendo produzida por liminar. Resultado: como ficam esses pacientes que estavam se tratando?

E não é o depoimento do Senador Ivo Cassol, gente! É o depoimento de pessoas, de seres humanos. São pessoas que querem compartilhar e continuar junto dos seus familiares. Então, fico triste.

Fico feliz que o Senado esteja debatendo, mas quero deixar bem claro, Flexa, Omar e todo mundo, que, se nós esperarmos até o nosso retorno para qualquer coisa que se vá fazer aqui, só vai acontecer no mês de março, e muitas pessoas, daqui até março, vão morrer. E, na Constituição está claro: o direito à vida é um direito de todos. Então, espero que a Justiça – mais uma vez o Supremo – reveja isso e libere a produção provisoriamente, enquanto se fazem os testes complementares, porque para quem está com câncer em fase final, pior do que a quimioterapia não existe.

Eu queria fazer uma permuta com esses médicos, esses profissionais de saúde que são contra a fosfo. Eu quero fazer uma permuta com eles: eles tomam um litro de quimioterapia ou dois litros – não sei se aquilo é em litro, em dose, o que é. Eles invertem, tomam uma dose cavalar daquelas para verem como o organismo deles vai reagir, para verem como estão passando as pessoas que têm câncer. Olha, só quem faz quimioterapia sabe o efeito colateral que dá e como o sistema imunológico acaba.

Aos parceiros aqui, obrigado por me defenderem, obrigado por nos ajudarem. Essa busca, essa luta é de todos nós; de todos nós que temos vergonha na cara e temos, acima de tudo, respeito pelos nossos semelhantes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Ivo.

Só um detalhe: acho que este assunto merece o máximo de discussão. Queria só aprovar, primeiro...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É para discutir, ainda, o relatório.

Senador Ivo, vamos continuar conversando aqui. Eu tenho uma sugestão e um pedido a lhe fazer.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É apenas para parabenizar os autores, o Senador Jorge Viana e V. Exª, pelo requerimento. A pesquisa científica no Brasil precisa ser desburocratizada para ganharmos mais do que em quantidade – nisso, o País já vem avançando há algum tempo –, mas, sobretudo, em qualidade, Sr. Presidente. Em 2011, era o 31º lugar em qualidade de pesquisa científica.

Em 2011, passamos para o 40º lugar, ou seja, regredimos na qualidade da pesquisa científica.

Com certeza, um projeto como esse, Jorge, sendo aprovado – ele não está mais aqui –, vai ajudar muito e facilitar muito, realmente, não só a quantidade, mas, sobretudo, a qualidade das nossas pesquisas.

Então, parabenizo os autores do requerimento e também do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Terminada a discussão, em votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, Senador Jorge, o nosso requerimento.

Eu queria dizer ao Senador Ivo Cassol que, pouco antes de o senhor chegar, o Senador falou que o Governo brasileiro estaria reservando seis milhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Dez milhões para a pesquisa.

Eu gostaria que o senhor ligasse para o Dr. Chierice e dissesse a ele que estamos aqui à disposição dele para saber se o dinheiro está sendo liberado, se os procedimentos estão sendo feitos, se algo está demorando e que estamos prontos aqui para continuar defendendo as análises clínicas, ou o que seja, para que esse remédio entre no mercado o mais rápido possível. O Senador Medeiros foi quem trouxe o assunto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos pela ordem, agora. Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O noticiário de ontem informava a liberação dos recursos e, como disse o Senador Cassol, dava um prazo de sete meses para que começassem as pesquisas, para que os testes em seres humanos fossem feitos.

Acho que nós tínhamos que buscar um meio, uma forma – foi isto que foi discutido na audiência – de manter a produção do medicamento, como vinha sendo feito pela USP ou por outro organismo, e que fosse feita a distribuição pelo Governo, controlada, evidentemente, mesmo enquanto se adiantavam as pesquisas, porque o Senador Cassol tem razão: podem levar anos fazendo essa pesquisa; e as pessoas que necessitam do medicamento, ou da substância, não têm acesso a ela. Portanto, deveria haver uma flexibilização por parte da Anvisa e do Ministério da Saúde no sentido de permitirem que a substância fosse produzida e distribuída pelo Governo. Eu não sei como seria a solução, mas nós tínhamos que buscá-la.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para completar, eu quero parabenizar o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), porque, no domingo, à noite – eu não assisti, mas minha esposa e meus filhos assistiram –, mostraram uma matéria sobre a fosfoetanolamina. E quero parabenizar o Cabrini – ou outro que fez a matéria –, que foi imparcial, ouvindo todos os lados. Ao mesmo tempo, pegaram o depoimento de pacientes que estão sendo tratados com a fosfoetanolamina, mesmo com essas liminares, e o resultado é extraordinário. Então, fico feliz com isso, porque há muita gente se movimentando nesse sentido.

Com certeza, se a imprensa não ficar à disposição dos laboratórios, esse medicamento vai ser liberado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Flexa, uma alternativa seria uma carta em nome da Comissão à autoridade, não sei qual, ao Ministro da Saúde, ou qual seja, para que seja feito isso que o senhor está sugerindo. Farei isso em nome da Comissão, se a Comissão estiver de acordo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu acho que a questão não é nem o valor que deve ser investido, mas, sim, a prática, o gesto e a urgência com que temos que tratar.

Na semana passada, em debate sobre esse assunto, ficou claro que a grande maioria que estava aqui era favorável que se começasse a fazer testes em seres humanos. Isso ficou muito claro aqui pelos debatedores. Eu até dei o exemplo de um sinistro que aconteceu no Estado de São Paulo, no Edifício Joelma, em que as pessoas, em vez de morrerem queimadas, preferiram se jogar para tentar se salvar. A possibilidade de uma pessoa daquelas se salvar, jogando-se do 30º andar, era muito pequena, ou quase nenhuma, mas tentaram.

Nós não temos o direito de cercear a pessoa de tentar se salvar. Ninguém tem esse direito. Se essa pessoa aceita fazer o tratamento, mesmo que experimental, é um direito que o ser humano tem, num país democrático, de tentar. Não podemos misturar religião, não podemos misturar a questão científica, até porque, se o final dessa pessoa já está cientificamente definido no sentido de que vai morrer, não custa nada tentar, é um direito que esse cidadão tem.

Mas eu quero ir além. Acho que, sobre os R$10 milhões, temos condições aqui, pela Comissão, Senador, de fazer uma emenda para colocar um pouco mais.

Vou além disso. Esse é um problema de todos nós. Temos 27 Estados brasileiros. Vocês estão vendo que o Governo está dando R$10 milhões. Se cada Estado der R$2 milhões, dá R$54 milhões/ano. Aí, não há Governador neste País que diga que não há esse problema no seu Estado. Todos têm. Então, essa é uma contribuição que todos nós, toda a sociedade, temos que dar para que não fiquemos atrapalhando ou parando o processo de conhecimento da droga que será aplicada no paciente por falta de recursos. Então, Senador Cristovam Buarque, sou totalmente favorável, acho que ninguém tem o direito de cercear uma pessoa de tentar se curar – ninguém tem esse direito – ou de tentar sobreviver. Ninguém tem esse direito! Ninguém, absolutamente

ninguém, nem um dogma que venha a discutir isso, questão religiosa ou coisa parecida. Não dá para discutir isso. Temos é que apoiar aqueles que querem sobreviver. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Vamos, então, voltar à pauta, para o item 1.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.

Autoria: Deputado Arnon Bezerra

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com "cláusulas de fidelização" do assinante.

Relatório: Pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto.

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;

2) Em 15/09/2015, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais;

3) Em 29/09/2015, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, pela prejudicialidade dos Projetos;

4) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 29/09/2015, a pedido do relator.

5) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 13/10/2015, 20/10/2015 e 03/11/2015.

Relatoria: Senador José Medeiros.

O relatório já foi lido.

Há um voto em separado, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, propondo considerar como prejudicialidade.

Passo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, como V. Exª falou, o relatório já foi lido. O voto é pela aprovação do projeto e pela prejudicialidade do 559, visto que já está açambarcado, vamos dizer assim. Incluí, nesse projeto, uma emenda que também já foi lida,

O voto é pela aprovação.

Para quem está nos assistindo, esse projeto trata justamente da possibilidade de o usuário de telefonia ter possibilidade de escolha, de ele não ficar fidelizado a essas empresas quando compra um aparelho. Muitas vezes, ele quer o aparelho, mas não quer aparelho bloqueado. Esse projeto visa justamente dar essa liberdade de escolha.

Também procuramos, com a emenda, proteger... Se a empresa dá o aparelho telefônico para a pessoa, que ela possa fidelizar por um tempo determinado, x meses. Colocamos um prazo nisso, no máximo 12 meses. E, para cada plano que ela estiver fidelizada, que ela possa ter alternativa. Por quê? Porque, de repente, a pessoa quer comprar um aparelho, mas não quer ficar fidelizada. Então, é disso, em tese, que o projeto trata.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bem;

Quero avisar aos Srs. Senadores que, se o relatório for aprovado, passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLC nº 123, de 2011.

Por isso, antes de pôr em votação, acho que o correto é passar a palavra ao Senador Flexa, porque, se o relatório fosse vencido, teríamos outra saída.

Quero ouvir o Senador Flexa Ribeiro primeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque; Srs. Senadores; Relator, Senador José Medeiros, nada contra o parecer do Senador José Medeiros em relação ao mérito da questão. É necessário, realmente, que se faça uma proteção ao usuário.

O voto em separado é feito apenas porque a Anatel, que é a agência reguladora e fiscalizadora do setor, já baixou portaria regulamentando exatamente o que o projeto de lei do Deputado Arnon Bezerra se propõe. Então, acho que, se o Congresso Nacional criar uma nova lei em cima de algo que já está regulamentado pela agência reguladora, no caso, a Anatel, vamos trabalhar no sentido de criar uma nova lei para algo que já existe.

É importante que a Comissão e todos nós fiquemos atentos para que, Senador José Medeiros, todas as vezes que a agência reguladora, no caso, a Anatel, ou qualquer outra, não cumpra o seu dever, que é exatamente fiscalizar e proteger o usuário do serviço, nós, sim, ajamos no Congresso criando uma legislação para isso.

Mas, face à agência Anatel já ter tomado todas as precauções para que seja atendido o objetivo do projeto do Deputado, o meu voto em separado é pela prejudicialidade, para que não haja necessidade de criação de uma lei sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Em votação o projeto do Senador Medeiros. Se for aprovado, passa a constituir o parecer da CCT favorável ao PLS 123, de 2011, nos termos da Emenda nº 01, da CCT, Substitutivo, e pela rejeição do PLS 559, de 2011, que tramita em conjunto.

A matéria, então, irá, se aprovada, à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só para complementar, o Senador Flexa tem razão quando faz suas observações. Quase todo o arcabouço do projeto, realmente, já está contemplado em portarias da Anatel, mas é importante ressaltar que esse projeto transcende a questão da Anatel e passa também a versar sobre relações de consumo, dando mais uma proteção ao consumidor. Em que pese eu concordar com o Senador Flexa que realmente essas agências poderiam estar fazendo essa proteção, temos a experiência do que tem sido essas agências fiscalizadoras no Brasil. Infelizmente, elas não têm cumprido a contento o seu papel. A meu ver, estando esculpido em lei, o consumidor vai ficar um pouco mais protegido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Em votação.

Os que estiverem de acordo com o parecer do Senador José Medeiros permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, vou ter que presidir, daqui a pouco, a sessão do Senado Jovem. Será que eu não poderia ler meu item. Já tinha pedido inversão de pauta. Pelo menos, fazer a leitura do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não é preciso ler. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Gostaria de, pelo menos, ler o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, combinamos, na última reunião, que não haveria mais necessidade de ler um a um, que apenas votaríamos. Como, aqui, não estão todos, vou começar pelos que estão presentes, cujo Relator está presente. Depois, passaremos para alguns que eu pediria que fossem Relatores *ad hoc*, como, por exemplo, o Sr. Aloysio Nunes chegando, o Senador Flexa Ribeiro; Delcídio do Amaral, o Senador Jorge Viana; Fernando Bezerra, o Senador Eduardo Amorim; o Senador Flexa Ribeiro tanto dele quanto do Senador Hélio José – o Senador José Medeiros está aqui –; Lasier Martins, eu peço ao Senador Aziz; e Marcelo Crivella, eu peço ao Senador Ivo Cassol.

E tem mais. Marcelo Crivella, Ivo Cassol também. Roberto Rocha, Sandra Braga, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Walter Pinheiro, Zezé Perrella, Walter Pinheiro como *ad hoc*.

Então, vamos pôr em votação. Vamos votar de 9 a 40.

Quem tiver alguma coisa contra qualquer um deles se pronuncie na hora.

PDS 63/2015, 65/2015, 68/2015.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DO LIMÃO - ASCOBLI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhalzinho, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação

Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE BARUERI EDUCACIONAL, CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL – ARB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CIDADE DE SANTOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.
Peço que o Senador Flexa Ribeiro, sem precisar ler, seja o Relator ad hoc.
Então, vou pedir a votação para os três.
Senador Walter Pinheiro, como vota?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Voto favorável aos relatórios apresentados, Sr. Presidente. Acompanho o voto dos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Favorável.

Bem, vou ler todos, como a Assessoria está sugerindo, e acho que faz sentido.

Vou ler não, vou citar o título, o número de cada um.

PDS 175/2015, PDS 127/ 2015, PDS 57/2015 – os Relatores, citei antes, né? PDS 279/2015, 297/2015, 189/2015, 271/2015, 272 e 342, cujo Relator é o Senador José Medeiros, que está presente; PDS, todos de 2015, 79, 95, 102, 104, 116, cujo Relator é Lasier Martins, e, agora, o Senador Omar Aziz *ad hoc;* PDS 111/2015 e 112/2015, 150/2015, agora, o Senador Cassol; do 163 é o Senador Aziz o Relator; PDS 305, 322, 106 e 172, que eram do Roberto Rocha, Sandra Braga, Sérgio Petecão e Valdir Raupp, que peço, agora, ao Senador Flexa Ribeiro, e 107/2015, 236/2015, 263/2015, 26/2015, 48/2015, 50/2015, 53/2015, que eram dois do Walter Pinheiro e quatro do Zezé Perrella, e peço que seja Relator o Walter Pinheiro.

Vamos votar todos em bloco.

Como nenhum Relator se pronunciou, significa que não houve pedido de retirada de pauta, nem contrário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O item nº 15 eu pediria que fosse retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O nº 15. Perfeito.

Então, vamos votar todos, menos o 15.

Como vota Walter Pinheiro, nosso Senador querido da Bahia?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, acompanho o voto dos Relatores nas diversas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, voto com os Relatores em todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agora, vou chamar Jorge Viana e Delcídio.

Explicando, fizemos a leitura de todas as licenças para Rádio e estamos votando em bloco. Apenas um desses foi retirado de pauta a pedido do Senador Flexa Ribeiro, que é o 279/2015.

Então, estamos perguntando se vota a favor ou não da aprovação de todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Desse, do Flexa Ribeiro? Ele próprio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bom, então, Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se é em bloco, certamente, tem um parecer favorável de todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Todos, todos. Foram analisados, inclusive, pela equipe da Comissão.

Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Omar Aziz?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador José Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, todos aprovados, à exceção do item 15, que foi retirado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 279, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ÂNGULO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ângulo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.)

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE DOIS IRMÃOS DO BURITI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Buriti, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 57, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DA LAGOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 297, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MÃE DO RIO – ASDECOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mãe do Rio, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 189, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TIBRAS COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 271, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOS AMIGOS DO KM-20 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 272, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VERA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 342, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ALTO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA HARMONIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à BECKER, CASTRO CIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCACIONAL SÃO VENDELINO – ACCEVS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 104, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CIPOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Cipó, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 111, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 112, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO DE MAMBUCABA FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA ZONA OESTE - ACAZO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 163, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Omar Aziz
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/11/2015.

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 305, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Quitéria, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 322, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIVINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 106, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE PORTO ALEGRE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 172, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ZÉ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 236, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sagres, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 107, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SÓCIO CULTURAL DE RIACHO DE SANTANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 263, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DA CIDADE DE BURITIRAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritirama, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilicínea, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, de 2015-
Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à CARMORELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 53, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E EDUCAÇÃO BAGAGEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 20/10/2015 e 03/11/2015.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Temos aqui alguns do mesmo tipo, não terminativos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, se há quórum, tem dois projetos terminativos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah, então vamos para eles.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O item 4 e o item 5.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tem toda a razão. Vamos... Perdemos o quórum?

Então, o PLS 433, de 2013, e o PLS 431, de 2014. O Relator de ambos é o Walter Pinheiro. Peço que leia os pareceres. (*Pausa.*)

Senador Walter, a ideia é que leia os pareceres.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Do item 4 e do item 5?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Item 4 e item 5.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2013
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01 – CMA(Substitutivo);
2) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;
3) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/06/2015, 23/06/2015, 04/08/2015, 15/09/2015, 29/09/2015, 20/10/2015 e 03/11/2015.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2014
- Terminativo -

Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público.

Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações:
1) Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda;
2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 15/09/2015, 29/09/2015, 20/10/2015 e 03/11/2015.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Primeiro, eu queria chamar a atenção para duas coisas.

O item 4 é uma matéria que vai um pouco na linha do que havia sido relatado anteriormente aqui pelo próprio Senador Medeiros, no sentido de aprovarmos projetos que contemplem os serviços, reduzindo o custo e as amarras para os assinantes. Nesse aspecto, basicamente é algo que no passado foi muito discutido no sistema de telecomunicações no Brasil, que se chama bina – B identifica o número de A. É essa a origem, meu caro Flexa Ribeiro, do nome bina.

Durante muito tempo esse serviço foi... Aliás, esse serviço foi instituído e cobrado do usuário como um serviço adicional. A proposta da época, do Senador Vital do Rêgo, era no sentido de que essa cobrança deixasse de existir. Então, nós aquiescemos e demos o relatório favorável, para que esse serviço seja prestado, até porque a programação, hoje, para identificação do número, eu diria a V. Exª que gera um custo zero para as operadoras. É um processo normal, hoje, em qualquer aparelho, fazer a identificação. O problema está na origem.

Então, a ideia do nobre proponente é que essa identificação tanto pudesse ser feita pelo número do celular quanto, também, pelo serviço prestado no telefone fixo. Era esse o objetivo.

Então, nós somos pela aprovação da matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O que é bina?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O que quer dizer a sigla?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Bina... A sigla significa: B identifica número de A. Por isso é que, na época, o sujeito que criou esse sistema – era um funcionário do Sistema Telebras...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Ah, é brasileiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É brasileiro. Um sujeito, inclusive, daqui de Brasília.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Parece um correio elegante.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ele é do sistema... Aloysio, tem uma coisa que pouca gente comemora. Aliás, o Brasil é até meio *expert* nesse negócio. Todas as vezes que a gente tem uma coisa positiva dessas a gente não vê divulgação, não ouve, não fala, ninguém comenta. Mas, por exemplo, o Brasil, Senador Aloysio, foi o primeiro País do mundo a desenvolver um sistema de cartão indutivo para telefone público. E com uma diferença, que a gente não vê em diversas coisas. Quando o senhor vai a um shopping, por exemplo, e tira aquele cartãozinho para o seu carro entrar e sair, depois a máquina diz: "Bote o cartão com o código de barras para cima".

Para quem usava o telefone público, com aquele chamado cartão indutivo do telefone público, o telefone público não mandava nenhuma mensagem: "Bote o código de barras para cima."Você botava assim, assado, de frente, de trás, para trás, para frente – da forma como você colocava, o cartão indutivo era lido pela máquina.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah, é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Aquilo foi um desenvolvimento do nosso CPqD, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, em Campinas. Depois nós fizemos outros desenvolvimentos importantíssimos na área de fibra ótica, também no CPqD.

Recentemente – eu diria, até, num desafio muito grande –, em 2007, com algo em torno de menos de R$60 a 70 milhões, em conjunto com as universidades de Campinas, Campina Grande, enfim, diversas universidades do Brasil – na realidade, algo em torno de 25, 30 universidades brasileiras –, pilotadas pela PUC Rio, com o pesquisador Luiz Fernando, o Brasil desenvolveu um *middleware*, que é um intermediador.

Middleware é uma espécie de ligação de um sistema, é onde você faz a chamada compressão de dados e ao mesmo tempo você interliga, faz o que nós chamamos, às vezes, até, de ponte. Esse *middleware*, que é hoje conhecido como ginga, e o nome ginga foi dado a esse *software* desenvolvido por essa turma exatamente pela capacidade dele de se mover com todos os padrões. Então, ginga é um jeito de corpo. Quando o pessoal descobriu... É o seguinte, nós temos quatro padrões no mundo, hoje, em TV digital: o padrão americano, o padrão japonês, o padrão europeu e o padrão chinês. E na época nós brigamos muito para desenvolver um padrão brasileiro. E ficamos isolados até 2007, fazendo essa defesa, mas conseguimos produzir isso. E o ginga foi absorvido mundialmente como o principal *middleware* para utilizar em sistemas de comunicação, no caso de TV digital do mundo, reconhecido, inclusive, pelos organismos internacionais. Hoje é um padrão oficial na utilização no mundo inteiro. O ginga foi desenvolvido por essa turma nossa aqui.

Os europeus fazem há mais de não sei quantos anos um desenvolvimento em pesquisa que já aponta para desenvolvimento, investimento na ordem de mais de 300 milhões de euros, o desenvolvimento para essa busca de ajuste dos padrões, ou seja, a busca de um *software*, de um *middleware* que possa fazer esse trabalho. Investiram mais de 300 milhões de euros, enquanto a nossa turma aqui, com R$60 milhões, fez o padrão que virou padrão mundial. Então, assim, é algo importante. Uma coisa simples, mas que resolve.

É como a gente usa, Senador Aloysio, numa linguagem muito no nosso setor, quando a gente fala assim: «É você terminar promovendo a integração ou o casamento de impedância entre as duas partes, para que uma coisa flua com outra». Então, no passado a gente tinha, por exemplo, uma central passo a passo, uma central antiquíssima, que funcionava passo a passo mesmo: quando você discava o número zero, por exemplo, a central dava dez passos. Para uma central dessas falar com uma central de *crossbar*, cruzamento de barras, que é muito mais rápido, mas não é tão mais rápido quanto uma CPA programada por computador, a gente tinha que promover a integração entre essas duas centrais, para uma falar com a outra. Então, você tinha que ter... Aí é que começaram o desenvolvimento de *software* para essa interligação.

Então, esses processos são importantes para você não ter essa história de ficar refém, nem tampouco você ficar preso a só um tipo de equipamento. É para colocar equipamentos que têm tecnologias diferentes e até produzidos em épocas diferentes, para que esses equipamentos continuem em utilização. E, portanto, você vai... Senão o cara diz: "Olha, você tem que jogar tudo o que você tinha para fora e comprar um novo". Então, na realidade o *software* cumpre muito esse papel integrador e, ao mesmo tempo, você vai fazendo a atualização, o *upgrade* do sistema, com a utilização desse *software*.

E o...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ...caso do Bina... (*Fora do microfone.*)... foi um invento numa época em que a gente pouco tinha avançado no mundo, não é? Então, o sujeito criou aquele negócio, era antigamente vendido um aparelho à parte, que você acoplava no seu telefone, para poder o sujeito identificar quem é que estava ligando para ele. Então, isso passou a fazer parte, depois das centrais, só que o sujeito que inventou o Bina está brigando até hoje para receber os seus direitos. Ainda tem essa. A briga continua até hoje.

Eu me lembro bem desse aspecto porque, à época que isso foi inventado, eu era, inclusive, chefe da central de manutenção da chamada região da capital, na empresa que eu trabalhava, que era a Telebahia, e, portanto, era uma das coisas que a gente mais brigava com os grandes fabricantes da época – NEC e Ericsson –, para a gente tentar introduzir na central e, portanto, você eliminar uma etapa. Porque todo dia, na manutenção, a maior reclamação que a gente recebia eram os usuários querendo ter um Bina em sua casa. Então, portanto, já que nós ganhamos isso nesse novo tempo, o Senador Vital do Rêgo fez o projeto para tirar – e as operadoras da telefonia fixa cobram uma taxa para que o usuário possa receber esse serviço. Hoje nós não temos mais nenhuma central passo a passo funcionando no Brasil, Senador Aloysio. Acho que a última em funcionamento era a central de Roma, na cidade de Salvador.

Roma é o Largo de Roma, onde fica, inclusive, o monumento de Irmã Dulce. Essa centralzinha ainda mantinha lá a central passo a passo funcionando, mas nem ela funciona mais.

Para que V. Exª tenha ideia, Senador Aloysio, todos os contatos dos relés – todos – são de platina, porque, exatamente na medida em que eles tinham os contatos, não estragavam, não havia o desgaste desse contato nem tão pouco do chamado registrador da central. Por isso, eles eram feitos de platina, para durar um tempo razoável e, portanto, você não ter que trocar uma estrutura brutal em uma central telefônica. Portanto, a central foi desativada, mas ficou um patrimônio enorme lá, que é um conjunto de contatos de platina.

Então, o projeto é nessa direção, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, eu agradeço a sua explicação. Achei muito interessante. Quero dizer que acompanhei o Bina, no começo, porque o criador, Nélio José Nicolai, é daqui de Brasília.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu me lembro de que ele descobriu uma coisa que está no mundo inteiro e não consegue ser reconhecido como tal. Para ele foi mais fácil todo o trabalho científico do que o trabalho burocrático de ser reconhecido.

Agora, uma pergunta: de fato, foi ele que levou para o mundo inteiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Foi, porque, na realidade, ele introduziu isso no Sistema Telebras, e essa ideia terminou sendo, de certa forma, desenvolvida com outros processos, com a utilização de outros *softwares*. Mas, vamos dizer assim, a matriz geradora desse intento partiu exatamente do invento do Nélio, que era um funcionário da Telebrasilia. A gente fala muito do Sistema Telebras, mas o Sistema Telebras tinha as suas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Já deve estar aposentado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Há muito tempo. Eu, por exemplo, já tenho 37 anos de trabalho e o Nélio, inclusive, quando cheguei, era mais velho que eu. Portanto, ele está aposentado há muito tempo e brigando ainda para receber os direitos do seu Bina.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nélio José Nicolai.

Uma ligação de 37 anos custa caro, 37 anos na linha.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Cristovam, como sempre, o Senador Walter Pinheiro nos dá uma aula sobre o tema comunicações toda vez que relata, discute ou explica os projetos.

Mas, Senador Walter, na mesma linha do projeto do item 1, cujo Relator foi o Senador José Medeiros, esta questão aqui poderia e deveria – no caso aqui, deveria – ter sido regulamentada pela Anatel. Quer dizer, a Anatel já podia ter feito uma portaria e extinguido a cobrança da identificação da chamada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nas ligações fixas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nas ligações fixas, é lógico. Bastava uma portaria da Anatel para que as empresas fossem impedidas de fazer a cobrança.

Eu acho que as agências precisam exercer o seu papel de reguladora e fiscalizadora. Não adianta estarmos fazendo leis para cobrir a ausência da agência reguladora.

É importante o projeto do Senador Vital do Rêgo, porque, realmente, não tem mais sentido, pela tecnologia, as empresas de telefonia fixa estarem cobrando uma taxa para o usuário identificar quem o está chamando. Não tem mais sentido. Então, a Anatel já deveria ter suspendido essa cobrança.

Mas vou votar favorável ao parecer do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, vamos seguir.

Nós temos, agora, um requerimento do Senador Lasier Martins, que subscrevi, como ele não estava presente, que vou apresentar em nome dele. É um requerimento...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu posso ler o item?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode. Desculpe, Senador Walter Pinheiro. Claro. Essa era a ementa só.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, que trata da questão da banda larga, aborda uma questão crucial. O Senador Aníbal apresentou esse projeto, que é fruto dos debates que nós travamos, na Comissão, e até da caminhada feita pelo Brasil. Quero dizer a V. Exª que essa foi umas das coisas que nós acertamos: que ele assinasse o projeto e eu pudesse relatá-lo. Por isso, não assinamos em conjunto, porque, se assim procedesse, eu não poderia ser o Relator da matéria.

Qual é o objeto central da questão? Nós não aplicamos hoje o Fust, Senador Aloysio, por exemplo, na questão da banda larga, porque, na própria Lei Geral de Telecomunicações... Na época, estava correto, portanto, nós não tínhamos o mesmo debate... Aliás, eu travei muito esse debate com o Ministro Sérgio Motta, no início, porque uma das minhas críticas era que tivemos de fazer uma lei separada. Depois, aqui no Senado, na época, seguraram o projeto, durante cinco anos, para que saísse a Lei do Fust, retardando bastante o processo.

Ainda por cima, quando a lei saiu, já tínhamos uma anomalia: a questão do direcionamento da aplicação do Fust. Pela Lei Geral de Telecomunicações, o Fust não pode ser aplicado na banda larga, e o Governo já

se aproveita disso e faz a utilização do Fust para outra banda, não mais para a banda larga; talvez para a banda cambial, para banda daqui, dali e dacolá. (*Risos.*)

Então, na realidade, a ideia foi colocar uma coisa importante: reconhecer que, na Lei Geral de Telecomunicações, há essencialidade do serviço de acesso à internet. Ou seja, isso é colocado como uma condição essencial, *sine qua non*, integral. Ao mesmo tempo – eu diria –, fulcral, no que diz respeito à questão do acesso à internet, é adotarmos a banda larga, nesse novo tempo! Não tem jeito.

Eu não posso pegar aquela velha central, passo a passo, meu caro Flexa Ribeiro, e achar que nós vamos ter a mesma velocidade. Assim como, Senador Cristovam, a questão da banda larga não é só afeita ao uso desta ou daquela tecnologia. É importante inclusive que investimentos em infraestrutura e *hardware* – ou seja, em equipamentos – se processem, para que tenhamos a condição de trafegar, no novo tempo, na velocidade e com tecnologia que passa, todo dia, por transformações. O mundo inteiro já discute hoje não mais o 4G, mas ou LTE, que muita gente já batiza de 5G. Portanto, você vai em uma velocidade estonteante.

Eu me lembro, Flexa, de que, quando estive, aqui no Senado, ainda como Deputado, para participar de uma audiência, eu tive que explicar aos Senadores o que era TDMA e CDMA. Na realidade, havia a utilização de duas técnicas, de duas tecnologias, para se fazer a transmissão de celular, que – na prática, Senador Cristovam – é envolver os sinais e colocá-los em um mesmo meio, de modo que não engarrafem, não se choquem um com o outro, para não ocorrer um cruzamento.

É como andar em uma estrada: se um sujeito para, o outro bate no fundo. O que é o TDMA? São sinais de celular que se movimentam, em um único meio, separado no tempo. O «T» refere-se a tempo. Você separa, defasa esses sinais, no tempo. Então, eles nunca vão se chocar, nunca vão se cruzar; eles vão trafegar, pelo mesmo caminho. É como se eu colocasse um volume de informações, em um único lugar, e separasse exatamente na codificação. Pego tudo quanto é sinal e «vumm», empacoto, jogo em um único meio e separo no código. Um tem como código 01; o outro, 02. Isso nunca se mistura e nunca se choca.

Só que agora temos um avanço. Por exemplo, não se usa muito mais o TDMA. O que a gente usa hoje, na realidade, é um CDMA. Ou seja, há a utilização de código multiplexado – é o que a gente chama de WCDMA ou de LTE (Long Term Evolution) – para se permitir esse tráfego.

Então, o projeto foi feito exatamente para tornar a utilização dessa banda larga, Senador Flexa, essencial, porque senão não adianta produzir esse tipo de coisa e não ter como chegar. Por exemplo, como não há banda larga no País inteiro, como não há condições de esses sinais trafegarem em alta velocidade, só têm acesso alguns moradores, meu caro Hélio, de algumas cidades e, em alguns casos, de alguns lugares de algumas cidades. Então, nós condenamos o resto do País a não utilizar os novos serviços.

Portanto, tornar essencial esse serviço é cobrar, inclusive, a aplicação por parte do Governo dos recursos que são pagos pelos usuários, porque isso é arrecadar da receita do sistema de telecomunicações. Há o Fust, por exemplo, ou o Funttel, que é o fundo destinado para o desenvolvimento. O Fust foi pensado para universalizar, e o Funttel, exatamente para investir no desenvolvimento e na pesquisa de novas técnicas.

Então, na realidade, a ideia nasceu exatamente deste bom debate.

Aqui, há um Senador que é da Região Norte, que é o Senador Flexa. Além de estar mais distante dos grandes centros, o Estado do Pará, por exemplo, é um Estado de dimensão continental. Então, é óbvio que precisaria da utilização dessas novas técnicas de banda larga.

Eu me lembro de que, no início da minha vida profissional, comentávamos muito sobre como eram as comunicações no Norte do País, Flexa. V. Exª deve ter ouvido muito falar num negócio chamado tropodifusão. Havia aquelas parabólicas imensas, que, na realidade, jogavam o sinal para cima, para o satélite, para que ele pegasse do outro lado. Ou havia a chamada visada direta: a cada 50 quilômetros, tínhamos de instalar uma torre com uma antena, e uma antena precisava enxergar a outra. A cada 50 quilômetros, havia uma antena, exatamente para se fazer a regeneração do sinal, para que ele continuasse sendo transmitido.

Portanto, o que pedimos aqui serve para casarmos a tecnologia do novo tempo com a possibilidade, inclusive, de fazer chegar a esses lugares o serviço de banda larga sem custo. É por isso que não há banda larga no Norte, Flexa. O sujeito, para fazer um investimento como esse, paga caro. A infraestrutura de telecomunicações – muita gente acha que esta parte estrutural é a parte menor – consome 32% de todo o investimento. Não é barata a estrutura de torre, de rádio. Isso é extremamente caro. Portanto, o próprio *upgrade* disso já é também algo extremamente complicado, além das condições que existem, porque, para se instalar um equipamento dessa natureza, é preciso haver licença ambiental, é preciso abrir picada ali e acolá, principalmente para dar cobertura ao País inteiro.

Portanto, tornar isso essencial é também levar o Governo a adotar uma política como essa que foi feita agora da TV digital. Por que a gente quer ligar a TV digital, Flexa? Por que a gente quer tirar do analógico e jogar para o digital? Porque precisamos daquela faixa de 700MHz que a TV analógica ocupa. A ideia é a de que essa

faixa que a TV ocupa passe a ser ocupada agora com comunicação e com segurança. A faixa de frequência de 700MHz nos permitirá uma maior cobertura, ou seja, quanto menor a frequência, maior é o raio de cobertura. Numa frequência alta, por exemplo, de 2,5GB, o raio é de quatro quilômetros. Se eu operar com 700MHz, consigo chegar, com qualidade, a um raio superior a 20 quilômetros.

Portanto, a ideia do projeto se dá nesse sentido. Por isso, nós optamos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu queria parabenizar o Senador Walter, primeiro, pelo conhecimento da matéria, pela profundidade com que explica o tema e também pela oportunidade do tema colocado.

Aqui, na Bancada do Distrito Federal, inclusive, apresentamos uma emenda de R$35 milhões para infraestrutura, para dotar Brasília de banda larga para melhorar o acesso à internet em todas as regiões. Reconhecer a essencialidade dos serviços de acesso à internet em banda larga é muito importante na lei. E acho que isso vai fazer com que tenhamos essa política pública mais ao alcance de todos, e que o Governo possa, de fato, ter políticas mais voltadas para dotar o Brasil desse sistema. Então, eu quero parabenizá-lo, Senador Walter.

Está em discussão a matéria. Eu indago se mais algum Senador gostaria de fazer algum comentário. Caso não haja mais quem queira comentar a matéria, nós vamos passar para a votação numa outra oportunidade, já que se trata de matéria terminativa nesta Comissão, que exige quórum qualificado. (*Pausa.*)

Então, a matéria é dada por lida e discutida. Ela será votada numa oportunidade subsequente.

Vamos ler aqui o requerimento do Senador Lasier, que foi subscrito pelo Senador Cristovam Buarque.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 71, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, II, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater os desafios e perspectivas do setor aeroespacial brasileiro. Para tanto, sugiro sejam convidados: o Sr. José Raimundo Braga Coelho – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); o Sr. Walter Bartels – Diretor Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB); o Sr. Frederico Fleury Curado – Diretor Presidente da Embraer; o Sr. Fernando Toshinori Sakane – Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); o representante do Sindicato de Metalúrgicos de São José dos Campos.

Autoria: Senador Lasier Martins

Esse é o requerimento do Senador Lasier, subscrito pelo Senador Cristovam.

Está em discussão. Eu gostaria de saber se há alguém que queira discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Lasier Martins, que solicita essa audiência pública.

Vamos para o item 6, do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Passo a palavra ao Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ah, é para eu ler aqui.

O senhor está com o requerimento, Senador? Está na pauta?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sei do que se trata, mas não o tenho aqui. Se V. Exª pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Então, já é conhecido?

Eu vou ler rapidinho. É pequeno.

ITEM 6
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações, relativas ao processo de renovação da permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA., para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo: a) Houve aprovação da renovação da outorga em questão, relativa ao decênio 1999-2009, no âmbito do Ministério das Comunicações; essa comunicação foi submetida à apreciação do Congresso Nacional? b) Sob que fundamento legal o pedido da renovação da permissão em questão, relativa ao decênio 1999-2009, apresentado intempestivamente pela interessada, após o vencimento da outorga, foi admitido e processado pelo Ministério das Comunicações?

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

São essas as duas perguntas que o Senador Aloysio Nunes Ferreira faz ao Ministério.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação.

Os colegas Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o referido requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Agora vamos a item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2007
- Não terminativo -

Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;
2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 29/09/2015, 13/10/2015, 20/10/2015 e 03/11/2015.

Eu passo a relatoria *ad hoc* ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, como Relator *ad hoc*, eu examinei o relatório do Senador Davi Alcolumbre e quero pedir a retirada de pauta, porque eu não concordo com os termos deste relatório.

Acho que o projeto é bom. E eu gostaria de tentar uma solução jurídica para evitar a declaração de prejudicialidade.

Se possível, então, peço, porque quero apresentar um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Claro, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vou tentar; não sei se é possível, mas vou tentar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pelos procedimentos legais, o senhor não seria mais o Relator *ad hoc*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. Eu vou apresentar um voto em separado para poder salvar o projeto da declaração de prejudicialidade, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Então, a gente torna sem efeito a relatoria *ad hoc* para V. Exª. E a gente retira de pauta o projeto.

Não havendo mais o que se tratar hoje, aqui no âmbito da CCT, a gente declara por encerrada essa reunião.

Muito obrigado a V. Exªs.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Walter Pinheiro, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Sandra Braga, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Elmano Férrer. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 86 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que "Dispõe sobre a obrigação da Administração Pública Federal de divulgar despesas com publicidade." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com emendas que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 129 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wilder Morais, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações) para assegurar aos usuários dos serviços de telecomunicações o direito a informações sobre o progresso de procedimentos de instalação e de manutenção." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sergio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 433 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 431 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 5: Ofício "S" n.º 51 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2015, da Empresa Fracana Editora de Jornais e Revistas Ltda." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 6: Ofício "S" n.º 31 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 7: Ofício "S" n.º 34 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessio-

nária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 8: Ofício "S" n.º 50 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2015, de que trata o PDC nº 1994/09, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Empresa Pioneira de Televisão S.A., no município de São Carlos - SP." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 9: Ofício "S" n.º 40 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Cataguases Ltda., no município de Cataguases - MG." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 10: Ofício "S" n.º 35 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 6/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Técnica de Atibaia Ltda., no município de Atibaia - SP." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 11: Ofício "S" n.º 41 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2014, de que trata o PDC nº 2.669/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Barreiras, Estado da Bahia." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador João Alberto Souza, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 12: Ofício "S" n.º 36 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 7/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de con-

cessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sistema Centro-Oeste de Comunicação e Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antônio do Descoberto - GO." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Medeiros, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 13: Ofício "S" n.º 36 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 14: Ofício "S" n.º 41 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2015, de que trata o PDC n° 304/2003, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda., no Município de Criciúma - SC." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 15: Ofício "S" n.º 34 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 5/2015, de que trata o PDC 465/1997, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Comercia de Presidente Prudente Ltda., no município de Presidente Prudente - SP." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Omar Aziz, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 16: Ofício "S" n.º 39 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 10/2015, de que trata o PDC nº 2529/2002, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Clube de São Domingos Ltda., no município de São Domingos - SC." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 17: Ofício "S" n.º 49 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câ-

mara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., no município de Manaus - AM." A relatora designada é a Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. **Item 18: Ofício "S" n.º 43 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Nesse momento, o Senhor Senador Hélio José requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 19: Requerimento n.º 75, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Hélio José, que requer "..., nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a 'Precarização das Universidades Federais Brasileiras'. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a esta Comissão." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Havendo número regimental, declaro a 50ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de novembro de 2015.

Comunicados da Presidência.

Esta Presidência recebeu do Exmo Sr. Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira, convite destinado aos Senadores membros da CCT para participarem do evento Emergências, Encontro Global de Cultura, Ativismo e Política, que o Ministério da Cultura promoverá de 7 a 13 de dezembro, na cidade do Rio de Janeiro. O convite encontra-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da CCT.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª poderia ser o Relator *ad hoc* do item 5 ao 16, e do 18; só pulando o 17, que foi retirado de pauta, assim como o 4, que foi retirado de pauta a pedidos.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2014
- Terminativo -

Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público.

Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações:
1) Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda;
2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 15/09/2015, 29/09/2015, 20/10/2015 e 03/11/2015;

3) Em 17/11/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 17
OFICIO "S" Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., no município de Manaus - AM.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Sandra Braga

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações)

Então, poderíamos pegar do 5 ao 16, mais o 18. Se for possível, peço a V. Exª para ser o Relator *ad hoc* desse bloco de projetos. O item 5 é pelo arquivamento, e os demais, por requerimento de informação ao Ministro das Comunicações.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Hélio José, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

No item 5, Ofício S nº 51, de 2015, que tem como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o voto do Senador é pelo arquivamento.

Os demais itens a serem relatados – o item 6, Ofício S nº 31, de 2014, de relatoria do Senador Cristovam Buarque; o item 7, Ofício S nº 34, de 2014, também de relatoria do Senador Cristovam Buarque; o item 8, Ofício S nº 50, de 2015, de relatoria do Senador Eduardo Amorim; o item 9, Ofício S nº 40, de 2015, de relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho; o item 10, de relatoria de V. Exª, Senador Hélio José – vou passar por ele; o item 11, Ofício nº 41, de 2014, de relatoria do Senador Alberto Souza; o item 12, Ofício nº 36, de 2015, de relatoria do Senador José Medeiros; o item 13, Ofício nº 36, de 2014, de relatoria do Senador Lasier Martins; o item 14, Ofício nº 41, de 2015, de relatoria do Senador Marcelo Crivella; o item 15, Ofício nº 34, de 2015, de relatoria do Senador Omar Aziz; o item 16, Ofício nº 39, de 2015, de relatoria do Senador Randolfe Rodrigues –, têm os pareceres... Os votos desses ofícios todos são...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O item 18, do Senador Serra, também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Chegou o Relator do item 18, o Senador Walter Pinheiro,...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ah, O.k.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que é nosso professor aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Eterno aluno.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Como eu dizia, em todos os pareceres desses ofícios S que foram aqui nominados, os votos são pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações, de requerimento de informações.

Então, em todos, o voto é pelo encaminhamento de pedido de informações ao Ministro das Comunicações. Eu sugiro que os votemos, também, em globo, junto com o item 5, que é pelo arquivamento, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu não vejo nenhuma objeção.

Eu queria consultar as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores presentes, para saber se há alguma divergência com relação ao que foi encaminhado pelo Senador Flexa Ribeiro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão.

(Pausa.)

Como não há nenhuma divergência, fica aprovada a proposta do Senador Flexa Ribeiro, de votarmos em bloco.

Então, passemos à votação em bloco do item 5, pelo arquivamento, dos itens 6, 7, 8, 9 – pulamos o item 10 – 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o encaminhamento dado pelo Relator permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada a proposta do Relator em relação ao voto nos itens 5 ao 16.
(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 5
OFICIO "S" Nº 51, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2015, da Empresa Fracana Editora de Jornais e Revistas Ltda.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo arquivamento

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 31, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 34, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 8
OFICIO "S" Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2015, de que trata o PDC nº 1994/09, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Empresa Pioneira de Televisão S.A., no município de São Carlos - SP.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 9
OFICIO "S" Nº 40, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Cataguases Ltda., no município de Cataguases - MG.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 11
OFICIO "S" Nº 41, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2014, de que trata o PDC nº 2.669/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Barreiras, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 12
OFICIO "S" Nº 36, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 7/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sistema Centro-Oeste de Comunicação e Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antônio do Descoberto - GO.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 13
OFICIO "S" Nº 36, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 14
OFICIO "S" Nº 41, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2015, de que trata o PDC n° 304/2003, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda., no Município de Criciúma - SC.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 15
OFICIO "S" Nº 34, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 5/2015, de que trata o PDC 465/1997, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda., no município de Presidente Prudente - SP.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

ITEM 16
OFICIO "S" Nº 39, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 10/2015, de que trata o PDC nº 2529/2002, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Clube de São Domingos Ltda., no município de São Domingos - SC.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Passamos ao item 18, a ser relatado pelo Senador Walter Pinheiro.

ITEM 18
OFICIO "S" Nº 43, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, a ideia desses projetos, na realidade, é inclusive o cumprimento de uma resolução que aprovamos e até de todo um trabalho feito por esta Comissão, quando o Senador Eduardo Braga era o Presidente deste colegiado. Trata um pouco das críticas que tínhamos quanto à forma como se aprovavam essas questões, principalmente no que tange às alterações societárias.

Então, não há desconfiança alguma de ninguém, mas um rigor no cumprimento de uma das tarefas que cabe a esta Comissão. A proposição estabelece que, antes de aprovarmos um projeto, a Comissão deve receber do Ministério as informações devidas, isto é, se os processos foram instruídos legalmente, com todo o rigor.

Portanto, nós também apresentamos o nosso voto pelo encaminhamento desta matéria, para que o Ministério possa nos responder e, consequentemente, chegando a documentação, de pronto e de imediato, possamos emitir o parecer favorável ao tal pleito apresentado nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.K., Senador Walter Pinheiro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Colocamos em votação o referido projeto, conforme encaminhamento do Relator.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o encaminhamento do Relator, Senador Walter Pinheiro, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o parecer do Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter Pinheiro, eu também queria que V. Exª pudesse relatar o item 2 *ad hoc*.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações) para assegurar aos usuários dos serviços de telecomunicações o direito a informações sobre o progresso de procedimentos de instalação e de manutenção.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/10/2015, 03/11/2015 e 17/11/2015.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, relatório referente ao projeto de lei que trata da questão, principalmente, do direito a informações sobre os procedimentos de instalação e de manutenção na área de telecomunicações.

Portanto, visa o nobre proponente à alteração da Lei nº 9.472, a chamada Lei Geral de Telecomunicações. O Relator apresentou o seu parecer pela aprovação, não apresentando nenhuma emenda e louvando a atitude.

Acho importante também realçar, meu caro Presidente, uma das coisas fundamentais, que é o fato de o usuário ter esse direito de obter das prestadoras a resposta imediata e com soluções – eu acho que essa é a questão principal – às solicitações de manutenção e instalação de serviços. Aliás, isso é objeto de uma demanda enorme nos Procons do País inteiro.

Então, nós somos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.K. V. Exª, então, encaminha pela aprovação do item 2.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 10 já foi considerado como lido. Também fica deliberado.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o item 10 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 10 também será encaminhado ao Sr. Ministro.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 10
OFICIO "S" Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 6/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Técnica de Atibaia Ltda., no município de Atibaia - SP.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações)

Extrapauta.

Temos aqui o Requerimento nº 75, da CCT.

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 75, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a "Precarização das Universidades Federais Brasileiras". Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a esta Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Conforme justificativa do Senador Cristovam Buarque, subscrita por mim, em discussão este requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Quem concorda com a aprovação do referido requerimento permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nada a se discutir hoje, encerramos os trabalhos ordinários da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Obrigado. Agradecido.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Elmano Férrer, Telmário Mota, Gladson Cameli e Sandra Braga, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, Senador Hélio José, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 146 de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 204 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wilder Morais, que "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incluir a microgeração distribuição distribuída no percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 – CI. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CI/CCT. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 415 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 433 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 432 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **6: Ofício "S" n.º 37 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 19/2014, de que trata o PDC nº 2.721/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 7: Ofício "S" n.º 49 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art.

222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., no município de Manaus - AM." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Lasier Martins Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 8: Ofício "S" n.º 44 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 26/2014, de que trata o PDC nº 2.922/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV SUBAÉ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia." O Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 119 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo sobrestamento do projeto, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 22 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE BASTOS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bastos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADÃ E CULTURAL DO PLANALTO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 122 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. – ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Fronteiras, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 169 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COLINENSE DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas do Sul, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 11 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CASA DA CIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à GUARANI RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e ima-

gens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 78 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MULHER DA SOMBRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catende, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA – RÁDIO CENTRAL NORDESTINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camocim de São Félix, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 388 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 220 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 164 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE VARGEM GRANDE – RÁDIO RENDE VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 190 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 308 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE RIACHO DOS MACHADOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho dos Machados, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 87 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SAFIRA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 94 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO RURAL MUZAMBINHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 58 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 123 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE ESTUDOS ECONÔMICOS, CULTURAIS E HISTÓRICOS DO RIO GRANDE DO SUL - FEECRHIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 128 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUN-

DAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 113 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio CABO FRIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 151 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ - RJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 159 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSAPRAD - ASSOCIAÇÃO SAPUCAIENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 304 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à AÇÃO SOCIAL SENHORA DAS DORES (ASSED) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 101 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA E INFORMAÇÃO PAUINIENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pauini, Estado do Amazonas." A relatora designada é a Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 298 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo." A relatora designada é a Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 233 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO CIDADANIA E INTEGRAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 237 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ASSIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 287 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 13 DE SETEMBRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mercedes, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 318 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, RELIGIOSA E ARTÍSTICA, GAZETA FM, DE FORMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS COMUNICADORES LOCAL E MORADORES DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Alegre de Lourdes, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 146 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO MANO-

EL FRANCISCO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL DE PAULO AFONSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 187 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NEVENSE DE RADIODIFUSÃO - ASCONERD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RETIRO VELHO RADIODIFUSÃO DE PIEDADE DO RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 81 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIOFÔNICA E COMUNITÁRIA DE BETIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e quatorze minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi **Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicção e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de dezembro de 2015.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não, Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu queria aproveitar para fazer uma pequena alteração no Requerimento nº 71, votado na semana passada, que diz respeito à audiência pública para debater desafios e perspectivas do setor aeroespacial brasileiro.

Na ocasião, apresentamos cinco nomes para essa audiência pública, e a Embraer encaminhou pedido para retirar, por desnecessidade, o nome de Frederico Fleury Curado, diretor-presidente da Embraer.

Então, submeto a supressão desse nome da audiência, por ser desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.k., Senador. Está acatado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Queria comunicar que teremos o Seminário Internacional "Estratégias Legislativas para o Investimento Privado em Ciência, Tecnologia e Inovação", no dia 8 de dezembro, no Auditório do Interlegis, de 9h a 18h30, e no dia 9 de dezembro, de 9h a 13h, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

A todos os interessados, será tratado um assunto muito interessante, que é a questão "Estratégias Legislativas para o Investimento Privado em Ciência, Tecnologia e Inovação", nos dias 8 e 9 de dezembro. Todos são convidados.

Senador Lasier, queria indicar V. Exª com Relator *ad hoc* do item 1, não terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2007
- Não terminativo -

Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;
2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 29/09/2015, 13/10/2015, 20/10/2015, 03/11/2015 e 17/11/2015.

Já temos quórum.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Trata-se do regulamento da digitalização e armazenamento em meios eletrônicos, ótico ou digital, e a reprodução dos documentos particulares e públicos arquivados, conforme oito artigos.

Eu vou direto para a análise.

O projeto vem ao exame da CCT nos termos do que dispõe o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

De início, deve-se reconhecer o mérito do projeto, que propõe substituir a manipulação de documentos em papel pelo processamento, armazenamento e transporte digitais, sem perda da fidelidade com o original e, principalmente, da validade jurídica perante terceiros.

É indiscutível que a explosão de informações dos nossos dias tornou praticamente inviável o armazenamento de todo documento sob a forma de papel, ou outro suporte análogo. Além do espaço físico demandado e dos cuidados requeridos para a conservação do meio material, há também considerações de ordem prática relativas à recuperação dos documentos e à questão ecológica – não se pode esquecer que a produção de papel impacta na natureza, e constitui fonte importante de agressão ao meio ambiente.

O armazenamento digital apresenta consideráveis vantagens em comparação com o suporte em papel. Proporciona, por exemplo, grande facilidade de guarda, recuperação, conservação e distribuição. Oferece, também, a possibilidade de poupar os documentos originais do manuseio, aspecto muito importante para a preservação de originais de alto valor histórico.

A microfilmagem veio resguardar, em fotogramas, a forma e o conteúdo dos documentos, garantindo, inclusive, maior segurança à cronologia dos registros, visto ser impossível deixar-lhes espaços em branco, para preenchimento posterior.

Em adição, a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.398, de 24 de abril de 1969, conferiu aos cartórios de registro de títulos e documentos a faculdade de efetuar seus registros por esse novo meio, de modo a conferir mais segurança e maior agilidade ao serviço.

No entanto, mesmo a microfilmagem ainda gera uma quantidade enorme de documentos, e não atende mais à demanda por agilidade. Só a microfilmagem de cheques, obrigatória para os bancos, gera um grande volume de microfilmes, que tornam seu transporte e guarda extremamente dificultado.

À vista dessas considerações, resta claro que a economia e a eficiência proporcionadas pela digitalização tornam imprescindível seu disciplinamento. É necessário assegurar que os documentos digitalizados, a partir de documentos originais inscritos em papel, sejam corretamente preservados e que sua autenticidade seja garantida, obedecidos fielmente os ditames da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Porém, em que pese a louvável iniciativa apresentada pelo Senador Magno Malta, note-se que a matéria objeto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2007, já se encontra contemplada na legislação vigente.

De fato, a digitalização de documentos se encontra regulada pela Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

Trata-se, em verdade, da transformação em norma jurídica do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2007, (nº 1.532, de 1999, na origem), que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, de autoria da Deputada Angela Guadagnin.

Recorde-se que o PLS nº 146, de 2007, já tramitou em conjunto com o PLC, como se viu anteriormente.

Observe-se que o grande objetivo do PLC nº 11, de 2007, era conferir segurança jurídica aos documentos que fossem digitalizados, por meio de certificação no processo de digitalização. Pretendia, assim, equiparar os documentos digitalizados com certificação aos documentos originais, o que geraria economia de recursos e de espaço físico.

Citem-se, especialmente, o § 2º do art. 2º do projeto, que pretendia conceder valor jurídico probatório às cópias digitalizadas de documentos, e o art. 7º, que pretendia conferir às cópias digitalizadas de documentos o mesmo efeito jurídico dado aos documentos microfilmados:

"Art.2º.....

.....

§ 2º O documento digitalizado e a sua reprodução, em qualquer meio, procedida de acordo com o disposto nesta Lei terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito.

....."

"Art. 7º Os documentos digitalizados nos termos desta Lei terão o mesmo efeito jurídico conferido aos documentos microfilmados, consoante a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, e regulamentação posterior."

Ocorre, porém, que a Presidenta da República vetou exatamente os dois dispositivos, sob a alegação de insegurança jurídica. Portanto, permanece em vigor a necessidade de registro, certificação, autenticação ou conferência com o original nas atividades notariais e de registro por detentores de fé pública, o que gera uma enorme quantidade de documentos em papel.

Também foram vetados os arts. 2º e 5º do PLC nº 11, de 2007, que tratavam da destruição dos documentos originais após a digitalização, bem como dos digitais após o término dos prazos de decadência ou prescrição, porque não observavam os procedimentos previstos na legislação arquivística vigente.

Com os vetos citados, a lei sancionada acabou anulando o objetivo do projeto de lei que pretendia conceder valor jurídico probatório às cópias digitalizadas de documentos e conferir às cópias digitalizadas de documentos o mesmo efeito jurídico dado aos documentos microfilmados.

Diga-se, por outro lado, que o maior mérito do PLS nº 146, de 2007, previsto no seu art. 3º, é exatamente a proposta de equiparação jurídica entre a versão digital autenticada de documento particular ao seu original para todos os fins de direito, nos seguintes termos: "Art. 3º Os documentos digitalizados e armazenados, bem como as suas reproduções, na forma desta lei, terão o mesmo valor jurídico do documento original para todos os fins de direito."

Ora, se as duas proposições têm como objeto principal conferir equiparação jurídica entre as cópias digitalizadas e seus originais, à primeira vista, se poderia pensar na aprovação do PLS nº 146, de 2007, de modo a reinstituir, na legislação brasileira, o preceito vetado pelo Executivo.

Sobre essa possibilidade, é preciso fazer duas observações, no entanto.

Em primeiro lugar, temos a observar que a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, estabelece no seu art. 7º, inciso IV, que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Assim, a fim de evitar a criação de lei extravagante, a boa técnica legislativa recomendaria a apresentação de alterações à lei de regência da matéria. No caso em tela, as disposições do PLS nº 146, de 2007, seriam apresentadas como alterações à Lei nº 12.682, de 2012.

Todavia, note-se que o veto parcial aposto à Lei nº 12.682, de 2012, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 313, de 9 de julho de 2012, registrado como Veto nº 21/2012, ainda se encontra pendente de apreciação. Isso significa que a decisão do Executivo pode ainda ser revertida e as propostas originais do PLC nº 11, de 2007, confirmadas. Assim, não vemos propriedade na apresentação de novo projeto de lei sobre o tema antes da apreciação do veto pelo Legislativo.

Desse modo, em vista da existência de lei que disciplina a matéria, não vislumbramos a conveniência de edição de lei nos moldes do projeto ora analisado.

III – VOTO

Diante do exposto, meu voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, nos termos do art. 334 do Risf.

Senador Davi Alcolumbre, Relator.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Excelência.

Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.k. Vista concedida ao Senador Aloysio Nunes.

Próximo. Nós temos aqui quatro projetos não terminativos. Para um, do Senador Cristovam, eu queria indicar V. Exª, Senador Aloysio, como Relator *ad hoc*, para o item 6, Ofício nº 37, de 2014, do Senador Cristovam Buarque.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu aceito, com muita honra, mas eu queria pedir também que V. Exª pudesse me designar para relatar o projeto de lei, não terminativo, relativo ao item 3, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima. O Senador é o Relator, mas S. Exª não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O Senador entrou em contato com a Comissão, dizendo que está a caminho. Vamos aguardar um pouquinho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Item 6:

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 37, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 19/2014, de que trata o PDC nº 2.721/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Concedo a palavra ao Senador Aloysio, como Relator *ad hoc*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, sobre o Ofício "S" nº 37, de 2014, da Câmara dos Deputados (OFC nº 233, de 2014, na origem), que encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o comunicado de alteração de controle societário de empresa jornalística e de radiodifusão - CAC nº 19/2014, de que trata o PDC nº 2.721/2002, "que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Anhanguera S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Goiânia, Estado de Goiás."

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios "S" datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Voto.

Em vista do exposto – o voto do Relator da matéria, Senador Cristovam Buarque, voto que eu ratifico como Relator *ad hoc* –, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 37, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

Requerimento nº, de 2015

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 37, de 2014:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Este é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Excelência.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Relator *ad hoc*, Senador Aloysio Nunes.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório *ad hoc* do Senador Aloysio Nunes, que passa a constituir o parecer pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Quanto ao item 7, eu solicitaria ao Senador Lasier Martins, já que a Senadora Sandra Braga não se encontra, para ser Relator *ad hoc*.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., no município de Manaus - AM.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações
Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 24/11/2015.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 20, de 2015, que comunica a transferência indireta para outro grupo de cotistas do controle societário da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

O relatório é o seguinte.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças. A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação pelo Colegiado das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT. Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios "S" datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobrestada até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 49, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO.

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 49, de 2015:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

É esse o relatório, Sr. Presidente, que revela aqui toda a preocupação da Relatora com os cuidados legais diante do risco de proliferação de emissoras de rádio e televisão sem cumprimento de lei, um tema que já discutimos aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com certeza.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do nobre Senador Lasier Martins, *ad hoc.*

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informação dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

O nobre Senador Valdir Raupp será o Relator *ad hoc* do item 8.

Antes de o Senador Valdir Raupp fazer uso da palavra, quero aprovar a ata da reunião passada.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Obrigado, Senador Raupp, que tem a palavra para relatar o item 8.

ITEM 8
OFICIO "S" Nº 44, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 26/2014, de que trata o PDC nº 2.922/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV SUBAÉ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, por meio do Ofício "S" nº 44, de 2014 (OFC nº 240, de 2014, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 257, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Subaé Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

A alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

O processado está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias, além da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações.

Voto. Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 44, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço, Excelência, o relatório lido pelo nobre Senador Valdir Raupp, ad hoc.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 44, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

S. Exª o Senador Aloysio Nunes, item 9.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 119, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo sobrestamento do projeto e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

Matéria de competência, proposição oriunda da Câmara.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 119, de 2015, demonstra que o processo encaminhado ao Senado Federal está incompleto. O único volume do processado contém apenas a documentação inicial apresentada pela entidade interessada, não havendo nos autos, entre outros documentos essenciais, a análise técnica realizada pelo Ministério das Comunicações, a documentação atestando a idoneidade moral dos diretores da entidade ou os pareceres da Advocacia-Geral da União.

Diante disso, Sr. Presidente, votamos pelo sobrestamento da matéria e pela aprovação do requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, de modo que nós possamos examinar a matéria à luz das informações requeridas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.k., Excelência.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório do nobre Senador Aloysio Nunes.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Aloysio Nunes.

Passamos ao item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incluir a microgeração distribuição distribuída no percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02-CI
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CI e 2-CI;
2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
Senador Flexa, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Hélio José, e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 204, de 2014, de autoria do Senador Wilder Morais, "altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incluir a microgeração distribuição distribuída no percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica".

De acordo com a proposição, os recursos destinados aos projetos de microgeração distribuída deverão ser aplicados prioritariamente em unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica e na redução de perdas não técnicas.

A cláusula de vigência determina que a lei resultante entre em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

Em sua justificativa, o Senador Wilder Morais argumenta que, diante das dificuldades de construção de novas e extensas linhas de transmissão de energia elétrica, torna-se de suma importância o incentivo à microgeração distribuída, em que está inserida a geração de energia elétrica por meio de painéis fotovoltaicos.

Esse é um projeto, Senador Hélio José, da maior importância.

Eu já relatei outros na mesma linha. Agora mesmo, na Conferência do Clima, que se realiza em Paris, a Presidente Dilma fez um compromisso de que, se não me falha a memória, até 2030, 45% da geração de energia no nosso País será de energia alternativa, para evitar a emissão de CO_2.

Então, esse projeto do Senador Wilder vem ao encontro de incentivar isso. Ou seja, de fazer com que cada consumidor passe a ser um microgerador de energia. Já temos tecnologia para isso e, ao invés...

O Senador Wilder, inclusive, tem outro projeto que propõe isso no Minha Casa Minha Vida. Propõe que todas as novas unidades da Fase 3 do Minha Casa Minha Vida já venham com o sistema de geração fotovoltaica.

Além de o microgerador colaborar com a geração para o sistema, ele pode até ter vantagem. Se ele consumir menos que gerar, ele vai receber recursos pelo que injetou na rede. E se ele consumir mais que gerar, vai pagar a diferença.

Então, é um projeto da maior importância, que eu acho que tem que tramitar o mais rapidamente possível, porque é uma forma de se incentivar.

Há algum tempo a geração eólica era tida como impossível de competir com as outras fontes de energia, pelo custo.

Hoje, pela tecnologia, ela já está nos leilões com custo que concorre com as outras fontes de energia. Uma coisa vai acontecer com a energia fotovoltaica. O que precisa? Precisa ter incentivo e trazer, assim como foi feito com a eólica, que as fábricas vieram para o Brasil, fazer com que esses painéis e, mais do que os painéis, as células sejam fabricadas também no nosso País. Com isso, nós vamos reduzir, pela tecnologia, vamos ter um custo acessível e vamos poder aproveitar, o nosso País, o índice de insolação, que é um dos maiores do mundo. Nós não podemos perder essa bênção que Deus deu ao Brasil.

Então, em relação a tudo isso, só quero parabenizar o Senador Wilder pelo seu PLS e dizer que o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2014, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Parabenizo V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela clareza das colocações. Esse tema é bastante atual, é um tema que, V. Exª bem lembrou, ontem mesmo foi abordado pela nossa Presidente da República lá na COP 21. Essa questão desse projeto abordado pelo Senador Wilder vai permitir exatamente a possibilidade de as pessoas poderem gerar sua própria energia e o excesso ser repassado à rede e ainda mais: se a pessoa tiver uma outra unidade que consome, pode compensar o excesso na outra unidade, desde que esteja no mesmo CPF. Isso é muito importante. Inclusive, sou um defensor intenso dessa linha de geração de energia nas escolas, nos centros de saúde, nos ambientes públicos também, além de nas indústrias e nas micro e pequenas empresas. Então, parabéns a V. Exª, parabéns ao Senador Wilder.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CCT, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2–CI/CCT.

A matéria vai à Comissão de Assuntos econômicos, onde terá decisão terminativa.

Muito obrigado, Senador Flexa.

Vamos dar uma justificativa aqui: o Senador Cristovam Buarque está em viagem a trabalho para Tóquio, vai se ausentar do Brasil nos dias 1º, 2, 3 e 4 de dezembro do corrente ano, quando estará participando da 64ª Reunião do Conselho da Universidade das Nações, da qual é membro. Esse conselho se reunirá em Tóquio, conforme documento anexo.

Dando sequência, item 3. O Senador Amorim, não chegou ainda.

Itens 4 e 5, do Senador Walter. Ele também não está. Então, vamos adiar.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2013
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01 – CMA(Substitutivo);
2) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;
3) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/06/2015, 23/06/2015, 04/08/2015, 15/09/2015, 29/09/2015, 20/10/2015, 03/11/2015 e 24/11/2015;
4) Em 17/11/2015, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, de 2014
- Terminativo -

Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.)

Não havendo quórum para deliberar os projetos terminativos, adiamos para a próxima reunião da CCT.

Não tendo mais...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria renovar meu pedido a V. Exª para que eu possa relatar o projeto de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, item 3, cujo Relator é o Senador Eduardo Amorim, projeto não terminativo que, já relatado, poderia seguir seu rumo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não haveria problema algum, nobre Senador Aloysio, se o Amorim, como estou sendo informado aqui, não tivesse pedido para retirar de pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ah, ele pediu para retirar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não haveria problema algum. Mas eu acho que ele está querendo relatar o projeto.

Agradeço a V. Exª, inclusive, pela disposição...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não. V. Exª tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço a V. Exª inclusive pela disponibilidade.

Nada mais havendo a tratar hoje, declaro encerrada a presente reunião ordinária da CCT.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 16 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos do dia sete de dezembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Gleisi Hoffmann. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Gladson Cameli, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Wilder Morais e José Medeiros. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião destinada a debater o tema "Relacionamento do Senado com o cidadão", em atendimento ao Requerimento nº 3 de 2015, de iniciativa do Senador Wellington Fagundes, tendo como convidados a senhora REGINA BEZERRA DA SILVA FONTES, Coordenadora de Relacionamento com o cidadão da Ouvidoria do Senado Federal, a senhora ELGA MARA TEIXEIRA LOPES, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal, a senhora VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ, Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal e o senhor DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO, Diretor da Secretaria de Comissões do Senado Federal e Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania. Em seguida, convidou os expositores a comporem a mesa e fez uso da palavra para proferir discurso. Após a exposição dos convidados, o Presidente leu participações de cidadãos que chegaram por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal e registrou a presença de servidores do Senado Federal que estavam presentes na audiência pública. Em seguida, concedeu a palavra aos presentes que acompanhavam a reunião para que fizessem questionamentos e aos expositores para que respondessem aos questionamentos e fizessem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dezenove horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Aproveito para cumprimentar a todos pela presença, aqui nesta nossa reunião, que tem a finalidade de debater o tema: "Relacionamento do Senado com o Cidadão".

Queremos já anunciar e chamar, para estar conosco, os seguintes convidados: Drª Regina Bezerra da Silva Fontes, Coordenadora de Relacionamento com o Cidadão da Ouvidoria do Senado Federal; Srª Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal; Drª Virginia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal; e ela veio de verde, em minha homenagem. Temos também o Dr. Dirceu Vieira Machado Filho, Diretor da Secretaria de Comissões do Senado Federal/Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania. Quero registrar também a satisfação de ter um mato-grossense à frente do comando, junto com todos os pares desta Casa.

A Comissão Senado do Futuro, em atendimento às competências regimentais, aprovou requerimentos em sua 2ª Reunião, realizada em 15 de julho, para promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País, bem como aprimorar a atuação do Senado.

Na primeira audiência, realizada em 1º de setembro, discutimos "Os Impasses e Perspectivas da Sociedade Brasileira", com a presença do Sr. Jessé Souza, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e do Sr. Alessandro Candeias, Coordenador-Geral de Projetos do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Na segunda audiência, realizada em 26 de outubro, discutimos "O Futuro das Cidades" e "As Cidades Sustentáveis", com a presença do Sr. Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Também contamos com as presenças do Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília, da Srª Gabriela Yamaguchi, gerente de comunicação e campanhas do Instituto Akatu, da Srª Nazaré Lima Soares, gerente do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente, e do Sr. Tom Rebello, sócio da CIP/Intercon Consultoria Internacional.

Em 20 de outubro, a Comissão aprovou emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016 e, em 11 de novembro, aprovou emendas ao Projeto do Plano Plurianual para 2016-2019.

Além disso, pensando no aprimoramento da atuação do Senado, conforme regra regimental, a Comissão Senado do Futuro aprovou requerimento para realização de ciclo de audiência para debater o relacionamento do Senado com o cidadão.

A primeira audiência com esse tema será realizada hoje, contudo gostaria de ressaltar que, nesse sentido, a Comissão Senado do Futuro apresentou Projeto de Resolução nº 39, de 2015, para regulamentar o programa e-Cidadania, que tem sido um importante canal de abertura à participação dos cidadãos nos trabalhos desta Casa. Esse projeto foi aprovado pelo Plenário do Senado no dia 26 de novembro, dando origem à Resolução nº 19, de 2015.

Eu quero registrar, inclusive, que muitas pessoas, às vezes, ouvem falar da Comissão Senado do Futuro e sempre imaginam que a função desta Comissão é discutir apenas a atuação do Senado, mas, na verdade, a proposta desta Comissão foi exatamente discutir o futuro do País, o futuro das cidades, o futuro dos cidadãos e, claro, a forma como o Senado pode contribuir e participar, além de aprimorar, logicamente, o nosso trabalho.

Por isso, nós tomamos esta iniciativa, com essa Resolução, aprovada, nº 39, de 2015, exatamente porque nós entendemos que esse programa e-Cidadania já vem fazendo um trabalho muito grande no sentido de integrar a sociedade aqui, aos trabalhos nossos, do Congresso Nacional. Então, é um instrumento muito forte e que já tem tido resultados, em muitas audiências aqui, com participação muito grande por parte dos internautas, enfim, através dos meios de comunicação aqui, desta casa, seja através da TV, da rádio, das mídias sociais.

O nosso papel também – e eu tenho discutido muito com a nossa assessoria, com a Consultoria – é exatamente mostrar também o papel que representa o trabalho de todos nós aqui, no Congresso Nacional, principalmente no Senado da República, em benefício da sociedade. Às vezes, a sociedade questiona muito: "Lá as pessoas trabalham? Lá as pessoas têm um alto salário. Lá as pessoas vivem muito bem."

É comum nós trazermos pessoas que vêm aqui demandar sobre qualquer situação, como agora, por exemplo, nós tivemos uma grande luta das lotéricas no Brasil. De repente, por uma decisão, mais de 6 mil lotéricas iriam fechar, ou seja, pequenos empresários que tinham seus investimentos por muitos anos tiveram que se organizar para vir aqui, porque isso envolvia de mais de 30 mil pessoas, num momento de crise, e causava uma certa confusão no meio. Foi exatamente com a presença deles aqui que se organizou, que se votou um projeto de lei que trouxe tranquilidade, para que esses pequenos empresários, que, na verdade, geram empregos diretos e indiretos a aproximadamente 30 mil pessoas, pudessem alcançar esse êxito. Nós pudemos ouvir muitos testemunhos, principalmente no dia da promulgação dessa lei lá no Palácio Planalto, de que muitos deles estavam orando, rezando de joelhos, chorando, agradecendo a Deus por aquela conquista. Também ouvi muitos depoimentos deles dizendo que não sabiam que aqui, no Congresso Nacional, trabalhava-se tanto. Então, eles puderam ter aqui o apoio exatamente da Consultoria, enfim, desse quadro técnico de que, muitas vezes, as pessoas, no Brasil, não têm conhecimento.

Por isso, a oportunidade que nós estamos tendo hoje, com este debate aqui, é exatamente para mostrar um pouco da qualidade técnica, da produção do que se faz aqui, no Senado da República. A Comissão Senado do Futuro tem também esse papel, quer ser esse interlocutor e principalmente ser um meio também de fazer com que as pessoas reconheçam esse grande trabalho realizado.

Por isso, eu quero aqui agradecer a todos vocês e dizer que também, conforme foi divulgado na pauta e nas redes sociais, esta presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço: www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211; repetindo, 0800-612211.

Informo ainda que serão emitidas declarações de participação tanto aos cidadãos aqui presentes quanto aos que participam pelo portal. Inclusive já nos chegaram aqui, antes de começar, já temos algumas participações de internautas.

Os convidados, como já anunciamos, se encontram no plenário, já estão aqui conosco.

De acordo com o art. 94, II, §3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará suas exposições por dez minutos, mas também, claro, podendo estender-se. Em seguida, abriremos a fase de interpelação por três minutos pelos Senadores e Senadoras inscritos, bem como pelos professores presentes, consultores legislativos e também cidadãos que se inscreverem. Por isso, a palavra será concedida de forma intercalada entre os Senadores e demais participantes.

Vamos começar, concedendo a palavra à Srª Regina Bezerra da Silva Fontes, que é a Coordenadora de Relacionamento com o Cidadão da Ouvidoria do Senado Federal.

A SRª REGINA BEZERRA DA SILVA FONTES – Ao tempo em que cumprimento o Exmo Presidente da Comissão Senado do Futuro, Senador Wellington Fagundes, agradeço, em nome da Senadora Lúcia Vânia, Ouvidora-Geral do Senado, o convite para participar desta audiência. Cumprimento a Srª Diretora de Comunicação Social do Senado, Virgínia Malheiros; Srª Helga Mara, Diretora da Secretaria de Transparência e Controle Social, e o Sr. Diretor da Secretaria de Comissões do Senado, Dirceu Vieira. Cumprimento a todos os presentes.

A Ouvidoria do Senado completou, coincidentemente, este ano, quatro anos de plena atividade. Desses quatro anos, estamos no terceiro biênio, o segundo comandado pela Senadora Lúcia Vânia, que, desde 2013, ao ser indicada Ouvidora pelo Presidente Renan, deu início a um processo de reestruturação completa da Ouvidoria. Eu vou apresentar um pouco dessa linha do tempo, o que aconteceu durante esse período e como estamos hoje, que é o resultado de toda essa reestruturação que foi feita para o cidadão, para os Senadores e para o Senado.

Vocês podem perceber, na linha do tempo, que a Ouvidoria foi criada por ato, em 2005, mas só foi instalada em 2011, com o ato que regulamentou suas atividades e que deu início a essa comunicação com o cidadão. No primeiro momento, a Ouvidoria focou seus esforços em se estruturar para que pudesse receber esse cidadão quando as portas de acesso fossem abertas para ele. Em 2012, dando continuidade a esse trabalho, assinamos um acordo de cooperação entre as ouvidorias do Legislativo com o TCU e com a Câmara para desburocratizar essa comunicação do cidadão que, muitas vezes, entra no Senado, achando que está falando com a Câmara, e fala com o TCU, achando que está falando com o Congresso. O intuito do acordo era trocar experiências e encaminhar essas manifestações que chegavam a nós de forma equivocada para seus reais interessados.

Em 2013, a Ouvidoria começou um processo, encabeçado pela Senadora Lúcia Vânia, que tinha como objetivo a integração dos órgãos de comunicação do Senado. Ela percebeu que somente a Ouvidoria, trabalhando isoladamente, não conseguiria atingir o objetivo de fazer esse intercâmbio entre cidadão e Senado e, principalmente, entre os Senadores.

Veremos, mais à frente, que, realmente, isso se retrata nos números, uma vez que a Ouvidoria, quando da sua instalação, recebia em torno de 100 a 150 manifestações por mês, e isso não retratava aquilo que a Casa esperava da população com tantos canais e ferramentas disponíveis para essa comunicação.

A Mesa – entendendo essa necessidade de integrar esses canais e fazer com que o cidadão fosse mais bem atendido – unificou esses canais a partir da integração do Alô Senado à Ouvidoria. Com essa integração, nós começamos a reestruturar o órgão e a implantar uma nova metodologia que garantisse a todos aqueles que entrassem pelos nossos canais oficiais que tivessem um retorno das suas manifestações.

Em 2015, a nova metodologia foi implantada e, desde abril, nós garantimos ao cidadão que entra por esses canais uma resposta oficial, seja ela do Parlamentar ou das áreas administrativas da Casa, porque, para as questões administrativas, também, a Ouvidoria tem um prazo regimental para se reportar ao cidadão que é de 30 dias úteis. Hoje, em média, as respostas são dadas em aproximadamente 15 dias – isso para aquelas que demandam mais encaminhamentos. Mas 75% dessas demandas que nos chegam são recebidas e respondidas em torno de 48 horas.

Os canais oficiais da Ouvidoria são os formulários disponíveis no Portal, o 0800, que todos conhecem, mais conhecido como Alô Senado, que é um telefone do Senado coordenado pela Ouvidoria, e é nesse serviço que a gente centraliza todos esses recebimentos antes de chegar à Ouvidoria para que sejam analisados e encaminhados aos órgãos pertinentes.

Nós também recebemos cartas, via postal, e temos urnas da Ouvidoria espalhadas por todo o Senado em lugares estratégicos. Nós costumamos receber muitas manifestações das pessoas que nos visitam, aqui, diariamente, e que querem deixar suas considerações, suas perguntas, suas manifestações para os Senadores e para a instituição como um todo.

Nós temos, no Portal, o "Fale com o Senado", que é um formulário geral que o cidadão pode acessar, registrar sua manifestação, e ela vai ser encaminhada à Ouvidoria.

Então, hoje, com a unificação desses canais, o cidadão acessa o Portal da Ouvidoria, e, qualquer que seja o formulário que ele acesse, essa manifestação chega à Ouvidoria, é analisada, classificada, encaminhada e, colhida a resposta, ela é enviada ao cidadão.

A filosofia de trabalho da Ouvidoria é atender mais e melhor aqueles que nos procuram todos os dias. A comunicação que a Ouvidoria faz, o trabalho que ela faz não é um trabalho de conciliação, mas é um trabalho qualificado de mediação.

Quando da integração dos canais, o foco era organizar essas informações para que elas chegassem aos Parlamentares de uma forma organizada, pudessem ser lidas, pudessem ser compreendidas, pudessem ser consideradas, além de tudo. Quando dessa integração, havia uma reclamação muito grande dos cidadãos de que o Senado não respondia aos seus questionamentos. Então, o foco foi garantir que ele, de fato, tivesse, dentro dessa nova estrutura e dentro dessa nova metodologia, as respostas que ele esperava ter.

Agora, é lógico que nem sempre o que recebemos de resposta é aquilo que esperamos quando fazemos as perguntas, mas a gente tenta sensibilizar o cidadão que o que move a Casa são as perguntas e não as respostas e todas essas manifestações hoje são catalogadas, elas são autuadas quando dizem respeito a um projeto de lei, elas são levadas ao processado da matéria e ficam à disposição dos Parlamentares principal-

mente no momento de relatarem essas matérias. Essa foi uma forma regimental de a gente garantir que essa manifestação do cidadão chegue de forma efetiva aos Parlamentares.

O Alô Senado, como eu falei, foi integrado à Ouvidoria por entender a Mesa Diretora que não era um órgão, era um canal de acesso, um dos principais canais de acesso à Casa. Então, com essa integração, a gente hoje tem o controle de tudo o que chega ao Senado, evitando assim a duplicidade de informações e as respostas não institucionais.

Então, o que acontecia antes? Sem essa integração, o cidadão entrava por várias portas, fazia a mesma pergunta e, por vezes, era respondido de formas diferentes e, às vezes, nem recebia essas respostas. Então, com essa unificação, a Ouvidoria garante e conhece esse cidadão. Hoje nós somos capazes de identificar quantas manifestações recebemos de cada cidadão e se essa manifestação é repetida, se ele já a fez em algum momento, se ela já foi encaminhada e se, até mesmo, já recebeu resposta. Esse é um trabalho que a gente faz, também tentando sensibilizar o cidadão no sentido de que uma manifestação sobre o tema é suficiente para ele receber uma resposta. Como não recebia resposta antes, ele achava que quanto mais ele encaminhasse essa manifestação... Era uma forma de pressionar para receber uma resposta, e isso não funcionava.

Para a implantação dessa nova metodologia e para oferecimento desse serviço à Casa, aos Parlamentares e à população, a Ouvidoria viu a necessidade de conhecer outras ouvidorias, saber as tendências, saber o que melhor funcionava dentro dessas ouvidorias no que se refere à comunicação com a população. Foram feitas várias reuniões pela Senadora Lúcia Vânia, foram realizadas diversas visitas técnicas a outros órgãos, recebemos aqui outros técnicos também e tentamos copiar as melhores práticas a fim de atingir esse objetivo de melhor falar com a população.

Para que essa comunicação também fosse aprimorada, sem as parcerias internas com a Casa, ficaria difícil efetivar esses encaminhamentos e aprimorar, inicialmente, os trabalhos da Ouvidoria. Hoje, nós temos várias parcerias com todos os órgãos da Casa, com a Secretaria-Geral da Mesa, por meio do e-Cidadania, uma parceria muito profunda no sentido de autuação dessas manifestações e de garantir o histórico dessas manifestações dentro de cada projeto, dentro de cada tema discutido na Casa, parcerias com a Secretaria de Comunicação. Por meio da Rádio Senado, por exemplo, nós criamos um programa chamado Espaço Ouvidoria, que é mais uma forma de os Parlamentares falarem com o cidadão. Nesse programa são escolhidas manifestações mais representativas de temas que estão sendo debatidos e são de interesse da população; no Jornal do Senado, cada vez que divulgamos nossos números, divulgamos nossas informações; pela Agência Senado; pela TV Senado, que sempre nos concede espaço para falar, para conversar com o cidadão, e principalmente para os Parlamentares responderem a essas manifestações feitas diretamente a eles.

Aqui, não está listado, mas nós também, no início do ano, formalizamos uma parceria com as mídias sociais. Antes, o Alô Senado e a Ouvidoria tinham um canal direto de Twitter e Facebook com o cidadão, e percebemos que isso só fragmentava essa comunicação. Então, fechamos esses canais diretos para a Ouvidoria e transferimos essas contas de mídias para um grupo especializado, que hoje faz isso com muita perfeição e que acaba direcionando o cidadão para a Ouvidoria de uma forma mais correta.

Com a Diretoria-Geral do Senado, nós temos uma parceria principalmente com relação à Lei de Acesso à Informação. Hoje todos os pedidos de informação recebidos no Senado passam pelo Serviço de Relacionamento Público Alô Senado, que é o órgão da Ouvidoria, e são encaminhados ao SGDoc, que é a área responsável por essa transparência passiva. Trata-se daquelas informações que não estão disponíveis no portal e que o cidadão, por meio da Lei nº 12.527, pode solicitar para o Senado.

Com a Secretaria de Transparência, nós temos outra grande parceria. Na realização das pesquisas de opinião, o Alô Senado atua diretamente na aplicação desses questionários que são construídos. Toda a pesquisa é elaborada pela Secretaria de Transparência, pelo DataSenado, e passada para a Ouvidoria, para que os colaboradores do *telemarketing* possam realizar isso com o público.

Ainda com relação às parcerias internas com a Secretaria de Transparência, desde abril deste ano, quando implantamos essa nova metodologia voltada ao aprimoramento dessa comunicação, nós já aplicamos questionários relacionados a seis pesquisas, com aproximadamente 6.498 perguntas. O tempo médio de aplicação dos questionários depois da integração é agora de nove a dez dias, para atender a uma necessidade da Secretaria de Transparência, que, de fato, precisa dessas informações o mais rápido possível. Antes esses questionários eram aplicados em torno de 16 a 17 dias, o que podia inviabilizar essas pesquisas. Então, a Ouvidoria envidou esforços para que não fosse causado esse prejuízo ao DataSenado, no sentido de aplicar esses questionários de uma forma mais rápida.

Com esse SGDoc, que é o responsável pela Lei de Acesso à Informação, de janeiro a novembro, nós recebemos 1.162 pedidos, que foram encaminhados e que foram devidamente respondidos.

Dentro, finalmente, dessas parcerias, como já falei, com a Secretaria-Geral da Mesa, temos total apoio para recebimento dessas manifestações, autuação dos processados, além de encaminhamento dessas manifestações a alguns órgãos internos da Secretaria, com o retorno de resposta garantido em no máximo 24 horas.

Há na Ouvidoria uma preocupação muito grande em organizar essas informações, para que os Parlamentares as recebam e para que conheçam o trabalho da Ouvidoria, para que saibam que podem contar com a Ouvidoria para falar com o cidadão. Então, aqui temos vários depoimentos de Senadores que recebem essas manifestações e que respondem prontamente à Ouvidoria. Muitos respondem diretamente a esse cidadão e copiam a resposta, porque sabem que temos um banco de respostas, que, num segundo momento, esse cidadão pode procurar a Ouvidoria e que ela já tem essa resposta.

Aqui são mais Senadores, a Ouvidoria em números.

Esse é um resumo do trabalho da Ouvidoria neste ano. Com a integração, nós possibilitamos a comunicação com o público e recebemos 58.000 manifestações, sendo 39.690 tratadas em primeiro nível, que são aquelas informações do cidadão que liga para o Alô Senado e o colaborador já consegue dar a resposta imediata para ele; e 19.280 em segundo nível, respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores, que são esses órgãos que compõem a estrutura do Senado. Essas 19.280 manifestações são aquelas que precisam de registros e de encaminhamento. Há uma grande diferença das manifestações que são respondidas prontamente pelo atendente ao telefone. Dessas 58.970, 58.553 manifestações já foram respondidas dentro do prazo regimental, e 417 estão pendentes de resposta, mas dentro do prazo regimental que a gente tem, de 30 dias. São 5.360 manifestações, em média, recebidas no Alô Senado entre informações por telefone e informações que vêm pelo portal, pelos formulários, pelo atendimento presencial, por telefone e por cartas.

Ainda dentro do resumo do trabalho da Ouvidoria este ano, aproximadamente 3.600 manifestações, em média, são respondidas prontamente pelo Alô Senado, isso eu já acabei de falar para vocês, e elas são relacionadas a pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica.

O Senado tem tido uma preocupação muito grande em disponibilizar o máximo de informações no portal. Isso facilita muito para o cidadão que procura qualquer informação para que possa se manifestar futuramente pela Ouvidoria. Então, estando essas manifestações disponíveis, a gente já presta para o cidadão e o que pode ocorrer nesse momento é que você tem dois atendimentos: dá uma informação rápida e depois registra uma nova manifestação, que ele provavelmente fundamentou quando recebeu o primeiro contato.

Aproximadamente 1.760 manifestações por mês são registradas e são respondidas. Essas que eu acabei de falar são as que formalmente a gente registra e faz encaminhamentos. O tempo médio de resposta para essas manifestações escritas é de 10 dias, de 10 a 15 dias.

O programa Espaço Ouvidoria...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu queria fazer uma interrupção, Drª Regina, só para aproveitar e dizer que a nossa reunião está sendo transmitida no Canal 2 do Youtube do Senado, mas há duas colocações aqui dos internautas que eu acho que têm a ver exatamente com a sua prestação de contas.

Pergunta do Sérgio Tavares, na verdade, mais um comentário: "O Senado deveria dar mais importância às ideias legislativas propostas pelos cidadãos. De todas as que foram encaminhados até hoje apenas a legalização da maconha teve relatório, que, após várias audiências públicas, concluiu somente pela criação de subcomissão."

Do Renan Alexander Siqueira: "Problemas que são apresentados no relacionamento do Senado com o cidadão estão na ausência de respostas às solicitações do cidadão ao Alô Senado, vindos do departamento responsável pela resposta à informação ou de quem atende a solicitação de serviço, fato recorrente em três anos."

Então, acho que, como a senhora está exatamente nos dados, poderia já fazer um comentário.

Da Bruna Vasconcelos, que diz o seguinte: "O Senado deve dar mais efetividade à participação popular [ela está afirmando]. As pessoas não querem só ficar discutindo os temas em audiências públicas, elas querem ver os projetos aprovados, querem resultado. O Senado deveria estabelecer uma providência obrigatória para cada audiência realizada."

Essa é a afirmação dos internautas. Acho que cabe muito bem um comentário, porque, pelos números apresentados aqui, nós já temos uma noção de que é bastante expressivo, mas, às vezes, algumas pessoas podem, por um motivo ou outro, não acessar o canal correto. Esse é um dos objetivos também desta audiência pública.

A SRª REGINA BEZERRA DA SILVA FONTES – Só para responder ao questionamento do Sr. Renan, que não é um questionamento isolado, por isso, a nova metodologia de trabalho da Ouvidoria garante essa resposta, o que não podemos garantir é como ele poderia ter essa demanda atendida antes desse período. Especificamente no caso dele, nós temos um registro de 80 manifestações, e todas foram respondidas desde abril deste ano, quando a Ouvidoria integrou o Alô Senado.

Com relação às sugestões, a Casa tem, sim, trabalhado muito fortemente para receber essas manifestações, principalmente de sugestões, e dar encaminhamento. Essas sugestões também são respondidas pelos Parlamentares do programa de rádio. Muitas vezes, quando são encaminhadas aos Parlamentares, elas também são respondidas.

Embora a Ouvidoria tenha adotado o método em 100% das cartas a que nós respondemos, nós incluímos o e-Cidadania como uma opção para o cidadão registrar essa manifestação e compartilhá-la com outros cidadãos que podem apoiar e dar um encaminhamento um pouco mais efetivo.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Com licença.

No tocante às sugestões...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu queria aproveitar para dizer que, como a nossa Comissão não é deliberativa, nós permitimos e queremos dar essa liberdade de um debate. Se alguém quiser fazer alguma interpelação, não há nenhum problema.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Nessa parte das sugestões, mais direcionada a esse questionamento das sugestões legislativas, ocorre o seguinte: as sugestões legislativas, ao atingir um determinado apoiamento – 20 mil apoiamentos –, são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Lá, elas recebem um relatório que é submetido à Comissão, tornando-se parecer da Comissão, aprovando ou não a continuidade dessa tramitação.

Ocorre que não é possível... O ativismo, a democracia direta não se restringe unicamente à apresentação dessas sugestões. Ela se complementa com o acompanhamento de todos os passos dessa sugestão.

Então, o que ocorre? Unicamente, o que nós temos para colocar para o público em geral é que eles acompanhem todos os passos dessas sugestões, da que está na Comissão, da que está com o Relator. E continuem se manifestando, continuem emitindo as suas opiniões, porque isso é importante para o acompanhamento de tudo.

Outra questão: resultado das audiências públicas. Determinadas audiências públicas podem ocorrer por conta de um assunto relevante. A audiência pública ocorre num colegiado no qual aquele assunto não está nem tramitando. Então, ali vai acontecer uma porção de coisas: as pessoas vão falar, virão diferentes segmentos da sociedade, mas ali não é o foro para que as coisas aconteçam. Então, existe isso também.

Nós que acompanhamos a tramitação da matéria, o desenvolvimento das audiências, não temos poder de censura, de veto, de nada. Nós acompanhamos o que está acontecendo. Agora, nem sempre as audiências ocorrem no lugar onde a matéria tramita. Então, isso é difícil até para o público discernir, e nós não podemos nos contrapor nem censurar esse tipo de atividade, porque existe um amparo, dentro da norma que nos rege, que é o Regimento Interno do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Voltamos aqui a chamar atenção e dizer que esta audiência começa a ser transmitida ao vivo pela TV Senado. Então, há formas de o cidadão participar: ele pode fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211. Repito: 0800-612211.

Volto a palavra à Drª Regina.

A SRª REGINA BEZERRA DA SILVA FONTES – Com relação às respostas, além da garantia da resposta escrita e enviada ao endereço do cidadão e/ou enviada ao *e-mail* muitas vezes, a gente seleciona algumas com maior abrangência, dentro dos temas que são mais abordados. E aí, em uma parceria com a Rádio Senado, a gente convida os Parlamentares a responderem essas manifestações. Essa é mais uma forma de o cidadão conversar com o Parlamentar.

Desde que o programa foi criado, em março de 2014, quarenta Parlamentares já participaram do programa e vários temas foram tratados, de grande relevância, como campanhas eleitorais, direitos humanos, energia elétrica, funcionalismo público, meio ambiente, direito penal. O que norteia essas manifestações, essas respostas, normalmente é o momento da Casa, aquilo que se está discutindo aqui. Então, essa é mais uma forma de a gente garantir que ele vai ser atendido; que o que ele fala, sim, está sendo ouvido pelos Parlamentares; e que ele tem uma resposta direta por conta do programa de rádio.

Para todo esse trabalho da Ouvidoria, nós fizemos também várias reuniões técnicas. E, para entender melhor esses canais de acesso e unificá-los de forma efetiva, nós fizemos um grupo de trabalho no ano passado que modelou todo o trabalho de atendimento da Ouvidoria para tentar identificar e desenhar por onde passam as manifestações que aqui nos chegam e como é que elas retornam como resposta para o cidadão. Isso culminou em um processo de modelagem, e hoje nós estamos em busca de uma tecnologia de gestão integrada que una todos esses canais e nos permita ter um banco de dados único desse cidadão que nos procura. Esse é o trabalho da Ouvidoria.

Toda essa construção foi feita dentro desses quatro anos de instalação e de efetivos serviços.

A Ouvidoria é um órgão essencialmente de controle social. O aprimoramento que ela afirma ao cidadão que vai proporcionar à Casa começa por ela. Vocês viram na apresentação que, em quatro anos, nós tivemos grandes mudanças na nossa metodologia de trabalho para atender esse cidadão. Então, quando nós falamos que recebemos manifestações dos cidadãos que norteiam o aprimoramento dos serviços administrativos e legislativos da Casa, eu gostaria aqui de afirmar para o cidadão que eles ocorrem primeiro dentro da Ouvidoria. Toda vez que a gente percebe que alguma coisa está obstruindo essa comunicação, a gente tenta se reinventar, seguindo as tendências, para que isso não aconteça mais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, o Dr. Dirceu Vieira Machado Filho, que é o Diretor da Secretaria de Comissões do Senado Federal e Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania, quero aqui registrar a presença de Lucas Coelho, da SGM; Pedro Augusto Ramirez Monteiro, da Secom; Adriano – como o sobrenome é complicado, espero que eu não faça confusão – Kakazu – está correto? –, da Secom; Breno Andrade, do Serviço de Informação ao Cidadão; Maciel Rodrigues Pereira, do SGDoc; Daliane Silvério, do Sepesa; Carlos Escosteguy, da Liderança do PDT; Ricardo Icassatti, da Liderança do PDT também; Laura de Sousa, do DataSenado; Hilma Borges de Barros, também do DataSenado; Ítalo Nunes de Lucena, do DataSenado; Sílvio Burle, editor da Secom; e Glebson Moura, também da Secom. Depois a gente vai citar outros que aqui estão, para registrar todos.

Quero passar, então, ao Dr. Dirceu.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Wellington Fagundes, Virginia, Elga e Regina. Boa tarde a todos os nossos companheiros daqui, do Senado.

Nós vamos fazer um breve histórico do programa e-Cidadania, que é um programa para estimular a participação popular, um programa de ativismo, para permitir essa participação popular.

Esse programa teve início nos idos de 2012 – é uma questão bastante recente –, com o Ato nº 3 da Mesa Diretora, por ocasião da gestão da Cláudia Lyra, antiga Secretária-Geral da Mesa, com o Flávio Heringer, que era o Diretor da Secretaria de Comissões.

Nessa primeira fase, criou-se o portal. Depois, em 2014, criou-se o Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania, que foi vinculado à Secretaria de Comissões. Depois disso, em 2015, já houve a integração entre o programa e o comitê gestor do *site* do Senado, e agora, também em 2015, por iniciativa da Comissão do Futuro, foi promulgada essa Resolução nº 19, que regulamentou o programa.

O programa tem esta interface: o Contribua, que tem a Ideia e o Debate; o Dê sua Opinião – a Audiência, os Projetos, as Autoridades e a Consulta Pública. Isso tudo é muito interessante porque, no início, principalmente quando eu comecei a ter noção do que, de fato, isso podia vir a representar, eu também tinha aquele questionamento que todo mundo faz: "Rapaz, isso vai virar uma bagunça tremenda, esse troço não vai dar certo, é uma loucura!" Mas assim é toda novidade. Acho que a novidade assusta muito, ainda mais que o processo legislativo é muito litúrgico, não é? A gente tem de entender esse desafio para não deixar que a liturgia nos faça ser um tanto quanto arcaicos. Então, nós fomos quebrando esses paradigmas.

Isso aí é mais uma ferramenta para destaque dos eventos que foram ocorrendo no âmbito de todas as comissões e os *links* que servem ao programa, que são esses seis *links*, que foram enxutos e colocados numa interface mais bonitinha, para deixar, assim, de uma forma mais aprazível e atrativa a todo o público em geral.

As visualizações. Em 2012, 1,1 milhão; em 2013, 1,3 milhão; em 2014 passamos para 5 milhões; e estamos, agora, até o mês de novembro, com 8,8 milhões. Quer dizer, estão aumentando de uma forma bastante expressiva.

Há uma outra questão: a forma de visualização. Computadores, em azul; celulares, em vermelho; e *tablets*, em verde. Então, vejam como os dispositivos de telefonia móvel são o nosso grande filão de acesso. Como tudo, a gente vê que todo mundo anda ligado hoje em dia; é o maior negócio do mundo, não é? Você vai no ônibus, tá todo mundo ligado, aquele negócio não tem... É bem interessante. Então, nós temos essas quatro...

Registro da proposta legislativa. É submetida uma proposta legislativa, a ideia legislativa, o registro da proposta, a avaliação de conformidade, em que é analisada a pertinência, sua publicação no portal no prazo de quatro meses para que sejam atingidos os 20 mil apoios. Chegando a esse número cabalístico de 20 mil, é encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Os resultados...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E é importante dizer que este número: 20 mil foi uma meta, mas não é fechado, não é?

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Isso aí foi uma numerologia. Também, quando tive contato com o programa pela primeira vez, perguntei: por que 20 mil? Como chegaram aí? O que ampara? Chegou-se a esse número, que é bem difícil de se atingir. E também acho que isso tudo foi com uma preocupação de

não mediocrizar a sugestão legislativa, porque senão podia chegar um monte de coisa, qualquer coisa. E, aí, é bem interessante. Esse número, com o passar do tempo, foi-se vendo que é uma exigência bastante saudável, porque, de fato, dá legitimidade e também é uma ferramenta muito, muito interessante. Nessa história dos 20 mil, temos uns clientes contumazes, e esse leque está aumentando. Vejam que os cidadãos autores, no primeiro ano, foram 227, 530, 776, neste ano, já estão em 1.051. Os apoios estão aumentando consideravelmente, a quantidade de ideias também.

Na CDH, nesse tempo, duas ideias foram rejeitadas, cinco estão em análise, e, hoje, estão chegando mais duas ideias que atingiram o apoiamento de 20 mil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Aí, vem a resposta ao Sérgio Tavares, porque tem que ter, pelo menos, um parâmetro, porque toda ideia tem que ter uma certa consistência.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Porque também fica inviável. Isso aí também corrobora a minha preocupação inicial. Qual o nosso regime? A democracia representativa. Então, você elege o seu representante na expectativa de que ele espelhe as suas vontades. Se você entrar no filão da legislação, legislar de forma indistinta e intermitente, isso vai virar o caos, vai chegar uma hora que a própria CDH não vai dar vazão à quantidade de sugestões que serão apresentadas. Então, tudo isso tem que ser ponderado.

Agora, vamos aos eventos interativos. Isso é fantástico. Hoje em dia, o que ocorre? Quando chegamos aqui, o nosso grande desafio foi o seguinte: evento; vamos capitalizar os eventos legislativos. Então, a primeira preocupação é a seguinte: cada comissão, na pessoa do seu Secretário, isso seria uma crítica, não tinha noção de como isso poderia agregar para eles. Então, fomos fazer um corpo a corpo com cada secretário para mostrar como era o funcionamento de cada um, como funcionaria um evento legislativo, com o que ele poderia colaborar para a realização de cada evento. E o outro contraponto foi que abraçamos a Secretaria de Comunicação Social, que passou a nos dar apoio em todas essas questões. Também a Ouvidoria passou a nos ajudar bastante. Mas vamos chegar mais a frente e explicar isso.

Olhem os resultados. A quantidade de eventos interativos foi: 1, em 2012; 66, em 2013; 116, em 2014; e está em 458 até novembro. Para o ano que vem, não vamos conseguir passar para 1.000, para 2.000, porque chegamos quase à totalidade dos eventos. Para vocês terem uma ideia, até Comissão Parlamentar de Inquérito temos feito com participação popular, de forma interativa. E muitas dessas Comissões, até determinadas reuniões se sustentam com a manifestação popular, o que é bastante interessante.

A quantidade de cidadãos tem aumentado bastante, que é onde podemos aumentar e, por consequência, poderemos aumentar também os comentários, mas, na parte de eventos interativos, dificilmente. Por exemplo, como é primeiro ano de sessão legislativa, nós só devemos atingir esse número no terceiro ano. Daqui a dois anos nós vamos ter um desempenho semelhante, mas está quase na totalidade.

Por exemplo, as sabatinas de autoridades, todas elas são interativas, que é um preceito regimental de uma alteração que foi feita no Regimento. A gente tinha passado batido nisso: "Não, isso aqui também serve." Aí foi colocado.

O Opine. Logo que a comissão é protocolada, você já pode se manifestar, dizendo se é a favor ou contra. E está em toda tramitação da matéria. Está no portal, na divulgação dos canais do Senado, na construção de texto, no encaminhamento de sucessões ao solicitante. Também é outra ferramenta bastante interessante.

Os resultados. A quantidade de proposições que estão sendo acompanhadas. No ano de 2014 e 2015, é quase a totalidade do que tramita. A quantidade de cidadãos também tem aumentado bastante. E as opiniões também.

E, por último, as consultas públicas. Nós tivemos essas quatro no decorrer dos anos, que são as mais interessantes.

E agora é mais um referencial de como está o e-Cidadania, e o que a gente precisa fazer para melhorar.

O acesso à internet com facilidade de acessibilidade. Integração do *login* e a responsabilidade. Nós podemos melhorar na certificação digital, na acessibilidade, nos vídeos das audiências.

Nós temos limitações que são técnicas e até mesmo orçamentárias. Essa disponibilização de audiências não é só uma questão técnica, tem uma questão de custo também.

Acessibilidade. O Prodasen é um superparceiro que nós temos. Tem nos facilitado bastante, mas falta sempre alguma coisa. A gente vai sempre ficar chorando algo, precisamos disso, daquilo e tal. E também ali o pessoal trabalha no limite. O que falta, muitas vezes, não é por questão de boa vontade, existe um universo de coisas também. Porque quando a gente trabalha com meios de produção limitados, por exemplo, você tira um analista de sistema para fazer uma coisa, você pode parar um outro programa e ter uma lista de prioridades que nem sempre é a prioridade máxima. Então, entram n fatores que não são tão simples assim.

A provisão. O que temos atendido? Manifestação sobre projetos, sugestões, eventos interativos. O que podemos melhorar? O debate entre os cidadãos, as consultas públicas e também simplificarmos, deixarmos uma coisa mais proativa.

O conhecimento. Nós não temos nenhum... Todos os órgãos do Senado, temos uma interface altamente colaborativa, como foi colocado aqui primeiro do amplo apoio da Secom, a Ouvidoria também é uma superparceira. Antigamente nós tínhamos uma disputa entre o e-Cidadania e o Alô Senado. Agora os dois são diferentes, mas são uma coisa só. Os dois operam abraçados.

Agora, a outra questão: na divulgação, todos os canais da Secom trabalham de forma proativa conosco. E a Elga também opina, se manifesta, cobra, é uma parceira também de todos os instantes.

Então, acho que é muito pouco inteligente nós pensarmos num Senado estanque, assim todo segregado em compartimentos mutuamente exclusivos, sendo que não é assim a Secretaria de Comissões. Nós somos órgão da Secretaria-Geral da Mesa, mas estamos aqui para refletir como o Senado trabalha.

Existem novas questões de convênios externos, de campanhas publicitárias externas que também implicam custo numa série de outros fatores que nos são limitativos.

Organização. Os pareceres, o ícone com a Ouvidoria, a personalização, a integração com outros sistemas legislativos, cadastro único de usuários para o Senado, integração com o serviço do portal e efetividade. O que foi atendido, as sugestões e participações encaminhadas aos Parlamentares, e o que pode melhorar, a atenção dispensada às sugestões. Aqui frisando, em resposta até a quem primeiro nos inquiriu, porque o ativismo não cessa só em você externar a ideia, você tem que acompanhar a sua ideia...

(Soa a campainha.)

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – As próprias reuniões, as audiências públicas...

O negócio está bom. Eu sempre ouvi esse apito, mas estava do outro lado. Agora... (*Risos.*)

Agora aqui eu sou vítima dele. Eu dizia assim: "Mete a buzina nisso aí porque está a maior bagunça. Então, pronto". Para você ver que nada como um dia após o outro, sua vida tem sempre uma novidade. Eu já sentei aqui uma vez só, hoje é a segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Não tem nada que irrita mais do que a gente estar na tribuna tentando falar ou fazer um pronunciamento e essa campainha tocando.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Muitas vezes eu falava: "Mete a buzina aí porque está falando demais". Então, você já fica... Eu tenho um defeito: mesmo em situações que são extremamente sérias eu não consigo manter a seriedade 100% do tempo. Então, como eu escutei isso, eu não podia perder a chance de falar.

Então, é isto: o ativismo, para os nossos telespectadores, não cessa só com uma parte, você tem que acompanhar todas as etapas do que você está querendo, porque senão fica fácil. Eu apresentei, vai lá, está tramitando. Tramitando; o gerúndio é muito chato. É como aquele cara que não faz nada e diz: "Estamos trabalhando para melhor servi-lo." Então, vamos acompanhar, continuar acompanhando todas as etapas.

A confiança, a prevenção de fraudes, a privacidade do cidadão, conferência de autenticidade dos dados.

O que pode melhorar a imagem do Senado junto à população, como instituição aberta, hoje, eu creio que existe um esforço da alta administração da Casa nesse sentido... Até as sessões do Senado, as sessões temáticas, já houve sessões temáticas interativas também. Então, eu acho que nós temos que nós esmerar, e aí a Secretaria de Comunicação Social e todos os órgãos da Casa não têm medido esforços para isso, é em dar ciência ao cidadão de todos os canais pelos quais ele tem para se manifestar.

Era isso, gente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Ainda tem mais dois minutos.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Não, está bom, já fui buzinado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Temos aqui uma pergunta, na verdade, do Jonathan Cassian da Silva: "Qual é a possibilidade de uso oficial de uma plataforma similar ao serviço Vote na Web?" É a pergunta, não sei se seria... Pode passar. Não precisa ser respondida agora.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Vou pegar a resolução aqui e vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então, vamos agora passar a palavra à Dr. Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Boa tarde, Senador Wellington Fagundes, boa tarde aos colegas da Mesa, boa tarde a todos os colegas que estão aqui e ao telespectador que está nos assistindo.

Nós fazemos parte de um grupo pequeno de servidores especializados em opinião pública. De forma geral, são três cientistas políticos, um estatístico que tem doutorado – sempre digo que ele tem doutorado porque assina as amostras – e mais cinco ou seis pessoas. Então, não somos um exército, mas, sim, atiradores de elite. E, ao longo do tempo...

O DataSenado foi criado em 2005, existe, portanto, há dez anos, e foi criado para estudar a opinião pública sobre o Parlamento, como o cidadão pensa o Senado Federal e como o cidadão quer que determinado assunto seja votado ou debatido dentro do Senado. Essa é a nossa especialização.

Eu sou Elga, sou a secretária da área, sou jornalista e advogada de formação e estou há, mais ou menos, 25 anos trabalhando com opinião pública.

Quando a gente fala em relacionamento, Senador, a gente está falando de dois lados. Então, eu vou tentar falar um pouquinho aqui do que o cidadão pensa sobre o Senado para a gente ver como é que ele está interagindo, o que é que ele está esperando da gente.

Como estamos em um período de individualização predominante dessa democracia eletrônica, eu tomo a iniciativa, eu escrevo para o Senado ou escrevo e busco o apoio de mais de 20 mil pessoas e eu me sinto um pouco perdido: isso vai dar certo? Como é que eu faço? O caminho vai ser muito longo? Vai cair na mão dos Senadores e o que eles vão fazer com isso?

Sempre achamos, no Brasil, que o Parlamento é mal avaliado, que temos o pior Parlamento do mundo. Mas isso não é verdade. Vamos ver os números. O Parlamento é mal avaliado no mundo inteiro, é uma situação muito ingrata o funcionamento do Parlamento, porque a democracia representativa entrou em crise já há muito tempo, muito antes até do aparecimento das redes sociais.

A verdade é que o Senado tem um esforço já de mais de uma década para abrir canais, fortalecê-los, para que a população possa participar. Só dando alguns exemplos: em 2003, foi aprovado aqui o Estatuto do Idoso. E durante o debate sobre o Estatuto do Idoso, coincidiu de haver dois personagens idosos em uma novela. Então um Senador do Estado do Rio fez contato com a Rede Globo, que nos procurou – na época, no Alô Senado. Fizemos uma parceria com eles e colocamos, dentro da própria novela, a informação sobre o Alô Senado. Nós tivemos, em um só dia, 1,2 milhão de ligações. Isso provocou uma grande atenção da população sobre o assunto e uma aprovação célere do Estatuto do Idoso. Então, isso é uma prova de que, quando o cidadão quer participar, ele participa e faz a diferença dentro da Casa.

Recentemente, também, houve uma audiência pública – eu estava lembrando, viu Dirceu? – em que foram abertos canais, o e-Cidadania, os veículos de comunicação da Casa, o Alô Senado, todos estavam abertos. Foi na Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre a utilização de celulares. O consumidor estava muito irritado, era um momento em que ele estava muito irritado com a prestação daquele serviço. Houve muita participação. E o que o Senado fez? Fez contato com a Anatel, contato com o Ministério, e exigiu que eles respondessem cidadão por cidadão. Então, também, o Senado cumpriu sua função de fiscalizar o Executivo com relação à audiência específica. E assim também o Dirceu deve ter inúmeros exemplos.

Bom, nós monitoramos, no DataSenado, todas as pesquisas de opinião. Fazemos pesquisas de opinião no Senado. Às vezes, o Senador pergunta assim: "Mas podemos fazer pesquisas de opinião?". Podemos. Temos a base de dados de todos os telefones fixos do Brasil, cedida pela Anatel em convênio institucional. Muitas vezes, o instituto compra uma base de dados que não é fiável como a nossa, que é absolutamente fiável. Nós temos estatísticos que assinam essa amostra. Ou seja, nós temos representatividade. Por que isso é importante? Porque um cidadão que responde representa um segmento. E aí, somando com a participação individual dele, dá para saber como as pessoas estão pensando com relação a determinado assunto. E vamos ver aqui como é que ele está pensando.

As duas formas principais de estudo da opinião pública, as duas maneiras, são: a quantitativa – fazemos questionários por telefone, presenciais, por internet – ou a qualitativa. Os estudos qualitativos que nós temos sobre a imagem do Senado: o cidadão vê o Senado de forma misturada com a Câmara. Para ele, o Congresso Nacional é a mesma coisa. Em princípio, o cidadão médio não vê diferença entre as duas Casas, até porque existem funções que as duas Casas cumprem de forma igual.

Sobre estímulo. Nos grupos de qualitativa, ele vê diferença das duas Casas sim: a Câmara é o local de discussões acaloradas, de discussões voltadas para o regional, e é lá que ele está olhando se a sua região está bem atendida pelo Deputado A, B ou C. Com relação ao Senado, ele vê o Senado como uma Casa de políticos mais experientes, com qualidades mais apuradas tanto para o negativo quanto para o positivo. E vê o Senado como uma espécie de coluna vertebral do sistema político-institucional do Brasil. É como se ele dissesse que, se houver uma confusão muito grande, eles vão segurar no Senado! O Senado tem esse papel no imaginário do cidadão. E é a partir dessa forma como ele vê o Senado que ele interage com o Senado.

Nossa avaliação – e isso é público, porque nós monitoramos e o Datafolha também monitora – não é uma avaliação extremamente positiva, mas é uma avaliação que, apesar de a gente achar, com os fatos estanques, que muda muito, ela não muda, ela tem uma normalidade.

Existe muito questionamento sobre: o cidadão quer o Senado? O cidadão quer o Congresso Nacional? O cidadão quer o Congresso Nacional. Por quê? Existe uma pesquisa feita em toda a América Latina, que é o

Latinobarômetro, uma das pesquisas mais sérias feitas no mundo, como existe o Eurobarômetro, que mostra que, na América Latina, as democracias são jovens, vêm de sistemas totalitários, e a população jogou uma expectativa muito grande para que a democracia melhorasse a vida delas, sobretudo o esgarçamento social, mas a democracia não deu respostas efetivas para ela. Como não deu, a população tem um mau humor com relação a essa democracia, e esse mau humor é simbolizado pelo Congresso Nacional. Nós atraímos esse mau humor, recebemos essa carga. Mas quando perguntados se são favoráveis a uma mudança de sistema, não, nem no Brasil, nem em nenhum país da América Latina. Então é como se dissessem: "Ruim com ele, pior sem ele."

A crítica unânime é que a população não quer um Parlamento caro, a população quer um Parlamento que trabalhe. A população quer que o Parlamento cumpra uma função que ela acha que não está cumprindo de forma satisfatória, que é a de fiscalização do Poder Executivo. Não é aprovação de leis. Ele vê a profusão de debates e a aprovação de leis. É fiscalizar o Poder Executivo para que o serviço chegue até ela. É mais ou menos assim que o cidadão vê o Senado.

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu não sei se aí aponta, essa pesquisa, se poderia ser respondido também, exatamente, que nós temos um órgão acessório do Poder Legislativo, que é o Tribunal de Contas e, claro, é um órgão técnico, com toda uma estrutura. Aparentemente, não só como Parlamentar, mas como cidadão também, eu vejo que houve um distanciamento do Tribunal de Contas mais como um poder do que como um órgão acessório. Ser órgão acessório era pejorativo ou diminui a força ou comando do próprio Tribunal de Contas? Eu penso que nesse aspecto é que o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados, permitiu esse distanciamento. Com isso então, o papel fiscalizatório do Congresso ficou à margem, porque parece que ninguém fiscaliza, aliás, só o Tribunal de Contas é que fiscaliza, como se o Tribunal de Contas não tivesse nada a ver com o Poder Legislativo.

Agora mesmo estamos vendo a questão do *impeachment*, das pedaladas. E o que se discute: o Tribunal de Contas é a última palavra? Ou é o Congresso Nacional? Claro que é o Congresso Nacional, mas, na verdade, é o Tribunal de Contas ou é o Congresso? Essa pergunta passa a existir.

Então eu gostaria que a senhora fizesse um comentário também sobre esse aspecto, porque tem muito a ver com o que o cidadão, que está lá em casa agora, que está nos assistindo, pode perguntar. A senhora apontou aí exatamente o que a pesquisa mostra em relação às angústias da população, mas é importante também que a gente passe a dar alguma resposta para os encaminhamentos sobre como funciona exatamente essa estrutura do Poder Legislativo, a bem do cidadão que está nos assistindo agora.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Perfeito, Senador. Foi importante, muito importante o que o senhor disse.

Além do Tribunal de Contas, os Senadores, as comissões temáticas tratam de educação, de saúde, de ciência e tecnologia. Os Senadores trabalham muito no debate. Nós temos uma sociedade muito complexa. Os assuntos são muito complexos, vão de nanotecnologia a terras indígenas, a funcionamento das instituições.

Então o cidadão cobra a fiscalização do Poder Legislativo com relação à atuação do Executivo no que o Legislativo deliberou como lei ou em como deve ser feito. O Senador foi lá, o Deputado foi lá, e muitas vezes ele vai, fiscaliza, e a população não acompanha isso.

Veja bem, nós temos uma particularidade com relação ao cargo de Senador, porque, como o mandato é de oito anos, o Senador trabalha muito, mas ele não tem um nicho eleitoral como o Deputado. O Deputado se elege com três, quatro cidades ou dez cidades; e Senador é um cargo majoritário, então ele se elege como se elegeu o governador, com o voto de todos os lugares. Mas, ao contrário do governador, ele não tem o que a gente chama de "a caneta na mão", não é? Ele não faz escola, não autoriza rua. Então, é um cargo que o cidadão tem a impressão que está distante de quem elegeu. E, quando ele observa, o Senador tratou dos principais assuntos que regem a Nação no dia a dia.

DataSenado. Nossa missão é aplicar pesquisas de opinião sobre temas legislativos para subsidiar a atuação de Parlamentares e opinião do cidadão sobre os Parlamentares. Fazemos pesquisas nacionais por telefone, com o apoio do Alô Senado, e enquetes na internet, que é uma área que está crescendo muito no estudo da opinião pública. Temos estudado muito o estudo *web*. A metodologia é para nos dar segurança de como é feito. Como eu disse, com base em todos os telefones fixos do Brasil, nossa margem de erro é de três pontos. O nível de confiança é de 95%. Nunca nossa metodologia foi questionada ou foi motivo de crítica pública, porque, em todos os assuntos que investigamos que têm similaridade com a iniciativa privada, nossos números sempre foram muito parecidos. E nós investigamos assuntos que não interessam para a iniciativa privada, porque não são assuntos ligados diretamente à economia. São assuntos de fundo social, como violência doméstica contra a mulher, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns exemplos aqui: a reforma do Código Penal, transparência, mulheres na política, energia no Brasil.

Para o senhor ter ideia, Senador, em 2006, nós tivemos uma pressão popular muito grande com relação a um projeto polêmico na Casa, que era a criminalização da homofobia. Ele mobilizou uma quantidade de telefonemas pelo Alô Senado e pela internet, e os Parlamentares ficavam angustiados com aquele volume. E nós sentimos que aquilo não refletia a totalidade do pensamento do brasileiro. Então, o que fazemos nesse caso? Aplicamos uma pesquisa. Aí vimos que podíamos dar para o Senador exatamente o que o brasileiro pensava sobre aquele projeto de lei. Então, o DataSenado entra para dar essa compensação um pouco.

Aqui são os números globais. Ao todo, já fizemos 69 pesquisas e ouvimos 95 mil pessoas. As enquetes foram respondidas por 3,3 milhões pessoas. O impacto é que as pesquisas vão para dentro das comissões. Elas ajudam as comissões nos debates temáticos sobre assuntos importantes, como violência contra a mulher e contra negros, e auxiliam na avaliação de políticas públicas por essas mesmas comissões. Pegamos aqui o colega que acabou de fazer mestrado...

(Soa a campainha.)

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – É angustiante mesmo. Vou acelerar. (*Risos.*)

A World Values Survey é um grupo de cientistas políticos da Suécia que mantém esse Survey sobre a imagem dos parlamentos, só para vermos que não estamos sozinhos nisso. A média de avaliação dos parlamentos na escala de zero a quatro... Vocês veem ali que a do parlamento de Catar é 3.3, mas a média, que está ali um pouco escondida – fizeram de propósito, Senador –, deve ser 2.17 mais ou menos. A media é 2.17 de 4. Ou seja, metade da população dos países aprova os parlamentos de 60 países. Nessa escala que peguei, particularmente, o Brasil não estava, mas o Brasil tem, na última deles, 1.6... Ah, está ali: 1.6. Então, é mais ou menos assim que os parlamentos são avaliados no mundo.

Aqui é só uma amostra do que monitoramos semestralmente. A aprovação ótima e boa do Parlamento. Vocês veem que ela fica sempre entre 12% e 20%. O regular está sempre em torno de 10% a 50%. E o ótimo e bom, 20% a 30%, mais ou menos isso, sempre a nossa imagem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Em uma pesquisa, ela teria, digamos, uma aprovação relativamente média.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Média, porque nós temos o regular.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Porque é importante para as pessoas que estão assistindo saber o que representam esses números. Se a senhora puder colocar...

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Esses números representam que a metade da população acha que o Parlamento funciona de forma regular. Avalia mais ou menos: o Parlamento é bom? Mais ou menos bom.

Quando a gente pergunta qual é a importância do Senado para o Brasil, de 80% a 85% eternamente acham importante. Então, a população é crítica com relação à gente, mas é extremamente grata com relação à existência e ao funcionamento da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Ou seja, também há uma consciência da população de que não há como funcionar a democracia sem a existência do Parlamento.

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Se apitar, foi seu tempo, viu Senador?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como?

A SRª ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Se apitar de novo, foi o senhor.

Eu já estou terminando. Eu acho que é muito importante para o cidadão que está vendo a gente a transparência, que é um conceito relativamente novo dentro do nosso vocabulário, dentro do nosso imaginário do dia a dia. Transparência e controle social. Quando se criou a Secretaria de Transparência, eu ouvi um colega dizer assim: "Mas controle social? Que absurdo! A gente vai agora controlar o social?". Eu disse: não, colega; é o social que vai nos controlar. E era gente muito importante, mas não vou dizer o nome.

Sobre o conceito de transparência, a população deve estar atenta a isso porque é a porta para que ela possa controlar a atividade do Poder Público. O Senado é hoje, sem dúvida, a instituição federal mais – senão a mais, uma das mais –transparente do Brasil até por todo o histórico que nós já tivemos. Hoje o Portal da Transparência tem toda a informação que o cidadão procura sobre a atividade do Parlamentar, sobre os gastos da Casa, sobre nossos salários, sobre o que a gente faz, quando faz e como faz.

Além do portal... O portal é como um puxão de orelha, porque ninguém entra lá para elogiar; só pra ver como está funcionando, procurando coisas. Já teve um milhão e pouco de acessos no ano em que foi criado. A Presidência da Casa, o Presidente Renan criou um Conselho de Transparência para que a sociedade civil viesse para dentro do Senado e opinasse a cada dois meses sobre a transparência. Então, é uma pressão muito saudável a que nós sofremos dessas ONGs. E com ele nós compartilhamos também os avanços, a cada dois meses. Desde que foi criado o Conselho, nossa grande conquista foi a criação do Índice Brasileiro de Transparência do Poder Legislativo. Isso quer dizer que foram criados parâmetros que mostram se uma casa legislativa é ou

não transparente. Ele foi colocado em consulta pública, e o resultado disso saiu na semana passada e vai estar à disposição de toda a sociedade no Portal do Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, eu quero aqui registrar também a presença do Clayton Lira, da TV Senado; da Silvia Gomide, do Núcleo de Mídias Sociais; de João Carlos Barizon, da Secom; de Marcos Ruben de Oliveira, da STT, da Transparência; de Augusto Cesar de Oliveira Silva; de Ivan Lopes Godoy, da Rádio Senado; do Florian Madruga, também da Transparência; de Carlos Penna Brescianini, da Rádio Senado; de Roseane Nascimento, que está assessorado aqui no Senado do Futuro; de João Thiago Almeida Stilben, também da nossa assessoria; de Glauciene Diniz Lara, da TV Senado; de Igor Rodrigues Nogueira, da TV Senado; e de Andréa Valente, da Secom.

Vamos agora, então, passar a palavra à nossa última apresentadora aqui, palestrante, a Drª Virginia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal. Eu vou fazer todo o possível para a campainha não atormentá-la.

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – Boa tarde a todos.

Quero agradecer, inicialmente, ao Senador Wellington pelo gentil convite. Nós já temos uma boa interlocução desde o início da Comissão. O Senador teve a gentileza de nos visitar, conversar sobre o trabalho da Comissão. Para a gente sempre é um prazer receber quem quer conhecer nosso trabalho, quem acha que a gente tem como contribuir. Então, isso foi precioso, Senador. A Comunicação gostou muito. Agradeço.

Saúdo os queridos colegas Dirceu, Regina, Elga, os presentes todos, os colegas da Comunicação que nos acompanham aqui, especialmente nossos diretores, na pessoa da minha diretora adjunta, Edna Carvalho. (*Risos.*)

São muitos, ficaria difícil nominar. Gostaria também de uma homenagem, Senador, se o senhor me permite, à nossa colega Conceição, que já esteve na Direção da Comunicação junto com o Erival e outras pessoas queridas. Agora está na Consultoria, mas nos acompanha com carinho.

Prestar informação ao cidadão e iniciar uma conversa está na essência do nosso trabalho de comunicação, obviamente. Antigamente, a gente fazia comunicação de uma via só. As teorias de comunicação passaram por essas reflexões, mas já há muito tempo, em razão da tecnologia, a gente entendeu que comunicação não é uma questão de uma via só.

A Comunicação Social do Senado, que foi criada, na verdade, como uma estrutura administrativa em 1997, teve seu início real muitos anos antes, na parte de veículos de comunicação. A nossa área de Relações Públicas, que é uma área forte de interlocução com o cidadão, que recebe os visitantes, já existe desde 1972, se não me engano.

Se eu estiver errada, você me corrija, Andréa. É isso aí.

Este ano, nós temos três veículos da Comunicação fazendo 20 anos, Senador. O Jornal do Senado fez no ano passado, na verdade. Aquela data está imprecisa. Peço desculpas. Temos a TV Senado e a Rádio Senado. Daqui a dois anos, teremos o aniversário da Rádio Senado também. É uma estrutura que cresceu para atender ao cidadão. A gente gosta sempre de prestar uma homenagem especial aos nossos diretores, que montaram essa estrutura, ao Fernando César Mesquita, em especial. Na época, houve o apoio do Presidente Sarney, depois do Presidente ACM. Todos tiveram grande sensibilidade com relação à importância da divulgação do Parlamento.

Eu me lembro de que, na época, eu trabalhava na Câmara dos Deputados. A ideia de que o Senado estava montando uma Comunicação, uma TV, foi recebida com muita estranheza. Nós até recebemos um convite para participar da TV Senado. O Ronaldo Paixão, na época, era nosso Diretor – sem nenhuma crítica. Enfim, não houve espaço e talvez não tenha havido a compreensão da importância disso.

Então, houve realmente um pioneirismo do Senado nessa área, assim como houve na área de dados. O Prodasen fez um trabalho excepcional e também foi pioneiro nessa área. Acho que o Senado tem um protagonismo na questão das relações com o cidadão, e isso demonstra uma sensibilidade muito grande por parte dos nossos Senadores e da nossa administração.

Eu vou voltar aqui um pouco.

Essa é a nossa atribuição, conforme o Regulamento Administrativo. Obviamente, a palavra "transparência", que é um conceito novo – como diz a Elga –, está inserida no nosso trabalho. Há sempre o destaque para a divulgação das atividades legislativa e institucional.

À nossa equipe da comunicação, eu rendo homenagens também. Vou pedir licença, Senador, de novo, mas temos uma equipe excepcional na Comunicação, com quem a gente tem orgulho de trabalhar. Não fui eu que comecei isso, cheguei um pouco depois. A gente realmente tem muito orgulho do trabalho que faz. A gente trabalha com muito afinco. Acompanhar esse Senado de hoje, Senador, não tem sido fácil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É bom dizer que, no Brasil, a TV aberta é a TV que, digamos, tem o acesso de toda a população, diferentemente de muitos outros países,

onde praticamente não existe a força da TV aberta. Onde nós temos TV aberta e temos a Rádio Senado, com certeza o índice de audiência é muito grande.

Por exemplo, no meu Estado, Cuiabá, em Várzea Grande, região metropolitana, a Rádio Senado hoje bate um bom recorde de audiência. E é claro, quando está como TV aberta, a TV Senado também passa a ser uma possibilidade ao cidadão mais simples, que não tem a TV a cabo. Isso talvez seja um limitador da TV Senado, mas, com certeza, cada dia mais percebemos a participação da população nos interesses do papel da atuação de cada congressista, ou seja, do Congresso Nacional de modo geral.

É claro, a crise às vezes até estimula isso, porque quando temos um tema mais polêmico, como foi falado aqui, ele acaba tendo uma audiência, como nas CPIs ou em outras situações, muito forte, muito expressiva.

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – É. Mas eu vou expor depois o alcance dos nossos veículos, Senador. Embora não tenhamos uma cobertura em TV aberta total do Território nacional, porque isso é muito difícil, requer uma infraestrutura muito cara, não é nossa vocação montar uma estrutura de rede nacional, nós fazemos esforço, temos até uma cobertura boa. Mas nós temos um meio de transmissão que nos aproxima muito do cidadão do interior e temos muito retorno disso, que são as antenas parabólicas. Nós ouvimos muito depoimento de Senador dizendo que anda pelo interior e há sempre alguém dizendo: "Ah, eu vi o senhor na TV Senado, eu ouvi o senhor falando."

E é curioso observarmos que o cidadão do interior acompanha muito de perto o que acontece no Parlamento. Eu não sei se as suas pesquisas mostram isso, Elga, mas nós vemos, pelos depoimentos, que existe esse grande interesse. Então, de certa forma, nós encontramos os caminhos, sabe, Senador? A parabólica hoje é um meio muito interessante de contato com o nosso cidadão.

Nós temos diversos meios. Obviamente, ao longo dos anos, os recursos tecnológicos, as ferramentas vêm nos ajudando, mas nós temos a TV Senado como veículo, no seu formato original, a Rádio Senado, a Agência Senado, basicamente na internet, o *Jornal do Senado*. Nós temos as mídias sociais, que são um fenômeno crescente hoje, que impressionam na nossa relação, especialmente o Senado Cidadão, eu vou mostrar os números. Nós temos um programa, como eu falei, na área de relações públicas, que também tem números excepcionais, o Visite o Congresso, um programa que fazemos em parceria com vários órgãos públicos da Esplanada, inclusive o GDF.

Nós temos o Jovem Senador, um programa que nos aproxima dos alunos nas escolas. Eu acho que não nem faz um mês que nós encerramos o Jovem Senador deste ano. Os meninos vêm com ideias fortes e fazem projetos. Já são mais de 40 projetos apresentados por esses meninos, 12 projetos já foram aprovados, acolhidos pelos Senadores e já foram para a Câmara. E com certeza irão muitos outros.

E nós temos uma assessoria de imprensa institucional, que presta informação a respeito das questões administrativas e institucionais do Senado. Naturalmente, as questões políticas não são tratadas por nós, nem as legislativas. Mas nós atribuímos uma grande importância a esse trabalho, porque esse trabalho situa as questões do Senado, os números certos, as informações, as normas corretas para os veículos de comunicação externa, que são os meios que nós temos para multiplicar, e muito, a nossa informação, porque os recursos, obviamente, são limitados. Mas na medida em que o jornalista nos procura, tem uma relação conosco, utiliza a informação da página do Senado ou assiste à TV Senado... Não há uma redação neste País que não tenha uma TV ligada na TV Senado, Senador. Então, é uma grande responsabilidade, mas é também uma satisfação profissional. E como servidores do Senado, com certeza, nós gostamos de saber disso.

Nós temos alguns tipos de transmissão basicamente distribuídos nas transmissões integrais ao vivo ou gravadas, porque, obviamente, existem muitos eventos simultâneos hoje em dia, e nós não conseguimos transmitir tudo. Mas nós temos recursos na internet. Nós temos oito canais na internet, no caso da TV, e a Rádio Senado também tem os seus meios de transmissão paralela àquilo que está no ar. Só há um corpo ocupando determinado espaço em certo tempo. Então, é o caso da TV e da Rádio ao vivo.

Nós temos a cobertura institucional, feita pelo portal de notícias, por meio de material de texto, basicamente. Há material da TV Senado, que vai associado a esse trabalho de texto, e a Rádio Senado. Essa cobertura institucional hoje tem, no Portal do Senado, o destino o primeiro. Isso porque chegamos à conclusão de que o cidadão precisa saber em que porta ele bate em primeiro lugar.

Nessa gestão, estamos procurando direcionar a primeira informação, aquela informação que o cidadão quer saber quando tem interesse no que está acontecendo, no Senado, lá no portal. Lá, estamos fazendo um esforço para reunir não só o material de texto, mas também o material em vídeo e o da Rádio. Estamos associando também o trabalho da mídia social e temos a divulgação institucional: pelas mídias, pelo Visite o Congresso, Jovem Senador e Senado Transparente.

Os nossos números são sempre crescentes, impressionantes. Obviamente, refletem não só o nosso trabalho de cobertura, mas refletem um Senado que, ao longo dos últimos 20, 30 anos, só tem crescido. Mas no-

tamos, Senador, realmente – eu já fiz uma pesquisa e gostaria até de atualizar isso – um aumento excepcional, como uma retroalimentação, desde a criação da estrutura de Comunicação, especialmente da TV Senado, como o Senado cresceu em atividade.

Pode-se analisar todo tipo de atividade: discurso, número de projetos, toda natureza de atividade legislativa vem crescendo com a nossa comunicação. Costumamos brincar que alimentamos isso e agora não estamos conseguindo acompanhar, mas estamos tentando. Em números de novembro, neste ano de 2015, nós estamos fechando 248 sessões plenárias; 1.102 horas de transmissões, tendo, como regra, que o plenário sempre vai ao ar e tem prioridade sobre todos os eventos legislativos. O plenário é sempre ao vivo, o que não acontece com as comissões, porque são muitas, então, em geral, são gravadas e passam em horário diferente.

(Soa a campainha.)

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – Foram 1.101 reuniões, 2.897 horas. O crescimento, no plenário, foi grande, mas o crescimento, nas comissões, é realmente relevante. Assim, 82% é o número de reuniões de comissões que nós transmitimos, algo excepcional.

No portal de notícias, esses números também têm crescido muito. Em janeiro, estávamos em 548 mil. Hoje, nós estamos em 1.235.179 visualizações. Atribuímos isso, em grande parte, a uma consciência que sempre tivemos, mas talvez não tenhamos tido os recursos necessários, porque, neste ano de 2015, fizemos um esforço para oferecer ao cidadão a informação em tempo real. Então, ele vai encontrar a matéria completa sobre aquele projeto, mas ele recebe uma frase: "O Senado aprovou o projeto tal". Em seguida, ele vai ter essa informação.

O Senado Agora – como se chama – é uma seção, na página, que alavancou bastante esse número de visualizações. O Senado Agora é aquela seção ali, que existe enquanto o Senado está em atividade contínua, permanente.

Essa é a página inicial do Senado. São frases curtas, a gente está limitando ao máximo, vamos chegar aos 140 toques – não é, Silvinha? –, que é o limite do Facebook, estamos em 200 toques. Para que esse esforço? Para qualquer pessoa, qualquer cidadão, a gente sabe que as assessorias de imprensa dos Senadores usam muito, porque clicam naqueles atalhos do Twitter e Facebook e aquilo vai direto do perfil da pessoa. Então, a informação do Senado, que é importante para quem acompanha Senado, ou para quem é Senador, naturalmente, já vai direto ali.

Aqui é a página de dentro, do portal mesmo. Ela é um pouco diferente, mas também tem o Senado Agora. A gente está se preparando para associar as frases, conteúdos em vídeos, curtinhos, e em áudio, da TV e da Rádio Senado, quando for o caso, quando se justificar, sem prejuízo das matérias bem montadas depois, com veiculação em cada um dos veículos, TV, Rádio e também em texto, na Agência e no *Jornal do Senado*, no dia seguinte.

Temos, então, a TV Senado, que está 24 horas no ar, desde a sua inauguração, cobre o Território nacional de diferentes maneiras; temos hoje um quadro em torno de 20 milhões de assinantes de TV por assinatura, em cabo e aquela anteninha pequeninha, da SKY, são 20 milhões de antenas parabólicas, que realmente têm uma penetração importante no interior. Estamos em sinal aberto, analógico e digital, em 20 capitais. Nesse esquema, a gente tem uma parceria com a Câmara dos Deputados para reduzir custos e com parceiros locais também, especialmente as Assembleias Legislativas, para reduzir o peso disso para o Senado, a implantação dessa infraestrutura, que não é barata. Então, é uma cobertura bastante relevante.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Para esclarecimento, essas parcerias são feitas com as TVs das Assembleias Legislativas e também com as Câmaras de capital? Qualquer Câmara do interior que tenha interesse pode fazer essa parceria? Seria importante, não só no investimento, mas também na transmissão, porque, em alguns Municípios, as Câmaras de vereadores já estão começando a instalar as TVs públicas, a TV do legislativo municipal, com parceria, às vezes, com o Município também.

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – Com relação a isso, Senador, o que posso lhe dizer é que o nosso modelo de expansão da TV e da Rádio Senado só chegou às capitais. Mesmo assim, temos o Ato nº 12...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Isso da TV Senado?

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Conforme a Rádio Câmara?

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – Não, o nosso modelo é diferente do modelo da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Da TV e Rádio Senado?

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – Isso. Primeiro porque a gente entende que não temos capacidade técnica, não temos pessoal para acompanhar uma rede, não temos recurso para montar uma rede extensiva aos Municípios. O modelo hoje em vigor no Senado é um canal para o Senado – porque, em cada canal digital, você tem a possibilidade de quatro canais –; um canal com a Câmara dos Deputados, porque a gente

trabalha em 13 capitais e eles em 13, em reciprocidade; o parceiro local fica com um canal; e esse quarto canal a gente sempre reservou para a possibilidade de transmitir um segundo canal da TV Senado, porque o fato é que temos muitas comissões acontecendo, ao mesmo tempo, no Senado, e a gente, então, sempre sentiu que foi importante.

Esse modelo é diferente do modelo da Câmara, até é bom explicar, porque, na Câmara dos Deputados, a TV Câmara não começou transmitindo todas as comissões; nós sempre transmitimos e gravamos todas as comissões. Então, sempre temos um grande estoque de comissões que não foi ao ar. Isso, com a consciência da importância disso para o cidadão, a gente sempre teve o cuidado de guardar esse quarto canal. Naturalmente, há uma pressão e existe também, de outro lado, uma preocupação nossa, dos técnicos, no sentido de que, quando conseguimos os canais, fomos informados da responsabilidade legal, com relação ao conteúdo. Quem é dono da concessão responde por tudo que vai ao ar nos quatro canais, Senador. Então, se respondemos pelo nosso conteúdo, estamos respondendo pelos outros canais cedidos na nossa faixa.

Então...

(Soa a campainha.)

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – Senador, tenho mais quantos minutos? A comunicação é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É importante colocar que as imagens da TV são abertas.

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – São abertas, estão na internet.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – A qualquer meio de comunicação que queira utilizá-las para retransmitir é permitido.

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – Essa questão da expansão paramos neste momento. A decisão foi assim: vamos até a capital e depois vemos como continuar.

Voltando à TV, temos hoje, no Portal da TV Senado na internet, neste ano, um crescimento estrondoso de 1 milhão para 12 milhões de visualizações. Esse é um trabalho importante, mas atribuímos, em grande parte, ao fato de este ano termos passado a transmitir a TV Senado no YouTube. Temos dois canais no YouTube, fruto do trabalho feito nas administrações anteriores, nós só colhemos os louros, tenho que fazer essa justiça. Isso é muito importante para o cidadão, porque ele pode ver no seu celular, sentado no ônibus, em qualquer lugar, ele pode acompanhar. Então, isso realmente fez crescer o número de visualizações.

Agora o crescimento no YouTube, que foi de 935 mil para 3 milhões.

Isso aqui é a página do canal da TV Senado no YouTube com uma enormidade de vídeos, programas, trechos de plenário que o cidadão pode buscar. É muito fácil acessar. Hoje, até a minha mãe, de 84 anos, sabe acessar o YouTube e olhar o que ela quer. Então, realmente é acessível.

A Rádio Senado tem um papel importante, porque muita gente, como o senhor destacou, acompanha pela rádio, muitas vezes dentro do carro, indo para o trabalho, levando filho à escola. A Rádio Senado está em 10 capitais, tem parceria com mais de 3 mil emissoras que retransmitem nosso conteúdo e temos esse número superior a 1 milhão de acessos na internet.

O trabalho da assessoria de imprensa se dá, em grande parte, pelo telefone, mas os jornalistas nos procuram por escrito e nós respondemos. Nessa interlocução, Senador, fazemos uma parceria com a Ouvidoria – não é, Regina? – e com o pessoal que trabalha com a LAI, por quê? Porque muito cedo entendemos que temos que unificar o atendimento e as respostas ao cidadão. São muitas portas de interlocução hoje e isso, às vezes, causa algum ruído, uma diferença de entendimento, o que muito ruim. É preciso que o Senado se apresente de uma maneira só, as informações são as mesmas, temos uma transparência absoluta, mas às vezes a maneira de apresentar causava confusão. Então, estamos sempre trabalhando junto e isso dá segurança ao cidadão que nos procura de que, independentemente de que porta ele acesse, ele vai encontrar sempre a mesma informação. Estamos trabalhando afinado.

Aqui nessa área da interação, queria destacar também o nosso trabalho junto com e-Cidadania. Realmente, tem sido muito importante fazermos esse trabalho juntos. Acho que precisamos sempre reforçar, com os nossos recursos de tecnologia, essa interação direta que está acontecendo no e-Cidadania.

Recebi o número de que existem 454 mil opiniões, neste momento, a respeito de projetos que estão em tramitação no e-Cidadania. Não sei se é esse o número que você tem, mas são sempre números importantes – não é, Dirceu? E esse trabalho nós estamos fazendo no perfil institucional do Senado no Facebook. Então, nossa área de mídia social está trabalhando bem de perto nisso.

O Visite o Congresso, a recepção aqui, recebeu duas distinções importantes este ano. O Guia Michelin nos deu três estrelas e o TripAdvisor, que é um *site* conhecido, reconheceu também a importância pela quantidade de avaliações positivas. Esse é um trabalho da nossa área de relações públicas de eventos.

Nós temos os números do Jovem Senador. Nós já tivemos 267 mil alunos envolvidos, que participam de um concurso de redação e conseguem, nessa seleção, chegar aqui e viver experiências do Parlamento, do Senado, atuar como Senadores. Eu acho que isso é muito rico, porque tem um efeito multiplicador também.

Na área de mídia social, na verdade, este ano, os nossos grandes números são na área de mídia social. Nós alcançamos 800 mil assinantes, em dezembro, no Facebook. Houve um crescimento de 184% ao longo do ano. Foi um salto da 21ª posição para a 13ª no *ranking* das páginas do Governo. Isso é motivo de orgulho para nós. O alcance médio, que era de 900 mil pessoas, chega hoje a mais de 2 milhões de pessoas e o alcance acumulado ultrapassou 690 milhões de visualizações, cinco vezes maior do que em 2014.

Eu sei que eu já estou extrapolando meu prazo, mas é importante dizer também que é um trabalho da Comunicação em parceria com diversas áreas do Senado. Nós, da Comunicação do Senado, recebemos a responsabilidade de normatizar e gerenciar os perfis institucionais do Senado, e nós fizemos, este ano, um trabalho importante de unificação. Foi isso que aconteceu no caso do e-Cidadania. Então, essa nossa página, esse nosso perfil no Facebook tem informação de várias áreas de atuação do Senado, não só da Comunicação, mas principalmente daquelas relacionada a projetos em discussão aqui.

Bem, esses dados são importantes, mas nós temos a questão de engajamento, que é justamente o tema da nossa conversa hoje aqui. O engajamento do cidadão, que é quando ele vai e curte o *post* ou compartilha com seus amigos, é quando ele, realmente, demonstra um envolvimento maior. O engajamento da página do Senado chegou a ser o maior do mundo inteiro, algumas vezes, superando as páginas da Nasa e da Casa Branca. Claro que são coisas relacionadas à atividade no Senado, mas isso demonstra também que nós temos muita gente nos acompanhando, cidadãos brasileiros que estão interessados em conhecer o trabalho do Senado. A gente acha que isso é um trabalho importante. E só tende a crescer.

Muitas vezes a página do Senado, este ano, ficou como o número um em engajamento entre todas as páginas de Governo do Brasil. Essa posição a gente disputa com a Prefeitura de Curitiba. Quem atua na área conhece a *performance* desse perfil da Prefeitura de Curitiba.

Bom, aí estão alguns exemplos dos nossos *posts*, as melhores postagens deste ano. Com relação à reunião dos pais nas escolas, a presença dos pais, superou 20 milhões de pessoas. E o outro, que trata de educação, também chegou perto de 20 milhões.

Nós tivemos duas curiosidades, que foi um *post*, a propósito da imigração japonesa, que também recebeu um engajamento muito grande. Quem nos acompanha gostou. Foi muito interessante esse trabalho. Nasceu com um programa da Rádio Senado sobre imigração. Houve, também, uma sessão. Então nós fizemos o *post* a propósito dessa efeméride.

No Twitter, o crescimento acontece, mas o que a gente sabe hoje é que o Facebook tem mais engajamento, tem mais possibilidade de você acompanhar o cidadão mesmo. No Twitter, pelo que a gente sabe, os perfis são mais de profissionais de imprensa, empresariais etc.

Bom, já superei em muito meu tempo, a gente está aqui para responder perguntas. Quero agradecer de novo, Senador, a oportunidade de mostrar o nosso trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós queremos registrar ainda a presença do Vladner Lima Barros, do Flávio Roberto de Almeida, também do Prodasen, da Ester Monteiro...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Será que também para mim vai ter campainha?

Edna de Souza Carvalho, da Secom; Ricardo Icassatti Hermano; Livia Leite, do gabinete da Senadora Lúcia Vânia; Heldo Vítor Mulatinho e Inaiara de Souza Golob, do *Alô Senado.*

Temos algumas perguntas rápidas, mas a Maria da Conceição Lima Alves, da Consultoria, gostaria de fazer uma intervenção. Com a palavra.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA ALVES – Senador Wellington, quero parabenizá-lo pela Comissão e por ter aberto este tema de discussão, por ter dado a oportunidade de compartilharmos essas informações neste fórum, que é muito importante para demonstrarmos os resultados das discussões que envolvem todo o futuro que o Senado está discutindo. Uma faceta importante dele foi colocada aqui.

A Elga falou da crise de representatividade que os Parlamentos passam no mundo. Muitos estudos, há muito tempo, apontam para o fortalecimento da participação da sociedade dentro dos Parlamentos, o que

seria um remédio, nesse sentido, a exigência da população, um remédio que qualifica todo o trabalho do Parlamento. Nós que lidamos com a sociedade sabemos que somos orientados pelo caminho certo, o caminho da necessidade, pela voz que vem da sociedade.

A Mesa colocou como o Senado se dispõe a ouvir a sociedade e como ele também vai atrás da sociedade para perguntar sobre os seus procedimentos. O Senador, quando apresenta um projeto, vai por um caminho semelhante; ele apresenta um projeto que muitas vezes é oriundo de uma sugestão que ele recebeu.

Essa preocupação com a participação é antiga no mundo inteiro. No Brasil, especialmente, depois da Constituição de 1988, que colocou a participação popular dentro do texto da Constituição.

As novas tecnologias geraram um desafio para todo mundo, que é como lidar com as crescentes possibilidades de participação. Quando a Constituição fez o projeto popular, exigiu 1 milhão de assinaturas, e nós nunca tivemos oportunidade de ter um projeto, realmente, de iniciativa popular por causa das assinaturas, que têm de ser conferidas, um trabalho que se mostrou inviável. Hoje em dia, não; a gente têm várias fórmulas de resolver essa questão. Entendo que todo mundo apresentou aqui os grandes desafios que há frente a essas questões. O Dirceu falou da quantidade de assinaturas. Parece-me um pouco semelhante ao que tenho aqui, embora tenha sido numerologia, com o que se usa em outros Parlamentos. Em alguns se exigem mais assinaturas, mas, na petição, já sai o projeto, não passa pela comissão ainda, mas, em geral, quando o procedimento é parecido com o nosso, também exige um número de assinaturas parecido.

Eu fiquei curiosa, Dirceu e Regina, com a questão da mediação das participações. Eu queria saber se quando elas chegam são organizadas de alguma maneira ou se são colocadas exatamente como vieram, se passam por algum crivo anterior.

Outra questão que o Dirceu falou, do ativismo, que tem que acompanhar. Eu queria saber se o e-Cidadania dá automaticamente um retorno ao cidadão que entrou, como fazemos com os projetos: quem está interessado no projeto se cadastra, e toda vez recebe. Então, queria saber se tem alguma coisa semelhante a isso.

Também queria saber se tem algum projeto para ser utilizada assinatura digital nas petições em vez das assinaturas que são colhidas hoje. E, do que eu falei sobre o que é um desafio para todo o mundo, o crescimento da participação, possibilitado pelas novas tecnologias, parece-me que, para a comunicação, foi uma grande ajuda, porque, no momento, o que gerou crise nos grandes veículos de comunicação foi a fragmentação dos autores das notícias. Eu acho que, para os veículos de comunicação da Casa, isso se converteu em uma extraordinária nova oportunidade de entrar.

E, pelo que eu vejo, as notícias que saem daqui são vistas como notícias com credibilidade, com grande prestígio. Nós temos um momento em que, com essa fragmentação, temos muito questionamento sobre a veracidade das informações, o *parti pris* que é manifestado naquelas notícias... As pessoas não acreditam mais em notícia sem um engajamento prévio ali dentro. E parece-me que os veículos de comunicação do Senado conseguem se colocar.

Então, eu queria que a Virgínia falasse um pouco disso, porque eu acho que esse grande crescimento de participação gera um problema no momento em que você tem que se organizar para atender – e isso é complicado, porque comunicação é um negócio caro – e, ao mesmo tempo, dá a você alternativas, como ir para o YouTube, abrir oito canais e falar com todo o mundo que tem acesso. Ainda não é muito, porque, apesar do que pensamos, apenas 50% da sociedade está dentro da Internet, e há perspectiva de que isso vai se ampliar muito.

E isso, para você, vai ser um grande desafio, uma grande oportunidade. Queria que você falasse também sobre isso.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom; então, nós vamos deixar para responder ao final, já que cada um já está anotando aquilo que diz respeito à sua exposição.

Eu quero registrar a presença também do Dr. Gilmar de Moura, advogado do Estado do Mato Grosso, aqui, presente conosco.

E passo a palavra ao Aírton Aragão, que gostaria de fazer também uma colocação. Ele é da Secretaria de Comunicações da Casa.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Boa tarde, Senador.

Sou da Secretaria de Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – De Comissões.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E quero aqui, inclusive, ressaltar que fez um bom trabalho na ausência do nosso Secretário Waldir...

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Foi um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – ... que estava em gozo de férias. A mulher teve neném, e ele foi curtir o resguardo por um mês. (*Risos.*)

Bom, mas isso é importante dizer, porque isso é uma tradição. Lá, no meu Estado, tem a aldeia dos Bororos. E, para os bororos, ainda quando a mulher tem um parto, quem vai trabalhar é a mulher, e ele fica fazendo o resguardo ali, fazendo os cuidados do descanso.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Maravilha!

Bom; eu sou Airton Aragão. Hoje, estou na Secretaria da Comissão de Transparência e Governança Pública, mas estive à frente do e-Cidadania nos últimos anos.

Queria começar essa intervenção agradecendo ao Senador Wellington e à Comissão Senado do Futuro pela apresentação do projeto, que acabou sendo aprovado sem nenhuma alteração pelo Plenário do Senador, e trouxe a Resolução nº 19, que regulamentou, em termos mais precisos e mais fortes, o programa. Isso vai significar, para o cidadão brasileiro, uma maior perenidade desse programa aqui, na Casa, além de trazer uma segurança jurídica para o processo que deriva das ideias legislativas que recebemos.

E, como o Senador falou em uma entrevista, traz uma legitimidade orçamentária, de que o programa acaba necessitando, por exemplo, como o Dirceu mencionou, na questão de publicidade externa. Apesar de todo esse relacionamento que temos com a Secretaria de Comunicação Social, de toda a ajuda imprescindível que eles prestam ao programa e-Cidadania.

Eu fui guia da visitação por um ano também e, sempre que eu falava para os visitantes da existência do programa era questionado: "Por que eu não sabia? Por que eu não fiquei sabendo que esse programa existia e que eu poderia votar contra um projeto, dizer para o Senador do meu Estado como é que eu penso em relação àquele tema?" Então, acho que a resolução vem fortalecer, em um bom momento, o programa e, talvez, viabilizar esse investimento em uma publicidade mais extensiva.

Em relação ao debate de hoje, queria, mais uma vez, parabenizar a Comissão Senado do Futuro. São eventos como este, reunindo servidores da Casa em uma discussão aberta à participação da sociedade... Poderíamos fazer uma reunião fechada, mas a fizemos dentro desse princípio de transparência e de participação. Já que o destinatário das nossas decisões está lá fora, é muito interessante que esta reunião seja realmente transmitida ao vivo pela TV Senado, pelo YouTube, pelo próprio Portal e-Cidadania, e seja aberta à participação.

Acho que o resultado disso é a integração dos esforços e a entrega de uma experiência melhor para o cidadão que venha a se relacionar com o Senado daqui para frente.

Queria fazer um paralelo com outra iniciativa muito semelhante, que aconteceu no Reino Unido. Em 2014, o Parlamento britânico instituiu uma comissão de democracia digital, que tinha o objetivo de avaliar como é que as novas tecnologias poderiam ajudar o Parlamento a desempenhar melhor seu papel.

Essa comissão tinha tanto Deputados como técnicos da Casa – é o nosso cenário aqui hoje –, mas também tinha representantes da sociedade civil, de organizações etc.. E eles fizeram uma série de eventos ao longo do ano, ouvindo, dentro de alguns temas, como o Parlamento estava se relacionando com a sociedade e como poderia aproveitar a tecnologia da informação para fazer melhor seu trabalho.

Ao longo de um ano, fizeram vários eventos, várias consolidações de sugestões, que foram recebidas pela internet, pelas redes sociais, por telefone, por carta e presencialmente. Em janeiro de 2015, eles apresentaram um relatório com cinco objetivos estratégicos, desdobrados em algumas recomendações.

Só para citar dois desses objetivos, o primeiro falava que até 2020 todos os cidadãos deveriam entender o que o Parlamento fazia. Então, você vê que é uma coisa muito básica. A gente – técnicos, juntamente com os Parlamentares, representando os eleitores – está fazendo aqui um trabalho fundamental para o País, mas, muitas vezes, o destinatário final, o cidadão, não entende o que a gente está querendo dizer, não entende qual o papel...

A gente até, às vezes, infelizmente, ainda escuta e lê nas redes sociais que o Senado não deveria existir, que é dispensável. Essa é uma imagem que a gente tem a responsabilidade de reverter, de mostrar qual é a utilidade e a importância desta Casa.

Mas a avaliação que o Parlamento britânico fez foi de um nível muito mais básico, no nível do jargão técnico que nós utilizamos nas publicações. Tem que ser muito simplificado isso. E estabeleceram essa meta para 2020.

Uma segunda meta que eles estabeleceram, dentro daquelas cinco que eu falei, é que até 2020 o Parlamento precisa ser completamente interativo e digital. Muito do que eles estão planejando fazer nós já fazemos. Em outras frentes eles estão muito mais avançados do que nós.

Mas a minha sugestão é que a Comissão analise esse trabalho, esse relatório, que foi liderado pelo Presidente da Casa lá, para darmos continuidade a esse debate. Nós poderíamos, por exemplo, utilizar da estrutura da Elga, na Secretaria de Transparência, para fazer uma pesquisa, via DataSenado, de como o cidadão entende a efetividade desse relacionamento do Senado. "Nós estamos fazendo bem? Poderíamos fazer diferente? Como isso seria feito?"

As pesquisas que eles fazem são muito estruturadas e têm um respaldo bem interessante. Sobre esse tema, poderíamos ouvir ONGs, acadêmicos e, quem sabe,alguns casos de sucesso de outros Parlamentos, outras instituições públicas, que possam trazer uma contribuição aqui para esse debate.

Era isso, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu queria, inclusive, colocar aqui à Virgínia, à Regina e ao Dirceu que este é o meu desejo: fazer com que as pessoas, nas suas casas, lá no interior, enfim, a sociedade, de um modo geral – e, quando ela questiona o Senado, não é só a atividade ou só o trabalho dos Senadores, ela questiona o todo –, conheça exatamente esse trabalho que é feito – que é, eu diria, da retaguarda –, que é o trabalho de assessoramento para que a gente possa produzir o resultado legislativo que é o que é sociedade sente.

Por exemplo, foram colocadas aqui as ações que foram feitas exatamente através da participação da sociedade, cobrando. E isso fez com que o Senado fosse intervir junto à Anatel para que ela procurasse dar uma resposta ao cidadão, ao consumidor.

Ocorre que, às vezes, a sociedade não tem a percepção, não tem o conhecimento exatamente desse trabalho que é desenvolvido pela Casa. E, quando eu digo "pela Casa", é exatamente por aqueles que são funcionários de carreira, que estão aqui independente de quem seja o Parlamentar ou de quem seja o governante. O trabalho continua.

E aí foi, inclusive, colocado aqui – e eu vejo exatamente isso – que os meios de comunicação, tanto a TV Senado como a Rádio Senado, têm um nível de credibilidade muito grande, exatamente porque têm o trabalho de mostrar exatamente o que acontece, com imparcialidade.

Às vezes, as pessoas questionam: "Mas vocês deixam a TV Senado às vezes criticar". Mas o nosso papel é esse mesmo: o de criticar a todos nós, para que a gente possa produzir o melhor trabalho possível em benefício da sociedade.

Eu, como Presidente da Comissão Senado do Futuro, entendo que esse também é o papel desta Comissão. E isso eu gostaria, inclusive, de desenvolver para o próximo ano... Neste ano, provavelmente, não vamos ter sequer recesso, mas é claro que nós temos de fazer um planejamento para o próximo ano, já que na próxima semana encerraríamos os trabalhos, vindo depois o recesso. Contudo, mesmo não havendo o recesso, vai ser um período, digamos, extraordinário para o qual a maioria das comissões não se prepararam. Provavelmente, poucas comissões terão nesse período, agora, do dia 10 ao mês de janeiro, uma atividade em plena como acontece dia a dia.

Bom, então vou colocar aqui a indagação do José Destro:

> Somos, no mundo, o país que temos a maior ferramenta de sequestro de carbono do mundo, que é o ILFP, Integração Lavoura Floresta Pecuária, elaborado pela nossa gloriosa Embrapa. Porém, na COP 21 nada foi falado. Outro dia mandei a pergunta para o Ministro do Ministério da Agricultura e ele gaguejou... ["MA" deve ser Ministério da Agricultura].

Ainda do mesmo internauta, José Destro: "Por que Senadores e Deputados não respondem *e-mails*?"

Eu não sei se caberia a vocês responderem a essa pergunta, mas, pelo menos, posso dizer que a gente tem, realmente, um número muito grande de *e-mails* que é disparado – e acredito que, de um modo geral, para todos os Senadores – e a gente procura selecionar, respondendo na medida do possível, já que também nós temos uma assessoria limitada.

Não conseguimos responder 100%, mas eu acredito que a grande maioria dos Senadores têm essa preocupação, porque isso é interatividade; é a melhor forma de ele poder realmente dar satisfação à população que ele representa. No nosso caso, dos Senadores, mais ainda, porque é de todo Brasil.

Portanto, nós não temos como responder só do nosso Estado. Chegam as mesmas perguntas do Brasil inteiro.

Outro Internauta: Sérgio Tavares, que é aqui do DF. Eu não vinha dizendo a localidade das pessoas, mas ele é do DF. O Sr. José Destro é de São Paulo.

O Sr. Sérgio Tavares, aqui do DF, pergunta:

> A ferramenta de participação popular do Senado é muito boa [ele afirma]. Minha crítica é mais dirigida aos políticos que não querem debater projetos polêmicos e, por exemplo, elaborar um relatório que possa desagradar determinada categoria.

E temos, ainda, uma pergunta que foi feita antes, do Jonathan Cassiano da Silva, que é lá do Paraná: "Qual a possibilidade de uso oficial de uma plataforma similar ao serviço Vote na Web?"

Pode colocar pelo Dirceu. Faremos aqui da mesma forma, com a Virgínia encerrando.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Bom, o uso de plataforma similar, agora com a regulamentação do Programa e-Cidadania, na Resolução nº 19, art. 3º, dispõe-se que:

> No âmbito do programa, será mantido o portal específico no sítio do Senado na Internet, além de outras interfaces tecnológicas aplicáveis, sem prejuízo do intercâmbio de informações, com outras soluções tecnológicas internas ou externas.

Então, isso, hoje, já é possível de ser feito, já é viável. Agora, existe uma complexidade que não é uma questão automática. Então, a gente tem de ver o que pode ser feito.

No Programa e-Cidadania, nós temos um parceiro que é assim o nosso gênio, o nosso poço de desejos, que é o Prodasen. Precisamos disso e tal. Mas gênio é assim: você não pode pedir tudo de uma vez. Quero isso, quero aquilo... Você tem três pedidos, tem dois pedidos. Não é tudo o que a gente quer. Então, a gente tem sempre de ver, na medida do possível, o que pode ser feito. É a forma dentro do que pode ser feito.

Quanto ao seu questionamento sobre o acompanhamento de todas as etapas da tramitação de uma sugestão legislativa, ressalto que, até o encaminhamento da sugestão à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tudo o que acontecer o e-Cidadania informa. Agora, a partir do instante em que ela se torna uma sugestão, tem de haver um novo cadastro no Portal do Senado, no Portal de Atividades Legislativas.

Estamos também batalhando, com a ajuda do nosso grande parceiro de todas as horas, o Prodasen, a criação de um cadastro único. Isso porque, quando houver a tramitação, isso vai ser automático e facilita para o usuário.

Agora, o seu outro questionamento. Eu me concentrei tanto nessa...

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA ALVES – Da mediação; se há alguma mediação.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Com relação à medicação, a única censura que sofre é no tocante a palavras obscenas e palavrões, entendeu? Quanto ao conteúdo não existe quase nada.

E houve uma outra questão também: em duas sabatinas que ocorreram neste ano, na indicação do Ministro Fachin para o STF e na recondução do Procurador-Geral da República, do Rodrigo Janot, a participação foi total. As perguntas foram encaminhadas ao Relator e todas foram encaminhadas às autoridades. Então, esse é um fato bastante insólito, inusitado, *sui generis.* É bem interessante a receptividade. O Procurador Janot fez questão de receber as perguntas, bem como o Ministro Fachin. O Relator não leu todas as perguntas – foram mais de 670 perguntas –, mas ele encaminhou todas ao Ministro Fachin.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA ALVES (*Fora do microfone*.) – E quanto à assinatura digital?

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Da assinatura digital dos apoiamentos?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA ALVES – Sim.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – A assinatura digital vem sendo...O que vem acontecendo é o seguinte: existe um cruzamento unicamente dos perfis de IP. Não é feita ainda a exigência de assinatura digital, o que facilita também bastante para que se chegue àquele número de 20 mil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Regina.

A SRª REGINA BEZERRA DA SILVA FONTES – Complementando a sua pergunta no que se refere ao crivo dessa comunicação, quando nós intermediamos as audiências públicas também. O 0800 é o canal telefônico que o cidadão usa para participar das audiências. O único crivo, além desses que o Dirceu citou aqui, é a pertinência do assunto. A gente faz um levantamento e encaminha somente aquilo que, de fato, tem a ver com a audiência que está sendo realizada.

Mas essa pergunta feita pelo cidadão, ainda que não esteja relacionada àquela audiência, é respondida. Ela é respondida em um outro momento. Em se tratando de perguntas, ela é encaminhada, inclusive, aos parlamentares para serem respondidas no Espaço Ouvidoria, que é o programa de rádio. Então, de qualquer forma, ele tem uma resposta. Pode até não ser naquele momento da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, eu quero ler aqui apenas um comentário aqui feito pela Maria de Fátima Anselmo Edelmano, de São Paulo. Ela parabeniza aqui os palestrantes, em especial a Elga Mara por sua fala. E ela diz que percebe que ela possui consciência plena da situação enfrentada pelo País e se manifesta com propriedade.

Drª Regina...

Antes, Drª Regina, há aqui um inscrito ainda para... É o último inscrito, até porque nosso horário também já está se esgotando. Trata-se do Carlos Penna.

Pois não, Carlos.

O SR. CARLOS PENNA – Senador, boa tarde. Convidadas, convidados, boa tarde.

A pergunta vai para o Sr. Dirceu e para as outras participantes também.

O Dirceu tocou em um ponto interessante a partir da resposta da participação. Como é possível se viabilizar a participação eletrônica com certificado digital? Por exemplo, o cidadão poder apoiar um projeto, uma

proposição que seja colocada *on-line*, por exemplo, CDH legislação participativa, e poder realmente ultrapassar o grande entrave burocrático logístico que seria coletar um milhão de assinaturas de eleitores para poder viabilizar uma proposição popular?

Seria possível algum dia o Senado trabalhar com isso? Haver uma espécie de assinatura digital que o cidadão pudesse comprovar e apoiar um projeto eletronicamente? É possível isso?

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – O Opine já permite que você apoie o projeto dizendo o que você quer ou o que você não quer, diretamente colocando. A outra questão de você conseguir, com certificação digital, atingir um milhão de assinaturas e tal. O fórum para isso não seria o Senado, porque os projetos de iniciativa popular, obrigatoriamente, têm que começar sua tramitação pela Câmara dos Deputados. Então, essa seria a questão.

Se fosse com um milhão de assinaturas eletrônicas na Câmara, eu creio que seria até muito mais fácil para contar, porque existe essa... Nós temos um projeto de iniciativa popular que é a Lei da Ficha Limpa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – É, mas porque alguém chancelou porque justamente o desafio seria o fim desse imbróglio, se a certificação digital fosse reconhecida. Mas só que a iniciativa teria que começar pela Câmara dos Deputados, não seria aqui o fórum.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu não sei se eu posso acrescentar, mas com a iniciativa também do TSE de unificação da documentação, provavelmente essa questão da digitalização será muito mais, se acontecer... Então, eu acho que poderia, inclusive, talvez, facilitar porque aí haveria uma identificação biométrica daquele que realmente está lá, confirmando aquela assinatura.

Então, eu acho que é um passo a mais que se pode pensar nesse aspecto, por isso, inclusive, eu acredito que o sistema brasileiro eleitoral, eletrônico é um avanço muito grande, e o Brasil não pode retroceder nesse ponto, porque isso pode, inclusive, ajudar em outros aspectos, como eu creio que também é um avanço unificar em apenas um documento essa proposta do TSE.

Drª Regina.

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – Virgínia.

Os nomes são muito parecidos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VIRGINIA MALHEIROS GALVEZ – É; foi a única vez.

Bom, esse assunto eu não sei comentar, é uma pena. Mas, assim, eu queria fazer uma observação a propósito das considerações feitas pela Conceição e pelo Airton, que é uma questão muito importante no nosso trabalho, esse trabalho que nos dá a responsabilidade de levar ao cidadão a informação sobre o que acontece aqui.

Há dois aspectos que são especialmente importantes e que, ao longo dos últimos anos em que a gente vem construindo essa comunicação, têm sido preocupações frequentes, e a gente tem buscado aprimorar, enfim. Não chegamos a nada ideal, mas primeiro: a gente busca, de diferentes maneiras, apresentar a informação o mais traduzida possível para o cidadão. Quer dizer, a gente entende que é importante que o cidadão... Não que ele passe a entender o jargão legislativo, mas que ele entenda o que está por trás disso aí, que ele entenda como é que é um projeto, como é que não é, como é que funciona.

Então, as nossas matérias buscam sempre um aspecto didático para o cidadão. Isso no dia a dia da cobertura, mas, em apoio, todos os nossos veículos, tanto a Rádio, como a TV, e o próprio jornal, periodicamente, a gente faz matérias explicando como é o processo legislativo.

O processo legislativo, para quem está fora daqui, é complexo. Para a gente é muito simples, mas é importante que o cidadão entenda, como é que começa, como é que anda, o que é importante, quantos votos... Então, a gente faz esse esforço, através de programas especiais, matérias focadas nisso, e também no dia a dia do texto jornalístico. A gente não quer complicar, a gente quer descomplicar. Esse é um desafio com o qual nós lidamos em todos os nossos veículos, todo dia.

A Tânia, quando está fazendo as entrevistas do *Argumento* lá, no fundo do Plenário, em que ela faz as perguntas aos Senadores – é um programa de 10 minutos que ela faz –, ela procura levar aquela conversa de maneira que qualquer cidadão possa entender.

Então, essa preocupação é muito presente em todo o nosso trabalho. É uma preocupação do jornalismo de um modo geral, mas aqui ela é especialmente importante, porque nós precisamos aproximar o Senado do cidadão. Então, essa consciência a gente tem.

Um outro aspecto que também é importante, que eu acho que, cada vez mais, tem-se tornado importante, como a Conceição falou, é a consciência de como a nossa informação é referencial. Nós somos comuni-

cação do Senado Federal e, nessa medida, qualquer palavra que a gente escreva, qualquer informação que a gente veicule na Rádio, na TV, o que a gente colocar no ar e qualquer cidadão acessar aquilo ali precisa ser a informação correta, a informação colocada de uma maneira adequada, e isso é difícil também. É um desafio isso para a gente também, porque nós somos jornalistas, muitos tiveram experiência privada, outros não, já vieram da faculdade para cá, e tal.

E a gente observa, nos nossos colegas mais novos, um certo ímpeto de dar a informação em primeira mão, que é uma coisa que a gente está buscando, só que a gente aqui tem que aliar a informação em primeira mão com a informação correta. Ela tem que ser dada em primeira mão, de uma forma correta, precisa, para que não haja dúvida com relação àquilo que a gente está transmitindo, porque os veículos de comunicação usam o nosso material diariamente, permanentemente, e esse trabalho de multiplicação é fundamental para o trabalho da comunicação, na nossa missão de comunicação do Senado.

Então, esses são dois aspectos muito importantes. Eu agradeço a oportunidade de comentá-los.

A SRª REGINA BEZERRA DA SILVA FONTES – Virgínia, realmente, eu não poderia deixar de fazer um pequeno aparte à sua fala, porque a gente compartilha completamente desse conceito de que falar com o cidadão precisa ser uma fala simples, precisa ser algo que ele compreenda, e isso passa também pelo respeito.

Na Ouvidoria, em 2013, nós fizemos um estudo e descobrimos, a pedido da Senadora Lúcia Vânia, que, ao ler algumas respostas que eram dadas ao cidadão, ela considerou as respostas imensamente burocráticas. Ela chegou a comentar em um discurso que parecia que a gente estava querendo se livrar do cidadão, e o papel da Ouvidoria era justamente o oposto.

Então, nós começamos um trabalho de respostas qualificadas, de dar ao cidadão a resposta que ele precisa, da forma que ele espera receber aquela informação.

Então, são textos mais coloquiais, são textos mais curtos, e a gente viu que havia um retorno também mais qualificado dele, comentando aquela resposta que ele havia recebido de uma forma simples, coisa que nós não havíamos registrado antes desse estudo feito.

E, agora, respondendo também à pergunta do Airton: é uma tendência, nas ouvidorias, começar desburocratizando essa comunicação. O cidadão não quer a forma técnica de resposta; a essa forma ele já tem acesso. Ele precisa que a gente traduza isso para ele – ele não é um especialista –, e esse é o papel da Ouvidoria, esse é o dever da Ouvidoria.

Então, a gente tem tido muitos retornos dos cidadãos agradecendo a resposta e vendo que ele já é um cidadão autônomo na busca dessas informações no Portal; ele já sabe onde procurar, então ele procura agora a Ouvidoria para reclamar, sugerir, criticar, mas ele já compreende como as coisas funcionam.

Assim, desburocratizar é um dever, e eu penso que o Senado tem feito um trabalho muito sério e muito grande nesse sentido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então queremos aqui, ao encerrar, agradecer a presença de todos vocês que estiveram aqui fisicamente, e aos internautas também, para a gente debater esse tema que é o relacionamento do Senado com o cidadão. Eu acredito que, no ano que vem, nós vamos ter muito mais oportunidades – e nós queremos intensificar esse trabalho –, porque achamos fundamental que o cidadão conheça o Senado, porque é a forma também de valorizar e participar efetivamente muito mais.

Assim, eu quero agradecer aqui à Drª Regina Bezerra da Silva Fontes, Coordenadora de Relacionamento com o Cidadão da Ouvidoria do Senado Federal; à Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal, também à Srª Virginia Malheiros Galvez, Diretora da Secretaria de Comunicação do Senado Federal; e, encerrando, ao nosso experiente mato-grossense, Dirceu Vieira Machado Filho, Diretor da Secretaria de Comissões do Senado Federal.

E eu quero também aproveitar aqui para agradecer ao trabalho de toda a secretaria da Comissão Senado do Futuro, liderada pelo Secretário Waldir Bezerra Miranda, jovem – na Comissão de Infraestrutura é "universitário", aqui acho que ele já é catedrático. Então, quero cumprimentá-lo e agradecer tanto a ele como à Andréia Mano da Silva Tavares e à Jéssica Oliveira da Silva.

E, ainda, quero convocar uma reunião deliberativa da Comissão Senado do Futuro para o dia 16/12, às 10h15min, aqui mesmo neste plenário, para que possamos deliberar sobre o relatório a respeito da política pública avaliada pela Comissão Senado do Futuro, cujo tema é "O Futuro das cidades: desafios para a urbanização sustentável e eficiente".

Com isso eu quero agradecer aqui ao Consultor-Geral Paulo Mohn, aos Consultores Karin Kässmayer e também ao Luciano Póvoa, que, inclusive, já nos entregaram o relatório com a avaliação. Então, na oportuni-

dade, nós colocaremos esse relatório em votação e aprovação pela Comissão. É um belo trabalho produzido pela Consultoria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, mais uma vez agradecendo a todos.

(Iniciada às 16 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 29 minutos.)

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 9 HORAS E TRINTA MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às dez horas e quarenta do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes e Garibaldi Alves Filho, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Paulo Rocha, Lúcia Vânia, Valdir Raupp, Wilder Morais e Blairo Maggi. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Sérgio Petecão e José Medeiros. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião destinada à discussão e votação do relatório de sua autoria, com as conclusões da avaliação da política pública: "O futuro das cidades: desafios para a urbanização sustentável e eficiente", escolhida por meio do Requerimento nº 9 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes. Em seguida, o Senador Wellington Fagundes passou a presidência ao Senador Garibaldi Alves Filho para proceder a leitura do relatório. Após a leitura, discussão e votação do relatório, a Comissão aprovou o relatório que avaliou, em 2015, a política pública: "O futuro das cidades: desafios para a urbanização sustentável e eficiente", com apresentação de Projeto de Lei do Senado, para alterar a Lei nº 12.587. Em seguida, o Senador Garibaldi Alves Filho devolveu a presidência ao Senador Wellington Fagundes. Antes de encerrar a reunião, o Presidente fez uso da palavra e propôs a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, assim como da reunião anterior. As atas foram aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente eventual da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

A presente reunião destina-se, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno, à discussão e votação do relatório do Senador Wellington Fagundes, com as conclusões da avaliação da política pública: O Futuro das Cidades – Desafios para a Urbanização Sustentável e Eficiente.

A política pública avaliada pela Comissão foi escolhida por meio do Requerimento nº 09, de 2015, na Comissão Senado do Futuro, aprovado na 8ª Reunião, realizada no dia 20 de outubro.

No dia 26 de outubro, realizamos audiência pública interativa para debater o futuro das cidades e as cidades sustentáveis que serviram de base para a elaboração desse relatório.

Eu gostaria de convidar o Senador Garibaldi Alves para assumir a presidência apenas para que possamos rapidamente ler o relatório.

Eu não vou abusar, vou diretamente às conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Assumindo a presidência eventual dos trabalhos, concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para que possa proferir seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, como todos sabem, a Comissão Senado do Futuro é uma comissão não deliberativa. Portanto, não temos aqui o mesmo ritual das outras comissões, no sentido de ter o compromisso da votação e dos projetos. Por isso nós realizamos alguns eventos neste ano, eventos que foram muitos bons, principalmente às segundas-feiras, com uma participação popular extremamente importante, de professores de universidades, técnicos, enfim...

Como conclusão deste trabalho, avaliar uma política pública é investir em seus efeitos no mundo real, com o propósito de fornecer insumos para sua continuidade e eventual ampliação, para modificação de algum aspecto de sua concepção ou execução ou simplesmente para substituir a decisão por seu encerramento.

O presente relatório apresentou os aspectos mais importantes das políticas públicas em curso que buscam enfrentar os desafios para a urbanização sustentável e eficiente no nosso País. Em especial foram destacadas as medidas para enfrentar a crise da mobilidade urbana e a proteção dos recursos hídricos em áreas urbanas.

Como fio condutor da análise apresentada, foi utilizada a noção de riscos urbano-ambientais, riscos esses socialmente produzidos e que envolvem não apenas desastres naturais, mas também aqueles decorrentes da complexidade dos sistemas urbanos como o fluxo de pessoas e também de cargas. Assim, foi destacado que

um dos desafios futuros para o desenvolvimento urbano é a criação de condições capazes de mitigar o quadro de riscos existente no ambiente urbano e que afetam a população de forma desigual.

O principal instrumento de política de desenvolvimento urbano em vigor no País é a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). A sua plena efetivação depende da aprovação do Plano de Mobilidade Urbana por parte dos Municípios com mais de 20 mil habitantes. Entretanto, o prazo para a elaboração do referido plano se encerrou em abril 2015 e mais de 70% das capitais e cidades brasileiras acima de 500 mil habitantes e 95% do total dos Municípios acima de 50 mil habitantes não conseguiram finalizá-lo. Está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7.898, de 2014, que estende o prazo por mais três anos. Essa medida é importante, pois o PNMU é o instrumento primordial da política urbana atual e deve ser elaborado não apenas para cumprir a lei, mas para servir de mecanismo de planejamento para que os desafios urbanos sejam enfrentados de forma efetiva.

Desta forma, sugerimos que o referido projeto seja tratado como prioridade quando chegar a esta Casa, e sejam realizadas audiências públicas para debater com gestores municipais os casos de sucesso na elaboração e implementação do PNMU e disseminar as melhores práticas e soluções para os Municípios que não contam com recursos para sua plena elaboração.

Ainda no âmbito da PMMU, analisamos um instrumento de gestão do sistema de transporte e da mobilidade urbana, instituído pelo inciso III do art. 23 da Lei de Mobilidade Urbana, o chamado "pedágio urbano". Argumentamos que o referido dispositivo é uma aplicação da função extrafiscal da tributação, no sentido de que o tributo é instituído com a finalidade de obter resultados sociopolíticos, como o descongestionamento de centros urbanos.

Com relação à proteção dos recursos hídricos em áreas urbanas, foi apontado pelos convidados da audiência pública o desafio de se construírem os elementos ambientais que compõem o processo de sustentabilidade. Foi destacado que se trata de um grande desafio diante das dúvidas sobre como gerir as áreas de preservação permanente urbanas, as APPs, consideradas consolidadas. A representante do MMA relatou que "a agenda urbano-ambiental do MMA está em processo de consolidação e estruturação, ou seja, programas e políticas públicas nesta seara estão em fase de elaboração". Assim, sugerimos o envio de requerimento de informação no início dos trabalhos da próxima Sessão Legislativa para o MMA a respeito das iniciativas em andamento.

Por fim, destacamos que a maioria das políticas públicas no País carece de avaliações ao longo de sua execução para verificar a sua capacidade de alcançar os objetivos propostos. As avaliações empreendidas pelo Senado Federal, por meio de suas Comissões permanentes, procuram contribuir para preencher essa lacuna. Lembramos que a China, onde a população e os desafios são superlativos, utiliza um mecanismo interessante para implementar políticas públicas. Sempre que possível, o governo chinês escolhe algumas localidades para implementar determinada política de forma a estudar e corrigir os problemas de execução. Assim, antes de colocar em prática a política em âmbito nacional, já testaram e aprimoraram muitos aspectos, maximizando os benefícios.

Dessa forma, sugerimos um projeto de lei do Senado para alterar a Lei de Mobilidade Urbana de forma a incluir a escolha de projetos-piloto em cada Unidade da Federação para serem tratados com prioridade.

Quando dizemos "prioridade" não estamos falando somente de ação política e administrativa do Governo, como também da priorização de recursos, porque a conclusão é de que em relação aos recursos, de uma forma muito dispersa em uma legislação nacional, não há como ter um exemplo de começo, meio e fim para isso ser apresentado como projeto-piloto às outras cidades.

Tais projetos serão avaliados e corrigidos para servirem de referência para os demais Municípios.

Projeto de Lei que quero apresentar. Minuta do projeto.

Projeto de Lei do Senado nº , de 2015.

Altera o art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre Planos de Mobilidade Urbana escolhidos como projetos-piloto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:

"Art. 24. .....

.....

§5º Os Planos de Mobilidade Urbana de até 5 (cinco) municípios, incluindo a capital, de cada Estado, serão escolhidos como projetos-piloto e terão prioridade no recebimento de recursos destinados à mobilidade urbana, na forma do regulamento." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Então, Sr. Presidente, este é o nosso relatório para o qual pedimos, então, a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Wellington Fagundes queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório de avaliação da política pública: O Futuro das Cidades – Desafios para a Urbanização Sustentável e Eficiente, com a apresentação do Projeto de Lei do Senado que altera o art. 24 da Lei nº 12.587, para dispor sobre planos de mobilidade urbana escolhidos como projetos-piloto.

Esse projeto de lei, nos termos do art. 245 do Regimento Interno, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa.

No momento, ao apresentar as minha congratulações pelo trabalho ao Senador Wellington Fagundes, devolvo a Presidência a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, fisicamente podemos ficar onde estamos, farei somente a minha conclusão, quero agradecer aos técnicos, aos assessores aqui do Senado que nos ajudaram nesse trabalho: o Luciano Póvoa e a Karen Kässmayer.

Além disso, como V. Exª sempre colocou em nossa Comissão de Infraestrutura, V. Exª é ajudado prestimosamente pelo universitário. Eu aqui já tenho mais do que um universitário, ele é pai recente, agora é já um técnico maduro, responsável não só por este trabalho, como também pelo acompanhamento do dia a dia aqui.

Esta Comissão, como disse, tem que contar muito com a participação da Assessoria. Então, quero, em nome do Waldir Bezerra Miranda, Andréia Mano Tavares, Jéssica Oliveira e Airton Luciano Aragão, agradecer o trabalho, porque eles procuraram se desdobrar até para consolidarmos esta Comissão Senado do Futuro, uma comissão nova, que tem três anos, cujo primeiro presidente foi o Henrique, que acabou falecendo. Esta foi uma ideia trazida lá do Chile. E o nosso Vice-Presidente, Senador aqui de Brasília, competente, foi nosso Reitor da Universidade de Brasília, Governador do Distrito Federal, em nome dele quero agradecer todos os membros desta Comissão.

Espero que no próximo ano possamos vencer esse desafio, que é exatamente superar as nossas dificuldades e a nossa crise política e econômica do nosso País.

Então, quero aqui, antes de encerrar o trabalho, propor a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião e da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo muito ao nosso companheiro Senador Garibaldi Alves Filho.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



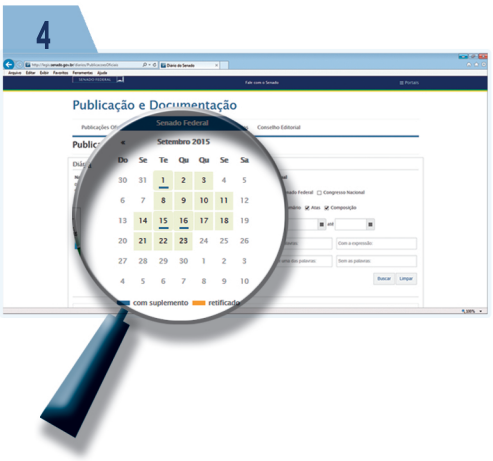
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211